MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

PUBLICAÇÕES DO

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL

AURÉLIO PORTO

HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

N. 9

RIO DE JANEIRO
1943

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

AURELIO PORTO

HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

VOLUME I

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1943

Desta edição foram tirados 100 exemplares em papel especial que vão numerados e rubricados pelo autor

À TERRA MISSIONEIRA

NA PESSOA DO MAIS ILUSTRE DE SEUS FILHOS

DR. GETULIO DORNELLES VARGAS

RESTAURADOR DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E
HISTÓRICO DO BRASIL

HOMENAGEM

DO AUTOR

Este trabalho, que inicialmente deveria obedecer às restritas proporções de um modesto estudo sobre a "Arte na civilização jesuítica das Missões", em virtude de um convite endereçado ao autor pelo diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, pelas injunções do próprio assunto, excedeu os limites que se lhe traçaram. Sem um estudo prévio da civilização jesuítica, que floresceu nas Missões Orientais do Uruguai e sua conexão com os lineamentos da fundação do Rio Grande do Sul, dificil seria compreender, em suas linhas estruturais, a arte jesuítica-colonial, cujos monumentos vetustos se reerguem, agora, na região missioneira, reconstituidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico, por determinação do Senhor Getulio Vargas, que assim integra ao patrimônio artístico nacional uma das mais belas páginas da História do Brasil.

Ao iniciar as pesquisas documentais sobre que assenta este trabalho, que tem como principal fonte a preciosa *Coleção de Ângelis*, mal vislumbrada pelos historiadores que versaram sobre as Missões jesuíticas, compreendemos, desde logo, a arduidade da tarefa que pesaria sobre os nossos ombros nesta tentativa de nos distanciarmos das obras clássicas, que até hoje teem sido o veio quase único de que se teem abeberado os estudiosos desse ciclo de civilização aborígene do sul. No prosseguimento dessas pesquisas em milhares de documentos, em sua maior parte originais e inéditos, que constituem essa coleção da opulenta *Secção de Manuscritos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, revelações surpreendentes encheram-nos de admiração e respeito por esses homens admiraveis que foram os jesuitas e compreendemos a verdade que encerra as palavras de Capistrano de Abreu, quando afirmava que eles realizaram "uma obra sem exemplo na História".

Não nos tentava, porem, a pretensão de traçar os lineamentos dessa história, senão carrear os materiais abundantes que a pesquisa nos desvendava. Aí estavam as matérias primas para construir o arcabouço definitivo da etnografia indígena do extremo sul, a penetração branca, a catequese jesuítica, a expansão do bandeirismo paulista, lutas, horas construtoras de paz, e as origens da economia e da civilização jesuíticas. Outros, muitos outros aspectos afloravam dessas fontes prodigiosas, únicas pelo seu ineditismo, de que somos os detentores e que mal vamos conhecendo agora.

Revestimo-nos de coragem, de paciência e de tenacidade. A arte missioneira, que queríamos estudar em seus principais setores, não poderia cifrar-se, unicamente, na apreciação dos monumentos que se adivinhavam nas ruinas vetustas das Missões, nem nas estátuas, ou na coleção de peças dessa origem, recolhidas aos nossos museus. Faltar-lhe-ia alguma coisa. E essa seria a própria alma que vitalizara esses mudos atestados de um mundo diferente em que palpitara a vida em estos admiraveis de fé, em vibrações inspiradoras e fortes. Através da mudez secular desses escombros, que reviviam agora, adivinhava-se o jesuita, tocado pela divina intuição da sua fé imensa, a transmitir às chusmas incultas de pobres índios um pouco de si mesmo, com a piedade infinita que se lhe extravasava da alma.

Não pretendemos fazer história e simplesmente nesta série de monografias sobre vários assuntos que se entrosam, enquanto não se divulgam mais amplos horizontes à pesquisa das nossas coisas, oferecer elementos ao futuro historiador. A este, sobre as proporções de um justo critério, caberá lançar as bases definitivas da história da civilização jesuítica das Missões.

Para fazer os seus templos, imensas catedrais que lançam para os céus americanos as suas torres altas, numa afirmação admiravel de fé, à frente das chusmas de índios que mal compreendiam as finalidades espirituais desses monumentos, os padres percorriam distâncias imensas, sob a canícula dos sóis abrasadores e às inclemências das intempéries, para trazer aos ombros uma pouca de terra, um madeiro pesado, uma pedra de singular valor que ficasse nos alicerces do templo, como exemplo de sua contribuição à obra que se erigia. E', no

momento, o que cabe ainda a nós, pesquisadores do passado, no carreamento desse material com que outros, operários insígnes e mestres consumados, levantarão os templos indestrutiveis da nossa história.

Sentir-nos-emos felizes se esta contribuição de largos e afanosos trabalhos de pesquisa puder de qualquer modo ser util aos construtores dessa obra.

Divide-se este trabalho em dois volumes:

1.°, o Ciclo da Civilização Jesuítica das Missões;

2.°, a Arte na Civilização Jesuítica das Missões.

Como salientamos, tem como fundo principal a *Coleção de Ângelis*, magnífico e quase inédito repositório documental de história sul-americana, existente na Biblioteca Nacional. Ampliam outros assuntos, alem de elementos documentais da própria Biblioteca e do Arquivo Nacional, fontes bibliográficas citadas no texto.

Rio, 1941-1942.

A. P.

VOLUME I

O CICLO DA CIVILIZAÇÃO JESUÍTICA DAS MISSÕES

VOLUME I

O CICLO
DA
CIVILIZAÇÃO JESUÍTICA
DAS
MISSÕES

INTRODUÇÃO

A COMPANHIA DE JESUS

A COMPANHIA DE JESUS

1. *Fundação da Companhia de Jesus.* — 2. *Os Jesuitas no Brasil.* — 3. *Provincia do Paraguai.* — 4. *A catequese.* — 5. *Civilização jesuitica-colonial.*

1. *Fundação da Companhia de Jesus*

Quando, para maior glória de Deus, Ignacio de Loyola escreveu os seus *Exercícios Espirituais*, já não mais ecoava pela terra a doce voz do pobrezinho de Assís, a Caridade Perfeita. A Fé periclitava entre os escombros da Idade Média. E a Igreja de Cristo, o monumento mais sólido de todos os tempos, sentia em seus alicerces o choque tempestuoso das correntes solapadoras de falsos preceitos cristãos. Com São Francisco extinguia-se a prática do bem, a caridade, a pobreza, virtudes elementares com que Cristo cimentara a sua Igreja, na terra. A ambição dos bens terrenos, o egoismo que dividia os homens, a inveja que corrompia as conciências, as perseguições e as injustiças iam-se infiltrando no organismo religioso da época. O missionário de Cristo alijara do coração o sentimento da fraternidade. E a Igreja, que procurava se aproximar de Deus pelo exercício da oração, se afastava dos homens pela prática da iniquidade.

Com a Inquisição, pelo terror, implantam-se o ódio, a mentira, a delação, o suplicio. Em nome da Fé despenham-se cachoeiras de sangue inocente, enodoando a Cruz de Cristo. E a violência, com o surto de todos os seus horrores, invade a conciência religiosa do tempo. Ao princípio condenam-se hereges ao fogo purificador, aos martírios, cujo refinamento atinge inimaginadas culminâncias. Mais tarde, a perseguição se estende a maometanos e judeus. E começam essas hecatombes que a História regista com seus requintes de crueldade e de injustiça. E o homem, o filho de um Deus misericordioso e justo, inquire, com olhos espavoridos, os escombros de sua própria fé, vendo tenuamente dela se levantar a luz de uma esperança que lhe acena com a Caridade que desertou do coração humano.

A Reforma, que surge com Lutero, solapa ainda mais os cimentos da Igreja. Sente-se que ela oscila em suas multisseculares raizes, como

ao sopro de um vendaval desenfreado. Só não cai, porque é eterna e a alimenta ainda o bafejo do espírito do Senhor.

E, para salvar o seu prestígio, integrá-la aos princípios da verdadeira caridade, retornar à pureza da Fé, obnublada no espírito humano e realizar a prática de todas as suas virtudes, surge Ignacio de Loyola, arvorando a cruz redentora, sob cuja guarda congrega os companheiros insignes.

Soldado e fidalgo temperou a rija infibratura de seu espírito no exercício das guerras, no heroismo das refregas sangrentas, nas resistências da própria bravura. Em luta contra os franceses, que invadem a Navarra, onde, em Pamplona, era capitão da guarnição militar, recolhe-se a uma fortaleza e aí resiste com denodada energia. Ferido, transporta-se ao castelo de Loyola, nas Vascongadas, onde nascera, e ali se submete a duas intervenções dificeis para evitar ficasse claudicando de uma perna.

Já na convalescença, para deleitar o espírito, pede lhe deem algum livro de Cavalaria. Mas, trazem, por falta destes, uma *Vida de Cristo* e um *Florilégio de Santos*. Foram estes livros a ponte espiritual que se lhe estendeu para um ideal mais perfeito, porque eterno. E, desde então, se pôs incondicionalmente ao serviço de Deus, o Rei dos Reis, relegando o dos príncipes da terra.

"Apenas se ergueu do leito, Ignacio pôs-se a caminho. Visitou as ermidas de Nossa Senhora. Passou por Montesserrate e deteve-se em Manresa, na Catalunha, um ano. Pedindo esmola, dormindo onde a caridade dos outros lho consentia, ia de vez em quando orar a um lugar retirado, espécie de gruta na escarpa de uma ligeira encosta. Jejuns, oração, reflexão, assistência divina. Neste seu retiro de Manresa teve a primeira idéia dos *Exercícios Espirituais* e aquí redigiu o primeiro esboço desta sua grande arma de combate. De Manresa seguiu para Barcelona; de Barcelona para a Palestina (1523). Não podendo ficar em Jerusalem (1524), voltou, resolvido a pregar os Exercícios Espirituais através do mundo. Verificando que lhe faltavam letras e teologia, põe-se, homem decidido, depois dos 30 anos, a aprender latim nos bancos da escola. Dirige-se depois para as Universidades de Alcalá e Salamanca. Começando a dar os Exercícios, sem estudos, atrai sobre sí a atenção dos inquisidores, naquelas duas cidades. É preso. Em Alcalá teve os grilhões aos pés durante 42 dias; em Salamanca durante 22. O processo, que lhe formaram, declarou-o, é certo, isento de erro, na vida e doutrina; todavia, persistindo as peias que lhe tolhiam a pregação, resolveu acabar os estudos em Paris (1528). Ainda o molestou alí a Inquisição. Mas, dentro em breve, impondo-se pela sua pessoa e pela sua doutrina, a Inquisição permitiu a atividade apostólica de Ignacio, sobretudo o dos Exercícios Espirituais. Respirou. Em Paris estudou primeiro no Colégio de Montaigu e, em outubro de 1529, passou para o de Santa Bárbara, de que era diretor o célebre pedagogo português Diogo de Gouveia. Ignacio de Loyola recebeu o grau de mestre em Artes em 1534. E dando-se ainda à Teologia, concluiu, enfim, a sua carreira de estudos (1).

---

(1) Serafim Leite — S. J. — *História da Companhia de Jesus no Brasil.* I vol., 3.

Os Exercícios Espirituais dão "corpo e alma" à Companhia. Sua missão é restaurar no coração humano a fé perdida. E levar por todos os recantos do mundo, com bondade e com amor fraternal, a palavra de Cristo, os seus ensinamentos, os esplendores de sua divina Caridade. a conquista das almas perdidas no desconhecimento da verdade eterna. Através a propagação desses princípios novamente Deus desceria até os homens, envolvendo-os na paz de sua glória infinita.

Em síntese, os Exercícios Espirituais, essência das Constituições que dão molde à Companhia de Jesus, são um pequeno livro que "assenta em dois princípios: um, como *fundamento*, na razão esclarecida pela fé, a criação do homem e o fim para que foi criado; outro, fundado na fé, a Incarnação do Filho de Deus, cuja imitação deve ser a maior ambição humana. Supõe-se o pecado e, portanto, a reação contra o prazer. A mortificação é a grande lição de Jesus. E ela, dada por amor dos homens, pede ao homem a correspondência da imitação e do amor. Cristo apresenta-se como rei à conquista do mundo sobrenatural e convida todos os homens de boa vontade a participar desta conquista. Os Exercícios acomodam-se a todos os gêneros de pessoas, mas para os que seguem ou escolhem a perfeição religiosa, Santo Ignacio dá-lhes dela um conceito novo. Até então a vida religiosa considerava-se como afastamento do mundo. Santo Ignacio integra a sua Ordem no mundo e faz dela uma campanha ativa: coro, jejuns, capítulo, hábito próprio. A abnegação interior é a força da Companhia de Jesus. Fundada nos Exercícios, a sua espiritualidade reveste carater magnífico de unidade, precisão largueza de vistas, flexibilidade e segurança. A espiritualidade da Companhia está na base de quase todos os Institutos Religiosos, fundados depois dela (1).

Em torno de Ignacio de Loyola reune-se uma pleiade de homens notaveis. São Pedro Fabro, São Francisco Xavier, Diogo Laines. Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha. Para realizar os objetivos a que se propunham resolvem a 15 de agosto de 1534 organizar a sua vida espiritual. E, em Paris, na capela de Nossa Senhora, ereta na colina de Montmatre, em honra de São Dinis, fazem os seus votos solenes de castidade, de pobreza, "de ir em peregrinação a Jerusalem e ocupar a vida e forças na salvação do próximo, administração dos sacramentos da confissão e comunhão, pregação e celebração da missa, tudo sem estipêndio".

Depois de uma série de viagens pela Espanha, Veneza e Roma, onde são vítimas de perseguições, Santo Ignacio e seus discípulos concertam a fundação da *Companhia de Jesus*, aprovada pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae* de 27 de setembro de 1540. No ano seguinte era Santo Ignacio eleito Geral da Ordem.

Perfeita a organização do Instituto religioso que iria encher séculos de obras edificantes na dilatação da fé e purificação dos próprios costumes clericais. Assentava sobre a obediência, a pobreza, a castidade. E dentro desse triângulo básico da virtude sacerdotal, apurava-se a perfeição, "primeiro cuidado do verdadeiro jesuita, que inclue o de viver na

(1) Serafim Leite. Hist. cit. I, 15.

união de uns para com os outros, com espírito de generosidade para com Deus, numa perfeita e total abnegação de si mesmo. Para este alto ideal dispõe de meios de santificação adequados, alem dos especificamente religiosos, que são os votos: a oração, a meditação, os sacramentos, a mortificação dos sentidos e penitências discretas".

"Santo Ignacio, com a sua clarividência meticulosa, não deixa nada ao acaso. O cuidado da saude; as relações com as pessoas da família e de fora; a abertura de conciência com os superiores: tudo se regula na vida, externa e interna, dum filho da Companhia que, sendo fiel, diligente e generoso, fica apto para realizar o duplo fim da sua vocação: santificar-se a si próprio e santificar os outros (1).

Organizada a Companhia iniciam-se os seus trabalhos apostólicos. Francisco Xavier segue para o Oriente a predicar o Evangelho, recolhendo ao redil de Cristo, sob a bandeira de Portugal, rebanhos inumeraveis de almas. Elevado aos altares torna-se o padroeiro universal das missões. Simão Rodrigues funda a Província de Portugal, que vai dar origem à catequese entre os brasís. Outros seguem para regiões distantes, abrasados pela mesma fé, movidos pela mesma virtude, orientados pelos rumos da fraternidade humana, sofrendo horrores, padecendo fomes, mas firmes e fortes, quer na consagração do Senhor nas selvas inhóspitas, nos descampados sáfaros, quer nos martírios gloriosos em que exalçam a glória de Deus.

2 — *Os jesuitas no Brasil*

Coube ao padre-mestre Simão Rodrigues que, como São Francisco Xavier, se destinava à Índia, ser o fundador da Assistência Jesuítica de Portugal, uma das seis em que se dividia a Companhia. Compreendia essa Assistência, "alem da Metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas — Goa e Malabar —, o Japão, a vice-Província da China, a Província do Brasil e a vice-Província do Maranhão".

Campo imenso para a colheita de frutos opimos, abria-se o Brasil para os trabalhos da Companhia. Quís o padre Simão, em pessoa, ser o desbravador do caminho. E havia resolvido partir para esse destino, em meados de janeiro de 1549, com 10 ou 12 companheiros, o que não chegou a realizar pela dificuldade momentânea de sua substituição no provincialato de Portugal. A Manuel da Nobrega fora reservada a glória de ser o Apóstolo do Brasil.

Em 29 de março de 1549, em companhia do governador-geral Thomé de Souza, Nobrega e mais cinco companheiros aportam à Baía. Eram estes os padres Leonardo Nunes, Antonio Pires, João de Aspilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, nomes que se tornaram ilustres pelos trabalhos e pelas virtudes.

Ia-se abrir para o Brasil essa página de sua História que é, em síntese, toda a sua própria história. Toda a vida da colônia, as raizes de sua economia; os princípios de sua cultura moral, espiritual, educacional; a catequese dos índios e a moralização dos costumes dos colonos; as

(1) S. Leite. — Obra cit. I, 14.

forças de coesão e unidade da raça e da lingua — daí decorrem e se espandem. O Jesuita, honra lhe seja, pela sua tenacidade e feitio moral, pela sua fé inabalavel, pela sua abnegação e bravura, como soldado de Cristo, realizou no Brasil a obra mais notavel que alicerça seus fundamentos históricos.

Começou na Baía, com a chegada de Nobrega, a ação desses pioneiros insignes. O que foram os primeiros tempos de lutas, de sacrifícios, de renúncias e de glória não nos compete dizer. A obra dos Jesuitas, no Brasil, já tem o seu historiador. O padre Serafim Leite S. J., em sua monumental *História*, dentro de um critério justo, descortina seus longínquos horizontes.

Da Baía espande-se o trabalho apostólico dos companheiros de Jesus. Já são mais em número, mas os mesmos em virtudes, os ínclitos soldados da Fé. Entre eles já se conta José de Anchieta, o Apóstolo perfeito. Fundam-se os colégios de São Vicente, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco e outros. E por toda a parte a mesma assistência, o mesmo amor pelos oprimidos e pelos humildes, o mesmo combate aos prejuizos e aos vícios, a mesma abnegação construtora e exemplificadora.

Com a fundação de São Vicente, ruma para o sul a atividade apostólica dos jesuitas. Dilatam-se os trabalhos da catequese por terras ainda inexploradas, onde farta seria a messe de almas do gentio. À frente da missão, que irá integrar à Colônia imensa extensão territorial completamente desconhecida, estão Nobrega e Anchieta. O Colégio de São Vicente fora fundado por Leonardo Nunes em princípios de 1550 e atingira notavel prestígio. Em 1554 transfere-se para São Paulo de Piratininga, povoação que exerceria predominante influência na expansão da colônia para o centro e para o sul.

Em São Vicente ingressa na Companhia o irmão Pero Correa. É quem acompanha o padre Leonardo Nunes na fundação de Piratininga. Era, então, alí, o único jesuita que pregava na lingua dos índios, conhecendo-a à maravilha. Falava horas a fio, pela madrugada, como os pagés. E à sua palavra quente e persuasiva acudiam as chusmas de silvícolas e abriam-se amplas estradas ao trabalho da catequese. Era Pero Correa um elemento de exceção. Muito moço aportara ao Brasil, indo conviver estreitamente com o gentio. Preador de índios, que vendia como escravos, devassara quase todos os sertões, até o extremo sul. Palmilhara as terras mais distantes, subindo levas de cativos que apresava cruelmente. Antes de Villegaignon estivera na baía de Guanabara. Preso pelos índios e destinado à morte, usou de um estratagema, fazendo-se passar por filho de uma índia e de um homem branco. E a índia se convenceu de que isto era real e obstou a que o matassem.

Quando os jesuitas chegaram a São Vicente, Pero Correa era um dos potentados da aldeia. Terras, gados e escravos constituiam-lhe bens apreciaveis. Tocou-lhe o coração a pobreza dos jesuitas, a sua caridade imensa, o seu amor pelo gentio. Processou-se em seu espírito uma súbita transformação. E o preador cruel, o senhor de terras e gados, numa renúncia de todos os bens da vida, doando aos meninos do Colégio tudo quanto possuia, foi tambem ser o apóstolo dos índios e, coração inundado pela fé e pelo amor, morreu, protomartir da catequese, em terras do extremo sul, para com seu sangue abrir fontes inexauriveis de

piedade cristã. Precursor dos insignes mártires e pioneiros da civilização jesuítica nas terras em que floresceram as Missões, o irmão Pero Correa é o símbolo dessa civilização em sua etapa inicial.

Já então a influência decisiva da Companhia de Jesus se estendia por quase todos os recantos da vasta colônia portuguesa. E com ela adoçavam-se os costumes, difundia-se a instrução, moralizava-se o clero desprestigiado, que não soubera se impor por essas virtudes que era o mais belo apanágio da Companhia. De norte ao sul, expondo a vida, derramando bens, cuidando da vida material e espiritual dos indios, diligente, probo, o jesuita tornava-se o fator preponderante na superstrutura orgânica da Colônia. Ia conquistar a terra imensa, uni-la pela lingua, pelos costumes e pela religião, preparando-a para o Brasil do futuro.

3 — *Província do Paraguai*

A fundação da Província Jesuítica do Paraguai decorre, naturalmente, da expansão dos trabalhos da Companhia no Brasil. Muito influiu para a missão apostólica que se pretendeu levar a essa longínqua terra, considerada então dentro das raias portuguesas, as primeiras notícias dali trazidas por expedições que, pelo sertão, chegavam a São Vicente. Antonio Rodrigues, soldado português, que depois ingressou na Companhia, tendo, com D. Pedro de Mendoza, sido um dos fundadores de Buenos Aires (1536) e, mais tarde, companheiro de Juan de Salazar na fundação de Assunção do Paraguai (1537), foi um dos primeiros que informaram aos padres de São Vicente sobre "as tribus e costumes dos índios e a catequese de um sacerdote virtuoso, chamado Gabriel, na cidade de Assunção e, como este, desgostado do proceder dos espanhóis, se retirou da cidade, indo numa nova entrada pelo Paraguai acima". Antonio Rodrigues falou com o padre Nobrega "que fosse ou enviasse lá um da Companhia, porque alí perto há outros gentios, que não comem carne humana, gente mais piedosa e preparada para receber a nossa santa fé, por terem grande estima e crédito dos cristãos" (1).

Mais tarde o capitão Rui Diaz Melgarejo e o aventureiro alemão Ulrico Schmidel completam essas notícias. Um filho de Melgarejo, Rodrigo, em 1573, ingressa na Companhia. E "Rui Diaz de Melgarejo, observa o padre Serafim Leite (2), tendo um filho jesuita no Brasil, não seria estranho às negociações e pedidos que depois se multiplicaram, no Paraguai, para a ida dos padres".

Já o padre Leonardo Nunes, em 1551, pretendia pôr em prática essa idéia. Levaria consigo alguns linguas, entre os quais o irmão Pero Correa. Nobrega, no ano seguinte, refere-se a essa missão. E, em pessoa, resolve executá-la. Mas, o governador-geral Thomé de Souza, que, a princípio, aprovara o cometimento, ponderando melhor no assunto, e vendo os inconvenientes que resultariam do afastamento de Nobrega e o desfalque de elementos de escol que enfraqueceria a ação jesuítica no

(1) Serafim Leite. *Carta de Antonio Rodrigues*. Anais da Biblioteca Nacional — Rio. XLIX. *Hist. da Comp.* I, 335.

(2) Serafim Leite. Hist. cit. I, 335.

litoral, opôs-se, depois, tenazmente, à ida da missão ao Paraguai. Mas Nobrega não desiste do intento, adiando, para melhor época, a sua execução. Devia atender às necessidades espirituais daquela dilatada Província, porque tanto para ele como para Thomé de Souza, como até para Anchieta, o Paraguai era parte integrante da mesma expressão geográfica, o Brasil (1).

Não obstante acontecimentos que desaconselham a partida para o Paraguai, surge, para Nobrega, o momento que lhe parece oportuno fixá-la. Os irmãos Pero Correa e João de Souza que, em missão aos carijós, abririam o caminho a João de Salazar, foram martirizados por estes, quando entravam em terras dos ibirajaras (1554). Com a grande expedição de João de Salazar, em que iam os irmãos Gois, que introduziram o primeiro gado vacum no Paraguai, Nobrega poderia seguir em condições de segurança. Mas, em maio de 1555, quando se aprestava a expedição, chega o padre Luiz da Grã, só por quem Nobrega esperava. E Luiz da Grã, contra a expectativa do Apóstolo, desaprova a providência. Submete-se o jesuita à determinação do companheiro. Adia novamente, renovando outras tentativas que não surtem efeito em face de proibições taxativas de Roma. E como era necessária a sua presença no Brasil, havia-se mesmo resolvido a ida, ao Paraguai, do padre Grã, que parece ter até iniciado a viagem.

Mas a missão ao Paraguai estava reservada a padres da Província do Brasil. Em 1583, reunidas as duas coroas peninsulares, foi sugerido que, aproveitando as armas espanholas, se mandassem padres ao "Rio da Prata, Paraguai e aos Patos, e a outras partes que se contem no ininterrupto litoral brasileiro". No ano seguinte aprovava o padre geral Claudio Aquaviva essa sugestão. Em 1585, o bispo de Tucumã, D. Francisco Victoria, tambem português, intercede junto ao governador da Baia e provincial do Brasil para a ida ao Paraguai de uma missão da Companhia.

Depois de seis meses na Baía, tempo em que se construiu um navio, voltam os emissários do bispo, levando em sua companhia, com destino a Buenos Aires, os padres Leonardo Arminio, superior, Manuel Ortega, João Saloni, Tomaz Fields e Estevão da Grã.

Até o Rio da Prata a viagem correu normalmente, mas, aí, foram os navios apresados pelo corsário inglês Roberto Withrington, que os saqueou, maltratando e prendendo os padres. Sofreram estes verdadeiros horrores, sendo o padre Ortega atirado à água. Depois de várias peripécias conseguiram entrar no porto de Buenos Aires, em janeiro de 1587.

Ao chegarem a Córdoba de Tucumã, alí encontraram já dois padres da Companhia, procedentes do Perú. Decepcionados por terem de repartir tão gloriosos trabalhos em seara que lhes parecia competir, comunicaram ao Brasil as impressões recebidas e não tardou a ordem do geral ao provincial do Brasil para que se recolhessem à sua sede. Voltou o padre Leonardo Arminio e logo depois faleceu o padre João Saloni. Os outros três ficaram, seduzidos pela terra e pela gente, depois da respectiva licença. Não haviam iniciado ainda a sua missão quando o visitador do Perú ordena que se retirem do Paraguai. Ortega é levado preso

(1) Idem, idem, I, 338.

para Lima, e Fields, doente, fica ali provisoriamente. Há falta de gente para a catequese que urge e aquele visitador, o padre Paes, pensa entregar a missão, definitivamente, à Provincia do Brasil. "Fields, diz o padre Serafim Leite, interpretando a opinião corrente, dirigiu-se ao geral, de Assunção, a 27 de janeiro de 1601, insistindo por aquela entrega, alegando a facilidade de comunicações com o Brasil, contraposta às difíceis e demoradas com o Perú" (1).

Esse alvitre, porem, não foi aceito. A dilatação dos trabalhos da Companhia, no Brasil, que já estendera suas missões para o norte, não aconselhava maior dispersão de esforços. Em 1604, por ordem do geral, terminara-se a criação de uma provincia independente do Paraguai, o que se levou a efeito em 1607.

"A missão, porem, já tinha sido fundada desde 1588, e essa e a glória dos três padres vindos do Brasil, Ortega, Saloni e Fields, que foram os primeiros a regar com os seus suores apostólicos aquelas históricas paragens. Ficaram algum tempo esses padres, depois de chegar em Santiago del Estero, com o padre Barsana. Tendo, porem, adoecido este padre e não sabendo eles a lingua de Tucumã, trasladaram-se todos os três ao Paraguai, com a anuência do padre Angulo, superior daquela missão. Os padres Saloni, Fields e Ortega foram recebidos festivamente pelo governador e gente principal na cidade de Assunção, no dia 11 de agosto de 1588, verdadeira data inicial da missão do Paraguai.

"A diversidade de nações de seus fundadores, um português, um catalão e um irlandês, é a imagem prévia da universalidade que havia de ter mais tarde essa célebre Provincia" (2).

4 — *A Catequese*

Estabelecida a missão e tendo o padre Saloni ficado na capital, como superior, seguiram os outros dois para Guaira, onde iniciaram trabalhos de catequese do gentio.

O padre Barzana, que se reuniu ao padre Saloni, em Assunçao, em carta datada de 8 de setembro de 1594, relata esse auspicioso inicio: "Em Santa Fé esteve o padre Arminio onde fez grande fruto com os espanhóis antes de regressar ao Brasil e, em Vila Rica do Espirito Santo, trabalharam, mais de dois anos, dois da Companhia, tanto com índios como com espanhóis, acudindo tambem à Guaira, que se achava sem sacerdote, e aos espanhóis que tinham fundado nova povoação, havia coisa de dois anos nos Niguaras. Os três padres, que vieram do Brasil, sabem muito bem o guaraní, pouco diferente do tupí; e o padre Manuel de Ortega tomou a peito na Guaira o estudo da lingua ibirajara, nação numerosa e valente" (3).

Falecendo o padre Saloni, em 1599, recaiu todo o peso da missão sobre os ombros dos padres Fields e Ortega. O primeiro trabalhou principalmente com os espanhóis, mas ao segundo, verdadeiro fundador da

(1) Serafim Leite — *Hist. da Comp.* I, 349.

(2) Idem, idem, I, 350.

(3) Serafim Leite. Hist. cit. I, 351.

catequese, no Paraguai, coube a glória de recrutar milhares de almas para o grêmio da Cruz.

Era o padre Tomaz Fields natural de Irlanda, tendo nascido em 1549. Depois de estudos que realizou em Paris, Douai e em Lovaina, foi a Roma, onde ingressou na Companhia, em 6 de outubro de 1574. Indo a Portugal, embarcou em Lisboa, em 1578, para o Brasil. Percorreu os sertões brasileiros e estava em São Paulo de Piratininga em 1584. No Paraguai prestou relevantes serviços à catequese do gentio e "alem dos ministérios comuns a todos, coube-lhe a glória de ser o traço de união entre a missão fundada pelos padres do Brasil e a província do Paraguai, ereta em 1607".

É, porem, o padre Ortega, um dos grandes da América, no dizer do padre Serafim Leite, o iniciador da catequese entre os ibirajaras, cuja grande nação (guananás) se estende de Guaira até o Rio Grande do Sul. E, mais tarde, nas tribus dessa procedência, iremos encontrar, quase desfigurada pelo tempo, a tradição dos trabalhos do grande apóstolo que se reflete nas idéias religiosas que esses silvícolas conservam.

"Manuel Ortega nasceu em Portugal, na diocese de Lamego, em 1561. Diz Lozano que o bispo de Lamego era irmão de sua mãe, senhora nobre e insigne benfeitora da Companhia. Entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1580. Indo muito novo para o Brasil, aprendeu com facilidade a lingua indígena, que lhe serviu à maravilha no Brasil e no Paraguai. Entre as suas inúmeras excursões apostólicas correu graves perigos. Enquanto esteve em Tucumã com o padre Barzana faltou-lhe de comer e chegaram a estar "cinco dias naturais contínuos sem provar bocado". Disseram-lhes que, daí a oito dias de caminho, havia espanhóis que os poderiam socorrer. E o padre Barzana ordenou ao padre Ortega que fosse lá. Fez a viagem com um índio em boas cavalgaduras, gastando apenas 11 dias. Só por milagre não caiu nas mãos dos indios. Ele mesmo conta o caso, pormenorizadamente, em carta sua que Lozano diz transcrever "a la letra". Certo dia, em 1597, para acudir aos índios numa grande enchente do rio, na região de Santiago de Jerez (no atual Mato Grosso), picou-se numa perna. Quando lhe arrancaram o espinho no dia seguinte, era tarde e ficou a sofrer disso o resto da vida. Visitou três vezes aquela cidade. O campo principal de seu apostolado foram, no entanto, as cidades de Ciudad Real e Vila Rica no Guaira. Nesta última acusaram-no de violar o segredo sacramental. Levado para Lima esteve preso, *stupente tota Peruvia*, em rigoroso cárcere, suspenso dos ministérios sacerdotais, às ordens da Inquisição, durante cinco meses. Consentiu depois o Santo Ofício que ficasse preso no Colégio de São Paulo, em Lima. Felizmente o delator e caluniador, arrependido, confessou, antes de morrer, a falsidade da acusação. E, para mais eficácia, chamou um notário público de Vila Rica que reduziu a auto as suas declarações. Quando estes documentos jurídicos chegaram a Lima, onde residia o penitenciado, o padre Manuel de Ortega foi conduzido ao Tribunal da Inquisição e declarado livre. Ao voltar, num carro com o padre Cabredo, reitor do Colégio, o povo, que soube logo a novidade, aclamou com efusiva alegria pelas ruas da capital do Perú a inocência do padre Ortega".

"Em 1607, foi escolhido para a missão de Tarija, onde prestou grandes serviços aos cheriguanas. Faleceu no dia 21 de outubro de 1622, no Colégio de Chuquisaca. Tinha 61 anos de idade e 42 de Companhia, passados mais de 35 nas missões".

"Manuel de Ortega, sofrido e obediente, cativo dos piratas, confessor da fé, apóstolo dos ibirajaras, converteu milhares de almas e percorreu imensos territórios, então inexplorados, que se repartem hoje pelas repúblicas do Brasil, Argentina, Paraguai (Uruguai?), Bolivia e Perú. É um dos grandes da América: *adeo ut inter Americae Heroes iure merito computaretur*" (1).

O Paraguai se abria num vasto campo de batalha para os insignes soldados da Fé. A missão do Brasil viera desvendar o caminho da conquista espiritual, que não tardaria em acrescentar aos trabalhos da Companhia gloriosas oportunidades de integrar à civilização cristã multidões de almas redimidas pela fé. Mas, para isso, mister seriam momentos de sofrimento inenarravel, fomes e dores e muito sangue vertido nos padecimentos do martírio que coroaria de santidade a fronte serena desses grandes apóstolos de Cristo.

Chegara ao conhecimento do padre geral Claudio Aquaviva a notícia dos frutos que a missão ia colhendo em sua catequese pela dilatada província do Paraguai. Necessário se fazia desmembrá-la da do Perú, dando-lhe autonomia própria para que melhor se desenvolvesse. E, nesse sentido, em data de 9 de fevereiro de 1604, em carta dirigida ao padre Diego de Torres, determina se faça de Tucumã e do Paraguai uma província independente e, para dirigí-la, elege o padre Torres, cujas nobres qualidades e virtudes eram assás conhecidas. Traslada-se este para Lima, mas, alí chegando, encontra-se a braços com o conflito originado pela denúncia levada ao Santo Ofício contra o padre Ortega, acusado, caluniosamente, de ter revelado o sigilo sacerdotal. E isto levou-o a sobrestar a execução das ordens que recebera do padre geral para a fundação da nova província. Desaprovando a dilação, renovou este a determinação anterior, mandando que o padre Diego de Torres seguisse, sem demora, para o Paraguai, afim de pôr em prática a ordem recebida.

Levando uma escolhida pleiade de companheiros, cujos nomes ficarão perpetuados por trabalhos de relevância, na nova província, o padre Diego de Torres seguiu para Córdova, onde fundou o noviciado da Companhia, passando logo depois a Santiago do Chile, para celebrar a primeira Congregação Provincial, que teve lugar a 12 de março de 1607. Em companhia do provincial iam os irmãos noviços Pedro Romero e Antonio Ruiz de Montoya, cujos nomes são padrões eternos na civilização jesuítica das Missões do Uruguai.

Dando notícia dos primeiros passos que se intentavam para inaugurar àquela obra, o padre Torres escrevia, em 22 de março de 1608, de Santiago de Chile, ao padre geral, nos seguintes termos: "Encontrei nas duas governações de Tucumã e Paraguai somente oito dos nossos; cinco em Tucumã, a saber: o padre João Romero, superior, padre João de Viana,

(1) Serafim Leite. Obra cit. I, 357.

padre João Dario, padre Horácio Moreli e irmão Eugenio de Baltodono, e três em Assunção, que assim se chama a cidade metrópole daquela governação: padre Marcial de Lorenzana, superior, padre Tomaz Fields e padre João Cataldino...

Os três padres, que estão em Assunção, teem trabalhado sem sair dali, a pé firme, por ser uma cidade de muitos índios e espanhóis que nos amam e estimam muito" (1).

Neste ano recebe Assunção mais três dedicados obreiros que se destinam ao aprendizado da lingua guaraní e entre os quais se encontra o padre Simão Maceta, que deveria antes terminar os votos do biênio em Córdova.

Recomendações especiais de S. M. sugerem a necessidade de ordenar em sacerdotes os filhos da terra para que acudam às doutrinas que se forem estabelecendo entre o gentio.

Em fins de 1609 estende o padre Diego de Torres o âmbito dos trabalhos de catequese, sendo fundadas as reduções iniciais de Guaira. Vão para alí os padres José Cataldino e Simão Maceta, a que se vão juntar, em seguida, outros ilustres desbravadores daquela vasta seara de Cristo, trabalhada já, nove anos consecutivos, pelos padres Tomaz Fields e Manuel Ortega, da missão do Brasil. Outras regiões recebem tambem os benefícios da evangelização. A missão do Paraná, que é fundada pelos padres Marcial de Lorenzana e Francisco de San Martin, apresenta progressos dignos de nota, depois de uma resistência tenaz dos índios. Diz o padre Torres que essa missão "é uma planta de muita estimação, onde padeceram esses dois obreiros muitos trabalhos para ganhar, trazer e persuadir com razões a esta nação (guaicurú), que é mui bárbara e feroz, e que somente deixou de comer carne humana por persuassão dos nossos". A perseverança dos padres, a sua piedade para com esses infelizes, iam-nos reduzindo aos poucos. Já haviam sido doutrinados 200, principalmente crianças, por cujo conduto se ganhavam os adultos. Mais tarde conquistam certos caciques de prestígio, o que aumenta os resultados da missão. Os padres são ameaçados, inúmeras vezes, pelos infiéis. Os catecúmenos preparam-se para a guerra, mas o temor impede que os inimigos os assaltem. Em 1611, escrevia ao provincial o padre Lorenzana: "Estão chegando à minha redução, cada dia, novos caciques com sua gente. Outros 10 virão com sua chusma dentro de 10 dias e um deles é Tabacambi, capitão-general do Paraná, e todo Paraná está movido para vir dentro de dois ou três meses, espero com o favor de Deus ter em minha redução mais de 1.000 índios, que serão 6.000 almas e mais" (2).

Designado reitor do Colégio de Assunção, o padre Lorenzana deixa a missão e é substituido pelo padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, tendo como companheiro o padre Pedro Romero, mais tarde fundadores das reduções do Uruguai e mártires da fé às mãos dos índios, em terras do Rio Grande do Sul e Paraguai. E informa o padre Diego de Torres, dando notícia da substituição: "Escreve-me o padre Roque Gonza-

(1) R. P. Pablo Pastells. *Historia de la Compañia de Jesus*. I. 131.
(2) Pastells. Obra cit. I. 166.

lez... que há de ser esta redução de grande proveito e muito povoada por aqueles índios; porque está na passagem para todo o Paraná, e o que é mais, é que dali se pode fazer missão para a província do Uruguai, onde há muito tempo se há desejado entrar para acudir a mais de 50.000 índios" (1). O padre Roque já tem assim os olhos e o coração voltados para a terra missioneira, onde receberá a palma do martírio e fará de seu sangue a sementeira da fé.

E assim vai se estendendo, numa irradiação contínua, para todos os lados, a obra da catequese jesuítica, levada a efeito por esses admiraveis precursores. Guaira, Paraná, Uruguai e Tape recebem, pouco a pouco, com a cruz que plantam em todos os seus mais recônditos rincões, a luz da religião, os fundamentos da civilização cristã. Muitos tombarão na jornada, exhaustos pelo trabalho, acabados pelos padecimentos, minados pelas enfermidades, ou martirizados pelos índios. Mas, cada apóstolo que cai, para não mais se levantar, é um símbolo da glória que os reveste de um halo de benemerência eterna. Só a Companhia de Jesus, com as suas leis de obediência, com o recrutamento de verdadeiros predestinados, com a fé imensa de seus prosélitos, com a renúncia absoluta de tudo pelo bem de todos, com a caridade inegualavel que enche o coração de seus sócios, poderia realizar essa obra gigantesca, bafejada pela vontade do Senhor.

5 — *Civilização jesuítica-colonial*

A civilização jesuítica-colonial, que floresceu nas Missões Orientais do Uruguai, divide-se em duas fases perfeitamente distintas, entre as quais há um interregno de capital importância para a história econômica do sul do Brasil.

A primeira fase em que se inicia a catequese do gentio é de curta duração, pois compreende somente 10 anos (1627-1637), que decorrem entre o estabelecimento das primeiras reduções e expulsão dos jesuitas pelas bandeiras paulistas. Até o retorno dos jesuitas e fundação do primeiro dos Sete Povos, em território riograndense, transcorrem 45 anos (1637-1682), e é nesse entretempo que os primeiros rebanhos de gado, aí lançados pelos padres, se desenvolvem assombrosamente, constituindo o fundo nuclear da opulenta riqueza econômica, razão de ser do futuro povoamento do Rio Grande do Sul, entreposto que se fixa entre a Colônia do Sacramento e Laguna. A segunda fase, caracteristica da mais alta civilização jesuitica-colonial, em que se firmam elementos artísticos que perduram até em nossos tempos, nas ruinas grandiosas dos templos e nas peças escultóricas que enriquecem nosso patrimônio cultural histórico, ocupa 85 anos que medeam entre 1682 e 1767, data da expulsão dos jesuitas.

Começa, então, o declinio da civilização jesuitica das Missões. As administrações leigas, a falta de disciplina que os padres sabiam impor, o relaxamento dos costumes cristãos e a disseminação dos vícios corrompem o carater das populações missioneiras. Em 1801 tem lugar

(1) Idem, idem.

a Conquista das Missões levada a efeito por José Borges do Canto e um reduzido grupo de riograndenses. Encorporada ao domínio português, a Província de Missões, que se torna teatro de lutas, é depredada por um ou outro dos contendores que nela se entrechocam. Suas riquezas maravilhosas, em alfaias dos templos, prataria incontavel e estátuas magníficas, foram dispersas em saques consecutivos. Brasileiros e orientais, a porfia, em dezenas de carretas, transportaram para toda parte o riquíssimo espólio das Missões. E, dentro em breve, relegados ao descaso, ruiam os templos majestosos, sob as intempéries, e os próprios moradores dos Povos os iam sistematicamente destruindo para aproveitar seu material em construções particulares.

Gonçalves Chaves, em suas *Memórias* publicadas em 1822, apreciando o fim melancólico da civilização missioneira, nos diz que "nossos governadores portugueses em Missões (ao menos alguns deles), seguiram as regras dos padres — não deixar os brancos comunicar com os índios — e isto talvez para melhor se apropriarem dos produtos do trabalho daqueles miseraveis, mas não atinaram com a economia, que no governo dos ditos padres fazia prosperar aqueles Povos e por isto se pode dizer que aproveitamos dos padres o mau e desprezamos o bom.

Concluimos, pois, dizendo que todos os Povos estão em ruinas, inclusive os suntuosíssimos templos e colégios magníficos, dos quais já muitos deles estão por terra e a população quase extinta". Urgia, para atalhar a completa destruição dos Povos, emancipar essas populações e consentir o comércio dos brancos, como teem feito alguns comandantes. Criar localidades sob administrações que regulem a economia e o governo dos próprios habitantes, "deixando cada índio trabalhar por sí e gozar da proteção das leis, a que teem direito como o mais povo do Brasil" (1).

Quando o Brasil proclama a sua emancipação política, em 1822, já quase nada existe dessa civilização que floresceu nas Missões. Sugestivo é o confronto entre a população existente por ocasião da conquista dos Sete Povos em 1801 e a de 1822, representada a primeira por 14.010 e a segunda por 2.350 índios, em toda a região missioneira.

Com os templos que se esboroavam, com o patrimônio artístico e cultural que se dispersava e consumia, com o eco longínquo das ladainhas litúrgicas que não mais soavam nas igrejas e nas pobres casas dos índios, extinguia-se a civilização jesuítica, símbolo admiravel da heróica tenacidade desses operários formidaveis que plasmaram no barro bruto das populações selvagens gerações de artistas e realizadores inconfundiveis.

---

(1) *Hum português* (Antonio José Gonçalves Chaves — *Memórias Economo-politicas sobre a administração pública do Brasil*. Rio de Janeiro na Tipografia Nacional — 1822. Reeditadas pela Rev. I. H. G. do Rio Grande do Sul. 1922 — Ano II — 2.° e 3.° trim. Porto Alegre.

I PARTE

REDUÇÕES JESUÍTICAS

CAPÍTULO I

PRIMITIVOS HABITANTES DO RIO GRANDE DO SUL

1 — Unidade racial de um povo primitivo. 2 — Ensaio de classificação aborigene. 3 — Grupo guaicurú do sul. 4 — Grupo tape. 5 — Grupo guaianás. 6 — O indio das Reduções.

1 — *Unidade racial de um povo primitivo.*

Temos como provavel, consoante documentação etnológica e linguistica que nos depararam demoradas pesquisas, serem os silvícolas que povoaram o continente sul até o Rio da Prata, antes da invasão tupí-guaranítica, em tempos prehistóricos, originários de um tronco comum (1). Estabelecida a grande corrente migratória com que se derramaram para sul e oeste, estes povos foram subjugando outros, legítimos autóctones, quiçá contemporâneos do "homem das cavernas", ou das ostreiras litorâneas do sul, assinalados por Lund nos depósitos fosseis da Lagoa Santa e por vários etnólogos que estudaram esses curiosos remanescentes de uma raça primitivíssima.

Constata F. Ameghino que "a América esteve povoada por uma raça dolicocéfala, cujos representantes atuais parecem ser os esquimaus, os botucudos e quiçá tambem os indígenas da Terra do Fogo. Essa raça foi, pouco a pouco, expulsa por outra braquicéfala, cuja origem ainda ignoramos, mas que suplantou quase completamente a raça primitiva" (2). E Carlos von Koseritz, estudioso de vários aspectos da prehistória do sul para investigar sobre a idade dos sambaquis, que supõe atingir a 7.000 anos, verificou que entre as conchas nele encontradas há algumas espécies que há muito desapareceram do Atlântico e que os crânios de extraordinária grossura, desenvolvimento anormal dos queixos e pronunciado prognatismo indicam antiguidade remota. E conclue que os ossos que se encontram nos sambaquis e nas igaçabas mais antigas pro-

---

(1) Aurelio Porto. *Prehistória do R. G. do Sul* — Terra Farroupilha — I, 8.
(2) F. Ameghino — *La antegucdad del hombre en el Plata*, 93.

vam que o homem primitivo desta parte da América não excedia à estatura mediana, que tinha cabeça pequena, mais comprida do que redonda, crânio de imensa grossura, queixos fortemente desenvolvidos com regular inclinação para o prognatismo, "mais ou menos os mesmos traços característicos que Lund achou no homem da Lagoa Santa, por ele qualificado como oriundo da época terciária" (1).

Confirma essas conclusões o estudo que, em crânios provenientes dos sambaquís de Santa Catarina e Paraná, fez o Dr. J. B. de Lacerda, que diz:

"Nas duas primeiras séries (crânios referidos) o tipo destaca-se por estes caracteres salientes — dolicocefalia ocipital exagerada com depressão consideravel da fronte, grande desenvolvimento facial com esbatimento de toda região infra-orbitária e notavel projeção lateral dos pomos. O conjunto desses caracteres imprime ao semblante do indivíduo um aspecto bestial e revela instintos ferozes de animalidade.

A um crânio assim conformado deverá corresponder um cérebro de lóbulos anteriores rudimentares compensado pelo desenvolvimento relativamente exagerado dos lóbulos parieto-ocipitais.

Por outro lado, as asperezas e os relevos ósseos que servem de ponto de inserção aos músculos da face e da nuca indicam qual a potência muscular de que dispunham esses indivíduos. Tudo, pois, leva a admitir que esse tipo, cujos restos foram exumados dos sambaquís de Paraná e Santa Catarina ocupava um nivel muito baixo na escala humana; e que ele pode ser equiparado aos povos mais selvagens que hoje conhecemos" (2).

Nesse tipo racial, cuja primitividade é incontestavel, encontraremos possivelmente o "homo-americanus" ou, mais propriamente, o autóctone do sul. É o mesmo que iremos achar ainda, em seu próprio *habitat*, já um tanto modificado em seus hábitos de ferocidade pelo contacto com outra raça de características superiores. É o que faz supor a existência do grupo racial, completamente deslocado entre duas correntes invasoras em choque, que os primeiros brancos vão encontrar, ao norte, na região lacustre do Rio Grande do Sul e, mais tarde, na Serra do Nordeste, a cavaleiro do litoral atlântico.

É o Gês, "grupo de povos etnograficamente muito singulares que, de carater sobremodo arcaico, mais que todos os outros dessa região, merecem ser considerados autóctones" (3). Distinguem-se "pelo carater fonético das linguas, o costume de batoques ou rolhas de folha no lábio inferior ou nos lóbulos auriculares, pela falta de redes de dormir, a ignorância da olaria, assim como certas peculiaridades nas armas, segundo a designação de Martius. Estiveram geograficamente derramados por toda a metade oriental do planalto brasileiro desde seu declive ao norte, marcado pelas últimas cabeceiras do Xingú, e do Tocantins, até cer-

(1) C. von Koseritz. — *Subsídios etnográficos*, 47.

(2) *Anais do Museu Nacional*, IV.

(3) Dr. Paulo Erhenreich — *A etnografia da América do Sul*. Rev. Inst. S. Paulo. XI, 296.

ca de 30° sul; para o poente até o alto Xingú, não alcançaram, em compensação, o vale do Amazonas" (1)

Dominando esse grupo e impondo, quiçá, a alguns de seus ramos novas condições de vida, constata-se a passagem de uma onda invasora, vinda, provavelmente, do norte, que deixa vestigios em monumentos líticos encontrados no sul. Que migração foi esta? Em que idade milenar realizou a sua penetração? Nada sabemos. É de supor que a grande nação *tape* proceda dos remanescentes dessa onda invasora, que alí estacionasse, seduzida pela terra apta para a agricultura que dominava, enquanto outras avançadas fortes do mesmo povo, em sua marcha para oeste, se dirigisse até esbarrar nas altas muralhas dos Andes.

Encontram-se no município de Montenegro e em outros pontos do Rio Grande do Sul, em lajes de grés durissimo, ferruginoso, algumas séries de escavações de diferentes diâmetros e profundidades, dispostas simetricamente, que se comunicam entre si por canaletes superficiais ou furos internos. São as célebres "piedras de tacitas", ou crisóis, destinadas a um culto totêmico de uma velha raça ainda não identificada, mas que devera ter-se expandido por toda América do Sul, onde se encontram os traços de sua passagem. Essas pedras de crisóis, que serviam nas comemorações totêmicas para guardar o sangue das vitimas imoladas e onde se molhavam as armas para que tivessem maior eficiência na guerra e na caça, são encontradas em quase todos os paises da América meridional, do Atlântico ao Pacifico (2). As perfurações similares, que existem na Serra de Baturité, Ceará, registadas pelo Dr. C. Studart Filho, são inegavelmente *pedras de crisóis*.

Confirmando, ainda, a unidade de uma raça desconhecida, que deixou grupos representativos no Rio Grande do Sul, e cuja passagem deve ser anterior à invasão guaranítica, constata-se, entre os nossos achados arqueológicos, a existência de estatuetas e outros petrefatos simbolizando o "phalus", bem como formidavel quantidade de cachimbos de barro, de formas bizarras, recolhidos ao Museu do Estado.

Referindo-se ao uso dos cachimbos, de que é notavel a coleção existente no *Museu Júlio de Castilhos*, o Dr. H. von Ihering diz que os povos sub-andinos, da Argentina, exerceram influência sobre o Brasil meridional e, particularmente, sobre o Rio Grande do Sul, por esse uso que era comum entre os indigenas prehistóricos do Estado, pois que os tupís fumavam charuto, ao passo que os calchaquís (diaguitas) usavam cachimbo" (3).

Em seu magnífico estudo sobre *Tembetás* e outros petrefatos de inequívoca forma fálica, conclue o Dr. R. Simch que "a variedade de objetos encontrados no Rio Grande do Sul leva a crer na existência de um povo desaparecido do Brasil, anteriormente ao aparecimento dos tupís-guaranís" (4)

(1) Idem, idem, 297.

(2) Aurelio Porto — *Prehistória* cit.

(3) Dr. Hermann v. Ihering. *A etnografia do Brasil Meridional* — Rev. Inst. S. Paulo. Vol. XI, 236.

(4) Dr. F. R. Simch — *Tembetás*. Rev. Inst. Hist. R. Grande do Sul, 1924-40.

O grande americanista Max Uhle, que estuda as civilizações atacamenhas, nos mostra que as "pedras de tacitas" eram quiçá "caracteristico para os atacamenhos" e conclue: "piedras y peñas de tacitas, o morteros en peñas, se encuentran, por una grande parte, en regiones donde notoriamente en tiempo antiguo habitaron diaguitas y atacameños" (1). São procedentes, diz, da época epigonal das antigas civilizações.

Estamos, pois, em face de vestígios de uma grande corrente migratória do Ceará ao Rio Grande do Sul, da Argentina ao Chile, Bolívia, Perú, Equador e Colômbia, onde se constata a distribuição geográfica desse monumento lítico uniforme.

Que povo foi esse e qual sua trajetória não é possivel dizê-lo. Dele ficaram tambem indeleveis traços linguísticos que foram mais tarde opulentar de novas formas verbais o guaraní do sul, língua que dominou mais tarde o sul do Continente, quando da invasão desse ramo tupí. Em outro estudo fica esboçada a hipótese dessa influência (2).

Em época ainda remota uma nova migração penetra o território sul-riograndense impondo, aos elementos que alí encontra, língua, usos e costumes. É o guaraní que se despeja do norte e vai até o Prata, em cujas ilhas é encontrado pelos primeiros exploradores brancos. Uma grande onda deste povo, em sua marcha para oeste, cruza o Chaco e vai-se chocar com a civilização incaica. São mais tarde os denominados *cheriguanas*, pertencentes à família linguística tupí-guaraní e descendentes das tribus guaranís emigradas aos contrafortes andinos e de tribus *chanes*, de língua arawak, índios que os cheriguanas escravizavam. É interessante registar a existência no Rio Grande do Sul de uma grande tribu denominada *arachanes*, que tinha seu *habitat* nas proximidades da lagoa dos Patos e que, ainda, nas línguas das civilizações diaguitas, o étimo *ara* se poderia traduzir por *lagoa*, o que nos daria para designação desse povo — *chanes da lagoa*. "Os chanes são de origem arawak, outro ramo dos tupís guaranís, e emigraram para as proximidades dos contrafortes andinos em uma época desconhecida" (3).

Diz o provecto historiador Enrique de Gandia que "os guaranís que se estabeleceram nos contrafortes andinos emigraram do Brasil e do Paraguai em uma data anterior ao ano de 1471 em que, aproximadamente, começou a reinar o inca Tupac Yupanqui: o primeiro monarca alto-peruano do qual temos notícia que combateu contra eles".

A história conserva a lembrança das seguintes migrações guaranís aos contrafortes andinos:

I, uma primeira migração anterior ao ano de 1471;

II, uma segunda migração realizada entre os anos 1513-1518;

III, uma terceira migração realizada entre os anos 1513-1518 e 1521-1526;

IV, uma quarta migração capitaneada por um náufrago de Solis chamado Aleixo Garcia, realizada entre os anos 1521-1526;

---

(1) Dr. Max Uhle. *Fundamentos étnicos de Arica* — Equador, 1922.

(2) Aurelio Porto. *Caró. Jornal do Comércio*, Rio, 22-VII-1934.

(3) Enrique de Gandia — *Historia de Santa Cruz de la Sierra* — Buenos Aires, 1935-49.

V, uma quinta migração de 3.000 índios guaranís que seguiram a expedição de Domingos de Irala, realizada no ano 1548;

VI, uma sexta migração que seguiu a Nufrio de Chaves em sua viagem do ano 1558;

VII, uma sétima migração de 3.000 índios itatines que formaram parte da segunda expedição de Nufrio de Chaves do ano 1564 (1).

É, quiçá, a primeira dessas migrações, ou outras não conhecidas ainda, de origem guaraní ou, mais propriamente, tupí, que impõe ao tape, pelo cruzamento e pela língua, a sua civilização e os seus costumes, embora pareça não ter deixado tipos puros no território riograndense. Não obstante releva notar que os jesuitas espanhóis distinguiam dos tapes os índios das regiões que mediavam entre o Alto Uruguai e o Ibicuí, como diremos adiante, dando aos últimos o designativo de guaranís. Mas, o idioma guaraní, no sul, que parece ter recebido o influxo de uma outra língua falada pelos povos primitivos que aí viviam, se distancia grandemente do tupí do norte.

2 — *Ensaio de classificação aborigene.*

O território compreendido por todo o curso do Uruguai, "desde que se pobló la ciudad de la Assunción" (1537), já era conhecido, pois, "se tubo noticia de las prouincias del uruguay porque los antiguos la fueron atrabesando desde uiaza (Ibiaça) y nunca la pudieron conquistar auendo quedado noticia entre los suzerores el gouernador hernando arias de saauedra hizo entrada a ella" (2).

Em carta ao Rei, datada de 12 de maio de 1609, dizia Hernandarias de Saavedra sobre esse território que fora o primeiro governador do Prata a percorrer, que, "da ilha de Castilhos, ao Rio Grande, que chamam Rio de São Pedro que está em 32° e meio haverá 35 léguas, indo pela costa ao norte desse rio até o de D. Rodrigo, haverá 50 léguas, do de D. Rodrigo à Ilha de Santa Catarina que chamam os Patos província de Viaça haverá 30 léguas até a ponta da Ilha da banda do sul" (3).

Pelos vicentistas tambem a terra já era conhecida desde os primeiros tempos do estabelecimento daquela povoação. Em caravelões de costa entravam pela barra do Rio Grande (Rio de São Pedro) e iam resgatar com os tapuias. Gabriel Soares em seu precioso *Roteiro do Brasil*, escrito em 1587, assinala o fato "Esta costa, desde o Rio dos Patos (Santa Catarina) até a boca do Rio da Prata é povoada de tapuias, gente doméstica e bem acondicionada, que não come carne humana, nem faz mal à gente branca que os comunica, como são os moradores da capitania de São Vicente, que vão em caravelões resgatar pela costa com este gentio alguns escravos, cera da terra, porcos, galinhas e outras coisas, com quem não tem nunca desavença; e porque a terra é muito rara e descoberta aos ventos e não tem matas nem abri-

(1) Idem, idem.

(2) L. E. Azarola Gil — *Los origenes de Montevideo* — B. Aires, 1933.

(3) *Anais do Museu Paulista*. S. Paulo, 1922, tomo I, 299.

gadas, não vivem estes tapuias ao longo do mar e teem suas povoações afastadas para o sertão ao abrigo da terra e veem pescar e mariscar pela costa" (1). Entravam os vicentistas até o Taquari, diz mais tarde o padre Roque Gonzalez, e iam resgatar, com os índios, panos, chapéus, etc., em troca de escravos que levavam em suas embarcações para São Vicente.

Confinavam dentro do atual território riograndense, tripartindo-o, as províncias abraçadas pelo rio Uruguai, cujos designativos, desde os primeiros passos da penetração espanhola, ornaram os títulos dos adelantados e governadores do Prata: *Uruguai, Tape* e *Ibiaça.*

Serviam essas designações para assinalar regiões distintas, já perfeitamente delimitadas, quer por acidentes geográficos, quer pela existência de uma nação aborígene, a *Tape,* metida entre a primeira e a última como uma grande cunha territorial.

Encontraram os primeiros penetradores notícia dessas províncias etnográficas, não obstante o desconhecimento geográfico do território que elas abrangiam desde o Prata até a Laguna. A primeira, então, *Uruai,* que compreendia todas as mais, inicialmente, estendendo-se desde as margens orientais do Prata até confrontar com a de *Vera* (Guaira) e a linha oscilante de Tordesilhas, é denominação já registada pelos primeiros desbravadores e navegantes do grande rio de Solis.

Este que lhe dera o nome, que pouco perdura, Gaboto e outros viajantes, referem-se já ao rio que dará, mais tarde, denominação a todo o território. Diego Garcia, em 1527, diz que "de ali luego me parti en bergantin armado por el rio arriba, porque allamos rastio de cristianos, é andado por el rio grande se llama *Ouriay* ques donde se juntan todos los rios que tiene este grande rio dende el cabo de S. Maria até el cabo Blanco" (2). As duas outras designações se vulgarizam em meados do século I, recolhidas pelos *adelantados* Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1541) e Juan Ortiz de Zárate (1572), que as aduz a seus títulos governamentais. Por muitos anos conservam não só os governadores de Buenos Aires e Paraguai, como mesmo os provinciais da Companhia de Jesús esse predicamento (3).

Coube à Ilha de Santa Catarina e depois à Laguna, desde 1504, serem frequentadas pelas expedições que se sucediam, buscando o sul do litoral atlântico. Vem daí a fixação de alguns topônimos como *Porto dos Patos, Rio dos Patos, Laguna de los Patos* (Laguna) (Cristovão de Haro — 1514); *Rio de São Pedro* (Pero Lopes de Souza) para o Rio Grande cujo nome primitivo é *Igaí, Iguaí,* que ainda perdura em *I-guaíbe* (Guaiba); *Ibiaça* (Cabeza de Vaca). O primeiro e o último vão sendo trasladados, por erros cartográficos, para acidentes geográficos diversos dos da nomenclatura inicial. Subsiste em Santa Catarina o de *Laguna,* mas *Laguna de los Patos* (Lagoa dos Patos) se desloca para o Rio de São Pedro (Rio Grande); *Ibiaça,* que abrange a região de *Ibia*

---

(1) Gabriel Soares de Souza — *Roteiro do Brasil* — Rev. I. H. G. B., tomo XIV, 107.

(2) Diego Garcia — Rev. I. H. B. Tomo XV. Parte III, 11.

(3) Ainda em 1638 o padre Diego de Alfaro, da Companhia, se intitulava "Superior de las Reducciones de Paraná, Uruguai, Sierra del Tape y Biasa". Teschauer, Hist. R. G. S. I, 359.

deixa seus vestígios em *Viamão*, de *Ibiamon*, *Biamon*, *Viamon*, isto é, junto à *Ibia* (Ibia-moon).

Em 1554, quando Cabeza de Vaca desembarcou em Santa Catarina para prosseguir sua viagem por terra até o Paraguai, apresentaram-se-lhe vários naturais da região e "por via deles soube que na distância de 14 léguas em um lugar denominado *Biaça* (Laguna) existiam dois frades franciscanos, um chamado frei Bernardo de Armenta e outro frei Alonso Lebron, oriundos da Gran Canária. Haviam naufragado em 1538, no porto dos Patos, e aí já acharam três castelhanos que falavam o guarani, segundo informa Jaboatam. Hans Staden que, em 1549, fazendo parte da armada de Senábria, aportou a Santa Catarina, regista o forte de Imbiassupe, lugar na extremidade sul da ilha (1).

O designativo de *Tape*, como província ocupada por essa nação, já era conhecido tambem na segunda metade do século I. Em março de 1573 o adelantado Juan Ortiz de Zárate, que se destinava ao Prata, desembarcou em Santa Catarina. Grande era a falta de víveres que aí se sentia e tendo ele ciência de que, no porto de Mbiaza, ou dos Patos (Laguna), tinham os índios provisões, para alí se dirigiu com 80 soldados, saqueando a aldeia. Não obstante isto, os selvícolas trataram bem os espanhóis, pedindo-lhes que fundassem alí uma cidade, ao que não anuiu o adelantado porque estava resolvido a passar ao Rio da Prata. Em seguida, por mar, se transportou à ilha de São Gabriel. Juan Diaz de Melgarejo que, de volta do Paraguai, tinha ido a São Vicente, voltou a Santa Catarina afim de se encontrar com Zárate. Na ilha só achou os destroços da expedição e, querendo levar socorro ao governador, acelerou a marcha por terra, indo sair em frente às ilhas de São Gabriel, no Prata, cruzando, dessa forma, as províncias de Ibiaça, Tape e Uruguai (2). Melgarejo teria levado ao adelantado notícia dessas três províncias etnográficas em que se dividiam os atuais territórios riograndense e oriental, porque, tomando posse do governo do Prata, encorporava ele os designativos das novas províncias aos títulos de seu governo, que assim transmitiria a seus sucessores. Constava ainda desse predicativo a província de Vera, fundada por Cabeza de Vaca ao firmar paz com os índios do Paraná e que "latamente se estende até à costa, ilha de Santa Catarina e terras de *Mbiaza*" (3).

A Jayme Resquin, segundo Lozano (4), fora concedido o título de "Governador das Províncias de São Francisco e de Mbiaza, que por outro nome chamam o Porto dos Patos, de São Gabriel, Sancti Spiritus, e o de Guaira e tudo mais que povoasse". Contesta-o, porem, Azarola Gil, provecto historiador uruguaio, que diz não ter Carlos V concedido a Jayme Resquin "um governo distinto", e sim autorização para erigir povoações, e entre elas uma em São Gabriel, propósito que não poude realizar (5). Refere o padre Nicolas Mastrili Duran, em sua Ânua de 1628, que o governador D. Francisco de Céspedes projetara fundar na Pro-

(1) Hans Staden — *Viagem ao Brasil*. — Ed. 1930, pág. 50.

(2) P. Pedro Lozano. — *Historia de la conquista del Paraguai, Río de la Plata y Tucumán*, III, 135.

(3) P. Pedro J. Guevara — *Hist. de la Prov. del Paraguay*, 174.

(4) Lozano. Op. cit., III, 131.

(5) Azarola Gil, *Origenes* cit., 28.

víncia de Mbiaza uma cidade e abrir um porto de grande movimento afim de impetrar do trono espanhol o título de "Marquês de Ibiaça, Tape e Uruguai" (1)

D. Pedro Esteban Dávila, governador do Rio da Prata, em documento existente na Biblioteca Nacional (2), assim descreve esse território: "Tienen por confinantes las dichas Provincias (Uruguai, Tape e Ibiaça) por una parte las del rio de la Plata y Paraguai y por otras la mar del norte, Santos, San Vicente y San Pablo, estados del Brasil y algunos pueblos que estan reducidos y que doctrinan los Padres de la Compañia de Jesus, estan los mas cercanos a la mar del norte dos ó tres dias de camino y desde la ciudad de San Juan de Vera de las Siete Corrientes que esta fundada a la orilla del rio de la Plata ay quarenta a la primer población del Uruguay." La tierra destes Indios toda esta en menos altura — la moda de la tierra es templada y abunda de semillas y legumbres y lo que sea sembrado de legumbres y semillas de Castilla y arboleda que sea plantada se da bien algodon de muchas partes ay tierra llana montosa lomas y sierros muchos arroyos que entra en el principal del Uruguai y otros que desaguan al mar del norte e del que se forma el que llaman Uiaza que por lo que se tiene noticia podia ser puerto capaz de bajeles grandes y esta en la costa del mar del norte y distante de San Vicente y Santos ultimas poblaciones del Brasil asia el sur en 28 grados y de esta ciudad por rumbro derecho yendo por la tierra firme de los charruas 190 leguas."

Dentro do atual território riograndense a Provincia do Uruguai, etnograficamente considerada e assim designada pelos primeiros penetradores brancos, lindava com a do Tape pelas fraldas mais meridionais da Serra do Mar indo até as nascentes setentrionais do Jacuí. E daí pelas cabeceiras do Uruguai-pitã, hodierno rio da Várzea, ia até o Uruguai, limitando-se por ele com a província de Guaira. A primeira vez que o padre Roque Gonzalez entrou nesta província, pelo Ibicuí, andou por este rio 80 léguas para se aproximar do Tape, mas da redução de São Nicolau, a primeira que fundara, fez, por terra, o percurso em cinco léguas, "de sorte que, diz ele, se vem a economizar mais de 100 léguas, porque desde Conceição para chegar ao posto donde se fundou a primeira vez esta redução (São Nicolau, entre Ibicuí e Jaguarí) se andavam mais de 100 léguas e ao posto em que agora está fundada há menos de 20" (3).

Compreendidas nessa província ficavam as regiões de que eram caciques supremos Tabaca e Nheçum. A primeira se estendia do Ibicuí ao Ijuí e a segunda deste rio até o Uruguai-pitã. Do sul do Ibicuí até o Prata, limitando com a província do Tape, dominavam os guaicurús do sul, como melhor se dirá adiante.

A província do Tape ficava entre as do Uruguai e Ibiaça. A norte e leste, dividindo-se com esta última, tinha por limites o curso do Jacuí, desde suas nascentes mais setentrionais até a lagoa dos Patos. A sul e

(1) J. M. Blanco — *Hist. documentada de los mártires del Caró e de Ijuí.* 1929, pág. 618.

(2) Bibl. Nac. *Manuscritos*, I, 29, 3, 1.

(3) P. Roque Gonzalez — Carta de 14 de novembro de 1627. B. N. I. 29, 7, 19.

oeste extremava-se da província do Uruguai pela Serra Geral, desde a secção ainda hoje denominada serra dos Tapes até às origens do Jacuí. Dominavam os tapes toda essa vasta região abrangida pela Serra Geral, cujos últimos contrafortes a oeste iam morrer entre os rios Ibicuí e Itú, isto é, na coxilha do Boqueirão, ponto inicial da primeira penetração do padre Roque Gonzalez, no Tape.

A província de Ibiaça se deveria estender desde Laguna cabeceiras do Pelotas (rio Uruguai), baixando pelo afluente do Uruguai, o Uruguai-pitã ou rio da Várzea, por este atingindo as cabeceiras mais setentrionais do Jacuí e todo seu percurso até a lagoa dos Patos, canal do Rio Grande, litoral até o seu ponto inicial, na Laguna.

Esta divisão etnográfica em províncias raciais distintas, que o autor deste trabalho foi o primeiro a esboçar, para melhor compreensão da etnografia do Rio Grande do Sul, ressalta do copioso material documental, em maior parte inédito, constante de ânuas dos jesuitas espanhóis, existentes na Biblioteca Nacional (*Coleção de Angelis*) e de outros trabalhos citados no texto.

Como se verifica do mapa etnográfico que esboçamos, o território do atual Estado do Rio Grande do Sul estava em grande parte povoado por indígenas oriundos de três grandes grupos raciais perfeitamente distin-

GRUPO RACIAL	RAMOS	NAÇÕES	TRIBUS OU PARCIALIDADES	PROVÍNCIA ETNOGRÁFICA
GÊ	Autóctone	Caágua	Caaguaras	
	Guaianases (Gualachos ou Coroados)	Ibirajara	Caamoguaras Caatiguaras Cariroiguaras Tebiquariguaras Piraiubiguaras Taiaçuapeguaras Ieiquiguaras Ibianguaras Guaibiguaras	Província de Ibiaça
	Guaranizados	Tape	Tapes Arachanes	Província do Tape.
			Caroguaras Tabacanguaras	Província do Uruguai.
MBAYA	Guaicurús do sul	Chaná	Guenoas Chanás Mboanes Iaros Charruas Minuanos	

tos, que podem ser identificados pela diversidade de seus caracteres somáticos. Eram os caáguas, talvez, os últimos representantes da raça primitivíssima dos sambaquís do sul; os *guaianazes, os tapes* e os *guaicurús*

do sul, sendo que os tapes, embora parecendo provir de origem diversa, apresentavam, pela lingua e pelos costumes, traços indeleveis de remota guaranização.

Consoante larga pesquisa em material histórico etnográfico, que nos foi dado realizar, não estamos de acordo com os autores que afirmam a existência de guaranís puros dentro do território riograndense. Os próprios *caroguaras* e *tabacanguaras*, que os jesuitas diferençavam dos tapes, chamando-os de guaranís, eram afins dos tapes, segundo nos parece. Para melhor compreensão deste trabalho procuraremos sintetizar no quadro da página anterior um ensaio de classificação dos primitivos habitantes do Rio Grande do Sul.

3 — *Grupo racial gê.*

No primeiro século do descobrimento, segundo pesquisas a que procedemos, ocupavam a região compreendida pela provincia de *Ibiaça* as nações Caágua e Ibirajara, oriundas do mesmo tronco racial, mas profundamente diferenciadas pelá lingua e cultura.

a) *Caágua* — Esta região que cortava a provincia de Ibiaça, lindando a sul e oeste com a região de Ibia, ocupava toda a extensão da Serra Geral que se estende entre o litoral e o vale do Taquarí, pois como se verifica de *Relación de lo sucedido* (1), "estava da outra parte do Tibiquarí para o mar, em umas serranias muito ferteis e abundantes de comida, que é como que outra província distinta da da Serra, que chamam Caágua, onde há infinita gente".

Pode-se mesmo, com mais precisão, localizar o Caágua no atual município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, cuja cidade, antiga estância de Pedro da Silva Chaves, por onde passava a estrada das bandeiras, fica na altitude de 922 metros, e entre 29° 20' 0" de lat. S. e 7° 31' 21" de Long. O. R. Janeiro. Esta região estaria compreendida entre as nascentes do Rolante, ao sul, do Santa Cruz (Caí) a oeste, e Lajeado Grande e Tainhas, tributário do Antas, ao norte. Este último seria o *Caágua-ti-apipe* (cabeceiras do Caágua), referido pela documentação jesuítica espanhola, perto do qual ficava o Caatí (Erval). A leste entesta nas cabeceiras do Maquiné. Estudando essa região informa o padre Balduino Rambo S. J.: "Resta pouco a dizer sobre os campos de São Francisco de Cima da Serra. Com seus 900-1.000 metros de altura são um resto maior e coerente do planalto primitivo. Entre suas coxilhas mais elevadas nascem as cabeceiras do rio dos Sinos, ao sul e ao sudoeste, do Caí ao noroeste, do rio das Antas ao nordeste e do Maquiné a leste" (2).

Os *caaguaras*, gente do mato, silvestre, que parecem ser os últimos representantes do povo autóctone da região, talvez os remanescentes dos primitivos homens dos sambaquís do sul, tinham caracteres singulares e eram de uma rusticidade primitivíssima. Os tupís o designavam por *Iraiti-inhacame*, que significa cera na cabeça, pois sobre as largas coroas

(1) Biblioteca Nacional Mss. I — 29, 1, 55.

(2) P. Balduino Rambo — *A estrutura da Serra.* — "Anais do 2.° Congresso de Hist. do R. G. do Sul", 1937, vol. I, 109.

que usavam punham cera e, por isto, eram tambem conhecidos por *cerados*.

Inimigos dos portugueses que os escravizavam e dos ibirajaras que acometiam as suas aldeias para vendê-los aos paulistas, tornaram-se logo amigos dos jesuitas espanhóis. Ganhou-os a bondade do padre Cristovão de Mendoza. Tendo notícia dessa nação, por cujas terras passava o *caminho do rio* (Ibia), pelo qual deveriam fatalmente cruzar os bandeirantes que mais tarde invadiram as reduções do Tape, foi o padre combinar com os iraitís os mais eficientes meios de defesa. Em 1635, antecendo à primeira bandeira que entrou em terras do Rio Grande do Sul, e que tinha por chefe Antonio Raposo Tavares, alguns paulistas e tupís que baixaram pelo caminho à cata de índios haviam sido desbaratados e mortos pelos caaguaras. E, na volta do Caágua, depois de concertar com esses índios a defesa da região, o padre Cristovão foi martirizado pelos ibianguaras, no Ibia, a 26 de abril de 1635 (1).

De "boa condição" e pacíficos, tornaram-se amigos e aliados dos padres e atenderam o convite do padre Cristovão para irem se aldear junto ao Tape, o que não levaram a efeito, no momento, por não haver, naquele ano, comida suficiente no local que se lhes destinava. Quando, no ano seguinte, entraram as grandes bandeiras paulistas, foram os caaguaras, em quase sua totalidade, reduzidos à escravidão e levados para as paliçadas que os portugueses ergueram junto ao Taquarí, sendo conduzidos à volta da bandeira de Raposo Tavares, para os campos de Piratininga. Os que puderam fugir embrenharam-se pelos matos da Serra Geral, ficando, assim, destruidas as suas aldeias. Muitos anos depois, em pleno estado de selvajaria, muitos caaguaras eram encontrados nas matas quase impenetraveis do Alto Uruguai, onde se chocavam com os tapes que alí iam à procura de erva-mate, nos ervais de Nhucorá (2).

De sua língua, diz Hervás que o Caaiaguá, falado pela nação do mesmo nome, estabelecida a oriente do rio Uruguai até seu nascimento a oeste, é idioma particular, de dificil pronunciação, como observa Techo, que dele diz: "Os Caaiaguás (ou Caágua-silvestre) usam lingua própria, dificil de entender, pois quando pronunciam suas palavras não parecem falar, senão dar assobios ou formam acentos confusos na garganta. Os caaiaguás, colhidos ou presos, não costumam falar quando estão fora de sua nação por mais que os atormentem, porque poucos são os missionários que puderam escrever palavras caaiaguás" (3).

b) Ibiraiara — A primeira notícia que se tem sobre esta grande nação é a de que ocupavam a vasta região compreendida ao sul do rio Iguassú, no atual Estado do Paraná. São encontrados tambem, transposto o Alto-Uruguai, dentro do Rio Grande do Sul, na região compreendida entre o rio Uruguai-pitã, ou rio da Várzea, até as suas cabeceiras e daí, entroncando nas cabeceiras do Jacuí, por este até se lançar no oceano. Pelo litoral até o Mampituba e ao norte o rio Pelotas, Uruguai, até o ponto de partida. Dentro desta região riograndense exclue-se a

(1) Aurelio Porto — *Martírio do ven. P. Cristovão de Mendoza* — P. Alegre. Sep. Anais III Cong. de Hist. sul-riograndense, 1940.

(2) Aurelio Porto — *Terra Farroupilha* — I, 27. Tanto autorizado — B. N. Mss. I, 29, 3, 43.

(3) Hervás — *Catal. de lenguas.*

Serra Geral, na altura do atual município de São Francisco de Paula, cujas serranias constituiam, como que "uma província distinta", ocupada pelos caáguas. Ao norte e oeste, onde começam os grandes pinheirais que vão entestar no rio Iguassú, ou para o litoral até o rio Mampituba, lindavam os ibiraiaras com os carijós, "pois a comarca destes carijós", informa o padre Jerônimo Rodrigues, em carta de 1605", que estão por estes campos ao longo do mar, e que é deste porto de D. Rodrigo (Imbituba) até o Boipetibla (Mampituba), pode ser de 40 léguas, pouco mais ou menos" (1).

De origem tapuia-gês meridionais e conhecidos tambem pelo nome genérico de guaianazes, os ibiraiaras, cuja designação se traduz por *senhores do pau*, devido aos grandes tacapes que usavam, eram tambem apelidados pelos portugueses de *bilreiros*, dos compridos batoques em forma de bilros que lhes pendiam do lábio inferior. Informa o ilustre etnólogo Dr. Rodolfo Garcia, que "os bilreiros eram o mesmo que os *caiapós*, conhecidos tambem pelo nome de Ubiraiaras (ibiraiaras), localizados entre o rio Paraná e as cabeceiras orientais do Paraguai".

Descrevendo o martírio dos irmãos Pero Correa e João de Souza, ocorrido na fronteira entre carijós e ibiraiaras, depois do natal do ano de 1554, em sua *Crônica da Companhia*, Baltazar Teles diz "que teve notícia nesse tempo o padre Manuel da Nobrega de uma nação de gentios que está alem dos carijós que, em sua lingua, se chamam ibiraiaras (aos quais os portugueses comumente chamam bilreiros), dos quais dizem ser algum tanto mais domésticos e disciplinaveis que os índios da costa do Brasil, posto que divirjam alguma coisa na lingua, o irmão Pero Correa com seu grande zelo tinha já alcançado o conhecimento de seus vocábulos e modo de falar, por via de um índio que muito tempo cativara entre eles" (2).

É o veneravel José de Anchieta, porem, quem nos dá precisas notícias sobre os ibiraiaras e sua localização, informando que se havia mandado o irmão Pero Corrêa "a umas povoações de índios que *estão situadas perto do mar*, a pregar entre eles a palavra de Deus, e, máxime, se puder, manifestá-la em certos povos, a que apelidam ibiraiaras, os quais cremos que se avantajam a todos estes não só no uso da razão, como na inteligência e brandura de costumes" (3). Depois de prediçar entre os carijós, provavelmente na Laguna, acompanhados por 10 ou 12 principais destes, indo até a fronteira de seus inimigos ao entrar em uma região de pinheirais, em que começavam as terras dos ibiraiaras, os irmãos Pero Correa e João de Souza foram aí mortos a flechadas pelos carijós (4).

Trinta anos depois, o padre Manuel de Ortega, que fundou a Província jesuítica do Paraguai, a mandado de Anchieta, teve, ao sul de

---

(1) P. Fernão Guerreiro — *Relação anual das coisas*, etc. Lisboa — 1609-306. *Memórias para o extinto Estado do Maranhão*. Candido Mendes de Almeida, Rio, 1874, II, 542.

(2) Baltazar Teles — *Crônica da Companhia de Jesús*, etc. Lisboa — 1647, 2.º vol., 501.

(3) P. José de Anchieta — *Cartas Jesuíticas*. Ed. Civ. Bras., 1933-48.

(4) Idem, idem, 81.

Guaira, transposto o Iguassú, novo contacto com os ibiraiaras. Foi depois da peste que, em 1589, assolou os povos do Paraguai, que o missionário, sem acompanhamento algum, desceu de Vila Rica e se dirigiu aos ibiraiaras, julgando quebrantado seu ânimo selvagem pela irrupção do mal. O padre Ortega conhecia "já à maravilha o idioma que falavam", diverso da língua geral. Essa nação se compunha de umas 10.000 almas e se sustentava da caça. Alguns deles haviam recebido o batismo não se sabe quando, mas o certo é que ignoravam os mistérios da religião e tinham de cristãos somente o nome. Inimigos ferozes dos espanhóis, haviam rechaçado o jugo que estes queriam lhes impor, e eram terriveis em sua ferocidade. Combatiam com grandes paus (tacapes) de que lhes adveio o nome (senhores do pau) ibiraiaras. Grande êxito teve a missão do padre Ortega. Conseguiu batizar 2.800 índios atacados de peste. Os outros solicitavam insistentemente os instruisse na religião, mas o padre protelou a satisfação desse desejo até que eles, pela sua bondade, modificassem seus bárbaros costumes, abandonando práticas antigas. Passado algum tempo foram cristianizados mais de 300 índios que se submeteram ao domínio espanhol. Insistiram os outros com os padres para que fossem ao seu país ensinar a doutrina católica e administrar os sacramentos, dizendo que haviam já construido templos e levantado cruzes (1).

Em 1605, entrando até o Tramandaí, com eles tiveram relações os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues, em sua missão à Laguna. E quando o padre Roque Gonzalez entra no Tape, pela primeira vez, não lhe faltam notícias dos ibiraiaras que se estendiam alem do Iguai (Aí), atual Jacuí, até o litoral. Em sua citada carta de 1627 diz o beato padre que, depois de Piratiní e Ijuí, seguem-se 50 léguas de montanhas que entestam com o Uruguai e há aí "otros tres mil indios", "y entre estos entran los Birayaras, que son labradores y estan en las montañas dichas" (2).

Antonio Serrano, em magnífico trabalho, dando aos ibiraiaras o nome genérico de guaianazes, e dividindo as suas tribus em *bates, chovas* e *pinarés,* dentro do Rio Grande do Sul, fornece-nos, através das informações de Azara, alguns traços dos caracteres fisicos dos ibiraiaras. Seja, porem, dito de passagem que de toda a documentação, quer portuguesa, quer espanhola contemporânea da época a que nos referimos, nada encontramos que autorize a dar a esses índios tal denominação, exceto a última, encontrada em alguns mapas antigos, que se refere à localização, pois os *pinarés* "ocupavam as cabeceiras do Uruguai, onde existem bosques de araucária, de cujos frutos se alimentavam" (3).

Tinham estes selvícolas uma estatura proporcionada que não excedia a dos espanhóis e era a pele de cor clara e olhos azues.

---

(1) Aurelio Porto — *Bandeiras paulistas.* "Terra Farroupilha", I. 53.

(2) B. N. Mss. Col. Angelis. Calvo. *Recueils complets,* vol. II. Na cópia original (B. N.) o rio citado pelo P. Roque está grafado *Aí* e não *Aix,* como se encontra em todas as publicações da citada carta.

(3) Antonio Serrano — *Etnografia de la antigua provincia del Uruguay.* Paraná. 1936-40.

Falavam os ibiraiaras lingua diferente do guaraní. Observa Lozano que essa lingua era "muito elegante, não faltando o *F, J* e *H,* de que carecem os guaranís, e admite muda com liquida, e dobrada, o que não se encontra em outro idioma" (1). Essa lingua pode identificar-se com o kaingang, hoje ainda falado pelos bugres do Rio Grande do Sul, que descendem dos guaianazes. Na toponímia riograndense, alem de outros étimos que se poderiam filiar ao kaingang, encontram-se alguns tipicamente dessa origem, como, no Alto Uruguai: Capoerê, Erechim, Erebango, Guaporé, etc. No nome dos caciques da região dos ibiraiaras encontraremos várias palavras kaingang, como *Tópen* (Deus, santo); *Yakua-caporú, Yakua,* cabelo — *capurú,* preto); *Yopepoyeca* (braço que dá pancada) e outros muitos.

Kaingang era designativo dos coroados, palavra que tambem significa homem. Foram tambem conhecidos por *cabeludos,* porque deixavam crescer os cabelos em redor da coroa.

Andavam geralmente nus, mas as mulheres traziam uma espécie de saiote, feito de fibra de urtigas, ou manta do mesmo material, que lhes cobria o corpo dos peitos aos pés.

Eram os ibiraiaras índios guerreiros e valentes, e acérrimos inimigos de seus vizinhos, os tapes. Caçavam-nos como se caçam os javalis. De suas incursões à margem direita do Guaiba e do Jacuí, traziam sempre grande presa de tapes, que vendiam aos paulistas. Ao princípio, alguns ibiraiaras, usando da maior cautela, conseguiam localizar uma aldeia ou grupo de silvícolas inimigos. Voltavam, dando aviso ao povo que, em chusma, armados de arcos e tacapes, cercavam a aldeia e surpreendiam a todos, levando-os prisioneiros.

O processo de caçadas foi adotado mais tarde pelos catecúmenos cristãos para levar aos padres jesuitas selvagens infiéis que eram catequizados nas aldeias.

Para reunir o povo, o cacique principal dava aos outros uma porção de suas flechas de guerra, que eram levadas a toda parte, concitando os guerreiros das tribus. Vinham os índios armados de arcos e tacapes compridos, enfeitados todos com seus cocares de plumas vistosas e, tendo os chefes à frente, em fileiras, caminhavam um atrás do outro. Ainda nos combates conservavam essa formação com que envolviam os inimigos, cercando-os ao som de seus instrumentos de guerra e de uma gritaria infernal. Apertado o cerco, sucedia, muitas vezes, tornarem-se os próprios companheiros alvos de suas flechas.

Os ibiraiaras não eram antropófagos. Mas os seus feiticeiros sacrificavam as vítimas, que comiam como prática litúrgica. As informações dos jesuitas espanhóis são acordes em apontar muitos casos de antropofagia desses feiticeiros, principalmente daqueles que eram chamados *apicairés.*

Eram estes geralmente temidos e obedecidos por todo o povo, tornando-se assim os seus verdadeiros caciques. Eram índios terriveis, de aspecto medonho, insensiveis à dor e a qualquer sofrimento físico. Tomavam nas mãos enormes brasas que comiam, como se saboreassem aque-

---

(1) Padre Pedro Lozano. *Hist. de la Conquista del Paraguay.* Ed. Lamas Buenos Aires. 1874, I, 423.

les manjares incandescentes. Outras vezes se transformavam em tigres, cujos bramidos imitavam e como se tivessem verdadeiras garras espedaçavam, em poucos momentos, os índios que se lhes aproximavam. Alguns, para atrair a chusma, dansavam e cantavam, armados de itaicê (faca afiadíssima de pedra), e quando se acercavam da roda que se formava em torno, procuravam atingir o índio mais gordo, que abatiam com certeiro golpe e, ali mesmo, o estraçalhavam, comendo com voracidade incrivel as carnes ainda quentes da vítima. Eram talvez esses apicairés os últimos remanescentes do homem selvagem das *pedras de crisóis* (tacitas), de que se encontram no Rio Grande do Sul vestígios singulares (1).

Os feiticeiros foram os mais encarniçados inimigos dos jesuitas espanhóis, para o que grandemente influira o imemorial contacto com os portugueses com quem tinham os ibiraiaras constante intercâmbio de escravos e frutos da terra. Havia, mesmo, entre eles, prepostos dos paulistas que faziam larga prea de índios que, em levas, subiam para Piratininga.

Depois de terem martirizado, em Ibia, o padre Cristovão de Mendoza, resolveram dar cabo de todas as reduções espanholas. "Para conseguir esse seu diabólico intento", informa o padre Boroa, "fizeram uma trama infernal que foi remedar e contrafazer todas as ações dos padres, fazendo umas espécies de igrejas onde se juntavam e tinham púlpitos e batistério, onde pregavam os seus sermões e batizavam a seu modo, pondo nomes nos batizandos, e o que predicavam tudo era contra os padres, fazendo burla do que ensinavam e predicavam estes, atemorizando os que se reduziam e assistiam no povo, e publicando que todos os cristãos haviam de se acabar e os povos e reduções consumir-se. Porque, diziam, tinham já convocado os tigres que haviam de assolá-los, e estavam para sair de suas cavernas os *itaquiceas* e os *ibipitas*, que são uns pseudofantasmas que o vulgo e chusma imagina horrendos, e aos quais todos temem muito e dizem que vivem nas furnas e buracos que fazem e teem os cerros e montes altos em seu centro e trazem nas mãos uns montantes de pedra, muito compridos, como se fossem grandes colunas, de cujas pontas pendem fios cortantes, que, mesmo de muito longe, matam a todos que atingem. E, para confirmar tal embuste, dão a entender aos índios que os ecos dos montes, que trazem as palavras e os gritos que se dão junto a eles, são as vozes destes fantasmas que repetem o que o outros dizem para sair atrás dos que gritam. Estes fantasmas, dizem os feiticeiros, obedecem a seu mandado e estavam alí escondidos, mas eles poderiam soltá-los quando lhes aprouvessem" (2).

A dansa e o canto exerciam grande atração sobre o ânimo dos ibiraiaras. As festas com que solenizavam as suas vitórias, e em que as mulheres preparavam as bebidas, mas só os homens bebiam até se embriagarem, eram entretecidas com cantos e dansas. Usavam, principalmente, os feiticeiros, uma espécie de entorpecente, feito de erva-mate em pó que aspiravam pelas narinas, caindo em transe.

Seus dansadores, *hieroquiaras* (senhores da dansa), tornaram-se célebres na história das reduções. Eram geralmente rapazes, vestidos de

---

(1) Aurelio Porto — *Prehistória do Rio Grande do Sul.* "Terra Farroupilha" — I, 7-31.

(2) *Relación de lo sucedido.* B. N. Mss. I-29, 1, 55.

formas bizarras, que atraiam a chusma e, dansando, improvisavam cantos de façanhas guerreiras, entremeados de conselhos a que não dessem ouvidos aos padres a quem invetivavam, mostrando o castigo que lhes estava reservado quando os tigres, os itaquiceas, os ibipitas, saissem das cavernas para destruir as aldeias e as comidas das roças. Foram os hieroquiaras os guardas avançados dos bandeirantes. De um deles ficou memória nos documentos jesuíticos. Referiu aos padres o capitão Ariya, cacique de São Joaquim, "que querian dar sobre estes tres pueblos y que los autores son Yakuacaporú, Yaguarobi y Chembiabaté mui insignes de los lucitanos, y que traian consigo un muchacho gran dançador, con un colete de anta, que era de los acemoriçaba, e que se dicia que este muchacho era hijo de los portugueses aunque era indio, debe de ser algun mestiçuelo hijo de alguna india de Yakuacaporú" (1).

Embora não se possa afirmar que praticassem alguma espécie de religião, os ibiraiaras acreditavam na imortalidade da alma. Guardavam de tempos primitivíssimos certas práticas religiosas que haviam recebido de missionários católicos portugueses e espanhóis que, em meados do século XVI, entre eles haviam estado. Referem documentos que, em algumas aldeias, encontravam-se umas casas como igrejas com púlpitos e batistérios, onde pregavam e desbatizavam os catecúmenos dos jesuitas.

Chamavam a alma *Weikupri* (coisa branca) ou *acupli.* Deus, *Tópen* e o demônio *Det kori* (coisa ruim). "De suas práticas funerárias, diz Lozano, que cada aldeia possuia um cemitério. Alí enterravam seus mortos diretamente ou em uma sanga aberta de propósito, cobrindo a sepultura com um montículo de terra de forma piramidal. Na cúspide desse montículo colocavam uma vasilha e junto a ela acendiam um fogo lento de que os parentes do defunto cuidavam e alimentavam, dia a dia. O recipiente servia para que o morto bebesse e o fogo "para afugentar as moscas". Os *pinarés,* da região de Caamo (*caamoguaras*) tiravam os moribundos para fora da choça, afim de que não morressem dentro dela.

Informa o padre Borôa que os ibianguaras, que deixaram por morto o padre Cristovão, voltaram no dia seguinte para abrir-lhe o ventre e queimar o corpo, como costumam, "porque tienen estes barbaros una superstición, que dice que se el matador no romper el vientre del muerto, asi como el cadaver se va inchando se incha el matador tambien y muere" (2).

A designação das tribus ou parcialidades da classificação que ensaiamos, decorre da localização dos diversos grupos em que estavam divididos os ibiraiaras, segundo notícias de fontes jesuítica-espanholas.

Os *caamoguaras,* ou *pinarés* de outros autores, são os moradores de Caamo, região que se pode localizar nos campos de Vacaria, pelo que, como a outros selvagens que ocupavam regiões idênticas, dava-se tambem o nome de *campeiros.* Com suas seiscentas léguas quadradas de planalto, e altitude média de 1.080 metros, era o ponto inicial, transposto o Uruguai, da velha estrada de penetração para o centro do Rio Grande do Sul. E é por aí, pelo Caamo, que passaram as bandeiras paulistas que

(1) Carta do padre Francisco Diaz Taño. B. N. Mss. I-29, 1, 53.

(2) Aurelio Porto — *Martirio do veneravel padre Cristovão de Mendoza.* Rio — 1940. Sep. do III Cong. de Hist. do R. G. do Sul — 12.

investiram contra as reduções do Tape. A própria significação do topônimo indica a localização, pois *caá*, quer em guaraní, quer em kaingang, que seria a lingua dos ibiraiaras, tapuias de origem guaianá, se traduz por *mato* e *mo*, junto, ligado, isto é, *junto ao mato*, que cercava essa grande extensão de campos.

Na documentação jesuítica espanhola encontra-se tambem a forma *Caamome*, quando se quer referir os que moram nas proximidades de Caamo. Quando os padres fundaram Santa Teresa, que ficava nas imediações da hoje cidade de Passo Fundo, em 1634, avançou a fronteira das reduções, que era pelo Jacuí, até o rio Taquari, Guaporé, a entroncar no rio Ligeiro, que desagua no Uruguai (limites da lagoa Vermelha), e daí a observação do padre Diaz Taño que, em carta de 6 de setembro de 1635, dizia parecer que "temos toda fronteira contra nós: os ibianguaras que mataram o padre Cristovão, e esses de Caatime (junto ao Caatí) e de Caamome, e os de Taiaçuapé, Piraiubí e Taquarí, aos quais ajudam os de Guaibe-renda, tambem muito dos portugueses" (1).

Os caamoguaras foram grandes inimigos dos jesuitas espanhóis que, com suas aldeias, haviam transposto as fronteiras de Ibiaça. Explica-se naturalmente essa hostilidade, conhecendo-se as suas ligações com os portugueses e paulistas que, desde tempos imemoriais, por ali passavam, resgatando índios que, em grandes levas, faziam subir para Piratininga.

E foi principalmente em Caamo, quando os índios resolveram dar sobre as reduções, que se reuniram as grandes *juntas* de feiticeiros, depois da morte do padre Cristovão, e só não levaram a efeito esse intento porque os índios cristãos sairam-lhes ao encontro e dispersaram a junta.

Caatí (Erval), onde havia uma grande parcialidade, ficava junto a Caamo, entre este e Caágua, isto é, nas cabeceiras do rio de Caágua (*Caágua-ri-apipe*). Os caatiguaras aderiram logo às juntas de Caamo e deram sobre a aldeia de Apecê, cacique amigo dos jesuitas, que, com sua chusma, se preparava para reduzir-se. Morto Apecê, no assalto dos caatiguaras, foram seus índios escravizados e vendidos aos paulistas.

Para não alongar estas notas sobre as diversas parcialidades em que se dividia a nação ibiraiara, notaremos os moradores de Ibia, região compreendida entre a serra de nordeste e campos de Viamão (*Ibiamon* — junto, ligado, pegado a Ibia), que martirizaram o padre Cristovão de Mendoza, e os guaibeguaras que ocupavam a região de Guaibe-renda (porto de Guaiba, atual cidade de Porto Alegre.)

Eram os guaibeguaras acérrimos inimigos dos Tapes, com os quais defrontavam pelas alturas de Itapuã e margem direita do grande estuário. E tais eram as razias de seus vizinhos que, quando o padre Roque entrou no Tape, estes estavam grandemente diminuidos no número que devia ter sido consideravel. Diz Lozano que essa diminuição se "verificava pelo comércio que seus vizinhos (guaibeguaras) faziam de escravos com os portugueses e mamelucos que entravam em lanchas e botes pelo Iguaí, (Guaiba), "adonde llegaban los fronterizos tapes" (2).

A primeira notícia que se conhece desse comércio que se exercia intensamente pelo porto do Guaiba (Porto Alegre), nos transmite o rela-

(1) Carta cit. Mss. B. N. I-29, 1, 53.
(2) Padre Pedro Lozano — Hist. cit. I, 32

tório do padre Roque Gonzalez, citado anteriormente: "Entre eles (rios), há um principal que chama *Ai* (Iguaí) por onde me disseram os índios entravam portugueses em navios pequenos, deixando os grandes em alto mar, para comerciar com eles, trazendo-lhes muita roupa do mesmo pano que era feita a minha, que é de feltro, e muitos *chapéus*, que é como eles chamaram-me os sombreiros".

As relações que esses índios mantinham com os paulistas ressaltam a todo instante dos informes dos padres jesuitas, temerosos do mal que lhes adviria por essa entrada, uma das duas por onde os inimigos poderiam assaltar o Tape. Informa o padre Taño que muitas parcialidades de Ibia estão rebeladas contra a cristianização dos índios. E acrescenta: "Y los ayudan los de Guaibe-renda, también mui de los portugueses, con que hemos dudado muchas vezes si esto es traza dellos" (1). E o padre Pedro Mola informa que "há certos indícios de que os portugueses podem nos vir do "pueblo de gue-bi renda" (2).

4 — *Grupo Tape.*

O Dr. José de Saldanha, que muito de perto estudou, em seu próprio *habitat*, os nossos silvícolas, traz um precioso informe sobre a latitude dessa grande nação, ainda vultosa na época da conquista. "Estes índios habitavam, diz, o que nós chamamos presentemente Continente do Sul, ou desde a costa leste do Paraná (porque do outro lado já são os paraguaios) até a praia do mar oceano e desde o Rio da Prata até os pontos meridionais da cordilheira geral da costa do Brasil" (3).

Quais as origens do grupo Tape que vai aos poucos se circunscrevendo entre a bacia meridional do Jacuí e os contrafortes mais extremados do sul da Serra Geral ? Não seria certamente possivel precisar sem estudo mais acurado para o que ainda escasseiam elementos etnográficos. Entretanto, não erraremos se o filiar a troncos setentrionais, quiçá, ao grande tronco dos maias que se derramaram, em épocas milenares, pelo continente do sul. Elementos linguísticos, aliás escassíssimos, que nos foi dado conseguir, induzem a essa aproximação (4). É possivel que as avançadas dessa migração hajam, em sua marcha para o ocidente, assentado suas tendas na região de Atacama, onde receberiam influxos das civilizações andinas.

Diz o Dr. José de Saldanha que os tapes "teem as ventas dos narizes grandes, e como inchadas, as faces altas e cheias, os cabelos somente no extremo da barba e no beiço superior: não são de estatura mui alta, e as mulheres quase do mesmo tamanho que eles, e maiores do que os minuanos" (5).

Não resta dúvida que possuiam uma lingua própria, com cujos étimos opulentaram o guaraní do sul, que se distancia do tupi do norte,

---

(1) B. N. Mss. I-29, 1, 53.
(2) B. N. Mss. I-29, 7, 29.
(3) Dr. José de Saldanha — *Diário Resumido*. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. LI — Rio — 1938.
(4) Aurelio Porto — *Prehistória cit. Caro. Jornal do Comércio*. Rio, citado.
(5) Saldanha — *Diário* citado.

ambos oriundos da mesma matriz. Quando da invasão da onda guaranítica, que os dominou, muito antes dos tempos históricos, receberam dos dominadores parte de seus usos, costumes e lingua.

Eram os tapes exímios agricultores, tendo grandes roças de milho, mandioca e outros grãos. Quando os jesuitas espanhóis penetraram em suas aldeias constataram que já não tinham quase terras para plantio, pelas grandes derribadas que haviam feito nos matos, para lavouras. É o padre Roque Gonzalez em sua primeira visita à terra que nos noticia: "E assim livremente andei por ela (terra), posto que com bastante dor, porque em todo o Tape não há lugar para reduzir nem sequer duzentas familias, porque, como antigamente a gente era muita, acabaram os matos, e assim lavram entre cerros e penhascos, e estão em pequenas povoações, das quais as maiores são de cem índios" (1).

Dividiam-se os tapes em várias parcialidades que tomavam as designações de seus caciques ou dos lugares em que se encontravam. Diz Rui Diaz de Guzman, na *Argentina*, que nas imediações da lagoa dos Patos, existia uma grande nação denominada *Arachanes*, que significa em guaraní "povo que vê assomar o dia", ou "povo de este". Mas, como deixamos registado, pode-se tambem traduzir por "chanes da lagoa", levantando a hipótese que fossem estes, como os tapes, os remanescentes da grande nação *chane*, de cuja migração para leste temos notícias em estudos de modernos etnógrafos. Estes chanes, de lingua arawak, foram escravizados pelos guaranís, e se encontravam profundamente mesclados com os cheriguanas, ainda nos contrafortes andinos. Os bandeirantes, que, em 1636, iniciam as suas entradas no território riograndense, generalizaram a denominação, pois em grande número de inventários e testamentos de paulistas se encontra a designação de "sertão dos arachanes", "terra dos arachanes" etc., dada à região em que viviam os tapes e às reduções em que indiferentemente se tinham aldeado (2).

Não só Rui Diaz como outros historiadores (3) que se referem aos arachanes nada de particular nos dizem sobre estes índios. As *Ânuas* dos jesuitas espanhóis nem sequer lhes mencionaram o nome. Entretanto, diz a *Argentina* que os arachanes se contariam por 20.000, no que há visivel excesso. De tudo isto se depreende que tapes e arachanes seriam o mesmo povo, designados de acordo com a situação local.

Outra nação que alguns historiadores e mesmo os antigos bandeirantes colocavam nessa região do território riograndense, por visivel erro de deslocação toponímica, é a dos *carijós*, tambem denominados *patos*. Como vimos, os carijós lindavam com os ibiraiaras, ao norte, pelo Mampituba. O erro que deu margem a essa afirmativa provem da cartografia antiga que deslocou a designação de *Laguna de los Patos* (Laguna, Santa Catarina) para o *Iguaí* (Rio de São Pedro, Rio Grande). E como os carijós, ou patos, demoravam pelas imediações da *Laguna de los Patos*, quiseram os cronistas situar na hodierna *lagoa dos Patos* (Rio Grande) o *habitat* desses índios que só penetrariam em território riograndense quando das guerras que levavam a seus fronteiriços inimigos, os ibi-

(1) J. M. Blanco — *Hist. Docum. de los mártires del Caró*. 635.
(2) Vide *Inventários e Testamentos*. Col. public. do Arquivo de S. Paulo.
(3) Techo, Charlevoix, Lozano, Guevara, etc.

raiaras, ou quando, com os aliados paulistas, fazendo parte das bandeiras, salientavam-se como preadores de índios.

Em seu *Mapa etnográfico* (1) Teschauer localiza os guaranís no território compreendido entre os rios Ibicuí e o da Várzea, em que se fundaram as primeiras reduções, território pertencente à antiga provincia etnográfica do Uruguai, extremado a leste pelas provincias do Tape e de Ibiaça.

Quando alí entrou o padre Roque encontrou duas parcialidades distintas que delimitam duas regiões, tendo por chefes principais Tabacan e Nheçum. Em Caró, recebeu-o afavelmente o cacique Carobai. Outro índio, Taiubai era aí principal e, sendo castigado pelo padre Cristovão de Mendoza, foi para Ibia e alí instigou os ibianguaras a martirizarem este santo jesuita. Todos esses nomes são de pura origem tape, conforme estudo detalhado já feito em torno do assunto (2). A própria toponímia da região está indicando a identidade de nomenclatura da bacia do Uruguai e a do Jacuí e Lagoas. Basta assinalar o Cebolatí, ou Turvo. no Uruguai e Cebolatí, na lagoa Mirim; Piratiní, afluente do Uruguai e São Gonçalo; Camaquã, no Uruguai e lagoa dos Patos; Taquarí, no Ibicuí e Jacuí.

Ora, essas afinidades flagrantes, os mesmos costumes, a identidade de língua, fazem classificar os silvícolas que povoaram essa região como parentes próximos dos tapes, senão propriamente tapes, já largamente guaranizados. Seriam, naturalmente, hordas alí radicadas da grande nação invasora, preguaranítica, quando de sua passagem para o ocidente. Mais tarde atinge-a tambem a onda avassaladora do guaraní que atravessa o Continente e vai até os contrafortes sub-andinos, e Chaco paraguaio.

Entretanto, embora isto nos pareça, classificamo-los interrogativamente guaranís, pois os próprios jesuitas em sua vasta documentação, quando se referem a estes índios, os designam como guaranís, diferentes do stapes, em cuja provincia entra o padre Roque pela serra do Boqueirão.

5 — *Grupo guaicurú do sul.*

Na provincia do Uruguai, isto é, ao sul da Cordilheira Geral e rio Ibicuí, da atual serra dos Tapes, litoral, até o rio da Prata, dominava a grande nação *Guenoa*, aí já encontrada, no século XVI, pelos desbravadores do grande rio. Semissedentários antes da introdução do gado, estendiam-se pela costa, povoando desde a lagoa Mirim e vertentes do rio Negro, os campos que se desdobravam até o rio Uruguai.

Dando-lhe procedência do ramo *guaicurú* (Mbaya), Rodolfo Schuller, notavel etnógrafo, assim se refere ao *"habitat"* dessas tribus que, de acordo tambem com o trabalho de Antonio Serrano (3), classificamos de

(1) C. Teschauer — *Hist. do R. G. do Sul* — I, 154-155.
(2) Aurelio Porto. *Prehistória — Caró* cits.
(3) A. Serrano. *Primitivos habitantes del territorio argentino*, 78.

nação *guenoa* e subnação *chaná*: "O grupo do sul da família guaicurú do nosso sistema de classificação habitava os campos situados entre o Rio Negro e a costa atlântica, que hoje forma parte da República Oriental do Uruguai; em toda a extensão norte-sul da mesopotâmia sul-americana, pois "até o rio Corrientes, alcançavam as toldarias dos valentes charruas," diz Quesada; nas terras ribeirinhas ocidentais do Paraná, desde o arroio Carcaranac, limite norte natural do país dos Querandiac, até a Frentônia do p. N. del Techo, que começava à altura da confluência dos rios Paraguai e Paraná. "Os guaicurús do sul se estendiam, pois, desde os 27° até os 35° de latitude sul e desde os 62° até os 54° de longitude ocidental de Greenwich, e em direção sudeste" (1).

Dividia-se este grupo, que tão larga influência exerceu na formação gaucha, com a introdução do gado, em *guenoas, chanás, iaros, mboanes, charruas* e *minuanos*.

Não obstante as incursões que todos faziam ao território sul riograndense e, mesmo, o ensaio de catequese e colonização de um grupo em Santa Maria dos Guenoas (São Borja), só nos importa diretamente o último, amigo dos portugueses, desde a primeira hora, e que mais tarde se radica no Rio Grande do Sul, erguendo aí as suas toldarias.

No último quartel do século III do descobrimento, demoravam os minuanos pelas alturas da lagoa Mirim. Aproximam-se do Rio Grande por ocasião da entrada de João de Magalhães e são fornecedores de gado aos lagunistas. Antes, mesmo, seus caciques visitam Laguna e aí recebem, com nomes batismais portugueses, varas de comando. D. Cacildo, D. Bartolomeu e outros são grandes amigos do coronel Cristovão Pereira e seus sócios nas vacarias iniciais da Colônia do Sacramento. Quando da expansão do povoamento do Continente, localizam-se novos grupos na serra do Vaverá, dominando os campos do Jarau e do Quaraí. É aí que se processa a formação do *gaucho do campo*, tipo semibárbaro da Pampa, cujos usos, costumes, indumentária e língua ficam como patrimônio da etnia riograndense e difundem-se tambem no Prata, criando esse fator étnico comum.

Viu-os muito de perto o Dr. José de Saldanha, que deles nos deixou os principais traços: "Os minuanos não teem as ventas do nariz e as maçãs do rosto tão entumescidas como geralmente todos os índios; estes são, pela maior parte, corpulentos e bem feitos, porem as mulheres quase todas de meia estatura. As mais feições são iguais às do Americano." Referindo-se a seus trajos, e comidas, diz: "Os cabelos soltos e eriçados de que procede não crescerem muito, cobertos pelas costas até os calcanhares com os *caipís*, ou grandes mantas de couros descarnados e sovados com o pelo para o corpo e o carnal para a parte de fora, atado com uma tira do mesmo couro por cima dos ombros e por diante do pescoço (poncho primitivo); envolvidos desde a cintura até o joelho com volta e meia de pano de algodão (xiripá) são estas as suas gerais vestimentas. Aos caipís que eles fazem de pele de veado ou de vitelas sovadas descarnadas e cosidas umas às outras, ou enfim de couro de uma nova vaca pintam pela parte exterior que é a do carnal, com umas listras ao comprido e atravessadas, de encarnado e cinzento, aquela cor tiram da terra de ocra de ferro" encontrada nos regatos do rio Cacequí.

(1) R. Schuller. *Sobre el origen del charrua*. Chile — 1906. 237.

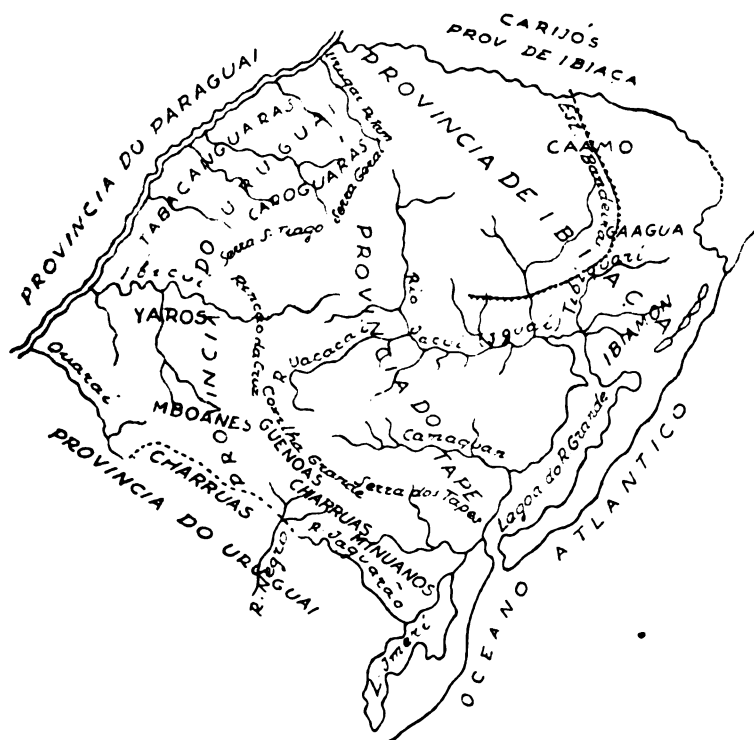
"Parcos são no alimento, porem de sua demasiada preguiça procede a sua parcimônia; eles teem que ir ao campo carnear as reses, ou trazê-las para o pé das Toldarias: esta carne ou de veados, pouco assada (churrasco) e ainda os caracarás e outras semelhantes aves de rapina, ou alguns avestruzes, são a sua usual comida. A bebida do mate (chimarrão) não a deixam enquanto teem desta erva, como tambem de mascar o tabaco de fumo e conservar a masca entre o beiço superior e os dentes, ou tirando-a da boca e pondo-a atrás da orelha, onde a guardam até que a tornam a mastigar; poucos são os que pitam ou cachimbam e todos muito amigos de beber aguardente e importunos para que lha deem com a qual ficam finalmente bêbedos."

De suas armas e religião diz Saldanha: "As flechas que em uma aljava de couro trazem e a tiracolo pelas costas são por eles somente usadas na ocasião da peleja, pouco se servem para caçar e a razão deve ser porque como tudo que é de ferro lhes custa alcançar e trabalhar para fazerem os farpões das setas, as reservam como instrumentos de sua maior segurança: elas não teem mais de três palmos de comprido, e o arco tambem à proporção não é muito grande, a pé e a cavalo as sabem disparar. As suas lanças são umas varas compridas e direitas que acabam em uma das extremidades com um palmo ou dois de punhal, ou espada, e antes de seu encaixe, na madeira, as guarnecem de uma flor de penas de avestruz: tem coisa de duas alturas deles, veloz e ligeiramente as movem a cavalo e a todo o galope. Estas, alem de serem tambem de seus instrumentos bélicos se servem algumas vezes para chuçar as reses ou touros no campo, ou ainda os tigres. As bolas e laços, instrumentos comuns e necessários aos campeiros, que estes campos vadeiam, neles tiveram a sua origem, com estas apanham no campo várias éguas, potros bravos, e tambem os cavalos mansos, que nestas alvorotadas manadas encontram, com trabalhos os chegam a amansar, tendo-os atados e debeis, pela falta de sustento, servindo-se deles depois em pelo, só com um pequeno couro no lugar onde montam. A faca flamenga, com uma bainha de couro cru, sempre a trazem entalada entre a tanga de algodão e a cintura pela parte das costas."

"Costumam estes índios minuanos, em sinal de sentimento quando morrem alguns dos parentes mais chegados, ferir as costas com golpes ou pequenas picadas; algumas das mães chegam a maior excesso na sua mágua pela falta dos filhos, cortando as falanges ou partes extremas dos dedos mínimos pelas juntas. Ação tão bárbara, se foi obrigatória, se tem desvanecido muito, de sorte que presentemente (1785) raros executam. São casados com várias mulheres, em o número de duas até cinco, às mais velhas vão desprezando, e só trazem consigo, nas avulsas jornadas, as mais moças: pelo ajuste e convenção entre o noivo e os pais da noiva se efetua o casamento, ou entrega da esposa ao marido, tendo procedido uma prática, ou larga conversa de sua mãe à minuana, sobre as obrigações daquele estado: elas teem de servir ao marido, ajuntar lenha para o fogo, em fazerem os assados para comerem, em lhe ensilharem os cavalos aos que teem os preparos para isso, que somente são os caciques e suas mulheres."

Vivem os minuanos em um estado propriamente livre entre os espanhóis e portugueses: àqueles se queixam destes, principalmente quan-

MAPA DAS PROVINCIAS ETNOGRÁFICAS NO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Organizado por Aurelio Porto

do dão com pessoas de inferior qualidade que lhe gostam de ouvir esses errados sofismas. Contudo, ou pelas dádivas que com mais frequência encontram nos portugueses, ou por outra qualquer causa, pende mais a sua inclinação para esta nação. Quem poderá haver tão falto de razão que do Ente Supremo negue a existência? Se o mesmo Batú (um dos caciques), da gema dos minuanos, falto de discursos e combinações, responde apontando para o céu, — só quem alí existe senhor é das vidas e humanas mortes. É certo que eles não são tão cruéis como os índios tapes, não consta que os minuanos jamais matassem algum português, ou espanhol, posto que os encontrassem só, ou perdidos pela campanha, como costumam várias vezes fazer os guaranís."

Quanto ao idioma que falam, diz o ilustre observador: "Agradavel e veloz é a sua linguagem, muito diferente da dos tapes, e bem semelhante e talvez idêntica à dos índios da América setentrional, aos quais se assemelham bastante nas feições. Quem sabe se eles são os mesmos ? Quem sabe se esta pequena porção de minuanos, que hoje habitam as terras austrais do Brasil, de lá trouxe a origem?"

Quando o Dr. Saldanha teve contacto com estes índios, "divididos em vários bandos ou tribus", formavam seus cacicados. Havia entre eles alguns que, pela descendência ou mútuo acordo, eram os caciques dos bandos que obedeciam a um cacique geral, ou rei. Eram esses caciques, em 1785, Maulein, Saltein, Batú e Tajuí, e rei D. Miguel Caraí, que foi o último dos minuanos e o primeiro *gaucho do campo*.

Interessante retraçar a figura deste produto inicial do cruzamento que será o ponto de transição entre a barbaria minuana e a civilização nascente do branco, em terras do Rio Grande do Sul. Quando os primeiros portugueses palmilharam o litoral, para da Laguna alcançar a Colônia do Sacramento, recem-fundada no Prata (1680) em um dos afluentes do Cebolatí, conhecido por *Zapata* ou *Ayala*, que fica a 36° 6' 37" de lat. S., encontraram estabelecido um paraguaio de origem espanhola desse nome e apelido, D. Miguel Ayala, mais conhecido por *Velho Zapata*. Era filho desse Velho Zapata e de uma minuana, D. Miguel Ayala, ou D. Miguel Caraí, último rei dos minuanos, referido tambem por Saldanha, Alvear, Azara e outros demarcadores.

Quando o depois coronel Francisco Pinto Bandeira estabeleceu sua estância nas imediações do Capivari, antes de 1730, foi peão dela este mestiço de espanhol e de minuano. Rafael Pinto Bandeira, filho de Francisco, que foi o primeiro general riograndense, teve de uma filha de D. Miguel Caraí, tambem uma filha a quem mais tarde legitimou e casou com o oficial miliciano Rodrigues Lima, tronco de um ramo dessa familia, que teve representantes de importância no Rio Grande do Sul.

Mais tarde, D. Miguel Caraí, que fora criado pelos minuanos, foi recebido como rei deles, levando porem do contacto com os brancos noções de humanidade. É sob a sua dominação que se processa, entre os minuanos, o acolhimento hospitaleiro que dispensavam aos brancos e pretos, quer espanhóis, quer portugueses, seus companheiros de guerrilhas com os outros índios, sócios nas arreadas de gado, que vendiam aos lagunistas e colonistas, e compartícipes no contrabando que campeava nas imprecisas fronteiras entre as colônias de Portugal e Castela.

O que se diz dos minuanos, com pequenas modificações, pode-se aplicar aos charruas, mboanes, iaros, guenoas, parcialidades ou peque-

nas tribus, de origem guaicurú do sul. Destes os charruas, principalmente, tiveram grande influência na formação do povo oriental, pois sempre demoraram no hoje território do Uruguai, sendo seus últimos remanescentes puros trucidados por ordem dos caudilhos orientais, e alguns vendidos, mesmo para a Europa, como esses de que Paulo Richet reproduz estampas do Muzeu de París. Os iaros, mboanes, extinguiram-se em guerras com os outros índios e os guenoas, de que falaremos, aliás designação genérica, fundaram ainda o Povo de Santa Maria dos Guenoas, de vida efêmera, em São Borja. Os minuanos ,trazidos à civilização, por cruzamento, contribuiram grandemente na formação do indio mestiço do Rio Grande do Sul. Devem-se-lhe os nossos usos e costumes campeiros, grande parte da indumentária gaucha, e o vocabulário referente à vida pastoril do Estado.

6 — O índio das reduções

O material humano com que os jesuitas criaram a civilização cristã das Missões, que teve seu relativo esplendor, não era facil de plasmar. O índio Tape, elemento principal em seus trabalhos de catequese, no território riograndense, ainda dois séculos depois de seu contacto inicial com os jesuitas, ao ser aldeados em Gravataí (Aldeia dos Anjos), apresentava os mesmos característicos de origem, entre os quais sobressaiam a preguiça tradicional, a imprevidência avoenga e os maus instintos de sua primitividade bárbara. Continuavam a ser as mesmas "crianças grandes" que os primeiros jesuitas encontraram nas matarias selvagens, e das quais jamais puderam fazer um "homem", que soubesse dirigir as suas próprias ações.

Embora reduzidos em grandes povos, onde gozavam das vantagens de uma incipiente civilização, sob o regime severíssimo imposto pelos jesuitas, os Tapes jamais se adaptaram à vida de trabalho e de iniciativas próprias que caracteriza a atividade humana. Conhecendo-os perfeifeitamente, desde os primeiros tempos, estabeleceram os padres um regime de comunidade, sob o qual se desenvolvia todo o trabalho dos homens, das mulheres e das próprias crianças. Poucos tinham as suas lavouras privativas, pois a incapacidade de trabalho não permitia que prosperassem. O mesmo se dava com a criação de animais domésticos para a alimentação e para transporte. Os alimentos que colhiam, em suas roças, quando conseguiam levá-las ao bom termo das colheitas, sob a inspeção dos padres; os gados que criavam, ou os bois de arado, — tudo devoravam num só dia, sem que lhes sobrassem grão para sementeiras futuras, ou carne para os dias seguintes. Por sua natural preguiça, deixavam morrer à sede e à fome os animais que lhes eram confiados. Século e meio mais tarde, não se modificara ainda esse modo de ser.

Foi esse o motivo por que os padres estabeleceram o regime comunal que abrangia a lavoura, a indústria e a pecuária. Só mesmo uma disciplina férrea, exercida material e espiritualmente, poderia fazer desses pobres índios elementos de utilidade humana. E sob a constante vigilância dos curas e o exemplo admiravel de virtudes cristãs com que se impõe à versatilidade dos índios, podem eles, esses admiraveis fautores de

uma civilização que nos causa admiração e espanto, conseguir o fruto de acurados esforços.

"O padre é a alma de tudo: faz no Povo o que a alma faz no corpo", nos diz o padre José Cardiel (1). E, realmente, qualquer descuido em seu zelo vigilante e atento, é o bastante para destruir, até seus alicerces, uma obra de tenacidade e esforço incalculaveis. "Deus N. S., por sua altíssima Providência, acrescenta, deu a estes pobres índios um respeito e uma obediência muito especiais para com os padres; de outra maneira era impossivel governá-los, bem como escolher os mais capazes para os vários oficios e os encarregados de dirigí-los, por meio dos quais podem perfeitamente zelar pelo cumprimento das obrigações comuns."

Apreciando o ciclo da civilização missioneira que, sob a direção dos jesuitas, se desenvolve por quatro gerações consecutivas de indígenas e que, durante 140 anos, floresce nas missões que fundaram, impõe-se-nos reconhecer a soma de dedicação e de sacrifícios em que ela importou para esses homens abnegados e heróicos. Só eles poderiam realizar essa obra gigantesca com os elementos materiais e humanos de que dispunham. E quando, expulsos e arrancados ao convívio dos índios, se inaugura o regime leigo hispano-colonial, de um dia para outro, tudo desmorona e se destrói. O homem, dominado pela preguiça, sem o controle salutar do padre, atira-se à embriaguez e retorna à vida semisselvagem que lhe mata no espirito os germes da virtude cristã, e os próprios templos vão se envolvendo em escombros de ruinas.

Mas, não obstante essa incapacidade do silvícola riograndense, de se dirigir por si próprio, ficaram, na história das Missões, documentos imperecíveis que atestam qualidades superiores de inteligência, dedicação e heroismo.

Embora lhe faltasse o engenho criador tinha o índio, em alto grau, desenvolvidas, suas faculdades de imitação. De uma cerâmica tosca e pobre que revela o atraso de sua cultura, passa, mais tarde, o índio das Missões, sob a inspiração artistica dos jesuitas, a lavrar essas admiraveis peças, cuja cinzeladura marca o apogeu da civilização jesuítico-colonial que mais demoradamente apreciaremos.

Referindo-se a essa capacidade de imitação, diz Charlevoix que os indios aprendem, com o instinto, as artes a que se aplicam. "Basta, por exemplo, mostrar-lhes uma cruz, um candelabro, um turibulo, e dar-lhes a matéria de que esses objetos se fazem, para que eles façam outro de tal modo semelhante que dificil seria distinguir a sua obra do modelo que lhe foi apresentado. Fazem e tocam muito bem todos os instrumentos; fazem orgãos, os mais complicados, e para isto foi bastante que vissem um; fazem, da mesma forma, esferas astronômicas; tapetes que imitam os turcos, e o que há de mais dificil nas manufaturas. Pulem e gravam, sobre o bronze tudo quanto lhes mandam; possuem excelente ouvido para a música e teem, por esta arte, um gosto muito singular" (2).

E não só os tapes tinham essa faculdade de imitação. Os ibiraiaras, segundo o depoimento do padre Borôa, eram grandes imitadores. Quando

---

(1) Padre José Cardiel. *Relación verídica de las Misiones de la Comp. de JHS. en la Prova que fué del Paraguay.* Faenza, 1772. Cod. mss. B. N. II-5, 1, 52.
(2) Charlevoix — Hist.

os padres entraram em suas terras, para catequisá-los, encontraram umas choupanas que imitavam perfeitamente os templos católicos. Nada lhes faltava, pois tinham altares, batistérios e púlpitos. Era aí que pregavam aos índios contra os sacerdotes cristãos; era aí que desbatizavam os catecúmenos, impondo-lhes nomes diferentes e contrafaziam os atos religiosos que haviam assistido nas igrejas missioneiras. Quanto aos guaicurús do sul (charruas, minuanos etc.), não era menos notavel a tendência para a imitação. São os criadores da idade do couro, no Rio Grande do Sul. Introduzido o gado, tornam-se cavaleiros inimitaveis. Inventam o *laço*, as *bolas*, o *tirador*, a *guaiaca*, e bota de couro, feita de pernas de animal cavalar ou vacum, *garroteado* ou sovado. Suas casas teem paredes de couro e teto do mesmo material. Nas *pelotas* feitas de um couro, atravessam os rios a nado. Seus trabalhos, neste material, principalmente os entrançados, em que foram exímios, são dignos de apreço.

Há, entre os tapes, cujo fundo de ferocidade era tradicional, exemplos admiraveis de humanidade, de dedicação e mesmo de heroismo. Alguns até revelaram tal piedade cristã que os jesuitas, sempre severos e zelosos dos princípios morais que pregavam, não trepidaram em lhes dar "cheiro de santidade", proclamando-os insignes entre os que mais o foram a serviço de Deus.

Estão, em primeira plana, os heróis que se santificaram pelas suas acrisoladas virtudes cristãs e pela defesa heróica da terra. Um desses índios recebe mesmo a canonização do povo: São Sepé. Outros dois que marcam o início e fim do ciclo jesuítico-colonial das Missões, passam à história com auréolas de santidade, a própria lenda lhes dá, como ao último, o título pomposo de imperador das Missões. E por uma notavel coincidência, ambos, afastados quase um século e meio um do outro, trazem o mesmo nome: Nicolau Neenguirú.

CAPITULO II

REDUÇÕES DO URUGUAI

1 — *Conquista espiritual do Uruguai.* 2 — *São Nicolau de Piratini.* 3 — *Expansão da catequese jesuítica.* 4 — *Últimas reduções fundadas na província do Uruguai.*

1 — *Conquista espiritual do Uruguai.*

No primeiro quartel do século XVII a fama dos jesuitas, que haviam fundado as primeiras reduções do Paraguai, alastrara-se pelas extensas gentilidades que povoavam a bacia do Uruguai. Na redução de N. S. da Encarnação, de Itapua, em fins de 1619, estava o padre Diego de Borôa, varão apostólico que foi, mais tarde (1634-1641), reitor de Assunção e provincial do Paraguai, e alma da conquista espiritual do Uruguai e do Tape.

Foi ao padre Borôa que se dirigiram os índios do Uruguai, "pero especialmente uno del mesmo rio, cacique principal", que solicitava "los recebiessemos tambien a ellos por hijos y los ayudassemos y assi que en complimiento desso les aueria yr auer a sus tierras" (1). Era este "cacique principal" Nicolau Neenguirú, largamente referido, que abria assim as portas do Uruguai à catequese e à civilização jesuítica.

Entre os operários que mais se distinguiam, por suas qualidades excepcionais, nessa vinha que o padre Borôa cultivava, contava-se o padre Roque Gonçalez de Santa Cruz, que, várias vezes, propusera já se dilatasse o âmbito dos trabalhos apostólicos do Paraguai, a eles encorporando a vasta região oriental do Uruguai, por onde se abriria caminho para o mar Oceano.

Oportunissima a ocasião para tentar o empreendimento projetado. Voltando de uma excursão recebeu o padre Roque a notícia auspiciosa. E aprestou-se "com grande fervor e espírito para a partida que foi ontem, 25 deste (outubro de 1619), dia dos santos mártires Crisanto e

(1) Ânua do padre Borôa de 16-X-1619. Mss. B. N. I-29, 7, 9.

David, dia alegre e felicíssimo para esta extensa província do Uruguai e para V. Rma. por cujo intermédio N. Senhor lhes fez tão insigne benefício e para o padre Roque, que é o primeiro a trabalhar nesta vinha e para mim, cujos olhos se turvam, quando escrevo isto, pela ternura que sente o coração" (1).

Depois da missa solene que o padre Roque cantou e das despedidas que todos lhe levaram, beijando-lhe as mãos, sairam processionalmente do povo, acompanhando o desbravador cristão, até um riacho, de onde, só em companhia de um menino, seguiu rumo ao Uruguai desconhecido.

Em 8 de dezembro, depois de ter atraido muitos caciques e índios das circunvizinhanças, "que lhe vinham dar as boas vindas e dizer-lhe se alegravam com sua chegada", lançou o padre Roque os fundamentos da primeira redução do Uruguai, a que deu a invocação de Conceição, a uma légua escassa da margem direita desse rio. Contava o padre com 500 famílias de índios que, num perímetro de oito léguas, se poderiam juntar, ou sejam aproximadamente 2.500 almas.

Em Conceição onde, antes de vadear o Uruguai e penetrar em território de sua banda oriental, esteve o padre Roque seis anos, tendo ao princípio como companheiro o padre Alonso de Aragana, substituido, mais tarde, pelo padre Diogo de Alfaro, notavel evangelizador das selvas riograndenses e um dos mártires, em 1639, do bandeirismo paulista. Cercado de perigos, tendo contra si feiticeiros e selvagens que não viam com bons olhos a intromissão dos padres em suas terras, impondo-lhes normas novas de vida, coagindo-os em sua liberdade nativa, passou o padre Roque horas amargas que só sua heróica tenacidade poude suportar.

Foi nos últimos dias de abril ou em princípios de maio que, contando com a boa disposição dos tapes que demoravam sobre a margem esquerda do Uruguai, conseguiu o veneravel padre transpor o grande rio (2). Muito contribuiu para esse resultado Nicolau Neenguirú, "capitan no solo de aquel pueblo (Conceição) sino general de todo el Uruguai y de toda la tierra del Tape" (3), a cuja prestigiosa propaganda se deve a aproximação de caciques como Tabacan, Guaracica e outros que dominavam as tribus a oriente do Uruguai.

Atravessou o padre Roque este rio, nas alturas da confluência do Ibicuí, onde não encontrou povoação nenhuma de índios quer numa quer noutra margem. E, por este rio, em uma canoa, penetrou 50 léguas e, só depois desse percurso, chegou à primeira aldeia do cacique Tabacan, um dos companheiros na entrada que fazia. Bem recebido, ganhou logo a afeição dos selvagens, a quem distribuiu as missangas que trazia. E foi aí que ergueu, em terras do Rio Grande, a primeira cruz, que os próprios índios ajudaram a fazer e plantar, como símbolo da primeira aldeia cristã que se erigia. Uma capela tosca, feita de pau a pique e

(1) Anua cit. I-29, 7, 9.

(2) Padre Luiz Gonzaga Jaeger — S. J. *Os herois de Caaró e Pirapó*. Ed. Globo. P. Alegre — 1940, pág. 167.

(3) Anua cit. B. N. I-29, 7, 36.

coberta de palha, recebeu no seu altar a imagem de Maria Santíssima, sob a invocação de N. S. da Candelária e, em breve, o padre dizia a primeira missa que se rezou na terra missioneira.

Não poude, porem, aí permanecer. Nomeado superior das novas reduções que se iam fundando, regressou o padre Roque a Conceição. Voltava novamente ao Ibicuí quando, em Reis (Japejú), pouco antes fundada, soube que os índios comarcãos do Ibicuí, tendo feito uma grande *junta*, haviam dado sobre Candelária e destruido a capela e queimado a cruz. Animoso, não obstante o perigo que corria, o beato Roque retorna à redução e, "assim que cheguei ao porto, onde havia começado a redução, mandei chamar os caciques vizinhos que logo vieram, entre eles Tabacan, em cuja aldeia se cometera o sacrilégio, e interroguei-o sobre o caso. Responderam-me que era verdade. Censurei-os com severidade; mas eles se desculparam, alegando que aquilo havia acontecido estando eles ausentes e longe dalí, pelo que, sendo grande a multidão de índios malfeitores, podiam cometer a salvo o delito" (1).

Depois de agravar-lhes o caso, declarando que não mais voltaria ao local em que se havia praticado tal insulto, o padre Roque resolveu mandar chamar os caciques do Tape, para que o levassem às suas terras, pois havia fama de alí existir muita gente. O próprio nome da província estava-o indicando : "povoação grande".

Tape era a dilatada região confinada pelas serras do mar e geral, a entestar no alto Jacuí e, pelo curso deste, até se lançar no mar, cf. *Mapa Etnográfico*. Ao princípio, para atingir o Tape pelo Tebiquarí, afluente do Ibicuí (2), levou o padre cinco dias e, mais tarde, entrando pela porta natural da cordilheira, o Boqueirão (Serra de Santiago), a distância se reduziu de muito.

Atendendo à solicitação do padre Roque acorreram vários caciques do Tape, com muita gente, ao seu chamamento. Estavam indecisos quanto à entrada que o veneravel apóstolo pretendia fazer em suas terras, mas soube ele persuadí-los. E, assim, conseguiu que lhe dessem remadores para prosseguir por via fluvial a sua jornada, enquanto os caciques, por terra, penetravam o Tape. De chegada ao porto, onde deveria arribar a canoa, encontrou o jesuita um casebre já feito, pois os índios queriam evitar que os caciques de terra a dentro o hostilizassem, se ele fosse acolhido na aldeia.

"Acomodei-me com eles naquele dia, diz o padre Roque. Mas, no seguinte, depois de muitas persuasões e (alegando) exemplos de outros caciques, alcancei que me deixassem entrar em suas terras. Consentiram-no ainda que com muito medo dos índios comarcões e dos da terra, os quais vieram depois para ver-me, trazendo seus filhos e mulheres com muita afabilidade, e a todos os quais procurei ganhar e

---

(1) Carta do padre Roque. Cf. tradução do padre L. G. Jaeger. Com pequenas variantes encontra-se este relatório. Mss. B. N.; *Martires*. J. M. Blanco; *Doc.* Hist. Argentina, XX, 373; Calvo Recs. Compls. Parece mais exata, porem, a cópia existente na B. N.

(2) Pensa o padre Jaeger seja este o hodierno Jaguari, principal tributário do Ibicuí.

afeiçoar às cousas de nossa santa fé; mas, por mais empenho que fizesse, não pude lograr que me deixassem ficar em suas terras. Toda-via, eu estava firme, entretendo-os com a promessa de ir-me embora depressa, mas que isso não havia de ser sem primeiro eu ter reconhecido todas as suas terras e procurado sítio para em algum tempo "reduzí-los". Isso mo concederam eles, e assim andei livremente por elas, embora com bastante dor, porque em todo o Tape não se encontra posto para reduzir nem sequer 200 famílias, que, como antigamente fosse muita a gente, acabaram com os matos e assim plantam entre cerros e penhascos e vivem em aldeolas, cujas maiores são de cem índios".

Estava o apóstolo empenhado em percorrer e observar a dilatada província do Tape quando, quase ao voltar, soube que os índios "da outra banda da cordilheira" (1), haviam feito uma *junta* em que se conluiaram para dar sobre ele e roubá-lo. A essa notícia, sairam os índios amigos, que o haviam trazido e conseguiram aquietar os sublevados com a promessa de que fariam sair imediatamente o padre de suas terras, impedindo assim o ataque projetado.

Mas tudo, trabalhos, riscos, privações, deu o padre Roque por bem empregado. Era o primeiro jesuita espanhol que conhecera o Tape e podia, agora, com os elementos de que dispunha, organizar um plano geral de catequese da região. Ao mesmo tempo desencantara-se o Ibicuí, sobre cuja região corriam fantasiosas notícias. Toda a terra do Uruguai, observa, não é mais do que uma província extensíssima, que mede 300 léguas de comprimento por 100 de largura. "Porque, acrescenta, desde o porto de Buenos Aires até a nossa primeira redução de Reis (Japejú) há 100 léguas; desta até a cordilheira que fica a 10 léguas mais acima da redução de São Nicolau (Serra geral), que é a última, há 50 léguas, e é a melhor de toda a província; logo seguem outras 50 de bosque cerrado até sair às planuras em direção a Guaira (o antigo Contestado das Missões) e daquí aos confins do Brasil há outras 100 léguas, dando todas o número de 300".

Refere-se o padre Roque, com detalhe, ao sistema hidrográfico da bacia do Jacuí que se estende pelo Tape. São estes o Tebiquarí, o Cayyi e o Jaí, com águas vertentes ao mar. O Jaí (*Ai* = Igaí = Jacuí), é o principal e por ele, segundo lhe disseram os índios, entravam os portugueses em navios pequenos, ficando os grandes em alto mar, a resgatar com os índios. Traziam os portugueses roupas de pano, como a que usava, que era feltro, e muitos chapéus, nome que em português davam aos sombreiros.

E' falso houvesse a quantidade de índios que se dizia. No Ibicuí, principalmente, não se encontram esses milhares que as falsas informações dos governadores consignam. Existem, já reduzidos, 1.000 selvagens em Conceição, São Nicolau e São Xavier e mais 1.000 a reduzir nos rios Piratiní e Ijuí acima até a cordilheira do Tape (Serra geral). Seguem-se 50 léguas de mataria onde há mais 3.000 índios

---

(1) Padre Jaeger. *Os heróis*, etc. de quem seguimos a tradução, diz em nota 6, pág. 193 que essa cordilheira deve ser a Serra de S. Xavier, ou, talvez, com maior probabilidade a Serra de S. Martinho, que se estende entre S. Maria e Jaguarí.

que trafegam o Uruguai. Os ibiraiaras, que são de língua diferente da do guaraní, estão nessas serras e são lavradores. Seguem-se logo os indios que dizem do campo, abamiris (homens pequenos), cujas terras não viu nem a eles, mas é certo que são muitos, o maior número da provincia, isto é, pouco mais ou menos, uns 10.000 que, com os outros, perfazem uns 20.000 índios lavradores.

Traçava, assim, o padre Roque, as linhas gerais da etnografia dessa vasta região. E releva notar a exatidão de que se revestem as suas informações. Mais tarde os nossos historiadores, induzidos por erro, multiplicaram esses aborígenes, dando nomes bizarros de tribus e nações inexistentes. E, três séculos depois, procurando classificar os primitivos habitantes da antiga província do Uruguai, chegamos às mesmas conclusões do veneravel sacerdote, encontrando somente os três grupos raciais a que ele se refere : *tapes, ibiraiaras* e *abamiris* (guaicurús-do-sul).

Esse relatório do padre Roque Gonçales de Santa Cruz foi escrito na redução de Reis (Japejú, hoje San Martin) (1), e tem a data de 15 de novembro de 1627.

2 — *São Nicolau do Piratiní*

Foi São Nicolau do Piratiní, praticamente, a primeira redução fundada pelo padre Roque que prosperou, pois vimos que a de Candelária (1.ª), no Ibicuí, destruidas capela e cruz pelos tapes, teve vida efêmera. A ela já se refere aquele insigne missionário na carta referida, datando a sua ereção de 3 de maio de 1626, data em que se celebra a Invenção da Cruz. Estava assente sobre a margem sul do rio Piratiní, perto de sua foz no Uruguai. E Rego Monteiro, cujo magnífico trabalho será aqui citado a todo momento, pois está profunda e saudosamente ligado a pesquisas comuns (2), localiza-a, como provavel, a 28°26' de lat. S. e a 12°24' Long. O. Rio de Janeiro e, tomando por base a informação do seu beato fundador que diz ficar ela a 40 léguas de Japejú, deduz, feita a conversão dessa antiga medida linear castelhana, que distaria 91 milhas, pelo rio Uruguai.

No ano seguinte ao da sua fundação foi São Nicolau oficializada pelo governador D. Francisco de Céspedes que a aprovou por ato governamental de 27 de março de 1627. E ao mesmo tempo mandava lhe socorrer com 466 pesos m/c., subvenção que se dava a cada uma das reduções da província(3).

E' daí que se irradia e desenvolve por toda a parte o trabalho inicial de catequese. Entregou-a o seu fundador ao padre Afonso de Aragona que logo se fez querer e respeitar pelos índios. Entre estes sobressai o capitão Anton Guaracica, cacique principal, que irá acom-

(1) Nasceu ai o general San Martin, em 23 de fevereiro de 1778.

(2) Jonatas da Costa Rego Monteiro — *As primeiras reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul*. Rev. Inst. Hist. R. G. Sul. 1.° — XIX, 15.

(3) B. N. Mss. Anua I-29,3,3.

panhar de perto todos os sucessos e nas horas boas e más estar sempre pronto ao serviço de Deus e da civilização de seus irmãos.

São Nicolau, que foi fundada com 280 famílias, prosperou grandemente, de sorte que, dentro em breve, contava com mais de 500 famílias, ou sejam mais de 2.500 almas. E como o trabalho era intenso e o padre Roque, superior das reduções do Uruguai, era solicitado por outros serviços, foi-lhe dado como companheiro o padre Miguel de Ampuero a quem ficou afeta a redução (1).

Grandes atribulações para os padres e índios presidiram o início da redução. Uma fome terrivel sobreveio em seguida, consequente da nova organização que se dava aos selvagens e do preparo das sementeiras, pois, imprevidentes e ociosos, não guardavam víveres para subsistência comum, estando acostumados a provê-la individualmente com a caça, frutos, etc. Grande número de índios, ainda não catequizados, moviam perseguições aos amigos dos padres, procurando, assim, prejudicar os trabalhos de organização do povo.

Em sua Anua de 12 de novembro de 1628, o provincial padre Nicolau Mastrilli Duran (2) dá detalhadas notícias sobre essa fundação: "O padre Afonso de Aragona, pela confiança que conquistou entre os índios, fez algumas entradas por terra, descobrindo gente bastante e bom sítio para fundar outra redução, que não principiou então, embora lho pedissem os índios, por motivo de não haver nenhum padre para nela pôr. Quando cheguei afim de visitar essa redução, foi tal a alegria de todos os indios que, forçando-me a noite a passá-la um pouco longe do povoado, gastaram-na totalmente em festas e regozijos que atroavam os campos com o estrondo de seus instrumentos. Pela manhã sairam todos a receber-me, e tão atropeladamente se atiraram a beijar-me a mão, que me vi no perigo de ser sufocado no tumulto, se dois padres que iam a meu lado não os moderassem. As mulheres estiveram sempre escondidas em suas casas; somente três das dos caciques, por grande favor, sairam para me ver. Porque com tanto cuidado as ocultam os índios, e elas mesmas são tão ariscas, que sempre se acham recolhidas sem permitir que alguem as veja, até que, pelo trato dos padres, vão perdendo aquele acanhamento; e, nesta redução, escreve-me o padre Aragona, já lhe consentem a entrada em suas casas e a visita aos enfermos e enfermas, que ao começo era um caro custo pela dificuldade com que o concedem".

E termina o padre provincial Nicolau Mastrilli, que inúmeros são os trabalhos por que passa alí o padre Aragona, bastando referir que só tem para alimentação uma espécie de feijões e um pouco de charque velho, que lhe mandam de outras reduções e, quando nada tem, passa as noites em oração contínua, depois de trabalhar o dia inteiro.

---

(1) O padre Miguel de Ampuero, designado pelo governador D. Francisco de Céspedes em 4 de julho de 1626 para companheiro do padre Roque, era "persona de muchas letras, religión e pulpito, que ha asistido en este puerto", diz o governador. (B. N. I-29,1,27). Natural da Espanha esteve em B. Aires e nas reduções do Paraguai e Uruguai. Em 1636 era reitor do Colégio de Assunção.

(2) Anua autógrafa B. N. I-29,7,19. Traz no índice: "Este cuaderno es el original de las ánuas que tradujo y publicó el P. Jacobo Rançonier en 1636 em 8.° le falta sómente el primer cuadernillo".

Indo para o Paraguai o padre Aragona, foram nomeados para dirigir a redução, que já atingira a grande desenvolvimento, os padres Adriano Crespo, Vicente Badia e Silvério Pastor. Os dois primeiros são depois retirados para outras reduções e permanece alí o último a que se vem reunir o padre João Batista Mexia. Em 1634, por ocasião da construção do templo de São Nicolau, alí permanece o irmão Bartolomeu Cardenosa, notavel arquiteto jesuita, de que falaremos oportunamente.

Com a invasão dos paulistas, em 1638, a redução, que já contava com mais de 4.000 almas, muda-se para a margem ocidental do Uruguai, junto ao arroio Agarapucaí, e daí para o povo de Apóstoles, de onde, em 1687, se traslada novamente, vindo fundar a 2.ª redução de São Nicolau, no território dos Sete Povos, um pouco distante da primitiva, mas ainda ao norte do rio Piratiní.

3 — *Expansão da catequese jesuítica*

Fundada a primeira redução de São Nicolau, já confiada ao padre Aragona, recebeu o padre Roque notícia de que ao norte do rio Piratiní, em um posto magnífico para estabelecer uma nova missão, havia grande quantidade de índios que estariam dispostos a receber as sementes do Evangelho.

Por este tempo havia sido designado para auxiliar o padre Roque, em seus trabalhos apostólicos, o padre Pedro Romero, uma das maiores expressões da catequese sul-americana e cujo nome está fortemente vinculado à história das reduções do Uruguai e do Tape.

Em companhia deste penetrou o fundador aquela terra, sendo recebidos por selvagens em armas, que procuraram hostilizá-los, mas tais foram as razões do padre Roque, que o cacique principal, Aguaraguaví, mostrou-se disposto a auxiliá-lo, convertendo-se à fé cristã. Era o lugar conhecido por Caaçapaminí e aí, depois de aplainadas todas as dificuldades, fundou o padre Roque Nossa Senhora da Candelária, a 2 de fevereiro de 1627, data em que a igreja celebrava a festa da Purificação de Nossa Senhora.

Solicitado por outros trabalhos, deixou em Candelária o padre Romero, que aí ainda se encontrava quando foi martirizado o seu companheiro, em Caró. Sabedores da notícia os candelaristas se congregaram para vingar a morte do padre Roque, no que foram obstados pelas solicitações do padre Romero que só permitiu fossem eles recolher o corpo do martir, partindo daí 200 índios armados, sob o comando do capitão Mbacaba. Mais tarde, os índios de Caró, com Carupe à frente, procuraram dar sobre Candelária para matar o padre Romero que, montando a cavalo, com dois neófitos, os espantou. Vieram, então, os índios que estavam nas chácaras e depois de um combate puseram em fuga os 300 índios de Caró.

Candelária que estaria localizada, provavelmente, a 28°32' de lat. S e 11°52' de Long. O do Rio de Janeiro (1), ficou a cargo do padre Pedro Romero que iniciou logo os seus trabalhos de evangelização. Informa o padre Roque que em fevereiro de 1629 foram feitos os primeiros batismos de crianças e adultos, dos quais 176 pelo padre Roque. Outros mais tarde, cabendo ao padre Romero batizar 498 catecúmenos, e os padres Alonso Rodrigues e Juan del Castillo 10 cada um. Foram reduzidos alí 3.000 índios e dentro de pouco tempo já se contavam os seus moradores por 7.000 almas. Por ato de 28 de março de 1628 era, pelo governador D. Francisco de Céspedes, aprovada essa fundação, que vencia por ano 466 pesos.

Substituiu o padre Romero, logo destinado a outros trabalhos, o padre Manuel Bertot. Em 1630 uma peste assolou a redução. Por esta ocasião foram batizados 400 adultos *in periculo mortis* e enterrados por este padre 1.000 índios entre crianças e adultos vitimados pela peste (2). A este sucederam os padres Francisco de Molina e Juan de Salas que muito trabalharam naquela vinha.

Em setembro de 1633 um grande incêndio, que teve origem em uma casa do povo, quase devorou a redução inteira. Na ocasião um padre dizia missa e, quando ouviu o alarma que o fogo produziu no povo, não quis interromper o ofício começado, achando mais eficaz pedir a intercessão da Virgem em socorro de sua redução. E o fogo que tentava envolver a igreja foi dominado dentro em pouco. Quatorze casas de índios foram reduzidas a cinzas, sendo elas as maiores e melhores da povoação (3).

Em 1636, ao receber a notícia da invasão bandeirante no Tape, o povo de Candelária, para mais de 1.000 almas, tendo à frente o padre José Domeneck, foi o primeiro a abandonar as suas terras, passando para Itapua, alem-Uruguai (4).

Prosseguindo o seu intento de ampliar a ação da catequese entre os selvícolas riograndenses, o padre Roque, em conpanhia do padre Juan de Castillo, se embrenha pelas selvas ao norte do Ijuí grande, na fralda da Serra e aí lança, em 1628, os fundamentos de Assunção, cuja localização provavel seria aos 27°58', de lat. S e 12°00' long. O do Rio de Janeiro.

Era a região perigosíssima para a atividade dos padres, pois era alí a estância de Nheçum, célebre cacique e feiticeiro que foi o chefe da conjuração em que pereceram depois como mártires o padre Roque e seus companheiros.

---

(1) Rego Monteiro. *Op. cit.*

(2) Padre Manuel Bertot — *Visita y testemonio de las reduciones de Guaira, Pirapó e Paranapané* — B. N. Mss. I-29,1,52.

(3) Anua da Candelária — Padre Pedro Romero, S. J. B. N. Mss. I-29,7,25.

(4) A propósito dessa precipitada fuga, diz o padre Diego de Borôa "que las reduciones de Candelária e de los Mártires uiendo su peligro (si bien que no era tan proximo como de otras reduciones) se mudaran en este tiempo a el rio Paraná" etc. B. N. Mss. I-29,1,66.

O erudito historiador dos *Heróis de Caaró e Pirapó* (1), diz que foi com os fundadores de Assunção o índio Felipe Yaguacabai, carpinteiro de S. Nicolau, e o joven Francisco Nheçum, que seria o cozinheiro do padre Castillo. Cita a ânua do padre Ferrufino, cujos tópicos transcrevemos : "Escolheu o padre Roque ou melhor a mão divina, para a nova redução (Pirapó) ao padre Juan del Castillo, e assim os dois partiram a tomar posse em nome de Jesus Cristo, pondo o título de seu glorioso estandarte nas terras de Nheçum. No dia da Assunção de Nossa Senhora, 15 de agosto de 1628, que deu nome àquele povoado, viram aqueles campos os raios do Evangelho, levantando o sagrado troféu das glórias de Cristo e consagrando-os com o santo sacrifício da missa". Levaram os padres muitas cunhas e distribuidas pelos índios logo estes trataram de fazer as suas chácaras e as sementeiras, de sorte que em breve a redução se apresentava florescente. Por algum tempo ficou ainda alí o padre Roque, não só cuidando de aplainar dificuldades que surgiam, como dando ao próprio padre Castillo os melhores exemplos da sua abnegação e virtudes.

Com a morte do padre Juan del Castillo essa redução foi abandonada, pois as ânuas posteriores não mais se referem a ela.

A idéia da fundação de Caró (2), que dominava a vasta região que se estende entre os rios Piratiní e Ijuí, já ocorrera ao padre Roque mesmo antes de lançar os alicerces da redução de Assunção. Estabelecida a redução de Candelária, que distava umas seis léguas daquela região, isto é, do "campo rodeado de matos e pequenas aldeias", a que particularmente se dava essa designação havia o veneravel desbravador das terras missioneiras recebido contínuas visitas de *caróguaras* que solicitavam levassem os jesuitas até aquele posto a cruz civilizadora de Cristo.

Convidou-os o padre Roque a irem se estabelecer em Candelária, ao que não anuiram os caciques, pois não queriam abandonar as suas terras onde, insistiam, desejavam ter um povo cristão. Vendo, pois, o santo padre Roque, informa o padre Pedro Romero, tão boa disposição na gente de Caró, nos levou consigo, a mim e ao santo padre Afonso Rodrigues para que víssemos o sítio e a disposição da gente e a todos

---

(1) P. L. G. Jaeger. Op. cit. Com ressalvas nossas quanto à grafia de *Caró*, pelas razões expostas na seguinte nota.

(2) Em sua "Conquista Espiritual" (ed. Bilbau, 1892, 227), diz o padre Antonio Ruiz de Montoya, que "cerca de le reducion de la Candelaria (que atras dejamos) habia un cacique llamado Cuarobay, ganado com dádivas de poco valor, la voluntad de aqueste facilito la entrad del padre a su tierra, llamada *Caró*, que quiere decir *Casa de avispas*, que aun el nombre del lugar concorrió al dichoso hado de los padres ; *casa de avispas* fué, pues con sus aguijones apresuraron el paso á la corona". Os que pretendem se grafe o étimo pela forma *Caaró*, queriam ver, nessa região, grandes bosques de erva-mate nativa, amarga, (caa = erva-mate e rob = amarga). Em estudo exhaustivo sobre o assunto (*Jornal do Comércio* — Rio — julho 1934) coube-nos provar que nessa região jamais houve erva-mate nativa e, portanto, os índios sempre precisos em sua nomenclatura não lhe teriam dado uma designação de cousa inexistente. *Caró* (cab = vespa e *ró*, casa) provavelmente significando grandes lechiguanas alí encontradas pelos índios, é a grafia certa e assim se deve escrever, não só em atenção à verdade histórica, como pela justa significação do termo. Persistir em erro concientemente prejudica essa verdade que deve ser o escopo da história e a sua própria razão de ser.

nos pareceu que era quanto se podia desejar. E para a gente que ali se reuniu afim de ouvir a nossa palavra, marcou o santo padre um lugar onde deviam fazer uma choupana com dois lanços : um que servisse de capela e outro para sua própria vivenda (1).

Foi a 1 de novembro de 1628 que o padre Roque Gonçales de Santa Cruz, em companhia do padre Afonso Rodrigues, demandou a região de Caró, onde ia fundar a redução. Caminhava para o marco terminal das suas grandes atividades apostolares que deveriam ser coroadas pelo martírio.

Rego Monteiro localizou Caró a 28°26' de Lat. S. e 11°32' de Long. O. do Rio de Janeiro, com cujos elementos o padre Jaeger poude determinar essa redução na posição exata de 28°26'01"1 de Lat. S. e 54°41'56"3 de long. O de Greenwich que coincide perfeitamente com as indicações daquele saudoso companheiro de pesquisas, e insigne historiador da *Colônia do Sacramento*.

No dia seguinte, 2 de novembro, dia de Todos os Santos, foi erguida a cruz que marcava a nova redução. Deu-lhe o padre o nome de *Todos os Santos do Caró*, ou *Mártires*, sendo seus oragos os três mártires da Companhia no Japão : S. Paulo Miki, S. João de Goto e S. Diogo Chisai, que haviam sido pela igreja beatificados no ano anterior.

Nos dias seguintes, até 15 desse mês, data em que foi martirizado juntamente com Afonso Rodrigues, o padre Roque não descançou um instante na faina de fazer da redução uma povoação modelar. Com o auxílio dos índios, ergueu uma capelinha modesta para a celebração dos ofícios divinos. Entre as cousas que levara estava um pequeno sino para chamar à prece os catecúmenos. E já havia providenciado para erguer o campanário em um poste de madeira com o comprimento de 17 metros que, no dia anterior, festivamente, os índios haviam transportado para a praça, de um mato próximo.

Foi na ocasião em que, inclinado sobre o pau, amarrava uma corda ao badalo do pequeno sino que um escravo do índio Carupé, de nome Maraguá, a um sinal daquele, desfechou sobre a cabeça de Roque um golpe de *itaiçá*. Outro índio tambem desferiu-lhe mais uma pancada. E o padre, sem um gemido, teve morte instantânea, terminando, assim, as suas gloriosas atividades apostolares, regando com seu sangue, magnífica semente, a terra que conquistara para Deus. Com o alvoroto que se produziu o padre Afonso Rodrigues acorre ao local em que jazia morto o padre Roque, mas, mal poude dar alguns passos, pois sobre ele se atiram os índios conjurados, o arrastam, desferindo-lhe golpes sobre golpes até o prostarem tambem sem vida, pouco distante do companheiro martirizado.

Mortos os padres, entregaram-se os selvagens ao saque da capelinha, dividindo entre si as pobres alfaias que nela havia e ainda até as vestes dos padres que cortaram em pedaços. Depois queimaram a capelinha e a casa dos padres. E sobre a fogueira deitaram tambem o corpo do

---

(1) J. M. Blanco — *Hist. documentada*. 469. Cf. trad. padre Jaeger. *Os heróis* — 236.

veneravel padre Roque que, mal queimado, depois retiraram dali para abrir e tirar-lhe o coração. Cravam-no de setas e novamente o atiram ao fogo. E é esse coração que, salvo mais tarde, fica como reliquia, sendo até hoje venerado. Foi, mesmo, há pouco, trazido de Buenos Aires, onde se encontra, e pelas mãos de seus devotos, percorreu as terras do Rio Grande, desde Caró, onde foi ereta uma capelinha em seu louvor.

A conjuração para matar os padres, que tinha como chefe o cacique Nheçu, alastrou-se, depois desses acontecimentos. Emissários deste sairam em demanda do padre Juan del Castillo que estava em Assunção do Pirapó. No dia 17 de novembro, depois de o agredirem a golpes de itaiçá, ferindo-o no rosto, amarraram o joven sacerdote a uma corda de cipó. E o arrastaram, assim, durante largo tempo, numa distância de mais de quatro quilômetros. No trajeto, índios que acompanhavam, desferiram-lhe inúmeros golpes com pedras agudas, crivando-o de feridas de que o sangue escorria.

Mortos os padres, resolveram os índios dar sobre as mais reduções, afim de destruí-las. Chegaram mesmo a São Nicolau, onde estavam os padres Afonso de Aragona e Francisco Clavijo, que alí dirigiam a redução. Conseguiram deitar fogo na igrejinha coberta de palha, que não puderam queimar e, ante a resistência que encontraram dos moços selvagens que alí se encontravam, desistiram do intento, voltando a Caró.

Célere correu a notícia pelas reduções da outra banda do Uruguai. Os padres Diogo de Alfaro e Tomaz de Ureña, que assistiam em Conceição, convocaram os caciques principais do povo para socorrer os nicolaistas. Apresenta-se, então, D. Nicolau Neenguirú, o piedoso amigo dos jesuitas, que resolve organizar um contingente de índios guerreiros e à frente deles segue para S. Nicolau com o intuito de castigar os sublevados. Foram estes em número de 200. Tambem na Candelária onde estava o padre Pedro Romero haviam aparecido vários índios de Caró e Pirapó, em atitude agressiva. Foram, porem, detidos pelos catecúmenos e pelo padre Romero que corajosamente os enfrentou.

A força de Neenguirú segue até o Pirapó, onde era a aldeia de Nheçú. Como auxiliar estratégico vem o irmão Antonio Bernal que, quando secular, estivera em várias campanhas e que, mais tarde ainda, encontraremos opondo-se à invasão bandeirante. Em companhia do padre Clavijo que fora solicitar recursos em Corrientes, vai até as reduções o capitão Manuel Cabral de Alpoim, português (1), opulento fazendeiro da região que leva consigo alguns soldados espanhóis. E a Alpoim é confiado o comando da expedição. Dá-se o choque com os

(1) Entre o grande número de portugueses, provavelmente judeus que estão entre os primeiros povoadores de Buenos Aires, conta-se Amador Pais de Alpoim, natural da freguesia de Santa Maria, da ilha Terceira, e filho de outro de igual nome e de D. Isabel Vella. Era casado com D. Margarida Luiz de Cabral tambem natural da mesma ilha e filha legítima de Matias Nunes Cabral e neta de Nuno Lourenço. Teve o casal vários filhos, entre os quais Manuel Cabral de Alpoim, nascido na ilha Terceira e que foi para Buenos Aires com oito anos de idade. Manuel Cabral, que teve larga atuação em vários sucessos das reduções e, especialmente, na resistência aos bandeirantes, havia ocupado postos de destaque, como alcaide da Irmandade,

indios conjurados aos quais foi inflingida terrivel derrota. Muitos foram mortos, sendo presos os principais assassinos dos padres. E assim ficou pacificada aquela região.

Depois destes acontecimentos Caró foi abandonada pelos jesuitas e, mais tarde, restabelecida. O ato do governador Céspedes, que reconhece a redução dos Três Mártires do Japão de Caró, tem a data de 23 de julho de 1630. Em sua segunda fase vão dirigí-la o padre Joseph Orégio que tem como auxiliar o padre Jeronimo Porcel.

Anos terriveis teriam de passar os caroenses. A fome devastou as populações. A peste dizimou muitas almas. Só em 1633 tiveram algum desafogo. Neste ano foi tambem para ali o padre Pedro de Espinosa, que ensinava o catecismo. E o fruto foi excelente, pois batizaram-se 880 adultos e 343 infantes. Recebiam os selvagens com boa disposição os ensinamentos dos padres, de sorte que muitos, alem das práticas religiosas, haviam deixado muitas de suas mulheres, casando-se com a que preferiam. Em 1633 foram assim realizados 400 casamentos.

Quatro anos depois, por ocasião da invasão bandeirante, Caró foi abandonâda e seus índios, conduzidos pelos padres Porcel e Pasqual Garcia, passaram o Uruguai, localizando-se na redução de Corpus.

4 — *Ultimas reduções fundadas na Província do Uruguai.*

São Carlos do Caapi foi fundada pelos padres Pedro Mola e Felipe Viveros em princípios de 1631, e em 23 de agosto deste mesmo ano era reconhecida e aprovada pelo governador D. Francisco de Céspedes. Segundo Rego Monteiro, estava localizada no atual Campo de Santo Cristo, ao norte da povoação de Santo Angelo nas fraldas da serra, ao norte do Ijuí grande, sendo suas coordenadas provaveis 28°28' lat. S. e 10° 43' Long. O. do Rio de Janeiro.

Estava o povo ao princípio em lugar ameno e aprazivel à vista, mas, muito castigado pelos ventos que sopravam com tal intensidade a ponto de destruir as casas dos índios e uma vez mesmo levou pelos ares o teto da igreja, que era de palha. O frio tambem era intenso e isto fazia com que os índios abandonassem o povoado, fugindo constantemente. Descoberta que essa era a causa da deserção, foi a redução mudada para posto mais abrigado e logo voltaram todos os índios, construiram a igreja e as suas casas e ficaram contentíssimos em sua nova situação.

Muito devia a prosperidade em que se encontrava o povo ao antigo cacique, ora capitão, chamado Apicabiyia "índio terrivel e mui temido

---

em Buenos Aires, e mais tarde, indo residir em Corrientes, onde foi grande *accionero*, foi ali tenente de governador da Provincia, e mestre-de-campo-general. Casou primeiro com D. Inês Arias de Mansilla, descendente de Hernandarias e, por morte desta, com D. Juana Delgado de Espinosa, filha de conquistadores. Foi criador de infinito gado e o maior terratenente da provincia. E faz parte desse gado, adquirido pelos jesuitas, o primeiro rebanho que entra no Rio Grande do Sul e constitue a riqueza pecuária da terra. (V. sobre os Alpoim — R. de Lafuente Machain — *Los Portugueses en Buenos Aires*. 125, 126, 127, 128).

entre eles por sua eloquência e valentia. Anteriormente havia ameaçado o padre porque queria lhe tirar as suas mancebas, mas, por fim, chegou a sua hora e de leão se fez manso cordeiro, pedindo com muita instância o Santo Batismo, porque, dizia, queria ser filho de Deus. E o padre, conhecendo seu bom coração, o batizou e casou as suas mancebas, que eram sete ao todo, e ele tomou sua própria e verdadeira mulher, que era uma velha e com a graça de Deus poderosa para realizar estes milagres, deixou totalmente as outras, aliás moças e de bom parecer, particularmente uma que ele havia criado desde criança e queria com extremo, tendo dela um filhinho de um ano" (1). E isto contribuiu muitíssimo para firmar no povo a moral cristã que os padres pregavam.

O exemplo serviu para abrir a porta dessa redução a outros índios, entre os quais seis caciques de que se destacava o afamado cacique Jandeya que se converteu e foi para o povo fazer as suas sementeiras.

Havia na igreja a imagem de São Carlos devida ao pincel do insigne artista irmão Luiz Vergel que foi colocada no altar com muito gosto e alegria de todos.

Em 1636 foram nomeados para dirigir o povo os padres Pedro Mola, Diogo Ferrer e Nicolas Inácio e tinha já a redução mais de 6.000 almas quando, em 1638, foi destruida e abandonada, pela ação deshumana das bandeiras paulistas.

A redução de Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo, de Caçapaguassú, é dada por Teschauer e Rego Monteiro como tendo sido fundada em 1633. Pode-se, entretanto, recuar essa data para 1631, pois que o ato de 23 de agosto desse ano, do governador Céspedes já aprovava a sua fundação. Teria as coordenadas provaveis de 28°28' de Lat. S. e 11°6' de Long. O. do Rio de Janeiro, deduzidas pelo provecto Rego Monteiro, da carta de Carrafa. Estaria, assim, situada entre os Ijuis, grande e mirim, nas pontas da coxilha que divide as águas desses dois rios.

A ânua referida do padre Romero dá várias notícias sobre essa povoação. Em 1633, por falta de operários, alí estava somente o padre Adriano Crespo, de saude escassa e cheio de achaques. E a região era bastante trabalhosa porque alí vivia o célebre feiticeiro Ibapirí, que muito prejudicou a catequese. Morto este, melhorou a situação e os índios livres de sua influência chegavam aos poucos para receber a palavra de Cristo. Assim, em pouco tempo, já podia contar a povoação com 600 almas de batismo, das quais 200 crianças.

Era o padre Adriano o médico do povo. Acudia a todos com notavel zelo e caridade. Do que tinha para si distraia a maior parte para fazer remédios e beberagens com que curava a muitos enfermos, sofrendo as suas impertinências e bobagens pelas quais são mais facilmente curados, porque, não aturando os remédios que lhes dão, ou aplicações que fazem, as tiram, embora vejam claramente que lhes causam bem. Não se absteem de cousas nocivas à sua saude, nem os de casa se atrevem negar o que pedem; se precisam ter resguardo, não se conformam.

(1) Ânua do padre Pedro Romero, superior. B. N. Mss. I-29,7,25.

Assim é mister muita paciência para curá-los. Teve-a o padre Adriano e conseguiu curá-los corporal e espiritualmente, pelo que foi sempre muito querido pelos índios (1).

Em 1636 foram tomar conta da redução os padres José Oregio, Luiz Ernot e Francisco Ximênes. Em 1638, atemorizados ante o avanço paulista, foi essa redução abandonada. Tinha, ela, então uma população superior a 3.000 almas.

(1) Anua 1633. B. N. Mss. I-29,7,25.

CAPÍTULO III

REDUÇÕES DO TAPE

1 — Penetração jesuítica no Tape. 2 — Reduções do alto Ibicuí. 3 — Reduções da bacia do Jacuí. 4 — Martírio do veneravel padre Cristovão de Mendoza. 5 — A "Junta" dos feiticeiros.

1 — *Penetração jesuítica no Tape*

A dilatada província do Tape, desde as primeiras horas da penetração jesuítica em território aquem-Uruguai, tinha sido uma das maiores preocupações desses abnegados caçadores de almas. Dadivosa e fertil a terra, que se estendia até o mar, era cortada de rios que constituiam um sistema hidrográfico que a tornava apta para a exploração extensiva da agricultura e da pecuária; de condições orográficas que a circunscreviam entre altitudes e depressões de climas variados e amenos; de vasta extensão de campos com excelentes pastagens que corriam para o sul desde os contrafortes extremados da Serra, e de matarias virgens alcandorando as serras e bordando as margens dos rios que, ora se despenhavam em quedas fortes dos altos desniveis do planalto, ora, deslisando suavemente, espraiavam-se em várzeas extensas pelas planuras fecundas.

Alem da disposição geofísica que singularizava a terra, o homem que nela habitava seria, trabalhado pela catequese, um ótimo elemento, não obstante a sua incapacidade nativa para o trabalho. Pequeno não seria o esforço para adaptá-lo à civilização cristã, mas o resultado compensador das primeiras tentativas induziu os padres a tentá-lo, com a coragem característica que sempre singularizou a sua ação.

Em 1626 já o padre Roque Gonçalez, atraido pela fama do Tape, entrara pelo rio Ibicuí, depois de um percurso de 40 léguas, até a aldeia de Tabacan, cacique poderoso daquela região. E ali, como vimos, lançou os lineamentos da redução de Candelária, a primeira, logo destruida por selvagens vizinhos que não queriam aceitar o domínio da Cruz. O sucesso só serviu para dar mais ânimo ao heroico evangelizador, pois,

voltando ao Tape, conseguiu o levassem terra a dentro até Itayasaco onde, mais tarde, o padre Cristovão de Mendoza funda São Miguel, nas proximidades da hoje cidade de Santa Maria.

A tragédia de Caró, em que perdeu a vida, não permitiu realizasse o apóstolo a aspiração de expandir a catequese e fixar marcos de civilização cristã até o Tape longínquo. Coube aos seus sucessores, principalmente um de seus discípulos e companheiro de trabalho, o veneravel padre Pedro Romero, quando superior das Missões, a tarefa de levar à afamada província a ação benfaseja dos inclitos soldados de Cristo.

Em um depoimento do padre Manuel Bertot, um dos desbravadores do Tape, encontra-se a noticia do dia exato em que, sob a direção do padre Pedro Romero, os padres Luiz Ernot e Paulo Benavides, por via fluvial e os padres Cristovão de Mendoza e Manuel Bertot, por terra, encontraram-se na aldeia do cacique Guaimica, ponto inicial da catequese do Tape. "Foi servido Nosso Senhor, depõe o padre Bertot, abrir a porta da extensa e povoada província do Tape a seu Santo Evangelho, na Serra que corre até o mar, cerca de cem léguas, à qual me levou o veneravel padre Pedro Romero, superior que era das Reduções. Entramos nela a 13 de junho do ano de 1632, e achamos, na outra banda da Serra, nos campos que correm até Buenos Aires, cerca de 150 léguas, um povo de 400 índios juntos, ao qual não faltava senão igreja e cruz" (1).

Até fins do ano 1631 poucos eram os sacerdotes de que dispunha a Companhia, com as condições exigidas para os trabalhos de catequese no Uruguai. Alem das condições morais e de comprovada abnegação, resistência física e outros atributos indispensaveis ao bom desempenho da missão, mister se fazia que fossem "buenos lenguas, y experimentados en el ministério de los indios, personas doctas y de toda satisfacción".

E isto só foi possivel quando, destruida a província de Guaira pelos mamalucos de São Paulo, nove padres, tendo à frente essa compleição formidavel de apóstolo que foi o padre Antonio Ruiz de Montoya, desceram com seu povo no êxodo de 12.000 almas, Paraná abaixo, sofrendo as maiores provações, foram até o Paraguai onde se localizaram. Alem do próprio Montoya outros missionários insignes virão regar com seu suor aquela vinha promissora. Recebe-os o Tape em que se multiplicam as povoações. Há, entre esses homens fadados ao trabalho e ao martírio, figuras gloriosas que ficam circundadas de halos impereciveis de santidade. Os novos operários são os padres Simão Maceta, Paulo Benavides, Luiz Ernot, Pedro Mola, José Cataldino, José Domenech, Pedro Alvarez e Cristovão de Mendoza. Veteranos de Guaira, trazem ainda no coração o travor dos dias dolorosos, da destruição, dos incêndios, das mortes e da escravização do povo guaireнho, e dessa formidavel migração para a liberdade que, fugindo ao barbarismo dos bandeirantes, grande parte dos índios foi encontrar na morte.

---

(1) *Visita e testemonio* cit. B. N. Mss. I-29,1,52.

São estes os desbravadores do Tape. Penetram pelas serras, navegam pelos rios, transpõem o Jacuí, o Guaiba, o rio Pardo, o Taquarí, o Antas, e palmilham a terra em todas as direções e vão levar a cruz redentora a todos os seus quadrantes. Surgem pelas aberturas das florestas, cavalgam pelos campos de coxilhas dobradas, sobem as escarpas do planalto, baixam às profundas depressões das valadas verdes e, por toda a parte, condutores formidaveis da vontade do Senhor, deixam um traço de bondade, um raio de fé, um cântico de louvor ao Criador Supremo e, muitas vezes, alí ficam, olhos postos no céu, coroados pelo martírio, glorificados pela santidade de uma vida exemplaríssima de virtudes e de uma morte de inigualaveis torturas.

2 — *Reduções do Alto-Ibicuí*

As reduções do alto-Ibicuí, fundadas já na província do Tape, foram, por ordem cronológica :

a) *São Tomé*. Foi, como se disse, a 13 de junho de 1632, que o padre Pedro Romero, superior das reduções do Uruguai, com os padres Manuel Bertot, Luiz Ernot a que vieram se reunir os padres Cristovão de Mendoza e Paulo Benavides, o único português que trabalhou no Uruguai, chegaram ao rio Jacuzinho, afluente do Jaguarí, em cuja margem direita levantaram cruz. Ficava aí o povo de 400 almas, a "quienes no faltava sino iglesia y cruz", a que se refere o padre Bertot. Erguida esta, que tinha 40 pés de altura, naquele mesmo dia batizava-se São Tomé, a primeira redução da província do Tape.

Localiza-a Rego Monteiro na lat. de 29°22' S. e Long. O. Rio de Janeiro de 11°34'.

Informa o padre Bertot no *Testemonio* citado que "no primeiro ano da redução de São Tomé reduziram-se outros 400 índios e nos anos seguintes mais, de sorte que o povo atingiu a 1.400 e mais famílias e entraram para a escola 900 crianças". Batizaram-se naquele povo mais de 3.000 almas. A redução ficou ao cuidado do padre Luiz Ernot que batizou outras mais, bem como seu companheiro padre Bertot.

A ânua do padre Romero, referente a 1633, dá-nos preciosos informes sobre as atividades apostólicas desses dois padres, naquele núcleo inicial do cristianismo no *Tape*, designação vetusta da própria aldeia (*Tape* = cidade grande), de onde se irradiaria pela província dilatada, numa expansão notavel, a catequese jesuítica.

Antes do segundo ano da fundação, São Tomé já contava com cerca de 1.800 habitantes. Haviam-se realizado 70 casamentos, resultado acima do comum, tendo em vista a dificuldade que sempre se encontrou em convencer os índios a abandonar as suas muitas mulheres e entrar no regime da monogamia.

Entre os muitos índios que se batizaram refere-se a Anua a um capitão velho e cacique principal do povo, ao qual sendo perguntado pelo nome que queria adotar disse que lhe dessem o de *Roque*, em louvor do padre Roque, que alí estivera por amor deles.

Um dos primeiros cuidados dos padres foi organizar uma orquestra e ensinar o canto aos índios, entre os quais um revelou tais aptidões que em pouco tempo era escolhido para maestro.

Duas provações cruéis estavam destinadas a reduzir de muito a população da incipiente aldeia. A primeira foi a peste que dizimou grande parte do povo, pois morreram, por essa ocasião, 770 crianças e 160 adultos. Seguiu-se-lhe uma praga de tigres. Irrompiam de todos os lados, atacavam a redução e vinham cevar-se nos pobres índios que devoravam às dezenas. Isto sucedeu por duas vezes, o que deu margem a que fugissem muitos selvagens que recairam nas práticas pagãs.

Em 1638 foi São Tomé, com receio das incursões bandeirantes, mudada para a margem direita do Uruguai, quase em frente à atual cidade de São Borja.

b) São Miguel. Dias depois da fundação de São Tomé, ainda no mês de junho de 1632, daí seguiu o padre Romero em companhia dos padres Cristovão de Mendoza e Paulo Benavides para lançar os fundamentos da redução de São Miguel, que distava daquela treze léguas. Ficaria (cf. Rego Monteiro) à margem direita do rio Ibicuí, proximidades da atual vila de São Martinho, na serra do mesmo nome, sendo suas coordenadas provaveis 29°32' Lat. S. e 10°40' Long. O. Rio de Janeiro.

O lugar em que foi fundada S. Miguel era conhecido dos índios pela designação de Itaiacecó. Era uma grande aldeia que poderia congregar umas 5.000 almas da região que abrangia, gente docil e de boa condição, pronta a receber a semente do evangelho. Edificada a igrejinha, de pau a pique, de que os próprios índios se encarregaram, sob a direção do padre Cristovão, em poucos dias poude este iniciar as suas atividades. Um ano depois de sua fundação, São Miguel já contava com 843 catecúmenos batizados, sendo 408 adultos e 435 crianças. Morreram nesse período 95 pessoas.

Alguns maus elementos vieram, dentro em pouco, perturbar a harmonia da povoação. "Um destes, que estivera entre os matadores do padre Juan del Castillo, quando soube da chegada do santo jesuita, fugiu para os matos e alí se ocultou, temeroso de castigo. Sabendo disto, o padre Cristovão, embrenhando-se na mataria, conseguiu encontrá-lo e, com boas falas, lhe fez ver a bondade do Senhor que perdoava aos que se arrependiam. O índio voltou para a redução, recebeu o batismo e viveu cristãmente. Outro, que não foi passivel de emenda e que se chamava Tayubai, feiticeiro e inimigo dos padres, apareceu em São Miguel quando a redução já florescia, procurando destruir a obra da catequese. Dizia-se Deus e que a seu mando desencadear-se-iam pragas terriveis sobre o povo, se este não abandonasse os padres que destruiam os velhos hábitos da vida livre dos selvagens. Capturado por índios cristãos, foi levado à presença do padre Cristovão que, para desenganar os que acreditavam no feiticeiro, teve-o um dia preso, mandando, em seguida, saisse da povoação. Tayubai foi para a terra

de Ibia, onde, um ano mais tarde, promove a conjuração de que resultou a morte do padre Cristovão" (1).

Era cacique principal de São Miguel o capitão Guaimica, que se singularizou pela sua dedicação à catequese de seus irmãos e pela bravura e resolução pronta em todas as ocasiões em que foi necessário sair à frente de forças em defesa das reduções, como se deu na ocasião da invasão bandeirante e outras.

Solicitado para novas fundações e outros trabalhos de penetração no Tape o padre Cristovão deixou a redução que havia fundado, sendo substituido ao princípio pelo padre Benavides e depois pelo padre Manuel Bertot. Alí, em 1638, estava o padre Orégio, retirante de S. Ana, assolada pelos mamalucos, e se dispunha a encaminhar o povo para o Uruguai quando, distanciando-se dos vaqueanos, perdeu-se na floresta, onde esteve por alguns dias sofrendo as maiores privações.

O povo de São Miguel emigrou para Conceição, na margem direita do Uruguai, donde voltou, em 1687, para fundar a segunda São Miguel.

c) *São José.* Informa o padre Bertot, no *Testemonio* citado que "a sete léguas de São Tomé, caminho de São Miguel, fundou-se a redução de São José, alguns meses depois da de São Tomé, e porque não havia padres o padre Luiz Ernot e eu procuramos reduzir os índios comarcãos naquele posto; fizemos igreja e casa, indo alternativamente cada mês, batizar os crianças e, quando avisados, os enfermos. Aí se reduziram perto de 400 índios e continuamos com essa tarefa até que o padre José Cataldino foi encarregado do curato daquele Povo" (2).

Ficava São José (cf. Rego Monteiro) à margem direita do Ibicuí, entre o Toropí e o Jaguarí, na encosta da coxilha de São Xavier. Tinha as coordenadas provaveis de Lat. 29°36' S. e Long. O. Rio de Janeiro 11°16'.

Cansados estavam os índios há quase um ano já aldeados e somente recebendo a visita periódica dos padres de São Tomé, e por isto resolveram mandar seus caciques ao superior que sabiam andava em viagem pelas reduções, afim de lhe pedir designasse um padre efetivo para sua aldeia. Encontraram em caminho o padre Cataldino, especialmente mandado para cura de São José, e festivamente o levaram à sua aldeia, depois de passarem por São Tomé, onde os esperava o capitão e mais autoridades do povo.

Quando o padre Cataldino entrou na aldeia, achou aí já construida uma igreja com capacidade para a gente que então existia, que eram 350 famílias. Já se tinha iniciado o levantamento dos esteios da casa do padre. Alem disto, os índios haviam cercado um pequeno curral para as vacas que a redução devia receber e a chácara para as sementeiras estava quase pronta.

Era notavel a boa vontade com que todos acudiam com fervor e gosto às práticas religiosas, pois, "tocando o sino, saiam logo de suas

(1) Aurelio Porto. *Martírio do veneravel padre Cristovão de Mendoza S. J.* Sep. Anais 3.° Cong. de Hist. Riograndense. Porto Alegre, 1940. 25.

(2) *Test.* cit. B. N. Mss. I-29,1,52.

casas para entrar na igreja, e era tal a pressa a que alguns se davam que deixavam os seus companheiros e saiam correndo, e entre outros um menino quis correr com tal ímpeto que, tropeçando, na carreira, caiu e feriu-se gravemente, do que veio a morrer" (1).

Um ano depois já São José apresentava desenvolvimento digno de nota, e o padre Romero, em sua Ânua citada, observava que "ia-se reduzindo a gente muito depressa, sendo já mais de 600 famílias, e as crianças começam a ler, cantar e dansar, com prazer seu e alegria de seus pais".

d) *São Cosme e São Damião.* Foi fundada esta redução, segundo Azara em 24 de janeiro de 1634 e ficaria à margem direita do Ibicuí, pontas da serra de São Martinho, nas proximidades da vila deste nome. Rego Monteiro dá para coordenadas provaveis 29°32' Lat. S. e 10°40' Long. O. Rio de Janeiro.

Foi designado para dirigí-la o padre Adriano Formoso, ou Crespo, que pouco depois já havia alí congregado mais de 1.000 famílias, número que, em 1637, elevava-se a 2.200. Assolada pela peste e pela fome muito sofreu a redução. Iludidos pelos apicairés, terriveis feiticeiros, muitos índios fugiram, encarregando-se de suas lavouras o próprio padre para que, ao voltarem, não sentissem fome.

3 — *Reduções da bacia do Jacuí*

Foi em princípios de 1633 que, ampliando a ação da catequese, penetraram os jesuitas na bacia do Jacuí, fundando alí várias reduções que tiveram desenvolvimento notavel. Era a região a grande porta que se abria para ligar o Uruguai ao litoral e essas fundações facilitariam as comunicações pelo Iguaí, ou Rio Grande, uma das vias de penetração dos inimigos de São Paulo, de que já havia veementes indícios de aproximação. E era tambem alí o campo de ação dos preadores de índios e seus prepostos, os ibiraiaras, amigos dos tupís, que entravam pela Laguna, descendo até ao Tibiquarí, onde assaltavam os tapes para resgate com os paulistas. Logo que foi possivel dispor de maior número de padres, alguns mesmos retirados das aldeias antigas, tratou o padre Romero, superior das reduções, de estender para leste do Jacuí a linha de penetração missioneira.

Entretanto, veteranos consumados na obra da catequese, estendiam, cruzando o Taquarí e o Rio das Antas, a exploração das terras ainda não palmilhadas pelos padres espanhóis, indo, como os jesuitas Cristovão de Mendoza, Francisco Ximênes e João Soares até a bacia do Caí. Urgia a providência, pois era voz corrente que, em Piratininga, aprestavam-se bandeiras para reproduzir no Tape a depredação que tão viva ainda estava na memória dos retirantes de Guaira.

a) *Santa Teresa.* A primeira povoação dessa nova série foi Santa Teresa, localizada nas terras do cacique Guarae, nas pontas do rio Passo Fundo, antigo Uruguai-mirim. Ereta a cruz, em fins de 1632,

(1) B. N. Mss. I-29,7,25.

aldeados os índios, nada mais se poude fazer, devido às dificuldades que os padres encontravam de ir até ali. De vez em quando, muito solicitados pelos catecúmenos, um ou outro das reduções mais próximas se aventurava afim de atender às práticas religiosas.

Para obviar essas dificuldades que contribuiam para o relaxamento dos costumes cristãos, já em bom caminho, resolveu o superior fosse Santa Teresa mudada para posto de mais facil acesso, conforme a sugestão do padre Francisco Ximênes, cura de Apóstolos, e fundador da primeira Santa Teresa.

Facil não foi, depois de escolhido o novo local, convencer o cacique Guarae e seus índios abandonassem a antiga terra em que haviam nascido e vivido seus antepassados. Venceu-os, porem, o desejo de terem padres efetivos, o que não se daria se persistissem na região em que tinham as suas aldeias.

Vencida a resistência dos índios e feita a transmigração do povo, a 22 de março de 1633, erguia o padre Ximênes a cruz que marcava o local da nova redução. Dá Rego Monteiro para esta as coordenadas provaveis de 28°12' Lat. S. e 9°8' de Long. O. do Rio de Janeiro, coincidentes, mais ou menos, com as da atual cidade de Passo Fundo, e nas pontas da vertente mais ocidental do Jacuí.

A carta que o padre Francisco Ximênes dirige ao Superior, relatando essa fundação, nos dá interessantes notícias motivo pelo qual se a reproduz na integra : "Parti, como V. Rma. me ordenou, para visitar Santa Teresa e no tempo preciso em que com a graça do Senhor pude fazer a mudança do Povo, muito embora estivesse a parcialidade do cacique Guarae sem vontade para isto, por amor de suas terras e por lhe haverem dito que tambem teria padres alí ; contudo o vencí e desenganei, dizendo-lhe que não havia tantos padres que pudessem ir a sua terra, e, com isto, foram voando e se deram a tal gana para fazer as suas casas que antes que eu viesse, as tinham quase acabadas com que ficou já o lugar com forma de povoação ; logo começou a chegar gente de Mbocariról, e matriculei 250 famílias, batizei 50 crianças, e alguns enfermos que corriam perigo. Dalí partí para São Joaquim e no caminho não faltou o que padecer, porque me colheu um temporal tão rigoroso que me deteve seis dias, em que estivemos para morrer de frio e de fome. Nos dois últimos dias estivemos sem comer até que, vendo a cousa mal parada, e que não havia senão erva para tomar, e o tempo não se aplacava, nem cessava de cair neve e granizos, disse aos índios : "Filhos, vocês se sustentam dormindo e bebendo erva (mate), mas eu não posso mais padecer a fome e tenho a obrigação de me cuidar e não me deixar morrer à míngua, portanto, quero seguir muito embora faça o frio mais intenso". E saí do rancho sob o forte granizo e os índios me seguiram. Fazíamos fogo a miudo porque nos cortava o frio, e com este trabalho chegamos a um rancho onde a Providência divina fez-nos esperar um alcaide de São Joaquim com muita comida de milho e lenha guardada para fazer fogo, o que nos confortou um pouco.

A gente do povo nos recebeu muito bem ; batizei as crianças que havia e matriculei 100 famílias novas que vieram. Querendo fazer a

igreja, como me mandou S. revma., mandei abrir os buracos para os esteios, mas o terreno era todo pedra viva, com o que desistí da obra dizendo aos índios que ia procurar melhor local para a construção. Ficaram eles muito tristes com isto e, havendo eu me recolhido a uma choça, saiu uma índia varonil, mulher do capitão Camay, e começou a repreender os índios, chamando-os de indolentes e por tão pouco, e era de apreciar a energia com que a boa índia dizia que quebrassem as pedras e as furassem para fincar os paus para a igreja. Eles, com isto, cansaram-se algum tempo em querer quebrar as pedras sem que o conseguissem, mas não desistiam do intento e, de pena deles, saí e mandei que cavassem em outro lugar onde havia até três palmos de terra sobre as pedras. Alí, como foi possivel, armei a igrejinha onde se pode doutrinar os índios por enquanto, com que ficaram consoladíssimos e eu ainda mais por ver seu bom coração.

Não pude atravessar em direção a Apóstolos, por não estar aberto o caminho, nem haver canoa no Igaí e assim baixei por Santa Ana, onde matriculei mais 100 famílias e batizei as crianças" (1).

Só em 6 de agosto, entretanto, o padre Francisco Ximênes foi efetivamente residir na redução de Santa Teresa. Torna-se a povoação conhecida, principalmente dos paulistas bandeirantes, pelas suas extensas florestas de araucária e de erva-mate: Santa Teresa dos Pinhais e Ervaçais. E alí, mais tarde, estabelece André Fernandes um posto de aprovisionamento para as bandeiras em que fica um filho seu, o padre Francisco.

No ano seguinte tinha já Santa Teresa 800 habitantes, tendo sido batizadas 400 crianças e quando foi destruida pelos paulistas sua população passava de 4.000 almas, inclusive grande número de ibiraiaras que haviam sido atraidos pelo padre Ximênes.

Dessa redução em 3 de janeiro de 1635 partiu o padre Ximênes em companhia do padre João Suarez para fazer um reconhecimento pelo rio Taquarí, cuja bacia percorreram longamente. Consta a exploração de uma interessante carta do padre Ximênes ao superior padre Pedro Romero (2).

b) *Santa Ana*. A penetração na bacia oriental do Jacuí, magnífico campo para a catequese jesuítica, deu-se naturalmente, pelas alturas do Vacacaizinho, antigo Araricá, onde foi fundada a redução de Santa Ana. Ficava esta, segundo Rego Monteiro, na Lat. S. de 29°55', e acima da foz do atual arroio Paredão.

Foi em meados de 1633 que o padre Inácio Martinez, por determinação do superior, tendo ido àquele local, aí já encontrou gente reunida e, levantando a cruz, deu início à redução que já estava em franco desenvolvimento, quando o padre Romero, em companhia do padre Adriano Formoso, alí chegou, de volta do Paraguai. Sendo o padre Inácio mandado no ano seguinte para o Perú, em companhia do padre Pedro Alvarez, substituiu-o o padre Manuel Bertot, que aí esteve quase um ano tendo reduzido mais de 1.000 índios. Mais tarde a sua população atingiu

---

(1) Anua citada Mss. B. N. I-29,7,25.
(2) B. N. Mss. I-29,1,47.

a 7.700 almas. O cacique principal chamava-se Ayerobia, recebendo no batismo o de Bartolomeu. Muito auxiliou os padres no recrutamento de catecúmenos e, tendo aprendido o ofício de carpinteiro, empregou-se na construção da igreja.

c) *São Joaquim*. Ficava situada na serra de Butucaraí (Ibiticaraí), nas pontas do rio Pardo, provavelmente entre 29°10' de Lat. S. e 9°18' de Long. O. Rio de Janeiro, cf. Rego Monteiro. Determinou a sua fundação não só uma aldeia populosa de índios que havia no local, como, principalmente a facilidade de exploração de ervais nativos que ali se estendiam.

Foi em 1633, logo depois da fundação de Santa Ana, que a erigiu o padre Juan Suarez, "tão pobre de coisas e alfaias que, perguntando-lhe um padre o que levava para dar princípio à sua redução e para ganhar os índios, respondeu que não levava mais do que a semente do Evangelho para semear em suas almas e que com ela levava uma riqueza" (1). E com sua humildade e pobreza, dentro em pouco, ganhou realmente para Deus os pobres índios, não obstante os incômodos a que deu causa semelhante pobreza.

Muito sofreu o padre com a alimentação de milho e uma espécie de feijões a que se via obrigado. E enquanto não podia colher o trigo, que todos plantavam não só para hóstias como para seu sustento, só se alimentava quando os padres vizinhos lhe mandavam um pouco de pão, embora tambem escasso nas reduções novas.

Isto não obstou porem que desenvolvesse uma atividade digna de nota, pois, em pouco tempo, havia levantado a sua pequena igreja e a pobre casa em que ia viver. Segundo o padre Romero, era esta uma das reduções mais trabalhosas da serra, porque a gente dela está metida pelos matos e ásperas serranias. Muito auxiliou o padre Suarez o seu companheiro Cristovão de Arenas que por matos e serras quase inacessiveis conseguiu em dois dias, descendo o planalto, ir até a Jesus-Maria, que ligou, por um pique, a São Joaquim, facilitando assim as comunicações entre ambas, até então inexistentes. São Joaquim prosperou grandemente, congregando mais de 1.000 famílias catequizadas (2).

d) *Natividade*. Foi localizada esta redução nas fraldas da serra de S. Martinho, entre as vertentes do Ivaí e do Jacuí, segundo Rego Monteiro "a indicação topográfica de Carrafa faz ver que essa redução ficava à margem direita de um afluente forte do Igaí (Jacuí), muito acima de sua forte deflexão para o norte, cerca de meia distância entre a forqueta Jacuizinho-Jacuí e essa deflexão". Seriam suas provaveis coordenadas 29°14' lat. S. e 10°14' Long. O. Rio de Janeiro.

Foi em agosto de 1633 que o padre Pedro Alvarez, depois de haver auxiliado a baixar os índios de Iguassú, deu início a essa redução a que denominou Natividade de Nossa Senhora. Várias vezes haviam os índios, que ali demoravam, solicitado aos jesuitas fizessem uma aldeia em suas terras, aproveitando a que ali já existia e, como demorasse a

(1) B. N. Mss. I-29,7,25.
(2) B. N. Mss. I-29,7,31.

vinda dos padres, levavam às outras reduções os seus filhos, afim de serem batizados. O padre Pedro foi recebido com as maiores demonstrações de alegria, mas o local em que os índios estavam já aldeados, muito exposto aos ventos e ao frio, não atendia às necessidades de uma boa povoação, sendo assim mister mudá-la para outro local. Feita a mudança, embora com sentimento de alguns que alí estavam arraigados, inaugurou-se Natividade em 8 de setembro.

"Fizeram logo sua igreja e a casa para o padre, melhor do que se fossem índios há muito já reduzidos, de sorte que o padre Pedro Alvares, que muitos anos estivera no Paraná entre índios há muito cristianizados, confessa que estes excedem àqueles em capacidade e em um natural mais brando e docil para as coisas da Fé" (1). Assim, em pouco tempo Natividade tornou-se uma redução notavel pelo seu desenvolvimento, pois, no ano seguinte, já contava com mais de 800 famílias e com o tempo se iam descobrindo mais "pois parece que os índios são como mina e em cada dia se descobrem mais veias de ouro puro e finíssimo, capaz de bem-aventurança" (2).

e) *Jesus-Maria.* 'Foi Jesus Maria a redução mais avançada para leste que os jesuitas fundaram no Rio Grande do Sul. Não pertenceria mesmo à Província do Tape que tinha por fronteira o rio Jacuí, e cuja sentinela extremada seria a redução de Santa Ana. Ficava à margem direita do rio Pardo e acima da foz do rio Pardinho cerca de 20 a 25 quilômetros. Rego Monteiro encontrou para Jesus Maria as coordenadas provaveis de 29°45' Lat. S. e 9°22' Long. O. Rio de Janeiro. Coincide essa posição com o último contraforte da serra do Butucaraí e por ela passava a linha dos ervais nativos, grandemente explorados pelos índios.

Estava o padre Pedro Mola, virtuoso varão apostólico, em São Carlos, quando recebeu ordem do superior a que atendesse à solicitação dos índios das cercanias do Yequí (Rio Pardo), que insistiam pela fundação de uma povoação cristã em suas terras. Em novembro de 1633, cumprindo essa ordem, seguiu o padre em um animal cavalar, mas tão fraco e imprestavel que teve de fazer a pé quase todo o caminho, sob fortes calores e perseguido de motucas e outros insetos. Em São Joaquim, detido por uma enchente, esteve três dias, sendo obsequiado pelos catecúmenos com caças de veado e batatas.

Souberam os de Jesus-Maria que o padre se dirigia para suas terras e, com grande acompanhamento, foram os caciques encontrá-lo, tendo à frente o seu capitão que lhe ofereceu presentes de *mbocayiy*, uma espécie de linho muito apreciado da região. E todos o cumprimentaram a seu modo e seguiram em companhia do padre Mola que, mais adiante, surpreso, viu que outra turma de índios melhorava e enfeitava o caminho por onde ele devia passar. A entrada do povo estava engalanada de arcos de folhagens. E, chegando o padre, todos à porfia apresentavam seus filhos, para que os batizasse e, nessa ocupação, gastou muitos dias, pois era muita a gente que desejava o batismo.

---

(1) Anua cit. I-29,7,25.
(2) Idem, idem.

Em quatro dias somente, quase sem assistência do padre Pedro, os indios construiram uma casa de 24 pés de altura e relativamente boa. Ao mesmo tempo deram começo à igreja com 34 pés de altura por 50 de largura, onde se dissesse missa e se ministrassem os Santos Sacramentos (1).

Nessa ocasião chegou o padre Cristovão de Arenas que levou algumas vacas para a redução e ficou em companhia do padre Mola.

Mais tarde para alí foi o padre Cristovão de Mendoza, que fez várias explorações na bacia oriental do Taquari, onde, em Ibia, em 1635, recebeu a palma do martírio. Houve mesmo intenção de ampliar alem-rio Pardo a linha das reduções, afim de opor resistência aos piratininganos, preadores de índios que entravam pelo Caágua e por Guaiberenda (*Guaiba*), levando da região numerosos escravos. Seria cura dessas novas reduções o padre Cristovão de Mendoza, que conseguira matricular 2.200 indios prontos a reduzir-se, em três povos já existentes com 100 casas cada um.

Diz o padre Mola que contava, no ano de 1635, colher 100 fanegas de trigo que os índios haviam cultivado em suas chácaras e outras tantas de milho. As vacas e os porcos estavam muito gordos e iam aumentando, sendo diariamente encerrados em potreiros, sem que houvesse faltado uma cabeça sequer. Em 1636, alem do gado vacum, em Jesus Maria havia já um bom rebanho de ovelhas (2).

Foi a primeira redução, devido à sua posição geográfica, que sofreu o ataque dos paulistas, sendo por eles tomada e destruida em 1636. Nessa página sombria, largamente descrita no capítulo seguinte, ressaltam outros informes sobre a vida de Jesus Maria, uma das mais prósperas e florescentes reduções da serra. E' daí, após a invasão bandeirante, que se inicia o largo êxodo de catecúmenos que termina pelo completo abandono de todas as povoações cristãs do Tape e do Uruguai.

f) São Cristovão. Foi erguida esta redução à margem direita do rio Pardo, abaixo da foz do rio Pardinho, a sueste da atual povoação de Cruz Alta, tendo, (cf. Rego Monteiro), a posição de 30°22' Lat. S. e 9°28, Long. O. Rio de Janeiro.

E' a última das reduções do Tape e foi confiada ao zelo do padre Agustin Contreras que, em 1634, elevou a cruz e demarcou a povoação. Ao capitão Antoní Caraichure, que era o cacique principal da região, deveram os padres os fundamentos desta povoação que atingiu em dois anos apenas grande desenvolvimento. Por falta de sacerdotes que os atendesse mandavam os índios que seus filhos fossem a outras reduções afim de serem instruidos na religião e batizados. Estes, voltando, tornavam-se mestres dos próprios pais, aos quais, em suas aldeias, ensinavam as práticas religiosas que com os padres haviam aprendido. Entre os que mais aproveitaram com essas lições, contava-se D. Antonio, o cacique principal que, em pouco tempo, reunindo os índios, pregava-lhes a doutrina cristã.

---

(1) Anua cit. I-29,7,25.

(2) Anua de Jesus Maria. Padre Pedro Mola, I, 29, 7, 28.

Foi com prazer, assim, que receberam o padre e fundaram a redução de São Cristovão, que é a última das povoações erguidas na província do Tape, pelos jesuitas.

Como veremos, foi de pouca duração a vida desta próspera missão, pois, em 1636, assediada pela bandeira de Raposo Tavares, foi destruida, depois de um combate com os índios que durou de 4 a 5 horas. A igreja foi queimada e saqueada a povoação.

4 — *Martirio do veneravel padre Cristovão de Mendoza*

Veneravel apóstolo da cristandade, em terras do Rio Grande do Sul, o padre Cristovão de Mendoza é uma das mais singulares figuras que surgem nesse cenário, enchendo-o com a projeção de uma vida admiravel de abnegações e de virtudes e com a própria morte que se reveste de trágico martírio.

Nasceu em 1589 em Santa Cruz de la Sierra, sendo vinculado às mais nobres famílias de Espanha, que se desdobram dos Manrique de Lara aos Mendoza Orellana e direto descendente dos primeiros condes de Castroxeriz; filho e neto de conquistadores do Prata e primeiros governadores daquela cidade, recebeu o padre Cristovão, no batismo, o nome de D. Rodrigo de Mendoza Orellana.

Piedoso e humano, desde a infância sentiu-se dominado por um profundo sentimento de amor aos pobres índios, cujos inenarraveis martírios, escravidão e extermínio enchiam-no de mágua, despertando-lhe pendores da caridade cristã com que essa plêiade de soldados da Companhia de Jesus, com abnegação e heroismo, combatia os prejuizos do tempo, em nome da fraternidade humana.

Foi assim que, podendo aspirar altas dignidades e posições brilhantes, contrariando a vontade da família, desertou de casa e, depois de muitos meses de penosa viagem, atingiu Tucuman e o Colégio dos Jesuitas em que ingressou em 1616, com 27 anos de idade, adotando o nome de Cristovão, pela devoção que consagrava a este santo.

Seu noviciado foi um largo exemplo de virtudes e de vocação sacerdotal. Uma caridade imensa, uma abnegação ilimitada, uma coragem, que raiava pelo heroismo, e uma fé iluminada, transbordavam dos recessos de sua alma consagrada, íntegra e pura, à glória do Senhor, naquelas searas enormes que eles, humildes operários, andavam cultivando nas terras selvagens da América.

Ressoavam ainda os ecos de sua primeira missa e já, amparado ao bordão de missionário, seguia para Guaira onde um punhado de insignes companheiros, sacrificando todos os dias a vida e padecendo tormentos e fome, congregava os índios infieis, em populosos redutos humanos para lhes incutir no fraco entendimento a idéia de Deus, criador supremo dos homens e das coisas.

Foi nesse aprendizado que demandava qualidades excepcionais de fortaleza de ânimo e de altas virtudes cristãs que, tendo como mestre o insigne padre Antonio Ruiz de Montoya, poude Cristovão de Mendoza temperar a sua alma e enrijecê-la nos duros combates pela fé, destacando-se, desde logo, entre os próprios veteranos da catequese.

Ao princípio junto a Montoya, depois só, embrenha-se pelos sertões, tem contato com as mais ferozes tribus da mata e do campo, domina-as pela sua coragem e pelas suas virtudes, fontes inexhauriveis de um poder formidavel e funda reduções e incute no espírito quase inacessivel dos índios essa luz maravilhosa que revestia o seu coração de fé, de ternura e de piedade humana.

Um dia baixam de Piratininga, à prea de índios, as hordas dos bandeirantes, que caem sobre as povoações cristãs de Guaira, maltratam os sacerdotes, e levam cativos infindaveis chusmas de catecúmenos, arrazando e queimando as suas aldeias, torturando crianças e mulheres. E' o padre Cristovão, na sua ânsia de defendê-los, uma das vítimas da furiosa envestida das bandeiras. Ferido duas vezes, nem por isto, malbaratando a vida, deixa de socorrer com seu auxílio espiritual, ante a ineficácia do esforço material, esses infelizes que, presos a correntes de ferro, seguem, gotejando sangue das feridas, para serem vendidos nos mercados humanos de São Paulo.

Reproduzem-se novos atentados à liberdade dos índios. Concertam, então, os jesuitas, essa providência extrema do êxodo de milhares de índios que baixam, pelo Paraná, reduzidos pela fome, pela peste e pelas feras, até as velhas povoações do Paraguai, onde estarão em maior segurança. E, à frente desses homens, o padre Cristovão, multiplicando-se em abnegações e coragem, dá-se inteiro a seu povo, acrisolando ainda mais os sentimentos dessa caridade que, levando-o ao martírio, dar-lhe-á os resplendores da santidade.

Feita a transmigração dos guairenhos, novos campos de ação esperam a atividade do veterano soldado de Cristo. Abre-se o Tape aos trabalhos da catequese. Milhares de almas esperam alí o bafejo da civilização cristã. Difícil a tarefa que se lhe impõe. Como em Guaira, designa-o a obediência para desbravar incultos caminhos e trazer ao redil as ovelhas perdidas que o rebanho do Senhor integrará.

Entrando no Tape o padre Cristovão funda São Miguel. Os índios, tocados pelo seu singular encanto de predestinado, adoram-no. *Pai Quirito* o chamam. Padre corajoso, valente, destemido. De São Miguel passa a outras reduções. E por toda parte, onde mesmo não vai, seu nome corre, sua fama transborda e os índios se acolhem à sua sombra benfaseja e amiga.

Uns tupís, que vanguardeam bandeiras paulistas que não tardam aparecem na serra do Nordeste, outros sobem pelo Guaiba em canoas ligeiras, resgatando tapes que os ibiraiaras cativavam. E o padre Cristovão para livrar os pobres índios, corre em seu socorro, percorre a bacia do Caí, e alicia numerosas tribus para reduzir nas aldeias fundadas no Tape.

Está, em 1635, em Jesus Maria quando se avolumam rumores do próximo surto de bandeirantes paulistas, capitaneados por Antonio Raposo Tavares, o destruidor das reduções de Guaira. Corre, então, valente, destemeroso, no intuito de organizar a resistência, aliás improfícua, ao Caágua, por onde necessariamente deveriam descer os inimigos temidos.

É, nessa ocasião, de volta do Caágua, onde consegue se impor àqueles selvagens primitivos e simples que, junto ao arroio de Ibia, é martirizado

e morto pelos ibianguaras, tribu dos ibirajaras, que dominam a província de Ibiaça.

Grandioso como sua vida foi seu martírio, junto ao arroio de Ibia, local que se pode identificar nas proximidades do rio Piaí, município do Caí, paróquia de Santa Lúcia do Piaí, na região da serra do Nordeste.

Cabe perfeitamente aquí essa página heróica, vasada em documentação inédita e preciosa, sem que se lhe tire o sabor primitivo que a emoção profunda de seus primeiros cronistas, companheiros de glória e de dor, lhe dão, na hora mesma em que, coroado pelo martírio, o padre Cristovão de Mendoza santificava com seu sangue a terra rio-grandense.

"Quando o padre chegou junto ao arroio começara a chover. Relâmpagos contínuos cortavam o céu com zigue-zagues de fogo. E, alí mesmo, desmontando do cavalo em que viajava, procurou abrigar-se, para o que, os índios amigos de sua comitiva, "começaram logo uns a erguer o rancho e outros a trazer lenha para fazer a comida e alguns a arrancar a palha para fazer as suas choças". Poucos eram esses companheiros, mas valentes, pois os caaguaras, certos de que nada aconteceria ao bom padre, haviam ficado em suas aldeias.

Voltavam os catecúmenos carregados de lenha e de palha, quando do mato surdiram as chusmas de índios, armados em guerra, que lhe tomaram o passo. Alguns conseguiram chegar até o lugar em que estava o sacerdote, avisando-o aos gritos do perigo que corria. Desarmados, tentaram se opor à investida dos infieis, mas, ante a superioridade numérica dos inimigos, a maior parte, sob nuvens de flechas, fugiu para os matos. Poucos ficaram, arrostando a morte, junto a Cristovão. Este, ao primeiro alarma, tornara a montar o seu cavalo, tomando de um escudo que um índio lhe dera, para se defender das flechas de que era alvo. E, preocupado com os índios infieis que o acompanhavam, para que não morressem sem batismo, gritava-lhes que fugissem e com ele só ficassem os cristãos. Não queria perder aquelas almas em caminho do céu. Moribundo, cai um dos pagãos que o acompanhavam, crivado de flechas. Indizivel a aflição do padre. "Água, gritava, tragam-me água para batizá-lo". Mas, naquela confusão horrivel, ninguem atendia a seus rogos. E assim, andava escaramuçando o cavalo, de uma parte para outra, até que a chusma enfurecida o cercou por todos os lados, brandindo tacapes e lhe atirando setas. Junto, um tremedal colheu o cavalo que dele não se poude desvencilhar. Entregue à furia dos inimigos, o padre apeou. Poderia ter fugido, mas não quis. Que se cumprisse essa destinação ancestral que há um século pesava sobre a estirpe dos velhos avoengos. Seu sangue era a redenção porque Deus o acolheria em suas mãos misericordiosas. "E vendo que era impossivel livrar-se com a vida, quis antes morrer e perder a sua temporal, para que não perdessem a eterna os que estavam em sua companhia".

Instintivamente, defendia-se, com a rodela, das flechas que lhe eram dirigidas. "Mas, pesando já muito, por estar coberta de setas, e querendo o padre quebrá-las, para aliviar o peso, descobriu o corpo e então deram-lhe um flechaço na face, com que meio o aturdiram" e um índio, que lhe veio pelas costas, tirou-lhe o chapéu da cabeça e um outro,

vibrando um tacape, derribou-o por terra. Novos golpes, novos flechaços e assim o tiveram por morto. E para que efetivamente não lhe restasse resquício de vida, deram-lhe alternativamente muitos golpes pelo corpo, e um dos feiticeiros, como troféu de vitória, cortou-lhe uma das orelhas.

Desnudaram-no completamente. Um Cristo pendia-lhe do pescoço. Arrancaram-no, blasfemando. "Salva-o, diziam-lhe escarnecendo." Mas, a chuva apertara. Copiosa, em fortes bátegas, caia dos céus escuros e tristes. Para fugir à intempérie correram às suas aldeias. Voltariam no dia seguinte para queimar o corpo e furar o ventre, porque, se assim não o fizessem, quando o corpo do morto inchasse, o mesmo sucederia ao do matador que, inchado, morreria. Levaram consigo as vestes do padre e as dos meninos, ajudantes de missa que, mortos, jaziam junto ao corpo de Cristovão a quem não quiseram abandonar, porque com ele preferiam subir à bemaventurança eterna.

Mas, Pai Quirito não morrera ainda. E naquela noite tornou novamente a sí, no silêncio do descampado. Chovia, e um frio terrivel sobreviera. Estava estendido na terra fofa do banhado e o sangue lhe escorria de mil feridas. Doia-lhe, como grande ferida, o pudor de sua nudez. Procurava em torno alguma cousa com que cobrir-se. Só o céu negro e profundo, estendia-se-lhe do alto, como imensa batina, naquela agonia indizivel.

Estava só, "a cabeça partida em duas partes, uma orelha decepada, que os índios levaram como troféu, as faces em sangue, o olho vasado, o corpo moido a pancadas, completamente nú, molhado, inteiriçado de frio, e banhado em seu próprio sangue. E levantou-se a custo, arrastando-se; andou um trecho em busca de um abrigo, procurando ver se encontrava algum de seus companhieros. Mas, não podendo continuar, estendeu-se novamente sobre a terra dura, cheio de dores das feridas, moido pelos golpes, tiritando de frio, que a noite alta aumentava".

Só Deus velava-o naquela agonia. "E o que o padre passaria naquela noite, os colóquios que teria com Nosso Senhor, os atos heróicos e fervorosos que faria, e como se ofereceria de novo para padecer maiores trabalhos e tormentos por seu amor e pela salvação das almas", só Deus o saberá.

Pela manhã voltaram os índios e não o achando no lugar em que o haviam deixado, pelo rasto de sangue conseguiram descobrir o corpo. Cristovão ainda vivia. Ergueram-no, mofando de Deus, escarnecendo e novamente o martirizando. Diziam-lhe : *"Oroyuca mbae catupae tupa ?"* (Ferimos-te e matamos-te, porque teu Deus não te livrou das nossas mãos ?) E o padre respondeu com mansidão : "Viera para fazê-los filhos do verdadeiro Deus e Deus permitira que fosse assim tratado para sua própria glória e para a salvação deles". E disse-lhe muitas outras coisas, que os índios não sabiam reproduzir, falando sempre manso e doce, na sua gloriosa agonia.

Mandaram-no calar e ele continuou na sua prédica. Deram-lhe novos golpes, de que o sangue jorrava. Com um deles, arrancaram-lhe os dentes que um rapaz, mais tarde, recolheu, entregando-os aos padres em Jesus Maria.

"Mas, nem por isto deixou de lhes predicar e lhes dar a entender as coisas e os mistérios da Fé, recebendo, por isto, mais pauladas e golpes e vendo eles que o padre não morria nem deixava de lhes falar, disseram uns aos outros : "Este não deve morrer no campo, levêmo-lo ao mato para que morra lá". Atravessaram-lhe o corpo num pau comprido, de cabeça para baixo, e assim o conduziram até o lugar em que fizeram uma choça de palha para abrigá-lo, por compaixão ou, talvez, para melhor queimá-lo alí, e ouvindo que ainda lhes dizia não lhe causar dó que lhe despedaçassem o seu corpo, porque à alma nenhum mal poderiam fazer, e logo subiria para gozar da paz do Senhor, eles, loucos de fúria, cortaram-lhe o nariz, a outra orelha, os lábios e, como ainda falava, abrindo-lhe a garganta, tiraram-lhe a lingua e foram-lhe a golpes rasgando e cortando o peito e o ventre, enquanto o padre, olhos no céu para onde sua alma havia de subir logo, agonizava ainda. Acabaram, arrancando-lhe as entranhas e o coração que cravaram de flechas para ver se morria assim" (1).

Teve lugar o martírio do padre Cristovão de Mendoza no dia 26 de abril de 1635, em pleno coração da serra do Nordeste (2). Tinha 46 anos de idade e 19 de Companhia (3).

5 — *A "Junta" dos feiticeiros*

A notícia da morte do padre Cristovão de Mendoza que célere correu pelas reduções do Tape, fez com que os índios catecúmenos se aprestassem não só para ir em busca do corpo do jesuita martirizado pelos ibianguaras, como tambem exercer sobre estes a vingança merecida. Exortaram os padres de Jesus Maria e outros que alí se haviam reunido não se expusessem os cristãos à sanha enfurecida dos infiéis. Mas, de São Miguel, redução que Cristovão fundara, baixou logo, sob o mando do capitão do povo, um forte destacamento de índios que, ao som de guerra, se propunha à arriscada empresa. De outras reduções tambem acorreram guerreiros a Jesus Maria, escolhido para ponto de concentração do exército cristão e, em poucos dias, uma força de mais de 1.600 catecúmenos alí se reunia.

Não podendo obstar a determinação expressa dos caciques de irem resgatar o corpo do martir, pregaram, entretanto, os padres se abstivessem eles de uma vingança que atentava contra os princípios da religião cristã. Vencidos por estas exortações, formalmente prometeram não se excederem no cumprimento dessa missão.

E com este propósito partiram de Jesus Maria e chegaram ao arroio de Ibia em 15 de maio. Ao aproximarem-se do local em que estava o corpo do padre Cristovão sairam-lhe à frente, organizados para combatê-los ao som de seus instrumentos de guerra, os ibianguaras que receberam

(1) Ânua do padre Diego de Borôa — B. N. Mss. I, 29, 1, 55.

(2) Aurelio Porto — *Martírio do ven. padre Cristovão de Mendoza* — Sep. *Anais* 3.° *Cong. de Hist. Sul-riograndense*. P. Alegre — 1940. *Estudos*, Ano III, vol, V, 220.

(3) Padre Mathia Tanner — *Societa Jesú*, etc. Praga, 1675.

os cristãos sob nuvens de flechas. Intentaram os índios cristãos dizer-lhes que não iam com o intuito de combater e somente levar os despojos do jesuita para sepultura condigna.

"Mas, os malfeitores, mostrando-lhes pedaços da sotaina do padre, lhes diziam : "Matamos o vosso *aguela* (1) (que assim chamam os feiticeiros os padres por escárneo), vinde tambem para que vossos ossos fiquem com os dele". E acometendo os nossos com fúria, foram rechassados valorosamente, morrendo muitos e sendo outros presos. Procuraram novamente os malfeitores impedir que trouxessem o santo corpo do martir, juntando-se com maior número que ia chegando onde estavam os nossos" (2). Organizaram os infiéis com sua tática de guerra, o cerco que, em forma de anel, vai se estreitando para colher dentro dele os inimigos, perigosa manobra em que eram eximios. Mas, os cristãos, exercendo a mesma tática, romperam o cerco, "colhendo nele os inimigos da mesma forma" e assim mataram muitos, principalmente àqueles que mais encarniçados se haviam mostrado na morte do padre". Outros muitos foram presos, "e entre eles o feiticeiro Tayubai, autor dessa maldade, capturado pelo cacique principal de São Miguel, Guaimica, que, levando-o ao lugar em que o tirano havia maltratado e morto o santo martir, "alí o prostrou a golpes de macana".

Transportaram o corpo para Jesus Maria mas, assediados sempre por numerosos bandos de infiéis que os inquietavam com suas arremetidas.

Deu isto lugar a novos acontecimentos. Convocadas pelos feiticeiros e caciques principais da serra, reuniram-se as *Juntas* das aldeias de toda a região. E, nelas, ficou assentado se congressassem todos os índios para destruir as reduções do Tape e matar os padres que nelas assistiam.

Inicialmente, "em umas como igrejas em que se juntavam, e tinham uns como púlpitos e batistérios, onde faziam prédicas e batizavam a seu modo" (3), começaram a arremedar e contrafazer as ações dos padres. E alí diziam que as reduções deviam ser arrazadas. Tinham já convocado os tigres, que as teriam de assolar ; os *itaquiceas*, que estavam para sair de suas cavernas ; e os *ibipitas*", que são uns pseudos fantasmas, que o vulgo e chusma imagina horrendos e aos quais todos temem".

Obedecia a Junta ao mando dos terriveis feiticeiros Chemboabate e seus filhos Yeguacaporú e Yaguarobí e outro não menos afamado, Ibapirí que tomara o nome de um feiticeiro morto nas pontas do Igai, querendo fazer crer aos índios fosse ele morto ressucitado.

Convocados, reuniram-se em Tayaçuapé (*caminho do porco do mato*) os índios de diversos lugares, principalmente os de Carirói, Piraiubí, Tibiquarí e outros, que logo atingiram a centenas. Formada a Junta que obedecia a três feiticeiros, entre os quais uma índia gigante de estatura disforme, despacharam logo para todas as partes hieroquiaras (dançadores) para avisar os índios infiéis e atemorizar os cristãos, o que

(1) Abuela = avó.
(2) B. N. Mss. I, 29, 1, 55, n. 1.
(3) B. N. Mss. I, 29, 1, 55, n. 2.

faziam com dansas e cantos, em que diziam que breve se acabariam as reduções e seriam expulsos e mortos os catecúmenos e os padres.

Muitas aldeias foram, pelo temor incutido nos próprios cristãos, aos poucos, se despovoando. Era costume, quando abandonavam as casas, desfazê-las e queimar a madeira e, assim, aldeias inteiras iam sendo desfeitas e seus moradores desaparecendo do convívio cristão. As roças tambem eram abandonadas e as sementeiras perdidas.

Entretanto crescia a multidão que em torno dos feiticeiros se congregava para as juntas de Tayaçuapé. Foi quando, por iniciativa própria, resolveram alguns capitães dos povos, fiéis aos princípios cristãos, tomar providências para coibir esse mal que daria cabo de todo o trabalho de catequese dos jesuitas. Reunidos os índios, armados em guerra, e cobertos de plumas, como era usual nas guerras, foram, tendo seus capitães à frente, dar caça aos hieroquiaras que eram os promotores daquela desordem. Conseguiram prender muitos desses emissários da Junta, sendo alguns mortos e outros aprisionados e levados para a redução onde, não obstante, os rogos dos padres eram duramente castigados como exemplo para o povo. Diziam-se deuses e, para desengano dos que neles acreditavam, entregaram-nos às crianças que os enchiam de lodo e deles escarneciam, fazendo-os dansar sob os mais ridículos apodos.

Foi o capitão Ariá, cacique de São Joaquim, quem conseguiu levar às reduções exata notícia da extensão do perigo que sobre elas pairava. Disfarçado como selvagem, levando suas armas, e tendo o corpo pintado como os infiéis, conseguiu entrar em Tayaçuapé, que ficava nas proximidades de São Joaquim e alí observou que os feiticeiros aprestavam os índios para que dessem sobre as reduções de São Cristovão, São Joaquim e Jesus Maria, matassem os padres e destruissem as povoações.

Reuniram-se logo para organizar a defesa os jesuitas sob cuja direção estavam aqueles povos e os capitães Antoni, Guiraragüe e Ariya, tendo se resolvido concentrar em Jesus Maria o maior número de índios guerreiros das reduções da serra. A 29 de setembro, feita a concentração, contavam-se alí 500 índios de guerra, tendo para isto contribuido Santa Ana com 108, São Cristovão com 96, São Joaquim com 50, alem do contingente de Jesus Maria e de seus arredores, o que elevou o total do exército cristão a mais de 1.000 combatentes.

Estavam já os infiéis entrincheirados à margem direita do Yequiminí (Rio Pardinho) que, tendo crescido muito devido às chuvas que cairam à noite, não dava passo franco, sendo necessário fazer uma ponte. E nem todos haviam transposto o rio quando os infiéis, que os aperceberam, cairam sobre eles com grande fúria. Ouvida a gritaria que fazem em combate, o resto do exército cristão, a nado, vadeou a corrente, dando sobre as paliçadas fortes em que os inimigos se acoitavam. Em pouco tempo estavam vencidos, em fuga precipitada uns, outros prisioneiros, muitos feridos e os principais pagaram com a vida essa tentativa de expulsar de suas terras os jesuitas que vinham destruir os seus costumes antigos, a sua vida livre, a prática de primitivas usanças, para lhes impor uma civilização que não compreendiam ainda.

CAPÍTULO IV

BANDEIRAS PAULISTAS NO SUL
(1636-1669)

1 — O bandeirismo paulista. 2 — A bandeira de Aracambí. 3 — A bandeira de Raposo Tavares. 4 — Bandeira de André Fernandes. 5 — Bandeira de Caaçapaguassú. 6 — O desbarato de Mbororé. 7 — Outras atividades do bandeirismo paulista. 8 — O êxodo das populações aborígenes.

1 — *O bandeirismo paulista*

O ciclo da caça ao índio, que dá origem à eclosão do bandeirismo, surge com as exigências econômicas que logo se deparam aos povoadores de São Vicente. Precisavam de braços para as suas incipientes lavouras, de escravos para organizar os seus contingentes de "homens de arco" afeitos à guerra e, daí, esse movimento inicial que realizou a expansão por terras dilatadas. O vicentista, o piratiningano, cujas bandeiras assolam as populações pacíficas de índios selvagens, ou os aglomerados humanos trabalhados pela civilização cristã que os jesuitas impõem, em terras do sul, nada mais fazem do que continuar, com melhor aparelhamento, a usança primitiva das hordas selvagens em suas guerras de escravização das tribus inimigas.

Não houve, inicialmente, nem quiçá depois, um próposito preconcebido de expansionismo territorial. E a mesma investida contra os inacianos espanhóis, que dominam as posições alem da linha de Tordesilhas, não representa uma ação de reivindicação patriótica e, sim, puramente, a certeza de que alí era facil fazerem-se as largas provisões de peças ótimas que adquiriam preços mais elevados nos mercados do centro-sul.

Documentos modernamente exumados dos arquivos autorizam recuar para épocas anteriores às fixadas pelos historiadores do bandeirismo paulista esse surto de atividades concernentes à prea de índios, que deu origem ao ciclo das bandeiras.

Em meados do século XVI, intenso já era este comércio, no extremo sul, de onde os vicentistas levavam inúmeros escravos, resgatados ou tomados das aldeias em que passavam.

Antonio de la Trinidad, residente em Assunção, em carta que escreve aos membros do Conselho das Indias, datada de 2 de julho de 1556, nos revela que "uino un portuges q' se dize fulano farina de san vicente, pueblo de portugal y a la vuelta q' se uoluyo le dieron lugar q' llevase yndios de la tierra ciertos onbres q' yvan con elle y aũ le vendieron a ello otros y los llevo a san vicente y los vendi a los otros portoges y pago su decima a los oficiales del rey por esclabos fueron hasta treinta sin otros muchos q' por el camino se le murieron /uino despues otro portoges q' se dize diego dias y diole el gobernador licencia q' le vendiesen en el pueblo muchos yndios *ororocotoquies* y de otras naciones los quales auia traydo de una entrada y llevolos a san vicente con otros yndios que en el camino tomo don diego esclabos los vendi y pago los derechos a su Rey /otros tres o quatro cristianos viendo q' esto se consintiese salieron de aqui y llevaron /de qui/ cada uno su media dozena y venidos nynguna cosa les dixeron vinyendi de los tupies ciertos onbres q' es otra nacion de yndios en un rio toparon quinze canoas y cargados de yndios de los q' con nosostros estan llevanlos atados otros muertos y asados y cosidos dixolos esto onbre a uno principal de los tupies q' porq' llevavan y hazian gera a los nuestros Respondiole estos andan huyendo de vosotros y fizo a uno de los q' yuan atados y dixolo porq' huyen de nosotros pues los trataron estos asi Respondiole el yndio preso dexalos maten y comanos q' mas q'remos q' nos coman estos q' no sufriros a vosotros" (1).

Muitos outros nomes poder-se-iam acrescentar à lista desses precursores do bandeirismo, entre os quais sobreleva Pero Corrêa, grande preador de silvícolas, entre carijós e ibiraiaras. Potente em arcos, sesmeiro de dilatadas terras em São Viçente, onde contende com Braz Cubas, um dia, edificado pelas prédicas de Manuel da Nóbrega, pela piedade de José de Anchieta, a tudo renuncia, seguindo-lhes o exemplo, e ingressa como noviço na Companhia. Doa aos meninos do Colégio terras e vacas, dá liberdade aos índios que apresara e, língua admiravel, pela madrugada alta, acorda os selvagens nas aldeias distantes, falando-lhes, horas a fio, de um Deus misericordioso, que era o senhor supremo de tudo e, atrás de si, eloquente e persuasivo, arrasta multidões de aborígenes que se convertem à fé de Cristo. Palmilha de novo os sertões e às mãos dos carijós encontra o martirio e a glória, em terras do extremo sul.

Mas, as bandeiras propriamente ditas, organizações regulares chefiadas por homens de prol e auxiliadas por índios aliados e, mais tarde, por mamalucos, teem suas origens na segunda metade do século XVI. Quase todas são dirigidas ao sul, principalmente contra os carijós. O erudito Basilio de Magalhães as relaciona (2). Abre o ciclo, em 1561,

---

(1) B. N. Mss. I, 26, 30, 13. *Cf. Campaña del Brasil*, 1.° vol.

(2) Basilio de Magalhães — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* — 2.ª ed. 1935. Ed. Nacional. 107/121.

a célebre bandeira de Anhebí, que leva a guerra a esses silvícolas. Vai como intérprete José de Anchieta. No ano seguinte, sob a chefia de João Ramalho, outra se apresta contra os índios do Paraiba. É com a bandeira sob o comando de Jeronimo Leitão, capitão-mor de São Vicente, que se iniciam, em 1585, as guerras contra os carijós. Em 1594 Jorge Correa marchou a guerrear estes índios. De 1600, em diante, já as bandeiras se organizam para a ostensiva descida de índios do sertão. E entre estas, visando o sul, seguem à prea dos carijós Nicolau Barreto (1602), Belchior Dias (1607), Fernão Paes de Barros (1611).

Outro rumo, porem, tomam logo as bandeiras paulistas. Ampliando a ação catequista, haviam os jesuitas estendido as suas aldeias até Guaira, onde contavam já com reduções florescentes. Por esse caminho, à cata de índios, palmilhara Fernão Paes de Barros (1611), que teve a sua bandeira quase completamente destroçada. E, no ano seguinte, Sebastião Preto renova a façanha, encontrando tambem a resistência do governador de Ciudad Real, que lhe toma mais de 500 guaranis que apresara.

É Manuel Preto "o herói de Guaira", o primeiro bandeirante que investe contra as aldeias que os jesuitas haviam fundado naquela região. Em 1619, 1623 e 1624 apresou nessas aldeias grande quantidade de índios que levou para sua fazenda da Expectação.

"Não se imagina, escreve Capistrano, presa mais tentadora para caçadores de escravos. Por que aventurar-se a terras desvairadas, entre gente boçal e rara, falando línguas travadas e incompreensiveis, se perto demoravam aldeamentos numerosos, iniciados na arte da paz, afeitos ao jugo da autoridade, doutrinados no *abá-nheen?* Houve alguns salteios contra as reduções desde o seu começo, mas a energia e o sangue frio dos jesuitas contiveram os arreganhos dos mamalucos, que se retiraram proferindo ameaças. Para pô-las em prática precisavam, porem da conivência da gente de Assunção. Isso conseguiram em fins de 1628 e muito concorreu para assegurá-la Luiz Cespedes Xeria, governador do Paraguai, casado em família fluminense, senhor de engenho no Rio. Fez por terra a viagem para seu governo; esteve em Loreto do Pirapó e Santo Inácio de Ypá-umbuçú, admirou as igrejas, *hermosisimas iglesias, que no las he visto mejores en las Indias que he corrido de Perú y Chile,* — e fez sinal aos bandeirantes para avançarem" (1).

E estes, com uma grande bandeira composta de "900 mamalucos, 2.000 índios auxiliares, dirigidos por 69 paulistas qualificados como loco-tenentes de Antonio Raposo Tavares" (2), atacam as reduções de Guaira, "bradando aos jesuitas, consoante relata Montoya, "que iam expulsá-los de toda aquela região, porque era dos portugueses e não do rei de Espanha" (3), e destroem, depois de duros combates, as aldeias cristãs. É quando resolvem os jesuitas, à frente dos catecúmenos que restam, abandonar aquela região e emigrar para o Paraná.

---

(1) Capistrano de Abreu — *Cap. Hist. Colonial*, 102.
(2) Basilio de Magalhães — Ob. cit., 120.
(3) Basilio de Magalhães — Ob. cit. 120.

2 — *A bandeira de Aracambi*

A primeira bandeira que assola o território riograndense, ainda sob o comando do grande Raposo Tavares, nele penetra em fins de 1636.

O erudito historiador paulista, Dr. Alfredo Ellis Junior, assinala o ano de 1635 para a penetração da primeira bandeira piratiningana nos sertões do Rio Grande do Sul, tendo como chefe o ousado bandeirante Fernão de Camargo, o *Tigre* (1). Aceitando essa assertiva, o mestre do bandeirismo, Dr. Affonso d'E. Taunay, em sua obra monumental, transcreve largamente o trabalho do Dr. Ellis, que recebe, assim, o consenso do notavel historiador das Bandeiras (2).

Em pesquisas levadas a efeito, na Biblioteca Nacional, cuja divulgação serviu para outros trabalhos que se há feito posteriormente (3), encontramos, especialmente nas *Anuas* jesuíticas, referentes a esse período (4), interessantíssimos informes (5), que veem modificar, em parte, a opinião do historiador paulista e restabelecer a verdade sobre o objetivo dessa bandeira (a de *Aracambi*), que rumou para os sertões do sul, com o intuito de escravizar os índios Patos.

Conjugando elementos da preciosa documentação oficial de São Paulo, o Dr. Alfredo Ellis reconstitue essa bandeira, que, em princípios de 1635, se dirigiu aos "ditos Patos". Alem de índios de arco compunha-se ela de "200 homens", que levavam pólvora, chumbo e correntes, e deveria ter partido de São Paûlo nas proximidades de 17 de março de 1635. "Vinte dias, mais ou menos, diz o Dr. Ellis, deveriam os barcos ter levado na rota de Santos ao Rio Grande do Sul, pois que eram meios de transporte infinitamente mais rápidos do que as longas caminhadas pelos sertões agrestes da via terrestre (6).

Deveria a bandeira em questão ter desembarcado na Laguna, em Santa Catarina, justamente onde passava o meridiano de Tordesilhas, e que desta data em diante foi muito frequentada pelos bandeirantes paulisas, como faz certo o inventário do paulista Custódio Gomes (1638) (*Inv.* e *Test., vol. XII*-253), ou na lagoa dos Patos, no próprio Rio Grande do Sul, lugar muito em uso, tambem, por bandeirantes marítimos, paulistas, como as que são referidas em uma carta de Felipe IV, dirigida de Madri ao vice-rei do Perú, marquês de Monera, em 16 de setembro de 1639, na qual dizia que os moradores e vizinhos de São Paulo haviam realizado desde 1614 várias entradas por terras do Brasil a dentro, "como por el puerto de Patos y Rio Grande" (7).

---

(1) Alfredo Ellis Junior. — *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* — 2.ª ed. S. Paulo, 1934.

(2) Affonso de E. Taunay — *História Geral das Bandeiras*. S. Paulo, 1924.

(3) Olinto Sanmartin — *A bandeira de Aracambi* — Anais 2.° Cong. de Hist. do Rio Grande do Sul, 1937, III, vol. 7.

(4) P. Luiz Gonzaga Jaeger S. J. — *As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul* (1635-1641).

(5) *Coleção de Angelis*.

(6) Aurelio Porto — *Bandeiras paulistas do Rio Grande do Sul. "Terra Farroupilha"* P. Alegre, 1937, I vol. 52.

(6) Dr. A. Ellis — *Bandeirismo* cit., 142.

(7) A. Taunay — *Hist. Geral* cit., II, 229.

Assinalando isto, o provecto autor da *História Geral das Bandeiras* acha provavel que esta entrada se tivesse realizado "pelo Rio Grande, na lagoa dos Patos, e daí rumando o norte, houvesse, mesmo, penetrado pelas bocas adentro do Jacuí, para no curso baixo desse caudal, quais normandos da América, assaltar as malocas dos *patos* ou *araxanes* e quiçá ameaçar as primeiras reduções do Tape, que margeiam esse rio.

Saindo em 17 de março, de São Paulo, essa bandeira "*em princípios de junho do mesmo ano estava acampada em arraial, junto à aldeia do principal Aracambí, no sertão dos Patos, em pleno Rio Grande do Sul*". Faleceu aí o bandeirante Juzarte Lopes, e de seu testamento são identificados vários paulistas que dela faziam parte. Acrescenta o Dr. Ellis : "Ignoramos, infelizmente, por falta de referência nos documentos, por nós analisados, quais os feitos dessa bandeira no sul e se chegou ela a atacar as reduções do Tape, curta, porem, foi a permanência dela fora do povoado paulistano, pois, oito meses depois de tê-lo abandonado, a ele tornava, novamente, de regresso de seu longo percurso, pois que encontramos a Fernão de Camargo, o Tigre, da lista supra novamente em Câmara, a 10 de novembro de 1635 (*Atas*, vol. IV, 268), prova evidente de que a bandeira tambem se encontrava em São Paulo". Termina o autor desse estudo dizendo ter sido "essa a bandeira iniciadora da invasão do Rio Grande do Sul, pelos paulistas".

Determinados, assim, os pontos cardiais da asserção do erudito historiador quanto à bandeira de Aracambí, procuraremos, mercê da larga documentação consultada, expor os motivos da nossa discordância no que diz respeito à entrada dessa bandeira nos sertões riograndenses, se bem que pequeno número de seus componentes possa ter vindo até o Caágua, como se dirá.

Ela deveria, aportando à Laguna, ter-se dirigido aos "sertões dos Patos", isto é, ao próprio território lagunense, em direção a oeste, seguindo pela margem direita o curso do rio Pelotas, que dá origem ao Uruguai. A designação de "sertão dos Patos" não abrangia o Rio Grande do Sul. Só a recebeu, isto mesmo com aplicação à lagoa (lagoa dos Patos), muito mais tarde, quando, por um erro cartográfico, se estendeu ela a essa massa d'água e aos índios circunvizinhos que eram ibiraiaras e tapes, ditos *arachanes* (chanés da lagoa ? = *ara*, lagoa). *Laguna de los Patos*, sertões dos patos, sertão dos carijós, foram sempre a atual Laguna e seus sertões de sul e oeste. A fronteira, pelo sul, no litoral, dos carijós ou patos, com os ibiraiaras, estendia-se pelo rio Mampituba. É o que nos diz, em 1605, em sua carta de 26 de novembro, o padre Jeronimo Rodrigues, que naquele ano, juntamente com o padre João Lobato, havia estado na Laguna, em missão aos carijós. "A comarca desses carijós, que estão por estes campos ao longo do mar e que é deste porto de D. Rodrigo (Imbituba) até Boipetibla (Mampituba), pode ser de 40 léguas, pouco mais ou menos, terra mui baixa, campinas de areia, que correm entre o mar e umas serras que não há ser um palmo

de terra nem de barro; no inverno muito fria, no verão muito quente, e de muitas ruins águas e daquí vem de ser muito doentia" (1).

Afim de restabelecer a verdade sobre os acontecimentos ocorridos nesse ano de 1635, no território riograndense, procuraremos estudar, detidamente, este período obscuro da nossa história, afastando para os fins do ano seguinte a entrada de bandeiras regulares que iniciaram a destruição das reduções jesuíticas.

Grandes amigos dos tupís, mamalucos e paulistas, os bilreiros ou ibiraiaras eram insignes mercadores de índios que resgatavam com aqueles preadores insaciaveis. Organizaram eles, em fins de 1634, uma *junta* (espécie de bandeira), com o intuito de cativar índios e até mesmo os catecúmenos das nascentes reduções do Tape, principalmente os que demoravam por Jesús-Maria, onde, com o padre Pedro Mola, cura da aldeia, se encontrava o veneravel padre Cristovão de Mendoza. Correu célere a notícia desse sucesso, dizendo-se que essa *razzia* seria feita pelos bandeirantes paulistas, o que depois se verificou não ser exato. À frente de grande número de índios cristianizados, os padres Cristovão e Mola conseguiram dispersar parte do bando, aprisionando os principais que foram mandados para as reduções do Paraná, e libertando os cativos destinados a serem vendidos na costa do mar, aonde ós vinham buscar os paulistas, que faziam incursões periódicas até Laguna. Outras notícias sobre atividades escravagistas do ibianguaras e guaibiguaras levam o padre Cristovão a empreender larga entrada pela região do Caí e da serra geral, transpondo o rio Taquarí.

Avolumavam-se, porem, rumores de que os bandeirantes se aprestavam em São Paulo para destruir as reduções do Tape, a exemplo do que haviam praticado em Guaira. Ao provincial padre Diego de Borôa, que se dirigia a Buenos Aires, chegaram precisos informes "que los brasileños de S. Pablo estaban alistando una invasion a la Provincia del Uruguay, para que, como los habian hecho, hace poco, en el Guairá, recogiesen una buena porcion de cautivos". Tomou o padre Borôa imediatas providências para evitar a destruição das reduções. Em conselho com outros padres, governador da província e reitor do Colégio foi acordado que "se devia opor à invasão com força armada". "Despachose en consequencia por de pronto, para tomar a su cargo las medidas del caso en el Uruguay al padre Francisco Diaz Taño, veterano y insigne misionero y en su compañia los dos hermanos coadjutores Antonio Bernal y Juan de Cardenas, los dos antes de entrar en la Compañia, por largo tiempo, ejercitados en el arte militar". "Ao mesmo tempo, acrescenta o provincial Borôa, dei aos mesmos plenos poderes para comprar todas as armas e apetrechos que se precisavam para essa empresa" (2). O padre Diaz Taño, que foi nomeado superior daquelas reduções, partiu para o Uruguai a 15 de maio de 1635, levando consigo armamentos e outros petrechos necessários à defesa das reduções.

(1) P. Fernão Guerreiro — *Relação annual das cousas que fiserão* etc. Lisboa — 1609 — 306. *Memórias para o extinto Estado* etc. Candido Mendes de Almeida — Rio, 1874, II, 542.

(2) Documentos para la Historia Argentina — *Iglesia* — Cartas ânuas de la Provincia del Paraguay — etc. B. Aires. 1929 — II, 549-550.

Antes, porem, que chegasse a seu destino, graves acontecimentos haviam ocorrido na província do Tape, promovidos pelos ibiraiaras e outros índios infiéis, inimigos dos padres, mas absolutamente sem interferência dos paulistas.

Fundada, como vimos, a redução de Santa Teresa, pelo padre Francisco Ximenes, iniciou este, em companhia do padre Juan Suarez e índios vaqueanos, a exploração da vasta região a que ia servir, estendendo sua excursão à bacia oriental do Taquarí até o litoral. Nessa viagem empregou o padre 24 dias, tendo partido de Santa Teresa a 3 de janeiro de 1635.

Entrou o padre Ximenes pelo Caapí (pontas do rio Taquarí), nove dias distante de Santa Teresa, e, embarcando aí em uma canoa, com mais meio dia de viagem, atingiu o Mbocariról (Guaporé), pelo qual em dois dias saiu no Tibiquarí (Taquarí) e tendo navegado mais três dias entrou no Mboaparí (rio das Antas) onde deixou as canoas, voltando, cinco dias depois, à sua redução.

Encontrou o missionário, nos lugares visitados, aproximadamente 2.000 índios que poderiam ser reduzidos em três pontos : Caapí, Yutí, (serras que ficam sobre o Taquarí), e na boca do Mboaparí (Antas). Havia em outros lugares grande número de gente reunida, mas não convinha localizar neles qualquer redução, "porq' la tierra es fragosissima, sus caminos infernales, no ai campo onde tener 4 bacas".

O padre foi bem recebido de todos. Acompanharam-no, em 34 canoas, perto de 200 índios, "que, embisados y emplumados a su usança, esparcidas por el rio las canoas, causaban agradavel vista". Tentou o padre Ximenes localizar parte dessa gente nas reduções já existentes no Tape, prometendo 300 deles irem para Santa Teresa. Os outros, naturalmente, acompanhariam, mais tarde, os seus parentes. Sentiu o jesuita, entretanto, que a "gente de Taquarí estava mui pouco disposta e nada afeta a nós outros e assim não tratei muito de ganhá-los ; falei e procurei atrair os caciques de mais nome (não me custou pouco alcançá-los, porque toda a gente quando eu chegava fugia para os matos) e trouxe alguns comigo, tendo-os presenteado e despachado satisfeitos. Entre o Jequí (Jacuí) e Mboaparí (Antas) sobre o Tibiquarí (Taquarí) e os matos adentro, onde é cacique principal Nacê, que mandei a Piratiní falar com V. R. [padre Pedro Romero] (ainda que por tardar V. R., voltou sem fazê-lo), havia muita gente e confiavam que lhes havia eu de levantar cruz eu lhes mostrei as dificuldades que havia, e que se quisessem ter padres saissem dessa parte do mato, eles ficaram de juntar os caciques e procurar ver onde melhor fazer o seu povo e creio que o farão, *porque eles já conhecem o mal que os espera*, e que é forçoso deixar suas terras e vir buscar seu remédio". "Ficava-lhes, acrescenta o desbravador, por ver os principios [origens] do Tibiquarí, Caramataí [Gravataí] e Jequí [Jacuí], etc., onde estava a maior força da gente que da parte do mar se há retirado, mas eu e meus companheiros estávamos cansados e tendo-se-me dito que Tapecí que vanguardeia toda esta gente havia saido para ver-me (embora não fora assim só me mandando boas palavras) me pareceu voltar para tratar com ele que fizesse esse povo que se pretende entre esta redução e de São Carlos (Visitação), porque

só ele me parece o pode fazer, mas há-de ser necessário darmos algum princípio, de forma porque tratei com V. R., porque de outra maneira quem há-de querer vir a este desterro? Sem base alguma de comida?"

A carta do padre Francisco Ximenes, datada de 4 de fevereiro de 1635, se bem que assinale que a região percorrida era "el cutidero de los tupis", não noticia ainda a existência de bandeirantes (paulistas) em território riograndense. Havia, sim, tupis, mercadores de índios, prepostos dos piratininganos, que iam resgatar com eles, levando-os cativos à Laguna. É interessante, neste sentido, um tópico da carta do jesuita, que transcrevemos na integra:

"Dos mercadores o mas de los Portuguezes hallé por estas tierras, el uno estava sobre el Mbocariról [Guaporé] y se llama Ibiraperobí, esto enfadado dellos dexo ya su mal trato, hablele y ganele de manera que me acompaño tres dias con muestras de grande amor y queriendole el assi matriculé la gente que se le habia allegado para la visitacion donde me dió palabra de reducirse y creo lo comprirá. El otro se llama Parapopí, y esta en el Tibiquarí, 4 léguas mas baxo de la boca de Mboaparí, esto es grandissimo bellaco y q' ha Vendido toda esta Nacion, a el venian a parar todos los tupis assi por el rio [Guaiba] como por tierra [Laguna] (y los que V. R. cogio a el venian y ya yo tenia noticia de su venida) del fian los portugueses todos sus resgates, e de su casa parten todos los años las flotas de miserables cautibos que llevan los tupís por tierra (por donde me dicen solo tardan cinco dias hasta al mar). Yo iba con intento de traerlo por fuerza si de su voluntad no quisiese venir con migo, mas no se que indio se me adelanto y de noche le dio aviso y se fuyo con algunos tupis q' con sigo tenia, hisolo quemar la casa y destruyr q.[to] le pudo la comida p.[a] q' se vaya de alli" (1).

Duas eram as entradas "por donde pueden venir [os paulistas] a nuestras reduciones: la una es el Caagua y otra el pueblo de Guebirenda [pouso, sítio do Guaiba = Porto Alegre] e disto ay ciertos indicios", diz o padre Pedro Mola, na Anua, de Jesús Maria, de 22 de outubro de 1635 (2).

E foram esses "indícios" e a noticia de que alguns mamalucos que aportaram a Guaibe-renda haviam sido mortos pelos índios, e o desejo de despertar nos caaguaras o sentimento da defesa de suas terras, por onde "fatalmente teriam de passar os inimigos" para assaltar as reduções do Tape, que moveu o padre Cristovão de Mendoza a ir àquela região, como fica historiado.

Nada encontrou o padre, em toda serra, que autorizasse a supor a presença ali de piratininganos. Em 25 de abril, ao deixar o Caágua, alem de instruções detalhadas sobre o modo de defender aquelas terras e delas expulsar os invasores, o padre Cristovão encarregou a alguns *varistas* de Jesús Maria e São Miguel, que consigo levara, de ali ficarem para vigiar o passo dos inimigos e dar aviso às reduções, se eles aparecessem.

---

(1) Carta do padre Francisco Ximenes ao prov. padre Borôa, I, 29, 1, 47.

(2) Anua do padre Pedro Mola. B. N. Mss. I, 29, 7, 28.

Em seguida dão-se os trágicos sucessos de Ibia, a expedição armada de índios catecúmenos que vai buscar o corpo do padre e vingar a sua morte, e os consequentes acontecimentos da *Junta de feiticeiros* que se organiza em Carirói, avança para Tayaçuapé, até o Rio Pardinho, onde é destroçada pelos cristãos.

Nesse entretempo, porem, isto é, entre junho e agosto, forte indício da aproximação de uma bandeira, na região do Caágua, nos induz a modificar estudo anterior (1) e aceitar, em parte, as observações do Dr. Alfredo Ellis Junior, no que se refere a "Bandeira de Aracambí (2). Mediante pesquisas mais completas, nos documentos jesuíticos da época (3), pela coincidência das datas e pelo número de "portugueses" mortos pelos caáguas, admitimos, senão a entrada dessa bandeira de Aracambí no território riograndense, pelo menos o de um destacamento que à mesma pertencesse e que, baixando da Laguna, em julho ou agosto, houvesse sido trucidado pelos caaguaras, sob o comando dos varistas que o padre Cristovão alí deixara.

Em sua carta ânua de 6 de setembro de 1635, ao receber as primeiras notícias sobre a "Junta de feiticeiros" que se formava na província de Ibiaça e referindo-se ao Caágua, diz o padre Borôa que "como alí estão três varistas, dois daquí (Jesús Maria) e um de São Miguel, critãos todos e estes foram os que ajudaram a matar os portugueses, pelos quais (caaguaras) é necessário passar primeiro, parece que não é (a Junta) coisa de portugueses" (4). Os índios de Guaibe-renda (Porto Alegre) haviam tambem, mais ou menos na mesma ocasião, se defendido e morto outros portugueses que alí tinham aportado (5).

Só em fins de setembro os varistas que estavam no Caágua, deixados pelo padre Cristovão, voltaram com grande perigo e "afirmam que foi certa a matança dos portugueses". Em uma nota, só agora encontrada, aposta pelo padre Romero em uma carta do prov. Borôa, datada de 14 de junho de 1636, encontra-se a seguinte revelação : "29 fueron los portugueses que mataron los indios del Caagua" e os portugueses do Rio de Janeiro não se deram por sentidos, porque dizem que eles tiveram a culpa de meter-se serra a dentro e fazer agravo às suas roças" (6).

Como se verifica, o número de mortos é assaz grande para que se despreze a possibilidade de pertencerem a uma bandeira, que estaria nas proximidades. Esta seria, provavelmente, a de Aracambí, que o Dr. Ellis identifica, em princípios de julho de 1635, acampada no "sertão dos Patos", isto é, no sertão da Laguna, quiçá à margem direita do rio das Pelotas. Releve-se-nos notar, a simples título de curiosidade, que, nesse sertão, há um rio *Arambarí* (*Aracambí*) afluente da margem direita

---

(1) Aurelio Porto — *Terra Farroupilha*, I, 55/61.
(2) Alfredo Ellis Junior — *O bandeirismo paulista* etc., 1.ª ed., 69-77.
(3) B. N. *Coleção de Angelis*. Anuas das Reduções, etc.
(4) B. N. I, 29, 1, 53.
(5) B. N. I, 29, 7, 28.
(6) B. N. Nota do padre Romero à carta do padre Diogo de Borôa, I, 29, 1, 59.

do Pelotas, cortado pela estrada antiga das bandeiras, e assinalado no mapa do padre Diogo Soares, em 1738.

Há, tambem, a hipótese de que esses portugueses houvessem entrado por via marítima, sabendo-se que eram contínuas as incursões desse gênero, justificadas no próprio trabalho do Dr. Ellis Junior, que transcreve do *Registo Geral* referência a *barcos aos patos*, "com polvora e pelouros e correntes a dar guerra ao gentio dos Patos que está há tantos anos de paz e alguns cristãos, o que protestamos" (1).

Autoriza a hipótese a referência, em vários documentos jesuíticos de 1635, a portugueses que os índios guaibirenhos teriam matado ao chegarem às suas terras, de onde subiriam "a meter-se serra a dentro" sendo aí, por "varistas e caaguaras", mortos os 29 restantes. Seria um dos barcos da bandeira de Aracambí que, da Laguna, tivesse demandado a barra do Iguaí (Rio Grande, lagoa, Guaíba) ?

Os jesuitas não deram maior importância ao acontecimento e nem consideraram como bandeira esses grupos isolados de preadores de índios que desciam de São Vicente, Piratininga e outros lugares da costa do Brasil. Aquele ano de 1635 era o terceiro em que, na província de Ibiaça, haviam sido destroçados pelos índios infiéis e pelos padres, como se depreende da afirmação do padre Borôa "que lhes deram na cabeça, por três vezes, por aquela parte".

Supuseram, a princípio, os jesuitas, que a morte do padre Cristovão e os acontecimentos que a ela sucederam fossem "traça de los portugueses". Seus matadores, principalmente os feiticeiros Yaguacaporú, Yaguarobí e Chemboabate, "eran mui insignes de los lucitanos, y q' traian con sigo un muchacho, gran dançador (hieroquiara) con un colete de anta q' era de los aferocicaba y q' se decia q' esto muchacho era hijo de los portugueses aunq' era indio, debe de ser algun mestiçuelo hijo de alguna india de Yaguacaporú" (2). Com este primeiro mamaluco riograndense começara o processo de mestiçagem que antecede de quase um século a nossa formação étnica.

Não obstante, porem, a guerra pregada contra os jesuitas espanhóis, por este hieroquiara, em suas dansas e cantos, as indagações feitas pelos índios amigos não autorizaram a afirmar que nesses acontecimentos, quer antes, quer depois do martírio do veneravel Cristovão, houvesse intervenção de bandeirantes, isto é, "en estas juntas de bellacos no an intervenido Portuguezes, ni tupis, sino solamente indios bellacos comedores de carne humana, y hechiceros", reconhecia em sua carta ânua de 26 de setembro de 1635 o padre Francisco Diaz Taño, superior das reduções (3).

Ficam historiados os sucessos que determinaram a ação da "Junta de Feiticeiros", a organização do exército cristão que foi combatê-la e a derrota que se seguiu dos índios coligados. Nessa ocasião quiseram os padres acompanhar os catecúmenos que iam à guerra, temerosos de que

(1) Alfredo Ellis Junior — *Bandeirismo*. 1.ª ed., 73, Reg. Geral, I, 499.
(2) Carta padre Diaz Taño, original e inédita. B. N. Mss. I, 29, 1, 53.
(3) Carta cit.

essa sublevação que se estendia até as fronteiras do Tape, abrangendo toda a provincia dos ibiraiaras, fosse promovida pelos piratininganos. Os índios, entretanto, não permitiram a interferência dos religiosos da Companhia, preferindo ir somente sob o comando de seus capitães: "ellos querian ir solos, q' indios contra indios mejor se auian sin padres, *q' se hubiesen Portuguezes q' entonces nos auisarian*". Sabendo o padre superior (Diaz Taño) que se faziam juntas em Carirói (em frente a Santa Tereza) e em Piraiubí (m. d. do Taquari), mas ignorando a intenção com que eram feitas escreveu ao irmão Cárdenas que lhe avisasse qualquer "rumor de portugueses", mas até 20 de setembro de 1635, data da carta, nada averiguara nesse sentido. Segundo o padre Pedro Mola, em carta datada de 22 de outubro do mesmo ano, "ay ciertos indicios" de que os bandeirantes desceriam sobre as reduções por um dos dois caminhos a que nos referimos.

Transcorreu, assim, o ano de 1635 sem que entrasse no território riograndense nenhuma bandeira paulista, não obstante as contínuas notícias de que se preparavam elas para dar sobre as reduções e destruí-las, cativando, alem dos infiéis, os índios cristãos. Grande parte do ano seguinte, 1636, passa, sem que apareçam os terriveis inimigos. A ânua do padre Pedro Romero, datada de 3 de abril de 1636, dirigida ao provincial padre Diego Borôa ainda não se refere à entrada de bandeirantes. Só mais tarde, em novembro, como se verá, teem os padres conhecimento da passagem, pelo Caágua, da primeira bandeira que penetra o Rio Grande do Sul e a cuja frente vem o insigne Antonio Raposo Tavares, o mesmo que, em Guaira, já tivera contacto com muitos dos missionários que catequizavam nas doutrinas do Uruguai e do Tape.

Mas, qual a direção dessa bandeira, composta de 200 homens brancos, assinalada pelo Dr. Alfredo Ellis, que esteve no "sertão dos Patos", de março a junho de 1635? Não foi, por certo, como documentamos, no Rio Grande do Sul, porque os *patos* eram os mesmos índios carijós, cujas fronteiras, ao sul, com os ibiraiaras, iam até o Mampituba. Só nos princípios do século XVIII é que *Laguna de los Patos* (atual Laguna) perde essa designação que, por extensão e erro cartográfico, se estende à hodierna lagoa dos Patos, chamada então *Iguaí*, como todo o curso de Guaiba (*I-guaí-be*) e Jacuí inferior. Apesar de alguns documentos paulistas, de origem bandeirante, se referirem a "Jesús Maria de Ibiticaraiba no sertão dos patos ou arachanes (1), não nos parece exata a dsignação, tendo em vista que Jesús Maria, que ficava junto ao Ibiticaraíba (Butucaraí), poderia ter sido fundada por arachanes, que assim tambem eram chamados os tapes, mas, nunca por *patos*, isto é, carijós, que não estavam localizados dentro do território riograndense. Toda a documentação jesuítica-espanhola da época desautoriza essa designação.

O sertão dos Patos, onde esteve, na aldeia do principal Aracambí, acampada a bandeira, que o Dr. Ellis assinala, é o sertão de Santa Catarina, que se estende ao norte do Uruguai, provavelmente.

---

(1) *Inv. e Test. de São Paulo*, vol. XI, 143.

3 — *A bandeira de Raposo Tavares*

Não surpreendeu às reduções da Serra o aparecimento da bandeira do grande Antonio Raposo Tavares, que atinge Jesús Maria a 2 de dezembro de 1636. Há muito os jesuitas a esperavam, tendo, para enfrentar os mamalucos, preparado largamente meios de defesa.

Foi dito, linhas atrás, que "em conselho com outros padres, governador da Província e reitor do Colégio", em Buenos Aires ficou acordado com provincial padre Diego de Borôa, deviam as reduções se *opor à invasão com força armada*. E, para isto, com o padre Francisco Diaz Taño, veterano e missionário, são destacados para as reduções do Tape dois antigos soldados das guerras sul-americanas, irmãos Antonio Bernal que havia sido soldado no Chile e Juan de Cardenas, profissionais da arte militar.

Para o desempenho dessa missão, levando armas e munições, partiu o padre Taño, em 15 de maio de 1635, e a 6 de setembro do mesmo ano, de Jesús Maria, onde aprestava a defesa, escrevia ao padre superior uma carta de que este riscou, tornando quase ilegivel, as primeiras e última páginas (1). E seria o segredo que, em torno disto, o emprego que, de armas de fogo, fizeram os jesuitas, motivo por que historiadores modernos (2) afirmam que com suas armas de flechas e pedras não podiam os índios "concorrer com as européias, que os alcançavam de tão longe e irresistivelmente. Havia aí as provas, os fatos, devendo abandonar as florescentes reduções de Guaira, e ao depois as do Tape, no Rio Grande do Sul, perdendo-se tantas vidas e a liberdade de tantos capturados como escravos" (3).

Faz o austero padre Taño, em sua carta, uma revelação singular. Os arcabuzes existentes em Jesús Maria, por ocasião da morte do padre Cristovão, já haviam sido empregados contra os próprios índios, o que constituia até hoje um segredo que a decifração da carta cancelada revela. Quando o padre Taño chegou à redução, achou "muy mala prevencion de armas porq' con la muerte del b.º P.e xpual todo se desconcerto. sos arcabuces alle sin llaves y los demas quebrados y el p. Mola decia q' V. R.a (padre Romero, superior) auia llevado las llaves para hacer aderçar pero no auian buelto ni se sabian dellas pedian para este efecto q' veniesen para aderçarles y para hacer unos quatro mil harpones de hierro y tambien para cuerda de arcabuces porq' aunq' acá ay *bocayi* (4) y arde bien pero no sirve para cuerda ni tan poco el pino porq' asi como se va enpreendiendo el fuego se va cobriendo luego de cenizas y por mas q' le soplen nunca se descubre el fuego sin q' este

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 53. Continham essas páginas matéria que não conviria passar à posteridade, pois que proibido era o uso de armas, pelos índios. Deve-se a reconstituição desse verdadeiro palimpsesto à tenacidade e beneditina paciência do saudoso Rego Monteiro que, a pedido nosso, nessas duas páginas que restaurou, empregou largos dias de afanoso trabalho.

(2) C. Teschauer — *Hist. Rio Grande do Sul*, I, Cap. XXVIII, 306 e seguintes.

(3) Idem. Ob. cit., I, 308.

(4) *Bocayi*, uma espécie de fibra semelhante ao linho, muito apreciada pelos índios.

pegada en cima la ceniza y asi era necesario cuerda del paraguas y hilo de algodon para hacerlo q' no ay por aca cosa q' tanto auemos esperimentado y buscado" (1).

De chegada a Jesús Maria onde, era certo, deveriam, inicialmente, tocar os bandeirantes, os irmãos Bernal e Cardenas, instrutores militares, procuraram organizar uma força regular com os índios guerreiros que alí encontraram. A ânua do padre Borôa, de 13 de agosto de 1637, informa que os índios "assistiam com grande entusiasmo aos exercícios militares, sob a direção do nosso irmão Bernal. Cada dia acudiam em tropel ao campo para se exercitarem em ataques e contra-ataques, em ginástica, tiro e esgrima, obedientes à voz de comando e até a um simples sinal" (2). Com esses exercícios, em pouco tempo, estavam os indios maravilhosamente aptos para os misteres da guerra. Sabiam formar alas, mudar de frente, fazer assaltos em regra e rechaçar ataques. E (o que não diz o padre Borôa, mas que em outros documentos se encontra), conhecendo, perfeitamente, alguns deles, o manejo das armas de fogo e podendo com elas atirar com perfeita pontaria.

Alem do preparo dos índios para resistir à investida dos bandeirantes, resolveu o irmão Bernal erguer fortes paliçadas em redor de Jesús Maria. Eram estas defendidas por uma valada, com paredes de taipa. Aproveitaram-nas os bandeirantes que lhes acrescentaram ainda um forte (3).

Com o enérgico padre Diaz Taño, escolhido especialmente para superintender as reduções, nesse dificil momento de provação, alí estava com a sua ponderação e judicioso conselho o padre Romero, que as fundara, e delas era o superior. Em 3 de abril de 1636, informava este que "por agora não há prova (da existência) de portugueses, nem coisa que dê receio e eu confio no Senhor". Conhecendo a tática do inimigo, que mais tarde confirma perfeitamente a sua previsão, diz, em seguida: "É certo que antes que os portugueses cheguem às nossas reduções, terão muita gente que levar, porque a que estava por reduzir é mais do que a reduzida, e não são tão pouco recatados que se atrevam a chegar às nossas reduções, não deixando as costas resguardadas e mais havendo já lhes dado na cabeça três vezes, por aquelas partes" (4).

Convinha prover o abastecimento de possiveis reforços, no caso da invasão bandeirante. Lembrara o provincial se reservasse para este fim um corte de gado, em uma das reduções menos acessiveis ao ataque do inimigo. Escolheu o padre Romero a redução de Natividade e para ela fez conduzir "un golpe de ganado escogido", 300 reses, "que solamente estan a disposicion del superior para el fin dicho e este V. R. cierto que si dentro de tres a quatro años, no llegan a ellas, que abra mucho ganado para acudir a qualquer necessidad" (5).

Mas, não esperavam que os paulistas viessem tão cedo e nem que fosse tanta a gente de que se compunha a bandeira. É ainda o padre

(1) B. N. Anua inédita e original, cit., I, 29, 1, 53.
(2) Anua cit. Iglesia, tomo XX, págs. 549 e seguintes.
(3) Anua. Mss. B. N. I, 29, 1, 69.
(4) Anua padre Romero. Autógrafa e inédita. Mss. B. N. I, 29, 7, 31.
(5) Carta do padre Romero. B. N. Mss. I, 29, 7, 31.

Borôa que informa, em outra carta preciosa que os mamalucos: "sairam de sua vila de São Paulo no ano passado de 1636 e caminhando sete meses, sujeitando nações com um exército de 150 portugueses con arcabuzes e 1.500 índios tupís bravios, alem de outros muitos que se lhe agregaram pelo caminho, a força ou por vontade, acercaram-se de nossas reduções. Tiveram notícia deles o padre Antonio Ruiz e o padre Pedro Romero, que chegou por novembro à redução de Jesús Maria, que está na fronteira, e, julgando que ainda estavam longe, que não eram tantos e nem eram de São Paulo, não supôs chegariam até as nossas reduções" (1).

Dá o Dr. Ellis para partida da bandeira de Raposo Tavares, de São Paulo, data que mediaria entre 1 e 7 de janeiro de 1636, mas observa causar-lhe admiração tenha essa levado 10 meses para chegar ao Rio Grande do Sul. Mas, o padre Borôa, que teria exatas notícias, pela sua própria participação nos acontecimentos, nos informa que Tavares *caminhara sete meses, sujeitando nações,* chegando a Jesús Maria a 2 de dezembro, o que dá para data inicial da partida fins de maio ou princípios de junho. Parece, assim, estar mais próximo da verdade o padre Luiz Gonzaga Jaeger que observa que em 11 de maio de 1636 ainda estava em São Paulo Braz Gonçalves, o velho, componente da bandeira, morto em outubro do mesmo ano, no sertão dos Araxanes. Braz Gonçalves, naquela data, assinava um conhecimento de dívida em favor de Antonio Alvares Bezerra (2). E basta este documento para confirmar a asserção do padre Borôa.

Aparatosa e perfeitamente equipada essa primeira bandeira paulista que, sob o comando de Antonio Raposo Tavares, demandou terras do extremo sul. Não lhe faltavam, mesmo, para as desobrigas espirituais, dois padres que a integravam, sendo um "clérigo excomungado", dizem os documentos jesuíticos. Vinha com ela, alem do loco-tenente, capitão Diogo Coutinho de Mello, os mais considerados sertanistas de São Paulo, de que Ellis nos dá nominata de 33 componentes conhecidos.

Saindo de São Paulo em fins de maio ou princípios de junho, não nos parece ter a tropa piratiningana rumado para oeste até atingir Guaira, de onde, deflexionando para sudeste, penetrasse nos sertões do Rio Grande do Sul. E uma das principais razões disto é que, em outubro, já havia apresado quantidade consideravel de selvagens que, como se dirá, estavam concentrados nas paliçadas do Taquarí, sob a vigilância do capitão Diogo de Melo. Não erraremos por muito indicando o mês de julho para a entrada presumivel da bandeira em território riograndense.

Um só e conhecido caminho existia, então, para os sertanistas que, por terra, demandavam o extremo sul. É a antiga vereda das migrações primitivas e "único existente", ainda em 1773, no dizer do brigadeiro Francisco João Roscio e não "aberto pelos portugueses", como assinala o padre Quiroga em seu mapa de 1749. No itinerário que nos deixou, dá Roscio um percurso de 43 ½ léguas para essa estrada, desde a *Capela* (Viamão) até o *Registo* (passo de Santa Vitória, no rio Pe-

---

(1) B. N. I, 29, 1, 69.
(2) Inv. Test. S. Paulo, XXVI, 56 e 57.

lotas). Aí vinha entroncar a estrada de São Paulo, identificada pelo mestre Dr. A. Taunay, como a das bandeiras paulistas (1).

Diz o brigadeiro Roscio que "principiando a seguir este caminho da Capela, ou povoação de Viamão, para o norte, ou melhor, para oriente, pelos lados do rio Gravataí, à distância de 12 léguas está a freguesia de Santo Antônio novamente estabelecida em uma lomba nas fraldas da montanha. Desta freguesia, a distância de uma légua, serra acima, está um desmonte ou grande corte de mato, que chamam Campestre; mais adiante, três léguas, passa o rio Rolante. Do Rolante, a quatro léguas está a ilha que é o outro desmonte de mato; daquí à saida do campo três léguas. Mais adiante, uma légua, mora Pedro da Silva [Pedro da Silva Chaves, fundador de São Francisco de Paula, antigo Caágua] e deste, à distância de duas léguas, passa o rio Santa Cruz, ou rio Caí. Mais adiante, uma légua, mora o Freitas; deste, à distância de seis léguas, está a estância do Cedro; do Cedro ao rio das Antas, três léguas e meia. Do rio das Antas à freguesia contam três léguas. Da freguesia, que fica na fazenda do Leandro [Leandro da Silva Soares, sesmeiro da depois freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria] ao Registo [passo de Santa Vitória, no rio Pelotas], onde termina a largura destes campos, no rio Uruguai, contam quatro léguas" (2). Este caminho, transposto o Pelotas "no registo já mencionado", acrescenta Roscio, entronca no "que segue para a vila de Lagens e continua acompanhando o lado da Cordilheira até a cidade de São Paulo".

Encontramo-lo perfeitamente esboçado no mapa do padre Diogo Soares, de 1738, e publicado em outro trabalho (3). Podem-se seguir, desde a capitania de São Paulo, as suas indicações principais. Barretos, Pousos Altos, Porcos, Frutas, rio Capivarí, Tapes, rio Arambaí (*Aracambi?*), rio Pearas (Pelotas) dado erradamente como afluente do Tebiquarí), Vacaria, rio das Antas, Morretes, rio Camisas, Roça Nova, São Francisco, rio Tainhas, rio Comprido, Alto da Serra, de onde segue para os campos de Viamão. Interessa-nos, porem, somente o percurso entre o Pearas (Pelotas?) e o Alto da Serra (Cima da Serra Caágua). Segundo Roscio a distância entre o Pelotas e Cima da Serra seria, aproximadamente, de 20 léguas. Deste último ponto, na serra de Nordeste, uma variante do caminho deflexionava para oeste, atravessando o rio de Ibia. Largas pesquisas feitas nos autorizam a identificar o Ibia, onde foi martirizado o padre Cristovão de Mendoza, quando voltava do Caágua, com o atual Piaí, que nasce em cima da Serra e separa os municípios de Caí e S. Francisco de Paula, dando nome ao distrito de Santa Lucia do Piaí, pertencente ao primeiro desses municípios.

O padre Cristovão, que foi de Jesus Maria ao Caágua, e a bandeira de Raposo Tavares, que foi do Caágua a Jesus Maria, atravessaram o Taquarí. Um mapa desenhado de acordo com as indicações dos

---

(1) A. d'E. Taunay — Hist. geral — Mapa dos Bandeiras.

(2) Francisco João Róscio — *Compêndio Noticioso*. Cod. inédito B. N. I. 5. 2. 3.

(3) *Presidio do Rio Grande*. Aurelio Porto. "Terra Farroupilha", I, 176.

padres Techo e Ovalle, o n. 6, de Guilherme de L'Isle (1), o único que assinala a terra de Ibia, traz a palavra *Ibiaes*, cortando o Taquarí, um pouco abaixo da foz do rio Guaporé. Conhecido, depois do Taquarí o Taiaçuapé (caminho do porco do mato) por onde a *Junta dos Feiticeiros* atingiu o rio Pardinho, fronteira de Jesus Maria. E é este o itinerário das bandeiras que investem contra as reduções jesuíticas do Tape.

O ilustre autor das *Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul* (2), levado por uma falsa dedução, procura estabelecer um novo itinerário para as entradas bandeirantes no território missioneiro. Na hipótese que lança, os bandeirantes, transposto o rio Pelotas, "já no Rio Grande do Sul, passavam por São Pedro (na Vacaria), Extrema (Vacaria) lagoa Vermelha (cidade) furavam o célebre Mato Português (com a largura de apenas 11 km de mato), cortavam o lindo Campo do Meio, varavam o afamado Mato Castelhano (com a largura de 20 km de floresta) e daí, com mais 12 km de campo, se achavam junto das fontes do rio Jacuí e Taquarí, ambos nascendo no Povinho da Entrada. "Cortando os campos da Soledade, acrescenta, entrariam no "Sertão de Ibiticaraiba", ou Butucaraí, a oeste da moderna Candelária, já em pleno território missioneiro. Tinha o autor para lhe corroborar a opinião, segundo diz, "o fato de o capitão Diogo Coutinho de Mello, da expedição de Raposo Tavares, se ter achado *em um salto*, que não pode ser outro que o *grande salto do Jacuí*, o mais próximo das reduções agredidas por Raposo, como logo se dirá" (3). Deduz isto de "preciosa advertência" encontrada na pág. 45 dos *Inventários e Testamentos*, de São Paulo, vol. XXVI, que diz, textualmente : "Com declaração que o dito capitão Diogo Coutinho de Mello mandou fazer este inventário, por estar fora do arraial do capitão-mor Antonio Raposo Tavares, *em um salto*, e mandou vender esta fazenda etc.".

Houve evidente equivoco do ilustre historiador. Não só a documentação jesuítica-espanhola detalha precisamente o itinerário da bandeira de Raposo Tavares, como o *salto* referido no inventário do bandeirante não significa "queda dágua". Em toda documentação antiga, quer portuguesa, quer espanhola, encontra-se repetidas vezes essa palavra de que Moraes Silva, em seu Dicionário, dá a exata interpretação : "*Salto* s.m. § O ato de *saltear* nas estradas, ou em ação hostil e bélica. *Barros* 2.8.1. *gente que vive de rapina*, e saltos. D.2.f.16 e 190 "fazer *salto* no inimigo". Saltos, *que fizerão na terra firme*", etc. Tambem em espanhol. *Compêndio de Diccionario Nacional* — D. R. J. Dominguez — *Salto*. Pillage (El ato o efecto de pillar, saquear"). E é esta a exata significação do *salto* em que se achava Diogo de Melo no dia 10 de outubro de 1636, em pleno sertão riograndense.

Não é dificil acompanhar o bandeirante, em sua trajetória, desde que, vadeando o Pelotas, no hoje passo de Santa Vitória, demoradamente,

---

(1) P. Guilherme Furlong. *Cartografia Jesuitica del Rio de la Plata*. Buenos Aires, 1936.

(2) P. Luiz Gonzaga Jaeger — *As invasões bandeirantes* — Tip. Centro, 1940, págs. 32 e seguintes.

(3) P. L. G. Jaeger. *As invasões* cit., 33.

em *saltos* sucessivos, cativa mais de um milhar de índios, que leva até às paliçadas do Taquarí.

Em janeiro de 1639 o mestre de campo Valbueno, a mandado de D. Pedro Lugo, foi até às ruinas de Piratiní e alí encontrou o padre Pedro Mola e outros jesuitas que reuniam índios dispersos, depois do ataque às reduções. Seguindo para Ijuí conseguiu capturar quatro índios que se lhe tornaram suspeitos. Eram Guaimigurú, Abaiantí, Marandasa, naturais do Tape e Antonio, de Guaira. Quando os paulistas passaram em *Caágua* aprisionaram, alem de grande número de índios daquela região, a Guaimigurú e Marandasa. Na distribuição de escravos couberam Marandasa e uma sua irmã ao bandeirante Pascoal Leite Paes, irmão de Fernão Dias, o qual passou a viver com a prisioneira. Esta, porem, fugiu e o chefe da bandeira mandou que os outros, acompanhados por Antonio, índio de sua confiança, fossem em busca da fugitiva. Nesta ocasião declarou Antonio que a bandeira percorrera as províncias de *Caamo* e *Ibia* (1).

Preciosa a indicação para o trajeto da bandeira, conhecidas as situações de Caamo, Caágua e Ibia e, sabendo, ainda, que Raposo Tavares concentrou no Taquarí a chusma de cativos que fizera em seus saltos anteriores. Temos, pois, Vacaria, Cima da Serra (São Francisco de Paula), Piaí (Serra do Raposo, campo do Raposo) (2) e rio Taquarí, linha de penetração que coincide com o caminho traçado na carta de Diogo Soares; no mapa do Paraguai, gravado por Matias Seutter (1726) e, finalmente, no roteiro do brigadeiro Roscio.

Em Caamo, onde havia aldeias bastante povoadas, começou a razzia bandeirante. Mas, foi exatamente no Caágua, onde existiam indios inimigos, que se verificou a quase completa escravização do povo. E dalí partiram, "sujeitando nações" e aumentando a leva com "outros muitos que agregaram a si pelo caminho, por força, ou por vontade" (3).

Pode-se afirmar, com poucas probabilidades de erro, levava rumo do Taquarí, em cujas proximidades dera o assalto aos índios de que resultou a morte, em princípios de outubro, do bandeirante Braz Gonçalves, o velho. Em novembro, quando o padre Romero, designado cura de Jesus Maria, alí chega recebe a notícia de que, no rio Taquarí, já estão os paulistas. Julga, porem, não serem tantos e nem que tão depressa atinjam à sua redução.

A região seria bem conhecida pelos vaqueanos da Bandeira. Era alí que, sobre o Taquarí, quatro léguas abaixo da foz do Mboaparí (rio das Antas), tinha seus ranchos o índio Parapopí, preposto dos paulistas no resgate de cativos. Em sua incursão pelo Taquarí, em carta de 4 de fevereiro de 1635, o padre Ximenes dá notícia detalhada desse "grandíssimo velhaco, que há vendido toda esta nação, a *ele veem parar todos os tupís* [que chegam] tanto pelo Rio [Guaiba] como por

---

(1) B. N. Mss.

(2) A coincidência do topônimo é interessante, mas não se refere a Raposo Tavares. Serra e campo do Raposo procedem de uma sesmaria concedida em 1766, ao paulista Francisco José de Oliveira Raposo, que aí teve seus campos de criação.

(3) Anua. B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

terra. (E os que V. R. colheu vinham a ele e eu já tinha notícia de sua vinda). Nele confiam os portugueses todos os seus resgates, e de sua casa partem todos os anos as frotas de miseraveis cativos que levam os tupís, por terra (por onde me dizem só tardam cinco dias até o mar) [Laguna]. Eu ia com intento de trazê-lo à força se não por vontade, de vir comigo, mas não sei que índio se adiantou e de noite lhe deu aviso e fugiu com alguns tupís que consigo tinha. Fiz queimar-lhe a casa e destruir quanto pude de comida [roças], para que se vá dalí" (1).

Coincide essa distância de quatro léguas (2) com o Corvo, distrito e arroio no municipio de Estrela, que fica sobre o rio Taquarí, a 17 k da cidade de Estrela. Há aí em passo e porto sobre o rio Taquarí e um morro que domina vasta região. Situou-se, provavelmente, no posto de Pirapopí, com a vanguarda de exploração e prea de índios, o loco-tenente de Antonio Raposo Tavares que aí devera ter construido, se já não existiam para os mesmos fins, as grandes paliçadas em que eram vigiados os selvagens cativos em toda a provincia de Ibiaça. Foi o padre Pedro Mola, de Jesus Maria, o primeiro que teve notícia da aproximação do inimigo que, "em duas paliçadas, a 12 ou 14 léguas dalí, no rio Taquarí" (3), tinha grande número de índios cativos.

Foi quando, provavelmente, em fins de setembro, tendo deixado roças feitas para o inverno, e outros prisioneiros, sob a vigilância de alguns bandeirantes e índios amigos, que o grosso da bandeira, sob o comando de Raposo Tavares, abalou do Ibia (Piaí), em direitura ao rio Taquarí. Com pequenas variantes, pelas estradas ainda hoje existentes, segundo a carta do Estado de 1936, o trajeto seria aproximadamente de 100 km, ou sejam 15 léguas atuais. Do Ibia, (distrito de S. Lucia do Piaí, município de Caí) com altitude de 834 m, a bandeira rumaria para oeste, atravessando pelo sul das respectivas sedes os municípios de Caxias, Farroupilha com a altitude média de 750 m, e o de Garibaldi, com 600 m até descer a serra na altura de Ipiranga (município de Garibaldi), ligada hoje ao Corvo (190 m de altitude) por uma estrada carroçavel.

Durante algum tempo, provavelmente até novembro, Raposo Tavares levou a guerra e cativou grande multidão de índios ribeirinhos que eram conduzidos para as fortes paliçadas de seu campo de concentração. Transposto o passo do Taquarí, junto ao Corvo, ou mais abaixo, e tomando por Conventos, na região de Piraiubí, que deve ser o rio Forqueta, despontaria as nascentes dos arroios Sampaio e Alegre entrando em Taiaçuapé, (caminho do porco do mato) que vinha dar no rio Pardinho, um pouco ao sul da foz do Sinimbú, e deflexionando para o sul, atingiria Jesus Maria. Indicado está esse caminho, já bastante trilhado pelos índios e por onde a "Junta de feiticeiros" de Piraiubí, em 1635, tentou assaltar Jesus Maria (4).

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 47.

(2) Era a légua da época de 17 ½ ao grau, que corresponde no paralelo 29° a 5.582 m.

(3) Ânua do padre Borôa — B. N. Mss., I, 29, 1, 66. Idem, idem Mss. I, 29, 1, 69.

(4) *Relación de lo sucedido* — Mss. B. N. I, 29, 1, 55. *Junta de feiticeiros*, pág. 76.

Diz o padre Mola e confirma o padre Borôa que a distância de Jesus Maria ao rio Taquarí, em que estavam as paliçadas dos mamalucos, seria de 12 a 14 léguas, o que confirma o cálculo atual, tomando a légua de 17 ½ ao grau.

Ficaram com os cativos de Taquarí "alguns portugueses", tupís e índios amigos, sob o comando de um dos bandeirantes, possivelmente, do próprio capitão Diogo de Mello. Um mês depois de ter Tavares partido com a bandeira para assaltar as reduções, em princípios de janeiro, souberam os cativos, nas paliçadas, que os "índios cristãos se estavam reunindo para cair sobre os bandeirantes", e isto deu origem a uma revolta. "Uns índios infiéis, diz o padre Borôa (1), lhes mataram alguns de outra paliçada que haviam deixado no rio Taquarí, 12 a 14 léguas, e recebendo aviso os que nos tinham como cercados, desse mau sucesso, "procuraram retirar-se. E, em outra carta ânua, diz que teve "aviso, embora não de todo certo, que a causa de se haverem retirado os portugueses foi porque tiveram notícia, de que os índios, que deixaram cativos no Tibiquarí, se haviam revoltado e morto aos portugueses que os guardavam, e que assim haviam ido auxiliá-los, mas que haviam sabido que todos os índios infiéis daquela comarca se convocavam contra eles e por isso tratavam de fortalecer-se e invernar no Tibiquarí" (2).

A copiosa documentação jesuítica espanhola, só agora exumada, dará, ao ciclo bandeirante do sul, um novo aspecto, em suas revelações, às vezes, surpreendentes, de verdade flagrante que os historiadores ignoravam ou, quiçá, não desejaram frisar, em seus detalhes. E' o que iremos pouco a pouco desvendando, em homenagem aos próprios jesuitas, protagonistas desta tragédia formidavel, que descrevem com verdade, possibilitando, assim, se desfaçam as lendas com que se cercaram a passiva resistência de uns e a agressividade cruel de outros. Não nos podem negar a simpatia forte, alicerçada em fundas raizes, que consagramos à obra emérita desses admiraveis condutores da civilização cristã, em terras sul-americanas, mas, a verdade, que os dignifica, até quando revela aspectos que outros historiadores não quiseram detalhar, está acima de certas conveniências de ordem particular que o tempo já destruiu.

Veremos, assim que a história da bandeira de Raposo Tavares, escrita por missionários insignes como Borôa, Taño e outros, é muito diversa da que conhecemos através dos livros clássicos dos historiadores jesuitas.

Sabendo da notícia de que os bandeirantes estavam no rio Taquarí, a 12 léguas de Jesus Maria, os padres Antonio Ruiz de Montoya, superior geral das reduções e Pedro Romero que deixara o superiorato e fora mandado para cura dessa redução, em novembro, "apressaram umas taipas, das quais não fez mais que um rincão sem cubo algum, e o demais fez cercar mal de uns paus" (3). Em outro documento fala-se tambem na construção de um forte que defendia um lenço da paliçada.

(1) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.
(2) Mss. B. N. I, 29, 1, 66.
(3) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

Coube dirigir essas obras de defesa ao irmão Antonio Bernal, já então com 60 anos e que fora veterano das guerras no Chile, especialmente vindo de Buenos Aires com o padre Diaz Taño para organizar a resistência aos paulistas e industriar os índios no manejo das armas de fogo alí existentes.

Foi no dia 1 de dezembro de 1636, pela tarde, que os padres Pedro Romero e Pedro Mola e os irmãos Antonio Bernal e Juan de Cárdenas, que estavam em Jesus Maria, quando "menos esperavam" souberam "q' el enemigo estava dos leguas de alli y ni aun sabia q' trahia tan grande exercito" (1). Coincide essa distância com o capão de Bom Jesus, no rio Pardinho, nas proximidades da atual cidade de Santa Cruz, onde teria acampado a bandeira.

No dia seguinte, 2 de dezembro, dia de São Francisco Xavier (2), estando a meia légua de distância, isto é, a 2 ½ km já transposto o rio Pardo em cuja margem direta ficava Jesús Maria, pelas 8 horas da manhã, mandou Raposo Tavares aos padres um parlamentário, com carta de sua autoria, dizendo-lhes *"que vinha procurar comida para seu exército, que eles o recebessem em paz"*. Nada, porem, responderam os padres e, não sabendo "que eram tantos", julgaram poder resistir-lhes. Mas, não furtemos ao precioso documento o seu sabor original e inédito

---

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

(2) Uma diferença de calendário induziu e está até hoje induzindo a erro de datas, aos nossos historiadores. Diz o padre Borôa que Raposo Tavares chegou a Jesús Maria em "2 *de dezembro*, dia de São Francisco Xavier", e em outra carta que diz haver terminado no "dia dos S.S. Cosme e Damião", data de 26 *de setembro*. Ora, no calendário moderno o dia de São Francisco Xavier cai a 3 *de dezembro* e o de São Cosme e Damião a 27 *de setembro*. Há, assim um dia de diferença entre o calendário onomástico do século XVII e o atual. Isto posto, explica-se porque historiadores modernos, como o padre L. G. Jaeger, (*Inv. Bandei.*, 39) insistem em asseverar que a data da chegada de Tavares a Jesús Maria foi a de 3 de dezembro, embora conhecendo o documento que divulgamos em outro trabalho. Tem este, no catálogo Angelis, a indicação de I, 29, 1, 69, mas, em outra carta (I, 29, 1, 66) sem referir o dia onomástico, o próprio prov. padre Borôa diz que "a los 2 *de Diciembre del año pasado de* 636, por la mañana llegaron (os portugueses) a vista de la Reduccion de Jesus Maria" etc. Diz o historiador citado que "esta batalha", isto é o ataque a Jesus Maria, "não se travou no dia 3 *de dezembro de* 1637, como quer Teschauer, seguindo nisso a Montoya, e sim no dia 3 *de dezembro de* 1636, como revela claramente uma carta escrita por Borôa em 4 de março de 1637, citada por A. Porto em "Terra Farroupilha" (I, 62) (P. Jaeger — *Inv.* 39, 2.ª). Aliás, o que se diz aí é que *"no dia* 2 *de dezembro* (não 3 como ocorre na citação) de 1636 chegaram pela manhã", etc. Como se vê, houve tambem erro de um ano (1637 por 1636) na Hist. de Teschauer. "Esse erro de data do provecto historiador deu origem à duvida quanto à identificação da bandeira de Raposo Tavares feita por Alfredo Ellis que, no entanto, jogando com os dados oficiais, procurou retificar a data de Teschauer, o que fez tambem outro notavel mestre, o douto Basilio de Magalhães. Mas, Taunay, apreciando Ellis, comenta: "Não nos parece a ilação decisiva. Pensa Basilio de Magalhães, aliás como Ellis. Há, em primeiro lugar, a divergência consideravel de milésimos; o assalto de Jesús Maria, para Teschauer, foi em 1637, para Ellis um ano antes, exatamente. Em todo o caso, a referência do inventário de Pasqual Neto (Inv. e Test. XI, 143) a Jesús Maria de Ibiticaraiba, sertão dos índios arachans tem o máximo relevo indicial. E há ainda as indicações das datas dos documentos bandeirantes do sertão. E' preciso lembrar por espírito de equidade que o próprio Teschauer anota sobre a dificuldade de se ter um fio cronológico seguro para os acontecimentos riograndenses daquele tempo" (A. Taunay — *Hist. Ger. das Bandeiras.* I, 236. *Terra Farroupilha* I, 62.

de que os historiadores jesuitas e outros até hoje nos privaram, para que melhor se pudesse ajuizar do ciclo do bandeirismo no sul. Diz textualmente a ânua original e autógrafa do padre Diego de Borôa, datada de Santa Fé, abril 10 de 1637 :

"La Red.on tenia por matricula ya con chacaras alli mas de mil y seiscientos yndios, pero como era pueblo nuebo y vispera de cosecha q.do la hambre suele ser grande casi todos fuera de 200 estavan ausentes buscando q' comer, en sus poblaciones antiguas, y por montes e rios.

Los 200 con sus mujeres y otros ciento q' vinieron de S. Xpual y S. Ana q' estavan cerca con q' hicieron 300 se metieron en aquel cerco de la casa de los P.es y la Iglesia y estando alli los P.es P.o Romero y P.o Mola y los h.os A.to Bernal y Jn.o de Cardenas a dos de deciembre dia de n.o P.e S. F.co Xavier como a las ocho de la mañana enbió de media legua de alli Antonio Raposo Tabares cap.n de los Portugueses, el mismo hombre q' destruyo las Red.es de Guayra una carta a los P.es con un yndio libre y descomedido y al fin della decia q' venia por comida para su exercito q' le recebiesen en paz a q' no le respondieron nada los P.es (1) yel marchando con su exercito con caja y trompeta de guerra y vand.a tedida al som de guerra se puso sobre la Red.on y casa de los P.es y sus soldados començaron a atirar sus arcabuces y algunos yndios que se recojian a la casa de los P.es y a la iglesia y el h.o Ant.o con algunos tiros les yva amparando de los q' los tiravan por alejarlos de alli y ellos acercandose mas y mas yvan pelotiando y matando yndios de los del cerco q' los h.os y otros dos yndios defendian con gran valor derribando tambien de los suyos en defensa natural" (2).

Como se evidencia da própria documentação, os padres de Jesus Maria não foram *apanhados de surpresa,* pois Raposo Tavares, antes de aparecer enfrente à redução, os concitara, em carta, a "recebê-los em paz", porque vinha "por comida para seu exército". Seria sincero o bandeirante ? E' bem possivel que, entrando em negociações, conseguissem os jesuitas pelo menos atenuar o golpe terrivel que seria descarregado sobre a cabeça dos catecúmenos cristãos. Nessa ocasião já milhares de índios infiéis, aderentes ou cativos, desde Caamo até Taiaçuapé, sobrecarregavam a bandeira, nas paliçadas que atrás ficavam. Foi, talvez, a veterana belicosidade do irmão Bernal, recebendo à bala a bandeira paulista, que precipitou a sanha deshumana dos mamalucos. Refere o padre Borôa, em sua Ânua de 4 de março de 1637, que, em um "posto da redução, encontrou uma índia que estava agonizando" e não podia falar, mas, "auindola dado una poca de agua envinada hablo y *dijo era Cristiana y que los Portugueses la auian captivado por engano* y le llevaban su madre y her.os cativos, y a ella auian dejado en aquel sumo desamparo" (3). A afirmação do austero superior dos jesuitas

(1) Nos outros documentos não existem referências a essa carta de Raposo Tavares. Mas, em 1641, o capitão Manuel Perez, em Mbororé na carta que dirige aos padres, faz alusão a ela quando se refere à resposta que espera, "e não seja a que se deu a Antonio Raposo Tavares, em Jesus Maria, e V. P.es muito bem sabem o que disso resultou, o que entendo não farão V. P.es". B. N. I, 29, 1, 93.

(2) Ânua padre Borôa — B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

(3) Ânua padre Borôa — B. N. Mss. I, 29, 1, 66.

presta-se à interpretação que não condiz com outras referidas, mas que convem registar em honra da verdade.

Terminada a refrega, que foi dura, ficaram em poder dos bandeirantes muitos índios cristãos, entre os quais os moços "que serviam aos padres" e a mulher do capitão Antonio cacique principal de Jesus Maria. O padre Romero "tratou com o capitão (Raposo Tavares)" de resgatar alguns cativos, "dieron algunos pero en lo principal q' intento q' fue resgate de la muger del cap.n (Antonio) fueron fementidos, pues aviendola cojido en su proprio pueblo de q' era cap.n su marido y caciq' muy principal y recebido muy gran resgate ultimam.te no la quisieron dar y desta manera se llevaron muchas mujeres xpianas casadas" etc. (1). Houve, porem, da parte dos mamalucos alguns gestos de piedade cristã. Padres, irmãos e índios, depois de cinco horas de combate, vencidos, cansados e feridos, ficaram expostos ao rigor do sol "sin casa porq' ellos se le auian quemado junto con la iglesia y sin quien les diese un jarro de agua porq' ellos auian captivado y muerto hasta los muchachos q' les servian ni ainda quien se compadeciese dellos antes con coraçones de serpientes estavan hiriendo con las lenguas a los q' tenian herido con las manos cargandoles de afrontas y oprobios hasta q' finalm.te *aquel dia o el seguiente uno menos cruel les hiço hazer una chozuela en q' se recojieron*" etc. (2).

As ânuas originais do padre Borôa que refletem ainda a impressão dos primeiros momentos, e o carater austero do jesuita, sobre as quais, exclusivamente, baseamos a relação dos acontecimentos, divergem, em parte, dos autores conhecidos, desde Montoya, no que se refere ao ataque a Jesus Maria, e o excesso de crueldades, "Espadas, machadinhas e alfanges que derribavam cabeças, truncavam braços, desjarreteavam pernas, atravessavam corpos" etc. (3), dos índios que fugiam do fogo pelo buraco que abriram os mamalucos na parede do templo "para dar um escape aos que iam morrer abrazados". A história é mais simples, se bem que deshumana. Vendo os padres que a igreja se abrazava e os índios, mulheres e crianças que alí estavam iam morrer queimados, e mesmo, "*no pudiendo ya los her.os disparar los arcabuces,* por estar desangrados y auer tanto q' duraba la pelea pidieron paces" (4) e "enfin, *lebantando un pañuelo un P.e les dijo q' mirasen si eran Xpianos q' bastava ya y viniese paz, dieronle* y fue la de Judas porq' captivaron y mataron muchos de aquellos pobres y sus mujeres, etc. (5)

Atendo-nos da melhor forma possivel aos documentos que compulsamos, com toda a isenção de ânimo, procuremos fazer a súmula desses acontecimentos dolorosos que, vistos hoje, à distância desses tempos bárbaros, avultam em deshumanidade.

Quando a bandeira de Raposo Tavares, pelas oito horas da manhã do dia 2 de dezembro de 1636 chegou à vista da redução de Jesus Maria,

(1) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.
(2) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.
(3) Montoya. *Conquista Espiritual* 280. Jaeger — *Inv.* 38, 1.ª.
(4) B. N. Mss. I, 29, 1, 66.
(5) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

encontrou-a transformada em uma praça de guerra. Cobrindo-a, por um dos flancos acessiveis, havia uma muralha de taipas, terminando por um forte. "Vendo os padres e irmãos que estavam cercados, e que os portugueses e tupís pegavam de suas armas, disparando seus arcabuzes, e atirando suas flechas, começaram a defender-se, animando os índios que estavam em sua companhia e defendendo-os com alguns mosquetes que atiravam os padres e irmãos e dois ou três índios que entendiam alguma cousa disto. Não se atreveram os portugueses e tupís a acercar-se muito da casa e cerca dos padres" (1). Coube a um índio defender uma parede do forte e o fez com tanta valentia com um mosquete, que espantava. Achava-se entre as índias que se recolheram à igreja uma de ânimo varonil que saia de quando em quando para animar aos índios e não se satisfazendo seu ânimo e valor em somente animá-los com palavras, fê-lo com a ação pois tomou uma camiseta de um índio e pondo-a sobre o vestido, armada de uma lança, e vendo que um tupí queria entrar pela porta do forte, defendeu-a a lançadas, e tantas lhe deu que, o deixou alí por morto; depois, correndo a uma e outra parte do forte, onde supunha haver perigo, avisava a uns e outros sobre a pontaria que o inimigo lhes fazia, e resistia aos que procuravam se aproximar.

Estes e outros atos heroicos levou o padre superior a notar "que era tanto o ânimo com que se defendiam, que não pareciam senão soldados veteranos e experimentados em semelhantes encontros, animando-se uns aos outros sem fazer caso da multidão do inimigo, nem do sangue que derramavam das feridas recebidas, mas, pelo contrário, isto mesmo lhes dava mais ânimo e brio". E teve ainda por milagroso o fato de "haverem podido sustentar o combate quatro religiosos somente, cerca de cinco horas (pois os demais pouco faziam)" e "não se deve ter por menos maravilhoso o não terem morrido, sendo tantos os tiros de mosquetes e arcabuzes e tanta a flecharia, que apenas descobertos em uma ou outra parte em que eram vistos, eram logo alvos de seis ou sete dos inimigos" (2).

Forte e tenaz a resistência que encontraram os bandeirantes. Ao primeiro ataque, mulheres, crianças e alguns índios não combatentes refugiaram-se na igreja, que era coberta de palha e paredes de taipa, emquanto os padres, irmãos e índios de guerra, armados de arcabuzes, flechas e tacapes, se abrigavam na muralha e forte, feitos de "buenas tapias", a que se seguiam cercas de paus muito delgados. Alguns retardatários procuravam refugiar-se na igreja e casa dos padres, sendo alvos dos primeiros disparos dos assaltantes. E o irmão Antonio, com alguns tiros, os ia amparando e matando alguns contrários "en defensa natural". Enquanto se desenrolava a batalha, os que estavam na igreja, em altas vozes, rezavam as suas orações (3).

Ao iniciar-se a peleja recebeu o irmão Antonio Bernal um ferimento de bala no dedo mínimo da mão esquerda, tendo o projetil atingido o estômago sobre a imagem da puríssima Conceição de Nossa Senhora,

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 66.
(2) B. N. Mss. I, 29, 1, 66.
(3) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

de que lhe ficou o sinal, fazendo-o deitar algumas golfadas de sangue. "Pouco depois levava o irmão Cárdenas outro balaço, não menos milagroso que o anterior, pois a bala, passando pelo peito do lado esquerdo para o direito, rompeu a sotaina sem tocar o colete até encontrar o braço direito que passou de parte a parte". Outro balaço recebeu o mesmo irmão, de que ficou o sinal, sem o ferir. O padre Romero foi quase atingido por uma bala que lhe passou junto ao rosto, e foi matar um rapaz que estava a seus pés. E o padre Mola teve a cabeça ferida por uma bala pequena de chumbo que se alojou entre o couro e o casco.

"Vendo os portugueses a resistência que se lhes opunha, e o valor com que os padres e irmãos defendiam sua gente e embora aqueles fizessem destroço e matassem muitos dos que estavam dentro da cerca, casa e igreja dos padres, e que não estavam tão a salvo que não houvessem perdido já muitos dos seus índios e alguns portugueses com as balas e flechas dos nossos, puseram fogo por duas vezes à igreja, arrojando-o nas flechas, e pela segunda vez que o fizeram conseguiram abrazar a igreja e a casa dos padres, de que se salvaram poucas cousas, causando confusão as lamentações da chusma, calor do dia e fogo, flechas e balas que choviam no cerco" (1).

Cinco horas durava a refrega e foi quando os padres capitularam, erguendo um lenço branco e pedindo paz, suspendendo logo os bandeirantes o ataque que já lhes custara, segundo o padre Borôa, a vida de cinco paulistas e muitos feridos, inclusive 50 tupís que "en esta refriega cairan".

Não constam dos documentos paulistas (*Inv. e Test.*) os nomes desses cinco bandeirantes mortos e, somente, o de Pasqual Neto, que aí deve ter sido ferido, pois, no dia 9 desse mês fazia, em Jesus Maria de Ibiticaraiba, um codicílio a testamento anterior e já era falecido a 20, quando se procedeu a leilão de seus bens. Os jesuitas não nos dão tambem o número de seus feridos e mortos, poucos, aliás, excluindo a lenda da chacina não referida.

A igreja foi destruida pelo incêndio ao meio dia, e, tendo os padres capitulado, sem condições, uma hora depois entrava Antonio Raposo Tavares, à frente de sua bandeira, no povoado, localizando a sua força nas paliçadas e forte que alí encontrou e que, mais tarde, ainda reforçou com outras defesas. Os padres e irmãos ficaram presos sob palavra, podendo, no entanto, locomover-se. E tanto assim que, "embora os padres ficassem bem cansados e moidos e os irmãos feridos e fracos com o sangue que haviam derramado dos ferimentos, tendo-lhes dado permissão aqueles cruéis tiranos, depois de tê-los afrontado com palavras injuriosas, sairam para enterrar os corpos dos mortos que haviam por alí, ocupando-se com isto o padre Pedro Romero e os irmãos (Antonio Bernal e Juan de Cárdenas), e o padre Pedro de Mola foi pelo campo em busca dos feridos dos próprios inimigos, confessando os cristãos e batizando os infiéis que haviam trazido em seu auxílio, sem fazer caso do trabalho passado nem das feridas que tinha (2). Alguns moços, cate-

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 66.
(2) B. N. Mss. I, 29, 7, 29.

quistas e ajudantes dos padres, iam tambem pelos banhados ajudar índios enfermos, cativados pelos bandeirantes, a bem morrer.

Entrando na redução, os paulistas saquearam parte das alfaias e, abrindo "uma caixa dos padres, tiraram dela alguns papéis e um de muita importância, fizeram pedaços do livro de batismo e casamentos, de que ficaram só uns cadernos. Mais tarde devolveram algumas cousas, outras não" (1).

Ao terceiro dia da detenção dos padres (5 de dezembro) depois de por a salvo em Santa Ana parte de sua gente, apareceu em Jesús Maria, em socorro aos padres, o padre Juan Agustin de Contreras, cura de São Cristovão, redução que ficava sobre o Rio Pardo, cerca de 17 km de Jesús Maria. Já conhecia o padre Contreras o chefe Raposo Tavares, com quem anos antes, em Guaira, tivera contacto em defesa de índios apresados. Ou porque atendesse às solicitações do padre Contreras, ou, o que é mais certo, segundo referem os documentos "para ter ocasião e lugar de destruir a redução de São Cristovão", ao quarto dia de detenção (6 de dezembro) consentiu Tavares que os padres e irmãos se retirassem para outras reduções.

Mas, no dia anterior, coincidindo com a chegada do padre Contreras despachou o chefe bandeirante uma força para São Cristovão, onde cativou vários índios que andavam escondidos pelos matos, os moços que serviam na igreja e apreendeu muitos objetos da casa, inclusive um pano de cor de grande valor, bem como produtos das lavouras e "umas vaquinhas" que mataram.

A instância do padre Contreras consentiu Tavares o acompanhassem um ou dois dos catequistas que haviam sido presos com os quais o padre retirou-se para Santa Ana, onde já estavam o padre Romero e seus companheiros. Deixava aquilo "deserto e os portugueses senhores daquela redução e suas chácaras como eram já da de Jesús Maria, de onde saltam a correr a terra e cativar os índios das reduções que andavam foragidos pelos matos" (2).

Ampliando o seu raio de ação, de Jesús Maria, onde fizeram outras paliçadas em que eram concentrados os índios cativos na região, os bandeirantes mandavam destacamentos em todas as direções. São Joaquim, que ficava ao norte de Jesús Maria, e de onde os padres já haviam retirado os habitantes, recebeu tambem a importuna visita.

Concentraram-se em Santa Ana, que ficava à margem esquerda do Jacuí, os índios e padres das reduções atacadas pelos paulistas. Em 15 dias puderam os padres e irmãos organizar um exército superior a 1.600 homens de guerra com o qual julgaram opor resistência a Raposo Tavares que assentara o seu Real em Jesús Maria, dominando assim as reduções da Serra. Poucos dias antes do Natal moveu-se o exército dos neófitos e tomou posição na redução de São Cristovão, que ficava a três léguas de Santa Ana (cerca de 17 km).

E' o padre Borôa quem descreve a ação : "sentiram tanto os portugueses que estes pobres se juntassem para defender suas terras e

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 66.
(2) B. N. Mss. I, 29, 1, 66.

povos, como se a eles tirassem suas povoações de Portugal ou Brasil, que sairam de sua paliçada ou fortaleza, com bandeira e caixa, como haviam acometido a redução de Jesús Maria, para destruir São Cristovão, que invadiram hostilmente, no dia santo de Natal. Mas, os índios serranos brigaram com tanto valor que, por duas vezes, rechassaram os inimigos e, depois de pelejar quatro horas e meia, já estando uns e outros cansados, ao cair da noite, ficaram eles em pior posição, e se os nossos tivessem umas duas dezenas de espanhóis, que interviessem com suas escopetas, ou lhes viesse um refresco de mais 300 índios, não ficaria deles quem desse notícia" (1).

À noite, destroçados os índios, que alí deixaram perto de 20 mortos e grande número de feridos, sob as ordens dos padres e do irmão Antonio "q' solamente assistieron a la pelea, encomendandoles a N.º P.e", retiraram-se para Santa Ana, onde ficara o padre Josef Orégio, afim de tratar dos feridos que levavam.

Os paulistas que haviam poupado a igreja de S. Cristovão, "que era mui linda, toda caiada", queimaram-na juntamente com a casa dos padres, destruindo, assim, a redução. Em seguida retiraram-se para Jesús Maria.

Em face da insegurança que oferecia agora a redução de Santa Ana, o padre Antonio Ruiz de Montoya, provincial, que alí chegara, resolveu, com o parecer unânime dos padres, se retirasse o povo para Natividade, quatro léguas adiante, isto é, mais ou menos 23,5 km, e a qual ficava à margem direita do Igaí (Jacuí), barreira natural, pela dificuldade de o transpor. Até aí, porem, chegavam as incursões de destacamentos da bandeira que se transportou para Santa Ana, onde levantou sua fronteira de guerra. Cativou Raposo Tavares muita gente que por amor de suas chácaras alí ficara, e fez larga provisão para reabastecer o seu exército.

Em fins de janeiro chegou a Natividade o padre superior Diego de Borôa com o padre Diego de Alfaro, que substituiria como provincial o padre Antonio Ruiz. Este, o padre Romero e muitos outros, que alí se haviam reunido, organizaram a defesa da redução, porque era voz corrente que Tavares se dispunha tambem a atacar Natividade. Ao quarto dia da chegada do superior um índio que conseguira fugir do real de Tavares, levou a Natividade a notícia de que os bandeirantes se dispunham a abandonar as reduções da Serra. Julgaram os jesuitas fosse a nova um estratagema de guerra, para colhê-los desprevenidos. Outros informes logo confirmaram a exatidão da notícia. Quatro dias depois, quando à frente de uma força consideravel de índios o padre Borôa passava o Jacuí, soube que os paulistas haviam abandonado Santa Ana e apressadamente estavam saindo de Jesús Maria, em direção ao rio Taquarí. Novas informações precisavam a causa da rápida retirada do inimigo. Os índios infiéis que haviam deixado em duas paliçadas, no rio Taquarí, a 12 ou 14 léguas de Jesús Maria, tinham-se revoltado e morto alguns portugueses que os guardavam. Os bandeirantes procura-

---

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

vam se fortalecer naquela região do Taquarí, onde estabeleceriam seus quartéis de inverno.

À frente de seu exército de catecúmenos, forte de 1.500 homens de guerra, o padre Borôa percorreu as reduções destruidas, sepultando mortos e socorrendo os feridos que encontrou. Foi a Santa Ana, São Cristovão, Jesús Maria e São Joaquim, encontrando por toda parte a destruição e a morte.

Havia pedido, anteriormente, socorro às autoridades espanholas que não só deixaram de atender, como levantaram calúnias contra a Companhia de Jesús. E, assim, "parece acertado tomar o exemplo que nos deram os novos cristãos de Jesús Maria, pois, vendo o perigo em que estavam, quando começou a arder a igreja, todos em coro começaram a rezar o Padre Nosso, como pedindo socorro ao céu, pois não o tinham da terra, e assim peço a V. R. P. e aos meus caríssimos irmãos que me ajudem em suas orações e sacrifícios afim de alcançar de Nosso Senhor o remédio para tantos males, que não se pode esperar da terra, para que não se percam tão gloriosos e apostólicos trabalhos" (1).

Um ano exato esteve a bandeira de Raposo Tavares no sertão, sendo os últimos quatro meses em suas paliçadas no rio Taquarí, pois a 20 de junho, Pedro Leme, o moço, apresentou em cartório, na vila de São Paulo, o inventário de Pascual Neto, morto em Jesús Maria, onde ele próprio o fizera como "escrivão do arraial". Por este inventário e pelo de Braz Gonçalves, o velho, se pode organizar a nominata de mais de 30 paulistas componentes da bandeira de Raposo Tavares. Alem dos dois inventariados, do capitão e do loco-tenente da bandeira, Antonio Raposo Tavares e Diogo Coutinho de Melo, conhecem-se mais os alí referidos : Alberto de Oliveira, Antonio Faria Albernaz, Antonio Pedroso de Freitas, Baltazar de Godoi, Baltazar Gonçalves Vidal, Domingos Borges Cerqueira, Duarte Borges, Estevão Fernandes, o moço, Fernando de Godoi, Francisco de Chaves, Gaspar Maciel Aranha, Gaspar Vaz Madeira, Jerônimo Rodrigues, José de Camargo, João de Godoi, João Maciel Bassão, João Machado, João Nunes Bicudo, João Rodrigues Bejarano, Luiz Feio, Mateus Neto, Miguel Nunes, Paulo Pereira, Pasqual Leite, Pero Leme, Rafael de Oliveira, o moço, Simião da Costa, aos quais se pode acrescentar Braz Esteves, grande sertanista, "que esteve tambem no assalto a Jesús Maria" (2), o que confirma a observação do autor do *Bandeirismo* que conseguiu encontrar, entre os numerosos índios de que se compunha a bandeira, oito pertencentes a Braz Esteves Leme, tio de Pero Leme, o moço, da lista supra".

4 — *Bandeira de André Fernandes*

Aberta a porta do Tape e Uruguai às incursões bandeirantes que se sucedem quase ininterruptamente, logo se aprestam, em São Paulo, novas expedições que demandam o sul. A segunda bandeira que penetra o território riograndense, surdindo pelo Caamo (campos da Vacaria)

---

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 66.
(2) B. N. Mss. I, 29, 2, 53.

e atravessando o Caágua (Cima da Serra) em maio de 1637 já estava sediada no Taquarí, como se depreende do inventário de Gaspar Fernandes, (26 de maio), de João Preto (8 de junho) e de Manuel Preto, o moço, de 2 de julho deste ano.

Teve dela notícia o padre Pedro de Elguete, vice-reitor do Colégio de Buenos Aires, pois lhe avisaram do Rio de Janeiro que "son trecientos los portugueses que an entrado de S. Pablo sin otros muchos que de toda aquella costa salian de nuebo en barcos a saquear y destruir las dichas reducciones" (1). Em outro informe de D. Mendo de la Cueba, governador de Buenos Aires, datado de 20 de agosto de 1638, se diz que os portugueses de São Paulo e demais costas do Brasil que haviam entrado eram em número de 370, pouco mais ou menos, com grande quantidade de tupís, os quais, *divididos em várias tropas e bandeiras*, investiam e destruiam a ferro e fogo as reduções (2). Diz Teschauer que eram 260 os paulistas, "cifras certamente muito exageradas" comenta Ellis que dá para a bandeira mais de uma centena de piratininganos. Como veremos, os documentos de origem jesuítica dão para o contingente que estava em Caaçapamini *trinta paulistas*, enquanto Teschauer confirma que foram 260 os atacantes de Santa Teresa.

Diz o Dr. Ellis que foram organizadores desta bandeira "os membros das famílias mais importantes de São Paulo quais as dos Buenos, dos Cunha Gagos e dos Pretos irmãos sobrinhos e filhos do velho sertanista Manuel Preto, falecido em 1630, na luta contra os jesuitas espanhóis de Guaira" (3). Tinha ela como chefe o capitão Francisco Bueno, irmão de Amador Bueno e como imediato o capitão Jeronimo Bueno, seu irmão.

A relação de parte dos que a compunham, segundo os inventários procedidos no sertão é a seguinte:

João Preto, Manuel Preto, o moço, Gaspar Fernandes, Estevão Gonçalves, Capitão Francisco Bueno, cabo da tropa, seu irmão capitão Jeronimo Bueno (imediato) e seus sobrinhos Amador Bueno, o moço, e Antonio Bueno (filhos de Amador Bueno, o aclamado) e Lazaro Bueno (não mencionado pelos linhagistas) Henrique da Cunha Gago, o moço, e seus irmãos Manuel da Cunha Gago, e Francisco da Cunha, Manuel Preto, o moço, e seu tio João Preto e seu primo Gaspar Fernandes Preto, Domingos Garcia, Miguel Garcia Rodrigues, Baltazar Gonçalves Malio e seu filho Estevão Gonçalves, João Paes Malio, Antônio Ferreira Malio, Gregório Ferreira, Francisco de Siqueira, Antonio de Siqueira, Sebastião Mendes, Diogo Aros, Antonio Ribeiro, Bernardo da Mota, Antonio Cordeiro Porto, Pero Vidal, Antonio Botelho, João Fernandes e Antonio Dias Carneiro (4).

Pelos documentos jesuíticos referentes a essa bandeira, adiante insertos, pode-se acrescentar à lista mais seis nomes alem dos de Jeronimo Bueno e um dos Pretos (fulano?) que deles constam. São os de André Fernandes, cabo da tropa que destruiu Santa Teresa; capitão Antonio

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 86.
(2) Mandado de D. Mendo de la Cueba. B. Aires, 20-VIII-1638. B. N. Mss. I, 29, 1, 90.
(3) A. Ellis Junior. O *Bandeirismo paulista* cit. 87.
(4) Inv. e Test. de S. Paulo, ap. Ellis, 87.

Pedroso, capitão Domingos Alvares, capitão Francisco de Paiva, capitão João Raposo, capitão Jeronimo Bueno um dos Pretos (fulano ?) e Baltazar Gonçalves.

Perfeitamente identificada pelo ilustre historiador paulista, essa bandeira deveria ter saido de São Paulo em princípios de 1637, e, no sertão do rio Taquarí, teria morrido o bandeirante Gaspar Fernandes, em 26 de maio. Em junho e julho se procedem aos inventários de João e Manuel Preto, o moço, mortos tambem no sertão do rio Taquarí.

Estabelece aí os seus quartéis de inverno, aproveitando, provavelmente, as paliçadas construidas pela tropa de Raposo Tavares que, nessa época, estaria de regresso a São Paulo. Percorre a bandeira o mesmo itinerário do desbravador de Ibiaça e Tape, isto é, Caamo e Caágua, que assola, levando cativos para o Taquarí grande número de índios apresados nessas regiões.

Mas, só em fins desse ano de 37, depois de transposto o rio Taquarí, aparecem nas antigas reduções do Tape. E' certo, porem, que uma grande parte, conduzindo a preia, aliás volumosa, da província de Ibiaça, haja tornado a São Paulo, onde aparecem em 1638 alguns componentes dela, como Amador e Antonio Bueno, que alí se casam nesse ano.

A outra parte, que depois se divide em duas colunas, tendo como chefes os capitães Jeronimo Bueno e André Fernandes, dirige-se, para a redução de Santa Teresa, onde se separa, seguindo a tropa comandada pelo cap. Jeronimo Bueno para as reduções do Ijuí.

Não resta dúvida de que, transposto o rio Taquarí, essa bandeira já tinha como cabo principal o capitão André Fernandes, que substituiria o capitão Francisco Bueno, morto no sertão, em 1637, e cujo inventário só foi procedido em 1639, "por razão de se esperar pelo testamento do defunto pelo trazer seu irmão Jeronimo Bueno e até agora não é chegado nem novas dele" (1). Todos os documentos de origem jesuítica-espanhola o atestam, embora a esse bandeirante não se refiram as peças arquivais paulistas. E a prova de que a bandeira era a mesma que saiu de São Paulo, sob o comando do capitão Francisco Bueno, está no fato de juntarem os jesuitas aos nomes de André Fernandes, e outros notaveis próceres piratininganos, o de Jeronimo Bueno, assinalado nas paliçadas de Caaçapaminí.

Em carta de 4 de janeiro de 1638, o padre Simão Maceta, que está em Corrientes, pede socorros ao governador de Buenos Aires dizendo "que o padre comissário (Diogo de Alfaro), por duas ou três cartas suas, datadas das reduções do Tape e Caró, me mandou viesse a esta cidade e pedisse, suplicasse e requeresse a V. M., dando-lhe relação como os portugueses haviam entrado pelas ditas reduções do Tape, e por seu caudilho André Fernandes, com ânimo de assolar todas aquelas reduções da província do Uruguai, jurisdição deste governo e de fato destruiram a redução de Santa Teresa" etc. (2). Em 19 de fevereiro, em Caaçapaminí, a primeira pessoa referida na excomunhão notificada pelo padre Alfaro aos paulistas é o capitão André Fernandes (3).

---

(1) Inv. Test. IX, 35. Ellis — *Bandeirismo*, 93.
(2) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.
(3) B. N. Mss. I, 29, 1, 83.

E o mesmo se diz na declaração de Ventura Diaz, feita perante as autoridades de São Tomé, em 21 de outubro de 1669 (1). Mas, a notificação pessoal da excomunhão, levada à paliçada bandeirante, foi recebida pelos capitães Francisco de Paiva, Antonio Pedroso e João Raposo, pois parece que o caudilho principal da bandeira, André Fernandes, estaria ainda em S. Teresa.

Foi no dia 23 de dezembro de 1637, segundo Azara, ou véspera de Natal, como quer Teschauer (2), que o capitão André Fernandes, à frente de sua tropa chegou à vista de Santa Teresa, magnífica povoação que tinha mais de 4.000 índios aldeiados. Eram curas da redução o padre Francisco Ximênes e padre Juan de Salas, cujos trabalhos apostólicos tinham grangeado resultados dignos de nota. Alem dos catecúmenos antigos haviam afluido para Santa Teresa, localizada nas pontas do Jacuí, proximidades da atual cidade de Passo Fundo, inúmeras tribus que demoravam pela província de Ibiaça, regiões de Caamo e litoral atlântico. Parece, tambem que à aproximação dos invasores muitas famílias, que ainda estanciavam pelas proximidades de São Joaquim, houvessem ido procurar refúgio naquela redução.

Sem opor resistência, entregaram-se os habitantes, que foram logo mandados recolher às paliçadas construidas alí pela força de André Fernandes. E aos padres Ximênes e João de Salas deu o chefe autorização de se retirarem, o que fizeram em seguida. Ao chegarem os paulistas ao povoado o padre Ximênes tinha escrito um bilhete ao padre Palermo, que estava na redução dos Mártires de Caró, dizendo "que os portugueses haviam dado sobre a redução de Santa Teresa, haviam-na destruido e que se acercavam da de Caaçapaguassú (Apóstolos), com o mesmo intento". Foi o padre Palermo a Apóstolos, e "encontrou já muito reduzida a gente que alí estava, e todos mui alvorotados, porque os portugueses já vinham perto, o que ocasionou a fuga de quase todos os índios dessa redução e de outras. Perderam-se assim muitas alfaias, bens, alem de gados maiores e menores. Depois disto, o padre Paulo Palermo, por ordem superior, juntamente com o padre Gaspar de Siqueira e irmão Antonio Bernal, foi à redução de Santa Teresa para auxiliar os padres que alí estavam a trazer as suas coisas e, no caminho, lhes sairam à frente seis ou sete portugueses com alguns tupís, todos armados com alfanges, rodelas, escupís e escopetas, com as quais apontaram aos padres e seus companheiros, no intuito de arcabuzá-los. Em seguida, tomaram-lhes os índios que os acompanhavam, maltratando-os com palavras, ferindo-os com os alfanges e querendo se apossar das cousas que levavam para a viagem. A muito custo, conseguiram livrar-se dos portugueses e, tendo caminhado mais algum tempo, encontraram adiante os padres Ximênes e João de Salas, que vinham se retirando de Santa Teresa. E por eles souberam que os mamelucos haviam destruido aquela redução e cativado grande número de índios, obrigando-os a abandonar, alí, mais de 500 cabeças de gado vacum, que havia na redução e outras

(1) B. N. Mss. I, 29, 2, 53.

(2) Diz o padre Jaeger que "parece ter sido no dia 18 de dezembro". *As invasões* — 46, 1.ª.

cousas de muito preço" (1). O irmão Antonio Bernal confirma a declaração do padre Palermo, feita em 4 de fevereiro de 1638. E ambos informam que andavam com os portugueses que atacaram as reduções, "desde Santa Teresa até Piratiní", entre outros, André Fernandes (2), Baltazar Fernandes (3), fulano Payva (4), fulano Pedroso (5), Domingos Alvares (6) e fulano Prieto (7).

---

(1) "Auto del p.e Diego de Alfaro Com.o del/Santo Oficio sobre q' informen los trabajos que pa/decen los indios en las imbaciones delos portugueses/y informe q' da el p.e Pablo Palermo y el / hermano Antonio Bernal fecha en/ 4 de febrero de 1638. B. N. Mss. I, 29, 1, 81. Original e autógrafo.

(2) O capitão André Fernandes não é referido nos documentos oficiais paulistas, desconhecendo-se até agora sua atuação como cabo dessa bandeira, cujo comando assume, provavelmente, depois da morte de Francisco Bueno. Azevedo Marques (*Apontamentos históricos* etc. *da Prov. de S. Paulo*, I, 14) nos dá notícia do insigne bandeirante. Paulista de nascimento, filho de Manuel Fernandes Ramos e Suzana Dias, o capitão André Fernandes foi o fundador de Parnaiba em fins do século XVI, ou princípios do XVII. Fez várias entradas no sertão com seus indios para descobrimento de metais, por ordem régia. Nada nos diz o cronista sobre a bandeira que identificamos, mas refere que no testamento com que faleceu sua mulher D. Antonia de Oliveira, declarou que "as muitas pessoas indigenas que estavam sob a administração do casal, tinham vindo espontaneamente do sertão atraidas pelo bom tratamento que lhe dava seu marido o capitão André Fernandes. "Deixou de seu casamento um único filho legitimo o padre Francisco Fernandes de Oliveira, ordenado no Paraguai, e que foi durante muitos anos vigário de Parnaiba. Alem deste teve mais seis filhos naturais que reconheceu.

(3) Baltazar Fernandes, irmão de André Fernandes, foi o fundador da cidade de Sorocaba, cuja primeira capela edificou à sua custa. Foi homem de avultadas posses, em que se contavam 12 sesmarias, plantações de algodão e trigo e mais de 400 índios a seu serviço. Foi casado com D. Izabel de Proença, filha de Antonio Castanho da Silva e de D. Felipa Gago, das principais famílias da terra e teve desse consórcio 12 filhos, dos quais três varões que foram os capitães Manuel e Luiz Fernandes de Abreu e Antonio Fernandes de Abreu. Morreu o capitão Baltazar Fernandes em 1660, em Sorocaba. (Azev. Marques. *Apont.* cit. I, 43/44).

(4) *Fulano Payva* — Em outro documento, o *Auto de excomunhão*, do padre Alfaro, adiante referido (B. N. Mss. I, 29, 1, 83) encontra-se todo o nome: Capitão Francisco de Paiva, que não consta tambem dos documentos oficiais referentes à bandeira dos Buenos, não sendo por nós encontrado na *Genealogia Paulistana*, de Silva Leme.

(5) *Fulano Pedroso*. Capitão Antonio Pedroso, como se verifica de outra citação. E' Antonio Pedroso de Barros, notavel sertanista, que faleceu em 1652 com testamento, e foi potentado pelo número de 600 índios que tinha em suas fazendas (*Geneal.* 3.°, 444). Era filho do capitão-mor governador Pedro Vaz de Barros e de sua mulher Luzia Leme, e neto materno de Fernão Dias Paes e de Lucrécia Leme.

(6) *Domingos Alvares* — Capitão, da gente de prol de S. Paulo, de quem não encontramos mais referência.

(7) *Fulano Prieto* — A familia Preto singulariza-se pelas suas atividades como bandeirantes. Por várias vezes são os seus componentes citados nestas páginas, e referidos em documentos jesuíticos. Teem origem em Antonio Preto, natural de Portugal, que veio para S. Vicente, em 1562, acompanhado de seus filhos João, José, Sebastião, Manuel, Inocêncio e Domingos Preto, sendo alguns grandes preadores de índios. Entre estes: João Preto, solteiro, que morreu a 8 de junho de 1637, fazendo parte da bandeira de Raposo Tavares, no sertão do Rio Grande; Manuel Preto, que foi um dos chefes da bandeira que assaltou as reduções de Guaira, em companhia de seu irmão Sebastião Preto. Manuel Preto, o moço, filho de Manuel Preto, fazia parte da bandeira de Raposo Tavares e faleceu, em 2 de julho de 1637,

Segundo Charlevoix, Techo e outros autores jesuitas, no dia de Natal entraram na igreja os bandeirantes que, com velas na mão, assistiram às três missas ditas pelo padre Francisco Ximenês, o qual, subindo ao púlpito, exprobou a injustiça e crueldade com que eles tratavam os índios. Ouviram-no eles com calma e, finda a prática, restituiram dois ajudantes de missa que haviam cativado. Mas, apesar dos rogos dos jesuitas não consentiram em libertar outros índios da redução.

Santa Teresa de los Pinales, ou *Curití*, como a denomina o padre Alfaro, estava em situação vantajosa para se tornar um interposto de aprovisionamento de futuras bandeiras que demandassem as doutrinas jesuíticas. Já então, aberto pelos índios, um caminho a ligava a São Carlos do Caapí e outras aldeias cristãs da bacia do Ijuí. Assinalada no mapa de Carafa, essa via de penetração entrava no Rio Grande do Sul, acima da foz do Ijuí, perto da redução de Assunção, continuava pelos atuais campos de Santo Cristo (Caapí) e Santo Angelo, pela divisa de águas entre Ijuí e Carandaí, atravessava o Campo do Meio e penetrava pelas pontas do Uruguai em Santa Catarina, a sair no litoral acima do rio Tijucas (1).

Compreendeu o capitão André Fernandes a impôrtancia estratégica da povoação. Não a destruiu, como dizem os jesuitas, mas organizou aí os seus quartéis de inverno, plantou roças, ergueu paliçadas e a ocupou definitivamente. Dois índios alí cativados em pequenos, 30 anos depois ao fugirem de São Paulo, em 1669, informam perante o corregedor de S. F. Xavier, que "nos Pinhais, junto ao povo que foi de Santa Teresa, destruido por André Fernandes, e que não está muito distante daquí, se havia fundado um povo de índios cujo cura era o filho do dito André Fernandes, onde se juntavam os portugueses que saiam de São Paulo para as malocas : alí se aviam de comida e de todo o necessário para ida e volta" (2).

O padre Francisco Fernandes de Oliveira, filho do cabo bandeirante, que ficou administrando Santa Teresa, havia sido pelo pai confiado ao governador do Paraguai D. Francisco de Céspedes, cuja esposa, D. Vitória de Sá, fora para alí levada por André Fernandes. Francisco havia se ordenado naquela provincia (3).

---

no sertão do Taquarí, cf. *Inv.* e *Test.* cit. Na bandeira em referência, alem de João e Manuel Preto, havia um outro, que é o referido na excomunhão do padre Alfaro. E ainda em 1656, em companhia de Pasqual da Ribeira e Francisco Cordeiro um outro Manuel Preto é preso pelos índios de Japejú quando, no território riograndense, apresava índios, nas proximidades do Jacuí. Dos filhos de Domingas Antunes, filha do tronco, que foi casada com Gaspar Fernandes, exerceram atividades nas bandeiras do sul, onde encontraremos seus nomes, Sebastião Fernandes, Inocêncio Fernandes e Gaspar Fernandes Preto. Refere a *Geneal.* (8.°, 283) que um dos filhos de Inocêncio Preto, de nome Antonio Preto, "com 38 anos em 1647, estava no sertão sem dar notícias de si e não sabia se era vivo ou morto". Sebastião Preto e seu filho Antonio Preto tiveram tambem participação em bandeiras que se dirigiam para o sul.

(1) Rego Monteiro — *As primeiras reduções jesuíticas*, cit. — Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul,1.° Trim. Ano XIX — 27.

(2) B. N. Mss. — *Declaracion de los indios* etc. 21-X-1669 — I, 29, 2, 53.

(3) Basílio de Magalhães — *Expansão geográfica* — 119. Cf. Taunay — *Hist. Geral das Bandeiras.* 163.

Terminada a ocupação de Santa Tereza, mandou o caudilho André Fernandes que um destacamento de 30 a 40 paulistas, apoiado por mais de 1.000 tupis e índios amigos fosse assolar as reduções do Ijuí, cativando os cristãos ou infiéis que alí encontrasse. Esse grupo parece teria por comandantes os sertanistas capitães Francisco de Paiva e Antonio Pedroso, se bem que outros paulistas de prol dele fizessem parte.

Em 4 de janeiro, o padre Simão Maceta, já em Corrientes, diz ter recebido três cartas do padre Alfaro, datadas do Tape e de Caró, solicitando o socorro dos espanhóis (1). E um mês exato depois, 4 de fevereiro, em sua declaração, ao voltar de Santa Tereza, o irmão Bernal declarava que "sabia que os bandeirantes que enumerava estavam na redução de Apóstolos" (2). Tinham já passado por São Carlos do Caapí que ficava, aproximadamente a 20 klms. de Santa Tereza. Magnífica fora aí a prêa de índios que, para não avolumar a bandeira, haviam sido remetidos às paliçadas de Santa Tereza. Em Apóstolos, Caaçapaguassú, 15 léguas de 17 ½ ao grau, alem de São Carlos, houveram tambem consideravel presa. Daí rumou o contingente para a redução destruida de Candelária, nos campos de Caaçapaminí, onde ficou até o fim do mês de fevereiro, depois de ter feito incursões por Caró, não constando, porem, que chegasse até S. Nicolau. Localizados em Candelária, fortificaram-se os paulistas em grandes paliçadas, a que recolhiam os índios cativados na região. E nestas paliçadas estiveram até fins de fevereiro.

Neste entretempo, dizem os historiadores, embora silenciem os documentos que temos em mão, o padre Diogo de Alfaro que pessoalmente fora ao encontro dos bandeirantes, teria organizado um exército de catecúmenos, forte de 1.500 combatentes, "que resistiram desesperadamente, "até que, dada a superioridade numérica dos mamalucos foram postos em fuga. Logo depois foi organizado um outro exército de 1.300 índios cristãos que "resistiram no começo com vantagem aos bandeirantes, mas assustados novamente debandaram até o povoado de Caró ao qual pegaram fogo" (3). Certo, é, porem, o auxílio espanhol de 11 soldados que, sob o comando do mestre de campo D. Gabriel Insaurralde, por ordem de D. Mendo de la Cueva e Benavidez, governador do Rio da Prata, Uruguai, Tape e Ibiaça, acudiu ao apelo reiterado do padre Simão Maceta, em Corrientes.

Chegaram os soldados espanhóis alguns dias antes da retirada que fizeram os mamalucos, levando consigo, sem serem molestados, a chusma de cativos que tinham em suas paliçadas. Em 13 de março, já na redução de "La Limpia Concepción", margem direita do rio Uruguai, muito distante de Caaçapaminí, o comandante e mais soldados do destacamento prestam uma informação sobre o que chamam de "derrota de los portugueses". "Llegamos once españoles que eramos los que venimos a este socorro alos campos de la Red.on destruyda del Caaçapaminí, y alli

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 79.
(2) B. N. Mss. I, 29, 1, 81.
(3) Padre Jaeger *Inv.* cit. 46, 2.ª Ap. Techo, etc. e outros historiadores.

allamos que los indios de las dhas Red.es que los dhos R.os P.es tenian a su cargo tenian acorralados en un monte y paliçada muchos de los dhos Portugueses, con quienes supimos (por cierta relación y información de los dhos R.os P.es y de los caciques y indios principales que alli auia, que eron muchos (auian tenido varias refriegas los dhos indios y despues de auerlas tenido, otros tres dias en el dho cerco, en que trataron de vários medios, conciertos en que nunca quisimos venir ni los P.es, ni los Españoles, ni los caciques y cap.es delas dhas Red.es los dhos Portugueses se huieron y aunque fuimos en su seguimento y alcanse no se le pudimos dar por ser mucha la ventaja que ganaron por detraz del monte, mientras nuestras espias venian avisarnos y assi nos volvimos" (1). Assinam a *certificación* original e autógrafa, o mestre de campo e 11 espanhóis que comandava.

A verdade, entretanto, destoa da informação. Vejamos à luz de outros preciosos documentos.

Justificando a necessidade de dar armas aos índios das reduções, numa informação em que depõem 10 padres entre os quais o austero provincial Diogo de Borôa, Simon de Ojeda, Laureano Sobrino, Vasquez Trujilo e outros, se diz que "os espanhóis uma só vez que se animaram a enfrentar os portugueses, pela insistência dos padres da Companhia, saindo mais de 70 homens (2) com mais de 500 índios amigos, chegando à vista do inimigo, que estava metido em sua paliçada, e não eram mais que *trinta portugueses*, com alguns tupis, não se atreveram a acometê-los, senão que afrontosamente lhes deram as costas e se retiraram" (3). Continua o documento com outros informes de que nos serviremos adiante.

E, realmente, assim foi. Em meados de fevereiro, em São Nicolau de Piratiní, onde se encontra, recebe o padre Alfaro ordem de excomunhão maior, que lhe manda o bispo de Buenos-Aires, para ser notificada aos paulistas que se encontram em Candelária, se continuarem eles a cometer depredações e a cativar índios das doutrinas cristãs. E, em data de 19 de fevereiro, adverte "o capitão André Fernandes, Baltazar Fernandes, o capitão fulano (Antonio) Pedroso, o capitão Domingos Alvares e fulano Prieto", e "otros muchos portugueses e castellanos" (?) contra cédulas de S. M." que não mais entrem nas reduções destruindo-as e cativando índios cristãos, sob pena de excomunhão maior.

Teve lugar a intimação pessoal, nos campos da redução que foi de Candelária de Caaçapaminí, a 25 de fevereiro, estando presentes o mestre de campo Insaurralde, o padre Pedro Romero, o notário apostólico padre Juan Batista Hornos e outros muitos. Chegando à paliçada em que estavam os paulistas, o notário notificou "a Francisco de Paiva e Antonio Pedroso e a outros muitos portugueses, e havendo eles compreendido o que continha a notificação, não quiseram eles ouvi-la. O padre

---

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 85.

(2) Nesse número de espanhóis estavam os 11 soldados regulares do mestre de campo Insaurralde.

(3) B. N. Mss. I, 29, 2, 47.

comissário (Alfaro) em voz alta e inteligivel disse a Paiva e a Pedroso e aos mais portugueses alí presentes lhes ordenava que dentro de 24 horas saissem do território deste bispado e restituissem todos os índios, menores e maiores, homens e mulheres, que teem cativos, de Santa Tereza do Curití, de São Carlos do Caapí, dos Apóstolos de Caaçapaguassú e de outra qualquer redução que fosse, sob pena de excomunhão".

Não quiseram os bandeirantes ouvir o que o padre Alfaro lhes apregoava e, pelo contrário, sem fazer caso da intimação, destruiram as citações que lhes haviam sido entregues, sendo, então pelo padre comissário, cominada a excomunhão. E um dos portugueses, alí presente, respondeu que apelariam da pena, ao que objetou o padre Alfaro que "não obstante qualquer apelação que interpusessem, lhes ordenava todo o sobredito, repetindo *verbo ad-verbum* o que alí estava escrito". O documento é datado de 25 de fevereiro, às 4 horas da tarde, nos campos da redução destruida de Candelária.

Dois dias depois, a 27, o padre Alfaro determinou que novamente se notificasse da excomunhão "aos portugueses de São Paulo", e que, se ainda não quisessem ouvir, fosse notificado dito auto, "a los palos de su paliçada y a las árboles del monte en que la tienen", se os considerando assim, publicamente, por excomungados.

No cumprimento desta ordem, das 9 às 10 da manhã, o notário do padre comissário, padre Hornos e mais as testemunhas padres José Domeneck, Luiz Ernot, e Francisco Ximênes, todos da Companhia de Jesús, se aproximaram da paliçada dos bandeirantes "que está en los campos y montes de la reducion destruyda de Caaçapaminí, y hizo notório el auto y censura del uso al cap.ⁿ Francisco de Paiva, cap.ⁿ Ju.º Raposo y otros muchos portugueses en sus personas que las oyeron, entenderon" e responderam o mesmo que no dia anterior, isto é, que apelariam da excomunhão.

A primeiro de março determinou ainda o padre Alfaro que, pela última vez, o padre Hornos fosse à paliçada dos bandeirantes em companhia de testemunhas, levar-lhes a intimação definitiva de excomunhão maior. Mas o padre já encontrou a paliçada deserta e "nela nenhum português nem outra pessoa qualquer senão o corpo de um homem morto, e soube por assim o haverem dito todos os índios das reduções dos padres da Companhia, que por alí havia, que os ditos portugueses haviam ido de volta a Caaçapaguassú, no dia anterior [derradeiro de fevereiro], e não restituiram os índios cativos, nem pagaram os danos que haviam feito às reduções" (1). Em vista do sucedido, pelo padre superior e comissário foi lavrado um auto para que constasse em todo o tempo,

(1) Esta documentação, original e inédita, que tanto esclarece a ação da bandeira de Caaçapaminí, confundida com a seguinte, que foi derrotada em Caaçapaguassú, como veremos, é uma fonte preciosíssima para identificar a atuação do capitão André Fernandes e de outros grandes próceres do bandeirismo paulista, não referidos nos documentos oficiais de S. Paulo. Tem, na Biblioteca Nacional, Coleção de Angelis, a indicação de I, 29, 1, 83.

"por informação jurídica, que o capitão Francisco de Paiva, capitão João Raposo (1), capitão Jeronimo..." (2).

Como se verifica do próprio processo de excomunhão e das amargas declarações dos padres da Companhia, o mestre de campo Insaurralde e seus 11 soldados nada fizeram em defesa dos índios, embora não passassem de 30 os bandeirantes de Caaçapamini, como ficou conhecida a *razzia* dos paulistas. E tanto é assim que a 13 de março, já em Concepción, faziam os espanhóis as declarações atrás referidas de que os paulistas "depois de vários medios e conciertos en que nunca quisimos venir". "se huyeron y aunque fuimos en su seguimento y alcanse no se le pudimos dar por ser mucha la ventaja que ganaron por detras del monte".

Levando mais de 2.000 cativos esses 30 paulistas, sob o comando de Paiva e Pedroso, abalaram das paliçadas de Caaçapamini, sem serem molestados pelos índios e pelos espanhóis e atingiram à redução de Apóstolos (Caaçapaguassú) e daí, passando novamente por São Carlos de Caapí, reuniram-se ao grosso da bandeira de André Fernandes, que estava em Santa Tereza.

Mas, mesmo aí, não cessou a atividade dos bandeirantes. Conta Montoya, em carta de 30 de setembro de 1638, que um "índio de São Cristovão, que conseguiu fugir aos paulistas, de quem fora prisioneiro, enganou a um tal Pedroso e o trouxe até Capivarí e avisou os de Caratuí, para que lhe fizessem uma cilada. Assim o fizeram e deram sobre os tupís que resistiram, matando quatro tupís e o português (Pedroso) sem disparar seu arcabuz, se meteu no mato e deixou sua linda rede, manta, capote, etc. E é fama de que o mataram alem de Jesús Maria" (3). Se bem que inexata a última parte, mostra entretanto a informação o percurso de volta da bandeira que de Santa Tereza desceria até Jesús Maria, voltando pelo rio Taquarí, como fizera a de Raposo Tavares.

Demorada foi a volta a São Paulo, pois, em fins de janeiro de 1639, não havia notícias da bandeira em que vinha o capitão Jeronimo Bueno, motivo por que não se fizeram as partilhas do inventário de seu irmão capitão Francisco Bueno, morto no sertão, "pelo trazer seu irmão Jeronimo Bueno e até agora não é chegado nem novas dele" (4). Mas, grande parte dela teria voltado anteriormente, como já se referiu páginas atrás.

Consoante afirma em seu magnífico trabalho o D. Alfredo Ellis Jr., devem ter chegado "pouco antes de 19 de março de 1639, data em que

---

(1) Deve ser João Raposo Bocarro, o moço, insigne sertanista, filho do coronel João Raposo Bocarro e Ana Maria de Siqueira. Neste mesmo ano de 1638, o coronel João Raposo requeria para si, para seus filhos, João Raposo, o moço e outros uma sesmaria em São Paulo. (S. Leme — *Genealogia* — 3.°, 4).

(2) Jeronimo... (Bueno). Infelizmente falta ao documento a última página em que provavelmente seguiria a nominata dos "portugueses de S. Pablo" que integravam a bandeira. E Jeronimo Bueno é o único ponto de ligação entre a leva de Francisco Bueno, identificada pelos documentos de São Paulo e a de André Fernandes, das referências jesuíticas.

(3) Padre Pablo Pastells — Hist. de la Comp. II-8.

(4) Alfredo Ellis Junior — *Bandeirismo* cit. 93.

encontramos João Paes Malio, da lista supra mencionada, figurando no inventário judicialmente procedido, por morte de Francisco Bueno, o chefe da expedição, morto no sertão".

5 — *Bandeira de Caaçapaguassú*

A terceira leva que penetra território riograndense e cujo trágico destino deu-lhe a designação de *Bandeira de Caaçapaguassú*, teve por cabo principal Fernão Dias Pais, mais tarde imortalizado na epopéia das esmeraldas. Foi ainda o Dr. Alfredo Ellis quem a determinou, em suas linhas gerais, através dos subsídios arquivais de São Paulo, cuja publicação é patriótico e benemérito serviço do Dr. Washington Luiz.

Em torno desta bandeira se tem feito enorme confusão e ainda hoje, pela carência de dados, que mais detida pesquisa nos revela na coleção quasi inédita de Angelis, da Biblioteca Nacional, não se poude traçar com precisão os acontecimentos de que foi parte. Vejamos se é possivel, dentro da prova documental determinar-lhe a ação vislumbrada pela visão exata do Dr. Ellis Junior, secundando o Dr. Afonso de Taunay, contra a opinião do padre L. G. Jaeger que "apõe novamente um ponto de interrogação" às conclusões a que ambos chegaram sobre ser a bandeira de Caaçapaguassú a mesma de que era cabo Fernão Dias e imediato seu irmão Pasqual Leite Pais.

Não se pode afirmar, pelos documentos conhecidos, a data exata em que à frente de uma bandeira, fortemente aparelhada, o capitão Fernão Dias Pais, saiu do povoado piratiningano, rumo ao sul, à cata de índios. Observa o autor do *Bandeirismo* que isto se deu antes de 1.º de janeiro de 1638, pois, nesta data, Gaspar Costa, um dos componentes da leva, "tendo saido eleito nos pelouros", não tomou posse do cargo de oficial da Câmara, por estar ausente (1). Entretanto, sabe-se por informação do padre Borôa (2) que os mamalucos que a compunham, "no fim do ano (1638) vieram sitiar-se na redução de Apóstolos (Caaçapaguassú)" depois de haverem "em oito meses destruido duas províncias alem das reduções ditas, que foram Caamo e Caágua, da jurisdição do Rio da Prata". Verifica-se, assim, que em maio de 1638, andaria já Fernão Dias inquietando as densas populações de Caamo, entrada natural das bandeiras que demandavam por terra o território riograndense, seguindo depois para o Caágua, isto é, pelo mesmo trajeto das anteriores entradas de preadores de índios.

De sua passagem por essa região tem-se notícia pelo depoimento do mestre de campo Valbueno que, em janeiro de 1639, depois do combate de Caaçapaguassú, reunindo índios dispersos, prende, por se lhe tornarem suspeitos, os índios Guaimigurú, Abaiany, Marandasa, naturais do Tape e Antonio, de Guaira. Soube, então, que Guaimigurú e Marandasa haviam sido aprisionados no Caágua, passando o último e uma sua irmã, na distribuição de escravos, a pertencerem ao bandeirante Pasqual Leite

(1) A. Ellis — Bandeirismo cit. 1.ª ed. 95.

(2) B. N. Mss. Exposición a El Rei, pelo padre Provincial Diego de Borôa. I, 29, 1, 88. Col. d'Angelis.

Pais, o qual fez da prisioneira sua amante. Fugindo esta, mandou o chefe da bandeira que, acompanhados por Antonio, índio de sua confiança, fossem os outros em busca da fugitiva. Percorreu a bandeira as províncias de Caamo e Ibia.

Em princípios de abril já estava a bandeira "no sertão do Rio Grande", como se verifica do inventário de Antonio da Silveira, com testamento, feitos no sertão, em 19 desse mês e do qual consta a nominata de 16 bandeirantes, inclusive o cabo Fernão Dias Pais e o morto citado. São estes os paulistas alí referidos : Paulo da Costa e João Farracho, avaliadores, Domingos Leme da Silva, André Bernardes, Frutuoso da Costa, Antonio Gonçalves Perdomo, Valentim de Barros, Mateus Leme, João de Santa Maria, o moço, Francisco Alves Marinho, João de Oliveira, Domingos Barbosa, João Nunes da Silva, e Pasqual Leite Pais. Alem destes cita mais o Dr. A. Ellis, Pedro Dias Leite, Luiz Dias Leme, Pasqual Leite Fernandes, Salvador Simões, Romão Freire, Sebastião Gil, o moço, Pedro Agulha de Fiqueiró, Cristovão de Aguiar Girão, Mauricio de Castilho, o moço, e Manuel de Castilho.

A documentação dos jesuitas espanhóis exclue absolutamente a existência de uma quarta bandeira que mediasse entre a de Caaçapaguassú e a de Mbororé e, assim sendo, pode-se, perfeitamente, integrar o grupo identificado pelo Dr. Ellis, de que faziam parte Domingos Cordeiro, Fernão Dias Borges, Matias de Oliveira e Pedro de Oliveira (1) à leva de Fernão Dias. A coincidência da data, a certeza plena de que foi a bandeira de Fernão Dias Pais a de Caaçapaguassú, a inexistência de outra, induzem à esta conclusão. Tambem um Custódio Gomes, morto no "sertão dos Patos", e cujo inventário é feito em São Paulo em 3 de fevereiro de 1639 parece pertencer à mesmo gente. Anteriormente fora aos Patos e de lá trouxera 50 peças. Em 6 de julho de 1638 assina, no povoado, uma promessa de entregar na Laguna, para pagamento de dívida, um certo número de peças e, embarcando-se para o sertão, alí morre, sendo a notícia de sua morte trazida em fins de janeiro, juntamente com dois escravos que são entregues aos herdeiros, como se verifica do inventário de 3 de fevereiro (2). Confirma-se, desta sorte, que parte de uma bandeira, em janeiro de 1639, regressara a Piratininga. Dessa leva faria parte, possivelmente, Sebastião Gonçalves, cujo testamento, segundo o Dr. Ellis, é datado de 1639, no sertão, mas que volta em 1641, na bandeira de Mbororé, em cuja ação, mais tarde, encontra a morte (3). Como veremos, pela documentação espanhola, não será dificil determinar a gente que volta a S. Paulo, em fins de janeiro de 1639, que não é mais do que uma parte da própria bandeira de Fernão Dias.

Não deveria ser muito forte em elementos brancos a leva do futuro caçador de esmeraldas. Não passariam de uma centena os paulistas que a integravam. Sabe-se, como se dirá, que 40 bandeirantes, antes da morte do padre Alfaro, provavelmente, em dezembro de 1638, haviam

(1) *Bandeirismo* citado, 105.
(2) Inv. e Test. 1639.
(3) *Bandeirismo* citado, 107.

se desligado da bandeira e tomado caminho de volta; quatro, cinco ou nove, segundo as várias versões, foram mortos na refrega com os índios em Caaçapaguassú e mais 17 prisioneiros, o que nos dá um total conhecido de 66 bandeirantes. Talvez alguns mais, aliás muito poucos, não referidos.

Os historiadores jesuitas lançam enorme confusão, aliás confessada por Teschauer, entre os acontecimentos pertinentes ao ano de 1638, confusão que perdura até os nossos dias. E, desta forma, não raro se dá a uma bandeira o relato de fatos que se entendem com outra. Mas, a documentação da Coleção d'Angelis permite senão determinar precisamente, acontecimento por acontecimento, pelos menos, destrinçar parte desse intrincado cipoal de confusões. Tentemos a tarefa embora árdua.

Soube o padre Diego de Alfaro, superior de todas as reduções, em princípios de 1638, logo depois da retirada de Caaçapaminí, que uns 40 paulistas com um número desconhecido de tupís (1), depois de assolar as províncias de Caamo e Caágua, pretendiam dar sobre as reduções que demoravam a oeste do Jacuí. Congregou o superior, às pressas, um contingente de índios, sob o comando de D. Nicolau Neenguirú, valoroso capitão-general das doutrinas jesuíticas do Uruguai.

Nesse entretempo, a bandeira, sob o comando de Fernão Dias Pais e de seu irmão Pasqual Leite Pais, depois de assolar várias aldeias, "correndo a terra, cativando e talando as comidas" (2), e tendo alguns encontros com os índios, foi "sitiar-se na redução de Apóstolos, onde já haviam derramado sangue". Dias antes, porem, do encontro de que resultou a morte do padre Alfaro, 40 paulistas, componentes da bandeira, haviam se retirado de Caaçapaguassú (Apóstolos) (3), onde ficou uma parte não excedente de 30 mamalucos, entre os quais, se sabe com certeza, estava o capitão Pasqual Leite Pais, irmão de Fernão Dias Pais, o cabo da bandeira.

Em fortes paliçadas que haviam aí levantado esses 30 bandeirantes custodiavam mais de 2.000 índios cativos, apresados nas circunvizinhanças, enquanto, provavelmente, número muito maior de peças era levado pelo grosso da bandeira que voltava ao povoado, onde chegou em fins de janeiro de 1639, como faz certo o inventário de Custódio Gomes e outras circunstâncias que se referirão.

Não obstante reiteradas solicitações ao governador de Buenos Aires para que enviasse socorro às reduções, que estavam sob sua jurisdição, nada conseguira o padre Alfaro. Mas, exatamente, nessa ocasião, D. Pedro de Lugo y Navarra, governador do Paraguai, visitava parte do território do Paraná, lindeiro à região ocupada pelas missões jesuíticas do Uruguai. A este se dirigiu o padre superior, pedindo-lhe assumisse o comando da ação contra o inimigo comum que assolava terras da coroa de Espanha.

---

(1) A. Taunay — *Hist. Geral* — II, 291.
(2) B. N. Mss. I, 29, 1, 88.
(3) Pastells. *Hist.* II-23.

Aquiesceu D. Pedro Lugo, depois de fazer ciente ao superior de que assim invadiria atribuições do governo do Prata. E "com 60 homens, os melhores soldados de Assunção, bem armados, estando à vista dos inimigos cousa de um quarto de légua, nunca puderam alcançá-los" (1).

Chegou o exército dos catecúmenos cristãos, sob o comando de D. Nicolau Neenguirú, à frente do reduto inimigo pela manhã, depois de ter caminhado três léguas. Isto foi no dia de Santo Antonio abade (17 de janeiro de 1639). Vendo o padre Alfaro que o governador e seus soldados estacavam muito distantes do lugar em que estavam os paulistas e que o desânimo já começava a entibiar as energias de seus combatentes, procurava animá-los, incitando-os a que atacassem com valor os mamalucos que, à aproximação dos índios, deixando as paliçadas, haviam se entrincheirado num pequeno mato. Secundava o padre o irmão Domingos de Torres, perito na arte militar que no século professara e mestre dos índios no manejo das armas de fogo.

Foi quando "um malvado, escondido em uma choça, a poucos passos, conhecendo-o bem (ao padre Alfaro) apontou e feriu-o na fronte, sobre o olho direito, com que o derribou logo, perdendo a fala, ainda que não o sentido, porque, tomando-lhe um padre a mão e dizendo-lhe que a apertasse para que lhe desse a absolvição e concedesse a indulgência plenária, disse que abriu o olho esquerdo, olhou-o e apertou-lhe a mão, que foi dia de Santo Antonio abade, pela manhã, depois de haver caminhado todo o exército três léguas de noite" (2). Foi este o primeiro tiro que soou e, logo em seguida o irmão Domingos, com outro tiro certeiro atingiu o próprio capitão da bandeira, ferindo-o gravemente em uma coxa.

Deram estes sucessos ânimo e valor aos soldados de Neenguirú que, avançando resolutamente, arremeteram contra o mato, "matando quatro portugueses, outros dizem que nove e prendendo 17 (3), logo entregues ao governador D. Pedro de Lugo, "que estava meia légua distante do lugar do combate" acompanhado de seus soldados.

Aniquilada a bandeira, entregues os prisioneiros ao governador do Paraguai, trataram os índios de libertar a chusma cativa nas paliçadas dos paulistas. Havia alí número superior a 2.000 selvagens, sendo grande a percentagem de catecúmenos apresados nas reduções. Como material de guerra tomaram 27 escopetas.

---

(1) *Justificação* citada do padre Boróa e outros. B. N. Mss. I, 29, 2, 46.

(2) E' a versão do padre Claudio Ruyer, sucessor no superiorato do padre Alfaro, conforme carta de 23 de julho de 1639, publicada em Pastells, II, 22.

(3) Todos os documentos são contraditórios quanto ao número de mortos, se bem que se aproximem quanto ao de prisioneiros paulistas. Diz o padre Ruyer que foram quatro, mas que outros dizem que foram nove os mortos, o que coincide com a informação ao rei, do padre Diogo de Boróa, mas D. Pedro de Lugo, em carta de 20 de abril de 1639 (Pastells — II, 21), diz que "alí (Caaçapaguassú) mataram cinco ou seis e foram presos 16 e dois rapazes que remeteu ao governo do Rio da Prata. "Cativaram 17 portugueses e um negro, informa ainda o padre Boróa (I, 29, 1, 88). Consta de Pastells (II-19) existir, entre os documentos que resenha, o interrogatório feito a esses 17 presos, em Assunção. Para a identificação desses bandeirantes lançaria grande luz o conhecimento da peça, referida e não transcrita por Pastells.

D. Pedro Lugo, custodiando os bandeirantes presos, voltou à Assunção. "Cinco dos mais alentados e culpados", informa o padre Antonio Ruiz de Montoya, "escaparam dalí", só restando 12 que o governador, declarando-se incompetente para julgá-los, remeteu, mais tarde, ao de Buenos Aires, com informações falsas e calúnias contra os jesuitas, que muito atenuavam a sua culpabilidade.

Quer na volta para Assunção, quer alí, foram os prisioneiros muito bem tratados, e "sem cadeias", "e nem o matador do bom padre, *que se soube quem era"*, não teve por parte do governador mais rigoroso tratamento (1).

Discutivel era até agora a identidade da bandeira de Caaçapaguassú. Na primeira edição de seu valioso e jamais assaz citado *O bandeirismo paulista*, o Dr. A. Ellis Junior achava "muito possivel que a bandeira de Domingos Cordeiro e de seus companheiros tivesse sido a esmagada por Neenguirú, tendo perecido no combate os bandeirantes, que não mais tornaram ao povoado paulistano" (2). Mas, conhecido o documento em que o padre Claudio Ruyer historia a batalha de Mbororé, nele havia uma indicação preciosa. Manuel Peres, que foi um dos chefes dessa bandeira, em carta de 13 de março de 1641, dizia: "Rev. P.es — Chegamos aquí onde viemos falar a V. P.es para saber dos homens que V. P.es prenderam há anos passados, isto é, Pasqual Leite Pais e os demais, dos quais nunca tivemos notícia nem por mar nem por terra se são vivos ou mortos", "... não temos intenção de fazer mal aos cristãos, pois ao que viemos não é mais do que saber dos nossos irmãos e parentes que, em sua mor parte, são casados e estão carregados de filhos e filhas, hoje em grande desamparo, clamando e pedindo justiça a Deus contra V. P.es pelo desamparo e miséria em que se veem, e assim, como de parte do padre Vicente Rodrigues, da Companhia de Jesus, me pediram os interessados chegasse aquí para saber deles" (3).

Mercê essa preciosa indicação, o mestre do bandeirismo paulista, Dr. A. Taunay, chegou à conclusão de que a bandeira derrotada em Apóstolos fora parte da de Fernão Dias, cujo irmão Pasqual Leite Pais se contava entre os prisioneiros (4). E, na 2.ª edição de "O bandeirismo" o Dr. Ellis aceita a suposição (5). Não concorda com isto o padre Jaeger, pelas razões que expõe em seu trabalho (6), facilmente destruidas pelo que atrás fica exposto e, ainda, porque parte da bandeira, os 40 paulistas que dela se desprenderam em dezembro, poderia estar, como de fato sucedeu, no povoado paulista em fevereiro de 1639, enquanto outra parte, em Caaçapaguaçú, era aniquilada pelos índios de Neenguirú, depois da morte do padre Alfaro.

---

(1) Carta citada. Padre Ruyer. Pastells. II, 23.

(2) Ellis — *Band.* cit. 1.ª ed. 107.

(3) Original na B. N. Mss. I, 29, 1, 93. Publicado *in* R. I. H. São Paulo. Vol. X.

(4) Taunay — Hist. Cit. II-255.

(5) Ellis — *Band.* 2.ª ed. nota à pág. 201.

(6) Padre L. G. Jaeger — *As invasões* cit. 53, 2.ª.

Indagação interessante em torno da grande figura de Fernão Dias Pais tenta nossa curiosidade. Quem era o "chefe da bandeira" que foi ferido pelo irmão Domingos de Torres? Pasqual Leite, Fernão Dias? Teria Fernão Dias voltado a Piratininga com os 40 bandeirantes que se desprenderam da leva? Mas, neste caso, como sucedeu com outros que dela faziam parte, "deveria estar de volta ao povoado piratiningano nos primórdios de 1639", conforme constatação do autor do *Bandeirismo*. Parece, porem, que tal não se deu. E' ainda o mesmo autor que afirma ter encontrado "o sertanista das pedras verdes em São Paulo de volta de sua peregrinação pelo sul, já em torno de 1640 (*Atas* — Vol. II, 25. *Inv. e Test.* Vol. XIV, 39)". Onde esteve o "chefe da bandeira" durante todo o ano de 1639? Não teria sido ele um dos "cinco mais alentados e culpados" a quem parece ter o próprio governador D. Pedro de Lugo facilitado a invasão, depois de os ter algum tempo em Assunção? São contestes os documentos jesuíticos em afirmar a consideração que foi dispensada aos prisioneiros. Numa informação do Cabildo de Buenos-Aires se diz "que, alem de se não dar castigo algum a esses portugueses, estão eles livres em Assunção e lhes consentem jogos e diversões" (1).

Na ausência de Fernão Dias Pais, como é de ver, assumiria o comando da bandeira o imediato, seu irmão capitão Pasqual Leite Pais, e este deveria ser o chefe, em Caaçapaguaçú, se alí não estivesse o comandante efetivo dessa leva de paulistas. Seria um dos "mais alentados e culpados" e, como tal, faria parte dos cinco prisioneiros que fugiram. Mas, isto não se deu, porque, em fins de 1640, ao sair de São Paulo a expedição de Mbororé, não havia voltado, como vimos, Pasqual Leite.

Teria Fernão Dias sido um dos prisioneiros de Apóstolos? As circunstâncias que envolvem a sua vida, nesse biênio trágico para as reduções jesuíticas e para os paulistas da bandeira de Caaçapaguaçú, permitem a interrogação.

6 — *O desbarato de Mbororé*

No interregno que vai da ação de Caaçapaguaçú ao trágico desbarato de Mbororé (2), isto é, de princípios de 1639 a 1641, não consta da documentação jesuítico-espanhola a entrada de qualquer bandeira regular em território riograndense.

Outros acontecimentos de vulto, ao norte, desviavam, por determinações de alto patriotismo, a belicosidade piratiningana. Antonio Raposo Tavares, à frente de algumas centenas de paulistas, como anteriormente D. Francisco de Rendon, saia de S. Paulo com fortes contingentes e, em janeiro de 1640, tomava parte destacada nos combates contra o batavo que dominava o nordeste.

---

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 89.

(2) Mbororé, pequeno arroio da margem direita do Uruguai é hoje conhecido na cartografia argentina pelo designativo de *Arroio Nonje*. V. mapa — *Misiones guaraniticas*.

No mesmo ano, aportava ao Rio de Janeiro, procedente de Roma, o padre procurador Diaz Taño que alí fazia promulgar o breve do papa, excomungando os preadores de índios. Determinou isto uma série de distúrbios que teria tido consequências gravíssimas, pondo em perigo a vida dos religiosos, se o governador e autoridades não acudissem com força armada, dissolvendo a multidão, em socorro aos mesmos. Em S. Paulo, onde se soube dos acontecimentos do Rio, a Câmara, confraternizando com o povo, assumiu a direção da revolta e, indo ao colégio dos jesuitas, aí os intimou "despejassem a vila e capitania", sob pena de apelarem para a violência. Isto ocorria no mês de julho de 1640.

Logo após tão graves distúrbios que afetavam a vida da Companhia, naquelas capitanias, soube o padre Taño, no Rio, onde ficou até novembro, que os paulistas novamente se aprestavam para dar sobre as reduções, motivo por que apressou o regresso a Buenos-Aires, afím de providenciar com tempo quanto à resistência que era mister lhes opor (1).

Chegando ainda a tempo à capital do Prata fez remeter com urgência ao exército que se organizava nas reduções, sob o comando de D. Inácio Abiarú, capitão-general dos índios, e assistência técnico-militar do irmão Domingos de Torres, grande quantidade de mosquetes e arcabuzes, e larga cópia de munições de guerra. Constituia-se assim formidavel exército forte de 4.000 índios, dos quais mais de 300 estavam armados de arcabuzes, contando até com peças de artilharia feitas de bambú recoberto de couro.

Dizem os documentos jesuíticos que a bandeira se compunha de "400 portugueses com armas de fogo e muitos mestiços, mulatos e negros, além de 2.500 tupís flecheiros" (2), convindo, porem, ressaltar que Teschauer, citando outras fontes, diz que "os mamelucos (eram) em número de 500 a 600 com mais de 4.000 índios tupís em 700 canoas que tinham preparado nas margens dos rios com as quais ocuparam o rio Acarágua, afluente do Uruguai, enquanto suas tropas entravam no povo ermo" (3).

Confrontando os vários relatos de origem jesuítica, referentes a essa página do bandeirismo paulista e os documentos do acervo arquival que nos fornecem *Inventários e Testamentos*, não se torna dificil determinar o trajeto da bandeira de Mbororé até atingir o rio em que teve lugar o choque sangrento. Já de volta do rio Uruguai, em setembro de 1641, procede-se ao inventário de Sebastião Gonçalves num "sertão do Rio Grande, dos *Ganaiazes*". Eram os guananazes, ou guaianás (4), mais conhecidos pela designação de ibiraiaras, segundo nossa classifi-

---

(1) Carta do padre Francisco Diaz Taño, datada de 9 de novembro de 1641. Confirma-o o irmão Simon Mendez que estava tambem no Rio de Janeiro, em carta de 23, ao irmão Diogo de Molina, dizendo que ali "souberam que se aprestava uma bandeira de 400 paulistas para dar sobre as reduções". Pastells, II-60, 62.

(2) Padre Taño. Carta citada. Pastells — II, 62.

(3) Teschauer. Hist. I, 204. Observa que "estes números, diferentes dos indicados por Lozano, apóiam-se nos autos".

(4) Antonio Serrano — *Etnografia de la antigua provincia del Uruguai*, Paraná 1936-39 e seg.

cação (1). A fronteira entre estes índios e os tapes eram os rios "Uruguai-pitã e Ijuí-guaçú" (2). Diz o padre Taño, na carta citada, "que com os paulistas vinham tambem muitos *guananazes*, que haviam vencido pelo caminho", e que, de volta, o "inimigo retirou-se para as aldeias dos infiéis que haviam cativado" (3). Ranchearam-se "nas cabeceiras do Apiterebi", "depois de passar pelo Tebiquarí", diz na Ânua de 1641 o padre Zupércio (4). Dão-nos essas referências uma indicação precisa que destrói, inicialmente, a presunção de ter a bandeira "descido pela margem direita do Uruguai", quando todo o seu percurso foi em território riograndense.

A determinação do rio Apeterebi dos jesuitas suscitou larga controvérsia entre os demarcadores de 1750, chegando-se finalmente, à conclusão, por todas aceita, de que se tratava do Uruguai-pitã, hoje rio da Várzea, afluente do Uruguai, o mesmo que vimos ser a fronteira entre os guaianases (ibiraiaras) e os tapes. Para atingir as "cabeceiras do Apeterebi", onde ficavam as aldeias de infiéis que a bandeira de Mbororé apresara antes de atingir o Uruguai, deveria esta penetrar no Rio Grande do Sul pelo caminho seguido pelas anteriores ou, quiçá, pelo que, já palmilhado pelos paulistas, é assinalado nas cartas jesuíticas e referido pelo coronel Rego Monteiro. E' o mesmo que levava a Santa Teresa, posto de aprovisionamento das bandeiras, estabelecido pelo capitão André Fernandes, e que distaria daquelas aldeias sitas nas proximidades da atual cidade de Carazinho, aproximadamente 40 quilômetros. Era aí o limite natural do "sertão dos *ganaiazes*", onde, em setembro, se fez o inventário de Sebastião Gonçalves.

Refere a Ânua do padre Ruyer que um tupí preso pelos índios informara, depois da derrota dos paulistas, em Acarágua, que o chefe da bandeira determinara, "logo após a Pásqua, partir do rio Acarágua tomando seu curso pelas matas para sair num arroio que está Uruguai acima chamado Guarumbaca (5) e aí dividirem-se, indo uns até o Iguassú, enquanto outros passariam pelo salto do rio Uruguai indo até Santa Teresa para explorar as taperas de Jesús Maria, e dalí ao Caamo e Caágua e, finalmente, os outros, pelo Uruguai acima iriam assolar as aldeias dos infiéis" (6). Mas, como veremos depois, a nova investida dos catecúmenos cristãos modificou o plano original e o resto da tropa paulista, dizimada e enfraquecida, regressou pelo território riograndense, depois de estagiar longamente nele.

Integravam a bandeira elementos de escol da gente piratiningana. O inventário de Sebastião Gonçalves e as referências jesuíticas dão-lhe para cabo principal o capitão Jerônimo Pedroso de Barros, ocupando tambem posto de destaque o capitão Manuel Peres, que assina a carta

(1) V. Mapa etnográfico.
(2) *Pleito sobre vacarias — Tanto autoriçado*. B. N. Cod. mss. I, 29, 3, 43.
(3) Carta do padre Taño citada.
(4) Pastells. II, 65.
(5) V. Mapa das Cortes — Anais da B. N. *Doc. sobre o Trat. de* 1750. Vol. LII.
(6) Ânua padre Claudio Ruyer col. B. N. I., 29, 1, 93. Original e autógrafa.

referida na ânua do padre Ruyer. Conhecem-se mais : capitão Antonio Pedroso de Barros, irmão do cabo, capitão Antonio da Cunha Gago (o gambeta) Baltazar Gonçalves, Bartolomeu Alvares, Sebastião Gonçalves (o falecido), Antonio Rodrigues, Clemente Alvares, Simão Borges, João Leite, Matias Cardoso, Pero Nunes Dias, Domingos Furtado, Miguel Lopes, Mateus Alvares, Pero Lourenço, Amador Lourenço, João Pires Monteiro, Pedro Cabral, Domingos Pires Valadares, Sebastião Pedroso Bayão, Antonio de Aguiar, Antonio Fernandes Sarzedas, Antonio Carvalhais e João de Pina (1). A estes nomes se podem acrescentar os constantes do inventário de Luiz Dias, feito no sertão a 28 de dezembro de 1641, e que, alem do morto, são os seguintes : Vicente Bicudo, Francisco Correia, Antonio Gil, Sebastião Gil, Pedro Furtado, Batista, Antonio Lopes Perestrelo, Francisco Barreto e Antonio Agostim (2).

A bandeira deveria ter saido do povoado en fins do segundo quartel do ano de 640, dela tendo notícia o padre Diaz Taño que, em novembro, apressou sua partida do Rio para Buenos-Aires, temendo não chegar a tempo de dar junto aos padres as providências que o acontecimento requeria.

Três a quatro meses deveria a força de Jerônimo Pedroso ter gasto até chegar à margem esquerda do Uruguai, onde passou um pouco acima da foz do rio Acarágua. Alem da prea de indios, que era seu principal escopo, dois outros motivos determinavam sua ida às doutrinas jesuíticas: saber de Pasqual Leite Pais e mais companheiros presos em Caaçapaguaçú, de que não se tinha notícia, "nem por mar nem por terra se são vivos ou mortos", os quais "em sua mor parte são casados e estão carregados de filhos e filhas, hoje em grande desamparo, clamando e pedindo justiça a Deus contra vossas paternidades, pelo desamparo e miséria em que se veem ; e assim como da parte do padre Vicente Rodrigues da Companhia de Jesus, me pediram os interessados chegasse aqui para saber deles" (3). Outro motivo, o natural revide contra os promotores das penalidades cominadas no breve papal que o padre Diaz Taño fizera conhecer e que motivara sérios distúrbios contra os jesuitas no Rio e São Paulo.

Farta foi a presa que os sertões riograndenses, principalmente em indios infiéis, ofereceram à leva paulista. Manuel Peres a acusa em sua carta : "Não imaginem vossas paternidades que viemos aqui com o engodo de vossos indios, que muito bem sabem vossas paternidades ; o muito gentio que havia por este rio já o enviei para diante"... E alem da grande chusma de cativos que estariam talvez pelas alturas de Santa Teresa, contidos nas paliçadas, ou a caminho de São Paulo, um número consideravel de ibiraiaras (guaianases) acompanhavam livremente os vencedores de suas aldeias localizadas nas pontas do Apiterebí (rio da Várzea), engrossando a coluna bandeirante.

(1) Inv. e Test. S. Paulo — Vol. XI, 500 a 507.
(2) Idem, Vol. XIII, 434.
(3) Carta do capitão Manuel Peres, citada. Ânua do padre Claudio Ruyer.

Em dezembro de 640 haviam já erguido seu real à margem do Uruguai. Uma grande cheia que, neste mês, engrossou consideravelmente o rio, fez baixar algumas balsas acabadas de construir, grande quantidade de flecharia e outros petrechos "pelo que viram os padres que não eram obra somente de infiéis, mas sim de gente mais ladina e perita do que estes" (1). Era chegado o momento de agir, pois isto confirmava a notícia que o padre procurador trouxera do Rio de Janeiro e levava os jesuitas à convicção de que o inimigo estava próximo e não tardaria a acometer as reduções. Em 8 de janeiro o provincial padre Ruyer convocou 2.000 índios das reduções, dando ordem a todos os povos do Uruguai fizessem descer os seus contingentes com brevidade. Assumiu o comando geral dos índios o capitão-general D. Inácio Abiarú, e o velho D. Nicolau Neenguirú, antigo cabo de guerra cristão, serviu com seu conselho e experiência.

À frente dessa força o padre Ruyer subiu até o rio Acarágua, enquanto o padre Cristovão Altamirano, em companhia de outros jesuitas e índios, reconhecia a terra, indagando notícias da bandeira. Em caminho os exploradores foram encontrando corpos de selvagens recentemente mortos, muita flecharia, canoas e 10 ou 12 balsas, muito bem acabadas, feitas de cana da terra que os naturais chamam taquara. Uma escolta, que foi ao salto do Uruguai, às três horas da manhã, encontrou 16 índios fugitivos, já acossados pelos bandeirantes, que desciam o rio.

Afim de concentrar as suas forças, resolveram os padres aguardar no rio Acarágua a vinda dos inimigos que se aproximavam. Organizaram-se patrulhas e sentinelas, ergueram-se paliçadas e despacharam-se espias em todas as direções. Finalmente a 25 de fevereiro houve exata notícia dos paulistas. Canoas de índios que foram rio acima em reconhecimento encontraram outras que desciam tripuladas por inimigos. Fugiram, céleres, dando aviso aos jesuitas do encontro que tiveram.

Certos da investida, os padres levantaram seu exército baixando a Mbororé, ponto estratégico adredemente preparado para a resistência que se deveria fazer. E quando a bandeira chegou à aldeia do Acarágua, cercando-a por três flancos e enchendo o rio de canoas de guerra, não encontrou alí mais ninguem. Somente, no rio, em 15 canoas, D. Inácio Abiarú procurou fazer uma diversão que durou duas horas, inutilizando duas embarcações dos bandeirantes. Neste entretempo apareceram mais três companhias de mamalucos que se apresentaram para entrar em combate, e o padre Altamirano, que dirigia a ação, resolveu retirar para Mbororé, evitando perda inutil de combatentes.

Sábado, 7 de março, violenta tempestade caiu sobre o real dos paulistas, obstando descessem estes a enfrentar o exército missioneiro, em Mbororé, o que foi providencial pois só no domingo chegaram alí, vindos de todas as reduções do Uruguai, mais 2.000 soldados com o que se duplicou a força das reduções.

---

(1) No histórico destes acontecimentos seguimos o relato do padre Ruyer, cartas do padre Taño e irmão Simon Mendez e Anua do padre Lupercio Zurbano, a primeira no original da B. N. e as outras publicadas in Pastells, II, 60, 65, 81.

Assumira a direção dos assuntos da guerra o padre Pedro Mola, que substituira o padre Ruyer, enfermo em São Nicolau, até que chegasse o padre Pedro Romero, designado para essa direção. Entrementes, o general Abiarú havia tripulado 70 canoas de guerra em que se contavam, alem de inúmeros flecheiros, 57 soldados armados de arcabuzes.

Quarta feira, 11 de março, o inimigo apareceu, às duas horas da tarde e, descobrindo o casario de Mbororé, arribou à margem e se entrincheirou fortemente em uma chácara que havia nas imediações. Resolveu o comandante do exército missioneiro não dar trégua nem alce ao inimigo e assentou oferecer-lhe batalha incontinente. Em uma balsa, blindada por fortes paus, colocou uma peça de artilharia que deu certeiro disparo contra as canoas inimigas, enquanto os índios impacientes para combater disparavam seus arcabuzes, prostrando logo dois "portugueses" que estavam em uma balsa. Assim se "travou a batalha com brava coragem de uma e outra parte".

Neste momento saltou em terra o capitão Jerônimo Pedroso, com 30 homens e, passando por um arroio grande, começou a arcabuzar os índios que estavam em terra, matando três e pondo uns 30 em fuga. Outros, porem, revidando o golpe, acometeram os paulistas, matando um deles e quatro tupís e ferindo a muitos, com o que os inimigos voltaram à sua paliçada Continuava, entretanto, o choque entre as canoas, de que os bandeirantes contavam 130, tripuladas por mais de três centenas de homens.

Neste primeiro dia de combate, que terminou ao cair da noite, tiveram os paulistas perda de nove homens brancos e alguns tupís, mortos e muitos feridos.

No dia seguinte, 12 de março, o inimigo empregou a manhã em construir uma forte paliçada e nela se entrincheirou. À tarde, três mil indios missioneiros, dirigidos pelos seus comandantes, sob a vigilância dos padres, em silêncio, procuraram fazer um movimento envolvente com que contavam exterminar de vez os bandeirantes. E, quando estes se aperceberam da manobra, já sobre as suas defesas caía uma chuva incessante de balas e flechas. Vendo-se quase cercado, procurou o chefe da bandeira abrir uma brecha entre os atacantes e, à frente de um forte destacamento de soldados, saiu da trincheira, empenhando-se com os índios num combate, corpo a corpo. Mas tal era o ímpeto destes e a superioridade numérica que, por três vezes, teve o paulista de se cobrir, retornando à sua paliçada, de que voltava a sair para novos recontros. Três horas durou a refrega desse dia que terminou à noite, pela retirada do exército catecúmeno. Na ação o capitão Jerônimo Pedroso perdera mais quatro homens brancos alem de maior número de tupís.

Com data de 13, remetida por um parlamentário que arvorava bandeira branca, receberam os padres uma carta de um dos cabos da bandeira, o capitão Manuel Peres, constante, em tradução, da ânua do padre Ruyer e por nós retraduzida do espanhol : "Meus Rev.^{os} P.^{es} — Chegamos aquí onde viemos falar a V. P.^{es} para saber dos homens que V. P.^{es} prenderam ha anos passados, isto é, Pasqual Leite Pais e os demais dos

quais nunca tivemos notícias nem por mar nem por terra, se são vivos ou mortos; pelo que vi ante-ontem vejo que V. P.es estão em pé de guerra e antes que tivéssemos chegado já este rio estava coalhado de canoas de guerra por ordem de V. P.es, às quais, quatro moços mal intencionados, sem ordem minha, procuraram sair de encontro, pelo que V. P.es sem nenhuma razão nem cristandade o fizeram, que se eu viesse a fazer mal abalroara com todo o meu exército, mas antes mandei recolher a gente toda e assim o fizeram como V. P.es bem viram por compreender que eram religiosos e servos de Deus e nós cristãos: e, logo, rio acima, querendo falar às canoas de V. P.es levantamos uma bandeira branca, ao que nos responderam muitas arcabuzadas, coisa que cada vez foi de mal a pior. E assim requeiro a V. P.es da parte de Deus e de S. M. uma e muitas vezes descarregando minha conciência, e a de todo este Real sobre V. P.es do que possa suceder de hoje em diante, de parte a parte, pois o tem causado V. P.es, sendo claro que não tive tal intenção e por isto deixo traslado desta mesma carta para que em todo o tempo conste a verdade, pois não temos intenção de fazer mal aos cristãos, pois ao que viemos não é mais do que saber de nossos irmãos e parentes que, em sua mor parte, são casados e estão carregados de filhos e filhas, hoje em grande desamparo, clamando e pedindo justiça a Deus contra V. P.es pelo desamparo e miséria em que se veem; e assim como da parte do P.e Vicente Rodrigues, da Companhia de Jesus, me pediram os interessados chegasse aquí para saber deles. E estimarei que V. P.es me façam a caridade e mercê de nos vermos, e, principalmente, que nos digam missa, e ouçam algumas confissões, pois estamos na santa quaresma. Não imaginem V. P.es que viemos aquí com o engodo de seus índios, que muito bem sabem V. P.es; o muito gentio que havia por este rio já o enviei para diante e com que V. P.es venham cá falar comigo verão e acharão ser tudo isto certo e verdadeiro. Eu fico esperando a V. P.es, ou resposta, e não seja a que se deu a Antonio Raposo Tavares, em Jesús Maria, e V. P.es muito bem sabem o que disso resultou, o que entendo não farão V. P.es e assim querendo V. P.es vir aquí o podem fazer confiadamente, sem receio nenhum; eu fico esperando a V. P.es a quem Deus guarde etc. — 13 de março de 1641 — De V. P.es servidor que suas mãos beija — O cap. *Manuel Peres* (1).

Por outras ocasiões ainda procuraram os bandeirantes comunicar com os padres, mas, absolutamente, não conseguiram que suas cartas fossem respondidas. Só, mais tarde, animoso, o padre José Domenech aproxima-se da paliçada inimiga, exprobando o procedimento dos paulistas e oferecendo os serviços espirituais dos padres se houvessem alí feridos em perigo de morte, aos quais estariam prontos a confessar. Res-

(1) Quem é este capitão Manuel Peres que escreve aos padres como se fosse cabo principal da bandeira? Pensa o Dr. Taunay (*A grande vida de Fernão Dias Pais* — Anais IV-34) que é Manuel Pires, "cujo nome deve ter o jesuita estropeado graças à tendência então geral no tempo, ou universal mesmo, de se verterem os nomes". Seria, assim, o marido de Maria Bicudo (*Geneal.* 6.°-448), pai do padre Estevão Rodrigues da Companhia de Jesus, e sogro, pela primeira mulher de Antonio Raposo Tavares, desse insigne bandeirante. Entretanto, a assinatura da carta e todas as referências que se encontram nos documentos jesuíticos refere-se a um Manuel *Peres*...

pondeu-lhes o comandante que tinham 11 brancos gravemente feridos, como tambem alguns índios.

Até 16 de março, entre refregas contínuas e assaltos dos índios estiveram os mamalucos na paliçada, de que saiam para investir contra os inimigos. Retiraram daí, sempre acossados pelos catecúmenos, construindo, mais adiante, novas fortificações para a sua defesa. Mas os soldados de D. Inácio Abiarú não lhes davam tréguas para cuidar de seus feridos, que eram muitos e, assim, ainda, por dois dias, mantiveram contacto com os inimigos vermelhos. Nesses recontros os próprios chefes Neenguirú e Abiarú foram tomados pelos bandeirantes e libertados pelos índios. No último dia, oitavo de combates contínuos, 18 de março, os missioneiros os perseguiram das seis da manhã às três horas da tarde. Haviam perdido mais de 60 mortos, sendo poucos os que não estivessem feridos.

Afim de melhor se refazerem, os paulistas embrenharam-se nas matas entre o Mbororé e o Acarágua, sem que seus perseguidores pudessem encontrá-los, nem saber o rumo que haviam tomado. E assim passaram-se seis dias, conseguindo os fugitivos atingir novamente às aldeias do Acarágua, onde se situaram, erguendo o seu real.

Não esmoreceram, porem, os padres no intuito de se verem livres de tão terrivel inimigo. Convicto estava este de gozar alguns dias de tranquilidade, entregue a seus deveres devocionais, pois corria a semana santificada pela morte do Redentor. E, no Acarágua, onde os restos da bandeira destroçada se acolhera, na quinta feira santa, que deve ter passado a 25 de março, os paulistas estavam ocupados "em levantar cruzes, erguer calvários, enramar arcos e preparar estações para as solenidades da Paixão". Jamais supuseram que em "tais dias santos", consagrados às cerimônias religiosas, ao culto do Senhor, pudessem cristãos empunhar armas para verter sangue humano, principalmente religiosos de tão austeras virtudes.

E foi, exatamente, nesse dia que, tendo localizado os fugitivos, sobre eles caiu o forte exército dos catecúmenos, sob o comando de D. Inácio Abiarú e imediata direção dos padres da Companhia de Jesus. Após refregas incessantes e desesperada defesa dos mamalucos, em que perderam muitos homens, conseguiram estes por-se a salvo, fugindo novamente para os matos. Domingo da páscoa, não obstante incessantes buscas, perderam os índios o contacto com os restos da bandeira destroçada, que já havia tomado grande distância, por ásperas serranias e matos fechados que marginam o Uruguai. E o exército cristão voltou às suas reduções para celebrar com *Te deum* festivos e largas manifestações de alegria a auspiciosa vitória. Isto foi a 28 de março em que deve ter caido a páscoa de 1641.

Trágico o retorno dos remanescentes dessa bandeira que, embrenhada pelos sertões riograndenses só deve ter atingido o povoado piratiningano um ano e meio mais tarde.

Transposto o Uruguai, nas proximidades do Salto, entranharam-se os bandeirantes pelos sertões do Alto Uruguai, atingindo as aldeias dos infiéis ibiraiaras, que ficavam nas cabeceiras do Apiterebí, hoje rio da Várzea, ou Uruguai-pitã dos demarcadores. Até chegar a essas alturas,

segundo a documentação jesuítica, haviam sido várias vezes assaltados pelos índios gualachos, hordas selvagens e antropófagas que dominavam aquele sertão, vindos do norte sob a pressão dos brancos que baixavam do Iguassú. E nesses recontros haviam perdido ainda alguns homens, mortos sob cruéis atrocidades, descritas pelo padre Cristovão Altamirano que até alí persegue os mamalucos.

Meses depois do assédio de Mbororé, diz o irmão Simon Mendez, confirmado pelo padre Diaz Taño (1), mandaram os padres, sabendo que os paulistas ainda estavam pelo território riograndense, uma força bem armada de 150 catecúmenos, sob o comando do capitão-general Inácio Abiarú para, novamente, hostilizá-los. Depois de muitos dias de marcha encontraram 10 "portugueses" que procuravam fazer um forte nas imediações das reduções. Batidos pela força, dispersaram-se, com morte de cinco, tendo sido libertados 45 infiéis que haviam capturado. Algum tempo depois, outros contingentes de soldados das reduções acharam rancheados em uma paliçada alguns paulistas que foram obrigados a fugir.

Um destacamento de bandeirantes que saiu à preia de infiéis encontrou pelas alturas do Tebiquarí um troço de índios cristãos que, quando da destruição de Santa Teresa, teria se retirado para as imediações desse rio. Depois do assalto que colheu alguns, outros se entregaram espontaneamente, com o intuito de mais tarde promoverem uma revolta entre os prisioneiros. À noite levaram a efeito o intento, destroçando-os. Outros "10 portugueses de outra tropa, que eram os melhores soldados de Jerônimo Pedroso" (2), tiveram igual destino, muitos deles morrendo, atacados pelos índios.

Alem de todas essas lutas ainda se referem os documentos conhecidos à investida de grande quantidade de tigres que assolavam os acampamentos, às intempéries terriveis da estação hibernal e à falta de mantimentos que originou grandes privações, fome e doenças.

Diz o provincial padre Francisco Lupércio Zurbano, na Ânua referida que, segundo pessoas vindas do Brasil, as baixas dos paulistas orçavam por 120 brancos, "parte feridos e mortos na batalha, parte mortos pelos índios infiéis, e outra pelos tigres e intempéries", que os assolaram no retorno ao povoado.

Os restos desta bandeira devem ter chegado em agosto de 1642 a São Paulo, data em que foi iniciado o inventário de Sebastião Gonçalves.

7 — *Outras atividades do bandeirismo paulista*

Não estaca, porem, ante o insucesso do Mbororé a atividade formidavel dos paulistas, no sul. Refere Taunay (3) uma investida na quaresma de 1651 que seria dirigida contra Buenos-Aires, capital do Rio da Prata.

(1) Pastells — 2.°, 60.
(2) Pastells. II, 65.
(3) *Hist. Geral*, III, 202.

Certo é que no decênio de 50 e, mesmo, no seguinte, se não aparecem as grandes bandeiras pelos sertões do Rio Grande, fazem-se entradas inúmeras, subindo para São Paulo chusmas e chusmas de índios apresados em todos os recantos da terra riograndense. Assim, muitos inventários de Piratininga, de paulistas mortos no sertão, podem-se atribuir a essas investidas ininterruptas contra as selvas do extremo sul.

De uma dessas entradas, não referida pelos historiadores, ficou farta documentação na Coleção jesuítica de Angelis, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em abril de 1656 chegou ao conhecimento de D. Matias Jeramini, índio corregedor da doutrina de Japejú que, do Ibicuí, 20 dias para as terras do Brasil a dentro, um grande grupo de paulistas andava cativando índios. Aprestou-se logo a diligente autoridade e com uma força bem armada de catecúmenos se pôs, resoluto, a caminho.

Depois de alguns dias de percurso surpreendeu os paulistas Manuel Preto, Pasqual da Ribeira e Francisco Cordeiro (1) que, com dois mulatos crioulos do Brasil e mais 50 índios tupís, andavam na maloca. Vinham fortemente armados de bocas de fogo, flechas e alfanges de que não puderam fazer usc porque sobre eles os índios cairam de inopino.

Consideravel a presa que haviam feito entre índios infiéis das regiões que tinham atravessado. "Trazia o inimigo três grandes cadeias de ferro. Com suas coleiras, ao pescoço, seguiam de 20 a 30 índios em cada uma". Alem disto, ainda levavam mais quatro cadeias como as primeiras, sem cativo algum. D. Matias e seus índios prenderam os bandeirantes e, soltando os índios por eles cativados, puseram nas coleiras de uma das cadeias os paulistas e em outra mulatos e tupís que faziam parte do bando. Apreenderam armas e bagagens e com esta presa preciosa voltaram rumo a Japejú. Três dias já haviam caminhado quando, uma noite, em um pouso, desencadeou-se forte temporal que os obrigou a afrouxar a vigilância em que mantinham os prisioneiros. Aproveitaram-se estes da oportunidade e os três paulistas com uma dezena de índios conseguiram fugir, não mais sendo encontrados pelos soldados japejuanos. Não o conseguiram, porem, os dois mulatos que foram conduzidos à doutrina, onde depuseram em longo interrogatório que alí foi feito.

Revelou a inquirição dos mulatos e prisioneiros restantes que, nesta e em outras ocasiões, muitas tropas sairam de São Paulo e em um

---

(1) Sobre Manuel Preto vide nota anterior. Nada encontramos sobre Pasqual da Ribeira, talvez pela dificuldade de pesquisas individuais na *Genealogia Paulistana*. Quanto a Francisco Cordeiro, deve ser o mesmo bandeirante referido pelo Dr. Ellis, (*O Bandeirismo*, 1.ª ed. 144.) que, com Domingos Cordeiro, Antonio Cordeiro e outros, fez parte da bandeira de Antonio Domingues que em 1648 estava no sertão, voltando a São Paulo no ano seguinte. Seria filho de Domingos Cordeiro que foi casado em primeiras núpcias com Antonia de Paiva e em segundas com Ana Ribeiro, sendo Francisco filho do primeiro matrimônio (*Geneal.* 7.º, 288). E' bem possivel que essa bandeira referida pelo Dr. Ellis da qual "não encontrou dados para concluir por onde andou", estivesse agindo, nesse ano, pelo sertão riograndense, como sucede com a por nós identificada de que fazem parte um Cordeiro e um dos Pretos. Quanta cousa ainda a desvendar e investigar sobre a atuação das bandeiras no Sul, não obstante os trabalhos magníficos de Taunay, Ellis e Basílio de Magalhães?

posto que chamam de Igaí (Jacuí), haviam construido um forte e paliçada onde tinham mantimentos e algumas botijas de pólvora e para alí conduziam os índios que lhes caíam nas mãos, o que sucedia de muito tempo a esta parte.

Em outro posto que se denomina Tarabirem havia tambem outro bando de "portugueses", e o mesmo acontecia em Ibataití, onde outros dois paulistas que não sabiam os depoentes como se chamavam tinham outras cadeias com índios cativos que eram recolhidos a outro forte. Mais 10 bandeirantes, desse mesmo grupo, andavam pela campanha, terra a dentro" (1).

Terminam aí as informações colhidas na diligência do corregedor de Japejú.

E' possivel que esse grupo de bandeirantes pertença à leva de Luiz Pedroso de Barros, que "em 1656, por ocasião do inventário de sua mãe, Luzia Leme se encontrava no sertão (*Invent. e Test.* Vol. XV, 410) em lugar incerto e não sabido, como foi justificado previamente por meio de muitas testemunhas inquiridas, como era do rito processual (*ibidem*)", consoante observa o Dr. Ellis Junior (2). Inclina-se, porem, o historiador, a julgar que essa expedição do sertanista, por erro de data, fosse a que Pedro Taques, indicando o ano de 1660 para a partida, diz ter ido até o Perú, onde o cabo, capitão Luiz Pedroso de Barros, foi morrer às mãos dos índios serranos.

Quantas bandeiras e entradas não identificadas pelas fontes arquivais terão, nesse largo período de mais de 20 anos, perlustrado, por todos os seus recantos, a terra riograndense? Entre elas, note-se de passagem, parece ter se dirigido ao sul a do capitão Antonio Domingues, assinalada em 25 de junho de 1648, em sertão desconhecido pelos *Invent.* de São Paulo, e referida pelo autor do *Bandeirismo*. Da larga nominata de seus componentes (3), ressalta o nome de Francisco Cordeiro, o mesmo bandeirante que, com Manuel Preto e Pasqual da Ribeira, em uma noite de tempestade de abril de 1656 consegue fugir da corrente de ferro em cuja coleira os japejuanos o haviam prendido.

Ainda em 1669 uma grande ameaça de invasão paira sobre as doutrinas jesuíticas, principalmente Japejú (Reis), "mais distante das outras e pelas notícias que lhes deram (aos paulistas) alguns índios fugitivos da dita doutrina que cativaram algumas vezes que a ela se teem acercado". Em 21 de outubro deste ano, na redução de São Tomé, perante as autoridades e padres que nela se achavam, compareceram Ventura Dias, mestiço e filho de português que depois de se criar entre eles e os acompanhar em várias jornadas que fizeram para cativar índios, os abandonara e fora até aquela doutrina. Acompanhavam-no Salvador Nunes e Antônio Costa, tambem dos portugueses, sendo o último mestiço como o primeiro.

Declararam que era certa a vinda de uma bandeira particularmente destinada à doutrina de Reis do Japejú, e que os "capitães que tratam

(1) *Maloca de portugueses* — B. N. Mss. I. 29. 2. 9. Col. d'Angelis.

(2) A. Ellis Junior — *O bandeirismo* citado 1.ª ed. 152.

(3) Ibidem — 144.

dessa jornada são Fernão Dias Pais, Pedro Pais de Barros, João R. Pais, João Andrade, Francisco Camargo, Joseph Camargo, Blas Esteves, grande sertanista que se achou na destruição de Jesús Maria, Domingos Garcia, Garcia Rodrigues e Domingos Luiz, vizinhos de São Paulo, e do da Conceição enumera tambem outros capitães como são Atanasio da Mota, Vasco da Mota, André da Costa e Vicente Peres, que teem o mesmo intento por ouví-los tratar com gente poderosa, e de muitos índios que teem para o dito efeito, acrescentando o entusiasmo que teem para isto os fulanos franceses João, Diogo e Dionísio, cujos apelidos não se lembra, oriundos de uns que antigamente foram com eles de Vila Rica ou outra povoação. Em São Paulo os que cita tratam dessa jornada, por terem morrido muitos índios e muito confiar em sua valentia e gente que teem em suas terras; e os ouviu tambem dizer que, embora não conseguissem a licença que haviam pedido, realizariam essa empresa, como em outras ocasiões, saindo ao campo e aí organizando o seu exército. E acrescentou o terceiro (Antonio Costa) "que ouviu dizer que fariam sua viagem até a Lagoa dos Patos em barcos ou navios para trazer sua matalotagem e demais petrechos de guerra, semente que teriam de semear onde descessem, para ter recursos e comida com que voltar, e dalí iriam por terra até o rio Igaí (Jacuí) caminho mais curto e menos difícil e do dito rio às doutrinas sem necessidade de mais matalotagem pelas inúmeras vacas que dizem aí haver" (1).

Em agosto do mesmo ano, fugidos de São Paulo com suas mulheres e filhos, chegam à redução de São Francisco Xavier dois índios, naturais da redução de Santa Teresa, que os paulistas haviam apresado 30 anos antes, sendo "mui pequeños". Batizados pelos padres Francisco Ximênes e Simon Mazeta, curas de Santa Teresa, jamais esqueceram esses índios os rincões de sua terra natal e a ela voltavam, fugindo a seus senhores.

Informaram estes índios, perante o corregedor da redução, Tomaz Potira e outros, que era certo tratarem "os portugueses de São Paulo de conquistar as doutrinas de ambos os rios Paraná e Uruguai, e que para isto haviam mandado buscar todas as munições necessárias de pólvora e balas e mais dois tiros de artilharia, porque, dizem, querem vingar a morte de seus pais e parentes que nas refregas destes anos passados os índios destas doutrinas haviam morto, e que para isto queriam vir com mais demora, roçando e fazendo chácaras no caminho e ficar o tempo necessário para destruir e acabar completamente todos estes povos. "Disseram mais esses índios, "que nos Pinhais, junto ao povo que foi de Santa Teresa, o qual destruiu André Fernandes, que não está muito distante daquí, se fundou um povo de índios cujo cura é o filho do dito André Fernandes (2), aonde se juntam os portugueses que saiam de São Paulo para as malocas. Alí se aviam de comida e de tudo que é necessário para ida e volta" (3).

---

(1) *Traslado de la declaración de los indios* etc. B. N. *Col. Angelis* I, 29, 2, 53.

(2) Padre Francisco Fernandes de Oliveira, ordenado no Paraguai e que durante muitos anos foi vigário de Parnaiba, cf. nota anterior.

(3) Ficava Santa Teresa nas proximidades da atual cidade de Passo Fundo, como já tivemos ocasião de dizer. Ao princípio era atingida por um caminho que partia da redução destruida de Jesús Maria e, mais tarde, aberta pelos próprios ban-

Nada mais esclarecem sobre essa arrancada bandeirante em perspectiva os documentos jesuíticos. Nessa época grandes bandeiras paulistas devassavam os sertões brasileiros em todos os quadrantes, e muitos dos acima citados integravam as levas que partiam para rumos ignorados. E é quando Fernão Dias se apresta para a grande epopéia das esmeraldas.

8 — *O êxodo das populações aborigenes*

Logo após o assalto da bandeira de Antonio Raposo Tavares, em princípios de 1637, começa o êxodo das populações missioneiras que fogem ante a investida cruenta dos paulistas, preadores de índios. Tendo conhecimento de que os mamalucos haviam atacado Jesús Maria e vencido os catecúmenos alí aldeados, não obstante a resistência que ofereceram, o padre Agostinho de Contreras, cura de São Cristovão, foi o primeiro que, para salvar o seu rebanho, o conduziu para Santa Ana. E aí se reune tambem parte dos moradores de Jesús Maria que conseguem escapar ao assalto dos bandeirantes.

Nessa ocasião, informado dos acontecimentos que se precipitavam nas reduções da Serra, o padre Antonio Ruiz de Montoya, superior da Missões, vai a Santa Ana e resolve, atendendo a razões que impunham a segurança das populações de outros povos que alí já estavam reunidos, transferí-los para Natividade, lugar menos exposto à incursão dos mamalucos. À margem direita do Jacuí, natural barreira defensiva, "que poderia estorvar o passo ao inimigo", essa redução oferecia de pronto condições mais favoraveis de defesa.

Trataram logo os padres de fortificar melhor essa posição, servindo-se de canoas para patrulhamento do rio e que, ao mesmo tempo, se prestavam para sortidas que levavam continuamente a pequenos grupos de inimigos que se distanciavam do real paulistano.

Conta-nos o padre provincial Diogo de Boroa, que com toda presteza acudiu a Natividade, que fez, à margem do rio levantar "um parapeito sobre um terrapleno bem fortificado que dava para o rio, e debaixo deste estavam as balsas e canoas e gente que os defendia. Tambem colocaram-se sentinelas e espias por toda parte, nos passos do rio, em que pudesse haver algum vau, e para impedir que os inimigos assolassem chácaras e lavouras se lhes prepararam ciladas e emboscadas"; e isto foi de grande proveito, na ocasião, "porque o inimigo havia mandado gente a percorrer a serra na parte que caía da outra banda do Jacuí até Santa Ana e São Cristovão, e os nossos índios iam dando sobre eles" e lhes causando algum dano, com morte mesmo de alguns "portugueses", o que acoroçoou ainda mais essas sortidas.

---

deirantes ligava-a ao caminho que descia de Santa Vitória, no rio das Pelotas, uma estrada de penetração para as reduções do Ijuí, passando por Santo Cristo. Em suas proximidades André Fernandes, que a destruiu, localizou o posto de aprovisionamento das bandeiras de que nos falam os índios fugidos de São Paulo. Aí deveriam ter se reabastecido inúmeras levas de paulistas não identificadas ainda à falta de documentos idôneos. — B. N. Mss. I, 29, 2, 29.

Determinara o provincial contivessem os padres os seus catecúmenos, nas reduções em que estivessem, até que ele, pessoalmente, verificasse as condições das doutrinas e a necessidade de se transferir os neófitos para mais seguras regiões. Mas, "pinta sempre o medo e temor, de longe, as coisas maiores do que realmente são e a fama, quanto mais longe, acrescenta sempre circunstâncias mais negras à realidade", "principalmente se a leva o que vai fugindo temeroso" e "os ouvintes são pusilânimes" "como a maior parte desta pobre gente". Boatos terroristas voavam a todas as reduções e os índios, em fuga, assoalhavam por toda a parte as atrocidades dos bandeirantes e a retirada, em massa, das populações aborígenes das reduções já destruidas. E índios houve, aliás muitos, "que afirmavam haver visto com seus próprios olhos matarem (os bandeirantes) os padres e fazê-los em pedaços", e isto determinou a fuga de muitos que se ocultaram pelos matos e outros que abandonaram seus povos. "Os primeiros que o fizeram foram os da redução dos Mártires de Caró, e logo os seguiram os da Candelária (embora não corressem risco e perigo como os da Serra), deixando as sementeiras e chácaras e toda a comida que tinham, pegando fogo a suas casas e povo", atemorizados pelas novas que corriam por toda região.

Em parte, porem, isto foi providencial. Nestas reduções semi-destruidas, cujas populações se retiraram logo para o Paraná, "acharam acolhida e socorro a gente e chusma que da Serra e das reduções de São Carlos e Apóstolos iam-se retirando, o que evitou possiveis atritos e a fome que naturalmente sofreriam". E tanto assim foi que, chegando maior número de retirantes, houve acaloradas disputas entre uns e outros, que não eram os donos primitivos das chácaras.

À Candelária e Apóstolos se recolheram quase todos os catecúmenos das reduções da Serra e outras que emigraram de seus povos, por temor da investida paulista.

Outro mal que veio assolar as reduções proveio do inimigo caseiro, sempre pronto a combater a supremacia que os padres exerciam sobre os índios. Era este o infiel, principalmente o ibiraiara, raça de insignes feiticeiros, os *apicairés*, antropófagos, que aproveitou o momento para tambem cair sobre as reduções desprotegidas, onde somente se encontravam mulheres e crianças. E muitos foram vítimas desses bárbaros, de que fugiram, aumentando assim a enorme confusão que ia pelas reduções da Serra e do Uruguai. Até aqui o panorama que nos desenrola o padre Boroa em sua Ânua referente ao ano de 1637, descrevendo o estado das reduções do Uruguai e do Tape nessa fase inicial da destruição das florescentes povoações jesuíticas (1).

Nos anos seguintes, novas bandeiras que invadem o território rio-grandense, destruindo as reduções de Santa Teresa, S. Carlos, Apóstolos, Candelária e outras, determinam ainda o êxodo de novas populações que resistiam à idéia de abandoná-las, pelo amor que devotavam à velha terra de seus pais. Em fins de 1639 já quase toda a população das reduções havia emigrado para a mesopotâmia parano-uruguaia, onde

(1) B. N. Mss. I, 29, 7, 29.

havia sido acolhida nas antigas povoações guaraníticas ou fundado outras em que se estabeleciam definitivamente.

Segundo documento publicado em Pastells (1) ficaram assim localizadas, alem Uruguai, as diversas populações das doutrinas do Tape e do Uruguai que para alí emigraram :

1.º *São Nicolau*, trasladado em 1637 para a margem direita do Uruguai, encorporou-se ao Povo de Apóstolos e em 1687 voltou ao ponto de origem, aos 28° 12' 0" de lat. e 2° 21, 7" de long.

2.º *Candelária*, de Caaçapamini, transmigrou em 1637 para as proximidades da redução de Itapua, passando daí para a costa sul do Paraná sobre o rio Igaarupá. Em 1667 trasladou-se para 20° 26' 46" de lat. S. e 1° 53' 29" de Long. O.

3.º *Assunção*, cuja população fundiu-se com a de outros povos já existentes à margem direita do Uruguai.

4.º *Caró* — Seus remanescentes fundaram Santos Mártires do Japão, que recebeu tambem os restos dos povos destruidos de Jesús Maria do Ibiticaraí, São Cristovão e São Joaquim, quando da invasão bandeirante. Em 1704 passou a 27° 47' 37' de Lat. S. e 2° 10' 58" de Long. O.

5.º *Apóstolos* — Passando o Uruguai tomou a denominação de São Pedro e São Paulo, localizando-se a 27° 54' 43" de lat. S. e 1° 51' 41" de Long. O.

6.º *São Carlos* — Com seus remanescentes e de outros povos foi fundado outro com o mesmo nome, entre o Uruguai e o Paraná, a 27° 44' 36" lat. S. e 1° 43' 48" de Long. O.

7.º *São José* — Passou para oeste do Paraná entre Corpus e Santo Ignacio Miní, e em 1660 se estabeleceu aos 27° 45' 52" de Lat. S. e 1° 52' 3" de Long. O.

8.º *São Miguel* — Foi para as imediações de Conceição, margem direita do Uruguai e em 1687 voltou a 28° 32' 36" de lat. S. e 3° 1' 33' de Long. O.

9.º *São Cosme e São Damião* — Trasladou-se para o Paraná, entre o rio Aguapeí e Candelária a cujo povo se incorporou e em 1718, separando-se dele situou-se a uma légua de distância, onde o padre Diogo Soares fez observações astronômicas. Em 1740 passou ao Paraná e em 1760 trasladou-se para 27° 18' 55" de lat. S. e 1° 21' 52" de Long. O., meia légua distante do Paraná.

10 *Santa Ana* — Trasladou-se para o Paraná perto de Peyuré, de onde passou para 23° 27' 45" de lat. S. e 2° 2' 19" de Long. O. a duas léguas do Paraná.

11 *Santo Thomé* — Transmigrou para o Uruguai na lat. S. de 29° 33' 47" e na Long. O. de 1° 43' 17".

(1) Pastells — II, 307. Transcrito de Azara. Há na Coleção de Angelis tambem um documento sobre a mesma localização, sem as coordenadas dadas por Azara.

CAPITULO V

OPERÁRIOS INSIGNES

1. *Os Jesuitas.* — 2. *Biografias de Missionários.* — 3. *Os Mártires.*

1 — *Os jesuitas*

Ao decênio que se estuda estão ligados os nomes dos maiores apóstolos da catequese jesuítica em terras do extremo meridional da América. Plantadores de civilizações, rasteadores de fé cristã, perdulários de energias e de coragem, esses homens avultam no cenário brutal da natureza virgem, coroados pelo martírio, como se fossem tocados pelo eflúvio divino da santidade. Vindos dos mais longínquos recantos da terra, das mais altas civilizações, trazendo, mesmo, os melhores conhecimentos literários e artísticos da época, caiam, de inópino, entre gentes incultas da mais baixa selvageria, realizando verdadeiros milagres para converter à lei cristã as chusmas bárbaras que surdiam, muitas vezes ao som de guerra, das matas impenetraveis.

Mas, perdidos nesses desertos, baixando até à boçalidade das multidões que replasmavam para dar novo feitio humano, fazendo-as subir até Deus, os jesuitas não perdiam jamais o seu fácies moral e não descuravam das letras, ciências e artes de que eram os detentores. Muitos vinham das cátedras famosas dos colégios em que transmitiam às novas gerações americanas os princípios mais elevados dos conhecimentos filosóficos, teológicos e morais do tempo. Outros, de suntuosos palácios da mais alta fidalguia da Europa, pelos quais haviam cruzado, deixando de sua passagem traços luminosos nas artes e nas letras.

Condição essencial para a catequese do gentio era o conhecimento da lingua indígena. E todos faziam inicialmente um aprendizado, chegando alguns, europeus, mesmos, a tal perfeição no conhecimento do guaraní, que no idioma nativo dos índios pregavam largos sermões, impecaveis no fundo e na forma. Destinados a outro campo de ação

evangelizadora, entre guaicurús, calchaquís, ibiraiaras e outras muitas nações, estudavam tambem essas línguas que se lhes tornavam familiares. E não as guardavam para si somente, escrevendo trabalhos notaveis, vocabulários preciosos, práticas religiosas e orações que traduziam.

Em 1613 os padres Pedro Romero e Antonio Moranta foram destacados para a missão aos guaicurús. Com o auxílio de um intérprete aprenderam a língua desses índios, fizeram catecismos e orações. Mas, temiam não serem bem compreendidos quando um pequeno selvagem que os assistia lhes disse que os entendia à maravilha, pelo que se deram por satisfeitos. O padre Ortega fez um catecismo em língua ibirajara. E assim em todas as línguas faladas na América do Sul, pelos seus primitivos povoadores, puderam os jesuitas discorrer em seus trabalhos de catequese, deixando mesmo verdadeiros monumentos de filologia americana.

O padre Furlong S. J. nos dá um punhado de nomes de padres que se aprofundaram nos estudos da linguística e da filologia indígenas. O padre Alonso Barzana chegou a "aprender 13 idiomas entre eles alguns tão raros como a língua Tonocote, Cacana, Sanavitona, Calchaquí e Natica". Alem destes conhecem-se a "Arte da língua Toba", a Doutrina cristã da língua Puquina, e várias artes e vocabulários das já referidas e ainda de Guaraní, Quiroquini, Abipones e Querandís. E larga seria a lista de nomes aquí transcrita se quiséssemos apreciar em detalhe a atividade admiravel dos jesuitas nesse setor dos conhecimentos humanos.

Entre os que passaram pelas reduções do Uruguai e do Tape no decênio em apreço, há uma plêiade de verdadeiros filólogos. Os padres Roque Gonçalez de Santa Cruz, Marcial de Lorenzana, José Cataldino, Simon Maceta, Antonio Ruiz de Montoya, Pedro Romero, Francisco Diaz Taño e muitos outros, que são expressões de alto saber linguístico. Quase todos aliavam ao conhecimento das línguas indígenas profundas raizes humanísticas e noções de várias ciências das mais adiantadas da época. E, coroando o saber humano, todos esses homens, excedendo-se a si próprios em abnegação e virtudes, bem merecem da posteridade pelo bem que praticaram, pelos exemplos cristãos que andaram semeando, pelo sangue que derramaram nos martírios que os santificaram, elevando-os a Deus, circundados de um halo imperecivel de glória.

O trabalho desses homens em todas as atividades temporais e espirituais, que tiveram de exercer entre os nossos aborígenes, causa verdadeiro assombro. Humildes e simples, abnegados e heróicos, retratam-se em todos os seus gestos, percebidos nos relatórios — *Anuas* — com que levavam a seus superiores o conhecimento das coisas atinentes às aldeias que fundavam e dirigiam. Há, em todos eles, uma ânsia de perfeição moral. Uma aspiração à santidade. Um desejo incontido de sacrifício. Multiplicam-se para atingí-los, semeando o bem. E morrem nos descampados, olhos fitos em Deus, e corações cheios de bençãos, sem um grito de revolta, porque sabem que sobre suas

cinzas Deus construirá para os pobres índios um mundo melhor, iluminado pela sua caridade infinita.

Os monumentos grandiosos que nos legaram, nessas ânuas (1), que são um tesouro histórico do Brasil, em sua maior parte desconhecidas e inéditas, permitem que se os veja, dia por dia, nessa larga trajetória em que fincam os esteios de uma civilização cristã, que a política estreita dos tempos e as ambições dos homens não permitiram atingisse o seu apogeu.

Há algumas que são verdadeiros compêndios de etnologia, geografia, história, ciências e artes. Outras nos revelam o carater íntegro desses homens formidaveis, singularizados, aquí e alí, por um traço psicológico, por uma feição moral, ou pelo sentimento universal de amor ao próximo em que fundam os alicerces mais fortes de sua catequese. Através dessas ânuas, como procuramos fazer, se podem escrever trabalhos ainda originais, sobre quaisquer aspectos porque se encarem os jesuitas desses tempos afastados e gloriosos.

Integrando-os à História do Brasil, de que são excluidos, porque em território depois brasileiro fundaram uma civilização, que se reflete nas populações nacionais do extremo-sul, não só pela incorporação desses índios, que educaram, à família brasileira, como pelos monumentos de arte que nos legaram e que constituem elevado patrimônio histórico — senão pela universalidade da própria Companhia de Jesus — cumprimos um ato de justiça. E vai nisto tambem uma centelha de saudade infinita. Na velha aldeia de São Nicolau, junto à terra natal, há mais de meio século, pelo cair das tardes, de um rancho solitário, que se esboroava, subiam sons harmoniosos e doces, de uma rebeca, como se fossem de um orgão longínquo, vibrando músicas religiosas. Era o velho João Rabequista, índio centenário das Missões que tocava ainda e nos contava as lendas missioneiras de santos milagrosos, e de virgens santas que velavam os nossos sonhos e acariciavam, à noite, os nossos cabelos...

2 — *Biografias de missionários*

Entre os maiores jesuitas que fundaram as reduções do Rio Grande do Sul e catequizaram os seus selvagens, deixando traços inapagaveis de suas virtudes e ações, sobrelevam:

Padre *Roque Gonçalez de Santa Cruz*. Desbravador e fundador das províncias do Uruguai e do Tape, nasceu em Assunção do Paraguai, em 1570, mais ou menos. Oriundo de nobre família espanhola, era filho legítimo de Bartolomeu de Vilaverde e de sua mulher D. Maria de Santa Cruz. Revelando desde os primeiros anos grandes pendores religiosos abraçou a carreira sacerdotal e esteve como missionário entre os índios maracaiús, aldeiados à margem esquerda do Paraguai, 30

(1) *Coleção d'Angelis*, adquirida pelo governo do Brasil a D. Pedro d'Angelis, historiador e colecionador de documentos, e proveniente dos arquivos jesuiticos de Tucumã, Córdoba e Paraguai, hoje incorporada à Biblioteca Nacional.

léguas distante de Assunção. Mais tarde, nesta cidade, ocupa o alto posto de cura da catedral e de vigário geral. Atraido, porem, pelo prestigio da Companhia de Jesus, que iniciava seus trabalhos de catequese entre os indios, nela ingressou em 1609, com a idade de 40 anos. Conhecendo otimamente o guaraní e outras línguas faladas no Paraguai, noviço ainda foi destinado à missão entre os guaicurús, indios cavaleiros do Chaco. Com seu elevado espírito de caridade cristã, em pouco tempo, conseguiu o padre Roque valiosos frutos de seu trabalho, pacificando os guaicurús e devolvendo aos colonos a tranquilidade que haviam perdido com as incursões desses bárbaros que os hostilizavam. Destinguindo-se por isto, foi mandado em 1612 para a missão de Santo Inácio Guassú que, dois anos antes havia sido fundada pelo padre Marciel de Lorenzana. Incalculavel o esforço que aí despendeu, tudo prevendo e a tudo provendo, cuidando da saude, da manutenção dos índios, melhorando as suas condições de vida, remodelando o povo e construindo um templo apresentavel, alem dos trabalhos espirituais com que incorporou milhares de infiéis à igreja de Cristo. Em 1615, alargando seu raio de ação, dirige-se o padre à lagoa de Apupe (Iberá), fundando alí a redução de Itapua, que depois entrega ao padre Diego de Borôa. Funda Santa Ana e a redução de Jaguapoa, seguindo, em 1617, para o Alto Paraná, com o intuito de melhor conhecer essa região. Lança então suas vistas para o Uruguai, e ergue a uma légua distante deste rio os fundamentos da redução de Ibitiracua e para angariar maior número de neófitos cruza a torrente raiana e penetra em 1619 em território riograndense, de que vai ser o primeiro evangelizador. Na congregação provincial de 1626 é proclamado superior das reduções sobre o Paraná e Uruguai e é quando funda São Nicolau, sobre o rio Piratiní, a primeira das reduções da margem oriental do Uruguai. Resolve então conhecer a província do Tape, extensa região que ia até o mar, e de sua entrada ficou a primeira descrição que se conhece dessa região, datada de 15 de novembro de 1627 (1). Desnecessário detalhar os seus trabalhos referidos neste estudo. A 15 de novembro de 1628, na redução de Caró, que fundara, recebe o padre Roque, com seus companheiros Afonso Rodrigues e Juan del Castillo, a palma do martírio que coroou a sua nobre vida de evangelizador e de santo. Beatificado pela igreja, foi elevado à gloria dos altares.

Padre Diego de Borôa — E' um dos mais insignes varões da Companhia e, como superior, a alma da catequese das reduções do Uruguai e do Tape que visitou muitas vezes e acudiu nos momentos mais aflitivos. Há, na Coleção d'Angelis, mais de 30 ânuas do padre Borôa que histo-

(1) Anua original da B. N. referida. Calvo — *Recueil complets*, II, V. Teschauer — *Vida e obras*, J. M. Blanco — *Hist. documentada*, Jaeger — *Os heróis de Caró* e outros trabalhos.

riam sobre todos os aspectos a vida inicial das reduções missioneiras. E' com esse elemento, em sua maior parte inédito, que fundamentamos este estudo. Foi o padre Borôa um escritor sóbrio, elegante e, alem da copiosa quantidade de ânuas, conhecem-se dois estudos seus de alto valor sobre as vidas do padre Marciel de Lorenzana e Cristovão de Mendoza, este último inédito da B. N. (I, 29, 1, 55). Diego de Borôa nasceu em Trujilo, em 1585 e entrou para o noviciado da Companhia de Jesus em 1605. Desvelado em seus trabalhos de catequese, percorreu todas as reduções do Paraguai, nelas deixando exemplos de alta virtude e valor apostólico. Foi reitor no Colégio de Assunção e provincial de 1634 a 1641. De seus trabalhos e assistência às reduções do Tape e Uruguai passam por todas estas páginas referências copiosas. Quando da invasão bandeirante seu desvelo pelos índios e as providências que deu pessoalmente o notabilizam. Faleceu em 13 de abril de 1658.

P. Dº de Boroa.

Padre Antonio Ruiz de Montoya. Nasceu em Lima, em 1582, sendo seu pai natural de Sevilha e próximo parente do teólogo jesuita, Diego Ruiz de Montoya. Entrou para o noviciado da Companhia em 1606, fazendo seus estudos em Córdoba de Tucumã. Deste moço revelou, a par de notavel inteligência e espírito de sacrifício, uma grande inclinação para as letras que lhe deu destaque apreciavel entre os maiores vultos representativos da Sociedade de Jesus. Em 1620 era elevado a superior das reduções, trabalhando infatigavelmente, quer nas reduções de Guaira, onde teve de enfrentar o assalto dos bandeirantes, quer na retirada dos índios que baixaram para o Paraná, quer nas reduções do Tape onde novamente teve de sofrer verdadeiros martírios pela sorte de seus catecúmenos. A *Conquista Espiritual*, obra clássica da catequese, que foi traduzida para a lingua guarani, teve os seus principais capítulos escritos nas reduções do Rio Grande do Sul. Alem desta, em 1637, já havia concluido o magnifico *Vocabulário da lingua guarani*, como se deduz do *Memorial* que ao padre Múcio Viteleschi, preposto da Companhia, em Roma, escreve o padre Borôa, de Buenos Aires, a 13 de outubro desse ano, quando determina ao padre Montoya que vá à Europa relatar os acontecimentos que culminaram na destruição das Missões. Depois de outros assuntos interessantíssimos, no § 14 desse Memorial, diz o padre Borôa : "El p.e Antonio Ruiz lleba algunos libros de la lengua guaraní mui bien trabajados p.a imprimir: pero juntam.te lleba en su instrucion de no ocuparse ni perder punto en su negocio hasta tenerlo concluido. Y esta causa sera lo mas cierto el no poderlo hacer. Y aunque V. P. habia concedido un H.o impresor el P.e Juan Bautista ferrufino no lo trajo. Vuelbole a pedir a V. P. el impresor conforme a lo que el P.e prov.al diser acerca de la emprenta, de los libros del P.e Ant.o y juntam.te un H.o pintor que por ser muchas las Red.es es mui necess.o" (1). Como se vê há aí tambem uma referência

(1) "Memorial p.a n." muy R.do P.e Mucio Vitelesqui, Preposito G.l de la Comp. de JHS". Diego de Borôa. Buenos Aires, out., 13 de 1637. B. N. — Col. de Angelis — I, 29, 1, 76.

preciosa ao estabelecimento de uma imprensa, o que só muito mais tarde conseguem as reduções do Paraná. Cumprida a sua missão, publicada a *Conquista*, em 1639, volta o padre Antonio Ruiz, que teve por domicílio o Colégio de Lima, onde residiu e faleceu em 1652, sendo seus restos trasladados para Assunção do Paraguai. E' um dos mais notaveis homens de saber e letras de que se orgulha a literatura sul-americana e a Companhia de Jesus.

Padre Pedro Romero — Foi o padre Pedro Romero um dos mais notaveis apóstolos da catequese em toda a parte onde a Companhia a exerceu, e precisou de um homem de elevada abnegação e espírito de sacrifício. E' um desses grandes heróis a que não faltou para coroar a autêntica santidade da vida, e o desprendimento de si próprio, a palma do martírio. Com Roque Gonçalez e Cristovão de Mendonça forma, Pedro Romero, esse tríptico de santos que fica dominando, por suas virtudes excelsas, o panorama da catequese em terras do extremo sul. Nasceu o padre Romero em 1581, em Sevilha, e entrou para o noviciado da Companhia de Jesus em Nova Granada, no ano de 1607. Vindo para a América afim de se consagrar à catequese dos índios, em 1613 já estava no Paraná dirigindo a redução de Santo Inácio e, em 1615, mandado para Guaira, alí trabalhou, em companhia dos padres Antonio Ruiz de Montoya, Cristovão de Mendonça e outros. Perito na língua dos guaranís, mandado em seguida para a missão dos guaicurús, aprendeu tambem este dificil idioma, para o qual, com o único auxílio de um intérprete, em pouco tempo, traduzia o catecismo e várias orações. E' um dos primeiros que, em companhia do padre Roque, entra em terras do Uruguai e funda várias reduções a que presta a sua assistência. Inexcedivel na dedicação e no trabalho, fazendo da vida um holocausto de sacrifício, o padre Romero distingue-se entre seus pares e é escolhido para dirigir, como superior, as reduções do Paraná e do Uruguai. Nesse alto posto, compreendendo o perigo extremo que ameaçava estas últimas, multiplica-se em atividade e mais tarde mesmo, em 1637, vai para Jesus Maria, já como simples cura, afim de prover a defesa contra o inimigo paulista que não tardaria. E ai se encontrava, quando, em dezembro, a bandeira de Raposo Tavares, como fica historiado, aparece à frente da redução e a destrói. Heróico e resignado, o padre Romero recebe o supremo sacrifício que é imposto a seu povo e o acompanha em seu êxodo, derramando lágrimas de dor. Em 1645 é mandado à missão de Itatines para a conversão dos infiéis e aí, a 22 de março, é martirizado pelos índios, que lhe dão morte gloriosa a pauladas e flechadas. A ânua de 1645 assim refere o seu martírio : "Sucedeu por este tempo a gloriosa morte do apostólico e veneravel padre Pedro Romero, de nossa Companhia, o qual, depois de mais de 30 anos de emprego na conversão das gentilidades das provincias do Paraná, Uruguai e Serra do Tape, e dos trabalhos padecidos entre a bárbara nação dos guaicurús, com incomparaveis zelo e quotidianos riscos de vida, observantissimo em todos os gêneros de virtudes, de-

pois de haver fundado por sua mão a maior parte das reduções que tem esta provincia, com tão copiosa colheita de inumeraveis almas, reduzidas ao conhecimento de seu Criador, querendo coroar com muita glória tantos méritos, foi enviado, por obediência, a dirigir a missão de Itatines, que fica ao norte, acima do Paraguai, para o que, com a experiência de tantos anos, em semelhantes encargos, adiantasse ali a conquista começada de tantas almas e, pondo em execução esta ordem, partiu para o outro lado do Paraguai, sendo martirizado pelos feiticeiros, que o mataram a pauladas e flechadas" (1). Perdia a catequese, com o padre Pedro Romero, um dos vultos mais extraordinários que honram a Companhia de Jesus.

Entre os superiores e provinciais que prestaram assinalados serviços às reduções do Uruguai e do Tape, destacam-se os padres Francisco Diaz Taño, Nicolas Mastrilli Duran, Claudio Ruyer e Diogo de Alfaro.

Padre Diogo de Alfaro — Nasceu no Paraná, em 1595, sendo filho legitimo do célebre ouvidor D. Francisco de Alfaro, notavel pelas suas ordenações sobre os índios. Fez seus estudos iniciais em Lima e seguiu para Salamanca, cuja Universidade cursou com grande proveito. Estudava filosofia quando ingressou na Companhia de Jesus, voltando para a América em 1616. Destacado para servir à catequese foi para as reduções do Alto Uruguai, onde permaneceu até ser nomeado comissário do Santo Ofício, e reitor do colégio de Assunção. Terminado o seu reitorado solicitou sua volta às reduções, sendo nomeado, em 1637, superior regional das missões do Paraná e Uruguai, em substituição ao padre Antonio Ruiz de Montoya, que havia sido enviado para a Europa. Por ocasião da retirada desses índios, dirigiu o padre Alfaro os últimos retirantes dos seis povos do Tape que transpuseram o Uruguai, fugindo aos bandeirantes. Detalhadamente historiamos as suas atividades no recontro com os paulistas onde foi morto pelo chefe da bandeira em 13 de janeiro de 1639, em Caaçapaguassú. O cadaver de Alfaro foi levado com grandes honras até Conceição, margem direita do Uruguai, onde seus despojos ficaram guardados com veneração juntamente com as relíquias dos mártires padres Roque Gonçalez, Afonso Rodrigues e Juan del Castillo, até que desapareceram no fim do século XVIII, após a supressão da Companhia. O padre Alfaro, na véspera de sua morte, havia escrito a uma pessoa amiga : "Vou aos inimigos que me atravessarão com um balaço". Foi pela sua vida e obras um dos insignes obreiros da Companhia.

Padre Claudio Ruyer — Nasceu no ducado de Borgonha, na França, em 1585, seguindo depois para a Itália, onde fez magníficos estudos humanísticos. Sentindo uma grande vocação para o sacerdócio, e tendo profunda admiração pela Companhia de Jesus, resolveu nela professar o que fez em Nápoles, onde se achava, no ano de 1618, com 30 anos

(1) B. N. Anua I, 29, 7, 46.

de idade. Com o padre João de Viana, que foi um dos grandes da Companhia, veio para a América, sendo logo destinado à catequese nas reduções do Paraná e Uruguai, das quais exerceu mais tarde o superiorato. Fez, em 1627, a profissão dos quatro votos. Dotado de grande inteligência e letras, aprendeu ao chegar ao Paraguai a lingua guarani, de que se tornou um dos mais notaveis mestres. Prestou à catequese largos serviços que o tornaram um verdadeiro amigo dos índios. Era superior quando, em 1641, como já historiamos, os mamelucos vão até o Mbororé onde se trava o combate decisivo que destrói a força paulista e encerra a fase bandeirante das missões do sul. A ânua que escreveu sobre o combate, uma das mais interessantes páginas da história sul americana e de que fizemos largo extrato, está em original na Coleção de Angelis, da Biblioteca Nacional. Esta ânua mandada copiar por Capistrano de Abreu, foi inserida, na integra no vol. X do Instituto Histórico de São Paulo (1). O padre Ruyer faleceu no Colégio de Assunção do Paraguai em 24 de março de 1648 (2).

Padre Nicolas Mastrilli Duran. Era natural de Nale, França, onde nasceu em 1570. Entrou para o noviciado da Companhia de Jesus em 10 de novembro de 1585. Destinando-se à América seguiu para o Perú, tendo aí adotado o nome de Duran. Dedicou-se largo tempo ao magistério, tendo sido professor de retórica e reitor em Quito, São Paulo, Lima e La Plata. Foi provincial no Paraguai e duas vezes no Perú. Traduzidas pelo padre Rançonier foram publicadas em latim suas ânuas relativas aos anos de 1626-1627, e referentes ao Uruguai, quando de seu primeiro provincialato. São estas ânuas notavel subsídio para a história das reduções do Paraguai, Uruguai e Tape, sendo dadas à luz em Antuérpia, em 1636. Faleceu em Lima em 14 de fevereiro de 1653, tendo deixado vários trabalhos de subido valor literário

(1) I, 29, 1, 93. Rev. cit. vol. X, 258-552. Resumo em Taunay. *Hist. Geral das Bandeiras*, II, 314 e seguintes.

(2) Ânua I, 29, 7, 46. Necrológio biográfico do padre Ruyer e outros. Todas as ânuas consignam os dados biográficos dos padres falecidos no ano a que elas se referem, de onde extratamos esta e outras notas.

e histórico. Suas ânuas em original encontram-se na Coleção d'Angelis (1).

Padre Francisco Diaz Taño. Nesceu em Palmas, ilhas Afortunadas, em 17 de maio de 1592. Satisfazendo sua vocação para o sacerdócio, depois dos estudos preliminares em que revelou inteligência e aproveitamento, ingressou no noviciado da Companhia a 13 de julho de 1614, vindo depois para a América, onde se tornou um dos mais notaveis catequistas dos índios das reduções do Paraguai, Paraná e Uruguai. Dedicou-se à filosofia e teologia tendo sido reitor do Colégio de Assunção. Superior das Missões, revelou-se de uma admiravel capacidade na direção da catequese. Vimos, em páginas anteriores, o seu trabalho nas reduções do Tape quando aí chega em 1635, logo depois do martírio do padre Cristovão de Mendoza e a sua dedicação pelos índios que atrai com suas habilidades, montando uma forja para fazer cunhas, machados e outros instrumentos para a lavoura. E' nessa ocasião que, com uma independência de carater que o notabiliza, o padre Taño escreve a seu superior a célebre carta que este cancela para que não passem seus conceitos à posteridade (2). E em 1637 o padre Francisco Diaz Taño, pelas suas virtudes e alto espírito, é nomeado procurador geral em Roma, para onde segue no mesmo ano. Havia feito a profissão dos quatro votos em 23 de março de 1629 (3).

(1) B. N. I, 29, 7, 19. — O título da publicação do padre Iacob Ranconier. é: Nicolas Mastrilli Duran — S. J. — *Litterae annuae provinciae Paraquariae Societatis Jesu.* Ann. 1626-1627. Antuérpia, 1636.

(2) A carta referida é datada de 6 de setembro de 1635 e dirigida ao padre superior (Diego de Borôa), de Jesús Maria. Salienta nesse documento (nas páginas canceladas) a necessidade que ali há de tudo, principalmente de roupa para os padres, que ele próprio a coseria, se lhe mandassem o pano necessário. As armas, que haviam sido mandadas para as Missões, tinham se estragado com a morte do padre Cristovão, pelo uso que delas se tinha feito. Os arcabuzes estavam quebrados e sem chaves, etc. E esta afirmação do padre Taño vem desfazer a asserção de que não havia armas nas reduções, como querem Teschauer e todos os historiadores jesuitas da época. Na última página tambem cancelada, o padre Taño critica acerbamente a mudança de padres que se fazia de umas partes para outras e da imprevidência destes que deixaram os índios padecer horrivel fome, procurando reduzi-los antes que fizessem as suas chácaras. E' um documento enérgico e uma das páginas mais admiraveis para o estudo dos usos, costumes e superstições dos índios do Rio Grande do Sul. As duas páginas, depois de meses de trabalho, foram decifradas pelo saudoso Rego Monteiro. B. N. I, 29, 1, 53.

(3) *Catalogus publicus.* B. N. I, 29, 2, 58. Ano 1670.

Muitos outros insignes missioneiros teem os seus nomes ligados à fundação, florescimento e destruição das reduções do Uruguai e do Tape. Entre os fundadores destacam-se :

Padre José Cataldino — Nasceu na Itália em 1571 e ingressou na Companhia em 1601, vindo para a América, em cuja catequese trabalhou durante 44 anos. Esteve em Guaira, Paraguai, Uruguai e Tape. Sofreu os maiores martírios quando da incursão dos bandeirantes. Não sendo arquiteto construiu templos magníficos nas reduções em que serviu. Conhecia as línguas guaraní, guaicurú e ibiraiara, entre cujos índios trabalhou com apostólico devotamento. Faleceu a 10 de junho de 1653 com 82 anos e três meses de idade e 52 de Companhia. Professo dos quatro votos. E' um santo varão da Companhia de Jesus (1).

Padre Miguel de Ampuero — Companheiro do padre Roque e de outros fundadores das reduções do Uruguai e do Tape, nasceu em 1593, na cidade de Lima, sendo filho de pais nobilíssimos e conquistadores. Com 17 anos entrou para a Companhia, contando já com bom preparo que solidificou em estudos posteriores. Com grande vocação para o púlpito, era de uma notavel eloquência na língua guaraní. Largo tempo empregou-se na catequese do gentio e faleceu em Santiago em princípios de dezembro de 1653 (2).

Padre Adriano Formoso — Era natural de Nápoles, cidade de Leche. Faleceu em 24 de março de 1649 com 46 anos de idade e 30 de Companhia, em que entrou em Espanha, de onde se destinou à catequese dos índios da América. Homem de elevada cultura em letras, filosofia e teologia foi um dos maiores latinistas da Companhia, exercendo por muito tempo o magistério. Começou a catequese nas missões do Iguassú e depois foi destacado para o Tape, onde fundou S. Cosme e S. Damião. Acompanhou seu povo, em 1638, quando da invasão paulista, fixando-se no Paraná. Faltando-lhe alguns catecúmenos que haviam ficado dispersos, voltou novamente ao Tape, com perigo de vida e levou-os para a nova redução (3). E' conhecido tambem por Adriano Crespo.

(1) B. N. Anua do padre Diogo F. Altamirano. 1653-1654. Cod. ms. I. 15. 3. 11.

(2) Idem, idem, pág. 107.

(3) B. N. I. 29. 7. 46.

Padre Vicente Badia — Era natural de Valência, Espanha, onde nasceu em 1601, tendo com 16 anos, em 1 de dezembro de 1617, ingressado na Companhia, como noviço, fazendo no Colégio ali todos os seus estudos com grande aproveitamento, com o que conseguiu ser reputado teólogo e filósofo. Vindo para a província do Paraguai, alem dos trabalhos de catequese a que se dedicou, especialmente, em várias reduções do Paraná, Uruguai e Tape, foi reitor de um dos Colégios da Companhia e procurador. Professou os quatro votos a 13 de março de 1638 e faleceu em 1670, no Colégio de Buenos Aires, com 69 anos de idade (1). Foi o padre Vicente, como se dirá com maior detalhe, o introdutor do gado ovelhum em Japejú, de cujo casco procedem as ovelhas que se disseminam pelas reduções do Rio Grande do Sul. Muito curioso em todas as coisas fez, para a redução de Corpus, um formoso retábulo de entalhe em relevo e foi mestre de quatro índios, que mais tarde se tornaram peritos em escultura.

Padre Silvério Pastor — Natural de Aliaga, no Aragão, nasceu a 15 de janeiro de 1596, entrando como noviço para a Companhia em 10 de agosto de 1616. Dedicou-se à teologia e moral, tendo sido tambem professor de gramática latina. Teve o grau de coadjutor, formado em 25 de outubro de 1647. Foi ministro e superior das missões. Seus trabalhos de catequese entre os índios do Uruguai e do Tape tornaram-se notaveis, especialmente na redução de São Nicolau, a cuja frente se achava em 1636. Ainda existia em 1670, pois consta ainda seu nome no *Catalogus publicus* (2).

Padre Manuel Bertoth — Natural de Martos, França, nasceu a 25 de dezembro de 1600, ingressando na Companhia em 2 de março de 1620. Foi professor de gramática latina e de seminaristas, sendo formado em filosofia e teologia. Professou os quatro votos em 5 de fevereiro de 1650 e faleceu depois de 1670 (3). Largamente referido neste trabalho o padre Bertoth, que nos deixou um relatório interessantíssimo sobre a fundação das reduções do Tape, foi em companhia do padre Romero e de outros o desbravador das serras dessa província extensa em que se exerceu a catequese jesuítica. Em seu *Testemônio*, diz o padre Bertoth que, terminando seus estudos "no noviciado de Córdova, em 1630, foi enviado às reduções dos campos da outra banda do Uruguai, à Caaçapaminí, que se intitulou Candelária, redução de 600 índios, fundada pelo padre Roque Gonçalez de Santa Cruz e seus companheiros, o veneravel padre Pedro Romero e outros, a quem ajudou e batizou naquele ano em uma peste que houve 400 adultos *in periculo mortis*, e enterrou a 1.000 entre crianças e adultos. Andou em missão pelas terras de sua infidelidade, a pé, seis dias distante da redução

(1) *Catalogus publicus Provinciae Paraguariae*. Ano de 1670. B. N. Col. d'Ang. I, 29, 2, 58.

(2) Idem, idem.

(3) Catalogus publicus, cit. Ano 1670.

até as cabeceiras do Uruguai, passando pela terra dos guananás, índios inimigos, e em cuja excursão encontrou três povos, sendo um de mais de 150 índios, outro de 40 a 50 e o terceiro de menos, que reduziu. Depois passou às reduções novas, fazendo companhia aos padres Francisco Ximenes, em São Carlos do Caapí, ao padre Adriano Crespo, em Caaçapaguassú e ao padre Pedro Mola, em Mártires do Caró, aonde iam esses padres reduzir índios, entrando por suas terras com a cruz na mão e muitas vezes com perigo de vida". Depois entrou pela extensa província do Tape, com o superior padre Romero, em 13 de junho de 1632, e aí fundaram São Tomé, que ficou a cargo do padre Bertoth. Acompanhou o padre Luiz Ernot na fundação de São José. "Depois acrescenta o padre Manuel, passei a S. Miguel, povo de 1.000 índios, em seguida ao de São Cosme, de 600, a três léguas de São Miguel; mais tarde ao da Natividade de N. Senhora, de 1.300 índios, a quatro léguas de São Cosme, e, enfim, cinco léguas mais adiante, ao povo de Santa Ana, da outra banda do Igaí Rio Grande, que desemboca no mar e dirigí só aquele povo cerca de um ano, e estava em seu princípio reduzindo-se nele até 1.000 índios. Em todos estes povos prediquei o Evangelho, batizando os índios e adultos enfermos, e catequisando todos os dias pela manhã e pela tarde. Passei depois ao povo de São Cristovão recem-fundado que não tinha cura, a ele acudindo o padre Pedro Mola, que vinha de Jesus Maria para batizar as crianças e os enfermos" (1). E aquí termina essa admiravel página de uma vida que é igual a de todas as outras de seus companheiros votados à catequese dos índios na fase inicial das reduções do Tape.

Padre Felipe de Viveros — Nasceu em Bruxelas em 12 de fevereiro de 1603 e entrou para a Companhia, na América, em 23 de novembro de 1624. Era filósofo e teólogo, sendo aprovado coadjutor em 29 de julho de 1641. Trabalhou grandemente na catequese do gentio em terras do Uruguai, sendo cura de algumas das reduções e grande conhecedor da língua dos índios. Foi o fundador de S. Carlos do Caapí. Faleceu depois de 1670 (2).

Padre Tomaz de Ureña — Natural de Medina do Rio Seco, Castela. Nasceu a 15 de janeiro de 1599 e entrou como noviço para a Companhia em 16 de fevereiro de 1613. Dedicava-se à teologia e moral e ocupou cargos de alto destaque na Companhia, entre os quais o de ministro, vice-reitor e procurador das Missões. Coadjutor formado em 2 de outubro de 1626. Faleceu em 25 de outubro de 1671 nas missões do Paraná. Ocupou-se largamente da catequese dos índios e esteve nas reduções do Rio Grande do Sul, onde trabalhou com grande proveito e dedicação (3).

(1) Padre Manuel Bertoth — *Visita y Testemonio*, cit. Datado de Assuncion, 20 de março de 1652.
(2) *Cat. publicus*. cit.
(3) Idem, idem.

Padre Francisco de Molina — Nasceu em São Jacob, (Santiago) do Chile, em 3 de outubro de 1593. Em 6 de janeiro de 1610 entrou para o noviciado da Companhia, tendo feito os quatro votos em 15 de novembro de 1628. Era filósofo e teólogo e ocupou altos postos, entre os quais o de reitor, ministro e professor de gramática. Dedicando-se à catequese esteve por algum tempo nas reduções do Uruguai, onde deixou valiosos trabalhos apostólicos (1).

Padre André Gallego — Natural de Vilanueva de los Infantes, Espanha, onde nasceu em 15 de agosto de 1604. Entrou para o noviciado da Companhia em 11 de agosto de 1622 e professou os quatro votos em 25 de julho de 1641. Foi filósofo e teólogo, alem de professor de gramática. Dedicou-se à catequese e prestou relevantes serviços aos índios das reduções (2).

Padre Pedro Bosquier — Nasceu em Hulste, Flandres ocidental, a 7 de janeiro de 1588 e entrou para o noviciado da Companhia em 2 de outubro de 1607. Seguiu para o Paraguai em 1616. Sommervogel (3) o destaca como autor de várias ânuas e trabalhos que o notabilizaram. Conhecia o guaraní, em cuja língua em suas práticas e sermões tinha grande eloquência. Substituiu o padre Miguel de Ampuero na redução de São Francisco Xavier, que este fundara em 1626.

Padre Afonso de Aragona — Nasceu em Nápoles em 1585 e entrou para o noviciado da Companhia em 1604. Ensinou em Nápoles o hebreu e foi superior do *Juvenat*. Seguiu para o Paraguai em 1616 professando durante dois anos humanidades em Buenos Aires. Faleceu em Assunção em 10 de junho de 1629, deixando várias obras notaveis (4). Companheiro do padre Roque, esteve com este em Conceição, aguardando muitos anos a auspiciosa entrada em terras do Uruguai. E quando da fundação de São Nicolau, em 1626, confiou o padre Roque a esse companheiro a dificil tarefa de organizar e dirigir a nova cristandade que se abrira aos trabalhos da Companhia. Em sua ânua citada, o padre Nicolas Mastrilli nos dá notícia do encargo que coube ao padre Aragona que, "pela confiança que conquistou entre os índios, fez algumas entradas por terra, descobrindo gente bastante e bom sítio para fundar outra redução, que não principiou, embora lho pedissem os índios, por motivo de não haver nenhum padre para nela por". "Os trabalhos que o padre Aragona passa aquí são muito grandes; basta dizer que sua comida ordinária é feijão e algum charque velho, se é que lho enviam de outras reduções e senão passa com oração contínua

(1) *Catalogus publicus*. cit. Ano 1670.

(2) Idem, idem.

(3) Carlos Sommervogel. *Bibliotéque de la Compagnie de Jesus* — 1.°, 1827 Som. dá o nome de Pierre de Boschere, mas as ânuas que a este padre se referem dão o de Bosquier.

(4) Sommervogel. *Bibliot.* cit. 1.°, 495.

em que está quase toda noite, tendo gasto o dia inteiro em catequisar a gente e servir os doentes" (1). Sob a direção do padre Roque estão os padres Aragona e Romero, os verdadeiros fundadores das reduções do Rio Grande do Sul.

Padre Cristovão de Arenas — Era natural de Espinosa de los Monteros, em Castela, a Velha, tendo nascido em 1590. Ingressou na Companhia em 1626, tendo, em 1647, feito a profissão dos quatro votos. Ordenou-se sacerdote, em Espanha, e depois de haver feito magníficos estudos de teologia e artes e exercido por algum tempo o sacerdócio regular, em Valadolid, pelo seu preparo e grandes dotes de virtude, foi por muito tempo aio dos filhos do marquês de Sete Igrejas, D. Rodrigo Calderón. Mas, desejando consagrar-se a obras meritórias na salvação das almas infiéis, ingressou na Companhia, sendo dois anos depois mandado para a catequese do gentio, na América. Assistiu o êxodo dos guairenhos que baixaram até o Paraguai e para mitigar-lhes a fome, foi pelos campos arrebanhar grande quantidade de gado que conduzia aos acampamentos dos retirantes. É, assim, o primeiro tropeiro da Companhia, pois, mais tarde, nas novas reduções do Uruguai e do Tape, continuou nos amanhos de campo em que se tornou exímio, passando incalculaveis trabalhos e privações. Esteve a serviço da catequese dos índios em todas as missões do Paraná, Uruguai, Tape e Itatines, onde encontrou gloriosamente a morte. Serviu no Tape em várias reduções e foi o descobridor do caminho, por serranias àsperas, que ligou Santa Teresa às missões do vale do Jacuí. Por ocasião da peste que dizimou as populações do Tape, atendeu incansavelmente a todos os doentes, curando-os e os procurando nos mais distantes recantos da terra, por serranias, matos e rios que transpunha, a pé com as maiores fadigas e sofrimentos. Assistiu à transmigração dos índios por ocasião da investida dos paulistas. Em 1649, mandado para Itatines, é alí injuriado, martirizado e ferido pelos bandeirantes que investiram sobre a aldeia em que estava. Morreu, na retirada que fez com os índios, em consequência desses ferimentos, sem que se pudesse identificar o lugar de sua morte (2).

Padre Juan Suarez de Toledo — Nasceu em Madrí a 24 de outubro de 1594. Entrou para a Companhia em 24 de junho de 1616. Era filósofo e teólogo. Fora ministro, reitor e superior das reduções. Professou os quatro votos em 25 de agosto de 1634 (3). Trabalhou muito tempo na catequese dos índios, tendo sido o fundador de São Joaquim,

(1) Ânua B. N. I, 29, 7, 19. Trad. para o latim e retraduzida com incorreções em *Documentos para a História Argentina* XX, 362. V. padre Jacobo Rançonnier. cit.

(2) B. N. Col. d'Angelis. Mss. I, 29, 7, 46. Ano de 1649.

(3) *Catalogus publicus* cit. Ano de 1670.

redução do Tape, em 1633. O nome do padre Suarez ficou nas reduções como o símbolo da pobreza e da humildade. Nada levou para fundar a sua missão. E quando lhe perguntaram como poderia atrair os índios e mesmo se manter naquele deserto, respondeu que levava somente "la semilla del evangelio". Faleceu o padre Suarez depois de 1671, com mais de 77 anos de idade.

Padre Pedro de Espinosa — Entre os grandes operários da Companhia, aureolados pelo martírio, figura o padre Pedro de Espinosa, que foi um dos fundadores do Uruguai e do Tape, onde prestou relevantes serviços à catequese dos índios, principalmente, em Caró, onde foi cura. Mais tarde, mandado para Guaira é, ali, um dos que sofrem os ataques dos paulistas, que assolam as reduções. Para atender os catecúmenos transferidos para o Paraná, onde impera a fome, resolve ir a Santa Fé, em busca de provisões. Nessa ocasião, na província de Itatines, é martirizado pelos guapalaches, índios ferozes da região, e morre santamente em 3 de julho de 1637 (1).

Padre Marciel de Lorenzana — Era natural de Leon, Espanha, nasceu em 1566, e sendo estudante, em Alcalá, entrou para a Companhia com 23 anos de idade, a 29 de agosto de 1584, destinando-se logo ao Paraguai, onde foi companheiro do padre Saloni, um dos fundadores das missões de Guaira e de Santo Ignacio, a primeira redução

Marciel de Lorenzana

do Paraguai, fundada em 1610. Esteve nas reduções do Uruguai e do Tape, sendo companheiro do padre Roque, nas primeiras penetrações nestas províncias. Foi mais tarde reitor do Colégio de Assunção, onde faleceu em 12 de setembro de 1632, com 72 anos de idade, 49 de Companhia e 39 de trabalhos nas missões. Era o padre Lorenzana um escritor elegante, conciso e deixou vários trabalhos de valor, citados por Sommervogel. Há de autoria do padre Borôa uma biografia do padre Lorenzana : *Vida do padre Marciel de Lorenzana*, citada por Lozano (*Hist. Rep. del Parag.*) (2).

---

(1) P. Mathia Tanner — *Societas Jesu usque da sanguinis et vitae profusionem militas, in Europa, Africa, Asia et America contra gentiles mahometanos, judaeos, haereticos, impios, etc.* Praga — Ano de MDCLXXV. Col. Barbosa Machado, B. N. Pertencem a este livro as estampas que reproduzimos dos martírios dos padres que trabalharam nas reduções do Rio Grande do Sul.

(2) Sommervogel, cit. IV. Pastells, I, 224.

3 — *Os Mártires*

Entre os jesuitas que fundaram, catequisaram e trabalharam nas reduções do Uruguai e do Tape, alguns fazem parte da longa lista do martiriológio da Companhia. Sacrificados pelos índios, ou mortos nas refregas com os bandeirantes, regaram com seu sangue as terras que palmilharam, levando o símbolo da Cruz em busca de ovelhas para o redil de Cristo.

Aquí fica a nominata gloriosa :

1.º, padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, martirizado pelos índios, em Caró (Rio Grande do Sul), a 15 de novembro de 1628 ;

2.º, padre Afonso Rodrigues, em companhia do primeiro, no mesmo local e data ;

3.º, padre Juan del Castillo, companheiro do padre Roque, martirizado pelos selvagens de Assunção (Rio Grande do Sul) a 17 de novembro de 1628 ;

4.º, padre Cristovão de Mendoza, trucidado pelos índios de Ibia (Piaí — Rio Grande do Sul) a 25 de abril de 1635 ;

5.º, padre Pedro de Espinosa, morto às mãos dos índios de Itatines (Paraguai) a 3 de julho de 1637 ;

6.º, padre Diego de Alfaro, morto em Caaçapaguassú, Apóstolos (Rio Grande do Sul) pelos bandeirantes, a 17 de janeiro de 1639 :

7.º, padre Pedro Romero, martirizado pelos índios em Itatines (Paraguai) a 22 de março de 1645, juntamente com o irmão Mateus Fernandes.

A relação só se refere aos que trabalharam nas reduções primitivas do Rio Grande do Sul (1).

4 — *Conclusão*

Os padres que conduziram os índios, na retirada de Guaira foram todos designados para as reduções do Uruguai e do Tape. São os fundadores de novas missões que prosperaram, principalmente na pro-

---

(1) O mapa de Quiroga, de que publicamos parte, se bem que inexato quanto à localização, regista os nomes desses e de outros padres sacrificados pela fé, em várias regiões do Paraguai e do Prata. Reproduzimos tambem peças iconográficas representando o sacrifício dos operários da vinha do Uruguai. Pertencem essas estampas ao livro do padre Mattia Tanner, que foi publicado em Praga, em 1675 (Col. *Barbosa Machado*. B. N.). Traz as biografias de todos os mártires da Companhia, precedidas de estampas, e intitula-se : *Societas Jesu usque da sanguinis et vitae profusionem militas, in Europa, Africa, Asia et America contra gentiles, mahometanos, judaeos, haereticus, impios* etc. Duas dessas estampas foram reproduzidas pelo padre C. Teschauer, que diz provirem de outro trabalho "Effigies et nomina" etc., que as tomou do livro do padre Mattia Tanner.

FAC-SIMILES DE ASSINATURAS DE PADRES JESUITAS
FUNDADORES DAS REDUÇÕES

P. Josef Orégio

P. Juan Augustin de Contreras

P. Pedro Mola

P. Simon Maceta

P. Juan Pastor

P. Francisco Ximenez

P. Pedro Alvarez

P. Antonio Paulo Palermo

Irmão Antonio Bernal

P. Antonio Ruiz de Montoya

víncia do Tape. Entre os principais aparecem os padres Antonio Ruiz de Montoya e Cristovão de Mendoza, e outros já referidos, e mais Simon Maceta, Pedro Mola, Luiz Ernot, José Domeneck, Pedro Alvarez e Paulo Benavides, este último português. E' toda uma plêiade de homens ilustres pela cultura, pelas virtudes, pela coragem. Escritores, geógrafos, etnógrafos, deixaram seus nomes ligados à vida das missões. Infelizmente quanto a seus dados biográficos silenciam os documentos manuscritos, pois há uma solução de continuidade nas ânuas em que baseamos este estudo. E o *Catalogus publicus Provincie Paraguarie* que, alem das ânuas necrológicas, nos dá elementos biográficos desses operários, só tem os cadernos correspondentes aos anos de 1670, 1678 e 1682, sendo provavel que os anteriores existam em Roma, no arquivo da Companhia. O *Catalogus* do século XVIII é mais completo, pois iniciado em 1701 vai até ao ano da extinção da Companhia em 1768. Dele nos serviremos, na segunda parte deste estudo, principalmente para identificar os grandes artistas jesuitas que passaram pelos Sete Povos de Missões, nos deixando esses monumentos impereciveis de arte, que singularizam a civilização das Missões brasileiras no extremo sul do país.

Há mais um grande número de padres, de não menos valor pela atuação e pelas virtudes, que passaram pelas reduções do Uruguai e do Tape, fundando-as ou dirigindo-as, catequisando os seus índios, de que tambem não se encontram notícias biográficas. São os padres Andres de la Rua, Juan de Salas, Jerónimo Porcel, José Orégio, irmão do cardeal do mesmo nome, e que traduziu para o italiano uma biografia do padre Cristovão de Mendoza, feita pelo padre Pedro Mola; Francisco Ximenes, fundador de Santa Teresa; Pedro Mola, cura de Jesus Maria; Juan Batista Mexia, cura de São Nicolau; Francisco Clavijo, Pasqual Garcia, José Ordoñez, Diego Ferrer, Nicolas Ignacio, Ignacio Martinez, Juan Agustin de Contreras, Manuel Xavier, e outros, cujos nomes passam por estas páginas com seus caracteristicos especiais de altas virtudes, saber e abnegado heroismo. Todos eram linguas admiraveis e muitos deixaram seus nomes em trabalhos e atos de relevância na catequese do selvícola.

Operários humildes da vinha do Senhor, obscuros obreiros de um monumento imperecivel de Fé, na renúncia de todos os bens terrestres, sem ambições, praticando o bem entre selvagens e procurando, com o sacrifício das próprias vidas, trazê-los ao redil de Cristo, eles avultam nesse cenário grandioso, circundados por um halo glorioso de santidade.

Não importa a nacionalidade a que pertenceram. Americanos do sul, espanhóis, franceses, italianos, belgas, alemães e portugueses, eles representavam a universalidade da Companhia e não tinham predileções nacionalistas. O império da Cruz, universal e eterno, pelo conhecimento de Deus e pela fraternidade humana, a que incorporaram as chusmas de índios que mais tarde foram expressões de civilização cristã, era o único escopo desses heróis e desses santos que exerceram a sua atividade em terras do Rio Grande do Sul.

Entram, assim, na História do Brasil. Integram-se à nossa vida inicial, pelo benefício que nos legaram, pelas sementes que lançaram,

pela beleza de seus gestos, pela glória imortal de suas ações. Seus catecúmenos entraram na formação primitiva das populações brasileiras do sul e seus monumentos de arte, ruinas de um passado grandioso, constituem o mais alto patrimônio artístico e histórico brasileiro, e a razão de ser da admiração que lhes votamos.

Por uma coincidência notavel, que é quase uma predeterminação histórica, é o Brasil o detentor de copiosos arquivos jesuíticos, quase inexplorados e inéditos, nessa preciosa *Coleção de Angelis*, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sem cujos subsídios documentais não se poderá escrever a história da Companhia de Jesus, na antiga província do Paraguai.

Dentro das proporções modestas que nos são dadas na feitura deste trabalho, foi nosso intuito, respigando-os ligeiramente, traçar os alicerces do patrimônio artístico que nos veem da civilização jesuítica das Missões, hoje incorporado ao Brasil.

II PARTE

ANTECEDENTES ECÔNOMO-POLÍTICOS DA FUNDAÇÃO DOS POVOS

CAPITULO I

ORIGENS DA ECONOMIA DAS MISSÕES

1. — Fatores econômicos do povoamento do extremo-sul. 2 — O ciclo do gado vicentino. 3 — Fundação da pecuária paraguaia. 4 — Introdução do gado nas Reduções. 5 — Gado bovino. 6 — Gado equino. 7 — Origens do gado menor. 8 — Vacarias. 9 — Estancias dos Povos. 10 — Os ervais das Missões.

1 — *Fatores econômicos do povoamento do extremo-sul.*

A história das Missões, em sua segunda fase, é uma decorrência natural de sua geografia econômica. Dois fatores principais contribuem para valorizar a terra, nela fixando novamente núcleos de povoamento jesuítico que o temor das arremetidas bandeirantes expulsara dalí, meio século antes. Desde o Alto-Uruguai, ao norte, até a Serra do Erval, no sul, onde vem morrer a sua diagonal, os ricos ervais nativos, sem cujo produto "os índios não poderiam subsistir", tentavam arriscadas incursões no território abandonado às feras e aos infiéis. E ao sul, descobertas as vacarias do mar, que corriam do Camaquam-do-sul até o litoral, entestando com o Prata, abriam-se possibilidades inimaginaveis à geografia econômica das Missões. E é sobre estes fatores precípuos de sua riqueza em elementos de subsistência humana que se reatam os fios da história da civilização jesuítica das Missões, dentro da vasta região que o Prata e o Uruguai abraçam.

Duas fases distintas presidem à civilização ignaciana. A primeira, já estudada, pode-se sintetizar no anseio espiritual que dominava a alma puríssima desses heroicos evangelizadores que, levando unicamente a Cruz como símbolo da vontade divina, perlustravam os mais recônditos rincões para agremiar cristandades novas.

Votados ao martírio, fazendo das próprias vidas o holocausto de sua fé imensa, torturados por todas as aflições, os jesuitas, tendo unicamente em mira a propagação de seu alto ideal cristão, congregam as hordas selvagens, incutindo em seus ânimos, com o exemplo de sua bondade

e com a tenacidade de seu esforço sobrehumano, os princípios religiosos que fundamentam a catequese. É a fase dos santos e dos herois obscuros, capazes de realizar milagres, e abalar as montanhas da insensibilidade espiritual dos índios, procurando tocá-la com a faisca germinadora de uma fé sem limites. Roque Gonzalez, Cristovão de Mendoza, Diego de Boroa e todos os santos e todos os mártires dessa fase inicial ficam no agiológio jesuítico como símbolos do desprendimento admiravel desses homens que só viam na própria ação redentora o alargamento das searas de Deus, sem outros objetivos de qualquer ordem que não fossem cristianizar essas almas selvagens para que servissem ao Senhor no acrescentamento de sua glória eterna.

Decorrem dessa vontade as realizações de ordem temporal com que alicerçam a vida dos silvícolas. São os marcos incipientes de uma civilização rudimentária. Necessidades alimentares que surgem com a fixação de núcleos de povoamento induzem-nos a fundar lavouras e sistematizar o plantio de raizes e grãos, evitando assim que a dispersão dos índios, para procurar alimentos na caça e na pesca, leve-os novamente ao nomadismo e à selvageria antiga. E quando as pragas, as intempéries e as pestes assolam suas reduções, e a fome quasi as destroe, introduzem gados de toda a espécie que constituem os cascos iniciais da pecuária do extremo-sul. Melhoram assim as condições de vida de seus catecúmenos, impondo-lhes costumes novos que modificarão essencialmente as suas tendências nativas. E dão à terra, inaproveitada e deserta, uma nova função econômica que será a base estrutural de sua futura grandeza e da própria feição humana de seus advinícolas atraidos pela opulência da riqueza com que a fecundaram.

A segunda fase da civilização jesuítica, ao oriente do Uruguai, que se pode datar da descoberta das vacarias do mar, despe-se de sua simbólica beleza espiritual, porque reside no puro utilitarismo econômico. Alem disto há razões de ordem política orientando a ação dos jesuitas que perdem o carater universalista dos primeiros tempos, servindo aos interesses espanhóis nas lutas pela posse da terra ante a ameaça da expansão portuguesa no Prata.

O gado, que alí se multiplicara assombrosamente, vai exercer a sua função civilizadora. Em torno dele, pela posse da terra que valorizara, girará o largo processo histórico de que decorrem as origens do povoamento e diferenciação étnica dos povos que serão os detentores desse largo território e da secular contenda em que se debaterão portugueses e espanhóis.

A geografia do gado imporá ao homem, imperativamente, em função do meio, novas condições modificadoras de sua vida material e moral, em suas modalidades topográficas, econômicas e sociais. Os índios que se tornaram cavaleiros e os brancos que se integram, por um abaixamento de nivel de civilização, às toldarias volantes daqueles, a que se associam nas fainas das vacarias e no nomadismo da vida livre da Pampa, constituirão, então, esse tipo primitivo, semi-bárbaro, que foi o gaudério, o gaucho do campo, com seu linguajar bizarro, costumes rurais, altivez e bravura, e cuja influência predominará na formação das populações campesinas da bacia do Uruguai.

Na amplidão da terra, vencendo distâncias, tangendo rebanhos, ou terçando a lança e arremessando as boleadoras; avançando indomavel em suas cargas de cavalaria, nos entrechoques guerreiros, o homem se identifica com o cavalo de que faz o companheiro inseparavel de todas as horas boas ou más de sua vida agitada e heróica. É uma espécie de centauro lendário. Homem e cavalo se completam, se integram. Nas arrancadas gloriosas das pugnas guerreiras, resfolegando ao sopro dos combates; ou nas horas de emoções sentimentais, à viola, nas canções nostálgicas da Pampa, imensa e deserta, evocadora de saudades e sonhos, de idílios heróicos, vividos em disparadas loucas, ou sob o morno aconchego dos capões, ilhas de verdura perdidas no descampado das planícies extensas; ou nos trabalhos campeiros, em desperdícios de energias e bravuras ignoradas, o gaucho, singularizando-se pelos seus costumes, indumentária, linguajar e carater altivo, é um produto desse meio em que o gado exerceu decisiva influência sócio-geográfica. Trabalhado pelos imperativos indeclinaveis de uma vida livre, não perde, porem, as tendências de um nobre regionalismo construtor, pois que, embora oriundo de um mesmo *habitat* primitivo, onde recebeu os influxos de usos e costumes comuns a homens de origens diversas, traz como sentimento arraigado o amor da terra, cujas fronteiras giza com o próprio sangue, alargando-as e integrando-as à Pátria indivisivel e única, de que procedem os seus maiores.

A história do gado vai ser, de hora em diante, nesse meio em que se debatem dois povos por antagonismos político-econômicos, a própria história do homem e da terra. No ápice surgirá a figura apostolar do Jesuita. É o criador da riqueza, o desbravador da terra, o catequista primitivo e o fundador de uma civilização que deixará traços precisos e fortes a vinculá-lo, por todos os tempos, à justa consagração da Posteridade.

Diz-se, sem aprofundar as raizes históricas em que se alicerça a civilização jesuítica, na terra riograndense, que ela nada influiu ou construiu no carater ou na vida social do extremo-sul do Brasil. Segrega-se, mesmo, a ação da Companhia de Jesus, dentro do território riograndense, que forma assim como que uma ilha histórica separada pelas correntes nacionais que, no entanto, se desdobram até a Colonia do Sacramento. E se remete para a história da civilização espanhola, no Prata, essa fase admiravel de atuação ignaciana aquem-Uruguai.

Profundamente injusto esse conceito quando perquirimos a encruzilhada em que se tocam e confundem as linhas da história social e econômica desse período da nossa formação.

Não se pode negar que exista uma interdependência entre a civilização jesuítica das Missões e a formação do Estado brasileiro que será, no extremo-sul, o marco meridional das possessões portuguesas que se estendem até o Prata e que se fixa, definitivamente, realizada a conquista das Missões, nas linhas atuais de suas fronteiras geográficas.

Muito embora coubesse aos portugueses a prioridade na descoberta e exploração do Prata, é indiscutivel que a linha de Tordesilhas, no sul, vinha morrer à altura da Laguna, não obstante a larga controvérsia histórico-geográfica que a fazia oscilar à feição dos interesses postos em causa pelas duas monarquias peninsulares. Como veremos, mais detida-

mente, a disputa em torno do Prata surge aos albores da descoberta do maravilhoso estuário envolto em lendárias promessas de fabulosas riquezas.

Mas, realizada a viagem de reconhecimento de Martim Afonso de Souza que, possivelmente, teria verificado a improcedência das pretensões portuguesas de estender até ali os seus limites, há uma como tácita anuência de Portugal à fixação de um núcleo colonial espanhol no Prata, que coincide com a delimitação da mais meridional das donatarias portuguesas, nos confins de 28° 1/3. Observa Capistrano de Abreu que "no plano primitivo a demarcação devia ir de Pernambuco ao Rio da Prata, meta de que afinal ficou cerca de 12 graus afastada" e acrescenta que "só por considerações internacionais se poderia explicar a fixação tácita dos limites do Brasil em 28° 1/3" (1).

Durante 150 anos o território ao sul desse meridiano não suscitou novas controvérsias oficiais. Até, pelo contrário, foi essa linha rompida pelos castelhanos que tentaram se estender, pelo norte, até S. Francisco, interposto necessário às expedições que, por terra, se dirigiam à governação do Paraguai.

Quebrando esse secular interregno avançaram até as reduções do Tape as bandeiras de Piratininga. Perlustraram durante largos anos todos os recantos da terra, mas sem nela se fixarem, porque unicamente os movia o objetivo da caça ao índio, e não a terra longínqua, quase inacessivel pelo mar e sem interesse nenhum de ordem econômica.

Inconcientemente, porem, exercem as bandeiras uma função histórica de decisiva importância na fundação da economia da terra a que levam as suas devastadoras razzias. Quatro anos antes haviam os jesuitas introduzido os primeiros rebanhos em suas reduções. Premidos pela investida das bandeiras, salvando a custo o seu material humano, semente preciosa da catequese inicial, abandonam, no entanto, o gado com que acudiam às necessidades alimentares dos índios reduzidos em suas aldeias. E é ainda o receio de novas incursões bandeirantes a causa principal do trasmalhamento e difusão geográfica desses rebanhos que se multiplicam assombrosamente pelas campanhas e pastiçais do sul, dando margem a fabulosa riqueza pecuária das vacarias.

O gado vai ser a origem precípua da expansão civilizadora no extremo-sul. Modifica o fácies ecônomo-geográfico da terra, criando utilidades que possibilitam meios compensadores de vida. Atrae ambições que se entrechocam. Dá ao homem uma feição nova, revestindo-o de um fundo de heroicidade, meio selvagem, que vai se refletir, através dos tempos, nas gerações vindouras. Cria uma étnia, à parte, trabalhada pelos usos e costumes que impõe, por um vocabulário opulento, amálgama de línguas diversas fundidas no cadinho do meio, e dá ao homem, pela função imperativa do desdobramento de atividade de sua própria iniciativa, um carater forte, livre, generoso, hospitaleiro e heróico.

Bastaria esse aspecto de ordem puramente econômica, a introdução do gado, para justificar a influência que sobre a formação dos povos do extremo-sul exerceu a civilização jesuítica, se outros mais diretos não pudessem ser levados a seu crédito.

(1) Capistrano de Abreu. *Cap. de Hist. Colonial.* 44.

A história da civilização riograndense precede, assim, à do povoamento de seu território, fixando-se as suas origens mais remotas na revelação da incalculavel riqueza econômica das vacarias que orienta para o Prata as correntes expansionistas de colonização portuguesa.

Aos espanhóis jamais interessou esse trato de terra que, circulado pelo Prata e Uruguai, ia morrer nas linhas indecisas do meridiano de Tordesilhas. E o mesmo sucedera aos portugueses que, embora percorrendo-o ainda com as entradas paulistas, que vão até a década de 60, só procuravam maloquear, levando para Piratininga chusmas incontaveis de índios infiéis que arrancavam de suas aldeias. Durante 30 anos em que cruzaram esse território, porque não oferecia condições econômicas de vida, não deixaram nele um posto sequer de ocupação definitiva, um núcleo inicial de fixação e povoamento. E os próprios jesuitas, cujos catecúmenos tapes alegam direitos à posse da terra que fora de seus antepassados, e de que se retiraram pela invasão das bandeiras paulistas, não mais voltam a seus rincões, porque, destruidas as aldeias, sem interesse de ordem material que aí os prenda, nada mais os vincula a ela.

Descobertas as vacarias, célere corre a notícia dessa fantástica riqueza que valoriza a terra. Em toda a parte, a geografia do gado que fixa, com a localização dos currais, os esteios da civilização, é traçada pelo homem que, à frente das boiadas, fecunda os desertos.

"A avançada" para os sertões brasileiros, observa o erudito Eugenio de Castro, "se de vários pontos se deu pela necessidade de guerra aos índios, para cativá-los ou afugentá-los de vez — o que teve o socorro dos paulistas, vindo pelo vale do São Francisco, numa e noutra das margens, foi substituida pela marcha regular da expansão e fixação do gado em pequenos sítios e fazendas, obedeceu a uma jornada pastoril, lenta e segura, de que foi figura primacial, nos sertões baianos, o vaqueiro.

Estabelecida uma fazenda, ou curral, o vaqueiro só passou a ter a quarta parte dos gados que criava, depois de decorridos cinco anos de seu emprego. Por sua vez era o vanguardeiro de outros sítios, futuras fazendas, povoados e vilas. Esse processo foi alargando o panorama pastoril, sem deixar em decadência o que era lavoura ou criação, nos afazendados de origem" (1).

Nessa penetração, o vaqueiro não conhece distâncias. À frente do gado, aboiando as tropas, cruza os piques ínvios das matarias fechadas; tendo, à cabeça, enfiada, a caveira de um boi de aspas longas e recurvas, abre o nado das tropas, vadeando rios correntosos e profundos; e, de um ponto para outro, na sua sucessão quase interminavel, vai plantar nos lindes extremos da terra os marcos de fronteiras, de cuja inviolabilidade se torna sentinela atenta e defensor heróico.

Mas, não será unicamente o guia e o fixador em novos currais e estâncias dos rebanhos que conduz e pastorea. É o criador de um mundo novo que traça geograficamente e o diferenciador de novas étnias.

As injunções do meio, trabalhos e provações; o apuramento de predicados excepcionais de resistência e bravura; usos e costumes, e a cópia

(1) Eugenio de Castro, *Geografia linguística e cultura brasileira*. Rio de Janeiro — 1937, pág. 37.

de verbalismos novos com que enriquece o seu vocabulário, modificam-lhe, essencialmente, o tipo primitivo. A miscegenação imposta pelo sangue das raças, que aí se chocam e se misturam, completa essa modificação. Forma, assim, a geografia do gado, um tipo de exceção, completamente diferente do outro, que conserva os seus traços de origem, perlongando o litoral de que se não afasta, entregue aos amanhos incipientes da terra. É ela que realiza a unidade nacional. Os currais e as estâncias são os elos dessa corrente indestrutivel que vai prendendo, rincão a rincão, toda a vasta extensão territorial do Brasil (1).

Em suas linhas de dispersão geográfica que ligam o núcleo inicial da pecuária brasileira no centro-sul aos sertões longínquos de oéste, dando origem à riqueza pastoril do Prata, que decorre da introdução do gado em Assunção do Paraguai, com as "sete vacas" lendárias de Gaete, veiifica-se, ainda, o mesmo processo de difusão bovina. À frente dos povoadores das novas cidades, na sua missão histórico-social de fecundador de desertos e condutor da civilização, era sempre o gado o fixador do homem à terra e o curral o ponto de convergência de populações adventícias.

Diverso, porem, em suas próprias origens, o panorama geográfico da dispersão e mutiplicação dos rebanhos que opulentam os campos cisplatinos. Abandonado à sua mesma sorte, entre as bacias do Ibicuí e do Jacuí, sem costeio nem cuidados de vaqueiro, o gado segue para o sul, onde magníficas pastagens e perenes aguadas facilitam, em largas décadas, sua assombrosa multiplicação e aprimoram uma raça de seleção, que foi o *gado crioulo*.

Por muito tempo desconhecido, circunscrito à campanha que se estende até o mar, criou reservas inexhauriveis que deveriam açular as mais fundas ambições pela posse da terra que valorizara economicamente e pela exploração intensiva das fontes de riqueza que constituia. Não obstante a prioridade dos jesuitas em seu lançamento, pelo abandono em que jazia e pelo próprio processo de sua multiplicação, esse gado era considerado *chimarrão*, isto é, selvagem, o que excluia direitos de propriedade particular.

Reivindicavam os tapes, oriundos dos índios que haviam sido primitivos donos da terra, e a quem pertenceram os primeiros rebanhos nela introduzidos, o direito de extração dos gados das vacarias, contestando os espanhóis, em longos pleitos judiciais, que somente a eles pertencia essa riqueza, fazendo-a proceder de cascos vacuns aí lançados por Hernandárias e outros.

Antes, porem, que essas disputas tivessem lugar, conhecida a riqueza pastoril da terra completamente abandonada, dirigem os portugueses para ela as suas atenções, avocando a si o direito de posse pela prioridade lusa na descoberta do Rio da Prata.

Intentam-se expedições para efetivar essa posse. Ao princípio timidamente esboçadas pelo receio de um choque com os castelhanos. Concedem-se, reatando o fio da política de colonização primitiva, largas donatárias que vão até Maldonado, mas que esbarram, na fixação geográ-

---

(1) Aurélio Porto — *Função sócio-geográfica do gado brasileiro*. *Jornal*. Rio, 30-IV-1939.

fica de seus lindes, com os mesmos receios de provaveis antagonismos internacionais. A expedição de reconhecimento de Jorge Soares Macedo ruma, finalmente, para o sul. Tem, porem, o epílogo desastroso de um naufrágio e o encontro com a tropa missioneira dos Jesuitas que, sabida a incursão, fica de alcatéia na praia deserta em que surge o explorador. É quando, remontando às alturas de São Gabriel, com o aparelhamento necessário à fixação de uma Colônia militar, que será o núcleo do expansionismo português no Prata, funda D. Manuel Lobo, alí, a cidadela da *Nova Lusitânia*, depois Colônia do Santíssimo Sacramento. Ao norte, no litoral, coincidindo com essa penetração para o extremo-sul, o capitão-mor Domingos de Brito Peixoto e seus filhos fundam Laguna, cuja influência no povoamento do território riograndense será de decisiva importância. Caberá aos lagunistas, atraidos pelo gado chimarrão das Pampas, de que desde a primeira hora fazem grandes arreadas, a verdadeira fundação do Rio Grande do Sul, que percorrem em todas as direções e em que fixam depois, nas alturas de Viamão, os seus primitivos currais.

Estabelecidos esses dois núcleos de povoamento — Colônia e Laguna — que são os marcos avançados de penetração portuguesa no Prata, compreendem os jesuitas que um sério perigo ameaça destruir a riqueza que dera à terra dos tapes um alto valor econômico. Outro fator que vai exercer decisiva influência nos destinos da terra surge no índio campeiro, minuano e afins, inimigo tradicional dos catecúmenos jesuitas, com os quais muitas vezes travaram sangrentas contendas. Conseguem os portugueses cativá-los com suas dádivas e por seu intermédio extrair das vacarias inumeraveis tropas de gado, que suprem às necessidades da Colônia ou sobem para a Laguna, onde se estabelecem as primeiras xarqueadas do sul e se inicia larga exportação de efeitos vacuns.

Aos portugueses e índios vem se ajuntar um elemento novo — o gaudério. Egressos da civilização, "sem lei, sem rei, sem Deus" surgem de todas as partes. São, inicialmente, moços santafecinos, "crioulos, jovens e inquietos, que encontraram nelas (vacarias) uma distração, primeiro, e uma ocupação, em seguida, muito de acordo com o espírito de aventura que corria em suas veias". As expedições às vacarias, em que tomavam parte principal, foram alheiando-os das cidades "até romper por completo os frageis laços que os ligavam ao lar paterno, onde a vida lhes decorria dificil". Foram os primeiros "paisanos" que, ao se isolarem dessa forma, rompiam não só com seus pais como tambem com a sociedade de seus semelhantes para fundar uma sociabilidade regressiva que nosso grande Sarmiento chamou com justiça "a civilização do couro". Aparecem "nos primeiros anos do século XVIII. Primeiramente na Banda Oriental, onde as expedições santafecinas vão deixando peões que fazem vida selvagem, dedicando-se à extração de couros para o Assento, ou para os portugueses da Colônia do Sacramento. Citada fica a opinião do comissionado da referida Banda que em 1721 diz que aquelas campanhas estão cheias de peões vagabundos que vivem a seu arbitrio, sem Deus, sem Rei e sem Lei. Essas referências pintam perfeitamente o gaucho nômade" (1). A estes vão se juntar portugueses, brancos, mestiços e pretos, oriundos de toda parte, que são atraidos pela vida livre e aventu-

(1) Emilio A. Coní. *Historia de las vaquerias de Rio de la Plata*. Madrid. Tipografia de Archivos. Olozaga, 1, 1930.

rosa das vacarias, ou pelas facções guerreiras de que vão ser cenários as campanhas infindaveis da Pampa, para o entrechoque das duas raças em formação que disputam a posse desse patrimônio econômico que as opulenta.

Com as incursões que haviam feito, à frente das hostes armadas de seus catecúmenos, recrutados nas doutrinas da margem ocidental do Uruguai, afim de obstar o avanço português para o Prata, conhecem os jesuitas o volume surpreendente da riqueza pecuária das vacarias. Perdem tambem com essa penetração o temor que os inibia, até então, de uma assistência efetiva a esse território, cuja valorização econômica, com a difusão do gado, tornara a meta ambicionada de portugueses e espanhóis. Fautores dessa riqueza, sentiram-se espoliados no direito natural que lhes assistia em sua lucrativa exploração. Urgia estabelecer fortes núcleos de população, vadeando o Uruguai, para preservá-la da destruição iminente já prevista com o avanço dos elementos alienígenas que tentavam se fixar ao sul e ao norte. Portugueses, espanhóis, gaudérios e índios campeiros, iniciavam esse largo processo histórico do povoamento do sul, sobre as bases fundamentais da geografia do gado que lhes impunha os imperativos de uma civilização incipiente.

Colônias de índios cristãos a que cabem resguardar esse patrimônio jesuítico de inapreciavel valor, deslocam-se das terras a que a ação bandeirante obrigara transmigrar seus antepassados e fundam, no vale do Uruguai, em sua banda oriental, os povos de Missões. Ao princípio, temerosos ainda, se bem que fortes pela férrea disciplina da educação jesuítica, localizam-se uns próximos aos outros, para eventual socorro e assistência de defesa. Mais tarde, na preservação de sua própria economia rural, estendem as suas estâncias por todo o território riograndense, enchendo-o de magníficos rebanhos de gado de toda espécie, que são a origem da penetração e fixação dos elementos brasileiros que fundam aí os esteios avançados da nacionalidade. A geografia jesuítica do gado, atraindo o lagunista, cria o tropeiro que marca com seus currais primitivos, na terra riograndense, o fogão das estâncias, em torno do qual o gaudério, o gaucho primitivo dos campos irá emergindo da semi-barbaria em que se afundou, para a civilização a que retorna.

Para se contrapor, pelas armas, à expansão portuguesa, e à exploração das ricas campanhas do Prata, aliam-se os jesuitas e os espanhóis de Santa Fé e de Buenos Aires que levam vários assédios à nova fundação lusitana. Trava-se, então, essa luta formidavel que deverá durar um século e delinear fronteiras que oscilam ao sabor dos tratados ou do entrechoque sangrento dos contendores. Conseguem, entretanto, os portugueses a aliança dos índios cavaleiros que dominam as campanhas da Banda Oriental e que, numa poderosa confederação, hostilizam, principalmente as Missões uruguaias. É quando compreendem os platinos a necessidade de estabelecer à margem setentrional do grande estuário um posto estavel de população branca, para se contrapor ao avanço português. Surge daí a cidade de Montevideu e com ela as origens de uma nacionalidade, cujos usos e costumes, oriundos na mesma fonte original, são idênticos aos das campanhas do Estado mais meridional do Brasil, e cujas fronteiras geográficas, imprecisas e incertas, somente se identificam pelos idiomas que, no entanto, quase se confundem, na comunidade dos verbalismos novos com que a civilização do gado os opulentou.

Quando, em 1737, o brigadeiro José da Silva Pais, entrando à barra do Rio Grande, funda o primeiro estabelecimento oficial de posse portuguesa que se ergue no litoral, já, penetrando até as alturas do Viamão, os pioneiros do povoamento riograndense, dominando campos de sesmarias extensas, recolhem das campanhas longínquas tropas inumeraveis de gados missioneiros. Em torno da estância que se ergue, na sua predestinação social, congregam-se elementos de toda espécie, que serão os fautores da cidade futura. Lagunistas, colonistas, gauchos e índios, portugueses e espanhóis, missioneiros e minuanos, aí se fundem numa miscegenação primitiva. São as origens étnicas das primeiras gerações riograndenses. E nessa fase de formação não é de despresar a contribuição de índio das Missões jesuíticas, como se depreende da percentual com que concorre nos assentos batismais de Viamão e do Presídio de Rio Grande. E, mais tarde, coincidindo com a entrada inicial dos casais açoritas que formam o fundo da população branca do Continente, na Guerra da Demarcação, o general Gomes Freire de Andrada promove a entrada no território riograndense de algumas centenas de famílias missioneiras, que fundam as aldeias de São Nicolau do Jacuí, São Nicolau do Rio Pardo e a Aldeia dos Anjos, junto a Viamão. Confundidos com a população de origem lusa, porque se lhes impõe a adoção de nomes portugueses, entram largamente na formação das nossas populações rurais, numa alta mestiçagem de impossivel identificação genealógica.

Nossas lendas campeiras, nossa música e cânticos folclóricos, o fatalismo característico do nosso povo, a displicência das nossas ações, e o religiosismo das velhas gerações campeiras, refletem um pouco a civilização decadente das Missões. Com a idade do couro, que é um dos mais interessantes períodos da história do extremo-sul, fundam as Missões indústrias incipientes que criam raizes fundas em nossas populações rurais. Sob todos os aspectos, apreciados em detalhe, encontraríamos, fundamentando a asserção, uma influência mediata da civilização missioneira na formação primitiva do Rio Grande do Sul.

Com a conquista dos Sete Povos e integração de suas populações, já decadentes, à comunhão brasileira, recebemos um acervo histórico que se torna um patrimônio nacional.

Não há negar que a civilização missioneira, universalista em suas origens, que mesmo mais tarde se segregava da influência castelhana, porque a presidia o isolacionismo jesuítico, atuou na formação das nossas populações rurais, pela geografia do gado, pela contribuição étnica do tape e pelas características que lhe são peculiares.

A história do gado, que é a história econômica do Rio Grande do Sul, por si só integraria as Missões Orientais do Uruguai ao panorama histórico da civilização brasileira.

2 — *O ciclo do gado vicentino.*

O gado que os jesuitas introduzem, em 1634, no território que se estende a oriente do rio Uruguai, e que vai constituir o casco da pecuária sul-riograndense e uruguaia, procede, em suas origens primitivas, dos rebanhos brasileiros de São Vicente, aí introduzidos um século precisa-

mente antes, por ordem do donatário dessa capitania Martim Afonso de Souza.

Embora recebesse uma pequena percentagem de sangue do gado espanhol, que baixa do Perú, em quantidade mínima que pouco influe sobre os seus caracteristicos raciais, o *gado crioulo* que readquire, no estado selvagem a que retorna pelo largo abandono de quase meio século nas campanhas platinas, as suas preciosas qualidades primitivas, constitue pela sua rusticidade e valor econômico uma raça à parte, distinta da brasileira, paraguaia e correntina, das quais procede, por descendência secular direta.

Dava-se-lhe tambem originariamente a designação de gado *colonão*, julgando proceder da Colônia do Sacramento, de onde os portugueses recebem as primeiras notícias de sua existência.

A história do gado crioulo é, em síntese, a história da civilização jesuítica, origem precípua das correntes de povoamento portuguesas e espanholas que se entrechocam no território uruguaio, cenário admiravel em que se formam dois povos quase semelhantes por usos e costumes, mas separados por antagonismos iniciais de sua própria economia, pela língua de matizes diferentes, que mais tarde quase se confunde nos fogões rurais, por modalismos verbais comuns, oriundos da mesma atividade e do mesmo *habitat* de que eles surgem.

É ainda a expansão geográfica do gado brasileiro, em sua penetração para oeste, depois de um século, retomando sua marcha de retorno, que vai encorporar ao patrimônio territorial do país regiões que serão reservas formidaveis da economia nacional.

Foi Martim Afonso de Souza o fundador da pecuária brasileira.

Estava ainda em S. Vicente quando alí chegou, em 1532, uma carta del-rei, que trazia João de Souza, comunicando-lhe o vasto plano de divisão do Brasil em capitanias hereditárias, cabendo-lhe nessa partilha a de S. Vicente. E, antes de voltar ao reino, o que realizou na monção do ano seguinte, lançou os fundamentos da vila. "Para matriz erigiu uma igreja com o título de N. S. de Assunção; fez cadeia, Casa de Conselho, e todas as mais obras públicas necessárias; foi, porem, muito breve a duração de seus edifícios, porque tudo levou o mar" (1).

Em João Ramalho, o patriarca da terra que alí estava desde 1511 ou 1513, encontrou o donatário um precioso elemento para o êxito de sua empresa. E com ele sobe ao planalto de Piratininga, que se estende, até morrer, às "bordas do campo". O capitão-mor se deixa impressionar "pela bondade" dessas terras, pela aptidão que lhes descobre para "criarem gado vacum, cavalar e ovelhum".

Resolve, então, quando voltar ao reino, dar providências imediatas para a remessa de exemplares de gado que são os sementais de que "sairam desta (capitania) de S. Vicente, as éguas, vacas e ovelhas, que propagarão em todas as mais" (2).

Muitos fidalgos que trouxera na armada ficam povoando a terra. Os casais veem depois, como se depreende da declaração de João Gon-

(1) Frei Gaspar da Madre de Deus — *Memórias para a Hist. da Capit. de São Vicente*. 3.ª ed. São Paulo — 1920, 141.

(2) Idem — 169.

çalves que, segundo frei Gaspar, em petição de 4 de abril de 1538, diz, ser "casado com mulher e filhos em a dita terra, passa de hum anno, e ser o primeiro homem que aa dita Capitania veio com mulher casado, etc." No planalto João Ramalho fundara Santo André da Borda do Campo que, mais tarde, se fundiria com Piratininga, aldeia que o grande Manuel da Nobrega visita, pela primeira vez, em 30 de agosto de 1553 (1).

Martim Afonso, escreve Pero Lopes, no Diário, "repartiu a gente nessas duas vilas e fez nelas oficiais e pôs tudo em boa ordem de justiça, de que a gente tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios e celebrar matrimônios e viverem em comunicação das artes e ser cada um senhor do seu e vestir as injúrias particulares e ter todos os outros bens da vida segura e conversavel" (2).

Na ausência do capitão-mor que, em princípios de 1533, segue para o reino, fica governando S. Vicente, no civel, o padre Gonçalves Monteiro, vigário da nova igreja a quem cabia prover ofícios e conceder sesmarias. O governo das Armas tocou a Pero de Góes e Rui Pinto.

Martim Afonso chegou a Lisboa em maio de 1533, sendo nomeado capitão-mor da Índia, para onde partiu com cinco velas a 12 de março de 1534. "Enquanto não partiu para o novo destino ocupou-se da sua Capitania, enviando-lhe casais, plantas e sementes — incluindo cana de açucar; e celebrando contratos para a fatura deste" (3).

O Dr. Urbino Viana, que assina interessante trabalho sobre o assunto, coloca a introdução do gado, em S. Vicente, entre aquelas duas datas, acrescentando que foi mandado por D. Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso e sua procuradora nos negócios atinentes à capitania (4). Essa procuração está datada de 3 e 6 de março de 1534 (5).

Não se pode, ainda, de sã conciência, determinar uma data precisa para a introdução do gado no Brasil. É possivel que nos arquivos portugueses se encontrem indicações não reveladas até hoje. Nas feitorias que se estabeleceram ao norte, antes da fundação de S. Vicente, é provavel, mesmo, que portugueses ou franceses houvessem introduzido algumas cabeças de gado, mas em número tão resumido que não se destinariam senão exclusivamente para o consumo.

Martim Afonso em sua armada da Índia, segundo Jaboatão, "levava religiosos menores e tornou de arribada ao porto da Baía (6). Em seguida, destinando-se à Índia e, no mesmo ano, sabe-se que Pero Lopes, em uma caravela e Firmino Sodré, em outra, sairam de Lisboa. No ano seguinte, em setembro, saiu uma armada de que fazia parte a nau *Galega*, capitaneada por Thomé de Souza.

Não é fora de propósito supor que o próprio Martim Afonso tivesse trazido em sua armada o primeiro gado introduzido em S. Vicente, transbordado na Baía para o sul. C. Malheiro Dias informa que "os navios, que de Portugal vinham anualmente ao Brasil, faziam a cabotagem

---

(1) Padre Serafim Leite. *Páginas de História do Brasil*, pág. 92, notas 5.
(2) Eugênio de Castro — *Diário de Pero Lopes*.
(3) F. A. de Varnhagen — *Biog. Martim Afonso*. Rev. Inst. Hist. Bras. V-235.
(4) Urbino Viana. *Sobre o gado curraleiro* — Rio, 1927.
(5) Carlos Malheiro Dias — *Hist. da Colon. portuguesa* — no Brasil. 1.°, 109.
(6) Jaboatão — *Novo Orbe seráfico*.

desde Pernambuco a S. Vicente, trazendo-lhe novos colonos, gados, panos e ferramentas, e transportando para a Metrópole as caixas de açucar produzido nos canaviais florescentes da Colônia" (1).

Segundo Gandavo o primeiro gado introduzido no Brasil teria vindo do Cabo Verde, onde as armadas que demandavam o Novo Mundo se abasteciam e informou que, "depois que a terra foi conhecida e vieram a entender o proveito da criação que nesta parte podia alcançar, começaram-lhe a levar da ilha de Cabo Verde cavalos e éguas, de que agora há já grande criação em todas as capitanias desta provincia. E assim há tambem grande cópia de gado, que da mesma ilha foi levado a estas partes; principalmente de vacum há muita abundância, o qual, pelos pastos serem muitos, vai sempre em grande crescimento" (2).

Os mais antigos cronistas são contestes em afirmar a precedência de S. Vicente em criação de gados, assinalando o padre Simão de Vasconcelos que "esta vila de S. Vicente foi a primeira em que se fez açucar na costa do Brasil e donde as outras capitanias se provisionaram de cana para a planta e de vacas para a criação" (3). E frei Gaspar citando o padre Simão de Vasconcelos acrescenta que "sairam desta de S. Vicente as éguas, vacas e ovelhas que propagaram em todas as demais".

Pero Lopes, em seu Diário, nos dá as primeiras notícias sobre distribuição de terras em S. Vicente. "A todos nós pareceu tão bem esta terra, que o capitão I determinou de a povoar e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas."

Entre os primeiros que recebem sesmarias de terras, em S. Vicente, figura o fidalgo Brás Cubas que veio na armada de Martim Afonso, e que mais tarde é o fundador de Santos. Data a concessão de 10 de outubro de 1532 a que, em 1536, agrega as terras de Jerebatiba (4).

Sua fazenda, demarcada em 1567, ficava junto à aldeia do Paqueri e nela tinha uma capela dedicada a Santo Antonio, coberta de telha e casas fortes, alem de muito gado, assim vacum, como suino. É um dos primeiros que iniciam a criação de gados, cujo casco foi grandemente aumentado com a vinda de seu pai, que chegou a S. Vicente em 1537, trazendo "muita fazenda" (5).

Alem dos engenhos de açucar que se fundam e que recebem algumas cabeças de gado vacum para suas próprias necessidades e força motriz, os proprietários de terra, quer em S. Vicente, quer no planalto "onde melhor se poderia desenvolver a cultura de cereais e a criação de gados", vão povoando os seus campos, onde os animais se multiplicam, constituindo os núcleos iniciais da pecuária vicentina e, principalmente, piratiningana.

A Pedro de Góes, na mesma data, concede o capitão-mor uma sesmaria, junto ao Engaguaçú, onde estabelece o engenho da *Madre de*

---

(1) *Hist. Colon. Port.* cit. III, 230.

(2) Pero de Magalhães Gandavo — *Tratado da Terra e Gente do Brasil.* Ed. 1924, Rio, 102.

(3) Padre Simão de Vasconcelos — *Crônica da Comp. de Jesus, no Estado do Brasil* — 1.ª ed., Liv. I, 40.

(4) *Hist. Col. Port.* III, 232.

(5) *Rev. Inst. Hist. São Paulo.* IV, 294.

Deus. Depois de povoados, tendo de se retirar para tomar conta da capitania que lhe foi doada, entrega esses campos a seu irmão Luiz de Góes, cujos filhos, mais tarde, como veremos, levando gado dessas fazendas, são os fundadores da pecuária do Paraguai.

A Rui Pinto concede o capitão-mor, em 10 de fevereiro de 1533, uma sesmaria nas terras de *Porto das Almadias*, onde se estabelece, tambem, seu irmão Francisco Pinto.

Alem dessas concessões aos povoadores que ficam em S. Vicente e, mais tarde, sobem para o planalto, e aos que alí encontrara, faz o capitão-mor doação de extensas sesmarias. Entre, estas, interessa-nos a do mestre Cosme, mais tarde requerida por Pero Correa, grande senhor em posses, terrivel preador de índios, que a povoou de farta quantidade de cabeças de gado. Movido pela catequese dos jesuitas, Pero Correa entra para a Companhia, em que depois, por amor dos índios, se torna martir, regando com seu sangue a fronteira entre Carijós e Ibiraiaras. As sesmarias e os gados de Pero Correa são doados à Companhia, em 1533, afim de constituirem um fundo para manter os meninos do Colégio de Piratininga.

Mas, é no planalto, onde João Ramalho funda Santo André da Borda do Campo e os jesuitas, mais tarde, Piratininga, que se desenvolve a criação de gados pela excelência dos campos que alí se encontram.

Fundado o colégio, que dá origem a S. Paulo, quando o padre Nobrega aí vem compreende que ele não poderá se manter e sustentar suas terras e gados que suprem às necessidades de alimentação e indústria dos irmãos, e, "se não foram as terras e vacas que o padre Nobrega com tanta caridade foi grangeando e que é a melhor sustentação que agora tem com que se criou tantos irmãos", informa Anchieta, não poderia subsistir o Colégio (1).

Foram em número de 12 as primeiras vacas que entraram para o campo do Colégio, segundo informa o padre Nobrega, "tambem tomei 12 vaquinhas para criação e para os meninos terem leite, que é grande mantimento, e foram compradas por pouco mais de 30$0 (2). As vacas, aduz em outra carta, foram adquiridas para os meninos, "como as terras e são suas", e o mesmo sucedeu, com as do irmão Pero Correa: "que são dos meninos". Com seu espírito de previdência, Nobrega, segundo Anchieta, embora ao princípio em Piratininga se padecesse muita fome, "mui raramente mandava matar alguma rez, enquanto eram poucas as vacas, para que se multiplicassem para os vindouros" (3).

E assim sucedeu, pois, em pouco tempo, a casa dos jesuítas podia contar com um rebanho já bastante desenvolvido, até para suprimento de outros colégios, como o do Rio de Janeiro, que dalí recebeu os seus primeiros sementais.

Em 1554, quando da fundação de S. Paulo pelos padres, já se contavam quatro aldeias vicentinas: S. Vicente, Santos, Santo André, Itanhaem. Com exceção de Piratininga e de Santo André, "todas estas três

(1) Padre Joseph Anchieta — *Cartas Jesuiticas* — III, 1933, Rio, 476.
(2) Padre Manuel da Nobre — *Cartas Jesuiticas* — I, Rio, 1931, 130.
(3) Anchieta.*Cartas* cit. 475.

vilas são pobres, de poucos mantimentos, e gado, porem abundantes em açucar". Mas, Piratininga "é terra de grandes campos, fertilissima em muitos pastos e gados de bois, porcos, cavalos, etc. e abastece de muitos mantimentos", "os nossos comem de ordinário vaca, que é tenra e sadia, ainda que não muito gorda" informa Anchieta.

Só 30 anos depois da introdução do gado, mercê de magníficas publicações de documentos paulistas, pode-se acompanhar com mais minúcia a evolução da pecuária vicentina.

Em 1564 determina a Câmara que se levante uma estatística dos gados de S. Paulo, que deveriam pagar o devido tributo, notificando os proprietários deles ao ouvidor geral a respectiva quantidade. Em vereança de 29 de abril pelo "procurador do ano passado foi dito e requerido haos ditos hoficiais (da Câmara) q̃ eles soubessem hos bois q̃ avia nesta dita vila dos moradores dela q̃ os mandassem todos per hirem a pagamto, hao Sor houvidor geral" (1).

Apesar de sacrifícios impostos aos criadores pela guerra contra os índios e fornecimento às armadas reais, os gados se multiplicavam assombrosamente nos campos piratininganos para onde tambem acorriam vicentistas e paulistas que, no planalto, tinham tambem as suas criações. E para evitar pleitos constantes, determinou a Câmara o registo dos primeiros sinais, marcas ou ferros de gado. A ata de 27-V-1576 traz os nomes desses fundadores da pecuária nacional: Afonso Sardinha, cujo sinal era "orelha espontada, e depois de espontada é fendida e aa resguarda da orelha somente"; Braz Cubas, que já regista marca de fogo: "um C fero da marje hatraz q̃ he hũa B e a rez tẽ a orelha fendida"; Joane Anes, *I*, Carina Gonçalves, *S*, Francisco Pires, *F;* Gaspar Rodrigues, *M;* Antonio Preto, *R;* Baltazar Gonçalves, *B* e Lourenço Vaz, *L*.

Em atas subsequentes encontram-se largas nominatas de criadores que teem fazendas povoadas de gado. Estas se estendem da banda do caminho do "hipirangua", que é o "caminho do mar"; da banda da Ponte Grande: em Virapoheira; caminho dos Pinheiros e outros. Cabem a esses criadores o onus da conserva dos caminhos e são para isto citados nominalmente pela Câmara.

A pelagem do gado, de que nos dão notícias "Inventários e Testamentos" de fins de século XVI, acusa as origens ibéricas dos sementais primitivos. Predominavam os pelos pintado, barroso, vermelho, alvasã e fusco. Estão avaliados: vacas paridas em 3 cruzados cada uma, vacas soltas em 1$0; novilhos a $640; boi capado, em 2$0; éguas a 1$0; éguas com cria a 2$0; cavalos a 4$0 cada um. Os preços de compra e venda eram, naturalmente, superiores. As 12 vaquinhas, vendidas por caridade ao padre Nobrega, para os meninos, custaram, em média, 2$5 cada uma, pois o preço real era de 5$0, atingindo na Baía, em 1549, os bois a 6$5 e os novilhos a 5$0. Mais estimado do que os outros pela pelagem, o boi vermelho alcança melhores preços. Era, como o fusco, a pelagem predominante nos rebanhos piratininganos, como depois vai sê-lo tambem nos rebanhos crioulos do Rio Grande do Sul, que daí trazem suas origens mais remotas (2).

---

(1) *Actas da Camara da Vila de São Paulo* — S. Paulo, 1914, vol. I, 39.
(2) Aurélio Porto — Apud. — *História do gado no Brasil* — Em preparo.

3 — Fundação da pecuária de Assunção do Paraguai.

Procede de São Vicente o casco inicial do gado vacum que dá origem à pecuária do Paraguai, em meados do século XVI.

Em substituição a Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, governador do Prata, que fora preso e deportado de Assunção, escolhe El-rei, em competição com outro candidato a esse cargo, a Juan de Senábria, homem nobre e rico, que apresta logo uma expedição para se transportar à sua governança. Aparelhada já estava a frota que a devia transportar quando faleceu o capitão Juan de Senábria, que nesses preparativos empregara todos os bens que possuia. Substituiu-o seu filho Diego de Senábria. Compunha-se a expedição de uma nau e duas caravelas, e nela vinham a viuva de Juan de Senábria, D. Mência Calderon e duas filhas, D. Maria e D. Mência. Partiu a frota de São Lucar, no ano de 1552. Como cabo da gente dela regressava ao Paraguai o capitão Juan de Salazar de Espinosa, que fora deportado de Assunção e seguira para a Espanha na mesma caravela que conduzira o governador Cabeza de Vaca. Vinham, na mesma expedição, vários fidalgos e povoadores, entre os quais se destacavam Cristovão de Saavedra, filho do correio-mor Hernando de Trejo e o capitão Becerra que trazia mulher e filhos, em nau de sua propriedade.

Depois de longa viagem, aportou a esquadra ao Brasil e na Laguna, à entrada da barra, perdeu-se o navio de Becerra com tudo quanto trazia, salvando-se unicamente a gente que poude chegar à terra.

Desavieram-se aí o piloto-mor e o capitão Salazar, e sendo eleito Hernando de Trejo chefe da expedição, retiraram-se para São Vicente vários componentes da armada. Trejo, compreendendo a necessidade que se fazia sentir de uma povoação que fosse escala, na costa do Brasil, para atingir Assunção, indo ao porto de São Francisco alí lançou, em 1553, os fundamentos de uma cidade. Estabelecendo-se aí, casou com D. Maria de Senábria, viuva de Juan de Senábria, nascendo em território brasileiro, desse matrimônio, D. frei Hernando de Trejo, que foi bispo de Tucuman e fundador da sua Universidade.

Não faltaram trabalhos e misérias naquela incipiente fundação e Trejo, atendendo rogos insistentes de sua mulher, resolveu abandonar a povoação, seguindo, por terra, para o Paraguai. Depois de trabalhos sem conta e duros meses de largas provações, em que morreram de fome 32 soldados que se perderam, chegou Hernando de Trejo a Assunção, onde o general Domingos de Irala, nomeado governador do Rio da Prata, o conservou preso por largo tempo, por ter abandonado o porto de São Francisco, que fundara, e que tão necessário se tornava para as entradas, por terra, no Paraguai.

O capitão Juan de Salazar, que fora para São Vicente, havia casado com D. Elvira de Contreras, filha do capitão Becerra, e aí se encontrou com o capitão Juan Diaz de Melgarejo, com quem concertou voltar à Assunção.

Fizera Salazar, na vila de Martim Afonso, boas relações de amizade com os moradores, insinuando a muitos deles as vantagens que teriam passando com familias e bens à cidade de Assunção. E tal foi a propaganda e a retirada de povoadores para o Paraguai que o padre Manuel da Nobrega, temendo o despovoamento da capitania de São Vi-

cente, "pela pouca conta e cuidado que El-rei e Martim Afonso de Souza teem, e se vão lá passando ao Paraguai pouco a pouco", diz que "seria bom ter a Companhia lá um ninho onde se recolhesse quando de todo São Vicente se despovoasse". Alem disto, "estando lá os da Companhia se apagariam alguns escândalos que os castelhanos teem dos portugueses, e a meu parecer com muita razão, porque usaram mui mal com uns que vieram a São Vicente, que se perderam de uma armada do Rio da Prata" (1).

Entre as pessoas que se ligam a Salazar contam-se os irmãos Cipião (2) e Vicente de Goes, oriundos de troncos ilustres de povoadores vicentinos, filhos de Luiz de Goes, fidalgo da Casa Real, irmão de Pedro de Goes, que foi donatário da capitania de São Thomé e capitão-mor de uma armada que, em fevereiro de 1553, estava surta no porto de Santos.

Segundo refere frei Gaspar da Madre de Deus residiu Luiz de Goes alguns anos em São Vicente, dalí saindo com sua mulher D. Catarina de Andrade e Aguilar, quando seu irmão, Pedro de Goes, os transportou para a capitania que ia fundar, no ano acima referido. Anteriormente Pedro de Goes doara-lhe o engenho da Madre de Deus, que ficava em terras fronteiras ao de Engagaçú (3).

Era Cipião de Goes filho primogênito desse casal e veio de Portugal com seus pais, tomando conta do engenho da Madre de Deus, onde havia já grande cópia de animais vacuns.

Havia muito que Salazar, pretendendo retornar a Assunção, solicitara para isto a permissão devida, pois ordens terminantes do governador geral da Baía proibiam a saida, das povoações portuguesas, de quaisquer estrangeiros que a ela aportassem, o que só se daria mediante expressa determinação real, que deveria vir da Corte. É o próprio Juan de Salazar quem informa: "Visto que de Portugal no venia el despacho para nos dejar ir al Paraguai, y tan malas esperanzas de nuestro remedio, y la necessidad de cada dia mayor y muchas molestias que no se podian sufrir, trate con Ciprian de Goes, hijo de Luiz de Goes, que habia poco era venido de Portugal, a estar en un engenio del padre, que nos viniesemos al Paraguai, porque del entendi tener voluntad de hacer" (4)

Muito teriam influido sobre a resolução dos irmãos Goes, segundo parece, as insinuações e promessas que lhes teria feito Juan Diaz Melgarejo, capitão paraguaio, partidário de Cabeza de Vaca, e foragido nessa capitania, aonde chegara, procedente de Guaira. Há, sobre sua atuação em São Vicente, entre as acusações que lhe são feitas por Gregório de Acosta, referência ao caso dos irmãos Goes, que "enganara com palavras e prometimentos" e maltratara, tirando-lhes "fazendas" quando chegou ao povo de Piquirí, em Guaira. Acosta acusa Melgarejo de ter "tirado a mulher a um deles" (Cipião), não obstante ser ela sua comadre.

Diz Gregório de Acosta que Melgarejo "quando esteve em São Vicente, onde se casou com sua mulher, despojou um engenho de açucar

(1) Padre Manuel da Nobrega. *Cartas do Brasil.* Rio, 1931, pág. 175.

(2) Ciprian de Goes, diz o capitão Salazar em carta de 20 de março de 1556.

(3) Frei Gaspar da Madre de Deus — *Memórias para a história da Capitania de São Vicente,* 3.ª ed., São Paulo, 1920, 149.

(4) Carta de Juan de Salazar. *Cartas de Indias,* 579.

e deitou a perder um cavaleiro português, que se chamava Luiz de Goes, e enganou a seus dois filhos que eram mancebos, com palavras e prometimentos, de maneira que Luiz de Goes, pai dos moços e sua mulher morreram de pezar, e os moços que levou consigo, depois que chegaram ao Povo de Piquirí, os tratou muito mal e lhes tirou as fazendas e a um deles sua mulher e infamou-o com ela sendo sua comadre" (1).

Urgindo, porem, o regresso ao Paraguai, conseguiu Salazar com a participação de Goes e outros portugueses, aprestar os preparativos para a fuga, que teve lugar no último quartel do ano de 1555. Grande era a comitiva que se compunha de dez soldados espanhóis, seis portugueses, alem de Cipião de Goes e sua mulher, Juan Diaz Melgarejo, Vicente de Goes, capitão Juan de Salazar e D. Izabel de Contreras, "con quien me casé, y dos hijas suyas, y otras tres mujeres casadas", diz Salazar em sua carta citada.

Tendo conhecimento da fuga dos espanhóis procuraram as autoridades de São Vicente impedir levassem-na a efeito, empregando para isto, se necessário, meios violentos. Passariam os fugitivos por uma aldeia de tupís, que ficava 12 léguas adiante do povoado português, aos quais foi ordenado obstassem a passagem da expedição, prendendo os fugitivos que, se resistissem, deveriam ser sacrificados. Teve o padre Manuel da Nobrega, que estava em São Vicente, notícia certa dessa determinação e se deu pressa de ir até a aldeia convencer os tupís de que praticariam um ato reprovavel, mal visto por Deus e pelo próprio rei.

E assim poude a comitiva passar incólume, embrenhando-se logo no sertão, rumando para oeste. Cinco meses levou a expedição para atingir Guaira, e daí Assunção onde, depois de penosos trabalhos, chegou em outubro de 1555 (2).

É nessa ocasião que os irmãos Goes introduzem no Paraguai o primeiro gado vacum que vai fundar a pecuária assucenha e que procede do engenho de Madre de Deus, de que estavam encarregados. São as célebres "sete vacas de Gaete", de que Rui Diaz de Guzman nos transmite a tradição. "Estos fueron los primeros que trajeron vacas a esta provincia, haciendolas caminar muchas leguas por tierra, y despues por el rio em balsas, eram siete vacas y un toro a cargo de un fulano Gaete, que llego con ellas a la Assuncion con gran trabajo y dificultad solo por el interes de una vaca que se le señalo por salario, de donde quedo en aquella tierra un proverbio que dice; — "son mas caras que las vacas de Gaete" (3).

É interessante notar que só existe deste fato, que é transcedental para a história da pecuária, no Rio da Prata, essa simples citação do autor da Argentina que a recebeu, naturalmente, por tradição oral. As cartas de Juan de Salazar, que descrevem a viagem e os acidentes dela; as dos jesuitas, que a isto fazem referência, absolutamente não dizem uma

(1) Blas Garay — *Colecion de documentos relativos à la história de América y particularmente à la história del Paraguay.* Rev. Inst. Hist. del Paraguai. Assuncion, 1899. Talleres nacionales de H. Kraus. V. *Relación breve del Rio de la Plata,* de Gregório de Acosta. 1545, data evidentemente errada porque os fatos referidos são posteriores ao ano de 1555.

(2) Carta de Juan de Salazar. *Cartas de Indias,* 579.

(3) Ruy Diaz de Gusman — *Argentina,* 107.

palavra sobre o transporte desse gado que deveria constituir um acontecimento notavel na época. A própria quantidade, "sete vacas e um touro", pelo seu simbolismo, encorpora-se à legenda das cousas miraculosas.

Entretanto, sabe-se, conforme carta de Juan de Salazar, escrita da costa do Brasil, de Todos os Santos, a 20 de julho de 1553, ao Conselho de Índias, que haviam chegado a Santos, por aquela época, vindos de Assunção, alguns castelhanos com o propósito de comprar gado vacum e ferro, trazendo peças de prata e ouro lavrado, do Perú. Fazia Salazar junto ao governador geral as negociações necessárias para isto, nada conseguindo, pois "que vacas no se pueden sacar sin licencia del Rey" (1).

E daí a insinuação aos irmãos Goes para que transportassem um pequeno lote de gado de seu próprio engenho, o que se realiza dois anos depois.

Seria mais interessante não desfazer a lenda das "sete vacas de Gaete", aceita por todos os historiadores que se teem referido à fundação da pecuária no Paraguai e no Prata... Mas, a crítica histórica, que repousa sobre fatos concretos, a ela se contrapõe, se quisermos determinar com relativa aproximação o coeficiente de sangue vicentino que constitue a base dos rebanhos do Prata. Só 15 anos depois da introdução dessas "sete vacas" recebe Assunção novos lotes de gado, procedentes do Perú, trazidos pelo general Felipe de Cáceres. E nesses três lustros a produção de casco vicentino excede a todas as possibilidades da exígua produção das "vacas de Gaete".

Operoso fazendeiro riograndense e cultor da nossa história, o general Ptolomeu de Assis Brasil, dias antes de seu prematuro falecimento, houve por bem nos dar um cálculo dessa produção. Baseando-se nas probabilidades da quebra natural chegou à conclusão de que a quantidade máxima de gado produzido por aquele casco, em 15 anos, teria sido de 450 cabeças entre touros e vacas, o que não condiz com a existência de grandes rebanhos assinalados no Paraguai, antes do reforço do gado peruano.

É o seguinte o cálculo referido:

ANOS	CASCO	VACAS	PRODUÇÃO		TOTAL
			FÊMEAS	MACHOS	
1555	7	7	3	3	13
1556	7	7	3	2	18
1557	18	7	3	3	24
1558	24	10	4	4	32
1559	32	13	5	5	42
1560	42	16	6	6	54
1561	54	20	8	8	70
1562	70	24	10	10	90
1563	90	30	12	12	114
1564	114	38	15	15	144
1565	144	48	20	20	184
1566	184	58	24	24	232
1567	232	73	28	28	288
1568	288	90	36	36	360
1569	360	114	45	45	450

(1) *Correspondência de Juan de Salazar* — Archivo de Indias.

Dois anos depois da introdução desse gado, no Paraguai, em 1557, quando não ultrapassaria de 24 cabeças a população bovina de Assunção, tomando como provavel a quantidade inicial de Ruy Diaz, já o general Nufrio de Chaves, que dali partira em agosto, deixava, aos cuidados dos Jaraes, em cujas terras se internara, navios, canoas, "con cantidad de ganados mayores (1), que faz supor tambem alguns vacuns.

A 3 de outubro do mesmo ano de 1557, faleceu em Assunção, com testamento, o governador do Paraguai Domingos Martinez de Irala que, no arrolamento dos bens que deixa, "en esta ciudad y dios me diere en esta Prov. assi de oro y plata perlas y piedras e otros bienes qualesquier cavallos yeguas esclavos y esclavas heredades casas y ganados y otras grangerias dibdas e açiones q' me petenezcan p' tenecer puedan em qualq.[er] forma y manera los hayan e hereden los dhos..." (2). O provecto D. Felix de Azara, em cópia manuscrita de um trabalho existente na Biblioteca Nacional (3), detalha esse *ganado* referido por Irala em seu testamento. "Quando morreu, diz, deixou em sua chácara, que estava onde se encontra o presídio de São Miguel," 24 *cavessas de ganado Bacuno*, y otras tantas de cabalar." E note-se que a produção das "sete vacas de Gaete" deveria corresponder às 24 cabeças de gado bovino que Irala deixava a seus herdeiros. Mas, conhece-se a existência de outros pequenos lotes de gado, de propriedade particular, existentes em Assunção antes da introdução do rebanho peruano que Felipe de Cáceres e o bispo trazem em 1569. Em uma carta a El-Rei, Pedro Dorantes, em 1573, diz que antes da chegada daquele gado um Cristovão Pinto e um Pedro de Espinar, que haviam falecido, deixaram a seus herdeiros "roças e vacas" (4). Na carta citada de 20 de março de 1556, Juan de Salazar, sugerindo a necessidade de impor dízimos à produção de Assunção, relaciona o gado entre as coisas que devem ser taxadas.

Interessante o informe do general D. Juan de Garay que diz: "Oy dia en la ciudad de Assuncion ay tanto ganado, que no vale una vaca un peso y medio arriba de la moneda de la tierra y quando mucho dos, y en el tiempo que este testigo vino a Assuncion (1568, um ano antes da introdução do gado peruano) desta própria moneda valian tresientos y mas pesos, y esto testigo compro una yunta de bueyes en ciento y diez pesos, y agora allaron la mejor que ay en la tierra por viente o viente y cinco pesos" (5).

O gado vicentino, que constituia o casco da pecuária assucenha, havia proliferado de forma assombrosa. Documento oficial nos informa que "las Bacas que el año 1554 (sic) habia metido en aquella ciudad Scipion

---

(1) Guzman — *Argentina*, 118. Documento assinado por vários conquistadores, residentes em Assunção. — Groussac — *Mendoza y Garay*, 279, historiando essa entrada diz "que uma parte destes conduzindo cento e tantos cavalos havia de se dirigir até Itatines; os mais, com os índios de serviço, o armamento, as provisões, *gados* e plantas, e sementes, iriam embarcados".

(2) R. Lafuente Machain — *El gobernador Domingo Martinez de Irala*. B. Aires, 1939, págs. 561-562. Testamento de Irala.

(3) Felix de Azara — *Descricion historica o geográfica del Paraguai* — Cod. Nss. Colc. d'Angelis — B. N. I, 16, 2, 6.

(4) Blas Garay — Doc. cit., 138.

(5) *Anales de la Biblioteca*. B. Aires, vol. X, 176.

e Vicente de Góes se havian procreado la cantidad suficiente a mantener con abundancia la ciudad de la Assuncion y las provincias del Paraguay con los anexos de su distrito y fundados en su território" (1).

Pode-se pois afirmar, sem temor de erro, que as "sete vacas de Gaete" representariam algumas dezenas de cabeças de gado vacum, procedentes de São Vicente e trazidas não só pelos irmãos Góes, como possivelmente por outros castelhanos que os acompanhassem, como fazem supor as referências que nesse sentido atrás se registam.

Só em 1569 entra em Assunção o primeiro rebanho de gado procedente do Perú, trazido pelos espanhóis que acompanham de volta daquele reino o general Felipe de Cáceres, preposto do adelantado Juan Ortiz de Zárate (2). Saindo de la Plata em companhia do bispo frei Pedro dela Torre e vários moradores do Perú, "llevando cantidad de ganado vacúm e ovejas", Felipe de Cáceres chegou a Santa Cruz de la Sierra, recem-fundada por Nufrio de Chaves, e dali rumou para Assunção. Enquanto a comitiva embarcada em uma flotilha fundeava em Assunção em 11 de dezembro de 1568, o gado era transportado por terra.

Poucas não teriam sido as dificuldades opostas a essa longa travessia.

Separando-se da comitiva que custodiava, Nufrio de Chaves embrenhou-se pelo sertão, sendo morto pelos índios sublevados, que procuraram acometer a gente de Cáceres. Ao chegarem a um rio, acossados pelos paiaguás, resolveu o general Cáceres passar a outra banda, onde 20 arcabuseiros protegeram o trem, cavalos, vacas e éguas, que assim puderam ser salvos. Em outras ocasiões tambem estiveram a ponto de perder tudo quanto traziam (3).

Em outros documentos encontram-se mais referências a essa expedição. Pedro Dorantes, em sua carta citada, nos diz que o gado trazido por Felipe de Cáceres, antes de chegar a Santa Cruz de la Sierra, já havia sido desfalcado de mais de 600 vacas. Ao chegar ao rio Paraguai foram extraviadas mais 130 vacas, havendo proprietários de mais de 50 cabeças que só receberam cinco (4).

Como se deduz destas notas rápidas não seria muito grande o coeficiente de sangue peruano recebido pelos rebanhos já importantes de Paraguai, de origem vicentina.

Documentos oficiais e historiadores platinos referem como sendo de importância vital para a pecuária do Rio da Prata a introdução de gado bovino aí feita pelo general Juan de Garay, de acordo com a capitulação de Juan Ortiz de Zárate, governador do Paraguai (5). Em *Acuerdos del Cabildo*, citado, se diz que Juan de Garay, lugar-tenente de Ortiz de Zárate, por ordem deste, "vencendo muitos impossiveis que

(1) *Acuerdos del Cabildo de B. Aires* — B. N. Cod. mss. I, 16, 1, 16.

(2) Nomeado por Juan Ortiz de Zárate, ia Felipe de Cáceres para "llevar la gente a las provincias del Paraguay y ir por capitan dellas y mandallas y governalas, como yo mismo." Anales, X, 13. Governou o Paraguai tres anos (1569-1572).

(3) Ruy Diaz de Guzman — *Argentina*, 142.

(4) Carta de Pedro Dorantes — Garay, Doc. 136-138.

(5) Acuerdos del Cabildo. — V. também Dr. Prudencio de la C. Mendoza — *Historia de la ganaderia argentina* — Buenos Aires, 1928, 27.

há desde a cidade do Prata (Perú) até Assunção introduziu por ela e pôs nessa governação todos os gados da capitulação do dito Juan Ortiz de Zárate". E mais que "repartiu as 4.000 vacas que vieram de Charcas entre os conquistadores e povoadores desta cidade (Buenos Aires), da de Santa Fé, que estava fundada já e da de San Juan de Vera de las Siete Corrientes, que se fundou no ano de 1588, dando aos conquistadores de Buenos Aires a maior porção, porque, estando fundada já Santa Fé que recebeu grande quantidade de vacas trazidas pelos irmãos Góes e não estando ainda fundada Corrientes, coube assim a maior parte a Buenos Aires" (1).

Realmente, um dos itens da capitulação de Juan Ortiz de Zárate, que toma posse da governação em 15 de fevereiro de 1575, reza que deverá "meter en la dicha governacion del rio de la Plata dentro de dos ó tres años despues que dios fuere servido que llegueis a la dicha governacion *quatro mil cavezas de vacas de castilla y hasta quinientas cabras y mas trescientas yeguas y cavallos* para la conquista, poblacion y defensa de la tierra conquistadores y pobladores della y que se pudierdes meter los dichos ganados antes deste tiempo travajareis de los meter porque los terneis juntos de buesta crianza en la provincia de los charcas y vale de tarija", etc. (2).

Zárate encarregara de cumprir esse item de sua capitulação ao general Juan de Garay, seu preposto na governação do Prata. Mas, segundo se evidencia pela própria documentação, não houve oportunidade de introduzir essas 4.000 cabeças de vacas no Paraguai.

Em um pleito de Juan de Torres de Vera y Aragon com o fiscal de S. M. servindo de testemunha, em Santa Fé, a 1 de fevereiro de 1583, três anos, portanto, depois da fundação de Buenos Aires, fez o general Juan de Garay interessantes declarações que esclarecem perfeitamente esse assunto e invalidam a informação oficial, fonte de todas as afirmações constantes de copiosa literatura histórica do Prata.

A uma das perguntas feitas responde Juan de Garay que é verdade que o adelantado Juan Ortiz de Zárate remeteu de Assunção para Santa Fé, onde ele testemunha residia, ordem para que fosse comprar os gados referidos na pergunta. Quando se preparava para executar essa determinação soube da morte de Zárate (3) e do mandato que lhe outorgou Diego de Mendieta, determinando-lhe fosse ao reino do Perú a tratar certas coisas com dona Juana de Zárate, herdeira da governação de seu pai. Outras preocupações encheram largos meses obstando realizar esse intento. E a respeito dos gados "dixo que se remite al poder que para ello otorga el adelantado juan ortiz de çarate el qual dexo en poder del licenciado juan de torres de vera despues de haber contraydo matrimonio con la dicha doña juana de çarate; y assi mismo se remite en lo que toca a la compra del dicho ganado el poder y orden que me dio el licenciado juan de torres de vera para que lo pudiese comprar en las provincias de tucuman y meterlo en esta governacion y por ver este testigo que

---

(1) Acuerdos de Cabildo. Cod. mss. cit. Publicado in *Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires*, 1704

(2) Arquivo de Indias — *Anales de la Biblioteca*, X, pág. 69.

(3) Zárate faleceu em Assunção a 26 de janeiro de 1576.

no le davan lugar y lo perturbaban la entrada en la governacion al dicho adelantado juan de torres de vera y aragon, y por aver andado ocupado este testigo en apasiguar muchos de los naturales que estavan Revelados contra el servicio de su magestad y en la poblacion y sustento de ciudad de la trinidad puerto de buenos ayres *no a puesto en execucion lo contenido en el poder del dicho licenciado juan de torres de vera y aragon,* y esto es lo que sabe desta pregunta" (1).

Pouco mais de um mês depois de prestar essa declaração o general D. Juan de Garay é morto pelos índios ribeirinhos do Uruguai. Fica assim restabelecida a verdade histórica com os elementos de que é possivel dispor e provado que os gados conduzidos para Buenos Aires, Corrientes, etc. não proveem das "4.000 cabeças" da capitulação de Juan Ortiz de Zárate. Coube a Juan de Garay ação preponderante na expansão povoadora do Prata. A 15 de novembro de 1573, depois de alguns meses de organização, funda Santa Fé, enterposto necessário a facilitar as comunicações com o Perú.

Compreendendo, perfeitamente, que a fixação definitiva ao território só era possivel com a introdução do gado, na sua função econômo-social, esse previdente fundador de cidades fazia preceder ao estabelecimento das povoações a remessa dos semoventes preciosos que seriam os fecundadores da terra,.mesmo como base para as incipientes lavouras que, dentro em pouco, as opulentariam de grãos.

Trazia a experiência de prática salutar. Fundador, com Nufrio de Chaves, de Santa Cruz de la Sierra, "fué el primer que metio ganado bacuno en la dicha provincia" (2).

Saindo de Assunção com um bergantim e barcos, havia Garay mandado por terra os que "levavam os cavalos, éguas e vacas, com que se ia iniciar a vida pastoril na nova povoação de Santa Fé". Depois o fundador repartiu entre os povoadores "chácaras e estâncias" adjudicando a si próprio vários lotes delas que, mais tarde, cabem por herança a seu genro Hernandarias de Saavedra. Insignificante era o valor venal dêssas propriedades como as dos gados que em seus campos se multiplicavam. Nos primeiros meses recebia a nova povoação seu reabastecimento de Assunção mas, "a multiplicação dos gados e logo as colheitas de cereais junto a outros produtos da terra facilitaram a vida material" (3).

Em 1578, nomeado pelo governador Torres de Vera, o general Juan de Garay assume o cargo de capitão-general do Rio da Prata. Sempre com a preocupação de alargar o âmbito de criação no Prata, Garay muda para local mais apropriado a cidade de Ontiveros onde há terras melhores "para crianzas y labranzas, pois, para alí se havia levado "vacas, cavalos y yeguas y bueyes para arar" (4).

Em 11 de junho de 1580, levando gente para a repovoar, funda o general Juan de Garay a segunda Buenos Aires. Aos repovoadores era concedida a mercê de se apropriarem das éguas e cavalos chimarrões que

(1) *Anales de la Biblioteca*, X, pág. 176.

(2) Azarola Gil — *Los Origenes de Montevideo*. Ed. Facultad — B. Aires, 1933.

(3) Paul Groussac. *Mendoza y Garay* — Buenos Aires, pág. 359.

(4) Anales de la Biblioteca, X, pág. 172.

enchiam a Pampa, oriundos dos que trouxera o primeiro fundador da cidade, D. Pedro de Mendoza. Os novos habitantes deveriam levar "armas, cavalos e gados", que foram transportados por terra.

Diz Hernandarias em sua folha de serviços que Garay, voltando à cidade de Assunção "público luego la poblacion del puerto de Buenos Aires por ser cosa que V. M. lo deseaba por ser tan importante a todos aquellos Reynos, para lo qual hizo navios grandes y pequeños, junto setenta soldados y mil caballos y trecientas vacas, y mucho ganado" (1).

Secundando a ação expansionista do general Juan de Garay, seu genro Hernandarias de Saavedra funda outras povoações e é o disseminador da pecuária no Prata. Sobre a fundação de Corrientes, que interessa particularmente à introdução do gado no Rio Grande do Sul, diz Hernandarias: "...fué a la Poblacion de las Corrientes para la qual movio e llevo muchos soldados a su costa proveyendolos de todo lo necessario y llevo por tierra para la dicha poblacion muchos petrechos de guerra, caballos yeguas y bacas que fue de mucha importancia en lo quel y en abrir el camino se ocupo tres meses passando grandissimos trabajos y asistio un año en la dicha poblacion entradas y descubrimientos que se ofrecieron con grandissimos y excessivos gastos y peligros por ser dos naturales della gente mas belicosa que ay en dichas provincias" (2).

Relación Histórica, de autor desconhecido, precioso Cod. da Coleção de Angelis (3), diz que foi trabalho insano a conservação dos animais de serviço como bois, cavalos e éguas, em Corrientes, e cuja guarda era confiada a pessoas de imediata confiança dos fundadores para sua segurança contra os ataques dos índios e dispersão provavel de tão preciosos elementos para a defesa e conquista das regiões circunvizinhas.

E a mesma coisa se dava com a pequena ponta de gado destinado ao sustento da população e à propagação da pecuária. Ficara ela tambem confiada a pessoas de responsabilidade, sob a direção das quais se fez um repartimento de índios para custodiá-la. E tal era a importância que se dava a esse primeiro gado que povoou os campos de Corrientes que, quando foi necessário extrair couros para prover às necessidades de guerra, lançou-se mão de gados alçados já existentes então no outro lado do rio Paraná.

"Usavam os espanhóis, diz a *Relación Histórica*, de armas à usança antiga, como viseiras, cotas de malha, quilotes para precaver suas pessoas e cavalos, de flechas, dardos e outras armas próprias a seus inimigos, e para os cavalos usavam selas cobertas e guarnecidas de ferro, armas e esporas do mesmo. Para reparar a deterioração de umas e prover em parte aos que não tinham se valeram de couros de gado vacum para o que acordaram despachar a outra banda deste rio, terra dos Matarás, aonde tinham notícia haver já gado chimarrão, a matar 300 reses para esse efeito, ficando encarregados um regedor e o escrivão e alguns

(1) Azarola Gil — *Los origenes* cit., 201-207.
(2) Idem, idem.
(3) Cod. mss. B. N.

soldados de tomar as marcas para que, sabido o dono, se satisfizesse o seu valor oportunamente". Constava essa resolução do Ato Capitular de 17 de março de 1593 (1).

Outros interessantes informes dá *Relacion* sobre o gado de Corrientes: "O gado vacum da fundação foi sem dúvida de propriedade de *adelantado* ou de seu imediato sucessor, segundo se deduz do repartimento de índios para custodiá-lo. Ignora-se a quantidade, mas o gado multiplicou-se nesses campos de tal modo tornando-se chimarrão, por se ter proibido rigorosamente por muitos anos toda sorte de povoamento de estâncias para que essa fazenda propagasse. Com o tempo tiraram-se para a Província do Paraguai e Missões tropas numerosas" (2).

O primeiro e universal *accionero* de todo o gado chimarrão (alçado), existente entre os rios Paraná e Uruguai, foi Hernando Árias de Saavedra, direito que confirma terem sido de sua propriedade os gados aí introduzidos, muito embora a *ação* se estendesse sobre outros, de propriedade particular, que entre estes houvessem.

Chamavam-se *accioneros* os indivíduos que obtinham licença para "vaquear" nos campos realengos em que o gado se multiplicara e convertera-se tambem em propriedade pública. Não obstante se assinalarem as divisas em que esse direito ou licença (acción) se poderia exercer o terreno não se tornava propriedade privada, continuando sempre no domínio público. Entretanto, essa concessão deu origem a vários pleitos, como base primacial da propriedade territorial privada. As autoridades comunais arrecadavam o quinto dos gados extraidos pelos *accioneros*, podendo estes transacionar o todo ou parte desse direito que se estendia hereditariamente aos seus sucessores (3). Nos princípios do século XVII, quando os jesuitas introduzem nas reduções do Uruguai os primeiros rebanhos que constituem o casco do gado riograndense, era accionero do gado correntino o português Manuel Cabral de Alpoim, cujo nome está ligado à história das missões jesuíticas neste território.

E o gado vicentino, que recebera pequena mescla de sangue peruano, um século precisamente (1534-1634) depois de entrar em São Vicente, atravessa o Uruguai e, mais tarde, fechando o périplo secular de sua marcha civilizadora, encontra-se com seus irmãos de origem e sobe novamente o planalto levado pelos paulistas até as feiras tradicionais de Sorocaba.

4 — *Introdução do gado nas reduções.*

Por falta de conhecimento do copioso material inédito que nos revela a preciosa *Coleção de Angelis*, quase virgem de sistemática pesquisa, há larga controvérsia histórica em torno da introdução do gado no Uruguai, principalmente entre os autores platinos que teem perquerido

(1) Idem, idem.

(2) Trelles — *Rev. de la Biblioteca*. B. Aires, I, 22 e seguintes

(3) Trelles — *Rev. de la Biblioteca*. B. Aires, I, 22 e seguintes

esse setor da História Econômica sul-americana (1). Só agora a divulgação documental que se vai fazendo dessas achegas imprime novas diretrizes ao debatido assunto.

Toda a documentação jesuítica, oportunamente referida, exclue completamente a hipótese, esposada pelos historiadores platinos, de lançamento de quaisquer quantidades de gado bovino no território hoje ocupado pelo Estado Oriental do Uruguai e pelo Rio Grande do Sul, antes da introdução feita pelos padres da Companhia.

Diz o Dr. E. A. Coni que o "gado existente nesta Banda (Oriental) provem das introduções feitas pelos jesuitas, em suas Missões do Alto Uruguai, nos anos de 1620 e seguintes, e de outras duas introduções feitas em 1611 e 1617 pelo governador Hernandarias, uma na ilha do Viscaino, no Uruguai, e a outra em Terra Firme, em frente a São Gabriel, no Rio da Prata". E em nota aduz provir a documentação quanto à segunda parte de "Información levantada en Buenos Aires a 12 de julio de 1628. Traslado en el pleito entre Fernando Arias Cabrera con el Cabildo de Buenos Aires y la Companhia de Jesus. Buenos Aires 1729-1735. Archivo General de la Nación — Sección Tribunales. Leg. A 3".

Consta desse traslado uma declaração do próprio governador Hernandarias, em petição de 12 de julho de 1628, em que diz ter há 17 anos recebido mercê das ilhas no rio Uruguai em frente ao rio Negro e acima de São Salvador, e que "al mismo tiempo heche en una isla dellas cantidad de ganado vacuno y abrá diez años heche otras cinquenta cavezas mas hembras y cantidad de cabras que traxe de Córdoba de Tucumán..." "y en este mismo tiempo heche en la tierra firme de la Isla de San Gabriel en este Rio otras cinquenta vacas con quatro toros, etc." Confirmam a declaração várias testemunhas entre as quais o capitão Pedro Gutierrez que precisa ter Hernandarias mandado umas terneiras em barca às ditas ilhas em 1611 e mais em 1617, sendo governador, outras 50 mais, e tambem o mesmo número à terra firme de São Gabriel (2).

Alguns historiadores fazem proceder dessas 100 *vacas* lançadas por Hernandarias, todo o gado que mais tarde se encontra na Banda Oriental do Uruguai. Entre estes, Ordoñana, cit. por Caviglia (3), sustenta que "nuestros ganados se derivan de los *cien animales vacunos* que trai-

(1) Entre as melhores contribuições para história da introdução do gado no Uruguai (Rio Grande inclusive) destacam-se os trabalhos dos Drs. Buenaventura Caviglia (hijo), do Uruguai e Emilio A. Coni, da Argentina. O Dr. Caviglia assina: *Sobre el origen y la difusión del bovino en nuestro Uruguai.* Morales Hnos — Impressores — Cerrito 564 (Montevideu), 1935, e dá a honra ao autor destas notas de dedicar-lhe esse interessante livro "en confraternidad sud-americana". O Dr. Emilio A. Coni tem já uma vasta bibliografia sobre o assunto, não só em trabalhos esparsos, como *La introdución del ganado vacuno en el Uruguai.* Boletin de la Junta de História e Numismática, 1929. Buenos Aires, um magnifico opúsculo: História de las Vaquerias de Rio de la Plata (1555-1750), Madri. Tipografia de Arquivos. Olózaga, 1. 1930. Publicou tambem interessante achega a "Las siete vacas de Gaete". La Nacion, 8-XI-925. B. A.

(2) Emilio A. Coni — *La introducción del ganado bovino en el Uruguai*, etc. Boletin de la Junta de Historia y Numismatica Americana. Vol. VI. 1929. B. Aires, págs. 39 a 41.

(3) B. Caviglia. *Sobre el origen* etc., 118.

dos por Hernandarias y desembarcados en el, desde entonces por esse motivo, *Arroyo de las Vacas*" (1).

Os jesuitas não aceitam a tese. Negam mesmo houvesse Hernandarias introduzido gados na Banda Oriental, ou dos Charruas. Em um *Pleito sobre Vacarias*, em contenda com os vizinhos de Buenos Aires, que procuravam vaquear naquela Banda, encontram-se interessantíssimos informes sobre o assunto, focando-se mesmo o lançamento de gados feito por Hernandarias. "O padre Jacinto Marques passou destas Missões a visitar as Vacarias, por ordem dos superiores no ano de 1670, mais ou menos, e chegando a elas disse aos índios de sua comitiva — "Estas vacas que vedes não foram postas aquí por Hernandarias, que, embora as pusesse nesta banda do Paraná, foi em Entre-Rios que pôs vacas, cavalos e éguas, e aquí não vedes mais do que vacas, que foram deixadas pelos padres da Companhia". E, erguendo uma cruz alí, voltou às Missões, afim de dar conta do que vira. Essa cruz se conservava ainda ali no ano de 1680, sendo vista pelos primeiros índios que foram vaquear e pelos que foram ao assédio de São Gabriel. Estenderam-se estas vacarias dos padres por todas as partes e encheram a terra não obstante alguns dizerem que para os lados de São Gabriel foram as vacas levadas por D. Antonio de Vera. O Sr. governador D. Antonio de Vera veio com soldados espanhóis da cidade de Santa Fé ao assédio de São Gabriel e trouxe três carretões, boiada e vacas até o Uruguai; no Uruguai ou se acabaram as vacas dos espanhóis ou diminuiram, pois foram supridos com as vacas dos padres. Pela outra banda do Uruguai vinha o padre Solinas com seus terços de índios e muito gado vacum; tambem do Japejú entrou outra quantidade de gado pedida pelo governador D. Antonio de Vera, e a tanto chegou a necessidade dos espanhóis que um deles quebrou a cabeça de um índio que não quis lhe dar uma vaca. Com as vacas dos padres foi se mantendo o terço espanhol até chegar a São Gabriel, onde elas se acabaram. Por isto o padre Jacinto Marques, com 62 vaqueiros japejuanos, seguiu para vaquear nas vacarias dos padres, porque naquelas partes não havia mais outras vacas, pois então ainda as vacas das vacarias dos padres estavam nas cabeceiras do rio Santa Luzia e levou de 8.000 a 9.000 vacas para os terços espanhóis e tapes, muitas das quais ficaram por aquelas partes" (2).

Voltaremos, ao tratar das vacarias, ao interessante pleito que nos dá um punhado de notícias inéditas e desfaz muita lenda sobre a introdução do gado no Uruguai.

Em uma carta do governador Francisco Naper de Lancastre, datada da Colônia, 6 de dezembro de 1691, encontra-se outra origem para os gados do Uruguai. Diz este "que ao gado (da Colônia) tínhamos mais

(1) Inaceitavel a origem do topônimo. Há, no Rio Grande, como no Uruguai, inúmeros acidentes hidrográficos cuja deturpação toponímica leva ao étimo *vaca*, sendo no entanto anteriores à introdução do gado. *Vacacuan, Vacacuá, Vacacaí, Vacas*, e muitos. Mas convem ter em vista que *uaca, waca, yuaca*, são formas dialetais de línguas do tronco guaicurú, significando *água, arroio, corrente*. E eram de origem guaicurú, os índios que primitivamente povoaram as campanhas cisplatinas, como charruas, minuanos, yaros, mboanes e guenoas.

(2) B. N. Col. Angelis. Mss. inédito, I, 29, 4, 10.

dominio que eles (castelhanos) por proceder este de umas vacas que o general Salvador Correa de Sá mandara lançar nas terras que V. M. lhe fez mercê entre o cabo de Santa Maria e Maldonado" (1).

Plenamente de acordo com as razões expostas por B. Caviglia (2), pois toda a pesquisa não autoriza ratificar a asserção do governador da Colônia do Sacramento (3), somos de parecer que Salvador Correa de Sá não lançou gado nenhum nessas terras de que nem sequer tomou posse material, por si ou por seus neto e filho visconde de Asseca e João Correa de Sá.

Pode-se excluir tambem do casco inicial do gado uruguaio, como melhor se dirá no desdobramento destas notas, a pequena quantidade de cabeças deixadas por Hernandarias nas ilhas e Terra Firme. No pleito sobre *Vacarias* citado, diz em seu depoimento o padre Juan de Yegros que "el derecho q' alegan los españoles contra los indios es que Hernando Arias puso vacas por aquellas partes, solamente las Missiones nuebas de los padres vendose tan faltas de vacas fue poniendo sobre las primeras mucha cantidad de vacas compradas llenandose com las agencias de los padres de vacas aquellas tierras" (4).

Isto posto, lícito é afirmar que a origem de toda riqueza pecuária do Estado Oriental do Uruguai e do Rio Grande do Sul encontra-se no gado que os jesuitas introduziram nas reduções. São eles os fundadores da nossa economia rural.

5 — *Gado bovino.*

O provincial Francisco Vasquez Trujilo fez em 1628-1629 uma visita às reduções recem-fundadas ao oriente do rio Uruguai. Depois de ter percorrido a região de São Nicolau e ido até Caró, onde ainda soavam os ecos do martírio do padre Roque Gonzalez e cujos moradores pediam novamente padres para restaurar a sua redução, foi pelos índios levado à aldeia de Tacan, à margem direita desse rio. Encontrou aí o povo magnificamente disposto para receber o evangelho e erigiu uma cruz, demarcando a redução a que deu por invocação o nome de São Francisco Xavier, confiando-a aos cuidados do padre José Ordoñez.

Para solenizar essa fundação mandou o provincial Vasquez Trujilo buscar, em 1629, de uma das missões do Paraná, uma duzia de "Vaquinhas para matar e dar-lhes carne, coisa que estimam sobremaneira". É este o primeiro gado que se aproxima do grande rio, de que se tem notícia. Em sua ânua, datada de Itapua, 30 de outubro de 1629, consta o fato que registamos, com a tradução do tópico referente:

"Havia mandado trazer uma dúzia de vaquinhas para matar e dar-lhes alguma carne, coisa que estimam sobremaneira e era de ver o espanto e admiração que tinham ao vê-las, e embora estando encerradas não se

(1) Castro e Almeida — *Invent.* B. N. Tomo XXXIX, 1921, verb., 1826.

(2) B. Caviglia — *Sobre el origen* cit., págs. 37 a 48.

(3) Aurelio Porto — "Terra Farroupilha" — *A donatária dos Assecas*, I, 103.

(4) Pleito sobre vacarias com as cidades de Santa Fé e Buenos Aires — Mss. B. N. I, 29, 4, 40.

atreviam a chegar ao curral, e quando as tiravam ou levavam para encerrar subiam (os índios) sobre as casas não só por temor, como para vê-las melhor. E não era menor o espanto que mostravam em ver os cavalos, como sucedeu em Caró, pois só em ouvir relinchar o cavalo em que ia se escondiam as meninas espantadas de ver coisa que jamais haviam visto" (1).

Como estas vaquinhas destinadas ao corte é possivel que outras, transposto o Uruguai, hajam entrado no território riograndense com o mesmo fim. Quando o padre Cataldino, a 5 de agosto de 1633, chega ao local em que fundou a redução de São José, aí já encontrou, feito pelos índios, um pequeno curral para as vacas que esperavam (2).

Mas, as primeiras referências das ânuas a uma ou outra cabeça de gado bovino existente nas reduções datam de 1633. Não passam de uma vaca leiteira, para suprimento dos padres, de uma junta de bois e pouco mais. O gado que vai constituir o núcleo inicial dos rebanhos infindaveis da pecuária missioneira só entra em princípios do ano de 1634.

Conhecem-se de referências anteriores, na redução de S. Thomé, em fins de 33, uma vaca que acometeu um índio velho, "que tinha escondidas cinco mancebas". "Una noche al salir de casa, por divina trasa, le estaba aguardando una vaca, la qual le maltrató mui bien e le dejò por muerto en el suelo." Morreu poucos dias depois, arrependido da vida má que levara, aproveitando os padres a ocasião de mostrar os "secretos juizos de Deus, que castiga, nesta vida ainda, os maus e rebeldes" (3). Embora nada mais se possa acrescentar, por falta de indicação, é bem provavel que nas reduções velhas, como São Nicolau, Candelária e outras, houvesse já número diminuto de vacas, sabendo-se que, consoante informação do padre Nicolas Duran, Encarnacion de Itapua supria "as outras reduções com algumas vacas" (4).

Em princípios de 1634, depois de ter socorrido os índios que baixavam de Iguassú, levando-lhes por duas vezes o gado necessário para atenuar a fome que assolava os retirantes, o padre Cristovão de Arenas foi mandado pelo superior para as novas reduções que se erguiam no Tape. Chegou o padre a Jesus Maria, que foi fundada em novembro de 1633, "trazendo algumas reses" "para ajuda de custo dos padres destas reduções novas", que conduziu "com grandissimos trabalhos, que só o padre era capaz disto, porque nem come, nem dorme, nem cuida de sua comodidade, ou distração, como se não fosse desta vida" (5).

Coincide, mais ou menos, com a entrada dessas "vaquinhas" do padre Arenas, a primeira introdução, em maior escala, de gados transportados de Corrientes que, por ordem do superior das reduções padre Pedro Romero, faz no mesmo ano, o padre Cristovão de Mendoza. Esse gado deveria se achar em São Miguel, de onde seria distribuido para as outras reduções, em lotes iguais, como se depreende da declaração do

(1) Pastells cit., I, 450.
(2) B. N. I, 29, 7, 25.
(3) B. N. Mss. Anua do padre Romero de 16 de maio de 1634, I, 29, 7, 25.
(4) B. N. Anua cit., I, 29, 7, 19.
(5) B. N. Anua cit. Jesus Maria, 29, 7, 25.

padre Romero: "Como esta Red.on (Apóstolos) a aprobado tan mal el ganado bacuno pase agora dos años en San Miguel p.a esta Red.on 99 cabeças q' sõ las q' cupierõ a cada Red.on de un golpe de ganado q' yo y el p.e Xpoal de Mendoza pasamos el año de 1634 agora parece q' en S. Carlos se halla bien el ganado, y en los Apóstoles tãbien parece q' sea allado aproposito lugar p.a ellos a peticiõ de los p.es dixe q' el P.e Crespo o el P.e Felipe (1) fuesẽ a S. Miguel a 20 de Ho q' auia de estar alli; y asi le di al P.e Felipe q' fue por el 140 cabeças, ganado escogido, que se mirẽ por el y se absticõ por dos o tres años de matar hẽbras tendrã despues para matar lo necess.o" (2). A data de 20 de janeiro refere-se ao ano de 1635.

A quantidade desse primeiro lote de gado correntino, como se verifica da própria declaração do padre Romero, deveria orçar por 1.500 cabeças, tocando 99 a cada uma das reduções do Uruguai e do Tape. Mas, como depois se verá, houve reduções que receberam maiores quantidades, não só por terem melhores campos de pastagem como para constituirem reservas de onde as outras oportunamente se iriam prover. Documento de outra origem eleva o número inicial da compra feita pelo padre Romero em Corrientes a 3.000 cabeças mais ou menos. Para a aquisição desse corte de gado "empenharam os padres os próprios livros e outras coisas, alfaias que tinham os povos, e conseguido isto meteram esse número de cabeças de gado vacum naquelas campanhas tocando aos ditos povos centenas de cabeças, em igualdade, para fundar as suas estâncias" (3).

Alem do gado que o padre Cristovão de Mendoza conduzira para S. Miguel, afim de ser distribuido pelas reduções em que houvessem campos com as condições exigidas para seu aumento, haviam sido, pelo superior das reduções, marcados novos lotes, em N. S. de los Reyes, especialmente para S. Xavier e Assunção, onde não se encontravam ainda postos de criação. Em Apóstolos, o padre Bosquier pretendia fazer uma estância e foi mesmo, para estabelecê-la, buscar algum gado, em Itapua, mas, sobrevindo a peste de 1635, adoeceram os vaqueiros e não poude, no momento, introduzir o gado que pagara adiantadamente. O mesmo sucedeu ao padre Domenech, de Candelária, que foi a Conceição buscar 200 cabeças e, chamado com urgência, só poude trazer uma tropa de 90 rezes, porque "a peste estorvou tudo".

Em sua preciosa ânua de 3 de abril de 1636, datada de Santa Maria, o padre Pedro Romero nos dá elementos magníficos e completamente inéditos sobre a introdução do gado, no Rio Grande do Sul (4). Depois da compra feita em Corrientes, que foi o casco inicial da pecuária da região missioneira, começaram os padres a "vaquear" o gado chimarrão

(1) Padre Felipe de Viveros, cura de São Carlos, padre Adriano Crespo.

(2) Anua do padre Romero. Mss. B. N. I, 29, 7, 31.

(3) Pleito sobre vacarias, cit. Depoimento do padre Diego Haze.

(4) Anua do padre Romero, citada. I, 29, 7, 31. Escrita de próprio punho do superior e inédita, de caligrafia quase indecifravel, é um dos documentos mais informativos sobre a introdução do gado que se encontram na Coleção de Angelis. Ressalta dele a importância que o grande jesuita dava aos estabelecimentos da pecuária missioneira, como base de toda economia rural e prosperidade material e espiritual das reduções.

da mesopotâmia parano-uruguaia, até que os acioneros daquela parte lhes intentaram alguns pleitos. Recomenda a todo o momento o superior se tenha maior cuidado com as vacas, afim de evitar desperdício que pode importar na extinção dos rebanhos. "É tempo que se olhe pelo gado, para que se aumente, porque andar em contínuas vacarias é um trabalho e gasto muito grandes". E logo depois, referindo-se ao gado de São Carlos, nos informa "que está muito bem e que agora deu ao padre outras 140 vacas que se as conservam começará a aumentar porque do contrário será um nunca acabar isto de vaquear e meter gado nas reduções, e que será conveniente tomar o provincial providências enérgicas nesse sentido". Falando sobre o gado que mandou ficasse de reserva em Natividade, diz que "é necessário que V. R.ª (prov. Boroa) encarregue ao padre Paulo (Benavides) que olhe por ele e que não se chegue a ele senão por ordem do superior ou de V. R.ª principalmente agora em que já não há esperança de vaquear mais na vacaria de Japejú, devido a desgraça presente, como tambem pelos barulhos e pleitos, como se vê na vacaria de Corrientes. Podia V. R.ª escrever recomendando que olhassem pelo gado e que as Reduções que não tivessem de 200 cabeças de "bacas hẽbras arriba", que não matassem fêmea nenhuma "q' es cierto q' si los pes. cõ el ganado q' agora tienẽ los sabẽ cõserbar, q' dentro de tres años puedẽ matar qto. quisierẽ pero si matã como hasta aqui es nunca acabar".

O exemplo de Guaira autorizava a prever dias bem dolorosos para as reduções. Já em fins de 34 o prov. Boroa recomendava ao padre Romero mantivesse algumas reservas de vacuns para suprimento dos que acudissem em defesa das reduções, "em caso que los portugueses viniessem a dar sobre ellas". Resolveu o superior que esse gado fosse posto em Natividade, "por ser lugar a propósito e cômodo". Para isto mandou por alí "um golpe de ganado", 300 cabeças que "ficavam unicamente à disposição do superior para o dito fim", e "fique V. R.ª certo de que se dentro de três a quatro anos não puserem mãos nelas, haverá muito gado para acudir a qualquer necessidade".

Entrementes com severas ordens aos padres sobre a conservação e fiscalização do gado que lhes ia entregando para as suas reduções, o padre Romero distribuia por todas não só as 99 cabeças do corte inicial, como outras quantidades que eram introduzidas. Ainda em fins do mesmo ano de 1634 deu ordem ao irmão Antonio Bernal "que me viesse alcançar em São Miguel para que dalí levasse 120 cabeças do gado que está alí de Jesus Maria, São Cristovão e São Joaquim, o que foi dificil, e vindo caiu doente de um resfriado, em Natividade, mas já estava melhor. O irmão já estava velho (1) e como o principal fim de sua vinda é para a defesa das reduções, é mister saber levá-lo e conservá-lo" (2).

Destinadas às três reduções de Santa Teresa, Visitação e Caaycó (3) pôs o padre Romero em Santa Ana e São Cristovão mais 200 cabeças que foram mais tarde levadas para a primeira dessas reduções, constituindo, em parte, a origem da atual Vacaria.

---

(1) O irmão Bernal tinha mais de 60 anos e fora em companhia do irmão João de Cárdenas levado pelo padre Romero para a defesa de Jesus Maria.

(2) Anua cit.

(3) Visitación e Caaycó não chegaram a ser fundadas.

Informa-nos o superior em sua preciosa carta ânua: "La estancia desta Redon. es tã buena como qualquiera de las de la Sierra y el ganado esta muchas vezes bueno y se haber hallado este puesto se debe a los baq.[ros], los quales sentian tãto el q' les llebassẽ las bacas de su tierra porq' se morrian de flacas q' anduhieron cõ ellas probando bentura, hasta q' Nro. Sr. se la dió topãdo cõ el puesto q' tienẽ q' estaba no mas q' una legua de la Red. on. y alli tienẽ tambien los puercos y tendrã tãbien 30 cabeças de cabras q' estabã en San Miguel y a los pes. les era pesado cuydar dellas, y el Pe. Ximenes me las pedio y assi se las embie a los Apostoles pa. q' de alli se las lleve. Al Pe. Ximenes lleve cõmigo ala cierra pa. q' ya q' tenia tã buena estan[a]. trasesse 200 cabeças de bacas q' hauia puesto en deposito en Sta. Ana y S. Christ.[al] y assi las llevo, y sõ rata por cantidad pa. las 3 Red.[es] de Sta. tereça, visitacion y el caaycó pa. qdo. hubierẽ pes. que esso tienẽ de princ.° q' no es poco" (1).

Alem da quantidade de rezes que tocara a São Carlos do Caapi, na primeira distribuição, diz o padre Romero que foi até ali em inspeção, tê-lo encontrado tão bem que resolveu dar ao padre mais 140 cabeças, o que constituia já um excelente princípio para a estância daquele povo.

Em São Joaquim, porem, em plena Serra, não se encontrou lugar apropriado para fazer campo de criação. Era a única redução das da Serra onde não havia lugar que prestasse nem sequer para chácaras, sendo o seu gado levado para Jesus Maria, onde havia excelentes campos de pastagem, que rivalizavam com os de Santa Teresa.

Japejú, N. S. dos Reis Magos, fundada a 4 de fevereiro de 1627 pelo padre Romero, foi pela sua situação geográfica "de máxima importância para os trabalhos da Companhia de Jesus", "porque garantia a conversão de toda essa província e dos do rio Ibicuití, que tambem faz parte dela, e nos fazíamos senhores do passo para subir e descer a Buenos Aires, coisa de suma importância para o governo e proveito destas reduções, pela brevidade do caminho comparado com o que se andava antes de abrir este". Assim justifica a sua fundação o padre Mastrilli Duran em sua ânua citada (2).

Na economia rural do Uruguai e do Rio Grande do Sul, na parte referente à fundação de sua pecuária, exerceu influência decisiva esse interposto que se abria, transposto o grande rio, para as vastas campanhas do sul. Não só os jesuitas canalizaram por alí as primeiras entradas de gados de toda espécie que dão origem à nossa riqueza pastoril, como os yaros, charruas e outros, vadeando os seus passos com tropas inumeraveis de animais cavalares, enchem as pampas do sul de magníficos sementais de que procedem os nossos rebanhos equinos.

Mas, tudo isto importou em grandes sacrifícios até da própria vida dos índios designados para levar às doutrinas o gado procedente das extensas vacarias daquela região.

E é do primeiro encontro sangrento entre os japejuanos que vão às vacarias e os yaros que estão passando os seus cavalos, no Uruguai, para bater os charruas, de quem são acérrimos inimigos, e dos quais

(1) Ânua cit. I, 29, 7, 31.

(2) B. N. I, 29, 7, 19, em original autógrafo. Trad. padre Rançonnier em latim. Doc. para la Historia Argentina, XX, 367 e seguintes. Blanco, 625. Jaeger, *Os herois*, 185.

mataram dois filhos de um cacique e outros índios, que nos dá minuciosa notícia a célebre ânua do padre Romero, largamente respigada.

São as primeiras vítimas da introdução do gado que, em parte, se destinava a suprir as estâncias recem-fundadas na margem oriental do Uruguai.

"No segundo dia de pascoa do Natal (26 de dezembro de 1635) sairam de Japejú 190 pessoas com cavalos para trazer algum gado, destinado a essa redução. Estiveram um mês (nesse trabalho) e voltavam a 26 de janeiro com o que haviam arrebanhado que "era un buen golpe". Surpreenderam-nos os Yaros e perguntando-lhes os nossos se vinham resgatar, que estariam prontos para resgate. Mas eles responderam que não vinham resgatar senão vingar a morte de seus avós e de seus pais, que os indios lhes haviam morto em tempos passados. Em vista disto, consultaram entre si os de Japejú sobre que fariam, e o que ia por cabo lhes disse que o padre lhes aconselhara que, em caso de perigo, deixassem as vacas e tornassem sem nada. Nhandaricá, Hernando, Ygua e a gente de responsabilidade que ia com eles disseram que se tentassem fugir pareceriam culpados e os inimigos que eram muitos os cercariam e matariam a todos, e visto que iam com eles todos os cantores e muitos rapazes, seria melhor fazer-lhes frente e brigando (morressem os que morressem) dariam oportunidade a que escapassem os cantores, rapazes e os que não levavam armas. Resolvido isto determinaram investir corajosamente e os primeiros que tombaram na luta foram Nhandaricá e um cacique de Mboyg chamado Arapae. Generalizou-se a peleja e os Yaros com suas pedras e flechas derrubaram 40 dos nossos que venderam bem caro suas vidas, porque suas flechas e facas mataram outros tantos Yaros, entre os quais o seu cacique principal, por cuja morte se retiraram para chorar. A gente miuda (cantores, rapazes) durante a refrega se havia metido em um pântano coberto de pastiçal e os Yaros, enraivecidos e encarniçados, afim de que não escapasse nenhum, puseram fogo ao pastiçal cercando o pântano e dizem os que conseguiram fugir que eram três Yaros para cada um deles.

Mostrou N. Sor. sua paternal providência a estes pobres, mandando uma terrivel tempestade de água que apagou o incêndio que durou até a noite, com que puderam escapar-se e chegar com estas tristes notícias a seu povo. V. R.ª poderá imaginar a dor, sentimento, tristeza e prantos que causariam tanto aos seus como aos padres a falta dos melhores e mais esforçados índios de uma redução que tem tão pouca gente como Los Reyes" (1).

O sucesso causou forte impressão em todas as reduções de uma e outra margem do Uruguai. Dizia-se, mesmo, que os Yaros se haviam confederado com os charruas, mbguas e guayramas afim de assolar as aldeias cristãs. Acudiu logo o padre Romero a Japejú, organizando a defesa a que correram índios de toda parte, sendo o capitão Neenguirú mandado a Buenos Aires, em busca do auxilio dos espanhóis. Não se confirmaram, porem, essas notícias, pois os Yaros passaram os seus cavalos para a banda de Japejú para cair sobre os charruas com os quais estavam em guerra.

---

(1) Anua cit. B. N. Mss. I, 29, 7, 31.

Mas, como veremos, se, em parte, esses acontecimentos restringiram a introdução do gado bovino nas reduções do Uruguai, nesse ano, serviram, entretanto, para grande aumento dos rebanhos equinos nas pampas do sul, com a passagem das cavalhadas dos Yaros empenhados em guerra contra os charruas, que demoravam na parte meridional do Ibicuí. São esses encontros de índios, já tornados cavaleiros, no território cisplatino, que dão origem aos grandes rebanhos de cavalos que enchem os campos uruguaios e riograndenses.

O temor de novas refregas com os índios cavaleiros que cruzavam as vacarias parano-uruguaias, os pleitos que *acioneros* do gado da mesopotâmia intentavam contra os padres, e os insistentes apelos do superior, levaram os curas das reduções a cuidar com o maior carinho os rebanhos de suas incipientes estâncias.

Todas as ânuas registam boas notícias dos gados que lhes foram confiados. Só mesmo em casos de imperiosa necessidade, alimentação dos pestosos, etc., concedem os padres permissão de abater uma ou outra rês cuja carne é parcimoniosamente distribuida pelos índios.

Entre as reduções em que o gado mais prosperou conta-se a de Jesus Maria, a cargo do padre Pedro Mola. Em sua carta-ânua de 22 de outubro de 1635 informa este jesuita que "los ganados de Bacas y puercos estan mui gordos y se ban muy bien aumentando, el qual guardan y encierran todos los dias sin q' aia faltado cabeça q' sepamos" (1). Nesse mesmo ano, designado para superintender as reduções, ante a ameaça iminente dos feiticeiros que mataram o padre Cristovão e os indícios da aproximação dos bandeirantes, chega a Jesus Maria o veneravel padre Francisco Diaz Taño. Trazia consigo algum gado que passara com grande dificuldade para fundar novas estâncias. Mas, tal era a fome que assolava as aldeias que o padre, para alívio dos famintos, foi sacrificando as "suas vaquinhas". Na célebre carta referida, parte cancelada pelo provincial, refere-se o padre Taño a essa provisão com que intentara aumentar os rebanhos das missões, cujo sacrifício causou reparos ao provincial.

Desejaria, diz, que o padre provincial viesse até ali e visse "por seus próprios olhos a urgente necessidade dos enfermos para os quais se mataram essas vacas e que se não fosse um pouco de carne teriam morrido muitos, e direi que morrem de fome porque a fome é cruel, e os índios, índias e crianças não parecem senão esqueletos mortos, porque como os padres de toda esta Serra resolveram destruir suas pequenas aldeias até arrancar o milho que nelas tinham semeado, e na chácara nova tudo secou, nada teem eles para comer, devido à imprevidência de querer reduzi-los antes que tivessem as suas chácaras" (2).

Não obstante a imperiosa necessidade de socorrer os famintos e pestosos, nesses anos de calamidade, o gado que constituiu o casco inicial dos rebanhos de Jesus Maria havia multiplicado grandemente. Alem da quantidade extraida para suprimento dos retirantes, por ocasião da invasão das bandeiras, ainda ficam pelas matas algumas dezenas de cabeças de gado bovino, muito mais tarde ainda assinaladas nas margens do Jacuí e do rio Pardo.

(1) B. N. Mss. I. 29, 7, 28.
(2) B. N. Mss. 1, 29, 1, 53.

Em fins de 1636, quando o capitão Antonio Raposo Tavares à frente da primeira bandeira investe contra as aldeias dos padres da Companhia e destróe Jesus Maria e outras, já havia nas campanhas missioneiras a oriente do Uruguai número superior a 5.000 cabeças de gado bovino. Em depoimento prestado no pleito já referido, o padre Diego Lezana, S. J. diz ter visto documentos jesuíticos que estavam em Japejú, referindo "que os padres, antes dos mamelucos entraram nos povos, compraram 5.000 vacas com dinheiro da comunidade dos P. P. sem outro motivo senão conservar os índios em cristandade naquelas reduções" (1)

O imprevisto da agressão dos bandeirantes e a fuga desordenada dos catecúmenos não permitiram aos retirantes levarem o gado que nucleava as primitivas estâncias das reduções. Respigám-se das ânuas notícias de uma ou outra pequena quantidade de cabeças abatidas para suprir às necessidades alimentares dos índios, nessa ocasião, como tambem de uma diminuta porção sacrificada pelos bandeirantes.

Não consta que houvessem estes encontrado gado em Jesus Maria, o que se explica pelo cuidado que os padres teriam em encerrar em lugar seguro o pequeno rebanho que alí tinham, e que mais tarde se dispersou pelas matas e campanhas circunjacentes. Mas, quando chegaram a São Joaquim, de onde saira o padre Contreras para acudir aos de Jesus Maria, os bandeirantes se espalharam pelas roças e chácaras fazendo grande provisão de comidas e "matando unas vaquillas que tenia" (2).

Não deveriam ser muitas porque o gado dessa redução fora em parte levado pelos índios que, juntamente com outros de Jesus Maria, manifestaram vontade de se retirar para Candelária. Atendendo à solicitação determinou o padre Borôa que o padre Juan Agustin de Contreras e o irmão Bartolomeu Cardenosa fossem acompanhar essa gente, "e fizessem levar algum gado vacum para que não lhes faltasse comida pelo caminho, como sucedeu, caminhando o gado ao passo da gente e parando quando ela parava, e se iam matando todos os dias as cabeças que eram necessárias para a gente e chusma que ia caminhando" (3). Mas, antes que chegassem a Caró, acabaram-se as vacas (4), que não passariam de uma centena de cabeças.

Declararam os padres Francisco Ximenes e Juan de Salas que ao abandonarem Santa Teresa, aldeia destruida por André Fernandes, alí deixaram quantidade superior a 500 cabeças de gado vacum. É com este núcleo mais tarde reforçado, como se dirá, que se estabelece a Vacaria da Serra.

Feita a transmigração para a banda ocidental do Uruguai, em 1638, procuraram os jesuitas suprir às necessidades imperiosas determinadas pela mudança para outros postos onde os índios não encontravam lavouras para sua alimentação. Resolveram os padres comprar a Domingos Barbosa, grande *acionero* de Corrientes, 6.000 ou 7.000 cabeças de gado, o que não foi suficiente por ser de 15 a 20.000 o número dos que

(1) Pleito cit., I, 29, 4, 10.

(2) Carta ânua original e autógrafa do padre Diego de Borôa, B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

(3) Retirada do inimigo, crueldades etc., Mss. B. N. I, 29, 7, 29 (12).

(4) Pastells, II, 14. No documento citado se diz que até seu estabelecimento nas reduções novas mataram os retirantes 500 cabeças de gado vacum, a razão de seis por dia para alimentação dos índios.

se mudavam. Para essa compra deram os padres "o pano de algodão, alfaias que tinham as reduções". Terminado o suprimento determinou o superior fosse "vaquear" um padre e um irmão, acompanhados de grande número de vaqueiros, mas, sabendo disto, o capitão Manuel Cabral de Alpoim, que arrogava a sí o direito de *accion* nas vacarias de Corrientes, saiu com gente e tirou as cabeças de gado que já estavam em poder do padre. Apelaram os jesuitas para o governador D. Mendo de la Cueba, expondo as razões que tinham para "vaquear" naqueles campos, por opção do antigo *adelantado* D. Juan Alonso de Vera, fundador de Corrientes. A 3 de agosto de 1638, o governador despachava a petição do procurador geral padre Tomaz de Ureña, permitindo "que os índios pudessem vaquear o gado chimarrão que está entre as reduções do Paraná e Corrientes, para seu sustento por não ter outro, visto terem deixado suas terras, trabalhos e lavouras, vindo às terras destas províncias, fugindo dos portugueses..." Quanto ao gado pertencente aos *acioneros* deveriam os padres indenizar as quantidades de que lançassem mão, "pelo direito que cada parte tem e assim o provejo atento ser obra tão pia, para que não pereça tal quantidade de almas" (1).

Com essa resolução ficava a Companhia com o direito de se suprir de grandes quantidades de gados chimarrões com que iria estabelecer as suas vastas estâncias e lançar milhares de cabeças de gado vacum nos campos das taperas que ficavam na banda oriental do Uruguai, constituindo assim apreciaveis reservas para futura exploração pecuária.

Todos os documentos são contestes em afirmar a importância com que os provinciais, superiores e curas das reduções transmigradas para a margem direita do Uruguai, viam as reservas econômicas que se multiplicavam indefinidamente nesses campos desertos e que seriam, 40 anos mais tarde, a razão principal da nova ocupação da terra com os Sete Povos de Missões.

Por várias vezes foram lançadas outras quantidades de gado nas taperas missioneiras. Em 1644 e provincial padre João Batista Ferrufino mandou se introduzissem aí mais alguns milhares de cabeças de gado escolhido, proibindo terminantemente entrassem os índios a vaquear na margem esquerda do Uruguai. De um depoimento do padre Juan de Yegros consta que por ordem dos padres provinciais foram levadas muitas vacas para as taperas dos antigos povos, e que "segundo alguns chegaram a 15.000 vacas as que foram introduzidas". Em todo este tempo, foram proibidos os índios de entrar nas vacarias", "para que o gado se multiplicasse para bem destas Missões (2).

Em auto de perguntas sobre vacarias, lavrado em Candelária, a 1 de julho de 1716, referente ao pleito intentado contra os moradores de Buenos Aires, informa o irmão Joaquim de Zubeldia, da Companhia, "que ouviu muitas vezes dizer os padres antigos que em uma das reduções do Tape, chamada Santa Ana, tinham os índios tapes de 5.000 a 6.000 vacas, e no povo situado na mesma Serra do Tape, chamado Apóstolos, tinham 4.000 vacas, e no dito chamado Santa Teresa tinham 400 cabeças de gado vacum, quantidades que deixaram nas ditas reduções por não poderem transportá-las quando perseguidos pelos mamelucos e

(1) B. N. Mandado de D. Mendo de la Cueba. Original. B. N. Mss. I, 29, 1, 90.

(2) Pleito sobre vacarias cit.

fugindo de suas contínuas invasões, roubos e hostilidades, se viram obrigados a desamparar seus sítios, para salvar suas próprias vidas, as de suas mulheres e filhos" (1).

Em seu depoimento no Pleito sobre vacarias, o padre Policarpo Dufo, religioso da Companhia, informa que "há muitos anos (antes de 1686) referiu-lhe um tenente de cavalos que havia saido da cidade de Buenos Aires a uma corredoria pelas campanhas (do Rio Grande) por ordem do Sr. general D. José de Herrera, que no tempo do Sr. D. José Martinez de Salazar (2) presidente que foi da Real Audiência de Buenos Aires saiu tambem a outra corredoria e que chegando ao Rio Grande chamado Ayui ou Yeyui (Igaí, Jacuí) que desemboca no mar, descobriu por aquelas campanhas grande multidão de vacas chimarronas, todas de cor, e que vinham outras muitas baixando pela costa do dito rio e que tendo o dito tenente de cavalos dado essa notícia ao dito Sr. D. José Martinez de Salazar foi este falar ao padre Cristovão de Altamirano, que ia embarcar como procurador geral dos primitivos padres fundadores das doutrinas consultando a matéria disse que essas vacas haviam sido procriadas de *quatrocentas vacas leiteiras* que deixaram os padres quando se retiraram por ocasião da invasão dos portugueses mamalucos de São Paulo, desde cujo tempo se multiplicou em grande número de procriações, até esse tempo"... (3) Eram provavelmente oriundas dos currais de Jesus Maria e principalmente dos campos de São Miguel, dispersadas mais tarde com as incursões dos bandeirantes. E às mesmas ainda estes se referem quando, em 1559, informam índios das missões que fugiram de São Paulo, que os ouviram dizer que viriam pela Laguna até o Igaí, "como camino mas breve e menos embaraçoso, y del dicho rio venirse em breve a estas dotrinas sin necessidad de matalotage, *por las muchas bacas que* dicen ay" (4).

Uma indicação interessante ressalta de quase todos os depoimentos e informações sobre o gado missioneiro, para melhor identificação de sua origem, é a cor de sua pelagem. Todas as referências são uniformes. O padre Dufo, como vimos, diz que todas as vacas "eram de cor". De "color oscura", acrescentam os mais. O padre Juan de Yegros nota que "naquelas partes do mar somente se viam essas vacas de cor". Refere o padre Domingo Calvo que D. José de Garro mandou uns espanhóis vigiar a outra banda e voltaram dizendo "que auian visto Bacas en dichas campañas y muchas de color", informando o padre Cristovão Altamirano que procediam das que os padres curas das reduções haviam deixado quando fugiram às invasões bandeirantes. Quando da expedição que funda a Colônia de Sacramento, no Prata, D. Manuel Lobo, em carta que dirige ao Rei, datada da Cidadela de Sacramento, a 12 de março de 1680, diz que se deteve "na ilha de Maldonado, situada na embocadura deste rio, 23 dias", em cujo tempo pôs "alguma gente em terra para especular o que nos fosse possivel naquele território no qual vi-

(1) Informação sobre as vacarias do mar. B. N. Mss. I, 29, 3, 103.

(2) D. José Martinez de Salazar governou de 28-VII-1663 até 1674. D. José de Herrera Sottomayor governou o Rio da Prata desde 11-VI-1682 até 1691.

(3) Pleito sobre Vacarias cit.

(4) Traslado de la declaracion de los indios que vinieron de S. Pablo etc. B. N. Mss. I, 29, 2, 53.

mos uma quantidade de gado vacum *todo de cor escura*, e de corpo grande, pelo que se viu em dois ou três touros que se mataram, não podendo ser por então mais porque a terra é toda descoberta e dificeis as incursões". Era um gado bravio que fugia de muito longe e que continuava como se viu de uma embarcação que se adiantou chegando pela parte de norte até junto a Montevidéu" (1).

Denuncia essa pelagem predominante, de cor escura, o gado fusco (2), piratiningano que, com o vermelho teriam sido origem, com a introdução das "sete vacas de Gaete", dos rebanhos assucenhos.

Em magnífico trabalho o Dr. Prudencio de la C. Mendoza (3) diz que os bovinos da expedição de Salazar de Espinoza, isto é, o gado dos irmãos Góis, procedente de São Vicente, e que constituiram o casco fundamental da pecuária do Paraguai e do Prata, pertenciam à raça andaluza e ibérica de Sanson. Tem por caracteres zootécnicos grande corpulência, boa alçada, sistema ósseo grandemente desenvolvido, cabeça volumosa, aspas bastante grandes e se singulariza pela grande sobriedade na alimentação. Sua pelagem é muito variada: vermelho claro, tostado e escuro, pouco leiteiro, mas bom para a produção de carne. E agrega: "Desta raça se deriva o vacum crioulo ou raça primitiva indígena que adquiriu condições superiores em seus caracteres zootécnicos, conformação e aptidões à andaluza. As condições mesológicas favoreceram a formação de variedades da raça bovina crioula nos territórios rioplatenses, podendo-se dizer que constituem raças aperfeiçoadas com relação à sua primitiva origem".

Zootécnicos nacionais confirmam esses caracteres do *gado crioulo* do Rio Grande, idêntico ao do Uruguai. Silva Neves, dando-lhe o nome de *Colônia*, ou *Colonão*, cujo "nome evoca uma Colônia, porventura a do Sacramento", diz que é "a raça de ouro dos nacionais, considerada a primeira do mundo". "Filia-se por cruzamento às raças introduzidas pelos colonizadores, do tronco aquitânico, do ibérico, do batávio, do atlântico e indubitavelmente do jurássico (Bos braquicéfalus e Bos frontosos), predominando o primeiro e quiçá o último". Caracteriza-se esse gado pela corpulência acima da mediana, cabeça comprida e estreita, cornos de grande desenvolvimento, de comprimento excessivo, na variedade alentejana, pelame flavo. Raça dolicocéfala segundo o método de Sanson, eumétrica, de perfil convexo, longelínea, pelo método de M. Baron. Gado laranjo, segundo a classificação popular. Conhecido pelo nome genérico de Franqueira, tem em Goiaz e Mato Grosso o de Pedreira e crioulo no Rio Grande do Sul (4).

---

(1) B. N. Col. Angelis, I, 31, 12. Traduzida para o espanhol e retraduzida pelo autor. Publicada pela primeira vez pelo coronel Jonatas Rego Monteiro em sua *Colônia do Sacramento*. Doc. n. 2, II vol.

(2) *Fusco*, adj.: escuro, tirante a negro. Antonio de Moraes Silva. Dic. da Lingua Portuguesa. 1.ª edição. Lisboa, 1813. Como vimos, juntamente com o vermelho era o fusco um dos pelos mais apreciados nos rebanhos piratininganos. Havia mais o pintado, o barroso e *alvasã* "Alvasão: Alvadio, tirante a branco. Boi alvação dizemos cada dia. — Moraes. *Dic.* cit.

(3) Dr. Prudencio de la C. Mendoza. *Historia de la Ganaderia Argentina*. Buenos Aires. Talleres gráficos argentinos — L. J. Rosso. Sarmiento 779, 1928, pág. 28.

(4) Antonio da Silva Neves — *Origem provavel das diversas raças que povoaram o território pátrio*. São Paulo — 1918.

6 — *Gado equino.*

Os primeiros cavalos introduzidos no Prata foram os que, em sua expedição, para fundar Buenos Aires, trouxe D. Pedro de Mendoza, em 1535.

Conseguira o *adelantado* licença especial para embarcar em suas naus "100 cavalos e éguas", destinados a serviço e cria (1). Não estavam, naturalmente, computados neste número os cavalos de guerra, de propriedade privada, trazidos pelos oficiais, dos quais alguns transportavam mais de um animal de sela e combate. E isto se evidencia da nota de padre Groussac que, referindo o justiçamento de Juan Osorio, no Rio de Janeiro, assinala que "dos cavalos que trazia" este oficial um foi vendido por 200 cruzados (2).

Quase todos os homens de condição que acompanhavam o governador tinham permissão especial de levar os seus cavalos. Cédulas reais, datadas de Valadolid, 20 e 21 de julho de 1534 (3) recomendavam a Allard Bouton, Alayn, os Douvrin, Elodio Boisey, etc. e permitiam levar seus cavalos para o Rio da Prata.

Ao deixar Espanha D. Pedro de Mendoza consignou ao seu representante, alí, Martim de Orduña, alguns milhares de ducados para custeio das naus de reabastecimento, alem de outra "que Orduña concertou com Sancho Martin, de Cadiz, para levar 80 homens e alguns cavalos".

São essas as principais notícias sobre a introdução dos primeiros equídeos que aparecem no Prata, cuja colonização, segundo Groussac, "acabara de caracterizar-se pela relativa abundância de cavalos de guerra e a ausência absoluta, nesta primeira viagem ao país da fome, de gado vacum ou menor, e até de grãos para sementeiras" (4).

De chegada à terra que iam povoar encontraram os espanhóis índios hostis que não deixaram levar, por muito tempo, adiante os seus trabalhos de fixação e colonização. E em encontros consecutivos se destacam, como arma de guerra, os cavalos dos oficiais que combatem contra os selvagens. Aos outros animais, trazidos para serviço e cria, não se referem, senão vagamente, as crônicas da época. Mas, parece ter havido grande quebra do número inicial consignado, pois "é sabido que Mendoza trouxe de Espanha 72 cavalos e éguas", alem dos de guerra a que se referem Ruy Diaz de Guzman e outros antigos cronistas do Prata.

Aos primeiros dias de chegada ao estabelecimento começaram os conquistadores a fazer resgate com os índios, especialmente os guaranís das ilhas, que lhes forneciam peixe e outras vitualhas. Mas, logo depois aproximam-se os índios pampas que, por poucos dias, comunicaram com os espanhóis, rompendo após as hostilidades que por longo tempo perduraram.

Produziu-se, então, o choque em que pela primeira vez usaram os espanhóis de seus cavalos de guerra. Para castigar os índios que dias

(1) Cédula Real, de 22 de agosto de 1534. *Anales de la Biblioteca.* Tomo VIII, pág. 62.
(2) P. Groussac. *Mendoza y Garay,* pág. 118, n. 1.
(3) Archivo General de Indias. Apud. Groussac. Anales, III.
(4) P. Groussac. Op. cit., 74.

antes haviam atacado a alguns povoadores saiu da cidade D. Diego de Mendoza com 300 infantes e 30 ou 40 homens de cavalo. Encarniçado o combate que resultou desastroso para os expedicionários, assinalando-se tambem a ocasião por um acontecimento que surpreendeu grandemente os espanhóis. Sabiam eles do terror pânico que o aparecimento dos equídeos determinara entre os índios peruanos, como constava das notícias das expedições dos conquistadores do norte. Mas, os pampas, como se estivessem familiarizados com essa terrivel arma de guerra, que era a cavalaria, não demonstraram medo algum, tratando, ao contrário, de inutilizá-la com outra arma terrivel de que iam ter conhecimento prático os conquistadores. Diz o autor da biografia de D. Pedro de Mendoza "que ficou imediatamente inutilizado o pelotão de cavalaria, que formava a vanguarda, pelas boleadoras dos pampas que, travando o animal, faziam rodar por terra os ginetes, que eram ultimados com certeiros golpes de clava ou de bala perdida" (1). D. Diego de Mendoza e a maior parte dos cavaleiros que o acompanhavam morreram assim vitimados pelas boleadoras terriveis dos pampas.

Segundo Ruy Diaz de Guzman "Sancho del Campo e Francisco Ruiz Galan recolheram a gente "que por todos fueron ciento cuarenta de a pié y cinco de a caballo" (2), mas, como alguns destes vinham feridos gravemente não puderam resistir à distância, à falta dágua, morrendo de sede e fome, de sorte que não escaparam mais do que oitenta homens que se recolheram a Buenos Aires.

Em seguida confederaram-se os índios para dar assédio à incipiente povoação. Morreram mais 30 homens, sendo incendiados com flechas inflamadas alguns ranchos de palha. O que, porem, mais torturou a população foi a fome que chegou a determinar extremos de canibalismo, pois, como refere Ruy Diaz, talvez com exagero, "comiam uns os excrementos dos outros", "y los vivos se sustentaban de la carne de los que morrian y aun de los ahorcados por Justicia" (3).

Os enforcados a que alude o autor de *La Argentina* foram três indivíduos que roubaram e comeram "un rocín", o que prova o cuidado em que eram tidos os cavalos que haviam escapado à sanha destruidora dos pampas.

Despovoada Buenos Aires, com a fundação subsequente de Assunção do Paraguai, para onde vão os seus remanescentes, ficam alí alguns sementais equídeos que dão origem a uma produção incalculavel mais tarde encontrada nas planuras vastas das margens meridionais do Prata.

Ruy Diaz, o criador da lenda das "sete vacas de Gaete", diz proceder essa produção de "cinco éguas e sete cavalos", que alí ficaram da expedição de Mendoza, o que parece, como observa o historiador da expedição (4) propositadamente "para hacer juego" com as de Gaete. Mais exata deve ser a informação do padre frei Juan de Rivadaneyra em a "Relación de las Províncias del Rio de la Plata" quando afirma que fi-

(1) Groussac. Mendoza y Garay. cit.
(2) Ruy Diaz de Guzman. *La Argentina*, 44.
(3) Idem, idem, 46.
(4) P. Groussac. Op. cit.

caram em Buenos Aires, "grandissima suma de caballos que se quedaron allí desde el tiempo de d. Pedro de Mendoza que ha cuarenta y cinco años (deixou) cuarenta y cuatro caballos y yeguas que han multiplicado cosa extraña". E o tesoureiro Montalvo, em uma de suas cartas, informa que em fins do ano de 1585, quando da segunda fundação de Buenos Aires, cobriam seus campos mais de 800.000 cabeças de animais cavalares, quantidade que se justifica, tomando como base a informação de frei Rivadeneyra. "As cinco éguas de Guzman não dariam mais de 4.500 cabeças", segundo o cálculo do autor de Mendoza e Garay (1).

Nas primeiras entradas feitas pelos conquistadores do Prata parece não terem estes levado cavalos. Consta mesmo que Juan de Ayolas mandara preparar uma espécie de carruagem para ser conduzido em sua primeira penetração pelo sertão paraguaio, mas esta seria tirada por índios que para este fim levaria (2). O mesmo sucede nas incursões de Domingos de Irala e de Juan de Salazar, que fundou Assunção em 15 de agosto de 1537. Os primeiros cavalos, segundo se presume, devem ter ido para Assunção em 1541 com os últimos povoadores de Buenos Aires que, levando quanto tinham, foram alí conduzidos por Irala. Entretanto, é possivel, embora sem referência que autorize a afirmar, que antes disto alguns espanhóis que alí se localizaram houvessem introduzido alguns sementais, justificando a suposição a quantidade de animais cavalares que, mesmo antes da introdução dos equídeos de Cabeça de Vaca, aparece na nova capital do Prata. Não está com isto de acordo Anibal Cardoso, historiador argentino que, defendendo a tese do *équus americanus*, autóctone da pampa, em brilhante estudo (3), assinala que os povoadores de Buenos Aires passaram para Assunção sem levar suas cavalgaduras, tendo estas somente sido alí introduzidas por Cabeça de Vaca, em 1542.

Da capitulação deste *adelantado*, feita em Madrí, 15 de abril de 1540, consta que Alvar Nuñes Cabeça de Vaca se comprometia a gastar 8.000 ducados na aquisição de cavalos, mantimentos, vestidos, armas e munições (4). Quando aportou à ilha de Santa Catarina, de onde pretendia atingir por terra Assunção, desembarcou Cabeça de Vaca 26 cavalos sobreviventes de 46 animais cavalares que embarcara em São Lucas de Barrameda. A 2 de novembro de 1541, levando 250 homens e aquele número de equídeos (5), e mandando o resto de sua gente por mar, com a esquadra que deveria subir o Rio da Prata, o *adelantado* se pôs em marcha. Chegando ao rio Iguassú fez o governador embarcar parte de sua comitiva em canoas, enquanto o resto seguia por terra com os cavalos. Deixando ao cuidado de Nufrio de Chaves que, mais tarde, desempe-

(1) Idem, idem, pág. 507, n. 1.

(2) Enrique de Gandia — *Historia de la conquista del Rio de la Plata y del Paraguai*. B. Aires, 1932, 58.

(3) A. Cardoso. *Antiguedad del cavallo en el Plata* — Anales del Museu de Buenos Aires 1911, pág. 26.

(4) Annales de la Biblioteca, tomo VIII.

(5) Rui Diaz, na *Argentina*, diz que foram "500 h. e 20 cavalos", pág. 66. Southey, Hist. do Brasil, 1.º, 164, diz que foram 30 cavalos, mas confirma terem saido de Santa Catarina somente 26. E' este o número que o próprio Cabeça de Vaca nos dá em seus *Comentários*.

nha papel relevante na economia do Prata, com a introdução de novas espécies de gado, especialmente de gado menor, atinge Cabeça de Vaca a nova capital, onde fez sua entrada em 11 de março de 1542.

De chegada a Assunção, seduzido pelo mistério do desconhecido e pelas notícias das grandes riquezas que havia, resolveu fazer uma entrada que levou a efeito com quatro bergantins, seis barcos, 20 balsas e mais de 200 canoas, levando alguns cavalos e muitos índios amigos, atingiu Candelária e depois de ir a terra dos Guatos, chegou ao porto dos Reis (1). É a primeira expedição em que se faz referência a animais cavalares no Paraguai.

Vários sucessos políticos determinam a queda, prisão e deportação de Alvar Nuñes Cabeça de Vaca, que é substituido por Domingos Martinez de Irala. Organiza este nova entrada indo até a governação do Perú, a cuja capital mandou o capitão Nufrio de Chaves oferecer ao presidente La Gasca, em luta contra Pizarro, o auxílio do Paraguai. Voltando a Assunção, alem de conduzir as primeiras ovelhas e cabras que entram no Prata, Nufrio de Chaves, a quem acompanham mais 40 homens do Perú, traz novo reforço de animais cavalares, aumentando assim consideravelmente os rebanhos equinos do Paraguai, que recebem por cruzamento o sangue dos sementais peruanos.

As entradas que se sucedem levam mais longe os cavalos de Assunção. Na que realizou Irala, conhecida por "mala entrada" e para a qual saiu da capital paraguaia em 18 de janeiro de 1553, levou "ciento y treynta hombres de a caballo y dos mil indios" (2). Guzman eleva a 600 o número de animais cavalares, o que não é de admirar por se tratar de montadas para 130 homens. Diz que publicando-se a entrada para que se alistassem os que quisessem ir a ela "se ofrecieron muchas personas de cuenta, capitanes y soldados, que por todos fueron 400 y mas de 4.000 indios amigos con los quales salio de Assunción por el rio y por tierra en bergantines, bajeles y canoas en que llevavan los viveres y vituallas y mas de 600 caballos" (3).

Entretanto convem assinalar ser esse número excessivamente elevado para a escassez de cavalos que ainda se notava em 1551. Refere D. Felix de Azara que, neste ano, o capitão Irala comprou no "Paraguai un caballo morcillo pie de cabalgar alzado y algo blanco en la frente a Antonio Pasado por quatro mil pesos de oro, de 450 maravedis cada uno" (4). Quando morreu em fins de 1556 deixou conforme ainda Azara, "em sua chácara que estava onde se acha o Presídio de São Miguel, 24 cabeças de gado vacum e outras tantas de cavalar" (5).

Observa Fulgencio Moreno que "as autoridades intervieram desde o princípio na procriação do gado, assinalando os animais que deveriam servir de reprodutores, cujos donos cobravam por cada potrilho ou po-

---

(1) *Argentina*, 71.

(2) *Anales de la Biblioteca*, cit., IX, 311.

(3) Ruy Diaz. *La Argentina*. 95 — Vide *Doc. para la Hist.* etc. Blas Garay.

(4) *Descrición Histórica*. Cod. mss. B. N. I, 16, 2, 6. Cópia manuscrita original da obra *Geografia Esférica*, publicada por Schuler, da qual difere em vários capítulos.

(5) Azara. *Descrición Histórica*, cit.

tranca que nasciam das éguas a quarta parte de seu preço. Os melhores pastores e éguas pertenciam ao *adelantado*" (1). Conhece-se, em 1552, uma única mula, em Assunção, procedente do Perú. Pertencia ao governador Irala, "e adquiriu, depois, certa notoriedade como exemplar único e cavalgadura predileta do impetuoso bispo de la Torre" (2).

Com a expansão assucenha de que é um dos maiores pioneiros esse incomparavel povoador que foi Nufrio de Chaves, começa a disseminação dos sementais equideos pelas regiões mais distantes. Em julho de 1567, em uma grande entrada que promove até a província dos Xaraes, leva Nufrio grande quantidade de gados maiores, que deixou a cargo dos índios que lhe mereciam confiança. Teve o comandante vários encontros com os naturais que feriram e mataram "mais de 40 espanhóis e cento e tantos cavalos e 700 índios amigos". Vítimas de flechas envenenadas morreram, em 12 dias, 19 espanhóis, 300 índios e 40 cavalos" (3).

Fundando Santa Cruz de la Sierra em 1560, depois de choques violentos com Andres Manso, que baixara do Perú para a mesma conquista, Nufrio de Chaves leva para alí, de Assunção, apreciavel quantidade de animais cavalares que constituem o casco dos rebanhos equídeos da região que recebe, mais tarde, novas reservas de cavalos de Perú. Em companhia do general ia Hernandarias de Saavedra, nome profundamente ligado à pecuária do Prata, e "fué el primero que metió ganado bacuno en la dicha província" (4).

Em 1580 cabe a Juan de Garay fundar a segunda Buenos Aires. Quando os novos fundadores penetram nas campanhas transplatinas um espetáculo assombroso aí se lhes depara. As manadas de éguas, as tropas de cavalos, em estado selvagem, procedentes dos animais que deixara D. Pedro de Mendoza, parecem "ao longe montanhas que se movem", no dizer dos cronistas da época. O tesoureiro Hernando de Montalvo estimava essa produção em 800.000 cabeças.

Para a fundação de Santa Fé e outras povoações que vão se erigindo na província do Paraguai, segundo Fulgencio Moreno, sairam de Assunção entre 1582 e 1588 cerca de 4.000 cavalos.

"La expansion ganadera hacia el sur de la província se inicia en 1573 con la fundacion de la ciudad de Santa Fé. Los primeros caballos, en numero de 55, segundo el factor Pedro Dorantes, fueron llevados de la Assunción por los pobladores de la nueva ciudad, correspondiendo a su fundador Juan de Garay la introducion del ganado vacuno, igualmente de procedencia assucenha. A los pocos años nuevas partidas de ganado volvian a salir de la Assunción para la repoblacion de Buenos Aires y la fundación de Concepción y San Juan de Vera de las Siete Corrientes. Para la poblacion de esta ultima ciudad Alonso de Vera llevo consigo 190 hombres, 1.500 vacas e igual cantidad de caballos" (5).

---

(1) Fulgêncio B. Moreno — *La ciudad de la Assuncion* — B. Aires. Libreria J. Suarez — Libertad, 236, 1926. *Origenes de la Ganaderia.*

(2) Idem, idem.

(3) Rui Diaz — *Argentina*, 120.

(4) Luiz Enrique Azarola Gil — *Los origenes de Montevideo*, cit. pág. 204. Relación de los servicios de Hernandarias de Saavedra.

(5) Fulgêncio Moreno — Op. cit.

Procedem daí os rebanhos de éguas e os cavalos que dão origem à pecuária riograndense, e que produzem esse tipo de seleção que é o cavalo crioulo, notavel pelas suas qualidades de escol. Veem de troncos raciais da Andaluzia. Em todos os tempos não houve animais mais famosos do que os celebrados cavalos andaluzes. Raizes profundas determinam-lhe a nobilissima estirpe. Sete séculos antes da invasão dos árabes, quando Cartago e Roma disputavam a posse da península ibérica, vieram de todo orbe conhecido os mais finos exemplares equinos. Depois com a dominação dos árabes foram introduzidos os mais puros sementais de suas terras, agindo por cruzamento nas raças superiores que encontraram já na Andaluzia. As cruzadas, que sucedem, trazem tambem reprodutores das melhores coudelarias da Europa. Carlos V introduz cavalos da Alemanha e da Hungria e D. João da Áustria outros finíssimos exemplares da Ásia, provavelmente árabes, com que se montam as reais coudelarias de Córdoba (1). Mas fica predominando o tipo árabe, geralmente denominado — cavalo espanhol, ou, mais propriamente, andaluz. Pertencem tambem a essa origem, que "é a raça mais antiga, mais nobre e mais pura do mundo" (2), grande parte dos cavalos introduzidos no Brasil, e no Perú, o que faz com que as primitivas raças cavalares que povoaram inicialmente toda a América do Sul, se assemelhem todas por traços caracteristicos comuns.

"Aproximando-se do estado selvagem, diz Emilio Adet (3), e sendo de novo abandonados a si mesmos, nos campos e nas pampas, subtraindo-se por assim dizer ao domínio do homem e deixando de estar sujeito aos seus cuidados e à sua influência modificadora, todos esses cavalos, qualquer que seja a província em que viveram, devem ter voltado ao tipo primitivo dado à espécie pela natureza. Ora, está hoje perfeitamente demonstrado que as raças não devem os caracteres que as distinguem senão à influência do clima, do terreno e dos alimentos". Subsistem, no entanto, mau grado esses agentes exteriores, os caracteristicos específicos das raças no que tem de melhor, e daí a excelência do cavalo crioulo que povoa as grandes planuras e pampas do estremo-sul.

Dois são os principais agentes da introdução do cavalo na banda oriental do Uruguai. Ao norte do rio Ibicuí, os jesuitas que, para seu uso exclusivo e, mais tarde, para cria, introduzem cavalgaduras e éguas que se encontram em número apreciavel no território que constitue o depois Estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Pela parte meridional do Ibicuí, onde começam as grandes campanhas do sul que se dilatam até o vizinho Estado Oriental do Uruguai, a introdução do nobre animal deve-se aos índios cavaleiros que, mais ou menos, na mesma época, passam as suas grandes cavalhadas para combater outras tribus inimigas como mais detidamente se dirá.

É Hernandarias de Saavedra, cujo nome está profundamente vinculado à economia das províncias do Prata, e que povoou de gados os campos da mesopotâmia parano-uruguaia, o primeiro branco que a ca-

---

(1) D. Pedro Pablo de Tomar — *Causas de la escassez y deterioro de los caballos de Espanha*. Madri, 1792, pág. 194.

(2) Emilio Adet. *O cavalo* — Rio de Janeiro, 1858, pág. 50.

(3) Idem, idem.

valo cruza as pampas a oriente do Uruguai, de que se tem positiva notícia.

Em carta a el-Rei, de 5 de maio de 1607, comunica este governador ter determinado "para segurança desta cidade (Buenos Aires) passar este ano que vem com alguma gente e cavalos e correr a outra banda que chamam dos charruas, e pôr alguma gente em um porto que se descobriu em uma paragem que chamam Montevidéu" (1).

À frente de 70 soldados partiu Hernandarias, de Santa Fé, na primavera de 1607, conduzindo umas 20 carretas e algumas canoas e, depois de atravessar a atual provincia de Entre-Rios, vadeou o Uruguai em ponto ainda não identificado, mas que "por fundadas conjeturas permite-se situar entre Salto e Paissandú", segundo Azarola Gil. Determinando que sua gente, costeando o rio, seguisse para o sul, Hernandarias volveu a Buenos Aires, para atender certas imposições administrativas, cumpridas as quais tornaria a encontrá-la em ponto previamente determinado. Voltando, como prometera e incorporando-se à expedição, que estava nas proximidades da atual cidade de Montevidéu, empreende nova marcha para o interior do país, rumo norte, tendo lutado várias vezes com índios hostís que queriam embargar-lhe o caminho.

Impressionou-o "o espetáculo das terras que havia descoberto" e descrevendo-as "não vacila em qualificá-las como as melhores de toda a governação". Campos fertilíssimos banhados de arroios, com magníficas quebradas, lenhas e madeiras para construção, ofereciam todas as facilidades para a multiplicação de gados. "E procurando facilitar o meio" de povoá-lo, "reclama do monarca a remessa de homens solteiros de Castela, familiarizados com a criação de gados, que formariam seus lares com moças paraguaias, cujos dotes constituidos por gados prontos a ser transportados à nova provincia seriam a base da riqueza geral" (2).

Nessa expedição, durante mais de seis meses, esteve no território circundado pelo Uruguai, indo até o salto desse rio, nas proximidades do rio Ibicuí, de onde voltou ao seu governo.

Mas, desta passagem pela banda dos charruas não consta ficasse animal de espécie alguma deixado por Hernandárias, se bem que seu admiravel projeto de povoamento tivesse por base o lançamento do gado bovino. Ainda em 1611 e 1617, quando do debatido lançamento de animais bovinos na ilha de São Gabriel e Terra Firme pelo mesmo governador, excluem as referências notícia sobre a introdução de equideos. O padre Jacinto Marques, na citação já feita, diz que Hernandarias "pôs vacas, cavalos e éguas" em Entre-Rios "e aquí (no Uruguai), não vedes mais que vacas que foram deixadas pelos padres da Companhia" (3). Esta declaração é de 1670, época em que ainda diminuta seria a quantidade de animais cavalares nas pampas da Vacaria do Mar, restrita somente às manadas dos índios cavaleiros, que demoravam nas proximidades das suas toldarias.

---

(1) L. E. Azarola Gil — *Los origenes de Montevideo*, cit. 28. Seguimos o relato do historiador oriental, que publica toda a documentação sobre o assunto. Esta ocorre tambem no tomo I da "Rev. do Museu Paulista". S. Paulo, 1922.

(2) Azarola Gil. Op. cit., 31.

(3) Pleito sobre vacarias. V. neste Cap. pág. 180.

Com os jesuitas, que transpõem o Uruguai para fundar as reduções primitivas, entram alguns animais cavalares. Conhecido nas crônicas antigas "o cavalo do padre Roque" que, por ocasião do martirio desse veneravel sacerdote, levara um dos caciques. Sentindo a falta do cavaleiro o animal deu sinais evidentes de pesar. E quando pronunciavam o nome do dono "relinchava tristemente" (1). Não consentia que o cavalgassem, mas um indio, vestindo a batina do padre, conseguiu subjugá-lo. Convencidos de que este animal não lhes serviria, os indios mataram-no a flechadas. Deu-se isto em fins de 1627. Para quem conhece o apego do nobre animal ao cavaleiro, o fato é perfeitamente explicavel.

Outro cavalo que atravessa todo o território riograndense e vai morrer nos atoladouros de Ibia, na bacia do Caí, depois de remontar às alturas da Serra do Nordeste, é o de outro martir e introdutor do gado no Rio Grande do Sul, padre Cristovão de Mendoza, como fica historiado.

Ainda por ocasião do martirio do padre Roque o capitão Manuel Cabral de Alpoim e outros espanhóis e soldados que acorrem em defesa das reduções trazem todos as suas cavalgaduras de guerra, indo até Caró, teatro desses trágicos sucessos. Entretanto, no ano seguinte (1628), observava o provincial padre Francisco Vasquez Trujilo "o espanto que mostravam de ver os cavalos, como sucedeu em Caró, pois só em ouvir relinchar o cavalo em que eu ia se escondiam as meninas espantadas de ver coisa que jamais haviam visto" (2).

Relatam as ânuas a existência de algumas cavalgaduras, "poucas e péssimas", para serviço dos padres já em 1633. Quando o padre Pedro Mola foi fundar Jesus Maria deram-lhe um cavalo para fazer a viagem até as margens do Rio Pardo, mas, tão fraco que teve de fazer a pé a maior parte do trajeto, pois, "como las cavalgaduras que por acá tenemos son pocas y malas la que el padre llevaba era tal que fué fuerça fuesse lo mas del camino a pie con unos calores excessivos, perseguido de tabanos que le daban mui bien en que merecer" (3).

A cria de animais cavalares inicia-se nas reduções do Uruguai em 1634. Com o gado bovino, introduzido neste ano pelos padres Cristovão de Mendoza e Pedro Romero, entram tambem algumas dezenas de éguas escolhidas e bons reprodutores, trazidos dos campos de Corrientes para nuclear o casco do equídeo a oriente do grande rio.

O primeiro lote de que se tem noticia é levado para São Nicolau, onde se encontram excelentes campos de criação e boas aguadas, capazes para tão util ramo da incipiente pecuária missioneira.

Segundo informa o padre Pedro Romero, superior das Reduções, em sua citada ânua, em 1635 já as éguas de São Nicolau haviam produzido 40 crias, e estavam "o que se pode desejar de gordas". Destinara tambem outros lotes para todas as reduções da Serra, sendo que destes, 10 ou 12 estavam em Natividade. "Las yeguas estan aqui, (São Nicolau) muy buenas y tenemos del año passado mas de 40 crias, tambien las

(1) C. Teschauer — Vida e obras do Ven. P. Roque, cit., 89, V. tambem *Os heróis de Caró*, padre L. G. Jaeger.

(2) Pastells, cit., I, 450.

(3) Ânua de Jesús Maria, cit., I, 29, 7, 25.

q' estan en Natividad q' sõ diez o doce estan lo q' se puede desear de gordas.... las cabalgaduras no faltarã a las Red.es asi p.a andar de los P.es como p.a llevar las prov.es cõ q' se suelen cargar los Indios" (1).

Referindo-se, na mesma ânua, aos animais cavalares que haviam posto em Natividade, acrescenta o padre Romero: "Já escreví a V. R. como las yeguas q' estaban repartidas para las Red.es de la Cierra las puse en esta Red.on que sera hasta 15, y todas estan cõ sus crias y ellas estan famosas e se an de aumentar mucho q' riendo n. Sr."

São essas as principais referências que se encontram nos documentos jesuíticos da época, relativamente à entrada do gado equídeo nas reduções. Alem de outras quantidades não referidas, mas que é certo teriam passado para as reduções do Uruguai e do Tape, encontramos aí quase uma centena de éguas, cuja primeira produção se eleva a 55 crias. E quando, três anos depois, premidos pela invasão bandeirante, padres e índios empreendem a retirada para alem-Uruguai, vultosa deveria já ser a produção que ficou pelos campos riograndenses. Não consta de toda a documentação existente levassem os jesuitas, em sua transmigração, gados de quaisquer espécies, o que seria mesmo dificil, pela demora que acarretaria vadear o Uruguai, quando o pânico que se desencadeara sobre as suas aldeias aconselhava precipitar a fuga que os poria a salvo da sanha bandeirante.

Em 1637 quase todas as reduções da Serra tinham as suas manadas de éguas e cavalos de que se serviam os próprios índios. Refere o padre Pedro Mola, voltando à tapera de Jesus Maria, já destruida pelo capitão Raposo Tavares, em março desse ano, que "um moço vindo de seu Povo a cavalo", passou por um rancho onde havia uma velha que morria de câmaras, e deu aviso ao padre que a batizou, bem como a outros atacados da mesma peste (2).

Em outra ocasião noticiaram ao cura da redução que numa aldeia distante, assolada pela peste, morriam alguns índios não batizados ainda. Mas era tão longe que não seria possivel chegar a tempo de socorrer os enfermos. E o padre, em suas orações invocou a proteção de Deus. Que Nosso Senhor lhe mandasse um cavalo!... E não terminara a súplica quando, montado por um índio, num galope desabalado, estaca à frente da igreja o animal que milagrosamente o senhor conduzira à sua porta. Quase sem explicações ao cavaleiro, monta e corre pelo campo a fora, chegando a tempo de enviar ao céu as pobres almas infiéis...

Foram os guaicurús-do-sul, mais tarde conhecidos por índios cavaleiros, os principais fautores da introdução do cavalo, nas campanhas que se estendem ao sul do rio Ibicuí, dominadas primitivamente pelos guenoas e seus afins (charruas, yaros, minuanos, boanes e outros).

A introdução do gado cavalar e vacum no Rio da Prata modificou completamente os usos e costumes desses índios. Desde então usaram o cavalo e se fizeram destríssimos em seu manejo. Adotaram como principal alimento a carne dos potros e das vacas, abandonando a caça e pesca

---

(1) B. N. Anua dirigida ao prov. padre Diego de Borôa, datada de 3 de abril de 1636. Mss. Col. Angelis, I, 29, 7, 31.

(2) Carta do padre P. Mola de 24 de março de 1637, escrita na tapera de Jesús Maria. I, 29, 1, 66.

em que anteriormente consistia a sua alimentação pois não conheciam a agricultura. "A qualquer hora que fosse o que tinha fome tomava um pedaço de carne, o espetava em um assador de pau, que fazia girar sobre o fogo, como os nossos campeiros fazem hoje com o *churrasco*, e o comiam tranquilamente sentados de cócoras" (1). Conseguindo tambem o ferro adotaram logo como arma lanças de três metros e meio de comprimento e flechas pequenas, cujas pontas em vez de serem de pedra como anteriormente, passaram a ser de metal, para o que usavam arcos de barrís. A única arma que continuaram a manejar, de efeitos terriveis, foi a boleadora de dois ramos, que levavam atada à cintura. Tornaram-se logo exímios na equitação. "Sabiam combater montados a cavalo e alinhados, assim como empregar a carga de lanças. Usavam de um estratagema que constava em se deitarem sobre o dorso do animal ou sobre um dos lados, não deixando ser percebidos ao longe e, desta sorte, aproximavam-se do inimigo fazendo-lhes as suas cargas terriveis" (2).

As primeiras notícias que se conhecem de contacto de índios do sul com animais cavalares, que não lhes causam grande surpresa ou pavor, remontam aos dias da introdução do equídeo em Buenos Aires, por D. Pedro Mendoza. Anibal Cardoso, defendendo a tese da existência do *équus americanus*, cavalo autóctone da pampa, diz "que os índios querandis conheciam o cavalo selvagem americano" que caçavam com boleadoras para alimentar-se com sua carne e não podiam temer a arremetida daqueles doceis e intumescidos corséis de guerra que haviam visto desembarcar dos navios de Mendoza. "E acrescenta que um dos povoadores, F. Vilalta, em carta afirma que "eram os índios ligeiros e destros" en atar los caballos con las bolas que traian". Foram os espanhóis que vieram lhes ensinar esse outro aspecto que não conheciam do aproveitamento do cavalo como arma de guerra e meio de transporte (3).

E que os índios do sul não temiam os cavalos como sucedeu no Perú, basta referir que, em 1547, em Assunção tentaram os aborigenes roubar 80 cavalos e éguas que lhes foram retomados pelo capitão Juan de Salazar. Mas, a primeira notícia que se conhece de índios equestres é transmitida por Madero que assinala já em 1566 a existência de querandís, selvagens da Pampa, montados a cavalo, servindo-se de sua terrivel arma de guerra — as boleadoras.

O uso do cavalo vai se generalizando entre as tribus campeiras, principalmente nas vastas planuras das campanhas em que proliferam as eguadas silvestres, ou chimarronas, depois penetra com os povoadores Paraguai acima até as longínquas paragens do Chaco, e se espraia a oeste indo esbarrar nas elevações sub-andinas. Há, mesmo, nações que se caracterizam pela sua adaptação rápida aos exercícios equestres. Entre estas os guaicurús cujos ramos extremados no Prata tornam-se cavaleiros por excelência.

---

(1) José H. Figueira — *Los primitivos habitantes del Uruguai*. Montevideu. 1822. pág. 27. V. Azara. Viaje a la America — I, 154. Antonio Serrano — *Etnografia de la antigua provincia del Uruguai*. Paraná, 1936.

(2) João Cezimbra Jaques — *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1912. pág. 7.

(3) Anibal Cardoso. Op. cit.

Segundo Azara, os primeiros cavalos que tiveram os mbayas foram poucos e ordinários, roubados uma noite nas imediações do povo de Ipané, em 1672. Gostaram deles e, voltando ao mesmo povo, fizeram novo roubo levando tambem algumas éguas (1).

É possivel que os guaicurús, como refere Rodrigues do Prado, tenham havido seus primeiros cavalos em roubos feitos aos espanhóis, nos tempos iniciais da conquista, pois, "bem pode supor-se que não houveram por permutação por terem na sua lingua nomes próprios, tendo aqueles que tem havido de nações civilizadas, conservado o nome próprio que tem entre as nações de quem houveram" (2). No Mato Grosso, onde teem o seu "habitat", "tornam-se terriveis para com os outros selvagens e mesmo para os paulistas que não saiam sem grande levada", receando encontrá-los em campo limpo, pelo modo com que eram acometidos. Tanto os guaicurús os viam, ajuntavam os cavalos e bois e cobrindo os lados os apertavam de sorte que com a violência com que iam rompiam e atropelavam os inimigos e eles com a lança matavam quantos encontravam por diante. Para fugir a estas arremetidas os paulistas se entrincheiravam nos matos, matando-os a tiros (3).

Todos eles tinham pelo cavalo grande estima. Usaram desde logo marcá-los, como faziam os espanhóis e não só debuxavam no próprio corpo a marca de seus cavalos como, quando morriam, o seu cavalo de maior estimação, em que era levado a enterrar-se, era tambem morto e alí ficava junto ao corpo de seu dono. Os minuanos do Rio Grande do Sul usavam como marca de seus cavalos um X encimado por um I = $\frac{\text{I}}{\text{X}}$ (4).

Foi com a introdução do cavalo na mesopotâmia argentina que os guaicurús do sul começaram a utilizar esse animal. A primeira referência que se conhece da passagem de cavalhadas para a banda dos Charruas, a oriente do Uruguai, nos dá o padre Pedro Romero em sua preciosa ânua de 1636 (5), largamente respigada.

Em janeiro de 1636, voltavam os japejuanos de uma arreada de gados que haviam feito nas vacarias de Entre-Rios quando, ao se aproximarem da margem ocidental do Uruguai encontraram os Yaros em atitude guerreira. Tinham estes índios suas Toldarias ao sul de Japejú, na margem ocidental do Uruguai e conduziam sua cavalhada para vadear o grande rio e dar combate aos charruas de quem eram inimigos, e que já lhes haviam morto alguns índios de sua tribu. Os charruas, por sua vez, tambem passavam cavalos para a guerra contra os Yaros. Foi nessa ocasião que encontraram os índios japejuanos, que voltavam com grande quantidade de vacas para seu Povo e dando sobre estes os destroçaram, matando 40 cristãos, como fica historiado.

Preciosa indicação a dessa notícia do padre Romero. Seriam estes os primeiros cavalos introduzidos na Banda dos Charruas, por estes pró-

(1) D. Feliz de Azara. *Geografia Fisica del Paraguai.* 380.
(2) Francisco Rodrigues do Prado — *História dos indios cavaleiros ou da nação guaicurú.* Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo I, 22, 29, V. N. B.
(3) Idem, idem.
(4) *Hostilidades dos guenos contra os Tapes.* 1705. B. N. Mss. I, 29, 3, 69.
(5) B. N. I, 29, 7, 31.

prios indios ou pelos Yaros que com esta guerra ficam alí e tem contínuas refregas, neste território, com seus afins? Segundo a cartografia antiga, nessa época, ocupavam os Yaros a faixa de terra que fica entre a margem direita do Uruguai e margem esquerda de seu afluente antigo rio Malaguai (Gualeguaichú) e os charruas o território fronteiro, na Banda Oriental (Banda dos Charruas). (1). O mapa de L'Isle (1703), feito de acordo com as indicações de Techo e Ovalle, já coloca os "Yaros errantes" entre o Tibiquari e o Rio Negro, à margem esquerda do Uruguai, território que teriam ocupado nessa entrada de 1636.

Não erraremos por muito, assim, aceitando o decênio de 30, que coincide com a introdução do gado pelos jesuitas, ao norte, com as das eguadas e potros que os yaros e charruas trazem da velha provincia de Entre-Rios para o sul da Banda Oriental. Mas, esta introdução não constituiria ainda casco de grande propagação do equídeo, sabendo-se que esses selvagens alimentavam-se especialmente de carne de cavalo, não obstante terem esse animal em grande conta como sua melhor arma de guerra nos descampados da Pampa, e que o couro nas Toldarias substituiu, em suas casas portateis, as paredes e tetos que eram de palha.

7 — Origens do gado menor.

Com exceção do suino, que tem por origem, no Prata, alguns casais transportados em 1535 para Buenos Aires na armada de D. Pedro de Mendoza, o gado menor que entra na governação do Paraguai procede do Perú, onde foi introduzido em 1548.

Foi neste ano, com o socorro ao presidente La Gasca em luta com Gonçalo Pizarro que, à frente de um bando revolucionário, se insubordinara às determinações reais, desembarcou o marechal Alonso de Alvarado na baía de São Mateus, conduzindo cavalos, bestas, ovelhas e cabras de procedência espanhola, os primeiros que alí aparecem, pois, consoante cronista da época, "en aquel tiempo aun no habia en aquella comarca vacas, ovejas, ni cabras, porque en esta sazon se comenzaban a criar" (2).

Pouco tempo depois, procurando ligar a província do Paraguai por comunicação direta à governação do Perú, o general Domingo Martinez de Irala, que sucedera ao governador deposto Cabeça de Vaca, promove uma entrada até aquela longinqua região, afim de auxiliar, tambem, no que fosse possivel, o presidente La Gasca. Mas, motivos de ordem administrativa, e motins que desinquietaram Assunção, determinaram a volta de Irala á sua capital. Como representante de seu governo seguiu para o Perú o capitão Nufrio de Chaves, desincumbindo-se dessa missão.

Em 1549, em companhia de mais 40 espanhóis que do Perú se trasladavam para Assunção, voltou o capitão Nufrio de Chaves, trazendo apreciavel quantidade de cabras e ovelhas, as primeiras que entravam no Paraguai.

(1) V. Mapa de Carrafa (1647), Mapa do padre Luiz Ernot e outros. Rio Branco, Furlong (Cartografia Jesuitica) etc.

(2) Diego Fernandez — *Primera parte de la Historia del Perú*. Madrid, 1914. (Publicada pela primeira vez em Sevilha em 1571) Tomo II, 344.

Não foi facil o transporte desse gado pela distância consideravel e caminhos ínvios que teve de percorrer. Refere Ruy Diaz de Guzman que em uma noite em que estes aventureiros estavam cercados por milhares de índios dispostos a atacá-los, começaram a balir as cabras e ovelhas, o que lhes infundiu tal pavor que fugiram todos, julgando ser os espanhóis que se preparavam para assaltá-los. E isto livrou a gente de Nufrio de sofrer o ataque dos selvagens (1).

Dez anos depois, em 1569, com o bispo de la Torre, que volta do Perú, em companhia do general Felipe de Cáceres, preposto do *adelantado* Juan Ortiz de Zárate, novos rebanhos de gados menores entram em Assunção. Pela grande proliferação das ovelhas e cabras dentro de pouco tempo Assunção se torna o empório fornecedor desse gado a todas as mais cidades que se vão fundando no Prata.

Corrientes, Santa Fé, Buenos Aires, recebem daí os primeiros sementais que são cascos originários dos grandes rebanhos lanares que se disseminam em seus campos ótimos para a criação de ovelhas. Quando o general Juan de Garay funda a última destas cidades, em 1580, para alí transporta, alem de grande quantidade de gado vacum que é distribuido pelos povoadores, outra não menor de ovelhas e cabras. E é desta origem que procedem os rebanhos de gado menor que os jesuitas introduzem, por via de Santa Maria do Uruguai, em suas reduções do Rio Grande do Sul, em 1634, como veremos.

Preocupação constante, desde a fase inicial da fundação de suas missões, no Paraguai, revelaram os inacianos em prover os ameríndios de roupas que, cobrindo-lhes a nudez, contribuissem tambem para resguardá-los do frio intenso que sentiam em certas regiões, obrigando-os a se manterem inativos, em épocas hibernais. Encontrando entre os guaranís a cultura do algodão, procuraram intensificá-la, dotando-a de meios racionais de desenvolvimento. Os próprios padres construiram os primeiros teares para melhor fabrico do pano e ensinaram os índios a tecê-lo. Foram os primeiros alfaiates e costureiros dos Povos, introduzindo as longas camisolas para os homens e vestidos para as mulheres.

Quando em 1638 deu-se a transmigração das reduções do Uruguai e Tape, sob a pressão dos bandeirantes, grande era a quantidade de pano de algodão tecido nas aldeias, pois, como vimos, em troca de 6.000 a 7.000 vacas compradas a Manuel Barbosa, de Corrientes, deram os padres "o pano de algodão e alfaias das reduções".

Mas, o clima exigia agasalhos melhores. E estes só poderiam ser conseguidos com a nova indústria de lanifícios que os jesuitas procuram logo introduzir e intensificar em suas missões.

Todas as ânuas estão cheias de referências à introdução do gado lanar de que formam mesmo um interposto de aprovisionamento às aldeias que vão fundando nas margens do Uruguai.

Promissores resultados lhes havia dado a cria de ovelhas nas primeiras reduções que estabeleceram em Guaira, Paraná e outros lugares. Em sua carta ânua de 1615 o provincial padre Pedro de Oñate fornece um punhado de notícias interessantes sobre a introdução do gado lanar em N. S. do Loreto, na província de Guaira. Em 1614, havia levado

(1) Argentina — 91.

para ali algum gado vacum e ovelhum e plantado uma vinha. "E foi N. S. servido de deitar suas bençãos sobre tudo isto, porque se tira leite, e se fazem queijos e requeijões, se colhe arroz, trigo e com o mel dos canaviais acudimos a estes pobres" (1). As ovelhas e cabras foram para ali transportadas pelo rio, com um mês e meio de trabalhoso trajeto (2). Eram 30 cabeças, alem de outras compradas em Maracayu. Três anos depois, nas reduções de Loreto e Santo Ignacio "já havia mais de 100 vacas, 120 cabras parindo duas e muitas a três; 80 ovelhas, e deram 30 crias, — bezerros, 13 ovelhas e 9 cabras. Havia ali 150 porcos. As vacas deram manteiga e as ovelhas e cabras leite com que se faziam queijos e com a manteiga se mantem a lâmpada do S. S. que existe na redução do Loreto" (3).

Com o desenvolvimento desses rebanhos ia-se aproveitando a lã para fabricação de tecidos. O mesmo se dava nas reduções do Paraná onde já havia regular quantidade de gado ovelhum levado de Assunção. Junto aos colégios em 1617 e anos seguintes foram estabelecidas estâncias de gado de toda espécie que prosperavam a olhos vistos.

Fundadas as reduções do Uruguai e do Tape e ante a premente necessidade de socorrê-las tratou logo o provincial padre Pedro Romero de promover ali a introdução do gado, não sendo de menor importância a de cabras, ovelhas e porcos. Designou, então, em 1630, mais ou menos, o padre Vicente Badia, cura da redução de los Reyes de Japejú, para ir a Buenos Aires adquirir um lote de ovelhas e cabras que deveria constituir o casco desses rebanhos para suprimento às novas reduções de ambas as margens do Uruguai. Em companhia do padre Vicente foi o índio Jaguareça que, mais tarde, relatou ao padre Diego de Salazar as dificuldades da travessia desse gado e do temor que todos tinham de serem assaltados pelos Yaros, por cujas terras era necessário passar para atingir Japejú. Deu-lhes ânimo a fé sempre viva do padre Vicente que, nas horas de perigo, levantava-lhes a coragem ante a ameaça constante de sacrificarem a própria vida. Deus os socorreu e conseguiram chegar a salvo em Japejú trazendo "as ovelhas para lã destes índios com que procuramos vestí-los e cobrir sua nudez" (4).

Duas léguas acima de Japejú, à margem do Uruguai, foi encontrado um posto, cuja localização e pastagem pareciam atender às exigências de um interposto de criação lanar. "Cuida delas (ovelhas) o irmão Eugenio Valtodono (5) com interesse, aplicação e zelo destas almas e com não menor edificação dos que vemos o que padece entre esta gente cuja língua não sabe por ser já velho e de muita idade e por isto lhe custa muito ter de lhes falar e ordenar o que hão de fazer, mas Deus N. S. por cujo amor o faz, lhe favorece e ajudá prosperando e multiplicando o

---

(1) *Documentos para la Hist. Argentina* — Tomo XX — *Iglesia* — II, volume 36.

(2) Idem, idem, II-50.

(3) Anua do padre Onate — *Iglesia* — I, 148.

(4) Anua do padre Romero, cit. B. N. I, 29, 7, 25.

(5) O irmão Eugênio Valtodono, natural da Itália, é um dos primeiros irmãos da Companhia que vai para o Paraguai, pois aí já se encontrava em 1609. Teria, em 1630 perto de 70 anos de idade.

seu gado. Com unicamente uns poucos de "frisoles" (1) com água, não se preocupando com as coisas desta vida, para ajudar e cooperar na salvação destes índios" (2).

Mas ante as constantes ameaças do gentio, principalmente os Yaros, que acossavam os vizinhos japejuanos, resolveu-se mudar mais para o norte, entre as reduções de Conceição e Santa Maria, que se trasladara do Iguassú para a margem direita do Uruguai em 1633, o campo de criação de ovelhas. Visitando-o mais tarde chegou o padre Romero à conclusão de que esse local tambem não atendia às condições exigidas para o desenvolvimento do rebanho. Só em 1635 havia este acusado já uma perda de 400 cabeças devido aos inconvenientes da localização. Tratou, então, de escolher novo posto a meia légua da redução de Santa Maria, em direção a São Xavier, sendo para aí transportadas as ovelhas em 4 de abril de 1636.

É o que informa em ânua desta data: "Não é possivel advertir-se todos os inconvenientes dos princípios, e assim, embora tenha escrito a V. R.ª (sobre) a bondade do posto das ovelhas entre Conceição e Santa Maria onde a terra aprovou, morreram mais de 400. Tambem como a estância estava entre os dois arroios de Aracapiragua e Anhongui que com qualquer aguaceiro enchiam terrivelmente, não dando passagem por alguns dias, chovendo, ficava o bom irmão Valtodono encerrado sem poder passar para assistir à missa, e nem ter o que comer, e se ela o colhia em alguma redução não era possivel passar à estância, e faziam os ovelheiros o que entendiam. Para evitar este tão grande inconveniente procurei um posto a meia légua da redução de Santa Maria para São Xavier, onde atualmente estou ajudando o irmão a fazer os currais e Amanhã, quatro deste (abril), estarão as ovelhas neles e espero com o Senhor que se acharão bem porque o posto é apropriado e o irmão viverá na Redução com o padre Clavijo e terá tudo que é mister e pode acudir à estância com descanço. Os ovelheiros são casados aquí e como estão entre a redução e suas chácaras, com suas mulheres, não há inconveniente nem dificuldade de se lhes dar de vestir (3).

Em nova inspecção que fez aos currais de Santa Maria, o superior achou que "a parição das ovelhas havia sido boa, mas como estavam fracas devido à caminhada elas e suas crias haviam sofrido um pouco". Encontrou, nessa ocasião, 2.000 cabeças de ovelhas, e que se nesse ano aprovasse o posto escolhido elas teriam grande desenvolvimento (4).

No ano seguinte, 1637, resolveram os jesuitas dar maior incremento aos rebanhos lanares, pois sensivel era na estação invernosa a falta de vestuário para os índios, devido a escassez de lã para movimentar os teares que se haviam estabelecido em todas as reduções. O superior destas, que era então o padre Antonio Ruiz de Montoya, deu ordem ao padre Pedro de Espinosa, cura de Caró, fosse com uma boa escolta de índios e um vaqueiro espanhol, comprar um lote de ovelhas, em Santa Fé. Conseguiu o padre reunir 1.600 cabeças e as conduzia com os maiores tra-

---

(1) Uma espécie de feijões indígenas.
(2) Anua referida B. N. I, 29, 7, 25.
(3) B. N. Mss. I, 29, 7, 31.
(4) Idem, idem.

balhos, vadeando, em balsas, rios cheios e atravessando caminhos quase intransponiveis quando foi pressentido por índios infiéis guaiquirenses, ao atravessar o Paraná. Já havia passado a metade das ovelhas, 800 cabeças, e estava com os de sua comitiva dormindo quando os infiéis caíram sobre eles de surpresa, sendo o padre Pedro Espinosa morto a golpes de tacape. Poucos índios conseguiram escapar ao morticínio (1). Ocorreu a morte em 3 de julho de 1637, na província de Itatines, e o padre Pedro Espinosa ficou no agiológio jesuítico como o primeiro mártir do gado lanar (2).

Foi em 1634, juntamente com o gado maior trazido pelo padre Cristovão de Mendoza, que se fez a introdução, nas reduções do Uruguai, de ovelhas, cabras e porcos. Ficaram ao princípio em São Miguel de onde foram mais tarde distribuidos pelas outras reduções, inclusive as da Serra. Em sua ânua de 1635 o padre Romero já faz referência a vacas e porcos que estão na redução de Jesus Maria, "que estan mui gordos e se ban mui bien aumentando" (3). Em Santa Tereza há grande quantidade de porcos e 30 cabeças de cabras, que foram transportadas de São Miguel. Em São Nicolau há um pequeno rebanho de ovelhas e ali se tece já excelente pano.

Com a invasão dos bandeirantes e a dispersão e transmigração dos Povos para a banda ocidental do Uruguai devem ter ficado em toda essa vasta região alguns sementais de gado menor, muito embora não se encontrem referências a respeito desses núcleos iniciais que aí ficam.

Só, mais tarde, com o estabelecimento das estâncias dos Povos, intensifica-se a criação do gado menor como se dirá oportunamente.

8 — *Vacarias.*

O étimo Vacaria que fica entre os topônimos do Rio Grande do Sul assinalando uma de suas regiões, a nordeste do Estado, designou, inicialmente, o lugar em que se encontravam quantidades de gado selvagem ou chimarrão. Dizia-se tambem da ação de abater grandes porções de animais bovinos para o aproveitamento do couro, e gorduras, "fazer uma vacaria, ou vaquear".

Ao sul, no território da atual República Oriental do Uruguai, ficavam as Vacarias do Mar, que se estendiam desde o litoral atlântico até o rio Uruguai. A mais antiga, formada naturalmente pela dispersão geográfica do primeiro gado abandonado pelos jesuitas, em 1637, quando da invasão bandeirante, extremava-se ao sul pela margem esquerda do rio Negro e direita do seu principal afluente o rio Yi, cujas vertentes entestam com as dos rios que entram na lagoa Mirim; ao norte abrangeria as campanhas riograndenses até a bacia do Jacuí, em cuja parte meridional havia bastante gado alçado. Quarenta anos mais tarde, quando os índios, descoberta essa vacaria, começam a extrair dela gados para sua

(1) *Iglesia* — I, 759.

(2) Matias Tanner — Martirio do padre Pedro Espinosa — 499. V. Neste biog.

(3) Ânua 22 out. 1635. B. N. Mss. I, 29, 7, 28.

subsistência, e cruzam o rio Negro, em direção à estância de Japejú, vão deixando por onde passam alguns milhares de cabeças de vacas cansadas, formando assim a vacaria do Rio Negro que ficava entre este rio, desde suas nascentes até São Domingos Soriano e, pelo Uruguai, rio acima até o rio Quaraí, limite da estância do Povo de Reyes (1). São estas as vacarias do mar, propriamente ditas. A primeira se estende mais ao sul pela dispersão do gado, indo até as cabeceiras do rio Santa Luzia e litoral onde baixa até Maldonado, como se constata da informação de D. Manuel Lobo ao fundar, em 1680, a Colônia do Sacramento.

Tem origem a Vacaria do Mar, como fica referido, em 400 vacas leiteiras, mansas, de cor escura, lançadas pelos jesuitas nas campanhas riograndenses, afim de evitar caissem elas em poder dos bandeirantes que, em 1637, assolavam as suas reduções do Tape. Trinta anos depois, um tenente de cavalos que, a mandado de D. José Martinez de Salazar, governador do Rio da Prata, entrara até a margem meridional do Jacuí, encontrou aí grande quantidade de gado que baixava pela costa desse rio. Levada a notícia ao padre provincial Cristovão Altamirano, que estava em Buenos Aires, informou este provirem essas vacas daquele núcleo inicial que fundara a pecuária na pampa.

Em seu depoimento no "Pleito" sobre vacarias, em 1718, informa o padre Juan de Yegros, S. J. que "viu um instrumento original do padre João Batista Ferrufino, provincial desta Província do Paraguai do ano de 1644, e que está entre os papéis antigos do Povo de Japejú, em que ordena ao padre superior dos dois rios que faça por mais vacas nas taperas dos padres missioneiros que estão pelas partes do mar, cujos povos levaram os mamalucos de São Paulo, os quais ficavam na banda de oriente, como tambem já o haviam ordenado antecessores seus. Proibiu tambem que os índios fossem tirar ditas vacas a título de serem de suas taperas", afim de que se multiplicassem para bem dessas missões (2). Acrescenta que as cabeças lançadas aí em diversas vezes por ordem dos provinciais se elevaram a mais de 15.000.

Durante mais de 30 anos todos os provinciais com o intuito de aumentar esses rebanhos, embora mandando lançar novas quantidades de gados escolhidos para que procreassem, proibiram terminantemente entrassem os índios a vaquear nas partes do mar. Foi em 1671 que o provincial padre Tomaz de Baeza, ante a escassez de mantimentos que havia nas reduções do Uruguai, permitiu aos índios extraissem, de dois em dois anos, certa quantidade de vacuns, das vacarias do mar. Com esse propósito "enviou ao mar o cacique principal do Povo de São Tomé, D. Roque Arazaí, que trouxe dalí, no ano de 1671, 400 vacas "para amostra do pano". O padre Augustin de Aragon, que era então cura do Povo, para melhor apreciar o gado passou a outra banda do Uruguai. Um ano antes, visitando estas vacarias aí estivera o padre Jacinto Marquez que assinalou o local com uma cruz, que se conservou até 1680, e

(1) *Informe sobre el derecho que tienen nrs. Indios alas Baquerias del Rio Negro.* B. N. Mss. I, 29, 3, 102. A documentação sobre as vacarias, em virtude dos pleitos em que os jesuitas contendem com os espanhóis, é uma das mais copiosas da Coleção de Angelis e daria material para um estudo definitivo sobre o assunto ainda pouco conhecido, não obstante o magnífico trabalho do Dr. E. A. Coni, cit.

(2) Pleito cit. B. N. Mss. I, 29, 4, 10. Vacas de S. Miguel.

encontrada pelos primeiros índios que aí foram vaquear e pelos que foram ao cerco da Colônia do Sacramento.

Nesta ocasião o padre Marquez, tendo-se acabado as vacas com que eram supridas as tropas espanholas e tapes que avançaram sobre a Colônia, com 62 vaqueiros japejuanos foi vaquear nas vacarias dos padres, por não haver mais gado por aquelas partes. Foi até às cabeceiras do Santa Luzia de onde levou de 8 a 9.000 vacas, das quais muitas ficaram por aquelas partes. Quando os índios começaram a vaquear estenderam essas vacarias, chegando até São João, proximidades de São Gabriel, embocadura do Rio Negro, e costa do Uruguai, que se encheram de gado, proveniente das vacas cansadas e perdidas que por aí ficaram.

O padre Pedro Ximenes, que conduzia muita quantidade de gado vacum, quando voltou do avanço a São Gabriel, foi deixando tropas de vacas pelos arroios e outros lugares próprios para a sua multiplicação, o que fizeram tambem outros padres, em diversas ocasiões. E é destes lançamentos de sementais bovinos que provem a segunda vacaria do mar entre o Rio Negro, Uruguai e Quaraí. Ainda nesta, por ordem do provincial padre Lauro Nuñez, foram introduzidas 4.000 cabeças do povo de Reyes, 10 a 12.000 de São Tomé e, em duas vezes, do Povo da Cruz, 30.000 cabeças, mais ou menos.

Na vacaria primitiva, entre os rios Negro e Yi, até suas cabeceiras, lançaram, mais tarde, em 1702, os povos de São Borja 14 a 15.000 vacas, o de São Nicolau 20.000, e o de São Miguel de 10 a 12.000 cabeças de gado (1).

Não obstante o conhecimento que tinham os padres e índios tapes da prodigiosa quantidade de gado que se multiplicara, à lei da natureza, durante 40 anos, nessa vacaria, somente em 1677 foi consentido, com restrições, extraissem os missioneiros pequenas quantidades necessárias ao seu consumo. Os primeiros que tiveram autorização para isto foram os de Conceição, e logo em seguida os de São Miguel, descendentes dos tapes que foram originários donos desse gado. Deu a permissão solicitada o provincial padre Diego Altamirano, sendo superior das reduções o padre Cristovão Altamirano. Aos índios guaranís, na mesma ocasião, foi concedida licença para entrar nas vacarias do mar, com o "tácito consentimento dos índios tapes, de cujos antepassados foram as primeiras vacas de ditas vacarias" (2). O aparte de tropas que eram conduzidas às estâncias dos Povos, para abastecimento, só era permitido durante dois meses em cada ano, afim de evitar desperdício de gado.

Desconheciam completamente os espanhóis de Buenos Aires e de Santa Fé a existência das vacarias do Mar. A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680; o cerco que lhe foi posto em 1705, e guerra contra os guenoas, no mesmo ano, em que houve necessidade de suprir de carne às tropas, revelaram-lhes a formidavel riqueza pastoril dessas campanhas. Refere o irmão Brazanelli, S. J. que "entrando o declarante com duas companhias de soldados espanhóis por ordem do Sr. governador D. Alonso Juan de Vadez y Inclan pelo ano de 1704 a castigar os infiéis guenoas, yaros e mboanes, que haviam morto em 10 paragens as

(1) Informe cit. B. N. Mss. I, 29, 3, 102.

(2) B. N. Mss. I, 29, 3, 103.

sentinelas postas por S. Senhoria, aguardando e espiando os navios dos portugueses que vinham a dar socorro à nova colônia de São Gabriel, nunca souberam ou atinaram o rumo destas vacarias senão os dois capitães, famosos vaqueiros de outras vacarias, até que os índios lhes ensinaram e conduziram a elas (1). No ano seguinte, por ocasião do cerco da Colônia, para suprir as tropas espanholas que aí se encontraram e os terços de índios que lhes foram em auxílio, gastaram-se 184.000 vacas, que foram tiradas das campanhas próximas à Colônia, onde "havia abundância pela multidão de gado vacum" aí existente. E isto se dava ainda apesar das providências que, para evitar suprimento de carnes à Colônia, recem-fundada, dera o governador D. José de Herrera, em 1690, solicitando ao padre Gregorio de Orozco, provincial da Companhia, e ao superior das Doutrinas, padre Salvador de Roxas, enviassem índios missioneiros que, juntamente com soldados espanhóis "retirassem o gado que se recostava e havia nas costas de São Gabriel e do rio do Rosário", para o que foi mandado o padre Policarpo Dufo "juntamente com o irmão Joaquim de Zubeldia, religioso da Companhia de Jesus, os quais com os ditos índios tapes e soldados espanhóis, efetivamente retiraram dito gado levando-o para mais próximo aos Povos dos ditos índios" (2).

Correu logo notícia em Buenos Aires e Santa Fé da riqueza pastoril da Banda dos Charruas, aguçando a desenfreada cobiça dos moradores daquela governação. Devido à desordem com que eram extraidos os gados das extensas vacarias daquelas cidades, onde houve "muitos milhões de vacas", estavam elas quase destruidas, sendo que os rebanhos de Buenos Aires se haviam espalhado pelas serranias que caem para o mar, e delas se tinham apossado os índios infiéis aucais, do Chile (3).

Começaram, então, os antigos *acioneros* daquelas cidades, fazendo valer supostos títulos de ação sobre os gados que ficavam nas terras a oriente do Uruguai, a propor pleitos e demandas, afim de conseguirem permissão de extrair as quantidades precisas para repovoar as suas estâncias. Mas, os governadores, inicialmente, como D. Bruno de Zaballa e outros, em 1720, reconheceram o direito que cabia aos tapes sobre essas vacarias que provinham do casco aí lançado pelos seus antepassados. Alegava-se, entretanto, a procedência platina dos lançamentos de Hernandarias, cujos herdeiros estendiam seu domínio pela mesopotâmia argentina.

Os santafecinos que haviam concorrido à facção da Colônia, por várias vezes, para desalojar os portugueses, já organizavam tropas de vaqueiros para conduzir às suas estâncias grandes arreadas de gado alçado. O mesmo acontecia com os portenhos que iniciavam as fainas de coureamento e extração de graxas, nas pampas uruguaias.

Em face dessa atitude que ameaçava despovoar as suas vacarias, resolveram os jesuitas entrar em um acordo com os espanhóis de ambas as cidades, permitindo que "cada año sacassen de dhas, vaquerias can-

(1) Idem, idem. I, 29, 4, 10.

(2) Pleito cit. Depoimento do padre Policarpo Dufo. Conf. dep. irmão Joaquim de Zubeldia. B. N. I, 29, 3, 103.

(3) B. N. I, 29, 4, 10.

tidades determinadas para poblar sus estâncias y socorrer dhas ciudades" (1).

Um dos primeiros a obter concessão dos jesuitas é o capitão Juan de San Martin, a quem o Cabildo de Buenos Aires concede a primeira licença "para vaquear na outra Banda", que é outorgada a "2 de dezembro de 1616" para a quantidade 20.000 cabeças destinadas ao abasto da cidade. Já então, sem licença do Cabildo, os moradores de Santa Fé, Andres Pintado e Vera Mújica, que comandara o ataque contra a Colônia, nessa ocasião com 400 santafecinos estavam recolhendo vacas na Banda Oriental (2).

Em seu magnífico trabalho o Dr. Emilio Coni nos dá um punhado de notícias extraidas de copiosa documentação que pesquisou sobre as atividades dos portenhos nas Vacarias do Mar. Concede o Cabildo outras licenças para esse fim: a 17 de dezembro de 1616 obteve Miguel de Riglos concessão para povoar suas estâncias com gados daquela procedência: "Durante o ano de 1717 o Cabildo portenho concede várias licenças na outra Banda, sendo de observar-se que todas são para recolher gado e não para matá-lo. À cidade de São João de Vera, deferindo sua solicitação, 6.000 cabeças (23 de junho); ao padre prior de Santo Domingo, de Santa Fé, para a obra da igreja, 10.000 cabeças, com proibição expressa de fazer couros, sebo ou graxa, (9 de junho); a Luiz Pessoa, 16.000 cabeças; a Sanches de Lória de Marras, 20.000 cabeças, com obrigação de trazê-las a Buenos Aires (23 de junho), e a Ignacio de Torres, 20.000 cabeças para as suas estâncias, (11 de abril)" (3).

Em meiados do mesmo ano calcula-se em 400 o número de portenhos e santafecinos que estão com 2.000 cavalos fazendo recolhidas de gado, na outra Banda. Nos anos seguintes intensifica-se a passagem de tropas, tendo se concedido licenças para extração de mais 65.000 cabeças. E, ante a premente necessidade que se faz sentir, em Buenos Aires, de carnes, resolve o Cabildo se mande levantar ainda mais 40 ou 50.000 reses para o abastecimento da cidade. Fazendo uma consulta entre pessoas entendidas "resulta que para fazer essa recolhida eram necessários 150 peões práticos de campo, 1.600 cavalos, 10 canoas, 30 peões de Santa Fé, únicos vaqueanos dos passos dos rios. O tempo que se empregaria na recolhida e transporte seria de sete e meio meses, assim distribuidos: três meses para a recolhida, um mês para levar até o Uruguai e um e meio para passá-lo, outro mês para chegar ao Paraná e outro mês para passá-lo" (4).

Dando solução ao pleito entre as cidades de Buenos Aires, Santa Fé e as Missões, em 1720, se estabelece um acordo entre as partes litigantes (5). Consta desse acordo que "as doutrinas do Paraná e do Uruguai poderiam recolher anualmente 60.000 cabeças das campanhas de São Gabriel e a cidade de Buenos Aires para seu abastecimento

(1) Pleito citado.

(2) Emilio A. Coni. *Historia de las Vaquerias*, cit. 46.

(3) Idem, idem, 47.

(1) E. A. Coni. Op. cit. 47.

(5) Idem, idem. A documentação jesuitica sobre o assunto faz parte da Coleção de Ângelis. B. N. Vários manuscritos.

30.000 postas em Santa Fé (Ata de 17 de novembro de 1722). Alem disto a cidade de Buenos Aires poderá fazer 50.000 couros (Ata de 9 novembro de 1729) (1). Santa Fé, mediante o acordo de 28 de janeiro de 1721, poderia tirar anualmente 6.000 vacas daquelas campanhas.

"As pequenas quantidades de gado consignadas no acordo (*Concórdia* que, segundo o Dr. E. Coní, deu seguramente origem à cidade desse nome à margem do Uruguai), fazem supor que as vacarias da Banda Oriental chegavam já a seu término e não deviam ser tão quantiosas, quando 10 anos apenas as haviam reduzido a esse extremo. Um regedor porteño (2) em sessão de 24 de março de 1722 diz "que los años pasados habia en la otra Banda arriba de quatro millones de vacas, pues estaban tan llenas que apenas hallaban pasto y hoy apenas habria 30.000."

Alem dos espanhóis, dos índios tapes que sob as ordens dos padres conduziam milhares de cabeças para fundar as suas estâncias e vacaria dos Pinhais, tambem os portugueses da Colônia, com o auxílio dos minuanos "e peões de Santa Fé que haviam ficado em grande número por ali" (3), começavam as célebres caçadas de gado para fazer couro e graxas, de larga exportação pela Colônia do Sacramento, como se dirá oportunamente. Aos minuanos e peões se reunem muitas outras "pessoas cristãs, de todas essas províncias, que querem viver sem Deus, sem Rei e sem Lei", e são mais tarde os gaudérios, que dão origem aos gauchos do campo.

Tal foi a devastação nas vacarias do mar que, consoante Coní, em 1743, extinguiam-se os gados, pois nessa data se levava de Buenos Aires para Montevidéu a primeira tropa bovina para abastecimento da cidade.

Foi a fase inicial dessa devastação, no primeiro decênio do século XVIII, que deu origem à Vacaria do Rio Grande do Sul, antiga *Vacaria dos Pinhais*, topônimo que subsiste, assinalando uma vasta e rica região ao nordeste do Estado (4).

Quando os espanhóis iniciam a exploração e consequente destruição da riqueza pecuária que opulenta as campanhas da pampa uruguaia, compreendem logo os jesuitas que não estará muito longe o dia em que se esgotarão completamente essas fontes essenciais à vida das Missões. Previdentes, tendo em vista o futuro de suas povoações, cuja manutenção dependia exclusivamente do abastecimento de carnes, procuraram transportar para paragens menos acessiveis a essa devastação, quase uma centena de milhar de cabeças de gado, para nuclear uma nova vacaria que provesse, nos dias dificeis que não estavam distantes, às necessidades alimentares dos índios.

---

(1) E. A. Coní. Op. cit. 48.

(2) E. A. Coní, idem. Cf. depoimento D. Juan de San Martin, em 1722. B. N. Mss. I, 29, 4, 8.

(3) E. A. Con. Op. cit. que deve ser consultada para completar as notas ligeiras deste trabalho, na parte referente às Vacarias do Mar.

(4) A vacaria dos Pinhais foi primitivamente uma estância de S. Luiz. Já contava com regular número de cabeças de gado em 1706, como informa o padre Gabriel Patiño — B. N. Mss. I, 29, 3, 70.

Dessa forma, "antes que se acabassem as vacas da Vacaria do Mar, procuraram os P. P. criar uma outra vacaria da comunidade, a que não pudessem (os espanhóis) alegar direito quer sobre as terras quer sobre as vacas. Para isto descobriram umas campanhas para Oriente, distantes 78 léguas dos Povos, com 60 e mais léguas de extensão (1), que não pertenciam a particulares e sim aos antepassados dos índios, que eram os infiéis", escolhendo-as para fundar "essa segunda Vacaria que chamou-se dos Pinhais, pelos muitos pinheiros que nela havia" (2).

Magnífica a situação para a criação intensiva de gado vacum, não só pela segurança que oferecia como pelos campos pastosos e boas aguadas que neles se encontravam. No *Compêndio Noticioso* (3) nos dá Roscio uma descrição desse "terreno que é a terceira parte deste Continente e Governo do Rio Grande de São Pedro": "São os campos de Cima da Serra, chamados Campos da Vacaria; que é uma extensão de terreno vasto e longo, cortado e banhado para os seus lados meridional e setentrional com vários rios que se esgotam da parte meridional para o rio Guaiba e da parte setentrional para o rio Uruguai. É formado ou levantado pelo meio com um albardão grande que se alarga e estende até às aldeias e campos das Missões jesuitas no Uruguai; e fechado pelos lados meridional e oriental pela serra e cordilheira geral; pelo lado setentrional com o rio Uruguai que tem seu nascimento na mesma cordilheira; e pelo lado ocidental pela corda de mato de que já tratei na passagem do Jacuí, quando atravessa a mesma serra". Em outro trabalho assinala Roscio que "este campo da Vacaria", "é de moderada altura e igualdade, risonho, limpo e de larga e agradavel vista". Termina "da parte de oeste em uma picada no mais alto do terreno, que passando os bosques das cabeceiras orientais do rio Jacuí e galhos meridionais para o Uruguai, deixando de entre-meio um campestre que se conhece pelo nome de Campo do Meio, continua a atravessar os citados bosques até sair ao campo limpo das cabeceiras setentrionais e ocidentais do sobredito Jacuí. Esta campanha pretendem os espanhóis apropriar aos Povos das Missões do Uruguai. A primeira picada da parte da Vacaria tem quase duas léguas de extensão reta, o Campo do Meio seis léguas e meia e a última picada da parte do oeste, ou das Missões, três léguas" (4).

Foi nesses campos que, "das vacas que alguns Povos tinham, que eram mansas e aquerenciadas em suas estâncias, tiraram (os padres) até 80.000 e abrindo caminho primeiro por um bosque espesso de três léguas (Mato Castelhano), e depois por outro de cinco (Mato Português), meteram naquela parte as 80.000 reses e as deixaram encerradas por todos os lados, para que se multiplicassem esparsas por aqueles campos que por todos os lados estavam cercados de serras e de dilatados e espessos bosques, para que depois fossem os Povos vaquear como iam às

(1) Léguas de 20 ao grau, informa Cardiel.

(2) Cardiel. *Relacion verídica* cit. B. N. Mss. inédito I, 5, 1, 52.

(3) Francisco João Roscio. *Compêndio Noticioso*. Cod., mss. inédito da B. N. datado de Lisboa 21-VI-1781 — Cod. I, 5, 2, 3.

(4) F. J. Roscio. Ofício de Porto Alegre, 18-VIII-1797. Arq. Nac. Rio de Janeiro. Col. 104. Vol. 13, fls. 140. A primeira picada referida, aberta pelos jesuitas para introdução de gados, ficava no mais tarde denominado *Mato Português* e a segunda, alem do Campo do Meio, no *Mato Castelhano*.

Vacarias do Mar" (1). E para que o gado se multiplicasse "resolveram que não se tocasse nesta invernada por oito anos, providência com que, segundo experiência feita em outras ocasiões, se calculava chegar a 400 ou 500.000 reses, podendo desta maneira começar a prover-se todos os povos sem consumirem-se as vacas" (2).

Não contavam, porem, os jesuitas com a expansão dos lagunistas para o sul, visando os campos do Rio Grande, para onde os atraia a inumeravel quantidade de gado que se estendia pelas suas vastas campanhas e, mais ainda, a Vacaria dos Pinhais de que tiveram noticia pelos minuanos amigos e pelos castelhanos de Roque de Zória, que foram até a Laguna.

Segundo se presume das próprias declarações do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto que, com seu pai capitão Domingos de Brito Peixoto e seu irmão Sebastião de Brito Guerra, fundaram Laguna, já havia nesta vila, em 1714, "muitas variedades de gados, como bois, cavalos, ovelhas e cabras que produziam tanto que hoje e já de muitos anos veem daquele sítio todo o gado vacum que se gasta com a maior parte de todas estas vilas do sul, e fora delas vão para a cidade do Rio de Janeiro continuamente muitas embarcações de carnes salgadas, de que se proveem as tropas que vão para o Reino e inumeraveis couros de bois para solas, peixes, etc." (3). Confirma a declaração o célebre Roteiro de Domingos Filgueira que, em 1703, fez por terra a travessia da Colônia do Sacramento até a Laguna: "Passado este (rio Araranguá) e andando meia légua se entrará pelo sertão, e na cabeceira de uma lagoa pequena, onde se não pode bem revolver o peixe, e se pode apanhar quanto quiserem. Passada esta se acha logo rasto de gado, e povoado, que dista do último rio três dias de jornada andando pouco; na primeira ponta de pedra que se avistar junto da praia a que chamam os morros de Santa Marta se entrará para dentro, e pelo rasto do gado se vai dar ao povoado e logo se acharam cavalos e ovelhas do capitão Domingos de Brito que é o povoador desta terra" (4).

Descoberta a Vacaria onde encontraram abundância de gado manso, abriram os lagunistas "caminho para ela, embora com muito trabalho, por aqueles ásperos bosques e serras, e metendo cavalos por elas, em pouco tempo acabaram com as vacas, matando-as somente pelo couro, graxa e sebo" (5). Pouco depois, sobem da Colônia os desbravadores do Rio Grande, tendo à frente esse bandeirante insigne que foi Cristovão Pereira de Abreu e não só Vacaria como todas as campanhas do sul, até o Prata, fornecem quantidades incalculaveis de carnes, couros, línguas, graxa e sebo aos mercados de consumo da própria metrópole portuguesa.

---

(1) Cardiel. *Relacion veridica.* cit.

(2) C. Teschauer — *Hist. R. G. do Sul,* II, 35.

(3) Memorial de Brito Peixoto. Cod. mss. B. N. I, 1, 2, 33.

(4) Domingos Filgueira — *Roteiro.* Inst. Hist. Bras. *Nova Colônia do Sacramento.* Rio, 1900 — Prol. Capistrano de Abreu, XLV.

(5) Cardiel — *Relacion veridica,* cit. Cardiel dá para a fundação dessa vacaria o ano de 1731, mas, como vimos, em 1706, era aí a estancia dos Pinhais, onde já tinha seus gados o Povo de São Luiz.

9 — *Estâncias dos povos.*

Com a introdução do gado, em 1634, e cuidados que exigiam os primitivos e diminutos rebanhos introduzidos nas reduções, estabeleceram os jesuitas pequenos currais, nas proximidades das aldeias, aonde os vaqueiros recolhiam, à noite, certo número de vacuns confiados a cada um deles, evitando, assim, se trasmalhassem ou fossem devorados pelas feras que abundavam nas matas circunjacentes. A providência se impunha, pois, as pragas de tigres, acossados pela fome, invadiam muitas vezes as próprias aldeias atacando os animais e os índios.

O aumento consideravel do gado e a necessidade de pastagens e aguadas mais acessiveis levam os vaqueiros a estender os limites dos campos de criação a rincões mais afastados dos Povos, surgindo daí a formação de estâncias limitadas, naturalmente, por acidentes geográficos que impossibilitassem a dispersão do gado, como serras, rios e matos espessos.

Coube à redução de São Miguel, fundada pelo veneravel padre Cristovão de Mendoza, e para onde este conduziu o primeiro gado, ficar como um interposto da pecuária incipiente das reduções, contando, assim, com um rebanbo já apreciavel quando, em 1638, foi abandonada ante a invasão dos mamalucos. Já tinha essa redução a sua estância que se estendia entre as cabeceiras dos Vacacaís, Toropi e Santa Maria, "onde começou a se multiplicar o seu gado e depois baixou ao mar" (1), constituindo a primeira Vacaria que alí se estabeleceu, pela dispersão desses rebanhos.

É esta a mais antiga das estâncias conhecidas de que os miguelistas tomam novamente posse 50 anos mais tarde quando volta este Povo à Banda Oriental do Uruguai.

Realizada a transmigração das populações indígenas e destruidas as reduções que, em pouco tempo, se transformam em taperas, ante a pressão das invasões bandeirantes, o vasto território dominado pela catequese jesuítica, no Tape e no Uruguai, torna-se um verdadeiro deserto, somente visitado pelos índios infiéis que ousam se aproximar, em sua penetração, desses antigos núcleos cristãos. Um ou outro corregedor das Missões situadas à margem direita do Uruguai, notadamente de Japejú, e São Tomé, com escoltas de índios cristãos, aventuram-se a percorrer pequenos trechos desse território, à cata de índios fugitivos, ou para captura de bandos isolados de paulistas, que ainda exercem suas atividades na preia de selvagens.

Só 20 anos depois de terem abandonado a terra missioneira, em 1657, voltam os jesuitas a essas paragens, estabelecendo estâncias para criação de gados, com o aproveitamento de rebanhos alçados ou com novas introduções de bovinos. Ao princípio, medrosamente, não passam do vale do Uruguai, que é dividido entre as Doutrinas (2) assentes na sua margem direita. Mais tarde, com o restabelecimento dos primeiros Povos orientais, ocupam suas estâncias e vacarias quase todo o atual território

---

(1) B. N. *Limites da estância de São Miguel.* Mss. I, 29, 5, 19.

(2) A cédula Real de 15-VI-1654 determina que os padres denominem *Doutrinas* as suas antigas reduções.

riograndense, com exclusão apenas do trato de terra compreendido pela bacia oriental do Taquarí, se bem que, no Planalto, estendam-se até os campos da Vacaria. Mas, mesmo, dentro desse trecho, em plena serra, estabelecem interpostos de aproveitamento de grandes ervais nativos, que exploram intensivamente, como sucede no Alto Uruguai, desde as manchas riquíssimas do Nhucorá, às cabeceiras do rio da Várzea, até a Serra do Erval, no sul.

Palmilhando todas as regiões, fundando estabelecimentos pastoris, explorando extensos ervais, desbravam os jesuitas os mais recônditos rincões da terra do Rio Grande do Sul. São assim os nomencladores de seus acidentes geográficos para os quais, exceção feita a topônimos já consagrados pelos primitivos habitantes do território, dão preferentemente nomes de santos, que subsistem até hoje. Cada Doutrina, ou Povo, recebia doação de uma extensa faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gados. Cada estância subdividia-se em *postos*, ou pequenas invernadas, sob as ordens de um posteiro. Quer nas estâncias, quer nos postos erigiam-se pequenas capelas, que se tornavam núcleos de futuras povoações e cidades. Assim tambem os acidentes geográficos que rebatizam.

No pleito sobre as terras de São Francisco Xavier existe uma carta do padre José de Tolú, que foi cura daquela redução, datada de Tarija, 13 de julho de 1698. Dando notícia dessas terras diz o padre ter feito nelas várias entradas e de uma feita "las andube todas y en cada puesto le dizen santo, como Santa Rosa, S. Jorge, S. Marcos, S. Pedro: y a un puesto que los indios llamaban *Añaciba*, le llame Santa Cruz (1): a este puesto fue el H.º Domingo de Torres con los indios de S. Xabier para despeñar la frente del diablo, como lo hizo, porque se iban muchos indios a esa paraje para hablar con el demonio" (2). De perto de 500 topônimos devidos ao agiológio cristão, que existem no Rio Grande do Sul, mais de 80% procedem da nomenclatura de Povos, estâncias e postos das Missões jesuíticas, a que se devem agregar inúmeros rios, serras, etc., cujas antigas designações foram mudadas pelos padres, em sua penetração no território riograndense.

Só 20 anos depois da transmigração das Reduções para a margem ocidental do Uruguai, afastada já a ameaça de novas invasões paulistas, e descoberta a riqueza pecuária que opulentava as campanhas do sul, com a expansão do gado das Vacarias do Mar, resolveram os jesuitas atravessar o grande rio e estabelecer as primeiras estâncias em sua banda oriental. Alegando o direito que lhes assistia por terem se constituido, ou recebido grandes levas de população tape, originária dona dessas terras, os povos que ocupavam a margem ocidental do Uruguai, requereram e obtiveram a doação das terras que ficavam no vale desse rio, fundando aí as suas estâncias.

(1) *Anhaciba.* Formado por três serros, na forqueta entre o Ibicuí e o Toropí. "Os índios tapes apelidam no seu idioma Añaciba, isto é, Cabeça do Diabo, porque *Anang* quer dizer diabo e *ciba* cabeça, eles na composição deste nome suprimem as últimas letras, *ng* da primeira palavra". José Saldanha. *Diário Resumido.* B. N. Anais. 1938 pág. 247.

(2) *Tanto autoriçado de los titulos,* etc. B. N. Mss. I, 29, 3, 43.

A primeira estância para a criação de gados que se estabelece na Banda Oriental do Uruguai é a que pertence à Doutrina de São Xavier, nas terras fronteiras ao seu povo. A concessão tem a data de 10 de julho de 1657 e é feita por D. Juan Blazquez de Valverde, governador do Paraguai que, na ocasião visitava essa doutrina. Alem de outras terras, à margem direita do Uruguai, que ficavam entre os rios Taquarare e Mbororé, declara que "para sus estancias les doy y señalo por sus tierras las que hai de la otra parte del rio Uruguay, que son las que estan desde el dho rio hasta el Yyui arriba con todos sus montes, entradas, y salidas que derecham.te le pertenecen y mando que ningun otro que no fuera de este dicho Pueblo se entre en estas dichas tierras, etc." (1). Atendia assim o governador à solicitação que em nome de seus jurisdicionados impetrara D. Tomaz Potira, cacique principal de São Francisco Xavier. Alegavam os índios desse povo lhes pertencer dito território, pois fora aí a estância de Nheçum, onde foram vitimados os padres Roque, Afonso Rodrigues e Juan del Castillo, e cujos povoadores, mais tarde, temerosos da invasão bandeirante, se haviam trasladado para São Xavier, com seu cacique D. Francisco Nongi.

Tomando posse dessas terras trataram logo os padres de povoá-las de gados, e de chácaras, entre cujas lavouras o padre Andrés Gallego plantou um canavial para fabricar açucar. Na carta atraz referida o padre Tolú, a quem se deve interessante mapa da região (2), historia a origem dessa estância. "Las tierras de la otra banda del Uruguay donde habia un cañaveral que lo planto el Pe. Andres Gallego, y llevo adelante el Pe. Alonso delgado y yo hasta el Yyui guaçu fueron tierras y pueblo del cacique Ñeçu, y se llama *Ñeçu retangue*, en q. el cacique mato al Venerable Pe. Juan del Castillo, y muchos de sus vassalos se passaron à S. Xavier, y por esto el Pe. Ricardo con licencia delos Superiores aplico esas tierras a S. Xavier sin contra dezir el Pueblo ni persona alguna. El Pe. Andres Gallego con Joseph Amenda passo a la otra banda del Uruguay la boyada y la puso para engordar de tras del cañaveral y continuo el Pe. Alonso delgado; el qual quiso poblar las tierras que tienen por termino el Yyui guaçu y antigamte. fueron pobladas y se lançaron las vacas entrandose por los montes espessos hacia el Uruguay, y por que los vaqueros no tenian entonces cabalgaduras e veian rastos de infieles las desampararon: hasta que el año 83, pediendo yo licencia al Pe. Thomas de Baeza siendo Proul. y concediendome la de buena gana passe à la otra banda 4 mil vacas" (3).

O gado referido pelo padre Tolú eram 1.500 cabeças de vacum e algumas centenas de éguas, com que se dava início à cria de cavalos e mulas. Mas, no ano de 1659, quando a estância já florescia, e contava com casa, chácaras e uma pequena capela, deu sobre ela um bando de infiéis iraitís, em pleno estado de selvageria, que trucidou alguns índios cristãos,

(1) *Tanto autoriçado.* B. N. Pleito entre S. Xavier e Concepcion I, 29, 3, 43.

(2) Esse mapa encontrado por nós no Arquivo Histórico do R. G. do Sul serviu para identificar o local do martírio do padre Juan del Castillo, o que foi deito pelo padre L. G. Jaeger. Conf. *Os heróis de Caró.* Veja Furlong. N. 50. Mapa de los yerbales etc. 109 do Cat.

(3) *Tanto aut.* referido.

obrigando-os a desamparar a estância. Por algum tempo proibiram os padres passassem os catecúmenos para a outra banda, até que um outro provincial quis anexar essa estância às terras de outro povo. Formado um pleito tiveram os de São Xavier confirmação de sua posse por despacho do superior Cristovão Altamirano, datado de 7 de abril de 1663 e confirmado pelo provincial padre Tomaz Donvidas em 30 de outubro de 1685. Em 1699, o povo de Concepción ao qual haviam sido concedidas as terras que ficam no Nhucorá, onde tinham os seus ervais e estâncias quis estender os seus limites até a posse de São Xavier, originando-se daí larga contenda, constante do precioso códice Mss. já citado e de que faz parte integral o mapa do padre Tolú.

A estância de São Xavier que compreendia uma parte consideravel de ervais nativos (ilex paraguayensis), ficava entre os rios Ijuí e Nhucorá. Havia dentro desse território três estâncias de gado, sendo as duas últimas entre as cabeceiras de Ijuí e do Jacuí, no hoje município da Palmeira. Alem dessas estâncias e a elas pertencentes havia os postos de Santa Rosa, São Jorge, São Marcos e São Pedro, e outros cujas denominações ainda se encontram nessa região.

A doação das terras de Concepción, que ficam no Alto-Uruguai, foi feita pelo provincial padre Tomaz Donvidas em 1685, e inicialmente se destinavam à exploração de ervais que ficavam ao norte da estância de São Xavier. Compreendiam o território entre o rio Nhucorá e o atual rio da Várzea, limite das terras dos tapes com as dos ibiraiaras, e abrangia o atual município da Palmeira, vindo morrer na altura do rio Conceição, limite ao sul, dessas terras.

Foi no ano de 1660, mais ou menos, depois de ter sido descoberta a Vacaria do Mar, que os japejuanos fundaram, na Banda Oriental, em território fronteiro a seu povo, uma grande estância que teve inicialmente por limites os rios Ibicuí, Uruguai, Quaraí e Ibirapuitan. Mais tarde essa estância estendia-se até o rio Queguai, aproveitando assim as vacas que constituiam a vacaria do Rio Negro, proveniente das que eram deixadas por esses rincões em várias ocasiões em que o gado era levado para as estâncias. A estância de Japejú foi fundada com a introdução de 40.000 vacas que para aí foram levadas e amansadas pelos índios vaqueiros daquele povo. A esse estabelecimento deram a invocação de São José, erguendo-se várias casas em que residiam os vaqueiros e uma capela em que os padres diziam missa (1). Foi primitivamente a porta de entrada para as Vacarias do Mar.

Prosperou grandemente essa estância, fornecendo principalmente gado para suprir o consumo de carne ao povo de Japeú. Em 1701, como se dirá, com mais detalhe, os índios guenoas (iaros e outros) confederados, deram sobre a estância de Japejú, matando 40 e ferindo 80 índios cristãos, e roubando gados e cavalhadas para vender aos portugueses da Colônia de Sacramento.

Como os outros que fundaram suas estâncias de criação em campos fronteiros a seus povos, N. S. da Assunção, ou La Cruz, teve sua estância de gados, denominada *Itaquí*, de uma pedreira de cantaria aí exis-

(1) B. N. Mss. I, 29, 3, 51.

tente (1). "Começa o limite da dita estância desde a outra banda do Uruguai, corre até o Oriente e chega até o Ibipita-mirim que é o último limite de comprimento e por um costado desde o Itaimbé que é a cabeceira do Mbutuí, vem correndo sempre pelo dito Mbutuí pela outra banda até entrar no Uruguai, dito Mbutuí, e por outro costado o arroio que chamam Tiberí de cuja cabeceira corre por um campo que tem um caapão chamado Caapé que corre até chegar ao Ibicuití o dito limite do Taberí (2).

A posse dessas terras pelo Povo da Cruz era antiga, pois constava de uma doação feita pelo corregedor, cabildo e cacique de Japejú, sendo cura do povo o padre Juan de Torres e provincial o padre Tomaz Donvidas, datada de 12 de julho de 1688. Mais tarde o superior Simon de Leon resolveu tornar sem efeito essa doação. Intentou, então o povo da Cruz um pleito para rehaver sua estância, tendo ganho de causa e entrando novamente em sua posse a 27 de janeiro de 1700 (3).

A estância do Itaquí, como todas as outras, recebeu grande quantidade de cabeças de gado das Vacarias do Mar, e é a última concedida no vale do Uruguai:

A de São Tomé inicia a penetração que se dá com o estabelecimento dos Sete Povos de Missões, cujas estâncias já se estendem fora do vale do Uruguai em direção ao litoral, povoando assim quase todo o atual território riograndense. A estância de São Tomé lindava a ocidente com a da Cruz, de que se dividia pelo rio Itú, afluente da margem esquerda do Ibicuí, e por este acima até o Jaguarí, cujas nascentes iam se extremar com as do Itú, fechando assim o perímetro da estância. Dentro desse território ficariam os atuais municípios de São Francisco de Assis, Jaguarí e parte do de Santiago de Boqueirão (4).

Entre as estâncias de Japejú, Santo Angelo e São Nicolau, ficava a de São Borja, encaixada entre o Ibicuí, Ibirapuitan, indo morrer no Upamorotí, atuais divisas dos municípios de Livramento e D. Pedrito, estendendo-se ao sul até às nascentes do rio Negro.

A estância de Santo Angelo era limitada pelo Ibicuí, que a dividia da estância de Santo Tomé; pelo Lageado, que nasce nas proximidades da Lagoa de Parobé, e a separava da de São Borja, e pelo Itapeví, cujas nascentes veem tambem das caidas da Lagoa de Parobé, separando-a da estância da Concepción.

Este povo da margem ocidental do Uruguai que tinha, ao norte, junto a São Xavier, como já vimos, uma estância, conseguira ao sul do Ibicuí, a doação de outras terras para a criação de seus gados, pois não só ficavam mais próximas das vacarias que se exploravam para povoá-las, como aquelas consistiam mais em ervais nativos do que em campos de criação, sendo largamente exploradas no fabrico da erva-mate de que São Xavier se tornara um grande empório.

(1) Itaquí, cidade à margem esquerda do Uruguai.

(2) B. N. Mss. I, 29, 3, 36. O Taberí seria provavelmente o Itú.

(3) B. N. Mss. I, 29, 3, 46.

(4) Furlong. *Cartografia* — XXIV. Mapa de las estâncias que tenian los pueblos missioneros al oriente del Uruguai. Teschauer. *Mapa etnog.*

A estância da Concepción estava localizada, entre as de S. Miguel, de que se dividia ao norte pelo Ibicuí; as de Santo Angelo e São Borja a leste e sul; e a de São Nicolau, a oeste, pela Serra da Cruz.

A de São Nicolau ficava entre as de Concepción, São Borja e São Miguel, separando-se desta última por todo o curso do Ibicuí guassú, desde a margem esquerda do rio Jaguarí até as nascentes do Ibicuí, na Coxilha grande, lomba de que saem as vertentes dos quatro rios: que são o rio Negro, o Ibicuí, o Camaquam, e o Vacacaí guassú. A oeste, dos campos de Concepción, dividiam-se os de São Nicolau pelas vertentes do Ibicuí pequeno, ou Santa Maria, e das terras de São Borja pelas vertentes do Ibicuí da Armada até quase atingir às vertentes do rio Tapitanguá, afluente do rio Negro.

A estância de São Miguel que compreendia uma vasta extensão territorial mais ou menos correspondente aos antigos domínios da redução dessa invocação, abandonada pelos tapes em 1638, e de onde, dispersando-se pelo sul, seus gados primitivos formaram a Vacaria do Mar, estava encravada entre as estâncias dos povos de Santo Tomé, Concepción, São Nicolau, São Lourenço, São João e São Luiz, fechando o perímetro, ao norte, os ervais de Santo Angelo, que ficavam entre as cabeceiras do Ijuí, Jaguarí, Toropí, e Jacuí.

Constam os limites dessa estância dos documentos de doação de suas antigas terras, feita pelas autoridades quando, em 1687, o povo de São Miguel voltou à Banda Oriental do Uruguai. "Pelas partes das terras de São Luiz, desde as duas cruzes do Guirapondí, até o Ibicuí, ou Nhaguaruí, a juntar-se com o Urubuquá. Desde essa junção, baixando pelas cabeceiras do Guacacaí, até o *retangue* (1) de São Miguel, paragem bem conhecida em que até agora há laranjas. E daí subindo ao alto por onde correm os limites da estância de São Lourenço seguem estas linhas até as primeiras cabeceiras do Toropí junto às quais está a capela de São Pedro que, por aquela parte é princípio da estância de São Lourenço que pelo alto correm entre o Caaguassú da Serrania e o Ibira yepirí, até o Jay (2). A estância de São Miguel tinha 40 léguas de largura por 20 léguas de comprimento, tendo sido povoada inicialmente com 40.000 vacas trazidas por um padre e um irmão acompanhados de índios vaqueiros, da Vacaria do Mar, com a qual comunicava, pela coxilha que divide as nascentes do Ibicuí, Vacacaí, Camaquam e Rio Negro.

Em 1698, o provincial Sebastião de Toledo, a 29 de janeiro, no povo de Santo Tomé, faz doação de terras para as estâncias de São Luiz, "constante de um pedaço de terra que cai da outra banda da Serra, caminho das Vacarias. O Caasapá, que é um mato bastante grande e serve de porta para ter gados alí, para cujo fim se fez uma picada. Deste mato sai a cabeceira do Bacacaí-guassú, a qual cabeceira seguirá por limite até onde desemboca o Bacacaí-guassú; o qual arroio Bacacaí-guassú, se irá seguindo rio acima para o sul até dar com o Piritiguassú que se seguirá para o poente até encontrar o Monte grande, de cujo Monte sai um arroio chamado Caarundí o qual arroio que sai do dito Monte tem suas vertentes no Bacacaí-mirim, o qual Bacacaí-mirim se seguirá rio

(1) Retangue : Terra que foi, ou lugar em que existiu uma povoação etc.

(2) B. N. Mss. I, 29, 5, 19.

abaixo para o norte até dar com o arroio chamado Aiaia-raití que desemboca nele o qual arroio Aiaia-raití se seguirá até sua cabeceira principal que está para o oriente a qual cabeceira chega, sendo a única porta porque quase se junta com a outra cabeceira principal do Bacacaí-guassú, no qual se começa esta divisa (1).

Mais tarde os campos de São Luiz se estendem pela parte oriental e margem esquerda do rio Jacuí, até o rio Taquarí, costeando a linha dos ervais da Serra do Butucaraí, limitando-se a oeste com os campos da estância de São Miguel e ao sul pelos das de São João e São Lourenço. Foi o padre João de Yegros e o índio Lourenço Abayebi que descobriram esses campos e os povoaram com gados trazidos das Vacarias do Mar. Antes, com 15 índios, no ano de 1697, abriu o padre alí uma picada, levantou capela e casa de estância, nas proximidades do lugar que foi São Cosme e São Damião, entre os Vacacaís. Puseram-se alí as vacas que o padre Yegros, com muitos índios, quatro cantores e dois capitães, foi buscar às vacarias, no ano seguinte. "Foram estas 42.000 vacas, contadas pelo padre, cantores e capitães," que o sabem muito bem pelo exercício continuado que disso tem". Em 1699, os de São Luiz foram às Vacarias com 60 vaqueiros e trouxeram mais 20.000 vacas, e de outra vez 18.000 (2). Em 1700 ocupou S. Luiz os campos da Vacaria dos Pinhais onde fundou uma estância.

Para o serviço de cada tropa exigia-se grande número de vaqueiros e animais. O padre Yegros passou nas vacarias oito meses, trazendo de cada vez de 20 a 22.000 cabeças para a invernada de São Luiz. Levara 60 vaqueiros, 500 cavalos e 100 mulas, fazendo várias entradas nas Vacarias do Mar (3). Cardiel nos dá uma idéia desses condutos de milhares de cabeças com que os padres povoaram as suas grandes estâncias, menos acessiveis à destruição que faziam nos gados das Vacarias do Mar, espanhóis e portugueses da Colônia. "Vão 50 ou 60 índios com cinco cavalos cada um. Põe eles em um alto uma pequena manada de bois, ou vacas mansas, para serem vistos das selvagens (chimarronas), e à pequena distância as rodeam ou as acurralam 30 ou 40 homens para sua guarda. Entremeadas com essas as chimarronas seguem as mansas, fazendo-se à noite grandes fogos em torno para que aquelas não disparem. Assim, em dois ou três meses, conseguem colher e trazer a seus povos de distâncias consideraveis, 6.000 ou mais cabeças" (4).

A estância de São João, estabelecida logo depois da fundação deste povo, ficava entre os rios Vacacaí, Santa Bárbara, e cabeceiras do rio Camaquam, correspondendo mais ou menos ao atual município de São Sepé, cuja denominação recebe do afluente do Vacacaí, em que se deu, na Guerra da Demarcação, o encontro de que resultou a morte de José Tyaraiu, conhecido por Sepé, alferes real do Povo de São Miguel. Nas proximidades do serro de São João Velho, ficava o estabelecimento da antiga estância, junto à qual havia uma capela dessa invocação.

---

(1) B. N. Mss. I — 29, 3, 39.

(2) Informe de la cantidad y numero de Bacas que trajo el padre Juan de Yegros, personalmente, etc. B. N. Mss. I — 29, 3, 41.

(3) Invernada de S. Luiz. B. N. I — 29, 3, 32.

(4) J. Cardiel — *Relación verídica*. Cod. mass. B. N. I — 5, 1, 52.

A última estância referida pela documentação cartográfica é a de São Lourenço que ocupava duas regiões distintas. A primeira estendia-se ao norte da estância de São Miguel, sendo principais estabelecimentos as grandes fazendas de São Pedro e de São Lucas, que ficavam alem da Serra do Monte Grande, vasta extensão territorial que atingia, ao norte às nascentes do Jacuí, Ijuí e Piratiní. Dentro da estância de São Pedro ficavam os postos de São Miguel Mirim, Santo Inácio, Tupaceretan, e Durasnais de São Martinho e São João. A de São Lucas ocupava parte do atual município de São Vicente na região do alto Ibicuí, com seus postos de São Rafael, São Lucas e outros.

A segunda região abrangida pelas estâncias do povo de São Lourenço, ficava ao sul do rio Jacuí, entre a estância de São Luiz ao norte; ervais de São Borja, a leste, pelo Francisquinho, afluente do Jacuí e Sutil do Camaquam; ao sul pelo rio Camaquam e a oeste com a estância de São João, pelo rio Santa Bárbara. Ainda hoje, aí se conhece o passo de São Lourenço, no rio Jacuí, que comunicava as estâncias de São Luiz com a de São Lourenço (1).

Como observamos, para melhor assistência a esses campos que ocupavam largas extensões territoriais, estavam eles divididos em estâncias e estas em postos em torno dos quais erguiam-se pequenas capelas, e igrejas, algumas de relativa importância que deram origem a cidades e importantes povoados riograndenses.

Pela sua extensão e posição central que a tornava a porta de comunicação dos povos para as Vacarias do Mar, São Miguel teve suas estâncias grandemente desenvolvidas. Entre estas notam-se as de São Vicente, que entestava com a de São Lucas, com seus postos de São Rafael, São Paulo e Eguada; São Domingos e seus postos de São Borja, Santa Luzia, São João; Santiago e postos de São Joaquim, São Clemente, São José Tubichá, São Diogo e outros. Santo Agostinho, Santa Tecla e Batoví, foram tambem importantes estabelecimentos de criação. Santo Antonio Velho, abandonada pelas contínuas incursões dos índios, que roubavam cavalhadas e gados. Aí tinham os jesuitas um curral de pedras para a encerra de gados extraídos das vacarias, passando a estrada que seguia para as Missões pelo passo do arroio de Santo Antônio (2).

O povo de São Nicolau contava com a estância de Santa Ana, junto ao Taquarembó, afluente do Ibicuí, tambem depredada pelos guenoas e abandonada depois.

Em seus campos ao sul do Ibicuí, tinha o povo de São Borja, em suas estâncias vários postos entre os quais se conhecem os seguintes: São Camilo, São Braz, São Miguel, São Pascual, São Damião, N. S. do Pilar, São Matias, São João, Jesus Nazareno, São Cristovão, São Jorge, Santa Ana, São Borja, Santo Antônio e São Xavier (3).

O povo de São Tomé nas terras do vale do Uruguai, fronteiras à sua missão, ocupadas há muito, tinha as estâncias de Santo Antônio e

(1) Alem dos documentos manuscritos referidos no texto, consultem-se os mapas da *Cartografia Jesuitica*, Furlong, cit. XXIV, XXXIII, LVII, etc. *Mapa Etnog.* de Teschauer e *Mapas y planos* del Virreinato del Plata, de José Torre Revello, VI, XIII, XIV, XVI e outros.

(2) Dr. José de Saldanha — *Diário Resumido* cit.

(3) Furlong. Cartog. cit.

São Martim, às quais pertenciam os postos de São Marcos, São Pedro, São Lucas, São Xavier, Santo Inácio etc. (1).

A Santo Ângelo pertencia a estância de São Francisco Xavier, que ficava em terras antigamente ocupadas por este povo da margem ocidental do Uruguai, com dois ou três postos.

Pertenciam ainda ao povo de São João os postos de Santa Maria e São João Mirim; a estância da Conceição, com os postos de São Francisco Solano, São João de Deus, São Domingos e Santo Antônio; a estância de São Miguel, com os postos de São Pedro, São Fabiano, Santo Isidro, São José Tuja, São João Mirim, Santo Inácio, Menino Jesus e Santo Antônio (2).

5 — *Ervais dos povos.*

Segundo o sábio Bompland, citado por C. Teschauer em seu magnífico trabalho sobre *A Erva-mate na história e na atualidade* (3) "a geografia da erva é tão admiravelmente marcada como a das preciosas árvores da quina do Perú e merece ser notada. Tome-se uma régua, ponha-se uma das extremidades sobre a barra do Rio Grande, que leva suas águas ao oceano e a outra sobre a povoação de Vila Rica, no Paraguai. Em toda esta linha se acham ervais espontâneos".

No estado do Rio Grande do Sul, essa linha, que baixa do alto Paraguai, penetra no rio Uruguai nas alturas de Nhucorá, onde existem os mais extremados ervais nativos ou silvestres, de cuja exploração nos dá notícia uma *Anua* do Padre Pedro Romero S. J., datada de 1633, referindo-se ao índio d. Rodrigo Araçay, depois capitão de São Tomé que, no ano anterior, aí estivera "haciendo yerba" (4). Tem essa linha por limite setentrional o próprio rio Nhucurá, que entra no Uruguai na altura mais ou menos de 27° 23' lat. S. e cujas nascentes se assinalam um pouco ao sul do paralelo 28°. Ficam dentro desses limites, extremando com o alto Uruguai, o município de Palmeira o mais notável celeiro da erva riograndense.

Seguiam-se a esses, no prosseguimento da linha NO-SE, os ervais da Conceição (Rincão de Nossa Senhora) que cortavam pequena parte do antigo município de Cruz Alta, hoje compreendida tambem pelo município de Ijuí. Mas a zona ervateira por excelência explorada quase um século pelos Povos de Missões foi a que se estende do Jacuí às nascentes do Uruguai, isto é, a hoje compreendida pelos municípios de Nonoái, Passo Fundo e Soledade, desde a Serra do Butucaraí até o atual município de Erechim.

Extremava ao sul a linha geográfica dos ervais pelas *manchas* ao norte do rio Camaquam-do-sul e oeste da Lagoa dos Patos, na hoje serra do Herval. Não obstante a sua distância de perto de cem léguas até

(1) Idem, idem.

(2) Doc. sobre a Demarcação de 1783. B. N. Mss. I — 31, 35, 3, n. 30.

(3) C. Teschauer. *A Erva-mate*, etc. Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Ano VI, III e IV Trim. 1926. 580.

(4) Biblioteca Nacional Mss. Col. d'Angelis. I — 29, 7, 25.

ai iam os ervateiros do povo de São Borja, a cuja Redução pertenciam esses ervais.

Como vemos, essa região de erva-mate nativa corta diagonalmente o Estado desde a lat. de 27° 20' e a long. O. de 11° 15' até à lat. de 32° e a long. O. Rio de Janeiro de 9° As terras que ficavam ao ocidente dessa linha absolutamente não tinham ervais. Coincide ela com as terras altas do Rio Grande do Sul, principalmente em sua parte norte onde corre o planalto.

Teschauer cita Carlos Gallardo (1) que nos dá a análise física e química das terras produtoras de erva-mate que se distinguem por serem avermelhadas, contendo grande quantidade de ferro:

ANÁLISE FISICA

	SOLO	SUBSOLO
Cal assimilavel	0,11	0,09
Silex	78,68	82,88
Argila	13,54	12,98
Humus	4,73	1,19

ANÁLISE QUIMICA

	SOLO	SUBSOLO
Cal	0,151	0,094
Acido Fosf.	0,4	0,28
Potasse	0,579	0,551
Azote	0. 448	0,168
Ferro	1,79	5,5

O uso da erva-mate entre os índios vem de tempos imemoriais, de que se não pode achar notícia na vasta documentação sobre o assunto. Quando os jesuitas penetraram no Rio Grande do Sul o seu uso estava generalizado não só entre os tapes, chamados guaranis, como entre os selvícolas de outras origens.

Em sua carta Ânua de 1633, precioso repositório de notícias, nos dá o padre Pedro Romero informes interessantes sobre a mudança da Redução de Santa Teresa de Ibiturú, proximidades do Rio Uruguai para o local em que teve assento a 22 de março de 1633, nas cabeceiras do Jacuí, sendo a mudança realizada pelo padre Francisco Ximenes, transcrevendo na mesma comunicação a carta ânua deste sacerdote. Preconisando as excelências do novo posto escolhido que, segundo Rego Mon-

(1) *La Industria Ierbatera en Missiones*. Buenos Aires. 1898.

teiro, devia ficar a 28° 15' de lat. S. e a 9° 15' de long. O., isto é, nas proximidades da atual cidade de Passo Fundo, diz o padre Romero: "Tiene otra commodidad el sitio de esta Reduccion, q' no la hace poco apetecible a los indios, y es estar junto a la yerba que los naturales llaman *Coguay* de que generalmente usa toda esta nacion guarani, y sin ella parece no pueden vivir" (1). Mais tarde, repetiria o P. Nusdorffer quase textualmente as palavras do padre Romero.

Dá-nos notícia o padre Ximenes dos sofrimentos que padeceu, quando da mudança da Redução de Santa Teresa. E nos informa que os índios se alimentavam "durmiendo y beviendo la yerba". "Los dos dias ultimos, diz, estubimos sin comer hasta que viendo el pleito mal parado (*y que no avia sino yerba*) que comer aunque el tiempo no se aplacaba ni cesaba de nevar y granizar, dixe a los indios: hijos (*vos otros os debeis de sustentar durmiendo y beviendo la yerba*) yo, yo no puede suffrir la hambre y tengo obligacion de mirar por mi y no dexar me morir asi; y portanto yo me quiero ir aunque mas frio haga..." Note-se que este documento é o original e que as palavras que grifamos estão riscadas aí, provavelmente, pelo provincial padre Diego Boroa, pois nessa época a Companhia ainda não preconisava o uso da erva.

E era natural que assim sucedesse. A erva escravizava o índio. O *benefício* da erva, pelas distâncias em que ela se encontrava das reduções, principalmente no Paraguai, se tornava em malefício para os pobres selvícolas. E daí as ordenanças em que o ouvidor Alfaro "regulou os serviços prestados aos espanhóis proibirem com graves penas, que forçassem os índios ao benefício da erva e aos próprios índios mandou a esse serviço durante os quatro meses do ano, de dezembro até março, inclusive" diz Teschauer (2). Os paraguaios faziam erva nas serras de Maracajú, com um percurso de 160 léguas: E Hernandarias que descobriu terem os remadores de sua embarcação um saco de erva, fê-lo queimar publicamente na praça pública de Buenos Aires, dando ao rei notícia do sucesso em carta de 1618. "Tambem tenho dado remédio às vexações que sofreram os índios da dita cidade e da província de Guairá, tirando-se de suas terras para colherem a erva, que é uma sorte de bebida, de que algumas vezes tenho informado a V. M., que assim colhendo-a, como carregando-a às costas de muitas léguas de dentro da terra por caminhos ásperos até à margem do rio, eram tratados com tanta tirania, quanta nunca se tem usado com súditos de V. M. Pois muitos morrem nesta faina ainda infieis; sendo portanto coisa que merece ser proibida e em particular pelo uso mau desta bebida que faz os homens viciosos e madraços, tendo inflingido muitos castigos aos mercadores e pessoas que a venderam, até queimando-lha, executando uma ordenança do licenciado D. Francisco de Alfaro que assim ordenou; que os ditos mercadores se tinham queixado na audiência de Plata e esta deu provisões condenando-me no valor dela. Assim conviria que V. M. enviasse cédula em que se proiba trato tão prejudicial e de tanto dano ain-

---

(1) Carta Anua de las Missiones del Parana y Uruguay del año 1633. Dirigida ao Provedor padre Boroa pelo padre Pedro Romero S. J. e datada de S. Nicolau, maio, 16, 1634 Mss. Biblioteca Nacional I — 29, 7, 25.

(2) C. Teschauer. *A Erva-mate*, cit. 562.

da para quem a toma, fora do estrago da vida é grande o da fazenda que gastam para comprá-la" (1).

O uso da erva que era, ao princípio, privativo dos índios, estendeu-se, mais tarde, aos espanhóis do Paraguai. É ainda Lozano quem diz que foram um tenente-general do Paraguai e um governador daquele bispado "que atropelando todos os respeitos, se entregaram com tanto desenfreamento a este vício, que todo o povo se foi atrás deles, sendo que o exemplo dos chefes arrasta com não sei que oculta força a sua imitação. Propagou-se dentro de poucos anos o uso e abuso da erva, de sorte que só na cidade de Assunção se consumiram 14 a 15 mil arrobas por ano em 1620".

Quando o padre Roque entrou no Rio Grande do Sul, fundando as primeiras reduções entre os rios Ijuí-guassú e Piratiní, não havia em toda esta vasta região uma só planta de erva-mate nativa. Mas todos os seus habitantes já usavam a bebida, indo, como já vimos, beneficiar a erva a uma distância nunca menor de vinte léguas que tão distantes estavam os ervais silvestres de Nhucorá e Conceição, que ficavam-lhe mais próximos.

É o padre José Cardiel que nos dá um informe precioso em sua *Relacion veridica* (2), tratando da erva "tan usada como pan y vino en Espanha". "Antigamente, diz, ivan nuestros yndios hacer esta yerba (asi se dice alla) a los montes distantes de los Pueblos 50 y 60 leguas, porque no la havia a menor distancia. *Los 7 de la Banda Oriental del Uruguay yban por tierra en carretas,* los demas por los rios Uruguay y Parana en balsas hechas de canoas, *rio arriba que no se cria rio abajo;* e no se podia ir por tierra por las sierras y montañas intermedias. *Los de tierra volvian con sus carros cargados despues de muchos mezes.* Los de agua despues de hecha la yerba la llevan a hombros desde el sitio donde se cria, hasta el rio, que en partes estava lejos, y poco a poco fueran acabando los yerbales cercanos y traian la yerba de 3 y 4 leguas de distancia con grande trabajo".

A invasão dos paulistas havia determinado a mudança das reduções primitivas para a outra banda do Uruguai, onde durante cinquenta anos se conservaram, só voltando ao território riograndense em 1687, sendo o primeiro dos povos trasladado o de São Nicolau, ereto nas proximidades das ruinas do antigo.

Durante todo esse tempo, não obstante o perigo da própria vida pela contínua incursão dos tupis, e da distância enorme que tinham a percorrer, jamais deixaram os índios de se suprir de erva nos matos nativos dessa planta, existentes em território riograndense. Mas, só depois da criação dos Sete Povos é que se sistematizou a exploração desses ervais, sendo mesmo delimitadas, quer no Uruguai, quer no Jacuí, as zonas ervateiras, pertencentes a cada um.

Iremos encontrar nos Diários da Demarcação, e especialmente no *Diário Resumido,* do Dr. José de Saldanha, nunca assás citado, notí-

---

(1) Idem, idem. apud. Lozano — *Historia de la Conquista del Paraguay,* T. 1.°, cap. 8.°.

(2) P. José Cardiel. *Relacion veridica de las Missiones* etc. Mss. Biblioteca Nacional I-5, 1, 52.

cias referentes à localização desses ervais. A entrada desses extensos e preciosos bosques nativos de *Ilex paraguayensis*, era pela estrada carroçavel aberta pelos jesuitas que, passando pela Cruz Alta, ia até às imediações da hoje vila da Soledade. Passando o arroio dos *Paus Queimados*, nome que provem de uma grande quantidade de erva devorada pelo fogo, e que ficava na lat. de 29° 2' 24" e na long. O. de 9° 50', começavam os grandes matos de erva que abrangiam os municípios de Soledade, extremado ao sul pela serra de Butucaraí, Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Palmeira, até o Uruguai. Um pouco a oeste, limitado pelo rio Jacuizinho, na lat. de 28° 52', encontrava-se o primeiro posto ervateiro dessa região pertencente ao povo de São João: "uma pequena meia praça, formada de matos aonde estão os ranchos velhos dos Ervateiros do Povo de São João, no ano antecedente, chamado este erval de Caacorá, que quer dizer "Curral de mato", este é o primeiro dos ervais do Povo de São João" (1).

Em seguida, juntos a estes estavam os ervais dos Povos de São Lourenço, São Tomé e São Nicolau. Delimitavam-nos uma cruz de pedra, tendo no braço de oeste — *San Tomé*, no de leste — *San Nicolau*, e na parte da base voltada para o sul — *S. Lourenço*. Os ervais deste Povo iam até ao Uruguai-tupí, que desemboca no Uruguai, mas foram pelos índios abandonados depois de uma incursão dos tupis que mataram dezenas de ervateiros.

São Luiz tinha seus ervais mais próximos, pois lhe pertenciam os da Conceição que ficavam no hoje município de Ijuí, e Santo Angelo explorava os de Nhucorá, no Alto Uruguai. Tocaram a São Borja, que era o mais meridional dos povos, os ervais do Camaquam-do-sul, que iam morrer na Lagoa dos Patos, distante mais de cem léguas dessa Missão.

Vários pleitos entre esses povos ocorreram pela posse dos ervais. Em 1742 os juanistas e miguelistas disputaram os ervais da Conceição. Para solucionar a questão o superior dos Jesuitas comissionou o padre Pedro de Cabrera que decidiu a contenda em favor dos índios de São João. Ficou esse perímetro assinalado com diversas cruzes, inclusive uma lápide em que se inscrevera: "Ano de 1742. Se assinalaram estes ervais e puseram estas cruzes de pedras com as letras que se vem nelas, por ordem do padre Pedro de Cabrera estando presente o corregedor Pedro Chaury, o secretário Francisco Cuaracy, e outros quatro homens de ambos os povos" (2).

A exploração desses ervais nativos datavam de largo tempo. Diz o demarcador D. José de Varella y Ulloa, numa controvérsia com o Brigadeiro Sebastião X. da Veiga Cabral da Câmara, comissário português que "um índio, respeitavel pela sua ancianidade testificava que no ano de 1716 os moradores do povo de S. João haviam feito grande colheita de erva nos matos do Jacuí". Outras mais consideraveis se registavam nos anos de 1720 e 1737. Outros documentos de origem portuguesa confirmam a asserção. Foi exatamente no ano de 16 que um índio, chegado

(1) Dr. José de Saldanha. *Diário Resumido*, de 1783.

(2) *Correspondência do Rio Grande do Sul*. Demarcação de limites. Vol. XI. Bibliotéca Nacional, I — 5, 4, 18, Of. 124.

à Laguna, deu a Brito Peixoto a notícia de que num monte chamado de Butucaraiba, os jesuitas tinham grandes minas de prata, que conduziam em carretas para as Missões. Aprestou o capitão-mor uma bandeira e descendo a Serra chegou até alí. E descobrem junto ao morro grandes carreiros em que os índios chefiados pelos jesuitas "com caminhos feitos de carros, e cavalgaduras para levarem a prata para as suas aldeias", os receberam a tiros de mosquete. Levaram os lagunistas a noticia da prata, mas essa prata nada mais era do que a erva que alí beneficiavam desde tempos remotos (1).

Mas, esse trabalho impunha sacrifício inacreditavel de vidas preciosas, e afrouxava os laços da disciplina espiritual dos povos, urgindo remover os seus inconvenientes. É quando resolvem os jesuitas tomar uma providência afim de obviar esses inconvenientes. Data dessa época a cultura da árvore da erva, nas proximidades dos povos. Não se sabe ao certo quando teve início o plantio de sementeiras, mas, podemos afirmar que foi depois da mudança dos Sete Povos, isto é, de 1687 em diante. Antecipou essa data São Xavier a quem pertencia, por doação do ouvidor Blasquez de Valverde, desde 1657, a região ao norte do Ijuí até o Nhucorá, que era de Conceição, povo tambem da margem direita do Uruguai.

Cessadas com a batalha de Mbororé as incursões dos bandeirantes, começaram os índios de São Xavier a atravessar novamente o Uruguai, estabelecendo alí grandes estâncias de gado. Em diversas ocasiões o padre Pedro Tolú e outros passaram para o território riograndense 4 mil vacas, afim de repovoá-lo. Outro padre André Gallego, antes de 1660, no hoje Serro Pelado, que ficava em frente à Redução de São Xavier, fez plantar um canavial que mais tarde serviu para a fabricação de açucar. Data tambem dessa época o primeiro *erval hortense* plantado pelos jesuitas na Banda Oriental do Uruguai e que ficava perto do canavial. Alem das referências no *Tanto autoriçado*, a que já fizemos menção, consta esse erval no mapa do padre Tolú, com a seguinte inscrição: "Yerbal que plantaron los de San Xavier". Alem dos ervais do Nhucorá, entre as nascentes deste rio e as do Ijuí, possivelmente, hoje em território do município de Palmeira, assinala o mapa mais "um yerbal nuevo que estan aora haciendo yerba los de la Concepcion". Alem desses ervais acima referidos, o mapa, que traz a palavra *Carome* (proximidades de Caró) entre São Miguel e São Lourenço, não menciona a existência de outra qualquer mancha da preciosa planta. Já estão, nesse mapa localizados os povos de São Nicolau, São Luiz, faltando os de São João que foi uma colônia de São Miguel, fundado em 1697, e o de Santo Angelo, colônia da Conceição, estabelecido, primeiramente entre os Ijuís e que depois passou para o norte do Ijuí-guassú, em 1707.

Não foi sem grandes dificuldades que conseguiram os jesuitas plantar ervais nas proximidades de seus povos. Mas, urgia solucionar esse problema vital da economia indígena. Verdadeiras devastações de vidas utilíssimas faziam nos índios ervateiros os tupis (bugres). Tambem a longa ausência de centenas de catecúmenos, que passavam a maior parte

(1) Aurélio Porto — *Regimento de Dragões do Rio Pardo*. **Revista do Instituto** Histórico do Rio Grande do Sul, 1920.

do ano nos ervais do Jacuí, desfalcavam as reduções, afrouxando os laços espirituais e contribuindo para a dissolução da familia. Atendendo os padres, diz o padre Gaspar Rodero S. J. (1) "a inconvenientes tan perniciosos a la conservacion y augmento de sus reducciones solicitaran plantar en las tierras mas a proposito, y immediatas a sus pueblos, al principio algunas plantas tiernas de estos Arboles; despues haciendo Almacigos de la semilla semelhante a la de la Yerba; y aunque en muchas dellas, no en todas, se ha logrado con buen effecto; pero es experiencia cierta q' la Yerva q' produce con el cultivo no tiene tanta virtud como la de los Arboles sylvestres de los Montes".

Mas, é o padre José Cardiel que nos dá a mais preciosa informação sobre o assunto: "Viendo los padres tanta perdida de tiempo fuera del Pueblo sin los socorros espirituales de el, y tanto trabajo de los pobres yndios se aplicaron a traer yervales en el Pueblo como huertas de el. Costo mucho trabajo porque la semilla entera que se trahia no prehendia. Es la semilla del tamaño de un gran de Pimienta con unos granitos dentro rodeados de goma. Mas se hallo que aquellos granitos limpios de aquella goma nacian; y transplantando las plantas muy tiernas de el Almacigo bien estercolado a otro en mayor distancia de plantas, y dexandolos alli hacesse recias transplantadas de alli al yerval y regandolas dos o tres años prehendian y crecian bien; y despues de 6 a 10 años se podia hacer yerva. Es planta muy delicada y con toda esta industria, cuidado y trabajo se logra; y se han echo yervales grandes en casi todos los Pueblos, que no es menester que los yndios vayan con tantos afanes a los montes" (2).

O *Diario de Demarcacion* de 1752, da divisão espanhola, tratando da erva-mate, consiga dados interessantes que confirmam o informe do Padre Cardiel: "Entre los Arboles frutales, diz, se deve contar la yerva que communmente llaman Mate en Paraguay, cuyo uso es generalmente recevido en casi toda America, dandole el nombre del vaso en que se toma: el Arbol a que mas se asemeja es el laurel, cultibanle en todos los Pueblos de Misiones, la semiente es como un grano de Pimienta: pero para que nazcan la casualidad ha enseñado el modo: observaron que algunos granos que se tragavan las Aves y deponian enteros nacian solamente, por lo qual empezaron a dar algunos a los muchachos que echandoles enteros, y ayudadas del calor natural prendieron, que es lo mismo que testifica Mr. Tabernier sucede con la nues moscada en Asia. Despues dieron en lavar la semilla en agua caliente hasta que separados unos granitos angulares que encierra la primera cobertura, arroja una especie de goma y queda cada grano de por si con color de un pardo claro libre, conseguiendo que ninguno dexe de nacer en esta forma, y aun nacidos peligran pues es necesario preservarles en la estacion rigurosa hasta que tengan fuerza suficiente" (3).

---

(1) Padre Gaspar Rodero S. J. *Vendicacion de la verdad y de la inocencia perseguidas.* Bibliotéca Nacional. Mass. I — 29, 1, 100.

(2) P. José Cardiel. *Relación veridica.* cit.

(3) *Diario de Demarcacion de la linea divisoria,* etc. Cód. mss. Biblioteca Nacional I — 1, 1, 20, pág. 217.

Foi o Sr. Carlos Voigt, de Santa Cruz (Rio Grande do Sul), o primeiro agricultor que conseguiu fazer largas sementeiras de erva-mate, em 1890. "Procure-se sobretudo obter semente bem madura ensina, estendendo-se para esse fim grandes lençóis debaixo das árvores e sacudindo estas para que as vagens caiam sobre o pano. Isto feito, para limpar a semente da massa polposa que a envolve, colocam-se as vagens em qualquer recipiente onde possam ser pisadas ou machucadas por meio de um pau. Ajunte-se depois água à espécie de papas que resulta da operaçao e lave-se bem, deitando fora a substância polposa ou mucilaginosa com as sementes que, por leves, veem à tona dágua. Repete-se esse processo até que a semente pesada (e boa) fique bem limpa. Depois dessa operação terminada, misturam-se alguns punhados de cinza de madeira a cada quilogramo (mais ou menos) de sementes, e deixam-se em repouso por algumas horas, depois do que são novamente lavadas com água limpa, e secadas à sombra, espalhadas, convenientemente, para que se evapore com facilidade a água que resta da lavagem. E, assim, se obtem semente capaz de germinar" (1).

Ainda em outro documento, é o mesmo padre Cardiel quem nos diz que a erva do Paraguai "es planta muy delicada y de mucho trabajo en el cultibo por lo qual no ha habido hasta ahora Español algun q' haja hecho plantel algun dellas, porque aunq' tiene mucho comercio con ella la van a coger a los montes muy distantes donde se cria sylvestre. Estos Yerbales digo, plantados, y hechos hortenses con mucho afan de los misioneros pa. el alivio de los yndios, que los hay en cada Pueblo en sus cercanias a modo de huertas de el, y son la finca principal de cujo comercio se saca todo lo que necessita el Pueblo (2).

E foi assim com tenacidade inacreditavel, depois de descobrir o modo de tornar a semente da erva germinavel, que os jesuitas conseguiram os seus grandes ervais na região que estudamos.

Hemetério Velloso um grande conhecedor da região dos Sete Povos das Missões, informa que "nos municípios de Santo Angelo, Palmeira (compreendendo o distrito de Nonoái), Passo Fundo e Soledade, uma pequena área do da Cruz Alta (o rincão de Nossa Senhora) são os únicos lugares, onde, dentro das serranias e capões de matos, encontra-se a árvore do *mate*. Alguns proprietários teem conseguido arrancar e conduzir daí e plantar em suas terras mais distanciadas pequenas árvores, denominadas *guachos;* isto com o fim de terem um erval próprio, em lugar onde absolutamente, não há essa árvore; mas desse trabalho e cuidados ainda nenhum obteve resultados vantajosos. Seriam assim plantados os pequenos *ervais,* de que há ainda restos nas ruinas de São Miguel e de São Lourenço, mas esses mesmos insuficientes para o consumo das reduções, o que prova ser a erva-mate um produto espontâneo da natureza e em determinadas zonas chamadas *manchas* (3).

Floresceram grandemente os ervais dos Povos. Davam perfeitamente não só para suprir o consumo local, como para exportar largos sobe-

---

(1) *Anuário do Rio Grande do Sul.* 1900-182.

(2) Padre José Cardiel — *Declaracion de la verdad contra un libelo infamatorio impresso en português* etc. Bibliotéca Nacional Mss. I — 1, 2, 43.

(3) Hemeterio Velloso — *As Missões Orientais* P. Alegre, 1909-180.

jos. Somente, consoante Cardiel, "los Pueblos que no tenian yerbales hortenses van muy lejos a los sylvestres, en distancia de 50 a 60 leguas". Escrevia isto o jesuita austero em São Borja aos 14 de setembro de 1758.

A expulsão da Companhia e consequente modificação na vida administrativa das Missões, veio, no entanto, afrouxar os laços de disciplina dos índios, e atirá-los de novo à preguiça e à imprevidência que lhes eram características. E sem o cuidado preciso, os ervais das Missões degeneraram, e em pouco tempo se tornaram quase improdutivos, voltando os índios de São Miguel e de São Lourenço, como antigamente, aos ervais nativos do alto Jacuí. E era essa a situação dos Povos, em 1783, quando se realizava a Demarcação de Limites determinada pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Por essa demarcação, as terras a oriente da Coxilha Grande, ficavam pertencendo a Portugal e com elas os grandes bosques de árvores de mate, onde iam os missioneiros, com a decadência dos ervais dos Povos, buscar a erva preciosa. Os comissários espanhóis não se queriam conformar com a situação criada pelo Tratado e daí a larga controvérsia entre D. José Varella y Ulloa, por parte de Espanha, e o brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, por parte de Portugal.

Respiguemos essa correspondência, que é interessante. Em ofício de 1789 diz Cabral da Câmara, que com a expulsão dos jesuitas se instalou o beneficiamento dos ervais naquelas grandes distâncias com prejuizo dos índios, e acrescenta que todos os Povos, "estão cercados de ervais que posto que em grande decadência e descuido pela preguiça e má administração da conjuntura presente, *não deixam de mostrar a boa ordem com que foram plantados* e em reconhecido aumento por tão dilatados anos, e seria possivel que os jesuitas chegassem a pô-los no auge de fertilidade, asseio e benefício em que no seu tempo se achavam, se houvessem de refutá-los, tendo-os à porta de casa para deitar mão de outros, tanto mais remotos e incômodos, não digo eu em Missões, aonde a experiência prova o contrário, mas noutra qualquer parte, por distante que sejam (1).

Contestando o ofício do comissário português, diz d. José de Ulloa, em exposição datada de São João Batista, a 16-II-1789: "Es cierto que los Regulares de la Compañia plantaron algunos hyerbales en las cercanias de los Pueblos con el objecto de promover la industria de sus habitantes pero lo es que se ha perdido la mayor parte de estos arboles y que los demas se hallan en tal decadencia que apenas se encuentram uno que llegue a la altura de tres varas; por cuya razon es tan corta la utilidad que sacan los indios del Uruguay de todos estos plantios que la mayor cosecha que hacen en ellos no pasa de seiscientas arrobas de la yerba que llaman de palos, siendo asi que los yerbales del Montegrande se extrahen annualmente mas de treinta mil arrobas de la misma yerba, con la circunstancia de que esta es de mejor calidad y mas vantajosa para el comercio".

---

(1) *Correspondência dos Governadores do R. G. do Sul.* Bibliotéca Nacional Mass. I — 5, 4, 18. Vol. XI Off. 124.

CAPITULO II

OS JESUITAS E A EXPANSÃO PORTUGUESA NO PRATA

1 — Primórdios da controvérsia sobre o Rio da Prata. 2 — Rio Grande do Sul, donatária dos Assecas. 3 — Tentativa do general João da Silva de Souza. 4 — Expedição de Jorge Soares de Macedo. 5 — Colônia do Sacramento. 6 — Laguna.

1 — *Primórdios da controvérsia sobre o Prata.*

Remontam às primeiras horas históricas do Brasil, na fase inicial de seu povoamento, as fundas divergências em que se debateram, secularmente, pela posse do Rio da Prata, as duas nações peninsulares que disputavam o continente sul-americano.

O Tratado de Tordesilhas, estabelecido pelo Papa Alexandre VI, para regular a posse das descobertas feitas na América pelas duas monarquias", "estabelecia uma linha imaginária que, pelas dimensões das distâncias, deveria penetrar no Continente nas cercanias de Belem do Pará e sair em Laguna, em Santa Catarina, cortando em reta inflexivel o território brasileiro", "ficando para Castela três quartas partes da atual área territorial, restando a Portugal apenas uma quarta parte, nos Estados do norte e do centro" (1).

Vindo morrer, no sul, aos 28 1/3°, mau grado a imprecisa ciência cartográfica da época, não dava direito à Coroa lusitana ao vastíssimo trato de terra limitado pelo grande estuário e dentro do qual ficavam o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Alem de procurar, por uma interpretação toda sua, ajustar às pretensões da Corte as linhas daquela demarcação, jogando-se à sua feição, o que era facil pela exiguidade de conhecimentos para fixação de coordenadas exatas, invocava ainda Portugal a prioridade na descoberta e posse do Prata, pelas suas armadas.

Razão sobejava-lhe para isso. E pondo, mesmo de lado a letra expressa da convenção pontifical, atentatória aos seus direitos à posse da-

(1) A. Ellis. *O Bandeirismo Paulista*, cit. 27.

quela região, Portugal reclama, desde o princípio, junto à corte castelhana, para dirimir a questão platina que surge, seja aberto um inquérito em que se constate a quem cabe a descoberta daquele rio, apontado naturalmente como limite meridional das possessões das monarquias.

A viagem de Martim Afonso, iniciada em 3 de dezembro de 1530, na qual, reconhecendo toda costa, subiu o Rio da Prata, deixando alí marcos-padrões, com as quinas portuguesas, alvoroçou a Corte de Castela. Acresce, ainda, ter chegado ao conhecimento do imperador Carlos V, cunhado de D. João III, que reinava em Portugal, que este monarca resolvera povoar toda a costa do Brasil, dividindo-a em capitanias hereditárias, afim de galardoar os seus melhores servidores. Entrava, tambem, no plano geral, a costa sul, alem-Tordesilhas, ficando desrespeitada, assim, a linha demarcadora desse Tratado.

Alvaro Mendes de Vasconcellos, embaixador de Portugal junto à Castela, em 1531, encaminhava nesta Corte, a defesa das pretensões portuguesas, procurando, para melhor atingir o seu objetivo, tocar os sentimentos nativistas da imperatriz D. Isabel, filha de D. Manuel, mulher de Carlos V, que governava o Reino na ausência do imperador, nessa época em Flandres. A correspondência do embaixador com D. João III vem trazer preciosas achegas ao assunto, precisando com minúcia a larga controvérsia diplomática. Na Corte de Lisboa, como embaixador de Espanha, Lopo Furtado desenvolvia, tambem, forte atuação, informando de tudo que alí se passava.

Em carta de 4 de outubro de 1531 o embaixador Alvaro Mendes dá conta a El-Rei do modo porque encaminhava, junto à imperatriz, as negociações relativas à posse do Rio da Prata.

Querendo afastar de si a responsabilidade de uma solução ao caso em debate, disse a imperatriz ao embaixador português que levasse ao conhecimento do presidente do Conselho de ministros a proposta de que El-Rei de Portugal o fazia intermediário.

Segundo se depreende dessa correspondência, em parte inédita, não tendo chegado anteriormente as duas coroas a um acordo quanto à demarcação do Tratado de Tordesilhas, os monarcas antecessores haviam combinado pertencessem as novas terras a descobrir aos domínios que primeiro as tivessem encontrado. Ora, o Rio da Prata fora, incontestavelmente, descoberto e navegado inicialmente pelos portugueses, pertencendo-lhes destarte a sua soberania. E para constatar isso, propunha D. João III se reunisse uma comissão que investigasse a quem cabia a prioridade no descobrimento desse rio, pelo qual haviam subido as caravelas de D. Nuno Manuel.

Reunido o Conselho de ministros, a que foi presente o conde de Sorvo, presidente do das Antilhas, depois de examinar a questão, transmitiu à Imperatriz regente o seu parecer. Esta, mandando vir à sua presença Alvaro Mendes, fez-lhe ciente que era pensamento de seu Conselho que El-Rei, com essa proposta, lançava mão de medidas dilatórias, afim de protelar a solução do caso. E acrescentava que Castela apresentaria, na Corte de Lisboa, um protesto formal contra a intromissão de Portugal nas terras que eram do Imperador, se Martim Afonso continuasse sua derrota até aquele rio.

Não convinha, pelas consequências que disso pudessem advir, protesto de tal natureza, que possivelmente motivaria nova bula pontifical,

e o embaixador empregou todos os meios ao seu alcance para evitá-lo. Disse, então, à Imperatriz "que os taes Requerymentos" entre El-Rei e o Imperador "feytos por ela e co seo consentimento não podya trazer nhum bom fim", e que "co emperador nem coela nunga" o monarca português uzara nem "uzava de cautelas nem de palavras fingidas senão de tanto amor e verdade como as mesmas obras o dizyao".

Acrescentava mais que no Regimento de Martim Afonso, consoante determinára El-Rei, haviam cláusulas expressas para cercar de "resguardos e amyzades" os vassalos da Coroa castelhana.

Ficando a sós com a imperial soberana, procurou Alvaro Mendes apelar para os seus sentimentos de portuguesa e afeto fraternal por D. João III, frisando, ao mesmo tempo, a falsidade dos que a cercavam, "e quanto pouco amor conhecya de quantos grandes e senhores avia em seos Reynos". Incerta, tambem, era a volta do Imperador, exposto aos azares da guerra, e isto mais acentuava a necessidade que ela teria do "amparo a favor d'El-Rey e quanto lhe isto emportava ainda que se quizesse esquecer do passado". Tudo quanto faziam os que a cercavam, levados por interesses próprios, era com o intuito de apartarem-na do amor de seu real irmão.

Essas razões não comoveram a mulher de Carlos V que, friamente, respondeu ao embaixador pesaria tudo isto e, antes de formular o protesto junto à Corte portuguesa, disso daria ciência ao representante d'El-Rei.

Entrementes, já se cuidava em Castela de mandar o *adelantado* das Canárias com forte armada ao Rio da Prata. E mais aguçou a vontade castelhana a notícia corrente de que Martim Afonso mandara para Portugal ouro e prata daquele Rio, tendo mesmo desbaratado uma frota castelhana que ali encontrara. Levando ao seu real senhor essa notícia, Alvaro Mendes achou de melhor conselho fingir se desinteressava do assunto, enquanto aguardava novas determinações de sua alteza.

Em dezembro desse ano, sem solução ainda, continuava a troca de notas sobre o assunto do Rio da Prata, pois, em carta de 14 desse mês (1) Alvaro Mendes informava à corte de Lisboa que sua magestade a imperatriz o chamára e lhe disséra que estava disposta a fazer o que fosse do agrado do seu real irmão, e para isso "tinha acabado co estes de seo consêlho das antilhas e co o cardeal que nan mandassem daquy pesoa algua fazer Requerymento a vosa alteza sobre o Ryo da prata" noticia o embaixador. Aduzira a regente de Castela que faria escrever a Lopo Furtado, embaixador em Portugal, recomendando-lhe que nos negócios dessa pendência, usasse dos termos mais brandos que pudesse.

Não obstante, afirmava a soberana, Castela tinha, como era notório, posse mais antiga sobre o Rio da Prata. Alvaro Mendes fez então sentir à sua imperial interlocutora que, no Regimento dado a Martim Afonso, muito havia El-Rei recomendado toda a amizade com os castelhanos e que deles não tomasse, nem com eles contendesse sobre cou-

---

(1) B. N. Cód. mass. I — 4, 3, 4. fls., 378 v.

sa que possuissem. Convinha, porem, agregava o diplomata português, que a imperatriz, por si e por seu imperial esposo, mandasse averiguar em que tempo don Nuno Manuel, por mandado de don Manuel, pai de D. João III e dela própria, descobrira aquele Rio. Ficaria este sob o domínio de quem o tivesse descoberto, até que fosse possivel traçar a verdadeira linha de demarcação entre as duas coroas.

Disse-lhe a imperatriz fizesse chegar ao conhecimento d'El-Rei não convir que Martim Afonso tomasse posse daquele Rio, respondendo-lhe Alvaro Mendes que "quanto a dizerem que em tomar martim afonso pose do ryo lhes farya ofença e lhes tomava sua pose isto hera muy grande engano por que o ryo he tamanho e faz tantas voltas e tam grandes que ja poderya ser que todas tres partes dele as duas estivessem na demarcaçam de vosa alteza e quiça que todo ou tambem pelo contrario e que por iso e por tudo martim afonso nam podya errar segundo o regymento de vosa alteza nem poderyam achar mylhores meyos que os que vosa alteza tinha offerecido mas independente diso escreverya a El-Rey nese sentido".

Terminando sua carta, Alvaro Mendes insinúa ao monarca mande responder com urgência, "espantandose muyto de nao aceitarem os meyos e detreminaçoes que vosa alteza escreveu mostrandose disto mal contente".

Ainda em carta de 24 do mesmo mês insiste o embaixador pela resposta d'El-Rei antes que Lopo Furtado apresente na corte os seus requerimentos.

Em 1535 apresentava-se em Lisboa nova armada com destino às terras do Brasil. Tinha como organizadores João de Barros, o cronista das *Décadas*, Aires da Cunha, que seria o comandante da frota, e mais Fernando Alvares de Andrade. Mais poderosa do que quaisquer outras anteriormente montadas, a armada de João de Barros transportava largo aparelhamento bélico, contando com 900 homens de armas e mais de cem cavalos. Tinha como objetivo, realizado após, povoar a capitania que fora doada a essa parceria, ao nordeste do território brasileiro, e que compreendia os hoje Estados da Paraiba e Rio Grande do Norte (1).

Essa expedição, que largou do Tejo em novembro de 1535, despertou em Castela justificados alarmas, de que nos dá notícias a correspondência do embaixador de Espanha, Luiz Sarmiento, acreditado junto à corte de Lisboa e publicada em magnífico trabalho dirigido pelo historiador argentino Carlos Correa Luna (2).

Em carta de 11 de julho desse ano, Luiz Sarmiento informava ao Rei de Castela que, no ano passado, antes de que ele embaixador chegasse à corte de Lisboa, o rei de Portugal doara a "muitos naturais do Reino muita terra no Brasil, de cincoenta a sessenta léguas a cada um,

(1) *História da Colonização Portuguesa* — III. 252.

(2) Archivo General de la Nacion — *Campaña del Brasil.* Antecedentes coloniales. Dirigida por Carlos Correa Luna. Tomo I. (1535-1749). Buenos Aires — 1931.

ao largo da costa marítima, e de largura o que pudesse se assenhorear para que a povoassem, indo muita gente com esses capitães a quem o rei fez estas mercês, levando aparelhamento para nela viver, e não voltando até o presente".

"Agora, acrescenta Luis Sarmiento, o tesoureiro Fernando Soares e um que se chama João de Barros e tambem segundo dizem o conde de Castanheira fazem uma armada à sua custa, em Lisboa, dizendo-se que levará setenta ou cem de cavalos e até muitos peões e vai por capitão dela um que se chama de Cunha e esta armada como se diz não pode ser sem a ajuda do sereníssimo rei, afirmando-se publicamente que vai ao Rio Prata, e tendo nisto certeza falei ao rei e lhe disse que havia sabido que se fazia esta armada em Lisboa e me maravilhava muito que sua alteza consentisse em tal coisa principalmente sendo para ir ao Rio da Prata que era da demarcação do imperador meu senhor e coisa averiguada por sua. S. A. me respondeu que estes não iam com quatrocentas léguas ao Rio da Prata senão que tambem iam a um dos estabelecimentos que ele havia fundado no Brasil e que não consentiria que fossem a lugar que causasse prejuizo ao imperador, meu senhor, mas que se maravilhava como em Sevilha se fizesse armada para enviar ao Rio da Prata, que era de sua demarcação, que foi primeiro descoberto por um português, e que ele se dirigia logo a V. M. solicitando não consentisse fosse aquela armada que se organizava em Sevilha, pois isso era em seu prejuizo, e eu lhe respondi que apesar de não estar bem informado, segundo ouvira dizer e tinha por certo, que era averiguadamente de V. M. e que se não o fosse o imperador meu senhor não mandaria enviar esta armada que se faz em Sevilha com D. Pedro nem outra coisa que fosse em menor prejuizo seu" (1).

Referia-se D. João III à expedição que se aprestava em Castela e que efetivamente saiu do porto de Bonanza, em 24 de agosto de 1535, sob o mando de D. Pedro de Mendoza, com destino ao Rio da Prata. Depois de dilatada viagem, cheia de peripécias aportou a armada às ilhas de São Gabriel em princípios de 1536, lançando em seguida os fundamentos de Buenos Aires. Várias tentativas segundo Paul Groussac (2) já se haviam feito no sentido de povoar o Rio da Prata, afim de evitar tomassem os portugueses a dianteira nesse empreendimento. Um dos primeiros que se propôs conquistar e povoar aquele rio, foi o comendador D. Miguel de Herrera que se dirigiu ao Conselho das Indias impetrando essa mercê. Seguem-se-lhe o *adelantado* das Canárias, D. Pedro Fernandes de Lugo e tambem um regedor dessas ilhas com idêntico propósito. Pouco depois, Diogo Garcia, companheiro de João Dias de Solis, piloto português ao serviço de Espanha, que penetrara o Rio da Prata, era chamado à corte onde recebia algum dinheiro e ajuda de custo para informar sobre as coisas daquela região. Em 1532 projetara-se mesmo mandar uma frota àquele estuário, pois um tal Vilalobo era nomeado "tesoureiro no Rio da Prata na viagem e armada

(1) A. G. de la Nac. *Camp. del Bras.* cit. I. 5.

(2) Paul Groussac — *Mendoza y Garay* (1536-1580) 2.° ed. Buenos Aires, 1916. 45.

que se ia fazer". Em 24 de junho de 1533, Caboto, que estava em Sevilha, informa que o *adelantado* das Canárias insistia ainda na organização de uma armada para povoar o rio da Prata. Tiveram todas essas tentativas por complemento a ordem do rei Carlos V, firmada em Toledo, concedendo a D. Pedro de Mendoza em data de 21 de maio de 1534 a "conquista e povoamento das terras e províncias do Rio da Prata", ao mesmo tempo que se outorgava ao marechal Almagro, igual concessão no Perú.

As insinuações do embaixador Luiz Sarmiento e o temor infundido na corte espanhola de que a armada de Aires da Cunha se destinasse ao Rio da Prata, apressaram a saida da frota de D. Pedro de Mendoza (agosto), que pode assim preceder a de Aires da Cunha (novembro). Para justificar essa urgência informava ainda Luiz Sarmiento, na citada missiva: "O que pude entender é que esses a que S. A. repartiu essas léguas no Brasil não levavam gente de a cavalo senão gente para povoar a terra e outras coisas para viver pacificamente; estes vão diferentes dos outros, que levam gente de a cavalo e outra gente de pé de guerra e muitos hão dito como ouvi que vão com o pensamento de ir descobrindo por terra até dar pela outra parte com o Perú", e acrescenta, "eu seria de parecer que V. M. mandasse que partisse a armada que está em Sevilha para o Rio da Prata o mais depressa que se pudesse, pois a esta outra dão toda a pressa, dizendo-se que dentro de dois meses poderá partir".

Vinte anos mais tarde não terminara ainda a contenda travada entre as duas monarquias peninsulares sobre a posse dos territórios banhados pelo Prata. Portugal, avolumando as suas pretensões estendia-se até Assunção, recentemente fundada pelos espanhóis à márgem do Paraguai.

Em 13 de junho de 1554, em carta dirigida ao rei de Portugal, Carlos V pede a esse monarca sua atenção para as instruções que enviara ao embaixador Luiz Sarmiento, acreditado junto à corte de Lisboa, relativas às reclamações sobre o povo de Assunção, inequivocamente dentro dos limites da demarcação das terras de Castela (1).

Na mesma data, acusando a nota de Luiz Sarmiento, diz o imperador que recebeu a relação das diligências feitas por aquele diplomata junto aos sereníssimos reis, referente à armada que se havia enviado ao Brasil e que tinha por capitão a Antonio de Loureiro, "con muchos casados para poblar en la costa della y la que postreramente estava para partir de ques capitan luis de melo en ciertos navios que avia armado en que llevaria mas que trezientos hombres los cinquenta ó sesenta de a cavalo los quales van todos à su costa a descobrir con licencia del dicho serenissimo Rey". E acrescentava que apreciara as declarações do monarca português de que "ninguno de estos capitanes y gente entraria ni tocaria en cosa que toque á la demarcacion y limites del emperador Rey mi señor".

Quanto a observação do rei português que se dizia surpreso por terem os castelhanos feito uma povoação em Assunção, e estarem ar-

(1) *Camp. del Bras.* cit. 6.

mando uma frota para descobrir e povoar terras no Rio da Prata, mostravam-se os imperiais reinantes "maravillados do que os dixeron por que como todos saben y es cosa mui notoria el pueblo de la assuncion que dizen esta poblado en la provincia que dizen del rio de la Plata que allende de caer con muchas leguas dentro de la demarcacion de su magestad y a mas de quarenta años que esta descobierto por capitanes de su magestad y poblado muchos años ay puesto por ellos en la provincia del rio de la plata é ainsi an sido proveidos muchos governadores y agora lo esta poblado el dho. pueblo de mas de seiscientos vicinos... etc." (1).

No ano seguinte, segundo documento que encontramos na Bibliotéca Nacional, queixava-se ainda a princesa regente de Castela a seu irmão D. João III dos maus tratamentos que, na costa do Brasil, os vassalos do serenissimo rei inflingiam aos súditos castelhanos que iam para o Rio da Prata: "Don Carlos, por la divina clemencia Emperador semper Augusto Rei de Allemania, de Castilla de Leon de Aragam de las dos Sicilias de Jerusalem etcetera. Serenissimo Muy Alto e Muy Poderoso Rey de Portugal nuestro mui caro e mui amado hermano y primo: Nos escribimos a luis sarmiento de mendoza nuestro Embaxador en esa corte que de nuestra parte os informe los malos tratamientos y opressiones que vuestro governador y otras justicias de la costa del Brasil han hecho y hazen a nuestros subditos que van e vienen con nuestra licencia al rio de la plata afectuosamente os rogamos que dandole entera fee y creencia los mandeis proveer y remedear como nos lo mandariamos en los casos de vuestra parte en semejantes casos se nos requeriesen/ Serenissimo muy alto y muy poderoso Rey nuestro muy caro e muy amado hermano y primo. Nuestro Señor sea en vuestra continua guardia/ de Valladolid a vinte y quatro dias del mez de Noviembre de mil y quynientos y cinquenta y cinco años. — *La Princesa* — D. Juan de Samano (2).

2 — *Rio Grande do Sul — donatária dos Assécas.*

Muito deve o Brasil à família Corrêa de Sá, cujo nome está intimamente ligado a fastos memoraveis da sua história. O Rio Grande, tambem, onde se perpetua a ação expansionista de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, cujo esforço no sentido de estender o povoamento até o Rio da Prata, ressalta de todos os seus atos, deve colocá-lo no lugar que lhe compete, resgatando, assim, a dívida criada para com o ilustre brasileiro na conspiração de silencio de nossos historiadores.

Nasceu Salvador Corrêa de Sá e Benevides no Rio de Janeiro, em 1594, sendo batizado na Sé Velha, hoje freguesia de São Sebastião. Era filho de Martim Corrêa de Sá, que governou a capitania do Rio de Janeiro, e de sua mulher Maria de Benevides, e descendente dessa ilustre família, cujo nome está vinculado à história do Brasil, por serviços relevantes.

(1) *Campaña del Brasil*, cit.
(2) Bibliotéca Nacional. Cod. mass. I — 4, 3, 4. fls. 349. v.

Passando a infância em companhia de seu pai, entrou para o serviço público em 1612, em que foi designado para conduzir um combóio de 30 navios que sem serem acossados pelos piratas, passaram de Pernambuco a Portugal. Voltando ao Rio, levantou, na capitania de São Vicente 300 homens que, em três canoas de guerra, e duas caravelas, levou, em princípios de 1625, para auxiliar a armada que, em 24 de novembro do ano antecedente, saira de Lisboa para expulsar os Holandeses da Baía. Em Espírito Santo, onde aportaram, encontrou Salvador três naus holandesas que andavam a corso e aí procuravam saquear a povoação. Sem serem pressentidos, Salvador e seus companheiros cairam sobre os inimigos, rechassando-os e fazendo-os reembarcar com o que lhes frustrou o intento. Chegando a Baía contribuiu poderosamente para a restauração dessa praça em 1.º de maio de 1626. Estava em Lisboa, quando recebeu notícia do falecimento de seu pai, ocorrido no Brasil, em 10 de agosto de 1632.

Em 1634 é Salvador Corrêa nomeado almirante do mar do sul, recebendo ordem de ir ao Paraguai, afim de combater os rebeldes. Em rudes refregas desbaratou os Calequis, prendendo o seu cacique D. Pedro Champuy, que há mais de trinta anos fazia guerra aos espanhóis. Com a batalha de Palingarta, em 1635, ganha por Salvador, ficou tambem pacificada a província de Tucuman. Nesses combates recebeu o almirante do mar do sul doze ferimentos de flecha.

Por esses serviços teve a mercê de ser nomeado capitão-mór e governador do Rio de Janeiro, por patente de 21 de fevereiro de 1637. Por ocasião das lutas de que foi teatro S. Paulo entre paulistas e jesuitas, por motivo do cativeiro dos índios que deram motivo à expulsão daqueles padres de Piratininga procurou Salvador intervir no sentido de harmonizar as partes, nada, porem, conseguindo, tal a exacerbação dos ânimos. Agiu, no entanto, de forma que não se reproduzissem no Rio de Janeiro, os mesmos dissídios.

Nomeado, em seguida, governador geral e administrador da Repartição do sul, que compreendia desde a capitania do Espírito Santo até o extremo sul, bem como para inspecionar e lavrar as minas descobertas pelos paulistas, aproveitou Salvador a oportunidade para ir àquela capitania, procurando tambem ver se conciliava os jesuitas com os paulistas. Entregando o governo do Rio de Janeiro ao seu tio Duarte Corrêa Vasqueanes, partiu para Santos, não podendo entrar em São Paulo por terem os ousados bandeirantes trancado os caminhos, para evitar que ele subisse à sua capital.

Procurou o governador suasoriamente demover os paulistas de seu intento, escrevendo-lhes várias cartas em que prometia lançar um véu sobre o passado, e oferecendo-lhes certas vantagens que, aceitas, contribuiriam para pacificar São Paulo.

Em 26 de março de 1654 foi nomeado general da frota que devia escoltar e proteger os navios de comércio do Brasil. Designado para dirigir a exploração das minas, em 8 de junho do mesmo ano, lhe foram feitas honrosas promessas que adiante assinalaremos. Foi tambem nomeado deputado ao Conselho Ultramarino. Reputou, porem, como mais

importante dessas incumbências a de general da frota, fazendo três viagens a Portugal, numa das quais, chegando com 37 velas ao Recife, em 12 de agosto de 1645, deixou consideravel socorro em Tamandaré, o que muito contribuiu para a vitória de João Fernandes Vieira, na expulsão dos holandeses de Pernambuco.

Ao mesmo tempo que era seu nome lembrado para socorrer Angola, ameaçada pelos holandeses, foi nomeado governador de três capitanias da Repartição do sul. Agindo com presteza conseguiu de donativo oitenta mil cruzados com que aparelhou uma frota de dez navios, munições etc. e com 900 homens de tropa de desembarque saiu do porto do Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1645, com destino a Quicombo, onde, apesar de não haver ainda guerra declarada contra os holandeses, resolveu atacá-los, intimando-os a abandonar a praça. Depois de uma luta memoravel pela notória bravura das tropas e, especialmente, a de seu general, os holandeses capitularam, em 15 de agosto de 1648. Em seguida acometeu o rei do Congo, assaltando as terras de 14 sóbas, que tinham sido inimigos dos portugueses. Em Angola se demorou três anos, como governador.

Voltando ao Rio de Janeiro com larga cópia de escravaria africana supriu com ela a falta de braços indígenas que havia em suas terras dos campos de Goitacazes, onde em 1625 fundou o templo de São Salvador (1). Em 17 de setembro de 1658 foi nomeado por carta patente governador da Repartição do sul, ora desmembrada, e constituindo um governo independente do da Baía. Voltando ao Rio de Janeiro, de cujo governo tomou posse no ano seguinte, encontrou exaustos os cofres públicos, propondo a criação de novos tributos. Isto descontentou profundamente o povo. Seguindo para São Paulo, em 11 de outubro de 1660, confiou o governo a seu primo Tomé Corrêa de Alvarenga. Aproveitando a sua ausência o povo do Rio de Janeiro se rebelou, depondo o encarregado do governo da capitania, e substituindo-o por Agostinho Barbalho de Bezerra. Pôs fim a agitação o desembargador sindicante Antônio Nabo Peçanha que viera da Baía, e poude, então, depois de alguns contratempos, retomar Salvador o governo da capitania, em abril de 1661, até que o entregou a seu sucessor, nomeado em 1.º de julho.

Foram, no entanto, esquecidos os seus serviços, e em recompensa deles logrou unicamente que a seu filho Martim Corrêa de Sá fosse feita merce do título de Visconde da Ponte de Asseca. Indo para Portugal, Salvador Correa, viu-se envolvido nos sucessos politicos de reino, que deram em resultado a deposição de D. Afonso VI, em 1667. Procurando o monarca se aconselhar com o velho general, este lhe sugeriu agisse com a energia que o momento reclamava. Isto lhe acarretou fundos dissabores, pois, perseguido, preso e sentenciado a dez anos de degredo nessa mesma África que reconquistara para Portugal, Salvador

(1) Para conhecer mais detalhadamente a ação de Salvador Corrêa, nos Campos de Goitacazes, em cuja donataria, como veremos, foi sucedido por um filho, o Visconde de Asseca e netos, veja-se o magnifico trabalho do Dr. Alberto Lamego — A *Terra Goytacá* — 1.º vol.

curtiu horas amargas. Por influência do filho, e mesmo talvez dos jesuitas a quem protegera, conseguiu o velho soldado ter, em Lisboa, por menagem o seu próprio palácio.

Nesse entretempo morre o seu filho, o Visconde de Asseca e, ficando na orfandade os netos, conseguiu Salvador a sua liberdade, tendo de novo assento no Conselho Ultramarino, de que era membro.

Depois de uma vida agitada faleceu com 94 anos esse brasileiro ilustre, em 1 de janeiro de 1688, sendo sepultado na sacristia do Convento fronteiro ao seu palácio, de N. S. dos Remédios dos Carmelitas descalços, de Lisboa. Foi 1.º alcaide-mór do Rio de Janeiro, fidalgo da Casa Real, Comendador de S. Salvador da Alagoa, e de São João de Cássia, na ordem de Cristo (1).

Dos seus serviços, que foram inúmeros no povoamento do sul do Brasil e do esforço que fez para alargar os domínios portugueses até o Rio da Prata, diremos no seguimento deste estudo.

Na primitiva distribuição das capitanias gerais, não quís a coroá portuguesa embora houvesse pretendido, estender alem da linha de Tordesilhas, ao sul, as respectivas doações, não obstante, afirmar a precedência no descobrimento do Rio da Prata.

Esse largo trato de terra ficou completamente à mercê dos espanhóis durante um século, sem que para ele se voltassem as vistas lusítanas. Puderam, assim, acossados pelos bandeirantes que os iam expulsando gradativamente, para o sul, os Padres da Companhia de Jesus, estender as suas aldeias até o coração do Rio Grande. Repelidos daí mesmo, ainda pelos bandeirantes como fica historiado (2) abre-se de novo um largo hiato no povoamento do sul.

A epopéia das bandeiras vem despertar, novamente, idéias de sustar o avanço castelhano no Rio da Prata e, mais ainda, um ousado projeto de ocupação, com o sofisma de "abrir comércio com Buenos Aires", precioso documento da época, que o *Inventário* da Torre do Tombo nos revela (3).

Em data de 21 de outubro de 1643, dando a El-Rei as informações pedidas "sobre o modo de abrir o comércio com Buenos Aires", Salvador Corrêa de Sá, que tinha vastos conhecimentos daquela região, como comandante das Frotas do Brasil, sugere se erguesse uma fortaleza nas imediações de Buenos Aires. Para esse fim organizar-se-ia uma frota de pequenos navios, nos quais, no Rio e em São Vicente, embarcariam de 500 a 600 homens, agregando-se-lhes os índios que fosse possivel. Aos chefes se prometeriam mercês e tenças, afim de estimular o seu zelo. Esses navios levariam duas chalupas e, chegando ao porto, que não tem defesa, se trataria de fazer uma fortaleza na Chacarilha de D. Caterina, sítio assim chamado e donde se senhoreia a cidade e o Riachuelo, que é a passagem onde estão os navios. Tudo isso seria le-

(1) Franc. Adol. Varnhagem. *Biografia de Salvador Corrêa de Sá e Benevides*. Rev. I. H. B. III. 1841.

(2) Parte I deste.

(3) B. N. Anais XXXIX — 28.

vado a efeito sem encomodar os moradores, nem tão pouco consentir que se mudem dali com suas familias, "mas se quiserem ir comerciar, dar-lhes lugar para o fazer, manifestando-lhes que só se trata de segurança para os nossos navios."

A fortaleza que deveria ser logo erguida receberia tijolos do Rio e cal de São Vicente, e seria artilhada com peças levadas do Rio, da Baía e da Ilha Terceira, onde existiam algumas sem utilidade. Mas, era preciso evitar que os castelhanos recebessem socorros por terra e, nesse caso, alvitrava: "Tambem será de efeito mandar V. M. licença aos moradores de S. Paulo para que, pelo sertão, vão sobre o Paraguai, porque é a parte de donde pode descer pelo rio abaixo mais socorro aos moradores de Buenos Aires e divertidos em seu primeiro lugar o não terão de socorrer a outro: suposto que se essa gente for por este caminho ha de tratar de trazer os índios que estão nas aldeias, que a ser com diferente título do que costumam, não fora de tanto prejuízo como o com que os trazem, vendem e compram". Lembrava mais que o capitão-mór dessa gente deveria ser eleito pelo próprio povo de São Paulo, afim de evitar inveja e dissídios (1).

O autor da informação é o mesmo Salvador Corrêa de Sá e Benevides que, quatorze anos mais tarde, em 1657, recebe a mercê de uma capitania, cujos limites ultrapassavam já o paralelo de 28°, e se estenderia até à boca do Rio da Prata, se a metade das cem léguas requerídas não pudessem ser localizadas ao norte da ilha de Santa Catarina.

A coroa portuguesa que, na distribuição geral das capitanias, temerosa de avançar para o sul afim de não dar razão de queixa aos castelhanos não havia contemplado as terras que se estendiam até o Rio da Prata, fazendo delas mercê aos seus servidores, já mais afoita se mostra e, no ano seguinte, 1658, em outubro, difere o pedido da viuva e filhos do ex-governador do Rio de Janeiro, tio de Salvador Corrêa, concedendo-lhes largas sesmarias. "Uma de 10 léguas de sesmaria por costa desde a barra do Paranaguá para o sul e pelo sertão até entestar com a demarcação dos castelhanos; no caso das terras já estarem concedidas correriam da última demarcação para deante; a outra era de trinta léguas por costa, começando onde acabavam as das capitanias dos Condes Monsanto e Vimeiro para o sul, confrontando no sertão com os castelhanos" (2).

Lucas Boiteux, com muito fundamento atribue o povoamento da Ilha de Santa Catarina e o da Laguna às insinuações de Salvador Correa de Sá, aos capitães Francisco Dias Velho e Domingos de Brito Peixoto, que o governador da Repartição do Sul conhecera em suas repetidas viagens a Santos.

Diz o visconde de São Leopoldo que é incontestavel jamais ter o Rio Grande do Sul pertencido a donatário. Até seus lindes não haviam chegado as 80 léguas de costa, doadas a Pero Lopes de Souza, que findavam, mais ou menos, no Rio de S. Francisco do Sul, nem tão

(1) Biblioteca Nacional — An. cit. XXXIX — 28.
(2) B. N. Anais, cit.

pouco as largas sesmarias de que o príncipe D. Pedro fizera mercê ao visconde de Asseca e a seu irmão João Correa de Sá. E acrescenta que "não era natural apetecerem terras desconhecidas que um marítimo ouriçado de alfaques tinha impedido de alí surgirem os mais intrépidos navegantes; sobretudo experientes do êxito ruinoso de tais empresas, ainda em outras donatárias, com bonissimos portos, de facil embocadura e abrigados de vendavais" (1).

Outra alta autoridade da história nacional, o visconde de Porto Seguro que, naturalmente, como pesquisador insigne teria compulsado a documentação existente na Torre do Tombo, contesta a veracidade dos documentos referentes à doação das capitanias do visconde de Asseca, de 30 léguas de terra, que findariam na boca do Rio da Prata (2).

Documentos modernamente exumados do Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa (3), veem dar novas diretivas à questão, esclarecendo esse ponto obscuro e controverso da nossa história. Houve, realmente, concessões de donatárias, abrangendo o Rio Grande do Sul e Uruguai, primeiro a Salvador Corrêa de Sá que, por motivos óbvios, foi tornada inexistente e, mais tarde, como consequência natural da primitiva doação, outra a seus filhos visconde de Asseca e general João Corrêa de Sá.

Até onde se estenderia, em território riograndense, a primeira doação? A de Salvador Corrêa tinha por ponto de referência "as terras onde chamam a ilha de Santa Catarina, começando nela partindo a metade para a banda do norte, e outra metade para a banda do sul, e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a capitania" se completem com as que "forem de V. M. e estão despovoadas, e ficam entre a capitania de São Vicente e Rio da Prata, com os portos, rios e ilhas que houver na dita capitania".

Da ilha de Santa Catarina para o norte não havia terras devolutas, porque a donatária de Pero Lopes, ainda de posse de seus herdeiros, atingia até 28° e um terço, (altura da Laguna), não podendo, assim, ser completadas essas 50 léguas ao norte. Neste caso, a demarcação das 100 léguas, que correram rumo sul, pela costa viria atingir aproximadamente aos 34 gráus, isto é, todo o território riograndense, e pequena parte do uruguaio.

Veremos oportunamente, com dados mais positivos, a extensão dentro do nosso território, das donatárias do Visconde de Asseca e seu irmão que, apesar de opiniões em contrário, durante 51 anos foram donatários de grande parte do Rio Grande do Sul.

---

(1) José Feliciano Fernandes Pinheiro — *Anais da Província de S. Pedro* — 2.ª ed. Paris. 1839.

(2) Porto Seguro — *Hist. Geral do Bras.* 677. n.

(3) *Anais da Bibliotéca Nacional*, XXXIX — 1917. Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida, da Bibliotéca Nacional de Lisboa — É justo consignar que grande parte dessa documentação fora anteriormente descoberta pelo Dr. Alberto Lamego que, em primeira mão, a publica em seu trabalho Terra Goytacá, cit.

As petições de Salvador Corrêa de Sá e Benevides constam da ata do Conselho Ultramarino, de 14 de março de 1658, e aqui registamos como documento interessante para a história do Rio Grande do Sul: "Salvador Corrêa de Sá e Benevides, Conselheiro deste Conselho, General da Frota do Brasil, Alcaide-mór da cidade de São Sebastião... fez duas petições a V. M. nelle, em que diz no primeiro que elle ha 31 annos, que serve a V. M. nestes Reynos, em particular no Estado do Brasil, onde seu pae Martim Corrêa de Sá servio mais de cincoenta, morrendo em tempo que estava actualmente governando o Rio de Janeiro, e a repartição do sul, a qual praça ganhou Salvador Corrêa de Sá aos franceses, em tempo do senhor Rey Dom Sebastião, governando por mais de quatro annos conquistando Cabo Frio e mais costa daquellas capitanias, occupando-se mais em servir os Reys deste Reyno que pedir-lhes prêmios, e porque he costume deste Reyno darem-se as terras do Brasil em Capitanias de cem léguas, pouco mais ou menos, às pessoas que por serviço de V. M. as queirão povoar, e tem posses, sufficiência e experiência para o poder fazer, como se fez a todos os donatários, como foi Martim Afonso de Souza na Capitania de Tanhaêm, de outras cento e tantas aos progenitores de Ambrósio de Aguiar, no Espírito Santo, aos de Gil de Goes, na nova Parahyba, que hoje está despovoada, a Francisco de Saa a dos Ilheos, a de Porto Seguro aos progenitores do Marquês Bento Maciel Parente, ao sobrinho de Antonio Coelho de Carvalho, a Feliciano Coelho de Carvalho, seu sobrinho, a Alvaro de Souza de Tavora, e haverá poucos dias a hum filho de Antonio Coelho de Carvalho, que nomeasse a parte onde queria, as quaes se darão ás pessoas referidas em considerações de as povoarem e estender-se a propagação da fee e grande utilidade que se segue a fazenda de V. M. de se cultivarem e povoarem e elle por serviço de V. M. quer povoar huma capitania, nas terras onde chamão a Ilha de Santa Catarina, começando nella, partindo a metade para a banda do Norte, e a outra metade para a banda do sul, e nao havendo terra bastante para se lhe inteirar a capitania que pede destas terras de cem leguas de costa como he uzo e costume, pouco mais ou menos, se inteirar nas terras que se demarcarem com estas, e forem de V. M. que estão despovoadas, e ficão entre a Capitania de São Vicente e o Rio da Prata, com os portos, rios e ilhas, que houver na dita Capitania, como he uzo e costume conceder-se aos mais donatarios, e da mesma maneira nas juridições que tem. Pello que pede a V. M. lhe faça mercê mandarlhe passar doação da dita capitania para uzar della na forma referida nesta petição e se augmentar a propagação da fee e fazenda de V. M."

E na segunda diz "que elle tem feito petição a este Conselho pedindo a V. M. lhe faça mercê de huma capitania no Estado do Brasil ou Maranhão, e porque entre as que estão por dar, ha huma sorte de terras em que chamão a Ilha de Santa Catharina, que fica alem da Cananéa para a parte dos pattos. Pede a V. M. se mande informar de que terras he e a utilidade de que são á propagação da fee e augmento da Fazenda Real, e achando que convem dalla, lhe faça mercê, como se fez aos mais donatarios de 100 leguas de costa, começando a medir en frente da dita ilha para huma banda, e outra, em terras de V. M. e que não

sejão dadas a outras pessoas, que as tenhão cultivado, e faltando para alguma das bandas se inteirará de outra, com todas as aguas, campos e ilhas, que houver nas ditas 100 leguas de costa, como he uzo e costume, para elle as mandar povoar á sua custa" (1).

Correu a petição os trámites legais. Vários conhecedores da região foram ouvidos sobre a pretensão do governador. Marcos Corrêa de Mesquita que, como Provedor, ia para a India, deu a seguinte informação que, como as outras, registamos por conter interessantes informes sobre o Rio Grande do Sul: "Respondendo ás perguntas que se lhe fizeram, acha por informações e noticias que tem da costa do sul do tempo que serviu do Ouvidor do Rio de Janeiro que da povoação que chamam de Cananéa até a Ilha de Santa Catharina, haverá de circuito 6 para 7 leguas, e que neste circuito haverá tres portos de mar em os quaes poderão entrar muitas embarcações e fazer outras de muitas toneladas, com as madeiras que dá a terra; as terras são muito boas e as cultivando, darão toda a novidade de mandiva, legumes, tabaco, algodão e canna de assucar; são terras sem povoações de gente branca, nem indios, tirada a Cananéa e a Lagoa dos Patos que ha junto ao Paraguay dizem que ha uma povoação de gentios com os quaes os brancos vão resgatar, dizendo ser gente muito bruta e não ter conhecimento da fé e com facilidade virão a ter, sendo povoadas aquellas terras visinhas, por ficarem tambem perto da Ilha de Santa Catharina de que se pergunta a informação que se dá e isto é o que pode dizer do sitio da terra, bondade e largueza della".

"O que lhe parece, convem ao serviço de S. Magestade, augmento de sua fazenda e conservação e serviço de Deus é que S. Magestade deve dar estas terras que estão vagas em toda a costa do Brasil, a pessoas poderosas as quaes cultivem, porquanto dos fructos teria dizimos e direitos e principalmente as que se tratam da costa do sul, porque dandose a pessoa poderosa e que agencie povoadores, fará povoações nos tres portos que tem aquella terra, haverá commercio com o Rio e a Bahia e abrir-se-hão alfândegas, cujos direitos podem render muito pelos fructos da terra, como pelas mercadorias que podem vir de fora a este reino, como de Buenos Aires, por ficar muito perto e haver ocasião de se metter muita prata neste reino de que tanto carece. E querendo V. Magestade commeter alguma facção por ali, contra Castella, para se aproveitar dalgum porto donde possa vir prata, tendo aquelles portos povoados e navegaveis, pode fazer com maior facilidade. Pelo que lhe parece que V. Magestade deve dar estas terras em Capitanias, a homens poderosos que agenciem povoadores cultivadores, mas que a esses primeiros se lhes devia dar privilegios e liberdades, taes que animassem a muitos serem seus companheiros no trabalho de agricultura e se assim não for difficultosamente conseguirá esta povoação por ser em terra mui remota das povoadas deste reino".

Frei Cristovão de Lisboa, que havia sido despachado bispo de Angola, informando a petição, diz: "Parece justa, acertada e conveniente, a doação da nova Capitania, alem de que na presente conjectura, é bom que se busque por todas as vias, cousas de que V. Magestade possa

(1) *Anais* cit. 80-83.

fazer doações, sem detrimento de sua fazenda, para ter com que pagar serviços e animar os homens até fazer muitos outros. A mercê das doações tira dois fins, um enriquecer a pessoa particular que recebe tal beneficio pelos seus serviços, outro a utilidade que dahi resulta ao reino, porque quantas mais Capitanias povoadas, tanto mais navios, virão carregar de assucar e outros fructos. Pelo que fazendo V. Magestade mercê da doação, deve ser em porto onde possam entrar e estar navios em segurança, onde haja campinas para o gado vaccum, sem o que não podem haver engenhos e nem será de utilidade alguma ao reino, nem ao dono".

Segue-se a informação de Manoel Pereira Lobo: "As noticias que tenho de Cananéa e Buenos Aires, é estarem as terras despovoadas, de gentio que ali existia e hoje só habitam nelas onças e tigres. São terras que darão muitos mantimentos, que têm muitos rios e lagoas e portos, como são os do rio São Francisco, e Ilha de Santa Catharina, o da Lagoa dos Patos e o de Rio Grande. Têm extensos campos e será muito do serviço de S. Magestade povoarem-se havendo quem os queira".

Frei Manoel de Santa Maria assim informou a petição: "A Ilha de Santa Catarina fica alem de Cananéa 60 ou 70 léguas, é montuosa e despovoada, terá 6 ou 7 léguas de comprido e 3 ou 4 de largura faz duas barras com a terra firme. A que fica do norte para a banda de Cananéa tem baixios e não se servem por ela, senão embarcações pequenas, a do sul que fica para Buenos Aires é maior e pode entrar navios grandes. As terras desde Cananéa ate o Rio Grande, terão mais de 200 léguas, por costa, estão despovoadas por haverem os moradores de São Vicente, lhes tirado o gentio que as povoava, e só no dito Rio Grande, há algum gentio que confina com as charruas de Buenos Aires. São terras de muitos rios, lagoas e campos que se estivessem mais perto das nossas povoações seriam de utilidade para os gados, mas não podem vir por terra por causa das asperezas dos caminhos e matos; são muito férteis e se poderão ali fazer muitos engenhos de açucar, mas como há muitas terras no Brasil, e estas estejam tão longe, não há quem as queira povoar e será muito conveniente ao serviço de Deus e de V. Majestade dar a quem as queira".

O capitão Salvador Tomé Mealhadas prestou a seguinte informação: "A Ilha de Santa Catharina deve ter 5 a 6 leguas, e seu porto é muito nomeado por haver estado assenhoreado pela armada de Diogo Flores y Baldez. Logo se segue para o sul, a Lagoa dos Patos, Ararionga, o Rio Saramandry, o Rio Grande, Castilhos, Ilha dos Lobos, Ilha de Maldonado, Ilha das Flores, a Barra de Buenos Aires. Está despovoada por ter sido caçado o gentio pelos moradores de São Vicente. É montuosa, tem muitos rios, lagoas, campinas, madeiras para fabricar embarcações, e dá os mantimentos com abundância se houver lavoura. Até agora não se sabe se dá assucar por ser a terra fria, mas produzirá muito bom gado. Deve ser dada a quem pretendê-la, pois estando despovoada nem Deus nem S. Majestade tem serventia".

Finalmente falou o Padre Luiz Pereira de Campos "que diz que as terras que correm de Cananéa para o sul são muitas e muito férteis; a prova é a experiência que sendo lá mui poucos os moradores, o principal sustento da gente de guerra do Rio e ainda da Baía, são as farinhas e legumes, que veem daquelas partes; e é certo que havendo quem as cul-

tive serem dobrados os frutos. Depois da Cananéa está o porto de Paranaguá, após o Rio novo de São Francisco, Ilha de Santa Catarina, e junto a ela a grande Lagoa dos Patos, todos portos belíssimos e capacíssimos de muitos e grandes navios, fertilíssimos de madeira e abundantíssimos de pescado, será coisa de grande serviço a Deus e de V.M. e aumento de sua fazenda repartirem-se aquelas partes a pessoas de porte, e timoratas, para que as façam crescer depressa, e com temor de Deus e obediência de seu Rei, a razão está tanto à prima face, que não tem necessidade de prova, pois de se não partirem está quase tudo deserto e matas bravias, e repartindo-se era força se vão logo para lá muitos moradores pobres a gozar da fortuna que alí tem, e com isso crescerão as fazendas reais, e tambem crescerá a fé porque ainda naquelas partes na Ribeira do mar não há já gentio senão alguns poucos na Lagoa dos Patos, aonde os nossos portugueses vão fazer as suas compras de índios pelas costas desta costa, e destes portos pelo sertão irão sem dúvida muitos índios que é força se venham meter conosco, a buscar suas ferramentas, de que necessitam muito, sabendo que por alí há povoações, e sempre se batizarão alguns e se conservarão conosco para bem de suas almas e bem daqueles portos. Pelo que lhe parece coisa acertadissima que a repartição se faça na forma apontada, e com a maior brevidade possivel, pois com a dilatação se impedem muitos bens e atalham a grandes proveitos. E tirar qualquer fruto do que está infrutuoso é providência" (1).

Louvando-se nessas informações, o Procurador da Coroa, no Conselho Ultramarino, opinou pela concessão da donataria requerida, não só por causa da conversão do gentio como pelo resultado que adviria para Portugal com o povoamento dessas terras incultas. Foi o Conselho de parecer se concedesse a mercê, assinando o acordo em 4 de janeiro de 1657, os ministros marquês de Montalvão e Jorge de Albuquerque.

Parece, porem, que em virtude dos acontecimentos que fizeram Salvador Corrêa de Sá decair do prestígio real e que ficam historiados, tornou-se sem efeito essa concessão.

Não desistira, porem, de estender os domínios de seus filhos, já que não realizara o intento anterior, até à embocadura do Rio da Prata. Pelo conhecimento prático da região sabia que as vastas campanhas deshabitadas do sul seriam um vasto empório de gado que poderia abastecer as exigências da colônia. Consta mesmo que teria contribuido para essa riqueza pastoril, pois, quando da concessão das terras que impetrara como donatário, mandara lançar entre o Cabo de Santa Maria e Maldonado umas vacas de que procedia parte do gado alí existente, (2) não obstante não haver documento comprovativo dessa asserção. Oportuno o momento para conseguir esse objetivo e, pela compensação de não ser erigida a vila do Paul de Asseca, solicitou a El-Rei, em nome de seus filhos, o Visconde de Asseca e João Corrêa de Sá, duas capitanias com o total de cem léguas que, começando no marco da divisa das terras

---

(1) *Anais* cit. XXXIX — 80-83.

(2) B. N. *Anais* XXXIX — 195. Carta de D. Francisco Naper a El-Rey, datada da Colônia 6-XII-691.

da coroa, cabo de Santa Maria, com as de Castela, corressem para o norte da Lagoa dos Patos.

A petição foi presente ao Conselho Ultramarino que, em consulta de 3 de julho de 1671, deu parecer favoravel, respondendo o procurador da Fazenda que reafirmou o que em outras ocasiões havia dito: "quanto mais povoações houvesse no Brasil, mais utilidades seguiriam para o Reino", e "o da Coroa alvitrou ser de grande conveniência o pedido, pois tendo o Rei Católico mandado levantar a cidade de Buenos Aires, populosa e perto desses confins, certamente os seus vassalos haviam de aproveitar as terras pertencentes a Portugal por serem mui férteis, como já o estavam fazendo os padres da Companhia de Jesus daquela Coroa com as suas grandes criações de gado e que quanto mais fosse o tempo decorrido mais dificil se tornaria a expulsão dos invasores" (1).

Surgiu, porem, a questão de que, para completo das cem léguas, computados os quinhões da Paraiba do Sul, era mister fazer-se a demarcação das capitanias já doadas, não concordando com isso os donatários pelas despesas de vulto que acarretaria. Alegavam eles que a medição como era exigida, "seria coisa impraticavel porquanto todas as que V. A. tem dado vão sucessivamente pelas doações, declarando que começará em tal parte, e logo as mais onde acabar a primeira, e os donatários teem tomado posse pela altura e a rumo direito. E para se haver de medir pela costa será coisa impossivel para o que não bastarão 100.000 cruzados para estas medições, sendo por muitas terras despovoadas, e de rios, pelo que pede a V. A. seja servido mandar considerar seu requerimento, que é encaminhado a seu Real serviço" (2). Afinal, depois de um longo exórdio em que o Conselho Ultramarino passa em revista todas as concessões de donatárias, é o mesmo de parecer pela consulta de 23 de setembro de 1675, que "ha, pois, conveniencia em se conceder as 75 leguas pedidas porque não prejudica a terceiros e ficam na primeira demarcação do Rio da Prata, onde se evita o excesso dos castelhanos na invasão das terras de V. A., convindo fazer-se já a povoação, porque muitos moradores de S. Paulo querem ir povoar aquela parte. "A essa consulta está aposta a seguinte resolução régia: "Como parece. Lxa. 23 de Outubro de 1675. Principe" (3).

Em 5 de março do ano seguinte é feita a segunda apostila à carta de doação do visconde de Asseca, segundo do título, pois o primeiro falecera, em 28 de Outubro de 1674, sendo procurador de João Corrêa de Sá, que estava na India, e de seu neto menor, o general Salvador Corrêa.

É o teor seguinte essa apostila: "Segunda Postila. Tendo respeito ao que me representou Salvador Corrêa de Sá e Benevides, como tutor de seu neto o Visconde de Asseca e procurador de seu filho João Corrêa de Sá, em razão das setenta e cinco léguas de terra que pede se lhes acrescentem as trinta da capitania que lhe tenho feito mercê, que foi de Gil de Góes, no Estado do Brasil entre o Cabo Frio e o Espirito Santo, repartidas por ambos, vinte ao Visconde de Asséca e dez a João Corrêa

(1) A. Lamego Op. cit. I-119.
(2) B. N. *Anais* cit. 138.
(3) A. Lamego Op. cit. 129.

de Sá, representando-me tambem que mandando tomar posse e fundar as vilas da dita capitania se não acharam as ditas trinta léguas com o que se não podia em terra tão limitada fundar duas capitanias e que todas as que tinha dado no Estado do Brasil e Maranhão, as menores são de 50 léguas de costa, e visto o que fica referido e o que sobre isto respondeu o Procurador da Corôa e ser em utilidade e aumento daquele estado povoar-se cada vez mais. Hei por bem fazer mercê ao dito Visconde de Asseca de 30 léguas que mais pede nas terras que estão sem donatários naquela costa até a boca do Rio da Prata para que as logre assim como logra as vinte de que pela doação acima e atrás transcritas que lhe tenho feito mercê, com mais cláusulas e condições que se lhe concederam as 20 léguas de que se lhe passou a dita doação e esta mercê. E lhe faço alem das 45 léguas que tambem tenho feito a seu tio João Corrêa de Sá e esta apostila valerá como carta, sem embargo da ordenação. Livro 2.° Titulo 40 em contrário. Manuel Pinheiro da Fonseca a fez em Lisboa 5 de Março de 1676. O secretario Manuel Barreto de Sampaio a fez escrever. PRINCIPE" (1).

De posse da concessão tratou logo Salvador Corrêa de fazer a divisão das terras que, segundo mapa apresentado na ocasião, constaria de pequenas parcelas de dez a quinze léguas localizadas em lugares diferentes, conforme nos informa A. Lamego (2).

Era mui interessante a forma da partilha. Para o Visconde de Asseca deviam ser destinadas as terras da capitania de São Tomé, mas começando a cinco léguas para o sul de Baixo de Pargos até o Rio das Ostras em Santa Ana de Macaé, que se calculava ter 20 léguas, completando-se as restantes 30, com 10, da Ilha de Maldonado (perto do marco de Castela) à ilha de Castilhos sob o nome de São Pedro dos Marcos; com outras dez na "Laguna dos Patos", ou terra firme de Santa Catarina e finalmente com dez ao norte do Rio Guaratiba, correndo para a ponta, a seis léguas ao sul da barra de Cananéa, sob a denominação de S. Martinho do Mel.

Para João Corrêa de Sá 20 léguas da Ilha de Castilhos ao Rio Martim Afonso, (3) sob a designação de S. João de Campos; 10, continuando o rumo do norte da passagem do Rio Tramandaí sob o apelido de S. José; 15, começando na Enseada das Garoupas, do lado do sul para o norte da Enseada das Bombas sob o título de São Sebastião das Garoupas; para completar as 50 léguas, as restantes na capitania de São Tomé, começando no Baixo dos Pargos ao lado norte do Rio Itapemerim, onde se dividia a capitania do Espírito Santo correndo para o sul até onde principiavam as terras do Visconde, acima descriminadas".

---

(1) B. N. Cod. mss., I, 2, 4-2.° Doc. CLXIII.

(2) A. Lamego Ob. cit. 1.° — 131.

(3) Chui hodierno. Há uma confusão nos mapas antigos sobre essa designação. O verdadeiro rio de Martim Afonso é o Mampituba, onde consta ter saido à terra, na sua expedição de 1532, esse navegador e fundador de S. Vicente. Um erro de mapa, depois repetido, deslocou para o Chuí essa denominação. Outra observação interessante a notar é que, com essa destribuição de terras, ficava o Rio Grande completamente fora da demarcação que de seu extremo limite sul, o Chuí, passava para o extremo norte, o Tramandaí. A costa baixa e arenosa não era muito cobiçada.

Não foi aceita essa divisão parcelária, apesar de ter o Conselho concordado com ela. Mas o Procurador da Coroa, que foi ouvido por El-Rei, opinou que não convinha essa demarcação não só porque os ouvidores dos donatários seriam obrigados a passar por terras alheias, nelas tendo de baixar as varas por não terem jurisdição nas mesmas, como tambem evitava-se que fossem escolhidos os melhores campos, ficando os estereis. E terminava que a medição fosse feita do marco do Rio da Prata para o norte correndo daí as 75 léguas doadas.

Começavam essas 75 léguas "da boca do Rio da Prata que tem principio no Cabo de Santa Maria, e corre para a costa para a parte do Rio de Janeiro", linha que seria dois anos depois a divisa da capitania do Visconde de Asseca com as terras realengas em que se vai fundar a Colônia do Santissimo Sacramento, em cujo "Regimento" outorgado a D. Manuel Lobo, em 18 de novembro de 1678, bem se descrimina (1). Ao norte, computando o grau em 17 léguas e meia, que era a medida portuguesa da época, encontraremos a extensão de 4°,18, indo assim morrer as terras de João Corrêa de Sá, que se seguiam às 30 léguas do Visconde de Asseca, a 30 graus, mais ou menos, paralelo que corresponde a Porto Alegre.

Em sua consulta de 3 de julho de 1671, opinando pela concessão das capitanias requeridas pelo Visconde de Asseca e seu irmão nas terras deshàbitadas que confinavam com o Rio da Prata, o Conselho Ultramarino foi de parecer, de acordo com o voto do Procurador da Coroa, que no extremo das capitanias de que se fazia mercê se erguesse "uma fortificação capaz de resistência e com tanta gente e segredo que quando soubessem já estivesse pronta para a defesa, enviando-se tambem todos os anos das ilhas, 15 a 20 casais, de todos os oficios para o povoamento dessas terras, que estavam destinadas a ser as mais importantes da Coroa, pela bondade do clima da terra e do natural das gentes" (2).

Conseguida essa concessão, que viria completar as cem léguas impetradas, pediram os donatários fosse nomeado Martim Corrêa Vasqueanes, sobrinho do general Salvador, para exercer o cargo de capitão-mór e governador das suas terras, o que lhes foi deferido em 28 de fevereiro de 1676. No ano seguinte, em 25 de janeiro, dando cumprimento à determinação real apresentou o general Salvador ao Conselho, como

(1) "e tereis entendido que, posto tenha concedido duas capitanias de terras naquela costa ao Visconde de Asseca e a João Corrêa de Sá, se estende da boca do Rio da Prata, que tem principio no Cabo de Santa Maria, e corre pela costa para a parte do Rio de Janeiro, e o mais terreno da boca do Rio para dentro que fica para a parte do sul da linha de sua demarcação, e há de correr pelo interior da terra pertencente à Coroa, onde haveis de formar as povoações que puderem ser, seguindo os casaes que quiserem passar a viver nela, e estas hão de ser sempre realengas, sem terem outro domínio". — (Regimento que o Governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo levou para a Fortaleza do Sacramento do Rio da Prata) Bibl. Nac. Regimentos — (1642-1753) Cod. I — 5, 2, 20. V. Arch. Gen. de la Nacion. *Campaña del Brasil.* — Buenos Aires. 1931-I-67.
(Trad. esp.)

(2) Deu o Conselho o seguinte parecer: "Parece que devem ser feitas as mercês pedidas, fazendo-se primeiro a fortificação para se evitar o dano dos castelhanos, tirando-se a prerrogativa de fazer Villa do Paul de Asseca, para que com a maior brevidade se apliquem às ditas capitanias e fortificação. Lxa. 3 de junho de 1671. *Duque-Malheiros-Dourado-Falcão. Macedo.* A. Lamego. Op. cit. I 120, n. 4.

tutor de seu neto e procurador de seu filho, um requerimento em que solicitava auxílio para erguer a fortificação projetada, e apresentando os nomes de tres oficiais afim de que fosse escolhido um deles para governar a fortificação (1).

Dos oficiais apresentados foi escolhido e nomeado pelo Rei, em 24 de Fevereiro, o capitão de Infantaria D. Gabriel Garcez y Gralha, que era comandante de uma das companhias do Terço de Infantaria do Rio de Janeiro. Em seguida seguiu este oficial para o extremo sul, afim de "reconhecer o marco do Rio da Prata, postado no Cabo de Santa Maria, ilhas, barras, e examinar a melhor paragem para a fortificação", que se projetava.

Nesse entretempo, "Vasqueanes que tinha de construir essa fortificação, requereu logo a entrega de 18 peças de artilharia para sua defesa, e como as terras do sul adicionadas à capitania do Visconde de Asseca e de seu tio, estavam infestadas por muitas tribus indígenas, com as quais havia necessariamente de lutar, para assenhorear-se delas, pediu mais 50 espingardas, 100 mosquetes e arcabuzes, pólvora, munições, armas de gastadores, 50 selas aparelhadas, 100 pistolas e clavinas para uso da companhia de cavalaria que pretendia formar. Provido do que necessitava seguiu para as novas terras onde ia tambem fundar outras vilas" (2).

Apesar, porem, dessas providências iniciais, não conseguiram os donatários povoar as novas terras concedidas, não sendo, nem sequer lançados os fundamentos da fortificação que devia preceder à formação do núcleo de povoamento. Parece que, alem da escassez de meios com que lutariam os fundadores, muito influiu na impraticabilidade do estabelecimento a resolução régia de fundar a nova Colônia do Sacramento, que lhe ficaria imediata, e de que se vinha tratando já desde 1678, com a designação de D. Manuel Lobo para esse empreendimento.

Em 1692 faleceu o 2.º Visconde de Asseca, Salvador Corrêa de Sá, sucedendo-lhe no título, casa e mercês, o 3.º, seu irmão Diogo Corrêa de Sá. Governou este a sua capitania sem confirmação especial da Coroa durante largo período, todo ele cheio de incidentes em suas ter-

---

(1) "Salvador Corrêa de Sá como tutor de seu neto o Visconde de Asseca e procurador de seu filho o general do Estreito de Ormuz, João Corrêa de Sá, donatários das capitanias de São Salvador de Campos, e Santa Catarina de Moz, no distrito da Paraiba do Sul, apresentam neste Conselho um papel por ele assinado em que diz que V. A. lhes acrescentou às ditas capitanias por serem limitadas de 75 leguas de costa na dita repartição do Sul entre o marco do Rio da Prata, onde parte esta coroa e os donatários a quem V. A. tem feito mercê; porque trata de mandá-las povoar e para poder fazer e em segurança necessita de fortificações, e tem feito petição a V. A. pedindo-lhe munições e sustento para a Infantaria e para os Vigários e Ministros da Igreja e ordinários, apontando os meios para este efeito; e porque para conseguir este serviço de se povoarem aquelas terras necessita de pessoas de toda a satisfação, e em nome dos ditos donatários propõe a V. A. o Capitão de Infantaria D. Gabriel Garcez y Gralha em primeiro lugar por nele concorrerem qualidade e mais de 20 anos de serviço, como consta neste Conselho, e entender de fortificações; e em segundo o capitão tambem de infantaria da dita praça Alexandre de Castro, que tambem há mais de 20 anos que o é, e em terceiro o capitão Francisco Mumhoz". B. N. An. cit. 141.

(2) A. Lamego Op. cit. I, 139.

ras da Paraíba do Sul, com o que descurou completamente o que se referia à donataria do Prata. Conseguiu, afinal, lhe fosse confirmada a mercê feita a seus antecessores. Ouvido o Conselho Ultramarino em sua sessão de 26 de maio de 1726 foi de parecer que se lhe adjudicassem as terras da Paraíba do Sul, com 20 léguas de costa e 10 para o sertão, mas que "se lhe não confirmem tambem as 30 léguas que se faz menção até à boca do Rio da Prata" pelo "abandono em que se acham não tendo feito o Visconde e seus antecessores diligência alguma para povoá-las".

De acordo com esse parecer não foi confirmada a posse da capitania do Rio da Prata que, em data de 23 de março, reverteu ao domínio da Coroa, conforme se evidencia da terceira apostila:

"... Hey por bem de confirmar ao dito Visconde de Asséca, como por esta confirmo e hey por confirmada a dita Capnia. da Parahyba do Sul entre as do Espírito Santo e Cabofrio, com vinte legoas de costa para o Certam para que tenha, haja, Logre epessua, dejuro, herdade. elle e todos seus sucessores ascendentes e descendentes a da Cap. aSim Sinalada, e Lemitada com todas as jurisdições, rendas, direitos e pertenças conteudos na Carta de Doação, exceto o que abaixo hira declarado, elhenáo confirmo; pórquanto por Convir asy ameu serviso e o pedir aCauza publica ebom Gov. das terras e povos do Brazil, lhe náo confirmo mayor quantid. deterra q' a sobre d. de 20 Legoas de Costa, e dez para o Certam; e taobem porque o dito Visconde Diogo Corrêa de Sá, nem se pay o visconde Martım Corrêa de Sá, saptisfizerao as clausulas, e condiçoens em q' foi dada a mais terra conteuda nas Postilas, e pela mesma razáo da causa publica lhe náo confirmo a izenção de correição que foi concedida a seo pay", etc. Dada em Lisboa em 23 de março de 1727 (1).

Como fica exhaustivamente demonstrado, pertenceu assim parte do Rio Grande do Sul, durante 52 anos, à capitania doada aos Corrêas de Sá. Se nada puderam fazer pelo povoamento dessa terra, por motivos de toda ordem, despertaram, no entanto, no governo da metrópole, o desejo de solidificar o domínio que pretendia exercer até o Rio da Prata. Com a fundação da Colônia do Sacramento, inicia-se para o Rio Grande, a fase preparatória do seu povoamento, pelo conhecimento mais exato da região, pelas vantagens decorrentes de sua situação previlegiada e pela riqueza de seus campos interminaveis, onde o gado se reproduzia, criando uma indústria nova que contribuiria, decisivamente, para a formação da economia riograndense.

3 — *A tentativa do general João da Silva de Souza.*

Em substituição de Pedro de Melo, que terminara seu triênio de governador da capitania do Rio de Janeiro, foi nomeado, em 5 de julho de 1669, o general João da Silva de Souza, valente soldado que havia ilustrado seu nome nas guerras peninsulares. Vinha para dirigir a capitania com mil cruzados de renda e pelo tempo de três anos.

---

(1) B. N. Cod. mass. I, 2, 4 — Vol. 2.° Doc. C. L. XIII.

Terminado seu governo, em 1672, resolveu a Coroa prorrogá-lo por mais três anos, afim de que desempenhasse a missão que lhe era confiada, secretamente, de levar uma expedição ao Rio da Prata para fortificar e povoar, como veremos, Maldonado ou outro qualquer porto daquele Rio. Fracassando esse intento foi o general João da Silva substituido no governo da capitania por Matias da Cunha, nomeado por C. R. de 23 de agosto de 1674.

Apesar da demorada pesquisa que fizemos em torno dessa tentativa, quase nula é a documentação de origem portuguesa, que encontramos nos arquivos do Rio de Janeiro. Somente, em uma petição relativa às terras de que pretendiam doação, na embocadura do Rio da Prata, o Visconde de Asseca e seu irmão João Corrêa de Sa, por seu procurador general Salvador Corrêa, se faz uma referência ao malogro da expedição, dizendo que para "evitar que os castelhanos se não façam senhores dessas terras e em consideração disso mandou V. A. ordens ao governador do Rio de Janeiro João da Silva que procurasse povoá-las por conta de sua Real Fazenda, o que não fez por não ter as notícias, fazenda pronta, que concorresse naquele Estado, e escravos, índios, e embarcações" (1).

Se isso sucede com as fontes documentais portuguesas ao nosso alcance, o mesmo não se dá com as de origem castelhana, que trazem amplos informes sobre a projetada expedição, como passamos a historiar (2).

Estivera em Buenos Aires um certo Matias de Mendonça, residente no Rio de Janeiro, que procurou com insistência se informar das qualidades das terras, quantidade de gado e outros particulares: "de la otra vanda de este rio grande parana, que confina con los del Brasil, tierra firme". E soube que as terras eram magníficas, e que quanto à "gadaria" vacum superabundava, e por "aquella parte por lo mucho que ha multiplicado lo ha extendido á los extremos, y cercania del mar, de que se infiere que la tierra adentro avrá mucho mas", sendo, segundo, acrescentava o governador de Buenos Aires, em carta de 13 de junho de 1673, ao rei de Espanha, "el cevo y ciñuelc mas prejudicial para que qualquiera nación de las de Europa amigos, ó enemigos, procuren con el pretexto que mejor les estuviere ocupar aquel Parage y Puerto (Maldonado) por desamparado y inabitable" (3).

Conversando ainda Matias de Mendonça com o então corregedor de Buenos Aires e, mais tarde, mestre de campo Juan Árias de Saavedra, mostrou grande interesse em que os portugueses povoassem aquela região e costa, com o que se abasteceriam de grandes quantidades de gado nela existente, sem necessitar do porto de Buenos Aires para o seu comércio. Localizados alı em Maldonado, por exemplo, insinuava Mendonça, facil lhes seria estender, com o auxílio dos índios bárbaros, a troca de seus produtos até Santa Fé. Todos os que contribuissem para isso teriam vantagens especiais. E terminou por convidar a Árias de Saavedra para passar a Portugal a informar ao príncipe das vantagens

(1) B. N. *Annaes* cit. XXXIX, 138.
(2) *Camp. del Bras.* cit. I, 30 a 55.
(3) *Camp. del Bras.* cit. I, 33.

desse projeto de que seria regiamente recompensado. O corregedor não aceitou o convite por entender que prestaria um desserviço ao seu rei.

Chegando ao Rio, de volta de Buenos Aires, e levando minuciosos informes sobre as coisas do Rio da Prata, Mendonça expõe ao governador a conveniência para a Coroa e para o comércio em geral de ter Portugal um porto naquele rio, independente do de Buenos Aires. Isto teve lugar, provavelmente, em princípios de 1672, pois, depondo em abril de 1673, em Buenos Aires, a testemunha João Francisco Rodrigues Estela diz que se encontrava no Rio de Janeiro, "haverá um ano", e que o governador daquela cidade general João da Silva de Souza, por ser ele, testemunha, pessoa que escreve castelhano e tem letra boa, o fisera copiar, um informe que Matias de Mendonça, que havia estado em Buenos Aires, pouco tempo antes, levara para o Rio de Janeiro. No "dicho Informe con diferentes vezinos de esta çiudad que le notiziaron el qual era sobre la calidad de las tierras de la otra vanda de este rio grande parana que confinan con los del brasil tierra firme y el dicho Informe contenia que convendria Poblarse los Portugueses en la Isla que llaman de Maldonado fortificandose en ella y en la tierra firme por aver en dicha isla un puerto muy aproposito y capaz de embarcaciones de mayor y menor porte", etc.

Acrescentava ainda Rodrigues Estela que o informe reproduzia as notícias que Mendonça tivera de Saavedra, a que já fizemos referências. Esse papel foi remetido, depois de assinado pelo governador João da Silva e Matias de Mendonça, ao Conselho de Portugal (Ultramarino) (1).

A resolução do rei deve ter chegado ao Rio em fins de 1672. Determinava a João da Silva e Souza, prorrogando, como vimos, seu governo por mais três anos, aprestasse uma expedição que teria por fim fortificar e povoar um dos portos que melhor se prestasse para assegurar o comércio com o Rio da Prata, escolhendo-se entre Maldonado, Montevidéu, ou ilhas de São Gabriel. Recomendava ainda ao governador, pondo em execução as sugestões de Salvador Corrêa de Sá, que passasse a S. Paulo e dali conduzisse 600 homens e os índios que julgasse necessários para realizar o intento. Era a gente predestinada para essas aventuras, pelo respeito que impunham sua belicosidade e valor.

Outra das testemunhas arroladas em Buenos Aires, o alferes Pedro Marin Flores informa que "solo de la Vila de San Pablo se pueden sacar seicientos hombres valdios y que no hagan falta y es gente muy belicosa y diestros en las armas por que los mas viven de maloquear y hacer guerra a los Indios de la tierra adentro por codizia de apresarlos para servirse dellos y isto lo save por aver estado en dicha tierra durante el tiempo de las guerras asta que tuvo por ocasion de las passes de passar a esta ciudad de donde como dicho es natural y tiene su madre y Hermanos" (2).

A notícia de que se preparava essa expedição alarmou Buenos Aires, tendo chegado por conduto de uma sumaca que, saindo de Santos, tocara no Rio, onde era corrente estar o governador se aprestando para

(1) *Camp. del Bras.* cit. I, 35.
(2) *Camp. del Bras.* cit. I, 36.

a expedição. Conduzia essa embarcação diversos seminaristas de São Paulo. que se iam ordenar em Buenos Aires, dos quais Pedro Godoy Moreira e Bernardo Sanches foram intimados a dar informações, bem como outras pessoas chegadas àquela cidade.

Convocada tambem a "junta de pessoas principais", em 6 de abril de 1673, depois de largos debates em torno da questão, foi a mesma de parecer se mandasse indivíduo competente reconhecer as posições referidas, afim de fortificá-las, evitando delas se apossassem os portugueses. Foi incumbido da comissão o capitão Juan Miguel Arpide, que, em maio desse ano, voltando da expedição, deu detalhados informes sobre as ilhas de São Gabriel, Montevidéu, Ilhas das Flores e Maldonado, onde deixou um padrão com o escudo real.

Em carta de 13 de junho de 1673, dando conta das pretensões portuguesas, o governador de Buenos Aires faz sentir à Coroa espanhola a conveniência de facilitar o comércio com o Rio de Janeiro, afim de possibilitar a permuta de gêneros entre os habitantes respectivos. Seria isso uma condição para a conservação de Buenos Aires, porque acrescentava: "que los de aqui (habitantes de Buenos Aires) son tan portuguezes como aquellos (os do Rio) por non aver seis casas que no les toque el serlos enteramente ó mas de la mitad" e por isto e outras razões se compreende de não terem por adversários aos habitantes do Rio de Janeiro, como estes aos de Buenos Aires (1).

Mas, para a tranquilidade dos governantes platinos não passou a expedição portuguesa do alarido despertado pelas notícias vindas do Rio. Embora desse as providências iniciais para torná-la efetiva, não poude o general João da Silva de Souza realizar o intento que motivara a prorrogação de seu tempo de governo. A capitania estava exhausta: raspados os cofres públicos, que não tinham numerário nem para atender às mais urgentes necessidades da colônia; as tropas sem fardamento e sem disciplina, não havendo tambem embarcações disponiveis para transporte da expedição. Alem disso, o elemento sem o qual nada se realizaria de definitivo na idade média do Brasil, o paulista, cujo ardor bandeirante ainda não arrefecera, preferia, à disciplina enervante das fortalezas, o devassamento das terras longínquas no apresamento dos índios que ainda subiam em massa para Piratininga.

4 — *A expedição de Jorge Soares de Macedo.*

Muito deve, como já salientamos, o povoamento do sul até o Rio da Prata, aos inteligentes esforços de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, continuador de seu pai e avô na administração das minas da Repartição do Sul.

Em 1643, indo ao reino, fez Salvador Corrêa chegar ao conhecimento do monarca a notícia de que na capitania de São Paulo, especialmente em Paranaguá, havia minas de ouro e prata, propondo o descobrimento das mesmas. A febre do ouro dominava a Coroa portuguesa e

(1) *Camp. del Bras.*, cit. I, 31. Vide tambem R. Lafuente Machain. "Los portugueses en Buenos Aires". Buenos Aires. 1931.

facil foi interessá-la a auspiciosa notícia. Encarregando-o da diligência prometeu-lhe El-Rei "quatro mil cruzados para sempre com o título de conde, preconizado antes por prestação de serviços mui distintos, e se as minas rendessem de 500$ cruzados à Coroa, o título de marquês e cinco por cento de todo o ouro que nas minas se tirasse, por cujo motivo no tempo de seu governo trabalhou-se com muita atividade nas pesquisas das escondidas preciosidades (1).

Embora as explorações realizadas não lograssem o resultado prático que delas se esperava, serviram para se estender mais ao sul o povoamento do país, com a afluência àqueles lugares de grandes levas de mineradores. Data daí a fundação de Paranaguá em 1647, e, mais tarde, seu predicamento à vila, em 1653. Penetrando o interior os paulistas que devassavam o sertão à cata de ouro estanciavam, em seus poisos de inverno, no sítio em que foi fundada Curitiba, elevada à vila em 1654.

Mas, a ilusão da Coroa portuguesa não se desvanecera ainda, apesar dos insucessos da mineração de Paranaguá, insistindo se fizessem averiguações, pois se supunha que aqueles proviessem da falta de técnicos competentes.

A Carta Régia de 28 de outubro de 1677 manda passarem ao Rio de Janeiro e daí a Paranaguá o administrador geral das minas D. Rodrigo de Castelbranco e seu auxiliar Jorge Soares de Macedo que, desde 1673, estavam na Baía explorando os veieiros auríferos de Itabaiana. Outra C. R., dirigida a Soares de Macedo, (4-XII-1677) secunda a ordem acima, determinando que, com D. Rodrigo, passe às minas da Repartição do Sul. Levaria consigo, como prático de mineração João Alves Coutinho que, no caso de Soares Macedo desempenhar outra comissão de que fora incumbido, ficaria com D. Rodrigo. (C. R. 7-12-1677) (2).

Determinava mais El-Rei que, averiguado não existirem no distrito de Paranaguá minas de ouro ou prata, passassem aqueles funcionários a S. Paulo e daí à Serra de Sabarabussú para procederem à mesma diligência. Levaria para esse fim Jorge de Macedo um contingente de 50 homens, com preferência sertanejos, já conhecedores da região.

Expediram-se, para o caso, copiosos regimentos especiais, delimitando as funções de todos os componentes da expedição. E se por ventura viesse a faltar D. Rodrigo, a C. R. de 7-XII-77, dirigida como a anterior ao Vice-Rei, na Baía (3), determinava que "tendo em consideração a idade e os achaques de D. Rodrigo, por falecer ou por não poder passar aquelas partes ha de administrar seu cargo o tenente-de-general Jorge Soares de Macedo, para o que lhe passará (o Vice-Rey) as ordens necessarias".

Como de fato, D. Rodrigo procurou dar cumprimento às ordens reais, enquanto Soares de Macedo desincumbia-se de outra missão, que lhe fora dada por El-Rei, sob a aparente descoberta das minas da Repartição do Sul, historiada a seguir.

---

(1) Antonio Vieira dos Santos — *Memória histórica da cidade de Paranaguá*, 1850. — Curitiba. — 1922.

(2) Arq. Nac. Coll. 60 — *Provedoria da Fazenda* — 5.° — 79.

(3) Bibliot. Nac. Cod. mss. I — 4, 3, 57 — *Corresp. dos Vice-Reis*, na Baía.

Em fins de maio de 1680, em S. Paulo, para onde se dirige, pela segunda vez, Dom Rodrigo de Castelbranco convoca os homens bons da terra para "os levar ao encontro das pedras verdes, que Fernão Dias descobrira aos olhos cupidos da metrópole lusa" (1). Só em março do ano seguinte conseguiu o fidalgo administrador organizar a sua leva que se compunha de 200 índios, tendo como chefe da expedição Matias Cardoso, com a patente de tenente-de-general, e André Furtado, com a de capitão.

Penosa e, para si, fatal, foi a expedição de D. Rodrigo. Em meados de 1682 "no Sumidouro, arraial de S. João, encontrou o fidalgo castelhano o fero Borba Gato, o formidavel genro de Fernão Dias com os restos da bandeira do grande paulista". Deu-se aí o assassínio do administrador geral, pelo chefe da bandeira, fechando-se desta forma o trágico capítulo, escrito nas verdes escarpas de Sabarabussú pelo sonho imortal do Caçador de Esmeraldas.

Jorge Soares de Macedo nasceu em Óbidos, Portugal, em 1634. Pertencia a uma das mais ilustres e nobres famílias daquela terra, sendo primo-irmão do fidalgo D. Rodrigo de Castelbranco. Aos 18 anos, em 1652, em uma armada que se dirigia ao Brasil, veio como praça de soldado, iniciando assim o seu serviço militar. Voltando ao reino, já promovido a alferes, distinguiu-se notavelmente em todas as campanhas militares da época, como o demonstra a sua brilhante fé de ofício, existente no Arquivo Nacional, que trasladamos na íntegra (2).

Quando, em 1673 foi cometido a D. Rodrigo o encargo de administrar as minas de Itabaiana, descobertas na Baía, veio com este, para ser o contador delas, com o posto de capitão de uma fortaleza que se pretendia formar. No desempenho da sua comissão penetrou os sertões brasileiros, percorrendo-os mais de 1.000 léguas, e tendo assim uma noção precisa das condições do nosso *hinterland*. Com esses elementos de informação voltou Jorge Soares de Macedo ao Reino, provavelmente em 1676, afim de pessoalmente dar conhecimento à Coroa das observações que fizera na utilidade do serviço real.

---

(1) Alfredo Ellis Junior — *O Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* — Typ. Piratininga — S. Paulo. 217.

(2) Arq. Nac. Col. 60 — *Provedoria* — Liv. 5.°, fls. 80. Registo da Carta patente do posto de tenente de Mestre de Campo gal. de Jorge Soares de Macedo — "Dom Pedro por graça de Deus principe de Portugal e dos Algarves da quem e dalem Mar em Africa de Guiné e da conquista navegação e comercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India & Como Regente e Governador dos ditos Reinos e Senhorios fasso saber a de que esta minha Carta patente virem que tendo respeito ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa de Jorge Soares de Macedo e aos serviços que me tem feito de mais de vinte cinco anos a esta parte de soldado, Alferes, Ajudante e Capp. de Infantaria embarcandosse para o Brasil no anno de seis sentos e cincoenta, e dois em hua Armada que passou aquelle estado em que fez sua obrigaçáo, e voltando a este Reino acharse na Provincia de Alentejo no exercito que se formou para socorro da prassa de Olivenssa, Restauração da de Mouráo, citio de Badajós, escallada de Talveira, no citio da cidade de Elvas Campanha de Aronches, e Jurumenha, e na ocaziáo em que veyo o Duque de Sam Germáo a Campo Mayor com mil e duzentos cavalos achandosse tambem em Portoalegre seis mezes de guarniçáo com o terço de Cascais de que hera ajudante por se entender que hera o inimigo... no Recontro de odegebe Batalhando — Ameixal, Escalada do Forte de Santo Antonio de Euora, em sua Restauração na toma de Valença de Alcantara, Batalha de mon-

Na Corte foi incumbido por El-Rei de "hir a Seuilha con orden minha, diz o monarca, a hum negosio particular do meu Seruisso, em que se houve com bom acordo". Veremos adiante, como tudo leva a crer qual seria essa missão de carater particular de S. Alteza, confiada ao experimentado sertanista, que vinha da colônia.

Voltando, Jorge Soares recebe a sua patente de tenente-de-mestre-de-campo-general "ad-honorem", com exercício e governo de Infantaria que passar ao descobrimento das minas de Pernaguá e Sabarabossú da Repartição do Sul, para onde fora, juntamente com D. Rodrigo, mandado por ordem real.

Depois do insucesso do povoamento do Rio da Prata, cometido ao general João da Silva de Souza, como fica historiado, fora presente a El-Rei, e mandado a parecer do Conselho Ultramarino, em janeiro de 1677, o requerimento do Visconde de Asseca sobre a fortaleza que pretendia erguer, nas proximidades do Rio da Prata ,para garantir a colonização de suas terras. Levando ao príncipe notícias não divulgadas das suas entradas pelo sertão fora, naturalmente, objeto dessas conversações de Soares de Macedo com o monarca o povoamento do sul do Brasil. E, possivelmente, essa ida a Sevilha, em serviço particular do soberano, prender-se-ia à missão que, mais tarde, seria confiada à sua experiência de soldado e sertanista, toda ela envolta em mistério e levemente aflorando da documentação da época.

Ressalta de toda a correspondência régia que havia, sob a capa de mineração na Repartição do Sul, duas incumbências nitidamente distintas, respectivamente, para Dom Rodrigo e para Jorge Soares. A do primeiro, que teve o epílogo sangrento do arraial de São João, atinha-se realmente a assuntos de mineração. A do segundo, mais ampla e importante, era a penetração para o sul e o povoamento, longamente ambicionado, da parte setentrional do cobiçado estuário do Prata.

Precavendo-se, porem, contra qualquer surpresa se chegasse ao conhecimento de Castela a incumbência que levava o tenente-de-general, usa o príncipe, em toda a correspondência sobre o assunto, dos mais cui-

---

tes claros escalada de Alcaria de Gusmáo, toma de Parinogo, San Lucas de Guadiana, Gilberliáo e trigueiros, e assistir de guarniçáo em Beja e extremós pera se impedirem entradas e hostilidades ao Inimigo, hindo despois acompanhar o seu Mestre de Campo a reconduçáo do terço referido em que se houve com limpesa, como tambem embarcar-se em hua Armada que sahio a correr a Costa, a cargo do general Pedro Jaques de Magalháes, e assistir na guarniçáo da praça de Cascais e passar despois ao brazil com o cargo de contador das minas de Itabayana e capitáo da fortaleza que se havia de formar /hauendoas/ em companhia do administrador geral delas Dom Rodrigo de Castelbranco e nesta dilligencia obrar tudo com particular zello do meu seruisso andando pello sertáo daquele estado perto de mil legoas, e ultimamente voltar ao Reino na Náo de Sáo Pedro de Rates a modar conta do que se obrara na dita dilligencia e hir a Seuilha com ordem minha a hum negosio particular do meu Seruisso em que se houve com bom acordo, e nas ocasióes referidas co valor e satisfaçáo; por esperar dele que em tudo o de que se encarregar me seruirá com a mesma e muito a meu contentam. Por todos esses respeitos: Hei por bem, como me apraz de o nomear /como por esta nomeio/ por Tenente de Mestre de Campo General ad-honore, com o exercicio e gouerno da Infantaria que passar ao descobrimento das Minas de Pernaguá e Sabarábosú da Repartição do Sul, com o qual posto gosará de todas as honras", etc. Dada em Lisboa, a 30 de outubro de 1677.

dadosos termos, para que deles não transpareça a verdade. É o que se vê da C. R. de 19 de Dezembro de 1677 dirigida a Jorge Soares (1).

Já aí se descobre, nas entrelinhas, o objetivo principal da incumbência. D. Rodrigo poderia ficar no sítio que melhor lhe parecesse, em companhia do minerador João Coutinho: "Nas ordens que vão ao administrador Dom Rod. de Castelbranco pa. em vossa Comp. passar às Capitanias da Repartição do Sul para efeito de fazerem deligencias as Minas de Pernaguá, com sua falta às da Serra de Sabarabosú se prevenio que sendo caso que por seus achaques o impossibilite a poder passar a penetrar os certões das ditas capitanias, fique no citio que lhe parecer em que possa fazer alguma experiencia com João Alvz. Coutinho que ordeno vá em sua companhia..."

Outra era a missão de Jorge Soares. Advertências lhe tinham sido feitas, quando de sua estada no Reino, sobre a incumbência que trazia. Era a de procurar sítio, e se localizar nele, dando conta a sua Alteza e ao governador do Rio de Janeiro, afim de ser tomada uma resolução ulterior. Para esse efeito levaria consigo, o povoador, as pessoas que julgasse necessárias à empresa.

É o que diz a carta citada: "e vos por conueniência do meo seruisso ena forma das aduertencias que aqui se vos fizeráo, passareis a descobrir e penetrar aqueles Certóes por se dizer que poderia neles aver o que se procura, e tomadas as notisias com atençáo aos sitios que descobrires e do que mais achardes me dareis conta, e o mesmo fareis ao Gen. do Rio de Janeiro Dom Manoel Lobo (2) pera que enformado por ambos possa dispor o que ouver por bem, e pera esta jornada que fizeres leuareis aquelas pessoas que vos parecerem mais conuenientes, e que tenháo já penetrado aqueles certóes, as quaes segurareis que deste seruisso que me fizerem em vossa companhia poderáo esperar de minha remuneraçáo e quando vos seja necessaria ajuda e favor para este efeito ordeno aos capitáes-mores das ditas capitanias oficiaes de guerra, justiça e fazenda, e aos oficiaes das camaras vos dê o que lhes pedirdes que asim o hei por bem e de vossa Experiencia e zelo espero que neste negosio procedais tanto a meo contentam. que tenha logar de vos fazer mercê. Escrita em Lxa. aos dezanove de Dez.bro. de seis centos e setenta e sete. — Princepe para o Thenente general Jorge Soares de Macedo".

Estava o tenente-de-general Jorge Soares de Macedo no desempenho de suas funções quando, em Santos, para onde se dirigia, recebe como aditamento às ordens reais, a incumbência de se transportar a título ainda de descobrimento de minas, ao Rio da Prata, onde, nas ilhas de São Gabriel, ou em "sítio cômodo" deveria fazer uma fortificação para segurança tanto do porto do Rio da Prata, como do povoamento da terra

---

(1) Arq. Nac. Coll. 60 — *Prov.* Vol. V., fls. 90.

(2) Em concorrência com Aires de Souza de Castro e Bernardino de Tavora Tavares, propostos pelo Cons. Ultram. em 10 de junho de 1677 para governador do Rio de Janeiro, havia sido em data de 21 de agosto, nomeado para o cargo, por El-Rei, Dom Manuel Lobo. Mas, é interessante o fato de sua carta patente de nomeação para esse cargo, existente no Arquivo Nacional e adiante transcrita, só ter sido expedida em data de 8 de outubro de 1678, quase quatorze meses depois do ato inicial da Coroa.

(1). Em 5 de agosto de 1678, Soares de Macedo, que fora ao Rio de Janeiro, daí comunica a El-Rei que se aprestava para a diligência que se lhe incumbira.

Mas, pesando mais maduramente o assunto, que demandava maiores proporções, resolve D. Pedro II cometer a empreitada à experiente competência de D. Manuel Lobo, que fora despachado governador do Rio de Janeiro. Demorados e escassos os meios de comunicação da época, ignorava a Corte, ainda em novembro desse ano, se Jorge Soares conseguira atingir o objetivo visado. Em 12 de novembro, seis dias antes das Instruções baixadas a D. Manuel Lobo, em C. R. ao Vice-Rei, Roque Barreto, comunica à Coroa que determinara a D. Manuel Lobo passasse ao Rio da Prata afim de fundar povoação, mas, "se Jorge Soares estiver no sítio de São Gabriel, então, caso morra D. Manuel Lobo, entregue a via a Matias da Cunha (2) para que a abra e execute o que havia de fazer D. Manuel Lobo, porque estando descoberta esta jornada sem atenção a execute, e ainda que Jorge Soares não tenha passado ao sítio de S. Gabriel, porque neste caso se hade Jorge Soares avistar com Mathias da Cunha, primeiro para ir em sua companhia como havia de fazer com D. Manuel Lobo, o que disporeis por vossa instrucção para que assim o execute e fique o mesmo Jorge Soares governando aquella praça" (3).

Não pretendia o monarca desgostar a Jorge Soares pela diminuição que sofrera na empresa, recomendando a D. Manuel Lobo a habilidade necessária no caso, pois seria aquele o eventual continuador da obra, se não seu executor principal. As instruções detalham a ação do ilustre fundador da Colônia do Sacramento. "E se em caso de antes da partida do Rio de Janeiro. Demorados e escassos os meios de comunicação da época, gardes a essa praça que está fortificado em S. Gabriel, o mandareis socorrer em tudo que puderdes e for possivel, partindo-vos logo sucessivamente após esse socorro, sendo em tempo de monções e enquanto não as tiverdes deveis ir repetindo todos os socorros por mar, *sem avisardes que ides em pessoa, nem dardes a entender*" (4). E acrescenta que se Jorge Soares não houver passado a S. Gabriel, que não o faça, ficando nas minas de Paranaguá, de onde iria ao Rio de Janeiro se entender com D. Manuel Lobo. E ainda "dar noticias do que houver encontrado particularmente nas minas e do mais que lhe eu havia encarregado, sem fazer a diligencia que se havia recommendado se execute no sitio do Rio da Prata, e caso não tenha chegado a elle, como acima se diz, vindo ao Rio de Janeiro informar-vos, o levareis comvosco na forma que vos tenho ordenado, *sem mostrar-lhe attenção alguma, nem dar-lhe a entender que seu intento foi reprovado...*" (4).

Antes, porem, que chegasse ao seu conhecimento a modificação do plano preestabelecido agia Soares de Macedo com presteza para a execução das ordens reais. Em Santos, onde se achavam, publicava D. Rodrigo um bando em que dava a conhecer as ordens que tinha Soares de

(1) *Instr.* a D. M. Lobo. Bibliot. Nac. Cod. Cit.
(2) Governador do Rio de Janeiro desde 1674.
(3) *Corresp. Vice-Rey* Cod. Cit. Arquivo Nacional.
(4) O grifo é nosso.

Macedo de penetrar até o Rio de Buenos Aires", convocando para a empresa os paulistas que a ela quisessem aderir, aos quais prometia mercês, tenças e honras. Em 15 de janeiro de 1679, em São Paulo, onde conseguira arregimentar luzido corpo de expedicionários, passava o tenente-de-general patentes aos paulistas Braz Rodrigues Arzão, de capitão-mor da gente da Leva, e a Antonio Afonso Vidal, de sargento-mor da mesma gente. Juntou-se-lhe o escol dos sertanistas da terra bandeirante, sob o comando experimentado do alferes Mauricio Pacheco Tavares, alem de 200 indios conhecedores do sertão, frecheiros e arcabuzeiros. Como Provedor do corpo militar ia o capitão Manuel da Costa Duarte, cidadão de São Paulo, e o escrivão Antônio Pereira (1)

Para os aprestos da expedição providenciou Soares de Macedo junto às autoridades das povoações do sul, no sentido não só de aprovisionamento da frota, como tambem no de conseguir pessoal apto ao serviço real.

Recebera para isso a importância de 5.000 cruzados, e armazenara grande quantidade de gêneros alimentícios. Ao sair de Santos conduzia, para mantimento da gente da leva nos primeiros tempos no Rio da Prata, 3.000 alqueires de farinha, 300 arrobas de carne de porco, 100 alqueires de feijão, 8.000 varas de pano de algodão, 23 arrobas de fio torcido em três linhas e duas de fio singelo.

A Vila de São Francisco foi uma das que contribuiu com gêneros para a expedição. "Em 6 de abril de 1679, D. Rodrigo de Castello Branco, segundo um oficio desta data, accusa em Paranaguá, o recebimento de 650 alqueires de farinha daqui remetidos por ordem do tenente-de-general Jorge Soares de Macedo, quando por aqui passou para a descoberta das minas do sul de Paranaguá e Rio da Prata. Esta farinha ia por conta dos tres mil alqueires que a Camara se obrigou a fornecer à mesma expedição" (2).

Luzida e aparatosa se pusera a expedição. Sete sumacas, cheias de gente, largaram do porto de Santos em 10 de março de 1679, rumo ao Rio da Prata, tendo por capitão-mor de todas as embarcações a Manuel Fernandes, afeito aos mares do sul.

Encontráram, porem, mares tormentosos a que não resistiram as frageis velas e, por duas vezes, batidas pelos temporais, tiveram de arribar novamente a Santos.

Mais infeliz se lhes deparou a terceira tentativa. Saindo de Santos, as sete sumacas se lançaram ao mar. Sobreveio, no entanto, tempestade maior do que as anteriores já afrontadas. A flotilha foi dispersada. Quatro sumacas conseguiram aproar novamente a Santos, mas três delas, por vários dias, foram consideradas perdidas. Numa das quatro que conseguiram surgir em Santos, quase desarvorada, vinha o tenente-de-general Jorge Soares de Macedo, que via frustrada toda a ação que desenvolvera para dar cumprimento à ordem real.

---

(1) Balthazar da Silva Lisbôa — *Anais do Rio de Janeiro* — Rio de Janeiro — 1835 — T. II, pags. 246 a 251.

(2) L. A. Boiteux — *Notas para a História Catarinense*, Florianópolis — 1912, pág. 171.

Só muito tempo depois teve o chefe da expedição conhecimento de que as três sumacas desaparecidas tinham ido dar à deserta Ilha de Santa Catarina, onde desembarcara o pessoal que conduziam.

Ainda em Santos, abatido pelo malogro da expedição, teve o tenente-de-general conhecimento das ordens régias, referentes a D. Manuel Lobo. Eram aquelas terminantes no sentido de não prosseguir na expedição sem primeiro se avistar com o futuro fundador da Colônia. Tratou logo de dar cumprimento à determinação real. Na falta de monção empreendeu por terra a viagem para o Rio de Janeiro. Em caminho, porem, recebeu cartas de D. Manuel Lobo (1).

Fazia-lhe ver o maneiroso fidalgo que serviço de valia prestaria Soares de Macedo "na assistencia da Ilha", recomendando-lhe que nela mandasse fazer cal, telha, tijolos, cestos, carvão, "herva provechosa", canoas, e carrinhos de fortificação, com toda a madeira lavrada e tabuado que fosse possivel, tudo necessário à Colônia que se ia situar nas ilhas de São Gabriel. Fez-lhe tambem vários avisos de que, na ocasião oportuna, faria passar na Ilha uma das embarcações em que seguiria para o Rio da Prata, afim de que o acompanhasse Jorge Soares, na expedição (2).

Chegando a Santa Catarina, desde o primeiro golpe de vista, compreendeu logo o tenente-de-general Soares de Macedo o valor estratégico da Ilha, máxime tendo-se em vista o povoamento do sul até o Rio da Prata. Seria um ponto excelente para o aprovisionamento dos estabelecimentos que se fossem fundando, ao mesmo tempo que uma paragem de estágio nas longas e incertas viagens para o extremo meridional da colônia.

Disputada pelos estrangeiros, cujos navios bastas vezes nela aportavam, a Ilha de Santa Catarina não poderia ficar despovoada, convindo nela permanecer a gente que o chefe da expedição alí deixara.

Essa preocupação dominou sempre a Jorge Soares. Quando escreveu a El-Rei, em 15 de dezembro, depois das agruras de sua prisão, ainda repisa a necessidade da conservação do povoamento da Ilha: "Escreui ao administrador geral das minas D. Rodrigo de Castelbranco visse o meio que pudesse auer para que a gente que ficou na Ilha de Santa Catarina se pudesse alí conservar até ordem de V. A. respeitando a utilidade que auia em a Ilha estar pouoada para a conservação das pouoações que se intentão desta banda" (3).

Infelizmente assim não aconteceu, pois, por ordem do desembargador sindicante João da Rocha Pita, datada do Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1680, foram mandados recolher para São Paulo os soldados e os índios, que alí se encontravam, remanescentes da expedição de Jorge Soares (4).

Prometera D. Manuel Lobo várias vezes, determinando a Jorge Soares que estanciasse na Ilha que, ao cruzar por aquelas alturas, rumo ao

(1) *Arc. Gen. de la Nac. Camp. del Bras.* cit. 183. Depoimento Fr. Lorenço da Trindade.

(2) B. N. Anais XXXIX cit. 162 Carta de Jorge Soares, de B. Aires, 15. de dezembro de 1682 e 20 de janeiro de 1683, ao principe D. Pedro.

(3) *Camp. del Bras.* cit. T. 1 — 279.

(4) B. da S. Lisboa. *Anais* cit. 251.

Rio da Prata, destacaria um dos navios de seu combóio para os transportar, em sua companhia, até a paragem que ali deveria ser povoada.

Ao chegar a Santos viu, porem D. Manuel Lobo, ser inexequivel o que estabelecera. Compunha-se sua frota de navios grandes e não seria conveniente, afim de evitar danos possiveis, se aproximar muito da costa. E fez disto aviso a Soares de Macedo, que o comunica a El-Rei: "e assim determinaua fazer-se tanto ao mar que não podesse ter uista da terra, mas que a do Cabo de Santa Maria ou Ilha dos Lobos do Rio da Prata para honde eu tambem poderia hir, se me aparecesse huma de 2 sumacas, que a minha ordem hauião de aportar na Ilha de Santa Catarina carregadas de mantimentos e que nellas mandasse metter tudo o que podesse da fabrica do armazem que aly tinha e auia mandado fazer por seu auizo..." (1).

Recebendo essas notícias faz o tenente-de-general reunir o conselho dos oficiais e pessoas gradas da expedição para resolver como fosse de melhor acerto. Foram convocados para ele os capitães Francisco Dias Velho, José Dias Franco Pires, João Freire Farto, o alferes da companhia paga Mauricio Pacheco e os padres capelães Frei Lourenço da Trindade e Frei Feliciano de Santa Rosa.

Cientificou-lhes o tenente-de-general da correspondência trocada com D. Manuel Lobo, e da impossibilidade em que se via de seguir agora com toda a tropa. Unânime foi o conselho. Jorge Soares deveria seguir embora só em uma das sumacas que se anunciava, afim de prestar a sua assistência, como lhe fora determinado pelas reais ordens que recebera. De chegada às Ilhas de São Gabriel providenciaria com urgência no sentido de conseguir condução para os que ficavam. E tal se afigurava a necessidade de sua presença junto a D. Manuel Lobo que, no caso de não virem àquele porto as sumacas que se esperavam, deveria o chefe da expedição fazer por terra, embora padecendo os maiores riscos. E lavrou-se auto circunstanciado do parecer do Conselho.

Em fevereiro chegava, finalmente, à Ilha uma das sumacas esperadas, que vinha da Cananéia com mantimentos, destinando-se à nova Colônia. Unicamente com a gente de seu serviço nela embarcou Jorge Soares. Levava um sargento e dois soldados. Deixou, porem, ordem que na outra sumaca que aparecesse "se embarcasse da fabrica tudo que coubesse e trinta índios, oficiaes para o que fosse necessario na pouoação noua deixando a demais gente e fabrica de V. A. encarregada aos oficiaes de milícia que ali assistiam", informa a El-Rei na citada carta.

Depois de um ano e meio de trabalhos exhaustivos e de adversidades sem conta ia o substituto eventual de D. Manuel Lobo cumprir a sua missão, cujo epílogo seria ainda o complemento de todas as adversidades anteriores.

Em 13 de fevereiro de 1680, sairam os expedicionários pela barra sul da ilha de Santa Catarina, em demanda do Rio da Prata. Em uma canoa grande ia um grupo de índios, alguns soldados e uma negra.

Péssima foi a viagem desde o início. Saindo ao mar, ventos contrários bateram rijamente a pequena embarcação. "Nos pozemos em 4 sangraduras, na altura dos 33 1/2", informa Jorge Soares. A 20 avistaram

(1) B. N. An. cit. 162.

a terra da boca do Rio da Prata e Ilha dos Lobos, mas por falta de prático e de piloto andaram três dias "obrigados tambem da corrente das aguas, que era grande, sem poder montar a ponta de Maldonado", que muitas vezes tiveram à vista.

Rondando "o vento a Osueste que aly he travessia, cresceo com tanto impeto que sem remedio humano, não podendo montar o cabo de Santa Maria, chocamos com as penhas delle, donde se perdeo a sumaca mizeravelmente". Eram duas horas da manhã do dia 24 de fevereiro quando se deu o naufrágio. Perdeu-se nele, com a sumaca, tudo quanto levavam, bem como todo o mantimento que se destinava à Colônia, "perdendo naquelle logar com o pouco que possuia todos os papeis e documentos que leuaua para que constasse ao Gouernador Dom Manuel Lobo, as razões que me obrigarão á viagem por mar e gastos que nella hauia feito da fazenda de V. A.", informa ainda o infortunado oficial.

Os náufragos salvaram-se alguns a nado, outros sobraçando tonéis e pranchas de madeira com as quais foram atirados à praia que é alí arenosa e longa. Deu-se a ocorrência na altura do antigo cabo de Santa Maria.

No dia seguinte, sem que houvessem ainda tomado uma resolução definitiva, em volta de fogueiras que tinham aceso, aguardavam os náufragos as ordens do comandante. Surge, então, ao sul do cabo, uma pequena embarcação de três velas, à qual fazem sinais para que se aproxime da praia. Era a canoa grande, pilotada pelo prático Antonio D'Eça, e aproveitada por Jorge Soares para ir até às ilhas de São Gabriel levando alguns índios, quando, mandada por correspondência por D. Manuel Lobo, de Santos, aproara à Ilha de Santa Catarina.

Saindo juntamente com a sumaca, enquanto esta, não podendo suportar o mau tempo reinante na costa, fazia-se ao mar alto, viera a pequena embarcação beirando o litoral e abrigando-se nas pequenas reentrâncias da terra.

Reconhecendo, pelos destroços, a sumaca perdida, e atendendo aos chamados insistentes dos náufragos, a embarcação aproximou-se, dando fundo na extremidade sul do cabo. Jorge Soares e Leonel da Gama, a nado, foram parlamentar com o piloto.

Retiraram da embarcação os mantimentos de que tinham já urgente carência, pela perda total dos da sumaca: farinha de mandioca, carne seca, toucinho e água, transportando-os para a praia. Em seguida determinou o chefe seguisse a canoa até Maldonado, onde esperaria a chegada dos náufragos que até alí seguiriam por terra. Fez dela desembarcar sete índios, substituindo-os por número igual de marinheiros da sumaca, e uma escrava negra, doente, que viera nesta embarcação.

Chegando a Maldonado, consoante as ordens que dera, aí encontrou a canoa. Embarcou nela toda a sua gente, e navegaram assim um dia. Mas, "experimentando os riscos que a ameaçavam pela muita carga de gente, e não podel-a aguentar", saltaram novamente à Terra, determinando Jorge Soares que a embarcação, com os marinheiros e a negra, seguisse para a ilha de São Gabriel, dando aviso a D. Manuel Lobo do ocorrido, enquanto ele com os portugueses brancos e índios ao todo 24 pessoas, continuariam a viagem por terra.

Caminhavam já alguns dias, curtindo os rigores dessa paragem deserta, quando, no dia 5 de março, na altura da Ilha das Flores, se lhes deparou um troço de índios, armados de arco que, pela praia, seguiam em sua direção. Tambem nas altas barrancas, que a circundam, outros grupos apareciam, com aspecto hostil. Ao princípio lhes pareceram índios selvagens, preparando-se os expedicionários, que se haviam armado com quatro espingardas trazidas pela canoa, para resistir quanto possivel.

Mais próximos, porem, reconheceram, quando Frei Lourenço da Trindade lhes falou na língua geral de que era senhor, serem moradores de alguma redução dos Jesuitas. Em seu depoimento narra o religioso franciscano miudamente o sucesso: "Les oyo desir a dhos Indios en la lengua guarani qe. Entiende quienes son bosottros Y les Respondio qe. Eran portuguezes, Y preguntandoles a dhos. Indios cuyos Eran y de que dottrinas, Le respondieron de primera Instancia qe. de los Frayles de Santto Domingo Y apurandola matteria, Y non dandoles Credito le bolvieron a desir qe. eran de las dottrinas de los padres de la Compañia y qe. serca de alli estaban dos Religiossos della — Y el dho. thent. Con esta notticia Les escrivio un papel, abisandoles del sucesso de superdida Y estado En qe. se hallava" (1).

Seguiram, eles, então, aos índios que iam em busca de seus padres para lhes relatar o acontecido. No dia seguinte encontraram o grosso da patrulha jesuítica, forte de 800 homens de armas. Dirigiam-na os padres Domingos Rodiles e Jeronimo Delfim, dois jesuitas espanhóis da redução dos Reis Magos, do Japejú.

Não era por mero acaso que alí se achava a consideravel patrulha jesuítica. Apesar de todo o sigilo com que havia sido feito o recrutamento, que tinha por objetivo ostensivo o descobrimento das minas da Repartição do Sul, espalhara-se logo em São Paulo o motivo real daquela bandeira marítima: o povoamento de um sítio no Rio da Prata.

Rápida, a notícia voou ao Paraguai, levada por um fugitivo aos maus tratos de ousado bandeirante, como passamos a historiar.

João de Peralta, natural de Vila Rica, em 1635 ou 36, uma das vezes que esta povoação de Guairá foi invadida pelos mamalucos, criança ainda de peito, juntamente com sua mãe, cativa, havia sido levado para São Paulo. Alí viveu perto de 40 anos. Em uma dúvida que teve com Francisco Pedroso este lhe deu um tiro, ferindo-o gravemente. Restabelecido, Peralta fugiu de São Paulo, indo dar, depois de uma série de trabalhos e sofrimentos, em Assunção, no Paraguai.

Deu, alí, ao governador espanhol, várias notícias relativas aos paulistas que intentavam entrar pelo sertão mais a maloquear índios que à cata de ouro, porque, acrescentava: "no acen mucho caso ellos del oro Y que quieren mas maloquear indios" (2). Dentre todas, porem, a nova mais impressionante era a povoação que os portugueses iriam fazer em Montevidéu, ou em outro ponto mais para dentro da terra, para cujo efeito "vino de Portugal el Doctor Juan de rrocha pita desenbargador de pasos con despachos de Juez en lo civil y criminal en el estado del brazil

(1) *Camp. del Bras.* — cit., 184.

(2) A. G. de la Nac. — *Camp. del Bras.* I, cit. 76.

y titulo de sindicante del rrey y amplios poderes para el despacho de todo el necessario à la fundacion pretendida, fuera deste an benido de Lisboa Don Rodrigo Castelo blanco fidalgo portuguez quien que antigamente estuvo en las minas de los lipes y en el cuzco y otras partes del perú nombrado por el princepe Dom Pedro Maestre de Campo de toda la gente que fuese a poblar en la costa de Montebidio y trae por su theniente a Jorge soares macedo". E acrescentava o informante que em 14 barcos que entraram em Santos e São Vicente se havia embarcado o tenente Jorge Soares com 80 soldados que vieram da Baía (1) e 30 portugueses do distrito de São Paulo e que, alem destes, ordenara Rocha Pita que toda a aldeia que chamam Barberipe, constante de mais de 300 famílias se despovoasse para se transportar à nova colônia que se ia fundar no Prata. De outra aldeia, que teem os padres da companhia, tirou tambem o sindicante 111 pessoas entre as quais muitos oficiais de ferreiro e carpinteiro, que tiveram ordem de embarcar. Com os demais tambem seguiram Francisco Dias Velho, homem rico, com 80 índios de sua casa, Manuel da Costa Duarte que levou outros 15 índios, e os 30 portugueses levaram, cada um, três ou quatro índios.

Peralta informava ainda que a armada, segundo se dizia, iria sondar a costa de Montevidéu, mas segundo carta que vira, de Felipe de Campos, português poderoso, escrita a um filho, que era cura da Candelária, muitos eram de parecer "que fundasen en medio de la tierra y asi se juzgava que era muy factible que la Armada hubiese entrado por el rrio grande del ygay que desenboca en el mar en trinta e dos grados o por otro Rio" (2), porque tendo a armada saido a 3 de fevereiro (aliás 10 de março, como vimos) nada se sabia ainda em Buenos Aires naquela data (outubro).

Como é natural, a notícia causou sensação nos meios castelhanos. O governador do Paraguai, D. Felipe Rexe Corvalan a transmitiu, imediatamente, em carta de 22 de outubro de 1679, a D. José de Garro, governador de Buenos Aires.

Por outro lado, o padre Cristovão Altamirano, superior dos Jesuitas, faz a mesma comunicação, temendo a incursão dos bandeirantes sobre o território das reduções do Uruguai, para cuja defesa pede armamento e munições (3). Aparelhado de elementos e de ordens especiais para a facção, e depois de organizar um contingente de 3.000 índios das diversas reduções sob seu comando, o padre Altamirano fez sair uma patrulha sob as ordens dos padres Delfim e Rodiles que avançou até as imediações do Maldonado. Foi aí, como fica exposto, que foram aprisionados o tenente-de-general Jorge Soares de Macedo e seus companheiros de expedição.

---

(1) A Ordem Régia de 30-XI-77 determinava dar a Jorge Soares um capitão e 30 soldados do presidio da Baía, ordenando a Mathias da Cunha, governador do Rio de Janeiro que, no que chegasse àquela praça esse oficial lhe fornecesse mais um alferes e 20 soldados do presidio do Rio de Janeiro. A ordem era dirigida ao Vice-Rei Roque Barreto que a retransmitiu ao governador do Rio de Janeiro. A. N. Coll. 60 — Liv. V fls. 120.

(2) *Camp. del Bras.* cit. 79 — Rio Grande do Sul então assim designado, como já vimos anteriormente.

(3) Idem, pág. 80.

Custodiando-os, levaram-nos os padres até a aldeia dos Reis Magos, Japejú, fazendo um percurso a pé de 180 léguas. Nesta aldeia, apesar de serem bem tratados pelos superiores da redução não se lhes relaxou a vigilância. Ficaram alí até à vespera da Páscoa da Ressurreição, dia em que, escoltados por 3.000 índios às ordens dos padres Pedro Ximenes, João Antonio Solinas e Jacinto Marques foram, em grande número de balsas, conduzidos a Buenos Aires e entregues ao governador da praça D. José de Garro.

Chegados a essa cidade, em 24 de maio, ficaram incomunicaveis, em calabouço, com sentinelas à vista, depois de largamente interrogados.

Recebendo a comunicação que lhe fazia o tenente-de-general da perda da sumaca e da viagem que empreendia por terra, e como se demorassem os expedicionários a chegar àquela paragem, resolveu D. Manuel Lobo mandar, em abril, procurá-los afim de os guiar à nova Colônia. Valeu-se para isso de pessoal que, na outra sumaca, que tocara em Santa Catarina duas semanas antes de Jorge Soares, havia poucos dias dera fundo no porto da Nova Lusitania. (Colônia do Sacramento).

Organizou o chefe uma escolta de 25 homens compostas de portugueses e índios e comandada pelo oficial D. Francisco Naper de Alencaster. Percorreu esta largo trato da costa até Maldonado, sem encontrar os expedicionários, levando nisso proximamente um mês. Voltou a escolta à Colônia afim de comunicar a D. Manuel Lobo não haver encontrado o tenente-de-general, e nem notícias que lhes pudessem indicar o rumo que a gente havia tomado. Novamente fê-los sair, com o mesmo objetivo, o governador da praça, determinando-lhes que seguissem para os lados do rio São João onde, desviado do rumo, pudesse ter ido parar Soares de Macedo. Depois de muitos dias de inuteis pesquisas, haviam os portugueses que iam a cavalo se distanciado dos índios, que seguiam a pé, quando estes, encontrados por forças do capitão D. Antonio de Vera e Muxica, foram presos e conduzidos a Buenos Aires, aonde foram entregues em 6 de junho. Eram 12 índios tupís da escolta da Colônia.

Só em julho conheceu D. Manuel Lobo a causa do desaparecimento de seu substituto no governo da Colônia. Em 2 de julho manda o capitão Simão Farto e o superior dos Jesuitas daquela praça a Buenos Aires, levando ao governador D. José Garro uma carta em que historia os sucessos anteriores da perda da sumaca de Jorge Soares e estranha a sua prisão, bem como a da escolta que posteriormente mandara à procura desse oficial. Vão tambem os seus emissários com credenciais para "sabelo de V. S. pa., que tenhamos entendido, se estamos em guerra, ou paz, porque quando desa pte. senão tenha tomado rezulução de Rompimto., espero que V. S. me mande restituir o dito thenente gal. com os mais prisioneiros como o pede a rezão; lembrando a V. S. que asi como o Serenissimo Princepe de Portugal Meu Sor. repetidas vezes me tem ordenado conserve a paz estabelecida, não dando a minima ocaziáo a bem fundada queixa, como se tem feito thegora, tambem me manda que quando desa pte. madem uze dos meyos comvenientes pa. a defença e ofença" (1).

(1) *Camp. del Bras.* cit. I. — 197.

Responde-lhe o governador de Buenos Aires protestando contra o estabelecimento dos portugueses no Rio da Prata, que julgava território pertencente à Coroa de Espanha, usando contra eles, em todas as ocasiões, das represalias que fossem possiveis não só nos haveres como nas pessoas. E segue dessa forma o teor da inutil controvérsia.

Pobre D. Manuel Lobo! Abandonado pelo seu soberano naquele recanto deserto, ante um inimigo poderoso e forte, veria em breve abatido o seu orgulho e realçado seu vulto histórico por um halo imortal de martírio.

Não havia findado, no entanto, a odisséa de Jorge Soares. D. José Garro, dominado pela vontade dos Jesuitas, que viam no estabelecimento dos portugueses uma ameaça constante à sua infiltração naquelas terras, tendo resolvido atacar a novel povoação, temeu-se da ação que os prisioneiros, em Buenos Aires, pudessem desenvolver.

E, assim, Jorge Soares de Macedo foi enviado a 9 de novembro de 1680, ao Reino do Chile, onde esteve preso até 1 de maio de 1682. Promovido D. José Garro a vice-rei daquele governo, levou a notícia do Tratado Provisional realizado entre Portugal e Espanha em 7 de maio de 1681, sendo assim concedida a liberdade do ex-chefe da expedição às ilhas de São Gabriel.

Mas, embora livre lhe estava reservada outra provação. Solicitou Jorge Soares se lhe permitisse e aos mais portugueses que alí assistiam, fossem ao porto de Buenos Aires, afim de alí aguardarem as ordens d'El-Rei. Nem isso lhe foi permitido. D. José Garro ordenou que se transportassem à Cordova, pois, nessa cidade se achava Dom Manuel Lobo. Estava completamente exhausto de recursos. Até os cinco escravos negros que o acompanharam lhe tinham sido tomados e vendidos pelo governador de Buenos Aires, que não o quis indenizar, como devia. Ficaram, por esse motivo, ainda no Chile, os portugueses que tinham sido seus companheiros de prisão, com exceção de D. Francisco Naper de Alencaster que seguiu em sua companhia para Cordova, província de Tucuman.

Só em dezembro desse ano conseguiu o tenente-de-general Jorge Soares de Macedo chegar a Buenos Aires de onde, em data de 15, escreve ao príncipe D. Pedro extensa carta em que reconstitue a sua malograda ação na fundação da Colônia do Sacramento.

Tem a mesma um aditivo de 20 de janeiro do ano seguinte em que dá conta da morte de D. Manuel Lobo.

5 — *Colônia do Sacramento.*

A efetiva expansão portuguesa para o sul, que se dirige para o Prata sempre ambicionado, cuja posse deveria ser um secular motivo de dissidios e de lutas sangrentas, só se realiza em fins do século XVII. D. Manuel Lobo, a quem se incumbe de fundar a Nova Lusitania, que logo denomina de Cidadela do Sacramento, ou mais propriamente de Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, liga, com seu martírio e com seu estoicismo de soldado, os alicerces desse marco que Portugal vai plantar muito alem da linha de Tordesilhas. A história da Colônia, que só agora

se escreveu (1), é o índice de todas as competições que transplantaram, para a América, os dois povos que dominaram a península ibérica e entre os quais se repartiu o vasto continente do sul. Chocam-se, aí, pela primeira vez, as duas grandes correntes, de cujo embate inicial, ressentir-se-ão, durante séculos os élos de fraternidade continental que deveriam cimentar, em sua origem, os fundamentos das nacionalidades nascentes.

Não é nosso intuito detalhar a história da Colônia. Ela não cabe, pela sua grandeza e pelos seus moldes, nos restritos propósitos da nossa narrativa. Basta, porem, assinalar as consequências imperativas com que esses acontecimentos agiram para a fundação oficial do Rio Grande, que nada mais foi do que a confirmação da conquista lenta e destemerosa dos primeiros vaqueiros que penetraram e se fixaram na terra. E tanto é assim que, não obstante a deflagração da luta na colônia, pela posse do Prata, durante 50 anos, quando se trata de colonizar o Rio Grande, a Corte se mostra temerosa de irritar, ainda mais, a belicosidade castelhana.

Em sua primeira carta, datada da Cidadela do Sacramento, 12 de março de 1680, existente na Bibliotéca Nacional e que foi publicada em primeira mão, na íntegra, na obra monumental de Rego Monteiro, historia D. Manuel Lobo, minuciosamente, a fundação da Colônia. Dando cumprimento à ordem real, organizou a sua expedição, destinada ao Prata, no Rio de Janeiro, composta de três charruas de que eram capitães Antônio Fernandes Pedroso, Manuel Carneiro da Costa e Maynard, e que deveriam se lhe reunir no porto de Santos, depois de receber a bordo gente, cavalos e petrechos que pudessem, tudo sob o comando do capitão de cavalos Manuel Galvão. Depois de dar algumas providências, em S. Paulo, a cuja vila subiu, e de enviar duas sumacas afim de carregar farinha em Cananéa e S. Francisco, fez-se à vela, diz "com cinco embarcações do meu contrato, saí daquele porto (Santos) no dia de N. S. da Conceição, que para todos nós foi de felìz anuncio, gastando na derrota até dar fundo na ilha de Maldonado, situada na embocadura dêste rio, vinte e três dias porque o vento nunca nos foi favorável". Em Maldonado demorou-se alguns dias até "que a lua nova, tempo em que alí cheguei, fizesse os efeitos que acostuma nessa altura". E seguindo para as ilhas de São Gabriel, alguns dias depois deu fundo no porto, onde desembarcaram todos. Ao segundo dia que alí estavam, "les veiu reconhecer de longe uma lancha de Buenos Aires" (2).

A esta se seguem outras embarcações e cartas do governador de Buenos Aires, protestando contra o estabelecimento alí dos portugueses.

---

(1) Vasta e preciosa a bibliografia sobre a Colônia do Sacramento, quer de origem portuguesa, quer espanhola. Encontra-se a sua relação nessa preciosa obra de Luiz Eenrique Azarola Gil, historiador uruguaio, que nos deu *La epopeya de D. Manuel Lobo*, publicada em Madrid, em 1931. É um livro que honra a cultura sul-americana. Modernamente, outro trabalho se há feito que, pela documentação formidavel que encerra, será a obra de maior vulto escrita sobre o assunto. É a *História da Colônia do Sacramento*, em dois grossos volumes, da autoria do insigne pesquisador coronel Jonatas da Costa Rego Monteiro. Porto Alegre.

(2) Controvertida a data da fundação da Colônia que essa carta inédita de D. Manuel Lobo vem esclarecer. Azarola Gil faz um detido estudo sobre o assunto, resenhando vários historiadores. Aceita a data de 22 de janeiro, estabelecida pelo barão do Rio Branco. Conforme se evidencia da carta de D. Manuel Lobo partiu de

Uma larga discussão se estabelece sobre a linha que separa, ao sul, as possessões de ambas as monarquias. D. Manuel Lobo pensa que os espanhóis foram satisfeitos com as suas explicações. Mas, não tarda que as ilusões se desvaneçam. Vão já escasseando os mantimentos. Os gados que havia "se tem apartado", "com o fogo que pegou nestes campos, creio que por ordem dos castelhanos", a sumaca de provisões, que Jorge Soares trazia, naufragou nas alturas de Maldonado, e "se a outra sumaca de farinha não fôr Deus servido que chegue a este porto em breves dias teremos uma bem apertada quaresma", informa o heróico fundador da Colônia (1).

Mal iniciada pela carência de tudo, sem elementos de subsistência, desamparada dos poderes públicos, a Colônia, estabelecida em frente a um inimigo poderoso, contando com o auxilio dos jesuitas espanhóis, que tinham às suas ordens milhares de indios, aguerridos e disciplinados, não poderia resistir ao forte embate que se preparava. A fome, a desorganização, um princípio mesmo de desequilibrio mental de seu fundador, deram margem ao afrouxamento da disciplina e à defecção de alguns de seus defensores.

A segunda carta que D. Manuel Lobo escreveu ao príncipe, datada de Buenos Aires, de 21 de setembro de 1680, ainda inédita, (2) resume, melhor do que poderíamos fazer, essa epopéia que foi a queda da praça. Transcrevendo-a, na integra, em primeira mão, historiaremos, melhor, os fatos que o fidalgo português relaciona, na sua simplicidade epistolar. Envoltos numa auréola de martírios, os defensores da Colônia honram as tradições de bravura da gente lusa. Não falta, porem, aí, a nódoa de uma traição de paulistas que aberra dos sentimentos bandeirantes da terra. E ergue-se, num fundo de apoteose, um vulto varonil de mulher, D. Joana Galvão, que vendo cair morto o esposo, capitão Manuel Galvão, toma-lhe da mão ainda quente a espada gloriosa e se atira ao fragor da luta, e não se rende embora lhe queiram poupar a vida, tombando, trespassada de feridas sobre o corpo inerte do esposo, na mais heróica e admiravel das atitudes da raça.

É a seguinte a carta de D. Manuel Lobo, escrita já do cativeiro, onde encontraria a morte, em 21 de setembro de 1680: "Senhor. Na frota próxima passada dei conta a V. A. como havia chegado ao sítio de São Gabriel e que em terra firme havia posto a gente e mais petrechos como V. A. me havia ordenado e que com toda a brevidade começava a levantar terra e como naqueles poucos dias conheci tanto a incapacidade da gente que trouxe do Rio de Janeiro; na mesma carta dei conta

---

Santos a 8 de dezembro chegando a Maldonado "vinte e três dias depois", isto é, a 31 de dezembro. Muitos dias bordejou por aquelas alturas. No dia seguinte ao do desembarque foi reconhecer, de longe, a expedição, uma lancha de Buenos Aires. Segundo documentação espanhola (*Campanha del Brasil* — cit.) a primeira embarcação que dá notícia dos portugueses, na ilha de São Gabriel é a em que ia Marcos Roman que diz, como acentúa tambem Azarola "habia visto cuatro navios el 22". Pode-se, pois estabelecer a data de 21 de janeiro de 1680 para a fundação da Colônia do Sacramento e não a de 1 de janeiro, como dizem as histórias oficiais até hoje. Rego Monteiro, em seu trabalho, estuda detidamente a questão.

(1) Biblioteca Nacional. *Col. d'Ang.* — Mss. I — 31, 32, 12.

(2) Mais tarde publicada pelo cel. Rego Monteiro, em *Col. do Sacr.*

a V. A. do conhecido perigo em que me achava e quís me Deus castigar de sorte que se então os considerava maus só no militar os experimentei malíssimos em todas as suas ações, o que ajudou a cair eu tão gravemente enfermo pouco depois de dar princípio à obra continuando-se-me esta enfermidade sempre que alí estive, de tal sorte que não tendo pouco risco a vida um médico que comigo trouxe quase assegurava que quando escapasse com ela ficaria padecendo do juizo, pelas muitas que o perdí no decurso dela, que eu estive tanto incapaz de poder mandar nem saber o que se obrava por cuja causa os brasileiros se licenciaram tanto que desobedeciam a seus oficiais, de maneira que a fortificação foi feita tão lentamente que o entendí se faria em quatro meses, da forma que trabalhavam seria eterna a obra, porque segundo agora soube exceto a Companhia que veio desse Reino e poucos homens do Rio, os demais iam muito pouco às faxinas e nelas trabalhavam os que queriam, que era muito pouco, e com aquela calma que no Brasil costumam fazer todas as coisas, e se algum de seus oficiais os surpreendia lhes respondiam como se não o fossem, o qual ajudava a discórdia que entre os mesmos oficiais havia sobre quem (levando-me Deus) havia de governar não querendo obedecer ao capitão de cavalos Manuel Galvão a quem na minha falta havia nomeado, com que tudo andava confuso.

Neste estado, Senhor, nos achávamos quando, pela parte da terra, nos vimos sitiados de cinco a seis mil homens dos quais o maior número era dos índios das reduções dos Padres da Companhia e os demais espanhóis dêste Presídio, Córdova, Santa Fé e Corrientes, de onde foram conduzidos para este feito, aos quais governava o mestre-de-campo Antonio de Vera Muxica e aos índios juravam os Padres da Companhia que os traziam bem armados assim de armas de fogo, como de lanças e flechas, todos a cavalo, e doutrinados na milícia pelos mesmos Padres, com o qual nos impediram a campanha que nos fez um grandíssimo dano pela quantidade de caças que se matavam que nos ajudava muito para dissimulação da falta de mantimentos em que nos achávamos, porque com a sumaca que se perdeu nos faltou como mil e duzentos alqueires de farinha e uma nau caravela que tive notícia se punha a carga em seu seguimento não havia ainda chegado, desde logo se começou sentir demasiada falta de mantimentos e a ração se foi minorando aos soldados com que eles começaram a tumultuar e os índios a fugir, pelo que a toda a pressa enviei a pedir socorro a todas as capitanias deste Estado e com estas esperanças se trabalhou com mais calor poucos dias e porque a cortina e baluartes que olhavam para a baía, e porto estavam pouco mais que delineados, pareceu fazer duas estacadas que fechassem de mar a mar nos lados exteriores dos baluartes que olhavam para a terra, aos quais ainda que se tinham terminado, dizem-me não ficaram como convinha porque eu não os ví nem os demais de que dou conta a V. A. pois o faço pelas notícias mais verdadeiras que hei podido ter. Os ditos baluartes e a cortina que entre ambos se conteem não tinham mais altura que a de uma trincheira de campanha e quase nenhum fosso neles como melhor poude acomodar o capitão Antonio Corrêa Pinto à artilharia que sua capacidade sofria e fez outras defensas como o permitiu o tempo. Em um mês que durou este sítio esteve de guarda com postos nomeados toda a gente com que nos achávamos, que seriam cento e oitenta homens.

porque ainda que comigo veio maior número, de enfermidade morreram neste sítio várias pessoas e alguns se puseram tão incapazes de servir que por tais os mandei retirar ao Rio, e como cada vez as rações se iam minorando e esta gente sofre muito mal qualquer trabalho, e muito menos o da fome, começaram descaradamente a dizer que se dentro em poucos dias não fôssemos socorridos assim de gente como de mantimentos ou nos entregássemos que eles se haviam de passar todos para os sitiadores, o que não lhes era dificultoso, como não o foi a 12 que fugiram, entre os quais foi um paulista (1), que aqui veio das ilhas de Santa Catarina o qual não somente lhes deu minuciosa conta do miserável estado em que nos achávamos, senão que se ofereceu para guiar as primeiras esquadras, dizendo-lhes tambem que me achava tão incapaz de qualquer emprego, que apenas podia falar com acerto, sendo estes traidores tão desatinados que fugiram depois que nós começamos a ter secretamente alguma comunicação com os índios, os quais davam princípio à troca de alguma carne e cavalos, de que tambem deram conta ao cabo que pôs toda a diligência em impedí-los.

Com estas notícias se resolveu a fazer-me dois protestos, abandonasse eu aquela terra de que o Rei Católico estava de posse havia cento e vinte anos, dando-me para resolver um dia de praso, ao que respondi o mesmo que os demais e em outro me enviou a fazer logo que chegou a avistar-me.

Poucos dias depois, em 7 de agosto, próximo passado, duas horas antes que amanhecesse, avançou às nossas fortificações, vindo guiando a vanguarda o dito paulista e foi tal a sua fortuna que tendo havido no decurso do sítio bastante cuidado assim nas rondas e tropas de Infantaria como nas de cavalo que saiam fora; havia duas noites que o capitão Manuel Galvão tinha mandado não saissem os ditos cavalos fora, nesta estava tão mal prevenida a Infantaria que a avançada se converteu em surpresa, porque chegando a um baluarte a que subiram sem serem pressentidos, achando a sentinela dormindo a mataram a estocadas fazendo-se senhores dela, ao mesmo tempo avançaram a ambas as estacadas, entrando em uma delas sem resistência, porque a desampararam só com o rumor quase todos os que a guarneciam, deixando as armas e o seu capitão que se achou só com os oficiais e quatro homens ousados que como tais acudiram ao que os tocava particularmente Dom Francisco Naper de Alencastre que estava nomeado para defender um posto com dez homens achando-se só com quatro não o desamparou até o não haver entrado pelas demais partes e ter-se-lhe mandado retirar, o qual fez sem grande perigo, indo-se a incorporar com o capitão Manuel Galvão e seu tenente Bartolomeu Sanches Xara que com poucos mais, sem esperanças de vitória, pelejavam corpo a corpo, dentro da praça, havendo feito o dito tenente, desde o princípio, com os poucos cavalos que podia contar, re-

(1) Não declara D. Manuel Lobo o nome do traidor. "Escoreceo o tempo o nome deste infiel, diz Simão Pereira de Sá, (Nova Colônia do Sacramento, 33) para não servissem à Pátria, de perpetua magua tão injuriosas cinzas". — Mas, da documentação espanhola se evidencia ser Pedro Ferreira Cabral que fez, desertando da Colônia, ante as autoridades de Buenos Aires, várias declarações sobre as condições da praça e o comércio com os índios minuanos, que socorriam os portugueses. V. *Camp. do Brasil*, cit. e Azarola Gil — *La epopeya* cit. 185.

chassar os índios duas vezes, fazendo saltar a muitos fora do baluarte, e pedir lastimosamente quartel aos que não o puderam fazer; ao tempo que chegava uma esquadra de mosquetaria espanhola e voltavam a assenhorear-se do baluarte e muralha de onde deram repetidas descargas contra o tenente, matando-lhe alguns soldados dos poucos que o acompanhavam, os quais juntando-se com um pequeno corpo que alí se uniu dos nossos, fizeram o último esforço ficando mortos no campo o capitão Manuel Galvão, o capitão Manuel Águila, o capitão João Lopes da Silveira, e o capitão engenheiro Antônio Correia Pinto, ficando ferido só o capitão Simão Farto Brito, por cuja causa assenhoreou a multidão dos índios a praça, e quartéis dos soldados, dando princípio a uma cruel matança sem perdoar a pessoa alguma, não obstante haver dado o Governador e capitão-general destas Províncias D. José de Garro, repetidas ordens em contrário e o mestre-de-campo Antônio de Vera Muxica com os espanhóis que alí se achavam fazer toda a humana diligência para evitar tão grande dano, o qual não poude conseguir e só com muita dificuldade guardar minha pessoa e casa que por muitas vezes a tiveram invadida; os ditos índios saquearam tudo quanto havia com a mesma liberdade com que fizeram os demais. Os mortos seriam por todos cento e doze; os que escaparam viemos prisioneiros de guerra para este porto e cidade de Buenos Aires, donde fico no seu castelo na mesma casa em que o tenente-de-general Jorge Soares se achava, que tambem foi prisioneiro pelos padres da Companhia, vindo por terra depois de haver dado à costa como já dei conta a V. A. O Governador e capitão general sobredito nos trata com toda a urbanidade e cortesia, assistindo-nos com larguesa e regalo de sua própria casa; aos soldados fez acomodar melhor do que o sabem merecer.

Creio que brevemente irão todos para Lima, cidade aonde assiste o Vice-Rei o que eu não poderei fazer logo por achar-me ainda muito doente e entendo o estarei muitos dias por falta nesta cidade de médicos e medicina, por não haver nela médicos, cirurgiões nem botica. Disponha Deus o que fôr servido e guarde a Real Pessoa de V. A. muitos anos como todos seus vassalos temos mister. Buenos Aires 21 de setembro de 1680 — Humilde vassalo de V. A. que beija seus pés — D. *Manuel Lobo* (1).

Devastada a praça, que se tornou presa da selvageria dos índios do padre Altamirano, foram os prisioneiros conduzidos para Buenos Aires e daí para Lima. D. Manuel Lobo, devido a seu estado de saude, foi levado a Córdova de onde, ao conhecer-se o texto do Tratado Provisional, de 1682, voltou a Buenos Aires, falecendo alí, em 7 de janeiro de 1683.

O Tratado Provisional determinava a entrega da Colônia aos portugueses. Recebeu-a em 12 de fevereiro de 1683, o governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves que a entregou à direção do mestre-de-campo Cristovão de Ornelas de Abreu, que a administrou pelo espaço de cinco anos. Em 1689, nomeado pelo rei, assume o comando da praça, como seu governador, D. Francisco Naper de Alencaster. Fez boa administração, sendo substituido por Sebastião da Veiga Cabral, em 1699.

(1) B. N. *Col. d'Angelis* — Mss. I — 31, 32, 12. Trad. do espanhol.

Rompidas novamente as relações entre Portugal e Espanha, e na iminência de ser atacado, resolveu Veiga Cabral a evacuação da cidadela, partindo para o Rio com os povoadores, em abril de 1705.

Durante dez anos ficaram as ruinas da Colônia que Veiga Cabral mandara incendiar, antes de partir, completamente abandonadas. Só mais tarde, com o tratado de Utrecht, volta-se o governo português para esse extremo recanto já tinto pelo sangue de heróicos defensores. É nomeado governador da Colônia e toma posse do cargo em 16 de novembro de 1716, o mestre-de-campo Manuel Gomes Barbosa.

Pode-se datar daí a verdadeira fase fundacional da Colônia do Sacramento. Até, então, abstraindo de poucos casais de militares que alí se encontravam, em outras épocas, não tinha essa praça recebido o influxo do povoamento. Desta vez, porem, trazidos pelo sargento-mor Antônio Rodrigues Carneiro, de Trás-os-Montes, recebeu a Colônia sessenta casais de agricultores e artífices. E são os descendentes destes que vão, em parte, povoar o Rio Grande do Sul, quando de sua fundação, em 1737, ou quarenta anos mais tarde por ocasião da entrega definitiva da Colônia aos espanhóis.

Existe na Bibliotéca Nacional, entre a documentação do vice-rei da Baía, a relação desses povoadores. Interessa especialmente, ao Rio Grande, aonde vão eles ser troncos vetustos de famílias que aí tem suas origens genealógicas (1).

Eram ao todo 333 pessoas que aportaram à Colônia a 10 de fevereiro de 1718, juntamente com tropas trazidas do Reino e do Rio.

Com este impulso e a radicação do homem à terra, prosperou grandemente a Colônia, sob muitos anos de paz, que permitiu se desdobrassem atividades várias, desenvolvendo-se indústrias e comércio.

Em 1735, porem, com o rompimento de relações entre as duas Coroas peninsulares, como sempre soia acontecer, teve a Colônia que pagar um novo tributo de sangue às forças espanholas de D. Miguel de Salcedo, governador do Rio da Prata, que encontrou a heróica resistência de Antônio Pedro de Vasconcelos que obrigou os espanhóis a levantar, depois de um sítio crudelíssimo, o cerco da praça, o qual durou vinte e dois meses, até setembro de 1737.

Esses acontecimentos, como veremos, determinaram a fundação do Presídio do Rio Grande de São Pedro, que recebeu vários retirantes daquela praça como povoadores iniciais, alem da repercussão que em seu território teve a luta que se desenrolava no Prata.

Novamente, em 1 de outubro de 1762, quebradas as relações luso-espanholas, sofreu a Colônia o assédio de forças platinas comandadas por D. Pedro de Cevallos. Governava a praça do Sacramento o brigadeiro Vicente da Silva Fonseca que capitulou a 30 do mesmo mês, embarcando-se para o Rio de Janeiro de onde, preso, sob a acusação de não ter resistido como devia, seguiu para Lisboa, em cuja prisão morreu.

(1) B. N. Cartas e ofícios. Correspondência dos Vice-reis da Baía (1704-1723). Cód. mss. I, 2, 2, 5. Acompanha a relação um interessante ofício de Manuel Gomes Barbosa, dando notícias circunstanciadas da refundação da Colônia e outros assuntos atinentes àquela praça. Tem essa comunicação a data de 12 de abril de 1718.

Firmada nova paz, em 24 de dezembro de 1763, a Colônia foi restituída aos portugueses, tomando dela conta o coronel Pedro José Soares de Figueiredo. Em 1776, ante nova conflagração, preparou-se o ataque à Colônia. O coronel Francisco José da Rocha de Campos e Fontoura, governador da praça, obedecendo a ordens do marquês de Pombal, fez entrega da mesma sem resistência, ao inimigo que procurava, sob as ordens de Cevallos, novamente atacá-la.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, mandou entregar a Colônia do Sacramento, definitivamente, à Espanha.

6 — *Laguna.*

Santo Antônio dos Anjos da Laguna que se estabelece junto à Lagoa dos Patos, extremando a Linha de Tordesilhas, é o nucleo de irradiação povoadora do território ainda pouco conhecido que se estende até o Rio da Prata onde, como vimos, chantam os portugueses os seus marcos avançados, com a fundação da Colônia do Sacramento.

O povoamento do Rio Grande e sua consequente fundação é uma decorrência natural da implantação desse povoado que domina as campanhas riograndenses. Nelas irão os lagunistas encontrar quantidades inapreciáveis de gado, que é a subsistência e a riqueza, e é esse elemento que radica à terra com seus currais primitivos, os desbravadores da Laguna.

Não se teem ainda por bem averiguada a data da primeira tentativa de Domingos de Brito Peixoto, paulista abastado de bens, para a fundação da Laguna, e posterior execução deste projeto. Entretanto parece se poder afirmar que quer nessa empresa, quer na do estabelecimento que Francisco Dias Velho fez na ilha de Santa Catarina, influiu decisivamente a política expansionista do general Salvador Correia de Sá e Benevides. Sertanista emérito e descobridor de minas, na Repartição do Sul, quando D. Rodrigo de Castelbranco, retirou-se das minas de Curitiba, em 13 de agosto de 1679, deixou encarregados das mesmas os capitães Domingos de Brito Peixoto, Pedro da Guerra e Diogo Domingos de Faria (1). Mais tarde, em 1682, quando se trata de explorar as minas de Sorocaba, serra de Birassojaba, diz Luiz Lopes de Carvalho que as descobrira, que podem ser enviados "para irem mostrar as ditas minas", os capitães Domingos de Brito Peixoto e Pedro da Guerra (2).

O emérito historiador catarinense Lucas Boiteux diz que "entre 1682 e 1684, depois de vários contratempos em que perdeu embarcações e gente, conseguiu, (Brito Peixoto) fixar-se naquelas paragens (Laguna) onde teve que enfrentar as hostilidades dos índios" (3) Azevedo Marques diz que convidado por C. R. de 1682 (4) "para explorar os sertões do sul da capitania", aprestou-se "com escravos, índios, mulatos e

(1) B. da Silva Lisboa. *Anais do Rio de Janeiro*, 2.°.
(2) B. N. Anais — Cons. Ultr. — XXXIX — 158.
(3) Lucas Boiteux — *Hist. de Santa Catarina* — Ed. 1930 — 94.
(4) Não consta da Col. de C. R. essa a que se refere Azevedo Marques.

homens brancos, oficiais de todos os ofícios e capelão, fez embarcar toda esta gente em um navio no porto de Santos, e partiu com destino à costa do sul, mas sucedendo que os temporais atirassem o navio para o Norte, sossobrou na altura do Espírito Santo, perecendo quase toda a gente" (1). Galvão copia Azevedo Marques (2).

Documentos existentes na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, não publicados ainda, da autoria dos próprios fundadores de Laguna, autorizam a retificar essas datas, e dar novos rumos à história deste nucleo inicial do povoamento do sul. Na Carta Régia que manda informar a petição de Francisco de Brito Peixoto que pede um hábito de Cristo e uma donatária, como historiaremos adiante, se diz que ele, Francisco, seu irmão Sebastião de Brito Guerra, e seu pai Domingos de Brito Peixoto "eram moradores de Santos onde viviam com suas fazendas e bens, e querendo dar maior aumento ao país, resolveram embarcar naquela vila em 1676, afim de demandar a Lagoa dos Patos, sítio que seu pai queria povoar" etc. (3). Em outro documento, datado de 10 de fevereiro de 1688, o próprio capitão Domingos de Brito Peixoto, dirigindo-se a el-rei, diz que "me animei a fazer a conquista da Laguna, terras muito férteis e abundantes de pescado e carnes e para a mais lavoura, com a visinhança de Buenos Aires; donde me parece haverá maiores haveres; *pelo que me resolvi a fazer duas embarcações, uma que perdi haverá já 14 annos, outra em que de presente vou á minha custa com meus filhos, parentes e amigos* com designio de mandar fazer diligencia por prata, porque por alguns signaes entendo não faltará" (4). Dando conta ao Conselho Ultramarino da empresa de Domingos de Brito Peixoto, o ouvidor geral, em carta datada do Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1688, diz "que estando na Villa de Santos, em correição, me deo noticia o capitão Domingos de Brito, morador na dita Villa, que ia povoar a Laguna, parte mais vizinha a Maldonado, porquanto queria fazer alguns descobrimentos de prata, que já tinha notícia, *por ter já postos alguns curraes*, e eu o ajudei, com o que lhe foi necessário, e alguns casais que logo levou para a dita povoação", etc. (5).

Aí estão os elementos para uma exata aproximação da verdade. Foi em 1674, segundo o próprio capitão Domingos de Brito Peixoto, ou 1676, segundo seu filho, Francisco de Brito Peixoto, que se perdeu a primeira embarcação, com que pretendia fundar Laguna, a qual acossada por ventos contrários foi dar nos Abrolhos. Quatorze anos mais tarde, em 1688, já "tinha alguns curraes" ali, e embarcando-se, no porto de Santos, com casais, parentes e amigos, seguiu a fundar Laguna.

Há, na Biblioteca Nacional, um memorial da autoria do próprio Domingos de Brito Peixoto em que historia detidamente a fundação da Laguna. Infelizmente, quando se refere às entradas iniciais que faz no

---

(1) Azevedo Marques. *Apontamentos* cit. verb. *Domingos de Brito Peixoto.*

(2) Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão — *Notas Geográficas e Históricas sobre Laguna* — Desterro — 1881 — 25.

(3) C. R. de 6-II-1714. Arquivo Nacional — Col. de Cartas Régias — Vol. XIX, 25.

(4) B. N. *Anais* — Cons. Ultram. Vol. XXXIX, 177.

(5) B. N. *Anais* — Cons. Ultram. Vol. XXXIX, 177.

território riograndense, alguem que teve preguiça de copiar o documento, criminosamente, arrancou-lhe páginas, truncando, assim, esse precioso depoimento sobre a história do Rio Grande. A petição dirigida ao Conselho Ultramarino, que deu origem a C. R. citada de 6 de fevereiro de 1714, teve por fonte informativa esse memorial, cujas palavras, em parte, textualmente transcreve.

Diz o memorial que o capitão Domingos de Brito Peixoto foi dar princípio à Vila da Laguna, mandando de Santos, onde morava, um patacho seu carregado de ferramentas, gente e muitos escravos, para irem dar fundo na parte onde lhe insinuavam ele desembarcasse para a dita paragem, que era uma enseada chamada Mampetuba e daí procurasse a Lagoa dos Patos e principiasse a dita povoação. Teve, porem a infelicidade de dar a costa, na altura dos Abrolhos, donde se perdeu o patacho e tudo mais que nele ia.

Voltou novamente com seus filhos Sebastião de Brito Guerra e Francisco de Brito Peixoto e alguns escravos. Chegou à dita paragem, chamada Lagoa dos Patos, e hoje Vila da Laguna, estabelecendo a povoação e afugentando as feras e índios que por alí andavam, depois de várias escaramuças com estes. Morreram Domingos e seu filho Sebastião, este envenenado por flecha, alvejado pelo gentio.

Depois de bem estabelecido e fundada esta vila, entrou o dito povoador Francisco de Brito Peixoto a explorar e descobrir as campanhas que se seguiam daquela povoação para diante, passando rios caudalosos, como são o Araranguá, Bepetuba e Tramandí, e outros córregos fundos... (1). O gentio os atacava continuamente e tiveram que sustentar duras refregas, para que deixassem de inquietar, expulsando-os para o sertão. Plantaram no primeiro ano e era tal a quantidade de fruto, que bem compensou o trabalho, mostrando a fertilidade da terra. Mandou a diversas vilas convidar gente que viesse dar calor a povoação, bem como trazer de várias e distantes partes muitas variedades de gado, como bois, cavalos, ovelhas, carneiros e cabras, que produziam tanto que hoje (1714) e já de muitos anos, vem daquele sítio todo o gado vacum que se gasta com a maior parte destas vilas do sul, e fora delas vão para a cidade do Rio de Janeiro continuamente muitas embarcações de carnes salgadas, de que se provem as tropas que vão para o Reino e inumeráveis couros de boi para solas, peixes, etc. (2). No mato quase impenetrável fizeram roçadas para lavouras, levantando choupanas. Ergueram uma capela, lutando com grandes dificuldades para conseguir padre, por serem tão remotas as terras povoadas. Mesmo assim, fabricada a igreja, foi a mesma provida com todos os paramentos (3). Segundo uma atestação do padre Mateus Pereira da Silva, a que teremos de referir adiante, essa igreja velha, que serviu de capela-mor, teve seu princípio no ano de 1696 e o corpo que se lhe acrescentou o teve no ano de 1739" (4).

Em 1714 quando Laguna foi elevada à Vila já constava de 42 casas de pau a pique, cobertas de palha e sem arruamento regular, con-

---

(1) Faltam oito páginas arrancadas ao Códice.

(2) B. N. Cod. mss. I, 1, 2, 33.

(3) Arquivo Nacional. Carta Régia referida. Col. 80, Vol. 19 fls. 25.

(4) B. N. Declarações do padre Matheus sobre Laguna. Mss. I, 1, 32, 2, 1.

tendo 300 pessoas de confissão, que comerciavam em farinha, peixe seco, carnes salgadas, e cordoaria de cipó imbé (1).

Em 1720 chegou a Laguna o ouvidor Rafael Pires Pardinho que deu vários provimentos. Nessa correição, alem de Pardinho, assinam todos os homens bons da Vila, muitos dos quais são depois troncos das famílias povoadoras do Rio Grande do Sul. São os seguintes os signatários do Provimento: escrivão Manuel Miranda Freire, Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor, Manuel Gonçalves Ribeiro, Manuel Correia, João de Magalhães, Elías de Moura, José dos Santos Ribeiro, Manuel de Souza Guedes, Francisco Luiz Caldeira, Antônio Duarte, João Braz. José Bento, José Alves, Domingos Martins, Bento de Oliveira. No acréscimo feito aos capítulos do Provimento em 27-1-1720, assinam mais Manuel Mancio, Luiz Correia de Morais, Sebastião Fernandes, Francisco de Moura Pires, Domingos Tavares Madeira, Miguel da Fonseca, Salvador Dias, Francisco de Moura, José Pires Monteiro, filho de Francisco Dias Velho, o fundador da ilha de Santa Catarina. No termo de vereança, que encontramos, de 20 de junho de 1723 assinam juizes ordinários capitão Francisco Correia de Souza, capitão José de Oliveira Camacho; vereadores José de Souto Maior, em lugar de Diogo da Fonseca; Francisco Luiz Caldeira, em lugar de João Bicudo Cortês; Francisco de Moura Pires e procurador José Pinto Bandeira. Mais adiante encontramos, em outros termos, como vereadores, João Braz, Manuel da Fonseca, João Rodrigues Prates, Jacome da Silva e João Baptista, genovês, que adotou o nome de Pereira da Silva, sendo tronco dessa família do Rio Grande do Sul (2).

Francisco de Brito Peixoto morreu solteiro, mas teve de várias índias carijós, "indias da terra", muitos filhos e filhas que casaram com povoadores do Rio Grande, estabelecendo-se quase todos nas campanhas de Viamão. Ana da Guerra, sua filha casada com Diogo da Fonseca, foi a fundadora da igreja de Viamão, ereta em 1741. Com outra era casado João de Magalhães, cuja frota, como veremos, deu início ao povoamento do Continente; mais outra, casada com Agostinho Guterres, é tronco de grande família riograndense, e outra ainda casada com José Pinto Bandeira.

Fundada a Vila, requer Francisco de Brito Peixoto uma donatária que lhe assinalasse as terras da mesma. Depois de historiar os serviços que prestara, bem como os de seu pai e irmão, Sebastião de Brito, que foi morto pelos índios, pede o povoador, que se "lhe faça mercê em remuneração dêste serviço que todos merecem a real atenção de V. Majestade, de donatário das terras da dita povoação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna e seu distrito, que se lhe pode assinar desde Higarapunha da banda do Norte até o rio chamado Tarimandi que são para costa cincoenta léguas com trinta léguas para o sertão, com as condições, faculdades e privilégios que V. Majestade concede aos donatários e senhores de seu Reino e por justiças a ter a siza dos pescadores, e das sesmarias, da sua correção e assim mais 300$00 reis de tença para os lograr com hábito de Cristo, para sí e seu primeiro filho e licença para

(1) M. N. F. Galvão *Notas*, etc. 29.

(2) *Correspondência de S. Cat.* Arquivo Nacional — 1723 — 1808.

fundar na dita povoação um hospício de religiosos capuchos de S. Antônio e assim mais o foro de fidalgo da Casa Real, etc." (1).

Não obstante as informações dadas não lhe foi concedida essa donatária. Mais tarde, em 1732, renova Brito Peixoto o pedido de terras para remuneração dos grandes serviços que prestara. Pedia, então, "mercê de uns campos e terras que começam de um rio que chamam Tramanday, da parte do norte, correndo até o Rio Grande". E a informação que obteve é que esses campos já se achavam povoados por um grande número de criadores que neles tinham os seus gados, sendo-lhe, por isso, indeferida a petição.

A 31 de outubro de 1735 morreu o velho capitão povoador.

Ao seu histórico esforço, como continuador do capitão-mor Domingos de Brito Peixoto, seu pai, deve-se o desbravamento do Rio Grande do Sul. À frente das primeiras frotas povoadoras vê-lo-emos, depois, penetrando os sertões riograndenses e mandando seus genros trazer os troncos primitivos de que vai surgir a família riograndense em ramos frondosos que constituem o "substratum" da nossa etnia.

Ao iniciar-se o século XVIII Laguna, em seu desdobramento para o sul, confunde-se com a própria vida do Rio Grande, onde os lagunistas intimoratos se afazem à vida dos campos, tornam-se tropeiros e, mais tarde, fixando-se ao solo, como criadores, estendem os seus currais que se multiplicam, constituindo uma fonte de riqueza inapreciavel.

E o gaucho, que não tarda surgir, filho semi-bárbaro da Pampa, criado no fogão do minuano que o lagunista tornou amigo do branco; será ainda o produto das condições especialíssimas do meio, onde o gado, elemento primacial da vida, exercendo sua função socio-econômica, dará ao homem uma feição toda singular, diferençando-o de todos os seus irmãos da vasta colônia portuguesa.

---

(1) C. R. cit. Arq. Nac.

III PARTE

SETE POVOS DE MISSÕES

CAPITULO I

FUNDAÇÃO DOS SETE POVOS DE MISSÕES

1 — Antecedentes históricos da fundação. 2 — São Francisco de Borja. 3 — São Nicolau. 4 — São Miguel Arcanjo. 5 — São Luiz Gonzaga. 6 — São Lourenço Martir. 7 — Santo Ângelo Custódio. 8 — São João Batista.

1 — *Antecedentes históricos da fundação*

Medeia exatamente meio século entre a transmigração das populações cristãs que povoavam as reduções do Uruguai e do Tape, acossadas pela invasão bandeirante e a volta, ao vale oriental do Uruguai, dos primeiros povos que se desprendem das doutrinas a que haviam se agregado ou fundado em 1637.

"Que regressaram agora, e não antes nem mais tarde nem todos, são pontos que não tem facilmente resposta satisfatória", observa Teschaeur, parecendo ser decisivo para isto, "o fato de que os paulistas já não infestavam o Rio Grande do Sul para incomodar os seus habitantes". "De outro lado, acrescenta, foi-lhes concedido aos índios, difinitivamente, o uso das armas de fogo, a que, como demonstrou a experiência, não resistiram os mamelucos. As terras, campinas e estâncias ferteis do Rio Grande que agora entre menos habitantes iam ser repartidas, seriam outro motivo de remigrar" (1).

Com os novos elementos que escaparam à pesquisa do ilustre historiador não será hoje dificil determinar os motivos da retransmigração, precisamente nessa época, das colônias jesuiticas que fundam os Sete Povos de Missões.

Excluem-se, inicialmente, "o fato de que os paulistas já não infestavam o Rio Grande do Sul", porque, estendendo-se para o Prata, os colonistas fixavam-se já em núcleos de povoamento estavel, aproxi-

(1) Teschauer. *História do Rio Grande do Sul.* II, 4.

mando-se do antigo território missioneiro; "o uso de armas de fogo", permitido aos índios para sua defesa, vinha já se generalizando desde a batalha de Mbororé, o que lhes permitiu vencer e destroçar a última bandeira com que tiveram contacto, e as primeiras estâncias que lhes são adjudicadas, na margem esquerda do Uruguai, antecedem de 30 anos à fundação dos primeiros povos.

Outros seriam, pois, os motivos predeterminantes da volta, em 1687, das colônias jesuíticas que se estabeleciam na antiga região missioneira. Entre estes excelem os de ordem econômica e política que teem suas origens na efetiva ocupação da região cisplatina, em que se ergue a Colônia do Sacramento, em 1680. Destruida, neste mesmo ano, com a comparticipação decisiva dos índios missioneiros, é reerguida, no seguinte, com raizes mais fundas, porque se esteiam no povoamento regular que nela se verifica com grande número de casais.

E o estabelecimento português a que seria mister contrapor, pelas armas, todos meios tendentes a coibir a expansão territorial, era ameaça constante e efetiva à economia missioneira, fundada nas campanhas extensas pelas vacarias do mar. Já então, pendendo, por interesseira aproximação, para o lado português, o índio cavaleiro que dominava as campanhas do Uruguai, inimigo tradicional dos tapes, talava as estâncias jesuíticas, e estabelecia vultoso intercâmbio comercial com os colonistas, devastando as vacarias e hostilizando os índios cristãos.

Por outro lado, tambem os espanhóis, portenhos e correntinos, que haviam cooperado no assédio de São Gabriel, desvendada a riqueza pecuária da terra, alí se situavam, iniciando a destruição desse inapreciavel valor econômico.

Apreciemos os antecedentes históricos, de ordem política, anteriormente expostos, que dão origem à fundação das Missões Orientais do Uruguai.

Em 1672, o governador do Rio de Janeiro, que era então o general João da Silva de Souza, recebe um informe de Matias de Mendonça, residente nesta cidade, que havia estado algum tempo em Buenos Aires, sobre a excelência das terras de Maldonado, ricas como toda a costa de infindaveis rebanhos de gado, em que se podiam "fazer quantidades de couro sem necessitar deste Porto (Buenos Aires) e que por intermédio dos mesmos índios bárbaros de ditas terras podiam abrir entrada por terra até a cidade de Santa Fé, com a qual se poderia ter dito trato". E mais ainda que até "essa cidade estavam ditas terras despovoadas de espanhóis, e serem desertas, e tambem com embarcações pequenas se poderá navegar por dito rio e ter toda a comunicação do Brasil" (1).

Teem origem na informação sobre o valor econômico com que o gado opulentara essa terra completamente despovoada de espanhóis, todos os acontecimentos de ordem politica que virão se refletir no Prata, e serão causa primária não só da expansão portuguesa para o sul, como da fundação dos Povos de Missões, na bacia oriental do Uruguai.

Presente ao Conselho Ultramarino, que superintende os negócios da colônia portuguesa na América, é este de parecer que o governa-

---

(1) *Campaña del Brasil* — I, 30.

dor do Rio de Janeiro, cujo mandato é porrogado por mais três anos, especialmente para esse fim, promova o estabelecimento de uma povoação na margem setentrional do Prata, ocupando, assim, esse território cuja posse originara secular litígio, ainda em suspenso entre ambas as monarquias peninsulares.

No ano seguinte chega a Buenos Aires notícia detalhada da consulta e resolução do Conselho Ultramarino e dos aprestos que se faziam, no Rio de Janeiro, para a efetivação da posse das ilhas de Maldonado e terra firme. A expedição portuguesa, porem, por motivos óbvios, como fica historiado, não se realiza. Aparelhada de outros elementos, embora se assinalem várias tentativas, só será levada a efeito, praticamente, sete anos depois, sob a chefia de D. Manuel Lobo, tambem governador do Rio de Janeiro.

A ameaça do expansionismo português para o sul sugere, então, às autoridades espanholas de Buenos Aires, o alvitre de anteceder, nessa ocupação da banda cisplatina, com a fundação de uma doutrina, dirigida pelos padres da Companhia de Jesús, a fixação, alí, de um núcleo lusitano de povoamento. Trata-se tambem de erigir fortificações que ficariam a cargo de uma guarnição permanente para a defesa do porto. E seria de grande conveniência, porque o movel imediato da ocupação da terra pelos portugueses é a riqueza pastoril, mandar "que todos os gados maiores de touros e vacas fossem retirados para a parte de Santa Fé, sem que pudessem baixar mais de 100 léguas alem de Maldonado, exceto alguns bois de arado para seu serviço, para que tivessem alí o necessário a gente da guarnição"(1).

Essa Doutrina ou redução de índios, deveria ser uma das muitas que os padres da Companhia de Jesus teem sob sua jurisdição no Paraná e no Uruguai, com 500 índios e suas famílias, e dois ou três religiosos, sendo capelão e cura dos soldados. Os índios deveriam ser armados de arcabuzes e ficariam sob as ordens de um comandante que os disciplinasse e ensinasse o manejo das armas de fogo.

No ofício em que faz essa sugestão, datado de 13 de junho de 1673, o governador José Martinez de Salasar diz ter mandado reconhecer a terra. Em outro informe já citado vimos que o oficial, disso encarregado fora às margens do Jacuí, de onde baixavam inumeraveis gados. Observa, então, o governador, que disto "se infere a superabundância de gado daquela parte, pelo muito que multiplicou e se estendeu aos extremos e cercania do mar, de que se infere que pela terra a dentro haverá muito mais, que é o cevo e sinuelo mais prejudicial para que qualquer nação das de Europa, amigos ou inimigos, procurem com o pretexto que melhor lhes parecer ocupar aquela paragem e porto por desamparado e inhabitavel" (2)

E que não era descabida essa observação atestam-no as entradas de embarcações de bandeiras diversas que, naquele porto, se abasteciam

(1) *Campaña del Brasil*, cit. 33.

(2) *Campaña del Brasil* — Cópia do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Vol. I, 55/64.

já de courama e carnes. No reconhecimento mandado fazer pelo governador de Buenos Aires, a 30 de abril de 1673, encontrou-se, em Maldonado, uma cruz com um letreiro, em holandês, assinalando o túmulo de um súdito dessa nação, falecido, alí, em 3 de outubro de 1670. Como veremos, não tardará que mais amplo conhecimento das possibilidades econômicas que a pecuária cisplatina abria ao comércio internacional, faça rumar para aquele porto navios de todas as nações que alí se vão abastecer de efeitos do gado.

A bula *Romani Pontificis*, de 16 de dezembro de 1676, pela qual o papa Inocêncio XI erigiu o arcebispado do Rio de Janeiro, estendendo a sua jurisdição até o Rio da Prata, veio dar calor à expansão portuguesa para o extremo sul. Era mais um motivo para justificar a ocupação efetiva desse território abandonado e deserto, cujos campos povoados de rebanhos incontaveis constituiam fontes de inapreciavel riqueza.

Frustradas as tentativas de povoamento, de carater particular, do general Salvador Correia de Sá e Benevides e de seus filhos, viscondes de Asseca, que se estendem desde 1657, em torno da donataria cujos limites vão morrer em Maldonado, resolve, então, o governo português avocar a si o empreendimento. Daí a expedição de Jorge Soares de Macedo, a que se segue, imediatamente, a fundação da malograda Colônia do Santíssimo Sacramento.

Os jesuitas, cujas doutrinas se erguem na margem ocidental do Uruguai, fazem causa comum com os espanhóis na defesa do território que já é um patrimônio valioso para sua economia.

A concessão do uso de armas de fogo, para a defesa das doutrinas, ameaçadas constantemente pelas incursões bandeirantes, é um longo capítulo da história das Missões. Havia, da parte das autoridades espanholas, o receio de que isto aumentasse o poderio da Companhia em detrimento do prestígio e ação daquelas autoridades.

Clandestinamente, como vimos, haviam conseguido, em 1637, algumas armas com que se opuseram à invasão de Raposo Tavares, nas reduções do Tape. E, mais tarde, quando da batalha de Mbororé, em 1641, conseguem notavel vitória com grande quantidade de armas de fogo, que haviam obtido, às quais agregam as peças de artilharia de taquaruçú, retovadas de couro, dispostas em balsas couraçadas, devidas ao engenho do irmão Domingo de Torres. O decreto real de 21 de maio de 1640, concedia-lhes o uso de armas de fogo. E muito embora objeções de toda sorte sustassem sua execução, a vitória de Mbororé influiu no sentido de que fosse ratificado aquele decreto por outro datado de 21 de novembro de 1642, dependendo de decisão final do vice-rei de Lima. Somente em 19 de janeiro de 1646 "é concedido o uso de armas de fogo aos índios guaranís", aos quais se remetia 150 bocas de fogo, com seus apetrechos, pólvora e chumbo, e que "ficariam guardadas em depósito a cargo dos missionários e usando-as na guerra e nos exercícios militares que tinham de fazer sob a direção de um irmão leigo, antigo militar" (1).

(1) Teschauer. *Hist. R. G. do Sul.* I, 306/318.

Em torno dessa concessão que dá aos jesuitas enorme poder, levanta-se, nos meios hispano-coloniais e vai se refletir na própria Corte de Madrid enorme celeuma que dá origem a várias indagações. E delas resultou a proibição do uso de armas de fogo, por decreto de 16 de outubro de 1661, sendo apreendidas todas as que se encontraram em poder dos jesuitas, nas reduções. A concessão definitiva, por ordem real, que outorga aos índios das reduções o uso de armas de fogo, que seriam guardadas pelos missionários só é estabelecida por decreto de 25 de julho de 1679.

Oficializava o decreto uma providência já tomada pelo governador do Paraguai que, atendendo às solicitações do superior e provinciais das doutrinas jesuíticas, mandara, em data de 18 de março de 1667, entregar aos índios, para a defesa das missões, não só as armas que haviam sido apreendidas em seu poder como maior cópia de outras com seus apetrechos e munições respectivas (1). E, ainda, 10 anos mais tarde, quando os índios já constituiam um exército ponderavel pelo número e pela instrução militar, que recebem de irmãos recrutados entre os que mais se haviam distinguido nas guerras peninsulares e americanas, novamente, o governo do Paraguai, entrega às Doutrinas quantidade apreciavel de bocas de fogo, pólvora e chumbo. Dessa providência levada ao conhecimento do Conselho das Indias, com as circunstâncias que a justificam, expostas em carta de 20 de outubro de 1677, resulta a concessão definitiva, já referida, de 25 de julho de 1679 (2).

E os acontecimentos que se precipitam pelo recrudescimento da ação bandeirante; pelo expansionismo geográfico dos portugueses, que atingem o Prata, chantando aí os marcos extremos de seu domínio, e a necessidade que se impõe aos espanhóis do auxílio bélico dos missioneiros fazem desaparecer as prevenções anteriores, dando aos jesuitas o poder insuperavel com que, doravante, intervirão nos negócios atinentes à defesa cisplatina.

Fundamentalmente pacífico, como povo já sedentário e agricultor na época da conquista, covarde mesmo ante a agressão de outras nações, o tape, sob o influxo jesuítico, evoluira, tornando-se um soldado combativo e disciplinado. O fanatismo a que atingira a sua fé religiosa, a educação cristã que lhe modificara o carater primitivo, e a certeza que lhe alicerçava a conciência de que combatia pela maior glória do Senhor, para ganhar o reino de Deus, davam-lhe a coragem que se reflete nas ações de seus grandes heróis que tombam, no campo da luta, circundados de um cheiro de santidade, como esse bravo Sepé, que o povo canoniza.

Larga a folha de bons serviços militares prestados pelos índios tapes, que eram logo convocados pelos governadores quando os índios bárbaros, principalmente os cavaleiros, ameaçavam o Paraguai, Buenos Aires e outras cidades, ou quando as incursões paulistas se estendiam

(1) B. N. Mss. I. 29. 2. 37.

(2) Sobre o assunto há copiosa documentação inédita na B. N. (Col. d'Ang.) mss. I. 29. 1. 24. I. 29. 2. 12 e mais 14, 16, 31, 38, 39, 40, 46, 47, 52, 65, 66.

à cata de índios. E, por isto, outorgou-lhes, em 1649, o vice-rei do Perú, conde de Salvatierra, o titulo de "presidiários do presídio contra os portugueses", em que se erigia a região missioneira.

Onde surgia uma ameaça contra os espanhóis ou contra a própria segurança e tranquilidade das aldeias, no Paraguai ou no Prata, era logo solicitada pelos governadores a assistência dos soldados missioneiros que, sob a direção de irmãos especializados na guerra, acudiam prontamente. E assim foi desde 1636 e três anos mais tarde quando socorrem Concepción, assolada pelos calchaquis e frentones (1). Em 1645 vão até Assunção, onde se assinalam graves desordens suscitadas pela ação do bispo contra os jesuitas; voltam no ano seguinte para combater os guaicurús que procuram se apoderar da cidade. Em 1652 saem em defesa das reduções do Paraná e Uruguai invadidas novamente pelos bandeirantes. Em 1655 defendem Corrientes assaltada pelos índios hometes, e no ano seguinte vão a Santa Fé, novamente hostilizada pelos calchaquis. Acodem a Buenos Aires ameaçada por uma flotilha de navios franceses. E são os construtores das fortificações dessa capital, no período que vai de 1663 até 1671 (2).

---

(1) Mss. B. N. I, 29, 2, 10.

(2) Idem, I, 29, 2, 27. Sobre os serviços prestados pelos índios das Missões, em diferentes épocas, consulte-se o doc. mss. da B. N. (Col. Ang.) I, 29, 3, 24, alem das cartas ânuas referentes a este periodo. Sobreleva em importância a toda a documentação o depoimento, ainda inédito, prestado pelo padre Bernardo Nusdorffer, da Companhia de Jesús, em 1735, em uma justificação que, perante o governador Bruno Mauricio de Zaballa, sobre serviços prestados pelos índios, manda proceder o provincial Jayme de Aguilar. É um volumoso manuscrito, original, em que depõe várias testemunhas. Tem na B.N. (Coleção de Ângelis) a indicação I-29,4,56 e intitula-se: "Información y certificación acerca de vários puntos pertenecentes a los Indios guaranis, mandados hacer por el padre Jayme de Aguillar, provincial destas Provincias de Paraguay, etc." Os serviços dos tapes aí referidos, em ordem cronológica pelo padre Nusdorffer, consoante documentos originais existentes no Arquivo da Companhia, muitos dos quais se encontram na mesma coleção, atingem o periodo de um século, isto é, desde 1637 até 1735. Não obstante a extensão desse documento achamos de bom alvitre, para estudo mais detalhado sobre o assunto, aquí registá-lo, traduzindo-o do original espanhol. Sirva ele para mais detalhar e ilustrar as nossas notas, oriundas de outras fontes documentais citadas e escritas antes de conhecer essa preciosa cronologia dos serviços prestados pelos tapes. Alem das que transcrevemos, existem no documento outras noticias referentes aos índios do Paraná e observações avulsas, originais, sobre a guerra com os charruas e outras de que nos serviremos oportunamente. E' a seguinte a parte do depoimento do padre Bernardo Nusdorffer sobre os serviços prestados pelos índios tapes:

1637 — Sendo governador de Buenos Aires D. Mendo de la Cueva y Benevides quando os índios rebelados caracarás e cupesalos queimaram a igreja do povo de Santa Lucia que estava a cargo dos R.R.P.P. do V. P. São Francisco, matando muitos índios e espanhóis, fazendo outras atrocidades e despovoando a redução, não obstante estarem novamente reduzidos à nossa Santa Fé os índios tapes do Uruguai, dito governador os convocou ao castigo dos rebeldes; obedeceram prontamente e baixaram em 20 embarcações suas e à sua custa e indo com eles por cabo D. Cristovão de Garay, que depois foi governador interino do Paraguai, sujeitaram ditos índios rebeldes, castigaram e os tornaram a reduzir em seu povo, com grande valor, morrendo alguns na refrega e saindo outros muitos feridos, como certifica dito cabo, louvando a obediência, fidelidade e zelo ao serviço de S. Majestade.

1638 — Havendo os mamalucos do Brasil destruido as provincias de Guaira levado cativa a gente de 13 povos que os religiosos da Companhia haviam fundado, e

Mas é, exatamente, na fase inicial do expansionismo português no Prata, e na defesa do território a que o gado, por eles introduzido, dera incomparavel valor econômico, que os índios missioneiros, sob a direção militar de jesuitas especialistas na arte da guerra, destacam-se pela sua ação bélica. Alem do português que, em sua cidadela, domina as alturas de São Gabriel, outro inimigo terrivel, feroz e indomavel, terá de enfrentar no guenoa, índio cavaleiro, inimigo tradicional do tape que, com suas toldarias, domina as extensas campanhas cisplatinas. A confederação dos guenoas contra os tapes, aos quais levam a guerra, por instigação dos portugueses de quem se tornam aliados, é uma das páginas mais interessantes dessa fase histórica da fundação dos Sete Povos de Missões.

Em 1669, como historiamos detidamente, corre nas Doutrinas a notícia de que uma grande bandeira se organiza em São Paulo, para a conquista definitiva das aldeias jesuíticas. "Capitão dessa jornada", impondo-se pelas suas tradições ao terror dos inacianos, seria Fernão Dias Paes. Outros insignes paulistas, conhecidos sobejamente nas Missões, integrariam essa poderosa força que não tardaria descer, por via

---

outros que tinham os espanhóis de três cidades, dos quais mataram e levaram mais de 300.000 almas como consta da cédula real de 17 de setembro de 1639, na qual se referem todos estes danos, tendo notícia os índios tapes do Uruguai que ditos mamalucos vinham fazer o mesmo nesta província, saíram-lhes ao encontro na paragem chamada Caaçapa-mirim, onde tiveram com eles várias refregas e ultimamente conseguiram encerrá-los em uma paliçada alguns dias, onde, vendo a resistência que lhes faziam os ditos índios e os assaltos que lhes davam, valendo-se de um mato áspero, desampararam o forte e fugiram com grande perda, como certificam nove espanhóis que a pedido dos religiosos da Companhia iam ajudar aos índios, mas quando chegaram já encontraram os ditos mamalucos encerrados pelos índios que, com esta ação, conservaram nos domínios do rei de Espanha esta província do Uruguai.

1639 — Querendo ditos mamalucos continuar suas invasões, preveniram-se os índios tapes para lhes sair ao encontro, e achando-se em visita ao rio Paraná o governador do Paraguai D. Pedro de Lugo y Navarra, lhe deram aviso os do Uruguai e lhe rogaram os fosse ajudar, ou enviasse socorro de alguns espanhóis; marchando o governador ao Uruguai e chegando soube que já os índios haviam sós acometido e os destroçado, matando muitos e fazendo 17 prisioneiros mamalucos e dois escravos, que trouxeram logo ao governador para que os castigasse. Parte deles enviou o dito governador a Buenos Aires e parte levou ao Paraguai, e libertaram os índios a todos os cativos das cadeias em que os tinham e aos demais do mesmo perigo delas, que passavam de 2.000, o que tudo consta de autos feitos sobre isso.

1640 — Havendo os índios rebeldes lagunas, homas, frentones e calchaquís, despovoado a cidade de Concepción, que foi da jurisdição de Buenos Aires, fizeram grandes danos nas fazendas de Santa Fé, matando índios e espanhóis. E querendo o governador do Porto, que foi o sobredito D. Mendo de la Cueva y Benevides, castigá-los, convocou para este fim os índios das reduções dos Tapes que, obedecendo, baixaram logo, e não podendo o dito governador fazer nada contra os rebeldes por haverem-se já metido em seus matos e espessuras, entraram aí somente os tapes e castigaram os que puderam encontrar; pelo que, por então, se abstiveram de ocasionar mais danos, como tudo consta dos respectivos testemunhos e autos.

1641 — Querendo o mamaluco do Brasil fazer-se novamente dono das reduções do Paraná e do Uruguai, aí apareceu com grande força no mês de março de 1641. Eles próprios blazonavam que tinham somente de brancos (assim intitulavam os portugueses) 900 e 1.000 tupís, índios guerreiros do Brasil. Baixaram o rio Uruguai

marítima, até a Lagoa dos Patos (Laguna) e daí, por terra ao Jacuí, de onde rumaria para as doutrinas, entrando nas missões por Japejú.

A notícia levada pelos fugitivos de São Paulo não era destituida de fundamento. Em seu já citado estudo sobre o *Bandeirismo Paulista*, o Dr. Ellis Junior regista largas referências, na década de 70, à organização de levas capitaneadas exatamente pelos capitães piratininganos referidos no depoimento prestado por esses índios perante o corregedor de São Tomé, D. Cristovão Capiy. Entre os que tratavam da "dita jornada" alem de Fernão Dias, são apontados Pedro Vaz de Barros, João Paes, João Andrade, Francisco de Camargo, José de Camargo, Braz Esteves e outros. Desviado da prêa de índios, que o fizera várias vezes rumar para o sul, o grande Fernão Dias, a convite real, organiza essa memoravel bandeira que o imortaliza, procurando atingir à lendária serra das esmeraldas. Pedro Vaz de Barros, e outros integram novas bandeiras que rumam para o desconhecido. Luiz Castanho, Antonio Soares Paes, Manuel de Campos Bicudo e Manuel Dias da Silva, à frente de grandes levas se internam pelos sertões, nessa mesma memoravel década.

---

com 250 embarcações de canoas, piráguas e balsas; sairam-lhes ao encontro os índios das reduções, ofereceram-lhes batalha e puseram ao fundo muitas canoas, mataram muitos no rio e os obrigaram a fugir por terra, deixando muitas embarcações e tudo quanto traziam. Ganhando a terra, os mamalucos se fortificaram e os índios os tiveram cercados alguns dias, dando-lhes contínuos assaltos até que, em uma noite escura de tempestade e chuva, conseguiram fugir. Foram os índios a seu encalço voltando a acometê-los e matando 83 deles. Das informações que disto se fizeram no Brasil se soube que foram 120 os mortos portugueses e que dos tupis poucos voltaram.

1641 — No mesmo ano, alguns derrotados que iam fugindo encontraram com socorro novo que vinha do Brasil e juntos voltaram por outra parte e com outro modo a tentar fortuna: fizeram dois fortes, no rio Uruguai, um chamado *Tobatí* e outro *Apiterebi*, para sair daí, fazer guerra às reduções e cativar índios. Descobriram os espias dos índios seu intento, sairam logo em seguida e acometendo o primeiro forte, os destroçaram, matando muitos e libertando os cativos que já tinham. Deram tambem sobre o segundo forte e os obrigaram a evacuá-lo, com tudo quanto tinham de provisões, munições, víveres e cativos. Tudo isto consta dos autos que fez o governador D. Jeronimo de Cabrera, e das informações que mandou fazer o provincial da Companhia da Província do Perú e desta, padre Francisco Lupércio Zurbano.

1655 — Rebelaram-se os índios hometes e juntos com os frentones e lagunas, tratavam de invadir a cidade de Corrientes (que pertence ao governo de Buenos Aires). Quis o tenente dela prevenir o golpe e convocou os índios guaranís e tapes das Doutrinas que acudiram logo a seu apelo e anteciparam o inimigo, atirando-se sobre ele de improviso e fazendo nele grande castigo, inclusive muitos prisioneiros, como consta do testemunho que lhes deu dito tenente, de seu valor e obediência.

1656 — Pretendendo os índios calchaquís rebeldes, fronteiriços a Santa Fé, e com que os espanhóis dessa cidade achavam-se em guerra há mais de 34 anos, acabar com esta cidade como haviam feito com a de Concepcion, e não tendo os espanhóis forças para resistir-lhes, o governador do Porto, D. Pedro de Baygorri deu ordem aos tapes baixassem em socorro, o que foi obedecido, saindo das reduções 350 índios armados que tinham por cabo o mestre-de-campo D. Juan Árias de Saavedra. Conseguiram sujeitá-los, acabando com essa nação, de que restaram alguns que foram afastados de suas rapinagens e levados para perto de Santa Fé como amigos e desde então não mais levantaram a cabeça. Demoraram nessa deligência cinco meses, morrendo alguns na luta e padecendo intoleravel fome. Tudo isto consta das informações que deram o governador e cabo da tropa.

A informação dos índios fugitivos, reduzida a termo, impõe providências urgentes no sentido de acautelar as povoações missioneiras. Convinha, preliminarmente, conhecer esse trato de terra abandonado ao oriente do Uruguai, de onde surgiriam os inimigos. Convocados os doutrinantes, sob a presidência do superior, ficou resolvido se organizasse um corpo de exército, fortemente armado e municiado, para proceder ao reconhecimento da região e prover, quanto possivel, os meios de defesa que a expedição sugerisse.

Reunidos os caciques de vários povos, sob cujas ordens, já afeitos ao manejo das armas, se encontravam algumas centenas de soldados missioneiros, veteranos de outras campanhas, ficou o exército, que se dividiu em três troços, sob o comando geral do padre Jacinto Marques. Em princípios de 1670, isto é, somente 32 anos depois de terem abandonado as terras do Tape, vadeando o Uruguai pelo passo fronteiro a São Tomé, depois denominado São Borja, entraram os índios em massa nas terras que foram de seus pais e avós. Marchando para leste percorreram larga extensão do território riograndense até o Jacuí, chegando às imediações da tapera da antiga redução de S. Miguel e daí, trans-

---

1656 — Neste mesmo ano veio uma bandeira de 50 portugueses com muitos índios tupis dar sobre os índios catecúmenos que estavam para reduzir-se na redução e povo de Japejú, de que foram presos alguns, fugindo outros que deram aviso. Sairam 200 índios armados e alcançaram-nos em caminho quando voltavam com as presas, e acometendo-os, no primeiro encontro lhas tiraram, metendo-se eles no mato para fugir; aí os cercaram e, embora alguns bastante maltratados conseguissem escapar, mataram outros e prenderam cinco deles, três portugueses e dois mulatos, e os levaram presos a D. Pedro Baygorri, governador do Porto, e havendo eles fugido os espias dos índios, que haviam saido, novamente os prenderam e os levaram ao Paraguai, entregando-os ao Sr. D. Juan Blazquez de Valverde, como consta do testemunho e informação que fez dito ouvidor e o governador de Buenos Aires.

1657 — Vendo o dito governador de Buenos Aires os danos que causava uma esquadra de navios franceses que andavam infestando aqueles mares e rio, e ameaçando aquela cidade, chamou das reduções certa quantidade de tapes armados, que baixaram prontamente a defendê-la, acudindo por mais de oito meses a todas as funções militares com grande obediência e fidelidade e causando admiração aos estrangeiros que ali se encontravam, os quais diziam que o rei de Espanha tinha nestes índios uma grande defesa para estas terras, e em testemunho de sua obediência e fidelidade disse dito governador ao capitão Luiz de Payax, em uma ordem que lhe mandou pela ação militar, o que se segue: "Use de toda diligência e cuidado com esses índios do Tape, tratando-os como se deve, pois eles nos ensinam a sermos fiéis".

1658 — No princípio do ano de 1658, havendo pedido dito governador que da cidade de Corrientes baixasse ao Porto uma companhia de soldados para a defesa do mesmo, e não podendo essa ir nem por terra devido aos caminhos dificeis, nem por mar por falta de embarcações, tiveram disso aviso os índios tapes que, em serviço de sua majestade, acudiram logo com suas embarcações e transportaram ditos soldados desde Santa Fé.

1663 — Mandou o Sr. presidente e governador do Porto, D. José Martinez de Salazar fazer 40 taipas de quatro varas de comprimento e duas de altura com suas comportas e 400 socadores de terra com seus respectivos cabos, para as obras de fortificação de Buenos Aires, trabalho que foi executado pelos índios tapes que foram ao Porto para servir com isto a sua majestade e a seus reais ministros.

pondo, rumo sul, a coxilha do Taboleiro, que dá origem às nascentes do Santa Maria e do Vacacaí, estacaram à entrada da vacaria do mar, que se estendia até as raias extremadas de Maldonado.

Era a primeira vez que se lhes revelava essa riqueza, opulentando o taboleiro das pampas que se perdia de vista. Um gado forte, grande, quase uniforme na pelagem escura, povoava as campanhas com seus incontaveis rebanhos.

E' quando, na antevisão de acontecimentos futuros que a cobiça dessa imensa riqueza econômica dará origem, o padre Jacinto Marques, apontando aos índios o gado que se perde de vista pelas coxilhas da pampa, exclama: "Estas vacas que vedes não foram postas aquí por Hernandarias", "mas, sim pelos padres da Companhia". E, colocando alí uma cruz, como símbolo de posse, voltou às Missões para dar notícia do que vira nessas campanhas dilatadas. "E essa cruz se conservaria ainda até o ano de 1680, em que foi encontrada pelos primeiros índios que foram vaquear alí e pelos que foram ao assédio de S. Gabriel" (1).

Alem de percorrer grande parte do território hoje riograndense o jesuita explorou até o Prata a região uruguaia da antiga Banda dos Charruas, chegando até o porto e ilha de Maldonado. Encontrou aí,

---

1664 — Foram, por ordem do mesmo 150 índios trabalhar nas fortificações da mesma cidade, onde abriram e aprofundaram os fossos e estiveram cinco meses, como consta de sua certificação.

1671 — Por ordem do mesmo foram 500 índios que trabalharam e fizeram um forte na outra banda do rio de Lujan, 10 léguas distantes do Porto de Buenos Aires, e como certifica dito governador foram pontuais e obedientes vassalos de sua majestade e merecedores de seu real amparo.

1673 — No ano de 1673, assolada a cidade de Corrientes pelos infiéis fronteiriços, pediu o cabildo socorro de quatro canoas para poder sair ao castigo deles. Estas foram prontamente enviadas das reduções dos Tapes, para poderem se defender, do que deram públicos agradecimentos em carta.

1680 — Por ordem do Sr. governador de Buenos Aires, D. José de Garro, baixaram 3.000 índios armados para desalojar, pela primeira vez, os portugueses da Colônia do Sacramento. Baixaram das reduções com 4.000 cavalos seus, 200 bois, 37 balsas e provisões; obraram no assalto daquela fortaleza com não menos valor que os soldados espanhóis, assinalando-se pela lealdade e zelo no real serviço. Morreram nesta ação 33 índios e tiveram 54 feridos, ficando vencidos os portugueses. Durou a campanha mais de seis meses e para alí foram quase todos a pé, somente para não maltratar seus cavalos e deles se poderem servir nas ações militares. Fizeram o trajeto de 150 léguas que distam dos povos mais próximos, em pleno rigor do inverno, com provações e conduzindo mais de 200 índios enfermos. Consta tudo isto da certificação do governador e mestre-de-campo deles, D. Antonio de Vera.

1680 — No mesmo ano, por ordem do mesmo, foram outros 300 índios tapes armados e com seus cavalos, armas e provisões percorrer a costa do mar e prenderam no cabo de Santa Maria 24 pessoas portuguesas e entre elas o tenente-de-mestre-de-campo-general D. Jorge Soares de Macedo, prisão que foi de grande importância para o desalojamento dos portugueses da Colônia, porque vinha este como segundo chefe da defesa. Consta da certificação do dito Sr. Governador o recibo que desse prisioneiro deu o mesmo. Por este e pelos serviços antecedentes mereceram se dignasse sua majestade dar-lhes agradecimentos em cédula real de 9 de maio de 1682".

A parte seguinte do depoimento do padre Nusdorffer que abranje o período decorrente entre 1688 e 1735, e que se refere aos serviços prestados pelos índios dos Sete Povos, será inserta adiante, ao tratarmos com detalhe sobre esses mesmos serviços.

(1) B. N. Pleito cit.

desarvorado e perdido, um navio estrangeiro, de que eram aliviadas artilharia e courama de que estava carregado, parecendo mesmo que prestou auxílio a esses náufragos, segundo se depreende da observação do Conselho de Índias a cujo conhecimento chegou essa notícia. E em carta real de 7 de agosto de 1679, pareceu ao Conselho advertir o provincial da Companhia "não permita aos religiosos doutrineiros semelhantes ações, "pois", quando for necessário" "hacer algunas jornadas a defender los Pueblos que doctrinan, y a reconocer los inimigos con gente y armas a contingencia de pelear", será mediante licença e levando por cabo da tropa pessoa para isto designada (1).

Nada, porem, encontrou o padre Marques que denunciasse a existência de inimigos em todo esse território. Só 10 anos mais tarde, em 1680, numa expedição regular de povoamento, sob as ordens de D. Manuel Lobo, os portugueses se fixariam no litoral cisplatino, fundando a Colônia do Sacramento.

Servira a incursão do jesuita para abrir caminho às vacarias que são, desde então, exploradas pelos índios tapes, ainda parcimoniosamente, em virtude das ordens dos superiores que procuram evitar o desperdício desse valor econômico. Só de dois em dois anos, afim de suprir às necessidades das doutrinas, era facultado aos índios entrar na vacaria, de onde extraiam algumas tropas de gado escolhido para cria e corte. Proveem dessa permissão não só a vacaria do Rio Negro, formada com os gados extraviados dos lotes que são conduzidos até o rio Uruguai, como as estâncias, rodeios de pouso, que se vão erguendo no vale desse rio, cujas terras são incorporadas, por doação dos superiores da Companhia, ao patrimônio dos povos da Banda Ocidental que lhes são fronteiros.

Com a década de 80 em que os portugueses se estendem até as margens do Prata, fundando a Colônia do Sacramento; os paulistas, com os Brito Peixoto, lançando na linha mais extremada de Tordesilhas, a povoação de Laguna, e os jesuitas, reocupando com suas doutrinas o vale do Uruguai, começa esse largo processo histórico que dará origem ao Rio Grande do Sul e ao Estado Oriental do Uruguai, que surgirão do embate secular de que esse território será o vasto cenário.

Historiamos largamente, páginas atrás, a missão de que fora incumbido o tenente-de-mestre-de-campo-general Jorge Soares de Macedo, que precederia D. Manuel Lobo na expedição que deveria fundar, no Prata, em "sítio cômodo", "uma fortificação para a segurança tanto do porto, como do povoamento da terra". Em 5 de agosto de 1678, Soares de Macedo que se encontrava no Rio de Janeiro, daí comunica a el-rei que se aprestava para a diligência que se lhe incumbira. Em janeiro do ano seguinte, em São Paulo, convoca sertanistas de escol para a temerária empresa.

Célere, entretanto, a notícia, que se procura manter em grande sigilo, voa de São Paulo ao Paraguai. Prestante amigo a transmite ao governador que por sua vez cientifica ao superior das doutrinas jesuíticas, padre Cristovão Altamirano, que os paulistas se aprestavam, por ordem

(1) *Campaña del Brasil* — cit. I, 75.

real, para fundar em São Gabriel, ou no litoral do Prata, uma povoação portuguesa.

Imediatamente leva o padre Altamirano ao conhecimento de D. José de Garro, governador de Buenos Aires, a comunicação recebida, por meio de um correio que ali chega a 25 de novembro, confirmando outra de D. Felipe Rexe Corvalan, governador do Paraguai, datada de 22 de outubro, já recebida por aquela autoridade.

Afim de conhecer a exatidão da notícia, e obstar mesmo o avanço português para o Prata, D. José de Garro dá ordem ao superior faça organizar um troço de tropa missioneira, bem armada e municiada, que percorrerá o litoral onde se presume desembarque a expedição.

Esse corpo que, segundo os documentos jesuíticos, constava de mais de 400 índios, teve como chefes os padres Domingos Rodiles e Jerônimo Delfim, de Japejú, e era composto de soldados de todas as reduções, sob o comando geral do índio D. Cristovão Capiy, alcaide-mor de São Tomé. Comandavam as diversas companhias os capitães índios : D. Tomaz Aracuye, da infantaria de S. Tomé, D. Francisco Aguara, alcaide ordinário de Conceição ; D. Luiz Allerovi, de Conceição : D. Paulo Caraype, de São José ; D. Juan Nandarepi, de Japejú ; D. Bernardo Carape, de Santo Inácio, e D. Inácio Guairaye, de Santa Maria.

Organizado com toda a urgência, transpôs o exército missioneiro o Uruguai, no depois passo de São Borja, em janeiro de 1680. Durante três meses, até 5 de março de 1680, dia em que foi preso Jorge Soares de Macedo, percorreu esse corpo todo o litoral, até Maldonado, fazendo mais de 500 léguas (1).

Conhecida a fundação da Colônia por D. Manuel Lobo, apela novamente D. José Garro ao auxílio dos jesuitas na organização de um exército missioneiro de grandes proporções. E, como por ordem real, era vedado o comando supremo dos padres, foi designado por chefe o mestre-de-campo Antonio de Vera Mujica, a cujas ordens, sob a direção de seus padres, deveria o superior padre Cristovão Altamirano por 3.000 índios recrutados nas doutrinas do Uruguai.

Para a organização dessa força contribuiram : Itapua 190, Candelária 200, São Miguel 235, Mártires 80, Santana 85, Santo Inácio 150, Loreto 155, Corpus 60, São Carlos 235, São José 90, Santa Maria 235, São Xavier 160, Concepcion 275, São Nicolau 275, Santo Tomé 275, Assunción 150, Reyes 150, perfazendo assim o total de 3.000 soldados índios (2). Assessoravam os catecúmenos, divididos em três corpos de exército, sob o comando geral de Vera Mujica, os padres Pedro Ximenes, Jacinto Marques, João Antonio de Solinas, tendo por superior o padre João de Rojas (3).

Vera Mujica, que marchou em agosto, deu o comando do primeiro corpo ao cacique principal de Itapua, mestre re campo Francisco Coretu, assessorado pelo capitão espanhol Alexandre Aguirre e alguns

---

(1) B. N. Coleção de Angelis. Mss. I, 31, 32, 11.

(2) *Antecedentes coloniales* cit. 57. *Campaña del Brasil.*

(3) B. N. Mss. I, 31, 32, 13.

correntinos, compondo-se este de gente de Itapua, Loreto, Corpus, La Cruz e Mártires. Comandava o segundo o cacique principal e corregedor de São Tomé Cristovão Capiy, assistido pelos capitães espanhóis Juan de Aguillera e Juan Frutos, e era composto pela gente de São Tomé, São Nicolau, São Miguel, Santa Maria, Candelária e Conceição. E o terceiro sob o comando do cacique principal de São José, sargento-mor Inácio Amandaú, assistido pelo capitão Gabriel de Toledo e vários correntinos, compunha-se da gente de São José, Santana, São Xavier, Reyes e São Carlos. Essa força, que marchou rapidamente, acampou uma légua distante da Colônia, pondo-a em rigoroso assédio (1).

O depoimento do padre Nusdorffer detalha esse assédio que terminou pela derrota de D. Manuel Lobo, sua prisão e destruição da Colônia do Sacramento. Durante seis meses os soldados missioneiros estiveram nessa campanha, tendo perdido 33 mortos e 54 feridos. Seus serviços de guerra, nessa facção, estão detalhados pelo mestre-de-campo Antonio de Vera Mujica, que os comandou e constam dos documentos insertos por Correa Luna, em *Campaña del Brasil* (2).

O Tratado Provisional de 1681 manda restituir a Portugal as desmanteladas ruinas da Colônia. Em 1683 Duarte Teixeira Soares as recebe das mãos do governador de Buenos Aires, José de Herrera Sotomayor. Trata-se, então, de reconstruir as suas desmanteladas fortificações. Mas, em 1705, novamente assediada pelos espanhóis, resolve Veiga Cabral, que a comandava, retirar-se afim de evitar um sacrifício inutil ante a desproporção da força inimiga que a apertava em extremado cerco. E' novamente destruida a Colônia do Sacramento, para que, no dizer do governador Inclan, "não fique memória do inimigo" (3).

Essas contínuas incursões de espanhóis e índios pelo território da banda oriental do Uruguai ; de portugueses que cruzam entre Laguna e Colônia e o conhecimento mais exato das grandes possibilidades econômicas que as vacarias apontam à cobiça de todos, determinam, naturalmente, meios mais eficientes de defesa da parte dos padres jesuitas, temerosos de perderem um patrimônio de inexcedivel valor. Já então, ante a ameaça da destruição das vacarias, onde haviam ficado remanescentes das tropas correntinas e santafecinas de Vera Mujica, e este próprio comandante com grande número de vaqueiros extraindo gados, prenunciava-se o consideravel desfalque que os tapes sofreriam em seu rebanho, nessas extensas campanhas. Os povos ribeirinhos do Uruguai apropriam-se de largos campos, na margem oriental desse rio, fundando aí as suas estâncias com gados conduzidos das vacarias.

Não era somente a Colônia, novamente entregue aos portugueses pelo Tratado Provisional, que constituia grave perigo para as doutrinas jesuíticas do Uruguai. Temiam-se muito mais as incursões das bandeiras paulistas que ainda perlustravam terras de Espanha, alar-

---

(1) *Campaña del Brasil.* Antec. etc. LIII. Extrato em Correa Luna. Sobre o assunto ver *A Colônia do Sacramento,* de Jonatas do Rego Monteiro, I, página 80 e seguintes.

(2) *Campaña del Brasil* — LIII.

(3) Rego Monteiro — *Colônia* cit. 163.

gando para oeste a prêa de índios infiéis e cristãos. A província do Paraguai e mesmo até Santa Cruz de la Sierra eram ainda taladas pelas razzias bandeirantes. E o padre Diego de Altamirano, que viera como procurador geral da Companhia, informava, em 1683, "que outras esquadras de portugueses de São Paulo" se aprestavam para penetrar os sertões (1).

Assim, para não serem tomados de improviso, era mister uma vigilância continua. Informa o padre Nusdorffer, em seu citado depoimento, que, todos os anos, contingentes de 80 homens armados, das respectivas povoações jesuíticas do Uruguai, percorriam, como espias, não só as regiões riograndenses, como as do Alto-Uruguai, até as proximidades da Laguna, de onde poderiam vir os portugueses maloquear índios e atacar as reduções cristãs (2).

Foram todas essas considerações, de ordem política, decorrente da defesa de sua própria economia vital, que induziram os jesuitas a "remudar quatro povos", da margem ocidental para a oriental do Uruguai, o que ficaria difinitivamente assentado no ano de 1686 (3). Alem da defesa natural que suas forças regulares oporiam à invasão dos mamalucos que, na Laguna, mais próximos de suas aldeias tinham um interposto, não era de menor importância a assistência que prestariam às vacarias, que começavam a ser assoladas pelos próprios espanhóis, e o cuidado eficiente que precisavam dispensar às estâncias recem-fundadas no vale do Uruguai, que eles projetavam estender ao coração do Rio Grande do Sul, bem como a exploração intensiva dos ervais de "yerba provechosa", não só para o consumo dos índios, mas para o comércio florescente do mate, de que exportavam para Buenos Aires quantidades apreciaveis.

Assentada definitivamente a retransmigração dos quatro primeiros povos, em 1686, por ordem do provincial padre Tomaz Domvidas, o padre Alonso de Castillo, superior, nesse tempo, de todas as reduções do Uruguai, em companhia de outros padres designados para fundar as novas doutrinas, atravessou o grande rio afim de escolher os melhores sítios em que deveriam ser estas localizadas.

Razões ponderosas, decorrentes da mútua defesa, determinaram não excedessem as respectivas distâncias, de umas para outras, de dez léguas castelhanas, de 20 ao grau, e as mais distantes de seis a quatro léguas. Haveria entre elas uma interdependência, de sorte que "as de São Nicolau, São Luiz e São Miguel se corresponderiam entre si e não com outras". A de São Borja se conjugaria com a de São Tomé (4).

São Nicolau, que se separa de Apóstolos, como chave desse novo sistema de povoações, escolhe local nas proximidades de sua antiga redução, sobre o Piratini, três léguas distante da embocadura desse rio

---

(1) *Campaña del Brasil.* 364.

(2) B. N. Mss. cit. I, 29, 4, 56.

(3) Já em 1682, como veremos, havia sido fundada S. Francisco de Borja, por uma colônia de São Tomé.

(4) *Reglamento general de Doctrinas,* etc. enviado por el provincial P. Tomaz Domvidas y aprobado por el general p. Tirso, em 1689. Teschauer *Hist. Rio Grande do Sul.* I, 389.

no Uruguai. No dia 2 de fevereiro de 1687 retorna à Banda Oriental. Segue-se-lhe São Luiz Gonzaga, no mesmo ano, ocupando o posto em que foi Candelária, no Caaçapa-mini, de onde mais tarde se traslada para o local que ainda hoje ocupa. Desprendera-se de Concepción. O terceiro que se muda é o Povo de São Miguel, antiga redução do Tape, ainda no mesmo ano de 1687. Localiza-se entre o Piratinizinho e o Santa Bárbara, afluentes do rio Piratiní, numa distância de dez léguas de São Luiz que, por sua vez, estava à igual distância de S. Nicolau. Cinco anos antes, em 1682 uma colônia de São Tomé cruzara o Uruguai e em terras de sua estância fundara São Francisco de Borja, vinte léguas ao sul de São Nicolau. São estes os quatro primeiros povos que veem ocupar o território riograndense.

Três anos depois, em 1690, os resultados promissores da mudança das primeiras doutrinas, autorizam a aumentar o número destas no território a oriente do Uruguai. Santa Maria Maior concorre com magnífico contingente de população que toma o nome de São Lourenço Martir e se coloca a meia distância entre os povos de São Luiz e São Miguel, sendo seu fundador o padre Bernado de la Vega, que organiza e dirige essa missão.

Dez anos depois da volta dos primeiros povos, afim de descongestionar o Povo de São Miguel, cuja população crescera, o padre Antonio Sepp, à frente de uma grande parte dela, funda São João Batista que se torna um padrão para as outras povoações. Deu-se a fundação dessa doutrina a 14 de setembro de 1697, em local que ficava a quatro léguas de S. Miguel e a vinte e quatro de São Nicolau.

O último dos povos fundados é o de Santo Ângelo Custódio que, inicialmente, erguido entre os Ijuís, vai depois. para o local que hoje ocupa a cidade desse nome, uma das mais florescentes da região missioneira do Rio Grande do Sul. A população que funda Santo Ângelo provem de nova contribuição de Concepción, encaminhada àquele posto em 1706. Com este último núcleo fecha-se o cíclo fundacional das Missões, que perdura por vinte anos, mas não o desdobramento de suas populações disseminadas por toda a parte com o estabelecimento de estâncias e postos que se estendem por larga extensão do território riograndense, dando origem a grande número de povoações que ainda subsistem.

O primeiro geógrafo que determinou a posição dos povos e as distâncias existentes entre uns e outros, foi o sábio santafecino padre

COORDENADAS		DISTÂNCIAS						
LAT. S.	LONG. L.	EM LÉGUAS DE 20 AO GRÁU						
28° 13′	322°56′	S. Nicolau						
28° 19′	323°12′	10	S. Luiz					
28° 22′	323°27′	16	6	S. Lourenço				
28° 25′	323°45′	20	10	4	S. Miguel			
28° 21′	323°51′	24	14	8	4	S. João		
28° 15′	323°53′	30	20	14	10	4	S. Ângelo	
28° 41′	321°41′	20	30	36	40	44	48	S. Borja.

Ventura Suarez, uma das maiores glórias da ciência jesuítica sul-americana, e de quem, mais tarde, nos ocuparemos a largos traços. Existe na Biblioteca Nacional um trabalho interessante de autoria do padre Ventura, de que extrairemos os dados principais a isso referentes (1).

2 — *São Francisco de Borja*

São Francisco de Borja é o mais antigo dos Sete Povos de Missões. Teve origem em uma colônia de povoadores que São Tomé, em 1682, estabeleceu a oriente do rio Uruguai, ocupando as terras da vasta estância que, entre os rios Camaquã e Butuí, lhe haviam sido adjudicadas para a criação de gados vacuns. Desde tempos imemorais, pelo passo de São Borja, no rio Uruguai, fazia São Tomé a penetração no território riograndense, não só para extração de gados das vacarias recem-descobertas, como para o encaminhamento dos soldados que, por ocasião da fundação da Colônia do Sacramento, foram ao assédio de São Gabriel. Em 1680, conforme documentos já estudados, um exército missioneiro, custodiado pelos padres Juan de Anaya e José Texedas e sob o comando geral do corregedor de São Tomé D. Cristovão Capiy, transpôs aquele passo e atacou D. Manuel Lobo, destruindo a praça portuguesa fundada meses antes à margem meridional do Prata.

A fundação de São Francisco de Borja, que se verifica dois anos depois, tem origem nessas atividades militares que impõe a São Tomé a criação de um posto de emergência para a defesa do vasto território ameaçado pela expansão portuguesa que ruma para o Prata acrescida pelas exigências de ordem econômica que a pecuária criara com a descoberta das Vacarias do Mar.

São Tomé, lançando essa colônia, retomava posse efetiva das terras que pertenciam, por direito de hereditariedade, aos seus primitivos fundadores de origem tape.

Fundada, como vimos, nas proximidades do rio Ibicuí, pelos padres Luiz Ernot e Manuel Berthot, em 1632, São Tomé foi uma das reduções mais florescentes do Tape, contando, quando transmigrou para a margem ocidental do Uruguai, sob a pressão bandeirante, em março de 1639,

(1) Natural de Santa Fé, Argentina, e nascido em 14 de julho de 1679, foi o padre Ventura Suarez um dos maiores matemáticos e astrônomos sul-americanos, tendo sido o primeiro a fazer observações meteorológicas nas Missões. Imprimiu um lunário para um século e comunicava-se com os maiores matemáticos do seu tempo. Fez várias observações de eclipses, emersões e imersões de satélites, dedicando-se a variadas atividades artisticas e cientificas que lhe deram larga projeção entre os sábios de seu tempo. Faleceu em 1749. Existem na Biblioteca Nacional interessantes trabalhos, entre os quais a tabela de coordenadas e distâncias dos Povos, de que extraimos pequena parte. Alem desta, de autoria dos demarcadores D. José Maria Cabrer e D. Felix de Azara encontram-se outros trabalhos idênticos de que nos servimos para localização das doutrinas orientais. Para esse estudo são notaveis tambem os elementos que nos fornecem os trabalhos dos demarcadores portugueses, entre os quais sobrelevam os do brigadeiro Francisco João Roscio e Dr. José de Saldanha. As observações do padre Ventura Suarez constam do mms. B. N. I, 29, 5, 30. — Cabrer — Mss. I, 29, 5, 84. — O padre Quiroga em seu mapa de 1749 adotou as mesmas coordenadas do padre Ventura Suarez (*Cart.*) — *Furlong* — 16.

população superior a duas mil almas. Rego Monteiro lhe dá para coordenadas, no Tape, 29° 22' de Lat. S. e 11° 34' de Long. O. do Rio de Janeiro. Trasladada para a margem direita do Uruguai, aí se localizou aos 28° 32' 49" de Lat. S. e 321° 43' 17" de Long. L. da ilha do Ferro, conforme Azara. A colônia que funda São Borja, oriunda de São Tomé, se fixa, segundo o padre Ventura Suarez na Lat. S. de 28° 41' e Long. L. de 321° 41', posição que atualmente, consoante determinações precisas, se encontra a 28° 39' 44" de Lat. S. e 56° 00' 15" de Long. 0. Greenwich.

Teschauer dá para a fundação de São Borja a data de 1690 (1). Documentos por nós exumados da preciosa *Coleção de Ângelis*, fonte primacial deste trabalho, autorizam-nos a recuar essa data para 1682, o que dá a São Borja prerrogativas de pioneiro da segunda fase de civilização jesuítica na Banda Oriental. Cinco anos depois, quando da fundação dos outros povos, que se verifica em 1687, recebe, então, novo reforço de famílias que retransmigram de São Tomé, assentando assim definitivamente alicerces mais fundos de povoamento. Já tambem, anexo a São Borja, outro povoado, Jesús Maria dos Guenoas, congrega os índios infiéis desta nação que a catequese integra à civilização cristã.

A primitiva população de São Borja, "desde el año de su division de 1682, "compunha-se de 1.952 almas de índios batizados, oriundos de São Tomé, que se radicaram alí. O documento justificativo dessa asserção refere-se a batismos do Povo de São Borja, em cujos livros não existem notas sobre esses primeiros povoadores, que constarão dos assentos de São Tomé, solicitando o cura de São Borja, em 1732, que seu colega de São Tomé, revendo os livros respectivos, os extraia para fins estatísticos. E diz : "Estos 1.952 son los que venieron en la division y vinieron a S. Borxa no estan incluidos en la lista de los párvulos ni en la de los adultos, porque solos sus nombres vinieron, no los años de su batismo... Y asi van solo desde el año de su transmigración de 1687, de donde se comenzó aquí el libro nuebo de S. Borxa. Sin entrar en el dichos 1.952 transmigrados, con que por todos transmigrados y batizados aquí desde el dicho año de 1687, no mas, son 12.963" (2).

Em 1687 é determinada a fundação dos povos de São Nicolau, São Miguel e São Luiz Gonzaga que vão constituir, entre o Piratiní e o Ijuí, um sistema aparte de povoamento muito ao norte de São Borja, porque então já se visava a defesa desse território mais acessivel aos inimigos portugueses da capitania de São Paulo que tentavam se estender até a Laguna. E, na mesma ocasião, afim de aumentar São Francisco de Borja, interposto que se abria para o embate contra

(1) Teschauer. *Hist. R. G. Sul* — II, 5. Azara dá a mesma data de 1690 para fundação de São Borja. *Descricion hist. física, polit. y geográfica de la Prov. del Parag.* Cood. mss. B. N. I, 16, 2, 6.

(2) "Batismos del Pueblo de S. Francisco de Borxa desde el año de su division de 1682 hasta el próximo passado de 1732". B. N. Mss. I, 29, 1, 119.

a Colônia do Sacramento, catequese dos índios infiéis da Pampa e aproveitamento dos gados das Vacarias do Mar, resolvem os jesuitas encaminhar para alí maior número de famílias de São Tomé, dando assim definitiva organização à doutrina, fundada havia cinco anos antes.

Até então, como posto avançado de São Tomé, dependera São Borja dessa doutrina, de que se separa em 1687, constituindo um povo a parte, com livros de assentos que lhe são peculiares e com economia própria. Anexa à povoação o padre Francisco Garcia, primeiro cura de São Borja, fundara Jesús Maria dos Guenoas, aldeia de índios cavaleiros infiéis que conseguira catequisar. E daí a explicação do asserto do padre Domingos Calvo, cura de São Borja em 1706 dizendo que "este Pueblo de San Francisco de Borja se puso desta otra banda del Uruguai que son ya diez y nueve (años) desde el mil seiscientos y ochenta y siete" (1). E isto coincide com a declaração do padre Nusdorffer quando se refere à "remudança" de quatro povos, nessa ocasião.

Era São Tomé, quando da retransmigração da maior parte de sua população para a margem oriental do Uruguai, um dos povos mais populosos da margem oposta. O contingente com que reforça a povoação de São Borja, em 1687, não excede de mil almas, divididas em mais de trezentas famílias, ficando ainda alí uma população bastante grande, como consta da ânua de 1693, que dá para São Tomé 3.493 almas em 941 famílias. Em 1690 a população de São Borja orça por 2.396 almas, divididas em 658 famílias. E os batismos anteriores a esse ano foram : em 1687 de 129 crianças e 1 adulto; em 1688, de 186 crianças e 10 adultos; em 1689, de 235 crianças e 46 adultos e em 1690, de 233 crianças e 19 adultos. Estes adultos são índios catequizados de Jesús Maria dos Guenoas.

O material humano com que foi fundado São Francisco de Borja era o melhor possivel. São Tomé fora o núcleo inicial da cristianização do Tape e quando os padres penetraram nessa aldeia em 13 de junho de 1632, encontraram aí um povo docil, pronto para receber a fé de Cristo, a "quem não faltava senão igreja e cruz". Era cacique principal do povo um velho capitão que perguntado pelo nome que queria receber no batismo, respondeu que lhe dessem o de Roque, em louvor do padre que alí estivera por amor deles. Substituiu-o no cacicado seu filho D. Roque Arazai, já educado pelos jesuitas, cujo nome está ligado ao desbravamento das campanhas riograndenses e descoberta das Vacarias do Mar, onde penetra em 1671, trazendo até o local onde seria fundado São Borja, quatrocentas cabeças "para amostra do pano" que aí foram visitadas pelo cura de São Tomé, padre Augustin de Aragon. Outro cacique não menos notavel foi D. Cristovão Capiy, general das tropas que assediaram a Colônia, e corregedor do Povo de São Tomé, ainda em 1687.

São esses os chefes principais de cacicados, ou grupos de famílias, que passaram para São Borja. No *Livro de Batismos* de 1790 constam

(1) *Hostilidades dos guenoas*, etc. B. N. I, 29, 3, 70.

ainda como caciques de São Borja D. Felix Capiy e D. Ulderico Arazaí, seus descendentes e continuadores desses cacicados hereditários (1).

No organização social dos Povos cabia aos caciques a chefia de grupos de famílias, em que eles se dividiam, direito que era transmitido de pais a filhos, por gerações consecutivas. Conforme a respectiva população, havia de vinte até quarenta caciques em cada doutrina. E estes, com os *cabildantes* (espécie de Câmara popular), músicos, sacristães, mordomos e oficiais mecânicos, constituiam a nobreza do povo. Para os filhos dessa nobreza havia escolas de ler, escrever, música e dança religiosa, tendo como mestres índios de esmerada instrução. Cardiel, que nos dá estas notícias, acrescenta : "Aprendem a ler alguns com notavel destreza e leem linguas estranjeiras melhor do que nós. Deve ser isto da vista que teem perspicaz e da memória que é ótima. Tambem fazem letra muito boa e alguns que se dedicam à letra de forma o fazem com tal perfeição que nos enganam julgando ser a mesma de alguma boa imprensa" (2).

Foi o padre Francisco Garcia, à sazão cura de São Tomé, o fundador da doutrina de São Francisco de Borja. Conhecendo perfeitamente alem do guaraní a lingua dos guenoas, que falava fluentemente, havia já feito várias entradas na Banda dos Charruas, para catequizar, como veremos, aqueles índios com que fundou, no Ibicuí, Jesús Maria, depois anexada à São Borja (3). Natural da Galícia, Castrodanta, nasceu a 4 de outubro de 1649, entrando como noviço para a Companhia em 10 de fevereiro de 1672. Terminando o seu noviciado em 1679 foi logo designado para trabalhar nas Missões, onde se conservou por espaço de dez anos, aprendendo não só o guaraní como, principalmente, o idioma guenoa e afins porque se dedicara com especial cuidado à catequese desse gentio, de que se tornou um grande amigo. Os índios guenoas fazem-lhe, no processo citado, várias referências. Um destes que vai a Buenos Aires, declara alí "que não é cristão, mas que o padre Francisco, de São Borja, deu-lhe o nome de Inácio", que conservou (4). Um outro diz ter sido batizado "pelo padre Francisco, que já morreu". Este depoimento é de 1706, mas, o padre Francisco Garcia deve ter

---

(1) "Libro de Batismos de esta Parroquial de San Francisco de Borja que comienza desde el dia veinte y tres de Mayo de mil setecientos y noventa" (1790-1796). Cód. da B. N. I, 7, 2, 20. — Este livro que ficou em poder de descendentes dos conquistadores de Missões, foi oferecido ao Conde d'Eu que o fez recolher à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Consta do mesmo referências a vinte caciques do Povo de São Borja, trazendo ainda nomes dos primitivos fundadores de São Tomé, cujos descendentes conservam cacicados hereditários. Encontram-se aí D. Felipe Santiago Abaray, descendente de D. Inácio Abaray que foi o general das forças índias no combate de Mbororé ; D. Paulo Tabacacue e dona Maria Marta Tabacambí, caciques, cujos nomes veem de velhos troncos originários de caciques do Tape. E muitos outros a quem oportunamente faremos referências.

(2) Cardiel — *Relación verídica* — Mss. inédito da B. N. I, 5, 1, 52.

(3) Gay — *Rep. Jesuítica*, 198, reproduz uma carta do padre Francisco Garcia datada de 10 de dezembro de 1683, em que este refere suas entradas na catequese desses índios, neste e nos anos anteriores. Essa carta vem em *Insignes Missioneiros* do Dr. F. Xarque.

(4) *Hostilidades dos guenoas* cit.

falecido antes de 1701, porque o *Catalogus* desta data não regista o seu nome que se encontra nos dois anteriores, referentes a 1678 e 1681 em que consta estar há já três anos nas Missões.

Durante muitos anos, não só em São Borja de que era cura, como em Jesús Maria dos Guenoas que fundara, o padre Francisco exerceu a sua atividade apostolar. Cuidando das almas dos índios não descurou do bem temporal deles, procurando dotar esses povos de boas construções, chácaras bem providas e de uma igreja que estivesse de acordo com a importância da doutrina a que iria servir. O primeiro templo de exíguas proporções, coberto de palha, não satisfazia às exigências do culto. E foi nessa ocasião, em 1696, que o irmão José Brazanelli, a mandado superior, foi assistir no Povo de São Borja, erguendo aí os primeiros esteios de uma igreja bem traçada, alem de superintender a construção do povo. Muito demorada foi essa construção, pois, devido aos sucessos militares e guerras com os guenoas e portugueses da Colônia, em que os índios samborjenses tomaram parte ativa, e dos quais participou o irmão Brazanelli, ainda, em 1705, a igreja não estava completamente pronta, como exporemos detalhadamente na parte relativa à *Arte missioneira* que constituirá o 2.º volume deste estudo.

Por morte do padre Francisco Garcia assumiu a curazia de São Borja e adjunta aldeia de Jesús Maria o padre Tomaz Bruno. Nascera em Hibernia a 26 de dezembro de 1655, tendo ingressado no noviciado da Companhia a 13 de novembro de 1654, professando os 4 votos em 1695. Era formado em filosofia e teologia, e havia durante três anos exercido o cargo de superior das Missões. Começara os seus trabalhos de catequese, possivelmente nessa mesma doutrina de que foi cura, no ano de 1688. Em 1717, de cujo *Catalogus* são os dados acima, estava nas Missões do Paraguai.

O padre Tomaz deixou S. Borja em 1706, e, não obstante os choques contínuos da guerra contra os colonistas e guenoas confederados, durante todo esse período de administração espiritual procurou aumentar sensivelmente a sua doutrina, tendo por companheiro o incomparavel irmão José Brazanelli que se desdobra em todos os setores de sua arte, construindo o templo, erguendo o povo pelo risco que traçara, abrindo, em talha, magníficos altares e adornando-os de estátuas formosíssimas, pois que era notavel escultor, e transmitindo a sua arte a índios que nela mais tarde se notabilizaram.

Substituiu o padre Tomaz o padre Domingos Calvo que, durante quinze anos, foi cura de São Borja, e adjunto do povo de Jesús Maria. Natural de Tombre de Abajo, Astúrias, nasceu o padre Domingos em 4 de agosto de 1657, tendo ingressado na Companhia, como noviço, em 18 de junho de 1679, sendo ainda em 1681 seminarista em Assunção, como refere o *Catalogus* deste ano. Em 1689, depois de um aprendizado de línguas, foi designado, como operário missioneiro, para a catequese no Uruguai, assumindo o curato de Apóstolos que exerceu até 1706. Em 15 de agosto de 1796 fizera a profissão dos quatro votos. Consta do *Catalogus* de 1717 que exercitava havia 28 anos a catequese nas

Missões, o que confirma um depoimento que presta em Assunção, onde se encontra em 1722 (1).

Sob a administração do padre Domingos assinalam-se acontecimentos de vulto na vida incipiente de São Francisco de Borja. Pela sua posição, como o mais meridional dos povos jesuíticos, e aproximação das extensas campanhas em que agem os índios cavaleiros, inimigos naturais dos tapes, e contribuição de soldados para os assédios da Colônia do Sacramento, cabe a essa doutrina um onus elevado na defesa comum aos povos da Banda Oriental do Uruguai. Adestrados na arte da guerra e tendo como instrutor e cabo principal o irmão Brazanelli que aliava às suas habilidades de artista o conhecimento da carreira das armas, inúmeras vezes os samborjenses terçaram suas armas, obtendo assinaladas vitórias.

Mau grado esse período de graves perturbações na vida da comuna, com o recrutamento dos operários de mais préstimo, que são soldados de postos destacados, o povo se desenvolve, construindo suas casas de material cobertas de telha, e terminam-se as obras da igreja que, embora não consagrada ainda, em 1708, já é aproveitada para as funções do culto, como detalhadamente se dirá.

Providência aconselhada, que importa na tranquilidade da doutrina, a extinção da aldeia de Jesús Maria dos Guenoas, anexa a São Borja. A luta contra os indios confederados, parentes e afins dos daquela nação, impunha essa medida que deu em resultado a mudança para N. S. de Loreto, no Paraná, dos antigos habitantes de Jesús Maria.

Em 1708, um poderoso exército de 2.000 homens que se organiza em São Borja, sob o comando geral do padre Jeronimo Herran, depois de uma perseguição tenaz, caiu sobre as toldarias dos índios confederados e os destroçou completamente, no dia 14 de fevereiro. Morreram centenas de índios de todas as nações, ficando tambem inúmeros prisioneiros que foram levados para a doutrina de Santo Angelo que, dois anos antes, havia sido fundada nas longínquas paragens do Ijuí.

Poude assim São Borja retomar o ritmo de sua evolução progessiva, tornando-se uma das mais importantes doutrinas das Missões Orientais do Uruguai.

A população de São Borja, no período estudado, assim se descrimina, segundo as ânuas já referidas :

ANOS	ALMAS	FAMIL.	BATISM.	ÓBITOS		CRESC.	CASAM.	VIUVOS
				ADULT.	CRIANÇ.			
1690......	2.396	658	188	27	110	51	23	9
1694......	2.888	701	224	23	119	82	—	—
1698......	2.688	695	208	20	118	70	—	—
1702......	2.600	780	200	30	114	56	65	—
1705......	2.572	755	209	49	95	55	38	—
1707......	2.814	757	235	26	77	132	36	—

(1) *Tanto autorizado*, cit. B. N. I, 29, 3, 43.

a) *Jesús Maria dos Guenoas*

Desde os tempos iniciais da catequese que abria a *Banda dos Charruas*, com a fundação de Reyes (Japejú), à sua conquista espiritual, procuraram os jesuitas atrair os belicosos guenoas. que assim eram designados os vários ramos de guaicurús do sul que, assenhoriando-se do cavalo, depredavam as campanhas àquem e alem Uruguai.

Intenso foi o trabalho nesse sentido, ficando, porem, sem resultado prático todas as tentativas feitas. Indomaveis e livres, refratários à civilização, esses índios, que se dividiam em charruas, iaros, minuanos, mboanes e chanás, fugiam a todo o contacto pacífico com os padres e, principalmente, com os tapes, de quem tinham fundas queixas. E quando se aproximavam das reduções era sempre em carater hostil afim de combater os tapes, roubando-lhes gados bovinos e cavalares.

Historiamos, páginas atrás, um desses primeiros contactos com os vaqueiros tapes, nas proximidades de Japejú, em 1636. Eram os iaros que iam combater os charruas, pois, não obstante o próximo parentesco entre todas essas parcialidades, viviam em guerras contínuas, de que resultou mesmo a extinção de algumas delas.

Dez anos antes procurara o governador D. Francisco de Céspedes uma aproximação amistosa com os aborígenes que dominavam a Banda dos Charruas, cujas hostilidades contra os espanhóis retardavam o aproveitamento dessas terras. Essa missão foi confiada a frei Juan de Vergara, da ordem de São Francisco, em 1625. Em companhia de outro religioso, frei Pedro Gutierrez e do capitão Salvador Barbosa de Aguilar, protetor geral dos índios de Buenos Aires, o franciscano cruzou o estuário, "provavelmente na altura de São João ou São Gabriel, e se dirigiu para o norte até uma distância de vinte e cinco a trinta léguas da capital, onde achou duas cruzes colocadas em sítios distantes como seis léguas um do outro, por dois espanhóis que o haviam precedido na viagem, por ordem do governador" (1).

O erudito Azarola Gil assim historia essa entrada : "Bem recebido pelos aborígenes, conseguiu o franciscano vários centenares de batismos e deixou estabelecidas duas reduções que denominou São Francisco de Olivares dos Charruas e Santo Antonio dos Chanás. Em um de seus informes à corte, Céspedes chama esta última de São João de Céspedes. Sustenta-se que a primeira delas foi o núcleo inicial de São Domingos Soriano, em oposição às versões conhecidas até hoje, embora é evidente que o missionário não permaneceu em nenhum desses pontos, regressando a Buenos Aires em companhia de alguns índios" (2).

Em data de 4 de julho de 1626, ainda D. Francisco de Céspedes, no intuito de dilatar a catequese, outorgou à Companhia de Jesús a conversão dos índios das províncias do Uruguai, "uiendo que se abria puerta para entrar en las grandes prouincias de Vruguay, Tapes y Viaça..." (3).

(1) L. E. Azarola Gil — *Los origenes de Montevideo*, cit. 37.
(2) Idem, idem, 37.
(3) Idem, Doc. 213, 214.

Referem as ânuas jesuíticas várias tentativas de aproximação intentadas pelos padres, que entravam nas campanhas do Uruguai, com o intuito de atrair os belicosos guenoas. Entre estas é conhecida uma entrada que, em 1674, fizeram os índios de São Tomé e Japejú, em companhia dos padres para catequizar os guenoas que demoravam com suas toldarias, ou esteiras, ao sul do rio Ibicuí.

Conseguiram ser atendidos pelos guenoas que prometeram constituir uma aldeia na estância de São Tomé, provavelmente no Ibicuí, local em que mais tarde encontraremos a povoação de Jesús Maria, que se anexa a S. Borja, em 1682. Nessa ocasião, alem dos guenoas sempre mais acessiveis do que os outros infiéis, foi possivel entrar os missioneiros em contato com os iaros, mais belicosos e refratários à civilização. Depois de um trabalho muito intenso de catequese e de haverem sido batizados muitos dos principais caciques do bando encontrado, ofereceram-se setenta yaros a reduzir-se junto às doutrinas da Companhia.

Foi, porem, efêmera essa redução, pois, seduzidos novamente pela vida livre e selvagem, desertaram quase todos os índios, voltando às suas toldarias nas campanhas do Uruguai. A estes davam os padres o apodo de *apóstatas*, segundo as crônicas da época. Encontram-se assim muitos guenoas e iaros que conservaram de seu batismo, embora voltando à vida nômade das esteiras, os nomes cristãos que os padres lhes haviam dado. Entre estes conhecem-se os caciques guenoas Inácio, D. Gregório e D. José que foram batizados pelo padre Francisco Garcia. As parcialidades de que se compunha a nação guenoa tinham como caciques os índios Jaguaretê, Cloyam, Guayancay, Nocuybilen. Mazadar e Tomoy, ou D. José, Mazelo, D. Gregório. Estendiam-se em doze toldarias e era chefe principal de todos o cacique Zavatí. Andavam em constante conflito com as outras nações, atacando tambem espanhóis e portugueses da Colônia que se aventuravam a fazer vacarias na campanha. Em uma dessas ocasiões mataram um frade português que estava fazendo couros, vindo daí o topônimo uruguaio "Frayle muerto" (1).

Foi o padre Francisco Garcia o verdadeiro apóstolo dos guenoas. Depois de um bom curso de filosofia e de ter sido professor de gramática no seminário de Assunção (2), foi designado cura de S. Tomé, de onde passou o Uruguai à frente da colônia desse povo que ia fundar São Borja, em 1682. Antes, porem, já exercera a sua atividade nas campanhas da Banda Charrua, em que fez várias entradas. Dedicou-se, principalmente, ao estudo da língua guenoa e das outras nações, cujos dialetos pouco diferiam dessa língua. Segundo Hervás "os índios yaros são tribu da nação guenôa e se crê que tambem o sejam as nações dos minuanos, boanes e charruas. Os minuanos e charruas tem a língua um pouco diferente da que falavam as tribus de nação guenoa" (3). Quando da expulsão dos jesuitas, informa o autor de *Catálogo de linguas*, ficaram na doutrina de São Borja alguns manuscritos em língua guenoa,

(1) *Hostilidades dos índios guenoas.* B. N. Mss. I, 29, 3, 69 e 70.
(2) *Catalogus publicos* cit. 1783.
(3) Lorenzo Hervás. *Catalogo de las lenguas* — Madrid. 1800. Vol. I, 197.

falada por esses índios que os padres incorporaram à sua missão de guaranís.

Ao padre Francisco Garcia deve-se a fundação, junto ao rio Ibicuí, da aldeia de Jesús Maria dos Guenoas que provavelmente precedeu por pouco à de São Francisco de Borja, fundada com índios tapes da antiga São Tomé, retransmigrados para a banda oriental, à qual depois se agrega.

A ânua de 1693 nos informa sobre as atividades do padre Francisco entre os guenoas. "Outras missões fizeram-se tambem este ano da doutrina de Jesus Maria, que é de gente nova guenoa, muito diferente das mais e de idioma mais dificil que o guaraní e a cuja conversão, há muitos anos, por saber seu idioma, se há aplicado com não pequeno afã e fadiga o padre Francisco Garcia, indo por dilatadas campanhas, sofrendo frios e sóis, e outras inclemências do céu a procurá-los e solicitar a sua conversão e às vezes com perigo da vida" (1).

Em todas as ânuas desse período dão os superiores notícias sobre o trabalho intenso dos padres, nessa conversão, e pouco resultado obtido. "Esta nação é vagabunda e não tem ponto permanente, vivendo em qualquer parte onde encontra a sua conveniência, debaixo de umas esteiras que quando vão de uma para outra parte, levam sobre os cavalos e com umas varas amarram logo as esteiras que lhes servem de casa e habitação". E, em 1690, dizia o superior : "Várias saidas se fizeram em busca de infiéis, mas estes não corresponderam ao intenso trabalho e gasto, que por bem de suas almas se há feito. N. S. se apiede de tão duros corações e os abrande, que já tantos anos avultam todas as diligências e suores de tantos padres".

Nessa ocasião três yaros, "de nação diferente e inimiga dos guenôas, mas hoje em paz com eles", vieram ver o povo que lhes pareceu bem. Um ficou e os outros foram dar noticias a seus parentes, havendo esperanças de que voltem. Em 93, numa das saidas do padre Francisco, conseguiu ele trazer maior número, que teria sido mais promissor se não se tivesse dado um incidente com um tape, pelo que fugiram alguns guenôas. "Trouxe o padre só sete infiéis e um cristão novo (apóstata) que com outros dois ou três, lembrando-se da liberdade que em sua gentilidade gozava, sem o cuidado e as obrigações de cristão, voltou aos campos. São 28 ao todo os que desta nação se trouxe este ano" (2).

Jesús Maria havia sido fundada pelo padre Francisco com 300 almas, mais ou menos, divididas em cerca de 70 famílias. Dificil foi a conversão desses guenoas, muito contribuindo para este resultado o cacique dessa toldaria que recebeu no batismo o nome de Xavier. Morreu o capitão Xavier em 1691, sendo grandemente considerado pelos padres e índios. Alem de ser um cristão perfeito pelas suas virtudes e exemplos, concitava sempre os seus a perseverarem na religião. Devoto

(3) B. N. Mss. I, 29, 7, 63. A carta referida de 1683, do padre Garcia, [Gay, 198] dá o relato de suas atividades anteriores a esse ano, junto aos charruas.

(2) Anua I, 29, 7, 63, cit.

e obediente foi o elemento principal da aldeia e mereceu os maiores elogios como cristão e exemplar catecúmeno.

O cura de São Borja superentendia a aldeia de Jesús Maria. Como vimos, substituiu o padre Francisco o padre Tomaz Bruno e, em 1706, o padre Domingos Calvo. Muito auxílio prestou tambem a essa povoação o irmão José Brazanelli que desde 1696 assistia em São Borja, não só como construtor de sua igreja, mas fazendo várias entradas nas vacarias e nos assédios contra os portugueses.

Não prosperou como esperavam os jesuitas a aldeia dos guenoas. Sua população que era em 1690 de 334 almas, ao ser extinta, em 1708, não atingia a 200, pelas defecções diárias de seus habitantes. A origem principal desse insucesso encontra-se na inadaptação desses aborígenes à vida policiada dos cristãos e no trabalho feito pelos portugueses da Colônia do Sacramento que conseguiram atraí-los e associá-los às vacarias da Pampa. Todas as tribus de índios cavaleiros, principalmente os minuanos, ligaram-se logo aos colonistas, fazendo largas transações de gados, couro, sebo, cavalos e éguas, recebendo por isto vantajosas propinas. E industriados, mais tarde, pelos seus aliados portugueses, promoveram uma confederação para destruir as aldeias dos jesuitas e atacar os postos castelhanos.

Ao reocuparem a Colônia, restituida a Portugal, após o insucesso de D. Manuel Lobo, compreenderam os portugueses a necessidade de atrairem a si as parcialidades de selvagens que dominavam as campanhas da Banda dos Charruas. Nesse sentido envidaram todos os esforços conseguindo que os principais caciques minuanos se aproximassem do real, enchendo-os de mimos e dos presentes que eles mais apreciavam. Em 1702, organizada a confederação dos guenoas que tinha por fim hostilizar os padres das doutrinas e os castelhanos, ofereceram-se minuanos, charruas, chanás, mboanes e serranos para se localizarem na Colônia e se batizarem. Levada essa pretensão ao Conselho Ultramarino foi este de parecer que se reduzissem no sítio denominado Riachuelo, sob a direção de padres da Companhia portugueses, pedindo-se ao provincial do Brasil encarregasse dessa direção ao padre "Luiz de Amorim sujeito digno pelo seu talento" (1).

Não se realizou essa fundação em virtude dos acontecimentos que sobrevieram com o novo ataque à praça e sua evacuação em 1705. Entre os assentos de batismos da Colônia do Sacramento, (1690-1705) constam os de vários gentios da terra, especialmente minuanos que mais se aproximaram dos colonistas (2). Quando o governador Veiga Cabral retirou-se da praça portuguesa em 1705 "levou consigo para o Rio de Janeiro uma india minuana irmã do cacique Loya (Cloyan), que havia sido batizada e se tornara cristã. Ao chegar o governador Barbosa, na Colônia, em 1718, foram ter com ele os caciques Macadar, D. Francisco e Loya, este último capitão de 1.200 índios, pedindo-lhe fosse devolvida a irmã e que eles tambem queriam ser batizados, tornando-se

(1) Inst. Hist. Bras. Livros do Cons. Ult. Vol. 23 fls. 67.

(2) *Assentos de Batismos* etc. da Colônia do Sacramento (1690-1705) 3.° L. Casamentos da Sé. fls. 137. Câmara Ecles. Rio de Janeiro.

amigos dos portugueses". Informa o governador ao Conselho que os minuanos contam com mais de 5.000 índios, sendo somente mais avultados do que eles os Tapes das reduções jesuíticas. Barbosa conseguiu captar-lhes as simpatias, ficando eles ainda mais amigos dos portugueses (1).

Outros governadores da Colônia e os lagunistas que penetravam o território em que existiam as suas toldarias continuaram essa amizade, dando-lhes mesmo, aos principais caciques, varas de autoridade, e ao chefe da nação a de capitão-mor.

Foi à instigação dos colonistas que se organizou a *confederação dos guenôas*, nome genérico que abrangia todas as parcialidades de índios campeiros que perambulavam pela Pampa. Os próprios Yaros, os mais selvagens de todos, aderiram à rebeldia geral e foram os primeiros que assolaram a estância de Japejú, depredando-a, matando vários índios cristãos e roubando cavalhadas e gados que vendiam na Colônia. Há sobre o assunto copiosa documentação na *Coleção de Ângelis*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Durou essa guerra oito anos, causando aos povos jesuíticos grandes prejuizos em gados e em homens, organizando os padres verdadeiros exércitos de catecúmenos para batê-los.

Em 1701 iniciaram os confederados as suas hostilidades, caindo sobre o povo de Japejú, onde mataram 140 catecúmenos cristãos, saquearam e queimaram a igreja, destruindo as imagens e objetos sagrados. Transpondo novamente o Uruguai, situaram-se na estância de São José, daquele povo, que ficava ao sul do rio Ibicuí, apropriando-se dos gados que nela existiam e prejudicando a todas as doutrinas que alí se supriam de carne para alimentação.

Ciente o governador desses sucessos determinou aos padres organizassem um corpo de 2.000 índios que, no ano seguinte, sob o comando do mestre de campo D. Alexandre Aguirre, saiu fortemente armado, "para castigar os infiéis yaros, mboanes, charruas e seus confederados" (2), que talavam aquelas campanhas. Levaram os índios cristãos 4.000 cavalos seus, 2.000 mulas e 2.000 vacas. Percorreu o exército mais de 150 léguas, indo afinal encontrar o inimigo com suas esteiras nas margens do rio Yi, a 6 de fevereiro. Renhido e sangrento foi o combate travado, retirando-se o inimigo para as matarias próximas onde se fortificou e durante cinco dias combateu valentemente o exército missioneiro. Tinha este a vantagem de armas de fogo com que poude dominar e vencer os infiéis que em sua maior parte foram mortos, caindo em poder dos atacantes número superior a 500 mulheres e crianças que foram distribuidas pelas reduções.

Alem de grande quantidade de feridos, perderam os cristãos 12 soldados e capitães, contando-se entre os últimos um de São Tomé e outro de São Lourenço.

Em 1704 houve novamente incursões de guenoas, saindo para combatê-los uma tropa de índios e espanhóis, tendo aqueles por co-

(1) *Cons. Conselho Ultram.* Cod. mss. Inst. Hist. Bras. L. 25.° fls. 50 v.

(2) Padre Nusdorffer — *Relação de serviços* cit.

mandante o irmão José Brazanelli (1). Coincidiu isto tambem com a organização de um exército de 4.000 tapes que pôs cerco à Colonia do Sacramento, obrigando os portugueses a evacuar a praça. Sobre essas novas depredações "dos índios bárbaros, a que chamavam *Frentones*, e que eram compostos de guenoas, yaros, mboanes e charruas", existe na Biblioteca Nacional copiosa documentação, em volumosos autos de um processo intentado contra os mesmos índios, em data de 16 de fevereiro de 1705 (2).

Enquanto o exército cercava a Colônia, os infiéis, fazendo diversão pela campanha, atacavam as sentinelas espanholas, matando barbaramente os índios que encontravam. Ainda em 1706 continuavam essas tropelias, com a morte de muitos cristãos e depredações das estâncias dos povos. Alem disso, roubaram 400 cavalos de el-rei acusando os tapes dessa façanha. Resultou daí um longo processo contra os índios cristãos intentado pelas autoridades de Buenos Aires.

No ano seguinte recrudece a guerra dos confederados, tendo os cristãos um encontro com 12 toldarias, conseguindo matar o cacique Mazelo, chefe da maior parcialidade de minuanos. Dominavam os bárbaros toda a região de Japejú, cuja estância e povo assolavam continuamente, matando índios, mulheres e crianças, e levando presos para suas toldarias muitos cristãos. Em virtude desses acontecimentos resolveu o padre Salvador de Rojas, provincial das missões, que estava em São Borja, organizar um novo exército para exterminar definitivamente esse inimigo cruel dos tapes. Foram designados para comandá-lo o padre Jeronimo Herran e o irmão José Brazanelli. Acampava o corpo já nas proximidades das toldarias dos infiéis quando um parlamentário trouxe ao padre Jeronimo "uma declaração do governador de Buenos Aires que esses infiéis estavam sob a sua proteção" (3). Mas, inevitavel foi o choque entre as duas forças e em 14 de fevereiro de 1708 o padre Herran comunicava ao provincial a exterminação completa de todos os guenoas e afins, de que morreram a maior parte, ficando muitos prisioneiros. Por essa vitória mandou o provincial se rezassem solenes *Te Deum laudamus* em todos os Povos (4).

Em 1707 a situação não se modificara. Sob o comando do cacique Cloyan os guenoas caíram sobre os índios vaqueiros das Missões, que transportavam das vacarias um tropa de 22.000 cabeças de gado, 500 cavalos e 200 mulas Depois de desbaratá-los, matar e ferir a muitos catecúmenos, apropriaram-se desses animais que conduziram para seus campos. Por outro lado os yaros e mboanes atacaram o povo de Jepejú, matando e ferindo alguns moradores dali e aprisionando mulheres e crianças.

Procuraram os padres pacificá-los, mandando que os guenoas cristãos de Jesús Maria fossem falar com seus parentes e os atraissem àquela redução. Atendeu o cacique Cloyan, principal dos índios confe-

---

(1) *Pleito sobre Vacarias* — cit. Dep. irmão Brazanelli.

(2) B. N. I, 29, 3, 69 a 71.

(3) Anua 1708. B. N. I, 29, 7, 83.

(4) *Sobre la guerra con los guenoas*, etc. B N. I, 29, 3, 71.

derados, indo à aldeia de Jesús Maria falar ao padre provincial Salvador de Rojas que o esperava. Tratado com todo o carinho, e cumulado de presentes, não acedeu, entretanto, às solicitações do provincial, mas, pelo contrário, reafirmou a vontade dos índios campeiros de continuar a guerra contra os tapes e os padres.

Isto afetou profundamente os moradores de Jesús Maria. Muitos fugiram para se reunirem a seus parentes e outros deram a entender que essa situação havia sido criada pelos jesuitas, que não souberam atrair os guenoas.

Temeram, então, os padres uma revolta em Jesús Maria, que importaria na destruição do povo de São Borja e com habilidade procuraram extinguir aquela redução. Precedeu esse ato a declaração de que eram livres os que, rompendo com os laços da religião, quisessem voltar à vida nômade de seus parentes. Muito pequeno o número dos que abandonaram a aldeia. A maior parte, passante de 150 almas, foi removida para o Paraná, sendo Jesús Maria dos Guenoas anexada a doutrina de N. S. de Loreto, de onde, ainda, muitos anos depois, as ànuas jesuíticas trazem referências (1).

A população de Jesus-Maria dos Guenoas até a sua mudança para o Paraná, em 1708, foi a seguinte:

ANOS	ALMAS	FAMÍLIAS	BATISMO	ÓBITOS		CRESCIMENTO	CASAMENTO	VIUVOS
				ADULTOS	CRIANÇAS			
1690......	334	74	51	18	20	13	20	6
1694......	298	89	44	9	32	3	—	—
1698......	200	80	30	8	16	6	—	—
1702......	200	79	32	10	19	3	6	—
1705......	288	97	41	5	12	24	8	—

3 — *São Nicolau*

Originário da própria região para que retorna, no dia 2 de fevereiro de 1687 (2), o povo de São Nicolau, como historiamos, foi um dos mais prósperos e o mais antigo das reduções jesuíticas, devendo a sua fundação aos padres Roque Gonçalez e Miguel de Ampuero, em 1626, mais ou menos na situação de 28° 26' de lat. S. e a 12° 24' de long. O. do Rio de Janeiro, conforme determinação de Rego Monteiro (3).

Em 1637, ante a iminência da invasão bandeirante que chegou a talar os seus campos, emigrou para a banda ocidental do Uruguai, localizando-se entre as antigas reduções de Concepción e Santa Maria

(1) Ânua do padre Salvador de Rojas. 1708. B. N. Mss. I, 29, 7, 83.

(2) C. Teschauer. *História do Rio Grande do Sul — Biblioteca Vaticana.* Cod. vatic. ex latinis mss. 8.215. Hás, nas ânuas da Col. de Ang. uma solução de continuidade, sendo a primeira que se refere às Missões a de 1690.

(3) *Antigas reduções,* etc., cit.

Maior. Em 1651 fundiu-se com a redução de Apóstolos, tambem procedente do Tape, antiga Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo, que ficaria, segundo D. Felix de Azara entre 27° 54' 43" lat. S. e 1° 51' 41" de long. Voltou para o Rio Grande do Sul, como já se disse, em 1687, indo ocupar, segundo Azara, o ponto de origem, isto é, a situação de 28° 12' 0" de lat. S. e 2° 21' 7" long. o que coincide, mais ou menos, com a atual posição desse povoado hoje pertencente ao município de São Luiz.

Da data de sua fusão até trasladar-se para a banda oriental do Uruguai, conserva essa redução o nome de Apóstolos, na antiga cartografia jesuítica, só retomando o de São Nicolau ao se fixar novamente na região missioneira do Rio Grande do Sul.

Em 1661 constava essa doutrina de 919 famílias. Sob a direção dos padres eram os índios aplicados, profundamente religiosos, dedicando-se à lavoura, em suas chácaras, e às artes. Entre estas, como mais detidamente apreciaremos, destacavam-se a música, a escultura e a pintura, de cujas escolas sairam elementos aproveitaveis que veem, mais tarde, constituir, na nova Missão, um núcleo artístico de grande valor. Em 1671, terminavam os índios um notavel retábulo para o altar-mor "que foi feito com grande aplicação e gosto pelos oficiais deste Povo" (1). E que esses artistas prosperaram, irradiando daí a sua arte, nos mostra o padre Antonio Sepp, fundador de São João Batista, em 1697, que informa ter sido construido na redução de São Nicolau um altar lateral para aquele povo, dedicado a Santo Antônio de Lisboa, e que custou mil pesos. Alí "se achavam os escultores mais habeis".

Ocupando, em 1687, o antigo posto em ruinas, que havia sido a primeira S. Nicolau, à margem do rio Piratiní e não muito distante do rio Uruguai, consagraram-se, imediatamente, à restauração das taperas, cinquenta anos antes abandonadas pelos seus maiores. Eram em número de 3.000 pessoas as que retransmigravam, trazendo cada família as suas carretas, moveis, roupas e utensílios, alem de grande cópia de semoventes. Um ano de trabalho exaustivo, na povoação e nas lavouras, havia já dado um aspecto melhor à doutrina que se reerguia sobre velhos escombros, quando uma desgraça caiu implacavelmente sobre a aldeia. Um furacão devastador "destruiu todo o povo, estragando notavelmente a igreja, casa dos padres que a ladeava, com morte de alguns índios, índias e crianças, que chegaram a 24" (2). Ao furacão sucedeu a queda de granizos de tamanho descomunal que matou, nos campos, mesmo distantes, grande quantidade de gado, como informa o padre Alonso del Castillo (3).

No ano seguinte, ainda não refeito dessa cruel provação, experimentou o povo outra mais desoladora ainda. Um grande incêndio que teve origem em uma das casas coberta de palha, alastrou-se por toda a parte, devorando a igreja, casa do padre e a maior parte da povoação.

(1) B. N. Mss. I, 29, 7, 50.
(2) B. N. Mss. I, 29, 7, 63.
(3) B. N. Mss. I, 29, 3, 43.

Na ânua de 1690, o provedor padre Salvador de Rojas, dando notícia dessas duas calamidades que abateram sobre São Nicolau, informa que "com todas essas desgraças não desanimaram os índios e vão recompondo o seu povo e reduzindo-o da melhor forma ao estado em que se encontrava antes dessas desgraças" (1).

À entrada do povo, no caminho que conduzia para as suas chácaras e lavouras, erguia-se uma pequena ermida consagrada a Santo Isidro Lavrador, em cujo altar via-se uma imagem desse protetor da agricultura, lavrada em madeira pelos próprios índios. Tinham estes, pelo santo, particular devoção. Quando as secas ameaçavam destruir as suas colheitas, ou quando as intempéries as prejudicavam, ou ainda quando as pragas abatiam sobre as plantações, apelavam para Santo Isidro Lavrador, conduziam-no em procissão até à porta da igreja e rara a vez em que o santo não intercedesse por eles, "pois, faltando por duas vezes as chuvas, levaram a imagem do santo até à porta da igreja, rezando todos os seus rosários e logo conseguiram a graça impetrada" (2). E não só pelas colheitas o santo intercedia. "Tambem tem velado pela saude das crianças enfermas, cujas mães as levam ante a imagem do santo, cuja ermida, à ida e volta de suas chácaras, visitam constantemente".

Em vez de desanimá-los, essas desgraças que abatiam sobre o povo mais serviam para lhes retemperar a fé. As novas gerações, cujo carater fora plasmado pelos jesuitas, eram profundamente piedosas e crentes. Numa evolução constante para o bem, pela glória do Senhor, haviam contraido hábitos de trabalho, e sólidas virtudes cristãs. Trabalhavam. Lavradores, artistas, vaqueiros, soldados eram, na afirmação unânime dos padres, admiraveis propulsores de uma civilização cristã construida sobre a primitividade de uma vida simples que lembrava as origens do cristianismo. Nas páginas das ânuas, cheias de um intenso fervor religioso e em que tudo se envolve num doce e suave encanto de fé inexhaurivel, respigam-se fatos demonstrativos de virtudes que vão até o sacrifício. As mulheres, principalmente, revestem-se de um halo de pureza. Não cedem às tentações do pecado. Muitas e muitas, solicitadas a pecar, preferem a morte ou a serem brutalmente espancadas, como várias vezes sucedeu, antes que quebrar os laços fortes da castidade que as prendem a prática da virtude.

Reconstroi-se rapidamente o povo de São Nicolau. Na ânua de 1691 aparecem já largas referências ao trabalho de reedificação da doutrina. Para isto os índios, homens, mulheres e crianças, sob a direção dos padres, fabricam grandes quantidades de telhas de barro com que são cobertas as casas de paredes de adobes. Os carpinteiros trabalham exhaustivamente nas obras que lhes correspondem, trazendo a madeira dos matos do rio Ijuí, e até os escultores abrem, nas colunas para a igreja, ou nas traves que encimam as portas das casas, relevos de motivos religiosos.

(1) B. N. Mss. I, 29, 7, 50.

(2) B. N. Mss. *Anua* do padre Salvador de Rojas para o ano de 1690. I, 29, 7, 63.

A povoação é traçada a cordel. As ruas já são mais largas. Ocupam-nas, de lado a lado, 23 casas muito compridas, de muitos compartimentos, todas cobertas de telha. Nesse ano, já estava muito adiantado o trabalho de reconstrução, esperando o padre que, com mais dois anos, todas as obras ficariam completamente prontas e São Nicolau uma das mais belas povoações missioneiras. A casa do padre, que mereceu cuidado especial dos índios era, pela arquitetura e pelo conforto que apresentava, já concluida, a mais linda do povo. Compunha-se de dois lanços e estava ao lado da igreja, em frente à praça e bem aparelhada.

Erguida a igreja, que já era um templo apreciavel, tratou-se logo de adorná-la de alfaias, estátuas e pinturas. Os índios artistas, cada qual no seu gênero, procuraram esmerar-se na execução de obras para embelezamento do templo. Um púlpito lavrado, altares de talha, grandes imagens de santos e dois retábulos laterais, já em 1708, enriqueciam o templo, afervorando a religiosidade dos catecúmenos.

Terminara a fase fundacional das reduções com o erguimento do último dos Sete Povos, que era o de Santo Ângelo, e as Missões Orientais iniciavam os passos para atingir o fastígio de seu esplendor, como diremos, apreciando-as mais tarde em conjunto.

Dão-nos os documentos referentes a esse período sugestivas estatísticas relativas ao crescimento das populações missioneiras. Os dados referentes a São Nicolau, extraidos das respectivas ânuas, assim podem ser resumidos :

ANOS	Almas	Famil.	Batism.	ÓBITOS		Cresc.	Casam	Viuvos
				Adultos	Crianças			
1687	3.000	—	—	—	—	—	—	—
1690	3.648	870	25	49	47	80	89	10
1694	5.315	1.040	243	97	102	84	56	—
1698	5.819	1.066	259	52	84	123	136	—
1700	5.279	1.119	315	42	117	156	85	54
1702	4.699	1.216	335	74	151	110	61	—
1705	4.927	1.208	350	48	124	178	13	—
1707	5.386	1.262	327	61	150	116	99	—

Era superior das missões, em 1687, por ocasião da retransmigração dos povos, o padre Alonso de Castillo que, em pessoa, escolhido o local em que eles se deveriam fixar, acompanhou os colonos que fundaram São Nicolau e, mais tarde, os de São Luiz até o Caaçapaminí, onde ainda se encontravam vestígios da antiga redução de Candelária, que florescera entre o Ijuí e Piratiní. Decorrem essas informações de um bilhete datado de 29 de maio de 1699, em que esse sacerdote, no pleito de terras entre São Xavier e Conceição, faz interessantes referências à mudança dos dois primeiros povos que cruzam o Uruguai (1).

A primeira notícia que se tem relativamente à direção espiritual de São Nicolau refere-se ao cura padre Anselmo de la Mata, que alí

(1) *Pleito de São Xavier*. Depoimento do padre Alonso de Castillo. B. N. I. 29, 3, 43.

esteve até 1698. E' possivel que tenha sido o fundador do povo. Certo, entretanto, é que foi construtor da sua igreja, pois, em 1696, segundo informa o padre Avedaño, cura de São Luiz, o padre Anselmo tinha "no outro lado do Ijuí grande quantidade de cedros cortados e por cortar para edificar a sua igreja" (1).

Nasceu o padre Anselmo de la Mata em Sevilha, Hispális, a 30 de novembro de 1658, tendo ingressado na Companhia em 13 de junho de 1673 (2). Filho de pais nobres preferiu ao conforto do lar as gloriosas agruras das missões entre selvagens e solicitou passar da Andaluzia para o Paraguai, em cujas missões trabalhou mais de 12 anos, consagrando outros tantos aos colégios de Santa Fé e Buenos Aires, tendo sido tambem reitor do colégio de Corrientes. A São Nicolau, que fundou e deu a melhor organização, dedicou o padre as suas melhores atividades, provendo com incansavel esforço não só às necessidades espirituais como as temporais, construindo-lhe igreja, delineando o povo e compartindo com seus fregueses de todas as calamidades que se desencadeavam sobre a nascente povoação. Depois de uma vida de edificantes exemplos, o padre Anselmo faleceu, na redução de Candelária, para onde se recolhera, no dia 10 de dezembro de 1732, com a idade de 74 anos, 59 de Companhia e 40 de profissão de quatro votos (3).

Deve ter substituido o padre Anselmo que, em 1698, já se encontrava em Assunção, o padre Matia de Perea que, no primeiro lustro do século XVIII, encontra-se dirigindo a curazia de São Nicolau. Nasceu o padre Perea na Beócia a 24 de fevereiro de 1660, tendo ingressado na Companhia a 2 de março de 1676. Tinha o curso de filosofia e teologia e fora durante muitos anos empregado na catequese do gentio. Consta seu nome ainda do *Catalogus* de 1715, que nos fornece outras indicações. Iniciara seu ministério em 1685 e no ano seguinte seguiu para as missões onde assistia, em 1715, há 29 anos. Professara os quatro votos a 15 de agosto de 1695.

4 — *São Luiz Gonzaga*

Pouco depois da fundação de São Nicolau, no mesmo ano de 1687, estabeleceu-se 10 léguas a oriente daquele o segundo dos povos missioneiros, que tomou o nome de São Luiz Gonzaga. Procedia de Concepción, de que mais tarde sairia outra colônia — Santo Angelo — que se fixa no vale do Uruguai.

Era Concepción a mais antiga das reduções ocidentais desse rio. Fundada pelo padre Roque Gonçalez de Santa Cruz, a 8 de dezembro de 1620, estava situada a 27° 58' 44" lat. S. e 2° 3' 47" de long., segundo Azara. Foi daí que partiu o padre Roque, como fica historiado, para a conquista espiritual do Uruguai e do Tape. Aí nasceram os dois

(1) Idem, idem. Depoimento do padre Francisco de Avedaño.

(2) *Catálogus* — 1681 e seguintes.

(3) B. N. Anua de 1735 — I, 29, 7, 106.

Nicolau Neenguirú, cujos nomes ficaram na história das Missões como um símbolo de fé e de bravura, e daí partiram os pioneiros da civilização jesuítica que, unicamente com a cruz na mão e um alto ideal de fraternidade humana no coração, fizeram de povos infiéis esteios admiraveis de cristandade.

Concepción acolheu desde o princípio todos os outros povos que a invasão bandeirante obrigava a desamparar as terras em que viviam. Os de Guaira, em grande parte, foram recolhidos a essa redução quando, em memorável êxodo, tiveram que baixar de suas primitivas aldeias. E assim sucedeu com os índios do Tape, em 1637, sob a pressão da bandeira de Raposo Tavares e, mais tarde, com os de Caaguaçũ, em Itatines, quando tambem acossados pelos paulistas que destruiram as suas reduções. Foi, assim, um centro de miscegenação das duas grandes nações — tape e guaraní — que dominaram os vales do Uruguai e do Paraná, aí se fundindo, em meio século de vida comum.

Contribue Concepción com o maior contingente de índios cristãos para o repovoamento das Missões Orientais, fundando as colônias de São Luiz e de Santo Ângelo num período de 20 anos que decorre de 1687 a 1706, fornecendo para isso 5.801 almas, sendo 2.922 para São Luiz e 2.879 para Santo Ângelo. Contava essa doutrina quando mandou a primeira leva de povoadores de São Luiz 5.000 almas, aproximadamente. Em todas as ocasiões em que se fazia mister destacar um corpo de tropa para a defesa das reduções e, mais tarde, para o assédio da Colônia, contribuia Concepción com os maiores destacamentos, sob o comando de chefes experimentados, como aconteceu em 1680 em que forneceu um esquadrão de 275 índios que obedeciam às ordens do alcaide-mor, capitão D. Francisco Aguara.

Foi tambem um centro de grandes atividades artístico-industriais e empório de tecidos, erva-mate e gados. Em 1650, o padre Pedro Cañigral estabeleceu escolas e atelieres de pintura, escultura e obras de talha, industriando nessas artes os índios que se tornam habilíssimos artistas. A música mereceu tambem destaque apreciavel entre os índios dessa redução.

Foi, como dissemos, em 1687, que uma colônia de mais de 2.500 almas, desligando-se de Concepción, foi se localizar no Caaçapa-miní, passando depois para o local, em ponto ameno, à margem do arroio Chimbocú, afluente do rio Piratiní, a 260 metros de altitude, assinalado pelas coordenadas de 28° 23' 53" lat. S. e 54° 58' 18" long. O. Grenw., onde ainda atualmente se encontra a cidade de São Luiz. Dessa colônia constavam descendentes das antigas reduções do Tape, São Joaquim e Santa Teresa, cujos retirantes haviam sido acolhidos em Concepción.

Presidiu à mudança e estabelecimento de São Luiz Gonzaga o superior das reduções padre Alonso de Castillo, como consta de depoimento já citado, em que diz textualmente referindo-se a terras que tocavam a São Xavier : "O padre Silvério Pastor tinha alí algumas lavouras e eu estive nelas tambem e com essa tenção quando se passavam

os índios de São Luiz ao Caaçapá-miní (1), sempre andei eu com esse cuidado de que as terras que se lhes davam não tocassem até alí; e tambem soube tinham sua estância de vacas os de São Xavier em um campo detrás desses matos, por sinal que as maltratou uma furiosa tempestade que destruiu o povo de São Nicolau recem mudado e com o granizo pereceram algumas e isto há quase 12 anos (2) de sorte que jamais ouví tivesse outro povo domínio algum nessas terras, matos e estância, ... torno a dizer que eu não consentí jamais que nem os índios de São Nicolau ou outros passassem seus limites alem da outra banda do Ijuí" (3).

Acompanhou a mudança como primeiro cura de São Luiz o padre Miguel Fernandez, que foi tambem depois cura de São Lourenço. No depoimento que presta no mesmo pleito citado, depois de dizer "que foi a outra banda na ocasião da mudança do povo de São Luiz", informa que, nesse tempo, "cuidando eu do povo de São Luiz, e pedindo ao padre Alonso de Castillo, superior então das doutrinas, me concedesse os matos da outra banda do Ijuí-guaçú, me respondeu S. R.ª que não podia dar ditos matos por serem de São Xavier, e assim só concedia aos de S. Luiz pudessem tirar as madeiras de que necessitassem".

A ânua de 1735, que consigna seu necrológio, diz que o padre Miguel "foi fundador de São Luiz Gonzaga em que padeceu com muita alegria grandes trabalhos que são a colheita ordinária dessas novas fundações" (4). Nasceu o padre Miguel Fernandez em Assunção do Paraguai a 1 de junho de 1659 e tinha 18 anos quando em 12 de julho de 1677 ingressou na Companhia como noviço. Em 1684, depois de receber o grau de formatura em filosofia e retórica, foi destinado às missões do Uruguai e estava em Concepción, quando acompanhando a colônia dessa doutrina até Caaçapá-miní, fundou, alí São Luiz Gonzaga. Durante mais de oito anos esteve à testa da povoação, "tratando carinhosamente os índios, e como conhecia maravilhosamente o seu idioma em que tinha notavel eloquência, mereceu de todos as maiores demonstrações de amor e respeito. Por este privilégio de cativar os índios, resolveram os superiores que, de São Lourenço, para cuja

---

(1) Antiga redução de Candelária, entre o Ijuí e Piratiní, com as coordenadas provaveis (Rego Monteiro) de 28° 32' lat. S. e 11° 52' long. O. Rio de Janeiro. Conforme a referência, secundada por Cardiel, parece ter S. Luiz sido fundado no Caaçapa-miní e trasladado para o posto em que está. Em "Breve noticia de las Missiones" diz Cardiel: "Se fueron (os de São Luiz) al Caaçapa-miní, despues en el sitio junto de onde hoy estan', Teschauer. *Hist.* I, 396.

(2) O depoimento do padre Castillo é de 29 de maio de 1699, coincidindo os 12 anos antes com a data de 1687, da fundação dos povos.

(3) Depoimento citado. B. N. I, 29, 3, 43. O padre Alonso de Castilho nasceu em Granada, a 19-IV-1633 e entrou para Companhia em 5-II-1657, formando-se como coadjutor em 2-II-1670 e recebendo os quatros votos em 15-VIII-1673. Em 1681, cf. *Catalogus,* tinha 17 anos de catequese. Foi leitor de gramática e superior das reduções do Uruguai em 1687.

(4) B. N. Ânua de 1635. I, 29, 7, 107.

curazia havia sido removido, passasse para Japejú em 1720, onde serviu 10 anos até a data de seu falecimento. Japejú, devido à peste que sobre essa redução se desencadeou, decrescera consideravelmente, ficando quase deserta, motivo por que para essa doutrina foram mandadas muitas famílias de São Xavier que entraram logo em conflito com os japejuanos, conseguindo o padre Miguel com muito trabalho harmonizá-los, pois tinha grande caridade e paciência com todos, principalmente com os infiéis, que catequizou. Vítima de uma tísica pulmonar, que havia muito minava-lhe a existência, faleceu em Japejú aos 25 de outubro de 1730 com 72 anos de idade, 53 de Companhia e 31 de incorporação" (1).

Substituiu esse sacerdote, o padre Francisco de Avedaño, que foi o segundo cura de São Luiz. Tambem natural de Assunção, onde nascera em 3 de maio de 1663, entrou para a Companhia em 14 de janeiro de 1679, constando do *Catal.* de 1681 o seu nome como seminarista no colégio de Assunção. Terminado o seu curso de filosofia foi destinado às missões, pois, tambem, como todos os padres sul-americanos, especialmente do Paraguai, tinha como lingua materna o guaraní. Em 1696 já estava o padre Francisco em São Luiz, e entre os seus trabalhos avulta a melhor disposição do povo, cujas casas, conforme a ânua de 1698, vão sendo terminadas, fabricando-se telhas de barro para sua cobertura. A construção da igreja só mais tarde se inicia, servindo ainda a primitiva, como detalhadamente estudaremos. Em 1706 já era cura de São Luiz o padre Francisco Medrano (2) como consta dos depoimentos prestados no processo dos guenoas.

Das ânuas referentes a São Luiz Gonzaga, nesse período fundacional, podem-se coligir os dados estatísticos que registamos sobre seu crescimento populativo. E, mais tarde, como assinala Teschauer, "tornou-se um dos mais populosos dos Sete Povos Orientais", sendo hoje uma das cidades mais importantes da região missioneira.

ANOS	Almas	Famil.	Batism.	ÓBITOS		Cresc.	Casam.	Viuvos
				Adult.	Crianç.			
1687	2.800	—	—	—	—	—	—	—
1690	2.922	840	165	44	82	32	141	5
1694	3.280	886	221	48	119	54	37	—
1698	3.582	920	200	34	68	98	—	—
1702	3.473	943	269	58	116	95	29	—
1705	3.935	998	223	43	80	100	32	—
1707	3.997	1.017	263	46	72	145	77	—

(1) Ânua cit. I, 29, 7, 107. *Catalogus* 1681, 1715.

(2) O padre Francisco Medrano era natural de Murcia, onde nasceu em 19 de janeiro de 1653, tendo entrado para a Companhia em 8 de abril de 1672.

5 — *São Miguel Arcanjo*

A volta do Povo de São Miguel ao território riograndense coincide, mais ou menos, com a de São Luiz Gonzaga, em fins de 1687. Era esta, como vimos, uma das antigas reduções do Tape, pois foi fundada em 1632 pelos padres Cristovão de Mendoza e Paulo Benavides, no lugar denominado Itayacecó, e segundo Rego Monteiro à margem direita do Ibicuí, no rincão de S. Pedro, nas pontas da serra de São Pedro, na situação geográfica de 29° 36' lat. S. e 10° 54' long. O. Rio de Janeiro.

Fugindo ante a invasão bandeirante São Miguel, passou o Uruguai, localizando-se nas imediações de Concepción, cerca de uma légua e um quarto desta, onde permaneceu até seu retorno ao vale oriental do Uruguai. Nesse novo posto levantaram os miguelistas suas casas e igreja, dedicando-se ao amanho das terras. Mas, em 1642, um vendaval destruiu completamente a aldeia, ficando a igreja em escombros. Estava ali, na ocasião, o irmão Domingos de Torres, cuja ação como soldado já estudamos detidamente, pois foi o vencedor da batalha de Mbororé. "Não sendo arquiteto, mas sempre realizador de tudo em que se empenhava, levantou outra (igreja) coberta de telhas, que ficou tão linda como as igrejas de Espanha" (1).

Todas as ânuas referentes a essa redução são contestes em afirmar a obediência, devoção e contração ao trabalho dos habitantes de São Miguel, que são apontados como exemplo de civilização cristã. Bons soldados contribuiram sempre com seus contingentes disciplinados em todas as ocasiões em que eram solicitados os seus serviços.

Em 1675 contava a doutrina 854 famílias com 3.640 almas, tendo nascido 204 e falecido 154 pessoas entre adultos e crianças. E já contava com perto de 4.000 almas quando ficou resolvida sua trasladação para a margem esquerda do Uruguai, sendo um dos principais motivos não poder mais expandir suas lavouras por falta de terras cultivaveis.

Segundo Cardiel, os de São Miguel, "despues el año 1687 se puzieron hazia el Uruguai en donde estan agora" (2). Azara e outros historiadores confirmam a asserção que vem desautorizar a versão de que São Miguel teria primeiro se localizado nas proximidades de Jaguarí, onde os demarcadores de 1750 (3) encontraram sua tapera", em que havia ainda laranjas". Provem esse engano do ofício datado de 19 de abril de 1758 em que o general Gomes Freire de Andrada informa ao marquês de Valdelírios, seu concorrente espanhol na Demarcação, "que o Povo de São Miguel era no monte em que ainda há sinais antes de fazer a sua mudança para onde hoje está". Já na concessão de terras para a estância de São Miguel, em 1698, se faz referência a esse local, pois as divisas desta iam "até o *retangue* de São Miguel, paragem

(1) B. N. I. 29, 7, 35.

(2) *Breve Noticia*, cit.

(3) Controversia sobre o rio Ibicuí. Doc. Dem. Anais Biblioteca Vol. LIII. 247 a 261.

bem conhecida, em que até agora há laranjas" (1). A resposta do marquês de Valdelírios confirma tambem a informação de demarcador português. O visconde de São Leopoldo aceita tambem essa versão, oriunda possivelmente dos documentos relativos à controvérsia sobre o verdadeiro rio Ibicuí, que lhe dá origem (2).

O motivo dessa mudança de São Miguel que, das margens do Jaguarí, onde teria sido fundado, passara para o posto que atualmente ocupa, antes de 1690, teria sido o aparecimento de pragas de tigres que, vindo das matarias do rio Jaguarí, haviam assolado a doutrina, pondo em contínuo perigo a vida dos catecúmenos que não podiam se afastar da aldeia para ir às suas lavouras. O padre que dirigia a aldeia fora até a margem do rio, e, "levando seus livros esconjurou as feras, "mudando o nome desse rio para Jesús Maria José, que não subsistiu (3). A versão dessa mudança, conservada na tradição de velhos índios que a transmitiram aos demarcadores, refere-se à primitiva redução de São Miguel, se bem que, em nossas demoradas pesquisas nas ânuas daquela época nada encontrássemos a respeito, embora nelas a todo momento se façam referências às pragas de tigres que infestavam outras aldeias. Verifica-se tambem que, já naquele tempo, iniciavam os padres a plantação de arvores frutíferas, que nos são reveladas pela existência de laranjais na tapera da redução de S. Miguel. E mais ainda a origem do topônimo Jaguarí, que na concessão de terras desse povo tem a designação de Jaguarú ou Nhaguarú, figurado na cartografia antiga como afluente do Toropí (4).

Desfeito esse engano, vê-se que S. Miguel, em sua volta à bacia do Uruguai, situou-se ao norte do rio Piratiní, em aprazivel rincão formado pelo Piratinizinho e Santa Bárbara, afluentes desse rio. Ficava assim a 20 léguas de S. Nicolau, 10 de S. Luiz, já fundados, e segundo o padre Ventura Suarez entre as coordenadas de 28° 21' lat. S. e 323° 45' de long. L. da Ilha do Ferro. Azara dá para este povo a localização de 28° 32' 36" de lat. S. e 323° 22' 24" de long. L. divergindo da lat. S. observada pelo demarcador José Maria Cabrer que encontrou 28° 33' 13", e a mesma long. L. de Azara.

Realizada a mudança, consta já da ânua do padre Salvador de Rojas, correspondente ao ano de 1690, que os índios estavam construindo uma ampla casa de seis aposentos para os padres, estando, nessa ocasião bastante adiantadas outras 100 casas destinadas aos índios, todas cobertas de telhas de barro, que fabricavam na doutrina. Era a mais populosa de todas as reduções, pois contava, quando se estabeleceu aí, 4.195 almas divididas em 1.057 famílias. Sete anos depois, como

(1) Doação de terras de S. Miguel Cit.

(2) Visc. de São Leopoldo. *Anais da Prov. do R. G. de São Pedro.* 86, n. 1.

(3) Jaguarí, ant. Jaguarú, Nhaguarú, provem exatamente dessas feras que infestavam as suas margens, assolando a redução de São Miguel. Na cartografia antiga tem este último nome, mas é figurado como afluente do Toropí (*Tamburini* — 1722). Neste mesmo mapa S. Miguel já figura em seu posto atual. No mapa de L'Isle (1703) está à margem direita do Ibicuí, mas refere-se à redução antiga.

(4) Jaguarí-guar. — Rio dos jaguares, ou dos tigres.

veremos, procurando este povo resolver o problema de seu crescimento populativo, funda a Colônia de São João Batista, com 2.832 almas.

Não consta das demoradas pesquisas a que procedemos o nome do padre que fundou São Miguel e foi seu primeiro cura. Seria talvez o próprio diretor espiritual da doutrina que se mudava integralmente de seu antigo posto à margem direita do Uruguai.

Num pleito relativo a gados da estância de São Miguel, que teriam passado para as invernadas de São Luiz, contiguas àquela, em meiados do decênio de 90, se fazem referências ao padre José de Vargas, existe, outrossim, documento em que o mesmo, em nome do corregedor e mais oficiais do povo, reclama contra a apropriação desses gados, exigindo providências do superior das reduções (1). Refere-se tambem o pleito às 42.000 vacas, já mencionadas em outra passagem, levadas pelo padre Juan de Yegros para as estâncias de São Luiz, por várias vezes, durante o mesmo decênio (2).

Não poderia, entretanto, ser fundador do povo de São Miguel, mas, um de seus primeiros curas o padre José de Vargas, que alí se encontrava em fins do decênio desse período fundacional. Era o padre José de Vargas natural de Assunção do Paraguai, cidade que entra para a fundação dos sete povos do Uruguai com um largo coeficiente de sacerdotes (3). Nasceu o padre Vargas a 19 de março de 1679 e entrou para a Companhia, como noviço no colégio de Assunção, em 14 de setembro de 1694. Formou-se em filosofia e teologia, sendo logo mandado para as doutrinas em que iniciou seus trabalhos de catequese, pois conhecia magnificamente a língua geral. Em 2 de fevereiro de 1713 fez sua profissão dos quatro votos (4).

---

(1) Documento de 1698. B. N. I, 29, 3, 32.

(2) V. *Estâncias dos Povos*, neste volume.

(3) Alem do padre José de Vargas aparecem nesse período prestando seus serviços às doutrinas como fundadores dos povos ou auxiliares diretos, o padre Miguel Fernandez, nascido em Assunção, que foi fundador de São Luiz e cura de São Lourenço; padre Francisco de Avedaño, que foi cura de São Luiz, natural de Assunção e padre Juan de Yegros, soldado e tropeiro, que tambem prestou serviços a São Luiz, sendo o primeiro introdutor do gado das Vacarias nas estâncias das Missões. Nasceu o padre Yegros em Assunção em 9 de julho de 1651, entrando para a Companhia em 9 de junho de 1685. Formou-se em teologia e filosofia e, em 1715, tinha 16 anos como operário e 10 como catequista. Em 15 de agosto de 1711 recebeu o grau de formado.

(4) *Catalogus* de 1715. E' este o primeiro *Cat.* que detalha a Provincia jesuítica do Uruguai que compreendia 15 povos, dos quais sete na Banda Oriental. Em 1696 segundo a respectiva ânua, havia 14 povos (pois não fora fundado Santo Angelo) em que trabalhavam 32 sacerdotes e três irmãos coadjutores. Infelizmente os catálogos existentes são somente os correspondentes aos anos de 1670, 1678, 1681. Do de 1701 só se encontra o respectivo índice. Continua a coleção com os de 1715, e outros mais modernos. O de 1681, que mais se aproxima da fundação dos povos orientais, dá englobadamente a Província paraguaia. O Catálogo de 1715 conserva os 32 sacerdotes e 2 irmãos coadjutores que são os célebres José Brasanelli estatuário e escultor, que construiu o templo de São Borja, e o irmão Pedro Montenegro, enfermeiro, o mais notavel dos médicos de seu tempo. Figuram aí os padres Sepp e Petragrazza, arquitetos e fundadores de reduções; Diogo Claret, apóstolo entre os guenoas e profundo conhecedor das línguas dos pampas; José de Arce e Bartolomeu Blendes, martirizados pelos índios payaguás e quase todos os fundadores.

Foi companheiro no povo de São Miguel, ou sucedeu ao padre José de Vargas, que alí esteve pouco tempo, o padre Bernardo Casero, ou Cubero, cf. Pastells. O padre Bernardo fez parte da leva de jesuitas que veio da Europa em 1698 e já no ano seguinte há referência a seu nome no pleito sobre o gado de São Luiz. Somente o índice do *Catalogus* de 1701 traz o nome do padre Bernardo Casero, que não se encontra mais nos seguintes, tendo provavelmente falecido antes de 1715. Diz Pastells que era natural de Fresno, diocese de Tarazona, Aragão, e que tinha em 1698 a idade de 29 anos (1).

Revelam os documentos do pleito citado que um ano antes de fundar São João Batista, que se desprende do povo de São Miguel e vai constituir nova doutrina modelo, estava o padre Antonio Sepp na-

---

dos povos de Missões. Desses 34 sacerdotes missioneiros 29 eram europeus e 5 americanos, dividindo-se pelas seguintes nações : espanhóis 19, italianos 4, flamengos 4, alemão 1 e francês 1, paraguaios 3 e argentinos 2.

Assim os detalha o *Catalogus Publicus* de 1715 :

1 *Nomen* — P. Franciscus Ximenes. *Patria* — Fons mayor in Castilla. *Aetas* 4 oct. 1639. *Vires*-Debiles. *Ingres. in Societ.* 26 oct. 1656. *Studio*-casus cons. *Minist. exerc.* Operar hispan. In Miss. 50. *Gradus in Societ* Formatus 15 aug. 1673. (D.) (*).

2 P. Joannes Ramos — *P.* Herrerudos in Cast. — *Ae.* 28 mar. 1642 — *V.* Integra. — *I.* 15 aug. 1660 — *S.* Phil. 3, Theol. 4 — *M.* Opera. 42, in Miss indi. 38 — *G.* Prof. 4 vot. 2. febr. 1678.

3 P. Franciscus Venzoni — *P.* Gennua — *Ae.* 16 mar. 1645 — *V.* Debiles — *I.* 25 jan. 1662. — *S.* Ph. 3, Th. 4 — *M.* Lectr. Gram. 2, Rect. 3, opera 40, in Miss. Ind 30. *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1628. (us Conf. confess.)' (D.).

4 P. Blasus de Silva — *P.* Assumpt. — *Ae.* 3 febr. 1647. — *V.* Integra. — *I.* 30 jul. 1664. — *S.* Ph. 3, th. 4. — *M.* Prof. 3, Proc. 3, Prov. 3. Prov. 7. Op. 39. — (D).

5 P. Josephus de Arce — *P.* Palma in Canarias — *Ae.* 9 nov. 1651 — *V.* Integra — *I.* 3 jul. 1669. — S. Ph. 3, Th. 4, Lectr Sem. 1, Phil. 3, Rector 3. Sup. Mis. 3, Opera. 34. in Miss. Ind. 26. — *G.* Prof. 4 votos, 15 aug. 1686. (D).

6 P. Gregorius Albarez. — *P.* Santa Maria. — *Ae.* 9 nov. 1657. — *V.* Integra. — *I.* 3 dec. 1684. — *G.* Formatus 3 dece. 1698.

7 P. Joannes Antonius Solalinde — *P.* Carredo in Catal. *Ae.* 24 jan. 1650. *V.* Mediocre. — *I.* 2. mar. 1670. — *S.* Ph. 3, Th. 4, Lectr gram. 2, Mortis 3, Operar. 35, in Miss. 21. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1690.

8 Didacus Michael Bazan — P. Lucronium. in Cast. — *Ae.* 25 jan. 1654. — *V.* Debiles. — *I.* 1 aug. 1671. — *S.* Ph. 3, Th. 4, *M* Operar. miss. Ind. 36. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1690. (D).

9 Didacus Claret. — P. Namur in Flandre. — *Ae.* 27 sept. 1651. — *V.* Integra. *I.* 28. sept. 1672. Ph. 3, Th. 4. *M* Operar. in Miss. — G. Format. 15 aug. 1685.

(*) Os assinalados com (D).) teem os nomes riscados da lista com uma cruz, significando haverem falecido e não aparecem nas listas seguintes. Os algarismos apóstos ao *estudo* e *ministério* referem-se aos anos que exercitaram cada um deles. (N. do A.).

(1) Pastells. III, 70.

quela povoação, intervindo na questão do desaparecimento de milhares de cabeças de gado da estância de São Miguel e que se presumia terem passado para a de São Luiz. Há mesmo, nesse sentido, acrimoniosas referências do padre Avedaño que diz, entre outras cousas, que o padre Sepp e outros que alí estão (em São Miguel) prestam mais atenção a "um índio velho, cantor, que conta o gado pelas contas do rosário", do que ao padre Juan de Yegros, velho vaqueiro, que foi o introdutor desse mesmo gado e que o contou auxiliado por 14 cantores e índios vaqueiros práticos nesse mister (1).

Na mesma ocasião aparece tambem o nome do padre Henrique Matheis, assistindo em São Miguel. Pastells o assinala entre os padres que vieram da Europa em companhia do procurador padre Diogo Alta-

10 P. Angelus Camillus Petragrassa. — P. Patania. — *Ae.* 6 mar. 1656. *V.* Mediocre. — *I.* 13 april 1673. — *S.* Ph. 3. Th. 4. — *M.* Lect. gram. 4, Operar. 22, ex his in Miss. 23. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug.

11 P. Antonius Sepp. — *P.* Candalia in Tirol. — *Ae.* 22 nov. 1655. — *V.* Integra. *I*-8 sept. 1674. — *S.* Ph. 3. Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 5, Operar. 32. — in Miss. ind. 23. — G. Formatus 15 aug. 1689.

12 P. Joannes Maria Pompeyo — *P.* Benevente. *Ae.* 24 jan. 1661. — *V.* Debiles. *I.* 24 jan. 1676. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 4, Operar. 28, in Miss. ind. 22. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1695. (D).

13 P. Mathia de Perea. — *P.* Beocia in Betica — *Ae.* 24 febr. 1660 *V.* Integra. — *I.* 2 mar. 1676. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 30, ex his in Miss. 29. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1695.

14 P. Josephus de Tegedas. — *P.* Perpignan in Vald.ª. — *Ae.* 5 nov. 16. *V.* Integra. — *I.* 10 dec. 1678. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 3, Operar. 26, ex his in Miss. 22. *G.* Prof. 4 vot. 27 sept. 1705.

15 P. Domenicus Calvo. — Conf. ad agrav. — Confes. — *P.* Tombrum in Asturias. — *Ae.* 4 aug. 1657. — *V.* Integra. — *I.* 18 jan. 1679. *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Oper. in Miss. ind. 28. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1696.

16 P. Antonius Ximenes — Conf. ad agrav. — Confes. — *P.* Murcia. — *Ae.* 14 febr. 1662. — *V.* Integra. — *I.* 12 nov. 1679. *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 2, Oper. 23, ex his in Miss. ind. 19. — *G.* Prof. 4 vot. 2 febr. 1697.

17 P. Joannes Vela. — P. Berlanga in Cast. — *Ae.* 28 febr. 1660. — *V.* Integra. — *I.* 30 juli. 1679. — *S.* Ph 3, Th. 4. — *M.* Operar. 24. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1696. (D).

18 P. Martinez de Yegros — P. Assunpt. in Paraq.ª — *Ae.* 1 apr. 1665. — *V.* Integra. — *I.* 21 mart. 1680. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 4, Operar. 26, ex his in Miss. Ind. 18. — *G.* Prof. 4 vot. 10 oct. 1698.

19 P. Gabriel Patiño — P. Assumpt. in Paraq.ª. — *Ae.* 2 nov. 1662. — *V.* Integra 16, in Miss. Ind. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1699.

20 P. Petrus Alvear. — P. Navarrete in Cast. — *Ae.* 10 oct. 1665. — *V.* Integra. — *I.* 25 oct. 1683. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Oper. in Miss. Ind. 21 — *G.* Formatus 4 oct. 1699.

21 P. Antonius Ligotti. — P. Consensa in Catal. — *Ae.* 1 sept. 1664. — *V.* Integra. — *I.* 14 nov. 1683. — *S.* Ph. 3. Th. 4. — *M.* Operar. 33, in Miss. 5. — *G.* Prof. 4 vot. 21 nov. 1700.

(1) B. N. Mss. I, 29, 3, 41.

mirano, em 1684. Era o padre Matheis natural de Malines, Flandres, e veio juntamente com seus companheiros de Missões padres Pompeyo, Petragrassa, Sepp, e irmão José Brazanelli (1).

Terá sido rápida sua passagem pela doutrina, pois seu nome, que se encontra no índice de 1701, desaparece depois dos catálogos seguintes. Deve ter falecido antes de 1715.

Em 1706 dirige São Miguel o padre José Francisco de Arce, mais tarde integrado ao martirológio da Companhia. Nasceu o padre Arce em Palmas, Canárias, a 9 de novembro de 1651, tendo entrado para a Companhia em 3 de julho de 1669. Formado em filosofia e teologia,

---

22 Joannes Augustus de Alamaraz — *P.* Hispalis. — *Ae.* 30 jun. 1670. — *V.* Debiles. — *I.* 30 jun. 1685. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. in Miss. 18. — *G.* Formatus 8 sept. 1702.

23 Didacus Garcia. — *P.* Cassa Rubeli, Regno Toletis. — *Ae.* 17 jul. 1666. *V.* Integra. — *I.* 7 dec. 1686. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 19, ex his in Miss. 12. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1712.

24 P. Franciscus Rivera. — *P.* Colleria in Regno Toletis. — *Ae.* 8 nov. 1668. *V.* Integra. — *I.* 3 sept. 1690. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* in Miss. Ind. 12. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1711.

25 P. Didacus Valcarcel. — *P.* Villafranca. — *Ae.* 2 febr. 1670. — *V.* Integra. — *I.* 8 sept. 1693. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* in. Miss. Ind. 7. — *G.* Form. 15 aug. 1711.

26 P. Bernardus de Villanueva. — *P.* Corrientes in Argentina. — *Ae.* 20 oct. 1677. — *V.* Integra. — *I.* 14 sept. 1694. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* in Miss. 8. — *G.* Vota bienn.

27 P. Bartolomeus Blend. — *P.* Bruxae in Fland. — *Ae.* 24 aug. 1675. — *V.* Integra. — *I.* 1 oct. 1694. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. ind. 3. — *G.* Prof. 4 vot. 4 oct. 1711. — (D).

28 P. Petrus de Ramita. — *P.* Boni aeris in Argentina. — *Ae.* 1 nov. 1678. — V. Debiles. — *I.* 7 mart. 1695. *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 6, in Miss. Ind. 4. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1711.

29 P. Jacobus Wancuthen. — *P.* Bruxela. — *Ae.* 7 mart. 1677. — *V.* Integra. — *I.* 3 oct. 1695. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. Ind. 3. — *G.* Formatus, 16 mart. 1710.

30 P. Josephus Gallardo. — *P.* Hispalis. — *Ae.* 15 jan. 1680. — *V.* Integra. — *I.* 15 jan. 1697. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. Ind. 4. — *G.* Vota bienn.

31 P. Josephus de Astorga. — *P.* Gades. — *Ae.* 13 sept. 1681. — *V.* Mediocre. — *I.* 15 jan. 1701. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Casus cons. Lectr. gram. In Miss. 3. — G. Vota bienn.

32 P. Onufrius Carpini — *P.* Firmum. — *Ae.* 30 nov. 1688. — *V.* Integra. — *I.* 1 sept. 1703. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. Ind. 3 — *G.* Vota Bienn.

33 Fr. Josephus Brasanelli. — *P.* Mediolanum. — *Ae.* 6 jan. 1659. — *V.* Debiles. — *I.* 29 dec. 1680. — *S.* Coadj. — *M.* Statuarius et sculptor. — *G.* Formatus 15 aug. 1690.

34 Fr. Petrus Montenegro. — *P.* S. Marina, in Gallecia. — *Ae.* 14 mai 1663. — *V.* Mediocre. — *I.* 6 apr. 1691. — *S.* Coadj. — *M.* Infirmarius 22. — *G.* Formatus 15 aug. 1703.

---

(1) Pastells. III, 67.

ocupou vários cargos de destaque, entre os quais o de leitor do Seminário de Assunção, reitor do mesmo durante três anos, superior das missões por igual tempo, sendo operário durante 34 anos, dos quais 26 empregado na catequese dos índios, segundo notas do *Catalogus* de 1715, o que induz a crer tivesse iniciado sua gestão nas doutrinas em 1690. Em 1716, mandado catequizar os payaguás, que demoravam no alto Paraguai, em companhia de padre Bartolomeu Blendes, aí encontrou a morte, sendo martirizado por esses índios.

A ânua de 1700, referindo-se à doutrina de São Miguel Arcângelo, informa que "lo especial que ay en esta doctrina es que aora comiença a abrir los cimientos de una iglesia que desean hacer para glória y honra de N. S.ª y de su santo Arcangel, para cuyo fabrico se aplican al trabajo con gran fervor buscando los materiales necessarios para ello (1). Não é ainda este o monumento artístico e histórico, hoje reconstruido pelo *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, e de que foi arquiteto o inegualavel irmão João Batista Prímoli, pois a Ânua de 1708 diz que a "igreja de São Miguel está ameaçando ruina e iniciou-se a construção de uma sala que servirá provisoriamente para as solenidades do culto" (2). O irmão Prímoli faz parte da missão que no ano de 1717, chefiada pelos padres Bartolomeu Ximenez e José Aguirre, chega da Europa. Outros artistas notaveis a integram, e entre estes o admiravel Domingos Zipoli, que entrara para a Companhia como noviço a 1 de julho do ano anterior, com 28 anos de idade, mas, já aureolado pela glória de ser um dos maiores compositores da época, e que havia sido organista da igreja dos Jesuitas em Roma (3).

No período que estudamos foi o seguinte o movimento estatistico da população de São Miguel:

ANOS	ALMAS	FAMÍLIAS	BATISMOS	ÓBITOS		CRESCIMENTO	CASAMENTOS	VIUVOS
				ADULTOS	CRIANÇAS			
1687......	3.500	—	—	—	—	—	—	—
1690......	4.195	1.057	165	76	65	24	47	6
1694......	4.592	1.290	138	47	159	68 (5)	98	—
1698......	1.885	630 (4)	138	30	88	20	—	—
1702......	2.197	636	197	40	95	62	27	—
1705......	3.107	695	192	20	79	93	40	—
1707......	3.100	791	145	52	78	15	65	—

(1) Ânua de 1700 — B. N. Mss. I, 29, 7, 72.

(2) Ânua 1708. — B. N. Mss. I, 29, 7, 83.

(3) *Catalogus* — Missão 1716. — Veja-se *Domenico Zipoli*. Lauro Ayesterán. *Rev. Hist. Montevidéu*, 1941. Ano XXXV, pág. 49 a 74.

(4) Diminuição devida a uma peste que assolou o povo, nesse ano.

(5) No ano anterior fora fundada São João Batista, colônia do Povo de São Miguel para a qual contribuiu com 2.832 almas, em 765 famílias.

6 — *São Lourenço Martir.*

Santa Maria Maior, que, com uma colônia, em 1690, funda o povo de São Lourenço Martir, na bacia oriental do Uruguai, fez parte das antigas reduções do Paraná, onde a margem do Iguassú fora estabelecida em 1626 pelos padres Diego de Borôa e Claudio Ruyer. Assolada pelos paulistas, em 1633, trasladou-se para as imediações do antigo povo dos Mártires, de onde passou para melhor situação, à meia légua da m. d. do Uruguai, aos 27° 53' 14" de lat. S. e 3° 14' 56" de long.

Exerceu Santa Maria notavel influência na história das Missões, não só sob o aspecto econômico como interposto do gado lanar, como vimos, mas tambem cultural, pelas belas artes e indústrias em que foram eximios os seus habitantes entre os quais músicos, pintores e escultores índios que honram a civilização jesuitica, no século XVII, e que foram discípulos do insigne irmão Luiz Vergel, como detalhadamente se estudará.

Em sua ânua de 1691 o padre Antônio Ximênes, superior das doutrinas do Uruguai, diz que "no ano passado (1690) se dividiu a doutrina de Santa Maria em duas partes, devido a sua grande multiplicação, ficando no povo antigo a parte menor que mantem o nome antigo e dando a este outro o de São Lourenço Martir, que consta de 3.512 almas em 823 famílias" (1).

Conduziu esse povo e fundou São Lourenço o padre Bernado de la Vega, que foi o organizador da povoação e seu primeiro cura, como informa o padre Salvador de Rojas em ânua de 1708 (2). O padre Bernardo esteve em S. Lourenço até 1695, tendo sido substituido pelo padre Miguel Fernandes, que deixara o povo de São Luiz, de que fora o fundador e primeiro diretor espiritual.

Escolhido o local, em uma planície, nas pontas do arroio Uruquázinho, entre S. Luiz e São Miguel, ficou o povo na situação que Cabrer determinou de 28° 27' 51" de lat. S. e 323° 14' 29" de long. (3) a seis léguas (de 26 1/2 ao gráu) de S. Luiz, e a três de S. Miguel, que lhe ficava a sudeste. Grande foi o trabalho dos lourencistas desde os primeiros dias de seu estabelecimento. Enquanto as mulheres dedicavam-se afanosamente ás roças, arando e plantando sementes de milho, mandioca e outros grãos, os homens cuidavam da edificação do Povo. A ânua referida do padre Ximênes acrescenta que essas roças, com um ano de trabalho, já são as melhores de todas as doutrinas". Assim a casa que estavam edificando para o padre que terminada "será tambem a melhor de todas as doutrinas."

A tudo preside com seu espírito organizador o padre Bernardo que não conhece canseira nem sacrifícios. E, como em São Nicolau,

---

(1) Ânua de 1691. Mss. B. N. I, 29, 7, 64.

(2) Ânua de 1708. Mss. B. N. I, 29, 7, 83.

(3) B. N. Col. d'Angelis. Distâncias dos Povos de Missões, quadro organizado por José Maria Cabrer, na Demarcação de Limites de 1783, I-29, 5, 54.

no caminho para as roças, erguem os índios uma ermida a Santo Isidro, para que o protetor da lavoura abençõe e multiplique os seus trabalhos. Saint-Hilaire, em sua viagem às Missões, em 1820, ainda encontrou essa ermida em "que havia uma imagem do santo, grosseiramente esculpida" (1).

Nasceu o padre Bernardo de la Vega em Castela Velha, lugar denominado São João de Redondo, em 1649 tendo entrado como noviço para a Companhia em 2 de janeiro de 1673 (2). A par de seus estudos de filosofia e teologia em que apresentou magníficos resultados, como pretendia consagrar-se à catequese do gentio estudou e praticou a língua guaraní, procurando tambem dominar a dos infiéis, em cujas terras logo depois fez várias entradas, passando as maiores privações e trabalhos.

Em 1690 estava em Santa Maria Maior quando, pelo superior das Missões, foi designado para acompanhar os índios dessa doutrina que atravessavam o Uruguai para fundar o quarto dos povos na região entre o Ijuí e o Piratiní, à meia distância entre São Luiz Gonzaga e São Miguel Arcanjo, transmigrados três anos antes.

Organizado o povo que se tornara já florescente foi o padre Bernardo escolhido, pela obediência, superior das doutrinas do Uruguai, cargo que desempenhou por algum tempo, indo em 1699 para a doutrina de São Carlos, de que foi cura. Tinha 62 anos quando, sentindo-se bastante doente, foi mandado recolher ao Colégio de Buenos Aires, onde faleceu a 4 de abril de 1707 (3).

Substituiu-o o padre Miguel Fernandez, fundador de São Luiz, que logo teve como sucessor o padre Paulo Cano, grande amigo do padre Bernardo e cuja vida, por uma série de coincidências notaveis, está estreitamente ligada à daquele sacerdote, como observa a ânua citada. Nasceu o padre Paulo Cano em Bienservida, Murcia aos 25 de novembro de 1649, entrando para a Companhia em 15 de janeiro de 1673. Recebendo sua ordenação foi enviado às missões, em que serviu 30 anos.

Em 1700 deixou a doutrina de São Lourenço, indo para a de Santa Maria, onde se conservou por alguns anos e apesar de ser solicitado pelo cabildo de São Nicolau para que fosse o cura deste povo, resolveu recolher-se a Japejú, onde ia para morrer, conforme respondeu aos solicitantes. Efetivamente, pouco depois de chegar a essa doutrina, a 10 de abril de 1707 alí falecia seis dias após a morte do padre Bernardo, encerrando assim a sua missão na terra, cercado pelas bençãos de seus catecúmenos e pela admiração dos outros padres, a quem legava exemplos de sólida virtude (4).

---

(1) Auguste de Saint Hilaire — *Viagem ao Rio Grande do Sul.* (1820-1821). Trad. Ariel Editora Ltda. Rio 1930. — 210.

(2) *Catalogus publicus.* 1681. B. N.

(3) B. N. Mss. I, 29, 7, 83.

(4) Idem, idem. V. *Catal. publi.* 1681.

Sucedeu-o na curazia de São Lourenço, em 1700, o padre João Maria Pompeyo, nascido em Benevente, a 24 de janeiro de 1661, e que ingressou na Companhia de Jesús, como noviço, em 24 de janeiro de 1676. Feito o seu curso de teologia e filosofia e aprendizado da lingua guarani foi, durante quatro anos, professor de gramática no colégio de Assunção, tendo recebido os quatro votos em 15 de agosto de 1695. Em 1698 foi designado para a catequese do gentio, indo logo para S. Lourenço. Em 1715 era vice-superior das doutrinas do Uruguai, constando ainda seu nome do *Catalogus* de 1717.

Os dados estatísticos sobre a população de São Lourenço, no período em apreço, mostra-nos a importância dessa doutrina que foi uma das mais florescentes entre os povos de Missões.

ANOS	Almas	Fam l.	Batism.	ÓBITOS		Cresc.	Casam.	Viuvos
				Adult.	Crianç.			
1690	3.512	823	84	27	36	21	29	—
1694	3.769	896	258	19	79	160	77	—
1698	4.140	953	131	35	87	9	23	6
1702	4.427	990	262	46	105	112	45	—
1705	4.544	1.027	196	40	110	46	85	—
1707	4.519	1.022	283	25	106	152	96	—

7 — *São João Batista*

São João Batista, desdobramento do povo de São Miguel, fundada em 1697 pelo padre Antonio Sepp, é a doutrina de que se conhecem mais amplas notícias legadas à história pelo seu próprio fundador (1), de cuja autoria encontra-se tambem um plano do povo, padrão pelo qual se pode reconstituir todos os outros, mais ou menos, idênticos em suas proporções arquiteturais (2). Alem desses trabalhos, fornece-nos mais elementos sobre a vida e obras do padre Sepp o elogio necrológico que, por ocasião de sua morte em 1733, fez-lhe, na respectiva ânua, o padre provincial (3).

Antonio Sepp von Reinegg nasceu de pais nobres em Kaltern (Candália), condado de Tirol, aos 21 de novembro de 1655, e com 19 anos, depois de estudos preliminares, obedecendo aos impulsos de sua vocação, entrou para a Companhia, na província da Germânia superior, em 28 de setembro de 1674. Fez magníficos estudos e, tendo recebido os graus de filosofia e teologia, professou a cadeira de retórica em vários colégios de sua província com grande aceitação.

Mas, atraido por trabalhos apostólicos de maior vulto em que pudesse expandir seu espírito construtor, resolveu o padre Sepp passar

(1) Sepp. A. — *Fortsetzung* e outros. V. nota bibliográfica.

(2) José Torre Revello — *Mapas y planos* (Arquivo de Simancas) Buenos Aires 1938. Pueblo de S. Juan Bautista. N.° XI.

(3) B. N. Mss. I, 29, 7, 106.

à América juntamente com muitos outros sacerdotes notaveis que integravam a missão levada ao Paraguai pelo padre Diogo Altamirano e de que fizeram parte elementos de escol. A missão organizou-se em 1688, mas só chegou a Buenos Aires em 1691 (1), tendo, a 15 de agosto de 1689, recebido o padre Sepp o grau de formatura.

De chegada destinou-se às doutrinas do Uruguai, em que, como coadjutor espiritual, trabalhou 41 anos continuados. "Foi o padre Antônio Sepp, diz o necrológio (2), religioso de sólida virtude que se acrisolou mais em várias atribuições que lhe permitiu o Senhor como prova. Na obediência procedeu com tanta exatidão que não se sabe houvesse proposto nunca, nem se excusado de disposição alguma, senão que, em uma ocasião, em seus últimos anos de vida, propôs não ir a uma viagem de 300 léguas por sentir-se falto de forças. Sua pobreza se manifestou bem em sua morte, pelos exemplos de sua vida, pois, suas camisas e batinas se achavam tão cheias de remendos que se duvidou houvessem nelas algum retalho do pano primitivo. Sua pureza se revelava na modéstia de todo o seu porte... Antes do toque de levantar, ia orar ao Senhor muito devagar e o mesmo fazia durante o dia frequentissimamente e, tendo grandes ocupações por haver sido cura de vários povos, que governava no espiritual e no temporal, contudo, sempre, cada dia, tinha pela metade uma hora de lição espiritual e outra de oração de joelhos, prática que observava indefectivelmente na oração da manhã, exames e prolixa ação de graças. Sua humildade bem se revelou quando, recem-vindo da Europa, quiseram os superiores se submetesse ao segundo exame por conhecer sua grande capacidade para a profissão. Mas, o humilde padre não compareceu a ele, dizendo que se o voto 4.º era para ir às Missões já o havia conseguido e, assim, que mais poderia aspirar. Teve a graça especial de tratar com os índios guaranís, fazendo deles o que queria. Cuidava com singular sucesso dos povos, tendo-os sempre muito assistidos e abundantes no temporal e muito ajustados no espiritual, de sorte que causava consolo aos padres, que por eles passavam, a frequência nos confessionários e comunhões e a assistência na igreja à missa, rosário e outras funções. Foi muito devoto das almas do purgatório: todas as noites as encomendava particularmente a Nosso Senhor sem interrompê-lo qualquer embaraço. Se morria algum padre em sua redução, cada mês, por todo um ano, lhe rezava uma missa e nos enterros tanto de crianças como de adultos, invariavelmente as rezava".

Ao chegar à América, foi o padre Antônio mandado para uma das reduções do Uruguai, provavelmente Japejú, até onde vinham os charruas, sobre cuja catequese dá amplas notícias na carta que dirige ao padre Guilherme Stinglhaime, provincial na Alta Alemanha (3)

---

(1) Vieram nessa missão os padres Pompeyo, Petragrassa, Haze, Mattei e irmão Brasanelli, nomes que, com o do padre Sepp estão estreitamente ligados à vida dos Sete Povos de Missões.

(2) Anua citada.

(3) B N. Mss. I, 29, 4, 105. Tradução espanhola do texto da mesma carta publicada em *Cartes Edifiantes*. Veja-se Nota bibliográfica adiante.

Conta-nos o padre Antônio que estando nessa redução foram mandados à catequese desses índios os padres Antonio Bohm, alemão e Hipólito Datilo, italiano, aos quais se oferecera para intérprete um índio cristão charrua, de nome Moreyra, que os atraiçoou, pondo em perigo a vida desses padres. Mais tarde, este mesmo índio foi à povoação em que estava o padre Sepp que, tratando-o muito bem, conseguiu catequizá-lo e tornar-se um verdadeiro cristão. Trouxe ele, depois, para a doutrina não só a sua como mais 10 famílias que o acompanharam.

Dessa redução passou o padre Antônio para a de Nossa Senhora da Fé que ficava à margem do Paraná, indo auxiliar o cura, um velhinho de 80 anos, que o recebeu com grande demonstração de carinho. De chegada esperavam-no as maiores provações, pois foi o povo contaminado por uma violenta peste que ceifou dezenas de vidas. Aí, organizando um hospital e atendendo a todos os enfermos, o padre desvelou-se e tanto trabalhou que contraiu tambem uma grave enfermidade. Foi nessa ocasião, por ser mais saudavel o clima do Uruguai, mandado para o povo de São Xavier, onde deve ter chegado no ano de 1696.

Aí estava se restabelecendo quando, por ordem do provincial, passou a São Miguel para executar a árdua tarefa que este lhe destinara. E' o próprio padre Antônio Sepp quem historia pormenorizadamente a fundação de São João Batista, na carta citada.

"O Senhor concedendo-me a vida quando pensava estar no fim de minha carreira, me destinava para outros trabalhos. O povo de São Miguel, o mais populoso do Uruguai, chegou a ser tão grande que não cabia mais em sua missão e nem se podia instruir tantas almas. A igreja, embora de grande capacidade, não era mais suficiente para contê-las, e as terras de cultura só davam metade dos grãos necessários à manutenção do povo. Isto deu origem à resolução de dividir a gente que alí havia, transportando uma colônia dela para outro local. Fui encarregado da execução dessa empresa, cujas dificuldades eu não ignorava. Tratava-se de levar quatro a cinco mil pessoas a um campo limpo, edificar choças para todos e aproveitar terras completamente incultas para tirar delas a subsistência do povo. Sabia eu, por outro lado, quão apegados são os índios ao lugar em que nasceram e sua grande aversão a todo o genero de trabalho.

"Sem embargo, tendo em vista somente a ordem de meus superiores como se fosse do próprio Deus, quantos mais motivos tinha de desconfiar das minhas forças, tanto mais confiava no socorro do céu, e de momento se desvaneceram todas as minhas repugnâncias. Reuní os índios principais a quem chamam caciques, e que são os chefes de famílias de que dependem 40, 50 e até 100 índios, sobre os quais mandam como donos absolutos. Pus-lhes diante dos olhos a necessidade que havia de dividir o povo, devido ao número excessivo de habitantes. Deviam sacrificar a Deus sua natural inclinação de não desejarem abandonar a pátria que amavam ; nada lhes pedia senão o que eu próprio havia feito, deixando minha Pátria, meus parentes e amigos, para viver entre eles e lhes ensinar o caminho do céu e, finalmente, que poderiam estar certos de que eu não os abandonaria, e que me

veriam seguir à sua frente e compartir com eles dos mais penosos trabalhos.

"Estas palavras, pronunciadas com ternura, fizeram tal impressão em seus ânimos que logo 21 caciques e 150 famílias se uniram a mim e me prometeram seguir para onde eu os quisesse levar. E quando chegou o padre provincial renovaram junto a ele sua promessa, dizendo-lhe em sua língua : "Payguaçú, agui, yebeti, yebi, oro enyche, angandebe". O que significa : "Pai grande (assim designam o provincial) damos-lhe graças pela visita que nos fazeis e iremos de boa vontade para onde quiserem".

"Só mesmo Deus poderia inclinar tão prontamente o coração dos índios para a realização do nosso projeto. Desde aquele instante tive esperança de conseguir esse intento e não pensei senão em me por a caminho, para procurar sítio que conviesse à nova colônia. Acompanhavam-me os principais caciques. Marchamos todo o dia para o oriente e, por fim, ao anoitecer, descobrimos um amplo terreno, rodeado de colinas e bosques espessos. No alto das coxilhas achámos duas fontes muito claras, cujas águas, serpenteando com declividade pelos campos, baixavam a um vale profundo onde formavam um aprazível arroio (1). Os rios são necessários a um povo de índios, porque sentem eles muito calor e precisam banhar-se muitas vezes ao dia. Não foi pouca a extranhesa quando ví que, se comiam demasiadamente, era o banho o único remédio para lhes curar a indigestão.

"Entrámos logo nos bosques, onde vimos saltar veados e outras caças. A situação da parágem era tão cômoda que ficou assentado fundássemos alí mesmo a povoação. No dia seguinte, festa da Exaltação da Santa Cruz (2), fomos ao ponto mais alto da colina, e plantámos ali uma cruz muito grande, tomando posse dessa terra em nome de Jesús Cristo. Adoraram-na todos os índios, prostrando-se em terra e depois cantaram o Te-Deum em ação de graças.

"Em seguida levei ao povo de São Miguel a agradavel notícia da descoberta que acabavamos de fazer. Todos os índios destinados a povoar a nova colônia se dispuseram a partir, provendo-se dos instrumentos de que podiam dispor para cortar madeiras e preparar as terras de cultivo. Conduziram tambem muitos bois para o trabalho. Não achei conveniente que fossem juntos suas mulheres e filhos, até que se começasse a fazer o Povo e que a terra tivesse produção com que mantê-los.

"Começaram os caciques pela repartição das terras que caberiam a cada família, semeando logo muito algodão. Dá muito bem essa planta nos campos do Paraguai...

---

(1) O local escolhido distava quatro léguas de São Miguel, alem da serra do Urubucarú, e o arroio referido é o Ibicuá, afluente da m. d. do Ijuí. Nasce tambem nas proximidades o arroio do Moinho que verte suas águas no Ijuizinho. O padre Ventura Suarez determinou para São João Batista as coordenadas de 28° 21' lat. S. e 323° 51' de long. L. Azara determina na posição de 28° 26' 56" de lat. S. e 323° 12' 20" de long. Cabrer dá 28° 27' 51" lat. S. e 323° 37' 22" de long. diferindo ainda de Saldanha que encontra para lat. S. de S. João 28° 28' 3".

(2) A fundação de São João Batista foi a 14 de setembro de 1697, que é o dia da Exaltação da Cruz, cf. Teschauer. *Hist.* II, 6.

"Quando chegou aos outros Povos a notícia de que haviam fundado uma colônia, cada qual à porfia nos quis ajudar. Uns nos mandavam bois, outros nos traziam cavalos, e alguns nos levavam milho, garbanzos e favas para que as semeassemos. Veio a tempo esse socorro que aumentou o brio dos índios. Repartiram eles entre si todo o trabalho. Uma parte se dedicava à lavoura, semeadura de grãos; outra a cortar árvores para construir a igreja e as casas. Meu primeiro cuidado foi escolher terreno para construção da igreja e casa do padre. Daí tracei algumas linhas paralelas, que seriam as ruas nas quais se deviam edificar casas para cada família, de sorte que a igreja seria como que o centro de todo o Povo, ou o término de todas as ruas. De acordo com este plano ficava o missionário alojado no meio de seus neófitos e, por conseguinte, em melhores condições para velar sobre a conduta deles e exercer os ofícios próprios a seu ministério.

"Havia quase um ano que se ocupavam em edificar o Povo ; estavam já construidas igrejas e casas e a colheita excedia às melhores expectativas quando julguei conveniente transportar para ali as mulheres e crianças que haviam ficado em S. Miguel.

"Foi um espetáculo empolgante ver tão grande multidão de índias caminhar pelos campos, carregadas de filhos, que levavam às costas, e os utênsilios caseiros que conduziam nas mãos. Logo que chegaram ao povo, cada qual foi para sua casa e logo se esqueceram das fadigas padecidas para chegar à nova terra.

"Nada mais nos faltava senão dar forma de governo à nova colônia Elegeram-se para isto os índios de maior autoridade, e experiência para administrar a justiça, e outros para os cargos militares com que se defende o país ante as correrias que, de quando em quando, fazem nestas terras os povos do Brasil. Os demais foram destinados às artes mecânicas" (1).

O elogio necrológico nos revela aspectos inéditos e sugestivos da fundação de São João, que valem por um atestado da imensa fé em que esses homens admiraveis alicerçavam a sua vontade. E' dessa fé miraculosa que lhes vinha o poder extraordinário com que puderam criar uma civilização cristã que até hoje nos causa admiração e respeito.

Registêmo-los na íntegra para que não percam o sabor original : "Foi (o padre Sepp) devotíssimo da Virgem Santíssima, e de Santo Antônio de Pádua, seu especialíssimo advogado, por cujo patrocínio lhe sucederam alguns casos mais que naturais. Estando o padre Antônio fundando o Povo de São João Batista aconteceu um dia prender fogo em um monte de palha recolhida para cobrir as casas dos índios, em cujas imediações se havia amontoado grande quantidade de madeira para as construções e da qual o fogo se aproximava, ameaçando gravíssimo dano. Avisado do acontecimento saiu o padre de seu aposento, levando nas mãos uma imagem da Virgem, que havia trazido de sua província e conservava sempre diante de si. Com ela abençoou o fogo, cheio de fé, e de repente se apagou o incêndio, livrando assim a madeira. Em outra ocasião em que fazia um pálio rico para levar

(1) Carta citada. Mss. B. N. I, 29, 4, 105.

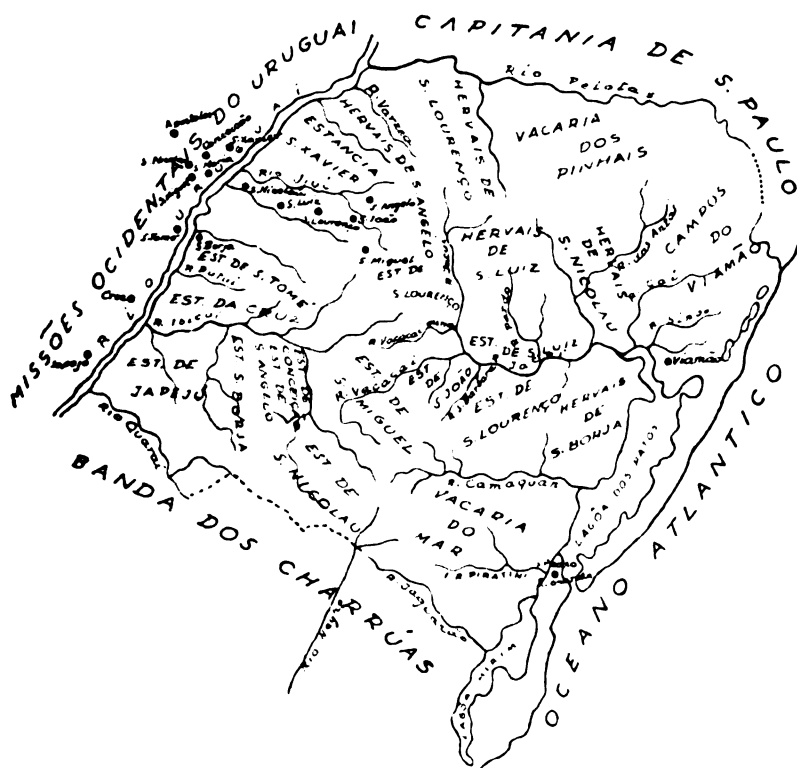
o Viático aos enfermos, sucedeu que a tela não alcançava às dimensões da guarnição que devia prendê-la. O padre companheiro mediu-a quatro vezes, juntamente com os índios que o auxiliavam, e vendo que era escassa, avisou disto o padre Antônio. Acudiu este prontamente e depois de medir muitas vezes o pano, chegou à conclusão de que era realmente escasso. Mas não perdeu a confiança em seu portentoso advogado; encomendou o caso a Santo Antônio e tornando a medí-la ia dizendo em voz alta: *"S. Antônio! S. Antônio!"*. Ao chegar ao ponto em que o padre companheiro notara a falta da fazenda, viu o padre Antônio que em suas mãos se multiplicara milagrosamente por intercessão do santo, de sorte que não somente alcançou à medida necessária como sobrou ainda, motivo pelo que o padre companheiro e os índios, que alí estavam, ficaram pasmados e o padre Antônio, vendo isto, se recolheu para dar graças a seu benfeitor.

"Sucedia, algumas vezes, que faltavam alguns índios do povo que, por sua natural inconstância, procuravam fugir. Escrevia, então o padre em um papel o nome de algum lugar e mandava a outro índio que fosse àquela paragem em busca do fugitivo. Ia o índio, que anteriormente havia percorrido aquela mesma paragem sem encontrar o fugitivo, mais para cumprir a ordem do que na esperança de encontrá-lo e com grande admiração, no local que o papel designava, descobria o fugitivo, por inspiração do santo a quem ia o negócio encomendado.

"Tinha o padre Antônio muita confiança em alcançar de Deus, pelas orações das inocentes crianças guaranís, quanto necessitava, especialmente chuvas, quando as secas ameaçavam a perda das sementeiras. Nesse caso se dirigia às mães índias e lhes dizia dessem uns leves açoites em seus filhos inocentes, avisando-lhes antes oferecessem a N. Senhor e à Virgem Santíssima aquela mortificação, pedindo-lhes chuva. As índias obedeciam, as crianças sofriam e N. Senhor concedia pela inocência penitenciada, o que solicitavam. Um caso sucedido no Povo da Cruz foi especial e teve por testemunhas a todos os moradores daquele numeroso povo. Havia seca que durava já muito tempo. O milho estava apendoado, que é a ocasião em que mais necessita de chuva, com cuja falta se perde infalivelmente. Sucedeu, nesse ínterim a morte de uma criança e o padre Antônio convocou todos os músicos para enterrá-la com excecional solenidade. Quando entregava o corpinho à sepultura, o tomou o padre em suas mãos e em presença de todos começou a falar com o inocente defunto, pedindo-lhe rogasse a Deus por chuva para que se não perdessem as sementeiras. Dizia-lhe olhasse que seus irmãozinhos e irmãzinhas inocentes necessitavam de comida na terra, que não os esquecesse quando fosse gozar das delicias do céu. A estas palavras o povo inteiro enterneceu-se e o próprio padre não poude represar as lágrimas, prognóstico sem dúvida de outra água mais copiosa que durou toda a noite seguinte com admiração de todos os índios.

"Era o padre Antônio um bom músico e, quando menino, por sua boa voz, foi levado à capela imperial de Viena. Nas missões empregou essa arte em serviço de N. Senhor, ensinando os índios a compôr em seu idioma guaraní muitas canções religiosas para incutir-lhes piedade,

ESBOÇO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA DAS MISSÕES ORIENTAIS 1637-1737

Organizado por Aurelio Porto

e eles se alegravam muitissimo com louvar a N. Senhor em sua lingua nativa. Não obstante o zelo das almas o ter trazido da Europa para as Missões, estando entre os índios, empregado no bem deles, não esqueceu as almas dos que ali ficaram, especialmente as dos hereges da Alemanha, pois o tempo que tinha disponivel de suas muitas ocupações e alguns momentos da noite empregava em escrever vários exemplos e casos de edificação que sucederam aqui entre os índios, para que se tornassem conhecidos e abrandassem-lhes a indiferença. Dedicou esses trabalhos aos herejes da Alemanha, cidade onde, antes de vir às Indias havia ensinado Retórica, e cujos originais estão guardados na província da Germânia superior. Alem disto, em língua francesa, se imprimiu uma carta sua que é a última do Tomo XI das *Lettres Edifiantes*" (1).

Delineado e construido o povo, do que faremos, oportunamente, detalhada descrição, erguida a igreja, cuja edificação começa em 1708, é o padre Antônio vítima de acusações infundadas que afetam á sua própria honra de sacerdote, devido a intrigas que se tecem em torno de sua ação enérgica em benefício dos índios.

E' ainda o seu necrológio que regista o acontecimento : "Os trabalhos e perseguições que por seu zelo sofreu o padre Antônio não foram poucos, mas um excedeu a todos : foi um falsissimo e gravíssimo testemunho com que o demônio tentou impedir o grande fruto que colhia entre estes pobres índios, tirando muitas almas de suas garras. Pôs uma mancha em sua pureza angélica, e passou o caso tão adiante que, com deshonra, foi afastado do povo em que era cura, mas não permitiu N. Senhor que o inferno tivesse mais poder do que a verdade, que logo se descobriu, graças à prudência dos superiores, sendo o padre reintegrado com honra ao mesmo posto de que a mentira o tirara. E neste e nos demais trabalhos teve o padre tal resignação que nunca se lhe ouviu queixa alguma nem antes nem depois, e nem mesmo a ninguem confiou os seus padecimentos, pois, a todos dizia que se sentia grato aos que haviam contribuido para as suas mortificações, porque a eles devia muito. Prosseguiu depois com a mesma aplicação ao trabalho dessa vinha do Senhor como se nada houvesse sucedido, e dizem os missionários seus confidentes que inquerido se a causa desses sofrimentos poderia modificar o seu zelo, respondeu que por nada deixaria de praticar o que parecia agradar a Deus".

---

(1) A bibliografia do padre Antônio Sepp é vasta e interessantissima. Sommervogel (*Compagnie de Jesu* — VII, verb. 1129) assinala três obras principais, havendo, entretanto, outras, que só agora estão sendo divulgadas. Consta dessa bibliografia : — 1.° Brief R. padre Antonii Sepp S. J. au dessen Bruder Herr Sepp von Reinegg geschreiben zu Japeyn in Paraquariá, der letzte zwar dem 24 jun. 1692. Dans le *Nueu Velt bott*. du P. Alöcklein. Tom. II. n.° 48. pág. 40-60.

2.° Lettres du Padre Antonie Sepp au P. Guillaume Stinglhaim, Provincial de la même Compagnie dans la Province de la haute Allemagne ; dans les *Lettres edifiantes* — 11.° recueil pág. 390-428. ed. 1843. T. II — p. 242.

3.° R. R. P. P. Antonii Sepp und Antonii Böhm der Societat Jesu Priestern Teutschen Nation etc. Nürngerg. In Verlegung Joh. Hoffmans — 1697. 12.° pp. 333. Passau — 1698. 12.°.

Tendo deixado São João Batista, que transformara em povo que serviu de modelo a outros mais, pela sua organização material e pelos resultados espirituais traduzidos em fervorosa religiosidade e rígidos costumes cristãos, o padre Antônio Sepp foi ainda prestar os seus serviços como cura do povo da Cruz.

Após longo e dedicado sacerdócio, consagrador de uma vida de apostolado incomparavel, faleceu aos 16 de janeiro de 1733, com 77 anos de idade, 58 de Companhia e 45 de incorporação. Procurando, acima de tudo, elevar-se "até à Divina Majestade, na hora de sua morte disse, com toda verdade a um padre que o assistia : —"Graças ao Senhor ! — me parece que todos os meus trabalhos, de qualquer espécie, nenhum outro motivo tiveram senão o amor de Deus". De sua Divina Majestade, nos persuadimos, terá recebido já o premio de todas essas obras que são as que se puderam observar em sua vida, já que sua muita humildade nos privou da notícia de muitas outras e maiores que nos poderiam servir de exemplo" (1).

A vida do padre Antônio Sepp é a própria história da fundação de São João Batista. Sua atividade multiforme, sua inteligência privilegiada, suas profundas virtudes cristãs e sua fé inabalavel, ficam alí assinalando as raizes da alta civilização que o seu espírito criador soube imprimir aos destinos de seu povo, nas obras que executou.

Em São João Batista jorra, de fornos primitivos, o primeiro ferro que se fundiu nas Missões ; tempera-se o aço que vibra na sonoridade dos sinos ; sobem aos céus os sons harmoniosos do primeiro orgão que se fabrica ; edifica-se uma cidade modelar cujo casario, alinhado e bem posto, abriga exemplares famílias cristãs ao serviço de Deus e da sociedade primitiva ; ergue-se um templo majestoso, rico de alfaias e de artísticas ornamentações com seus altares de talha dourada, e um púlpito com estátuas douradas e embutidas de madrepérolas; e se estendem as vastas oficinas onde os artistas de toda a espécie burilam retábulos famosos, pintam quadros notaveis, esculturam estátuas magníficas, lavram as colunas do templo, e fabricam os mais variados instrumentos musicais, enquanto os calígrafos, prestimosos e habeis, copistas inimitaveis, nos legam os seus trabalhos que honram a civilização jesuítica.

Por outro lado, proliferam as sementeiras, plantam-se extensos pessegueirais e laranjais, adornam-se as hortas de variadas espécies vegetais, cultivam-se ervais hortenses, e pelos campos das estâncias os gados constituem o mais alto patrimônio econômico do povo, a que fornece carne, leite e seus derivados.

Toda esta organização reflete a atividade do padre Antônio, as suas iniciativas em todos os setores do trabalho material, intelectual e moral, orientadas pela fé profunda que o afasta mesmo da órbita traçada pelo tempo à ação jesuítica, o que o leva aos maiores dissabores, sofridos resignadamente por amor de Deus e desses filhos que amou carinhosamente.

Não cabe aquí detalhar a ação do padre Antônio e sua influência para o apogeu da civilização artístico-industrial dos povos de Missões,

(1) Anua de 1735. B. N. Mss. I, 29, 7, 107.

que serão oportunamente estudadas. Mas, de sua vida e obras ressaltam qualidades tão excepcionais de inteligência, cultura e virtudes cristãs que se o pode, nessa segunda fase da vida missioneira, erguer à altura dos grandes apóstolos Borôa, Taño, Cristovão de Mendoza, Roque Gonzalez, e outros, que constituem essa galeria que exorna de glórias e virtudes em seus primeiros tempos, a Companhia de Jesús, em terras do Rio Grande do Sul.

A população de São João Batista, conforme as estatísticas conhecidas, durante o primeiro decênio de sua fundação, foi a seguinte :

ANOS	Almas	Famil.	Batism.	Óbitos		Cresc.	Casam.	Viuvos
				Adult.	Crianç.			
1698	2.832	765	56	8	18	30	24	77
1702	2.650	724	190	42	90	58	28	—
1705	2.929	755	290	49	95	65	38	—
1707	3.361	776	194	59	65	70	50	—

8 — *Santo Angelo Custódio*

Tem o povo de Santo Angelo a mesma origem do de São Luiz Gonzaga, que lhe antecede vinte anos na fundação, provindo, como este, de uma colônia que se desprende de Concepción, em 1706. O crescimento populativo de Concepción, confinada entre outras doutrinas que lhe não permitiam a expansão devida, determinou esse novo desdobramento de seu povo, atraido pelas informações de seus parentes havia largo tempo radicados nessa região, cujas possibilidades econômicas lhe abriam maiores perspectivas de bem-estar e fartura.

Como vimos, quando da emigração das reduções assoladas, em 1737, pelos bandeirantes, Concepción, antiga missão do Uruguai, fundada em 1620 pelo padre Roque Gonzalez, recebeu a maior parte das populações de São Joaquim, São Pedro e São Paulo, Caaçapá-miní, Jesús Maria do Ibiticaraí e São Carlos do Caapí, que demoravam ao norte da região missioneira (1). E daí o direito que tinha às ricas terras de ervais nativos do Nhucorá até o rio Conceição, que lhe foram adjudicadas, revertendo, mais tarde à propriedade de Santo Angelo que as vai explorar intensivamente (2).

Não obstante a contribuição de colonos com que entrara para a fundação de São Luiz Gonzaga, em 1687, sua população que decrescerá até 3.000 almas, duplica nos vinte últimos anos, atingindo em 1706 a

(1) D. Felix Azara — *Descripcion hist.* cit. Mss. B. N. I, 16, 2, 6.

(2) No inventário de Santo Angelo constam os seguintes ervais que pertenciam a Concepción: no Uruguai — Nazareno, Santa Maria, Conceição, São Miguel, S. João, Santos Mártires, Quirigui, Corá, Yeruati, Payndé; em Nhucorá — Santa Ana, Santo Angelo, São José, São Pedro e São Paulo, Santo Antônio, Santo Inácio, São Francisco Xavier; e no Ijuí — Conceição, São Miguel, São Francisco Xavier e Santa Tereza. (F. X. Brabo. *Inventários,* Madrid 1872. Cf. Tesch. *Hist.* II, 14.

6.449 almas, num total de 1.535 famílias. Nesse mesmo ano funda o Povo de Santo Ângelo com 737 famílias compostas de 2.879 almas, e fica ainda com uma população de 3.334 habitantes com 781 famílias (1).

Foi no ano de 1706 que essa nova colônia de Concepción, vadeando o rio Uruguai, depois da escolha prévia do local em que ia se estabelecer, chegou até a uma altura nas proximidades da forqueta entre os rios Ijuí Grande e Ijuízinho, lançando aí os fundamentos do povo de Santo Ângelo. Documento interessante da *Coleção de Ângelis*, até agora inédito, precisa mesmo a data do primeiro batismo que alí se fez e que se pode aceitar como a da fundação dessa doutrina : 12 de agosto de 1706. E' o que se depreende da "numeración de los batismos assi de parvulos como de adultos que a avido en esta doctrina del San Angel de la Guardia, desde 12 de agosto de 1706 inclusive hasta 18 de enero de 1733 inclusive, sacados por año segun su ordem como se sigue en esta lista" (2). Nesse ano foram batizadas 3 crianças, em 1707, 181 em 1708, 223; em 1709, 188, e em 1710, 78 (3).

O local escolhido não tinha, porem, as condições exigidas para a expansão do povo, ficando entre dois rios copiosos e, no ano seguinte (1707), como veremos, Santo Ângelo se transporta mais para o norte, ocupando o lugar em que ainda hoje se encontra.

Era cura de Concepción, em 1706, quando da fundação de Santo Ângelo, o padre Diogo de Haze. Em 1708 aparece novamente o nome desse sacerdote numa questão de terras e ervais que interessa aos povos de São Miguel, São Luiz e Santo Ângelo, o que induz a crer fosse nessa época o diretor espiritual desta última doutrina. Pode-se, pois, presumir, com mínimas probabilidades de erro, tivesse sido o fundador de Santo Ângelo e seu primeiro cura (4).

Nasceu o padre Diogo de Haze em Bruxelas, Flandres, aos 6 de janeiro de 1655, entrando para a Companhia de Jesús em 10 de outubro de 1675. Fez seu noviciado com ótimo aproveitamento, formando-se em filosofia e teologia. Mas, querendo consagrar-se à catequese dos índios, fez parte da missão trazida para a América pelo padre Diogo de Altamirano, já referida, que chegou a Buenos Aires em 1691. Depois de um proveitoso aprendizado da língua guaraní, foi o padre Diogo mandado para as missões do Uruguai. Em 1706 encontrámo-lo em Concepción onde exerce as funções de cura. Daí passa ao Ijuí à frente da colônia que funda Santo Ângelo. Em 1715 exerce a reitoria do Colégio de Assunção, passando mais tarde ao de Santa Fé e em 1721 está em Buenos Aires, de onde faz uma entrada na Banda Oriental, indo até S. Domingos Soriano e mais reduções do Uruguai, e no ano seguinte depõe como testemunha no *Pleito* sobre Vacarias. Conforme o *Catalogus* de 1715, havia naquela data sido professor de gramática durante

---

(1) *Estado de las Doutrinas.* B. N. Mss. I, 29, 1, 19.

(2) *Estado de las Doutrinas,* cit. B. N. I, 29, 1, 119.

(3) Em 1708 recebe Santo Ângelo grande número de mulheres e crianças infiéis, minuanos, charruas, guenoas e outras, que foram aprisionadas, depois da destruição desses índios, e daí o aumento de batismos verificados nesse ano.

(4) Questão de terras entre S. Luiz e S. Miguel, cit.

quatro anos e trabalhado como operário nas missões 21 anos, tendo feito a profissão dos 4 votos em 21 de fevereiro de 1713 (1).

Ao transportar-se para a bacia oriental do Uruguai ocupa o povo de Santo Ângelo Custódio local entre o Ijuí Grande e o Ijuizinho, logo abandonado, pois, transpondo aquele rio se radica à sua margem direita entre os arroios Taquarichim e Santa Bárbara, isto é, na posição que atualmente ocupa essa cidade. O padre Ventura Suarez encontrou para coordenadas dessa missão 28° 15' de lat. S. e 323° 53' de Long. L. da Ilha do Ferro, diferindo de Cabrer que lhe dá mais 3' de Lat. S. e para Long. 323° 47' 15". Saldanha encontra para Lat. S. a mesma de Cabrer, aproximando-a mais de 22" ½, o que quase coincide com as coordenadas atuais que situam Santo Ângelo a 28° 18' 14" de Lat. S. e 54° 15' 52" de Long. O. de Greenwich (2).

Santo Ângelo prosperou grandemente, tornando-se um dos povos mais ricos de toda a região missioneira. Grande empório de erva mate, dedicou-se logo à sua industrialização, sendo o maior exportador desse precioso artigo. Ainda em 1768, consoante estatísticas da época, a produção de erva-mate era de 5.000 arrobas, superando a de todos os outros povos. Era tambem o maior produtor de algodão num total de 4.000 arrobas. Pouco, porem, se dedicava à criação, pois só tinha em seus campos 2.000 vacas, 100 cavalos e 1.000 ovelhas (3).

Congregara magníficos artistas, trazidos de Concepción que desde os primeiros tempos, em suas escolas de pintura e estatuária, criara uma plêiade notavel de índios consagrados a essas artes. Azara, que visitou Santo Ângelo em fins do século XVIII, observa "ter o Povo de particular uma multidão admiravel de estátuas, que encerra seu templo, mas todas com asas, não havendo uma só sem elas" (4). Sobre esse aspecto artístico e sobre sua igreja e construções, em outro volume, se dirá com mais detalhe.

O movimento da população de Santo Ângelo de 1707 a 1720 foi o seguinte :

ANOS	Almas	Famil	Batism	OBITOS		Cresc	Casam	Viuvos
				Adult	Crianç			
1707	2.879	737	181	50	93	38	37	—
1708	3.074	740	223	37	101	75	11	—
1711	3.088	632	482	39	70	373	131	—
1714	2.899	683	264	77	130	47	198	—
1716	3.194	765	371	48	90	233	150	—
1719	3.470	881	210	25	55	130	46	—
1720	3.592	911	246	66	119	61	273	—

(1) *Catalogus de* 1715.

(2) Azara difere em suas coordenadas : 28° 17' 19" Lat. S. e 3° 20' 48" Long. L.

(3) Mss. Padre Oliver, 1768. Tesch. Hist. II, 38.

(4) Azara, *Descripcion* cit.

Terminada a guerra levada contra os guenoas e índios confederados, que, sob o comando do cacique Cabarí, assolaram as reduções de Japejú e Cruz, e feita a paz com a intercessão do padre José de Arce, que, arrostando a morte, conseguiu pacificar esses índios, foram distribuidos pelos povos, em 1708, muitos prisioneiros, principalmente mulheres e crianças. Santo Angelo, recem-fundado, recebe nessa ocasião grande reforço para sua população. Diz o historiador Bauzá, comentando o acontecimento que "desta maneira mesclava-se o sangue charrua ao dos guaranís, injetando naquelas povoações e estendendo pela zona que deviam ocupar outras, o ardimento varonil e a tenacidade persistente que herdara com o correr do tempo" (1).

(1) Bauzá — *Hist. de la dominación española*. I, 1, 5.

CAPÍTULO II

RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

1 — Projetos de colonização e povoamento do Rio Grande. 2 — Antecedentes da fundação do Presidio. 3 — Missão do brigadeiro Silva Pais. 4 — O Regimento de Dragões. 5 — Comandância militar.

1 — *Projetos de colonização e povoamento do Rio Grande.*

Estendido entre Laguna e Colônia do Sacramento e estreitado ante o avanço expansionista das missões que pouco a pouco levavam as suas estâncias até as margens ocidentais do Taquarí, o Rio Grande de São Pedro cingia-se, nos albores do século XVIII, à estreita faixa territorial compreendida pelos então chamados "Campos do Viamão" ao centro e, no litoral, ao caminho aberto pelos colonistas que demandavam a Laguna, de que nos dá notícia em seu *Roteiro* já referido, de 1703, Domingos Filgueira.

Tanto da Colônia, como de Laguna, logo após o estabelecimento dessas povoações, várias entradas haviam sido feitas nesse território, sob a maior cautela devido aos perigos de uma penetração mais funda. Conheciam-no bem os bandeirantes que ainda em fins do século anterior haviam-no cruzado em todas as direções à cata de índios, e o capitão-mor da Laguna que, com pequeno grupo, se internara, como vimos até as imediações do Butucaraí, de onde foi repelido pelos jesuitas que exploravam aí os seus ervais.

Vários os projetos conhecidos de colonização do Rio Grande. O primeiro, constante dos arquivos do Conselho Ultramarino, códice mss. da Biblioteca Nacional, é de Manuel Jordão da Silva. Pesquisando notícias desse povoador que se propõe colonizar o Rio Grande do Sul, em 1695, chegamos à presunção de ter sido um dos acusados pelo assassínio do provedor do Rio de Janeiro e, mais tarde, administrador das minas de Paranaguá, Pedro de Souza Pereira, ocorrido em 1686. Diz Jordão ter vasto conhecimento da terra do Rio Grande. É provavel que, para fugir à devassa, que foi rigorosamente feita naquela ocasião, houvesse

se internado pelos sertões do Continente. Mas tarde, como diz, para completar esse conhecimento, gastou "muita fazenda sua".

Em 7 de junho de 1695, Manuel Jordão da Silva dirige uma carta ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas, na qual propunha colonizar grande parte do Rio Grande de São Pedro que conhecia por ter várias vezes cruzado o seu território. Diz, nessa carta, ter muitos filhos e netos para servir a sua majestade. Faria o povoamento inicial, criando uma vila, para o que deveria se lhe conceder 50 casais de índios das aldeias reais de São Paulo e 30 índios solteiros. Pedia como ajuda de custo 6.000 cruzados, dando em garantia a sua fazenda e o pagamento de dois engenhos. Salvante "mar e corsário" se comprometia a levar a cabo esse intento (1).

Os papéis referentes ao assunto, até hoje inéditos, foram, pelo governador encaminhados ao Conselho Ultramarino provocando uma Carta Régia, de 13 de outubro de 1695, mandando tomasse o Conselho conhecimento da proposta.

Em sua sessão de 1 de fevereiro de 1696, estudando o assunto, a que se referia a Carta Régia acima citada, dá o Conselho o seu parecer. Reconhecida, preliminarmente, a idoneidade de Manuel Jordão, "homem de idade, com tanto vigor e esperteza como se fosse 25 annos". Para conhecer com ampla individuação o território que se propunha colonizar, "gastara nessas deligências muita fazenda sua". "E daí o taxarem de louco, mas não tinha nada disso" e dizia que "essa ânsia e desejo de fundar colônia procedia da fertilidade que achava naquelas terras que tinha fazenda com que assegurar o que pedia, com cuja quantia não seria dificultoso assistir-lhe, por não fazer falta com o crescimento do contrato novo, que começa em agosto, e satisfazendo o que devia era suave e barato o modo de se fundar uma vila, e quando não satisfizesse tinha por onde pagasse, quando perdesse a quantia que pedia e os índios tirados de diversas aldeias não podiam fazer falta".

Depois de larga discussão sobre o assunto foi o Conselho de parecer que era de momento impraticavel a fundação dessa colônia que poderia dar azo aos castelhanos para novas hostilidades, sendo motivo para que ali fundassem nova vila (2).

E assim com receio dos castelhanos e sem coragem e meios para enfrentá-los, na sua política sempre tergiversante, o Conselho Ultramarino não compreendeu que a Colônia do Sacramento só poderia subsistir se tivesse a ampará-la um outro núcleo de povoamento e socorro em suas proximidades.

Só 24 anos mais tarde, quando se trata de fundar Montevidéu, lembra-se o Conselho da necessidade de criar uma povoação ou uma fortaleza no Rio Grande.

Em consulta de 25 de setembro de 1720 projeta-se fundar uma povoação em Montevidéu ou Maldonado, com fortaleza, para garantir a estabilidade da Colônia. "E suposto que a edificação desta fortaleza seja já um dos remédios para o futuro, como não é o que baste, será preciso

(1) B. N. *Anais* — XXXIX — 227.
(2) B. N. *Atas do Cons. Ultram.* Cod. mss. I-8, 4, 17, fls. 30 v.

que para aquela parte se mande uma colônia com a frota que no ano que vem há de partir para o Rio, que conste de 60 casais, porque sendo aquele sítio na garganta do Rio da Prata, é preciso segurá-la e nos anos subsequentes em cada um deles mandar outros tantos casais para se estabelecerem colônias, uma em Montevidéu, dentro do mesmo Rio da Prata, e três fora dele naquela costa e nos portos do Rio de São Pedro do Rio Grande e enseada das Garoupas, porque sendo tão bons aqueles portos que se reputam pelos melhores da nossa América e o seu terreno com tanta abundância de gados e esperanças palpaveis de grandes riquezas de minas de prata e ouro é sem dúvida que se não ocuparmos por este modo aquela costa, as mais nações da Europa hão de ir ocupá-la e os casais para estas colônias se podem tirar das ilhas, onde a multidão deles serve de gravame" (1).

Daí em diante sucedem-se, nos arquivos do Conselho Ultramarino, consultas várias sobre a fortificação e povoamento do Rio Grande que só 17 anos mais tarde o brigadeiro José da Silva Paes torna efetivos com a fundação do Presídio de S. Pedro do Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1737.

Em fins de outubro de 1725 parte da Laguna, para escolher sítio para uma povoação, em substituição do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, seu genro João de Magalhães, acompanhado de 30 pessoas. Em um local situado ao sul do canal funda povoação que servirá de interposto do gado extraido da pampa e que ao mesmo seria um marco de ocupação da terra. Aí vai, para dar calor à povoação o tenente de general David Marques Pereira, adiante ainda citado. Para velar sobre esse interposto nomeou David Marques os capitães João da Costa e Estacio Pires, que superentenderiam a passagem dos gados para o norte. Retirou-se João de Magalhães, indo mais tarde sediar-se em Viamão, tendo o interposto efêmera duração (2).

Em consulta de 26 de novembro de 1728, apreciando a carta do governador do Rio de Janeiro, de 30 de agosto, e outra do governador da capitania de São Paulo, dá o Conselho o seguinte parecer:

"Vendo-se neste Conselho a carta inclusa do governador do Rio de Janeiro Luis Vahia Monteiro, feita em 30 de agosto deste presente anno, em que se representa a V. M. o quanto se torna preciso que se execute com a maior brevidade a resolução que V. M. terá tomado de se edificar uma Colonia do Rio Grande, pelas razões que na dita carta vinhão: Pareceo ao Consº. fazer presente a V. Magestª. o que expõe o Governador do Rio de Janeiro nesta sua carta e pelo que della se mostra se reconhece, como elle insinua a conveniencia que ha de se mandar fundar a Colonia que V. M. tem determinado se faça no Rio Grande de São Pedro, o que acresce as notícias que dá o Governador da Capitania de São Paulo, como se colhe do capitulo da carta que com este sobe às reaes mãos de V. Mag. sobre o descobrimento do morro que fica no Rio Grande, de que se prometeu tão avultados interesses, os quaes se

(1) Inst. Hist. Bras. *Cons. Ultram.* Cópias manuscritas. Vol. 25.º, fls. 280.

(2) Vejam-se para mais detalhado estudo: Aurelio Porto — Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. Ano 1926, 610 e General J. Borges Fortes. Rev. I. H. R. G. do Sul, 1934 — 1.º Trim. 63.

seguram com esta Colonia na foz do Rio Grande. E se vê este Conselho obrigado a representar a V. Mag. que toda a dilação em negocio tão importante, será mui prejudicial, não só em se perder, (o que pode resultar de se tardar esta expedição e edificação da dita colonia), mas tambem em não poderem se conservar as minas de Cuyabá e Paranapanema, que ficão visinhas, e por estas considerações que se faz mui preciso que se escolha para este effeito uma pessoa de toda a suposição, valor e actividade, para que estabeleça a dita colonia p[a]. que não succeda o que aconteceo em Montevideo. — Lisboa, 26 de Novembro de 1728. Costa — Azevedo — Souza — Vargas" (1).

E essa "pessoa de toda a suposição" aparece em seguida. Mandara Rodrigo Cezar, afim de "dar calor" à povoação de que fora incumbido João de Magalhães, que o tenente-de-general David Marques Pereira fosse ao Rio Grande. Esse oficial aí esteve e levou ótimas notícias sobre a terra que visitara e suas riquezas extraordinárias. E vendo, neste negócio, um magnífico emprego, fez ao Conselho circunstanciada representação. Delineia, então, o Conselho, em sua consulta de 19 de abril de 1730, um largo plano de povoamento do Rio Grande. É o seguinte, na íntegra, o inédito parecer dessa entidade que superintendia os negócios da colônia portuguesa, na América:

"E sendo tudo visto — Pareceu ao Conselho representar a V. Mag. que pelas razões que representa o Governador que foi da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, e o Governador do Rio de Janeiro, e adverte o Procurador da Corôa, se mostre evidentemente o quanto é conveniente que V. Mag. se sirva mandar fortificar o pôrto do Rio Grande de São Pedro da banda do sul, porque por esta parte poderemos ficar senhores dos grandes campos que ha até a Serra de Maldonado, que fica na boca do Rio da Prata, o que se não conseguirá se fundarmos a Colônia da parte do Norte, nomeando V. Mag. para esta empreza ao Tenente de General David Marques Pereira, não só por ser elle o que foi estabelecer o mesmo posto, fazendo-se pratico naquellas campanhas, mas tambem por ser de conhecido valor e capacidade para esta expedição, fazendo V. Mag. a mercê da patente de coronel de Infantaria, a que está a caber, e de uma ajuda de custo competente para se preparar e por logo prompto para a viagem; e porque é preciso que leve comsigo um oficial subalterno que o ajude e seja capaz de o puder substituir em sua falta, aponta o Conselho a V. Mag. para este effeito ao capitão Jeronymo de Leiria, da Guarnição da Provincia do Algarve, dando-lhe a patente de sargento-mór e uma ajuda de custo competente, o qual official propoz o mesmo David Marques havia servido em toda a guerra com muita distincção e valor, sendo grande operario de fortificação: e por convir muito que estes officiaes vão servidos, que ambos por uma carta somente, sem mais outra patente os mande V. Mag. embarcar na fragata que está para partir para o Brasil dando-lhes serradas as ordens que hão de executar, as quaes não abrirão senão no Rio de Janeiro, ordenando V. Mag. ao Governador daquella praça lhe dê um official Engenheiro com quinze peças de artilharia e um official para ella, e dois capitães de Infantaria, com cento e oitenta soldados dos melhores que

(1) Inst. Hist. Bras. — *Arq. Cons. Ult.* Cod. mss. 26.°, fls. 49.

houver na mesma praça e todo o dinheiro e o mais que fôr necessario para esta operação e factura da fortaleza, e que o Governador de São Paulo lhe mande tambem dar vinte soldados dos melhores que tiver o Presidio de Santos por serem muito praticos naquelles caminhos e oitenta indios das Aldeias daquella capitania para fazerem a dita fortaleza, indo tudo embarcado em sumaca até á povoação da Laguna e dahi que vá a guarnição por terra até o Rio Grande, que são noventa leguas, e os mais petrechos que se conduzão por mar até o mesmo Rio Grande, com praticos que la tenhão entrado, e chegado que seja tudo ao dito porto que se fortifique nelle da banda do sul, (1) na melhor paragem com tal brevidade que no tempo do estio, que naquellas campanhas é de Setembro até Fevereiro, estejão fortificados, e que sendo-lhe necessaria alguma gente se possão valer na que ha nas duas vilas de Laguna e Santa Catarina, que são as mais visinhas, ficando a dita fortaleza sugeita ao Governador do Rio de Janeiro, na forma que o é a praça da Nova Colonia, porque por aquella Provedoria hão de ser pagos, e por ella lhe devem ir os soccorros necessarios, emquanto o Governo de São Paulo não tiver a possibilidade necessaria para soccorrer esta colonia com gente, munições e dinheiro, a qual possibilidade não tem ao presente; e entende o Conselho que esta é a forma mais segura de fundar esta Colonia livre de todo o embaraço e impedimento que se lhe possa fazer porque se não conhecerá o intento de a fundar senão depois que estiver estabelecida, e para a frota futura que tiver de ir para o mesmo Rio de Janeiro se poderão mandar os officiaes que forem precisos para este novo Presidio e o mais que para elle for necessario e a todo tempo podem tambem ir os cazaes que V. Mag. tinha resoluto fossem da Ilha do Pico para povoarem a Ilha de Santa Catarina e a Nova Colonia do Sacramento, porque por este meio se pode não só segurar melhor o dito Presidio, mas tambem povoarem aquellas terras, que promettem de si tão abundantes interesses, assim para a Fazenda Real, como tambem para utilidade e beneficio dos vassallos de V. Mag. continentes naquelle paiz, e de todo o Brasil, e deste Reino, na extração dos generos que delle podem sahir, podendo-se seguir outras maiores conveniencias que o tempo pode descobrir, circumstancias todas que devem fazer grande pendor na alta e soberana ponderação de V. Mag. Lisboa Occidental — 19 de abril de 1730. Costa, Abreu, Vargas, Souza, Metello" (2).

Não obstante todo o empenho que se percebe dessa consulta, não foi posto, ainda, em execução o plano de colonização e fortificação do Rio Grande. Note-se, porem, que sete anos mais tarde, o plano delineado para a fundação do Presídio, que Silva Paes leva a efeito, é o mesmo contido na consulta. Mas, o temor dos castelhanos, ainda perdurava nas resoluções reais, muito embora aconselhasse o Conselho todo o sigilo na fundação do Rio Grande. E fora tambem esse temor que obstara outra tentativa de colonização, a que se propusera frei Agostinho da Trindade.

---

(1) O coronel Rego Monteiro, em seu brilhante trabalho — *Dominação espanhola no Rio Grande*, é de parecer que João de Magalhães esteve situado à margem norte do canal. Discordamos completamente desse asserto opinando que essa povoação fosse nas proximidades de Torotama. Confirma, ainda, o nosso modo de ver, a recomendação acima a David Marques.

(2) Inst. Hist. Bras. Cod. mss. cit. Vol. 26.° fls. 142 v.

Era este religioso da Ordem de N. S. do Carmo da Provincia do Rio de Janeiro, natural de São Paulo. Em 1714 fora para a Ilha de Santa Catarina, onde exercera a capelania da mesma. Daí passou à Laguna, tendo feito várias entradas nos sertões do Rio Grande, afim de catequizar os índios. Em 1724 passou a paroquiar a capela do Desterro, sendo, por solicitação dos oficiais da Câmara dessa vila, confirmado vigário da mesma, em 1730.

Em 1728 foi o padre frei Agostinho da Trindade ao Reino solicitar a proteção real não só para seus paroquianos da Ilha, como sugerir a criação de uma colônia no Rio Grande.

Em Carta Régia de 27 de março desse ano, el-rei D. João manda-lhe dar uma ajuda de custo para, voltando a Santa Catarina, dali se transportar ao Rio Grande onde devia criar uma povoação que fosse o núcleo inicial da colonização que pretendia levar a efeito.

Luiz Vahia Monteiro, que então governava o Rio de Janeiro, em ofício de 3 de agosto de 1728, informa para a Corte que havia cumprido as determinações da Carta Régia. Dera a frei Agostinho a ajuda de custo de 50$ afim de que fosse executar a sua pretensão de povoar o Rio Grande. O padre já partira para aquele destino, indo muitíssimo satisfeito. Sobre essa resolução real Vahia Monteiro aduz considerações que merecem registo.

Diz o governador do Rio de Janeiro que lhe "é preciso pôr na sua real noticia que esta expedição se execute com a maior brevidade, porque a campanha que corre do Rio Grande até a parte de S. Miguel, e Rio de Martim Affonso é de campos dilatadissimos e povoada de muito gado vaccum e ao meu ver tem mais gado que a campanha da Colonia. E agora entrou aqui uma sumaca que entrou pela barra adentro do Rio e vem carregada acima de 600 couros que o mestre Manuel Antonio fez naquella campanha e me declarou que nella andavam ja cousa de 30 portuguezes e 60 castelhanos e supposto diz que estes são gente cirminosa em Buenos Aires e bandoleiros, comtudo será motivo para os castelhanos queiram allegar que aquella campanha lhes pertence por ser habitada por seus vassalos, sem embargo de se achar nos dominios de V. M. posto que V. M. se ache com bastantes noticias daquelle paiz, para não deixar de dizer que além de sua extensão ao longo da costa, tem 60 leguas de largo, da praia até as serras para o sertão, detraz do qual se acham situadas infinitas aldeias dos Indios Tapes, administradas pelos P. P. da Companhia, castelhanos, os quaes chegão até á altura do mesmo Rio Grande com suas aldeias de Santo Angelo, de São Lourenço, de São Miguel e de São João as quaes distão do Rio Grande, passando-se as serras, 15 dias de viagem, e como estas e muitas outras aldeias ficão nas cabeceiras do Rio da Prata e outras que se vão metter nelle nas campanhas da Colonia, entendo se poderia fazer muito negocio no Rio Grande a........ por via dos P. P. da Companhia e Indios Tapes, e por todas essas circumstancias se faz preciso que o fundador dessa colonia seja sujeito de solidos fundamentos para que alguma accelerada ambição não destrua o fructo" (1).

---

(1) Arquivo Nacional. *Cartas Régias* — Col. 80 — Livro 2.° fls. 144.

Como todas as outras tentativas, que vimos assinalando, fracassou, tambem a de frei Agostinho, parecendo que o temor dos castelhanos determinasse a inexequibilidade do intento.

Outro projeto que se conhece para povoar o Rio Grande, um ano antes da fundação do Presídio, remete-o ao Conselho Ultramarino o brigadeiro José da Silva Paes, então governador do Rio de Janeiro. Organizara-se uma companhia povoadora que se propunha, mediante certas condições, criar núcleos de população, no Continente. Apreciando essa proposta, em sua sessão de 2 de janeiro de 1736, em consulta dessa data, assim se pronuncia aquele orgão dos negócios de ultramar:

"Que V. Mag. se sirva passar as ordens necessarias para que este estabelecimento se faça, pois parece proprio a este fim a conjunctura presente, para que tenha effeito o que nesta materia tem o Conselho representado a V. Mag. ou a despeza seja feita pela Fazenda Real, o que faria mais prompta a execução deste projecto, o que portanto seria mais conveniente, ou por uma companhia como se propõe no papel que o dito brigadeiro remette copia.

Os povoadores desta colonia devem sempre ser assistidos de força necessaria para a sua defesa, no caso de serem invadidas, porque supposto os castelhanos disputavão a esta Corôa o estabelecimento da Colonia, no arbitrio dos commissarios nomeados por El-Rey de Hespanha, ficará pertencendo este sitio ao Continente de Vossa Magestade, comtudo sempre é justo precaver contra qualquer idéa que possa formar aquella nação contra este estabelecimento e que elle se acompanhe da força necessaria para sustentar-se no sitio que eleger".

Convem mandar com urgência casais das Ilhas para aquela povoação e outras que se forem erguendo na costa "porque a continuação dessas povoações será o que melhor decida a questão de limites que ha entre as duas corôas" (1).

Mas, ainda este projeto não é posto em execução. Outras intenções presidiam à real vontade. O estabelecimento do Rio Grande não poderia ser de carater particular. O inimigo tenaz e forte, na estacada das largas campanhas, teria destruido qualquer tentativa que, nesse sentido, sem amparo de força, alí se fizesse. O "temor do castelhano", como veremos, não era simplesmente uma ameaça longínqua.

A última tentativa, de carater particular, de que se tem notícia, no intuito de estabelecer uma colônia no Rio Grande do Sul, consta da consulta do Conselho Ultramarino, de 28 de janeiro de 1736.

Ao brigadeiro José da Silva Paes, que governava o Rio de Janeiro na ausência de Gomes Freire de Andrada, apresentou-se Francisco dos Santos, propondo fundar uma colônia no Rio de São Pedro. Solicitava o proponente fossem-lhe concedidas largas sesmarias que pudesse doar aos povoadores, cobrando-lhes certos impostos, como fazia a Fazenda Real. E mesmo, já passara ao Rio Grande, para "onde mandara gente e effeitos", afim de comprar aos lagunistas o gado que eles estavam passando da Pampa para a banda do Norte (2). Silva Paes, que compreendia a

(1) Inst. Hist. Bras. Cod. Mss. *Cons. Ultr.* Vol. 26.° fls. 248.

(2) Arq. Nacional. *Publicações*. VIII, 62.

necessidade do estabelecimento dessa povoação, "deu calor" àquela tentativa, acoroçoando as pretensões de Francisco dos Santos (1). Tendo, porem, conhecimento do assunto, Gomes Freire, que estava em Minas, desaprovou o ato do governador que o substituia, sendo os papéis referentes ao assunto presentes ao Conselho Ultramarino.

É interessante a consulta, que procura, sofisticamente, firmar jurisprudência sobre o secular assunto da jurisdição territorial das duas monarquias, alem Tordesilhas.

"Ao Conselho parece que o Governador e Capitão-General Gomes Freire de Andrada obrou bem em fazer suspender o estabelecimento que algumas pessoas pretendião fazer no Rio de São Pedro, pois, entrando, como entra, na duvida de se achar este sitio no territorio que os Castelhanos nos contestão, não devia consentir nesse estabelecimento, sem ordem de V. M., nem o Brigadeiro José da Silva Paes que governa o Rio de Janeiro devia dar-lhe calor, porque além da razão referida, havia tambem a de ter ele dado conta desta materia e devia esperar pela resposta.

Como, porém êste sitio não está comprehendido no território que os Castelhanos nos contestão, pois no parecer que seus cosmographos derão, em virtude do tractado provisional de 7 de maio de 1681, não estendião a sua pretensão mais que até a distancia de 38 leguas ao norte do cabo de Santa Maria e o Rio de São Pedro fica em distancia de 60 leguas do mesmo Cabo, para a nossa parte não pode esta consideração embaraçar o estabelecimento desta colonia: o qual será muito util, como o Conselho mais vezes tem representado a V. M. pedindo-lhe queira ser servido ordenar se ponha em execução o que agora parece se faz quasi necessario, por terem já passado aquelle sitio alguns portuguezes o que pode despertar a cobiça dos Castelhanos para virem desalojal-os e preoccupar aquelle fertil terreno que convida a muitos Portuguezes hirem estabelecer-se nelle, conforme o que accuza o Brigadeiro José da Silva e assim tambem se faz conveniente não deixar esfriar o desejo com que estes Portuguezes se achão.

Mas como não basta a notoria justiça que nos assiste para termos por certo que os Castelhanos deixem de pretender embaraçar o estabelecimento desta Colonia, vendo que com ella havemos de disfructar aquella Pampa, e podem tomar algum sofistico pretexto para desalojar della os Portuguezes: parece que as familias que passarem a estabelecer-se naquelle sitio devem ir assistidas da força necessaria para defender-se de qualquer violencia que se lhe intente fazer, deixando-se no arbitrio dos referidos 2 governadores, assim o numero de soldados e cabos, como a quantidade de munições de guerra e boca, de instrumentos e petrechos de guerra e mechanicos, e officiaes necessarios que se devem transportar para se fortificarem logo no sitio que fôr mais a proposito e em que acharem requisitos de sitio defensavel, com agua, lenha, bom porto, para communicação por agua, terreno fertil para a produção dos fructos e o mais que se requer em semelhantes casos, ou em que concorrem as cir-

(1) Em carta de 29-X-735 diz Silva Paes a Gomes Freire que chamara Francisco dos Santos e Gaspar de Caldas propondo mandarem por sua conta algumas embarcações ao Rio Grande "com gente e effeitos para comprar os gados que os lagunistas estão passando". Arq. Nac. *Corresp. Gov.* — Vol. V. — 286.

cumstancias mais necessarias que se poderem achar; bem entendido que deve ser o estabelecimento da parte do sul do Rio, porque não convem fazer-se da parte do norte, porque da parte do sul se achão as mais ferteis campanhas, as quaes são do dominio de V. M. sem que até agora se contravertesse este dominio e não seria acertado fiquem estas livres para os Castelhanos as virem reoccupar, obrigando-nos a uzar da força para os desalojar ou tolerar a uzurpação em os consentirmos; porque em qualquer acontecimento he mais util a reoccupação do sitio, principalmente, não sendo este, como não tem sido ,terreno contestado.

Ha tambem digna de attenção a circumstancia de ser o terreno da parte do sul pela sua fertilidade muito capaz de sustentar todos os moradores que ali se estabelecerem, com os fructos que produz e pela quantidade de gados e cavallos de que he provida, com o que se facilita a conservação da terra e de hum corpo de cavalaria que com pouca despeza ali se pode manter. Os armazens do Rio de Janeiro se achão sufficientemente providos de munições e petrechos de guerra e de instrumentos de mover terra, com as remessas que o Conselho, por ordem de V. M. tem feito e vae fazendo, e delle se pode tirar todo o necessário para esta expedição, sem que desta Corte se remetta mais do que o necessario para reencher os mesmos armazens, conforme os avisos que fizer o Brigadeiro que ali governa; porem será conveniente se remetta para a dita praça 40 sellas para servirem nos cavallos de que na Pampana (Pampa) ha bastante quantidade, e tambem se remettam 150 ou 200 tendas de campanha, que o Conselho pode pedir para mandar o Governador Gomes Freire, a quem podem ser necessarias para a marcha que deve fazer das Minas ao Rio com os regimentos que tem formado para o soccorro daquella Praça no caso de ser atacada ou invadida, pois não tem no caminho povoações em que se possão aquartelar os regimentos nas marchas. Destas tendas que se remetterem podem uzar os que passarem a estabelecer esta Colonia para se abrigarem emquanto não fizerem algum genero de casa, em que se recolhão; e sempre he preciso para a construção da fortificação, que se houver de fazer; e porque o Brigadeiro tem dado conta a V. M. de que necessita de 2 engenheiros para a fortificação do Rio de Janeiro como o Conselho tem representado a V. M. por consulta de outubro do anno passado. nesta pode V. M. resolver o que fôr servido, porque dos engenheiros que forem se podem os governadores valer para mandar para construir a fortificação da Colonia de São Pedro. Mas sempre convem que deste Reino va o commandante para esta Colonia, nomeado por V. M., oficial militar com talento e capacidade para saber suavizar com o seu exemplo os encommodos que hão de soffrer os primeiros habitadores, e que possa com seu respeito, inteireza, modo e rectidão impedir as desordens, que acontecem quando não ha expontanea obediencia e que tenha o valor e pericia militar necessaria para instruir os seus subditos e doutrinalos para a defensa no caso de serem atacados, porque não será facil achar-se naquellas partes sogeito destes predicados e pode V. M. escolher neste Reino emandallo com a mesma cautela com que foi para o Rio o Brigadeiro José da Silva Paes.

Pelos avisos dos governadores das Minas, Rio de Janeiro e Nova Colonia do Sacramento, consta que este pede, como cousa precisa, maior numero de tropas para a sua guarnição, como o Conselho tem represen-

tado a V. M. e entende que, para a segurança desta nova Colonia do Rio de São Pedro se faz mais preciso o augmento da do Sacramento, porque vendo os Castelhanos que esta se acha com forças bastantes não se hão de mover a atacar a do Rio de São Pedro e a hir a huma larga distancia das suas terras deixando Montevideo exposto a ser atacado pelas tropas da guarnição da Colonia do Sacramento. E sendo V. M. servido mandar para a Colonia do Sacramento hum conveniente numero de soldados, com estes podem hir mais 200 que sirvão para a defensa do Rio de São Pedro ou para prehencher os Terços do Rio de Janeiro, dos quaes se podem tirar por destacamento os soldados que foram mais a proposito para este novo Presidio, deixando este ponto no arbitrio dos 2 governadores, os quaes pela sua capacidade o farão com mais acerto e mais certeza do que desta corte se pode permitir, que querendo alguns soldados casados no Rio passar com suas mulheres a viver neste novo presidio lhes possão os governadores dar as ajudas de custo que entenderem, e o que aos mais se lhe prometta, que assistindo no presidio 3 annos, poderão recolher ao Rio de Janeiro. A despeza que se fizer na fortificação não será grande e pode V. M. ser servido ordenar se tire o dinheiro da 4.º caixa, que he aonde entrão as sobras de todo rendimento da Capitania, e quando nella se não ache todo o dinheiro necessario, se pode supprir com o rendimento da Casa da Moeda, que se tem augmentado consideravelmente pela extincção da de Minas Geraes.

Para a despeza do transporte dos cazaes que devem povoar esta Colonia, construcção das suas casas, e provimento dos moveis mais precisos para ellas, e mais que se ha de fazer com cirurgião, boticario e sacerdotes, se pode ajustar com Francisco dos Santos, que se offerece a fazer este estabelecimento ou com qualquer outro contratador, que os governadores julgarem capaz de satisfazer ao assento que com elle se fizer, na forma que melhor parecer aos Governadores, para se evitar a larga despeza que faria a Fazenda Real, se por sua conta se transportassem estes cazaes ou das Ilhas ou do Rio de Janeiro, e se fizesse pela mesma os seus precisos commodos, ordenando-se que em seu real nome ajustem este contracto concedendo elles ao contractador algumas terras naquelle sitio, como não sejão com titulo de donatario ou Capitão dellas, nem outro com que se permitta jurisdição e concedendo-lhe alguma mercê que pretenda, excepto a de cobrar as suas dividas como se cobra a Fazenda Real, que he huma das que pede o dito Francisco dos Santos no papel do seu projecto.

Ao commandante da guarnição se deve ordenar que reparta as terras e as dê em sesmarias aos povoadores que as pedirem, não excedendo a data de cada morador a huma legua de terra em quadro, e reservando para logradouro publico a terra que bastar, que fique junto da fortificação, como tambem a que fôr necessaria para o sustento dos gados mansos e cavalhadas dos moradores, na mesma forma que tem a Colonia do Sacramento, recommendando-se-lhe que tenha particular cuidado de estabelecer huma boa harmonia com os indios Minuanes, que habitão aquellas campanhas, o que lhe não será muito difficultoso, pela inclinação que tem aos Portuguezes e aversão aos Castelhanos, por estes favorecerem os indios Tapes, irreconciliaveis inimigos dos Minuanes; e para

atrahir a estes deve o mesmo commandante hir provido de generos proprios a este fim, que todos são muito pouca despeza" (1).

Como se verifica da preciosa consulta, transcrita na íntegra, a Corte não poderia mais protelar o estabelecimento do Rio de São Pedro. Era uma questão de vital interesse para a estabilidade da Colônia do Sacramento. E avocava a si o intento de fundá-la. E é dentro destes mesmos itens que, oferecendo-se oportunidade, como historiaremos, o Brigadeiro José da Silva Paes, em 19 de fevereiro do ano seguinte, entra à barra do Rio Grande, lançando, na margem sul, os fundamentos do Presídio.

Todas essas iniciativas particulares, que não lograram efeito, tiveram a vantagem de levar ao governo português a certeza de que se descurasse o estabelecimento que se impunha, a sua linha extrema, ao sul, voltaria, novamente, ao velho e discutivel marco de Tordesilhas. E enquanto vacilava, premido pelos temores do choque castelhano, os lagunistas, heróicos e denodados, iam abrindo as veredas impérvias das matas, cruzando os rios caudalosos, e fincando os esteios das estâncias, células admiraveis dos futuros clans que solidificariam a conquita.

2 — *Antecedentes da fundação do Presídio.*

Precederam à escolha do local em que deveria ser erguido o estabelecimento da povoação do Rio Grande de São Pedro, várias averiguações, de que nos dá notícia a correspondência copiosa e quase desconhecida dos governadores do Rio de Janeiro, existente em códices manuscritos, no Arquivo Nacional.

Para isso muito contribuiram os "padres matemáticos", Diogo Soares e Domingos Capassi, mandados para o Brasil, em 1730, "afim de cartear o sertão de Minas" e levantar mapas topográficos de várias regiões da colônia portuguesa.

Por solicitação do governo da Colônia, ainda nesse ano, seguiram esses padres para aquela praça afim de levantar as suas fortificações e fazer plantas de seus arredores. Em 18 de janeiro de 1731, em carta dirigida ao padre Diogo Soares, lembrava Vahia Monteiro a conveniência "de desembarcar em Maldonado e Laguna e na boca do Rio Grande" para fazer observações nesses lugares.

O padre Capassi teve, no entanto, uma desinteligência com seu colega "o roupeta", deixando a Colônia em maio desse ano. Em dezembro do mesmo ano ambos estavam no Rio, devendo Capassi demarcar a costa dali para o norte, e Diogo Soares seguir para as Minas. Devido a essa divergência que separou os dois geógrafos, só muito mais tarde, por determinação de Silva Pais, vai um e logo, após, outro, estudar as condições topográficas do Rio Grande, sondar a barra e procurar fazer levantamentos do curso desse rio.

Entre as providências que urgiam para o estabelecimento de uma povoação no Rio Grande, achava Silva Pais imprescindivel uma demorada averiguação das condições da terra, e a sinalização do local em que se pudesse assentar a futura fortaleza. É nessa ocasião, 9 de outubro de

(1) B. N. Anais. Vol. XLVI, 233-235.

1735, que se dirige ao padre Capassi, que estava em São Paulo, dizendo-lhe que "se até agora era necessaria cautela para sondar o Rio Grande e procurar segurar aquelle Passo, por geito, agora se o pudermos fazer por força nos ficará melhor visto que os Castelhanos se tem declarado, e rota a guerra pela nossa Colonia, como me diz o governador daquella praça, e o aviso ao senhor conde a quem escrevo sobre esse particular, e digo a V. R. quanto nos seria conveniente conservar a entrada do Rio naquelle rincão donde se achão alguns Portuguezes nossos e se ainda pudessemos passar a mais de lhe rebanhar para a nossa parte todos os gados que eles tiverem na Pampa, nos seria muito conveniente, não só por fertilizar a nossa terra, como por tirar a subsistencia aos sitiadores e ainda a guarnição de Montevideo: eu não só procuro que vá o lanxão como V. R. me diz para sondar o Rio senão tão bem embarcações que levem gente para, por essa parte lhes fazer diversão, de tudo avisarei a V. R. e espero me responda" (1).

Em 5 de janeiro, em carta ao Conde de Sarzedas, governador de São Paulo, diz Silva Pais que segue a lancha para conduzir ao Rio Grande o padre Capassi, afim de "continuar as suas observações". Com a lancha remete o brigadeiro, em data de 5 de Janeiro, a seguinte carta: "Vae a lancha que V. R. pediu e o pratico Antonio da Cunha, por mestre della. Nunca mais que agora nos são necessarias todas as averiguações que se puderem fazer no Rio Grande, e as circunstancias todas do paiz, porque alem de que os Castelhanos se acaso nos tem roto a guerra por essas partes da Pampa a hão de valer para a subsistencia do gentio com que a fazem, se acaso pudermos segurar gados e cavalhadas, passando os para ā parte do Norte, lhe tiramos um grande soccorro, como tambem nos utilisamos destas vantagens" (2).

O "padre matemático" esteve durante algum tempo fazendo observações e sondando o Rio Grande. Referindo-se a essa providência de Silva Pais, Gomes Freire a classifica "bela e inteligente ordem". Mais tarde, já em 1738, determina Silva Pais que o padre Diogo Soares siga para o Rio Grande, afim de levantar as suas cabeceiras e fazer carta com individuação do território do Presídio. Auxiliaram grandemente nesse trabalho topográfico, de que existem mapas, que são os primeiros dessa parte, João de Tavora e Francisco de Barbuda, dois desbravadores do território riograndense.

A Carta Régia que determina ao brigadeiro José da Silva Pais passe ao Rio Grande, afim de fundar o Presídio, tem a data de 24 de março de 1736 e foi conhecida em Junta do Governo do Rio de Janeiro, de 9 de junho desse mesmo ano. Essa determinação fora consequência das próprias sugestões do brigadeiro, que bem compreendia a necessidade de se fortificar e povoar o porto do Rio de São Pedro, como se declara na Carta Régia.

Previdente, antevendo que a agressão castelhana levada à Colônia do Sacramento poderia ter repercussão fatal no território riograndense, conjugando seus esforços com Gomes Freire, que estava em Minas e com o conde de Sarzedas, que dirigia a capitania de São Paulo, o governador

---

(1) Arq. Nac. *Corresp. dos Governadores do Rio de Janeiro,* Vol. V, 255.

(2) Idem. Vol. VI, 5.

do Rio de Janeiro antecipara outras providências que se impunham para a defesa do ambicionado território.

A arma de guerra principal com que os inimigos, aliados aos tapes das Missões, poderiam contar, era, inegavelmente, a quantidade enorme de cavalhadas e boiadas que povoavam a parte sul das campanhas riograndenses. Convinha privá-los do aproveitamento dessa vantagem. E Silva Pais procurou logo agir nesse sentido. "A passagem do gado da Pampa para a nossa terra", diz ao conde das Gálveas, vice-rei do Brasil, em carta de 20 de dezembro de 1735, "é a maior guerra que lhe poderemos fazer, para o que ha aqui particulares que disso se encarregão". E em data de 5 de janeiro do ano seguinte, ao conde de Sarzêdas: "O mais efficaz, sendo certo o rompimento, é a hostilidade que se pode fazer na Pampa pelo Rio Grande, buscando alguns paulistas aquele sertão e os Alagonistas a hostilizarem aquella campanha, roubando e regeteando os gados e cavalhadas, e aqui me seguram entraram já algumas tropas dos taes Alagonistas a arrebanharem gados e cavallos" (1). Confiava muito na ação dos lagunistas: "Sei que os Lagunezes são proprios para estas hostilidades. V. Exa. os anime, para que entrem, diz ao conde de Sarzêdas, em 23 de janeiro, e eu daqui mandarei alguma parte para que os ajudem".

E assim, penetrando em todas as direções e indo até às portas de Montevidéu, arrebanhar gado e conduzí-lo para a parte do norte do Rio Grande, os lagunistas varejaram a pampa toda perdendo, de uma feita, cinco homens que os castelhanos mataram (2). Os gados que não podiam ser conduzidos eram regeteados, morrendo desta forma, pelos campos, milhares de reses.

Essas hostilidades obrigaram violenta reação por parte dos castelhanos. E o comandante Esteban del Castillo, com uma partida de dragões espanhóis, saindo de Montevidéu, teve ordem de talar os campos riograndenses, destroçando as partidas inimigas que aí encontrasse.

É o primeiro choque entre portugueses e castelhanos que se regista na pampa. Apenas referido por um ou outro historiador tendo dado margem a controvérsias internacionais desfiguradas à feição dos interesses de ambas as nações, esse episódio não foi ainda relatado nas suas devidas proporções.

Em carta de 29 de outubro de 1735, o brigadeiro Silva Pais, do Rio de Janeiro, informa ao governador de São Paulo, "que se me offerece hum Domingos Fernandes de Oliveira não só trazer os avisos por terra senão tambem convocar alagonistas para com alguns desertores que se puderem juntar, passarem à Pampa e rebanharem todos os gados a nossa parte, regetear o outro e não lhe deixar de que se possam valer os sitiadores (da Colônia) e ainda poderem subsistir os de Montevideo; bom seria termos agora a entrada do Rio Grande occupada e ainda fortificado aquelle rincão que daqui forão a descobrir e lá se conservão algumas pessoas, e sem embargo da que eu escrevi a V. Exa. lhe dizia deviamos esperar ordens da Côrte, agora me pareceu que visto romperem

(1) Arquivo Nacional *Corresp. Gov.* Vol. VI.
(2) Idem. *Carta ao Conde das Gálveas*, 6-1-736.

os castelhanos, vejamos com a maior força que pudermos se lhes podemos fazer por esta parte huma forte diversão, etc."

Congregando os elementos que poude conseguir, principalmente, no Rio Grande, onde algumas dezenas de lagunistas e desertores já se encontravam, em fins desse ano, Domingos Fernandes de Oliveira, organizou uma pequena força com que percorreu grande parte da campanha. Quando voltava de uma das incursões que levara ao sul do Rio Grande, nas imediações de S. Miguel, encontrou a força do comandante Esteban del Castillo. Depois de rapida escaramuça, vencido pelo número do inimigo, foi por este destroçado e aprisionado com mais 24 companheiros, segundo comunicação de D. Miguel de Salcedo a Antônio Pedro, governador da Colônia, datada de 3 de janeiro de 1736 (1).

Essa pequena escaramuça é referida pelo marquês de Grimaldi em sua *Memória*, por Machado de Oliveira e pelo barão de Rio Branco, que veiculam notícias não autorizadas por documento algum dos que nos foi dado consultar em pesquisas muito demoradas sobre o assunto.

Diz o marquês de Grimaldi que "el governador de la Colonia D. Antonio Pedro Vasconcelos ya fuese por aliviar de gente inutil la plaza, ya por conservar a Portugal en caso de perder a algun establecimiento en algunas partes enviar con secreto al Rio Grande de San Pedro en buques menores una porción de familias las quales unidas con los Paulistas que habian buelto a él y asistidas de víveres y socorros que les subministraban los habitantes de la isla de Santa Catalina y del Brasil, principiaron ali una población illexitima donde el Maestro de Campo Portuguez Domingo Fernandez por obligación que hizo con el Governador de la Colonia congrego 500 hombres armados, que estos fueron derrotados en el curso de aquella guerra por D. Estevan del Castillo, que retrocedió a contenerlos, habiendo quedado preso de resultas el caudillo portuguez Dómingo Fernandes y frustrada por su demora la idea de llevar à efectivo logro el establecimiento del Rio Grande" (2). E ainda que, no ano de 1733, "situandose individamente, los paulistas o mamalucos hacia la vanda setentrional del Yacuy", se foram aproximando pela parte que deixa aquele nome para tomar o de Rio Grande, e por fim passaram a sua margem meridional donde foram afugentados pela partida de D. Esteban del Castillo.

Machado de Oliveira, contrariando Grimaldi, dá outra versão datando de 1733 a entrada de famílias povoadoras, trazidas por D. Esteban del Castillo, a que se fossem reunir alguns paulistas e portugueses, fundando "a hoje Vila de Cachoeira e doze leguas mais abaixo, a de Rio Pardo, que em 1737, já ostentava progresso em seu fundamento" (3). E o douto Rio Branco, com sua autoridade de pesquisador: "Cumpre notar que em 1735, uma colônia militar, fundada no Rio Grande em fins do ano precedente, pelo mestre de campo Domingos Fernandes, enviado da Colônia do Sacramento, fôra destruida pelo comandante espanhol Esteban del Castillo" (4).

---

(1) Biblioteca Nacional Mss. I, 6, 2, 6.

(2) Revista Histórica de Montevidéu — Tom. V. n. 15, 18.

(3) J. J. Machado de Oliveira. *Quadro histórico da Provincia de São Paulo.*

(4) Barão do Rio Branco *Efemérides Bras.* — 1918 — 116.

Como vimos das cartas de Silva Paes, nada disso se deu. Domingos Fernandes de Oliveira, reunindo um pequeno corpo de lagunistas, colonistas e aventureiros que percorriam as campanhas do Rio Grande, procurava passar para a banda do norte do canal os gados que ia arrebanhar até às alturas de Montevidéu e Maldonado. Perseguido pelo comandante espanhol, D. Esteban del Castillo, foi por este derrotado, nas proximidades de São Miguel.

Quando do assédio da Colônia, por D. Miguel Salcedo, em 1735, realmente, algumas famílias se retiraram daquela praça, mas foram para o Rio de Janeiro, sendo mais tarde recambiadas para a Colônia ou mandadas, depois da fundação do Presídio, como veremos, para o Rio Grande.

Domingos Fernandes de Oliveira foi o primeiro posseiro da Estância Grande, que abrangia grande parte do hoje município de Viamão, onde tinha inúmeras cabeças de gado. Mais tarde fez doação desses campos a Antônio José Pinto, tambem colonista casado com uma filha de Antônio de Souza Fernando, povoador de Sapucaia. Oliveira era solteiro, nasceu em 1701, e residia ainda em 1749 na Colônia do Sacramento, onde era sargento-mor. Tinha tambem terras em Palmares, entre o rincão de Frei Sebastião e aquele arroio, lindando com Francisco Pinto Bandeira e João Diniz Alvares. É a fazenda da Cidreira que vendeu depois a Manuel Franco e este a Manuel Jorge. Em 1763, quando da devassa da entrega do Rio Grande aos castelhanos, foi uma das testemunhas da mesma, dizendo que houvera tido grande prejuizo com a tomada daquela praça, onde tinha propriedades. Por falecimento do sargento-mor do Rio Grande, José Silveira de Bitencourt, em 1769, Domingos Fernandes de Oliveira, que era capitão de ordenanças, foi indicado para aquele posto.

Surge, então, no cenário da Pampa, dominando-a com sua bravura e possibilitando a fundação do Presídio, a figura máscula de Cristovão Pereira de Abreu. Maior do que todos, projetando-se na história com traços inconfundiveis; cantando a terra com suas expressões de enamorado dela; abrindo-a a todas as energias que nela pudessem eclosionar; cortando-a, palmo a palmo, pelas veredas íngremes da serra, ou voando pelas campanhas extensas; soldado e tropeiro, Cristovão Pereira é o símbolo perfeito de todos os povoadores do Rio Grande. Deu-lhe larga parte da vida e, no fim dela foi, ainda, a essa terra que entregou as cinzas preciosas. Começa a lhe ser feita a justiça tardia da história, e sua vida já foi brilhantemente lembrada por um dos nossos historiadores (1) a quem pedimos vênia para acrescentar os dados inéditos que, sobre o herói, carinhosamente, por largo tempo, andamos colhendo.

Eram os Pereira de Abreu da mais velha linhagem portuguesa com brazões e cota darmas nos nobiliários antigos. Os Pereira, da Ponte de Lima, descendem de D. Maria Pereira, filha natural do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, da qual procede, entre outros cavaleiros que se ilustraram por feitos valorosos, a casa dos Bertiandos. O nome Cristovão é comum nesse ramo dos Pereira, vindo das mais velhas gerações.

(1) General João Borges Fortes. *Cristovão Pereira*. Rio — 1931.

No *Nobiliário* de Afonso Torres encontram-se vários, dos quais um, D. Cristovão Pereira, casado com uma Abreu (1).

Outro, do mesmo nome, foi moço fidalgo da Casa del-rei D. João III, sendo filho de Francisco Pereira, um dos mais destacados cavaleiros de Ponte de Lima (2). Vinha dos mesmos troncos Cristovão de Ornelas de Abreu, que teve, em 1681, patente de tenente-de-mestre-de-campo-general para servir na Colônia do Sacramento, de que foi, em 1685, governador, em substituição de Duarte Teixeira Chaves.

Cristovão Pereira de Abreu, o desbravador do Rio Grande do Sul, nasceu em 1680, mais ou menos, em Ponte de Lima, de onde eram tambem oriundos seus pais, que alí tinham velhas propriedades. Cursando os melhores colégios dessa cidade, adquiriu ótima instrução, como se verifica de suas cartas e informações que revelam muita observação e conhecimentos acima do nivel comum da época. Conhecia tambem noções de topografia, pois, nos informa que levantou vários traçados de rios e outros mapas do Continente do Rio Grande.

Deve ter vindo bem moço para o Brasil, pois, as primeiras referências que dele se tem datam do ano de 1704, já como tratador de impostos e citado numa consulta do Conselho Ultramarino, vista em 16 de dezembro desse ano, "sobre queixas que os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro tinham exposto em várias representações contra diversos atos praticados pelo governador D. Alvaro de Siqueira de Albuquerque" (3).

A Provisão Régia de 9-11-1701, concedeu a Sebastião da Veiga Cabral, governador da Colônia do Sacramento, "poderem os couros e mais mercadorias procedentes desta, ser carregados para os portos do Brasil e Reino" (4).

Essa concessão que abria amplas possibilidades ao desenvolvimento comercial da praça, intensificou, nas campanhas, a "caçada de gados" e o aumento de compras de courama feitas aos castelhanos e índios. Pagavam esses couros os quintos reais, de acordo com a ordem de 24-IX-1699, sendo permitido que os governadores e outros que exploravam o negócio, "que naquele tempo era um dos maiores daquela conquista", tirassem dele, "grandes conveniência e interesses", "por V. M. lhes permitir a caçada de couros naquela campanha, pagando eles os quintos e dízima e donativo, etc." Com a permissão dada a Veiga Cabral de serem exportados os couros, tornu-se este ótimo negócio, resolvendo a Fazenda Real "por por contrato a "caçada de couros" nas campanhas da Colônia. Esta "caçada" foi arrematada "por 70.000 cruzados cada ano para sua Real Fazenda". Teve lugar em 1702, sendo seu contratador Cristovão Pereira de Abreu, que assim ficava com o monopólio de toda a courama "caçada" nas vastas campanhas do Prata (5)

Veio isto ferir altos interesses do governador da Colônia que tinha como procurador, no Rio de Janeiro, Manuel Mendes Pereira. Este, defendendo a causa de seu constituinte, moveu pleito contra Cristovão Pe-

---

(1) *Nobiliário de Afonso Torres* — B. N. — I — 22, 1.

(2) D. Antônio Caetano de Souza — *História Gen. de Portugal*. Casa de João III.

(3) B. N. *Anais*. XXXIX. Verb. 2818 a 32, 3060 e 61, 3250-52,3316.

(4) Arquivo Nacional *Public*. XI — 211.

(5) B. N. *Anais*. XXXIX. *Cons. Ultram*. Verb. 2554, pág. 272.

reira de Abreu, e excedendo-se "por atrevimento", foi mandado prender pelo governador do Rio de Janeiro. Intervindo no assunto, o Juiz de Fora, suspeito por simpatia ao procurador, mandou prender, em represália a Cristovão Pereira. Mas, logo, ambos foram soltos, e o contratador dos couros requereu a penhora de bens de Manuel Mendes, afim de salvaguardar seus direitos, prejudicados com a atitude do procurador. É o que nos informa a correspondência do governador do Rio de Janeiro, cartas de 5 e 6 de junho de 1704 (1).

A C. R. de 6 de fevereiro de 1705 ordena "que se guardassem ao contratador dos couros Cristovão Pereira de Abreu as condições do seu contrato, com declaração de que os tributos só eram devidos nas Alfândegas depois que fossem despachadas as fazendas e as partes as quisessem retirar." Diminuindo, com a evacuação da Colônia em 1705, a extração de couros, foi permitido, por C. R. de 28-II-1706, ao contratador dos couros da Nova Colônia, pelo que tocava aos que iam das capitanias de baixo e das vizinhanças do Rio de Janeiro a espera de dois meses para entrega de quartéis (2).

No ano seguinte, na queixa que o bacharel João Mendes de Almeida oferece contra o Juiz de Fora do Rio de Janeiro, Francisco Leitão de Carvalho, provavelmente o mesmo com quem tivera atrito, aparece tambem citação a Cristovão Pereira.

Decrescera, entretanto, a "caçada de couros", pelo fechamento de seu grande empório que era a Colônia do Sacramento, abandonada pelos portugueses em 1705 e reocupada em 1716. Posto em contrato o dízimo dos tabacos, arrematou-o, em 1710, o antigo contratador dos couros, como se evidencia da C. R. de 29-X-1710, e de referências a seu nome entre os contratadores de diversos impostos em uma relação de "letras e importâncias remetidas para Lisboa." A C. R. de 14 de novembro de 1715, nos dá notícia das contas que prestara e a de 10-III-1716 fala "sobre a petição de Cristovão Pereira de Abreu, residente no Rio de Janeiro, contratador de tabaco, relativa à execução de seu contrato" (3).

Vamos encontrá-lo, agora, figurando num dos momentos mais excepcionais da vida do Rio de Janeiro. Em 1711 o almirante francês Duguay-Trouin investe contra a cidade, dela se apossa e a saqueia, impondo para seu regate forte soma em dinheiro. E entre os homens de mais responsabilidade e mais alta representação, que se reunem para tomar conhecimento da imposição do chefe francês, e resolver a situação criada, está o futuro desbravador do Rio Grande.

Consta da ata lavrada a 30 de setembro desse ano, na reunião efetuada no sítio do Engenho Novo dos Padres da Companhia, "aonde se acha acampado o Governador desta Capitania Francisco de Castro Morais" que convocou "as pessoas da nobresa e comércio", que se achavam presente, que "o general da Armada do Rey de França que tinha entrado na cidade, lhe havia feito presente a queimaria, e ao Paiz, se acaso os moradores della a não quizessem resgatar, contribuindo com o presso em que os Deputados de hua e outra parte concordassem", e os

(1) Arquivo Nacional, *Public.* XI, 175.
(2) Arquivo Nacional. *Public.* I, 194, 200.
(3) B. N. *Anais.* XXXIX. Verb. 3474.

signatários da ata indicaram o "doutor Juiz de Fora Luiz Forte Bustamante e o Mestre de Campo João de Payva Sotto Mayor aos quaes concedião os poderes em direito necessarios para effeituar este resgate, assim da cidade como das fazendas e o mais que lhes tocasse". Assinam a ata o governador Francisco de Castro Morais, o Juiz de Fora, dr. Luiz Forte Bustamante, Manuel Barbosa da Silva e Cristovão Pereira de Abreu.

Novamente, em 2 de outubro, afim de tomar conhecimento das negociações do resgate da cidade, entre as pessoas convocadas para votarem sobre as condições impostas pelo almirante francês, e que "uniformemente accentarão que pela cidade conventos Fortificações edificios monições sem reserva alguma se podia dar athé dois milhões, está Christovão Pereira, que é um dos signatários della".

Em 10 de outubro oferece o governador "seiscentos mil cruzados em doze ou quinze dias", pagos com 100 caixas de açucar, 200 bois e 10.000 cruzados em dinheiro, o que é aceito por Duguay-Trouin (1).

Não se conformando o governo português com a falta de resistência dos responsaveis pela defesa da cidade, quando da ocupação francesa, promove, em 1713, a responsabilidade dos mesmos e o sequestro dos bens do governador Francisco de Castro Morais, e dos mestres-de-campo João de Paiva Souto Maior e Francisco Xavier de Castro. A devassa procedida faz várias referências ao futuro tropeiro dos campos riograndenses, pela sua atuação nestes acontecimentos (2).

Recebera já, por valiosos serviços prestados e pelos seus foros de antiga nobreza, o hábito de cavaleiro professo da ordem de Cristo.

Documentos datados de 1719 ainda se referem a Cristovão Pereira, como residindo no Rio de Janeiro.

Casara-se nessa capital, com D. Clara de Amorim, pertencente a uma das mais distintas famílias da cidade, da qual, ao falecer, era viuvo, não tendo deixado filhos. Era parente muito próximo dos Távora, pois tratava por sobrinho a Francisco Manuel de Souza e Távora, filho do fidalgo João de Távora, tambem seu companheiro no desbravamento do Rio Grande, e cujos serviços assinalados o distinguem entre os homens daquele tempo.

É bem possivel que a morte de sua mulher determinasse os novos rumos que daria às suas atividades no vasto campo que a Colônia do Sacramento, pela "caçada de couros", agora lhe abriria.

Em 1722 Cristovão Pereira já está na Colônia do Sacramento. Com os casais trazidos pelo sargento-mor Antônio Rodrigues Carneiro, em 1718, tomara esse estabelecimento um grande impulso. Tornara-se tambem um vasto empório de exportação de couros, suprindo, largamente, Lisboa e outros mercados consumidores. Em 32, Antônio Pedro, que governava a praça, em carta ao Conselho Ultramarino, diz "ser admiravel o consumo de fazendas que de Lisboa, Pernambuco, Baía e Rio, ali se tem dado. Em 19 navios entrados de diversos portos, foram exportados, no ano anterior 17.729 couros, "não obstante a dificuldade no trans-

(1) Arquivo Nacional. *Public.* Vol. VII — 14 a 18.
(2) B. N. *Anais* — XXXIX — Verb. 3316.

porte dos couros pela infinita distância em que se acha o gado" (1). No ano seguinte, só o bergantim "Sto. Antônio e Almas" tinha carregado para Lisboa 5.484. E subiria essa exportação até à fantástica cifra de perto de quinhentos mil couros exportados dois anos depois pela Colônia (2).

Uma das armas usadas pelos espanhóis contra os portugueses que se haviam estabelecido à margem do Prata era dificultar-lhes a subsistência. Não obstante haver tambem gado nas imediações da Colônia, quando de sua fundação, procuraram os castelhanos, com o auxílio dos índios, afugentá-lo dali, quer tocando grandes boiadas para paragens distantes, quer prendendo fogo aos campos para que os animais deles fugissem. Era, assim, necessário penetrar pela Pampa, dezenas de léguas, afim de fazer as vacarias para extração de couros, que eram transportados em carretas até o porto da Colônia. Às vezes, porem, castelhanos ou índios, com fortes partidas, aguardavam os portugueses, tirando-lhes os efeitos, ou destroçando-os em guerrilhas sangrentas. Eram precisos valor, coragem, desprendimento pela vida, para o exercício desse difícil comércio, que tentava os gênios aventureiros.

A primeira vez que Cristovão Pereira nos aparece na Colônia do Sacramento, como extraidor e exportador de couros, em 1722, é num gesto heróico, demonstrativo de seu alto valor. Não queremos tirar o sabor gongórico da prosa de Simão Pereira de Sá, que, em seu livro, nos relata o acontecimento.

"256 — A prudencia com q se toleravão alguns insultos foi animando o atrevimento até q cega e descomedida a ambição chegou a emprender nas vizinhanças da Praça, o delirio de nos tomarem sete carros, e quatorze escravos, q se recolhião com frutos da Campanha. Conseguirão a preza sem resistencia por um Alferes e dez Soldados, q rondavão todo aquelle districto, mas poderão de entre as maons escapar alguns negros, q chegando como fugitivos a carreira de cavallo, noticiarão a perda com todas as circumstancias sucedidas. Pertencião aquêles bens a Cristovão Pereira de Abreu o qual instigado da violencia congregou oito amigos de rezolução, e montados em suberbos brutos sahirão ao Campo (sem venia do Governador) a restaurar o furto q acharão intacto na posse dos agressores.

257 — Estavão os Castelhanos tão pouco avantejados na marcha q parecião desprezar o perigo caminhando sem receio, ou marchando sem sobresalto: mas aquella mesma ufania do valor os destinava ao precipicio detendo-os com vagarosos passos para q custasse menos diligencia a pertendida restauração dos Portuguezes: os quaes com distimido impulso os investirão e carregarão de sorte que largarão a preza antes q perdessem as vidas. Com o temor da morte não duvidarão restituir os bens q havião repartido sem inventario dando-lhes os preços segundo o gosto estimando-os mais pela quantidade, q pelo valor; porem, julgando por boa partilha a mesma ambição, e sem esperança de minima controversia veio a espada do legitimo senhorio a embarassar a força, recuperar os bens.

---

(1) Inst. Hist. Bras. *Atas. Cons. Ultram.* Cod. mss. Vol. 26.°, 193

(2) Rego Monteiro — *Colônia do Sacramento* — Documento citado.

258 — Mas como o delito não tinha vozes para o perdão senão motivos para o suplicio, forão com as espadas dando antes de receberem. Fugio o Alferes e os Soldados fizerão o mesmo por onde os levou o medo. Depois de restituidos os libertadores da preza, e passados tres dias, escreve o Alferes a Christovão Pereira pedindo-lhe humildemente os armamentos de que os havia despojado, e com elles juntamente a capa, e espada ꝗ havia largado no conflicto, e como temia o castigo pela fraqueza, rogava pelo q não pudera defender a cobardia.

259 — Foi atendida a suplica por não ficar dezairosa a generosidade Portugueza, tirando a honra e a capa, a quem se valia dos mesmos, q havião ofendido. Excedeo o favor a petição dando se gratuitamente a liberdade a dous prizioneiros; porq nos soldados Portuguezes em cessando a peleja, cessa a ira, e não transcende o agravo, a crueldades, porquanto vestindo as armas contra os inimigos, tambem se ornão de benevolencia para os rendidos" (1).

Mais trinta e três anos que deverá viver, irá passá-los, o sertanista heróico, cruzando as Pampas extensas, na extração do gado, no fogão das vacarias, ou tangendo cavalhadas, muladas, boiadas, por estradas que abriu e aperfeiçoou, levando-os à Sorocaba ou às Minas; ou, à frente de esquadrões ligeiros, escaramuçando no Rio Grande, de que é o desbravador, e o fundador.

Com grande número de escravos, carros de bois e índios de que se fez amigo, Cristovão Pereira se internava pelas campanhas da Colônia, de onde trazia quantidades apreciaveis de couro, cebo e mais efeitos, para exportar por todas as embarcações que aportavam àquela praça. Travara relações de amizade com os índios minuanos que dominavam a bacia da Lagoa Mirim e deles recebia cópia consideravel de gado para abater. Mais tarde, ainda, eram esses selvícolas os fornecedores de cavalhadas que transportava para as feiras do norte. E foi ainda quem, já na ermida de Jesus-Maria-José, do Presídio do Rio Grande, levou à pia dezenas de minuanos, que alí receberam o batismo em 1738.

Fazendo largos negócios, era natural que seus interesses colidissem com os do fisco insaciavel e arbitrário do tempo. Começam essas colisões em 1723. A Fazenda Real lhe confisca, como a outros, uma partida de couros, que tinha pronta para exportar. E dirigindo um memorial ao governo, solicita Cristovão Pereira permissão para tentar uma ação contra a Fazenda, o que lhe é concedido.

Proibia a legislação vigente o comércio com os estrangeiros, havendo para seus transgressores penas severas. Em 1728 aportaram à Colônia do Sacramento alguns navios ingleses, que procuraram comprar fortes partidas de couros. Cristovão Pereira e um frade do Carmo (2) que tambem vivia pela campanha extraindo couros para exportação, ven-

---

(1) Simão Pereira de Sá. *Hist. Topog. e Bélica da Nova Colônia do Sacra-Rio* — 1900, 104-105.

(2) O "Fraile muerto", que ficou na toponimia uruguaia, é um desses tantos religiosos que se empregavam na extração de couros e exportação dos mesmos. No doc. mss. da B. N. "Hostilidades dos Guenoas contra os Tapes" (I-29-3, 69), datado de 1705, existe depoimento de uma india guenoa que diz: "Mataron los indios un frayle português que hacia cueros en la campaña." E eis aí a origem de "Frayle muerto".

deram aos ingleses grande quantidade de couros. Chegando o fato ao conhecimento do governador, mandou este tirar larga devassa da transação.

Resultando apurado o delito, determinou o governador fossem presos Cristovão Pereira e o Religioso do Carmo. O primeiro, invocando a sua qualidade de cavaleiro do hábito de Cristo, que lhe dava imunidades, obteve fosse relaxada a respectiva ordem, mas o segundo, que só tinha o "hábito do Carmo", pagou, na cadeia da praça, a contravenção cometida. Dá notícia do fato ao governador Vahia Monteiro, do Rio de Janeiro, o da Colônia. E aquele aconselhava a Antônio Pedro que não os prenda mas que os expulse dali, como contraventores da lei. Mas, como já havia castigado o religioso, era de estranhar, interroga, fazendo espírito: "Se um professo do hábito do Carmo pode ser castigado, porque não o pode um do hábito de Cristo?" (1).

Parece, porem, que não foi levada a efeito essa expulsão. Em maio de 1731 ainda reside na colônia, dedicando-se ao comércio de couros. Nessa data o governador mandou prender um negro, escravo de C. Pereira, fazendo depois uma oferta pela liberdade do mesmo, que o sertanista recusa. Levado o assunto ao conhecimento de Vahia Monteiro, este aprova a atitude de Cristovão Pereira, contrariando a do governador. No ano seguinte, em novembro, já a serviço do governador da Colônia, vai a Montevidéu entregar ao governador daquela praça, tenente-coronel D. Francisco Martin Lobato, uma cavalhada que lhe mandara Antônio Pedro. O governador de Montevidéu pede a Cristovão Pereira lhe faça um presente, ao que anuiu o sertanista. Sabedor do fato, o Secretário de Estado Antônio Guedes Pereira determina ao brigadeiro Silva Pais, já no governo do Rio de Janeiro, que indenize Cristovão Pereira da importância do regalo (2).

Negócio muito melhor, porém, se lhe antolhava a condução de gado em pé, que seria colhido na Pampa e levado para os grandes mercados consumidores da capitania de São Paulo, e as bestas muares de que as Minas eram ávidas para o transporte do ouro. Mas, só se poderia realizar esse comércio vantajosíssimo mediante a melhoria dos piques quase intransitaveis que, cortando a serra, se dirigiam para os campos gerais, ligando as campanhas do sul às serranias do norte. E é nesse empenho, de que surgiu maior conhecimento do Rio Grande, que veremos dedicar, desde 1727, toda a sua energia formidavel o sertanista emérito, cujo nome deve merecer do Rio Grande uma gloriosa auréola de admiração.

Em 1720, com data de 23 de maio, o paulista Bartolomeu Pais de Abreu oferece seus serviços a el-rei para abrir uma estrada que ligasse a capitania de São Paulo ao Rio Grande. Em compensação pedia terras, a patente de capitão-mor do distrito do Rio Grande e guarda-mor das minas que se descobrissem, tendo direito à isenção de impostos, por nove anos, para os animais que ele e seus sócios exportassem. Não obstante a carta do Cons. Ultram. de 18 de abril de 1722, esperar se levasse a efeito a diligência, não foi ela posta em prática.

(1) Arq. Nac. *Corresp. dos Governadores*, cit.

(2) Arq. Nac. Ordens Régias. V. 228.

Só em 1727 iniciaria a realização do projeto Francisco de Souza de Faria, amigo e companheiro de Cristovão Pereira e, como este, exportador de couros, tropeiro de gado e, mais tarde seu lugar-tenente na fundação do Rio Grande.

Estudando a abertura do caminho, diz Borges Fortes: "Em 20 de setembro de 1727 o governador Caldeira outorgava a Faria uma Carta Patente em que, atendendo aos relevantes serviços que a S. M. ia fazer, na abertura do caminho do Rio Grande de São Pedro para os Campos Gerais da Vila de Curitiba, e as grandes utilidades que interessavam a Real Fazenda, pelos quintos dos gados e cavalgaduras que pelo dito caminho se iriam transportar para toda a capitania de São Paulo, e atendendo tambem aos outros muitos serviços prestados em sua carreira militar, outorgava-lhe, repito, o posto de sargento-mor da vizinhança do Rio Grande e seus sertões" (1).

Extenso regulamento acompanhava essa patente, e ao qual se deveria cingir Souza e Faria, para a abertura da estrada. Organizada a expedição, chegou a Laguna em fins de 1727, levando consigo 96 pessoas, para iniciar o trabalho que lhe havia sido cometido. Recebeu-o mal o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto. Em sua "prática" ao p. Diogo Soares, informa, a respeito, Cristovão Pereira, então já capitão de milicias: "A esta diligencia foram sempre oppostos varios moradores da Villa de Santos, Paranaguá e Curityba, e da mesma sorte os da Villa da Laguna e Santa Catharina, estes porque vivendo retirados, ou por crimes ou por outros iguaes motivos, como regulos sem obediencia nem terror algum de justiça, receiosos de que com a abertura do novo caminho, perderiam as suas liberdades o fizeram impossivel; e aquelles porque sendo senhores de algumas limitadas fazendas que ha nos Campos de Curityba, temiam o ficar sem muito menos valor, e por seguirem a sua opinião publicando com arestos falsos de Paulistas antigos serem aquelles sertões impraticaveis, querendo tambem persuadir-nos por genelas aldeiados".

Dois meses depois da chegada de Souza e Faria a Laguna, alí apareceu Cristovão Pereira, cuja presença "veio resolver as dificuldades, pois que conseguiu ele restabelecer a harmonia entre os dois chefes, o local e o da expedição, e, de tal modo agiu que poude Faria em 11 de fevereiro de 1728 abrir o primeiro rasgão na mata, próximo à barra do rio Araranguá, no sítio denominado dos Conventos" (2). Dois anos depois, em 8 de fevereiro de 1730, chegava Souza e Faria, com este caminho, a vila de Curitiba.

Cristovão Pereira, informa ainda Borges Fortes, voltara à Colônia, onde, organizando uma tropa de oitocentas cavalgaduras, entre cavalos e bestas, transpôs o canal do Rio Grande, intentando, pelo novo caminho, levá-la a São Paulo. Deixando a tropa ao norte do canal, onde outros tropeiros já se achavam receiosos de seguir, avante, pelo temor dos índios missioneiros, em setembro de 1731, acompanhado de três pessoas, foi percorrer o caminho que Souza e Faria abrira. Atingiu os campos de Cima da Serra e aí se demorou dois dias, não encontrando índios.

---

(1) G. J. Borges Fortes. *Cristovão Pereira*, cit. 7.

(2) General J. Borges Fortes. *Crist. Per.* cit. 9.

Em seu magnífico estudo diz ainda Borges Fortes: "Cristovão Pereira tinha consigo cartas do Provincial das Missões para o capitão-general de São Paulo e dirigiu-se logo depois desse reconhecimento a Santos e à sede da Capitania onde obteve auxilios liberais para regressar ao sul e os recursos que lhe permitiram melhorar as condições do novo caminho.

Entrou ele com um piloto e sessenta e tantas pessoas, remontando o curso do mesmo Araranguá, seguindo o trajeto do sargento-mor e foi aperfeiçoando o caminho que este abrira.

Saindo, alfim, no planalto, mandou que seguissem escalonadamente as tropas de animais que haviam sido retiradas no Rio Grande. Entre a sua e as dos demais tropeiros alcançavam essas tropas o número aproximado de 3.000 cavalgaduras, conduzidas por mais de cento e trinta pessoas.

Prosseguiu em sua tarefa com inteligência e atividade e, verificando os erros com que fora traçado o primeiro caminho, ora embrenhando-se pela serra, ora atravessando terriveis pantanais, desviou no sítio chamado Boa Vista, onde Souza e Faria se detivera por seis meses, atirando-o para oeste, percorrendo melhores terrenos e indo muito adiante encontrar o primeiro caminhamento .

Nesse trabalho despendeu Cristovão Pereira treze meses e construiu mais de 300 pontes, deixando preparada uma estrada que "gente escoteira percorria em menos de um mês e em que ele levara tanto tempo para deixá-la nas melhores condições".

Não foram somente esses trabalhos materiais que Cristovão teve de enfrentar. Outros se lhe depararam. Devia ele estar assoberbado de dividas resultantes de seus negócios e dessa empresa, pois, absorvido por tão longo tempo pela tarefa a que metera peito, embrenhado no interior do pais, era-lhe impossivel atender tambem aos seus compromissos pecuniários, dependentes da venda de suas alimárias.

Valeu-o nessas aperturas o conde de Sarzedas, já novo governador de São Paulo. Em 1732, mandou este dar-lhe a precedência na passagem da nova estrada, para que a sua tropa fosse a primeira a percorrê-la e no ano seguinte expediu uma outra ordem para que Cristovão não fosse molestado por seus credores enquanto não se recolhesse a São Paulo, para evitar, diz a ordem, prejuizos dele, de seus credores e da Fazenda Real, pela não cobrança das entradas pela cavalaria que conduzia. Foi de dez mil cruzados o rendimento que deu à Fazenda Real a tropa de Cristovão Pereira" (1).

Continuou o desbravador a sua vida heróica de tropeiro. Em 1733, de São Paulo, aonde chega com sua tropa, encaminha-se para as Minas Gerais. Outras tropas teria levado àquele destino, pois, quando, em 1735, a Colônia do Sacramento sofreu o assédio das forças castelhanas, Cristovão Pereira se encontrava nas Minas.

Começa aquí a nova etapa da sua vida heróica, consagrada, durante mais vinte anos, até o dia de sua morte, à fundação e defesa do Rio Grande de São Pedro. Inicia-a já com mais de cinquenta anos de idade,

(1) Gen. J. Borges Fortes. op. cit. 13.

dos quais uma dezena se passara palmilhando, pelos recantos todos da terra, os seus maravilhosos rincões. Conhecendo-a profundamente, acostumara-se a amá-la por tudo que ela tinha de grandioso e de belo. Ao p. Diogo Soares, que lhe pede informações do Rio Grande, expõe o que tem "visto, e palpado em onze anos que tenho de experiência destas campanhas e o que sente a rudez do meu discurso, e me ficará grande glória e desvanecimento se limitado, e aperfeiçoado no util engenho de V. Rv^a. tirar delle algum proveito. Compõe-se este Paiz dum clima muito ameno, saudavel e criador de riquissimas e ferteis terras em que produz em grande maneira, e com vantagem mui crescida todos os fructos da Europa, assim Trigos, como vinhos, linho e toda a casta de fructas, que pode causar inveja aos de qualquer parte do mundo, com perto de cento e cincoenta leguas de campanha até o Rio Grande toda cruzada de rios, revestidos de soberbos e vistosos arvoredos, que servem de sombra às suas correntes, compostas de riquissimas e salutiferas águas, nascidas duma serra que começando do Maldonado vai cortando a campanha, correndo ao nordeste até à altura de Castilhos, a qual com riquissimos e amenos vales por meio dá generoso lugar a que se possa cruzar, e comunicar duma e outra parte. E tornando ao Rio Grande não digo è uma das mais vistosas cousas, que criou a natureza, por não parecer encarecido, ou cair na censura de ignorante; mas expondo a sua grandeza deixarei o louvor à ponderação de V. Rev^a." (1).

Fracassada, como vimos, a "diversão" pelo Rio Grande, aos castelhanos, com o desbarato e prisão do sargento-mor Domingos Fernandes de Oliveira, infligidos pelo comandante de dragões d. Esteban del Castillo, cuidou o valente Antônio Pedro que, na Colônia, resistia heroicamente, de sugerir a organização de um corpo que agisse eficientemente na campanha, e conseguisse suavizar as aperturas do cerco. Um só homem se lhe apresentava capaz de levar a bom termo a dificil empresa, "por lhe conhecer agilidade e préstimo com o muito conhecimento do país e gentio, o que não haverá em nenhum dos oficiais pagos desta guarnição". (2). Este homem era Cristovão Pereira. E assim se dirigiu Antônio Pedro ao Conde de Sarzedas, governador de S. Paulo, sob cuja jurisdição ficavam aquelas campanhas. E assim o reconhecia Gomes Freire de Andrada que, em carta ao conde das Gálveas, vice-rei do Brasil, datada de 24 de julho de 1736, dizia do sertanista: "Cristovão Pereira he homem de grande espirito e posto que paisano encontro em elle admiraveis disposições para lhe encarregar o governo da Fortaleza do Rio Grande, não só pela actividade que tem, mas pelo grande tracto e amizade que conserva com os gentios minuanes" (3).

Recebendo a sugestão de Antônio Pedro e tendo como melhor serviço que poderia prestar à defesa da Colônia a organização de um corpo

---

(1) *Noticia* — 2.ª *Pratica* — "que dá ao P. M. Diogo Soares, o capitão Cristovão Pereira". O documento não tem data, mas, deve ter sido entregue ao padre Diogo Soares em 1738, quando esteve no Rio Grande, fazendo levantamentos e "carteando" o sertão. Verifica-se, assim, tambem, que a primeira entrada de C. Pereira na campanha fci em 1727, como fica historiada.

(2) Arq. S. Paulo. *Doc. Interessantes para a história e costumes de S. Paulo*. Vol. XL.

(3) Arq. Nac. *Correspondência dos Gov. do Rio*. Vol. VI.

para operar nas campanhas do Rio Grande, o governador de São Paulo, que em 17 de janeiro de 1736, conferira ao sertanista uma patente de capitão das ordenanças de Paranaguá, comunica ao brigadeiro Silva Pais, governador do Rio, e este a Gomes Freire, em data de 27 de fevereiro do mesmo ano que "esperava chegasse das Minas Cristovão Pereira para lhe dar uma patente maior que os outros e o comando de alguns paisanos que se pudessem juntar no Rio Grande, que é o socorro que podia dar à Colônia e ordem para que nos postos de seu governo pudessem carregar farinha" (1).

Realmente, em seguida, com a patente de coronel de ordenanças e já à frente de alguns amigos e dedicados companheiros sai C. Pereira de Minas com direção ao Rio Grande, como noticia Silva Pais em carta de 13 de abril. Quando passou em São Paulo, alem de receber cartas de Silva Pais autorizando-o a comprar cavalos e fazer as despesas que fossem necessárias, entregou-lhe o conde de Sarzedas munições e fazendas na importância de 800$0 o que foi aprovado por C. R. de 19 de agosto de 1738.

Em todos os lugares em que passava conseguia o comandante aumentar a sua recruta. Trazia consigo o bando, datado de 20 de maio, do conde de Sarzedas, que oferecia vantagens a todos os que o acompanhassem, ou com suas famílias fossem povoar o Rio Grande. "Toda a pessoa q' quizer hir em defença da referida Praça tarão seus livres os saques do q' em guerra tão justa tomarem aos Inimigos, tanto de caualgaduras, boyadas, como de ouro e prata, e o mais que tudo farão seu sem controversia algua de q' conseguirão grandes. util.des. e couiniencias, e alem disso serão premiados com todas as honras que merecer o avultado da ação q' cada hum obrar, etc.". "E outrosim toda a pessoa q' quizer com sua familia ou por si pouoar o R.o Grde. de S. Po. da mesma Campa. desta pte. lhe darei as sesmarias q' pedir" etc. (2).

Acrescenta Galvão, que ainda teve a sorte de pesquisar o precioso arquivo da Laguna, hoje destruido, que naquela vila levantou o coronel grande número de pessoas, e "tanto foi assim que em 5 de novembro, viu-se obrigada (a Câmara) a pedir ao ouvidor Santos Lobato espaçamento para a factura da cadeia, obra para a qual marcara o praso de dous annos, allegando que todas as pessoas capazes de trabalhar tinham ido soccorrer a praça da Colônia, levadas por aquelle official, ficando na freguezia só alguns homens velhos *e êstes mesmos obrigados a fazer peixe e farinha* para abastecimento della" (3).

Organizando um corpo de 160 aventureiros, seguiu Cristovão Pereira para o Rio Grande, chegando ao porto segundo documento da época (3), em 27 de setembro de 1736.

"Dividiam-se em quatro companhias de que eram capitães Francisco Pinto, João de Mendonça, José de Mello, e Nuno Alvares Pereira, Te-

---

(1) Idem, idem.

(2) Arq. S. Paulo *Doc. Inter.* Vol. XXII — 105.

(3) M. N. F. Galvão — *Apont. sobre a Laguna* — cit. 45.

(4) Arq. Hist. R. G. do Sul. Entre os poucos livros da fundação do Presidio há um interessantissimo, *Datas de terras*, de que extraimos várias notas, como essa data e lugares em que acampou o Cel. Cristovão Pereira com sua gente.

nentes Francisco Manuel de Souza, Valerio de Mendonça, Manuel Tavares e Francisco Tavares, e alferes Anselmo Gonçalves, Manuel Pinto, Antonio Gonçalves, e Manuel Pinto Bandeira, os quaes reconheciam por seu superior o sobredito Christovão Pereira e seguiam as vozes do sargento-mór Francisco de Souza (e Faria)" (1).

Entrando no território riograndense, com sua pequena força, acampou no local designado Xarqueada (2), junto ao Quintão (3), à espera de que do Rio lhe chegariam armas e novos recrutas que pedira, "para

---

(1) Simão Pereira de Sá — *Hist. Top. e Bel. da Nova Col. do Sacramento*, parte inédita. Em 1900 publicou o Liceu Literário Português um códice incompleto da Biblioteca Nacional do Rio, que termina exatamente na parte em que o autor se referia à fundação do Rio Grande. Um outro códice mss. completo existia em Londres, na livraria de Magg Broters, tendo sido adquirido pelo extinto e saudoso historiador Felix Pacheco. E são desse códice inédito ainda as referências acima sobre o corpo de Cristovão Pereira e a ação que desenvolveu na defesa do Rio Grande. Quase todos os oficiais acima nomeados ficaram no Rio Grande, como seus povoadores. O sargento-mor Francisco de Souza e Faria, grande amigo do coronel, como salientamos, alem de povoar um rincão de terras com gados, foi o primeiro que fez casa na povoação; o capitão Francisco Pinto Bandeira, logo depois nomeado tenente de dragões e casando com Clara Maria de Oliveira, filha de Antônio de Souza Fernando que, com a família veio da Colônia do Sacramento, é o pai do primeiro general riograndense, Rafael Pinto Bandeira; o capitão José de Melo Tavares, em junho de 1737, povoou o rincão do Mercador, juntamente com seu irmão tenente José Tavares de Melo; o tenente Francisco Manuel de Souza e Távora, filho de João de Távora, e sobrinho de Cristovão Pereira, casou-se com outra filha de Antônio de Souza Fernando, sendo o desbravador do Rio Pardo e tronco de uma das mais ilustres famílias riograndenses; o tenente Valerio de Mendonça sentou depois praça no Regimento de Dragões, era natural de Lisboa, filho de Bartolomeu Henriques, e viera da Colônia do Sacramento onde era casado, e faleceu na vila do Rio Grande, como cabo de Dragões, em 16 de novembro de 1751; o tenente Manuel Tavares, que ainda o era de ordenanças, em 1738, requereu uns chãos na povoação do Rio Grande, nesse ano, tendo alí construido casas de moradia; provavelmente irmão do precedente como aquele da Colônia do Sacramento, o tenente Francisco Tavares casou naquela praça, em 1700, e foi um dos retirantes quando da evacuação dela, em 1705; o alferes Anselmo Gonçalves Ribeiro, natural da Laguna, era filho de Manuel Gonçalves Ribeiro, português, povoador da Laguna e de sua mulher Maria dos Passos Duarte, e cunhado do capitão-mor João Rodrigues Prates, e foi casado com Josefa Rodrigues de Jesus, que faleceu na Laguna em 1819, deixando larga descendência tanto naquela vila como no Rio Grande do Sul, onde tinha sesmarias e gados; o alferes Antônio Gonçalves Chaves, depois capitão de ordenanças e guarda-mor, foi um dos povoadores do Rio Grande, tendo requerido sesmarias de campo em que tinha suas fazendas de gado, na borda da Mirim, o alferes Manuel Pinto Bandeira, irmão do capitão Francisco Pinto Bandeira, e como este natural da Laguna e filhos de José Pinto Bandeira, fundador dessa vila, teve suas fazendas de criação no Rio Grande do Sul, deixando, tambem, larga descendência. De João de Mendonça e Nuno Alvares (*) não encontramos referência alguma em nossas notas relativas aos fundadores do Rio Grande; Manuel Pinto, deve ser o colonista Manuel Pinto Santiago, povoador da Colônia, que depois, no posto de capitão, encontramos no Rio Grande como tronco de uma das grandes famílias colonizadoras do Viamão. (*) (Geneal. *Arq. Nac. Public. XXXIX*) Nuno Alvares Pereira do Amorim que deve ser parente da mulher de Cristovão Pereira, segundo o livro de Expedição, era, em dezembro de 1737, capitão de uma companhia no Presidio.

(2) O próprio designativo do local — *Xarqueadas* — anterior à entrada de Silva Pais, vem desfazer a lenda veiculada pelos nossos historiadores, de que foi um cearense o fundador da primeira xarqueada, nos princípios do século XIX, quando em princípios de 1700 Laguna já exportava xarque fabricado no Rio Grande.

(3) Deve seu nome a João da Costa Quintão, que foi almoxarife da Colônia e teve aí uma estância de criação de gados.

multiplicar as tropas veteranas e alevantar outras de novo para auxiliar a surpresa de Montevidéo, comprou alguns cavallos mais domesticos e promptificando mil e quinhentos, achou numero sufficiente para talar a campanha, resistir às forças contrárias e atacar o mesmo Presídio; porem nas maiores esperanças e quando se fazia mais precisa a gente, que havia pedido para augmento de seus esquadrões, veiu achar-se com os companheiros que sustentava, com a lembrança da hora, com incertesa do prêmio" (1).

Mas, os auxílios não chegaram e o coronel teve de se valer de seu reduzido corpo para agir contra os tapes que, sob as ordens dos padres da Companhia talavam os campos do Rio Grande, afugentando os gados e cortando as comunicações com a Colônia sitiada pelas forças castelhanas. O próprio Cristovão Pereira, em carta a Gomes Freire, historia esses acontecimentos. Documento inédito de alto valor aqui reproduzimos:

"Oficio de Christovão Pereira a Gomes Freire de Andrada, 1737.

"Tenho dado conta a V. Ex. do estado da diligencia de que estou encarregado e sem embargo do pouco que fio dos capitães mores ou mestres de campo das Villas a quem forão encarregadas, como forão repetidas, entendo chegaria alguma as mãos de V. Ex. Na ultima dizia a V. Ex. que com a chegada dos proprios que mandei a Colonia me rezolvi a mandar dar nas Tropas dos Padres da Companhia, que andavão no campo para me refazer de cavallos e gado e carregar de carnes huma lanxa que aqui se achava e mandala ao Brigadeiro, dando-lhe conta do Estabelecimento e forças com que me achava por escripto e para que verbalmente o fizesse melhor mandei nella hum sobrinho meu e duas pessoas praticas na Campanha para que com maior brevidade me trouxessem por terra a resposta, que fiquei esperando em hum rincão da parte do Sul, com a melhor providencia que era possivel, no caso que o inimigo me buscasse e huma guarda de 12 homens avançada adonde chamão Chuy adonde todos os dias sahem espias emthé Castilhos. Passados 15 dias da sahida da lanxa me rezolvi a hir 2 mais para diante assim por falta de pastos e agoadas como por me avizinhar mais, e passado hum mez, vendo não chegavão os proprios passei a guarda a despachar outros que me prometterão de entrar na Colonia dentro de 4 ou 5 dias.

No gado que se tomou ao inimigo se acharão menos 400 cabeças, ou por engano na conta ou por perdido e como delle se fez a carga da lanxa e como a gente, me pareceo mandar 30 pessoas ao Campo colher mais algum emquanto voltavão os proprios em cuja diligencia gastarão 21 dias e se recolherão com 1260 vacas somente, assim por terem hum susto em que perderão 500, como por faltas de cavalgaduras, porque por não aniquilar a cavalhada levarão a maior parte egoas. No mesmo dia em que chegarão entrou tambem neste porto huma lanxa ou sumaca com carta de José da Silva Pais que logo se me remetteo, em que me diz que as cousas da Colonia e Monte vidio com a chegada das naus de Espanha tinhão tomado differente côr do que tinhamos premeditado em Santa Catharina, encarregando-me a carga da dita sumaca com toda a brevidade, e a de outra que partiria logo e cuidasse muito em refazer-me de

(1) Simão Pereira de Sá — *Hist. Top. e Bel. da Nova Col. do Sacram.* Parte inédita cit.

gados e cavalhadas e conservar-me em parte segura athé o dito chegar ou ordem sua, para que com o dezengano de que os socorros do mar não conduzião o fim que dezejamos sem os da terra. Nestes termos pela pouca confiança que faço da gente que aqui se acha, tomei por melhor acordo retirar-me outra vez ao passo deste Rio e fortificar-me no porto da parte do Sul, com trincheira e 4 pessas cavalgadas por segurar o posto que hé o unico para passar animaes e por a cavalhada e gado da parte do Norte, deixando só ficar o que baste para a carga desta sumaca a que hoje se dá principio para se continuar com a brevidade que for possivel e tãobem alguns cavallos para a guarda que sempre conservo e para mandar colher mais gado, depois de despachada a sumaca.

Tãobem tomei a rezolução de despachar gente às estancias com ordem para reconduzir assim a que se me ocultou, como todos os cavallos mansos que se acharem e tomar por lista os potros que estiverem capazes de amansar e seos donos obrigados a dar conta delles quando se lhe pedirem.

Como a ociosidade hé baze de novidades tem havido algumas nesta gente principalmente quando virão a tardança dos avizos da Colonia, que assim por estarem serenados com a chegada da sumaca como por não ser enfadonho deixo em silencio o que só me não permitte a dezerção de alguns e o dezembaraço com que andão passeando na prezença do mestre de campo da Laguna e fallando descomedidamente contra as ordens do Conde e contra mim sem mais culpa que ser executor dellas, de que tãobem conta ao dito e ao Governador de Santos para que na sua ausencia faça executar as suas ordens e castigar aos que o merecerem e vivem sem conhecimento de Deus, nem d'El Rey.

Tãobem fico na diligencia de mandar fundar a Barra, e o Canal do meio que ainda se não vio, e fazer hum mapa della e do Rio athé o passo donde me estou fortificando, que mandarei a V. Ex. brevemente.

Como aqui não ha farinha, nem pão, nem outro genero de legume mais que a carne se estraie muita o que podia suprir a muita abundancia de peixe que ha neste Rio se houvesse meios de o pescar pelo que mando a Laguna comprar huma rêde mas sempre se faz precizo alguma providencia de forma principalmente quando chegar a gente, porque o peixe não soffre tanto a falta della como a carne.

Se a V. Ex. lhe parecer pode mandar ordem a qualquer das Villas para que se conduza aqui alguma embarcação, o que se pode conseguir tomando pratico na Ilha de Santa Catharina.

A Martinho de Mendonça não escrevo o que farei depois e no entanto peço a V. Ex. se digne de fazer-lhe prezente o que tenho obrado com a copia desta.

Deus Guarde a pessoa de V. Ex., como todos os seos creados dejamos. Rio Grande de São Pedro. A esta hora chegão os ultimos proprios que mandei a Colonia, que não entrarão por serem sentidos das sentinellas e rondas e se virão obrigados a tirar os freios aos cavallos e largal-os com os lombilhos, para poderem escapar a pé por entre massegas donde estiverão hum dia e dizem virão chegar ao Arrayal hum corpo de cousa de 50 homens e pegar-se em armas e tocar caixa, como se

fosse cabo mayor que vinhão da parte de Montevidéo. Ainda a pé sempre se refizerão de cavallos e trouxerão 50" (1).

Refere-se Cristovão Pereira às hostilidades que promovera contra os tapes. Um desses encontros é relatado por Simão Pereira de Sá:

"717 — Os Tapes mais escandalizados que temerosos entrarão por vingança a afungentar e debandar o gado vaccum, que cobria a fertelissima campanha, mas por êste insulto consultando Christovão Pereira com o valor o castigo, mandou justiçar a barbara acção por 16 alentados companheiros, os quaes achando preoccupados os indios no denunciado trabalho, começarão de perto a intimal-os com as armas, e com tanta fortuna que cabendo mais de cem Tapes a cada portuguez, largarão de mão a tarefa e desampararão o campo; imaginando que à sombra daquelles poucos soldados havia outros de escolta para os passaram, à espada, porem cahindo depois no engano a que precipitadamente os levava a temida phantasia, tornarão a procurar o lugar para nos fazer na resistencia, mais decorosa victoria: reputando o valor por injuria o retirar-se da multidão, aceitando o desafio e se prometterão huns aos outros morrer antes que fugir.

718 — Abalizarão meia legua de terra a seu costume barbaro para a escaramuça, e com todas as vantagens, brandindo as lanças, entrarão na peleja, que não foi refutada dos nossos, por não perderem fugindo, o que havião ganho pelejando. Depois de durar largas horas a batalha, perderão o terreno e, feridos das nossas espadas, conhecerão o perigo e se retirarão com tanto medo e confusão que nos deixarão com os mortos hum importante despojo de cavallos, gado e bestas muares, o que tudo foi conduzido com muitos prisioneiros ao alojamento do coronel, o qual honrou o valor com boas palavras e estimou a victoria por nos custar o excesso, e desigualdade, só sete feridos e nenhum morto.

719 — Não quiz o coronel seguir a linsongeira fortuna con estes tropheus, temendo que, como varia e inconstante, virasse o rosto a tantas felicidades, offuscando as adquiridas glorias entre as surprezas e poderosas armas do inimigo. Quando experimentava os sucessos mais prosperos acautelou-se para os desgraçados, porque sustentando-se a mesma fortuna na paz e guerra, sobre globos de vidro, ao mesmo passo que felicita, desapparece; negando-se sem fixar o pé em lugar algum, considerou-se por esta causa pouca gente para offender e sustentar a honra, e bastante para se conservar onde os barbaros receassem chegar com as forças. Com os alentados paisanos se intrincheirou no porto do Rio Grande de São Pedro, tres leguas distantes da barra, mantendo para maior respeito da debil fortificação quatro peças de artilharia de pequeno calibre.

(1) Esta carta de Cristovão Pereira a Gomes Freire, que é a única encontrada, foi exumada da B. N. pelo pesquisador emérito general Rego Monteiro, a quem devemos cópia. Tem ela somente indicação do ano, mas, pelos sucessos que narra e referências a Silva Pais, pode-se assegurar que é de fins de janeiro de 1737. Antônio Pedro em carta de 19-1-37 refere-se a esse sucesso: "Esta madrugada apanharão 7 bons cavallos no Passo do Rosario, arreados por 2 homens que fugirão da partida que deo sobre elles, porém não se pôde averiguar se era gente nossa, que julgo traria noticia ou aviso de Christovão Pereira". B. N. *Anais* XLVI, 287.

720 — Para maior segurança das vidas avançou duas guardas nos suspeitos e estreitos passos, por onde os espanhóes e barbaros podião facilmente accomettel-o, e disputar o esquecido dominio da nossa indissoluvel geographia. Assentou numa distancia de duas leguas e outra de 60; aquella no logar do Arroio com hum Tenente e dez soldados e esta em São Miguel, com hum capitão e quarenta homens. Com esta singular e militar disposição logrou respeitosa immunidade sem jâmais o inimigo atrever-se a disbaratarem fôrças pequenas, espiritos tamanhos. Merecia com a fortaleza do braço o socego da paz, a tempo que mais brandos os accidentes da campanha, podia o soberbo castelhano virar as armas contra quem havia descoberto e adjudicado hum Imperio à Corôa Portugueza, franqueando juntamente a mais admiravel porta para futuras felicidades e subsistencia da Nova Colonia do Sacramento" (1)

Estava Cristovão Pereira sediado na parte sul do canal do Rio Grande, como detalharemos oportunamente, quando o brigadeiro José da Silva Pais entrou à barra, em 19 de fevereiro, lançando, naquele local, os fundamentos do Presídio.

Facilitando o êxito da missão de Silva Pais, tornara-se o coronel um benemérito soldado. Gomes Freire, em carta de 28 de abril, a Silva Pais, reconhece esses serviços: "Foi grande felicidade encontrar V. S. sem opposição o estabelecimento da parte do sul, e sempre o trabalho e zelo de Christovão Pereira é muito apreciavel e a sua conservação de essa parte, maiormente quando os homens que o acompanharão estavão tão arrumados, ainda que se lhes pague pelo justo preço o que elle despendeu, e disso tirasse alguma conveniencia por ter trazido generos que vender aos paisanos, sempre he digno da Real attenção de S. Magestade" (2).

E a Cristovão Pereira escrevia em 21 de março de 1737 o futuro conde de Bobadela: "Snr. Meu. Querendo dizer a V. M. mais do que agora posso me falta o tempo para a quantidade de materias que aqui occorrem; assim muito breve direi a V. M^{ce}. a grande satisfação que eu tenho do bom serviço que V. M. tem feito a S. M. o que eu puz na sua Real Presença e creio hade attender ao requerimento de V. M. recommendando a fidelidade e o zelo com que o serve". Inúmeras outras referências atestam o reconhecimento de Gomes Freire e Silva Pais aos serviços de Cristóvão Pereira.

E êles não param aí com a fundação do Presídio. Mais quinze anos que lhe restam de vida serão consagrados ao Rio Grande do Sul. Estabelecido o Presídio, sempre à frente de seus veteranos, ou mesmo só, Cristóvão Pereira penetra nas Pampas, ora arrebanhando gados, ora tangendo tropas, ora entretendo guerrilhas com os tapes, ora vivendo a trocar com os minuanos, seus leais e devotados amigos, o "amargo" da amizade. Acompanhado pelo cabo Manuel Saraiva e por Francisco de Barbuda Maldonado, que faleceu no Rio Grande, levanta um mapa de recôncavo do Rio. Com Silva Pais vai estabelecer a fortaleza de S. Miguel, além da Guarda do Chuí. Costêia a Lagôa Mirim, de que faz reco-

---

(1) S. P. de Sá. *Hist. Topog. e Bel.*, parte inédita, cit.

(2) *Corresp. dos Gov.* Arqu. Nac. Livro VI-1737.

nhecimentos e descobre magnífica cal de mariscos, nos sambaquís da costa. Multiplica-se em atividades. Escreve a Silva Pais, que ja regressara ao Rio, dando exata notícia dos espanhóis; que trouxera de uma excursão feita a Montevidéo. Remedêia o pôsto de Taim, tornando-o defensável o passo dêsse arrôio.

Em 16 de março de 38 escreve-lhe Silva Pais: "Agora é preciso passar para a parte do Norte todos os gados da Pampa e V. M. pode passar todas quantas vaccas quizer para sua estancia, pagando os quintos de S. Mag. e aproveitarmo-nos dessa grande vantagem em que deixei esse terreno". Em junho dêsse ano Cristóvão Pereira faz uma viagem de amizade e de negócio aos minuanos, com que faz transações de avultadas tropas de cavalos, muares, e bovinos. A Silva Pais, que lhe escreve em 9 de julho, "dava-lhe cuidado a demora, e é com prazer que sabe da amizade daquelles barbaros que chegão a convir que se lhe batizem os filhos. Essa amizade convem tambem muito ao commercio de eguas e gados." Queria Cristovão Pereira passar às Minas com uma tropa de cavalos, mas Gomes Freire informa a Silva Pais não ser conveniente, pela falta que há de animais para o Regimento de Dragões.

Tendo o comissário da Expedição se excusado do serviço, em 15 de setembro de 1738 é Cristovão Pereira designado para exercer esse cargo. Pouco, porem, nele se demora, para atender outros encargos.

Povoara suas duas estâncias de grandes quantidades de gado que, regularmente, fazia subir para as feiras de Sorocaba e para as Minas. A primeira dessas fazendas estava localizada entre os rios Tainhas e Camizas, no rio das Antas. Essa fazenda tinha o designativo de Menino Diabo. A outra ficava no rincão que depois tomou o seu nome, no hoje município de Osório.

Quando da demarcação de limites da América Meridional, de que foi comissário o general Gomes Freire, apelou este para o seu velho amigo e leal servidor coronel Cristovão Pereira. Desenvolvendo larga atividade organizou o sertanista um corpo de 200 homens, quase todos paulistas, que se foi postar nas alturas do Rio Pardo, depois de ter percorrido largo trecho da linha a demarcar, até a Colônia do Sacramento, em 1752. Até 1754 grandes foram os serviços prestados pelo velho desbravador à Demarcação de Limites.

No ano seguinte recolheu-se ao Rio Grande. Estava velho, cansado de tanto esforço heróico, devendo orçar pelos seus 75 anos de idade. E ali na "Cidade" que fundara, cercado de todo o conforto espiritual, entregou a alma ao Criador, a 22 de novembro de 1755. Seu assento de óbito que nos foi dado encontrar no bispado de Pelotas, nas pesquisas que alí realizamos, diz o seguinte:

"Aos vinte e dois dias do mez de novembro do anno mil setecentos e cincoenta e cinco faleceo da vida presente com todos os Sacramentos Christóvão Pereyra de Abreo natural da Villa de Ponte de Lima e casado que foy com Dona Clara de Amorim da qual ficou viuvo. Fez seu Testamento e deixou por testamenteiros a Manuel Lobo dos Santos a Manuel de Araujo Gomes e ao coronel Francisco Antonio Cardoso de Menezes e Souza. Sepultou-se na Capella de N. S. da Lapa desta Freguezia do Rio Grande de São Pedro se lhe fez por sua alma os suffragios

costumandos e hum officio de Corpo presente. Por ser verdade de tudo fiz este assento. O Vigr.º *Manuel Franc.º da Silva*" (1).

Como recompensa de seus grandes serviços recebera mercê de D. João V "da metade dos direitos que pagam os gados e cavalgaduras que entram na capitania de São Paulo, pelo Registro de Coritiba, por tempo de doze annos, que seriam cobrados pela Provedoria de Santos, tributo de Christovão Pereira receberia trimestralmente" (2). E não obstante isso morreu pobre crivado de dívidas, e quase ignorado pelo Rio Grande, "Imperio" que adjudicara "à Coroa Portuguesa".

2 — *Missão do Brigadeiro Silva Pais.*

Era o brigadeiro José da Silva Pais homem de qualidades excepcionais, "bom commandante de notoria capacidade, sciencia e experiencia" (3), sendo um dos oficiais mais ilustres de seu tempo. Tendo sido designado para governar Minas Gerais, temporariamente, o general Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, foi Silva Pais, por Carta Régia de 14 de janeiro de 1735, incumbido de substituí-lo em seu impedimento. Assumiu o governo da capitania em 12 de março deste mesmo ano (4).

Em momento de extrema responsabilidade coube-lhe a gestão dos negócios da capitania. Superintendia o governo do Rio de Janeiro os assuntos da Colônia do Sacramento que, não obstante ter direção governamental própria, prestava obediência à daquela capitania. Com o rompimento das relações entre Portugal e Espanha, sentiria a Colônia, como sempre, o reflexo das dissenções peninsulares. E nesse ano repetir-se-ia, como soía acontecer, a tragédia sangrenta de um novo assédio posto àquela praça pelo governador castelhano de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo.

Em fins do ano de 1735, no intuito de socorrer a Colônia que se via em sérias aperturas, apesar do valor incontrastavel e da heróica resistência de seu governador Antônio Pedro de Vasconcelos, que multiplicava atividades defensivas, organizou Silva Pais o primeiro socorro àquela praça, lutando com dificuldades de toda ordem pela carência absoluta de meios. E ao mesmo tempo, com notavel previsão dos acontecimentos, compreendendo a eficiência da defesa, pelas pampas do Rio Grande, determinava as providências já historiadas, que teriam por complemento necessário a fundação de um núcleo de povoamento no litoral riograndense.

Repercutiram logo, na Corte portuguesa, os acontecimentos que se desenrolavam no Prata. Compreendendo a gravidade da situação, e a perda fatal da Colônia e territórios circunvizinhos, resolveu o governo de Portugal organizar eficiente socorro, determinando partisse sem demora uma esquadra, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Luiz de Abreu

(1) L.º 1.º de Óbitos-Jesus-Maria-José, (1738-1763). Fls. 69.

(2) Gen. Borges Fortes. *Crist. Per.* cit. 30.

(3) Arq. Nac. *Public.* Vol. VII, 138.

(4) Idem, 57.

Prego, conduzindo gente de desembarque que deveria obedecer ao mando do brigadeiro José da Silva Pais, tendo por imediato ao mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho.

Tinha a expedição, por movel principal, atacar Montevidéu, mas, "ainda que se não faz criuel q' o Governo Espanhol reconhecendo a justiça e má fé com que deo principio as hostelidades, as procure suspender, comtudo como he precizo prevenir todos os casos vos advirto, que se no tempo em que chegardes ao Rio de Janeiro constar que com efeito tem os Espanhoes suspendido as ditas hostelidades, restituhido os navios que reprezarão, e reparado inteiramente qualquer outro damno, que hajão causado aos meus vassalos, se não deve intentar couza algua contra elles, mas só tratar-se da expedição do Rio grande de São Pedro pelas rezõens q' ficão ponderadas" (1).

Resolvia-se, finalmente, condicionando-se às circunstâncias do momento, e ao critério de Silva Pais, a execução de uma fundação no Rio de São Pedro, afim de sustar o avanço castelhano e erigir alí um posto permanente de defesa daquelas vastas campanhas que começavam a ser povoadas de estâncias portuguesas.

A C. R. citada dava providências no caso dessa realização: "Da mesma forma nomeareis outro Official para ficar por Governador do Rio Grande de São Pedro, no cazo q' se execute o projecto desta noua Colonia, e da Fortaleza à qual deveis mandar levantar da parte do sul no sitio que se julgar mais vantajoso, e por ella mandareis a Artelharia, armas, barracas e mais moniçoens e petrechos necessarios, algum dinheiro miudo para pagamento dos Officiaes, que trabalharem na Obra, hum Engenheiro para assistir a ella, e dous Religiosos Barbadinhos dos que se achão no Rio de Janeiro, e na falta destes quaesquer outros sacerdotes de vida exemplar, q' possão celebrar Missa, e administrar os Sacramentos aos nouos Pouoadores, aos quaes mandareis tambem prover de instromentos q' se vos remetem para cortar e laurar madeiras, mover terra, mantar gado, e cultivar os Campos, como tambem das sementes necessarias, pa. a dita cultura, e de viveres, e tudo mais que se julgar precizo, para o estabelecimento de huma nova Colonia, segundo as informaçọ̃es q' facilmente podereis adquirir de pessoas praticas" (2).

Seguiu o socorro da Colônia, sob o comando de Silva Pais que ia a bordo da nau capitânea, N. S. da Vitória e em 5 de janeiro de 1737, reunido um conselho de guerra, ficou resolvido não fosse levado a efeito o projetado ataque a Montevidéu, pela incerteza de êxito, não só pelas condições climatéricas impróprias, como pelo fortalecimento do inimigo. E assim, resolveu Silva Pais fazer um desembarque em Maldonado, afim de fortificar aquele posto, e, deixando alí o mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho, "passar ao Rio Grande, diz, com a gente que me restar, pois chegou já a da Bahia, e ver se posso montar 300 homens, com mais 100 de pé, fazendo corpo sufficiente, tentar que vão a esta praça (Colônia) com cavalhada, donde se lhe pode unir mais gente, ou arrimar-se a Maldonado e ali fazerem as suas entradas, a ver se por qualquer destas partes se pode meter hum lote de gado que nos faça commodidade ou

(1) Idem, 144.
(2) Idem, 139.

ao menos diversão" (2). E pedia, na mesma carta de 15 de janeiro a Antônio Pedro, que fizesse embarcar na galera *Bonita*, alguns carros para a condução de munições, do que teria necessidade, nas campanhas do Rio Grande.,

Na execução desse projeto demandou à barra do Rio de São Pedro, onde chegou dias depois.

Compunha-se a expedição da galera capitânea *Leão Dourado*, por invocação N. S. de Nazareth, de que era mestre o capitão Pedro de Siqueira Abreu, que trouxe o brigadeiro, oficiais e alguns soldados, e que chegou à barra a 10 de fevereiro, ficando ali ancorada nove dias; galera *Bonita*, por invocação N. S. das Mercês sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Antônio Carvalho da Silva, trazendo oficiais e soldados, e que ficou ancorada fora da barra 36 dias; bergantim *Bella Cadela*, por invocação N. S. da Piedade, do mestre Antônio Ferreira de Carvalho, que trouxe soldados, petrechos de guerra e ficou ancorada, até entrar à barra, 12 dias; e a balandra del-rei, por invocação *N. S. da Conceição*, do mestre João Rodrigues do Nascimento.

Vieram nessas embarcações: Brigadeiro José da Silva Pais, comandante geral das tropas e chefe da expedição; comissário de mostras Antônio de Noronha da Camara; tesoureiro da Fazenda Real, Pedro Jacques da Silva; ajudante tenente Manuel dos Santos e Parreiras; capitão João de Almeida e Souza, do Rio de Janeiro; capitão Manuel do Vale Pereira, da Baía; ajudante Pedro de Matos, da infantaria do Rio de Janeiro; alferes João Baptista Ferreira, do Rio de Janeiro; alferes Domingos Borges de Barros, da Baía; alferes Antônio de Morais, da Baía. Faziam parte da tropa dois sargentos de número do Rio de Janeiro, e um da Baía; dois sargentos supra e um da Baía; 90 soldados de infantaria do Rio de Janeiro, 56 soldados de infantaria da Baía, 37 soldados dragões, 1 soldado de Pernambuco, 1 soldado da Armada, 1 condestavel de artilharia do Rio de Janeiro, 16 soldados artilheiros, 21 artilheiros da Baía, 8 tambores, 3 pagens, 2 embandeiradores. Ficaram ainda mais 5 marinheiros, e escravos de oficiais e soldados, num total de 260 pessoas (2).

Esse número é logo acrescido com a entrada de outras embarcações que, desgarradas da esquadra, só mais tarde entram à barra do Rio Grande. São elas: a sumaca *N. S. da Conceição*, de que era mestre José

---

(1) B. N. *Anais*, XLVI, 285-286.

(2) *Arq. Hist. R. G. do Sul — Livro de Mostras da Expedição*. Simão P. de Sá na Parte cit. da Hist. Top. diz que Silva Pais chegou ao Rio Grande com 420 homens, entre oficiais e soldados; o visconde de São Leopoldo, que aliás faz referências ao *Livro de Mostras*, que consultou, diz que o brigadeiro "pojou na praia ao Sul della em o dia 19 de fevereiro de 1737, com uma companhia de dragões de Minas Gerais, e alguma infantaria, que ao todo montavão a duzentos homens, além de povoadores". — *Anais da Prov. de S. Pedro*. 2.° ed. 43. É do próprio *Livro de Mostras* a relação acima que nos dá 260 pessoas, alem de alguns escravos e mais algumas pessoas." Nessa ocasião, como se dirá mais detalhadamente, não veio povoador algum o que só se dá com outras embarcações que entram depois à barra. Há, no mesmo Livro, como assinala S. Leopoldo, uma certidão de Silva Pais de ter desembarcado a 10 de fevereiro. É a data, como vimos, em que o *Leão Dourado*, capitânia da Expedição, chegou à barra, ficando aí ancorado nove dias, isto é, até 19 de fevereiro em que poude entrar, desembarcando o comandante.

da Costa, com diversos petrechos de guerra, que entrou a 27 de fevereiro, tendo-se desgarrado da esquadra; no mesmo dia entrou tambem a balandra del-Rei, por invocação *N. S. da Conceição,* de que era mestre João Rodrigues do Nascimento, que viera na conserva do brigadeiro Pais e que, partindo do Rio com a esquadra, fora a Colônia e tornou ao Rio Grande. Em 9 de abril entram as últimas embarcações componentes da esquadra: corveta del-rei, por invocação *São Francisco Xavier* e *Sant' Ana,* do mestre Manuel Gonçalves Ramos, que acompanhou a esquadra à Colônia e voltando desgarrou da barra a 19 de fevereiro, indo até Santa Catarina. Trazia alguma infantaria. No mesmo dia, chegou o iate del-rei, *Assunção de N. Senhora, Santo Antônio* e *Almas* e *N. S. da Abadia,* do comando do capitão Antônio Teles de Bittencourt, trazendo infantaria e víveres. Não consta, porem, que fizesse parte da esquadra.

Devemos ao precioso Simão Pereira de Sá, na parte inédita citada, detalhes muito interessantes da fundação do Presídio. Copiemo-los na íntegra:

"722 — Averiguada finalmente a penosa e desconhecida barra, que pelos grandes parceis de areias tem tres differentes entradas, huma ao sul e outras ao norte e suéste, derão fundo neste por mais capaz, e segura, mandando o brigadeiro que o ajudante Pedro de Matos saltasse na costa com a gente de sua embarcação e marchasse por terra, buscando na distancia de tres leguas o alojamento do coronel. Com alguns officiaes embarcou no escaler da Náu e passou o banco com notavel risco, chegando perto da noite à estacada, onde foi recebido com a descarga de tres peças de campanha e trinta e seis armas, que unicamente existiam com Cristovão Pereira naquelle sitio.

723 — Bastou o resto da noite para descançar, e se informar das operações que havia feito o coronel na defença do dominio; e sem admittir mais treguas ao descanço, montou no dia seguinte a cavallo, examinou o circuito de tres leguas os estreitos passos da Mangueira e do arroio; achando entre os mares só 270 braças de terra para communicação do amplissimo territorio. Rompendo toda a comitiva os trabalhos e silvados caminhos para conhecimento do paiz, admiraram nelle o simples encanto e toda a variedade de caças silvestre e volatil, que nunca perseguida e acossada dos destros e importunos caçadores, parece que amavão o racional pelo instincto, sem fugirem de outro genero mais nobre que a sua especie.

724 — Approvadas todas as disposições de Christovão Pereira, como se das armas fosse antigo professor, mandou o Brigadeiro reforçar com mais gente os mesmos passos, pondo em outros que estabeleceu de novo avantajadas guardas, ordenando juntamente aos paisanos que com fouces e outros instrumentos de cultivar alimpassem da erva e mattos os terrenos assinalados para as delineadas fortificações, as quaes todas postas nas margens de crystalino ribeiro, para commodidade dos homens, guarneceu huma com trinta infantes e outra com vinte, intrincheirando os cavallinhos de frisa, emquanto se não levantavão os parapeitos de faxina.

725 — Com esta precisa segurança entrou com maior actividade a fortificar o posto com o titulo de Jesus-Maria-José; fabricou uma forta-

leza regular com fossos, pontes levadiças, e quarteis, para a gente paga de sua guarnição; nelles se aquartelou toda a soldadesca sem detrimento nos commodos. Levantou na Mangueira um reducto e outros mais no sitio do Arroio e Taim, dando ao mesmo tempo principio à importante fortificação do Estreito, meia legua distante do Porto, para residencia das Tropas e governador do Presidio. E todos estes fortes montou sufficiente artilharia com destacamentos competentes a defender e conservar o que já fazia temor aos indios e ciumes aos castelhanos.

726 — Para mostrar que era tão soldado como catholico, sem embaraçarem as operações militares os exercicios divinos, erigiu para os actos da christandade templo dedicado à Senhora Sant'Anna, ministrando nelle os sacramentos, por ordem real, os padres capuchinhos missionarios, frei Francisco de Prussa e frei Anselmo do Monte Vecterano, os quaes lançarão a primeira pedra a este edificio e exerceram as obrigações parochiaes emquanto o exmo. Bispo do Rio de Janeiro, D. frei Antonio de Guadelupe não deu pastor a estas novas ovelhas, que se estabeleciam e criavão em terras de sua jurisdição episcopal, mas constando que careciam já de cura proprio, posto que summamente contente o povo da caridade e zelo dos religiosos, fez eleição no padre José Carlos da Silva, que aceitou o emprego, estimou o beneficio.

727 — Não foi menos util para guia dos navegantes levantar nos pontaes da barra dois madeiros de extrema ordinaria grandesa com cataventos nos remates para conhecimento dos rumos e facilitar com estas balizas o perigoso e quotidiano ingresso das embarcações ligeiras, evitando-se por este modo o naufragio e precipicio que ameaçavão os grandes parceis, os quaes antes de singulares metas intimidavão ainda mais os praticos pilotos daquella costa. Com esta advertencia hoje tanto parece aos discretos como aos ignorantes maritimos, que fora sonho aquelle risco, que tantas vezes fez naufragar a uns e recear a todos."

Largos meses ficou o Presídio sem comunicações marítimas, escassamente recebendo da Laguna, por terra, minguado auxílio. Havia já falta de coisas essenciais à subsistência. Acabando-se a farinha de guerra via-se a tropa na iminência de dias de fome, porque a carne só, a que ainda se não acostumaram, causava doenças em grande parte do pessoal. Mesmo, assim, apesar do mal que ocasionava, o churrasco riograndense, imposto pelas circunstâncias e introduzido pelos tropeiros de gado e antigos aventureiros da campanha, ia ganhando os foros que o tornaram o prato regional. Já havia desespero quando, no dia 1 de novembro surge na barra do Rio Grande a sumaca del-rei Santo Antônio e Almas, que trazia víveres, petrechos de guerra e alguns casais.

Uma carta que, em junho, Silva Pais dirigira a Gomes Freire dá uma idéia precisa das aperturas em que se teria visto aquela gente:

"Rendo a V. Exa. as graças pelas remessas que me dis faz de tudo que lhe pedi para a subsistencia desses pobres soldados, que estão todos miseraveis de roupas, e a não os ter eu remediado com algumas baetas, andariam nús porque as repetidas passagens, mudanças e precipitados desembarques que tem tido, fez com que fossem roubados muitos uns dos outros, e os marinheiros nestas aguas envoltas fizeram o que costumam; eu os tenho modificado fazendo-lhes promptos os seus paga-

mentos, e o que ganham no serviço da fortificação ganhavam nessa praça, por menos, pois lhes não dou mais que um tostão por dia de trabalho vou os animando a que brevemente teremos farinha, que é pelo que suspiram" (1).

A Santo Antônio e Almas sucedem-se, até dezembro, outras embarcações, segundo o *Livro de Mostra*. Em 2 de novembro entra a barra a sumaca *N. Senhora da Conceição*, do mestre Manuel Pestana dos Santos, com petrechos de guerra e soldados, vindos de Santa Catarina; em 28, o barco latino *d'El-rei* (2) *N. S. do Bom Sucesso*, do mestre Romualdo dos Santos, com petrechos de guerra e casais, vindo do Rio de Janeiro; em 29, a sumaca *S. Antônio e Almas*, do mestre João Batista Grau, com alguns soldados de infantaria e víveres de Santa Catarina. Em dezembro, 24, entra o bergantim *N. S. de Nazareth*, do mestre Antônio Pereira da Silva, vindo do Rio, com alguns negócios de particulares (3), petrechos e víveres, e a 30 a balandra del-rei *N. S. do Rosário, S. Antônio e Almas*, do mestre João Rodrigues do Nascimento, trazendo tambem víveres.

Vinham, como vimos, os primeiros casais povoadores. Muito se interessara por isto o previdente Silva Pais. Em carta a Gomes Freire rogava que fossem remetidos alguns para povoarem a terra, pois, eram, dizia, "as mais fortes raizes para a sua conservação e ainda para delles se tirarem recrutas para o Regimento de Dragões." Gomes Freire atendera à justa solicitação, conseguindo no Rio e nas aldeias de São Gonçalo e outras próximas vários casais que quisessem povoar o nascente estabelecimento que, em 1738, já chamavam "a Cidade".

Confiantes na força que constitue o Presidio (4), começam os povoadores a se estender pelos rincões da terra, com suas estâncias de gado, ao mesmo tempo que se vai erguendo, com suas casas em volta da capela ereta, a incipiente povoação. O brigadeiro concede vários chãos para a construção de casas e, em 1738, avultados eram já os "casais de número", alí estabelecidos. O primeiro templo para as necessidades espirituais dos povoadores foi construido no Porto, com a invocação de Jesus-Maria-José e outro no Estreito, dedicado a Senhora Santana, de especial devoção do fundador. Atendem-no os padres capuchinhos (barbadinhos) freis Francisco da Prussia e Anselmo do Monte Veterano que chegaram no dia 6 de abril. Funda-se mais tarde a de N. S. da Lapa. Mas, os frades barbônios, ainda em 37, começam a "promover desor-

(1) Arq. Nac. *Corresp. dos Governadores*. L.° VII.

(2) Esse "barco latino del-Rei", destacado, depois, para fazer sondagens na Lagoa Mirim, pelo próprio Silva Pais, encalhou em um dos bancos de areia que formam alí, aos 32° 45 lat. S. e 9° 56' 29" Long. O. o pontal tambem conhecido por Fanfa. Muitos anos ficou alí encalhado o Latino, provindo desse fato a denominação local que tem.

(3) Em 1738 existiam os seguintes negociantes no Presidio: Antônio Vieira de Mendonça, vindo do Rio de Janeiro; José Ribeiro Gomes, Manuel Jorge, Jeronimo Ferreira, Manuel da Silva Thomé, Domingos Pereira, José Pinheiro Soares, Paulino da Costa, Manuel Francisco Dias, José de Freitas Guimarães Lourenço Antônio e Bernardo Furtado de Vasconcelos.

(4) Segundo a acepção da época. Presidio não era um lugar de prisão, desterro, etc. Morais Silva, em seu Dicionário informa: "Gente de guarnição de uma praça", "socorro, auxilio, etc.", "o que serve de guarda, apoio e de conservar".

dens" não atendendo devidamente aos seus fregueses, pedindo Silva Pais que sejam retirados, e mandado para o estabelecimento um padre secular. É escolhido o padre José Carlos da Silva que, em 8 de janeiro de 1738, pede guizamentos e passagens para si e para os escravos que o acompanham. É este quem realmente instala a paróquia de Jesus-Maria-José, pois o primeiro assento dos livros dela é de um óbito de Rosa, filha dos povoadores Antônio Pinto e Isabel de Lima, casal da Colônia do Sacramento, e lançado em 3 de maio desse ano. O primeiro batismo é de 16 de junho, do párvulo Albano, filho de Antônio Coelho e Maria do Rosario, casal do Rio de Janeiro. Não existe, no Bispado de Pelotas, onde se encontram os outros livros, o 1 de casamentos, mas, por carta de Silva Pais a Gomes Freire, datada de 18 de junho de 1738, sabe-se que "aquelle porto já está mui povoado, e cada vez mais augmentado e abundante e já se vão fazendo alguns casamentos".

Em carta de 15 de setembro o coronel Ribeiro Coutinho tambem se queixa do novo vigário. O padre José Carlos que alí chega procura tratar mais dos seus próprios interesses do que das obrigações do sacerdócio. Requer terras para estância, povoa-a de gados, e faz largos negócios. "Parece infelicidade daquela terra, diz Silva Pais, que os Ecclesiasticos perturbem o socego della".

Em julho desse ano encontramos tambem, batizando na ermida do Porto, o padre Manuel Henriques. José Carlos tratava de sua estância. Comprara larga sesmaria de que se apossara José de Andrade Batalha, em Santo Antônio da Guarda Velha (Patrulha), e que mais tarde vendeu ao capitão Antônio Teixeira da Cunha, e nela criava gados que eram vendidos para Laguna e outros pontos. Quando os espanhóis entraram no Rio Grande, em 1763, o padre José Carlos desertou para eles não mais voltando ao Rio Grande do Sul.

Manuel Francisco da Costa, casal da Colônia, foi o primeiro que, em 1737, construiu casa no Estreito, perto da ermida de Santana. Os primeiros povoadores chegam, como vimos, a 1 de novembro. Eram retirantes da Colônia que tinham ido ao Rio de Janeiro e voltavam com escala por Santa Catarina, ao todo 67 pessoas, em que entram 12 escravos.

Em carta de 11 de maio de 1737, encaminhando-os diz Gomes Freire a Silva Pais que seguem "as familias que contem a lista junta e na segunda expedição irão mais; vão providas do que lhe consta e por ajuste feito comigo lhe hade V. S. continuar com ração de farinha até fazerem a primeira colheita, sendo esta a forma que se praticou com os povoadores da Colonia, e dar-lhe alguns bois para principiarem as suas lavouras; fazem viagem à Ilha de Santa Catarina de adonde seguirão às ordens de V. S. ou passarão logo se o sargento-mór entenda conveniente. Em esta praça tenho feito alguma diligencia e não tenho descoberto logo moradores que queiram ir com estes da Colonia, assim é bom que se por essa se encontraram os que V. S. me diz... pois serão mais uteis e de menor despeza. Aos novos povoadores mandará V. S. dar grãos, lentilhas e feijão que remeto para suas proximas semeaduras e a S. Paulo aviso remetam à ordem de V. S. alguns moyos de trigo para se repartirem na mesma forma". Acompanhava o ofício a seguinte "Lista dos Officiaes e Soldados que se acham com guia passada para o Rio Grande e numero de casaes que para elle vão: Dragões de Minas — 1 capitão, 1

alferes, 1 tambor e 38 soldados. Desta praça — 56 soldados e 31 de artilharia — Total 128. Casaes — 67 pessoas em que entram 12 escravos e receberão: 2 machados, 1 enchó de ribeira, 1 enchó de mão, 3 enchadas, 2 verrumas, 1 trado, 1 martelo, 1 goiva, 1 serra de mão, 2 escalpelos, 2 ferros de arado, 1 compasso, 1 plaina, 2 alqueires de cal, e 12$000 rs. de ajuda de custo a cada um" (1).

Com o casco do Regimento de Dragões, que vinha de Minas, chegaram algumas famílias de oficiais e soldados, entre os quais a de João Carneiro da Fontoura, tronco dos deste nome no Rio Grande do Sul.

Até fins de 1738 haviam sido distribuidos chãos para construção de casas, na povoação, aos seguintes casais de número, provenientes, em sua quase totalidade, da Colônia do Sacramento e que, por ocasião do assédio da praça, se haviam retirado para o Rio de Janeiro: Luiza Fernandes, viuva; Lucas Fernandes da Costa, Maria Coelho, viuva de Valentim Quaresma; Maria de Assunção, viuva de Teodosio Soares, Antônio de Souza Fernando, Manuel Francisco, João de Caldas, Manuel de Souza, Antônio Coelho, Antônio Francisco, Manuel Moreira Belo, vindo de Minas; Antônio Pinto, da Colônia; Miguel Moreira, Alexandre de Magalhães, Manuel Jorge, Manuel Gonçalves da Costa, Miguel da Costa, Alvaro Pessoa de Carvalho, Jorge de Souza Costa, Gervasio Dias, Manuel da Silva Vargas, Ana da Fonseca, vinda do Rio com 5 filhos; Antônio de Araujo Vilela, João Gonçalves Francês, vindo da Laguna; Inácia da Silva, do Rio de Janeiro; Maria da Encarnação com seu filho Felipe de Abreu, da Colônia; Ana Maria da Conceição, Francisco de Seixas, espanhol, vindo da Laguna; Antônio Pais Sardinha, Inácia Maria de Ramos, do Rio; João Garcia Dutra, da Colônia; Vicente Avogado, Miguel Cardoso Ferreira, Bartolomeu dos Santos, Sebastião do Canto Ribeiro, José da Costa, José da Cruz Cabral, Pedro da Costa Neves, da Baía; Francisco Manuel de Souza e Tavora, Manuel Duarte, da Laguna; Manuel de Jesus, Dionisio do Couto, Francisco Xavier Luis, Alexandre Francisco de Campos.

Em abril de 38, manda Silva Pais, que já está no govêrno do Rio de Janeiro, "varias marzuelas que vão ahy buscar estado e aqui o tinham se desenvoltas" (2). Deu este informe margem à célebre citação de São Leopoldo, em sua 1.ª edição dos *Anais*, quanto à procedência menos digna dos primitivos povoadores do Rio Grande, asserção rebatida por Gonçalves Chaves, em sua *Memoria-Ecônomo-Politica*. Em nossas demoradas pesquisas, nas concessões de chãos e nos assentos eclesiásticos, encontramos somente 10 dessas "marzuelas". Ao princípio, no Presídio, aparecem com filhos naturais, que logo são legitimados por casarem-se elas, depois, constituindo, assim, família regular.

Muitos oficiais e soldados vindos com Silva Pais e outros que vão chegando, até 1738, em chãos que lhes são concedidos, fazem as suas casas de moradia. Em sua petição, diz o cirurgião do presídio Sebastião Gomes de Carvalho, ter sido ele o primeiro povoador da "cidade". Entre esses povoadores encontramos: José da Cunha, sargento supra do Terço de artilharia do Rio de Janeiro, e oficial de curtidor; José da Silva Pa-

(1) Arq. Nac. *Corresp. Govern.* L. VI Col. 84.

(2) Arq. Nac. *Corresp. dos Gov.* Vol. VII.

checo, cabo do destacamento da Baia; Inácio da Costa, soldado dragão e carpinteiro; Estevão Ferreira, idem; João Carneiro da Fontoura, inferior de dragões; tenente José Mascarenhas Figueiredo, tenente Francisco Barreto Pereira Pinto, dragões; José da Silveira Bittencourt, soldado; Inácio Pereira da Rosa, soldado; sargento-mor Francisco de Souza e Faria; José Machado, soldado; Manuel da Silva, soldado de dragões; Antônio Gonçalves, soldado de dragões; Pedro de Almeida, soldado de dragões da Colônia; tenente Manuel Tavares de ordenanças; José de Souza, condestavel; Elias do Amaral Pereira, soldado de artilharia; Manuel dos Santos, marinheiro; alferes de cavalaria Manuel Saraiva Cabral; alferes de dragões Manuel Pereira Roriz; João Nogueira Beya, furriel de dragões; Antônio Francisco de Aguiar, soldado do destacamento da Baia; Antônio Pires, cozinheiro de Silva Pais; Manuel do Rego, oficial de ferreiro; Pantaleão Pedroso, peão do cap. João de Tavora; Marcos Pereira Machado, capataz dos carros; Silvestre Domingues, mestre calafate; Antônio Gomes Homem, marítimo; João Coelho, mestre carpinteiro; Manuel Costa, oficial de carpinteiro; Pedro Jaques da Silva, tesoureiro da Fazenda Real.

No litoral, até o Chuí, foram concedidos vários rincões para criação de gados, sendo estabelecidas as estâncias seguintes: Antônio Rodrigues Sardinha, rincão no Estreito; Manuel Francisco, entre Frei Antônio e José da Silva; capitão José de Melo Tavares e tenente José Tavares de Melo, rincão do Mercador; José Ferreira Chaves, junto a Francisco de Souza e Faria, tenente Antônio Gonçalves Chaves, capão junto a Francisco Xavier Luis; Padre Manuel Henriques, capão de mato junto à Olaria; Domingos Martins, rincão; João Diniz Alvares, rincão dos Palmares; Manuel de Souza, lagoa de Cuiabá; sargento-mor Francisco de Souza e Faria, rincão do Albardão; João da Silva Souza, na Torotama; Antônio Coelho, rincão no Estreito; João Carneiro da Fontoura, rincão; José da Silva Valadares e Lucas Fernandes da Costa, na borda da Mirim; Domingos Fernandes de Oliveira, Palmares; Antônio de Souza Fernando, rincão do Carro, junto a João Rodrigues Prates; Gervasio Dias, na Torotama; José dos Santos, junto a Souza e Faria; coronel Cristovão Pereira de Abreu; Gaspar dos Santos, capão na boca da Mangueira; Francisco Ribeiro Gomes, rincão dos Palmares; capitão Antônio Gonçalves dos Anjos, Ilha dos Marinheiros; João Antunes da Porciúncula, capão; Manuel Jorge, estância da Xarqueada Velha (agosto de 1738); tenente Antônio José de Figueirôa e capitão Antônio José da Gama Lobo, 3 léguas na Xarqueada junto à João da Costa Quintão; José Ferreira Chaves, no Pontal; João Garcia Dutra, capão e capitão João de Távora, um rincão (1).

Coube ao capitão João de Távora, que presumimos ser cunhado de Cristovão Pereira, importante coparticipação no desbravamento e fundação do Presídio de Jesus-Maria-José. Depois de ter percorrido, por diversas vezes, largos trechos do território riograndense com o coronel, foi designado para ir à Laguna buscar índios e brancos, destinados a trabalharem nas obras de fortificação da barra. Em 4 de dezembro de 1737 desincumbia-se dessa missão, trazendo duas dezenas de homens que

(1) Arq. Hist. R. G. do Sul — *Datas de chãos*. Registos de Sesmarias.

foram aplicados naquele trabalho. Mais tarde, por ordem de Ribeiro Coutinho, vai a Santos, trazendo de S. Paulo perto de 200 índios casados das aldeias del-rei.

Estando na ilha de S. Catarina, quando do desembarque, alí, de marinheiros e soldados castelhanos que se sublevaram, não querendo seguir para os domínios de Castela, agiu João de Távora com energia. O mesmo sucedeu em Laguna, por outra ocasião, quando os próprios dirigentes da Vila se atemorizaram, ante nova sublevação, o povo o elegeu por capitão-mor, cargo que ocupou, depois, por determinação do governador de São Paulo.

Alguns desses espanhóis sublevados na Laguna foram, por Silva Pais, mandados internar no Rio Grande, constituindo, desse modo, troncos da família riograndense.

É incalculavel o esforço despendido por Silva Pais na organização do Presídio. Sua larga correspondência existente no Arquivo Nacional é um copioso repositório de informes sobre a sua ação admiravel de estadista, soldado e organizador. "Atendendo pessoalmente a tudo, prevendo tudo, quase sem meios de subsistência; percorrendo largos trechos da terra, de tremedais, donde milagrosamente se safava, numa região deserta e desconhecida; atento aos manejos dos castelhanos, às incursões dos tapes e minuanos; desfalcado de gente, sentindo latente, quase a irromper a desordem e a insubordinação do pessoal, o brigadeiro José da Silva Pais deve ter tido uma força moral fora do comum, para conter essa pequena tropa sem disciplina, sem soldo, sem mantimentos, quase nua, enfrentando a grandeza soberana do mar, entre a verdura exuberante dos capões riograndenses e a extensa planura dos areais candentes" (1).

Depois de ter permanecido nove meses no Rio Grande e de ter realizado esse projeto há largos anos alimentado por todos quantos se interessavam pelo povoamento do sul, Silva Pais seguiu, em 11 de dezembro de 1737, para a Laguna, onde tambem tratou de reparar as suas fortificações, dando várias providências para a defesa e administração daquela vila. Em 5 de março de 1738 chegando ao Rio de Janeiro, reassumiu o cargo de governador daquela capitania. De lá, atendendo a tudo quanto se referia ao Rio Grande do Sul e voltando mesmo a ele em um momento crítico para a sua vida, quando do levante dos dragões, o fundador do Presídio jamais esqueceu a sua obra.

3 — *O Regimento de Dragões.*

Numa admiravel antevisão que lhe sugeriram a terra e os primitivos habitantes da Pampa, correndo pelas vastas planícies povoadas de gado, nos cavalos velozes, o brigadeiro José da Silva Pais, desde o primeiro contato com o Rio Grande, compreendeu a necessidade de entregar a defesa do Presídio a tropas de cavalaria, únicas eficientes para agir na campanha. "Emquanto não estiverem acostumados todos como se serve a cavallaria naquellas partes, diz, que é muito differente do que

(1) Aurélio Pôrto — *Regimento de Dragões* — Rev. Inst. Hist. Ano IV. Trim. IV.

nas outras, por mais infantaria que tenhamos não poderemos empreender ação nenhuma que nos seja favoravel".

Foi atendendo a esse critério que teve lugar a organização do Regimento de Dragões do Rio Grande, que vai ser, durante um século, a grande escola formadora dos heroismos gauchos e a antemural formidavel em que serão aniquilados todos os embates da bravura castelhana, na contínua competição em que vai se constituir a existência do próprio Rio Grande do Sul.

Depois de fazer a campanha demarcadora de 1752, sob a direta inspeção desse soldado ilustre que foi o general Gomes Freire de Andrada, o Regimento de Dragões ficará definitivamente sediado no Rio Pardo, como núcleo constitutivo de toda a organização militar do Continente. Por sua tarimba passarão todos os heróis. Oficiais e soldados, disciplinados ou desertores, receberão aí o seu batismo de fogo e de sangue. Serão, mais tarde, os fronteiros intimeratos, os gauchos audazes, os integradores da terra.

Com o brigadeiro Silva Pais, como vimos, vem o casco do Regimento. São os primeiros 37 dragões que, procedentes do Regimento das Minas Gerais, pisam a terra riograndense. Destinavam-se à Colônia do Sacramento onde se pretendia organizar esse corpo. Mas, em vista dos acontecimentos supervenientes que determinaram a fundação do Rio Grande, resolveu o brigadeiro sediá-lo no novo Presídio embora destinando-o a agir e socorrer àquela praça. Em carta dirigida a Antônio Pedro, datada de 29 de agosto de 1737, o general Gomes Freire dá disso ciência ao governador da Colônia:

"E como o principal instrumento da campanha he o novo Regimento de Dragões, pelas cartas e copias que seu coronel Diogo Osorio Cardoso entregaria a V. S. ficaria sciente da real determinação de S. M. e da prevenção que foi servido tomar na formatura do dito Regimento no Rio Grande de São Pedro, considerando a dificuldade com que ao presente se poderão introduzir e conservar os cavallos em essa praça, pelo que não encontrando V. S. alguma razão que me participe por adonde seja mais conveniente formar-se o Regimento em essa praça, que levantal-o no Rio Grande, mandará V. S. embarcar em tres transportes ou nos que a V. S. melhor parecer o dito coronel, armamento, officiaes, munições e fardas para as tres companhias, para que passando áquella fortaleza, se unão com o sargento-mór Manuel de Barros e com os officiaes que ali se achão a acabar de as formar, de setenta soldados cada hua e no tempo que se faz preciso para esta execução discorrerá V. S. pelo que D. Miguel de Salcedo obrar se se pode introduzir as companhias em essa praça com cavallos para montar as duas que ahy estão, ou comprarem-se aos castelhanos e tambem encontrar a forma de se conservarem ainda estando embaraçada a campanha" (1).

As duas companhias que já existiam na Colônia, mas que não podiam agir eficientemente por falta de cavalhada, haviam sido para ali mandadas, tambem de Minas, em dezembro de 1735, no socorro saido do Rio no dia 15. Fora por cabo dessa gente o capitão Domingos da Luz. Silva Pais que passara revista a esse destacamento que seria o casco

(1) Arq. Nac. *Correspond. Gov.* L.° VII (1737-38).

dos Dragões do sul, informa a Gomes Freire: "O corpo de Dragões de 45 homens, todos bem fardados e de boa idade, com seus corriões largos de anta fingida e cartucheiras em bandoleiras, boas espingardas, bayonetas e espadas largas, alem de seu par de pistolas que levam quando montarem os officiaes, dos destacamentos com boa cara e tudo boa gente pelo que parece."

O corpo a ser formado no Rio Grande seria de oito companhias de setenta cavalos, cada uma, tendo sido nomeado para seu tenente-coronel José de Morais e sargento-mor Manuel de Barros Guedes. Este traria 40 dragões de Minas a que se juntariam mais 66, tirados dos três batalhões do Rio, "capazes de se exercitarem na cavallaria; êstes soldados darão corpo ao Regimento" (1).

Com os elementos que estavam na Colônia teve o Regimento organização em agosto de 1737. Compunha-se esse casco dos seguintes oficiais e inferiores: coronel Diogo Osorio Cardoso (2), capitão Tomaz Luis Osorio, capitão Antônio de Sá Pereira, ajudante Francisco Antônio Cardoso de Menezes (3), tenente José Freire de Andrada (4), tenente Antônio José Cardoso, alferes Manuel de Vidigal, alferes Antônio Nunes, alferes Joaquim Francisco, alferes Antônio Borges Figueirôa, sargento Manuel da Cunha (5), sargento Felipe Teixeira, sargento José Vaz, sargento Gaspar Nunes de Miranda (6), sargento João Nogueira Beya, e cabo de esquadra Luiz de Figueiredo. Ainda em 1737, foi o Regimento acrescido com a nomeação dos tenentes Francisco Barreto e Francisco Pinto Bandeira, lagunista, que já encontramos, entre os oficiais de Cristovão Pereira, com patente da mesma data; do alferes Antônio Pinto Carneiro, tambem dos Dragões de Minas; alferes Manuel Pereira Roriz, furriel de Minas e alferes Antônio José da Gama, que estivera prisioneiro dos castelhanos.

A organização definitiva do Regimento no Rio Grande teve lugar por portaria datada de 9 de dezembro de 1737, mas só em março do ano seguinte, com a chegada do coronel Diogo Osorio Cardoso, vindo da

---

(1) Idem. Todas as notas e citações são da *Corresp. dos Governadores do Rio de Janeiro*, vol. VII. Col. Arq. Nac. 84.

(2) A familia Osorio, que se perpetua no Rio Grande do Sul, assinalada por fastos heróicos de sua história, tem aí os seus troncos. Era o coronel Diogo Osorio, natural de Cartaxo, Portugal, capitão de Dragões no reino quando foi designado para servir no Brasil. Vêm com ele os três irmãos, seus sobrinhos, capitão Tomaz Luiz Osorio, que entregou a praça do Rio Grande aos castelhanos sofrendo por isso justiçamento em Lisboa, e que deixou descendência no Rio Grande; Francisco Coelho Osorio, que foi depois capitão-mor do Rio Grande, e o tenente Antônio José Cardoso. Deste último é filho Tomaz José Luiz Osorio, avô materno do general Manuel Luiz Osorio, glorioso marquês do Herval.

(3) Mais tarde general e governador de Santa Catarina. Era solteiro mas teve, no Presidio, de uma lagunense, filhos naturais reconhecidos, que ocuparam posições de destaque, sendo troncos de importantes familias riograndenses.

(4) Sobrinho de Gomes Freire. Casou-se no Rio Grande, tendo algumas filhas que foram em Rio Pardo e Cachoeira ramos de ilustres famílias daquelas cidades.

(5) Manuel da Cunha e Souza, casou-se com Maria Gomes Ferreira, natural da Colônia do Sacramento, tendo filhos que se constituiram troncos de familias de Cachoeira.

(6) Casou-se com uma descendente de Nunes Miranda o coronel Demetrio Ribeiro, de Alegrete, provindo, daí, essa conhecida familia.

Colônia, com efetivo completo de oficiais, se lhe dá definitiva organização. Nesse mesmo mês chegara, com o sargento-mor Manuel de Barros Guedes, mais um destacamento de 130 praças.

Destinado ao serviço de fronteiras, depois de ter servido na Demarcação de Limites e guerra subsequente, destacou o Regimento em Castilhos e Chuí, sendo daí retirado com a invasão do Rio Grande, em 1762. É quando vai, definitivamente, se integrar ao destacamento sediado em Rio Pardo, onde fica até sua extinção.

Uma página ,que reproduzimos dar-nos-á idéia dos trabalhos que presidiram à formação dessa célula fundamental da vida heróica do Rio Grande:

"Não é dificil fazer uma idéia dos sacrifícios impostos àqueles homens, atirados num recanto da terra deserta, privados até do próprio alimento, desacostumados como estavam de comer carne, sem outro qualquer codimento. Lá, de ano em ano, e às vezes mais, aparecia na barra uma sumaca tardia, trazendo parcos mantimentos que mal davam para minguados dias de subsistência. Em fardamento nem era bom pensar. Em 1742, três anos havia que os pobres soldados não recebiam roupa alguma. Pelo trabalho exhaustivo das guardas, pelos serviços das rondas, pelo arrebanhamento de gados, que era o seu sustento único, as fardetas recebidas, logo depois da organização do Regimento, estavam em farrapos, muitos havendo que cobriam sua quase nudez com trapos conseguidos a muito custo".

"Faltando pão de monição pela pouca prevenção que houve se mandarão dar a cada soldado 15 espigas de milho para 15 dias, e uma abobra para outros tantos assegurando-se-lhe na frente do Regimento que em chegando farinhas se lhe inteiraria tudo sem desconto, e se lhe faltou inteiramente, e querendo entrar nesse requerimento não se lhe admitiu mas se passarão ordens para se dar com um páo a morrer no que falasse nisso". Era esse o regime do Presídio. Alem das privações de fome, dos serviços dobrados, sob as invernias cruéis, e do castigo imediato pela mínima falta, e de vinte meses de soldo atrasado, ainda o azorrague aviltante, as maiores afrontas, os maiores doestos. "Escandalizados tambem de serem maltratados (dizem eles em sua representação ao comandante da praça), com palavras injuriosas, acotilados como succedeo ao cabo de esquadra José da Costa de Vasconcellos, ficando aleijado das mãos, e ao soldado João Vaz da Silva e Antonio da Costa Soeiro, ficando tambem um de um pé e outro de uma mão, estes promovidos pelo alferes Antônio José da Gama Lobo, e affrontados como succedeo ao soldado Ignacio da Costa, sendo chamado à casa do capitão Thomaz Luiz Osorio donde a portas fechadas por dois mascarados com saccos de areia e calabrotes foi tão maltratado que o levarão para o hospital. Na mesma forma o alferes Rodrigo de Mendonça Furtado que comandava a guarda do corpo mandou abordoar o soldado infante Christovão de Albuquerque rodeado de soldados com baunetas caladas e ao soldado Sebastião Ruiz Pina fechando-o no corpo da guarda e com páo fez o mesmo".

Pela simples exposição desses fatos, cuja lista longe iria, se o espaço nos permitisse, é de ver que seriam necessários muita dedicação, muito espírito de sacrifício, muita disciplina, para que não irrompessem em justa revolta esses homens dos quais muitos haviam sido enganados

que iriam somente para a Colônia, por poucos meses, voltando para os seus lares, onde vários deixaram família.

A revolta estalou, no Presídio, em 5 de janeiro de 1742. Encabeçou-a o Regimento de Dragões. Entre si nomearam oficiais, continuando a fazer regularmente os serviços da praça e sem molestar a nenhum dos chefes, dos quais tinham amargas queixas. Foi um gesto de alta nobreza que honra os revoltosos. Debalde o coronel Diogo Osorio Cardoso, comandante do Presídio, quis chamá-los à ordem. A nada atenderam, mantendo-se firmes no propósito de repulsa a seus legítimos oficiais. Ouçamos o que a esse respeito escreveu a Gomes Freire o próprio Diogo Osorio, referindo-se à primeira guarda que, com oficiais seus, deram os revoltosos:

"Chegada que foy a guarda hua vista composta de 40 homens e 3 officiaes, mandou pedir licença ao seu nomeado ajudante ao qual preguntey si trazia premissão do corpo para montar a guarda, com seus verdadeiros officiaes, respondeume que não pois a guarda trazia capitão, alferez e sargentos nomeados pelo seo corpo e vinha tambem o sargento mayor nomeado por elle mandou com o mesmo ajudante, o alferes de dragões Francisco Barreto dizer aquella guarda fizesse alto emquanto passava ao corpo representar-lhe daminha parte quizesse aceitar os seus legitimos officiaes para governar a guarda como dantes que era só o que lhe estava bem visto ter determinado continuar o serviço como delle se esperava, respondeo que a guarda se havia de metter com os officiaes que levava elegidos pelo mesmo corpo, e como o não poude despresuadir mandey dizer adita guarda marchasse, e chegando alvorada e a cavallo ao pe do corpo da guarda refiz as preguntas, quem eram, responderam que portuguezes, que eu muito bem conhecia que queriam, responderam tornar entregue daquella guarda, si eram vassalos del Rey Nosso Senhor responderam q' sim; se estavam promptos a dar a vida pelo mesmo Sr. Na defeza desta fortaleza, e de seu continente, responderam anciosos, que assim o promettiam fazer athe a ultima pinga de seu sangue, o que lhe agradeci muito, advertindoos e segurando que pa. o mesmo fim estavamos todos os officiaes da guarn. que presentes se achavam e dando as tres vezes de viva El Rey as repetiram tanto de coração q' foy o unico alivio que tive nesse laberinto de pezares que me serviam a vista das promessas e das resoluções que tinhamos tomado no conc.° que fizemos, encarreguey o corpo de defença daquella moralha e chaves de seu portão e me recolhi com os meus officiaes ao meu quartel adonde mandaram buscar a senha ahora costumada, depois de fechada a porta trazer as chaves e buscar o santo, e o amanhecer buscar as chaves tudo na forma costumada".

Dando imediatas providências, por ter reconhecido a justiça das pretenções dos infelizes comandados, o coronel Diogo Osorio Cardoso conseguiu na praça algum dinheiro com que atendeu ao pagamento de alguns mêses de sôldo, propondo espontaneamente, à Junta do Govêrno do Rio de Janeiro, a confirmação do perdão que dera aos revoltosos. Essa confirmação não se fez esperar. Em Junta presidida por Gomes Freire, em 16 de fevereiro dêsse mesmo ano, considerando a impossibilidade de enviar tropas para reduzir os amotinados, foi acordado se ratificasse o perdão dado pelo comandante do Presídio.

Essa ratificação foi trazida pessoalmente aos amotinados pelo brigadeiro Silva Paes, em março" (1).

4 — *A comandância militar.*

Retirando-se Silva Pais, assumiu a 11 de dezembro de 1737 a comandância do Presídio o mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho. Era este homem de grandes méritos intelectuais, versando elegantemente a língua, quer em prosa, quer em verso. Existem, na Biblioteca Nacional, diversos trabalhos seus, que lhe atestam as qualidades literárias.

Uma das primeiras preocupações do novo comandante foi tornar mais eficiente a defesa do Rio Grande. Fundou o estabelecimento do Estreito, onde erigiu a capela de Santana, e erguendo novas fortificações, em torno dele, para lá transportou guarnição e artilharia. Silva Pais, já do Rio, manda-lhe as suas sugestões: "Já deve estar arrojado aquelle pedaço de cortina que servia de padrasto ao Baluarte de Bandeira, que procurasse com alguns torrões o segurar para ficar como o baluarte do Arrôio". Manda-lhe tabuado para as fortificações e plataformas, não esquecendo a feitura de uma ponte levadiça, devendo aproveitar as figueiras que são admiraveis. E remete artilharia, reparos, munições e gente para aumentar a povoação.

Esta vai crescendo com novas levas de povoadores que chegam do Rio, da Laguna e da Colônia. Coutinho procura incrementar a incipiente indústria de carnes. Aos tropeiros que fazem pelas campanhas grandes arreadas de gado, paga, para o consumo das tropas, 800 rs, por cabeça de vaca. E a Manuel Gomes Pereira, que estabelece uma xarqueada, compra, por ordem de Silva Pais, toda a produção para munício da força. Como reserva imprescindivel ao sustento da praça havia se fundado a Estância Real de Bojurú. Em 1738 contavam-se já nesse estabelecimento, que abrangia larga área de campos, mais de 1.500 éguas, de 2.000 vacas "que já se achavam corridas", e mais de 8.000 para completar as 45.000 cabeças de gado que deveria ter a estância. Era consideravel a quantidade de couros que anualmente exportava o Bojurú, enchendo todas as embarcações que demandavam a barra do Rio Grande. Não obstante Gomes Freire apostrofá-la de "barra diabólica", dos últimos dias de novembro de 1737 aos últimos de 38 "por ela haviam entrado 26 embarcações de vários portos, o que basta para provar a sua bondade", dizia o brigadeiro Silva Pais, em carta de 30-VII-1738.

Pelo brigadeiro havia sido nomeado administrador da Estância Real do Bojurú, Cosme da Silveira e Avila. Interessante a figura desse aventureiro, tão pouco conhecido ainda, a quem os historiadores, como tambem a Cristovão Pereira, dão a naturalidade de São Paulo, quando, como este, era português.

Nasceu Cosme da Silveira na Vila Nova de Tousso, ilha de São Jorge, Açores, sendo filho legítimo do capitão-mor da mesma Vila, Antônio da Silveira e Avila e de sua mulher Catarina Machado de Azevedo. Vindo muito moço para o Brasil, depois de permanecer pouco tempo na

(1) Aurélio Pôrto — *Regimento de Dragões*, cit. 617.

Laguna, internou-se nas campanhas riograndenses, dedicando-se, como outros aventureiros, à passagem de gados para aquela vila. Quando o brigadeiro Silva Paes penetrou a barra, fundando o Presídio, travou conhecimento com o tropeiro e apreciou-lhe as qualidades que o distinguiam, a sua energia e espírito de iniciativa. Organizada a Estância de Bojurú escolheu-o o brigadeiro para dirigí-la. Aí fabricou Cosme da Silveira os primeiros queijos de que mandou amostras muito apreciadas a Silva Paes. André Ribeiro Coutinho não estando de acordo com providências tomadas no estabelecimento, pelo administrador, mandou prender Cosme da Silveira. Este leva sua queixa ao brigadeiro que, em expressiva carta, lhe responde, dizendo-lhe do grau de consideração em que o tem: "Recebo sua carta e sinto muito que o M^e^. de campo André Rib^o^. tivesse causa para o metter em prisão tão apertada, pois estou certo que elle obraria com justiça e não com seg. tenção como imagina, eu lhe escrevo e lhe peço attenda em o que for de just., e me persuado (caso tenha peccado) sobre daqui por diante de sorte q' o mesmo M^e^. de campo que agora o castiga venha depois a ser seu mayor amigo. Vejo que ainda não tem passado todo o gado que eu desejava houvesse em Bojurú, como tambem as Egoas, mas me persuado que em Turiritama já se acham mais de mil para passarem e completarem as duas mil que é o menos que deve andar no rincão do Carro. Espero que sempre que haja ocasião me avise do gado e Egoas que vão passando, pois tenho disto muito gosto. Agradeço-lhe muito os queijos que são admiraveis e com elles regalei a algumas pessoas que não podião crer se fizesse lá tão bons. Ao M^e^. de campo escrevo que o favoreça em tudo quanto couber na Just^a^. com que obra e tenho por sem duvida não deixará de attender e em mim achará sempre hua boa vontade para o servir. Deus guarde etc. Rio, 22 de agosto de 1738" (1).

Deve-se tambem a Cosme da Silveira os primeiros ensaios da cultura do trigo, com resultados magníficos. Descontente com o procedimento de Ribeiro Coutinho, deixa o açoriano a Estância de Bojurú e interna-se pelas campanhas do Viamão, ocupando campos com gados que trás das Pampas e é um dos fundadores daquela capela, em 1747. Quando da penetração para Rio Pardo, onde é tambem um dos primeiros que alí se estabelece com estância de criação de animais vacuns, é Cosme da Silveira encarregado da "Estancia do Rincão del-Rei", onde se juntam as cavalhadas reunas.

Em Rio Pardo, de que foi um dos fundadores, casou-se com d. Rita Josefa da Silveira, tambem açoriana, viuva do capitão Francisco Machado Fagundes, dos casais povoadores dessa vila. Teve Cosme da Silveira duas filhas nascidas no Rio Pardo, Joana e Inocencia. Cosme faleceu ali, com testamento, em 1767.

Profíqua e afanosa foi a administração do coronel André Ribeiro Coutinho, na obra de consolidar a fundação do Presídio. E um dos trabalhos em que mais se empenhou foi a organização da defesa no caso de ataque dos castelhanos, ameaça constante que lhe vinha por notícias da Colônia e da campanha. Nesse intuito, alem de fortificar o porto e o Estreito, dotando-os de obras darte e artilharia, estendeu sua ação ao Taim,

(1) Arq. Nac. *Correspond. dos Gov.* — L.° VIII, 97 v.

tendo muito em conta tambem vigiar pelo forte de São Miguel, nas proximidades do Chuí. Os passos dos arroios foram tomados por guardas vigilantes. Por intermédio de Cristovão Pereira, grande amigo dos minuanos, conseguiu o comandante militar que esses índios se fossem situar nas proximidades de São Miguel, para ocorrer à defesa dessa fortaleza. Tinham, ao mesmo tempo, a incumbência de correrem gados e cavalhadas pela Pampa os quais eram comprados pelos portugueses.

O comércio de couros tinha tomado um forte incremento. Havia milhares de couros depositados à borda da Mirim, esperando que houvesse água para subir. Vários povoadores estabelecem xarqueadas.

Durante três anos, até 22 de dezembro de 1740, em que esteve comandando o Presídio, dedicou Ribeiro Coutinho toda a sua atividade a esse empreendimento, dando todas as providências cabiveis afim de consolidar a obra de Silva Paes. Não obstante as grandes dificuldades que teve de enfrentar para levar a cabo a sua missão, fez um governo digno de suas altas qualidades de homem culto, tendo deixado de si, no Rio Grande mais do que a lembrança de sua ação (1).

Substituiu-o, naquela data, o coronel Diogo Osório Cardoso, comandante do Regimento de Dragões.

Cheio de contrariedades e sem brilho algum esse período de 12 anos que assinala o governo de Diogo Osório. Foi durante a sua gestão, como já historiamos, que se deu a sublevação dos dragões devido aos maus tratos dos oficiais de seu regimento, principalmente aos do capitão Tomaz Luiz Osório, seu sobrinho, que foi preso por esse fato.

Em 1742 aportou ao Rio Grande uma armada inglesa que se destinava aos mares do sul. Estava no Presídio o brigadeiro Silva Pais que viera expressamente tomar várias providências para sanar as consequências da sublevação.

Vinham nessa armada muitos casais, cujos filhos foram batizados na igreja de Jesus-Maria-José, segundo assentos constantes do L.º 1.º de Batismos do Rio Grande. Em 20 de maio recebeu o batismo, Roberto Elias, filho de João Elias e sua mulher Sara Cuff, natural de Londres, sendo padrinhos o brigadeiro J. da Silva Paes e D. Eufrasia de Oliveira; em 27, Antônio Edmunds, filho de Roberto Edmunds e Joana Pax, de Inglaterra; em 27, João Guilherme, filho de Mateus Guislioor e de Penelope Barber, naturais de New-York, do reino de Inglaterra; em 27, Manuel Carter, filho de João Carter e sua mulher Marta Daubsch, naturais de... Ingl.; Diogo Lomax, filho de Tomaz Lomax e sua mulher Fuies Ley, de Manchester; em 3 de junho, Guilherme Low filho de Tomaz Low e sua mulher Maria Sonicz, da Ingl. e Diogo Buter, filho de João Buter e sua mulher Maria Tute, naturais de Dublin.

Mais tarde, em 1744, na praia da Xarqueada, naufraga uma nau francesa, a *Duc de Chartres*, em que vinham, alem de outros passageiros,

---

(1) Consta do L.º 1.º de nascimentos do Rio Grande o assento de batismo de uma filha de André Ribeiro Coutinho, registrado a 29 de março de 1740. "Eufrazia — filha natural do mestre de campo André Ribeiro Coutinho e de Ana Maria da Conceição, chamada a Mineira, casada com Manuel de Almeida. O dito mestre de campo é casado em Lisbôa. Padrinhos licenciado Sebastião José de Carvalho e sua mulher d. Maria de Oliveira"

30 jesuitas, de várias nacionalidades, que se destinavam às províncias do Paraguai e do Chile. Destes morreram 24, sendo os que se salvaram levados pelo padre Melchor Strasser, alemão, a pé, até o Presídio, onde receberam socorros do governador. Esse naufrágio, traz consequências de que resulta o vilamento do Rio Grande.

Em carta do padre Strasser encontram-se informes muito interessantes sobre o Rio Grande (1). O jesuita e seus companheiros salvos do naufrágio, depois de uma caminhada de muitos dias, com muitas privações, chegaram ao porto de São Pedro, a 28 de janeiro. "Em São Pedro, diz, nos recebeu cavalheirescamente o comandante do Porto, dando muitas mostras de comiseração por nossos náufragos, e nos ofereceu generosamente albergue durante a noite. Como manifestássemos o grande desejo que tinhamos de visitar aquele dia o governador Diogo Osório Cardoso, que vivia a meia légua portuguesa dali, um carro tirado por bois nos conduziu ao governador que, com incrivel alegria, carinho e afabilidade, nos obsequiou como aos melhores hóspedes.

Para que pudéssemos descansar e recobrar as forças perdidas, nos destinou uma casa que havia sido habitada antes por dois padres capuchinhos, e em que havia, na ocasião, um capelão castrense com dois soldados. Todos os dias se nos punha na mesa carne fresca e bom peixe que comíamos com apetite, mas não nos fartavam, porque quanto mais comíamos mais fome sentíamos. A causa disso poderá ser o clima, ou que a comida daquí não seja tão nutritiva como a de Espanha.

Devemos essa boa acolhida, em parte à liberalidade de S. M., o rei de Portugal e, em parte, à do governador daquí. S. M. tem ordenado a todos os seus oficiais destas regiões, que a todo o náufrago se dê gratuitamente carne, farinha e peixe, como sucedeu conosco e antes com uns ingleses que há dois anos naufragaram no Estreito de Magalhães, cabo de Hornos, os quais, depois do naufrágio, construindo com os restos de sua nave uma embarcação, arribaram aquí em extrema necessidade, sendo socorridos com abundância de toda a espécie de víveres.

Ao governador, entretanto, devemos agradecer tão amplo e cortez acolhimento, porque com bondosa solicitude para com nossa Companhia nos enchia todos os dias, especialmente aos missionários, com exquisitas gentilesas e dádivas, sem olhar as ordens reais. Pouco depois de nossa partida para Buenos Aires nos adiantou 500 pesos para que pudéssemos nos refazer de vestimentas e provisões necessárias para a viagem. Interpôs, tambem seu valimento por nosoutros junto ao visitador episcopal que, por sorte nossa, se achava em São Pedro, afim de que nos permitisse celebrar missa, o que em vão havíamos solicitado ao pároco da povoação. Sob severas penas eclesiásticas havia sido proibido, pela senhoria ilustríssima de seu bispo do Rio de Janeiro, permitir a sacerdote algum estranho, religioso ou secular, a celebração do santo sacrifício em sua igreja, sem licença escrita do bispo.

Foi a 1 de fevereiro, sábado, o ditoso dia em que pela vez primeira, na América, subí a um altar, o que não esquecerei jamais na vida. Como

(1) A carta do padre Strasser é datada de Buenos Aires, 15-IX-1744. Foi-nos sua cópia gentilmente mandada pelo ilustre e proveto historiador uruguaio, Dr. Felipe Ferreiro, que a encontrou no arquivo do Instituto Histórico do Uruguai.

nossa partida daquí atrasou-se ainda mais, enviamos dois dos nossos companheiros ao sítio do naufrágio para ver se as ondas haviam arrojado à praia todo o carregamento, especialmente o que estava encerrado no porão, que se destinava à missão do Chile. Voltaram, porem, eles com a triste notícia de que, provavelmente, jazia, na desventurada nave, no fundo do mar. Bendito seja o nome do Senhor! Ainda mais lutadores expeditos, continuaremos agora nossa viagem.

Enquanto nossos dois expedicionários iam e voltavam do local do naufrágio, entretive-me em estudar com exatidão, com informes de pessoas entendidas, o Rio Grande, as povoações e tribus situadas em suas margens e toda a costa que se estende desde os 30° até alí; e sinto imensamente ter perdido a oportunidade que tive de copiar um mapa novo e perfeito de todos os dois rios: Rio Grande e Rio de Janeiro, que tive o prazer de ver na casa do senhor governador. As cartas que escreví para a Europa nos primeiros dias depois de minha chegada, tiraram-me o tempo que necessitava para copiar esse formoso mapa e acondicioná-lo para remetê-lo a Lisboa, não me sobrando depois o tempo para isso. Oxalá a Corte portuguesa publique esse mapa em benefício de todos os navegantes.

Os habitantes da povoação de São Pedro contaram-me que a região em que vivem atualmente era há sete anos uma clareira de mato emaranhado, em que se refugiavam alem de inumeraveis papagaios, grande número de ferocíssimos tigres. Os primeiros aninham ainda nas copas das altas árvores; os tigres refugiaram-se terra a dentro, e em quase todas as casas, dos moradores encontram-se uma ou duas peles de tigres, que colocam em suas cadeiras e assentos.

Junto a este Rio Grande, para o norte, há mais outra povoação, mas formada toda de gente pobre, a qual sendo somente de cristãos, e não podendo, por sua pobreza, manter um pároco, é atendida no espiritual pelo sacerdote de São Pedro; este ouve anualmente, durante a quaresma, suas confissões, trasladando-se para alí, com uma viagem de oito dias, à moda portuguesa, isto é, a todo o galope do cavalo.

Do outro lado dessa povoação estão os limites das reduções do Paraguai, das quais a mais próxima é a de São Miguel. Mas, elas não teem comércio algum entre si, porque tudo que passa de um lado para outro lado do rio é considerado por ambos como uma hostilidade. Para o sul há outro São Miguel, chamado tambem Chuí que dista somente três léguas da povoação espanhola de Castilhos. Desse ponto até Montevidéu, que está na parte do Rio da Prata, há uma distância de quase 100 léguas; na outra parte, há umas 40 léguas de distância, está Buenos Aires, para onde, se Deus quiser, seguiremos breve em uma caravana de carretas, tiradas por bois.

A cidade de São Pedro, chamada tambem Rio Grande de São Pedro, devido ao rio sobre o qual está, foi recem-fundada há uns sete anos, e por ocasião da guerra entre portugueses e espanhóis, que combateram nestas regiões, foi fortificada com baluartes, paliçada e canhões. Conta com 1.400 almas e da embocadura do rio ao mar distam duas léguas. O sítio é saudavel, a terra fecunda, e tudo cresce facil e ligeiro, sem grande trabalho do lavrador. Encontramos uvas maduras, melões, e outros muitos frutos americanos que comemos todos os dias, sem perigo algum de

contrair febre ou outra qualquer enfermidade. As casas são muito miseraveis, e piores que as das aldeias da Baviera, e quer o palácio do senhor governador, como a nossa capela, são todas cobertas unicamente de palha. Seus infelizes moradores, mesmo nelas não estão seguros, por serem quase sepultados pela grande quantidade de areia que o vento forte acumula em derredor.

Toda a costa entre este Rio Grande e o sítio em que naufragamos não tem denominação alguma nos mapas terrestres ou maritimos, por ser desconhecida, mas sem ofensa alguma se poderia chamar Costa Brava e Desastrosa, por ser em todo o tempo mui borrascosa, e haver posto a pique muitas naves. Em São Pedro ouvíamos o rugir e o bramir do mar, não obstante estarmos a duas léguas de sua costa".

Foi durante o governo do coronel Diogo Osório Cardoso que o Rio Grande do Sul recebeu as primeiras levas de casais açorianos, que nos vieram das ilhas. De 1749 a 1751, encontram-se já, nos livros de batismos, assentos de um ou outro filho de casal. Mas, é exatamente no ano de 1752 que se registam batismos em grande escala, começando do mês de janeiro. Nesse ano batizam-se, na igreja de Jesus-Maria-José, 25 filhos de açorianos. O primeiro batismo é do párvulo Ignacio, filho do casal Antônio Francisco Xavier e Maria Teresa de Jesus, naturais de São Miguel. Em 1753 já sobem a 40; em 1754, 82; em 1755, 87; em 1756, 124, e assim por diante. Apuramos, em pesquisas detidas que realizamos, nos livros paroquiais, que entraram no Rio Grande (vila), de 1749 a 1763, 446 casais, predominando os de São Jorge, Faial e Terceira respectivamente em 167, 94 e 78 casais. Para o Porto dos Casais, (Porto Alegre) que fundam, entram, de 1752 a 1774, 104 casais.

Pelos livros de assentos de batismos, com exclusão dos 5.º e 6.º de nascimentos do Rio Grande, de que não tomamos notas, (1777 a 1800), encontramos a entrada, em todo o Continente, até 1800, de 814 casais açorianos, que batizaram, como melhor detalhamos em outro trabalho, nas 12 povoações em que se disseminaram, 2.449 filhos. Esses dados referem-se só aos casais vindos das ilhas, estando excluidos da relação os solteiros, embora ilhéus que, no Continente, tomaram estado. Faltando mais de 20 anos, correspondentes aos livros de batismos, 5.º e 6.º do Rio Grande, para onde voltaram, depois da expulsão dos espanhóis, os casais que alí tinham interesses e os que foram prisioneiros para Maldonado, pode-se elevar a 1.000 o número dos originários dos Açores, entrados no Rio Grande do Sul. E pela média de crescimento natural, de 3 unidades encontradas no cômputo anterior, pode-se tambem elevar a 3.000 o número de nascimentos de filhos de casais. Os que se encontram ainda procriando atingem à soma de 2.000 indivíduos, mas vieram tambem centenas de casais velhos, combalidos, estropeados, segundo se verifica pelos documentos da época, e que poderá representar um terço dos válidos. Cada um destes já traria, em média, dois filhos, o que representa, pelo menos, mais 2.000 indivíduos. Por estas razões, parece-nos poder assegurar que, de 1752 a 1800, recebeu o Rio Grande do Sul mais de 2.000 casais açorianos, que com 3.000 indivíduos de seu crescimento natural, dão-lhe um aumento de mais de 8.000 unidades à sua população. Esta não atingiria a 2.000 almas em 1744, tendo em vista que o único núcleo maior de população era o Rio Grande (porto) com 1.400 almas.

Em 1746, em uma atestação, declara o padre Mateus Pereira da Silva que "nos campos de Viamão há 50 fogos com 200 moradores, e 82 pessoas com 9 fogos, no Tramandaí". Demonstra isto o que foi, para o Rio Grande do Sul, o coeficiente açoriano, classificado por muitos dos nossos historiadores de quase nulo! Em 1804, a população do Continente já orçava por 36.721, e dez anos depois em 70.656.

Em *Casais*, magnífico trabalho com que enriqueceu as letras históricas do Rio Grande, o provecto general Borges Fortes estuda detidamente a entrada dos primeiros açorianos que se estabeleceram no Continente. Foram, diz, 106 famílias das 263 que chegaram até abril de 1752, na Laguna. A estas se agregam mais 75 que, em 26 de agosto, perfaziam o total de 181 famílias com 833 pessoas (1). Mas, já anteriormente, em 1749, como verificamos, assinalam os livros de batismos, casais, procedentes dos Açores, no Presídio do Rio Grande. Neste ano houve dois batismos de filhos de terceirenses; no de 1750, um de casal do Pico; em 1751, um, de casal da Terceira. Em 1752, em janeiro, houve 2 batismos; em fevereiro, 2; em abril, 3; em maio, 1; em junho, 4; em julho, 5; em agosto, 6; em setembro, 1 e em novembro, 2, num total de 25.

Pelo Tratado de 1750 deveriam os Povos de Missões passar à coroa portuguesa, em troca da Colônia do Sacramento. Para povoá-los vieram das ilhas muitos casais que ficaram no Rio Grande, na mais cruel das misérias. Somente com a chegada de Gomes Freire, foram esses infelizes, destinados ao Porto do Dorneles, posteriormente Porto dos Casais (Porto Alegre). À proporção da penetração que a Demarcação de Limites possibilitou eram estes e outros casais que chegavam, continuamente, designados para povoarem novos pontos ocupados pelos portugueses. Passando todos pelo Rio Grande, em 1752, estabeleciam-se em Porto Alegre; em 1755, os destinados às Missões, estacionavam em Rio Pardo; em 1757, são arranchados em S. Amaro. Com a invasão espanhola em Rio Grande, são, os daquela vila, internados pelo Continente. O Porto dos Casais, recebe grande incremento de novos povoadores. Os primeiros retirantes vão se estabelecer no Estreito, em 1763; Triunfo, em 64, Taquari, em 66, recebem fundadores açorianos. Só mais tarde, em 1772, funda-se Santana das Lombas, perto de Porto Alegre, que tem vida efêmera; e no ano seguinte os livros de batismo de Santo Antonio da Patrulha e de Mostardas acusam a existência de casais açorianos.

De Rio Pardo eles se espalham pela Encruzilhada e Cachoeira, mas já não são lavradores. Estendem-se em largas sesmarias de campos e criam gados. Pequeno número se destina à lavoura e esse pequeno número consegue realizar o milagre de uma intensiva produção de trigo que opulenta a campanha nos fins de século XVIII.

Ainda no governo do coronel Diogo Osório Cardoso põe-se em execução o Tratado de 1750 que virá mudar a face do Continente, dandolhe novos horizontes, com a penetração das forças desse soldado e estadista emérito que foi Gomes Freire de Andrada, futuro conde de Bobadela. E com o vilamento do Rio Grande e fundação de novas povoações, inicia-se a fase do municipalismo riograndense.

(1) General Borges Fortes — *Casais. Ed., Cent. Farroupilha* — 1932.

FAC-SIMILES DE ASSINATURAS DOS COMANDANTES DO PRESIDIO DE JESUS-MARIA-JOSÉ DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

José da Silva Paes

André Ribeiro Coutinho

Diogo Osório Cardoso

Paschoal de Azevedo

Substituiu o coronel Diogo Osório Cardoso o tenente-coronel Pascoal Azevedo, nomeado comandante do Presídio por Carta Régia de 28 de junho de 1752.

Segundo o registo de óbito, que encontramos, faleceu o coronel Diogo Osório Cardoso, a 4 de outubro de 1752, nas proximidades do Chuí, onde se encontrava, depois de rápida enfermidade, e com todos os sacramentos. Era solteiro, natural de Pero de Régua, bispado do Porto, e seu corpo transportado dali para o Rio Grande teve sepultura condigna na capela de Santana (1).

(1) L.º 1.º de óbitos de Jesus-Maria-José (1738-1763). Bisp. de Pelotas.

CAPÍTULO III

FLORESCIMENTO DOS SETE POVOS

1. *Serviços prestados pelos indios dos Sete Povos.* 2. *Organização social e religiosa.* 3. *Expansão econômica das Missões.* 4. *Desdobramento das populações missioneiras.*

I — *Serviços prestados pelos indios dos Sete Povos.*

Cumprindo os imperativos de ordem política e econômica que determinaram sua retransmigração para a bacia do Uruguai, caberia aos Sete Povos, desde a hora de sua fundação, o onus integral da defesa da extensa região circunscrita entre o Uruguai, o Prata e o litoral atlântico.

O gado, fator precípuo de sua economia, exercendo alta função civilizadora, criara novas modalidades de vida social, com a sua expansão geográfica, atraindo homens de toda a parte, para a facil e proveitosa extração de seus efeitos. E não só os portugueses que se fixam nos lindes extremos do grande estuário como outros povos europeus, notadamente franceses, dinamarqueses, ingleses e outros, abicam para as praias as naus de suas esquadras, na fatura de grandes provisões de courama, graxa, sebo, xarque a línguas. O gado, "cevo e sinuelo" das ambições dos povos mais distantes e diversos, chamando o homem, que o abatia nas próprias margens do Prata ou o recebia, nas arreadas dos índios infiéis, teria de impor elevados sacrifícios aos índios missioneiros, seus primitivos e naturais detentores.

Feita a mudança dos Povos, ainda não bem fixados em seu novo "habitat", movimentam-se contingentes armados que percorrem em reconhecimento "toda costa até Castilho" onde se presumia houvesse estrangeiros em "faenas de Vacarias". E' ainda o padre Bernardo Nusdorffer quem nos fornece, em sua exposição inédita, os dados principais

sobre a atuação dos tapes, em mais cinquenta anos de constante vigilância e luta (1).

A defesa do território contra os portugueses e índios infiéis e a vigilância constante exigida pela ameaça de novas bandeiras paulistas; a contribuição, em outros setores da governação do Prata e mesmo da do Paraguai, ameaçadas por contínuas desordens, que tinham de prestar, com homens, armas e animais, enchem de lutas esse meio século de vida missioneira. Alem disto, os trabalhos de fortificação exigidos pela defesa de Buenos-Aires, e depois pela de Montevidéu, em que os índios são os artífices, enchem largas páginas da vida das doutrinas do Uruguai,

---

(1) V. nota anterior sobre *Serviços dos índios*. Depoimento do padre Bernardo Nusdorffer, em 1735, B. N. Mss. I, 29, 4, 56, (1637-1680), que aqui se termina com as informações relativas a outros serviços — (1688-1735):

1688 — Por ordem do Sr. governador de Buenos Aires, D. Joseph de Herrera y Sottomayor, foram 150 índios com uma pessoa de sua confiança, que veio de Buenos Aires, revistar toda a costa e litoral até Castilhos, com seus cavalos, armas e víveres, o que executaram com "indizível carinho, e vontade ao serviço real, sem olhar o trabalho e a fragosidade dos caminhos, nos quais padeceram muitas privações" como consta das próprias palavras do certificado do dito governador.

1688 — Certifica o mesmo que, nessa ocasião, os índios tapes fizeram à s.m. um donativo gratuito de duzentos e cinquenta cavalos para a Guarda de São João, o que naquelas circunstâncias por falta de animais cavalares foi serviço de inestimavel valor.

1698 — Neste ano, o governador do Porto, D. André Augustin de Robles, chamou dois mil índios armados para a defesa do Porto e cidade de Buenos Aires, contra uma esquadra de navios franceses e certificou a s.m. que de suas doutrinas, em suas próprias embarcações, quinze dias após terem recebido o aviso, chegaram àquele Porto vencendo incriveis dificuldades e contratempos. Consta do certificado e cédula real de 12 de nov. de 1716.

1698 — Consta da mesma cédula haverem cedido com liberalidade, em benefício da Fazenda Real, noventa mil pesos, que era o que lhes tocaria de soldo, correspondente a um real e meio por dia.

1700 — Neste ano por ordem de D. Manuel do Prado baixaram 2.000 índios armados para a defesa de Buenos Aires, contra uma esquadra de navios dinamarqueses e estiveram tanto tempo nas cercanias do rio de Hurtado que fizeram alí suas sementeiras, até que o dito sr. governador lhes deu licença para voltar às suas casas, louvando sua fidelidade e constância no tocante ao real serviço, tendo eles se conservado fora de suas casas mais de oito meses.

1700 — Em tempo do mesmo Sr. D. Manuel do Prado Maldonado, foram 154 indios tapes espiar os portugueses e correram até às cercanias de São Paulo, caminhando mais de quinhentas léguas e vencendo imensas dificuldades de bosques, pântanos e serranias, em cuja diligência levaram cinco meses.

1702 — Por ordem do governador de Buenos Aires e sob o comando de D. Alexandre de Aguirre foram dois mil índios armados guerrear e castigar os infiéis iaros, mboanes, charruas e seus confederados, e levaram 4.000 cavalos, 2.000 mulas e 2.000 vacas de sua propriedade. Caminharam quase dois meses até encontrá-los, por rios caudalosos e pântanos penosíssimos, e brigaram cinco dias prendendo mais de quinhentos infiéis. Morreram dos índios entre capitães e soldados 12 e houve grande número de feridos.

1704 — Por ordem do governador do Porto de Buenos Aires, D. J. Alonso Valdez y Inclan, baixaram no ano de 1704 para o segundo desalojamento dos portugueses da Colônia 4.000 índios armados e levaram 6.000 cavalos, 2.000 mulas e muitas embarcações em que conduziram seus víveres de grãos, erva e tabaco para

quer de uma quer de outra banda, pesando, porem, mais fortemente sobre os índios dos Sete Povos, mais próximos do local em que se desdobravam as suas atividades de toda espécie. Sem remuneração de qualquer forma, agindo unicamente por obediência a seus padres, maltratados pelos espanhóis, sem roupas de agasalho e muitas vezes com fome, tudo provendo à sua própria custa, os serviços por eles prestados teem uma grande significação na vida missioneira. Muitas vezes, para atender essas continuas solicitações, abandonavam meses a fio e anos inteiros as suas casas, as suas mulheres e seus filhos, perturbando tambem consideravelmente a vida econômica dos povos, de que se arrancavam os melhores braços das

---

ida, estadia e volta, tudo por sua conta, e trouxeram ao real, enquanto durou o cerco com seus cavalos mais de 30.000 vacas, para sustento de todos, quer índios, quer espanhóis. Durou a facção oito meses, nos quais perseveraram com muita constância, fazendo suas guardas nos ataques e trincheiras e como os demais trazendo fachinas e artilharia a força de braços. Nessas ações ficaram 130 índios mortos e 200 gravemente feridos, até que os portugueses desampararam a praça em 15 de março. Caminharam desde seus povos à sobredita paragem uns 150, outros 200 e outros 300 léguas em caminhos penosos e tempo de grande seca. Consta tudo isto dos certificados e informações do mesmo governador e dos do cabo principal de todo o exército, D. Baltazar Garcia Ros, e da cédula real de 12 de novembro de 1716.

1704 — Da mesma certificação consta que depois de tantos e afanosos trabalhos, libertos de qualquer interesse, reconhecendo o alcance em que estava a Caixa Real, fizeram graciosa e livre cessão de todo o soldo ou estipêndio que lhes cabia em virtude da Cédula Real de 29 de novembro de 1679, soldo que importava só desta vez em mais de 80.000 pesos em prata.

1704 — No mesmo ano ainda estiveram trabalhando no forte de Buenos-Aires outros 300 índios, como consta das cartas do mesmo governador D. Alonso. Nos anos seguintes, trabalharam no mesmo forte, outros 400 índios, como consta de informações apresentadas ao Real Conselho em 1705.

1718 — Neste ano por ordem do governador D. Bruno de Zavalla foram com suas armas, cavalos e avios 500 índios a uma correria pelas campanhas da Vacaria para a Colônia, afim de expulsar delas os portugueses que se aproveitavam ali com grande exploração de courama, graxa, xarque, e linguas; queimaram nessas correrias milhares de couros pertencentes aos portugueses, tendo nessa ocasião morrido alguns índios e foi ferido e preso pelos portugueses um irmão leigo que andava com eles. Nestas correrias demoraram três meses.

1721 — Por ordem do mesmo governador foram às mesmas campanhas mais 200 índios armados para conter os portugueses nos limites assinalados que haviam passado. Foram munidos de armas, cavalos e viveres de seus Povos.

1721 — Achando-se infestada a cidade de Corrientes de infiéis payaguás, que pelo rio, fiados na velocidade de suas canoas, cometiam roubos e mortes nos cristãos, tanto índios como espanhóis, seu tenente-de-general, D. Francisco de Noguera, pediu socorro às doutrinas de guaranís e tapes que logo baixaram em oito chalupas com 163 índios bem armados, e achando-se a cidade sem uma carga de pólvora para municiar aos soldados espanhóis, os índios socorreram a estes com um quintal, conseguindo-se com este socorro livrar do perigo em que se achavam, afugentando os inimigos que por muito tempo não mais o molestaram.

1724 — Por ordem do dito governador D. Bruno de Zavalla alistaram-se 4.000 índios tapes para expulsar os portugueses que queriam povoar Montevidéu. Começaram a marchar esses 4.000, mas os portugueses desistiram do intento, em vista desse contingente de reforço. Por ordem do mesmo governador, retornaram, então, 2.000 desses índios a seus povos, no que gastaram um mês entre ida e volta. Os outros 2.000 com suas armas, cavalos e viveres, foram até Montevidéu para

lavouras. As casas e os templos ficavam, como vimos, paralisados longos periodos em suas construções. E é de admirar que, não obstante esse onus elevado imposto aos indios, tivessem as missões orientais atingido nesse periodo ao fastigio de seu florescimento econômico, cultural e religioso.

Outro aspecto prejudicialissimo, sob o ponto de vista moral e religioso, resultava dessas longas ausências dos indios, pela quebra de disciplina e maus exemplos que os espanhóis e outros lhes davam, nos lugares em que exerciam a sua atividade. Muitas vezes o padre, que sempre os acompanhava, tornava-se impotente para coibir certos abusos e vícios que

---

erguer um forte, como fizeram, trazendo com seus cavalos e mulas, fachinas e sustento de todos eles e lenha para seu uso, de distância de seis léguas, com grande trabalho. Levaram esses 2.000 indios um ano entre ida, estadia e volta aos seus povos. A eles não se deu mais do que tabaco e erva, tendo sido consideravel a perda de cavalos e mulas que sofreram. Depois destes foram para alí mais 400 indios que se revezaram com outros 400 que os substituiram e, ainda por duas vezes, mais 200 de cada vez, de sorte que esse trabalho se estendeu até o ano de 1729, revezando-se sempre por novos contingentes de indios. A este se deu, no fim do ano, apenas seis varas de pano para roupa. Sobre essa fortaleza diz o governador em seu informe: "Se não tivéssemos os indios (das Doutrinas) seria impossivel prosseguir o trabalho começado para acautelamento e defesa de Montevidéu".

1724 — Neste mesmo ano e seguintes (1725 e 1726) estiveram outros 160 indios trabalhando no forte e castelo de Buenos-Aires, por alguns anos, revezando-se os indios por diversas vezes como é notório em toda a cidade. Assistiu-os nesse trabalho o capitão D. Inácio Garí.

1724 — No mesmo ano, por ordem do Sr. vice-rei destes reinos, tomou conta do governo do Paraguai D. Baltazar Garcia Ros. Levou por ordem de s. exa. mais de 3.000 indios armados, com seus cavalos e à sua custa, quando D. José de Antiquera, resistindo a dita entrada acometeu traiçoeiramente com os do Paraguai ditos indios, estando a maior parte desarmados e não tendo os cavalos consigo. Foi no dia 25 de agosto festa de São Luiz, quando estavam desarmados em uma festa militar comemorando o aniversário del rei D. Luiz I, que Deus haja. Pereceram nessa refrega e se afogaram no rio Tibiquarí 300 indios. Perderam-se tambem nessa infeliz ação mais de 3.000 animais entre cavalos e mulas e muitas armas, que foram levados pelos paraguaios. Depois disto se alistaram mais 4.000 indios que iam para ali se encaminhando quando a imediata retirada dos paraguaios para suas terras não tornou mais necessário e os indios não passaram dos rios Paraná e Uruguai.

1725 — Neste ano estiveram os indios empenhados no cerco da cidade de Santa Fé, para atender o pedido que lhes fez o tenente desta cidade, em nome de sua majestade para defendê-la dos indios infiéis abipones e mocobis que a tinham em cerco. Aí estiveram por espaço de um mês.

1732 — Neste ano os infiéis guenoas insurgiram-se contra os espanhóis de Buenos-Aires e haviam já morto 50 moradores no Porto, alem de outros que procuraram contê-los. Foi no tempo do Exmo. Sr. D. Bruno de Zavalla que, para castigá-los e apaziguá-los convocou os indios guaranis. Vendo, porem, o perigo decorrente dessa guerra, o padre Miguel Ximenes, cura da doutrina de São Borja, com alguns caciques guenoas, parentes dos infiéis insurretos, que estão no dito povo, e outros indios, cristãos, que eram por todos 87, adiantaram-se e foram com propostas de paz aos infiéis, apresentando fortes razões para que se conservassem em paz com os espanhóis. Resistiram por espaço de seis dias, mas, por fim, vendo que forçosamente os tapes de quem tinham muito receio e a quem muito temem pela experiência que eles teem da guerra, iriam cair sobre eles, renderam-se e baixaram a Montevidéu para celebrar paz, motivo que levou o governador a agradecer aos

prejudicavam todo o trabalho da catequese jesuítica. Muitos índios, embuidos de um certo espírito de rebeldia, que sentiam na desorganização moral da colônia, voltavam aos seus povos, tornando-se aí verdadeiros díscolos.

De um deles, o índio Mbaiguá que tivera largo contacto com os espanhóis de Buenos-Aires, ficou notícia, relativa a uma conspiração para sacudir o domínio jesuítico das reduções do Uruguai. Alastrou-se a revolta, pondo em perigo a vida dos padres. Só com muito trabalho e persuação, depois de ter sido fortemente castigado o revoltoso e expulsos

---

índios guenoas cristãos e ao provincial da Companhia. Nesta empresa caminharam mais de 200 léguas, nela se demorando por espaço de dois meses.

1732 — Neste ano para defender os povos da invasão dos comuneros de Paraguai que o Pântano de Neembocú ameaçavam levar a efeito, impossibilitando houvesse ordem na província, alistaram-se novamente os índios que à sua custa se aprestaram para a luta, com armas, cavalos, marchando em número de 6.000 para o rio Tibiquari, onde estiveram quase oito meses. E depois, em Santo Antônio pouco distante do Tibiquari se mantiveram por ordem de seu governador e o Sr. vice-rei de Lima a espera do Sr. ouvidor Mirones e depois do Sr. governador Ruy Loba, ficando ali ainda depois da morte deste até fevereiro de 1734, mais de 3.000 índios. Perderam-se nestes dois anos 2.500 cabeças entre cavalos e mulas e gastaram as doutrinas para manutenção desses índios em campanha a importância de 78.850 pesos.

1734 — No fim deste ano e princípios de 1735 foram pedidos pelo Sr. D. Bruno de Zavalla 12.000 índios armados para a pacificação do Paraguai, sendo 6.000 para o Tibiquari e outros 6.000 para qualquer emergência. Sairam de seus povos os 6.000 que foram para o Tibiquari, embora 600 destes tivessem voltado das cercanias daquele rio, sem ter chegado a ele, obedecendo assim ordens de D. Bruno de Zavalla que achou isso desnecessário. Caminharam eles muitas centenas de léguas e perderam nessa ocasião mais de 2.000 cavalos e mulas, devido à peste originada em contínuas chuvas. Acrescente-se que nessa expedição quase tudo quanto executaram os soldados do Presídio, trazidos por S. Exa. de Buenos Aires, se fazia com os cavalos dos índios, pois os que trouxe D. Bruno, pertencentes a el-rei não puderam servir, porque vinham de muito longe, por maus caminhos, rios crescidos, enfraquecendo logo. Gastaram os povos nessa ocasião, 37.941 pesos e dois reais, como consta das respectivas contas.

1735 — Estando o Sr. D. Bruno na campanha do Tibiquari, neste mesmo ano, despachou S. Exa. quatro espanhóis presos no Paraguai que passariam às Doutrinas para serem custodiados pelos índios em cuja lealdade confiava. Foram com quatro soldados espanhóis e índios e os corregedores a quem exhortara os receberam em serviço de sua majestade e ficaram ali os espanhóis durante seis meses, sendo mantidos pelos índios com tudo quanto era necessário.

1735 — Nesse mesmo ano, ainda não bem concluida a campanha do Tebiquari quando o governador de Buenos-Aires, D. Miguel de Salcedo, pediu 3.000 índios armados para as cercanias de São João. Sairam em agosto no cumprimento dessa ordem, não obstante a grande miséria que os povos padeciam pela fome e falta de cavalos, que era tal que a maior parte teve de marchar a pé para servir el-rei Nosso Senhor. Saem agora outros 1.000 a pedido do mesmo governador para que juntos com os 3.000 primeiros ponham sítio à Colônia dos portugueses.

Alem do que acima fica referido, tem-se mandado espias pelos lugares por onde podem vir os portugueses de São Paulo, como tambem para as campanhas do mar do Brasil, rio Uruguai acima. Isto se fez e se faz todos os anos, remudando-se quatro povos do mesmo rio e outros quatro por outra espia que vai rio Paraná acima. Estas espias se compõem de 80 índios, cada ano e caminham pelo menos 50 léguas. São estes os serviços dos nossos índios no tocante ao governo de Buenos-Aires".

os seus partidários, conseguiram os padres restabelecer a ordem e manter o prestígio que sentiam já fortemente abalado (1).

Alem do relatório do padre Bernardo Nusdorffer que alcança até o ano de 1735, há ainda, referentes aos serviços prestados pelos índios do Uruguai, centenas de outros documentos na Coleção de Ângelis, da Biblioteca Nacional de que procuraremos fazer sintética exposição.

Pode-se afirmar, sem receio de contestação que, unicamente, aos índios missioneiros devem os espanhóis, na fase inicial da conquista, a posse e manutenção dos vastos territórios que ocuparam na banda oriental do Prata, onde hoje floresce a república irmã do Uruguai. Coube aos tapes, que fundaram os Sete Povos, a maior parcela de esforços no choque terrivel levado contra os portugueses em sua expansão e fixação no Prata. Os governadores de Buenos-Aires, por várias vezes, apelaram a este decisivo reforço sem o qual não poderiam fazer face à invasão portuguesa. E temerosos mesmo de que outras nações, tentadas pela riqueza da terra, nela estabelecessem colônias, vezes sem conta solicitaram a assistência dos missioneiros, quer como soldados, quer como operários, em suas obras de fortificação. Convinha mesmo que se localizassem em posto mais próximo da sua cidade, onde poderiam melhor atender às necessidades que a defesa impunha, ante a fundação da Colônia do Sacramento.

Deu isto origem à carta do governador D. José de Garro, ao superior dos jesuitas, datada de 12 de agosto de 1681, em que solicitava determinasse a remessa para as imediações de Buenos-Aires de 1.000 índios com suas famílias para fundar uma aldeia. Deveriam esses índios se encontrar nas proximidades do Porto em janeiro de 1682. Ao mesmo tempo seriam destacados mais 500 índios destinados a trabalhar nas fortificações daquela praça (2). Não foi atendida essa requisição pelos inconvenientes que resultariam à própria religião e disciplina dos catecúmenos, mas como o objetivo principal seria vigilância mais efetiva contra os inimigos comuns, ficou assentado ocupassem 2.000 índios (3), tirados da doutrina de São Tomé, como sucedeu, um posto avançado, aquem Uruguai, de onde procedeu São Francisco de Borja que seria, tambem, um núcleo de catequese para atrair os infiéis guenoas.

Alem dos padres que dirigem espiritualmente esse reduto inicial de defesa missioneira assiste aí, permanentemente um irmão leigo a quem fica afeta a instrução militar dos índios, disciplina e manejo das armas. Em São Borja, por muitos anos, com este encargo, residiu o irmão José Brazanelli que aliava aos seus grandes méritos de escultor e arquiteto conhecimentos de técnica militar.

Sob a ameaça de ataques de uma esquadra francesa, em 1698, e de uma dinamarquesa, em 1700, o governador de Buenos-Aires requisitou a assistência dos exércitos missioneiros que com presteza acudiram àquela praça. Da primeira vez foram 2.000 em 33 balsas, cabendo às doutrinas do Uruguai mandar 1.000 homens sob o comando do padre Domingos Rodiles e às do Paraná mais outros 1.000 dirigidos pelo padre Francisco

---

(1) B. N. Mss. I, 29, 7, 49.

(2) B. N. Mss. I, 29, 3, 10.

(3) Doc. cit. I, 29, 1, 119. Compunha-se essa colônia de 1.952 almas.

Acevedo. Em contínuos exercícios militares, à moda da Europa, haviam os padres disciplinado de tal forma esse contingente que, passado em revista pelo governador e autoridades portenhas, causaram admiração invulgar (1). O mesmo aconteceu em 1700 quando sob a direção do padre Bernardo de la Vega, cura de S. Lourenço, outros 1.000 índios dos povos, que obedeciam ao comando de seu instrutor irmão Egídio Estais, foram estacionar em São Domingos Soriano, de onde acorreriam a defesa de Buenos-Aires (2).

Uma das maiores preocupações no assédio contra os portugueses que se haviam situado nas ilhas de São Gabriel, fundando a Colônia do Sacramento, foi privá-los de elementos de subsistência que encontravam facilmente nas campanhas circunvizinhas onde o gado proliferava, e tambem no auxílio que, como vimos, lhe era prestado pelos índios cavaleiros da Pampa. Evitar, de qualquer modo, essas facilidades, foi a providência tomada pelas autoridades espanholas, incumbindo aos padres a organização de fortes patrulhas e de vaqueiros que afastassem quanto possivel das imediações da Colônia os gados que alí existiam. Essa determinação remonta aos primeiros dias da fundação do presídio português, como se verifica de documentação já estudada. E as ordens nesse sentido se repetem. Ainda em 1701, por mandado do governador D. Manuel do Prado Maldonado, de 4 de março, se determina que "os padres saiam com o maior número de índios e se encaminhem, revistem, e vão às terras comarcãs das ditas reduções, cujas campanhas consecutivamente andam conjuntas em terra firme e encorporadas sobre a costa do rio da Prata, e paragens de São Gabriel, povoação dos portugueses, rio de Santa Luzia, São Francisco, e ilhas de Maldonado, cabo de Santa Maria e Lagoa dos Patos, e seu território e campanhas tão distantes da terra firme, sem impedimentos de embaraço de rios caudalosos, e promovam a reunião e encorporação de gados vacuns uns com outros e de todos os que acharem nessas paragens, terra firme e costa do mar, disponham e solicitem tudo quanto lhes for possivel e ditos índios das ditas Doutrinas os retirem das ditas costas e os examinem e conduzam às terras imediatas e povoadas de sua assistência e reduções, para que domestiquem ditos gados vacuns e sirvam às suas mulheres, filhos, etc." (3).

Dez anos mais tarde repetem-se as mesmas ordens, mandando-se afastar do litoral os gados que alí existiam, afim de que não servissem aos portugueses que os recebiam por intercessão dos índios infiéis confederados. E, nesse sentido, são contínuas as referências dos documentos portugueses da Colônia, obrigando a seus povoadores tomá-los, nas amplas campanhas do sul, à força de armas, para sustento da praça. Mas não obstante os entraves opostos, os portugueses, como Cristovão Pereira e outros, estabeleciam em plena campanha interpostos de industrialização pecuária, extraindo couros, cebo, línguas, etc. de gados que caçavam a tiros de mosquete.

---

(1) B. N. I, 29, 7, 69.
(2) B. N. I, 29, 7, 71.
(3) B. N. I, 29, 3, 51.

Nas lutas que se sucedem desde a fase inicial das investidas bandeirantes, expugnação da Colônia do Sacramento, até os dias últimos de entrechoques com os riograndenses, todas as vezes que era quebrada a paz entre portugueses e castelhanos, coube sempre aos índios missioneiros a maior parcela de esforços e um tributo elevado de sangue.

A história da Colônia do Sacramento, toda feita de sacrifícios de vidas, quer de uma parte quer de outra, está estreitamente ligada à história das Missões Orientais, até esse momento último que marca a decadência da civilização jesuítica com a chacina de Caibaté. Assim sucede com a história do Rio Grande que se sedimenta na economia missioneira, e se entrechoca com os índios dos Sete Povos e, mais tarde, os integra a sua própria civilização, não só pelo contingente que recebe dos povos, em meados do século XVIII, como pela integração territorial dos mesmos ao alvorecer do século XIX.

Montevidéu, e com ela todo o território oriental do Uruguai, tem origem nessa defesa dos índios das Missões, em seu trabalho de fortificações e em sua assistência pronta e decisiva em todas as ocasiões em que eram chamados para defendê-la, erguendo-lhe as fortificações, ou construir as suas primeiras casas.

Aí ficam nessas páginas os serviços prestados pelos índios de que o padre Nusdorffer nos dá suas preciosas e documentadas notas.

Não termina com a expulsão dos jesuitas, em 1768, a contribuição nos serviços de paz e guerra dos índios missioneiros. Nos 32 anos que decorrem até a conquista das Missões, muitos outros prestaram aos governos espanhóis, avultando entre eles :

1772 — Construção do forte de Santa Teresa por 300 índios tirados de todos os povos, substituidos, no ano seguinte por 600 que alí se conservaram até 1778. Neste ano dispôs o governador D. Pedro de Cevallos "que regressassem estes naturais a seus estabelecimentos, o que só se verificou com uma parte deles, por haverem morrido muitos enquanto estavam no Real Serviço, e outros se dispersaram tomando novos rumos diferentes de seus povos" (1).

1772 — Ainda neste ano um novo contingente tirado dos povos foi mandado a construir a fortaleza de Santa Tecla, assediada e tomada pelos portugueses. Continuando a guerra, no campo de São Miguel foi organizado um exército sob o mando do governador D. Francisco Bruno de Zavalla, de que faziam parte 2.000 índios. Em outro campo volante, na estância de São Borja, sob as ordens de D. Juan de San Martin, mais de 250 índios formaram um corpo especial.

1775 — Com a invasão dos portugueses, pela guarda de São Martinho, sofreram as Missões prejuizos de monta, perdendo tambem muitos habitantes em várias refregas.

---

(1) Relatório do administrador geral dos Povos, em 28 de setembro de 1796. B. N. Mss. I, 29, 5, 80.

1779 — Por ocasião da guerra com a Inglaterra foram mobilizados 600 índios de guerra e mais 300 para serviços de reparo das defesas de Montevidéu.

Outros sacrifícios e trabalhos de menor monta, afastando-os de suas casas em detrimento da produção econômica de seus povos, assinalam a vida missioneira nestes últimos anos de sua decadência.

2 — *Organização social e religiosa.*

Desde os primeiros momentos de organização de suas reduções, nos tempos iniciais da catequese, procuraram os jesuitas dar-lhes as linhas fundamentais das sociedades humanas. Vindo de terras policiadas, de grandes centros de cultura e detentores, eles próprios, do mais alto saber do tempo, intentaram estabelecer, nesses aglomerados selvagens, uma civilização quase impossivel de atingir com o elemento de que dispunham. O índio tape, já sedentário e agricultor, com que fundam as suas primitivas reduções, estava ainda numa escala muito baixa na civilização aborígene do continente sul-americano. Mas, mesmo assim sobrelevava a outros pelas suas condições de docilidade e submissão à catequese jesuitica. "São eles, diz Cardiel, de gênio humilde, pueril e apoucado. Reconhecem-se por inferiores a todas as demais castas."

Recebem os primeiros padres sem grandes hostilidades, salvo algumas revoltas promovidas pelos seus pagés e feiticeiros, numa defesa natural contra os homens que lhes vinham modificar os seus costumes e as práticas de feitiçaria que constituiam seus ritos religiosos. Mesmo, assim, ante a serena atitude dos padres que traçam para suas diretrizes linhas impecaveis de virtudes cristãs, de que se não afastam, os índios vão pouco a pouco aceitando essa dominação espiritual, que estão longe de compreender em suas finalidades precípuas. Incutir no espírito dessas velhas gerações arrancadas à barbaria uma leve noção dos princípios cristãos, de dogmas religiosos, de concepções abstratas, e criar-lhes na conciência um ambiente de fé, deve ter sido trabalho sobrehumano para esses apóstolos admiraveis que formaram os primeiros núcleos cristãos.

Mais facil se lhes tornou a empresa com as gerações que sucediam. Como passo inicial para o angariamento de almas ao redil de Cristo, junto a cada igreja, que se elevava, os padres fundavam uma escola de ler, contar, música e danças religiosas, formando, desta arte, almas mais aptas a recepção da fé. Admiraveis psicólogos compreenderam, desde o primeiro instante, o valor das artes na penetração dessas conciências simples a que se impunham pelas melodias de instrumentos musicais que eles próprios fabricavam, ou com as danças litúrgicas que empregavam em suas festas religiosas. Difundindo esses conhecimentos, embora rudimentarmente, abriam ao gênio imitativo dos índios magníficas oportunidades a concretização do sentimento de religiosidade que se intensifica nas gerações porvindouras. Auxiliares admiraveis da catequese, as artes jesuíticas exerceram ação preponderante na formação cultural e cristã dos ameríndios.

Erguendo suas aldeias procuraram os padres dar-lhes, em linhas fundamentais, a organização social, política e religiosa, de que era padrão

a família cristã da época. E não faltou, mesmo, a essas incipientes sociedades humanas, divisão das castas que compunham, no século, os aglomerados sociais. Encontram, para isto, na própria organização das tribus primitivas os elementos iniciais para a formação de uma nobreza hereditária que parte dos caciques e se desdobra por gerações continuadas através de tempos imemoriais. Nos últimos anos ainda, como já salientamos, encontram-se, nos livros de batismos de São Borja, nomes de vários caciques que são descendentes diretos de outros, fundadores das reduções do Tape. A esses, como a outros que mais se destinguem por ações relevantes, concedem os governadores espanhóis, em nome del-rei, o uso do designativo de *Dom*, que lhes antecede os nomes. Cabe-lhes, principalmente, a direção pessoal de um grupo de famílias, de que são os chefes naturais (1). São tambem, na organização político-administrativa dos Povos, os elementos representativos que ocupam as mais salientes posições, ou cabos de guerra, como essa família dos Neenguirú que enchem século e meio da história das Missões, como capitães-generais, em seus fastos guerreiros.

Cardiel, em sua preciosa *Relación verídica*, nos dá um punhado de interessantes informes sobre a organização social, política e religiosa dos Povos, com cujos elementos jogaremos nesta exposição.

Os Povos eram governados por autoridades civís recrutadas entre os índios de mais merecimento e prestígio. A administração de cada Povo compunha-se de um corregedor, dois alcaides-mores, de 1.º e 2.º votos, um tenente de corregedor, um alferes real, quatro regedores, um aguazil-mor, um alcaide da Irmandade, procurador e escrivão, os quais constituiam o cabildo ou ajuntamento. Os cabildos eram eletivos, procedendo-se à escolha no primeiro dia de cada ano, sob a direção do cura que dirigia os respectivos trabalhos e examinava as conveniências de sua organização, com o aproveitamento dos melhores elementos da povoação. Realizada a eleição era a ata respectiva remetida ao governador que a aprovava, confirmando assim o voto popular.

Revestia-se de excepcional solenidade a posse dos cargos de administração da comuna. Em dia determinado toda a população se reunia junto ao pórtico da igreja, onde se colocava uma cadeira para o padre e uma grande mesa sobre a qual se viam o bastão do corregedor, as varas dos alcaides e as mais insígnias dos outros membros do Cabildo. Figuravam ainda sobre a mesa o simbólico compasso do mestre da música em uma bandeirinha de seda, as chaves da porta da igreja que pertencem ao sacristão, as dos armazens que cabem ao mordomo e outras insígnias de oficiais econômicos, alem das bandeiras, bastões e outros distintivos dos oficiais de guerra, que todos tambem são confirmados em cada ano ou mudados, como os componentes do Cabildo. Em duas filas de bancos que ficam fronteiros aos lados da

---

(1) Ainda no Livro de Batismos de São Borja (1790-1796), encontram-se os pais dos batizandos como pertecentes aos cacicados de D. Estanislao Ayarú, D. Ulderico Arazaí, D. Felipe Santiago Abaray, D. Amancio Abaeraquá, D. Inácio Abaverá, D. Henrique Apaguay e mais quatorze caciques entre os quais figura dona Maria Marta Tabacambi, cujo nome vem do cacique que recebeu no Tape, em 1627, o padre Roque Gonçalez e foi um dos pioneiros da catequese jesuítica.

mesa, à proporção que vão sendo chamados, tomam assento os membros da administração e cabos militares que foram eleitos.

A tudo preside o cura com seu companheiro e outros padres que se encontram no Povo, porque em cada um há dois ou mais conforme a necessidade. Faz aquele uma preleção, depois de ler textos do Evangelho, em que explica a significação do ato, e os males que advirão da falta de cumprimento desses deveres funcionais, e termina por chamar o primeiro dos eleitos, isto é, o corregedor para que tome posse de seu cargo. A cada posse os músicos com suas chirimias e clarins tocam alguns compassos de uma marcha festiva, enquanto os chamados vão tomando assento nos bancos que lhes são destinados. A tudo preside o contentamento do povo em geral. A estes sucedem na chamada os que fazem parte da administração da igreja, sacristão, etc., e por último os cabos e mais oficiais militares, componentes da milicia missioneira, aos quais, como aos primeiros, são entregues os seus distintivos.

Todos os Povos dividem-se em classes, tendo, cada uma delas, os seus alcaides privativos. Assim os tecedores, o ferreiro, os carpinteiros, pedreiros e mais ofícios de monta e de maior necessidade. As mulheres teem tambem os seus alcaides : são velhos de conduta exemplar e de grande devoção, que cuidam de todos os seus trabalhos e avisam em suas desordens. O mesmo acontece com os rapazes de sete anos para cima, cujos alcaides os obrigam a ir juntos para a doutrina, atos devocionais, e outros que importam em seu bem espiritual e temporal, assim como trabalhar nas lavouras do Povo, para que desde pequenos aprendam à prover a sua subsistência e se acostumem ao trabalho. As mulheres, desde sete até quinze anos, idade em que costumam casar, teem tambem as suas aias, espécies de alcaides, que as acompanham à igreja, ensinam e fiscalizam os trabalhos que lhes são peculiares.

Cada Povo está dividido em várias parcialidades que levam nomes de santos : Santa Maria, São José, Santo Inácio, etc., e que constam de oito a dez, conforme a população de cada doutrina, e cada uma dessas parcialidades teem quatro a seis cacicados, de que são chefes membros do Cabildo. Os caciques constituem a casta nobre do povo, reconhecidos pelo rei e teem o tratamento de *Dom*. Cada cacique tem trinta, quarenta ou mais vassalos, que o acompanham ao trabalho, prestando-lhe obediência e respeito, auxiliando-o a fazer a sua casa, lavouras e serviços da comunidade, mas não prestam vassalagem de tributos especiais, porque os caciques, embora considerados como nobres, não se eximem de trabalhar como qualquer um de seus vassalos. Os índios que se destacam pela prática de qualquer ofício, como sucede com os carpinteiros, estatuários, pintores e outros, ficam logo colocados em plano superior, que lhes dá certas prerrogativas de nobreza.

Desde o corregedor até o último vassalo. se confudem no trabalho Cultivando as terras da comunidade ou as suas próprias ; fazendo as colheitas que são alí de junho a dezembro de cada ano ; beneficiando a erva do Paraguai, ou carregando, para transportar madeiras dos matos afim de fazer as construções de casas, etc. e em todos os mais trabalhos vão sempre conduzidos pelo seu chefe ou maioral.

Há todo gênero de ofícios mecânicos necessários a uma povoação de boa cultura. Vê-se alí ferreiros, carpinteiros, tecedores, estatuários, pintores, decoradores, fabricantes de rosários, torneiros, *mateiros* (que são os que fabricam o mate, (cuia) vasilha em que se toma a erva do Paraguai), e até fabricantes de sinos e chapeleiros existem em alguns Povos. Alfaiates o são todos os índios para sua própria roupa. Mas, para os ornamentos da igreja, vestidos de gala dos cabildantes, cabos militares, etc. são os sacristãos, havendo tambem sapateiros especiais para fabricar o calçado destes. O índio, propriamente, de pouco necessita para si, porque como a terra é quente e só nos meses de junho e julho há algum frio, usam pouca roupa e nada ajustada ao corpo. Esta se compõe de camisa, colete de cor ou branco, de algodãc, ceroulas e calções, e um poncho que, no inverno, é de lã e no verão (que é quase todo o ano), de algodão. Poncho é uma peça de duas varas e meia de comprimento por duas de largura, com uma abertura no centro por onde enfiam a cabeça, e que lhes serve de capa. Seu uso está generalizado por toda parte, principalmente no Chile e Perú até pelos espanhóis que não se desdenham de tê-los dos mais ricos, cheios de bordados e adornos, chegando a atingir a mais de trezentos a quatrocentos pesos o seu preço. Os índios, em sua pobreza, usam os mais simples. Na cabeça trazem comumente um gorro, e outros, de mais posses, dão-se ao luxo de usar chapéu, sendo frequente tambem o uso de um lenço com que cobrem a cabeça. Não suportam meias, nem sapatos, e quando calçam aquelas trazem-nas sempre caidas, sem atar; mas, sapatos, por mais que se lhos recomendem não há forma de que os ponham nos pés. Somente nas festividades ou funções públicas, quando compreendem que o calçado faz parte da indumentária de gala, é que se animam a calçá-lo (1).

A instrução de fundo religioso foi, desde os primeiros tempos, uma das grandes preocupações dos padres da Companhia, vendo nela a base de toda sua organização social e religiosa. Já salientamos, na primeira parte deste trabalho, a fundação de escolas de ler, escrever e contar com que os jesuitas dotavam as suas primitivas reduções, na fase inicial da catequese. Era por meio da infância, educada em princípios rigorosos de moral cristã, que os fundadores dessas aldeias ainda selvagens procuravam penetrar no coração dos índios. E eram as crianças, como se disse que, ao retornar à casa, levavam aos pais uma pequena parcela do que haviam aprendido nessas escolas em que a par de outras disciplinas ensinava-se o catecismo na própria língua materna.

Já citamos o testemunho do padre Berthot que foi um dos fundadores de São Tomé, em 1632, informando que essa redução em pouco tempo "atingiu a 1.400 e mais famílias e entraram para a escola 900 crianças". E a todas as outras sucede o mesmo, pois, juntamente com a igreja que atendia às necessidades do culto, os padres faziam erguer um amplo aposento para a escola, cuja frequência era obrigatória para as crianças com idade escolar. O exemplo de S. Tomé, que apresenta para matricula de crianças em sua escola uma percentual de 1,5%,

(1) Cardiel — *Relación verídica* cit.

sobre a população da aldeia é bastante sugestivo, advertindo "um escritor moderno que é 'uma admiravel percentual que seria uma ilusão para um ministro de Instrução Pública" (1).

Na organização dos Sete Povos as escolas de ler, escrever e de música ocupam um lugar de destaque na praça principal, ao lado dos aposentos dos padres. Ficam elas no primeiro pátio, que é o dos padres, afim de que possam ser melhor fiscalizadas. Não são os padres os seus mestres, porque teem de atender a outros múltiplos afazeres e ministérios, mas, sim, alguns índios especializados no ensino que conseguiram cultura superior à comum, e demonstram notavel vocação para o ensino. Frequentam essas escolas em que alem de ler, escrever e contar, ensinam-se música e dança religiosa, principalmente os filhos dos caciques, dos vereadores (cabildantes), dos músicos, dos sacristãos, dos mordomos, e dos oficiais mecânicos, que constituem a nobreza do Povo, e tambem aos mais índios, quando solicitados pelos pais.

Com seu gênio imitativo principalmente na recópia caligráfica essas crianças são inimitaveis. Há trabalhos inexcediveis em letras de forma, de que existem originais na Coleção de Angelis, de que reproduzimos algumas páginas que demonstram a perfeição com que são feitos. E note-se que esses originais são de ex-alunos dos padres, feitos muitos anos depois da expulsão dos jesuitas. Admirando esses trabalhos dizia o padre Cardiel que faziam tão boa letra de forma e com tal perfeição que levavam os padres, muitas vezes, a julgar que se tratasse de algum trabalho tipográfico de alguma boa imprensa.

Alem do guaraní que os padres reduziram a língua escrita, organizando gramática e vocabulários, aprendiam as crianças o espanhol e muitos o latim, o que levou Cardiel a afirmar que "alguns leem com notavel destreza língua estranha melhor do que nós". Exímios na imitação, não tinham, no entanto qualidades criadoras. Os que tinham melhor registo de voz eram, desde a escola, destinados à música e ao canto. Mas toda a sua perícia estava em ler a música que se lhe dava, o que faziam com incrivel destreza e precisão absoluta. Não iam, porem, alem das expressões musicais que a pauta traduzia. E pela mesma razão de não terem gênio criador, jamais se conseguiu que se dedicassem à poesia. Tocavam, entretanto, com execução perfeita, vários instrumentos, entre os quais se destacavam o orgão e o violino.

Notaveis as bandas e orquestras que tinham em cada Povo, constituidas de trinta, quarenta e mais figuras, executando em todos os instrumentos da época. Eram os mais comuns aos Povos: violinos, de que haviam, em cada um, quatro ou seis; baixos e chirimias (uma espécie de oboé), seis ou oito; violões, dois ou três; harpas, três ou quatro; clarins, dois ou três e um ou dois orgãos.

"Em todas as missas de cada dia, informa ainda Cardiel, sempre estão os músicos cantando e tocando até o fim, sob grande silêncio e veneração do povo. Ao princípio, até o evangelho, tocam orgão, chirimias, harpas e violinos. Do evangelho até à consagração cantam algum

(1) F. Lerida. *Cartas y datos.* B. Aires, 1919, pág. 13 cf. Furlong. *Los Jesuitas y la Cultura rioplatense.* 119.

salmo das vésperas com todos os instrumentos juntos. Depois cantam um qualquer motivo em latim, ou castelhano, ou em seu próprio idioma, ou algum hino, variando todos os dias a letra ou a composição. E isso até o fim em que tangem os seus instrumentos".

Complexa e dificil, ao princípio, a organização religiosa das reduções. Só a larga experiência no contacto diário com os índios, o conhecimento exato de suas tendências nativas, e a compreensão dos meios mais eficazes para chegar até à conciência rudimentar que se lhes formava com o exemplo, poderiam conseguir atraí-los e iniciá-los nos mistérios da Fé. Formado esse ambiente muito superficial a que a menor contrariedade poderia desfazer, pela sua ingênita incompreensão das coisas imateriais, mister era mantê-lo e alimentá-lo para que não se perdesse o trabalho precioso da catequese. Mesmo as crianças, já de formação jesuítica, mais acessiveis, portanto, à percepção dos ensinamentos religiosos, pelo seu baixo nivel de inteligência criadora, e pelo seu carater em que predominavam traços acentuados de indolência e apatia, não constituiam material humano facil de amoldamento intelectual.

E' ainda o precioso padre José Cardiel, que tinha sido, nos dias tempestuosos da Demarcação, cura de São Nicolau, quem nos fornece dados muito precisos e interessantes sobre a capacidade do índio em confronto com as outras raças, por mais baixas que fossem as suas origens.

Conta-nos Cardiel que conheceu um mulato, filho de espanhol e de uma preta, que sendo muito moço foi para as missões. Em uma das doutrinas casou-se com uma cacique, cujo cacicado perdera a linha varonil. Parece que o caso era único nas missões, porque os índios nunca se casam se não com os seus semelhantes (1). Ficou ele residindo no Povo para cuidar dos seus vassalos. Sabia ler e escrever e portava-se muito bem e por isto foi mordomo da casa dos padres, o que é mesmo que ser de todo o Povo. Logo não só os padres, como os administradores de outros Povos o chamavam para visitar as estâncias, que é encargo de monta, valendo-se dele como de um irmão coadjutor. Em um rincão da estância tinha esse mulato grande criação de vacas, cavalos e mulas, de sua própria casa, de que cuidava com muito acerto. Fez ainda uma boa lavoura de fumo, tinha canavial fazendo algumas arrobas de tabaco e açucar que vendia, por intermédio do irmão procurador da Companhia, para Buenos Aires, ou para as próprias necessidades do Povo. E assim tinha vida próspera e farta. Reconhecia-se nele capacidade, espírito econômico, e honra de espanhol de mediano entendimento. Seu cura e demais padres o ajudavam para

---

(1) Parece isto demonstrar a inferioridade dos tapes sobre os guaranis, cujo entrelaçamento com espanhóis se deu largamente nas origens do povoamento do Paraguai e do Prata, criando uma raça forte de conquistadores e sendo a origem das famílias de grande projeção continental. O mesmo sucedeu no Brasil que nos mamalucos tem origens nobilíssimas, trazendo de grandes caciques, no norte e no centro, um sangue magnífico que enche de fulgor, bravura e inteligência largas páginas da nossa história. E, mais modernamente, na formação primitiva do Rio Grande, é exatamente o carijó, nessa grande família dos Brito Peixoto, que se desdobra e funda os alicerces da genealogia riograndense. Veem daí os Pintos Bandeiras, os Guterres, e os troncos mais notaveis da família riograndense.

que sempre assim se mantivesse. Mas, esse exemplo de nada servia aos índios, que jamais o imitavam.

Os filhos desse mulato, que viveu longos anos, sairam mais capazes e econômicos do que os demais índios, mas, ainda inferiores a seu pai. E' o que sucede com essas gerações. Casa-se uma india, das que fogem aos espanhóis, com um indio de sua nação e ainda que os filhos e netos vivam no meio dos espanhóis, não se erguem de seu nivel de incapacidade, incúria, estupidez e falta de habilidade para a vida prática. Casa-se com um espanhol, o que raras vezes sucede, por circunstâncias especiais, e seus filhos saem mais habeis, pelo que participam de seu pai. Os netos são ainda melhores e os bisnetos já não se distinguem dos outros espanhóis. Esse entrelaçamento seria a única solução para levantar o nivel intelectual e de capacidade de trabalho para os índios, mas o espanhol considera o índio tão vil e baixo que mais facilmente se casará com uma bastarda, com uma mulata ou uma negra do que com uma índia. Erra nessa apreciação, porque o índio é tão livre como o branco e pelo que concerne ao sangue não tem ele impedimento para função política ou eclesiástica, mas o bastardo, o mulato e o negro, são incompativeis para todos os cargos. Mas, como veem a pobreza dos índios insistem os espanhóis em perseverar nesse erro (1).

Como se deduz da demonstração, deveria ter sido bastante dificil a missão a que se propusera o jesuita para trazer a civilização e incutir no ânimo desses pobres índios, de uma primitividade infantil, princípios abstratos que consubstanciavam a sua fé imensa. De muito lhes valeram para isto, como meios mais práticos, as exterioridades do culto. Veem daí as festas suntuosas, que causavam admiração e respeito; as grandes catedrais que se erguiam, impondo, às suas conciências em formação, um sentimento quase inexplicavel de beleza, e as artes, todas elas, tocando uma sensibilidade que despertava para a vida. Admiravel o trabalho desses homens que teriam de fazer de um barro quase inamoldavel, entes humanos tocados pela fé divina, que só se percebe e recebe pela inteligência e pela formação moral.

O cura de cada aldeia, o seu companheiro e os irmãos que o assistiam, deveriam ter qualidades excecionais e altas virtudes cristãs. Um deslize, um pequeno senão moral, uma falha de carater e tudo estaria perdido, pela tendência natural dos catecúmenos a quem só poderia refrear a vida ilibada e exemplar dos padres. Sem grande fiscalização direta eles só tinham para guiá-los, ao princípio, a fé e a conciência de que tudo, sem medir sacrifícios de qualquer espécie, era feito pela glória do Senhor. E excederam-se a si próprios, na consecução de colherem os frutos sazonados da vinha que cultivavam.

Mais tarde, alem das regras em que enquadravam as suas ações, dentro dos postulados gerais da Companhia, e das prescrições indeclinaveis da mesma religião, baixou o padre Tomaz Donvidas, em 1689, um Regulamento Geral das Doutrinas, aprovado pelo geral padre Tirso. Estão nele codificados os preceitos de ordem espiritual e temporal que presidem à ação dos padres doutrineiros e de seus companheiros, em

---

(1) Cardiel. *Relación verídica*, Cod. mss. cit. fls. 50.

cada um dos Povos dirigidos pela Companhia. Traçam-se em linhas gerais, normas rigidas de conduta moral, de assistência e de fiscalização mútua, entre os padres, e dependência a seus superiores. Alem do provincial, que superintendia os negócios de toda a província, havia no Paraná um superior auxiliado por quatro consultores, e o vice-superior no Uruguai, por outros quatro, tendo cada um dos superiores um monitor. "Para os casos urgentes de guerra havia quatro superintendentes nomeados pelo padre provincial: um no Uruguai acima, outro no mesmo rio para baixo, outro na outra banda (oriental) do Uruguai e outro no Paraná acima. E cada um deles terá dois consultores para as coisas da guerra" (1).

Em cada Povo assistiriam dois padres sendo um o cura e outro companheiro, subordinado àquele, como tambem os irmãos coadjutores que se tornassem mister, encarregados da assistência temporal da doutrina. O Regulamento que é extenso prevê todos os casos relativos ao trabalho dos índios, suas obrigações para com os padres e o povo, estipêndio quando em serviço de outras doutrinas, laços de família, e castigos pelas faltas cometidas que iam da reclusão em cárcere, com grilhetas, até três meses, aplicando-se-lhes nesse espaço de tempo "quatro vueltas de azotes de a veinte e cinco por cada vez". Os crimes de homicídio importavam na pena de prisão perpétua. Os caciques, corregedores e alcaides não poderiam ser castigados sem ordem expressa do superior e isto mesmo somente com admoestações em carater particular. Atende o Regulamento aos mais variados aspectos da vida administrativa, econômica, e espiritual das reduções, e deveres dos sacerdotes e dos índios.

Não tinha residência fixa o vice-superior dos 7 Povos de Missões, mas durante anos o encontramos em São Borja. Aí esteve muito tempo o padre Salvador de Rojas, que exerceu esse cargo. Ao tempo da fundação dos Povos era vice-superior do Uruguai o padre Alonso de Castillo a quem sucede o padre Antônio Ximenez. Mais tarde, em 1730, aparece o nome do padre Jerônimo Herran, como superior.

Poucas são as indicações sobre os padres que dirigiram os Povos, como curas e companheiros, desde sua fundação até o início de sua decadência com a guerra da Demarcação. Em pesquisa assaz trabalhosa foi possivel dar, mais ou menos, os nomes dos seus fundadores. Muitos outros, vultos de alta significação da Companhia passaram por alí, deixando magníficos atestados de virtude cristã e de afanosos trabalhos. Humildes e desconhecidos seus nomes desapareceram na voragem do tempo. Apensa ao *Catalogus* de 1744 ficou, no entanto, uma relação preciosa sobre os jesuitas que nesse ano dirigiam os 7 Povos, que são os seguintes :

1.º — São Nicolau — Cura padre Rafael Genestar, professo ; companheiro, padre Miguel Starimon ;

2.º — São Luiz — padre Segismundo Aperger, prof.; companheiro do padre Laurêncio Daff, prof.;

---

(1) Padre Tomaz Donvidas. *Reglamento general.* Tesch. I, 389.

3.º — S. Lourenço — cura padre Francisco Xavier Limp, prof.; comp. padre Jerônimo Zacarias, prof.;

4.º — São Miguel — cura padre Diogo Palácios, form.; comp. padre Francisco Rivera, prof.;

5.º — São João Batista — cura padre Luiz Charlet, prof.; comp. padre João Batista Marquesetti, prof.;

6.º — Santo Angelo Custódio — cura padre José Martin prof.; comp. padre André Fernandes, prof.;

7.º — São Francisco de Borja — cura padre José Guinet, form.; comp. padre Jacob Tankuntsen, form.

3 — *Expansão econômica das missões.*

A criação de gados constituiu uma das maiores preocupações dos jesuitas na fase inicial de fundação dos Sete Povos. Organizadas as estâncias, depois de destruidas as vacarias, é delas que os padres vão tirar os elementos essenciais à subsistência de seus catecúmenos. À profissão de vaqueiro dão desde logo uma grande importância considerando-a uma das primeiras entre as diversas classes em que se divide a organização social das Missões. Ao princípio o custeio do gado estava a cargo de índios que acompanhados de padres ou de irmãos iam às estâncias fazer rodeios, trabalho que consistia em reunir o gado em lugares predeterminados, a que depois se acostumava. Citamos já várias vezes o nome do padre Juan de Yegros que foi o fundador da estância de S. Luiz e um dos primeiros vaqueiros dos Povos, conseguindo transportar para aquela estância, em duas vezes, quarenta mil vacas. A contagem do gado cabia aos índios cantores, havendo alguns, como um velho já citado anteriormente, que o contava pelas contas do rosário.

Mais tarde a necessidade de maior vigilância e efetiva assistência determinou a fundação de postos nas diversas invernadas em que se dividia cada estância, alem da própria sede, que se tornou residência de um padre e um irmão que nelas assistiam. Como já dissemos teem origem nessas estâncias e postos as mais antigas povoações do Rio Grande do Sul. São fundações dessa época, S. Pedro, Tupanssiretã, Santa Maria, Santa Tecla, e grande número de cidades e vilas que hoje florescem no território riograndense.

No esboço de geografia econômica atrás inserto vê-se a extensão que abrangiam essas estâncias desde a atual Vacaria, que foi primitivamente estância de S. Luiz, Rio Pardo, até o Camaquã, a entestar com a Vacaria do Mar.

No apogeu de seu florescimento chegaram os Povos a contar em suas estâncias número aproximado a um milhão de cabeças de gado de toda a espécie, principalmente bovinos. Duas estâncias, as de Japejú e S. Miguel, pela sua grande extensão territorial, substituiam as vacarias que haviam sido extintas devido à desordenada exploração de seus incontaveis rebanhos. Alem disto as constantes arreadas de espanhóis, portugueses e índios contribuiam para completar essa destruição.

Em 1725, com o estabelecimento do capitão João de Magalhães, que ao sul do canal do Rio Grande ergueu um interposto para a passagem dos gados da Pampa, intensificou-se grandemente a extração de tropas de animais vacuns que subiam para a Laguna pelos caminhos do litoral afim de abastecer não só esta vila como Curitiba, São Paulo e Rio. Antes mesmo dessa data já os espanhóis que exploravam as campanhas das vacarias mantinham largo comércio de gado com Laguna. Em carta datada de 22 de janeiro de 1723, o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto comunica ao governador de S. Paulo que, nessa data, alguns espanhóis trazendo 800 cabeças de gado para serem vendidas naquela povoação, aguardavam na parte sul do canal a licença respectiva (1). Alem desse fornecimento, como já vimos, não era menos notavel a contribuição de Cristovão Pereira, o grande desbravador das campanhas do Rio Grande do Sul.

Fundado o interposto de João de Magalhães acorrem logo João da Costa e Estácio Pires, capitães das campanhas da Vacaria que com mais oito companheiros, perante o tenente-general David Marques, no sítio em que estava localizado João de Magalhães, assinam uma obrigação de "fazer com cavalos nossos todo o gado vacum e cavalar que pudermos na Pampa da Vacaria o qual amansaremos e conduziremos a este Porto do Rio Grande de S. Pedro e o passaremos o dito rio e depois marcado o deitaremos nas campanhas desta parte para S.M. que Deus Guarde e pela Páscoa faremos a primeira entrada e chegados que sejamos dali um mês faremos outra e nesta forma iremos seguindo as mais, etc". Assinam a obrigação feita pelo escrivão Lázaro de Lemos, alem desses dois capitães, Inácio Duarte, Custódio Pedroso, Inácio Valhacari, Aniceto de Brito Gaspar, índio tape, Hilário Machado, José Varire e Francisco Medina, a que logo se reunem Francisco Pinto (Bandeira) e a Manuel Braz (Lopes), mais tarde fundadores de Viamão (2).

João de Magalhães, cumprindo determinações que recebera, secundava "o trato e amizade com os índios minuanos", dos quais recebia grande quantidade de gado que esses índios iam arrebanhar nas estâncias das Missões.

Poucos anos depois, esgotados os campos da Vacaria dos Pinhais, onde se apossam de perto de uma centena de milhar de cabeças de gado vacum, os tropeiros lagunistas estendem os seus currais nos campos de Viamão, indo até às alturas de Sapucaia, quase a entestar com a Serra. Em 1734, três anos antes da fundação do Presídio, entre os rios Tramandaí e Rio Grande já se contavam 27 estâncias "assim de éguas como de vacas", que representavam enormes latifúndios (3).

No ano seguinte, novamente os castelhanos assediam a Colônia do Sacramento, de cujas proximidades haviam retirado todo o gado, com o intuito de privar essa praça de meios de subsistência. Apela a

(1) *Doc. Inter. para a Hist. de S. Paulo.* Vol. 32.
(2) Arq. Nac. Col. 453-1.°. *Ordens régias de S. Paulo.*
(3) Borges Fortes — *Povoamento do R. G. do Sul,* 124.

Colônia ao socorro dos criadores riograndenses, que fornecem 850 cabeças de gado vacum, alem de 500 que são retiradas das estâncias d'El-Rei (1).

Em pesquisas realizadas no Arquivo de S. Paulo o general João Borges Fortes encontrou interessante documento sobre a atividade dos primeiros tropeiros que exploraram as campanhas riograndenses. E' uma "Lista dos Fronteiros que se acham no Distrito desta Vila da Laguna, nas campanhas do Rio Grande". Constam dela sessenta e quatro nomes, um terço dos quais iremos mais tarde encontrar entre os grandes troncos genealógicos da família riograndense (2).

Alem dos minuanos, que são os grandes fornecedores de gado aos tropeiros e estancieiros do Continente, aparecem tambem inúmeros tapes, egressos das reduções, que manteem largo comércio de tropas não só com a Colônia do Sacramento como tambem com os primitivos povoadores do Rio Grande Estes últimos se integram difinitivamente às origens do nosso povoamento e os vamos encontrar, quando, fundado o Presídio, registando, alí, os primeiros batismos, em 1737, de "filhos de tapes das Missões da Companhia".

O avanço dos tropeiros no território até então ocupado pelas estâncias dos Sete Povos determina o recuo dos jesuitas que extremam a exploração da sua pecuária a linhas menos acessiveis à invasão dos portugueses. Alem da Vacaria dos Pinhais, de que os tropeiros extraem inúmeras tropas que vão constituir o núcleo das primitivas estâncias que se estendem do nordeste até os campos do Viamão, vadeando o Rio Grande, entram na Terra dos Tapes, onde ficam as grandes estâncias de S. Luiz e S. Lourenço, de que retiram numerosos rebanhos. E à pressão, cada vez mais forte, dos tropeiros, recuam os jesuitas os seus estabelecimentos de criação até a parte ocidental do Jacuí, e Vacacaí, linha que tacitamente extrema, pela expansão portuguesa, os limites entre o Continente e as Missões. Pelo mesmo motivo de insegurança os ervais de S. Borja que se estendem até às margens ocidentais da Lagoa dos Patos são completamente abandonados pelos índios missioneiros.

Não obstante as contínuas depredações dos índios infiéis que iam até ás proximidades dos povos fazer grandes arrebanhamentos de gado para vender aos portugueses, tal era a quantidade existente nas estâncias das doutrinas que a quebra era logo compensada pela produção. Entre as maiores, a estância de Japejú que ocupava extenso trato de terra estendido entre os rios Ibicuí, Uruguai e Quaraí dentro do atual território riograndense e deste último até o Arapeí, no Estado Oriental, ainda em 1768, quando da expulsão da Companhia, segundo inventário da época, contava em suas extensas invernadas quantidade superior a 500.000 cabeças de gado vacum, 4.000 cavalos e 70.000 ovelhas. E a da Cruz que lhe ficava contígua, tinha 40.000 vacas e 60.000 cavalos. S. Miguel, em cuja estância, por ser mais próxima da raia portuguesa, mais se fazia sentir a pressão dos tropeiros do Rio Grande, ainda tinha em suas invernadas 30.000 vacas

(1) Fonseca Galvão. *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna*. Pág. 45.

(2) Gen. Borges Fortes — *Tropeiros* Sep. Anais II Congres. Hist., 8.

e 300 cavalos (1). Excluindo a estância de S. Borja, cuja população pecuária não consta da citada estatística, mas que outra (2) orça em 11.962 cabeças, vemos que o gado existente, segundo aqueles dados nas estâncias das Missões era o seguinte: vacas, 605.148; cavalos, 70.484 e ovelhas 85.083. Mais completo e detalhado o inventário, existente na *Col. de Ângelis*, do administrador geral espanhol que recebe dos jesuitas, em 1768, os Povos de Missões.

Consta aí que havia nas estâncias dos 7 Povos 967 vacas leiteiras, 65.083 cabeças de gado de rodeio, 7.859 bois, 3.307 éguas, 58 potros, 3.419 cavalos, 1.037 mulas, 67 burros e 37.930 ovelhas.

Pelos respetivos Povos assim se descriminam essas quantidades:

POVOS	VACUM	CAVALAR	MUAR	OVELHUM
São Nicolau	20.376	1.031	195	18.471
São Luiz	7.579	838	174	1.966
São Lourenço	4.824	441	67	1.056
São Miguel	20.288	2.095	164	1.691
São João	4.235	313	200	713
Santo Ângelo	3.685	436	138	408
São Borja	11.922	1.630	166	13.245

Não estão aí incluidas as grandes estâncias de Japejú e La Cruz, ainda em território riograndense e respectivamente com: Japejú vacum, 62.679; cavalar, 8.998, muar, 2.140 e ovelhum, 46.118. Cruz vacum, 33.600; cavalar, 5.800; muar, 140; ovelhum, 2.700 e caprino 340.

Mau grado a incúria e a natural indôlencia dos índios, a lavoura e a exploração dos ervais dos Povos representam-se na estatística citada com 16.300 arrobas de algodão e 14.700 arrobas de erva mate, cabendo a Santo Angelo respectivamente com 4.000 arrobas de algodão e 5.000 de mate a maior produção. E isto se verifica quanto ao mate porque em-quanto os outros Povos exploravam ervais que ficavam distantes e os hortenses plantados junto ás povoações, Santo Ângelo era detentor dos antigos ervais nativos de Concepcion, no Nhucorá e Conceição, que ficavam próximos a sua sede.

Mas, não era sem grande esforço que os jesuitas conseguiam esse resultado. Com mais de um século de educação e de exemplos, não haviam conseguido modificar a tendência dos índios á indolência fundamental da raça. Trabalhavam porque se viam compelidos a isso pela vigilância contínua dos padres e pelo temor de castigos corporais que lhes eram aplicados se não atingiam ás tarefas designadas. E jamais excediam aos limites em que estas se enquadravam.

Observa o padre Cardiel "que se conseguissem trabalhar quatro semanas teriam o suficiente para comer todo o ano, como sucede com os mais capazes e diligentes. A terra é muito fertil, mas geralmente é tal a dissídia do índio que para os amanhos da lavoura se marcam seis meses

(1) Invent. cit. Teschauer I, 38.

(2) Estatística dos Povos. 1768. B. N. Mss. I, 29, 5, 42.

para preparar a terra, semear, limpar e fazer a colheita. Com tudo isto o maior trabalho que teem os curas é obrigá-los que lavrem e semeiem o necessário para o sustento, todo o ano, de sua família, e é preciso com muitos usar de castigo para que o façam, por seu própio bem. Procuram os curas visitar com frequência as suas lavouras e mandam tambem a elas indios fieis que lhes dão conta de tudo. Muitos, mesmo, marcam com um cordel o terreno que o índio deve lavrar e plantar afim de que consiga colher o suficiente para a subsistência de sua casa, durante um ano, impondo-lhe penas de um certo número de açoites se não cumprir essa tarefa. O índio se cifra ao dia que transcorre, porque seu espírito acanhado e percepção limitada não alcança o futuro. Não há razão que o convença, nem mesmo a experiência da fome que experimentou no ano anterior, por haver lavrado e colhido pouco. Outros padres tomam o alvitre de fazer lavrar o terreno por turmas, isto é, todos os indios que estão sob a direção de um cacique, ou os de uma parcialidade inteira "(1).

As suas principais lavouras consistem em milho, batatas, mandioca e legumes e outros grãos em menor escala. A mandioca, de que fazem uma espécie de pão, é o seu principal alimento.

"Não se dedicam muito ao plantio do trigo, e poucos são os que o semeiam e comem cozido ou moido, e uma espécie de torta sem levedo, como sucede com os pratos que preparam com o milho. Alguns sabem fazer um bom pão, porque foram padeiros na casa dos padres onde se faz pão para eles e para os enfermos, duas ou três vezes por semana. A esses padeiros substituem outros que se aplicam ao fabrico do pão e assim há muitos que o sabem fazer, mas para si só o fazem em suas festas principais. E' muito trabalho para o índio plantar o trigo, colhê-lo, prepará-lo, deitar o sal, o levedo, e esperar que esteja em condições de levá-lo ao forno, etc.

Não faz isto senão obrigado. Plantam tambem canas de açucar, em pequena quantidade e algumas árvores frutíferas." Muito custa conseguir que cada um plante o algodão necessário para vestir-se. O linho dá bem nestas terras, mas seu preparo exige muito trabalho e cuidado, de sorte que excede a capacidade dos índios.

Alem da lavoura particular de cada família que denominavam *ambambae* (aba-índio,mbae-coisa), havia tambem a lavoura da comunidade, o *tupambae* (coisa, propiedade de Deus). E a esta organização pertenciam tambem as grandes estâncias dos Povos e os ervais nativos que exploravam em conjunto.

É ainda Cardiel quem informa sobre o assunto.

A maior colheita conseguida pelos índios não ultrapassava de 3 a 4 fanegas de milho, quando seria possivel colher mais de vinte se trabalhassem como era devido. Mesmo, assim, apesar de colher tão pouca quantidade, se a leva para a casa, desperdiça sem cuidado tudo quanto tem, comendo sem regra, presenteando aos outros os grãos que colheu, ou "vendendo aos outros por um o que realmente vale dez". Para evitar isto obrigam-nos os padres a guardar nos celeiros da comunidade, em sacos rotulados com seus nomes, o excesso de um saco que fica em sua casa. A

(1) Cardiel. *Relación* cit.

proporção que este vai acabando se lhe fornece outro e assim por diante, dentro da mais rigorosa fiscalização de consumo, o que se impõe devido á sua incalculavel desídia.

Estas e outras providências sobre a economia temporal dos índios dão aos padres maior trabalho do que as de ordem espiritual. É necessário ter muito cuidado com ela, porque depende do bem estar material do povo, maior facilidade para as coisas espirituais, pois, quando bem providos e alimentados assistem com alegria e maior fervor as obrigações do culto, frequentando a igreja e assistindo com pontualidade aos sacramentos. Mas, se teem fome ou outro trabalho, descuram eles tambem de Deus e de seus deveres religiosos, ao contrário do que sucede com a gente culta.

Nessas ocasiões desertam o Povo, fugindo para os matos onde vão procurar o que comer, ou dando sobre os rebanhos, nos pastoreios ou campos de criação a que chamam estâncias, matando vacas e bezerros novos, pelos quais teem especial predileção.

Em vista dessa incapacidade econômica para se abastar a si próprio com o produto de suas lavouras, organizaram os jesuitas o *tupambae*, ou lavoura da comunidade. Plantam-se aí mandioca, milho, feijões, algodão e várias espécies de leguminosas. O mesmo sucede com os gados maiores e menores que teem suas grandes estâncias, dando-se, porem, a cada família uma junta de bois para lavrar as suas terras particulares, aos quais matam, muitas vezes, para comer.

Durante seis meses são obrigados a trabalhar nas lavouras da comunidade às segundas e sábados, estando disto isentos os tecedores, ferreiros e outros oficiais mecânicos, durante o ano inteiro, revesando-se por outros quando é necessário mandá-los às suas roças particulares. Estes oficiais não trabalham em suas casas e sim nas oficinas que ficam nos pátios junto à casa dos padres, e o seu pagamento é feito em produtos retirados dos bens comuns.

Os frutos da comunidade são destinados à distribuição de sementes aos que não as teem, quer por haver consumido toda a sua produção ou por haver perdido, devido a causas independentes de sua própria vontade; às recolhidas, que são mulheres abandonadas pelos maridos, ou outras que em uma casa especial ficam sob a guarda da comunidade; aos que viajam em benefício da doutrina; às crianças, e aos transeuntes e hóspedes que a todos de qualquer nação ou cor se dá guarida e facilita todos os meios de transporte, sem indenização por estes serviços.

Os algodoais comuns concorrem com sua produção para vestir os jovens de um e outro sexo, o que é feito pelo padre, porque sem esta providência andariam todos nus. Serve o algodão, tambem, para estipendiar os que vão extrair e preparar a erva, como para as roupas das viuvas, recolhidas, velhos e impedidos, e é o prêmio comumente conferido, nas festas, aos que melhores serviços de carater militar ou político prestam ao Povo. Grande parte da produção do algodão é vendida em Buenos Aires e Santa Fé e com o resultado da venda se adquirem utilidades necessárias como ferro, panos, ferramentas para uso comum, e sedas e adornos para as igrejas.

Fazem-se tecidos de algodão branco e de cores, fios de toda a qualidade e panos de listas coloridas. O processo adotado é o seguinte: À cada índia se dá meia libra de algodão no sábado para que traga preparado na quarta feira seguinte uma terça parte desse peso, porque dois terços são levados à conta de semente. Neste dia se lhe dá mais meia libra para que traga no sábado seguinte. Nos dias designados todas essas mulheres se apresentam no corredor externo da casa do padre e alí seus alcaides velhos recebem e pesam as tarefas que todas trazem em novelos, pondo em cada um deles um pequeno pedaço de cana em que escrevem o nome da fiandeira. Feito isto vão dispondo em lotes de cem novelos que são pesados mais uma vez em conjunto. Se houve fraude no peso, é imposta à índia uma penitência correspondente à sua falta. O padre a quem é entregue toda essa produção manda-a ao mordomo por escrito afim de ser armazenada. Não assistem os padres a essa reunião, devido ao recato que guardam nas relações com o outro sexo.

Diz Cardiel que, em Japejú, onde assistiu como cura, tinha sob suas ordens, diariamente 38 tecelões, havendo mais ainda em outros Povos. Destes, oito eram especializados na tecitura de panos listados. Dava-se a cada um quatro arrobas de fio que correspondia a 200 varas de pano com uma de largura. Pelo seu trabalho cada tecedor ganha seis varas de pano. Sucede, às vezes, encontrar, no trabalho, alguns novelos de fio em que ardilosamente as índias puseram pequenos pedaços de pedra ou terra, procurando aumentar o peso para diminuir a tarefa. Pelo nome que identifica o novelo de fio é conhecida a fraudadora que recebe a adequada penitência. O algodão produzido nas lavouras particulares, depois de fiado pelas índias, era mandado para tecelagem por intermédio do mordomo, que o devolvia em pano aos agricultores.

4 — *Desdobramento das populações missioneiras.*

A copiosa documentação estatística do movimento das populações dos Sete Povos Orientais do Uruguai, que abrange o século que medeia entre sua fundação e a expulsão dos jesuitas, existente na *Coleção de Ângelis* (1), e de que adiante se inscreve detalhado quadro, servir-nos-á de base para a apreciação do florescimento e decadência dos Povos missioneiros. Outros elementos completarão esse estudo.

No primeiro meio século, que decorre desde a fundação de São Francisco de Borja, em 1682, até o apogeu do florescimento das Missões, em 1732, a curva ascencional do crescimento populativo não apresenta soluções de continuidade. Foram, como vimos, em número de 1.952 índios, oriundos de São Tomé, os primeiros que, naquela data, transpondo o rio Uruguai, se fixaram em sua margem oriental, para fundar São Borja. Cinco anos mais tarde, resolvida a trasladação de mais três Povos, São Nicolau, S. Luiz e São Miguel, que vão repovoar a região do Piratiní, recebe tambem S. Borja novo contingente de colonos, que

(1) B. N. Mss. I, 29, 1, 119.

não excede de mil almas. Os outros Povos, como se detalha, teriam sido fundados com três mil índios, em média, cada um, dando assim para povoamento inicial dessas fundações uma população máxima de dez mil almas que, em 1690, com o crescimento vegetativo já se eleva a 16.673 almas desdobradas em 4.284 famílias. Para dar uma idéia desse crescimento assinale-se que o total dos batismos realizados no período de 1690 a 1707, nos seis Povos então fundados, atinge a 7.578, cabendo a maior parcela a S. Nicolau com 2.054 batismos. Seguem-se S. Luiz com 1.341, S. Borja, 1.264, S. Lourenço 1.218 e São Miguel, que concorre com parte de sua população para fundar São João, 975 e este último com 730.

O decênio de 90 marca acontecimentos de monta que influem diretamente sobre o movimento das populações missioneiras. Entre eles avultam a contribuição dos Povos para a defesa do porto de Buenos Aires, e uma peste de varíola que dizimou, em 1698, as doutrinas do Uruguai, fazendo-se sentir com mais intensidade em S. Nicolau, cuja população ainda quatro anos depois acusava o decrescimento de 1.200 almas; S. Luiz e S. Miguel que mostra no balanço entre nascimentos e óbitos uma diferença para menos de 68 unidades. A população nesse ano já era de 20.946 almas e o obituário regista 632 unidades correspondendo a 5% de seu total. Quatro anos depois, em 1702, ainda se faz sentir esse decréscimo, pois a cifra da população deste ano, 20.086, ainda não atingira à daquele, sendo de notar que só neste último ano os batismos se elevam a 1.453.

Santo Angelo, fundado em 1706, concorre já para a estatística da população do ano seguinte com 2.879 almas correspondentes a 737 famílias, elevando o total da população para 26.126. Desta data em diante até 1732, ponto culminante da curva ascencional, não obstante serviços de guerra, trabalhos de campo, obras de fortificações e outros, que desviam momentaneamente os índios, acentua-se o aumento gradativo dos Povos missioneiros.

E' exatamente neste ano que as Missões atingem o máximo de seu florescimento populativo, industrial e artístico. Contam, então com uma população de 39.343 almas, sendo S. Nicolau o mais populoso dos sete povos com 7.751 habitantes, seguindo-se S. Lourenço com 6.513, S. Luiz com 6.182, S. João com 5.274, Santo Ângelo com 5.085, S. Miguel com 4.859 e, finalmente, S. Borja com 3.679 habitantes.

Quase um decênio de paz, de trabalho, de recolhimento aos seus lares, cuidando de suas lavouras, dedicando-se à indústria e às artes em que eram exímios, assinalaram os índios com o aumento da população dos Povos, uma era de riqueza e bem estar geral. Mas não tarda lhe sejam impostos novos sacrifícios que vão influir, de forma decisiva, sobre o estado geral de sua população. Em 1733 começa o declínio (1) que se acentua fase por fase da vida dos Setes Povos. Nos documentos

(1) *Estado dos Povos.* B. N. I, 29, 5, 42.

ANOS	TOTAL		...UEL	S. JOÃO BATISTA		SANTO ÂNGELO	
	FAMÍLIA...		ALMAS	FAMÍLIAS	ALMAS	FAMÍLIAS	ALMAS
1690	4.248		4.195	—	—	—	—
1694	4.813		4.592	—	—	—	—
1698	5.031		1.885	765	2.832	—	—
1702	5.289		2.197	724	2.690	—	—
1707	6.286		3.100	776	3.361	737	2.879
1711	5.810		3.254	589	3.088	632	3.160
1715	6.596		2.823	825	3.850	732	3.026
1719	6.448		3.441	892	3.722	881	3.470
1724	7.200		3.972	967	4.629	924	4.052
1729	7.583		4.710	965	4.111	938	4.745
1732 (1)	9.835		4.859	1.319	5.274	1.272	5.085
1735	6.538		4.073	1.042	5.129	945	4.557
1740	4.736		4.740	484	2.171	1.268	5.228
1745	5.947		6.675	688	2.925	1.099	4.818
1749	6.129		6.695	803	3.271	1.122	4.838
1753	6.556		6.229	900	3.892	1.180	5.417
1757	3.512		2.972	796	3.880	351	3.368
1762	4.530		4.038	940	4.017	445	3.863
1766	4.747		3.011	912	3.829	658	2.710
1768 (2)	4.766		3.556	930	4.106	710	2.820
1784 (3)	4.183		1.973	597	2.388	496	1.986
1794 (4)	3.968		2.334	481	2.018	341	1.448
1801 (5)	3.477		1.900	400	1.600	440	1.960
1814 (6)	1.614		706	138	554	80	320
1822 (7)	58...		600	75	300	50	350
1827 (8)	46...		271	53	212	25	103

(1) Esta população consta de T... Col. d'Angelis, B. N. Mss. I-29, 1, 119.
(2) *Estado dos Povos*. 1768. Qua...
(3) Azara. *Geograf. física* cit. Cá...
(4) Estados dos Povos. Mss. I-...
(5) Gonçalves Chaves. *Memória*...
(6) S. Leopoldo. *Anais*. 2.ª ed. ...
(7) G. Chaves. *Mem.* cit. Esta e...
(8) Mapa geral dos bens dos Pov... 1921.

frades de diversas ordens, que não tinham a força moral e autoridade dos jesuitas, as Missões entram em franca dissolução, imperando todos os vícios, principalmente, a embriaguez, a desordem, a relaxação dos costumes cristãos, e dura escravização dos índios compelidos a trabalhar

em proveito dos espanhóis. Em 1801, quando por própria solicitação dos mais influentes elementos dos Povos são, pela Conquista, integrados à colônia portuguesa, contavam as Missões unicamente 14.010 habitantes. Os mesmos males e, quiçá, mais corrupção e desmedida ganância, encontraram os índios sob o regime português. Ao ser proclamada a independência do Brasil, a população das Missões orçava por 2.350 almas e, em 1827, quando o seu último administrador brasileiro nos dá um quadro geral de sua população, verifica-se que esta não passa de 1.874 habitantes índios. São Luiz e São Nicolau com mais de 400 habitantes eram ainda os mais populosos, seguindo-se S. Miguel com 271, S. Lourenço com 258, São João com 212, e S. Borja e S. Ângelo com 180 e 103, respectivamente.

Alem do péssimo regime administrativo, por várias vezes, neste último periodo, viu-se a região missioneira talada por forças orientais e brasileiras, nas contendas de que foi teatro durante mais de vinte anos. Andrésito Artigas, Rivera e outros, carregados de despojos e levando grande número de índios, contribuiram para a extinção dessas populações aborígenes. Mais tarde, Chagas Santos e outros completam a destruição, e as riquezas artísticas dos Povos, alfaias, pratarias custosas, sinos e adornos das igrejas, levados em carretas, vão constituir patrimônio de outras terras nacionais e estrangeiras. Algumas índias velhas, remanescentes das antigas civilizações jesuíticas, às escondidas, como um roubo, conseguem ocultar imagens e adornos, em ranchos quase abandonados, a que montam guarda, como se fossem preciosos tesouros.

Foi este o fim melancólico do ciclo bisecular da civilização jesuítica das Missões Orientais do Uruguai. Sentiu-o Saint-Hilaire que visita todos os Povos em 1820 e nos dá, através de sua dolorosa impressão, no seu livro admiravel, um reflexo da melancolia de suas ruinas, atestadoras de uma grandeza extinta.

CAPÍTULO IV

DECADÊNCIA DA CIVILIZAÇÃO JESUÍTICA

1 — O tratado de limites de 1750. 2 — A guerra das Missões. 3 — Expulsão dos jesuitas. 4 — A nova administração dos Sete Povos. 5 — Decadência das Missões Orientais do Uruguai.

O Tratado de Madrid, celebrado a 13 de janeiro de 1750 entre as cortes de Portugal e Espanha, assinala o início da fase de decadência da civilização jesuítica nas Missões Orientais do Uruguai. Necessário se tornava às duas potências detentoras das vastas colônias sul-americanas, dirimir os conflitos que as linhas imprecisas de Tordesilhas e os avanços ulteriores da penetração do povoamento, haviam originado. Vinha ele consolidar, em parte, o princípio do *uti possidetis,* determinado "que cada parte há de ficar com o que atualmente possue", revogando-se "então todos os atos que no convênio inicial tinham fundamento: a escritura de venda outorgada em Saragoça, de 22 de abril de 1529, o Tratado de Lisboa, de 13 de fevereiro de 1668, e o de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715" (1).

Estipulava o Tratado de 1750 que a demarcação tivesse "por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis". "Na aplicação dessa regra, observa o Dr. Rodolfo Garcia, os diversos artigos do Tratado estipularam, entre outras disposições, que a bacia do Prata ficava pertencendo à Espanha, emquanto a do Amazonas permanecia com Portugal. Do lado do Brasil a fronteira devia buscar em linha reta os cumes dos montes, cujas verten-

(1) Rodolfo Garcia — *Documentos sobre o Tratado de* 1750. I, 3. *Anais* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. LII. 1930. Precede essa preciosa coletânea de documentos mandados copiar por Francisco Adolfo de Varnhagen no Arquivo de Simancas, e que se encontram no Arquivo do Itamaraty, magnífica introdução do douto historiador e mestre Dr. Rodolfo Garcia, de quem são tambem as notas preciosas que ilustram a parte documental. Deste trabalho nos socorreremos bastas vezes, fazendo de sua documentação e notas os fundamentos deste capitulo.

tes descessem por uma parte para a costa, que corre ao norte do regato, ao pé do monte de Castilhos grande, ou para a Lagoa Mirim; e pela outra parte para a costa, que corre do mesmo regato ao sul, ou para o Rio da Prata, de sorte que as cumieiras dos montes servissem de raia dos domínios das duas coroas. Todas as vertentes que descessem para a Lagoa Mirim, ou para a Rio Grande de São Pedro ficavam para Portugal e para a Espanha as que baixassem aos rios tributários do Prata. O mesmo sistema vigorava com relação ao Amazonas: "pertencerá à Coroa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Marañon acima e o terreno de ambas as margens deste rio". No que respeita à demarcação mais precisa desse território do lado das possessões espanholas, estipulou-se que a fronteira descesse o Javarí até sua junção com o Amazonas e prosseguisse por este rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá, que nele desagua pela margem setentrional; que continuasse a fronteira pelo âlveo do rio Japurá e pelos demais rios que a ele se juntam e que mais se chegam ao rumo norte, até encontrar o alto da cordilheira de montes, que medeiam entre o rio Orinoco e o Amazonas; e prosseguisse pelo cume desses montes para o Oriente, até onde se estendesse o domínio de uma e outra monarquia. Ainda quanto à bacia do Amazonas mais especialmente, como território português, devia abranger todas as vertentes que baixassem para o grande rio, entre ele e o Orinoco: "pelo que toca aos cumes da Cordilheira que hão de servir de raia entre o rio das Amazonas e o Orinoco, pertencerão à Espanha todas as vertentes que cairem para o Orinoco e a Portugal todas as que cairem para o rio das Amazonas ou Marañon" (1).

Três artigos do Tratado de 1750 interessam especialmente este estudo, e merecem transcrição integral:

"Art. XIV — Sua Magestade Católica em seu nome e de seus Herdeiros e Sucessores cede para sempre à Coroa de Portugal... todas e quaisquer povoações e estabelecimentos, que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicuí e a oriental do Uruguai.

Art. XVI — Das Povoações ou Aldeias que cede Sua Magestade Católica na margem oriental do Uruguai, sairão os Missionários com todos os moveis, e efeitos, levando consigo os Índios para aldeiar em outras terras de Espanha; e os referidos Índios poderão levar tambem todos os seus bens moveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições, que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios e a propriedade e posse do terreno...

Art. XXII — Determinar-se-á entre as duas Magestades o dia em que se hão de fazer as mútuas entregas da Colônia do Sacramento com o Território adjacente, e das Terras e Povoações compreendidas na cessão, que faz Sua Magestade Católica na margem oriental do rio Uruguai; o qual não passará do ano, depois de se firmar este Tratado..."

(1) Idem, idem, 5.

Como se vê, em troca da Colônia do Sacramento que sempre fora um peso morto na expansão portuguesa para o Prata e a causa originária de secular conflito, dava-se a Portugal o território missioneiro onde floresciam os Sete Povos com suas "trinta mil almas, velhos, mulheres, crianças, e setecentas mil cabeças de gado" (1), cujo êxodo deveria ter lugar dentro de um ano. "O ódio originário tornara-se hereditário; e era a estes inimigos de mais de três gerações que ingênua ou perversamente se entregavam, não a terra e a gente, mas a terra sem a gente? A gente havia de deixar as suas igrejas que ainda hoje causam a admiração dos viajantes, suas lavouras, suas casas, suas chácaras fertilizadas indefessamente em labuta secular; tinha de emigrar em condições muito piores que da primeira vez, quando fugiram dos mamalucos, pois ao menos então estavam atreitos ao viver no mato e andavam alheios às comodidades da cultura...?" (2)

Feita, dentro de um ano, a mudança dos Tapes de seus Povos de Missões para outras terras pertencentes à Espanha, iriam ocupar estes os moradores da Colônia do Sacramento e um certo número de casais açoreanos, cuja remessa se intensificou com esse destino para o Presídio do Rio Grande.

"Ratificado o convênio por parte de Portugal, em 26 de janeiro, e por parte de Espanha em 8 de fevereiro, foram em 17 de janeiro de 1751 assinados três outros Tratados, em Madrid, pelos quais, respectivamente, se regulavam as instruções dos comissários que deviam passar ao Sul da América, se formulavam artigos separados sobre as mesmas instruções, e se prorrogava o termo das entregas mútuas para se estenderem por todo o ano de 1751. Para presidirem à execução do pactuado a corte de Lisboa nomeou comissários principais Gomes Freire de Andrada, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para a divisão do Sul, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Maranhão, para a divisão do Norte, este substituido depois por D. Antônio Rolim de Moura, governador de Mato Grosso. A corte de Madrid, por sua vez, nomeou seus comissários principais para a divisão do sul o marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Munive León Garabito Telo y Espinosa, natural do Perú, e para a divisão do Norte o chefe de esquadra D. José de Iturriaga" (3).

Para assumir suas funções o general Gomes Freire de Andrada deixou o Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 1752 chegando ao Presídio do Rio Grande de São Pedro a 6 de abril, mas só em 9 de outubro encontrava-se pela primeira vez com o marquês de Valdelírios em Castilhos grande.

Antes mesmo de deixar o Rio de Janeiro, entre os vários apresto para boa execução de suas funções, determinou o general Gomes Freire que o coronel Cristovão Pereira de Abreu passasse a São Paulo onde deveria recrutar duzentos paulistas escolhidos para constituir um corpo de batedores que precedesse no conhecimento prático do terreno a co-

(1) Capistrano de Abreu. *Nova Colônia do Sacramento.* XXX.

(2) C. Abreu. *Nova Colônia.* XXX.

(3) R. Garcia — Anais B. N. Tratado de 1750. I, 8.

missão demarcadora. Desincumbiu-se Cristovão Pereira do encargo e em 1752 ia-se reunir a esse alto comissário à frente do contingente que trouxera. E foi um de seus aventureiros, o paulista João Paes Floriano "o primeiro que penetrou e descobriu o Rio Grande (Jacuí)", segundo Simão Pereira de Sá (1). Foi este em companhia de Luiz Garambêo, tambem paulista e tronco, mais tarde, de uma das famílias riograndenses. Descoberta a navegação desse rio que aproximava Viamão das Missões, determinou Gomes Freire que Cristovão Pereira à frente de seus soldados fosse ocupar posição extremada nas proximidades dos Povos de Missões, indo este situar-se em Rio Pardo, antiga estância do Povo de São Luiz (2).

Ficara acordado na conferência preliminar dos dois altos comissários que caberia aos portugueses presidir à evacuação de três e aos espanhóis a de quatro dos Sete Povos, sendo Rio Pardo, como mais próximo das Missões, o ponto escolhido para concentração das forças portuguesas.

A Demarcação de Limites de 1750 se por um lado assinala o início da decadência da civilização jesuítica, com os primeiros assomos da rebeldia dos índios em defesa de suas terras, por outro, marca a fase estrutural da vida riograndense. "Este tratado de 1750 e esta guerra das Missões, que custaram ao Estado mais de vinte e seis milhões de cruzados, encarados pelo lado político não trouxeram resultados favoráveis aos dois povos europeus. Mas, forçoso é reconhecer que o Rio Grande retirou benefícios reais desses dois fatos. O tratado, por intermédio das comissões demarcadoras, tornou conhecido o interior do país, determinou em cartas geográficas a posição e direção de todos os acidentes físicos do seu solo e desbastou o terreno que mais tarde tinha de ser percorrido por outras comissões. A guerra por intermédio das marchas do exército abriu e aplanou as primeiras estradas da campanha, desenvolveu o comércio pela necessidade do fornecimento às tropas e finalmente iniciou o povoamento dos campos criadores mediante os soldados que pediam baixa e que por lá se estabeleceram" (3).

---

(1) *Nova Colônia do Sacramento*. Parte inédita, cód. mss. hoje pertencente ao *Museu Paulista* adquirido em Londres pelo Dr. Feliz Pacheco. Parece ser cópia feita pelo coronel Sá e Faria. Sobre a primeira exploração do Rio Pardo, "que penetra na Gaiba coisa de trinta léguas acima da barra", e que foi levada a efeito pelo furriel Francisco Manuel de Souza e Távora, filho de João de Távora, com alguns paulistas, veja-se o verb. 19.224, *inventário de Documentos*. Anais da B. N. Vol. L. 514. Rio Pardo, logo ocupado por um destacamento de dragões, será, daí em diante o extremo ocidental da raia portuguesa e terá definitiva atuação no avanço para as Missões e povoamento do Rio Grande do Sul, ficando conhecida pela designação de *Tranqueira do Rio Pardo*.

(2) Encontram-se no *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, (Museu Julio de Castilhos) as *Folhas de mostra* desse corpo de paulistas organizado por Cristovão Pereira, dos quais muitos ficaram no Rio Pardo, constituindo troncos da família riograndense. Pertencem, em sua maior parte, a antigas famílias bandeirantes cujos nomes figuram entre os mais assinalados da Era das Bandeiras.

(3) Alcides Lima. *História Popular do Rio Grande*. Rio, 1882.

Do tratado de 1750 decorrem as fundações do Porto dos Casais (Porto Alegre), em novembro de 1752 (1); Rio Pardo e S. Amaro que recebem, em 1755, os seus primeiros povoadores açoreanos. Eram todos destinados às Missões.

Para cumprir as determinações do Tratado, junto aos padres da Companhia, designara o rei de Espanha, por indicação do Geral, o padre Lope Luiz Altamirano que veio para a América juntamente com o comissário marquês de Valdelírios. Dificil e profundamente antipática a missão que fora confiada a esse padre, logo recebido em meio da desconfiança geral que o impopularizou não só nas doutrinas que deveriam sofrer o duro golpe da evacuação de seus povos, como em toda a região missioneira até o Paraguai.

Sentindo a repugnância latente que se exteriorizava em várias representações de cabildos e governadores sobre a inexequibilidade do Tratado, o padre Altamirano procurou cercar-se da influência do padre Bernardo Nusdorffer (2), sacerdote proveto, cuja atuação entre os índios, como cura e como provincial, lhe havia dado inegualavel prestígio. Seria o padre Bernardo o coordenador principal das diligências concernentes a escolha de terreno para novas instalações de aldeias e o encarregado de dirigir a translação dos respectivos povos. Mais tarde, tambem com esse objetivo, o padre José Cardiel (3), cujo nome está profundamente vinculado à história das Missões, é mandado à região ao sul do Ibicuí, onde deveriam ser sediados alguns povos, legando-nos desse trabalho um interessante mapa (4).

Ao mesmo tempo, por intermédio do padre Nusdorffer, dirigiu-se o comissário a todos os curas dos Sete Povos, mostrando-lhes a conveni-

---

(1) A fundação de Porto Alegre se dá com o estabelecimento, no Porto de Dorneles, dos primeiros casais açoreanos que o povoam. Comemorou-se o segundo centenário da concessão oficial da sesmaria de Jerônimo de Ornelas de Menezes e Vasconcelos, em cujos campos foi estabelecida a atual cidade, mas não a sua fundação que decorre da data do início do povoamento. A 28 de outubro de 1752 determina Gomes Freire, de Castilhos grande, passe o cirurgião do Regimento de Dragões "a escoltar as famílias que vão para as Missões". (Doc. 6. Exp. *Arq. Hist. R. G. do Sul*). Em 28 de novembro de 1752, em Viamão, regista-se o óbito de Josefa Maria, ocorrido no Porto de Dorneles, "de um pau que lhe caiu em cima, estando o marido (Manuel Cardoso, casal açoreano) cortando o mesmo pau". (Óbitos de Viamão. 1752.) Fica, assim, determinada precisamente a data em que chegaram ao Porto do Dorneles os primeiros casais, que pode ser fixada em meados de novembro de 1752. O primeiro filho de ilhéu batizado em Viamão e nascido no Porto do Dorneles é Mateus, filho de Manuel Pereira Soares e Mariana da Silveira, naturais de São Jorge. Foi levado à pia em 8 de dezembro desse ano e tem como padrinhos Manuel e Teresa de Ornelas, filhos do sesmeiro Jerônimo de Ornelas.

(2) Bernardo Nusdorffer nasceu em Plattling, Baviera, em 17 de agosto de 1686, entrando para a Companhia em 17 de outubro de 1704. Professou os 4 votos em 2 de fevereiro de 1722, partindo para o Paraguai em 1730. Foi reitor, superior do Paraná e provincial do Paraguai. (Cat. publ.)

(3) José Cardiel. Nasceu em La Guardia, Rioja, em 8 de março de 1704, e entrou na Companhia em 8 de abril de 1720. Em 1730 foi enviado ao Paraguai. Professou os 4 votos em 15 de agosto de 1737. Prestou relevantes serviços às Missões. Escreveu vários trabalhos de alto valor, cujos originais se encontram na B. N. e deles nos temos amplamente servido. Expulso em 1768 foi para Faenza, onde em 1772 escreveu a *Relación veridica*.

(4) Furlong. *Cartografia*.

ência de cumprir as determinações reais, e estranhando "o zelo indiscreto" que os movia na obstinação que alguns mostravam antepondo-se ao cumprimento dessas ordens.

Embora demonstrando grande descontentamento e protestando mesmo contra os inconvenientes da mudança como fez o padre Cardiel, em carta que dirigiu ao padre Altamirano (1), os curas dos Povos, curvando a cabeça à obediência, procuraram convencer os seus catecúmenos que cumprissem com essa determinação. Era superior das Missões o padre Matias Strobel (2) que percorreu os Sete Povos e escreveu ao comissário que "nem em cinco anos seria possivel fazer a mudança." E acrescentava que a trasladação dos índios não se faria sem um milagre, dada a indisposição que havia notado nas Missões.

Não obstante o padre Altamirano, em fins de novembro de 1752, já conseguira que os três curas de São Lourenço, São Luiz e São Borja "saissem com parte de seu povo antes do dia assinalado 3 de novembro para formar ranchos em seus respectivos e escolhidos terrenos" (3). Mas, os outros protelavam qualquer providência nesse sentido, sendo duas as causas principais da oposição a essa mudança. "A primeira sua demasiada e cega confiança, fundada em muitas representações, que o Tratado não será efetivado", e a segunda "o errado preceito" de que não os obrigam as ordens do padre geral, "porque elas mandam cooperar para uma notória injustiça, pois julgam e dizem que é grave o prejuizo que padeceriam os índios com sua mudança e perda de suas igrejas e povos, não se lhes dando como não se lhes dá igual recompensa" (4).

Por ocasião da execução do Tratado, dirigiam os Sete Povos, como curas, companheiros e auxiliares os seguintes padres: São Borja — padre Miguel Amengual (5), e os companheiros padres Antônio Planes (6) e padre Jaime Mascaro (7); São Nicolau, os padres Carlos Tux, (8) e João Gilge (9); São Luiz, os padres Inocencio Erber (10) e Jacinto

---

(1) Anais B. N. Vol. LII. p. 211.

(2) P. Matias Strobel. Nasceu em Murberg, em 18 de fevereiro de 1694 entrando para a Companhia em 28 de outubro de 1713. Professou os 4 votos em 19 de abril de 1733. Durante 50 anos trabalhou nas missões do Paraguai. (*Cat. publ.*)

(3) Anais cit. LII 215

(4) Idem, idem, 225

(5) P. Miguel Amengual. Nasceu na ilha Maiorca em 12 de maio de 1715 e entrou na Companhia em 6 de outubro de 1740 (*Cat. publ.*)

(6) Antonio Planes, natural de Palma, Maiorca, nasceu em 21 de novembro de 1713, entrou na Companhia em 24 de setembro de 1732, e professou os 4 votos em 1 de novembro de 1745. (Catal cit.) Veja tambem *Notas* dr. R. Garcia sobre *Doc. Tratado.* Anais LII e LIII.

(7) Jaime Mascaró. Natural de Palma, na Maiorca, nasceu em 17 de julho de 1717 e entrou na Companhia em 6 de outubro 1740. (*Cat.* cit.)

(8) Carlos Tux, natural de Peters Walden, na Silésia, nasceu em 13 de agosto de 1700, entrou na Companhia em 24 de outubro de 1718; professo de 4 votos em 23 de junho de 1736. (*Cat.* cit.)

(9) João Gilge, natural de Schwiebussen, Silésia, nascido em 20 de agosto de 1713, entrou na Companhia em 20 de outubro de 1738 e professou os 4 votos em 23 de outubro de 1755. (*Cat.* cit.).

(10) Inocêncio Erber, natural de Leibach, na Austria, nasceu em 8 de outubro de 1694 e entrou para a Companhia em 6 de janeiro de 1715. Professo dos 4 votos em 19 de abril de 1733. Morreu em 1766. (*Cat. cit.*)

Marques (1); São Lourenço, os padres Tadeo Enis, (2) Francisco Xavier Limp, (3) José Unger (4); São Miguel, os padres Lourenço Balda, (5), Miguel de Sotto (6) e Diego Palácios (7); São João, os padres Luiz Charlet (8), Pedro Viedma (9) e Adolfo Skal (10); Santo Angelo, os padres Bartolomeu Pisa (11) e José Garcia (12).. Muitos outros aparecem dirigindo momentaneamente os Povos ou sendo capelães de suas estâncias.

Logo que chegou ao conhecimento dos jesuitas a ordem para a mudança dos Povos, trataram eles de procurar terrenos em condições de alojar as novas aldeias. Uma das grandes dificuldades que se opunham a isto estava na escassez de localidades próprias para estabelecer as suas grandes estâncias de criação de gados, que acarretaria aos povos da banda ocidental a perda das suas, que seriam ocupadas pelos transmigrados.

Mesmo assim fizeram-se os preparativos iniciais para a mudança. "Ordenou-se, diz Teschauer, nos Povos de S. Xavier e Santa Maria Maior se fizesse em cada um 50 carretas para ajudar o transporte da fazenda dos Sete Povos; semelhante ordem se deu a Conceição e Apósto-

---

(1) O padre Jacinto não consta do catálogo respectivo.

(2) Tadeo Xavier Enis, natural da Boêmia, nasceu em 29 de julho de 1711, entrou na Companhia em 20 de outubro de 1732; professo dos 4 votos em 15 de agosto de 1747. (*Cat. cit.*)

(3) Francisco Xavier Limp, natural de Buda, na Hungria, nasceu em 25 de maio de 1695, entrou na Companhia em 18 de outubro de 1713. Professo dos 4 votos em 15 de agosto de 1739. Faleceu em 1768. (*Cat. cit.*)

(4) José Unger, natural da Boêmia, nasceu em 24 de maio de 1717, entrou na Companhia em 9 de outubro de 1737; professo dos 4 votos em 24 de junho de 1752. (*Cat. cit.*)

(5) Lourenço Balda, natural de Pamplona, nasceu em 16 de julho de 1704, entrou na Companhia em 7 de novembro de 1726; professo dos 4 votos em 5 de fevereiro de 1744. (*Cat. cit.*)

(6) Miguel de Sotto, natural de Madrid, nasceu em 8 de maio de 1718, entrou na Companhia em 8 de maio de 1733, professo dos 4 votos em 25 de agosto de 1752. (*Cat. cit.*)

(7) Diego Palácios, natural de Tarazona, Espanha, nasceu em 11 de maio de 1705, entrou na Companhia em 13 de maio de 1720, professo dos 4 votos em 1736. (*Cat. cit.*)

(8) Luiz Charlet, natural de Saboia, nasceu a 15 de setembro de 1694, entrou na Companhia em 1 de julho de 1716 e professou os 4 votos em 14 de maio de 1734. Servia de provincial em 1752. (*Cat. cit.*)

(9) Pedro Viedma, natural de Jaen, Andaluzia, nasceu em 11 de janeiro de 1718 e entrou para a Companhia em 8 de maio de 1740. Professo dos 4 votos em 15 de agosto de 1754. (*Cat. cit.*)

(10) Adolfo Skal, natural de Grosskunzendorf, na Silésia, nasceu em 27 de junho de 1700, entrou na Companhia em 27 de setembro de 1719 e professou os 4 votos em 13 de junho de 1736. (*Cat. cit.*)

(11) Bartolomeu Pisa, natural de Palma, na Maiorca, nasceu em 24 de fevereiro de 1710, entrou na Companhia em 23 de fevereiro de 1733 e professou os 4 votos em 15 de agosto de 1743 (*Cat. cit.*)

(12) José Garcia, natural de Andaluzia, nasceu em 19 de março de 1710, entrou na Companhia em 31 de março de 1726 e professou os 4 votos em 4 de março de 1745. (*Cat. cit.*)

los, que todos tivessem prontas suas canoas e quantas carretas pudessem preparar aos povos que deviam transmigrar.

"Só o povo de São Miguel possuia território para mudar-se em uma distância de duzentas léguas ao norte de Queguai, mas, sem uma venda nem pousada e ainda em cima com grande parte da área duvidosa, se era terra realenga ou de um cidadão de Buenos Aires, porque poucos anos antes tivera alí gado como em terreno próprio.

"Fizeram-se sair outros exploradores e para a outra banda, onde se descobriram sítios que, se não eram muito bons, ofereciam ao menos os requisitos indispensaveis a estes estabelecimentos.

"Concordou-se que o povo de São Luiz se retirasse para a região entre a lagoa Iberá, o Mirinaí e o rio Santa Lucia.

"Para o povo de São Lourenço propôs-se uma ilha grande do Paraná que principiando acima das cachoeiras estendia-se até abaixo delas; mas ele preferiu volver a Santa Maria Maior de onde se tinha antigamente desmembrado como colônia.

"O de São João obteve terras entre o Paraná e o Paraguai, perto do pantanal de Nembucú.

"O povo de Santo Ângelo designou-se um distrito ao norte do povo de Corpus, e aos demais marcaram-se distritos; um era evidentemente insalubre, os outros expostos às correrias dos charruas, cujas depredações de gado seriam maiores do que as hostilidades diretas.

"Logo que o cura de São Miguel foi cientificado de que os borjistas queriam mudar-se para o rio Queguai, escreveu ao superior padre Nusdorffer, segundo este mesmo relata, protestando contra tais vizinhos: o mesmo fez o cura de Japejú, porque ninguem gostava de tê-los perto e eles haviam feito contínuos danos na estância de Japejú" (1).

Como se vê deram-se todas as providências no intuito de cumprir as determinações do Tratado de 1750, se bem que iníquo, preferindo os índios passar com suas terras ao domínio da coroa portuguesa, conforme solicitação feita, de que nos dão notícia os documentos do Tratado (2).

Mais tarde, ante a impossibilidade da mudança de alguns povos que retornaram das proximidades dos lugares em que iam se estabelecer, resolveram os padres, com anuência das autoridades, escolher terrenos ao sul do Ibicuí, ocupado pelas estâncias de Japejú, S. Miguel e São Nicolau, em que se deveriam erigir novas povoações. Fez o levantamento do terreno o p. José Cardiel que nos deixou desse trabalho um interessante mapa (3).

Tratavam os povos de efetuar a mudança e muitas famílias haviam já transposto o Uruguai para tomar conta de suas novas terras, quando surgiu um movimento de rebeldia que partiu dos índios de São Nicolau. Não se sabe ao certo quem, contrariando as insinuações dos padres para que cumprissem a ordem real, lhes fez ver a injustiça que se lhes fazia, arrancando-os de suas casas. Lavrou logo a rebeldia que se comunicou a outros povos.

---

(1) Teschauer. Hist. R. G. S. Vol. II. 211 — Nusdorffer — B. N. Mss.
(2) Anais B. N. LII.
(3) Cartografia jesuítica.

Em 27 de fevereiro de 1753 o padre comissário Luiz Altamirano, que tinha a sua sede em Japejú, sentindo-se até ameaçado em sua vida, pois crescera o boato de que "estava a serviço dos portugueses", e que era objeto do ódio que lavrara nos Povos, resolveu seguir para Buenos Aires, incumbindo o padre Francisco Xavier Limp, cura de São Lourenço, para proceder à mudança dos Sete Povos. Segundo comunicação do padre Lourenço Balda, cura de São Miguel, os índios alvorotados, estavam convencidos que o padre Altamirano "não era sacerdote e sim português" e que iriam expulsá-lo de suas terras "y asy que lo echaran rio abajo" (1).

É quando surge, no cenário das Missões, a figura malsinada do padre Lourenço Balda, sobre cuja memória pesam responsabilidades tremendas pelo trágico desenvolvimento dos negócios missioneiros. Louvaminheiro e falso, entre outros, dominados pelo ódio que a muitos inspirou a Companhia, Basílio da Gama, no poema *Uruguai*, anatematiza a memória do padre, insinuando mesmo que um índio, a quem "chamaram Baldetta por memória", (2) seria filho desse sacerdote, porque "os Jesuitas da América não eram tão escrupulosos como afetavam ser os da Europa" (3). Em nota ao *Uruguai* o douto Rodolfo Garcia observa ser "calúnia que a *resposta Apologética*, págs. 121-124, rebate com justa indignação" (4).

Os "Documentos sobre o Tratado de 1750", publicados nos dois magníficos volumes dos *Anais da Biblioteca*, lançam luz sobre os acontecimentos da época. Ante a insurreição geral dos índios, que não se importavam de pertencer a esta ou aquela coroa, mas que agiam em legítima defesa de suas terras e bens, os padres dos Sete Povos nada mais fizeram do que reproduzir o gesto antigo de seus predecessores e tudo arriscar para os socorrer, material e espiritualmente, nessas horas de sofrimento, em que jogavam os destinos de sua secular organização.

Não há duvidar do empenho que puseram na mudança dos Povos, embora isto lhes fosse o mais cruel de todos os sacrifícios. Mas, sentindose desprestigiados, quase anulados ante a desconfiança dos índios, quan-

---

(1) Doc. Trat. Vol. LII. 362.

(2) Basílio da Gama. *O Uruguai* — Publ. da Academia Brasileira Rio de Janeiro. 1941. Os versos referidos são os seguintes:

"Gentil mancebo, presumido e nescio,
a quem a popular lisonja engana,
vaidoso, pelo campo discorria,
fazendo ostentação de seus penachos.
Impertinente, e de família escura,
mas que tinha o favor dos santos padres.
Contam, não sei se é certo, que o tivera
a estéril mãe por orações de Balda.
Chamaram-no Baldetta por memória." (Pág. 37-38)

(3) *Uruguai*. Nota pág. 38.

(4) Idem. Nota de Rodolfo Garcia. pág. 138. Quem conhece a organização jesuítica das Missões e o fundo moral que preside em todos os tempos a ação desses padres, não pode absolutamente dar guarida à falsidade e a infâmia que distilam versos tão belos. Os documentos da *Colcção de Angelis* nos revelam a austeridade moral desses homens, que eram advertidos, castigados e mesmo expulsos da Companhia, pelos menores deslises que praticavam.

do estes se organizam para combater forças disciplinadas e superiores, num ato de desespero, não os abandonam à mercê da própria sorte e, num gesto que não os deprime, preferem assistir a seus filhos e com eles receber o peso do golpe tremendo. Alem do padre Balda, considerado a alma da resistência, os padres Adolfo Skal, Tadeo Enis e Miguel de Sotto assumem maiores responsabilidades. Acusam-nos os documentos de serem os organizadores da resistência armada, "y especialmente Balda y Enis, mandaram hacer las baterias y les enseñaban la formacion" (1). Conhecida a organização militar das doutrinas, ver-se-á que esses aprestos guerreiros vinham de épocas bastante remotas... Santos como Cristovão de Mendoza, Boroa, Romero e outros haviam resistido, à mão armada, em defesa dos seus pobres catecúmenos, ante a agressão das bandeiras. Outros, mais tarde, a serviço dos espanhóis, haviam defendido a terra contra a expansão portuguesa. A história reproduzia-se, agora, em proporções maiores. Diz o padre Tadeo Enis, em uma declaração, jurando *in verbo sacerdotis*, "que habia procurado la transmigracion del mismo modo que los santos padres y verdaderos pastores de los rebaños de Cristo en la primitiva Iglesia, licita y santamente animaban a los cristianos a desamparar sus tierras y haciendas, irse a los desiertos y sufrir con paciencia la perdida de sus bienes por los mandatos de los Emperadores" (1).

Em fins de 1753 já todos os Povos, mesmo os da banda ocidental, davam mostras de sua rebelião, não atendendo mais às próprias determinações de seus curas. Abalava-se o prestigio dos padres e alguns mesmo tiveram de fugir, como o vice-comissário e alguns curas que se viram em perigo de vida. A desordem lavrou por toda a parte. E a resistência armada, que não tardaria, iria socavar os velhos alicerces da civilização jesuítica das Missões.

Enquanto nos Sete Povos sucediam-se esses acontecimentos, prosseguiam os trabalhos da Demarcação que tiveram início a 9 de outubro de 1752 com a primeira conferência entre os altos representantes das duas nações, realizada junto ao monte de Castilhos, em que foi chantado o primeiro marco. O segundo ficou junto ao local *India Muerta* (2), e o terceiro que foi levantado a 6 de janeiro de 1753, recebeu a designação de *Reis*. Desse ponto em diante foi incumbida a primeira partida de Demarcação, chefiada por parte dos portugueses pelo coronel Francisco Antonio Cardoso de Menezes, e pela dos espanhóis por D. Juan de Echavarria, que deveria fazer a demarcação até a foz do Ibicuí. Os comissários chefes, general Gomes Freire de Andrada e marquês de Valdelírios recolheram-se, respectivamente, a Colônia do Sacramento e Montevidéu.

Prosseguiam esses trabalhos e a 27 de fevereiro encontrava-se a partida demarcadora nas proximidades de Santa Tecla, quando apareceram alí alguns índios intimando-os a não entrarem nas terras de suas aldeias, sob pena de serem atacados por 8.000 homens armados que tinham já mobilizado. E no dia 1 de março, à frente de um troço de soldados apre-

(1) Doc. sobre o Tratado. *Anais*. LII. 444.

(2) Provem essa designação toponimica de uma "india morta", meio devorada por um tigre, que os demarcadores aí encontraram.

sentou-se, renovando a intimação, o alferes real do Povo de São Miguel José Tyarayu que tambem disse não consentiria passassem adiante. Ante essa ameaça de rebelião e vendo que iriam faltar mantimentos, devido à hostilidade dos índios, em Junta de Oficiais ficou resolvido sustassem os respectivos trabalhos até ulterior deliberação, retirando-se os demarcadores para Montevidéu e Colônia do Sacramento.

A 15 de julho de 1753, reunidos os altos comissários na ilha de Martim Garcia, resolveram se levasse a guerra às Missões, se dentro de um mês não fosse dado início à mudança dos Povos. Para isto D. José Adonaegui, comandante do exército espanhol, ocuparia o povo de São Borja e o português, sob as ordens do general Gomes Freire, marcharia para Santo Angelo. Dando cumprimento a esta parte, o comissário português, que já se havia recolhido à vila do Rio Grande, em 28 de julho de 1754, iniciou a marcha de seu exército para Rio Pardo, de onde deveria atingir o Povo de Santo Angelo. Mas, o comandante espanhol, protelando a execução do convênio de Martim Garcia, estacionara com seu exército a mais de sessenta léguas de São Borja, no salto grande do Uruguai. E assim se passou todo o ano de 1755, em que as forças estiveram recolhidas a quartéis. Somente em 16 de janeiro do ano seguinte, depois de várias marchas, uniram-se os dois exércitos no campo das Mercês, que ficava nas cabeceiras do Rio Negro.

Cessado o interrégno da campanha contra os índios que foram totalmente batidos e subjugados, reiniciam-se os trabalhos da demarcação em maio de 1758. Nesse interim o comissário espanhol fora substituido por D. Pedro de Cevallos que se mostrou hostil ao cumprimento do Tratado, tomando o partido dos jesuitas. Vendo Gomes Freire, que seria inutil continuar esse trabalho, regressou ao Rio de Janeiro em 20 de abril de 1759. Foi substituido pelo tenente coronel José Custódio de Sá e Faria, na ausência do coronel Cardoso de Menezes. O Tratado de 12 de fevereiro de 1761 anulou o de 1750, terminando assim a Demarcação de Limites na América Meridional.

2 — *A guerra das missões.*

A guerra das Missões, se assim pode ser classificada essa sequência de bárbaras chacinas, em que dois exércitos disciplinados e aparelhados com as melhores armas do tempo se atiram contra chusmas de índios quase indefesos, é uma das páginas mais dolorosas da história das Missões.

Não se pode, ainda, de sã conciência, pesar a responsabilidade que cabe aos jesuitas nesse transe que destrói a sua própria obra e arrasta, consequentemente, à queda a mesma Companhia. Conforme Capistrano de Abreu, a maior culpa que pesaria sobre os padres seria a de "acreditarem-se poderosos" para ajudarem as duas cortes a "consumar facilmente esse ultraje à humanidade" e "bem caro pagaram este excesso de fraqueza ou de vaidade: quando os índios se levantaram, desmentindo ou antes engrandecendo seus padres, mostrando que a catequese não fora mera domesticação e a vida interior vibrava-lhes na conciência, aos je-

suitas foi atribuida a responsabilidade exclusiva em um movimento natural, humano e por isto mesmo irresistivel" (1).

O relato dos encontros e combates que se seguem até à chacina de Caaibaté, em que tombam milhar e meio de índios, é um atestado vivo da incúria desses infelizes que lavram com seu sangue um dos maiores protestos da história sul-americana contra a iniquidade que pesou sobre os seus destinos. Acompanharam-nos os padres. Ingênuos, ou intencionalmente votando-se a um sacrifício que seria superior às suas forças, não poderiam desertar nessas horas amargas que lembravam as primeiras arremetidas dos bandeirantes sobre as primitivas aldeias cristãs do Tape...

Mais interessante, porem, do que essa sucessão de refregas, que é a guerra das Missões, será a fixação dos dois caudilhos, cujos nomes ficam aureolados pela lenda: Sepé e Neenguirú.

Nicolau Neenguirú, o primeiro de nome, era cacique principal, no Uruguai e no Tape, quando até alí, em princípio do século XVII, chega notícia da ação dos padres e dos trabalhos de catequese que o padre Roque Gonzalez de Santa Cruz iniciava junto aos índios do Paraná. E logo, reunindo outros caciques e índios, à frente deles, em setembro de 1619, vai a N. S. da Encarnação de Itapua, onde o padre Diego de Borôa tinha o seu assento. Recebidos com mostras de muito carinho, levou-os o padre Borôa à igreja, onde se maravilharam e ficaram como absortos vendo os ornamentos e imagens, e a que mais lhes causou admiração foi a imagem dos quatro novíssimos, de autoria do irmão Luiz Vergel. Ficou assentado que, dentro de poucos dias, o padre Roque, que estava em Yaguapora, iria às terras do Uruguai. Foi a 25 de outubro que o padre partiu para o Uruguai, em cuja vinha seria o primeiro a trabalhar (2).

Neenguirú o esperava à frente dos caciques do Uruguai. E é pela sua mão que o padre Roque atravessa o grande rio e pisa, pela vez primeira, as terras em que mais tarde seriam plantados os marcos da ação civilizadora dos jesuitas, no hoje território riograndense. E "foi ele quem ajudou os padres a levar o primeiro Evangelho às reduções de Piratiní, Caaçapaminí e Caró; foi ele quem os levou por todo este Uruguai; foi ele a cujas palavras se abriu a porta da estendida provincia do Tape e da Serra e por quem os índios daquelas províncias pediram padres e os alcançaram." Dele dizia o capitão Guaminica, que foi, na provincia do Tape, um dos mais assinalados caciques cristãos: "Todo bem que gozamos devemos nós ao capitão Neenguirú: por suas palavras temos padres e por suas palavras somos cristãos (3).

Quando o padre Roque fundou São Nicolau do Piratiní, depois de apreciar largamente as virtudes, a ação e a fé de Neenguirú, levou-o à água do batismo, dando-lhe o nome de Nicolau.

E nunca um só momento periclitou a fé no coração desse índio, pois até o dia de sua morte acompanhou os padres em seus trabalhos, em seus sofrimentos, ora combatendo heroicamente contra índios infiéis, ora con-

---

(1) Capistrano de Abreu. *Capitulos* cit. 204.

(2) Ánua do padre Borôa, 16-X-1619 — Mss. B. N. I-29, 7, 9.

(3) Ánua de 1643. *Morte do capitão-general Nicolau Neenguirú*. Mss. B. N. I-29, 7, 37.

tra os bandeirantes e sempre aconselhando para o bem e praticando as mais altas virtudes cristãs.

Quando o padre Roque e seus companheiros são martirizados em Caró, e toda a terra se rebela contra os padres é Nicolau Neenguirú quem consegue socegá-la, aquietando os selvagens; e quando os paulistas cairam com suas bandeiras sobre as reduções do Tape é ainda ele que, à frente de um milhar de índios, que houvera industriado na arte da guerra, que as socorre e protege os sacerdotes que se retiram com as suas chusmas inermes; e é finalmente, como capitão-general de todos os índios, por patente dos governadores de Buenos Aires, quem comanda, na batalha de Mbororé, e vence a última bandeira que penetra o território das Missões.

Morre dois anos depois, 1643, na redução de Conceição, para onde se havia trasladado com seu povo. E muitas cousas "se poderiam dele dizer como no dia de seu enterro em que predicou um padre que o havia conhecido bem e outro padre que o havia tratado muito e sido seu assistente alguns anos. Quís o Senhor que passassem em trânsito por alí e lhe cantassem missa seis religiosos da Companhia; compareceram a seu enterro dois capitães do Povo de São Miguel e outros muitos caciques e se o soubessem em outros povos, de todos acorreria muita gente a honrá-lo, como era de justiça. Fez-se-lhe o enterro mais solene que era possivel fazer por aquí, e tudo bem o mereceu o bom capitão, quer por sua boa vida, como por sua boa morte, que foi com todos os sacramentos e com grandes mostras de Predestinado" (1).

Chorou-o largamente o povo, que bem o merecia. Era misericordioso com todos, dando-lhes tudo quanto tinha; por suas boas palavras se compunham, fundavam e remediavam povos inteiros; sob sua sombra e amparo consolavam-se caciques e capitães e não se enganavam porque a todos ajudou, a muitos povos deu de comer.

Conhecendo "o bom coração de que Deus lhe havia dotado, todos os índios do Uruguai e demais reduções, embora distantes, vinham a Conceição trazidos pela grande fama de Neenguirú, que a todos agasalhava com extraordinário agrado e lhaneza, humilhando-se ainda ante os índios mais humildes. Dava quanto tinha, e tinha muito como índio porque trabalhava continuamente com suas mãos todos os dias e até na velhice e, assim, armazenara muitos mantimentos e tinha muitas canoas. Em matéria de honestidade, nestes oito anos em que o conheci, jamais se lhe notou falta grave, nem leve por mais informações que se tivesse de sua vida e modo de proceder. Nunca de sua boca saiu uma palavra menos digna e vários padres, que o confessaram muitos anos, afirmam que não lhe achavam pecados para absolver (2). Bom, caritativo, humano, valente e digno, foi Nicolau Neenguirú um exemplo admiravel de afirmação da capacidade do índio para receber, compreender e praticar as virtudes cristãs.

Nicolau Neenguirú, o terceiro, que aparece um século depois, nas Missões Orientais do Uruguai, e se torna notavel pela intriga que se tece

(1) Anua cit. I-29, 7, 37.

(2) Anua cit.

em torno de seu nome, e pela bravura que demonstra como capitão dos índios que vão até a chacina de Caaibaté, deve ser descendente do primeiro (1).

Conheceu-o o padre José Cardiel, que dele nos dá notícia, pois foi seu freguês, em Conceição, onde viveu, depois de expulsos os padres pelos bandeirantes, e morreu o primeiro Neenguirú.

Uma das acusações que pesaram sobre os jesuitas era a de que haviam fundado um império teocrático, na antiga província do Paraguai, e que o soberano desse vasto domínio seria o índio Nicolau Neenguirú. O império, dizia-se, contava com riquezas fabulosas e minas de prata e ouro, que os padres defenderiam com seus exércitos aguerridos, negando, assim, o preito que deviam ao rei de Espanha. E, para que não faltasse uma prova concreta dessa afirmativa, até moeda se fez cunhar, com a efígie do imperador Nicolau I que, na Europa, era apresentada aos governos interessados. Diz, entretanto, o padre Carlo Gervasoni, procurador do Paraguai, em Madrid, em carta ao procurador geral da Companhia, na Itália que, por mais diligências que fizesse, não conseguiu ver tal moeda. "Não tivemos a sorte de encontrá-la, nem sequer a quem dissesse que a viu, senão que só dizem, que tal e qual a hão visto: assim serão as que o Papa e outros em Roma dizem ter..." (2) E mais adiante: "Finalmente, consegui ter em minhas mãos uma que pela parte n. 1 tem o Jesus com a coroa encimada e pela outra n. 2, tem as armas de Espanha; mas é batida no ano de 1632, e está tão gasta que não se destingue toda, como V. R[ma]. pode examinar nos dois selos juntos que com toda a diligência procurei imprimir com dita moeda para lhe remeter pelo menos sua efígie. Este é o único cunho que de Sua Majestade Nicolau I, se há espalhado até agora, e havendo me informado destes padres para que servia este cunho, no século passado em Espanha, me responderam que era para colocar nos alicerces das nossas igrejas quando se edificavam" (3).

E tal era a crença que se espalhara pela Europa da existência desse império e o terror que infundia o imperador Nicolau que o próprio general Pedro Cevallos quando, em 1756, trouxe tropas em sua expedição, não permitiu que estas desembarcassem sem, antes, "averiguar se estaria o rei Nicolau de posse da cidade (4). Mas, logo se desfez o temor do general castelhano. Esse rei poderoso, de cujas ações corriam lendas maravilhosas, nada mais era do que um índio valente, corregedor do Povo da Conceição a quem o próprio general Ceballos, em 1753, encontrara, trabalhando na horta da redução, onde era cura o padre Tux, sem recear-se de algum risco que só na imaginação poderia existir".

---

(1) A Ânua de 1708, de Conceição, (B. N. I-29, 3, 69) faz referência a Nicolau Neenguirú, segundo, e provavelmente pai do terceiro, que recebeu, nesse ano, a patente de mestre-de-campo, que lhe foi conferida pelo governador de Buenos Aires.

(2) Madrid. Janeiro 1756. "*Anais da Biblioteca Nacional — Documentos sobre o Tratado* de 1750 — Vol. LII, 323.

(3) Idem. Idem.

(4) P. Carlos Teschauer. *Hist. do Rio Grande do Sul*. I-350.

O padre José Cardiel, que conheceu o pretenso rei, em seu magnífico trabalho inédito, de que muitas vezes nos serviremos, conta-nos como se originou a fábula do rei Nicolau.

E não foi este o primeiro rei que se atribuiu ao Império Jesuítico que se dizia pretenderem os inacianos fundar no Paraguai. No século anterior (XVII), ao padre João Antonio Marguiondo, procurador no Paraguai, que agiu no pleito contra o bispo Cárdenas, em libelo que mandaram ao Perú, atribuiram os inimigos da Companhia a mesma lenda. Nesse libelo se acusava o padre Marguiondo de se proclamar rei do Paraguai, estando à frente de um grande exército de índios, e que tendo casado sacrilegamente com uma cacica que repudiara, convolara a outras núpcias com u'a monja paraguaia. Mandou o vice-rei proceder a averiguações, desfazendo-se o embuste, pois o padre era um varão apostólico de inegualaveis virtudes cristãs.

"A origem do rei Nicolau foi esta: Era corregedor do Povo da Conceição um índio chamado Nicolau Neenguirú, que havia sido um grande músico. Era loquaz e de grande facilidade em fazer arengas e de muita capacidade. Nomearam-no comissário-general da praça do Povo de São João, no tempo em que os índios resistiram aos espanhóis. Isto me afirmou o major-general do exército espanhol, que tomou informações de uns índios prisioneiros, assegurando que não testemunharam que havia sido rei, mas simplesmente comissário general. Ele jamais foi meu capitão-general, nem ainda comissário-general em exercício, porque, na resistência que fizeram, que foram índios de seis ou sete povos, só obedeciam os de cada Povo a seu próprio chefe e não a outro. E assim houve grande desordem e desconcerto, sem ter uma cabeça para todos, senão muitas e bastante más.

Os espanhóis que entendiam um pouco da lingua dos índios, que era a gente mais baixa do exército, perguntar-lhes-iam com instância pelo que se havia rebelado como rei. E, como os índios viam que se desejava tanto que lhes dissesse que havia um rei, e o índio geralmente diz o que o espanhol deseja que ele diga, porque, sendo de gênio infantil, pouco lhes importa mentir, e como o dito Nicolau tinha fama e algum séquito, lhes teriam dito que este era o rei. Estes diriam aos capitães e a outros oficiais que os prisioneiros asseveravam a existência de um rei chamado Nicolau Neenguirú, e daí a notícia voou à Espanha. Não sabemos que de outra causa haja nascido essa fábula. Depois de ter entrado o exército e deixado os índios dos 7 Povos, Nicolau ficou quieto e sossegado no seu, que não pertence à Linha Divisória, e assim perseverou por 10 anos até a expulsão dos padres. Neste tempo, tive-o eu quatro anos por meu freguês. Quanto às moedas de ouro, e que o rei era um jesuita, foram imposturas urdidas em Espanha, que na América jamais se disse isto. O que cunhou as moedas, na Espanha, para mais caluniar os jesuitas, ouvimos dizer que foi preso em Toledo e que por solicitação dos jesuitas, que perdoaram a injúria, o soltaram" (1).

Quando, ante o Tratado de Madrí, se rebelam os índios e organizam a resistência armada, à frente deles, concitando-os por carta, impondo-se

---

(1) J. Cardiel — *Relación verídica.* Cód. mss. B. N. I-5, 1, 52.

com seu prestígio, aparece D. Nicolau Neenguirú. Para se opor à rebelião, a que aderem quase todos os índios, marcham as tropas aliadas para dar cumprimento às determinações reais; e o chefe missioneiro à frente do exército que aprestara, composto de elementos de todas as reduções, morto Sepé, dá combate ao exército, na coxilha de Caaibaté. Sem disciplina, sem organização eficiente, foram logo "vencidos e desfeitos sem ter combatido", pois, conforme Teschauer, "então se viu que os guaranís, desprovidos de comandantes europeus não eram propriamente tropas mas antes uma multidão indisciplinada de meninos que resistiam porfiadamente a abandonar seus lares" (1).

Pouco durou a batalha, que melhor se pode classificar de chacina, pois ao terminar se contaram no campo cerca de 1.500 mortos. Os aliados tiveram quatro mortos e alguns feridos!

D. Nicolau Neenguirú, que conseguiu se salvar, voltou a seu Povo de Conceição, não sendo inquietado pelos vencedores. Só, mais tarde, quando se executa a ordem de expulsão dos jesuitas é que seu nome torna a aparecer nas crônicas missioneiras.

Ao governador de Buenos Aires, tenente-general D. Francisco de Paula Bucarelli y Orsua, coube a execução dessa ordem. E até ele chegou a notícia do prestígio do famoso pretenso imperador dos Mamalucos. Receoso de que Neenguirú, novamente, se opusesse às determinações reais, mandou chamá-lo, e "sabendo este que Bucarelli desejava vê-lo, fugiu de sua redução, apresentando-se ao governador; este escreveu uma carta a Aranda sobre o incidente, e ao ver que Neenguirú levava criado para lhe segurar o cavalo e que outros morobixabas o tratavam com respeito, chegou a formar a idéia receiosa que talvez pudesse suceder algo desagradavel ou perigoso, se tal homem continuasse em liberdade; por isso o associou aos demais morobixabas que se achavam na honrada prisão, dando-lhe como aos outros trajo de cavaleiro à usança espanhola" (2).

E, assim, termina a história do imperador Nicolau I. À dinastia dos Neenguirús estava reservada a glória de presidir os destinos das Missões, que o primeiro fundara, e o último assistirá nos derradeiros momentos.

José Tiarayú, o capitão Sepé, alferes-real e corregedor do Povo de São Miguel, deixou o nome ligado aos acontecimentos da guerra da Demarcação. A lenda que se forma em torno de seu nome o consagra popularmente como santo: *São Sepé* fica assinalando um rio, afluente do Vacacaí grande, em cujas proximidades foi morto o herói missioneiro. Sepé, ou *Çapé*, como escreve o brigadeiro Roscio, é um designativo de "condutor de homens" ou caudilho. Encontram-se na história das Missões outros dois *Sepés*, índios valentes, que foram chefes guerreiros. A própria etimologia está indicando: sapé (*ça-pé*), *cf.* Batista Caetano (3), tem no guaraní duas significações, pois é gramínia que serve para cobrir casas (*saccharum sapê*), ou para fazer fachos (o que alumia), donde lhe vem a verdadeira origem porque, originariamente, é o verbo *alumiar*, es-

(1) Teschauer — Hist. cit. II, 267.

(2) Idem, idem. II, 35.

(3) Batista Caetano — *Vocabulário*. Anais da B. N. Vol. VII. 1879.

clarecer, deitar luz sobre, fazer ver, e outros significados correlatos (*teçapé*).

Em torno do valente índio, morto num recontro com espanhóis, forma-se logo a lenda santificadora. Dezoito anos depois desse acontecimento, isto é, em 1774, quando Roscio escreve o *Compêndio*, já o rio é designado por *São Sepé* (1). Cantam-no, envolto nesse halo de santidade, os poetas anônimos do folclore gaucho. O *Lunar de Sepé* e outras modalidades de lenda veem desses dias longinquos do martírio dos pobres missioneiros expulsos de suas terras e casas, e da destruição de seus povos. São Sepé, o valente capitão Sepé, como o designam os jesuitas contemporâneos (2), seria o intercessor pelas almas dessas 1.500 vítimas que tombaram, trucidadas, na chacina de Caaibaté (3).

A história é simples. Nada de sobrenatural no homem santificado por um processo de canonização popular, nem nos sucessos que deram lugar à sua morte.

Foi a 26 de fevereiro de 1753 que as Partidas avançadas da Demarcação de Limites da América Meridional tiveram, transposto o rio Camaquã, o primeiro contacto com os índios das Missões. Avistaram, ao longe, alguns ranchos abandonados e, mais adiante, maior número de habitações em que se encontrava gente. Era um posto avançado de Santa Tecla, denominado São Tiago, da estância de Santo Antônio, pertencente ao povo de São Miguel. No dia seguinte vieram ao acampamento 20 homens armados perguntando pelo capitão de dragões espanhol Francisco Bruno de Zavalla, que um deles já conhecia. Foi o capitão ter com os índios, voltando desanimado pela resistência que neles encontrou, pois informaram-lhe que tinham ordens para embargarem-lhe os passos, não consentindo que entrassem as partidas demarcadoras em suas terras. No dia 28, tornaram ao acampamento 8 índios acompanhados do cacique principal e alcaide-mor de São Miguel, não tendo vindo o alferes-real (capitão Sepé), corregedor daquele povo, por estar enfermo. Apesar de todo o empenho feito pelos demarcadores, de mimos com que tentaram obsequiá-lo, a nada atendeu o alferes-real que, no dia seguinte, alí se apresenta em companhia de 80 índios armados. Disse ter ordem de não deixar ninguem passar àquelas terras que pertenciam aos índios, encontrando os demarcadores forte hostilidade se tentassem ir adiante. Compreendendo que seria impossivel demovê-los desse propósito, e que já lhes escasseavam a carne e outros viveres, resolveu a Partida Demarcadora retroceder, voltando às suas bases a 3 de fevereiro de 1753 (4).

Vendo que impossivel seria cumprir as determinações do Tratado de Madrid, em face da resistência formal dos índios das Missões, resolveram os altos comissários das duas potências declarar-lhes guerra, aprestando para isto um exército, e ocupando o general Gomes Freire o passo do Jacuí, com as forças sob seu mando.

---

(1) F. J. Roscio. *Compêndio noticioso*. Mss. B. N. I-5, 2, 3 — Antigo Guacacaigua.

(2) Anais da Bibliot. Nacional. Vol. LII. 377, *pas.*

(3) Idem, idem, *passim.*

(4) *Diário de Demarcación.* 1752. Cód. mss. B. N. I-1, 1, 20.

Com a noticia de que as duas coroas iam-lhe fazer guerra, José Tiarayu que, como D. Nicolau Neenguirú, gozava de largo prestígio entre os índios, e que tinha indiscutiveis qualidades de mando, congregou os seus bisonhos jurisdicionados e com eles intentou se opor à marcha do exército.

Como ardil de guerra, para atrair os inimigos, fez conduzir algum gado até à margem direita do Jacuí, o que, visto pelos soldados do exército, tentou-os a irem repontar o mesmo. Caindo sobre eles, por várias vezes, destroçou pequenos grupos que se aventuravam a essas incursões. E' nessa ocasião que, mandado chamar por Gomes Freire, o capitão Sepé a ele se dirige, tendo lugar a entrevista que, já revestida de fantasia, relata Teschauer (1). Mais tarde, novamente atraido ao campo português, Sepé é preso com outros índios que o acompanham, conseguindo evadir-se.

Crescia a audácia dos guerrilheiros de Sepé e, para castigá-los, determinou o comando do exército aliado, passasse àquela margem do rio, com 300 homens de ambas as nações, o governador de Montevidéu D. J. J. Viana. Mais tarde, constando ser numerosa a força das Missões, determinou o mesmo comando fosse enviado um destacamento composto de 500 homens.

Este último, porem, não havia chegado, quando se deu o choque com os índios. À primeira escaramuça, estes, desorientados, procuram retirar, perseguindo-os o comandante Viana, a todo galope, ao princípio com 75 homens e, depois, com 20 ao que se reduzira a sua escolta, e assim atingiu o capão em que os índios haviam feito alto. Aí estava José Tiarayu, o capitão Sepé, que chamava atenção pelo seu belo porte e pela atitude garbosa de seu natural. Um cavaleiro português, armado de lança o atingiu, e o derrubou juntamente com o cavalo, depois de um rápido combate em que tambem ficou ferido. Sepé, mal ferido, procurava erguer-se quando o governador D. J. J. Viana, alvejou-o com sua pistola, matando-o. Novo contingente de índios vem reforçar a partida missioneira, cujo chefe jazia morto à beira do capão, e neste choque 8 índios mais perdem a vida e dos aliados ficam, no campo, 2 mortos e 2 feridos. Isto se deu a 7 de fevereiro de 1756.

A 10 do mesmo mês, sob o comando de Nicolau Neenguirú, como se disse, dá-se o encontro e a chacina de Caaibaté, em que perdem a vida 1.500 índios pertencentes aos Sete Povos e a mais dois da margem ocidental do Uruguai, que haviam acorrido ao chamamento de Neenguirú.

A fundação do Rio Pardo, tranqueira (2) que, na foz desse rio, a cavaleiro do Jacuí, é mandada construir pelo capitão de dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante de Viamão, e para cuja defesa é destacado o tenente Francisco Pinto Bandeira, decorre não só da neces-

---

(1) Teschauer. *Hist. R. G. do Sul* — II, 249. Foi intérprete dessa entrevista o padre Tomaz Clarque, capelão da Demarcação e depois vigário do Rio Pardo que relatou o fato, em documento existente na B. N., mss. sem o aparato e fantasias em que se ressalta o orgulho com que Sepé, teria tratado a Gomes Freire.

(2) *Tranqueira* — Cerca de madeira para fortificar e fazer defensavel algum posto, ou para corro, estacada. "Moraes Silva. *Dic. Port.*"

sidade de defesa desse ponto avançado lindeiro às Missões, como tambem do aprovisionamento das tropas que por aí deveriam transitar para atingir os Povos.

Para essa diligência foi designado o cabo João Gomes de Melo, engenheiro, que construiu na iminência depois chamada *Alto da Fortaleza* um forte que, mais tarde, recebeu o nome de Jesus-Maria-José. Constava de 60 praças, paulistas e aventureiros, esse destacamento, de que um terço ficou guarnecendo Rio Pardo, enquanto o restante, 40 praças, acampara na forqueta do Jacuí.

Passando o rio para outra margem, um dos paulistas foi atacado por dois índios tapes que alí estavam de alcatéia, no último dia de janeiro de 1754. E isto determinou se procedesse com maior cautela, pois era certo que o pequeno destacamento seria atacado pelos índios, recolhendo-se assim à Tranqueira os quarenta soldados que estavam destacados na forqueta.

"Passados 23 dias do encontro dos Paulistas e os 2 tapes na madrugada do dia 23 de fevereiro foram os nossos atacados por um grande número de índios que segundo se julgou passavam de 1.000, e persuadidos talvez a nos apanharem descuidados, com efeito nos investiram, mas com tão mau sucesso, que depois de um combate vigoroso, que durou até às nove horas da manhã, se retiraram deixando 19 mortos e à proporção muitos feridos, cujo número se não pode até o presente averiguar (1)... dos portugueses morreu tão somente um paulista, ficando feridos o tenente de dragões (Pinto Bandeira) de uma flecha em um braço, um cabo de esquadra de infantaria passado por ambas as nadegas com uma bala e mais dois paulistas de flechas" (2).

Segundo o padre Enis compunha-se a força missioneira de 110 índios de São Luiz, e quase 200 de São João. Conseguiram entrar no povoado de surpresa e entregavam-se já ao saque quando os portugueses, refeitos, voltaram a atacar, inflingindo-lhes uma derrota.

Tendo ciência desses acontecimentos destacou o general Gomes Freire para Rio Pardo o Regimento de Dragões, sob o comando do tenente-coronel Tomaz Luiz Osório, que se transferiu para aquele posto em março de 1754. Impunha-se essa providência porque, já sob a direção de um padre jesuita, os índios não tardariam a voltar para nova facção, com melhor organização e maior número de combatentes.

Os documentos portugueses e jesuítico-espanhóis, principalmente o precioso *Diário* do padre Tadeo Enis, historiam detalhadamente esse encontro, que procuraremos resumir.

A 9 de abril o primeiro esquadrão de índios que se organizara, em princípios de março, acampou entre os rios Vacacaí-grande e mirim, nas proximidades do rio Jacuí. Havia uma certa dissenção entre os Povos, que procurou se dirimir para que todos unidos acorressem à defesa de suas terras, ameaçadas pela invasão do inimigo. Estender-se-ia a con-

---

(1) Diz o padre Tadeo Enis, em seu *Diário*, que dos índios morreram vinte e dois, e entre eles o alferes real do povo de S. Luiz, alem de 26 que ficaram feridos. *Anais* B. N. Vol. LII, 478.

(2) *Invent. de documentos.* Anais da B. N. Vol. L. Verb. 19.224, pág. 514.

federação de todos os Povos até os que ficavam à margem direita do Uruguai, convidados a participar da ação. Os primeiros que se encorporaram ao esquadrão inicial foram os de São Miguel, tendo à frente o seu tenente-de-governador e mais o alferes real do mesmo Povo, José Tyayarú, um de seus mais famosos capitães. A 17 de abril, depois de concertar vários dissídios que haviam surgido, finalmente a tropa, composta mais ou menos de 400 índios e quatro peças de artilharia, se pôs em marcha, atingindo o Araricá (Guacacaí-mirim), e no dia 20 começou a vadear o rio Jacuí. A 27 de abril todo o exército estava à frente do rio Azul (1), próximo à forqueta que faz com o dos Faisões (2), onde se encontrou um vau que deveria ser transposto, e no seguinte, que era domingo, todos os soldados se ocuparam em lançar uma ponte.

A 29, o índio Alexandre, capitão-general de todo o exército, mandou que, pela madrugada, a força investisse contra a fortaleza, favorecida pela cerração. Pressentidos os índios, travou-se duro combate e "por espaço de quase duas horas sofreram (os índios) mais de 1.000 tiros de fuzil e 100 de oito peças de artilharia, duas delas de grande calibre, embora sem receber notavel dano, pois nunca avançaram de todo, porque como o capitão-general de todos, Alexandre, do Povo de São Miguel, à frente dos seus os comandasse destramente e os animasse, sairam de repente, por um oculto paredão de terra tres negros, dos quais um feriu o comandante no peito. Mas dois dos matadores pagaram com a morte sua ousadia" (3). Ante o ímpeto dos portugueses, retrocederam os índios e o inimigo saiu da fortaleza em número de 200 homens, trazendo consigo duas peças de artilharia, o que aumentou a confusão entre os sitiantes que fugiram, deixando no campo uma peça de artilharia. Concertou-se, em seguida, uma conferência em que procuraram os chefes da fortaleza convencer os índios desistissem dessa resistência armada que só lhes poderia ser prejudicial, e que devolvessem os cavalos que haviam tirado (4).

Nessa ocasião, José Tyarayú, o capitão Sepé, que comandava a artilharia dos índios, composta principalmente de peças de taquarussú recobertas de couro, foi preso e recolhido à fortaleza do Rio Pardo, de onde, dias depois, a título de procurar cavalos que haviam sido roubados aos portugueses, saiu com uma escolta de soldados, conseguindo fugir e encorporar-se à sua gente. Pretenderam os índios, para a defesa da terra, levantar uma fortaleza nas proximidades do Rio Pardo, o que não levaram a efeito. Acossados pelos soldados portugueses, repassaram o Jacuí a primeiro de maio e no dia oito já se encontravam de volta ao Povo de São Miguel.

Certos de que encontrariam obstinada resistência dos índios, que se oporiam, à mão armada, à continuação dos trabalhos da Demarcação, acordaram os dois chefes levar a guerra às Missões. Aprestaram-se para

(1) Rio *Yobí*, guar. *Verde*, ou *Azul*, como traduz o padre Enis. Os portugueses deram-lhe mais propriamente o designativo de *Pardo*, devido à cor de suas águas. Mais conhecido por *Yequí*, rio sujo.

(2) *Jacuí*, rio dos *faisões* ou *jacús*.

(3) *Diário* do padre Enis, cit. Foi este padre quem acompanhou o exército índio nesse assédio do Rio Pardo.

(4) *Diário* cit. Doc. sobre o Trat. *Anais Bibliot.* Nacional, Rio. LII, 489.

isto os respectivos exércitos. O português, sob o comando de Gomes Freire, contava com 1633 homens, 10 peças de artilharia de campo, 40 barris de pólvora e grande trem de guerra e transporte. A 24 de agosto se pôs em marcha para Rio Pardo, de onde deveria atingir o povo de Santo Angelo. Adonaegui, à frente do exército espanhol, deveria entrar pelo Povo de São Borja, conseguindo atingir às alturas de Dayman. Aí se lhe opuseram 300 índios de Japejú e de La Cruz, armados de lanças, flechas, espadas e três canhões de taquarussú, que obedeciam ao mando do cacique D. Rafael Paracatú. Contra estes mandou Adonaegui um destacamento de 400 homens, sob o comando do coronel Hilson. Empenhado o combate, perderam os índios 230 mortos, 72 prisioneiros, 8 estandartes, 1 bandeira, os canhões e grande cópia de armamento, munições e cavalhadas.

Com a ação de Dayman compreendeu Adonaegui a gravidade da situação e convocando conselho de guerra achou este mais prudente retirar para o antigo acampamento do Rio Negro, o que foi logo levado a efeito.

No acampamento do Jacuí, onde chegara a 7 de setembro, via-se o exército de Gomes Freire assediado a todos os momentos pelos índios, que escondidos na mataria caçavam os soldados, obrigando-os a se refugiarem juntos às arvores para não serem atingidos pela fuzilaria certeira dos índios.

Foi nesta ocasião que o general português recebeu comunicação de Adonaegui, participando-lhe que sustara a marcha do seu exército e que o português se retirasse para Rio Pardo até ulterior deliberação. Não era das melhores a situação a que ficava exposto o exército de Gomes Freire. Assediado continuamente por pequenas partidas de índios, mal sediado em várzeas inundaveis, sentindo mesmo dificuldades sérias no aprovisionamento de suas forças, procurou o general português entrar em entendimentos com os índios, com a assinatura do armistício de 18 de novembro de 1754, que constava de dois itens: 1.º — que nenhuma parte faria dano à outra, enquanto o exército português não voltasse à campanha, e 2.º — que ambas as partes voltariam a ocupar as suas terras e que nenhuma nem outra passasse o Jacuí, que seria o limite natural entre as Missões e o Rio Grande.

Retiraram-se assim Gomes Freire para o Rio Pardo e os índios para as suas reduções.

No ano seguinte, 1755, nada fizeram os dois exércitos, recolhidos a quartéis, ou destacados em vários pontos, entregues a absoluto ócio. Aproveitou-o Gomes Freire para firmar a posse portuguesa até o São Gonçalo, mandando erigir alí um forte, a título de armazenar víveres para a segunda expedição que seria levada a efeito. Por sua parte, Adonaegui procurava recompor seu exército que fora licenciado nesse interregno, convocando para uma consulta de guerra o governador de Montevidéu D. José Joaquim Viana, a quem apresentou um plano de campanha, convidando para assumir o comando de 400 homens destinados a ocupar a estância de S. Tecla.

Só em fins deste ano, refeitos, os dois exércitos começaram a se mover de suas bases para levar a guerra às Missões. O espanhol, que se

pôs em marcha em direção a Aceguá, ponto de junção combinado com o comandante português, constava de 1.670 homens de tropa regular, 500 gastadores, 9 canhões de campanha e um parque bem provido de víveres e munições. E o português, que levantou seus quartéis, do Rio Grande, contava com 1.606 homens, 10 bocas de fogo, 152 carretas, 14 carros manchegos para condução de palamenta e munições, 3 carros de pólvora, 3.670 cavalos, 2.823 rezes de abasto, 1.816 bois para tração e 375 bestas muares.

Totalizavam essas forças mais de 3.700 combatentes que se iam enfrentar com menos de 1.700 índios, mal armados, incapazes de arrostar a terrivel máquina de guerra movida pelo inimigo, que entrava em ação com 19 canhões dos mais aperfeiçoados do tempo.

Encorporados os dois exércitos nas imediações do Sarandí, cabeceiras do Rio Negro, em 16 de janeiro de 1756, romperam a marcha seis dias depois. No dia 21 foi assinalado um destacamento de índios, mais ou menos 200, que se retiravam entre S. Tecla e S. Antonio Velho. No dia seguinte, preso, é remetido ao general Gomes Freire um espião dos índios que declarou "que os Sete Povos unidos aos da costa do Uruguai estavam prontos para a resistência; pois o índio D. Nicolau, natural do povo da Conceição, os tinha convocado com a notícia de se acharem próximos os espanhóis para sair à campanha; e tambem que na estância de S. Antônio estava o índio Sepé fortificado com quatro canhões e 400 homens de guarda e desde este posto despachava os bombeiros a correr o campo" (1).

Entre os índios dos Sete Povos e mesmo entre estes e os da Banda Ocidental lavraram contínuas discórdias. D. Nicolau Neenguirú, corregedor de Conceição, que assume o comando dos índios, como superior-maior de todos eles, "por mandamiento del Reverendo Padre provincial y superior de doctrinas (padre Teodoro Valenchana), fue obedecido, reconocido y admitido en este (São Lourenço) y en los demas pueblos por los corrigedores, cabildos y caciques al exercicio y uso del dicho superiorato, y con la mission de subditos todos desde entonces obedecieron al citado Neenguirú, y que acabada esta junta los caciques acompañaron á dicho Neenguirú hasta su pueblo (Conceição) y pasados algunos dias escribio cartas a todos los pueblos de esta vanda, señalando la gente que de cada uno debia salir para formar exercito y oponerse al del Rey Nuestro Señor, y como ya le tenian reconocido por superior le obedecieron en tudo" (2).

Voltando a Conceição, recrutou Nicolau Neenguirú 400 índios dos Povos da Banda Ocidental do Uruguai, à frente dos quais transpôs esse

---

(1) *Diário da Demarcação*. R. da Cunha. B. N. I, 1, 1, 20.

(2) Doc. sobre o Tratado. *Anais*, LII, 415. Depoimento de índios prisioneiros em Caaibaté. Como já salientamos, páginas atrás, D. Nicolau Neenguirú, por direito de hereditariedade, reconhecido pelos governadores de Buenos Aires, era como seu pai e avô, capitão-general de todos os índios tapes das duas bandas do Uruguai. Não poderia, pois, o título a que se refere o depoimento provir da designação do superior das Missões. Descendente de nobres avós, dotado de inteligência, músico notavel e de grande loquacidade, como afirma Cardiel, Neenguirú se impôs a todos os índios que o reconheceram por chefe, com o beneplácito dos padres. Daí tambem a lenda, já referida, de D. Nicolau I, imperador das Missões.

rio, indo sediar-se no Povo de São João onde deveria se dar a concentração de todos os mais, já convocados. Mas, os infiéis aliados (charruas, minuanos, etc.) bem como os índios de São Tomé, La Cruz e São Borja, contingente do sul, deveriam marchar para a paragem de Santa Catarina (1) afim de se encorporarem ao grosso do exército. Mais demorada a organização do contingente que deveria ser fornecido pelos Sete Povos, "que uma vezes queriam marchar, outras não", devido à dissenção que entre eles havia. Mas, "assim que se teve notícia exata" de que o exército hispano-português se avizinhava de suas terras, aprestaram-se os missioneiros para marchar. E assim, no dia 21 (janeiro), depois de realizada uma prece na igreja de Nossa Senhora de Loreto, "sairam do Povo de São Miguel 350 homens de cavalaria que, juntos aos que estavam de guarda, passariam de 400. No mesmo dia sairam do Povo de Santo Angelo 200 e de São Lourenço, 50. Um dia antes haviam saido de São Luiz 150, e 200 de São Nicolau e um dia depois 150 de São João e 200 da Conceição" (2). O total desses contingentes não excederia de 2.150 homens, armados de lanças, espadas e de um pequeno número de armas de fogo, alem de duas peças de ferro e algumas outras de taquarussú recobertas de couro que ao primeiro disparo se tornavam inserviveis.

Não ignoravam os chefes missioneiros o poderio do exército inimigo que lhes era revelado pelos seus "bombeiros". Mas, ingênuos e confiantes, esperavam que suas orações e ladainhas e os santos que carregavam processionalmente, até no fragor dos combates, os protegessem, conduzindo-os à vitória.

Mais inteligente e precavido do que os outros comandantes indígenas, o capitão José Tyarayu, alferes real do Povo de São Miguel, que foi mandado pelo comando em chefe fazer o reconhecimento das forças inimigas, compreendeu desde logo a inutilidade de um choque definitivo contra o exército aliado que esmagaria inevitavelmente as forças das Missões. E recomendou com insistência que fosse sustada qualquer ação até que melhor se aparelhassem para evitar uma derrota fatal. "Prevaleceu, não obstante, a opinião do novo capitão Nicolau que votou que se havia de combater em caso forçado e de nenhum modo retroceder" (3), ou organizar guerrilhas, para inquietar o inimigo, segundo opinara Sepé.

Em 7 de fevereiro, depois de algumas escaramuças em que o capitão José Tyarayu, por duas vezes acometeu os espanhóis "matando dezesseis com seu alferes, que sairam a reconhecer a terra" e de outra feita mais 20 nas proximidades de Batoví, "acometeu com os seus, que eram poucos, uma partida de soldados espanhóis, cujo grosso estava embos-cado nas matarias das nascentes do rio Guacacaí-igua, que depois foi denominado pelos próprios índios de *São Sepé*. Comandava o troço espanhol o governador de Montevidéu D. J. J. Viana que perseguiu, ao princípio com 75 homens e depois com 20, os índios da escolta de Sepé. O chefe missioneiro, cujo cavalo tropeçara em "uma toca de tatú, de que

(1) Proximidades do atual arroio de Santa Catarina, afluente do Vacacaí, extremo norte do município de São Gabriel. Foram convidados tambem os índios das reduções do Paraná, cf. Enis.

(2) Diário do p. Enis. Doc. Anais LII, 524.

(3) Idem, idem, 525.

há muitas naqueles campos", foi derrubado por um golpe de lança que lhe deu um cavaleiro riograndense, e morto, finalmente, com um tiro de pistola pelo próprio comandante Viana. Conseguiram os companheiros do capitão missioneiro fugir, ficando no campo somente um morto e outro ferido.

O corpo de Sepé foi atirado ao mato que margina o rio. À noite, voltaram os índios que o acompanhavam para dar sepultura ao cadaver. Cavaram junto ao rio uma sepultura e o "enterraram com a dor correspondente ao amor que lhe devotavam, celebrando suas exéquias com os hinos e cânticos que acostuma a igreja, embora sem assistência de sacerdotes" (1).

"E o lunar de sua testa
tomou no céu posição" (2).

Morto Sepé, "em cuja prudência, valor e habilidade" tinham os índios "posta toda a sua esperança", depois de pequena escaramuça "que travaram no outro lado do rio Vacacaí (Guacacaí) e que durou até a noite, retiraram, reconhecendo a inferioridade de suas forças, e seguindo a idéia de seu defunto capitão" (3).

No dia seguinte o exército missioneiro retirou para acampar nas proximidades da lagoa do Crocodilo, lugar que chamam de Yacarapitu, onde havia algumas sangas formadas pelas chuvas. Para maior segurança começaram a cavar um fosso e erguer trincheiras que não conseguiram concluir. "Ao romper do dia 10 de fevereiro, marchou (o exército aliado), formado em batalha contra os índios que, tomando as ar-

---

(1) Diário do padre Enis, cit. 258.

(2) O *Lunar de Sepé* é uma das gemas do folclore riograndense. Simões Lopes Neto recolheu-o, em 1902, numa picada que atravessa o rio Camaquã, da boca de velha mestiça missioneira. E' longa a rapsódia, publicada em *Lendas do Sul*, de que reproduzimos as últimas estrofes:

"E já rodavam ginetes
sobre os corpos dos infantes
das Sete Santas Missões,
que pareciam gigantes!
Na peleja tão sozinhos...
Na morte tão confiantes...

Mas, o lunar de Sepé
era o rastro procurado
pelos vassalos dos Reis,
que o haviam condenado:
ficando o povo vencido...
e seu haver... conquistado...

Então Sepé foi erguido
pela mão de Deus-Senhor,
que lhe marcara na testa
o sinal de seu penhor:
o corpo ficou na terra...
a alma subiu em flor...

(3) P. Enis. *Diário* cit. Nusdorffer. Diário da Demarcação, cit.

mas e passando o fosso, se opuseram com denodo ao contrário, embora não estivesse bastante prevenidos, pois todos, à exceção de uns cinquenta, estavam a pé, e enganados pela última expedição, pensavam que a solução se daria mais por palavras escritas do que pelas armas" (1).

Mandaram os índios à presença do exército que avançava um parlamentário, um tal Fernando, natural de São Miguel, com a incumbência de solicitar ao general espanhol retrocedesse, pois do contrário os índios iriam ao extremo de brigar "para defender o que era seu". Nessa ocasião o emissário dos missioneiros expôs ao general "o que seus padres e seus patrícios haviam já padecido" e quanto já haviam "arriscado a vida para cumprir" em todos os tempos, "às ordens de el-rei". Respondeu o general que, a despeito de tudo, marcharia para ocupar os Povos, e que "sabia muito bem que em certo lugar da freguesia de S. Miguel estavam três padres (2) e que fosse até eles e lhe dissesse que dentro de três dias" viessem eles pessoalmente, com as justiças de seu lugar, render obediência a ele, general, que fazia às vezes del-rei e se sujeitassem a sua determinação. Saiu Fernando e foi diretamente "até o lugar de São Xavier, onde se achavam os ditos três padres, em parte para precaver os danos dos gados e em parte especialmente para cuidar do bem das almas dos soldados que se dispunham a combater."

Suspeitaram os índios, que já haviam perdido a fé em seus padres, e com eles os capitães dos outros Povos que a missão de Fernando seria uma traição maquinada pelos sacerdotes, e mais os índios de São Miguel, e mandaram quatro soldados em perseguição de Fernando, ameaçando-o de morte, se cumprisse essa comissão. A muito custo, depois de quatro dias de viagem, conseguiu o emissário chegar a Santiago, onde estavam os padres. Era tarde demais, pois, mal saira esse emissário do campo aliado, aprestava-se o exército para marchar contra os índios se lhe disputassem a passagem, que "quatro capitães a cavalo" intimavam deixassem livre, para os exércitos espanhol e português.

Estavam os índios, desprezando os mais elementares preceitos de tática, aglomerados no alto da colina de Caaibaté, expostos de todos os

---

E subindo para as nuvens,
mandou aos povos — benção!
que mandava o Deus-Senhor
por meio de seu clarão...
E o lunar de sua testa
tomou no céu posição...

Eram armas de Castela
que vinham do mar de alem,
De Portugal tambem vinham,
dizendo por nosso bem:
Sepé Tyarayru ficou santo
Amen! Amen! Amen!

(1) P. Enis. *Diário* cit. 528.

(2) Os padres de São Miguel eram o celebrizado Lourenço Balda, dado como principal culpado desses acontecimentos, e os seus companheiros Miguel de Sotto e Diego Palácios.

lados, e mal defendidos pelas sangas circunjacentes cuja entrada não tinham conseguido fortificar.

Ante essa intimação alguns se dispunham a retirar, outros concitavam a resistir, dizendo os mais animosos que não poderiam mais retroceder e mais "valia morrer brigando que fugindo".

"Por isto, sem obedecer a ninguem, segundo costume de sua nação, retrocedem uns, outros persistem firmes, e havendo um destes disparado seu fuzil feriu a bala, passando-o de lado a lado, a um dos quatro capitães. Dado o sinal, começam, então, os espanhóis a batalha, disparando seis canhões carregados de metralha, embora com pouco resultado, porque alguns índios, ao primeiro disparo, vendo que a corpo descoberto não estavam bem resguardados, se arrojaram aos fossos que haviam feito o dia antes, enquanto outros retrocederam. Então a cavalaria inimiga, vendo o exército dos índios dividido em três corpos, separou com um movimento rápido o que retrocedia do outro que combatia, e uma parte dela perseguiu, pôs em fuga, e passou à espada os que retrocediam, e a outra acometeu pela retaguarda os que brigavam com a infantaria, fazendo neles uma cruel carnificina, e enfim detidos com dificuldade pelo seu general, fizeram prisioneiros cento e cinquenta índios, que ficaram dos que brigavam. Reputaram-se por quase seiscentos os que ficaram no campo. Os restantes, postos em fuga, se derramaram por todas as partes" (1).

Célere corre a notícia dolorosa entre os Povos mais próximos. Em São Xavier onde estavam os padres convocam uma Junta em que se determina fugir ao inimigo que avança, pois a fama "que cresce com o medo" proclamava a aproximação de um esquadrão com dois canhões para levar à força os padres. O povo resolveu tambem seguir os sacerdotes a que outros se juntaram. Chegando a Santiago, onde resolveram aguardar mais precisas notícias dos acontecimentos, foram aí os padres mal recebidos por um grande número de índios de São Paulo e outros lugares que os increparam de os trair para entregar aquelas terras aos portugueses. Outros que veem chegando, fugidos do campo da batalha, como alguns de São Luiz, nem sequer cumprimentam os padres, a quem tambem acusam de traição.

(1) Seguimos nessa exposição da chacina de Caaibaté o relato do padre Tadeo Enis, no *Diário* citado. Os diários da Demarcação trazem o relato da pretensa batalha. São Leopoldo, nos *Anais*, como todos os autores antigos, portugueses e espanhóis, emprestam cores de epopéia a essa matança de pobres índios; Basílio da Gama deturpa os fatos, pondo seus versos admiraveis a serviço da mentira louvaminheira e ingrata; São Leopoldo diz que "acende-se porfiadíssima batalha, sem que a vitória quisesse por largo tempo propender para este ou para aquele lado", e acrescenta que "em poucas horas ficaram juncadas (as planícies) de mil e duzentos destes malfadados e de infinidade de lanças, flechas, arcos e prisioneiros cento e vinte e sete." O padre Tadeo diz que foram "quase seiscentos" os que ficaram no campo, no que é confirmado pelo padre Nusdorffer e Escadon que baixa esse número para 400 mortos. Retifica porem Nusdorffer essas baixas que os espanhóis disseram ser mais de 1.000, elevando o governador para 1.700. O *Diário* de R. Cunha dá 1.400. Mas, Southey eleva esse número para 1.500 e Bauzá precisa-o em 1.511. Dos portugueses houve um morto e um ferido e dos espanhóis tres mortos e dez feridos, o que perfaz o total de quatro mortos e onze feridos. E isto confirma a observação de Escadon: — "Vencidos e desfeitos sem ter combatido."

Novos contingentes de índios que haviam sido convocados e que vão aparecendo, ao princípio, meio receosos por não saber o destino que tomaram as forças inimigas, que se dirigiam para São Luiz, vão até os campos de Caaibaté. Os primeiros que chegam são os guenoas, gentis confederados, em número de 130 que vendo o campo semeado de seus parentes, prorrompem em choro e gemidos; tropas de São Tomé e de São Borja, e de quase todos os Povos do Uruguai, em número consideravel que atingiria a quase 4.000 combatentes, vão até alí, para enterrar os mortos. E D. Miguel Mayrá, novo corregedor do Povo de S. Miguel, faz erguer sobre o campo, a 4 de março, uma grande cruz que os soldados haviam feito. Nela se lia esta inscrição: "Ano de 1756. — A 7 de fevereiro morreu o corregedor José Tyarayu em uma batalha que houve em dia de sábado. A 10 do mesmo, em uma terça, houve uma grande batalha em que morreram, neste lugar, 1.500 soldados e seus oficiais, pertencentes aos 9 Povos do Uruguai. A 4 de março mandou D. Miguel Mayrá, fazer esta cruz pelos soldados" (1).

Com este grande reforço de índios que vão até o campo de Caaibaté, julgavam todos ser possivel reorganizar um forte exército afim de se contrapor ao avanço dos aliados que seguiam já para as Missões. Mas, a discórdia lavrava entre eles e a desconfiança entre uns e outros povos não permitia se unissem novamente para combater o inimigo comum. Sem a assistência imediata de seus padres, a quem não mais obedeciam e trabalhados pelo espírito de intriga que fervilhava em suas hostes e terror pânico de contemplar a grande mortandade de irmãos estendidos pelo campo da carnificina, os pobres índios regrediam a esse estado de conciência coletiva que lhes era peculiar. O assomo de liberdade que, por momentos, os congregou para a luta, desvaneceu-se de pronto. Nascidos para escravos, pouco lhes importava agora fosse o rei de Espanha, os padres, ou outra qualquer entidade o senhor a quem obedeceriam. Logo que não abandonassem suas terras, melhor fora ficarem, juntamente com elas, pertencendo tambem à coroa de Portugal. Famílias de todos os Povos, em número superior a 500, entram em acordo com Gomes Freire passando ao domínio de Portugal, como veremos depois.

Os primeiros que abandonam o campo são os de São Borja, juntamente com os seus vizinhos de São Tomé. Os de Santo Angelo, inimigos dos de São Miguel, onde encontram estes últimos os despojam de armas e cavalos, para vingar antigos agravos, se recusam a combater ao lado de seus desafetos. Procuram destruir tudo quanto encontram, matando ovelhas, roubando e destruindo a casa do padre, única que no Povo ainda se encontrava intacta por ser construida de pedra e telhas de barro. Os de São Miguel irritados atacam os seus vizinhos de Santo Angelo, ferindo alguns em um encontro que tiveram. Os moradores dos demais povos, retiram-se para as suas aldeias, depois de dar sepultura aos seus mortos, em Caaibaté.

A corte espanhola e os superiores jesuitas reiteram, entrementes, aos padres curas dos Povos, novas determinações no sentido de promoverem

(1) Diário da Demarcação citado. B. N. I, 1, 1, 20. Ayres de Casal, na *Corografia Brasilica*, pág. 100, reproduz meio em caracteres latinos, meio em guarani, essa inscrição.

de qualquer modo a mudança dos índios. Acusa-se, mesmo, os padres de serem culpados da matança de 10 de fevereiro, "porque havendo, em outras ocasiões conseguido dos índios quanto queriam, nesta que interessava à palavra e fazenda real, nada haviam feito" (1). Ante essa acusação procuraram os padres demover os seus fregueses. Conseguiram de alguns Povos a promessa de se mudarem para novos postos. São Luiz, São Lourenço, Santo Ângelo já se dispunham a isto quando "dez moradores nobres de Conceição", indo a eles novamente os induziram à resistência.

Uma deputação dos Povos foi ao governador solicitar a liberdade dos presos, não sendo atendida, o que alvorotou os índios. "Voltaram, eles à sua primeira obstinação, dis o padre Enis, mobilizaram logo novas tropas contra o inimigo, que chegaram a quatro mil homens". Construiu-se um forte que ficou logo guarnecido pelos soldados de Santo Ângelo, enquanto os de São Lourenço, amedrontados pelas notícias que lhes trouxeram os seus patrícios que haviam estado em Caaibaté, recuaram da nova empreitada.

O exército aliado achava-se, então, nos campos de São Luiz, de onde procurava atingir os Povos. Algumas escaramuças de menor importância detinham, às vezes, a marcha. Duas de maiores consequências assinalaram-se: a primeira, ao transpor um pequeno bosque, uma fuzilaria inesperada dos índios que em uma paliçada se opunham à penetração dos aliados; a segunda, a investida de um índio a cavalo que atacou um esquadrão de vanguarda, e não obstante cerradas descargas de fuzilaria, conseguiu voltar indene para junto dos seus.

Em três de maio de 1756, nas proximidades de Santo Inácio, jurisdição de São Miguel, mais de 2.000 índios, que ali estavam emboscados, apareceram pelas colinas e, numa formação de meia lua, tendo ao centro a infantaria, acometeram o exército invasor. A cavalaria, sob o comando dos capitães gentios (charruas e minuanos confederados) despejou-se a toda brida sobre as forças da vanguarda que formou quadrado, resguardando seus carros e os recebeu a tiros de fuzilaria e artilharia. O combate se reduziu a escaramuças, e durou até o anoitecer. Morreram alguns espanhóis e dos índios perderam a vida seis de Santo Ângelo, um de São Nicolau e outro de São Miguel. À noite ainda tentaram dar sobre os aprovisionamentos e carros do inimigo, mas pressentidos logo foram rechassados, ficando morto somente um charrua.

A 10 de maio, junto ao arroio Churieví, a cinco léguas de São Miguel, dá-se o último recontro. Haviam os índios fortificado o passo do arroio com algumas paliçadas, transportando para ali dois pequenos canhões de ferro existentes em São Miguel, e mais cinco "que fizeram apressadamente com uma madeira muito dura chamada *Taxivo* e pelos índios *Tay* (tagiba)," defendendo o posto os moradores de São Miguel. Recebidos a tiro de canhão os aliados, não obstante as perdas que tiveram, conseguiram o imediato desbarato dos inimigos.

Apreciando este último capítulo da resistência dos missioneiros, diz o *Diário da Demarcação*: "Se o espaço deste rio fora defendido por tropas regulares, como as nossas, e tivessem aquelas mesmas trincheiras,

(1) Doc. Demarcação cit. *Anais*. B. N.

que suposto eram toscas e mal obradas, não foram mal ideadas, bastavam 100 homens de armas e duas peças de artilharia para que ninguem chegasse a passar por semelhante paragem, pois a mesma natureza o defende com bem pouco artifício" (1).

Sempre assediados pelos soldados missioneiros, em pequenas escaramuças, avançou o exército aliado ocupando o Povo de São Miguel, em 17 de maio. Os índios, movidos pela desesperação haviam ateado fogo à maior parte de suas casas e ao magnífico templo que felizmente escapou às chamas. Outros que haviam entrado na aldeia quase abandonada pelos seus moradores puseram-na a saque, levando até o próprio sino. E observa Southey que se não "fosse a característica morosidade dos espanhóis, fácil seria obstar essa destruição, pois bastaria um só cavaleiro para evitá-la" (2).

Ante o avanço das tropas fugiram tambem os padres atemorizados. Mais tarde os padres Tadeo e Xavier Limp foram presos e conduzidos ao exército. Os outros, de quase todos os Povos, foram se apresentar ao comando de exército alguns dias depois.

Terminava assim a guerra das Missões. Os índios, abandonando os seus Povos, as suas casas, dispersavam-se, fugindo por todas as direções. Os campos talados, os rebanhos desfalcados, as colheitas perdidas, as alfaias dos templos e até os sinos roubados, eram o atestado do declínio de uma civilização que desabava nas ruinas das próprias aldeias desertas e destruidas em parte.

E tudo isto sem um resultado prático, porque, nas cortes longínquas, procurava-se resolver sobre a fixação de fronteiras indecisas de que se enxotavam os donos primitivos da terra, contra todas as leis da humanidade e da própria economia das incipientes povoações que floresciam, sobre os alicerces da vida cristã. Sejam quais forem as culpas que cabem aos padres das Missões nessa dolorosa tragédia, pela resistência dos índios, o que parece não apurado ainda, apreciando com serenidade essa sequência de desastrosos acontecimentos, pode-se afirmar com isenção de ânimo que se houve réus passiveis da pena que a História, tribunal inflexivel e justo, deve cominar, estes serão os fautores do Tratado de 1750 e jamais os padres dos Sete Povos, julgados ainda hoje pelo travor das paixões, do ódio e da injustiça. Sabiam que seriam vencidos pelo poder do inimigo, mas preferiram cair com seus filhos porque certamente ressurgiriam nas alvoradas da Posteridade, quando a justiça da História, como a de Deus, os tivesse de julgar definitivamente.

3 — *Expulsão dos jesuitas.*

Não comporta este trabalho estudo mais detido sobre as causas predeterminantes da extinção da Companhia de Jesus notabilizada na América por dois longos séculos de catequese, de civilização cristã e de trabalhos apostolares.

Mesmo antes de deflagrar a insubordinação dos índios missioneiros contra a injusta aplicação do Tratado de 1750, uma trama insidiosa se

(1) B. N. Diário cit. I, 1, 1, 20.

(2) *Hist. do Brasil.*

tecia nà Europa para envolver em suas malhas o que a política reacionária da época chamava de "poderio jesuítico". E, realmente, dominando grande número de paises, especialmente os da península ibérica, detentores da América do Sul, os jesuitas exerciam a maior influência política e social, que já foi dada observar partida de uma comunidade religiosa. E isto afetava até o próprio clero, repercutindo nos príncipes da igreja católica, diminuidos em sua mesma autoridade eclesiástica.

Por outro lado, ainda tímido e indeciso, mas fundando suas raizes numa conciência em formação, abria-se para a humanidade um horizonte mais largo onde se adivinhavam já os primeiros albores do liberalismo, cuja eclosão não tardaria. A Companhia de Jesus, pela sua própria essência e pela rigidez de seus princípios, estava destinada a colidir com a nova ordem que a evolução dos destinos humanos impunha às sociedades que deveriam surgir dessè embate formidavel de que se adivinhavam os primeiros fragores. E todas as causas, ocultas ou ostensivas, que se possam enumerar como determinantes da extinção da Companhia, cifram-se unicamente nessa "alta razão de estado", que impeliram Espanha e Portugal à ação de que resultou esse golpe injusto, mas determinado por um imperativo da própria evolução social.

Carlos III e Pombal não são mais do que executores de uma sentença irrevogavel das tendências modernas que iriam modificar a fisionomia do mundo. E as suas vítimas, os jesuitas, cujas ações eram afeadas pelos contemporâneos, deveriam ser expulsos e extintos, não porque tivessem cometido crimes que os tornassem passiveis de pena, mas porque eram ainda os esteios já meio abalados de uma época, cuja transição se processava.

A tragédia das Missões, na América, e outras causas ostensivas e secretas, forneceram o material explosivo, cuja deflagração consumiria a Companhia de Jesus. Em vários paises elas se fariam sentir de diversas formas que Teschauer procura sintetizar: "Em Portugal, foi o suposto atentado contra o rei, que se fez crer ao debil José I; na França, a influência de uma cortezã; em Nápoles, a política do rei de Espanha; em Roma, o receio de um cisma; na Espanha, em tempo de Fernando VI, foi o reino jesuítico do Paraguai, ameaçando a soberania das colônias espanholas, e ao tempo de Carlos III, a nota de infâmia assacada à pessoa de el-rei pelos jesuitas na carta supositica", (1) isto é, em carta em que se dizia ser Carlos III fruto de adultério da rainha D. Isabel de Farnésio e, por conseguinte, intruso no trono de Espanha, de que seria legítimo herdeiro seu irmão, infante D. Luiz.

Precisava a Espanha de um forte motivo para cohonestar a sua ação tendente à expulsão da Companhia, de seus domínios coloniais. E este seria a participação dos jesuitas na insubordinação dos índios missioneiros. Nesse sentido determina a corte ao governador D. Pedro de Cevallos instaure processo para apurar a culpa desses sacerdotes. Foi encarregado de organizar o pleito D. Florencio Moreira, que desistiu de o encaminhar, sendo substituido por Diego de Salas. Provecto historiador moderno, Enrique M. Barba, biografando D. Pedro de Cevallos, à luz de copiosos documentos inéditos, nos dá notícia desse processo.

---

(1) Teschauer. *Hist.* II.

"Para comprazer o ministro e calar a garrulice de seus detratores, deu (Cevallos) a mencionada comissão a Diego de Salas, que iniciou sua tarefa em São Borja. Tomou o processo proporções gigantescas — o que não assombra dado o complexo mecanismo da burocracia de então — e as declarações favoreceram os jesuitas. Uma das testemunhas, o engenheiro Juan Francisco Sobrecasas, respondendo ao formulário de perguntas, disse que não viu sinal algum de que os missionários houvessem concorrido com os índios à oposição que estes fizeram às tropas de sua majestade. Que as operações dos indígenas "foram umas bobices e asneiras" pelo que considerava que nenhum homem de juizo podia dirigi-los.

Em essência coincidiam todas as declarações. Por isto Cevallos comunicava a Ricardo Wall em 30 de dezembro de 1759 que "havendo-se concluindo o processo, vi por ele que não sòmente não resulta que algum dos P. P. da Companhia, ainda os onze nomeados em minha Instrução, haja tido parte alguma, nem influido de qualquer modo na desobediência dos índios, antes, pelo contrário, consta dos depoimentos de todos êstes que os P. P. fizeram quantos esforços lhes foram possiveis para contê-los na devida obediência, e fidelidade às ordens de S. M." (1).

Cevallos foi acoimado de parcial no julgamento dos jesuitas. Nada fez que lhes fosse prejudicial. "Assim, em 7 de outubro de 1758, dirigindo-se a Ricardo Wall, passa em revista sua atuação pessoal desde que chegou a Buenos Aires, pondo em evidência quanto devia seu êxito aos P. P. da S. J. Agregava que chegando a São Pedro poude observar a paixão com que alguns oficiais da tropa discorriam acerca da conduta dos padres. Que havia observado nestes as mostras mais inequívocas de um profundo respeito, amor e fidelidade a sua majestade, que se confirmaram ainda mais quando viu o zelo e pontualidade com que deram as ordens concernentes ao abastecimento e subsistência do exército. Ao exortar naquele povo os índios para que passassem à Banda ocidental do Uruguai, censurando-lhes não havê-lo feito antes, responderam submissamente que reconheciam sua culpa e que se não o haviam executado, desobedecendo ao pedido de seus Missionários, foi por amor ao solo natal" (2). Não interessava à política de Cevallos comprometer os jesuitas, caso não fosse sincero o seu modo de ver. Anos depois o próprio Diego de Salas que presidiu o processo, declara a Valdelírios que recebera com repugnância essa missão, "pois lhe constava que os jesuitas eram os únicos responsaveis pelo levante guaraní" (3). Para Cevallos o único inimigo era o português. E seria contra este e não contra os jesuitas que se deveria proceder. A culpa de não se executar o Tratado estaria no modo de proceder de Gomes Freire, "que tratava de ficar com o maior número de índios, com todo o terreno que reconhecia ser mais util a seu monarca e, por último, não entregar jamais a Colônia" (4). E descarregava tambem sobre Valdelírios o peso de tremendas responsabilidades.

(1) Enrique M. Barba. *Don Pedro de Cevallos.* Bibliot. Humanidades. T. XIX. La Plata 1937. 85.

(2) E. Barba. Op. cit.

(3) Idem. Nota à pág. 85.

(4) Idem, 29.

O Tratado de Madrid, de 12 de fevereiro de 1761, e os acontecimentos dos anos subsequentes, em que esse chefe espanhol aparelha um exército para reconquistar os terrenos que estão em poder dos portugueses, desde Rio Pardo até a Colônia do Sacramento, que assedia e toma, bem como o Rio Grande de São Pedro, mostram claramente a intenção de restringir a ação portuguesa em sua expansão para o Prata. Pelo "Pacto de Família", que se firmou em Parìs em 10 de fevereiro de 1763, em que se determinava que a Espanha restituiria a Portugal todas as praças conquistadas na Europa, América e África, ou Índias orientais, voltava a Colônia do Sacramento ao domínio da Coroa lusitana. O mesmo não sucedeu com o Rio Grande que só em 2 de abril de 1776 foi reconquistado, a força de armas, pelos exércitos portugueses (1).

Não obstante, porem, o empenho de Cevallos de inocentar por completo os jesuitas da pecha de promotores da insubordinação dos índios missioneiros, a sorte da Companhia periclitava na Espanha. Inimigos poderosos e fortes esperavam o momento oportuno em que sobre a sua cabeça cairia a clava pesada do extermínio. Cevallos sobrestara o golpe.

Em Portugal não era melhor a situação. O caso do padre Malagrida, a quem se inculpava de conivência na conjuração dos Távoras, condenado e queimado pelo Santo Ofício, em 20 de setembro de 1761; os acontecimentos anteriores resultantes da Demarcação, cujo fracasso era atribuido unicamente aos jesuitas que haviam promovido o levante dos índios missioneiros, e obstado o prosseguimento dos trabalhos da comissão demarcadora do Norte, e a campanha, larga e intensiva, em panfletos e acusações, que se fazia aos jesuitas, inspirada pelo próprio Pombal, induziram o rei a tomar decisiva deliberação.

"Na lei da abolição da ordem el-rei refere o fato de haverem os jesuitas ousado atentar contra sua fama a cara descoberta, maquinando e difundindo por toda a Europa, em causa comum com seus sócios de outras regiões, os infames agregados de disformes e manifestas imposturas" (2). E a 3 de setembro de 1759 abolia Portugal de seus domínios a Companhia de Jesus.

Só oito anos mais tarde, Carlos III, conformando-se com o parecer em consulta do Conselho Extraordinário, expediu o real decreto de expulsão que é datado de 27 de fevereiro de 1767.

Cabe a execução da lei, nas Missões Jesuíticas, ao tenente general D. Francisco de Paula Bucareli y Orsua que substituira como governador de Buenos Aires a D. Pedro de Cevallos, tomando posse do governo em agosto de 1766.

Em 7 de junho do ano seguinte recebia o governador a ordem de expulsão dos jesuitas que deveria transmitir às outras governações espanholas da América do Sul, tendo marcado o dia 21 de julho para a publicação do decreto real em todas as cidades de seu governo. Antes disso, porem a tripulação de um navio que aportou a Montevidéu divulgou a notícia, obrigando Bucareli a agir com mais presteza na execução dessa ordem.

(1) Sobre esse período da nossa história veja-se o brilhante trabalho de pesquisa documental de Jonatas da Costa Rego Monteiro — *A dominação espanhola do Rio Grande do Sul.*

(2) Visconde de Porto Seguro — *Hist. Geral*, 3.ª ed. IV. 174.

Na madrugada do dia 3, em uma noite tormentosa, o governador, à frente de um forte contingente de tropas, assaltou o Colégio de Santo Inácio, de Buenos Aires, e pôs todos os padres sob custódia, na casa de exercícios do mesmo, cominando pena de morte aos que tentassem romper a incomunicabilidade dos jesuitas. Processou-se a expulsão sem acontecimentos dignos de nota. Os padres submetiam-se às determinações reais com o alto espírito de resignação e sacrifício que fora o apanágio, durante dois séculos, na América, da poderosa Companhia de Jesus.

Em 12 de outubro, em alguns transportes capitaneados pelo *Venus*, deixa as costas americanas, destino ao Velho Mundo, a primeira turma atingida pelo decreto. O padre Gaspar Suárez, um dos expulsos, depois de historiar detidamente todos esses acontecimentos, tem ainda um grito de amor pelos seus índios e uma vibração melancólica de saudade da terra: "O dia 12 de outubro, consagrado pela igreja à festa da Rainha dos Céus e Terra, N. S. a Virgem do Pilar, soltaram todas as velas ao vento os cinco transportes que conduziam os jesuitas desterrados, à vista de Montevidéu que foi a última terra da América que perdemos de vista, mas não do coração, nem da memória, porque temos sempre presente toda a América para amá-la como centro das apostólicas fadigas da Companhia de Jesus, e como o evangélico campo onde está escondido o tesouro de memoraveis almas em cuja redenção entrou o sangue do próprio Deus e por cuja salvação todos os jesuitas estamos prontos a derramar o nosso" (1).

Os povos das Missões do Uruguai, de uma e outra banda, são os últimos a ser atingidos pela expulsão. Em maio de 1768 em toda a vasta provincia do Paraguai estava terminada a expulsão. Um ano transcorrera já quando os padres dos Sete Povos receberam ordem de abandonar os seus índios e aprestarem para seguir o destino de seus sócios.

Determinara a demora o receio, manifestado pelas autoridades espanholas, de que os índios se rebelassem e reagissem contra a ordem de expulsão. Não longe estava o exemplo dessa atitude nos acontecimentos sangrentos por ocasião da execução do Tratado de 1750. Compreendeu Bucareli o perigo que disso poderia resultar. Escreveu cartas ao provincial padre Manuel Vergara solicitando se dirigisse aos padres das Missões afim de que estes em seus sermões e conselhos preparassem o ânimo de seus fregueses, e que obedecessem aos padres que viriam substituir os jesuitas. Era então superior das Missões o padre Lourenço Balda, cujo nome se celebrizara na guerra da Demarcação. Escreve-lhe o governador determinando que faça ir a Buenos Aires os caciques de mais prestígio de cada um dos 30 povos. Queria, assim, Bucareli experimentar o padre Balda, conhecer-lhe os intuitos e ao mesmo tempo reter como refens esses índios, que alí ficaram detidos um ano inteiro. Acompanharam esses caciques outros índios nobres dos povos, de sorte que, em vez de 30, foi de 60 o número dos que Bucareli tinha em suas mãos.

Entre estes, sabendo que era procurado, apresentou-se tambem, pondo-se às ordens do governador, o famoso capitão general D. Nicolau Neenguirú, corregedor de Conceição. Traçando-lhe o perfil, páginas

(1) B. N. Mss. I-29, 5, 48. — "Relación de la expatriación de los Jesuitas escrita en Roma por el padre Gaspar Suarez, uno de los expulsos". Original e autógrafo.

atrás, referimos o receio que suas atitudes de chefe prestigioso incutiram no ânimo de Bucareli, que o reteve e "deu-lhe como aos outros trajos de cavaleiro, à usança espanhola".

À época da expulsão dirigiam os Sete Povos os seguintes padres:

São Nicolau — Cura — Padre Domingos Perfetti, natural de Roma, nascido em 7 de agosto de 1725. Entrou para a Companhia em 23 de abril de 1740 e professou em 15 de agosto de 1758. Formado em filosofia e teologia, havia nove anos trabalhava como missionário entre os índios. *Companheiro* — Padre Felipe Arias, natural de Madrid, onde nasceu em 1 de maio de 1705, entrou para a Companhia em 23 de setembro de 1728 e professou a 2 de fevereiro de 1745. Era formado em filosofia e teologia e havia 28 anos que trabalhava como missionário.

São Lourenço — Cura — Padre João Caetano Ibarguren, natural de Salta, Tucuman, nascido em 7 de agosto de 1715, tendo entrado para a Companhia em 14 de novembro de 1734 e professado os quatro votos em 2 de fevereiro de 1749. Servia como operário nas Missões havia 11 anos e fora professor de gramática dois anos, filosofia três e teologia quatro anos. *Companheiro*: Padre Andre Balquerai (1) e coadjutor irmão leigo Wenceslau Kosqui (2), natural da Alemanha, de 45 anos de idade, boticário.

São Luiz — Cura: — Padre João Fabrer, natural de Maiorca, nascido em 19 de março de 1721, entrou para a Companhia em 6 de outubro de 1740, tendo professado os quatro votos em 28 de outubro de 1753. Formado em filosofia e teologia. *Companheiro*: Padre Matias Cano, natural de Orizie, na Sardenha, nascido em 9 de agosto de 1726, entrou para a Companhia em 12 de junho de 1742 e professou os quatro votos em 15 de agosto de 1759. Era formado em filosofia e teologia e exercia a catequese nas Missões havia 28 anos, em 1763 (3).

São Miguel — Cura: — Padre José Inácio Umeras, natural de Santa Fé, Argentina, nascido em 10 de agosto de 1724, entrou para a Companhia em 8 de fevereiro de 1747, tendo somente votos de biênio. Era formado em filosofia e havia 10 anos estava nas Missões. *Companheiro*: Padre Isidro de Rojas, natural do Paraguai, com 38 anos, e coadjutor padre José Rivarola, natural de Santa Fé, na Argentina, nascido em 13 de abril de 1696 e tendo entrado para a Companhia em 6 de junho de 1712. Professara os quatro votos em 19 de abril de 1733 e havia já 32 anos que servia nas Missões.

São João — Cura: — Pedro Biedma (4). *Companheiro*: Miguel de Sotto (5), que já se encontravam nas Missões por ocasião da exe-

---

(1) Teschauer dá-lhe o nome de Botelre, natural de Elwanger, na Alemanha, com 62 anos. (Hist. II, 357). O documento de que nos servimos é o quadro de *Estatística dos Povos* em que vem os nomes dos padres expulsos em 1768 e seus substitutos franciscanos, capuchinhos e mercedários (Mss. B. N. I-29, 5, 42). Os dados biográficos são do Catalogus publicus de 1763.

(2) Teschauer dá o irmão Kosqui em São Nicolau, mas consta estar em São Luiz.

(3) Catalogus de 1763.

(4) Dados biográficos em nota anterior.

(5) Idem, idem.

cução do Tratado de 1750, em que eram respectivamente curas de São João e São Miguel.

Santo Angelo — Cura: — Padre João Batista Gilde que em 1752 era cura de São Nicolau (1).

São Borja — Cura: — Padre Carlos Perez, natural de Mora, Castela, nascido em 10 de abril de 1715, entrou para a Companhia em 20 de dezembro de 1732, formando-se em 2 de fevereiro de 1750. Em 1763 havia 14 anos que exercia a catequese nas Missões. *Companheiro*: Padre Antônio Planes, que desde 1752 servia nesse mesmo povo (2).

Pelas suas nacionalidades eram esses padres: espanhóis 5, alemães 4, americanos 4 e italianos 2 (3).

Não obstante o receio que tinha o governador Bucareli de que os índios dos Sete Povos se opusessem à mão armada contra a expulsão de seus padres, nenhum acontecimento digno de nota registou-se nas Missões ao chegar alí o conhecimento dessa notícia. Somente o Povo de São Luiz Gonzaga fez ao governador uma representação, em termos respeitosos, mostrando a injustiça desse ato, pois estavam acostumados a ser dirigidos pelos jesuitas, os únicos padres que haviam conhecido e respeitado.

Essa representação aumentou os receios do governador de que os índios promovessem uma insurreição geral nas Missões. E para executar as determinações do decreto de expulsão organizou um exército que marchou em direção ao salto do Uruguai a 24 de maio de 1768, alí chegando em 16 de junho. "Dalí destacou Bucareli dois corpos de exército sob dois capitães que tinham de executar a expulsão nos extremos das reduções: D. J. Francisco Herrera, no Tebiquarí, onde tinha ordem de incorporar-se ao destacamento de milícias do Paraguai; e D. Francisco Bruno de Zavala nas Sete Missões, onde tambem tinha ordem de reunir-se ao destacamento da fronteira do Rio Grande do Sul, nas vizinhanças de São Miguel. Bucareli em pessoa reservou-se o centro" (4).

Antes de marchar havia solicitado ao provincial das Missões que lhe mandasse, ao Salto, um certo número de carretas com provisão de víveres, e em vez do exército missioneiro que pensava alí encontrar para se opor à sua penetração, somente achou, no lugar determinado, as provisões que pedira e que excediam à própria solicitação. Saiu dalí em 27 de junho a primeira divisão, em 28 a segunda, e a terceira em que ia o governador a 29, chegando em 15 de julho à vista de Japejú.

Desta doutrina foi enviado o Dr. Antônio Aldao com um destacamento comandado pelo capitão D. Nicolau Elordouy, para cientificar os jesuitas de sua expulsão. Convocados estes, depois de lido o respectivo decreto, perguntou o comissário ao padre provincial qual a atitude dos jesuitas ante essa ordem, ao que respondeu o interpelado: "Em meu e em nome dos missionários, meus subordinados, declaro sujeitar-me absolutamente a esse preceito real que acato e ponho sobre minha cabeça".

---

(1) Dados biográficos em nota anterior.
(2) Idem, idem.
(3) Eram os americanos três argentinos e um paraguaio.
(4) Teschauer. Hist. II, 351.

Comovido, o Dr. Aldão respondeu-lhe que não esperava menos do padre provincial (1).

Consumava-se, assim, sem perturbações nem revoltas por parte dos índios, a expulsão dos jesuitas dos Sete Povos de Missões. Anteriormente haviam eles procedido a inventários circunstanciados de todos os bens pertencentes às reduções que deveriam ser entregues a seus substitutos, escolhidos entre frades de diversas ordens, principalmente os que conheciam o guaraní.

E com os últimos jesuitas que se afastavam das costas americanas, abandonando definitivamente os seus índios, e levando a conciência de tudo terem sacrificado no cumprimento de sua missão admiravel, começaria a decadência das reduções e abaixamento do nivel moral dos catecúmenos jesuitas, pois somente os padres da Companhia sabiam entendê-los e guiá-los para o bem e para a civilização.

4 — *A nova administração dos Sete Povos.*

A expulsão dos jesuitas das Missões criou para estas um sério problema de dificil solução. O governador Bucareli, a quem estava afeta a implantação de um novo regime, em 14 de outubro de 1768, em carta ao conde de Aranda, acusava os jesuitas de terem durante um século se locupletado com o suor dos índios sem, todavia, "tê-los catequizado ou convertido". E, expondo longamente as razões dessa acusação informa que os jesuitas reduziam os índios à escravidão, e à miséria "dando-lhes uma escassa ração de carne e um pouco de milho." Por outro lado "constante foi o despotismo com que os dominaram sem permitir-lhes conhecer mais Deus, rei nem santos que os da Companhia" (2). E os próprios sacramentos eles os administravam de "modo contrário à ordem que pratica a igreja católica". E, assim sendo, o ponto capital da reforma que o governador se propunha fazer seria "implantar nesses índios um verdadeiro conhecimento dos adoraveis mistérios da nossa santa fé".

Não há necessidade de nos alongarmos em razões para defender o sistema colonizador do regime jesuítico. Toda a história das Missões, o conhecimento do carater indolente dos índios, a sua inaptidão para a liberdade, e a incompreensão dos princípios abstratos da fé, poderiam justificar essas acusações que pesavam sobre o regime de catequese dos padres da Companhia de Jesus, aos quais não é possivel negar, de sã conciência, a incalculavel soma de benefícios de que lhes é devedora a civilização sul-americana.

E, não obstante, a nova organização que Bucareli e seus sucessores procuraram dar às reduções, mostra-nos a história que, nos 60 anos que decorrem da expulsão dos jesuitas até a extinção total das Missões, já sob o domínio português, cada vez mais se acentuou a decadência das populações missioneiras. Sem o regime moral e religioso dos jesuitas, sem os elos sociais por eles impostos à família cristã que fundaram, os pobres índios resvalaram pelo plano inclinado dos vícios, espoliados pe-

(1) Padre Manuel Vergara.

(2) Teschauer. Hist. II, 359.

los espanhóis que mais os escravizaram e, mais tarde, pelos portugueses que completaram a obra de destruição iniciada por aqueles.

Tomando posse do território missioneiro, em agosto de 1768, o governador Bucareli, procurou dar-lhe nova organização administrativa. Para isto dividiu as Missões em duas administrações gerais, cabendo à primeira 20 Povos da mesopotâmia parano-uruguaia, para que foi designado D. João Francisco de la Riva Herrera, como administrador geral, e a segunda. que se compunha dos Sete Povos da banda oriental e mais três da ocidental, foi posta sob a administração de D. Francisco Bruno de Zavalla. A estes funcionários deu o governador uma *Instrução* que, em original, se encontra na Biblioteca Nacional, Coleção de Angelis. Era um novo plano de governo, complexo e dificil, cujos resultados práticos provaram ser inexequivel, ameaçando logo de ruina total os povos sob esse regime. E compreendendo isto o próprio Bucareli dá nova instrução, intitulada *Adição*, que tem a data de 15 de janeiro de 1770. Mas, de nada valeu o novo regulamento. O mal não advinha das leis, mesmo inadequadas à situação dos índios, e sim da voracidade de rapina dos administradores, do choque que se estabelece com os curas, que não teem autoridade alguma e mesmo da imoralidade com que a maior parte desses ministros agem junto aos índios, perdendo toda a força para dirigi-los espiritualmente.

Alem de um administrador especial de cada povo, que dava obediência ao administrador geral da região, havia neles dois ou mais padres de diversas ordens religiosas.

Substituiram os jesuitas, nos Sete Povos, os seguintes administradores e padres:

São Nicolau: Administrador, Lucas Cano; curas, frei Pasqual Ernandez e frei José Gaona, dominicanos;

São Luiz: Administrador Antônio Quirós; curas, frei Manuel Ernandez e frei Pedro Ernandez, franciscanos;

São Lourenço: Administrador Juan Flores; curas, frei Roman Aquino e frei João Aquino, mercenários:

São Miguel: Administrador Esteban Vergara; curas, frei Sebastião Mareco e frei Pedro Mayan, dominicanos;

São João: Administrador Eugênio Mesa; curas, frei Juan Fretes e Santiago Encinas, franciscanos;

Santo Angelo: Administrador Juan Beron; curas, frei I. Martin e frei Juan Espinosa, mercenários;

São Borja: Administrador Antônio Avila; curas, frei José Aguero e Lorenzo Echenique, franciscanos (1).

Pela nova organização que dera em 1770, ante a inexequibilidade da anterior, resolveu o governador Bucareli dividir todo o território missioneiro em quatro departamentos, ficando o de São Miguel como cabeça das reduções riograndenses. Por essa ocasião, descobrindo várias

(1) B. N. Mss. Estatística dos Povos. I, 29, 5, 42.

irregularidades, Bucareli demitiu todos os administradores, substituindo-os por outros que continuaram, da mesma forma, os processos da rapacidade e brutalidade de seus antecessores.

D. Francisco Bruno de Zavalla que, reunidos os dois governos, ficara como administrador geral das Missões, logo em seguida tem vários atritos com os padres, em virtude de um conflito de jurisdição de poderes, "e veio a confusão que se seguiu provar quão acertadamente haviam obrado os jesuitas, reunindo a autoridade temporal à espiritual" (1). Formaram-se, então, correntes de opinião, dividindo os povos, mas, os índios, em sua quase totalidade, tomaram o partido dos padres que, embora maus e sem moral, eram, no entanto, melhores do que os tiranos civis que tudo lhes roubavam, e constantemente os castigavam, pelas menores ocorrências.

Southey, numa página vibrante, estuda esse período da dolorosa história das Missões. "Terminou, assim, diz, a prosperidade desses celebrados aldeamentos, acabando-se a tranquilidade e o bem estar dos guaranis. Famintos velhacos do Prata ou recem-chegados da Espanha, nem conheciam os administradores a língua indígena, nem tinham paciência para aprendê-la, bastando-lhes para intérprete de suas ordens o chicote" (2).

Copiosa a documentação que sobre o assunto se encontra na Coleção de Ângelis. Representações dos curas, processos, queixas dos corregedores, assomos de rebeldias dos índios, e muita miséria, muita deshumanidade, latrocínios, e o relaxamento completo das velhas tradições cristãs que os jesuitas haviam imposto com o seu exemplo, o seu desinteresse e o seu amor a gerações e gerações de índios.

Começa o êxodo das populações missioneiras. Famílias e famílias, que tinham parentes no Rio Grande, em cujas aldeias os índios recebiam melhor tratamento, fugiam das Missões, internando-se nos domínios portugueses.

Em 1772, em vista da desorganização que lavrava por toda a parte e a decadência sensivel dos povos, foi feita nova substituição de administradores. E são de um destes as observações que transcrevemos, registadas por Teschauer: "Entregou-se-me o povo, faz agora um ano, um mês e vinte dias, só com o nome de povo, porque na realidade estava despovoado, as estâncias desertas e abandonadas; os armazens com o nome, porem o interior com uns quartos e uns vestidos velhos e uma pouca de roupa... Até os curas apenas podem sustentar-se; tambem o Sacramento fica muitas vezes sem luz porque não voltam mais ao povo..." (3)

Dando cumprimento a uma ordem do governo no sentido de informar sobre a sua gestão na administração geral dos Sete Povos, no período decorrido de 1776 a 1784, relata um desses administradores interessante relatório existente na Coleção de Ângelis (4). Começa o administrador fazendo o histórico dos sacrifícios impostos aos índios com

(1) Southey. *Hist. do Brasil.* Cap. 42.
(2) Idem, idem.
(3) Teschauer — *História*, II, 369.
(4) B. N. Mss. I, 29, 5, 80.

serviços de guerra, já por nós referidos em outro capítulo e que abrangem todo o lapso de tempo em que administrou os povos. Deviam estes somente de tributos reais, que não puderam satisfazer, quantia superior a 66.604 pesos. Refere a seguir os prejuizos decorrentes do decréscimo das populações desviadas para os domínios de Portugal e para serviços e construções militares que haviam privado os índios de atender às suas lavouras, artes e manufaturas, com que mantinham as suas famílias e pagavam outros tributos, como o adorno do culto divino, soldo do administrador, mestre de primeiras letras "e demais ocorrências precisas que origina e prepara a subsistência e permanência de um povo".

Há sobre esse período um punhado de documentos interessantes que longo fora recapitular. Todos eles nos mostram a decadência em que vão se submergindo os Povos de Missões. As deserções já se dão quase em massa. Os índios abandonam as povoações e vão perambular pelas estâncias quer de riograndenses, quer de correntinos e paraguaios. "Em 1772 eles já estavam acostumados a uma vida tão independente que começaram as deserções que até agora não teem parado; pois vão-se e voltam quando e como lhes parece, trazendo quanta miséria e maus costumes podem adquirir na província de Paraguai e Corrientes, onde os aquerenciam e ainda os vendem como escravos" (1).

Parte consideravel das populações abandonando os povos iam para as estâncias, onde tinha assegurada a alimentação na grande quantidade de animais vacuns que alí havia. Mas, esta mesma ia aos poucos se consumindo, de sorte que estâncias povoadíssimas em pouco tempo estavam quase desertas. Informa um administrador, em 1776, que "o corregedor do Povo, cabildo e morobixabas... começaram a dar nas estâncias, consumiram quarenta mil cabeças de gado no tempo de quatro anos" (2).

Sem mais assistência e entregues à sua própria sorte, recairam na indolência primitiva, roubando gados e outros produtos da lavoura para vender em troca de bebidas alcoólicas, vício a que se entregaram. Quatorze algodoais, dos mais preciosos e ricos dos povos, que os jesuitas haviam deixado, perderam-se completamente.

O administrador geral Cassero, em seu relatório, informa que, em pouco tempo, abandonada a indústria e a agricultura, consumiram o que com desvelo produziram seus antecessores, destruiram as estâncias de gado, aniquilaram os ervais de cultivo" (3).

A decadência moral dos índios acompanhou de perto a queda de sua economia. Vícios de toda ordem, embriaguez, prostituição, roubo, insolência, transformaram o carater antes docil dos índios. Os administradores referem fatos de toda ordem, reveladores do abastardamento em que se afundava a vida social, religiosa e moral desses infelizes. O de São Miguel J. Gramajo informa que "tambem este corregedor, cabildo e caciques abandonaram a prática da religião, perdendo os bons costumes que os expulsos incondicionalmente mantinham". Outro administrador, D. Colodrero, observa que "disto se segue a ruina das casas, os roubos, não entrar na igreja à missa nem ao rosário, não fazer caso do que se lhes manda, porque não acodem ao trabalho da comunidade, nem

(1) Teschauer. Hist. cit. II 370.
(2) Idem, idem, 370.
(3) Idem, idem, 371.

cuidam de suas chácaras particulares; entregues à ociosidade e tramando para destruir de uma vez o que ainda existe".

Desde os primeiros momentos da implantação desse regime, começaram os atritos entre os administradores e os curas. Com poucas exceções, quer uns quer outros, só tinham em vista explorar os índios e tirar do trabalho desses infelizes o maior proveito. Vindos do regime jesuítico em que nada faziam sem consultar o padre, procuravam em seus novos mentores espirituais encontrar o mesmo conforto e o mesmo conselho amigo. Mas, se o faziam, atentavam contra a autoridade dos administradores a quem cabia atender, no temporal, às necessidades do povo. Daí os atritos contínuos entre os curas e os administradores. Mas, quem levava a pior parte era o índio. Tentara o governador Bucareli abolir a pena de açoite com que os jesuitas, dentro da sua autoridade moral e justiça, castigavam os faltosos. Mas, "agora vinha o açoite de três partes: açoitava o administrador quando se obedecia ao cura; açoitava o cura porque se obedecia ao administrador, e açoitava o corregedor ou qualquer do cabildo... quando o índio não lhe fazia roça a seu gosto" (1).

A intriga lavrava entre os habitantes dos povos, os curas e as autoridades civis. A pressão dos espanhóis que invadiam as Missões e se locupletavam com o trabalho dos índios, explorando-os a troco de ninharias, de tabaco e de álcool, e se apropriando de suas chácaras, obrigavam estes infelizes a fugir de seus povos, abandonar suas famílias e quebrar os laços morais com que os jesuitas os haviam ligado na comunhão social.

O mal era geral. Havia nos 30 povos guaranís, segundo documento da época (2), em 1763, uma população de 98.879 almas, quatro anos depois, em 1767, baixara para 88.796 almas e em 1799 estava esta reduzida a 40.000 almas. A dos Sete Povos, de que se insere detalhada estatística, baixara de 25.000 para 14.000 que era a população indígena integrada ao Brasil pela Conquista das Missões.

O tenente de governador, D. Gonzalo Doblas, em interessante memória, publicada por D. Pedro Angelis, informa que "os bens dos índios são tratados como suas pessoas; distribuem-se aqueles com a maior escassez entre os índios necessitados e até enfermos, enquanto se gastam com a maior profusão, não tão somente entre os empregados espanhóis, senão tambem com quantos passageiros chegam e se deteem talvez sem motivo algum, os dias que querem, facilitando-lhes quantas comodidades se lhes antolham e recebendo-as estes como coisa a que teem direito e que se lhes deve... e ainda que o governo tenha dado algumas ordens sobre isto, nenhum efeito tem surdido" (3).

Por sua vez, muitos curas, recrutados entre elementos menos escolhidos, completavam com o exemplo de uma moral duvidosa e com a cupidez de bens terrenos, o quadro do aviltamento geral dos índios. Outros, entanto, mais virtuosos e dignos, reagiam, mas o resultado era contraproducente, pois ou teriam de fugir das suas curazias ou se tornarem

(1) Ugarte — Informe. cit. Teschauer. *Hist.* II, 380.

(2) B. N. Mss. — I, 29, 5, 42.

(3) Public. Angelis. Documentos. 1836 — Tesch. *História*, II, 380.

vítimas da intriga insidiosa, da perseguição e dos maus tratos que lhes eram infligidos pelos espanhóis e pelos próprios índios, cujo relaxamento de costumes profligavam com palavras e até com castigos corporais.

A Coleção de Ângelis, da Biblioteca Nacional, está cheia de reclamações, representações, e azedas controvérsias desses curas sobre questões de dinheiro e outras deprimentes do carater e da moral desses sacerdotes.

CAPÍTULO V

INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DAS MISSÕES

1 — A Conquista das Missões. 2 — Os conquistadores. 3 — Administração dos Sete Povos. 4 — Extinção das Missões Orientais do Uruguai. 5 — O índio missioneiro na formação étnica e histórica do Rio Grande do Sul.

1 — *A conquista das Missões.*

A conquista das Missões, levada a efeito em 1801 pelos riograndenses, e consequente integração de seu vasto território ao patrimônio nacional, restabelecendo e ampliando as antigas fronteiras traçadas pelo Tratado de 1750, não está ainda bem esclarecida em suas origens.

O Tratado de 12 de fevereiro de 1761 anula o de 1750, destrói a soma enorme de sacrifícios que ele representa, porque este "tem dado e daria no futuro muito e muitos frequentes motivos de controvérsia e de contestações opostas a tão louvaveis fins", ficando estabelecido "que todas as coisas pertencentes aos limites da América e da Ásia se restituam aos termos dos Tratados, Pactos, e Convenções" existentes antes de 1750 (1).

Fica assim recuada a raia portuguesa outra vez até o Jacuí. Não se conformam com isto os espanhóis que querem impor limites mais extremados, levando suas pretensões à desocupação de todo o território alem dos antigos campos de Viamão. Decorre daí a dominação espanhola de 1763 a 1777, no Rio Grande, e os assédios consecutivos a Rio Pardo, que se defende galhardamente, sob o comando do coronel José Marcelino de Figueiredo. Este período da nossa história está magnificamente estudado pelo coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro (2).

O Tratado de S. Ildefonso, de 1 de outubro de 1777, procura então dirimir as dificuldades oriundas dos pactos anteriores, que não consulta-

---

(1) Tratado de 1761.

(2) J. C. Rego Monteiro. *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul.* Imprensa do Estado Maior do Exército. Rio, 1937.

vam os interesses gerais, assinalando em seu artigo IV que "para evitar outro motivo de discórdias entre as duas monarquias qual tem sido a entrada da Lagoa dos Patos ou Rio Grande de São Pedro, seguindo depois por suas vertentes até o rio Jacuí, cujas duas margens teem pretendido pertencer-lhes ambas as coroas convieram agora em que a dita navegação e entrada fiquem privativamente para a de Portugal" e que "continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios que correm até o mencionado Rio Grande e Jacuí até que passando por cima das dos rios Araricá e Coiaquí que ficarão da parte de Portugal, e as dos rios Piratiní e Abimini que ficarão da parte da Espanha, se tirará uma linha que cubra os estabelecimentos portugueses até o desembocadouro do rio Pepery-guassú, no Uruguai" (1).

Consequência imediata deste Tratado, na região que defronta as Missões Orientais, é a penetração que fazem os primitivos povoadores de Rio Pardo e Cachoeira, povoado que tem por origem uma aldeia de índios das Missões, para o sul e oeste do Jacuí, excedendo mesmo com seus estabelecimentos de criação as raias prefixadas.

Para a ocupação desses campos acrescidos pelo novo Tratado, o comandante do Rio Pardo, coronel Patrício José Correia da Câmara, dá instruções declarando que os limites indicados "são da Guarda do Jacuí, do último Irapuá até sua foz no Jacuí, e das vertentes do mesmo Irapuá a rumo direto até encontrar no Camaquã e deste e da serra que custeia a Lagoa para a parte da Campanha" (2).

São assim acrescidas para o sul, tendo como limite extremo a oeste o rio Jacuí e o rio Irapuá, as raias da fronteira, que eram as mesmas da freguesia de N. S. da Conceição da Cachoeira, ereta em 10 de julho de 1779. O alargamento para oeste só se dá dois anos depois, isto é, em 1782, com a concessão oficial de sesmarias de campos entre os Vacacaís, Santa Bárbara e Irapuá, antigo território em que ficavam as estâncias jesuíticas de S. Luiz, S. Lourenço e parte da de S. Miguel.

Nessa ocasião se estabelece mais íntimo contacto entre os pioneiros da penetração riograndense, que aí teem as suas estâncias e os índios das Missões que lhes veem vender gados e ajudá-los com peões no amanho dos campos. Inicia-se, então, uma fase de deserção de inúmeras famílias dos Povos, que veem aumentar a população das estâncias rurais, criando-se, assim, do confronto entre o trabalho livre e o das Missões, uma tendência forte no sentido de se libertarem da tutela dos gananciosos administradores que sucederam aos jesuitas.

A conquista dos Sete Povos levada a efeito pelo soldado desertor de dragões José Borges do Canto e logo secundada pelo estancieiro Manuel dos Santos Pedroso teve como inspirador o tenente-coronel Patrício Câmara. Não há documento que autorize afirmar houvesse Patrício recebido qualquer sugestão nesse sentido. Entretanto, parece, que alem de um entendimento prévio com os principais caciques missioneiros para não se oporem à conquista dos Povos, recebera o comandante do Rio Pardo, por intermédio de Xavier da Veiga Cabral da Câmara, governador do Continente, instruções sobre o plano de expulsão dos espanhóis

(2) Tratado de 1777.

(2) Arq. Publ. R. G. Sul — *Instruções do coronel Patricio*, de 4-VIII-1780.

de toda a região compreendida pelo rio Uruguai e rio da Prata. A curta duração da guerra não permitiu a execução completa do plano, sendo somente anexado à coroa de Portugal o território missioneiro. Só quinze anos mais tarde, culminando a política expansionista do Prata, os exércitos veteranos do general Carlos Frederico de Lecor, ocupando Montevidéu, proclamam a anexação da Cisplatina, complemento necessário da conquista das Missões.

A idéia da expansão do império americano, que as gerações anteriores não souberam consolidar com a manutenção da posse da Colônia do Sacramento, ao dealbar do século XIX estava viva na conciência dos estadistas portugueses que a associavam, sob a pressão dos acontecimentos da Europa, à trasladação da monarquia para a América.

Ante o descalabro da guerra de 1801 que seccionara o território da metrópole com a perda de Olivença e se refletira na América com a de parte da Guiana, essa idéia tomara maior consistência sendo mesmo enunciada pelo marquês de Alorna que, nestes termos, se dirigia ao Príncipe, em carta de 10 de maio de 1801: "V. A. R. tem um grande império no Brasil e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem talvez que trema e mude de projeto se V. A. R. o ameaçar de que dispõe a ir ser imperador naquele vasto território, adonde pode facilmente conquistar as colônias espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa" (1).

Houve, não há duvidar, conjugando a documentação hoje conhecida, uma insinuação partida do alto, que tinha em vista anexar às possessões portuguesas do Brasil o território de Missões e quiçá a própria região depois denominada Província Cisplatina, ao menor choque entre Portugal e Espanha. Os acontecimentos anteriores que se desenrolavam na Península Ibérica, reflexo da tormenta que se desencadeara na França e ameaçava convulsionar as duas monarquias, já dera motivo a um demorado inquérito, dois anos antes, sobre as possibilidades de defesa do vicereinado do Prata.

Dois nomes, que mais tarde encontraremos ligados à execução do expansionismo português no Prata, inspirando um, executando outro, parecem se ligar à cadeia dos acontecimentos que se vão desenrolar na América, nos albores do século XIX: D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro, do Príncipe Regente e o tenente-coronel, depois brigadeiro, Joaquim Xavier Curado, cujas missões ao Prata merecem pormenorizado destaque.

Estarão talvez aí os fios iniciais dessa teia invisivel que se desdobra largamente desde a conquista das Missões, até envolver de todo, em suas malhas pacientemente tecidas, a Província Cisplatina quando a ela chegam as luzidas e aparatosas tropas veteranas de Lecor.

Historiemos os acontecimentos consoante documentação original da época.

O panorama político da Europa, nos fins do século XVIII, ameaçava desencadear sobre Portugal a cólera francesa, que se faria sentir através da Espanha, não obstante os esforços de Antônio Araujo que tudo envidou no intuito de que fosse ratificado por Portugal o tratado de Paris, de 20 de agosto de 1797. Opunha-se, porem, a essa ratificação a Ingla-

(1) Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*. Rio, 1908, I vol. 40.

terra que declarara considerar semelhante ajuste um ato de hostilidade, ante o qual, por previsão, a esquadra britânica ocupou o forte de São Julião da Barra.

Rumou, então, Portugal, definitivamente para a corrente inglesa, destacando a Inglaterra para Portugal seis mil soldados, em 1797, e, por outro lado, parte da esquadra luzitana foi combater ao lado da esquadra inglesa, tomando parte na batalha naval de São Vicente em que os ingleses derrotaram os espanhóis. Era, assim, fatal o desencadeamento de uma guerra com a Espanha, muitos anos antes de 1801.

Qualquer hostilidade na Europa deveria, naturalmente, refletir-se na América, havendo necessidade de se conhecer com toda a individuação os elementos de que pudessem dispor alí os naturais inimigos do Prata.

Com a vitória da influência inglesa nos negócios políticos do reino, é remodelado o gabinete português, entrando para o ministério D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro em Turim, que ocupa a pasta da marinha em substituição a Martinho de Melo, que havia falecido. E em 1799 passa D. Rodrigo para a fazenda.

Em ofício de 2 de janeiro de 1799, ratificado pelo de 30 do mesmo mês e ano, dirige-se o futuro conde de Linhares ao vice-rei do Brasil, conde de Rezende, recomendando-lhe que escolha um oficial capaz de desempenhar importante missão no Rio da Prata. O motivo ostensivo da missão seria a entrega de uma carta ao vice-rei do Prata, marquês de Avilez, sobre o transporte para Lisboa de cabedais pertencentes a S. M. C. que, conforme ajuste feito pelas duas cortes, deveriam ser, por navios de guerra portugueses, comboiados àquele destino. Para evitar o ataque dos piratas franceses conviria que as naus de guerra comboiassem a frota de navios mercantes que iriam ao Prata a título de transportar artigos de comércio. Mas o objetivo principal, secretíssimo, da missão, estaria na indagação minuciosa dos elementos que contavam as colônias espanholas em caso de guerra. Em carta de 20 de abril de 1800, do conde de Rezende a D. Rodrigo de Souza Coutinho, dando solução ao assunto, diz aquele que usou de todos os meios para satisfazer os vários objetos da comissão, "sendo um deles o segredo, e outro o reconhecimento das forças de mar e terra do Rio da Prata, indagação tão necessária *para a combinação das nossas forças com as dos Espanhóis*".

Foi escolhido pelo vice-rei, para o desempenho dessa missão, o tenente-coronel Joaquim Xavier Curado, oficial ilustre cujo nome mais tarde se ligará indelevelmente aos negócios da Cisplatina, como se verá do decorrer destas notas.

A incumbência levada pelo tenente-coronel Curado é cercada de absoluto sigilo. Em 7 de junho o conde de Rezende oficia ao governador de Santa Catarina dizendo que passa àquela ilha e dalí ao Rio Grande um oficial que não deve ser visto na cidade e nem sequer identificado. A horas insólitas, somente, quando a embarcação estiver atracada no porto deverá ser conduzido ao quartel de residência do governador, com quem tratará de assuntos que dizem respeito a essa comissão. Para o governador do Rio Grande, brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, em carta de 28 de julho, faz o vice-rei as mesmas recomendações, acrescentando que não deve ser alí conhecida a graduação do oficial que segue em serviço secreto. Ma era de absoluta necessidade que esse oficial se avistasse com o governador, pois, não obstante demorar de

muitos dias a volta que teria de dar para ir a Porto Alegre, residência do governador, o emissário foi até aquela cidade porque, como diz, "contudo era preciso dar essa volta".

Curado chegou à ilha de Santa Catarina a 10 de agosto e com pouca demora seguiu para o governo do Rio Grande e, depois de conferir, em Porto Alegre, com o governador, os assuntos de sua missão, seguiu sempre por terra para a cidade do Rio Grande, chegando a 18 de setembro ao forte espanhol de Santa Teresa, de onde se dirigiu a Montevidéu e Buenos Aires.

Levava o oficial português, para seu governo, as seguintes instruções secretas que lhe haviam sido entregues pelo vice-rei:

"Em todo o decurso da viagem até o lugar de seu destino deve procurar todos os meios que forem possiveis para deixar de ser visto, ocultando constantemente àquelles a quem de necessidade deve apparecer qual he o paiz a que se dirige, e o objeto da sua diligencia.

No paiz a que se destina deve evitar todas as ocasiões de figurar ou de representar, procurando por em prática todos os mêios imaginaveis para se conseguir o seu disfarce. Para este fim será muito conveniente dizer somente que he hu official de quem se faz toda a confidencia e por isso se lhe encarregou a entrega daquelle officio, occultando a sua graduação. Igualmente será muito util não andar effectivamente fardado nem tão bem vestido sempre de particular, mas conservar nesta parte hua tal regularidade que ao mesmo tempo que consiga o seo disfarce, se evite toda a ocasião de suspeita, ou desconfiança.

Logo que entre no paiz a que se dirige deve com a maior cautela e segredo tomar sobre o Rio da Prata e estado de seus portos todos os conhecimentos, que for possivel conseguir, afim de adquirir todas as noções necessarias a qualquer projecto.

Deve examinar se há embarcações de Guerra, quantas são e a sua força distinctamente. A quanto tempo ali se achão e se effectivamente se conservão ñaquelles Portos ou se ha alguas que de novo viessem e quando chegarão. Se se esperão mais alguas da Europa, quantas são, a sua força e em que tempo pouco mais ou menos poderão chegar, e se com a sua chegada se retirarão para a Europa alguas das que ali se achem, ou se todas deverão ficar existindo no sobredito Rio. Do mesmo modo deve averiguar se fora dos Portos andão alguas embarcações de Guerra cruzando, quantas são e sua força.

Da mesma forma examinará as Fortificaçoens que ha, o seu Estado e sua Artilharia, as suas Guarniçoens e os Portos em que se achão, tudo com a maior distincção, clareza que seja possivel. Que quantidade de Tropas ha assim de Infantaria, Artilharia e Cavallaria, como Milicias, e o estado de sua disciplina, declarando distintamente, o mesmo de cada Corpo. Igualmente deve averiguar que numero de pessoas se poderão ajuntar em cada hua das Fortificaçoens, ou Portos quando seja preciso. Se ha noticia de que se esperem da Europa mais alguns Regimentos e se com a chegada destes se retirão outros ou se ficarão todos ali existindo. E finalmente tudo mais que possa concorrer para completa satisfação deste importante objecto" (1).

---

(1) Arquivo Nacional — Col. 107. *Santa Catarina*, 176-180 (Documentos Anexos — *Primeira missão Curado*), 1799-1800.

O coronel Curado demorou seis meses nessa comissão, só voltando ao Rio de Janeiro a 7 de fevereiro de 1800. Entregou, então, ao vice-rei o memorial a que adiante nos referiremos em que faz um estudo completo sobre as possibilidades de defesa do Rio da Prata.

Mas, o objetivo de carater ostensivo da comissão não foi realizado, dando-se como motivo o receio do ataque de piratas franceses à frota que conduzisse para Lisboa os cabedais de S. M. C., como se verifica da documentação referida, existente no Arquivo Nacional. O conde de Rezende, em ofício ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, datado de 20 de abril desse ano, comunica que usou dos meios necessários para satisfazer os vários objetos da comissão, "sendo um deles o segredo e outro o reconhecimento das Forças de Mar e Terra dos Portos do Rio da Prata, indagação tão necessária para a combinação das nossas forças com as dos Espanhóis".

Encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a "Informação" do coronel Joaquim Xavier Curado "sobre a povoação e Forças dos Estabelecimentos espanhóis" (1). Nesse longo e minucioso documento estuda esse oficial a situação de Buenos Aires, de Montevidéu e outras povoações da Banda Oriental, meios de transporte, fortes, baterias e baluartes que defendem essas cidades, sua eficiência e número de peças que os guarnecem. Estende-se longamente sobre o povo dessas cidades, suas inclinações, carater e pontos vulneraveis. No fim dessa detalhada exposição chega à conclusão de que existem 19.000 homens aptos a pegar em armas, sendo 15.000 em Buenos Aires, 3.000 em Montevidéu e 1.000 em S. Fernando e S. Carlos.

Essa "Informação" de que foi remetida cópia a D. Rodrigo de Souza Coutinho e a outros interessados, entre os quais o governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião X. da Veiga Cabral da Câmara, orientou, naturalmetne, um ano depois, os promotores da Conquista das Missões e o avanço para as fronteiras da Banda Oriental, o que anteciparia, provavelmente, de 15 anos a anexação da Cisplatina, se as operações não fossem sustadas pela notícia do Tratado de Paz de Badajoz.

Complemento natural da anexação dos Sete Povos, que a conquista realiza em 1801 seria o domínio sobre a vasta extensão territorial que morria no estuário do Prata. A trasladação da família real para o Brasil reaviva a idéia expansionista que viria completar, no sul, aquela conquista.

Chegou o príncipe D. João ao Rio de Janeiro a 8 de março de 1808, e ao organizar o seu primeiro ministério no Brasil confiou o regente a D. Rodrigo de Souza Coutinho, mais tarde conde de Linhares, as pastas de estrangeiros e da guerra. A política expansionista na América, onde se vinha fundar um grande império, tinha no ministro do príncipe regente um dos mais decididos e fervorosos apóstolos. Inspirador da conquista das Missões, que fora um facil episódio da história colonial, sugerira mesmo, em 1803, que "em caso de hostilidades na Europa", se desenvol-

---

(1) B. N. Cod. mss. I-4, 3, 23. Contem 20 fls. sem data nem assinatura formato 32x24 em papel de linho. Acompanham vários quadros estatisticos sobre forças das povoações, população, embarcações, e distâncias entre essas povoações. Traz as seguintes plantas: Forte de Buenos Aires, Forte de S. José (Montevidéu) Maldonado e Santa Tereza.

va no sul do Brasil "um ataque que possa expelir de toda a margem setentrional do Prata os Espanhóis" (1).

Sete dias depois da chegada da família real ao Rio de Janeiro, isto é, a 15 de março de 1808, dando-se a uma pressa verdadeiramente notavel, D. Rodrigo de Souza Coutinho incumbia novamente ao brigadeiro Joaquim Xavier Curado, de missão idêntica à que já desempenhara no Rio da Prata.

Três objetivos, o primeiro de carater ostensivo e os dois últimos secretos, eram confiados à argúcia e à inteligência do prestimoso oficial brasileiro. O primeiro dizia com "a continuação do comércio que se está praticando com bandeiras simuladas das duas nações" e pela maior aproximação dos dois paises "que se deseja continuem em boa harmonia". O segundo seria "tentar os governadores para o fim de unir aqueles paises ao Real Domínio, o que seria muito feliz, pois evitaria toda e qualquer ulterior contenda". O terceiro seria "o exame, e conhecimento do verdadeiro voto da nação espanhola e da opinião pública sobre entregarem-se ao governo português e em qualquer caso o conhecimento do estado da Força Pública, em soldados, oficiais, e munições, que tem e ocupa o Rio da Prata, pois é muito essencial se desgraçadamente se houver de chegar a vias de fato, que se conheça a força real dos espanhóis sobre todos os pontos do Rio da Prata" (2).

Desincumbiu-se o brigadeiro Curado dessa árdua missão, de que não cabe aqui pormenorizado estudo. O Relatório que apresenta, peça inédita e valiosa existente no Arquivo do Itamaratí, é um admiravel atestado de sua capacidade de soldado e de diplomata. Estuda a situação do Prata, os seus homens, virtudes e defeitos, traços íntimos de seu carater, o modo de interessá-los a favor da coroa portuguesa, chegando à conclusão de que "entre as dificuldades de obter um consentimento voluntário do povo de Buenos Aires para unir-se com os portugueses", sobrelevavam os seguintes itens:

"1.º — A infinidade de empregados que absorvem todo o produto do Estado e que essa "união" faria perder os proventos de sua subsistência;

2.º — O comércio do Rio da Prata sem o Perú não é comparavel com o do Rio Grande, e a união, interceptando esse comércio, reduziria a cidade à miséria. Porem uma cidade de 70.000 almas não pode sujeitar-se voluntariamente a uma nulidade absoluta;

3.º — A classe dos militares que tem altos soldos, e que é muito orgulhosa da supremacia que exerce e que preferirá a luta, pois o resultado em todo o caso não pode ser outro para eles senão aqueles se lhes ofereça não pelejando;

---

(1) B. N. *Col. Linhares.* I-29, 13, 22.

(2) Memória sem data nem assinatura, mas facilmente identificavel como sendo do brigadeiro Curado, relativa à sua missão ao Prata em 1808. Inédita e desconhecida dos nossos historiadores, encontrava-se entre *Velhos Papéis* relativos ao Prata, no Arquivo do Itamaratí e será reproduzida na íntegra nos *Anais do Itamaratí*, vol. V, em elaboração.

4.º — Mais de 5.000 famílias que vivem dos gastos e desperdícios dos negociantes, militares e empregados que com a desgraça destes ficarão reduzidas à fome".

Mas, entre as "circunstâncias que poderiam favorecer a união", estava a da existência de "um partido da Independência, francês no fundo, e republicano, porem que pode unir-se aos nossos interesses mudando a idéia da democracia na de um Estado monárquico, separado do Brasil".

O autor da *Memória*, depois de uma larga exposição de motivos, chega à conclusão da inexequibilidade de "uma união voluntária". E faz um esboço de projeto de que resulta, esgotados os meios persuasivos, só restar um recurso: o emprego da Força. Impunha-se, para isto, a "necessidade de fazer ocupar pelo seu exército uma posição que assegure a obediência" dessa provincia. Com 6.000 homens poder-se-ia "tomar Montevidéu e guardar todo o país compreendido entre Maldonado e arroio da China, até a fronteira de Portugal".

E será esta, oito anos depois, ainda, a solução única para a encorporação da Cisplatina ao Brasil. Consegue-a Lecor mais com sua política de sedução do que com a própria força, abatido o único espírito revel que se levantou com a bandeira da liberdade na mão em defesa da Pátria e dos altos ideais de americanismo, de que foi um dos maiores precursores — D. José Artigas.

Precedeu à conquista das Missões um entendimento prévio com os principais caciques dessa região, cansados já da desorganização administrativa e social desses infelizes povos. Espoliados em seus haveres, trabalhando como escravos, padecendo tormentos e fome, ouviam de seus parentes do Rio Grande, com quem tinham contacto muito assíduo, que sorte melhor lhes estaria reservada sob o domínio português. E era o próprio vice-rei, marquês de Avilez, que, em sua "Relación de Gobierno", reconhecia esse estado de coisas quando informava que "todos se julgam com direito de oprimir (os índios), chegando a tal estado que a parte oriental do Uruguai, que é indiscutivelmente sua, vão os espanhóis se apoderando dela, porque nestes só reina o espírito de cobiça" (1).

Noticiando ter empreendido a execução da comissão que recebera, Borges do Canto escreve ao coronel Patrício, em data de 12 de agosto: "Respeitavel Sr. axeime em Çaõ Martinho p^{a}. adeligencia q' vm^{ce}. medetreminou Con Cuarenta Omenis" etc. Em carta de 21 do mesmo mês, dirigindo-se aos corregedores e Cabildos dos povos, o coronel Patrício informa que "tendo chegado am^{a}. prez^{a}. por differentes partes avoluntaria saptisfação comq' vom^{ces}. ecada hum de seus Povos sequerem sugeitar aobdiencia do Principe Regente F^{mo}. emeu S^{or}. protestando guardarem fidelidade em união com os Vassalos Portuguezes domesmo Soberano esacudindo o jugo em q' athe opresente se tem concervado debaixo das Leys de S. Mag^{e}. C. separando consequentem^{e}. esses Dominios da Auctoridade q' nelles tinha aquelle me^{mo}. Monarca:" etc., o que induz a crer que houvesse da parte dos Povos um entendimento anterior com o comandante do Rio Pardo (2). Noticiando o resultado obtido com a invasão dos Povos, ao governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, Patrício nos abre uma ponta do véu misterioso, em ofício data-

(1) Marquês de Avilez. Relacion de Gobierno. 1801. B. N. Mss. I-15, 5, 5.
(2) Rev. Arq. Hist. R. G. do Sul — 1.º — 21.

do de 23 de agosto: "Correspondendo os meus dez^{os}. ao bom desempenho das emprezas para com toda a gloria, e satisfação comonicar a V. Exa. depoder contar no seo felis Governo com os sette Povos da Ribeira Oriental do R^{o}. Uruguay rendidos voluntariamente aobdiencia do Principe Regente N. Sr. epor conseguinte sug^{tos}. ao Comando desta Frontr^{a}. q' V. Exa. me confiou. *Não me adiantei Exmo^{o}. Sr. em alterar Ord^{e}. de que inda não me achava munido por V. Ex^{a}. mas seguindo o Spirito. eobdiencia dellas fiz entrar naquelles Povos os Sug^{tos}.* q' se me aprezentavão para hostilizar oinimigo eseguurarem aCavalhada q' fosse possivel pa. o emprego do Rl. Serv^{o}. Entre os ditos Sug^{tos}. foi hu delles o Sold^{o}. dezertor do Reg^{mo}. do meo Comando Joze Borg^{s}. do Canto q' premeditando na sua ideia, valor, e des-embarasso os progectos mais acertados em vantagem dos Dominios, e serv^{o}. donosso Augusto Principe e Sr. aventura o favoreceo com a boa proteção q' teve da fiel, *eanciosa vontade com q' estavão aquelles Povos de Sacudirem as Leys, etributario jugo da Sugeição q' prestavão a S. M. C."* etc.

Os dois períodos que acima grifamos melhor esclarecem as origens dessa conquista. Houve um trabalho prévio de entendimento com os povos para sacudirem o jugo espanhol, o que justifica a facilidade com que foi realizada a tomada das Missões. "O Spirito eobdiencia" das ordens do governador do Continente sugeriam e autorizavam esse procedimento.

Referindo-se a Borges do Canto, acentua Patrício que "elle guiandose com espirito das minhas ordens soube tambem respeitalas que quando me achava vacilante em algua falta dellas pelo seu discurço as não poder combinar executou deforma, q' athe as fez aumentar no ponto mais elevado, eenteressante ao serv^{o}. do Principe N. Sr."

Quando, mais tarde, em carta de 2 de fevereiro de 1802, o comandante de Missões, sargento-mor Joaquim Felix da Fonseca, atribue ao tenente Francisco Barreto o mérito da iniciativa da conquista, o coronel Patrício, restabelecendo a verdade dos fatos, diz que Barreto agiu com as instruções "q' eu lhe havia dado para a mencionada empreza", sendo. entretanto, que a seu zelo e atividade se deve a facilidade com que foi a mesma realizada, "apoiado já da ampla vontade com que aqueles naturais se achavam dispostos para uma rebelião, com a qual procuravam a sua prenaturalidade e insurreição às Leis, e obediência de S. M. C. apenas fossem socorridos" (1).

Incumbido de parlamentar com os índios das Missões a passarem para o domínio português, Manuel dos Santos Pedroso nos informa, em sua *Memória*, que, após o ataque que levou à guarda de São Martinho. fazendo retirar os espanhóis que alí se achavam, levou a notícia ao capitão comandante, Francisco Barreto, o qual "me ordenou que visto falar eu o idioma guaraní me avançasse com os mesmos vinte homens, para os estabelecimentos dos índios das Missões, afim de os persuadir a que se revoltassem em nosso favor, e serem vassalos portugueses, para o que nós os auxiliaríamos. Passei às estâncias dos Povos de São Lourenço e São Miguel nas quais falei aos índios que, alem de me auxiliarem

(1) *Rev. do Arq. Pub. do Rio Grande do Sul* — N.° 1 — Janeiro, 1921 21-75. Capistrano de Abreu desconhecia essa documentação quando, em *Capítulos da Hist. Col.* 212, diz que "José Borges do Canto, desertor do Regimento de Dragões, e Manuel dos Santos Pedroso, sem ordem de ninguem, congregaram um troço de aventureiros e atiraram-se contra os Sete Povos do Uruguai".

com as cavalgaduras de que precisei, me asseguraram que todos desejavam passar ao Domínio Português, para o que necessitavam o nosso socorro, e participando eles os meus avisos aos seus respectivos Corregedores, escreveram estes, sem demora, ao mesmo capitão comandante, assegurando-lhe o desejo e boa vontade que todos tinham do nosso socorro para serem vassalos de Sua Alteza Real" (1).

Informa "*Noticia abreviada*" que no caminho para Missões "encontrou José Borges do Canto hum indio de seo conhecimento, que fugindo da Espanha, se passava a Portugal: com elle se informou o Canto, e soube o estado das Missões, e que os indios sabendo da guerra, nenhuma dúvida tinhão de dar obediencia a Portugal. Capacitou-o Canto, a que voltasse com êlle, para persuadir melhor os seus Patriotas a que deixassem o jugo que os opprimia pelo suave govêrno que êlle lhes oferecia. Com effeito, voltou o indio e foram caminhando juntos até quasi à vista da Missão de São Miguel", mandando de madrugada "Canto adeantar o seu Lingua por desvio" para o dito Povo (2).

Por uma embarcação procedente da Baia, que chegou ao Rio Grande em 15 de junho de 1801, soube-se que a Espanha havia declarado guerra a Portugal. Sete dias mais tarde um navio de Pernambuco trouxe a confirmação da declaração de guerra, que já havia sido publicada oficialmente naquela cidade. Antes mesmo de ter recebido comunicação oficial, o tenente-general governador do Continente Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara mandou tornar público, por um edital afixado no Corpo da Guarda, "se reconhecesse por inimiga aquela nação, enquanto não fazia essa declaração com as devidas formalidades" (3), o que dependia do aviso que esperava da Corte.

Pelo espírito incendido de ardor marcial dos riograndenses, que não se conformavam com tal estado de coisas, passou célere a idéia de arrancar a zona missioneira da posse dos espanhóis. "Não há palavras com que se explique o alvoroço de todos os habitantes daquela capitania, na esperança de imporem, com as armas na mão, uma demarcação de limites mais vantajosa", informa Gabriel Ribeiro de Almeida (4).

O governador da Capitania do Rio Grande providenciou logo no sentido de aparelhar o exército para entrar imediatamente em campanha, apelando para o patriotismo dos riograndenses. Indo ao encontro desse chamamento, dentro em breve, de todos os recantos do território, surgiram elementos combatentes, e o "espírito de patriotismo", de que se achavam os continentinos animados, "fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa, pois os que não podiam dar dinheiro davam panos, bois, cavalos, carros, escravos, oferecendo tudo em benefício da tropa e do Estado, e isto continuaram a praticar em toda a guerra" (5).

---

(1) *Relação dos Serviços que pratiquei na Conquista dos Sete Povos*... Manuel dos Santos Pedroso — Bibliot. Nacional — I, 31, 26, 2.

(2) *Noticia abreviada dos principais sucessos da guerra de* 1801... Col. Linhares, 311 — B. N. mss. I, 29, 13, 29. Sem nome de autor, mas podendo-se identificar como sendo escrita pelo Dr. José de Saldanha.

(3) *Noticia abreviada dos principais sucessos da guerra de* 1801 — B. N. Mss. I, 29, 13, 29. Publ. em Varnhagen — V vol. em nota do Dr. R. Garcia.

(4) *Memória sobre a tomada dos Sete Povos de Missões*. Gabriel Ribeiro de Almeida. Hemetério Velloso. As Missões Orientais. 87. Porto Alegre, 1910. Rev. Inst. Hist. Bras. T. VII-1.

(5) Gabriel R. de Almeida. *Memória* cit. 4.

Organizado o exército, Veiga Cabral da Câmara o dividiu em dois corpos, sob o comando, respectivamente, do coronel Manuel Marques de Souza e do tenente-coronel Patrício José Corrêa da Câmara. O primeiro marchou para a fronteira do Rio Grande e o segundo foi guarnecer a do Rio Pardo (1).

Antes mesmo do início das hostilidades, várias pessoas se apresentaram às autoridades com o intuito de, à sua custa, organizarem partidas para combater o inimigo. Entre estes salienta-se, como veremos, o estancieiro Manuel dos Santos Pedroso que, com 40 homens, investiu contra a guarda espanhola de São Martinho, tomando-a depois de ligeira escaramuça.

"José Borges do Canto e eu, com 40 homens, fizemos a grande conquista dos Sete Povos de Missões", diz Gabriel Ribeiro de Almeida. "Sabendo que havia perdão geral aos desertores, se apresentou (Canto) ao tenente-coronel Patrício José Correa da Camara, e pediu licença para sair a fazer alguma hostilidade ao inimigo e, obtida que foi esta, saiu por entre as fazendas, convocando alguns seus conhecidos, e encorporou consigo 14 homens" (2) a que se agregaram outros, completando o número de 40.

A primeira etapa foi longa e penosa. Dez léguas de percurso, sob o rigor de um frio intenso e, à calada da noite, de inopino, cairam esses valentes sobre a guarda de S. Pedro, comandada por um oficial espanhol, que tinha às suas ordens trinta índios. Desbaratados os inimigos, o posto foi tomado pela força de Canto.

Sobre ser o mais preparado e inteligente de todos, Gabriel Ribeiro aliava a essas qualidades a vantagem de conhecer perfeitamente a língua guaraní. Borges do Canto, com desprendimento digno de nota, investe este companheiro do comando da expedição, combinando se consultassem mutuamente sobre as dificuldades que surgissem de momento.

Depois de surpreenderem e tomarem alguns redutos fortificados, Santo Inácio e São João Mirim, este último comandado por D. José Manoel de las Canas, que nesta ação perdeu quatorze homens dos 100 castelhanos e 300 índios que guarneciam a praça, conseguiram Canto e Gabriel que estes índios se lhes juntassem, e com esse reforço se dirigiram para S. Miguel, a velha capital das Missões, a que puseram sítio em 8 de agosto.

"Cinco dias depois que tinha principiado o sítio, capitulou o tenente governador (3), saindo ele e a guarnição da praça com as honras de guerra, levando a artilharia, armamento e equipagens; mas o cabo português se empenhava, principalmente, em apoderar-se do armamento e dos armazens, nos quais ainda achou cento e sessenta espingardas, nove pistolas, um parque de dez peças de calibre um e trez, cento e noventa lanças, etc. Ótima aquisição nessa circunstância. Isso se passava em 13 de agosto de 1801" (4).

"Ao formalizar os artigos da capitulação", diz Ayres de Cazal, "ficou perplexo o comandante, quando Canto, perguntado pela graduação

(1) Idem, idem.
(2) Idem, idem, 6.
(3) D. Francisco Rodrigo.
(4) J. P. Gay *Rep. Jes.* cit. 276.

de sua patente, lhe respondeu que era o menor soldado da tropa portuguesa" (1).

Depois da tomada de São Miguel, Canto, como já o fizera anteriormente, deu parte dos acontecimentos ao capitão Francisco Barreto Pereira Pinto e ao tenente-coronel Patrício, pedindo reforços que eram necessários ao prosseguimento da ação (2).

Atendendo prontamente à solicitação, o comandante Correia da Câmara determinou, em 21 de agosto, que seguisse para Missões, com valiosos socorros, o sargento-mor de Dragões José de Castro Morais e o capitão José Anchieta de Mendonça, comandante da Cavalaria Auxiliar (milicianos), de Cachoeira. Comandando um esquadrão de oitenta homens, marchou com o mesmo destino o valente Francisco Carvalho da Silva que, com seus irmãos Felipe Carvalho e Luiz Carvalho, todos filhos de Cachoeira, teriam larga atuação na conquista e acontecimentos posteriores que se desenrolaram nas Missões.

Antes mesmo da chegada dessas forças mandadas pelo tenente-coronel Patrício, Canto e Almeida, com admiravel atividade, tinham acrescentado à já valiosa folha de serviços a conquista de outros povos.

Gabriel Ribeiro, com vinte homens, tomara posse dos Povos de São Lourenço, São João, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, nos quais arrecadou grande cópia de armamento e munições, estandartes dos cabildos, troféus estes que mais tarde, pessoalmente, entregou ao governador do Continente.

Com a partida de quarenta homens que comandava, entrara, nessa ocasião, em Missões o capitão Manuel dos Santos Pedroso. Sabendo este que Canto havia aceitado a capitulação do comandante espanhol de São Miguel, que saira da praça com as honras de guerra, pôs-se com a sua gente de alcatéia e, surpreendendo o ex-governador da Província de Missões, desbaratou a força que levava, aprisionando-o. Os valores conduzidos pelo comandante espanhol foram distribuidos pelos soldados de Pedroso (3). Em seguida, marchou este para S. Miguel, onde já estavam os reforços capitaneados pelo sargento-mor José de Castro Morais e Canto aquartelado com seus homens.

Ecoou mal entre aqueles valentes a insólita ação de Pedroso. O capitão Manoel Carneiro da Fontoura e o tenente Francisco Carvalho conseguiram, entretanto, fossem devolvidos ao ex-governador os objetos que lhes haviam sido tirados pelos soldados do cabo de guerra miliciano.

Com a chegada a S. Miguel do sargento-mor Castro Morais, que assumiu o comando das forças alí estacionadas e a direção do governo militar, começaram, dentro em breve, pequenos dissídios entre os conquistadores e esse comandante. Almeida formula amargas queixas contra

---

(1) Ayres de Cazal, *Corografia Brasilica*. Vol. I, 173.

(2) Diz Hemeterio V. da Silveira, *Miss. Orien.* n. 3. 94, que "foi baldado esse apelo, pois o chefe português não se capacitava de que esses aventureiros voltassem com vida dessa empresa". Destroem essa asserção documentos existentes no Arquivo Público do R. G. do Sul, pelos quais se vê que Patrício, oito dias depois da tomada de S. Miguel, mandou forças de Cachoeira para Missões.

(3) "Retirando-se os capituladores", diz Ayres de Cazal, *Cor. Bras.*, experimentaram o infortúnio de cair nas mãos de outra partida semelhante, que os aprisionou com tudo o que se lhes concedera; por mais que o comandante protestasse pelo cumprimento da capitulação".

Morais, que quisera empanar o brilho da empresa e escurecer o valor dos serviços prestados por Canto e seus companheiros. O sargento-mor, "lembrando-se de ser Canto soldado de seu regimento, quis puxá-lo para o esquadrão e tirá-lo do comando daquela conquista", informa Gabriel Ribeiro. Em vista dessa atitude injustificavel do comandante, Canto quis reagir a mão armada, mas Gabriel, previdente, obstou o golpe, seguindo para Porto Alegre, onde foi inteirar o governo do Continente dos serviços relevantes prestados pelo ex-soldado desertor.

Levava tambem uma carta do ex-governador castelhano, preso por Pedroso, na qual aquele se queixava amargamente do modo por que se conduzira o chefe miliciano, não respeitando as condições da càpitulação aceitas por Canto.

Ciente do que se passava, Veiga Cabral nomeou a José Borges do Canto capitão de milícias, a Gabriel Ribeiro de Almeida tenente da mesma companhia, determinando que fosse escolhido alferes o que, entre os companheiros de Canto, tivesse maior soma de serviços de guerra. Foi eleito para esse posto Francisco Gomes de Matos que, mais tarde, é promovido a capitão de milícias.

Pedroso foi mandado recolher preso a Porto Alegre pelo procedimento que tivera para com D. Francisco Rodrigo, sendo, mais tarde, nomeado capitão de milícias.

A conquista tinha sido relativamente facil. O heroismo dos aventureiros de Canto suprira a deficiência do número resumido de valentes que haviam integrado ao território brasileiro a vasta Província de Missões.

Entre os poucos oficiais espanhóis que reagiram, não se conformando com o fato consumado, tem notavel destaque o valente Rúbio Dulce, tenente das forças castelhanas, que deu ensejo a podermos hoje registar alguns feitos heróicos.

Em fins de agosto de 1801, o tenente Francisco Carvalho da Silva, que fazia parte das forças de Cachoeira, com nove companheiros, desalojou os inimigos do Passo da Cruz, em que tinham uma guarnição de 150 praças, comandadas pelo tenente Rúbio Dulce. Completamente batidos, debandaram os espanhóis, deixando como presa dos nossos 414 cavalos mansos. Francisco Carvalho teve um soldado ferido. Voltando, mais tarde, o esforçado tenente castelhano, com dois saveiros, cada um com oitenta praças, para atacar o passo de S. Borja, encontrou ainda pela frente o bravo Francisco Carvalho que, com 30 companheiros, lhe opôs tenaz resistência. Sabendo, ainda, o intrépido miliciano que Rúbio Dulce, forçara o passo de Butuí, foi encontrá-lo em retirada no passo de Itacuim e atacou-o de madrugada, derrotando-o. Rúbio Dulce teve de lamentar a morte de sete de seus soldados e onze feridos. Dos nossos ficaram um morto e outro levemente ferido (1).

Coube ao tenente Felipe Carvalho da Silva a glória de ter sido o comandante da partida que deu o último combate pondo fim à conquista das Missões. Em 23 de novembro de 1801 (2), com 30 praças, desbaratou uma partida de Rúbio Dulce, que perdeu sete homens. Os brasileiros tiveram um homem morto e vários feridos. Acudindo o capitão José

(1) Visconde de São Leopoldo. *Anais da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.*

(2) V. S. Leopoldo. *Ann.* Cit.

Borges do Canto, tenente Gabriel Ribeiro de Almeida e outros oficiais elevaram a pequena força a 110 homens e esperaram o embate de Rúbio, que reconstituira sua partida.

"Às dez horas da manhã", diz Souza Docca (1), "foi o combate iniciado pelos nossos que, em número de 40, às ordens do tenente Gabriel Ribeiro de Almeida atacaram o flanco esquerdo do inimigo, que foi ao mesmo tempo atacado pela frente, por frações de forças riograndenses, às ordens dos alferes João Machado e André Ferreira e pelo flanco direito por 30 cavalarianos ao mando dos alferes Felipe Carvalho, Manoel Carvalho e João Antônio da Silveira".

Fugindo à impetuosidade do ataque, deixaram os castelhanos no campo da luta 60 mortos, 73 prisioneiros, 200 armas de fogo, espadas e grande cópia de munição. Os riograndenses tiveram três mortos e quatro feridos. E assim terminou a conquista das Missões.

2 — *Os conquistadores.*

Tendo por inspirador o tenente-coronel Patrício José Corrêa da Câmara que, à razão, comandava o Regimento de Dragões, no Rio Pardo, a Conquista das Missões é levada a efeito por partidas irregulares de civis a que se agregam alguns milicianos. "Homens campeões", os cognomina o governador Francisco João Róscio, ao apreciar os feitos de José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso que são as figuras centrais da façanhuda empresa. "Os soldados, tanto pagos como auxiliares, acrescenta, representam uma coragem extraordinária; vão contentes avistar-se com o inimigo, mas há falta de quem os comande com acerto" (2). Daí o valor desses "homens campeões", obscuros heróis que, nos momentos de exaltação patriótica, coordenam as energias vitais do povo e se sobrepõe às tropas regulares. E para que, em todo o tempo, constassem notícias de seus feitos, fez Róscio "com que todos os principais conquistadores de Missões escrevessem ou ditassem memórias circunstanciadas delas" (3).

---

(1) *Conquista das Missões.* Último Combate. Almanaque, 1914.

(2) Arquivo Nacional. *Correspondência dos governadores do R. G. do Sul.* Vol. XIV, (1803-1806). Ofício do governador F. J. Roscio.

(3) Arquivo Nacional. Col. 104 — *Corresp. dos Gov. do Rio G. do Sul.* Vol. 13.°. 1801-fls. 164 seg. Constam dessa Col. as seguintes *Memórias*, ditadas ou escritas pelos conquistadores:

1.ª "Relação dos acontecimentos mais notaveis da Guerra próximo passada, na entrada e conquista dos Sete Povos de Missões Orientais do Rio Uruguai, por José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso". Datada de Porto Alegre, 8 de maio de 1802. De *José Borges do Canto*, com o cf. de F. J. Róscio. Publ. no Vol. 77, 2.ª P. Rev. Inst. Hist. Bras.

2.ª "Relação dos serviços que pratiquei na Conquista dos Sete Povos Guaranis das Missões Orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próximo passada". Datada de Porto Alegre, 9 de setembro de 1802. (Ass.) *Manuel dos Santos Pedroso*. Cf. de F. J. Róscio.

3.ª "Instrução dos ataques mais notaveis que na próxima pretérita guerra foram praticados no Departamento de Missões na Costa do Uruguai, e Povo de São Borges, entre o Espanhol e Portugueses, oferecido ao Brigadeiro governador interino Francisco João Róscio, pelo tenente de Auxiliares Francisco Carva-

Mas, não obstante essas páginas que ficam assinalando uma época, em que se sucedem ações gloriosas e acontecimentos transcendentais que desviam o curso da história do Brasil, ficam esses pobres "homens campeões" relegados ao esquecimento, e tão mal conhecidos que um dos nossos historiadores clássicos, referindo-se a Canto, tem dúvidas quanto ao seu próprio nome (1).

Traçar-lhes o perfil, inédito ainda, é obra que tenta a quem se propõe estudar as Missões Orientais que esses precursores heróicos integraram ao Brasil, num dos gestos mais audaciosos que registam as crônicas antigas. José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso, Gabriel Ribeiro de Almeida e Francisco Carvalho da Silva, principais executores da empresa e outros de menor projeção histórica, cujos nomes ressaltam dessas páginas, ficarão aquí, neste rápido esboço biográfico, ressurgindo, mais gloriosos ainda, da obscuridade em que largo tempo jazeram.

a) JOSÉ BORGES DO CANTO

Nasceu José Borges do Canto no Rio Pardo, sendo batizado, na igreja matriz dessa vila, aos 17 de fevereiro de 1775, como consta do respectivo assento (2). Foram seus pais Francisco Borges do Canto, natural da ilha de São Miguel, Açores, e Eugênia Francisca de Souza, natural da Colônia do Sacramento, sendo aquele filho legítimo de José Cae-

---

lho da Silva, efetivo comandante da Partida Portuguesa que atualmente cruzava aquele campo, depois da retirada dos capitães. "Sem data, (ass.) Tenente *Francisco Carvalho da Silva*.

4.ª "Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional." Esta Memória, sem data nem assinatura, consta tambem da mesma Coleção referida, havendo cópia na B. N. (I-29, 13, 29) e foi publicada modernamente pelo Dr. Rodolfo Garcia em nota ao 5.º vol. da *Hist. Geral*, de Varnhagen. Parece se poder identificar como de autoria do Dr. José de Saldanha, não só pelo estilo como principalmente pelas notas que, com as mesmas palavras, ocorrem no *Diário Resumido*. *Anais* da B. N. cit.

5.ª A Memória mais interessante é, sem dúvida, a de Gabriel Ribeiro de Almeida, escrita em Lisboa em 18 de setembro de 1806 e oferecida ao Principe Regente, a quem queria fazer patente os seus e os serviços de seus companheiros, já espoliados da própria glória de seus feitos. Foi publicada pelo Inst. His-Bras. Vol. V. Fasc. 17, de abril de 1843, pag. 3, do original existente no Instituto. (Cat. Hist. 10.823) Intitula-se: "Memória da tomadia dos Sete Povos de Missões da América de Espanha, que hoje se acham anexos aos Domínios do Principe Regente de Portugal. Nosso Senhor; escrita em Lisboa, no ano de 1806, por Gabriel Ribeiro de Almeida."

Os volumes 13 e 14 da *Corresp. dos Govern.* trazem ainda, alem das memórias citadas, larga cópia de documentos, informações e partes relativos à Campanha de Missões, tampouco ainda estudada pelos nossos historiadores.

(1) Rocha Pombo — *História do Brasil*. Vol. VI, 564 n. 1.

(2) Liv. 3.º de Batismos do Rio Pardo. (1774-1783) Bispado de Santa Maria. Fls. 12. "JOSÉ — Aos dezessete dias do mês de fevereiro de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Matriz de Nossa Senhora do Rosario do Rio Pardo, Bispado do Rio de Janeiro; batizei e pus os Santos Óleos a José filho legítimo de Francisco do Canto natural da cidade e ilha de São Miguel, bispado de Angra: e de sua mulher

tano Pereira, tambem natural da ilha de São Miguel, filho legítimo de João Botelho e Josefa do Canto, ilhéus, que foi casado com Maria Eugênia de Figueiredo, natural de Lisboa. Alem de Francisco, teve o casal de José Caetano Pereira, na Laguna, de onde se transportou para Rio Pardo, vários filhos, entre os quais se destacam Joaquina Perpétua, que casou no Rio Pardo com o português Alexandre Manuel da Cunha, tronco da família Cunha e Souza; Josefa Bernarda, casada com José Bernardo de Meireles; Miguel Inácio do Canto que, casado com Catarina da Câmara Corte Real, é tronco da família Câmara Canto; João Inácio do Canto, casado com Francisca Rosa Gomes, que são pais do padre-mestre João de Santa Bárbara (João Inácio Pereira) notavel professor e primeiro deputado riograndense às cortes constituintes, e de Ana Joaquina Gomes, casada com Antonio Gonçalves Borges, avós maternos do Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros que foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1).

Quando, em 1777, o brigadeiro José Casimiro Roncali, comandante do Rio Pardo, autorizou fossem os campos que se estendiam ao sul do Jacuí, entre Pequerí, Capané e Irapuá, no atual município de Cachoeira, ocupados por indivíduos que quisessem dedicar-se à criação de gados, entre outros apresentou-se àquele comandante Francisco Borges do Canto, que tomou posse de uma sesmaria, junto ao Capané. Esse campo em que se construiu casa de moradia, currais, lavouras e mais bemfeitorias, tinha duas léguas de comprimento por uma de largura, e foi-lhe concedido por despacho de José Marcelino, de 3 de abril de 1780. Nessa estância, tinha Francisco do Canto, em 1784, para mais de 650 animais de cria. Vendeu, mais tarde, essa propriedade a Francisco de Oliveira Porto, retirando-se para Rio Pardo, em cuja povoação tinha casa, residindo aí em 1801 (2).

Em Viamão casou Francisco Borges do Canto com Eugênia Francisca de Souza, nascida na Colônia do Sacramento e filha legítima de José da Costa Luiz, natural do Valongo, bispado de Lamego, filho legítimo de Manuel Luiz e Izabel Simões, e de sua mulher Inocência Francisca Pereira, filha legítima de Silvestre Domingues, português, e de sua mulher Antônia Pereira, da Colônia do Sacramento. Teve o casal de Borges do Canto, alem de José, mais os filhos: Rosaura Francisca que foi casada com Manuel José de Azevedo e por morte deste com Plácido Rodrigues Souto; Bernardo José do Canto, Francisca Margarida, casada com José Maria da Silveira Peixoto; Joaquina Francisca, casada com Joaquim José Ferreira Guimarães; Esméria, casada com José Luiz da Silva; Francisco Borges do Canto, nascido em 1782, mais tarde estan-

---

Eugênia Francisca, natural e batizada na freguesia da Vila de São Pedro do Rio Grande do Sul, neto pela parte paterna de José Caetano e de sua mulher Eugenia Maria, e não ouve mais noticias. E forão padrinhos José Bernardes de Meireles e sua mulher Josefa Maria de Aguiar, por seus procuradores por procuração que me apresentaram Manuel Inácio Bessa e Eugênia Maria todos... moradores nesta freguesia e para constar fiz êste assento, que assino. O padre *José Antonio de Mesquita*."

(1) V. Public. Arquivo Nacional. Vol. XXXI, pág. 529. Notas de Aurelio Porto ao "Processo dos Farrapos". — Rio, 1935.

(2) Distribuição de terras. *Correspondência dos Governadores*. Arq. Nac. cit. Arq. Hist. R. G. do Sul. *Terras*.

cieiro em São Borja (1); João Borges do Canto, nascido em 1785; Manuel Borges do Canto, nascido em 1786; Vicente Borges do Canto, nascido em 1789; Manuel, Ana e Maria Francisca, casada com Albino Francisco de Bem, cujos filhos Gaspar, Belchior e Baltazar, constituiram ramos da família Bem, muito conhecida no Estado (2). Faleceu Eugênia Francisca, no Rio Pardo, em 1801, tendo, no ano seguinte, Borges do Canto convolado segundas núpcias com Feliciana Rosa de Jesus, de cujo matrimônio houve uma filha: Alexandrina. Faleceu Francisco Borges do Canto, no Rio Pardo, em 1809 (3).

Como a maior parte dos rapazes de seu tempo, José Borges do Canto não tivera, pela escassez de meios educativos, nem sequer uma instrução rudimentar. Diz mesmo Gabriel Ribeiro que "nem ler nem escrever sabia" (4), o que parece não se confirmar, pois existe de seu próprio punho a carta autógrafa, cujo *fac-simile* publicamos. Entretanto, releva notar que a *Memória* por ele ditada e conferida pelo brigadeiro Róscio traz a sua assinatura de cruz. A primeira notícia que se tem do futuro conquistador de Missões data de 1791, quando deveria ter 16 anos (5). Seu nome consta, nessa data, da plana da 8.ª Companhia do Regimento de Dragões, do Rio Pardo como soldado da mesma (6). Pouco tempo, porem, aí serviu, pois, dois anos depois, desaparece seu nome das relações de praças dessa companhia, por ter desertado para as campanhas do Rio Grande. "Viveu, diz Gabriel Ribeiro, muitos anos naquela vasta campanha, povoada de gentios charruas e minuanos, couto e refúgio de criminosos de ambas as nações. O dito José do Canto ora entrava na capitania do Rio Grande de São Pedro, donde era natural, ora nas terras dos espanhóis, a traficar contrabandos: em uma e outra parte passeava oculto, pois se tinha feito célebre com a sua vida extravagante e odiosa a ambas as nações" (7). E mais adiante, completando o perfil de Canto, acrescenta o cronista: "Eu e meus camaradas bem conhecía-

---

(1) O Dr. Alfredo Varela (*Duas grandes intrigas* — II, 162) referindo-se a Francisco Borges do Canto que, em São Borja, no ano de 1829, presidira uma assembléia convocada pelo general Frutuoso Rivera, para "efetuar o solene ato declaratório de separação e ruptura com o Brasil", da Provincia das Missões, estranha que presidisse os trabalhos do congresso "pessoa cujo nome é idêntico ao de um dos famosos conquistadores da zona que se destacava de nós". Era o próprio irmão do conquistador que, com um grupo de brasileiros, como se dirá, aderia a Rivera, na luta para a emancipação da futura República Oriental do Uruguai, a que pretendia anexar as Missões. Francisco devia sua situação de estancieiro, em São Borja, ao próprio irmão que, "com seus companheiros conquistadores, tinham sido remunerados por S. M. Fidelissima que lhes mandou o título do grande rincão chamado Camaquã, sito entre o rio do mesmo nome, o Uruguai e o Piratini, até às estâncias que pertenciam aos Povos Orientais, "mais tarde 3.º distrito de São Borja, como refere J. P. Gay — *Rep. Jes.* 279. Por morte de Canto essas terras passaram a seu irmão Francisco.

(2) Inventário de Eugênia Francisco. Arq. Públ. R. R. do Sul, 1801.

(3) Inventário de F. B. do Canto. Rio Pardo, idem. 1909. Assentos ecles. do Rio Pardo. Bisp. de Santa Maria.

(4) *Memória* cit. 12.

(5) Consta do inventário de 1801 ter 26 anos, e na *Memória* citada (Sald.) se diz "que entre os desertores veio Canto, rapaz de 26 anos".

(6) Arq. Hist. R. G. do Sul. Reg. de Dragões. *Planas de Companhias.* 1791.

(7) *Memória,* cit. 5.

mos a José do Canto, que era homem intrépido e valoroso; porem há muitos anos desertor, e por consequência indisciplinado, não sabia do terreno, ignorava a língua, embaraçado em manobra, e era destes homens determinados, mas sem deliberação em ação; contudo a fama que tinha adquirido nas suas extravagâncias fez com que o preferíssimos no comando, porque tambem não tínhamos assaz conhecimento de suas qualidades, pois, nem ler, nem escrever sabia, e assim o tenente (1) e eu não duvidamos ceder-lhe, para evitar desordens, e ultimar o fim de nossa carreira" (2).

Muito comuns eram as deserções nesse tempo. As planas das companhias de Dragões estão cheias de observações nesse sentido. Tentava-os a vida aventurosa das fronteiras, onde dominavam os índios minuanos, em cujos toldos eram acolhidos indistintamente portuguezes e espanhóis. O contrabando de gado, ou a extração de seus sub-produtos, isto é, couro, língua, graxa, etc. constituia rendoso negócio de contrabando. O fumo, a erva-mate, a aguardente eram outros artigos apreciadissimos de que se fazia largo comércio. Companheiro de Canto, na 8.ª Companhia do Regimento, o porta-estandarte Alexandre Luiz de Queiroz e Vascon celos, cuja bravura vai até a raias inconcebiveis, nas suas revoltas contínuas, assinala a primeira deserção em janeiro de 1796 (3). Longa a nominata desses desertores, em todos os tempos coloniais. Movidos por interesses, pela misteriosa aventura da vida heróica das campanhas, entre índios e lutas; por ideologias em formação; seguindo, nas auroras do pan-americanismo, os pendões revéis de Artigas, ou contribuindo com Lavalleja e Rivera, para a formação da Banda Oriental, sob a forma republicana, encontram-se dezenas de nomes de riograndenses entre esses desertores. E até o velho autor da *Memória*, esse admiravel Gabriel Ribeiro de Almeida, inteligente, patriota, que fora a alma da Conquista das Missões, um dia, seduzido pela liberdade, que via surgir das promessas de Artigas, pela confraternização dos povos americanos, deserta tambem a sua bandeira e vai se encorporar às hostes livres do caudilho...

Em suas correrias de contrabandista, nas campanhas, assinala-se Canto entre os *gaúches*, de que nos fala o Dr. José de Saldanha (4). Em 17 de dezembro de 1797 o comandante do Regimento de Dragões faz baixar uma portaria, mandando levantar a nota de deserção de José Borges do Canto, por ter se apresentado voluntariamente ao mesmo Regimento, sendo encorporado à 1.ª Companhia, sob o comando do sargento-mor José de Castro Morais (5).

E fossem os maus tratos recebidos no quartel, ou a sua própria insubordinação e costumes não mais afeitos à vida disciplinar da tropa,

(1) Antonio de Almeida Lara, paulista, parente de Gabriel Ribeiro.

(2) Memória, cit. 12.

(3) Aurelio Porto — *Processo Farrapos*. Notas. Publ. Arq. Nac. Vol. XXIX, pág. 510.

(4) *Diário Resumido*. cit. 181 — *"Gaúches"* — palavra espanhola, usada neste país para expressar os vagabundos, ou ladrões do campo, quais vaqueiros, costumados a matar os touros chimarões e sacar-lhes os couros e a levá-los ocultamente às povoações, para a sua venda ou troca por outros gêneros." *Gaudérios*, em outros documentos.

(5) Arq. Hist. R. Grande do Sul. Pasta cit. 1791.

certo é que meses depois José Borges do Canto desertava de novo, reunindo-se aos seus antigos companheiros de aventuras nas largas fronteiras de Espanha. Viveu, assim, mais três anos até que um acontecimento de ordem afetiva o trouxe ao Rio Pardo, onde vivia oculto e disfarçado. Sua mãe, D. Eugênia Francisca, enfermando gravemente, faleceu em janeiro de 1801 (1). E Canto ainda se encontrava nessa vila quando, ante a ameaça de guerra, faz-se públicar o decreto de anistia aos desertores, datado de 27 de fevereiro de 1801.

Diz a tradição oral, recolhida de recordações de família, que o tenente coronel Patrício Correia da Câmara, conhecendo a vida extravagante de Canto, mandara-o chamar à própria casa, insinuando-lhe o meio de se tornar célebre nas diversões que poderia fazer nas Missões, se bem que não julgasse possivel a conquista integral daquele território. Não assumia, porem, a responsabilidade daquela empresa. José Borges do Canto, sem auxílio oficial com os meios próprios de que pudesse dispor, intentaria a empresa. Somente lhe daria certa quantidade de pólvora, balas e armas.

É significativo o fato de no título de herdeiros do inventário procedido por morte de sua mãe, D. Eugênia Francisca de Figueiredo, iniciado em 19 de agosto de 1801, figurar já "o capitão José Borges do Canto, soldado de Dragões", seis dias depois da tomada de São Miguel (13 de agosto), o que faz presumir que Patrício antecipadamente houvera-lhe conferido esse posto de comando, para a organização dos elementos de que se serviria.

Antes da declaração oficial da guerra que só chega ao Rio Grande em 16 de agosto, já em 15 de junho, por notícias particulares, vindas da Baía, era conhecida a quebra da paz com a coroa de Espanha. Agia, pois, Patrício, antes da comunicação oficial, atirando para os ombros de Canto as responsabilidades da facção. Recebidas as instruções do comandante, seguiu Canto imediatamente para a campanha de Cachoeira, em cujas estâncias tinha companheiros dedicados e, possivelmente, sócios em suas arreadas de gado e tráfico de contrabando. Congregou, aí, um pugilo de homens valentes e dispostos, formando logo um pequeno destacamento de 13 cavalarianos, de que assumiu o comando. Foram esses companheiros, que o autor das *Missões Orientais* conseguiu identificar: João do Cabo Frias, mais tarde capitão; José Gomes Centurião, José Joaquim Barbosa, Antonio Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues (2),

(1) Arq. Publ. R. G. do Sul. Invent. de Eugênia Francisca. Rio Pardo. 1801.

(2) José Joaquim Domingues nasceu no Rio Pardo, em 21 de março de 1774, sendo filho legitimo de Euzebio Domingues da Silva, natural de São Paulo, e de sua mulher Josefa Maria, nascida em Viamão. Neto pat. de João da Silva Ribeiro e de sua mulher Mariana Domingues e n. m. de Manuel Caetano da Fonseca e s-m. Ana Maria Branca, todos de São Paulo. Casado com Ana Antonia da Silveira, filha do tenente João Antônio da Silveira, outro herói das Missões, teve vários filhos, entre os quais Prudenciana Maria Branca, casada com João da Fonseca e Souza, natural de Minas, e foram pais de Josefina Felisbina da Fonseca, casada com o sargento-mor José Placido de Castro. Filho desse casal é o capitão Prudente da Fonseca e Castro que, casado em segundas núpcias com D. Zeferina de Oliveira, são os pais de outro heróico conquistador riograndense, o coronel José Plácido de Castro, o integrador do Acre.

Raimundo Santiago, José da Silva Ávila, Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januário Barbosa, e Manuel Gomes Leite de Siqueira (1). Faltam nessa relação mais dois que pudemos identificar em declarações que fizeram de terem sido companheiros de Canto, desde a primeira hora; Francisco Gomes de Matos e José Agostinho dos Santos (2).

Em caminho para São Martinho encontra Canto com o tenente de capitania de São Paulo Antonio de Almeida Lara "que por seu negócio vivia naquela capitania", e que trazia consigo 12 homens. Dizendo-lhe o conquistador qual a intenção que levava, Lara se lhe encorporou com sua gente, chegando assim a São Martinho, entrada das Missões, onde havia uma guarda sob as ordens do alferes André Ferreira de Andrade (3) pertencente ao destacamento de que era comandante o capitão Francisco Barreto Pereira Pinto, composto de milicianos. Estava nessa guarda como furriel da mesma Gabriel Ribeiro de Almeida que, seduzido pela aventura, resolveu com mais seis homens de seu comando integrar-se àquela força. No dia 3 de agosto, saindo de São Martinho com destino às Missões, encontraram "8 homens, comandados por Antonio dos Santos, que andavam explorando a campanha, e unindo-se tambem a nós, com estes completaram 40 homens de armas, com as quais se fez a conquista que vou descrevendo", diz Gabriel Ribeiro.

Historiadas ficam as etapas principais dessa marcha vitoriosa de Canto, "que achou os índios muito favoraveis oferecendo cavalos, mantimentos e suas próprias pessoas" (4). Tomado São João mirim, por Gabriel Ribeiro, alí tambem os índios seguiram em companhia dos invasores, e, assim, quando marchou para a capital, que era o Povo de São Miguel, onde estava D. Francisco Rodrigo tenente de governador espanhol das Missões, contava o cabo riograndense com número superior a 300 índios, engrossando a sua força.

No dia 10 de agosto, refere Canto em sua *Memória*: "fiz montar a cavalo 400 índios, à frente dos quais marchei com a nossa Partida uma pequena distância e mandei intimar por escrito ao sobredito tenente de governador que se evacuasse quanto antes o povo eu lhe admitiria uma favoravel capitulação, e que, do contrário, sofreria o rigor da guerra, respondeu-me que se lhe concedesse três dias para resolver no que convinha. Ao seguinte dia encarreguei ao furriel Gabriel Ribeiro de patrulhar com 10 homens para a estrada de São Lourenço em cuja diligência aprisionou um correio mandado pelo governador de Missões, para o referido tenente de governador; ao qual recomendava em uma carta, fizesse toda a diligência por se defender, entretanto que ele próprio governador o socorria com a maior brevidade. Com esta nota enviei as cartas ao tenente de governador fazendo-lhe saber que eu não podia já convir na espera dos

(1) Hemetério Veloso — *As Missões Orientais*, 310.

(2) Arq. Hist. R. G. do Sul. Requerimentos, 1800.

(3) André Ferreira de Andrade, pai de Vicente Ferreira de Andrade, o *Andrade da Tipografia*, que teve grande atuação na Revolução *Farroupilha*. V. Public. Arq. Nac. Vol. XXX. *O Colono Alemão*. Aurélio Porto. Rio. 1934, 59.

(4) *Memória* de Canto, cit. Arq. Nac. Col. 104, Corresp. Vol. 13.°, 164.

três dias e que se não capitulasse sem demora, o atacava; respondeu-me que logo na manhã do dia seguinte me remeteria as condições da capitulação, pedindo-me que o não atacasse antes" (1).

No dia 15, depois da retirada de D. Francisco Rodrigo, com 160 espanhóis, armamento e petrechos de guerra, conforme os itens da capitulação, fez Canto saber aos povos circumvizinhos de São João e Santo Ângelo que se deviam submeter à obediência de S. A. Real, o que aceitaram sem repugnância.

Ante esses sucessos de Canto, que recebe tambem a ajuda de Manuel dos Santos Pedroso, o capitão Francisco Barreto comandante de São Martinho, manda "um dos cadetes seus filhos" (2) com um capitão de cavalaria miliciana (3) que com 15 homens se juntassem ao comandante e seguissem as suas disposições". Foram estes mandados ao Povo de São Borja que tambem se entregou. Em fins de agosto dá-se a heróica resistência de Rúbio Dulce, mas a conquista das Missões estava praticamente feita e encorporada ao Rio Grande do Sul uma das maiores partes de seu território.

José Borges do Canto, que a realizara, sofre perseguições e injustiças. O major de dragões José de Castro Morais "que olhava tudo com refinada política, estudando os meios de escurecer os nossos serviços, diz Gabriel Ribeiro, e lembrando-se ser o Canto soldado de seu Regimento, quis puxá-lo ao esquadrão e tirá-lo do comando daquela conquista, não fazendo apreço dos nossos serviços". Canto quis reagir e se não fora Gabriel Ribeiro, que interveio na ocasião, dar-se-ia um conflito de consequências imprevisiveis.

Para dar conhecimento ao governador, da conquista realizada, Gabriel vai ao Rio Grande, onde estava Cabral da Câmara que, reconhecendo o valor e os serviços daqueles bravos, confere a Canto o posto de capitão de milícias, a Gabriel Ribeiro de Almeida o de tenente daquela companhia, ficando o de alferes para que Borges do Canto galardoasse aquele de seus 40 companheiros que, a seu critério, tivesse prestado mais serviços na campanha com o qual foi galardoado Francisco Gomes de Matos.

Terminada a conquista e feita a paz, foi, como vimos, adjudicado aos conquistadores o rincão de Camaquã, em São Borja, tocando a José Borges do Canto uma sesmaria de terras.

Não se haviam, entretanto, delimitado exatas fronteiras, ao sul, havendo vários entrechoques de patrulhas espanholas e portuguesas que percorriam essas alturas. Mas, tacitamente, reconheciam os primeiros o domínio português até às campanhas do Jarau, que ficavam a oriente do

---

(1) Idem, idem.

(2) Sebastião Barreto Pereira Pinto, nascido no Rio Pardo em 14 de setembro de 1780, cadete de dragões e mais tarde marechal do Império. Seus pais foram o coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, filho do coronel do mesmo nome, fundador do Rio Pardo, e D. Eulália Joaquina de Oliveira, filha do tenente Manuel Pereira Roriz, português e de Brigida de Oliveira, da Colônia.

(3) José de Anchieta Furtado de Mendonça, de Cachoeira.

Garupá, afluente do rio Quaraí. Em uma informação datada de 20 de outubro de 1805, o Dr. José de Saldanha, depois de historiar o avanço português até aí, achava que essa linha divisória deveria ser mantida, pois era respeitada pelas patrulhas espanholas que percorriam as campanhas adjacentes. Houvera, é certo, um encontro entre forças comandadas pelo tenente Francisco Barreto, dos dragões, e D. José Rondeau, que saira a castigar os índios infiéis, um ano antes, mas, "nem a desordenada peleja com a nossa partida foi motivada pela violação de terrenos, nem oficialmente a estribam nesta causa como primária e fundamental".

"À vista do referido, acrescenta, me persuado que temos todo o direito de conquista na fronteira do sul de Missões pelo menos até à serra dos infiéis inclusos todos os terrenos entre a dita serra e o Ibicuí-guassú, estâncias de São Luiz e Santo Angelo; aos intermédios desde o arroio Issaca até o Santa Maria, transitados quase diariamente, no tempo da guerra, pelos nossos combatentes, destacamentos e patrulhas, e na paz pelos nossos viajantes e comerciantes, alem de estabelecimentos portugueses que logo alí se colocaram. E ao ocidente do Ibirapuitã com um juz de preferência, em que ficamos, desde a mesma guerra, a toda a campanha, que estendeu da barra do próprio Ibicuí-guassú, até o Jarau, ponta ocidental da mencionada serra" (1). Mais tarde, um pouco acrescidas ao sul, isto é, até o rio Quaraí e contrafortes da coxilha de Haedo, foram as linhas definitivas dos nossos limites com a República Oriental do Uruguai.

Somente dentro dessas divisas permitiam os comandantes de Missões que "os naturais, auxiliados dos portugueses", penetrassem "com o fim de se utilizarem dos gados alçados, oriundos de suas antigas fazendas".

Mas, transpondo essa linha, ao sul, os missioneiros internavam-se pelas campanhas alem Quaraí, ricas de gados alçados, que pertenciam às antigas estâncias de Japejú. Por várias ocasiões o governador de Montevidéu, em ofício dirigido ao do Rio Grande, levou-lhe queixa da invasão desse território, em que habitavam índios minuanos e charruas, por portugueses que, associados a estes, depredavam a campanha, cometendo vários insultos.

Ainda, em comunicação de 17 de julho de 1804, esse governador levava ao conhecimento de Paulo da Gama, governador do Continente, que "uma patrulha espanhola" havia preso seis homens que tomavam parte em "quatro vacarias estabelecidas doutro lado do Rio Negro para fainas, ou faturas de couros, cebo, graxa, cujas vacarias, segundo os ditos dos referidos presos, entre eles três portugueses, pertencendo ou sendo formadas destes e dos índios dos Povos de São Nicolau, São Borja e São Lourenço, era uma delas mandada pelo capitão José do Canto, com cem homens tambem portugueses, os quais, pela declaração das referidas testemunhas, diziam ter saido com as correspondentes licenças" (2).

---

(1) Aurélio Porto. Biog. do Dr. J. Saldanha. — *Diário Resumido*. Anais da B. N. Vol. LI, pág. 156.

(2) Arq. Hist. R. G. do Sul. Carta do ajudante José Inácio da Silva ao tenente coronel Patrício. Doc. Pasta Missões, 1804.

Saira, realmente, Canto com mais cem companheiros e índios amigos, com licença do comandante Dr. José de Saldanha, que governava as Missões, para "vaquear" dentro dos limites considerados portugueses. Transpondo os mesmos invadira o território alem Quaraí. E, por este motivo, mandava o governo, em data de 6 de agosto que, por exorbitar a concessão, fosse o capitão Canto recolhido preso ao quartel do Rio Pardo, juntamente "com todos os sujeitos que se achassem como ele compreendidos na queixa dos espanhóis". Ao mesmo tempo mandava-se abrir a respectiva devassa.

Não poderiam, infelizmente, ser cumpridas essas providências. Surpreendidos por uma patrulha de forças do comando do ten. cel. espanhol D. Roque Moira, o capitão José Borges do Canto, que estava nas imediações dos Arapeís, foi com seus companheiros preso, sem poder opor resistência de qualquer espécie, pelo descuido com que estavam entregues aos trabalhos da vacaria. Cinco dias depois, marchando, custodiados pela força, procuraram fugir, à noite, para um pequeno capão, mas, foram novamente capturados, com exceção de dois homens que, ocultando-se em ocos de paus, conseguiram atingir São Luiz, levando ao governador a notícia desses sucessos (1).

Procurou o Dr. Saldanha libertá-los "por meios amigaveis e politicos, pois que, sendo apreendidos em tais alturas, se reputariam por vagabundos e gauchos do campo, comboiados com os infiéis". Por outro lado, aproveitando "o rev^{mo}. cura que foi de São Lourenço, frei Bernardino Montanhez, que regressou estes dias, e passa a Buenos Aires, faço praticar este assunto, para o qual ele mesmo se ofereceu, pelo afeto e obrigações que devia ao dito capitão Canto" (2).

Não havia, porem, o comandante das Missões, no primeiro informe, tido pleno conhecimento dos fatos. Na ocasião da fuga que intentaram os presos o capitão José Borges do Canto tentou resistir, sendo morto nessa emergência por um dos soldados espanhóis. O acontecimento teria tido lugar em princípios de julho de 1804. Tinha Canto vinte e nove anos de idade.

Desaparecia assim o conquistador. Seu nome, relegado à penumbra do esquecimento, só era conhecido por um ou outro estudioso da His-

---

(1) "Confirmou-se ser certa, diz o Dr. Saldanha, a apreensão do capitão de milicias José Borges do Canto, pelos espanhóis que tinham saido em Partida contra os charruas, do acampamento do tenente coronel D. Roque de Moira, sito nos galhos dos Irapeís, distante daqui mais de cem léguas, em frente às extremidades meridionais da fronteira do Rio Grande. A dita apreensão foi feita na costa dos referidos Arapeís, para o norte da barra no Uruguai, a igual distância daqui, até onde se resolveu seguir o mencionado capitão e a gente do serviço que o acompanhava, contra as insinuações e faculdades que eu lhe havia dado, as quais só se limitavam até às cabeceiras do Jarau, sete léguas ao sul do Ibicuí, e à distância de coisa de cinquenta léguas deste Povo, porem, somente vinte e duas de São Borja".

(2) Oficio acima, datado de São Luiz, 16 de agosto de 1804, ao ajudante de ordens do Governo sargento-mor José Inácio da Silva assinado pelo Dr. José de Saldanha, major e comandante das Missões. Arquivo Hist. do Rio Grande do Sul. Pasta Missões, 1804.

tória que perquiria esse longínquo passado. Integrara, no entanto, à Pátria, uma das mais belas porções de seu território.

> "Soldado desertor, capitão de dragões!
> À terra do minuano, aos seus verdes rincões
> onde amaste e sofreste, o teu corpo pertence.
> Tu foste o integrador da gleba riograndense
> em que passou, qual sopro forte do pampeiro,
> teu gaucho valor de campeão guerrilheiro.
> Morre, sim, pouco importa, humílimo soldado!
> Ressurgirá teu nome, um dia, aureolado
> de glória. Fundador de uma estirpe de eleitos
> teus filhos cercarão com muralhas de peitos
> a Pátria que alargaste. E tua alma, a pairar
> no alto, ficará luminosa, a marcar
> a porta que se abriu como um jacto de luz
> à civilização jesuítica da Cruz.
> Renovarás tambem as bravuras de antanho
> dos ginetes gentís, com teu poder estranho,
> de heroismo, de amor, pelos pagos sagrados
> no grande coração dos gauchos soldados.
>
> Soldado desertor, capitão de dragões!
> À terra do minuano, em seus verdes rincões
> banhados de luar, o teu corpo amortalha.
> Mas tua alma pertence aos campos de batalha,
> será som nos clarins anunciando alvoradas,
> ou vento sacudindo as bandeiras rasgadas,
> a golpes de metralha, erguidas para o céu
> como um grito de glória" (1).

Tardiamente lembrou-se o Príncipe regente de galardoar os serviços relevantes de José Borges do Canto. Por decreto de 20 de fevereiro de 1809, determinou fosse adjudicada à pessoa do pai do glorioso miliciano o soldo do posto de capitão de dragões a que seria ele promovido se não houvesse falecido. Era tambem tarde, porque o velho Francisco Borges do Canto, em princípios de 1809, havia falecido no Rio Pardo.

Mandando executar o decreto de 18 de fevereiro baixou o Governo da Capitania o seguinte ato, em 30 de maio: "Que o Príncipe Regente Nosso Senhor, em atenção à Memória dos serviços que lhe havia feito o falecido José Borges do Canto, capitão de Milícias desta Capitania: Houve por bem verificando em seu Pai a remuneração dos ditos serviços: Fazer-lhe mercê, na conformidade do Decreto da cópia inclusa, assinado por Antonio Mariano de Azevedo, Contador Geral da Segunda Repartição do mesmo Real Erário da metade do soldo do Posto de Capitão de Dragões a que teria sido promovido o dito seu filho se não falecesse. Porto Alegre, 30 de maio de 1809" (2).

(1) Aurelio Porto. *A morte do Conquistador. Farrapiada*. Rio, 1938.

(2) Arquivo Hist. do R. G. do Sul. *Pasta Missões*. 1809.

No ano seguinte, Vicente Borges do Canto, um dos irmãos mais moços do capitão, requereu lhe fosse adjudicado o posto e soldo do irmão falecido, informando D. Diogo de Souza para a Corte, em resposta à consulta do príncipe regente, que o peticionário não era merecedor dessa regalia (1).

José Borges do Canto não foi casado, mas de uma índia teve um filho, de igual nome, cuja descendência ainda existe no Rio Grande do Sul, honrando a memória heróica do Conquistador.

b) MANUEL DOS SANTOS PEDROSO

Manuel dos Santos Pedroso, pai do conquistador das Missões, nasceu em 1738, na vila de N. S. da Luz de Curitiba, sendo filho legítimo de Miguel Luiz Correia e de sua mulher Maria Alves Pedroso (2). Muito moço ainda, como grande número de curitibanos de seu tempo, transfere-se para o Rio Grande, em cujas campanhas, como tropeiro, exerce a sua atividade. Percorrendo esse vasto território, adquire grande conhecimento prático do Continente, sendo, por este motivo, quando da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, em 1783, designado com o posto de alferes de milícias, juntamente com Bernardo Antunes Maciel, para o lugar de prático, ou vaqueano, da 1.ª divisão demarcadora de que era comissário o brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.

Manuel dos Santos que acompanhou toda a campanha da Demarcação, iniciada em 5 de fevereiro de 1784, junto ao arroio Chuí, fez parte da 1.ª Partida que, sob a direção do Dr. José de Saldanha, ficou incumbida de "reconhecer a linha divisória desde Monte Grande até à entrada do rio Pepirí-guassú, no Uruguai" (3).

Determinado pelos demarcadores de 1750, depois de exhaustiva controvérsia que deu lugar a dúvidas sobre sua localização exata, foi o Peperí-guassú descoberto e localizado por Manuel dos Santos Pedroso que prestou com isto relevante serviço à Demarcação, por ser esse o limite, no rio Uruguai, entre as possessões portuguesas e espanholas, de acordo com artigo oitavo do respectivo Tratado.

Terminada a Demarcação, pelos serviços relevantes que prestara, foi-lhe concedida uma sesmaria de terras, no distrito do Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte, erguido em 1787. Nessas terras teve Manuel dos Santos uma estância grandemente povoada de gado, tornando-se um dos estancieiros mais ricos da região. Faleceu em 18 de maio de 1798, com 60 anos de idade, deixando testamento transcrito no livro citado. Diz, nesse testamento, ser solteiro, mas que deixava "por herdeiros os três rapazes Antonio, Manuel e Salvador, filhos de uma mulher por nome Isabel Maria, aos quais se deve entregar o que ficar, depois de cumprido o testamento; os constitue por herdeiros por haver criado em

(1) Idem, idem. Corresp. de D. Diogo de Souza. Ofício de 28 de abril de 1810.

(2) Test. de Manuel dos Santos Pedroso. 1.º Liv. de Óbitos de Cachoeira. (1779-1826) Cam. Ecl. do Bisp. de Santa Maria.

(3) *Diário Resumido*. Dr. José de Saldanha. 147, *Diário Geral*. cit.

sua casa, e eles o terem acompanhado e feito as suas vontades" (1). Como se vê não os reconhecia por filhos, mas, nos diversos assentos de batismo dos filhos do conquistador Manuel dos Santos Pedroso, existentes nos livros respectivos de Cachoeira, encontra-se a filiação deste, como no de "Isabel, nascida a 25 de setembro de 1804, filha do tenente Manuel dos Santos Pedroso e de Micaela Maria, guaraní, neta paterna de Manuel dos Santos Pedroso e de Isabel Maria, china das Missões" (2).

Três anos após a morte do pai, Maneco Pedroso, como era conhecido, sabendo que fora declarada guerra contra os espanhóis, à frente de 20 homens, na maior parte peões de sua própria estância, apresentou-se "voluntariamente na guarda avançada de S. Pedro ao capitão de dragões comandante Francisco Barreto Pereira Pinto oferecendo-se para o serviço de guerra". Sendo por este mandado "atacar a guarda fronteira de São Martinho", o executou prontamente "fazendo retirar os espanhóis que alí se achavam" (3). Expulsos os inimigos daquele posto, mandou o capitão Barreto ocupar a mesma guarda por um destacamento português. E como Pedroso falasse correntemente o guaraní, incumbiu-o ainda o capitão Barreto que, com os mesmos 20 homens de sua partida, seguisse até Missões, para persuadir os índios se revoltassem, tornando-se vassalos portugueses. Indo a vários povos, conseguiu que se manifestassem favoraveis a esse projeto até os próprios corregedores que hipotecaram sua adesão, por cartas, ao capitão Francisco Barreto.

Terminadas essas diligências, Maneco Pedroso voltou à sua estância, tendo deixado de patrulha na estância de São Pedro, sete de seus companheiros. Aliciando mais gente, quatro dias depois, em princípios de agosto, voltou à guarda de São Pedro, tendo aí, o capitão Barreto posto sob o seu comando uma partida de 40 homens com a qual deveria auxiliar José Borges do Canto que marchara para a conquista de Missões. Ao chegar ali já Canto, no dia anterior, havia tomado o acampamento espanhol, esperando a capitulação do tenente de governador, D. Francisco Rodrigo, que se deu no dia 13 de agosto. Não sendo necessários os seus serviços, mandou Canto que Maneco Pedroso, com sua gente fosse guarnecer os passos do Rio Uruguai, não só para forçar essa capitulação, como para evitar viessem ao governador recursos que, em carta interceptada do governador geral de Missões, eram prometidos a D. Rodrigo.

Evitou Pedroso fossem enviados esses auxílios, apreendendo algumas carretas carregadas de alfaias da igreja de São Nicolau e gêneros dos armazens que o administrador do povo pretendera passar para a margem ocidental do Uruguai.

Nesse entretempo, tendo capitulado, com todas as honras da guerra, e levando consigo "140 espanhóis de armas, 10 peças de artilharia e uma carreta com petrechos de guerra, "seguia D. Rodrigo para o Uruguai, tendo a ele já se encorporado um grande número de espanhóis de outros povos. Temendo, o que era muito provavel, "que este corpo de

---

(1) Test. cit. 1.° L. de óbitos de Cachoeira.

(2) 2.° Liv. de batismos de Cachoeira. (1799-1810) Bisp. S. Maria.

(3) Memória de M. dos Santos Pedroso. B. N. I-31, 26, 2, n.° 3.

gente armada chegasse ao Uruguai e se reunisse a outro número de espanhóis cuja passagem para o lado de cá poderia favorecer, abusando do indulto da mesma capitulação", e que "seríamos obrigados a evacuar as Missões e perdermos o trabalho desta conquista, que tínhamos conseguido com tanta felicidade, visto a pouca gente nossa que então lá havia ,diz Maneco Pedroso em sua *Memória* (1) "me pus em marcha com 20 homens, afim de lhe tomar o armamento e fazê-lo retroceder, o que pratiquei no Povo de São Luiz, aonde a encontrei, sem embargo da capitulação, que alegava o mencionado tenente-de-governador haver ajustado com o citado José Borges do Canto".

Doeu aos bravos de Canto esse gesto de Pedroso, aliás fundado em justos receios, que vinha quebrar a palavra empenhada "pelo dragão desertor, capitão da conquista". "Esta ação, diz Gabriel Ribeiro, nos foi muito sensivel". D. Rodrigo, conduzido prisioneiro até São Miguel, onde já se achava o sargento-mor Castro Morais, teve a sua prisão confirmada, "porque quem tinha feito aquela capitulação não eram os oficiais, e por consequência o dito Santos mandava preso para o Rio Pardo ao dito tenente coronel" (2). Dando parte da conquista e levando uma carta de D. Rodrigo para o governador Cabral da Câmara, seguiu Gabriel Ribeiro para o Rio Grande, onde encontrou já doente o governador, que faleceu meses depois. Mesmo assim, mandou este "que fosse preso Manuel dos Santos Pedroso pelo insulto feito ao dito D. Francisco, governador que tinha sido daqueles povos, o que não se efetuou com a morte do dito governador, que foi dali a poucos dias; mas antes, depois de ter dado esta ordem, o mesmo governador o condecorou com o posto de tenente de milícias, "conforme proposta de Patrício da Câmara, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por Maneco Pedroso (3).

Tomou o tenente Pedroso a defesa do setor do rio Uruguai, destacando em São Borja, de onde socorria a toda a região, tendo vários encontros com os espanhóis. Numa série sucessiva de combates, ora num, ora noutro ponto da costa e, passando mesmo para margem oposta, a combater os inimigos, Pedroso até o fim da guerra foi um dos mais fortes elementos para a consolidação da conquista. Terminada a guerra e publicada a 24 de dezembro a proclamação da paz, voltou à sua estância, entregando-se à criação de gados, em que se tornou abastado. Fora promovido a capitão de milícias.

Na campanha de 1811-1812, já com o posto de sargento-mor de milícias, Manuel dos Santos Pedroso que organiza uma partida de veteranos da guerra das Missões, põe-se à disposição do marechal Joaquim Xavier Curado, que comanda as forças brasileiras, e que a 1 de janeiro de 1811 se encontra no acampamento de São Diogo, à margem direita do rio Ibirapuitã. Pedroso é designado pelo comando geral para fazer parte do corpo do coronel Francisco das Chagas Santos, que chefia as Missões Orientais, tendo seu quartel-general em São Borja. Da partida de Pedroso fazem parte seu irmão tenente Antônio dos Santos Pedroso,

(1) *Memória* cit. B. N. — I, 37, 2, n.° 3.° Arq. Nac. Corresp. Gov

(2) *Memória* cit. Gabriel Ribeiro de Almeida. Rev. Inst. H. Bras. Vol. V.

(3) Idem, idem.

Manuel Carvalho da Silva e Bento Manuel Ribeiro, então furriel e depois marechal do Império, e irmão de Gabriel Ribeiro de Almeida (1).

A 7 de agosto acampou Pedroso com a sua força em São Xavier, costa do Quaraí, e 10 dias depois ocupa a praça de Belem, sem grande resistência. Deste posto manda várias patrulhas assolar o território do inimigo. Bento Manuel, com cinco homens, vai à coxilha do Lunarejo e toma 400 cavalos aos platinos, mas perseguido por força superior, abandona a presa e regressa ao acampamento. Antônio dos Santos, irmão do sargento-mor, em 24 de agosto, segue até as proximidades de Corrientes, onde comete várias depredações, e o capitão Joaquim Felix da Fonseca, da mesma partida, ocupa Mandizobí.

A 30 de agosto, o furriel Bento Manuel e o audante Manuel Carvalho, mandados por Pedroso, atacam a praça de Paissandú que é heroicamente defendida pelo capitão Francisco Bicudo, natural do Rio Pardo, e mestiço de paulista e de índia de Missões. Levam consigo 55 homens, entre os quais Antônio Padilha, cognominado, pelos chefes, de "Valentão". Contava a praça com 200 uruguaios sob o comando de Bicudo que, depois de uma hora de defesa verdadeiramente heróica, foi morto por Padilha. Perderam os defensores de Paissandú 30 mortos e 30 feridos e a partida de Bento Manuel três mortos e um ferido, apreendendo quatro canhões, 50 clavinas e cavalhada.

Em setembro, ainda em Belem, manda Pedroso destacamentos seus que atacam Curuzú-quatiá, e que, não obstante uma guarnição argentina de 600 homens, foi tomada, pela segunda vez, pela força desse sargento-mór. No dia 19 "os 73 homens que ocupam Curuzú-quatiá são atacados por 700 argentinos e dois canhões e entrincheram-se num forte, onde lutam 1 1/2 hora, repelindo os assaltantes e fazendo-lhes vinte e tantos mortos, com a perda somente de tres mortos; os atacantes retiram-se a uma légua de distância da vila. O major Pedroso, sabendo dessas ocorrências, passa nesta mesma data o rio Uruguai com o tenente Polycarpo Pires Machado e 50 e tantos homens para socorrer os sitiados, porem no mesmo dia 19 já os encontra de regresso. Com a retirada dos brasileiros a força argentina, reforçada por mais 300 homens, reocupa Curuzú-quatiá" (2).

Pedroso, em 28 de setembro, ocupa Paissandú, com uma força de 200 homens. Voltando novamente a Belem deixa aquela praça sob o comando do tenente coronel uruguaio Benito Chain que a abandona à aproximação de 1.500 argentinos que a ocupam.

Em 20 de outubro é assinada uma convenção de paz em Montevidéu, entre o governo argentino e os delegados do vice-rei Elio que declara que o auxílio português fora prestado por solicitação sua. Não concorda, porem com a convenção, o conde de Rio Pardo, comandante em chefe das forças brasileiras, que ocupa Maldonado.

---

(1) Seguimos no relato dos acontecimentos da campanha a documentação publicada pela Rev. do Arq. Publ. do Rio Grande do Sul. (24 volumes). Celso Schroder, operoso pesquisador riograndense, servindo-se dos mesmos elementos, assina interessantes efemérides dessa campanha, que facilitam a pesquisa. — Celso Schroder. *A Campanha do Uruguai.* (1811-1812) Rev. Ist. Hist. R. G. S. Ano XIV. 1.° Trim. 1934, pág. 115.

(2) Celso Schroeder, *Campanha* cit.

Entre os oficiais gravemente feridos no ataque de Curuzú-quatiá contava-se o tenente Antônio dos Santos Pedroso, irmão de Maneco Pedroso, que ficou prisioneiro dos argentinos. Quando estes souberam que era irmão do sargento-mor o degolaram, em Corrientes (1).

Vários acontecimentos de vulto, centralizados pela ação de Pedroso, transcorrem ainda em 1811. O valente D. José Artigas que, daí em diante, encarnará a alma livre de seu povo, procurando lançar os alicerces de uma Pátria, realiza o êxodo histórico, tentando passar o Uruguai com 1.900 famílias com que fundará Purificación. No Salto, Pedroso tenta impedir essa passagem, mas diante da superioridade do inimigo retira-se sem combater. Dias depois, em 19 de dezembro, Manuel Pinto Carneiro da Fontoura (2), riograndense, ao serviço de Artigas, ataca no Arapei o capitão Joaquim Felix da Fonseca, que é socorrido por Pedroso. Contava Carneiro da Fontoura com 952 homens e a força brasileira só dispunha de 190. Situando-se no passo de Itapeví foi aí Pedroso atacado pelos uruguaios que o transpõem depois de duras horas de luta. O major Pedroso, procurando observar o armistício, parlamentou com os atacantes. Nessa ocasião foi assinada uma convenção em que se estatuia que as forças uruguaias acampassem em Belem, até passarem à outra margem do Uruguai, enquanto as brasileiras se situariam junto ao arroio do Espinilho. Não obstante essa convenção, foi Pedroso novamente atacado mas depois de 1 1/2 horas de luta, ficou senhor do campo com a retirada do inimigo que teve 40 homens mortos. Pedroso teve seis mortos e nove feridos, retirando depois da ação para as cercanias do Jarau, onde estabeleceu o seu quartel.

Destacado ora em um, ora em outro ponto onde eram exigidas sua assistência e vigilância, Pedroso esteve muito tempo guarnecendo Paissandú de onde em junho de 1812 se retirou fazendo junção com o coronel Joaquim de Oliveira Alvares, no arroio de Santo Antonio. Publicado o convênio de paz, a que se seguiu o armistício Rademaker assinado a 26 de maio de 1812, contra a vontade do D. Diogo de Souza, que não queria reconhecê-lo, por haver aquele emissário, na própria opinião de Dom João VI, exorbitado das ordens que recebera, quando seu exército se preparava para obter decisiva vitória, acatando, no entanto, a deliberação do conselho de oficiais generais, retirou a 13 de julho. Dividido em duas colunas de observação, as tropas portuguesas foram postar-se parte em Bagé e outra em Conceição.

Terminada a campanha, Manuel dos Santos Pedroso cujos feitos se tornaram memoraveis, e que foi citado com os maiores louvores em or-

---

(1) Rev. Arq. Publ. R. G. do Sul. Vol. 19, pág. 94.

(2) O capitão Manuel Pinto Carneiro da Fontoura nasceu no Triunfo, em 20 de setembro de 1771, sendo filho legítimo do capitão Miguel Pedroso Leite, natural de São Paulo, um dos quatro capitães paulistas da leva de 1762, e de Inocência Pereira Pinto, filha legitima do coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante do Rio Pardo. Grande amigo e compadre do chefe dos Orientais, Manuel Pinto combateu sob suas ordens, comandando uma coluna de orientais em que havia grande número de riograndenses, entrando em vários combates, entre os quais o acima referido. Mais tarde deshouve-se com Artigas, de cujo exército era tenente-coronel, e foi degolado, por ordem do chefe dos Orientais, a 22 de fevereiro de 1814. Era casado com Ana Joaquina de Jesus, natural de Santa Catarina e deixou uma filha de nome Inocência, nascida no Rio Pardo a 2 de março de 1802.

dens do dia do quartel general do exército, teve a sua promoção a tenente-coronel de milícias. Voltando novamente à sua estância de criação, ali estava quando, em 1816, é chamado pelo governador do Rio Grande, marquês de Alegrete, para a campanha levada contra D. José Artigas, de que resultou a encorporação da Cisplatina.

Em fins de 1815, convocado pelo tenente-general Patrício Câmara, Pedroso apresta-se para a nova campanha, mobilizando seus veteranos companheiros de milícias que, nas folgas da paz, eram licenciados para entregar-se aos amanhos do campo e da lavoura. Recebe para isto grande cópia de armamento e munições. É designado para auxiliar imediato o capitão Gabriel Ribeiro de Almeida que, em princípios de março de 1816, juntamente com Pedroso, que se encontra em Porto Alegre, recebem ordens do próprio marquês de Alegrete. Em caminho, quando se dirigia a seu acampamento, contraiu varíola, falecendo poucos dias depois, isto é, em meados de março de 1816 (1).

Maneco Pedroso não foi casado, mas deixou nove filhos naturais que houvera, em sua estância, de várias índias guaranís, "chinas das Missões", com quem convivera. Constam os respectivos batismos dos livros de Rio Pardo, Cachoeira e Santa Maria. De Manuela Francisca Noghay, guaraní, são filhos: Maria, batizada em Santa Maria em 10-1-1801, e Maria, em 6-10-806; de mãe incógnita: Manuela, batizada no Rio Pardo, em 8-7-1801; de Micaela Maria, guaraní: Isabel, batizada em Cachoeira, em 25-9-804; de Maria Simão, guaraní: Manuel dos Santos Pedroso, de conhecida descendência no Estado, batizado em S. Maria em 8-8-806, e outro Manuel, batizado em Cachoeira em 15-7-809; de Tomasia Maria, guaraní, as filhas: Maria, batizada em 10-9-807, Emerenciana, em 15-8-808 e Maria em 15-7-809, todas em Santa Maria (2).

c) GABRIEL RIBEIRO DE ALMEIDA

Os livros de assentos eclesiásticos do bispado de Santa Maria, referentes a Cachoeira, fornecem elementos que conjugados à *Genealogia Paulistana* (2) serviram para identificar as origens de Gabriel Ribeiro de Almeida.

A Demarcação de 1750, que fixou as raias do Continente até as margens orientais do Jacuí, possibilitando o aproveitamento de campos extensos para a criação de gados, intensificou o comércio de tropas que se

(1) Em *Efemérides Brasileiras*, pelo Barão do Rio Branco, ed. revista pelo prof. Basílio de Magalhães, Rio, 1938, regista-se a morte de Pedroso a 5 *de abril* de 1816. Em nota manuscrita do punho do próprio Rio Branco, em poder do erudito mestre Dr. Rodolfo Garcia, consta que o falecimento se deu em 26 *de abril*. A carta acima referida de Gabriel Ribeiro a Patrício (Arq. Publ. R. G. do Sul pasta 1816), é datada da freguesia da Cachoeira em 24 *de março* desse ano. Diz Gabriel que "marchei de Porto Alegre a servir na Partida de que era comandante o falecido tenente-coronel Manuel dos Santos, e por vir por outro caminho diferente do que ele seguiu, nesta freguesia é que vim a saber de seu falecimento". Pode-se, assim retificar as datas acima.

(2) Cam. Ecl. do arceb. de Santa Maria. 2.º Livro de batismos de Cachoeira (1799-1810).

(3) Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. Vol. IV, 237.

destinavam aos mercados e feiras paulistas, principalmente à de Sorocaba, que logo se tornou um grande interposto da pecuária do sul.

Entre os tropeiros que vão até aí, na década de 1760, contam-se os irmãos Euzébio Pedroso de Almeida (1) e Manuel Ribeiro de Almeida, naturais de S. Paulo, filhos legítimos do capitão Inácio Taques de Almeida e de sua mulher Margarida da Silva, filha legítima do capitão José Martins Leme e de sua mulher Antônia Ribeiro da Silva (2). Era o capitão Inácio Taques filho legítimo do capitão Lourenço Castanho Taques, nobre cidadão de São Paulo, "herdeiro das virtudes de seu pai" Lourenço Castanho Taques, (o moço) "varão santo por autonomásia", filho de outro de igual nome, cujo pai Pedro Taques foi o fundador dessa nobre família, em São Paulo (3).

Manuel Ribeiro de Almeida nasceu na freguesia de Juquerí, São Paulo. e era muito moço ainda quando em companhia de seu irmão Euzébio Pedroso iniciou, nas campanhas do sul, a vida de tropeiro. Em suas contínuas viagens, na povoação de Santa Ana do Yapó, Vila Nova de Castro, dos Campos de Curitiba, mais ou menos em 1764, teve de Maria da Silva, natural daquela aldeia, e "índia da terra", o filho Gabriel Ribeiro de Almeida, que alí passou os primeiros anos de sua infância, sendo em tenra idade trazido pelo pai para a povoação de Cachoeira, onde aprendeu as primeiras letras. Acompanhava-o em suas viagens de tropeiro até Sorocaba.

Em 1781, naquela vila, casou Manuel Ribeiro de Almeida com Ana Maria Bueno, filha legítima de Pasqual Delgado de Morais e de Maria de Almeida Bueno (4), naturais, respectivamente, de Itú e de Sorocaba. Desse consórcio, em Sorocaba, tem os filhos Bento Manuel Ribeiro, nascido em 1782, e que pelo seu valor se eleva até a marechal do exército brasileiro, e Maximiliano Ribeiro de Almeida (5).

Antes de 1788 já havia transferido residência para Cachoeira, onde nasce e é batizado o filho José Ribeiro de Almeida, em 17 de julho de 1788, o qual, em 1839, na Revolução Farroupilha, coronel de legião, é assassinado em Alegrete por uma partida republicana. Tem ainda o casal

(1) Euzébio Pedroso não consta da *Gen. Paul.* onde aparecem seus irmãos José Pompeu de Almeida, Ana de Arruda Coutinho e Manuel Ribeiro de Almeida, pai de Gabriel Ribeiro. Euzébio Pedroso casou em 3 de março de 1772, no Rio Pardo, com Clara Maria dos Santos, filha legítima de Romualdo Correia, natural de Faro, e de sua mulher Euzébia Pires Monteiro, natural da Laguna, filha de José Pires Monteiro, um dos fundadores dessa vila. Outra filha de Romualdo Correia, Faustina Correa, como veremos, casou com Manuel Carvalho da Silva, e são pais de Francisco Carvalho e outros valentes conquistadores de Missões. Teve Euzébio Pedroso, batizados em Rio Pardo e Cachoeira, os filhos: João Pedroso de Almeida, nascido em 1773; Escolástica, em 1775; Ana, em 1778; José Pedroso de Almeida, em 1781, e Maria que consta do livro de óbitos ter falecido em Cachoeira em 1784. Euzébio Pedroso faleceu em 1785 e sua mulher, com 40 anos, em 1794, ambos em Cachoeira.

(2) *Gen. Paul.* Veja-se a ascendência no título Martins Bonilha Vol. VII, pág. 259.

(3) *Gen. Paul.* Título Taques Pompeo. Vol. IV. 222 e seg.

(4) Idem. Título Morais. Cap. II, § 5.°.

(5) Conta a tradição que Bento Manuel, com 5 anos, e seu irmão Maximiliano, foram trazidos pelos pais em umas bruacas, pendentes de *cangalhas*, em muar que era conduzido por Gabriel Ribeiro. Daí decorre o apodo com que os farroupilhas brindaram, no período revolucionário, a Bento Manuel, de *Cangalheiro* (*O Povo*).

de Manuel Ribeiro de Almeida, todos nascidos em Cachoeira, os filhos Manuel, em 1790. Escolástica em 1793 e Auristela em 1796.

Em 1788, Gabriel Ribeiro de Almeida, com 24 anos de idade, casou com Florinda Rodrigues de Aguiar, natural de Mogi das Cruzes, São Paulo, filha legítima de Manuel Rodrigues de Aguiar, natural de Mogi e de Isabel Maria Cardoso, de Mariana, Minas, residentes, em 1756, na fazenda de Mascaranhas, rio Caí, hoje cidade de Montenegro. Teve desse consórcio dez filhos, sendo quatro homens e seis mulheres, entre as quais se contam Luzia Maria de Almeida, nascida em Cachoeira em 19 de fevereiro de 1792 e que, em 12 de agosto de 1813, na mesma vila, casou com José Gomes Porto, tenente de milícias (1), Ana Florinda de Almeida, casada com Antonio Rodrigues Penteado; Manuela Joaquina de Almeida, casada com o sargento-mor Germano Severiano da Silva; Felicidade, Mauricia e Teresa, solteiras, falecidas em avançada idade, em Cachoeira. Foram os homens: Leonel Ribeiro de Almeida, Francisco Ribeiro de Almeida, Lourenço Ribeiro de Almeida e Tristão Ribeiro de Almeida que se destacaram na política provincial e na guerra contra o Paraguai.

Organizado o Regimento de Milícias do Rio Grande do Sul, e criada a Companhia que teve Cachoeira por sede e de que era comandante o capitão Manuel Carneiro da Silva e Fontoura, que depois foi marechal de campo, nela se alistou como soldado Gabriel Ribeiro de Almeida. Em 1796 era furriel dessa companhia (2), de que faziam parte Manuel dos Santos Pedroso, os irmãos Carvalho, e muitos outros conquistadores de Missões.

Ao se declarar a guerra, em 1801, tendo Pedroso atacado e posto em fuga a guarda de São Martinho, posto avançado das Missões, mandou o capitão Francisco Barreto Pereira Pinto destacar ali o alferes André Ferreira de Andrade com um contingente de milicianos de Cachoeira e de que fazia parte como furriel Gabriel Ribeiro de Almeida. Foi nessa ocasião, fins do mês de julho, que José Borges do Canto, com seus treze companheiros, a que já se encorporara o tenente Antonio de Al-

(1) José Gomes Porto era filho de alferes de cavalaria paga Manuel Gomes da Fonseca, que adotou o nome de Porto, por ser natural dessa cidade, e esteve na guerra da Demarcação, tomada do forte de Santa Tecla e Rio Grande. Era filho legítimo de Amaro da Fonseca e de Maria Gomes, naturais do Porto. Casou Manuel Gomes Porto em Viamão, em 1763 com Teresa Antunes Maciel, filha de Francisco Rodrigues Machado, de Santo Amaro, São Paulo e de sua mulher Ana Barbosa Maciel, natural de Sorocaba e filha do capitão Gabriel Antunes Maciel, bandeirante paulista. De seu consórcio com Luzia Maria de Almeida, teve o capitão José Gomes Porto vários filhos, entre os quais José Gomes Porto Filho, mais tarde, José Gomes Portinho, que foi insigne farroupilha e brigadeiro do exército brasileiro, na campanha do Paraguai, e o capitão Delfino Gomes Porto, tambem notavel farroupilha que casou com Delfina Mariana de Carvalho, filha do capitão Luiz Carvalho da Silva e de sua mulher Maria Francisca de Aragão, adiante referidos. É filho de Delfino Gomes Porto e de Delfina Mariana, que viveram em Cachoeira, Julio Gomes Porto que casou com Aurélia Guedes da Luz, filha legitima do capitão Faustino Guedes da Luz e Joaquina de Moura, neta paterna do coronel Jacinto Guedes da Luz. Do casal de Julio Porto é filho o autor deste trabalho, trineto do sargento-mor Gabriel Ribeiro de Almeida, e bisneto do capitão Luiz Carvalho da Silva, conquistadores das Missões, a cujas memórias rende seu tributo de admiração que vem do fundo de antigas tradições avoengas, engrandecidas pela lenda consagradora, nos velhos serões de distante torrão gaucho.

(2) B. N. Verbete biográfico. 548, 10. Gabriel Ribeiro de Almeida.

meida Lara (1) com mais 12 homens, apareceu na guarda de São Martinho, de onde seguiria para conquistar os Sete Povos de Missões, a eles se reunindo Gabriel com mais seis homens de sua guarda. No primeiro dia da marcha, 3 de agosto, encontram os conquistadores a Antonio dos Santos (3) que, com 8 homens que andavam explorando a campanha, integra-se à força que totaliza assim "quarenta homens de armas, com os quais se fez a conquista" (3).

Desse momento em diante torna-se o furriel miliciano a alma da temerária expedição. Impõe-se logo pelas suas qualidades de soldado já veterano, pelo conhecimento que tem da lingua dos aborígenes, desconhecida por Borges do Canto, e mais ainda pelos seus dotes de inteligência, energia e decisão. Por várias vezes Canto quis confiar-lhe o comando a que Gabriel não anuia por conhecer o valor do bravo companheiro. Ao iniciar a campanha pediu-lhe Canto "que houvesse de tomar parte no comando e direções daquela empresa, pois se confundia com o não entender a língua daqueles índios, e eu os entendia perfeitamente; consenti na proposição, diz Gabriel, e tratamos consultar mutuamente em tudo quanto nos fosse preciso". Dando público testemunho do que devia a Gabriel Ribeiro, em sua Memória, diz Canto: "Não posso deixar de confessar que o feliz sucesso de tudo quanto eu pratiquei devo ao notório valor, acerto e atividade do referido Gabriel Ribeiro, meu tenente, que muito me ajudou".

Não é necessário detalhar os serviços que prestou nessa campanha, de que foi, sem escurecer os de Canto, o cabo principal. Eles ressaltam de todas as páginas dessa história memoravel, de todas as Memórias escritas pelos combatentes e principalmente desse relato admiravel, conciso e precioso, que é a sua própria Memória, em que revela qualidades de cronista e de escritor.

Tomados os primeiros Povos, até a capital, São Miguel, em que capitulou D. Francisco Rodrigo, cuidou logo Gabriel de prover à administração dos mesmos. Maneiroso e politico o conquistador "falava um dia em cada Povo e fazia por contentar o público, assistindo aos seus festejos, empenhando-se em contentar os reverendos curas das igrejas, mostrando-lhes muita benignidade, e capacitando-os de que seriam respeitados das nossas tropas; roguei-lhes juntamente que não desamparassem as suas igrejas". Conseguiu, assim, que os curas espanhóis alí se conservassem até 1805, quando se retirou das Missões.

Depois de realizada a conquista dos Povos determina o coronel Patrício que, com sua força de dragões, se deslocava de Rio Pardo para a

(1) O tenente Antonio de Almeida Lara era filho do capitão Lourenço Castanho de Araujo, natural de Itú, e de sua segunda mulher Maria de Almeida de Siqueira, neto paterno do capitão Lourenço Castanho Taques, já referido, irmão de Inácio Taques de Almeida, avô paterno de Gabriel Ribeiro. (*Gen. Paul.* 4.°, 236). "O tenente Lara, diz Gabriel, apesar de suas virtudes não tinha nascido para a guerra: a sua constituição e talvez educação o desviavam da campanha: essa a razão porque não aparece nos combates, e se oculta nesta Memória".

(2) Não é possivel identificar com exatidão esse Antonio dos Santos, mas de demoradas pesquisas genealógicas chega-se quase à conclusão de que seria Antonio dos Santos Pedroso irmão de Maneco Pedroso, de heróica atuação nas campanhas de 1811, ferido e degolado após o combate de Curuzú-quatiá, já referido.

(3) Gabriel Ribeiro. *Memória,* 14.

Coxilha da Linha Divisória, na Estância de São Pedro, em data de 21 de agosto, que o sargento-mor de dragões José de Castro Morais seguisse para as Missões, afim de assumir o comando geral daquela conquista. E, em seguida, destaca o capitão José de Anchieta Furtado de Mendonça, capitão da companhia de auxiliares do distrito de Santa Vitória, Cima da Serra, para com o maior número de homens e armas que pudesse juntar, encorporasse sua companhia àquele sargento-mor (1).

Nesse entretempo, em São Miguel, reuniam-se Gabriel Ribeiro que tomara posse dos Povos; Pedroso que trazia preso o governador espanhol, desrespeitando a capitulação assinada por Canto; o sargento-mor Castro Morais que assumira o comando da conquista, perante o qual Canto e Gabriel protestaram contra o ato de Maneco Pedroso que assim desrespeitara todas as leis da guerra. "Examinada a causa daquela prisão, foi respondido que quem tinha feito aquela capitulação não eram os oficiais e por consequência o dito Santos mandava preso para o Rio Pardo ao dito tenente-coronel" (2). Canto protestou energicamente contra essa decisão e Castro Morais, para diminuir o valor do conquistador, que fora soldado de dragões, e desertor de sua companhia, quis encorporá-lo novamente ao seu esquadrão, mas, Canto, com energia, pondo-se à frente de seus homens, se dispôs a atacar o comandante, cujo insólito procedimento ecoou mal entre aqueles bravos. Interpôs-se Gabriel, prudentemente, evitando as consequências desastrosas desse choque. E para dar a conhecer ao governador Cabral da Câmara os serviços prestados na conquista, em fins de agosto seguiu para o Rio Grande, onde se encontrava aquela autoridade. Alem de uma carta de D. Francisco Rodrigo, protestando quanto à quebra da capitulação, levava o furriel de milícias os estandartes que tomara dos Povos de Santo Ângelo, São João, São Lourenço e São Luiz, chaves dos arquivos e padrões dos Povos e remates dos ditos estandartes. O governador se encontrava gravemente doente, vindo a falecer poucos meses depois (3). Reconhecendo os serviços desses valentes, em seu leito de morte, assinou portarias promovendo Canto a capitão e Gabriel Ribeiro a tenente de milícias.

Voltando às Missões, assume o tenente Gabriel Ribeiro o comando do destacamento de Canto, que se encontrava doente, e sai em socorro do furriel Vitor Nogueira da Silva (4) que se contrapunha no passo de São Marcos ao valente Rúbio Dulce, que encarnou nesse momento a honra castelhana na defesa das Missões.

Em 23 de novembro 150 homens, transpondo o passo nas imediações do Camaquã, tentaram envolver a força de Gabriel que alí or-

(1) José de Anchieta nasceu no Rio de Janeiro, sendo filho de Antônio Furtado de Mendonça e sua mulher Maria Jacinta da Trindade. Casou com Maria Candida da Fontoura, filha do brigadeiro Francisco Pinto de Souza e Angélica Veloso da Fontoura. É José de Anchieta bisavô paterno do Dr. João Neves da Fontoura.

(2) Gabriel Ribeiro de Almeida, Memória, cit.

(3) Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, faleceu em 5 de novembro de 1801, na vila do Rio Grande, sendo substituido pelo brigadeiro Francisco João Róscio

(4) Vitor Nogueira da Silva, furriel e valente conquistador das Missões, era natural de Minas Gerais e filho legítimo de Aleixo da Silva Barros, de S. João del-Rey e de Maria da Conceição, de Ouro Preto. Casou com Maria Francisca Cardoso, natural do Rio Pardo, e filha de João Manuel Cardoso e sua mulher Luzia Francisca.

ganizara "um serviço de segurança, afim de evitar surpresa por parte do inimigo que do outro lado dispunha de um reduto com artilharia e forte guarnição" (1). Recebendo reforços solicitados urgentemente a São Borja, onde estava Canto, acudiu este elevando a força a 112 homens. Acharam-se presentes à ação alem de José Borges do Canto, que assumiu o comando, os tenentes João Machado e Felipe Carvalho e os alferes André Ferreira de Andrade, Manuel Carvalho e João Antônio da Silveira (2). Reunido um conselho de guerra, ficou resolvido, que o ataque, "por proposta de Ribeiro de Almeida, consistiria numa ação frontal de fixação com um mínimo de homens sob João Machado, um ataque envolvente sobre a retaguarda dos 150 inimigos, onde o proponente exerceria o esforço principal, após se ter reunido ao flanco direito amigo e destruído as embarcações contrárias" (3).

Decisiva foi a ação de Gabriel Ribeiro nessa emergência. Diz o coronel José de Abreu, em um atestado que "no ato de Camaquã, donde se achavam os espanhóis emboscados em um grande mato", o tenente Gabriel Ribeiro nele entrou e atacando os inimigos, determinou "o bom êxito do ataque, livrando os portugueses do grande risco da emboscada" (4).

"Acabada esta gloriosa ação, recolhemo-nos para São Borja, diz Gabriel Ribeiro, com 73 prisioneiros, ficando no campo da batalha 60 mortos, e da nossa parte houve três mortos e quatro feridos: o despojo consistiu em 200 armas de fogo, algumas espadas, e bastante munição de guerra. Este foi o último ataque que tivemos naquela fronteira de Missões; logo depois nos chegou a paz, e na declaração dela vi grande sentimento e desgosto das tropas. Desta forma ficaram aqueles Sete Povos e o seu grande território anexo ao domínio de S. A. R., ficando por divisa o rio Uruguai, tomados e defendidos sem despesa do Estado; mas sim à custa de seus vassalos, não obstante ter-se reunido naquela fronteira mais de dois mil homens, comandados pelo coronel Espindola vindos da cidade de Assunção de Paraguai" (5).

---

(1) Tenente H. O. Wiederspahn. *A Conquista das Missões*. Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. Ano XIV. 1.° Trim. 1934. pág. 108.

(2) O alferes João Antônio da Silveira, um dos consolidadores da Conquista, nasceu na povoação do Rio Grande, em 18-VI-1758, e era filho legitimo do casal de açorianos Antônio da Silveira e Avila, falecido no Rio Pardo, e sua mulher Angélica Rosa, sendo neto paterno de Antonio d'Ávila e Paula de Santo Antônio e materno de Francisco da Costa Matos e Rosa Maria. Casou João Antonio com Rosa Angélica do Nascimento e teve um filho Severino Antonio da Silveira, notavel farroupilha, que casou com Felisberta da Costa Prates, irmã do 1.° bispo de Rio Grande do Sul, D. Feliciano. João Antonio assentou praça na 1.ª companhia de dragões em 6-X-1773, sendo promovido a cabo em 6-VIII-1780, a furriel em 1-II-1791 e a alferes em 22-X-1801. Em outro trabalho (Publ. Arq. Nac. Vol. XXXI, 467) publicamos interessante carta em que agradece a promoção e detalha o combate acima referido. Teve ainda as promoções seguintes: tenente de dragões, em 14-XI-1802; capitão, em 25-VII-1808; sargento-mor, em 5-VII-1812, reformado em 20-I-1813, reverteu ao serviço ativo sendo promovido a tenente-coronel e reformado m 1843.

(3) Wiederspahn. *Conquista* cit.

(4) Arq. Hist. R. G. do Sul. Doc. 70-A. Pasta 1814. Atestado de José de Abreu sobre os serviços de Gabriel Ribeiro de Almeida, datado de P. Alegre, 9 de dezembro de 1814.

(5) Gabriel Ribeiro. *Memória* cit. 20.

Terminada a campanha, ficou o tenente Gabriel Ribeiro prestando serviços às Missões, para onde fez trasladar a sua familia. Comandou o Povo de São Nicolau, onde nasceu um de seus filhos, Lourenço Ribeiro de Almeida, passando depois para o de São Borja, em cujo distrito, juntamente com outros conquistadores, recebeu uma sesmaria de campos, cuja doação foi confirmada por D. Diogo de Souza, em 1814 (1). Nasce aí sua filha Felicidade e casa-se em 1805, outra filha, Maria, com o tenente Germano Severiano da Silva (2).

Não obstante os serviços relevantes que prestara, preterido pelos adventícios, que obtinham os melhores quinhões e os mais rendosos empregos, ficara o tenente miliciano relegado à plana inferior, esquecido de todo, e apenas com um soldo miseravel, que nem sempre lhe era pago, não podendo assim prover às necessidades da família. Estava na miséria quando, em 1805, quis, pessoalmente, apresentar seus requerimentos de serviços ao Príncipe Regente. Paulo da Gama, que governava a Capitania, anuiu à pretensão, sem onus para os cofres públicos. E lembrou-se de que os quatro estandartes dos Povos, tomados por Gabriel Ribeiro, que se achavam na Secretaria do Governo, desde 1801, deveriam ser remetidos ao ministro de Estado do governo português, encarregando de sua entrega ao conquistador (3).

Em fins de 1805, conseguindo algum dinheiro para a longa viagem (4) Gabriel seguiu para Lisboa, onde, na Corte, recebido pelo Príncipe, entregou com solenidade os estandartes da Conquista. Interpôs vários requerimentos e escreveu a *Memória da Tomadia dos Sete Povos*, que tem a data de 18 de setembro de 1806 (5). Retorna em fins deste ano,

---

(1) A sesmaria concedida a Gabriel Ribeiro de Almeida tinha a extensão de uma légua de frente por três de fundos e estava sita no distrito de São Borja, nos campos denominados São João. Dividiam-se esses campos pelo norte com o rio Ibicuí e parte com os campos que povoou Raymundo Santiago, tambem conquistador; pelo sul com um banhado que deságua no Uruguai, dividindo com os de José de Abreu; pelo leste com a estrada que passa do Povo de São Borja para o Passo da Cruz e pelo oeste com o dito Uruguai". (Rev. Arq. Publ. R. G. do Sul. 4.°, 156). Não aproveitou esses campos por não ter meios de povoá-los, vendendo-os mais tarde. Na mesma ocasião, como fica referido, no rincão de Camaquã, recebem sesmarias em que o mesmo foi dividido os 13 companheiros com que Borges do Canto iniciou a campanha das Missões.

(2) Assentos de batismos e casamentos de São Borja. Bisp. Uruguaiana. (1.° Bat., 1797-1816, 1.° Cas. 1790-1820)

(3) Consta do ofício de Paulo da Gama a remessa para o reino desses estandartes, cf. doc. Arq. Hist. R. G. do Sul, Maço 3, 46.

(4) Ficou nas tradições da família, envolta em lenda, essa viagem de Gabriel à corte de Lisboa. Conseguiu com vários amigos e à força de economias reunir oito doblas de ouro e com esse dinheiro fez a sua viagem a Lisboa, onde permaneceu mais de ano.

(5) O original da *Memória* conserva-se nos arquivos portugueses, e uma cópia, trazida por Gabriel, foi doada ao Instituto Histórico Brasileiro, e publicada no Vol. V. da Revista Trimensal fasc. 17, de abril de 1843, tendo figurado no Catal. de Hist. sob o n. 10.823. Hemetério Veloso publicou em *Missões Orientais* outra cópia que pertenceu ao coronel Paixão. Estudo fundamental para o conhecimento exato dessa fase interessante da história nacional, seria interessante, reeditar essa e todas as mais Memórias e documentos relativos à Conquista das Missões, ainda não estudados devidamente.

tendo alcançado alí o posto de tenente efetivo com o soldo de sua patente, passando ao serviço ativo, adido à 1.ª Linha.

Em São Borja, onde passou a residir, por ordem do brigadeiro João de Deus Mena Barreto, chefe do 1.º Regimento de Cavalaria Miliciana da Província, assumiu e desempenhou, durante dez meses, o comando "de todos os milicianos portugueses da Provincia de Missões", e estava no exercício desse comando quando "marchando o Exercito Pacificador a fazer a primeira campanha, ele se ofereceu voluntariamente vendo que ficavam os milicianos daquela Província que naquela ocasião se desmembraram de meu Regimento" (1), atesta o mesmo brigadeiro. Nessa ocasião, "tive ordem, acrescenta esse chefe, do Ilmo. e Exmo. Sr. General para o empregar debaixo do meu comando, e serviu com muita exatidão até Maldonado; pela atividade e zelo do Real Serviço lhe dei exercício de mandante em Saboatí por ter dado parte de doente o sargento-mór e deu inteiro cumprimento às ordens no tempo desse exercício. Voltando de Maldonado para o Acampamento de São Diogo, tendo licenciado alguns oficiais que se me apresentaram no dito Acampamento, quando o governo de Buenos Aires declarou guerra. É bem constante o sobredito capitão ter-se distinguido no Real Serviço em operações perigosas contra o inimigo, e não fez a segunda campanha debaixo de meu comando pelo valor intrépido que tem, pois vendo a guerra declarada se ofereceu no dito Acampamento para ir servir na fronteira de Missões pois supunha naquela fronteira haver alguns choques, despachei-o com cartas ao brigadeiro comandante daquela Província e foi assistir o ataque do Povo de São Tomé" (2).

Por decreto de El-rei de 26 de outubro de 1808, havia sido Gabriel Ribeiro de Almeida promovido a capitão de milicias, com meio soldo de capitão de dragões, a razão de 16$000 mensais (3). E quando, por proposta do coronel Francisco das Chagas Santos, comandante das Missões, foi reorganizado um corpo composto de três companhias de portugueses dessa Província, de 64 praças cada uma, foi Gabriel Ribeiro nomeado capitão da 1.ª companhia (4).

Feita a campanha de 1811, voltou o capitão Gabriel Ribeiro às Missões, onde se apresentou ao coronel Francisco das Chagas Santos que, em ofício de 13 de maio de 1812, dirigido de São Borja a D. Diogo de Souza, assim historia a parte que nesses sucessos coube ao veterano oficial:

"Reunindo eu aqui 100 Melicianos Portuguezes Cassadores, aos quaes armei de Clavina, e Espada, encarreguei ao Capitão Gabriel Ribeiro a 2 do corrente que marchasse com 150 homens incluzos 100 Lanceiros a passar o Uruguay no Passo de S^ta^. Anna, e que deixando no Passo do Arroyo Quay 5 legoas abaixo do d^o^. Povo huma Patrulha, afim de obstar a communicação para o da Cruz marchasse pela Costa do Uruguay a surprehender as Goardas, que encontrasse até a de S. Borja, fazendo sinal no Passo que elegi abaixo desta 1/2 legoa, para onde marchei com

(1) Atestado do brig. João de Deus. Doc. 70 B. 1814. Arq. Hist. R. G. do Sul.

(2) Idem, idem.

(3) B. N. Verb. biog. cit. 548-10.

(4) Rev. Arq. Publ. R. G. do Sul. Vol. IV, 64.

260 homens, 6 pessas de 1, e 10 Canoas ao anoitecer do m^{mo}. dia. Na madrugada no dia 4 chegou o dito Capitão com 100 homens à margem oposta, para a qual principiei logo a passar, não obst^{e}. a enchente do R^{o}. que retardava a passagem dos Cavalos. Ás 3 horas da tarde deixando o Porto e canôas com huma boa goarnição, me puz em marcha com 4 das ditas pessas, e 300 homens incluzos 80 Cassadores, e 52 Artilheiros para o Povo de S^{to}. Thomé 1 legoa distante. O Inimigo pretendia atrahir nos a huma emboscada por meio de varias pequenas Partidas acavalo; mas vendo que nos desviamos, derão 1 tiro de pessa; seguimos aproximando-nos ao Povo, para o qual mandei fazer fogo d'Artilharia, e dando-nos outro tiro de pessa em menor distancia, ordenei ao Capitão Ribr^{o}. que huma partida de Cassadores a fosse tomar; o q' prontam^{te}. se executou; mas com tal excesso, que forão quase todos os Cassadores, e deixando a pessa que devião conduzir, perseguirão os Hespanhoes a tiros de Clavina pela Praça, Colegio, Orta em cujo conflito assegurão todos, q' matarão mais 30 Hespanhoes incluzos 1 Capitão, q' hera portuguez, e desertor da Legião, alem dos feridos; mas dos nossos morrerão 4, e houverão 6 feridos; cujos nomes vão declarados na Relação junta: fiz então reunir os Cassadores, e tendo os Hespanhoes ganhado a Igreja onde se achava muita gente, nos fazião d'ali grande fogo de Clavina, e d'outros lugares encobertos; portanto mandei sem demora acestar em hú dos cantos da praça duas pessas dirigidas pelo Capitão Fran^{co}. de Castro, e o Cadete João Fran^{co}. portador d'esta; os quaes se destinguirão pela coragem com que fizerão o mais acertado e violento fogo que logo fez cessar o dos Hespanhoes, cauzando-lhe grand^{e}. estrago, e mortandade e sendo já quase noite, me puz em retirada para o nosso Porto das Canôas, sem a menor opozição. No dia seg^{e}. mandei parar rodeio, e arrebanhar os animaes vacuns, e cavalares dos suburbios d'aquele Povo, e se lançarão mais de 2$000 no Uruguay. No dia 6 tornei ao mesmo Povo com 300 homens tendo feito antes trocar 2 pessas de 1 por duas de 4 com as quaes batemos o Quartel q'estava cheio de gente, e matamos dous de seus Artilheiros. Os muros da Quinta onde havia algum gado estavão goarnecidos de Hespanhoes armados de Clavina; os quaes fazião bast^{e}. fogo sobre os q' se aproximavão ao d^{o}. muro donde sahirão feridos dous milicianos nossos: pela parte da m^{ma}. Quinta batemos o Colegio, no qual parece que se achava muita gente pela gritaria, e confuzão cauzada pelo nosso fogo: mandei queimar todas as chacaras, cazas de campo, e de goardas desde o Povo até o Uruguay, e juntam^{te}. apanhar o gado e cavalos, que ainda restava para se lançar no Uruguay; o que logo se poz em execução, e voltei vagarozam^{te}. para o nosso Porto das Canôas, dando lugar a q' se ajuntassem os ditos animaes. Tendo-se apanhado hum espia do Inimigo, dice: que no Povo S^{to}. Thomé havião 200 Hespanhoes d'Armas, e 150 de Lanças, e que esperavão socorro de gente que havião pedido. Nesta noite huma Partida de 20 homens continuou a queimar as cazas, e carretas que houvessem para baixo na Costa do Uruguay; o qual passamos a 7 e me regressei a este Quartel, deixando d'outro lado 80 homens com o Capitão Gabriel Ribr^{o}. encarregado de se reunir a nossa Patrulha do Quay, fazendo queima no seu tranzito todas as chacaras, e Estancias, e ajuntar os cavalos q' encontrasse, o que havendo executado chegou a este Povo no dia 10 do corr^{te}. com todos os Melicianos restantes, tendo-se queimado no territorio Hespanhol 11 Carretas mais de 150

estabelicim[tos]. alguns com mtos. mantim[tos]. entre chacaras, estancias, e cazas de Goardas na extenção de 5 legoas de campanha da qual se ajuntarão 3$000 animaes cavalares, e vacuns pouco mais ou menos, que se botarão no Uruguay, onde morrerão a maior parte em razão da grande cheia e corrente do Rio, alem dos estragos referidos e mortandade em S. Thomé: A canôa do Passo do Quay sendo mui pezada, se fez em pedaços, e chegando a 22 o n.° dos prizioneiros mandei-os repartir pelos Povos do interior" (1).

Voltando dessa campanha em que procedera como sempre com lealdade e bravura, Gabriel deixa-se arrastar na onda envolvente da ideologia americanista de Artigas. E como dezenas de outros riograndenses, que servem às ordens da Pátria, fascinados pelos princípios de liberdade pregados pelo caudilho, o Conquistador, à frente de um grupo de "8 ou 9 paulistas ou curitibanos, todos armados e mais um paulista com 2 cargueiros de fazenda, "ia-se unir a Artigas, pois, dizia, "que havendo S. A. Real perdoado o crime de deserção, não fora atentado" o ato que praticava (2).

Estava Gabriel com parte de doente, em sua casa de São Borja, quando no dia 20 de agosto de 1812, em companhia de dois milicianos: José Gomes Porto que um ano depois seria seu genro e Manuel Correa de Carvalho, desertou, passando a 23 pelo distrito de São Francisco, onde o capitão Joaquim Cardoso, a quem declarou que ia desertado, deu-lhe voz de preso, que não poude tornar efetiva pela reação que encontrou da parte do capitão de milicias. "Pouco antes dessa notícia, informa Chagas Santos a D. Diogo de Souza (3), ouví dizer em São Borja que o mesmo Gabriel Ribeiro tinha ido apresentar-se a Artigas e que sendo por este ou por um coronel da Campanha bem recebido, lhe dissera que voltasse a levar consigo os portugueses, que pudesse ajuntar ou reduzir; e que a ele Gabriel se lhe daria uma estância em Belem".

Durante um ano esteve Gabriel Ribeiro nos arraiais de Artigas. Em 12 de agosto de 1813, na vila de Cachoeira, realizava-se o consórcio de sua filha Luzia Maria de Almeida com José Gomes Porto, miliciano, que fora seu companheiro de deserção. Nessa ocasião volta Gabriel Ribeiro, e sendo preso em Cachoeira é recolhido à Prisão Militar de Porto Alegre, em 30 de setembro. Em 22 de fevereiro do ano seguinte é mandado para o hospital militar daquela guarnição, tendo alta em 17 de outubro de 1814 (4). Nessa mesma data informava o general Curado ao governador D. Diogo de Souza que não obstante ter este determinado a formação de "processo verbal militar ao capitão de milícias Gabriel Ribeiro de Almeida, "até então nada se havia feito pela dificuldade de conduzir até alí as respectivas testemunhas e outras diligências necessárias para a organização do processo. Não consta dos documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, nem de outros, tenha-se ultimado esse processo de deserção. Em 9 de dezembro de 1814 o coronel José de Abreu, como em data anterior o brigadeiro João de Deus Mena Barreto,

(1) Rev. Museu e Arq. Publ. R. G. do Sul. 1927. N. 19, pág. 177.

(2) Arq. Publ. R. G. S. Oficio de Chagas Santos a D. Diogo de Souza, datado de São Luiz, 16 de setembro de 1813.

(3) Idem, idem.

(4) Arq. Hist. R. G. do Sul — Doc. 429.

(26 de junho) em atestados apensos ao ofício do general Curado, fazem as mais elogiosas referências ao capitão Gabriel Ribeiro e aos serviços que prestou quer na Conquista das Missões, quer nas campanhas que se sucederam (1).

Em princípios de 1816 encontramo-lo novamente em serviço ativo do Exército, sendo designado por ordem do general Curado para fazer parte do corpo de milicias que sob o comando do tenente coronel Manuel dos Santos Pedroso estava em organização em Cachoeira. Ao chegar a freguesia (2), em 24 de março, tendo notícia do falecimento de Maneco Pedroso, em ofício ao tenente-general Patrício Correia da Câmara, solicitando providências para recolher o armamento que fora distribuido pelos milicianos, de que algum já se perdeu. "Marchei de Porto Alegre, diz, a servir na Partida de que era comandante o falecido tenente-coronel Manuel dos Santos, e por vir por outro caminho diferente do que ele seguiu, nesta freguesia é que vim a saber de seu falecimento; esperava a chegada do Exmo. tenente-general Joaquim Xavier Curado que foi quem me ordenou a minha vinda para a dita Partida, agora me dizem que já não vem por estar a fronteira em mais socego" (3).

Em 15 de novembro desse mesmo ano, foi o capitão Gabriel Ribeiro nomeado pelo general Curado comissário de transportes do exército, com 32$000 rs. por mês, cargo que exerceu até 1 de outubro de 1818, recolhendo-se ao Acampamento da Real Bragança, no Rincão de Haedo. Adoecendo gravemente, foi recolhido ao hospital do Acampamento, onde veio a falecer no dia 28 de junho de 1819. Pouco depois de falecer chegava sua promoção a major de milícias do Rio Grande do Sul, pelos serviços extraordinários que prestara (4).

Deixou a família na mais extrema miséria. Só em 1822 conseguiu a viuva D. Florinda Rodrigues de Aguiar lhe fosse adjudicada metade do soldo de seu marido, que percebeu até seu falecimento em 10 de abril de 1831, deixando ainda três filhas solteiras: Felicidade, Candida e Teresa, que morreram em Cachoeira em avançada idade.

d) FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

A família Carvalho da Silva, cujo nome está estreitamente ligado à Conquista de Missões e lutas subsequentes, tem origem, em Cachoeira, em Manuel Carvalho da Silva, que nasceu em 1733, na freguesia de São Nicolau, cidade do Porto, sendo filho legítimo de Domingos Carvalho da Silva e sua mulher Escolástica da Silva Carvalhaes. Foi para Rio Pardo onde, em 2 de julho de 1760 casou com Faustina Correia Pires, irmã

---

(1) Idem, idem. Doc. 70 e anexos A e B. Pasta 1814.

(2) Primitivamente uma capela e aldeia de indios, que tomou o nome de São Nicolau, pela procedência missioneira dos seus habitantes, foi criada freguesia no Passo do Fandango, por carta de José Marcelino, de 10 de julho de 1779. Por alvará de 26 de abril de 1819, foi criada vila, solenidade que teve lugar a 5 de agosto de 1820. Em 15 de dezembro de 1859 é elevada a cidade, inaugurando-se em 10 de janeiro de 1860.

(3) Arq. Hist. R. G. do Sul. Pasta 1816.

(4) B. N. Verb. biog. 548, 10.

de Clara Maria dos Santos, já referida que casara com Euzébio Pedroso de Almeida, irmão de Manuel Ribeiro de Almeida, pai de Gabriel Ribeiro de Almeida. Era Faustina Correa filha legitima de Romualdo Correa e de sua mulher Euzébia Pires e por esta neta de José Pires Monteiro, fundador da Laguna, e de sua mulher Custódia Lopes (1).

Foi Manuel Carvalho da Silva o sesmeiro das terras em que se fundou a cidade de Cachoeira, sendo um dos maiores criadores de gado da região, e como tenente de auxiliares prestou assinalados serviços de guerra. Nascidos em sua estância e batizados no Rio Pardo, teve o casal de Manuel Carvalho nove filhos, dos quais sete homens e duas mulheres. Todos os homens pertenceram aos corpos de auxiliares e milicianos, chegando a oficiais pelos serviços de guerra que prestaram, mas entre eles, particularmente na Conquista das Missões e campanhas que tem por teatro esse território, destacam-se o capitão Francisco Carvalho da Silva, o sargento-mor Felipe Carvalho da Silva, o tenente Manuel Carvalho da Silva e o capitão Luiz Carvalho da Silva.

Francisco Carvalho da Silva nasceu em 1767, sendo batizado no Rio Pardo. Dedicou-se como todos os homens de seu tempo aos trabalhos de campo e aos de guerra, no Regimento de Milícias de Rio Pardo, em que era alferes, sendo promovido a tenente em data de 21 de julho de 1801, na mesma ocasião em que era promovido a alferes, em sua vaga, o soldado Manuel Carvalho da Silva, outro irmão, Felipe Carvalho da Silva, nascido em Cachoeira a 20 de julho de 1769, era alferes da companhia de cavalaria auxiliar do distrito de Pequerí (Cachoeira), tendo sido promovido a tenente em 18 de junho de 1799. E, finalmente, Luiz Carvalho da Silva, nascido em Cachoeira a 13 de novembro de 1773, sentou praça em 1792, passando de soldado de milícias a tenente de ordenanças, posto que exercia por ocasião da Conquista.

Em fins de agosto de 1801, o tenente Francisco Carvalho, convocando seus irmãos e amigos, organizou uma partida de nove homens com a determinação de atacar o Passo da Cruz, no Uruguai, ordenando a Raimundo Santiago (2), um de seus mais valentes soldados que, com 14 homens dos muitos que em caminho se haviam agregado à partida, marchasse para o Passo de São Borja, afim de impedir a passagem do inimigo. Enquanto isto, Carvalho que avançara até o Passo da Cruz, aí atacou 150 homens que rechaçou, não tendo perdido, na ocasião, mais do que um soldado ferido, conseguindo a presa de 417 cavalos mansos. Por sua vez, Raimundo Santiago que atravessara o rio, indo até Santo Tomé, pressentido pelo inimigo travou combate, retirando, depois de matar cinco e ferir três espanhóis.

Nesse entretempo o valente Rúbio Dulce com dois saveiros e 80 homens em cada um, tenta desembarcar no Passo de São Borja, no que é impedido pelo furriel Vitor Nogueira da Silva que alí se encontra com

---

(1) Aurélio Porto — *Genealogia Riograndense*. Em preparo.

(2) Raimundo Santiago é natural da Cachoeira e um dos mais assinalados conquistadores. Foi promovido, na organização do corpo de cavalaria miliciana de Missões, em 1811, a alferes da 1.ª companhia, de que era capitão Gabriel Ribeiro de Almeida. Na campanha desse ano, no primeiro ataque ao Povo de Santo Tomé, recebeu um ferimento de que faleceu em São Borja, em agosto de 1812, cf. comunicação de Chagas Santos. (Rev. Arq. R. G. S. 17.º, 115)

alguns soldados e que é prontamente socorrido pelo tenente Francisco Carvalho. "Sendo o dito Rúbio Dulce assim rechaçado, passou ao outro lado do rio com 80 homens de cavalo, e veio atacar a pequena guarda que o dito tenente Carvalho havia deixado no dito Passo de Batoví, cuja guarda constava de sete homens: sendo comandante dela o furriel de auxiliares Joaquim Ferreira, em cujo ataque foi tanto o fogo e durou este mais de três horas, morrendo quatro espanhóis e feridos sete. Dos portugueses só um baleado, do que veio a morrer; e retirando-se a partida espanhola esta conduziu todos os animais dos naturais que havia naquele circuito. Tendo o dito tenente Francisco Carvalho notícia do sucesso pelo mesmo furriel logo se pôs em marcha com 30 homens para o Passo da Cruz, para onde se encaminhavam os espanhóis e animais que haviam caido no precedente ataque e encontrou-os no Passo do Taquarí imediato ao da Cruz os atacou de madrugada com a pouca gente que continha a sua Partida e elevou a vitória tomando outra vez todos os animais que logo que chegou ao lugar de seu destino fez entregar a seus respectivos donos; morreram sete espanhóis e baleados 11, e os mais ganharam a costa do dito rio por onde se poderam escapar, não consentindo o dito tenente que seus camaradas se utilizassem de alguma cousa dos prisioneiros e mortos" (1).

Tendo o sargento-mor Joaquim Felix assumido o comando da conquista e povos, o tenente Francisco Carvalho foi a São Nicolau receber ordens deixando a partida sob o comando do tenente Felipe Carvalho. Nessa ocasião intentou uma força castelhana cair sobre a guarda de S. Nicolau, numericamente inferior e a teria desbaratado se providencialmente, no momento, não tivesse chegado o tenente Carvalho com 30 homens de socorro.

No encontro já referido do Passo de São Borja, coube ao tenente Francisco Carvalho, com 17 homens, prestar assinalados serviços. Nesse encontro já referido em que cabe a Gabriel Ribeiro as honras do dia, e em que estavam presentes todos os principais conquistadores, deixaram os inimigos no campo 84 mortos e 75 feridos, não havendo baixas da parte portuguesa.

Depois desse ataque foi publicada a paz. Foram vultosas as presas feitas ao inimigo, principalmente em gado pelo tenente Francisco Carvalho, as quais se elevaram a 7.700 cabeças de animais de toda espécie, que foram conduzidos para a Boca do Monte e postos sob a administração de um capataz. Alem do gado foi mais aprezado o seguinte: 6 carretas, mil e tantas varas de pano de algodão, 12 terços de erva mate, e mais 4.000 reses que entregou no Povo de São Borja para municio das tropas e 4.000 éguas que o tenente Carvalho entregou ao capitão José do Canto e Raimundo Santiago, para que distribuissem com sua gente.

Terminada a campanha das Missões Francisco Carvalho tornou à freguesia de Cachoeira, afim de cuidar de seus interesses particulares. Pelos seus serviços de guerra foi promovido a capitão de milícias. Residia na estância que, em sobras de terras de Manuel e José Carvalho da Silva e Nicolau Inácio, lhe fora concedida em 1781, entre os rios Ca-

(1) Instruções dos ataques mais notaveis, etc. Francisco Carvalho. *Memória* cf. brig. F. J. Róscio. Arq. Nac. Col. 104.

pané e Irapuá, ao sul do Jacuí. Aí faleceu Francisco Carvalho da Silva em 10 de julho de 1810, com 43 de idade. Fora casado com Tomásia Antônia de Aquino, filha legítima de Francisco Antônio Ramos de Oliveira e sua mulher Gertrudes Maria de Jesus, na freguesia de Cachoeira, e deixou desse consórcio seis filhos, sendo quatro homens e duas mulheres.

Felipe Carvalho da Silva, terminada a campanha, teve sua promoção a capitão de milícias de Cachoeira, de cuja freguesia foi comandante. Chegou a sargento-mor de milícias, tendo feito as campanhas de 1811-1812. Casou em Cachoeira com Josefa Maria Branca, viuva de Euzébio Domingues da Silva, já referido, pai do conquistador de Missões, José Joaquim Domingues, companheiro de José Borges do Canto. O major Felipe Carvalho faleceu em 10 de fevereiro de 1827, não deixando descendência.

Manuel Carvalho da Silva, cujos serviços militares se estendem pelas campanhas de 1811-1812, casou com Flaubiana Fausta da Costa Prates, em 31 de julho de 1809, sendo tronco da família Carvalho Prates, do Rio Grande do Sul.

Luiz Carvalho da Silva que sentou praça em 1792, com 19 anos de idade (1), tendo nascido em Cachoeira a 13 de novembro de 1773, excede a todos os seus irmãos em relevantes serviços de guerra, prestados durante as campanhas que se sucedem. Recebeu seu batismo de sangue na guerra da Conquista das Missões, fazendo parte das forças comandadas por Francisco Carvalho. Terminada a campanha passou de soldado de milícias a tenente de ordenanças, e em 1809 comandava a freguesia de Cachoeira.

Rompidas as hostilidades da guerra de 1811-1812, Luiz Carvalho destacou para as Missões, onde assistiu, tomando parte, com apreciavel destaque, a vários encontros com os inimigos.

Mas é na campanha subsequente que vai de 1816 a 1820 em que realçam as suas qualidades de bravo soldado, estando as ordens do dia dessa guerra cheias de referências a seus feitos verdadeiramente heróicos. No sítio de São Borja e em outros recontros em que se empenha é assombroso de coragem, de decisão, cabendo-lhe sempre os postos de mais destaque.

Em 19 de janeiro de 1817 é mandado com um pequeno destacamento cobrir a passagem das forças do general Chagas Santos, no Uruguai. Pressentido pelo inimigo e atacado por forças muito superiores em número, trava combate, conseguindo apreciavel vantagem que se transforma em vitória à chegada de um reforço de infantaria, que lhe manda o general, pondo o inimigo em fuga desordenada. No dia seguinte, com 50 homens, sai em reconhecimento das posições contrárias e regressa a

(1) Fé de ofício do cap. Luiz Carvalho. Certidão datada de São Borja, 12 de janeiro de 1822; "Capitão Luiz Carvalho da Silva, filho de Manuel Carvalho da Silva. Idade dezenove anos ao sentar praça. Altura cinco pés e quatro polegadas. Cabelos pretos, olhos pardos. Natural da vila do Rio Pardo. Casado. Passou de soldado de milícias a tenente de ordenanças e a tenente da terceira companhia deste Regimento (Reg. n. 4 de Cav. de Milícias) em 12 de agosto de 1819. A capitão na dita por despacho de S. Exa. no mesmo dia. Achou-se em dez ataques e quatorze destacamentos de Fronteira". (Arq. Hist. R. G. do Sul. Pasta 1822).

10 de fevereiro com a presa de 600 animais, alem de gado vacum, tendo atacado várias partidas do inimigo, que desbaratou e embaraçou que se reunissem às tropas de André Artigas, "no dizer de um seu contemporâneo o capitão Diogo Arouche (1). Em 2 de fevereiro retorna ao campo com 125 homens, destroçando todas as partidas que encontra entre as quais, em combate travado no dia 8, uma força inimiga que põe fora de ação 38 homens. Na noite desse mesmo dia marcha 25 léguas e na madrugada de 9 surpreende outra partida de insurgentes que desbarata.

Chegam esses sucessos ao conhecimento do valente chefe missioneiro Mbaivé que resolve atacar Luiz Carvalho à frente de um destacamento de 100 homens. O choque foi violento. Depois de meia hora de combate, o inimigo é posto em fuga, ficando no campo de ação 33 mortos, inclusive dois oficiais. Luiz Carvalho os persegue ainda cinco léguas. Mbaivé se refaz e reune no acampamento de Ybiratingaí 270 homens para enfrentar a reduzida força do heróico brasileiro. "Neste lugar, diz Diogo Arouche, o valor do tenente Carvalho excedeu a tudo quanto havia praticado, e não hesitando, principiou a meter-se em ordem para atacá-lo. Então Mbaivé, desanimado à vista da temerária resolução que o ameaçava, empreendeu a retirada e começou a fazê-la; mas o tenente Carvalho atacou-o tão vigorosamente que logo se decidiu o inimigo à completa fuga, e dispersão, na qual foram perseguidos pelos portugueses que lhes mataram 72 e finalmente foram essas tropas de Mbaivé completamente dispersas e atropeladas por várias direções, e o comandante salvou-se com poucos dos seus no território de Corrientes, sendo perseguidos até as guardas correntinas de Ybiratinguaí e Santa Luiza (2).

O valente cabo, depois de acossar e destruir as partidas inimigas que infestavam as Missões ocidentais, desde o Uruguai até o Paraná; retirou-se para São Tomé onde se reuniu ao general Chagas Santos, em 26 de fevereiro com um acervo tomado ao inimigo, de 714 cavalos, 130 mulas, e 308 cabeças de gado vacum. São ainda do tenente coronel Diogo Arouche de Moraes Lara as palavras que reproduzimos de sua *Memória*: "O extraordinário comportamento, a valorosa conduta do referido tenente de milícias Luiz Carvalho, nesta campanha, foi superior a tudo quanto pode haver de acerto, valor e prudência e não se precisa para prova disto mais do que os seus mesmos feitos gloriosos: feliz o general a cujas ordens numa campanha existe um oficial de tão extensa capacidade como este: e ainda mais feliz se sabendo aproveitar-se de tanto préstimo (como praticou o brigadeiro Chagas Santos) que dêle resulte todo o proveito e vantagem do soberano e do Estado" (3).

Nas campanhas seguintes avultam mais e mais os memoraveis serviços de Luiz Carvalho. Nos principais recontros que se sucedem, na região missioneira, até 1820, é o seu heróico esforço que centraliza a vitória.

Em 1817, à frente de um destacamento de cavalaria miliciana, juntamente com o major Gama Lobo d'Êça que comanda um contingente de

(1) Diogo Arouche de Morais Lara. *Campanha de* 1816 — Rev. I. H. B. Vol. 7.º.

(2) Idem, idem.

(3) Diogo Arouche. — *Memória Histórica da Campanha de* 1816. Rev. Inst. Bras.

granadeiros de Santa Catarina, Luiz Carvalho encontra, à margem direita do Uruguai, no passo do Itaquí onde é hoje a cidade argentina de Alvear, uma força de Artigas comandada pelo valente capitão Vicente Tiraparé, que, na organização do Regimento de Milícias guaranís, fora nomeado capitão da companhia de São Borja. Deu-se o encontro no dia 19 de janeiro e depois de um duro combate foi derrotado o inimigo, com grande perda de vidas e de um canhão tomado pelos brasileiros.

No ano seguinte, em abril, depois de quatro dias de assédio, as forças do general Chagas Santos, de que fazia parte o tenente Luiz Carvalho da Silva, investem contra a igreja e o colégio de São Carlos, onde o inimigo estava entrincheirado, rendendo-se, quando a infantaria começava a derrubar o telhado da igreja, 323 oficiais e soldados correntinos que ficaram prisioneiros. Neste assédio, que teve lugar no dia 3 de abril e no combate do dia anterior, que juntamente com o esquadrão do tenente coronel Joaquim Ferreira Braga, levou Luiz Carvalho contra Aranda, que conduzia um reforço de 300 correntinos com que esperava romper o cerco de São Carlos, o valente miliciano obrou prodígios de valor, e foi em pessoa quem, terçando armas com o valoroso caudilho artiguenho, matou Aranda, em plena ação.

Em 1819, nos combates de 1 e 9 de maio, Luiz Carvalho tem destacada atuação, combatendo junto às forças do tenente coronel Arouche. Nesse último combate que se dá em São Nicolau, em cujo ataque é repelido o general Chagas Santos, Luiz Carvalho estava ao lado de Arouche, a quem recomendava tivesse cuidado, pois o silêncio que se observava nas trincheiras inimigas era de mau presságio. Valente e disposto o joven oficial paulista expôs-se de tal sorte à frente de seus soldados que uma das primeiras descargas inimigas atingiu-o de cheio, vitimando-o (1).

Comandava Luiz Carvalho em toda a campanha uma ala do regimento de milícias guaranís, obedecendo outra ao comando do capitão Manuel José de Melo. Citado em várias ordens do dia, do comando em chefe do Exército, então exercido pelo conde da Figueira, Luiz Carvalho é promovido a tenente de milícias para a 3.ª Companhia, do 4.º Regimento de Cavalaria, em 12 de agosto de 1819, e, no mesmo dia, a capitão dessa mesma companhia e regimento de milícias. Em 1820 recolhe-se às Missões, tendo tomado parte em 10 combates e 14 destacamentos na fronteira.

Foi Luiz Carvalho administrador do Povo de São Miguel, cargo que ocupou durante cinco anos e nove meses, não recebendo três anos de vencimentos a que tinha direito e de cuja dívida, em seu testamento, perdoa a Fazenda Real. Faleceu Luiz Carvalho em 1833, em Cachoeira, onde residia, ocupando cargos de destaque político e social e sendo um dos chefes do partido liberal que, em 1835, deflagra a Revolução Farroupilha.

---

(1) O tenente coronel Diogo Arouche de Moraes Lara, natural de São Paulo, foi um dos heróis das campanhas platinas. Casou em Porto Alegre com Maria Angélica Sampaio, filha legítima de Francisco José Sampaio e Ursula Maria das Dores. Deixou o casal quatro filhos menores: Maria, Francisca, Joana e Ursula. A primeira foi casada com Francisco de Azambuja Cidade, deixando um filho, Diogo Arouche Cidade.

Fora casado em primeiras núpcias com Rosa Joaquina da Encarnação, natural da ilha de Santa Catarina, filha do capitão Manuel Jose Machado e de sua mulher Maria Antônia da Encarnação, e viuva do tenente José Francisco da Cunha. Faleceu a primeira mulher em 3 de julho de 1802, deixando dois filhos tambem falecidos em tenra idade. Convolou a segundas núpcias, em Cachoeira a 13 de maio de 1803, com D. Maria Francisca de Aragão, filha legítima de D. José de Aragão, último governador espanhol do Povo de São Nicolau, natural de Cadix, e de sua mulher D. Teresa de Subiurra, natural do Povo de São Cosme e S. Damião, das Missões do Paraguai. Teve Luiz Carvalho desse consórcio os filhos Manuel Carvalho de Aragão e Silva (Manduca Carvalho) um dos grandes heróis da Revolução Farroupilha (1), Maria Delfina, casada com Delfino Gomes Porto, neto de Gabriel Ribeiro de Almeida, já referido (2) e Teresa, Josefa, Maria José, Francisca, José e Luiz, ramos de várias famílias com descendentes na cidade de Cachoeira.

3 — *Administração da província de Missões.*

Integrada à colônia portuguesa, pela conquista, a consideravel região missioneira, cujo território aumentava de um terço o Rio Grande do Sul, surge de momento, para o governo do Continente, o problema de organização administrativa. Alem de sua complexidade, e dos abusos que esse ato, pela sua própria origem, deveria determinar, coincidiu a conquista com a enfermidade e morte do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, falecido na vila do Rio Grande no dia 5 de novembro de 1801. Substituiu-o, interinamente, nesse alto posto, o brigadeiro Francisco João Róscio, carater ilibado e austero, que dirigiu os destinos do Rio Grande de São Pedro até a chegada do chefe-de-esquadra Paulo José da Silva Gama, governador do Continente de 1803 a 1809.

Tomando conhecimento do que se passava em Missões ainda sob a devastação da mais desenfreada cobiça, profliga o governador a rapina que alí houve determinando o estado miseravel a que chegaram aqueles povos. Em maio de 1802, denunciando abusos praticados naquela província, diz que foram os dragões e os auxiliares que os praticaram. Fizeram alí verdadeiras devastações. Mas, ao tomar conta do governo, em fevereiro, não era mais oportuno impor-lhes o merecido castigo. Melhorou a situação com a ida para alí dos majores José de Saldanha e Joaquim Felix, porque o major que alí comandava, pela sua avareza, cometeu graves desatinos (3).

E a Paulo da Gama, que vem assumir o governo, Róscio, procurando orientar nos negócios públicos do Continente, verbera ainda a "desbragada rapina" que atirou à miséria a região missioneira. "Dificil seria

(1) Aurélio Porto. Notas ao Processo dos Farrapos. Arq. Nac. XXXI e seguintes. *Farrapiada.* Rio, 1938.

(2) Nota anterior. Avós paternos do autor.

(3) Carta de F. J. Róscio ao sargento-mor Joaquim Felix, de 15 de maio de 1802. Arq. Nac. Col. 104. Corresp. Gov. Vol. XIII.

desmaranhar tal e tão intrincado e espinhoso labirinto com que em poucas semanas ou em breves dias, um certo número de indivíduos, com obrigação de proceder honesta e honradamente, transmutaram aqueles Sete Povos, e a todos os espanhóis alí encontrados, da fartura, abundância e tráfico vantajoso em que viviam, ao mais desgraçado estado e infeliz miséria, que não é facil compreender e menos fazer-se crivel em maior distância, sem que por isto seus autores e cúmplices representassem grandes vantagens" (1).

A conquista das Missões presidiu a ação de duas correntes perfeitamente distintas que ali se vão chocar. Canto, Gabriel Ribeiro e seus companheiros, impelidos por um idealismo patriótico, ou por um espirito aventureiro que foi o substratum da sub-raça heróica que surgia da Pampa ao fragor dos árduos entrechoques fronteiros, — dragão desertor e miliciano humilde, com seus bandos de peões de estâncias, não trabalhados pela cobiça, — aspiravam, quiçá, modestas recompensas compatíveis com suas posições sociais. A outra, que se integra à conquista, que não a realiza, propriamente, mas que se locupleta de seus benefícios, é constituida pelos estancieiros que avançam e que, procurando deprimir os verdadeiros conquistadores, estendem as garras ávidas e interesseiras a todos os bens de qualquer espécie que lhes ficam ao alcance. Manuel dos Santos Pedroso, estancieiro, com a dirimente do heroismo com que combateu e, depois, Castro Morais, "que por sua avareza comete graves desatinos", todos procurando aumentar as suas fazendas de criação com os gados que arrebanham em Missões, integram a corrente dos que se atiram à conquista por interesses individuais. Pedroso, depois de atacar e tomar São Martinho, "passou a saquear algumas fazendas", e voltou para a sua estância "com mais de 100 animais vacum e cavalar, deixando em abandono aquele" (2). E foi, novamente, o desejo de aumentar a sua fazenda depois da conquista realizada por Canto, que o fez voltar, atacar o governador espanhol D. Francisco Rodrigo, "ficando senhor de toda a equipagem", tirando-lhe quanto trazia de precioso.

De 1801 a 1828, ano em que praticamente se extinguem as Missões Orientais do Uruguai, com a despopulação completa de seus Povos, cujos moradores acompanham D. Frutuoso Rivera e fundam *Bela Union*, dirigiram as Missões, como governadores militares e administradores gerais, vários oficiais de tropas regulares ou de milícias.

Entre os primeiros contam-se oficiais brilhantes, de elevada cultura técnica, engenheiros que terminavam os trabalhos da Demarcação de Limites, como Joaquim Felix, José de Saldanha e Chagas Santos, que poderiam ter dado rumos precisos à reorganização daquelas desmanteladas aldeias. Mas, os dois primeiros, passando ligeiramente pela administração, procuraram dela se afastar ante a avalanche de interesses particulares que iam destruindo a vida econômica dos pobres índios, cujas propriedades, imoveis e semoventes, constituiam já apreciavel patrimônio de exploradores sem conciência. Chagas Santos foi, durante mais

(1) Ofício de Róscio a Paulo da Gama, de 20 de dezembro de 1802. Col. 104. Arq. Nac. Vol. 13.

(2) Gabriel Ribeiro de Almeida. *Memória*. 5.

de um decênio, com incontrastavel autoridade, o senhor absoluto das Missões. Não lhe faltavam cultura, inteligência, prestígio, para a execução de um programa de governo que pudesse elevar a vasta e rica região que lhe fora entregue. Mas, é exatamente, em seu periodo administrativo que se processa a grande revolução emancipadora que mudará a face política das antigas colônias íbero-americanas. E o seu reflexo fatal nas Missões transformará as suas aldeias, os seus campos em cenários sangrentos de lutas. Surge, aí, iluminado pelos clarões de uma nova idade, a figura singular de Artigas. E os índios das Missões recebem de seu irmão Andresito a faisca com que se procura reacender a chama de energias já quase mortas pelo servilismo, pelos vícios e pela apatia da própria raça.

Durante esse período governaram as Missões, como comandantes militares e administradores gerais, os seguintes oficiais:

a) Sargento-mor de Dragões *José de Castro Morais* — Filho legítimo do brigadeiro Gregório de Morais Castro Pimentel, que fez parte da Demarcação de Limites de 1750 sob as ordens de Gomes Freire, nascido no Rio de Janeiro. Consta da respectiva *Folha de Serviços* (1) que, em 1789, era "casado, sem filhos, 43 anos e 8 meses de idade, e de serviço 29 anos. Serviu em alferes e tenente na cidade do Rio de Janeiro, neste último posto passou para o Regimento da Ilha de Santa Catarina, e no mesmo posto para o meu Regimento (Dragões do R. G. Sul), onde foi nomeado capitão a 23 de agosto de 1775 e sargento-mor a 13 de maio de 1789".

Em data de 21 de agosto de 1801, o coronel Patrício, comandante do Regimento de Dragões e da fronteira do Rio Pardo, recebendo notíria da conquista dos Povos determina a esse sargento-mor que siga para São Miguel, afim de regularizar a capitulação do ex-governador espanhol, arrecadar armas e munições, respeitando as bagagens, etc. e que assuma o comando dos diversos grupos irregulares que alí se encontram, para tornar efetiva, assim, a defesa dos terrenos conquistados. Devia tambem dar organização eficiente à administração, conservando os Cabildos e corregedores e curas que se queiram submeter ao novo regime português.

Foi de pouca duração o comando desse oficial. De chegada a São Miguel, procurou diminuir o valor de Canto e seus companheiros de conquista, tentando "puxá-lo" para a sua companhia, a que antes da última deserção pertencia o valente soldado. Ia isto determinando um choque à mão armada entre os aventureiros de Canto e os dragões do sargento-mor, o que foi evitado pela calma e ponderação de Gabriel Ribeiro.

Castro Morais é acusado não só pelos conquistadores, em suas Memórias, como pelos próprios chefes, como Patrício Câmara e Róscio, de haver se aproveitado da oportunidade afim de se locupletar com os bens dos Povos e presas feitas ao governador D. Francisco Rodrigo, a quem foram restituidos alguns objetos graças à intercessão do tenente Francisco Carvalho e Manuel Carneiro junto a Maneco Pedroso.

---

(1) B. N. Cod. mss. I-5, 4, 17. Vol. X. Folha de serviços do Regimento de Dragões do R. G. do Sul. 30 de setembro de 1789.

Para a sua estância, entre os Capanés, distrito de Cachoeira, mandou o sargento-mor grandes tropas de gado.

Ao se apresentar ao governo, Gabriel Ribeiro levou ao conhecimento das autoridades o procedimento desse comandante que, em setembro, era destituido e mandado recolher ao regimento, pelo coronel Patrício. Em Rio Pardo, onde se encontrava servindo, faleceu o sargento-mor Morais Castro no dia 13 de novembro de 1803. Não deixou descendência de legitimo matrimônio e somente uma filha natural, Francisca de Castro de Morais, nascida de mãe incógnita no acampamento do Boqueirão, e batizada em Cachoeira em 17 de dezembro de 1798.

b) Sargento-mor *Joaquim Felix da Fonseca.* Em 30 de agosto, do Rio Grande, determina o governador Cabral da Câmara, ao ter conhecimento, naquela vila, da anexação dos Sete Povos ao domínio português, que o sargento-mor Joaquim Felix da Fonseca, mandado recolher a Porto Alegre com a partida de demarcação que chefiava, seguisse para as Missões. Lembrava o governador que "ninguem melhor que Vme. pelos seus conhecimentos e larga experiência dos ditos Povos, é capaz de os comandar e reduzir ao estado tranquilo e de bom regime de que assaz necessitam infundindo-lhes o amor e fidelidade que devem prestar ao Principe Regente N. Senhor..." etc. (1).

Em 23 de setembro chegava Joaquim Felix da Fonseca (2) às Missões, tomando o comando das mesmas das mãos do sargento-mor Castro Morais. Oficial culto e inteligente, tendo vivido nessa região, como chefe de serviço da Demarcação de Limites, estaria o novo comandante em condições de atender às necessidades que lhe seriam impostas pela hora presente.

Mas teve ao chegar uma impressão decepcionadora. Alem dos espanhóis expulsos, os portugueses haviam cometido alí os maiores excessos. Os povos estavam exauridos, as suas estâncias desbaratadas, e despovoadas de gados, falta que "se entrou desde logo a experimentar, sendo dificil de remediar" (3).

Mas o momento não admitia outras providências senão as de carater militar, dada a escassez da tropa que alí estava e dos ataques que os espanhóis, refeitos da surpresa, intentavam, transpondo o Uruguai. "Desde que eu cheguei até o dia 8 do corrente, diz Joaquim Felix, em ofício de 22 de novembro, em que eles deram um último assalto a uma capela, abaixo do Povo de São Borja, onde eu então estava, tem havido cinco

(1) Arq. R. G. S. Rev. 1921. N. 1. 35.

(2) Joaquim Felix da Fonseca Manso nasceu na freguesia do S. S. Sacramento de Lisboa, e era filho de Francisco Antonio da Fonseca e de sua mulher Joana Joaquina Vieira da Silva, ambos naturais daquela cidade. Sentou praça, destinando-se à escola de Bombeiros, de onde saiu tenente, depois de um curso inteligente. Promovido a capitão de artilharia foi designado para servir na Demarcação de Limites do sul, iniciada em 1783. Em 1801, recolhia com sua Partida a Porto Alegre, quando foi designado comandante das Missões Casou com D. Eulália Joaquina Pereira Pinto, filha do coronel Francisco Barreto Pereira Pinto. Teve desse consórcio os filhos: Francisco Felix Pereira Pinto, que foi marechal do Exército Brasileiro, João, Joaquim e José. Atingiu o posto de coronel, falecendo no Rio de Janeiro em 12 de maio de 1814. Teve um filho natural, o capitão Joaquim Felix, que faleceu em 11-IV-1820.

(2) Rev. Arq. Publ. R. G. S. Vol. I-50.

sucessivamente: a saber, no Passo da Conceição, no de São Lucas, no de São Marcos, que fica fronteiro ao de S. Tomé, no de Santa Maria e o último naquela capela".

Para enfrentar esses ataques de um inimigo que agora trazia à frente um bravo espanhol, o tenente Rúbio Dulce, escassa era a gente de que dispunha o comandante. Marchara "com 18 praças militares, que havia de resto no Acampamento donde saí, para este destino, no qual toda tropa que havia pouco excedia a 120 homens de todas as classes, isto é, de dragões, auxiliares e aventureiros, e perto de um mês depois chegaram 33 praças de granadeiros e artilheiros". Havia promessa de mais gente, principalmente de Cima da Serra, que já estava em marcha, e depois de muita espera, nos primeiros dias de novembro, chegaram o tenente João Machado da Silva com 47 auxiliares, e a gente de Cima da Serra que formava um corpo de 120 homens entre auxiliares e aventureiros, comandados pelo capitão de Cavalaria Auxiliar João da Costa Varela e cinco subalternos.

Dando uma nova organização à tropa que alí se encontrava, resolveu o coronel Patrício Câmara, comandante da fronteira do Rio Pardo, determinar a ida para as Missões do sargento-mor José de Saldanha, que assumiria o comando geral, e que chegou a São Nicolau a 26 de novembro. Encontrou alí pouco mais de 350 homens, número irrisório de combatentes, em sua maior parte milicianos, "muito poucos nesta conjuntura para guarnecer e defender uma Província tão extensa" (1).

Ficava ao cuidado do Dr. José de Saldanha a parte militar, encargo que exerceu até 5 de março de 1802, quando foi mandado recolher ao quartel de Rio Pardo (2), cabendo a Joaquim Felix a administração, propriamente dita, dos Povos de Missões, tendo designado para sede, civil e militar, o Povo de São Borja, mais exposto às incursões inimigas.

Proclamada a paz a 25 de dezembro, procurou Joaquim Felix, empenhadamente, restituir aos antigos povos a sua tranquilidade e antigo progresso. Mas, tudo foi baldado. A desorganização lavrava em toda a parte; o latrocínio campeava, despovoando as estâncias de gados; a lavoura sofrera as consequências da guerra e os índios entregues a si mesmos caiam no relaxamento e nos vícios.

Alem de pouco numerosa e mal paga, a tropa, segundo comunicação de Joaquim Felix ao governador, havia cinco meses não recebia vencimentos. O comandante, para atenuar um pouco essa situação, mandara entregar aos soldados, principalmente auxiliares, algumas varas de algodão. No ano seguinte, 1803, a situação se agravara, por falta de farinhas nas Missões, não obstante custar a carne, que já escasseava devido às grandes arreadas feitas, $200 a arroba. Mais sensivel ainda a escassez de couro para surrões, o que determinara a demora na remessa das farinhas.

Aumentavam diariamente as deserções de milicianos e até de dragões que se internavam pelas campanhas, entregando-se à caça de gados chimarrões e invadindo mesmo as estâncias espanholas sitas alem da linha divisória ainda não fixada ao sul do Ibicuí. Felizmente parecia, no

(1) Rev. Arq. Publ. Vol. I, 50.

(2) A. Porto. *Diário Resumido.* Anais B. N. Vol. LI, 152.

ano que seguira ao da conquista, que os espanhóis, conformados com a situação, acatavam a paz estabelecida. Em fevereiro de 1802 o sargento-mor comandante Joaquim Felix, tendo conhecimento de que os espanhóis haviam deixado unicamente poucas guardas nos passos, e que o proprio governador das Missões Ocidentais se havia retirado para Candelária, resolveu licenciar os milicianos, ficando unicamente com a tropa paga, aliás diminuta. Em abril, com a ordem de se recolher recebida pelo sargento-mor José de Saldanha, ficava a praça sem comandante militar, urgindo viesse para substituí-lo um oficial competente. Saldanha merecia os maiores elogios pela sua ação, "tanto nas funções de seu cargo, como tambem no suprir eficazmente a falta de facultativo, dos quais não há nenhum nestes povos" (1). Em maio, Saldanha é substituido pelo alferes de dragões João Antonio da Silveira que, como já vimos, fora tambem um dos bravos conquistadores das Missões. Manda Joaquim Felix que se transporte para São Borja onde reunirá as praças destacadas em vários lugares.

No ano seguinte, porem, chegam às Missões certos rumores de guerra. A título de atacar os índios minuanos e charruas, que teem os seus toldos ao sul do Ibicuí, preparam-se fortes contingentes espanhóis que, segundo voz corrente, ao mando do novo governador das Missões, substituto de D. Bernardo Lecocq, aproveitaria a ocasião de intentar a reconquista dos Sete Povos.

Joaquim Felix, ao ter conhecimento, em janeiro de 1803, dessas notícias, não obstante estar seu comando diretamente subordinado ao governador do Continente, apela para o comandante da fronteira do Rio Pardo, coronel Patrício da Câmara, afim de que lhe forneça auxilio, "pedindo o maior número de tropa, ainda que de todas as classes", com cavalhada, armamento e cartuchame.

Manda ao mesmo tempo chamar os capitães José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso e tenente Gabriel Ribeiro de Almeida, os quais, com os companheiros que os assistiram na última guerra, assumam a defesa das Missões. E a Maneco Pedroso e Gabriel Ribeiro incumbe de irem a Rio Pardo trazer os reforços ali já arregimentados pelo coronel Patrício. Felizmente não se realizaram as previsões de um ataque por parte dos espanhóis que se limitaram a levar a guerra aos índios infiéis.

Em meados de 1803, ante a desordem que lavrara nas Missões, por falta de auxílio do governo, e compreendendo ser inutil todo o seu esforço, solicitara Joaquim Felix da Fonseca sua retirada desse comando. Atendido em agosto desse ano, é designado para substituí-lo o sargento-mor José de Saldanha que só em outubro, por falta de condução e devido às grandes enchentes que tornavam invadeaveis os rios, poude seguir do Rio Pardo, onde se encontrava.

Joaquim Felix, dentro das possibilidades do momento, fizera um governo honesto e digno, e fora o consolidador da conquista pelas providências de ordem militar com que procurara evitar, com os recursos miseraveis de que dispunha, uma invasão dos espanhóis que com forças consideraveis se conservavam a espreita de ocasião oportuna para reconquistar os Sete Povos.

---

(1) Rev. Arq. Publ. R. G. do Sul. 3.ª Cat. Doc. Hist. (1801-1803) 90 a 172.

c) Sargento-mor *José de Saldanha* (1). Assumindo o comando das Missões, solicitara Joaquim Felix da Fonseca, ao governador do Continente, "para ajudá-lo nesse trabalhoso exercicio um oficial inteligente que lhe foi remetido na pessoa do major engenheiro José de Saldanha". (2). Chega este alí a 26 de novembro de 1801, a título de comandar a tropa, revelando nessa dificil tarefa qualidades de verdadeiro soldado que se aliavam aos seus altos conhecimentos profissionais como engenheiro. Alem de prover às necessidades de defesa daquelas vastas fronteiras, Saldanha percorreu quase todo o território missioneiro, afim de coligir elementos para um estudo sobre a dilimitação de suas raias extensas.

Por motivos de ordem pessoal, expostos em outro trabalho (3), é mandado, em abril do ano seguinte, recolher a Rio Pardo, onde chega em setembro, apresentando-se ao comandante da fronteira de quem recebe os mais calorosos elogios não só pelos serviços de guerra que prestara, como pelos seus trabalhos de geógrafo. Nessa vila, onde se conserva um ano, entrega-se Saldanha a seus estudos de gabinete, aperfeiçoando a carta geográfica do Rio Grande do Sul, já acrescida da parte missioneira, para a qual fizera trabalhos de levantamento em suas excursões pela nova província anexada à colonia portuguesa.

Para substituir o sargento-mor Joaquim Felix que solicitara, por enfermo, sua retirada do comando geral das Missões, o governador Paula da Gama designa a Saldanha, em agosto de 1803. E ao mesmo tempo, para evitar os inconvenientes de subordinação desse comando ao governo do Continente, determina que as Missões fossem atendidas pelo comando de Rio Pardo, do qual ficariam dependentes.

O Dr. Saldanha, que fez seu quartel general em São Luiz, governou Missões pouco mais do que um ano. Não obstante todas as suas solicitacões, nada conseguia para a desolada província. Alí faltava tudo. Soldados, armas, munições, até víveres. Havia, mesmo, dias de fome e de privações, porque a lavoura fora abandonada, a carne escasseava e as farinhas, cujo transporte era dificil, não chegavam a tempo. O estado de

---

(1) Nasceu José de Saldanha em Lisboa, presumivelmente em 1758, sendo seus pais o Dr. Duarte Rebelo de Saldanha e sua mulher Leonor Teresa da Silva. Ingressou, depois de completa sua instrução preliminar, na Universidade de Coimbra, bacharelando-se em filosofia e matemática e especializando-se em geografia e astronomia, que praticou na fragata S. João Batista, onde realizou valiosas determinações de coordenadas geográficas e observações inerentes à sua profissão. Escolhido para fazer parte da Demarcação resultante do tratado de S. Ildefonso, veio para a América em 1782 e no ano seguinte iniciava no Rio Grande os trabalhos de Demarcação, chefiando a 1.ª Partida em companhia do engenheiro Eloi Porteli, ficando a 2.ª a cargo de Joaquim Felix e Chagas Santos, cujos nomes estão tambem ligados à vida das Missões. Saldanha casou no Rio Pardo com Ana Joaquina Tomázia, filha do tenente Joaquim Tomaz de Andrade e Siqueira, não obstante ser casado em Lisboa com D. Mariana Efigênia da Fonseca (*Diário Resumido*). Do consórcio com Ana Joaquina teve três filhos só subsistindo Leonor Quirina, casada com Vasco Pereira de Macedo, de onde procede a família Saldanha Pereira de Macedo, de Rio Grande do Sul. Faleceu o Dr. José de Saldanha em Porto Alegre, em 28 de maio de 1808, no posto de sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros.

(2) Carta de Elói a seu irmão Joaquim Porteli B. N. I, 29, 13, 20.

(3) Aurélio Porto. *Diário Resumido*. Biog. Anais B. N., 157.

saude não era bom. E conseguiu então que fosse para alí o cirurgião Felix Joaquim, para atender aos povos em casos de emergência.

Em vista de precariedade da situação, autoriza o comandante saiam os índios pelas campanhas, sob as ordens até de oficiais, para fazer "vacarias", dentro das raias indecisas dos "campos avançados", que se estendiam até as coxilhas do Jarau. Mas, transpondo os limites, supostamente portugueses, essas partidas a que se ligavam os índios minuanos e charruas, entravam alem, originando queixas das autoridades espanholas. Em 1804, havia "quatro vacarias estabelecidas do outro lado do Rio Negro para faenas ou faturas de couros, cebo, graxa, "de índios dos Povos de São Nicolau, São Borja e São Lourenço, sendo "uma delas mandada pelo capitão José do Canto, com 100 homens tambem portugueses" que haviam saido com licença do comandante de Missões (1).

Mandou o governo fossem presos Canto e seus companheiros, o que não se chegou a executar porque, colhidos de surpresa pelos castelhanos, como já historiamos, foram presos e, mais tarde, querendo fugir, foram novamente atacados, contando-se entre os mortos o conquistador.

A falta de individuação da linha divisória era causa constante de choques e atritos que punham em perigo a própria paz entre castelhanos e portugueses. Cita-se, mesmo, um encontro sangrento entre partidas comandadas pelos tenentes Rondeau, castelhano e Francisco Barreto, brasileiro, que se chocaram em território que cada um julgava pertencer à sua nação.

Por outro lado, estendendo as suas estâncias pela região conquistada, os riograndenses, militares e civis, transpunham com seus estabelecimentos as raias tacitamente aceitas e tomavam posse dos chamados "campos avançados", povoando assim larga extensão que mais tarde se ampliou alem Quaraí, indo até o rio Arapeí.

Para obviar as desvantagens daí provindas, o governador Paulo da Gama determina ao Dr. Saldanha "informe por escrito até que sitios e lugares se possa propriamente dizer conquistaram nossas armas na fronteira de Missões". E em resposta, em Porto Alegre, onde se achava em 15 de outubro de 1805, apresentou Saldanha extenso memorial ao governador. Depois de historiar as várias fases da conquista, sua defesa e consolidação, e assinalar as providências tomadas para manter o território conquistado, assinala as linhas já anteriormente referidas quando relatamos a morte do capitão José Borges do Canto.

São essas, acrescidas mais tarde até o Quaraí, as fronteiras que se tornarão definitivas entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguai, com a paz de 1828.

Doente, e vendo a improficuidade de todos os seus esforços no intuito de dar às Missões uma administração condicente aos desejos que alimentava, pede o Dr. José de Saldanha sua retirada das Missões, no que foi atendido por ordem do governador, datada de 18 de abril de 1805.

d) Capitão *João de Deus Mena Barreto*. Substituiu o Dr. José de Saldanha, no governo geral das Missões, o capitão de dragões João de

(1) Arq. Hist. R. G. S. Doc. Carta ao Coronel Patrício do ajudante de ordens do governo, J. Inácio da Silva, 6-VIII-1804. Pasta, 1804.

Deus Mena Barreto (1), que exerceu esse cargo de 18 de abril de 1805 a 4 de abril de 1807.

A administração do bravo capitão de dragões, que terá singular destaque na história do Rio Grande do Sul, não apresenta nada de notavel, nessa gestão de dois anos, para a vida das Missões, senão uma tentativa de reconstruir o templo de S. Nicolau. Dela só fica um fato de ordem passional, relegado para as crônicas galantes da vida aventureira e romantica dos tempos.

Desde a conquista lutou a administração com a falta de sacerdotes para atender às necessidades espirituais, não só dos antigos catecúmenos jesuiticos, como dos brancos, espanhóis e portugueses que viviam nas Missões.

Conseguiu, a princípio, Gabriel Ribeiro que os frades espanhóis, curas dos Povos, alí ficassem ainda sob o domínio português, o que se justificava plenamente, pois só, alguns anos depois, passou essa provincia eclesiástica, que pertencia ao bispado de Buenos Aires, à jurisdição do vigário Geral do Rio Grande do Sul (2). Alguns padres ficaram mesmo até 1803 dirigindo a curazia de seus Povos. Urgia, porem, dar uma providência pela falta de padres que se fazia sentir.

Conseguiu o Dr. José de Saldanha levar para São Borja, afim de assumir a administração espiritual das Missões, o padre Euzébio de Magalhães Rangel e Silva, que fora capelão de dragões e acompanhara durante toda a campanha da Demarcação de limites de 1783 a partida chefiada por aquele facultativo, sendo o fundador da capela do Acampamento da Boca do Monte, hoje cidade de Santa Maria.

Em 18 de maio de 1803 lança o padre Euzébio os primeiros assentos eclesiásticos nos livros de casamentos e batizados de São Borja (3). Bondoso e indulgente, fez o padre Euzébio, nesse meio dificil de administrar espiritualmente, quer os índios já em decadência, quer os brancos de toda a espécie que vinham das lutas da conquista, boa e profícua gestão

---

(1) João de Deus Mena Barreto nasceu no Rio Pardo em 2 de julho de 1769, sendo filho legitimo do coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, coronel de dragões, e de sua mulher D. Francisca Veloso da Fontoura, neto paterno do capitão-mor Manuel dos Santos Barreto e de D. Madalena Maria Pereira Pinto, ambos naturais de Feira, Portugal; e neto materno de João Carneiro da Fontoura e Francisca Veloso, naturais de Chaves, Portugal. Sentando praça no Regimento de dragões, João de Deus vê transcorrer aí, entre feitos de épica bravura, toda sua carreira militar. Atinge todos os postos, eleva-se às mais altas condições sociais, sendo tronco de uma larga progênie de heróis e de soldados valorosos e dignos. Marechal de exército, barão e visconde de São Gabriel, com grandeza, conselheiro do Império, detentor das mais altas dignidades das ordens portuguesas e brasileiras, lega à posteridade um dos maiores nomes entre os maiores soldados brasileiros. Faleceu em 27 de agosto de 1849. Foi casado com D. Rita Bernarda Cortes de Figueredo Mena, deixando desse consórcio treze filhos entre os quais José Luiz, Gaspar Francisco e João Propício Mena Barreto, o 2.° visconde de São Gabriel, e quatro ilegitimos em que sobresai o heróico João Manuel Mena Barreto.

(2) Só em 1813 o bispo D. José Caetano criou o Vigariado Geral, entregando sua administração ao padre Antonio Vieira do Soledade.

(3) Bisp. de Uruguaiana. Livros de assentos de casamentos, batizados e óbitos de São Borja (1790-1820). O 1.° de bat. abranje os anos de 1797 a 1816 e o anterior, já referido, até 1797, está na Biblioteca Nacional, e foi oferecido ao Conde d'Eu.

religiosa. Faleceu em junho de 1806, em São Borja, cercado do respeito e do amor de seus paroquianos.

Em princípios de 1807 vai para as Missões, em substituição ao padre Euzébio, frei João Batista dos Prazeres, mandado pelo vigário geral que, de chegada, se indispõe com João de Deus. Resulta dessa indisposição a denúncia que, deixando as Missões, apresenta ao governo contra o capitão João de Deus Mena Barreto pelo irregular procedimento como comandante daqueles Povos. Recebida esta pelo governador Paulo da Gama, determina este, em 10 de agosto de 1808, se proceda inquirição de testemunhas a respeito dessas acusações feitas por frei Prazeres (1).

Dizia o cura em sua representação que o comandante João de Deus, cuja família não estava nas Missões, mantinha em São Nicolau, sede do governo missioneiro, relações ilícitas com a "china" Maria Salomé, moça, bastante formosa, e filha de uma das antigas famílias nobres daquele Povo. Para serví-la e cercá-la de todo conforto, determinara o comandante que os índios levassem para a casa de Salomé tudo quanto havia de melhor, para ela trabalhando sem remuneração de espécie alguma. Nas festas religiosas, missas e outras solenidades que se realizavam no templo, com escândalo geral, fazia a "china" sentar em uma grande cadeira de espaldar, reservada às autoridades e pessoas gradas, que mandara colocar debaixo do arco central do templo. E outras acusações do mesmo teor fazia ao capitão comandante. As testemunhas inqueridas confirmaram as acusações de frei Prazeres.

Desse romance de João de Deus procede mais um valente soldado mestiço que ele doa à defesa da Pátria: o capitão João Batista Barreto, "havido em estado de casado com mulher desempedida e reconhecido na Côrte do Rio de Janeiro e Desembargo do Paço" (2). O capitão João Batista já era falecido quando o visconde de São Gabriel fez seu testamento, em data de 23 de fevereiro de 1845. Casado com Claudina Arminda Freire, filha de José Paim de Azevedo, João Batista deixara duas filhas de legítimo matrimônio: Maria de Deus e Deolinda e uma ilegítima: Maria Salomé, em memória da índia missioneira, que fora sua mãe.

e) Tenente-coronel *Tomaz da Costa Correia Rabelo e Silva*. Pela sua importância, principalmente estratégica, como região fronteiriça sempre ameaçada, impunha-se a necessidade de confiar o comando das Missões a oficiais superiores de comprovados méritos. Foi essa sugestão do brigadeiro Patrício da Câmara a quem estava afeto o comando do Rio Pardo, aprovada pelo governo do Continente que, desde então, designou para essas funções oficiais de patente elevada. Iniciou essa série de administradores militares de Missões, o tenente-coronel Tomaz da Costa Correia Rabelo e Silva, mais tarde elevado ao generalato no Exército brasileiro (3).

---

(1) Arq. Hist. R. G. do Sul. Volumoso processo com vários apensos. Pasta 1808. Doc. 69 e 70.

(2) Testamento do visconde de São Gabriel. Rio Pardo. 23-II-1845. Arq. Publ. Rio Grande do Sul.

(3) Tomaz da Costa Correia Rabelo e Silva era filho de Belchior da Costa Correia Rabelo e de sua mulher D. Ana Joaquina da Silva. Em 8 de julho de 1805, sendo sargento-mor da brigada de artilharia da legião dos Voluntários Reais de São

Em maio de 1808 assumiu o tenente-coronel Tomaz da Costa o comando das Missões, que exerceu durante cinco meses, isto até outubro do mesmo ano. Oficial inteligente, com a visão precisa das excelências da terra e da penúria que sobre ela baixara, tenta Tomaz da Costa fazer alguma coisa pelas Missões, dirigindo ao governo vários relatórios em que propunha os meios de melhorar a precaríssima condição dos índios e dos Povos. E, alem desses relatórios, escreveu interessantíssima *Memória* em que expõe suas adiantadas observações, oferecendo-a ao conde de Linhares (1).

"Em cinco meses do meu comando, diz, quis examinar os meios de tirar estes desgraçados da miséria em que viviam. Pretendí conhecer as coisas na sua origem, e não existindo nos arquivos dos Cabildos assentos, nem o mais pequeno apontamento sobre os negócios e bens dos Povos, pois que com a invasão dos portugueses nem os papéis escaparam, recorrí à tradição e por ela me regulei nos meus detalhes e em tudo quanto escreví e se acha na Secretaria deste governo. Ví com satisfação os naturais principiarem a levantar a cabeça, porem tão curto espaço de tempo não deu lugar ao desenvolvimento de minhas idéias" (2).

Nessa interessante Memória traça Tomaz da Costa em linhas fortes e precisas o panorama da miséria que envolvia as Missões, cujos "principais povoadores, os índios guaranís, são por todos os princípios os entes mais desgraçados: e de tão dilatado espaço de terreno não resulta ao Estado a mais pequena utilidade". Para conhecer as causas dessa decadência estuda detidamente as três fases principais da vida das Missões: o florescimento da civilização jesuítica, cujos atestados se impunham nas ruinas ainda cheias de beleza de seus templos e casas, nas artes, nas indústrias, na lavoura e na pecuária que promoveram a felicidade dos índios; a decadência que começa com as administrações espanholas, rapaces e aviltadoras do carater desses infelizes, escravizados a administradores insaciaveis e corruptos; e a "terceira época, a mais desgraçada dos Sete Povos orientais". Fora esta conquista, "feita por gente sem disciplina", de que "teve princípio a destruição dos Povos". A boa fé dos comandantes, a má escolha dos administradores e a gente de toda espécie que afluiu àquela província, foram as causas essenciais dessa desordem. As suas grandes estâncias foram taladas e os gados desapareceram, ficando reduzidos a nada esses estabelecimentos, "os campos, que eram seus bens patrimoniais foram uns, concedidos e outros, mal vendidos aos portugueses" (3).

Paulo, e lente da mesma legião, foi promovido a tenente coronel agregado ao Regimento de Dragões e lente das tropas, que se encontravam no Rio Pardo. Em 22 de setembro de 1810 teve sua promoção a coronel; em 13 de maio de 1813, a brigadeiro graduado, e em 6 de fevereiro de 1818 a brigadeiro efetivo. Faleceu no Rio de Janeiro em 21-XII-1818. (Leurênio Lago. *Brigadeiros e generais... no Brasil.* 146).

(1) "Memória sobre a Província de Missões". Oferecida ao Exmo. Sr. conde de Linhares por Tomaz da Costa Correia Rabelo e Silva. Sem data, mas, presumivelmente escrita em Missões em 1808. Publicada na Rev. Ist. Hist. Bras. Vol. II, 1840, pág. 155.

(2) *Memória* cit. Rev. Ist. Hist. II, 164.

(3) Idem, 162.

Para reerguer a província deveria se aproveitar a indústria de seus moradores, pois "sendo os guaranis habeis para se empregarem com sistema aos diferentes serviços da agricultura e artes, está claro que nenhuma parte deste Continente, ou talvez do Brasil, seja mais própria para o estabelecimento de fábricas. As suas vastas campanhas nos oferecem a facilidade das lãs; as muitas águas que banham aquela provincia, as suas, muitas matas, os seus naturais, mui habeis para todas as manufaturas, dão todas as proporções para esses estabelecimentos. Logo que mais há que desejar? O anil é facil fabricar-se neste país, acham-se outras muitas tintas, pois que vejo obras de lã feitas naquela província com boas e fixas cores. O linho ordinário e o cânhamo podem ser objetos de consideração, logo é facil o estabelecimento de fábricas de lanifícios, de panos de linho e algodão, uma vez que estes estabelecimentos tenham a fortuna de ser apoiados por V. Exa." (1). Esboça Tomaz da Costa em plano admiravel de progresso que atinge a todos os ramos da agricultura, da indústria, da pecuária, nada escapando à sua observação acurada e ao seu elevado desejo de acertar. Organiza uma estatística dos dízimos que poderiam resultar à Fazenda Real, em seu plano de aproveitamento das atividades dos naturais.

Infelizmente as suas conclusões são relegadas aos arquivos. Pesava sobre as Missões a mão impiedosa da fatalidade. Não tardam as convulsões políticas do Prata e a sequência dolorosa de acontecimentos que irão até à destruição completa da civilização jesuítica. Artigas, Chagas Santos, Rivera serão os demolidores sombrios dessa obra admiravel que de seus próprios escombros avulta, impondo à Posteridade a glorificação de seus fundadores. Na galeria de seus administradores contou as Missões, entre homens ilustres que muito poderiam ter feito, Tomaz da Costa que se destaca pela visão de altos ideais de progresso para a infeliz terra missioneira.

f) Tenente-coronel *Joaquim Felix da Fonseca Manso*. Substituiu o tenente-coronel Tomaz da Costa, no comando das Missões, o tenente coronel Joaquim Felix que, pela segunda vez, ia gerir a administração daquela provincia. Poucos meses aí se demorou, sendo logo substituido pelo coronel Francisco das Chagas Santos que, em 4 de agosto de 1809, assumia em São Luiz aquele comando.

g) Coronel *Francisco das Chagas Santos* (1). Foi a administração do coronel Chagas Santos a mais demorada que teve a província de Missões. Nomeado em maio para exercer essas funções chegava a São Luiz a 4 de agosto de 1809, tendo governado aqueles Povos até fins de 1820. Oficial ilustre, companheiro de Joaquim Felix e Saldanha, nos trabalhos da Demarcação, servido por uma inteligência e uma cultura superiores,

(1) Memória cit.

(2) Francisco das Chagas Santos nasceu no Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1763, sendo seus pais Antonio Manuel dos Santos e D. Joaquina Maria de Jesus. Destinou-se ao estudo de matemáticas, concluindo o seu curso em Lisboa. Foi promovido a ajudante de infantaria em 5-II-1781, a capitão em 12-XII-1791, a sargento-mor de engenheiros em 9-I-1800, a tenente-coronel em 25-VIII-1804, a coronel graduado em 13-V-1808, a coronel efetivo em 4-VIII-1809, a brigadeiro grad. em 20-VIII-1813, a brigadeiro efetivo em 24-VI-1817, a marechal de campo grad. 6-II-1818 e a marechal de campo 8-XI-1822. Serviu na Demarcação de limites de 1781 até 1790,

poderia Chagas Santos, nesse lapso dilatado de tempo, ter promovido o engrandecimento material e social da terra a que servia.

Infelizmente, porem, tal não sucedeu. Premido pelas circunstâncias, entre as guerras que se desencadeiam, de que as Missões serão o teatro principal, nada mais lhe é dado fazer, senão defender as suas fronteiras e levar tambem a destruição e a morte às Missões ocidentais do Uruguai.

Desde o dia de sua chegada às Missões preocupou-se o coronel Chagas Santos com a defesa desse vasto território cujo limite ao sul, tacitamente aceito pelos espanhóis, se estendia do Quaraí até a sua desembocadura no Uruguai. Mas, os platinos não esqueceriam nunca a conquista das Missões. E os movimentos de Artigas, que talava os campos orientais, era uma ameaça constante à tranquilidade da região. Urgia, pois, promover meios de repelir pelas armas o embate dos inimigos que se aproximavam das raias da conquista.

Em julho de 1810, ante a iminência de um choque com a invasão da fronteira de Missões pelos castelhanos, foi mandado destacar alí, com as tropas da Legião de São Paulo, o marechal Joaquim Xavier Curado. Fora designado para este acampamento o Povo de São Luiz que, por ser central de mais, não convinha aos interesses da defesa, escolhendo-se então o Ibirapuitã, onde depois foi a Capela Queimada (Alegrete). Em janeiro de 1811 chegava alí o marechal Curado com um contingente de mil homens que em março de elevava a 1.437, contando a infantaria e artilharia de São Paulo, o Regimento de dragões e cavalaria de milícias.

No mês seguinte o capitão-general D. Diogo de Souza que vai até o acampamento, já designado por São Diogo, em sua atenção, informa que há alí "uma companhia de guaranís a cavalo que guerreiam com lanças" e que já pode ser empregada. Em maio, ampliando o concurso dos índios missioneiros à defesa da província, organiza D. Diogo um regimento de guaranís a cavalo, e mais três companhias de milícias formadas pelos moradores brancos dos Povos (1). Do regimento e companhias foram providos os postos até capitão, constando do mesmo ofício os figurinos de seus uniformes.

O regimento composto pelos naturais teve a seguinte organização:

1.ª *Companhia no Povo de São Borja*:

Capitão Vicente Tiraparé que, mais tarde, aderindo a Andresito Artigas, com toda a sua companhia, será um dos mais temiveis e valen-

---

ocupando mais tarde os cargos de maior destaque, tendo sido presidente da provincia do Rio Grande do Sul, em 1837. Solicitou reforma no posto de tenente-general, em 11-IX-1832, a qual foi melhorada no posto de marechal do exército em 5-XII-1837. Faleceu em 12 de outubro de 1840, no Rio de Janeiro. Chagas Santos casou em Porto Alegre com Joana Matilde, filha de Tomaz José da Costa e Sousa e sua mulher D. Ana Joaquina da Costa. Deixou desse matrimônio seis filhos, dois homens e quatro mulheres: capitães Francisco de Assis Chagas e Sebastião Francisco de Oliveira; Francisca Candida, casdaa com o cons. Manuel Felizardo de Sousa e Melo; Ana Matilde, com o cons. Candido Batista de Oliveira; Maria José com Francisco Xavier Bomtempo e Joaquina Matilde, como João Hipólito Fernandes Lima.

(1) Rev. Arq. Publ. R. G. S. Vol. XI, 50.

tes guerrilheiros contra os portugueses; tenente Ismael Baré e alferes Pasqual Chucuí.

2.ª *Companhia no Povo de São Borja*:

Capitão João da Cruz, tenente Antônio Prepi e alferes Felipe Santiago.

3.ª *Companhia no Povo de São Nicolau*:

Capitão Francisco Bairupá, tenente Lourenço Curapá, e alferes Domingos Barijú.

4.ª *Companhia no Povo de São Luiz*:

Capitão Estevão Aramani, tenente Pedro Crisostomo Aramani e alferes Salvador Cabuçú.

5.ª *Companhia nos Povos de São Nicolau, São Luiz e São Lourenço*:

Capitão Evaristo Jaguarí, natural de São Nicolau; tenente João José, natural de São Luiz e alferes João da Cruz Jangói, natural de São Lourenço.

6.ª *Companhia no Povo de São Miguel*:

Capitão José Limaco Bororé, tenente Pedro Arassage e alferes Miguel Ibarí.

7.ª *Companhia no Povo de São João*:

Capitão Miguel Antonio, tenente Isidro Tanhuma e alferes João Francisco Ibage.

8.ª *Companhia no Povo de Santo Angelo*:

Capitão José Guarupuí, tenente João Boti e alferes Francisco Xavier Baraja.

Quartel mestre: Ventura Cabuçú (1).

As três companhias de Cavalaria miliciana, compostas de 64 praças cada uma e formadas por brasileiros moradores nas Missões tinham os seguintes oficiais, veteranos da conquista:

1.ª *Companhia*:

Capitão Gabriel Ribeiro de Almeida, tenente Joaquim Ferreira Braga (2) e alferes Raymundo Santiago.

2.ª *Companhia*:

Capitão Joaquim Cardoso de Souza (3), tenente Francisco de Paula Monteiro e alferes Manuel Marques Viana.

(1) Rev. cit. IV, 62.

(2) Ferreira Braga que atinge o posto de coronel de milicias será mais tarde, como veremos, governador da provincia de Missões.

(3) Cardoso de Sousa fez parte da conquista e presta nas guerras platinas serviços de alta valia.

3.ª *Companhia*:

Capitão Vitor Nogueira da Silva, tenente Jacinto José de Oliveira e alferes João José Amado (1).

Mais tarde, como havia excesso de praças arroladas, organizou-se outro regimento de cavalaria miliciana. São ambos os 24.º e 25.º regimentos milicianos de Missões que irão sob o comando do coronel José Luiz Mena Barreto até o combate do Rincão das Galinhas e com o marechal José de Abreu sofrer o embate formidavel na batalha do Passo do Rosário. Esses regimentos de guaranís, pela sua bravura, escreveram páginas admiraveis na história das nossas campanhas platinas. Na campanha de 1816, seduzidos por Andresito, heróico samborjense, ao serviço de Artigas, grande parte do primeiro desertará com o capitão Vicente Tiraparé à frente, e será, nas Missões, um núcleo de forte resistência contra os brasileiros.

Dando notícia da organização desse regimento, o coronel Chagas Santos, em ofício de 14 de agosto informava a D. Diogo de Sousa que "alem das evoluções de cavalaria em que se exercitam os milicianos, duas ou três vezes por semana as primeiras três companhias se vão tambem adestrando no exercício da Artilharia que muito bem o aprendem, assim como as praças que aqui ficaram da Legião, às quais tenho agregado 25 rapazes guaranís, solteiros, de 18 anos pouco mais ou menos, bons recrutas e estão a chegar mais vinte afim de formar um corpo de 70 até 100 artilheiros a cavalo, para os quais se estão fazendo aquí os arreios competentes" (2).

A campanha de 1811-12 repercutiu fundamente no território missioneiro a cujos soldados, sob o comando geral do coronel Chagas Santos, foram impostos duros onus de guerra. Ora guarnecendo as extensas fronteiras, ora travando sangrentos combates ou se entrechocando nas guerrilhas, os índios dos regimentos aí organizados, tiveram larga participação nos acontecimentos da campanha. Ficam historiados, alem de outros encontros, o de 4 de maio de 1812, transposto o Uruguai, no Passo de São Borja, pelas forças de Chagas Santos, e o ataque de São Tomé em que se distinguiram os oficiais missioneiros Gabriel Ribeiro, Joaquim Cardoso e Raimundo Santiago, este último morto dias depois em consequência de ferimentos recebidos. O ataque de São Tomé em que é ferido o alferes Manuel Marques Viana, do mesmo regimento.

Segue-se um interregno de paz que vai até 1816. Em 13 de novembro de 1814 assumia o governo da capitania, em substituição a D. Diogo de Souza, conde de Rio Pardo, o general Luiz Teles da Silva, marquês de Alegrete, que governou até 18 de outubro de 1818, quando foi substituido pelo conde da Figueira, D. José de Castelo Branco.

Quatro anos de lutas terriveis ensanguentaram os campos missioneiros, levando a seus Povos à destruição e à morte.

Em 1815 era proclamada a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, tendo Buenos Aires como capital. Mas, a Banda Oriental, em que se levantou D. José Artigas, insurgindo-se contra o governo de

(1) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Vol. IV. 64.
(2) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Vol. IV. 85.

Buenos Aires, proclamou a vontade de se constituir em país livre, gesto que repercutiu entre os orientais, tendo o cabildo de Montevidéu, em data de 22 de julho de 1816, secundado o grito de liberdade de Artigas.

Por outro lado, cohonestando sua atitude com esse movimento libertador que surgia da revolução platina, o governo português, que jamais abandonara a idéia do domínio do Prata, pondo em execução as sugestões já referidas do general Curado, mandou organizar uma divisão de forças veteranas que, sob o comando do general Carlos Frederico de Lecor, em 20 de janeiro de 1816, deixava Portugal com destino ao Brasil. Denominara-se inicialmente *Divisão de Voluntários Reais do Príncipe*, recebendo por ocasião do falecimento de D. Maria I, por dec. de 13 de maio, a designação de *Voluntários Reais del Rei*.

Depois de demorar algum tempo no Rio de Janeiro, a divisão demandou o sul em 12 de junho de 1816, chegando a Santa Catarina a 25, e fazendo por terra o percurso até o Rio Grande, após uma lenta travessia e de um encontro em *India Muerta*, com Frutuoso Rivera, que derrotou; ocupou, em princípios de janeiro de 1817, a praça de Maldonado. Em 20 de janeiro entrava o general Lecor em Montevidéu. Estava assim realizada a ocupação da Cisplatina.

Abre-se, então, para a região missioneira, esse largo e sangrento período de lutas, deshumanas e bárbaras, que enche o resto do governo de Chagas Santos, pois é exatamente nesse território onde irão se entrechocar, em combates consecutivos, e arremetidas heróicas, os próprios índios que se dividem em correntes antagônicas. E surge, então, essa expressão formidavel de bravura, de tenacidade, que lembra os índios antigos, os Neenguirús e os Tyaravu, nesse heróico índio samborjense, capitão de blandéngues. D. Andrés Guacurarí, mais conhecido por Andresito Artigas (1). Encherá todo o período dessa luta gigantesca em que revela qualidades de um grande general, combatendo sob as ordens de Artigas, pela liberdade de seu povo.

Nasceu André Guacurarí em São Borja, provavelmente antes de 1790 (2). D. José Artigas conheceu-o em 1811 quando, nessa campanha, se aproximou da fronteira riograndense, tendo o futuro caudilho dele se acercado. "Herdara de seus maiores o ódio à dominação portuguesa, e desde muito joven por sua vivacidade e instintos belicosos cercou-se de uma aura de prestígio entre os missioneiros. Orfão de pai, vivia em sua terra sujeito ao trabalho que os portugueses impunham aos índios reduzidos e do qual tiveram ele e sua mãe os recursos imprescindiveis para manterem-se, quando a aproximação de Artigas à fronteira de Missões, em 1811, deu-lhe a oportunidade de apresentar-se. Artigas se impressionou pela sua vivacidade e adesão, adotou-o por filho, permitindo que usasse seu apelido e incutiu em seu ânimo a idéia de libertar

(1) De Maria e outros historiadores platinos e brasileiros dão-lhe tambem a designação de *Taquarí* que nunca assinou, por confusão de Guacurarí. Era mais conhecido por Andresito, Artiguinhas, etc.

(2) No L.° de batismos de S. Borja, que começa em 1790, encontra-se um Andrés, nascido em 30-XII-1792, filho de pai desconhecido e de Cecília Cuyay, viuva, do cacicado de D. Maria Marta Tabacacue. (Assento 564, pág. 55). Caso fosse este o futuro caudilho, teria ele 19 anos quando foi adotado por Artigas, mas na incerteza, preferimos recuar o seu nascimento para antes de 1790.

aquele pedaço da pátria comum, tão violentamente arrancada aos orientais" (1).

Acompanhando Artigas e recebendo lições do chefe dos orientais, Andresito torna-se dentro de pouco tempo a figura central em torno da qual giraram os acontecimentos da época, no território das Missões. Em março de 1815, D. José Artigas o investe do cargo de comandante das Missões de um e de outro lado do Uruguai. Em comunicação de 13 desse mês e ano, recomenda-lhe que, como "comandante de las Missiones" exerça "severa vigilância com o fim de evitar um avanço das tropas portuguesas", e bem assim que reforçasse os povos de La Cruz e São Tomé, situados na banda ocidental do Uruguai, na fronteira das Missões.

Nessa ocasião dando a conhecer aos índios a intenção de libertar as Missões, Artigas lança uma proclamação que é subscrita por Andresito: "Andres Guacurari y Artigas ciudadano capitán de blandengues y Comandante general de la Província de Missiones por el supremo gobierno de la Libertad, a todos los naturales de la Banda Oriental, etc." Subscrevem tambem a mesma proclamação os irmãos Vicente, Cecilio e Inácio Tiraparé (2), Justo e Fernando Tuebay.

Andresito organiza rapidamente uma força ponderavel composta de missioneiros de todos os Povos e de uma e outra banda do Uruguai. A companhia do capitão Tiraparé, de veteranos das campanhas de 1811-1812, adere em massa ao caudilho. Como mentor espiritual e sub-chefe desse exército surge uma figura interessante de sacerdote a quem Andresito chama de "mi compañero": é o padre frei José Acevedo. "Prestigiado por seu hábito, comovia a fibra patriótica dos indígenas, assegurando-lhes que era sacrifício digno da recompensa divina combater pela Pátria e morrer pela sua liberdade; enquanto Andresito disciplinando aqueles recrutas imbuidos de fervor por seu capelão e companheiro, constituia um núcleo militar que durante muito tempo seria incontrastavel" (3).

Durante todo o ano de 1815 e parte do de 1816, Andresito Artigas não hostilizou a Banda Oriental, operando nas Missões ocidentais, contra os paraguaios com os quais teve vários encontros. Aconselhava-o Artigas que em vez de atacar São Borja procurasse atrair os seus índios. "Mas atacá-los não convem, em quanto não façam movimentos mais ofensivos. Aproveite-se da boa disposição desses ânimos para tirar disto todas as vantagens possiveis" (4).

Inicia-se essa campanha que durante quatro anos irá ensanguentar o solo missioneiro, principalmente, com a proclamação de Artigas, da-

(1) Setembrino Pereda. *Artigas*. Montevidéu 1931. Tomo V, 8. Veja-se tambem Bauzá — *Hist. de la Dominacion Hesp.* Tomo III.

(2) Os Tiraparé pertenciam a uma das mais importantes familias indígenas de São Borja. Vicente Tiraparé, pelo seu valor e prestigio fora como vimos nomeado, em 1811, capitão da 1.ª companhia do Regimento de Missões. Era casado com Justa Teubay, sendo assim os outros subscritores da proclamação seus parentes próximos, por cunhadio. Pertencia ao cacicado de D. Felix Capiy e em 5-IV-1791 registrara no L.º de S. Borja o batismo de uma filha: Vicência. Foi um dos mais valentes comandantes de Andresito, morrendo mais tarde em combate contra os brasileiros.

(3) Bauzá — *Dominacion*. Pereda — *Artigas*, V, 9.

(4) S. Pereda. *Artigas*, V, 39.

tada de 22 de julho de 1816, concitando a população da Banda Oriental a reagir com as armas na mão contra a ocupação iminente da Cisplatina, a cujo fim se propunha o exército do general Carlos Frederico Lecor.

Ao brigadeiro Francisco das Chagas Santos cabe a defesa das Missões, onde irá repercutir com mais intensidade esse choque formidavel das forças organizadas por Artigas e em que o valente Andresito centraliza a resistência missioneira.

Estudando a vida heróica de Luiz Carvalho da Silva, que se destaca nesses acontecimentos de modo notavel, fizemos já largo esboço dessa campanha. A invasão das Missões, pelo exército de André Artigas, forte de dois mil homens de armas, ao qual se deveria juntar o de Sotel que passaria o Uruguai no distrito de Entre-Rios, e mais tarde os de Artigas e Verdum, deu-se pelo Passo de Itaquí, em setembro de 1816.

O primeiro contato com os brasileiros tem Andresito, a 12 desse mês, na estância de São João Velho onde se entrincheirara o furriel Atanásio Lopes e mais 13 milicianos que recusam render-se e morrem todos combatendo. No dia 16, à frente de 200 homens, destacado para um reconhecimento no Rincão da Cruz, o major Joaquim Ferreira Braga empenha-se em combate com Andresito, sendo destroçado pela sua força composta de 1.000 homens.

No dia 21 de setembro, Andresito Artigas, à frente de 2.000 correntinos e guaranís, avançara até São Borja cercando esta praça que estava sob o comando do general Chagas Santos apoiado em 10 peças de artilharia e 220 homens, dos quais 130 milicianos riograndenses e guaranís e 90 homens do Regimento de Sta. Catarina. O cerco durou até 3 de outubro com vários assaltos do caudilho missioneiro e heróica resistência dos sitiados. Tendo conhecimento da situação de São Borja, o general Curado determinara ao coronel José de Abreu que com as forças de que dispunha marchasse em defesa da praça. Depois de dois encontros que teve com o inimigo, em 21, na foz do Ibicuí, com a divisão Pantaleão Sotelo, e em 27 do Itapuraí, chegou José de Abreu, na manhã de 3 de outubro, à vista de São Borja. Dispunha o oficial brasileiro de 693 homens das três armas, riograndenses e paulistas e duas peças de artilharia. Investindo contra os sitiantes sob o comando de Andresito desbaratou-os completamente. Deixaram eles no campo de ação 470 mortos e prisioneiros, duas peças de artilharia, toda a bagagem e mais 2.000 cavalos. Os inimigos fugiram, uns pelo passo de São Borja e outros em direção ao Butuí. Perseguiu-os uma coluna de cavalaria sob o comando do capitão Paula Prestes. Mandou tambem Chagas Santos que alguma artilharia, sob o comando do tenente Luz, de São Paulo, afugentasse as canhoneiras que tentavam atravessar o rio. Com esse combate e expulsão do inimigo do território missioneiro, em menos de um mês, estavam as Missões completamente limpas de invasores (1).

Em 19 de outubro o general João de Deus Mena Barreto, no Ibirocai, destroçava as forças do coronel José Antônio Verdum, um dos oficiais mais distintos de Artigas e no dia 27 do mesmo mês, no combate de Carumbé, contra o próprio D. José Artigas, assinalou o brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvares notavel vitória.

---

(1) Diogo Arouche. *Campanha de* 1816. Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo VII, 145 Rio Branco — *Efemérides.*

Em janeiro do ano seguinte, por ordem do marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande do Sul e comandante em chefe do exército, o brigadeiro Francisco das Chagas Santos invade o território ocidental das Missões para hostilizar o inimigo e destruir as suas povoações.

Em 14 de janeiro de 1817, com 550 homens e 5 bocas de fogo, saiu esse general de São Borja e dirigiu-se a La Cruz tendo vadeado o Uruguai em 11 canoas. No dia 19 destacou o comandante um corpo avançado sob o mando do tenente Luiz Carvalho da Silva, cuja atividade já estudamos em páginas anteriores. Centraliza Luiz Carvalho toda a ação dessa coluna, em combates consecutivos que se contam por verdadeiros rasgos de heroismo.

No dia 20, o brigadeiro Chagas Santos, que transpusera o Uruguai no dia anterior, marchou com sua força em direção ao passo da Cruz que os artiguenhos em número de 400 haviam abandonado no dia anterior com destino a Japejú. Destacou para alí o capitão Gama Lobo que tambem não mais encontrou o inimigo, em franca retirada.

Inicia, então, o brigadeiro, em La Cruz, esse bárbaro processo de destruição integral dos povos jesuíticos da margem ocidental do Uruguai, como represália às hostilidades de Andresito. Nada escapou a essa destruição, que pesa sobre a memória de Chagas Santos, aliás um oficial de elevada cultura e engenheiro de mérito. Alem de La Cruz, destruida a sua vista, são saqueadas e demolidas até os alicerces as povoações de Japejú, São Tomé, Santa Maria, São Xavier, Mártires e Conceição, sitas à margem direita do Uruguai, e saqueados os povos de São José, Apóstolos e São Carlos. "Saqueada e talada toda a campanha na distância de mais de oitenta léguas, de que resultou a rica presa de sessenta arrobas de prata, muitos e riquíssimos ornamentos das igrejas, muitos sinos, 6.000 cavalos e eguas, e outros gêneros, importando tudo pelos valores infimos, em cincoenta contos de réis" (1).

Em 13 de março de 1817 estava Chagas Santos de volta de sua excursão às Missões ocidentais, findando assim essa campanha, em que, a título de tirar ao inimigo elementos de ação, destruiu aqueles infelizes povos.

A perda total do exército brasileiro em toda a campanha não ultrapassou de 135 mortos e 267 feridos, contra 3.190 mortos e 360 prisioneiros feitos ao inimigo.

Ainda neste ano, em 2 de julho, comandando as forças missioneiras, empenha-se o brigadeiro Chagas Santos em combate contra o coronel correntino Aranda, que defendia a praça de Apóstoles. Enquanto se empenhava nesse combate, o major Lobo d'Eça, destroçava alguns esquadrões que sob o comando de Andresito procuravam levar socorro a Aranda. Depois de muitas horas de fogo contra os inimigos que se haviam entrincheirado na igreja e no colégio, às 11 horas da manhã seguinte, ordenou o general Chagas Santos a retirada, feita em ordem. Chagas Santos foi ferido nesse combate.

Novas atividades militares enchem o ano de 1818. Em 31 de março, as forças missioneiras, sob o comando do general Chagas põe cerco e

(1) Diogo Arouche — Campanha de 1816. Rev. Ist. Hist. Bras. Vol. VII, 175.

atacam o povo de São Carlos, nas Missões ocidentais, defendido pelo coronel Serapio Rodrigues à frente de tropas correntinas. No dia 2 de abril trava-se um combate de cavalaria, entre o tenente-coronel Joaquim Ferreira Braga e o coronel Aranda, que trazia aos sitiados um reforço de 300 correntinos, com o qual contava levantar o cerco. Nessa ocasião como já historiamos, depois de praticar inexcedíveis atos de bravura, o tenente Luiz Carvalho da Silva, em combate singular, mata o comandante Aranda. No dia seguinte, quarto do assédio a São Carlos, "o general Chagas Santos ordenou o ataque da igreja e colégio onde o inimigo estava entrincheirado. Tendo nossa infantaria começado a derrubar o telhado da igreja, renderam-se os contrários, ficando prisioneiros 323 oficiais e soldados correntinos, entre os quais o tenente coronel Serapio Rodriguez (1). Morreu, em consequência de ferimentos recebidos nesse combate, o major Camilo Machado de Bittencourt, do Regimento de Santa Catarina. Foi tomada uma bandeira e a povoação incendiada. Em 20 de abril, com as tropas que haviam tomado parte no combate de São Carlos, o general Francisco das Chagas Santos regressava novamente a São Borja, estabelecendo aí os seus quartéis de inverno.

O ano de 1819 encerra as atividades do valente Andresito Artigas que, em 25 de abril, passa novamente o Uruguai com o intento de invadir a região missioneira à frente de suas forças. Entrando pelo norte, o chefe missioneiro vai se sediar junto ao rio Piratiní, nas imediações do Povo de São Nicolau, onde se fortifica e em 1 de maio entre em contacto com as forças brasileiras, sob o comando do tenente coronel Diogo Arouche de Morais Lara.

Determinara Chagas Santos que Diogo Arouche, à frente de 600 homens de cavalaria, fosse impedir o progresso da invasão do cabo missioneiro que talava os campos dos Sete Povos. Andresito com mais de 1.200 homens, depois de entreter algumas guerrilhas e dar um combate em Piratiní, no dia 1, recuou para S. Nicolau, em cuja praça se entrincheirou fortemente. Em 9 de maio, à frente de seu regimento de milícias de Missões, reforçado por mais cem homens, resolveu Arouche investir contra essa praça. Tinha junto a sí o tenente Luiz Carvalho, que o aconselhava tivesse a necessária prudência, pois era enganador o silêncio que se guardava nas trincheiras inimigas. Moço, valente e audacioso, Diogo Arouche, num ímpeto de intrépido valor, pôs-se à frente de seus homens, a pé, de espada em punho, e investiu, seguido pelos seus, contra o Povo, em que penetrou sem resistência, ocupando a praça. Mas neste instante, quando parecia ter-se ultimado esse feito de armas" cairam sobre ela (coluna de Arouche) fortes descargas de fuzilaria partidas dos curralões e um chuveiro de balas que a muitos derribou e fez sucumbir, sendo do número destes o bravo tenente coronel Arouche, que conduzido dalí ao campo de exército ainda poude abraçar o seu general e fazer-lhe importantes advertências que foram profícuas para o bom êxito daquela campanha" (2).

Em 11 de junho, parte dessas forças que se conservavam em São Nicolau o abandonam à aproximação do exército comandado pelo conde

(1) Rio Branco — *Efemérides*, 269.

(2) Arouche — *Memória* cit.

da Figueira, capitão general do Rio Grande do Sul. Entra este no dia seguinte em São Nicolau, mandando perseguir os fugitivos pelo major José Maria da Gama Lobo, que alcança e destroça no passo de Santo Isidro a retaguarda das forças correntinas que deixam em poder dos brasileiros uma peça, 54 mortos e muitos feridos. Outra partida ao mando do tenente Fabiano Pinto encontra em Santo Cristo outra força comandada por Vicente Tiraparé, já referido, destroça e mata o seu comandante, um dos mais valentes companheiros e chefes das forças de Artigas.

Andresito Artigas que se dirigia com sua divisão ao Itacurubí é aí encontrado no dia 6 de junho pelo tenente coronel José de Abreu que o derrota fragorosamente. Alem de Andresito, que é gravemente ferido, mas consegue fugir, ficam no campo da ação 430 correntinos mortos e prisioneiros, constando entre os últimos o segundo comandante tenente coronel Pedro Sanchez. E, assim, com esta e a consequente derrota inflingida por Gama Lobo no encontro de Santo Isidro os inimigos evacuam as Missões.

O coronel André Guacurarí y Artigas, cujo nome enchera esses tempos agitados das Missões, procurou fugir pelo passo de São Lucas que julgava não guarnecido, alí chegando a 24 de junho. Mas, havia alí uma guarda comandada pelo sargento Joaquim Antonio Santiago, que o prendeu, entregando-o depois ao conde da Figueira, sendo por este conservado preso até seu regresso a Porto Alegre. Em outubro de 1819 foi Andresito remetido para o Rio de Janeiro e recolhido à fortaleza de Santa Cruz, onde morreu alguns meses depois (1).

Com a batalha de Taquarembó, dada pelo conde da Figueira em 22 de janeiro de 1820, no território da Banda Oriental, proximidades da fronteira de Santana do Livramento, contra forças de D. José Artigas, que são vencidas e desbaratadas, termina a guerra de quatro anos, desde 1816, em que o chefe dos orientais se empenhara contra o Brasil. Vencido aí, mais tarde, tendo contra si os próprios companheiros que se rebelam, Artigas vai-se acolher à proteção de Francia, ditador do Paraguai, onde termina seus dias.

Ciframse nessas lutas tremendas que convulsionaram as Missões, sacrificando milhares de índios, que acompanharam quer uns, quer outros contendores, a longa administração do general Francisco das Chagas Santos. Pelo próprio carater dessas lutas que atirou irmãos contra irmãos, dividindo a população indígena das Missões; pela devastação cruel com que destruiu os povos ocidentais levando a eles o incêndio, o saque, a morte, Chagas Santos criou em torno de si uma atmosfera de ódios e de malsinações à sua memória. Mas não se lhe pode negar a heróica resistência com que amparou e defendeu o território que lhe fora confiado. Foi, nessas horas amargas, o consolidador do domínio português no território missioneiro, graças à sua bravura, tenacidade e qualidades excepcionais de soldado intrépido e valoroso.

---

(1) Não obstante as mais acuradas pesquisas que foram procedidas, nada se conseguiu sobre a data exata da morte de Andresito na fortaleza de Santa Cruz. Parece ter sobre esse valente general samborjense descido um véu impenetravel de mistério que cerca seus últimos dias...

Uma das preocupações administrativas do general Chagas Santos, em seu governo nas Missões, consistiu em atender às necessidades do culto, com a conservação de sacerdotes que pudessem desempenhar dignamente ali as suas funções. Não havia mesmo uma delimitação das diversas freguesias acrescidas com a conquista desse vasto território missioneiro, que ficara eclesiasticamente, ainda por muito tempo, subordinado ao bispado de Buenos Aires, e os Povos dirigidos por padres espanhóis ali conservados a instâncias dos conquistadores. Como vimos, porem, já em 1803, tendo passado a jurisdição eclesiástica das Missões ao bispado do Rio de Janeiro, se encontrava como pároco de São Borja o padre Euzébio de Magalhães e Silva.

Com a elevação do Rio Grande a Capitania Geral, sob a designação de — Capitania de São Pedro do Sul — por decreto de 25 de fevereiro de 1807 e nomeação de D. Diogo de Sousa, que tomou posse, em Porto Alegre, a 9 de outubro de 1809, foi baixado a 27 de abril deste mesmo ano um decreto real que dividia a capitania em quatro municípios que foram Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. As Missões Orientais do Uruguai ficaram compreendidas dentro do extensíssimo território do município do Rio Pardo.

Quando o coronel Chagas Santos assumiu a administração das Missões, e antes mesmo de seguir para o seu posto, já, de Porto Alegre, em data de 29 de março de 1809, se dirigia ao governo solicitando padres para aqueles Povos, onde se fazia sentir grandemente essa falta, e bem assim uma divisão mais precisa entre as sete freguesias que deveriam constituir a região missioneira. Atendeu essa solicitação a provisão do vigário geral do Rio Grande do Sul datada de 8 de março de 1816, que dividia a *Província das Missões*, designação por que era conhecido esse território, em sete freguesias. Estava a Província das Missões entre os limites compreendidos ao norte pelo sertão do Uruguai; a leste, pelo rio Jacuí; ao sul, o rio Ibicuí e a oeste, o rio Uruguai. E eram as sete freguesias constituidas pelos Sete Povos de Missões, cujos limites são traçados nessa provisão.

Era, porem, necessário erigir uma capital que fosse a sede do governo administrativo e militar da dilatada província, propondo o general Chagas Santos para esse fim o Povo de São Luiz Gonzaga que, pela sua posição e importância e por ter mesmo sido quase exclusivamente a residência dos administradores, estaria em condições magníficas como cabeça de governo.

Essa exigência foi atendida pelo alvará de 13 de outubro de 1817, que criava a vila de São Luiz da Leal Bragança, cuja jurisdição abrangia todo o território missioneiro. A guerra que se seguiu, abrangendo o periodo de 1816 a 1820, não permitiu fosse instalada essa vila. Bem assim as necessidades da defesa aconselhavam a mudança da sede do governo administrativo e militar para ponto mais estratégico e daí o aproveitamento de São Francisco de Borja, que ficou sendo cabeça das Missões. E o Conselho Geral da Província, efetivando essa mudança, criou a vila de São Borja, que foi instalada em 21 de maio de 1834.

Em 1820, depois de prestar relevantes serviços às Missões, por espaço de quase 12 anos ininterruptos e de ter sabido defender com heróico e abnegado esforço esse patrimônio territorial do Brasil, o já ma-

rechal de campo graduado Francisco das Chagas Santos recolheu-se a Porto Alegre e daí, no ano seguinte, era designado para comandar o porto, vila e fronteira do Rio Grande.

h) Coronel *Antonio José da Silva Paulet*. Como oitavo comandante das Missões, em substituição ao marechal Chagas Santos, ocupou esse cargo, administrativo e militar, o coronel Antonio José da Silva Paulet que, por pouco tempo, permaneceu ali. Em 1 de agosto de 1822 era o coronel Paulet nomeado pelo governo do Rio Grande do Sul intendente interino da Marinha e deputado da Junta de Fazenda Nacional (1).

O coronel Paulet fora oficial de marinha e servira, no Ceará, como ajudante de campo do brigadeiro Manuel Inácio Sampaio, visconde de Lançada, que fora governador daquela capitania e mais tarde, em 1820, da de Goiaz.

Nada poude fazer em seu curto período administrativo, de que se tem, no entanto, notícias no livro admiravel de Saint-Hilaire que precisamente nessa época visitou as Missões (2). O provecto botânico-historiador informa, em 19 de fevereiro de 1821, "que nessa data apresentara seu passaporte ao coronel Paulet, na povoação de São Borja. E acrescenta que "descontente com a administração do marechal Chagas, pela sua fraqueza e apatia", o conde da Figueira mandou substituí-lo pelo coronel Paulet, "reconhecido como mais capaz". Estava ali há pouco tempo, não conhecendo ainda a região. "Pareceu-me frio, diz Saint-Hilaire. Entretanto recebeu-me muito bem, mandando-me reservar um quarto junto ao seu, no velho convento dos jesuitas. Fez conduzir meus animais a uma estância das vizinhanças, convidou-me a fazer refeições em sua companhia, prometeu mandar fazer novo eixo e nova coberta para minha carruagem, alem de mandar fornecer carne aos meus empregados" (3).

Em 1 de março Saint-Hilaire deixava São Borja, levando do coronel Paulet as melhores impressões. Conhecera-o mais intimamente, apreciara o seu carater, a justeza de seus conceitos, a idéia que formava sobre os índios e as providências de ordem administrativa que pretendia tomar no interesse das Missões. De suas palestras com o administrador concluiu o botânico ser este "homem sensato, inteligente e de nobres sentimentos". Durante a permanência de Saint-Hilaire em São Borja o administrador estabelecera um correio, o primeiro que houve entre Missões e Porto Alegre.

Tem o viajante francês, em contato com as Missões, interessantíssimas observações sobre os índios que "acha comparaveis às crianças da nossa raça", com a diferença ainda de que jamais despertara desse estado de ingenuidade infantil. Reproduz, nesse sentido, várias considerações do coronel Paulet:

"Sabemos, dizia-me o Sr. Paulette, como a Província das Missões era florescente sob o governo dos jesuitas, e que somente sob a égide desses Padres ela podia florescer. Se quisermos esperar bons resultados,

---

(1) *Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul*, VII, 150.

(2) Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. (1820-1821). Trad., Rio, 1935.

(3) Idem, idem, 173.

teremos de procurar imitá-los na medida do possivel. Mas na prática as coisas mudam. O sistema jesuítico formava um todo do qual não é possivel que se conservem umas partes suprimindo-se outras. Era apoiado sobre bases não mais existentes e por conseguinte impraticaveis. Tais bases eram as poucas idéias que os índios tinham do resto do mundo, sua separação de todos os brancos que não pertencessem à Ordem dos Jesuitas e enfim a profunda veneração que tinham pelos padres, olhados como seres de uma espécie superior, enviados de Deus especialmente para governá-los.

"Sob a égide jesuítica os índios viviam em comunidade, mas não se acredita que trabalhassem para gozar um dia. Trabalhavam porque tal era a vontade dos padres. Os interesses desses confundiam-se com os dos guaranís e por isso eles deviam procurar torná-los felizes. O espírito previdente dos sacerdotes de Cristo supria o que a natureza recusara aos índios. Eles eram para os selvagens o que são os pais para os filhos — uma segunda Providência, ou melhor — a tribu guaraní formava um corpo do qual os jesuitas eram a alma.

"Se os guaranís pertencessem a uma tribu possuidora de entusiasmo pela virtude, o regime de comunidade talvez fosse ainda possivel, mas onde achar entre os portugueses homens capazes de desinteressadamente aceitar o encargo de dirigir um povo semi-bárbaro, em região distante das cidades, onde nada se faz senão a peso de ouro? O cidadão encarregado de administrar os índios somente o fará com intenção de se enriquecer à custa dos selvagens, como tem acontecido até agora, e os índios trabalharão de má vontade, visto reconhecer estarem trabalhando para os outros. Alem disso eles sabem que nas estâncias serão recebidos como peões, tendo abundância de carne e recebendo alguns salário. Como, pois, não preferirem esse último estado de coisas, muito menos fatigante que um trabalho regular, repetido diariamente, sob a guarda de um feitor que os castiga a cada falta.

"Hoje eles sabem que o mundo não se limita às suas aldeias; contrariados, nada os impede fugir e um grande número deles dispersando-se, já, pela capitania, constitue forte exemplo a ser seguido por outros mais.

"A saida dos índios das Missões corresponde a entrada de novos brancos; as raças confundem-se e mestiços sem virtudes e sem amor ao trabalho terminarão por tomar o lugar dos brancos e dos índios. Mas os primeiros serão em parte renovados pela chegada de europeus, de paulistas e mineiros, sendo possivel o desaparecimento dos guaranís ao fim de uma ou duas gerações. Dando-se aos índios a mesma liberdade auferida pelos brancos eles continuarão a se dispersar, mas evitar-se-á constrangê-los" (1).

O naturalista francês viu as Missões com seus olhos de observador atento. Há em suas observações aqui e ali uma nota flagrante de vida, um subsídio de interesse histórico, um traço de psicologia, catalogados, cuidadosamente, como as espécies botânicas que enumera. Ora nos dá uma paisagem familiar à região missioneira, os seus campos, a riqueza pecuária, a variedade de suas produções, o regime de suas águas, de

(1) Obra cit., 176.

sua orografia, de tudo enfim que constitue o fácies físico dessa terra, em contraste absoluto com a miséria, a destruição, e decadência dos povos em ruinas.

Entrando nas Missões, por São Borja, Auguste de Saint-Hilaire atravessa, em 1821, a região missioneira. Visita os templos, percorre as ruinas, entra em contacto com índios e com os brancos, que vão avassalando as estâncias e as povoações. Mais tarde, quando tratarmos mais demoradamente da arte das Missões e das realizações jesuíticas, esse trabalho magnífico nos servirá de guia para estudo mais detido.

Em São Borja tem ocasião de observar o soldado miliciano do regimento dos guaranís. Formado havia 12 anos esse corpo, que contava com 500 praças, era, à exceção do coronel e do major, todo composto de índios, inclusive a oficialidade. Bom soldado, valente, sóbrio, devia-lhe o país assinalados serviços de guerra, e "parte dos sucessos obtidos na batalha de Taquarembó". A música exercia sobre eles uma sedução extraordinária e pode-se atribuir às marchas militares o garbo e disciplina com que se apresentam. Achou o conde de Figueira que se assemelhavam muito aos cossacos do Don, e "admirado dessa semelhança, melhorou-a dando-lhes uniforme azul com golas vermelhas, mais ou menos do feitio do dos cossacos" (1).

Trata o viajante de estudar as condições economicas e de produção da zona que vai atravessando. Quando a província puder gozar de paz é possivel que o trabalho se desenvolva e novamente a terra possa prosperar. O algodão consistia antigamente uma das principais culturas da região. Mas tudo foi destruido pelas invasões espanholas .Os homens, mobilizados no exército, e as mulheres, privadas de meios para desenvolver esse trabalho, haviam-no abandonado quase completamente. Tambem o gado das estâncias mal dava, pela destruição dos rebanhos, para prover às necessidades locais. "As terras estão incultas e os moços são hoje estranhos aos trabalhos do campo, não aprendendo nenhum ofício". Já não havia em São Borja senão um pequeno número de índios descendentes dos que outrora compunham essa aldeia.

De São Borja dirigiu-se Saint-Hilaire a São Nicolau onde chegou a 10 de março. Achou o Povo, pela sua localização, mais alegre do que o de São Borja, apreciando tambem as suas construções jesuíticas. Três dias depois estava em São Luiz. É aí que completa as suas notas sobre São Nicolau. A regularidade da aldeia causara-lhe "admiração e respeito" quando considerou que tudo aquilo era obra de um povo semi-selvagem, guiado por alguns religiosos. "Mas, quanto amargor invadia tal sentimento ao deparar ruinas onde há pouco demorava numerosa população". São Nicolau estava em deploravel estado de decadência, quando em 1819 os insurgentes alí entraram e acabaram de destruí-la. Os habitantes fugiram, dispersaram e, em sua maior parte, não mais voltaram à sua terra. Poucos índios encontrou alí o viajante e estes mesmos na maior indigência. O número de casas habitadas não excedia de duas dúzias e estas constituidas de velhos, mulheres e crianças.

Em São Luiz tem o naturalista a mesma impressão dolorosa que lhe causam suas ruinas e decadência. Visita depois São Lourenço, São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo, dando-nos os caracteristicos de

(1) *Viagem* cit., 183.

cada povoação, um traço interessante de seus últimos remanescentes de população aborigene. São Miguel era a mais conservada das aldeias até o momento visitadas. Encontravam-se aí várias ruas. A igreja, cuja torre fora abatida por um raio, ainda se conservava, tendo o capitão João de Deus, quando governador das Missões, reunido material e gasto algumas somas para sua reconstrução, mas, afastado do cargo, ficaram as obras paralisadas, não levando seu sucessor avante esse projeto. A praça, ou *curralão,* ainda estava em boas condições. Havia alí alguns teceiões, um curtidor, um serralheiro, cada qual com seu aprendiz, entregues a seus ofícios. Em São João percorre as plantações, que são imensas, e feitas exclusivamente por velhos e mulheres. Servem-se de uma charrua primitiva, tirada a bois, e produzem trigo, mandioca, milho, algodão, feijão, favas e outras espécies de legumes. São João é uma aldeia diferente das demais pelo seu aspecto material. Santo Angelo é a última das povoações visitadas por Saint-Hilaire, no dia 22 de março. "Os jesuitas, observa, parece terem querido demonstrar, de modo simbólico, a sua intenção de não ir mais longe, pois sendo as igrejas de todas as aldeias voltadas para o norte, a de Santo Angelo olha para o sul". Tudo está em ruinas e das numerosas habitações do Povo, apenas seis estão em condições de habitabilidade. A população não excede de 80 pessoas, e dessas somente 10 homens estão em condições de trabalhar, dedicando-se a fazer erva-mate para o que caminham diariamente quatro léguas de ida e volta aos ervais.

Augusto de Saint-Hilaire deixa as Missões, levando do que vira uns traços acentuados de melancolia. Assistira aos últimos momentos dessa velha civilização jesuítica que falava ainda das suas ruinas majestosas, dos templos derruidos, e pelos restos de uma moral cristã, relegada à idolatria das imagens, nesse aviltamento do carater dos índios que os padres haviam elevado até os limites da possibilidade de seu esforço, mas que os homens, cupídicos e sem moral, pela força de seus interesses, tinham compelido à baixeza, ao despudor, e aos vícios mais degradantes.

O coronel Paulet, administrador das Missões, pouco tempo mais teve para pôr em execução as boas idéias de que estava animado. Em fins desse mesmo ano deixava essa administração, entregando-a ao marechal José de Abreu, que comandavá aquela fronteira. Em Porto Alegre, para onde se transfere, é, em seguida, aproveitado nos cargos de intendente de Marinha e deputado à Junta da Fazenda Nacional.

i) Marechal *José de Abreu.* Exercia o marechal José de Abreu o comando geral das forças da fronteira quando, em substituição do coronel Paulet, determinou o governo da provincia assumisse o comando das Missões. Foi rápida a passagem de Abreu nessa missão, pois, os acontecimentos da Independência, que se desenrolaram logo após, exigiram os seus serviços em setor de maior importância para os destinos do país.

Em 20 de agosto de 1821, sucedendo ao governo interino do triunvirato (1) que assumiu as rédeas da capitania, em substituição ao conde

(1) Compunha-se o triunvirato dos seguintes cidadãos: tenente general Manuel Marques de Sousa, ouvidor Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e vereador Antonio José Rodrigues Ferreira. Assumiu o governo em 26 de setembro de 1820.

da Figueira, tomava posse do governo do Rio Grande do Sul o brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daum, nomeado por carta régia de 26 de março desse ano. O movimento nacional pela independência do Brasil extinguiu as capitanias, sendo criado, por decreto de 1 de outubro de 1821, um governo provisório, que, tendo por presidente ainda o brigadeiro Saldanha, tomou posse, em Porto Alegre, em 25 de fevereiro de 1822. Em virtude, porem, de se conservar fiel a Portugal, renunciou o brigadeiro Saldanha, sendo eleito para substituí-lo o marechal João de Deus Mena Barreto, que assumiu essas funções em 29 de agosto do mesmo ano.

Deu-se o choque inevitavel entre os nacionalistas e os portugueses, sendo o brigadeiro Saldanha preso e remetido para a Corte. Exercia tambem o cargo de governador das armas da província, de que foi destituido. É nessa ocasião que a Junta governativa, procurando se cercar de elementos de prestígio e comprovado patriotismo, solicita a nomeação do marechal José de Abreu, que, por carta régia de 8 de agosto, é nomeado general das armas interino, cargo que assume em setembro seguinte, sendo efetivado em 12 de outubro de 1824.

j) Tenente-coronel de milícias *Joaquim Ferreira Braga*. Natural do Rio Pardo e filho de Manuel Ferreira Braga e sua mulher Sebastiana das Cândeas, Joaquim Ferreira Braga foi um dos conquistadores das Missões. Por valorosos serviços de guerra atingiu a todos os postos da milícia, passando de furriel, em 1811, a tenente da Companhia de Milicianos Guaranís, de que era comandante o capitão Gabriel Ribeiro de Almeida. Várias vezes citado neste trabalho, em todas as campanhas platinas, era, ao assumir o comando das Missões, interinamente, tenente-coronel, "oficial honrado, habil e de conhecimentos práticos daquela fronteira", diz a portaria que o nomeou, em 25 de agosto de 1822, para aquele comando (1).

Exerceu esse cargo unicamente três meses, pois por ordem do governo da Província, datada de 8 de novembro do mesmo ano era substituido na administração das Missões pelo coronel José Pedro Cesar.

k) Coronel *José Pedro Cesar* — Natural de Leiria, Portugal, era filho legítimo de José Pedro Cesar de Azevedo e de sua mulher D. Ana Joaquina Rosa de Almeida, neto paterno do desembargador Felix da Fonseca de Azevedo Cesar e de sua mulher D. Ana Teresa do Nascimento, e bisneto paterno do conde de Valadares, D. Miguel Luiz de Menezes, de quem era filho natural o desembargador Felix da Fonseca Cesar.

José Pedro Cesar, depois de um curso distinto na Academia Militar, veio para o Brasil, onde em 1812, era sargento-mor de milícias da capitania do Piauí, tendo nessa ocasião, por serviços já prestados, recebido uma tença de 12$0 e um hábito de Cristo, por decreto de 10 de setembro. Em 1815 está no Rio de Janeiro, onde empresta ao governo, sem juros, a importância de 400$0. Apresenta nessa ocasião um projeto de balizamento do rio Guaiba e Lagoa dos Patos e de abertura dos canais de Canguçú e Estreito, na capitania do Rio Grande do Sul, afim de melhorar as

---

(1) Arq. Públ. R. G. do Sul. Rev. n. 7, 81.

condições de navegabilidade daquele estuário. Aceito pelo governo, inicia os respectivos trabalhos que seriam feitos sem onus para o Estado e mediante uma quota das embarcações que demandassem a barra e vice-versa. Houve, no entanto, um desentendimento com o capitão-general da capitania marquês de Alegrete, ficando assim sustados os trabalhos.

Por decreto de 24 de setembro de 1817 era José Pedro Cesar encarregado de organizar e administrar a primeira linha de correios que se estabelecia entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e a Corte, o que levou logo a efeito, instalando esse serviço em 1 de janeiro de 1818.

Neste mesmo ano, o conde da Figueira, novo capitão-general, apreciando a competência desse oficial, encarrega-o de vários serviços de levantamento, urbanização, abertura de ruas, praça e construção do trapiche de Porto Alegre. Deve-se-lhe a abertura da rua da Várzea até o Riacho e o alinhamento de outras da capital do Estado.

Por decreto de 22 de dezembro de 1820 era José Pedro Cesar designado para servir às ordens do governo da capitania, sendo promovido, no ano seguinte, a coronel graduado do Regimento de Milícias de Porto Alegre.

Ao assumir o governo das Missões, em 1821, desejando ter junto a si um oficial competente que o auxiliasse naquela comissão, solicitou o marechal José de Abreu fosse para ali o coronel José Pedro Cesar, designado por ordem de 15 de julho de 1822. Os acontecimentos subsequentes e a retirada de Abreu sustaram a ida desse auxiliar que, no entanto, é designado efetivamente em 8 de novembro de 1822 para substituir o tenente-coronel Joaquim Ferreira Braga, no comando das Missões.

Procurou o coronel Cesar administrar de modo inteligente aquela provincia, caida no mais cruel abandono e decadência, não poupando os maiores esforços, afim de atender às necessidades prementes de seu reerguimento. Em fevereiro de 1823 procura estabelecer, por terra, comunicações com o Paraguai, conseguindo enviar uma mensagem que foi bem recebida pelo ditador Dr. Francia. Mas seus serviços foram novamente reclamados pelo governo, em outro setor de atividade, e em 8 de março de 1823 deixa o comando das Missões.

Indo para Porto Alegre dedica-se a vários trabalhos de engenharia. É designado para comandar a vila da Cachoeira e, em 1826, recebe ordens para levantar o campo de acampamento do exército em Bagé. Pelo presidente Gordilho de Barbuda, nesse mesmo ano, a 16 de março, é designado para dirigir a Repartição de Estatística do Rio Grande do Sul, organizando trabalhos notaveis, entre os quais se destaca o mapa topográfico da província que termina nesse ano (1). Esse mapa é o que, reduzido pelo autor, acompanha a 1.ª edição dos *Anais da Provincia de São Pedro*, do visconde de São Leopoldo, e impresso por Th. Duvotenay, geog. Paris.

Depois de uma vida de trabalho inteligente e de prestar relevantes serviços ao Rio Grande do Sul, faleceu o coronel José Pedro Cesar em 27 de abril de 1831, em Porto Alegre. Casara nesta cidade com Maria Bernardina, filha legítima de Francisco José da Costa e de sua mulher

(1) B. N. Verb. biog. 512, 8-769, 13-739, 9.

Bernardina de Jesus Pinto, natural da Aldeia dos Anjos (Gravataí), deixando vários filhos e descendentes de grande projeção nas letras da província. Procede do coronel José Pedro Cesar essa conhecida família riograndense que até hoje tem seus representantes em vários Estados do Brasil.

l) Coronel *João José Palmeiro*. Em 8 de março de 1823, em substituição ao coronel, Cesar era nomeado comandante das Missões e seu administrador geral, o coronel João José Palmeiro (1).

Esse oficial, que foi tronco da grande família desse apelido, no Rio Grande do Sul, nasceu na vila Franca de Xira, patriarcado de Lisboa, em 31 de março de 1774, sendo filho legítimo de Luiz José da Silva Pereira e de D. Maria Herculana Margarida da Silveira; neto paterno de Manuel da Silva Pereira e de Maria de Jesus e materno do capitão-mor Diogo José Palmeiro e de D. Maria Caetana de Oliveira. Seguiu a carreira naval, sendo promovido a aspirante em 6 de maio de 1796, guarda-marinha a 22 de outubro do mesmo ano, 2.º tenente a 19 de dezembro de 1798. Era oficial da armada portuguesa quando em 1801 vai ao Rio Grande do Sul e em São José do Norte conhece D. Maria José da Fontoura com quem se casa, conseguindo para isto transferência para o Regimento de dragões em que vai servir como capitão por patente de 10 de setembro de 1801.

Oficial de valor, inteligente e ativo, o capitão Palmeiro atinge aos postos superiores, sendo sargento-mor de dragões, por patente de 21 de junho de 1813, tenente-coronel e coronel em cujo posto se reforma. Faleceu em Porto Alegre em 2 de março de 1830. Como veremos comandava o 24.º Corpo de Milícias de Missões quando em 1828 dá-se ali a invasão de D. Frutuoso Rivera.

D. Maria Josefa da Fontoura, com quem casou o capitão Palmeiro, era filha legítima do capitão João Carneiro da Fontoura e de sua mulher D. Josefa Bernardina da Cunha Menezes, neta paterna de João Carneiro da Fontoura, o fundador da família no Rio Grande do Sul e de D. Isabel da Silva e neta materna do capitão João da Cunha, um dos fundadores do Presídio do Rio Grande e de sua mulher Antônia Maria de Jesus. Teve o coronel Palmeiro vários filhos que se destacaram pela sua atuação liberal na Revolução Farroupilha e que são ramos de notaveis famílias do Estado (2).

Foi sob a administração do coronel João José Palmeiro, em 1824, que o presidente da província, Fernandes Pinheiro, resolveu aproveitar a região missioneira para nela estabelecer uma colônia de alemães.

O lugar em que mais convinha iniciar a colonização incipiente que se projetava, por menos exposto aos insultos dos irrequietos vizinhos, que periodicamente talavam aquela região, seria o antigo Povo de São João, terras ferteis, onde a agricultura poderia florescer notavelmente.

Quando recebeu a primeira notícia do estabelecimento de alemães no Rio Grande, o presidente da província, em ofício ao ministro Carvalho e Melo, diz que vai proceder à medição que lhe era recomendada, da

(1) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Vol. 7.º.

(2) Aurélio Porto. *Genealogia*. Jorge Felizardo — *Genealog. riogrand.*, 114 e seg.

Feitoria, para nela acomodar os primeiros imigrantes. E acrescenta na mesma comunicação de 22 de abril de 24:

"A par porem desse interessantíssimo projeto releve V. Exa. que proponha tambem outro que vai tocar o mesmo fim, e o qual revolvo e combino desde que fui empossado da governança desta província. Aquela deliciosa habitação dos jesuitas, o extenso território que adquirimos em 1801, conhecido pela denominação de "Província dos Sete Povos de Missões do Uruguai" existe um, devastado já por delapidações e vícios do regime interno, com que o foram definhando desde a época da conquista, o que seria longo aquí expender, como pelas frequentes incursões, que nestes últimos tempos sofreu dos Insurgentes Espanhóis; a penúria dos infelizes índios, que restam, chega neste momento a absorver os meus mais sérios cuidados, e hei dado várias providências para prover nos meios de sua mantença, fazendo uma partilha proporcionada do gado de suas estâncias, e mandando tirar suprimentos, para as que se achão despovoadas, da de São Vicente que é mais abastada. Sem violência pois, sem injúrias desses miseráveis indígenas, já reduzidos a mui poucos pelas incessantes emigrações, se poderiam todos reunir no Povo de São Miguel, a quem pertence a Estância de São Vicente, que se calcula em 18.000 reses, e por conseguinte tinha ele já esse patrimônio, que bem custeado e administrado, e com os outros adminículos da sua indústria, daria suficientemente para a sua subsistência. Nos outros seis Povos despizados, e campos comarcãos, se acomodarião milhares de colonos Alemães, os quais principiarão por saborear logo grandes Hospícios com magníficos templos, quintas e hortas que pertencião aos Jesuitas, hum clima ameno onde as producções da agricultura são as mais variadas, e exhuberantes. São incalculáveis as vantagens que de semelhante passo resultarião, as quais por certo não escaparão à perspicácia de V. Exa., não me parecendo menor a de tornar com taes povoadores mais formidável a Linha da Fronteira do Uruguai. Escrupulizaria omitir aqui, que o marechal José de Abreu, atual Governador das Armas da Província, que tem tanto de bravo, como de zeloso do bem publico, encantado dos proveitos, que se antolhão neste Projecto, se oferece para hir pessoalmente arranjar os novos colonos; e de certo desempenhará, porque ninguem tem mais conhecimento daquele logar, nem possue mais a confiança daqueles Indios".

Em 18 de agosto insiste ainda no seu projeto. Mas este só se torna viavel um pouco mais tarde, pelas circunstâncias especialíssimas que vieram reforçá-lo. Em ofício de 23 de novembro, o futuro visconde de São Leopoldo, comunica a monsenhor Miranda, inspetor geral da Colonização, que tomou "o expediente de os dividir em duas Colônias, com o escolhido deles, diz, formei a Colônia de São Leopoldo, pouco distante desta cidade, com o resto mais imorais, vou levantar outra colônia na deserta missão de São João, próxima à fronteira do Uruguai, adotando esta medida não só a requerimento dos primeiros que mal se combinavão com os ultimos, porem até por não os apinhoar em demasia naquela Colonia".

Mas só por portaria de 10 de maio aprovou o monarca o projeto de estabelecimento de um acolônia de alemães, nas Missões. E, em boa ocasião recebeu o presidente essa autorização, que reputou medida salvadora para a situação que se ia desenhando em São Leopoldo.

Das sumacas *Ligeira* e *Delfina*, despejava Schaeffer, no Rio Grande do Sul, parte dos elementos indesejaveis, que angariara na Alemanha. Eram indivíduos de toda a espécie. Datam daí os atritos e dissídios que convulsionam a família germânica que fundara São Leopoldo. Quando penetra ali essa vasa de colonização, irrompem logo as maiores desordens. Os primeiros colonos, elementos de ordem e de trabalho, vendo-se, de momento, envolvidos em lamentaveis questiúnculas, e quebrada a tranquilidade que tinha existido até aquele instante, dirigem-se às autoridades apelando, em nome da boa harmonia da Colônia, separarem os recem-vindos, que não lhes mereciam apreço, por serem homens que não sabiam se conduzir.

É quando José Feliciano Fernandes Pinheiro, a cuja alta autoridade é levada a queixa, resolve "não só por apinhoá-los em demazia na Colônia de São Leopoldo, mas porque entrando de mistura, nesta última remessa gente mais imoral, senti repugnância nos primeiros em se associarem a ela, estremei-os portanto, depois de informado, e os fiz seguir para aquele distrito designando para seu assento a antiga Povoação de São João, a qual bem situada, he hum pouco mais central, não tem os inconvenientes dos que colocados mais a beira do Uruguay ou são mais expostos às invasões dos nossos visinhos, ou proporcionão melhor a emigração".

Logo que recebeu ordem para acomodar as oitenta e tantas pessoas, de que se compunha a leva destinada àquele local, tratou o comandante, coronel Palmeiro, de demarcar os terrenos necessários para chácaras "os mais cômodos", e quando ali chegaram, "derão-lhes ferragens agricolas, e animais vacuns, e cavalares, em numero suficiente, a "comunidade do Povo". Fez-se-lhes algumas casas de capim, e foram fornecidos com rações suficientes de carne, farinha, (pão, legume), e sal, correspondente ao valor de 160 reis por tempo de um ano".

Terrivel a odisséia dessa travessia de Porto Alegre a São João de Missões. Saindo da capital a 26 de novembro de 1824, só chegaram em 6 de janeiro do ano seguinte ao ponto do destino. Até Rio Pardo foram transportados em grandes canoas de tolda, arrostando com mulheres e crianças os perigos que consistiam as viagens fluviais daquele tempo. Ao chegarem a Rio Pardo, depois de cometerem as maiores tropelias, tentaram se insubordinar contrao oficial que os conduzia, capitão Alexandre José Bernardes, que teve de agir com grande energia. Quer homens, quer mulheres embriagavam-se continuamente e brigavam uns com os outros, chegando a ferirem-se mutuamente. Um dos mais insubordinados, João Frederico Walfarth "morreu em viagem", mas chegamos à conclusão que a causa-mortis consistiu em pauladas que lhe foram aplicadas como promotor de arruaças. Dominada a rebelião, deixaram Rio Pardo, rumando para seu destino longínquo e ignorado. Iam em carretas de bois, morosamente, por estradas péssimas, sob torreiras de sóis causticantes, levando a opressão dos degredados, nos corações, em que o ódio mais e mais avultava. Homens, mulheres e crianças, numa promiscuidade horrivel, quando as carretas paravam, à hora das sestas, se engalfinhavam, sob o excesso das bebidas alcóolicas que conseguiam, apesar da vigilância, nas povoações, ou vendas que cruzavam nas estradas solitárias.

Chegaram enfim, ao velho Povo de Missões. Tudo desolado e morto. Só a paisagem triste das taperas, velhos pessegueiros que não davam mais flor e ruinas de grandezas idas, na praça ampla, onde o templo silencioso, de velhas arcadas de pedra, guardava reminiscências de opulência passada. Alguns índios, degenerados pelo vício da embriaguês, trôpegos, cansados, indolentes eram os únicos seres vivos entre aqueles escombros silenciosos. E, alem, por toda parte, o deserto.

Sem coragem para se vencerem em primeiro lugar, a si próprios, sem o amparo de quem quer que fosse, não poderiam lançar fundas raizes naquela terra, que lhes era o degredo. Então, mais forte, sem o controle preciso, ressurgiu neles o pendor para a vadiagem e para o vicio. Pouco lhes importava a terra prodigiosa e fertil que os cercava. Não eram agricultores. Vinham talvez das ruas movimentadas das grandes cidades. Hamburgo, Bremen, Darmstadt; haviam-se quilotado nas misérias dos grandes aglomerados humanos, e não seria o deserto que havia de lhes abrir as portas da redenção.

Em pouco tempo estavam reduzidos à miséria. Venderam, um a um, os animais que tinham recebido para os amanhos da lavoura. Davam-se-lhes rações diárias de comida, e tudo quanto possuiam empregavam para adquirir aguardente, andando em constante estado de embriaguez. Depois venderam as ferramentas e os utensílios de trabalho, virgens ainda de qualquer contacto com a terra. E tudo consumia o vício. Por fim abandonaram as casas. Um hoje, outro amanhã, foram-se indo, foram-se dispersando, fugindo. Os que ficaram viviam unicamente das rações diárias, sem que nada produzissem.

Comunicou o coronel Palmeiro ao presidente da provincia, o estado deploravel a que ficou reduzida a Colônia de São João, em que tantas esperanças pusera Fernandes Pinheiro. Não convinha agravar o mal abandonando os últimos remanescentes dessa leva. Mandou então essa autoridade que os fizesse transportar para São Borja, sede do comando do distrito e Povo mais florescente do que os outros.

Transferidos para o quartel de São Borja, naquele meio não recobraram as energias perdidas. Debalde o comandante concitava-os ao trabalho sem nada obter deles. A embriaguez os dominava e a ociosidade lhes havia arrancado os últimos resquícios da vontade. Estavam irremediavelmente perdidos e, quando findasse o ano, no qual ainda recebiam 80 réis diários para a subsistência, morreriam, fatalmente, de fome, se não fossem mendigar pelas ruas.

E assim foram desaparecendo. Uns, atraidos pelos caudilhos que passavam, foram viver, na desolação das pampas, vida de rapina e de vicios; outros, mudando os nomes de origem numa tradução aproximativa de nomes portugueses, tornaram-se inidentificaveis, desaparecendo na massa da população brasileira de Missões; outros ainda, arrostando todos os perigos, foram dar em Porto Alegre, sendo depois reencorporados à Colônia de São Leopoldo.

E assim termina a história da colonização de Missões, "apontos de q'hoje não exitem aqui mais do q'hum homem e huma mulher com duas cieanças", informa em 16 de abril de 1827 o comandante de São Borja.

m) Tenente-coronel *Cláudio José de Abreu*. Foi o substituto no comando da fronteira e governo das Missões do coronel João José Palmeiro, em princípios de 1826 (1).

A administração do coronel Cláudio José de Abreu, como as dos que lhe sucedem no comando das Missões, até 1828, é curta e sem interesse para essa província.

A 19 de abril de 1825, à frente de 33 orientais, o general Juan Antonio Lavalleja passou o Uruguai, na Agraciada, proclamando a independência do Estado Oriental do Uruguai. Essa guerra que termina com o reconhecimento desse Estado, e cujo ponto culminante é a batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, estende-se até 27 de agosto de 1828 quando é reconhecida, pelo tratado de paz dessa data, a independência daquele Estado.

Esses acontecimentos que culminam para as Missões com a invasão do general Frutuoso Rivera naquela região, o que resulta na extinção prática do período da civilização jesuítica missioneira alí, com o êxodo em massa das populações de remanescentes das famílias indígenas, que acompanham o invasor e depois são destruidas num impiedoso morticínio, em Bela Union que fundaram, serão adiante estudados com mais detalhe.

n) Coronel *Francisco Antônio Olinto de Carvalho*. Sucedo ao coronel Cláudio de Abreu o coronel, depois brigadeiro reformado, Francisco Antônio Olinto de Carvalho, entrelaçando à família Fontoura, pois era casado com D. Antônia Carneiro da ontoura.

Substituido poucos meses depois de assumir esse comando nada foi dado a fazer ao coronel Olinto em proveito das Missões senão cuidar de sua defesa sob a premência dos acontecimentos da guerra que se desenrolava.

o) Coronel *José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça*. Foi o penúltimo governador das Missões nesse período. Era natural de Portugal e radicara-se em Santa Catarina, prestando relevantes serviços nas guerras platinas do sul. Casado com D. Maria Joaquina da Conceição Coimbra, foi pai dos barões de Saican e Batoví.

Comandava eventualmente forças que destacaram em Missões quando, por curto período, exerceu essa administração.

p) Coronel *Manuel da Silva Pereira do Lago*. Foi sob a administração do coronel Lago, em 1828, que se deu a invasão de Rivera nos Sete Povos de Missões. Nos documentos referentes à sua gestão e no quadro estatístico que nos deixou, o coronel Lago assina como "administrador geral dos Povos" em julho de 1827.

---

(1) O coronel de milicias Cláudio José de Abreu nasceu em Cachoeira em 1802, sendo filho legitimo do marechal José de Abreu e de sua mulher Maria Feliciana de Abreu. Era neto paterno de João de Abreu e de sua mulher Ana Bernarda de Jesus, casal açoriano, fundador do Povo Novo, e materno de Antônio da Silveira e Maria Inácia da Conceição, naturais de Santa Catarina. Atingiu na Milícia em que serviu desde os tenros anos ao lado de seu valoroso pai todos os postos até o de coronel em que faleceu em Alegrete, onde residia. Casou-se duas vezes. Do primeiro matrimônio com D. Manuela Funes, argentina, teve uma filha, Claudina, que casou com Apolinário de Sousa Trindade, de Quaraí, e do segundo com Beatriz Joaquina de Oliveira, teve tambem uma filha Reasilva que casou com Firmino de Carvalho Prates, tronco da família Abreu Prates, e avós do conhecido linhagista tenente Egon Prates.

4 — *Extinção das Missões Orientais do Uruguai.*

O ano de 1825 marca o início da campanha que termina com a constituição de mais um Estado sul-americano. A antiga Banda Oriental, cuja formação histórica se desdobra desde a fase inicial da penetração portuguesa no Prata, com a Colônia do Sacramento, dando origem à cidade de Montevidéu, pelas injunções de sua própria organização étnica e pelo processo evolutivo de sua mesma formação, entrava em coalizão com o domínio que a política expansionista portuguesa estendera até ela.

O sonho de Artigas, momentaneamente desfeito pela pressão das circunstâncias, ia-se concretizar na ação dos patriotas orientais que pisaram o solo nativo, na praia de Agraciada. Suave, embora, pela prática de uma política conciliadora, pelo aproveitamento de elementos representativos do país, o governo do general Carlos Frederico Lecor, não consultava à livre determinação do povo cisplatino que aspirava constituir-se em Estado independente.

Ao primeiro grito de rebeldia encontra o general Juan Antônio Lavalleja o eco que alvoroça os seus patrícios. Os mais prestimosos auxiliares de Lecor, de origem oriental, como Julian Laguna e depois o brigadeiro Frutuoso Rivera, deixam-se deliberadamente surpreender, aprisionar, acabando por aderir à causa que, no fundo, vinha ao encontro de seus interesses de toda a ordem.

É curta a história militar desses três anos. Deflagrada a luta, como sempre acode, na primeira hora, o velho marechal José de Abreu que vai estacionar em Mercedes. Em 7 de maio Montevidéu é posta em sítio. Entrementes, Abreu faz marchar Bento Manuel que, em Arbolito, se choca contra Rivera a quem derrota e persegue. E enquanto Bento Manuel segue para Montevidéu afim de aliviar a pressão que se fazia sentir sobre aquela praça, Rivera, procurando, num golpe espetacular, atenuar o desprestígio do insucesso anterior, tenta apoderar-se da cavalhada de reserva que o general Abreu tinha no Rincão das Galinhas. Desbaratando a diminuta guarda que alí havia, apoderara-se desse importante elemento de guerra quando foi informado de que uma força brasileira se aproximava. Era o coronel José Luiz Mena Barreto que, à frente dos batalhões de milícias guaranis, ns. 24 e 25, com pequeno efetivo, chegava àquela paragem. "Observando mais de perto, verificou o atilado oriental que os cavalos estavam estropiados. O acaso proporcionava-lhe um triunfo. Aguardou a aproximação dos incautos e sobre eles caiu de chofre. A maior parte dos atacados procura a salvação na fuga. Apenas há aquí e alí pequenos grupos de 8 ou 10 homens que se congregam, que lutam em desespero até cair o último. O bravo coronel Mena Barreto, acompanhado de meia dúzia de valentes, abate com golpes vigorosos seus atacantes. Admirado o inimigo de tanta bravura, reconhecendo o chefe brasileiro, convida-o a render-se, que será tratado com o respeito devido aos bravos. O jovem coronel responde com golpes mais furiosos ainda e assim se bate até cair sem vida, crivado de ferimentos" (1).

(1) General E. F. Souza Docca. *Notas aos Anais de Lima e Silva.* Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. 1927.

Sucede a este o insucesso do Sarandí, em que se batem Bento Manuel e Lavalleja, a 12 de outubro, sendo vencido o chefe brasileiro. Agravou-se a situação da Cisplatina, cujos melhores elementos de defesa ficavam dessa forma sacrificados. Por outro lado prestigiando francamente os insurretos, o governo de Buenos Aires, rompendo com o Brasil, reencorpora a Província Cisplatina. "Os trinta e três ja eram um exército", observa um dos nossos historiadores (1).

O ano de 1826 transcorre em pequenos recontros entre forças brasileiras e orientais, de pouca importância, somente se destacando o combate de Miriual, travado em novembro entre Bento Manuel e o tenente-coronel Felix Aguirre, com a vitória dos brasileiros.

Em fins deste ano, um exército composto de argentinos e orientais, sob o comando do general Carlos de Alvear, inicia a sua marcha com o intuito de penetrar em território brasileiro, encontrando-se no Rio Negro, proximidades de Bagé, em 1 de janeiro de 1827, a cuja povoação atinge em 27 desse mês. Orçava o exército platino em 10.000 homens, enquanto o brasileiro, sob o comando do marquês de Barbacena, não atingia à metade desse efetivo.

Sucedem-se os combates preliminares do Vacacaí, em 13 de fevereiro, em que a brigada ligeira de Bento Manuel se encontra com as avançadas do exército platino; e do Umbú, no dia 15, em que se choca com forças do general Mansilla, sem consequências apreciaveis.

Em 20 de fevereiro fere-se a batalha do Passo do Rosário, ponto culminante dessa luta em que se empenharam os dois povos, sem que um ou outro pudessem assinalar aí uma vitória decisiva. Retiraram-se ambos os exércitos, indo o brasileiro apoiar-se no Jacuí, passo de São Lourenço, enquanto o platino rumava para São Gabriel e Los Currales, onde permaneceu um mês.

Houve ainda pequenos recontros sem importância, assinalados no Camaquã, com o general Sebastião Barreto e no Serro Largo, e no Herval, com forças do coronel Bonifácio Calderon, depois brigadeiro do exército do Brasil.

Em 27 de agosto de 1828, no Rio de Janeiro, firmava-se uma convenção preliminar de paz, que tinha por principal objetivo a independência da Cisplatina que se constituia em Estado soberano, formando a República Oriental do Uruguai.

Interessa-nos para este estudo a parte que destes acontecimentos foi reservada às Missões. A campanha em si, propriamente, não afetou à vida missioneira, senão pela contribuição prestada em homens que fizeram parte do exército brasileiro, notadamente das forças do barão do Serro Largo que, à frente de seus comandados, foi gloriosamente abatido na batalha do Passo do Rosário.

O 24.º de milícias guaranís que combatera no Rincão das Galinhas, sob o comando do valente coronel José Luiz Mena Barreto, fora alí quase destroçado. Recebendo, porem, novos elementos, reconstituiu-se, sofrendo novamente na batalha do Passo do Rosário pesado onus de sangue, que importa em outro desbarato. Nessa batalha, o 24.º (guaranis

(1) Coronel F. Paula Cidade. *Resumo Histórico da Campanha de* 1825-1828. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 1928.

de Missões) estava sob o comando do major Severino de Abreu (1). O 25.° que, sob o comando do coronel Jerônimo Gomes Jardim, tambem fora derrotado no Rincão, já refeito, tomara parte na batalha do Passo do Rosário. Sob o comando do mesmo coronel, compunha-se de 127 lanceiros quando, neste choque, guardava as bagagens. Compunha-se o 24.° de 134 homens, quase todos guaranís, oriundos das Missões. Morto em combate o comandante, major Severino de Abreu, foi o corpo lançado fora do campo de batalha.

Reorganizados, novamente, esses dois corpos, cujos efetivos alcançariam a 400 praças, cada um, recrutadas nas Missões, foram destinados a guarnecer àquela fronteira, ficando sediados em São Borja. Longe do teatro da guerra, que se desenvolvia ao sul, não imaginaram as autoridades militares que as fronteiras das Missões pudessem ser alvo de qualquer agressão do exército regular que, sob o comando de Alvear, operava em Melo. E tanto é assim que, em fevereiro de 1828, o 25.° de milicias tinha sido retirado da fronteira de São Borja e mandado reforçar o exército acampado em Jaguarão. "Só tínhamos, então, em Missões, guardando toda a fronteira do Uruguai até o Quaraí e Arapeí, o regimento 24.° de milícias, composto principalmente de guaranís e cuja força alcançaria a 400 homens" (2). Comandava esse regimento o coronel João José Palmeiro, antigo comandante das Missões, como fica relatado. O comando geral da fronteira estava a cargo do coronel Joaquim Antônio de Alencastre (3), em cuja fé de ofício, entre outras brilhantes ações, constava que, preso pelos inimigos no combate de Sarandí, e mandado em uma embarcação para Santa Fé, com o auxílio de um grupo de 49 oficiais, 70 inferiores e soldados, conseguira dominar a tripulação do barco inimigo e desembarcar na praça da Colônia. A administração geral das Missões, com sede em São Borja, fora confiada ao tenente-coronel Manuel da Silva Pereira do Lago que já exercia esse cargo em 26 de julho de 1827 (4).

Alcides Cruz que fez demorada pesquisa encontrou para o 24.° de milicias 411 homens para o 25.°, 397, mais 35 lanceiros a cavalo, e o destacamento de marinha sob o comando do tenente Justo Yegros com 75

---

(1) Rio Branco. *Efemérides,* 159.

(2) Rio Branco. Nota aos *Anais do Exército Brasileiro,* de Lima e Silva.

(3) Joaquim Antônio de Alencastre nasceu na Aldeia dos Anjos (Gravataí), sendo filho legítimo de Antonio José de Alencastre, natural de Guimarães, português, e Rosa Joaquina de Jesus, de Santa Catarina; neto paterno de José Bernardo de Carvalho e de sua mulher Catarina Felicia e materno de Manuel da Mota Matos, e sua mulher Catarina Tomásia, casal açoriano. Aos 14 anos, em 15 de novembro de 1796 assentou praça no regimento de dragões. Fez a campanha das Missões, como cabo de esquadra a que fora promovido a 16 de fevereiro de 1801, passando a furriel em 16 de agosto de 1805. Promovido a alferes em 12 de julho de 1811, sendo por serviços prestados comissionado em tenente quartel-mestre em 24 de junho, confirmado em 5 de julho de 1812. Capitão graduado em 24 de junho de 1817 e efetivo a 22 de janeiro de 1818. Major graduado em 1 de março de 1820 e efetivo a 14 de agosto de 1822. Tenente-coronel em 1 de dezembro de 1824 e coronel graduado 12 de outubro de 1825 e efetivo 12 outubro 1827. Reformado no posto de brigadeiro em 27 de junho de 1831.

(4) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Mapa Estatístico das Missões, 1.°, 76.

embarcações, alem de dois canhões de calibre três (1). Excluido o 25.°, que, em fevereiro, fora reunido à coluna do general Sebastião Barreto, não atingiria a força estacionada nas Missões a 500 homens, em sua maior parte distribuidos por destacamentos em pontos distantes da sede, no Povo de São Borja.

Era essa a situação militar dessa região, compreendida em mais de 100 léguas de fronteira, quando o general Frutuoso Rivera, em 21 de abril de 1828, nela penetrou com o intuito de conquistá-la, num golpe audacioso e violento. Rehabilitando a memória do coronel Alencastre, acusado de não haver resistido à invasão, observa o coronel Alvaro de Alencastre que "de São Borja ao Arapeí deve mediar uma distância de 100 léguas. Calcule-se um regimento de indios guaranís para cuidar essa zona toda! Se era possivel um caso de necessidade defender coisa alguma" (2).

A invasão das Missões pelo general Rivera; as facilidades que encontrou na posse e domínio dessa vasta região por mais de oito meses; as circunstâncias em que se retirou sem ser molestado por forças superiores; as consequências do êxodo das populações missioneiras que o acompanharam e, sobretudo, a defecção de elementos valiosos, de bravos soldados riograndenses, que aderiram, inexplicavelmente, à organização de um pretenso novo Estado republicano, estariam exigindo um estudo detalhado e amplo que os limites restritos deste trabalho não podem comportar. O insigne historiador Dr. Alfredo Varela vislumbra em tudo isto germes latentes da grande revolução que não tarda, com seu decênio heróico, a conturbar a paz, no Rio Grande do Sul.

A invasão das Missões por um exército argentino que secundasse as operações que o general Alvear desenvolvia no sul, atacando pelo norte o flanco do exército brasileiro, e levando até o centro do Rio Grande do Sul uma diversão que obrigasse a distrair forças imprecindiveis naquele momento, fazia parte, desde 1826, das cogitações do governo argentino, sob a presidência do coronel Manuel Dorrego. A idéia, porem, não se corporizara pela dificuldade material de organizar uma força expedicionária bastante eficiente e sob o comando de um homem resoluto e de prestígio. Encontrou-o Dorrego no general Frutuoso Rivera. Incompatibilizado com o general Lavalleja, ao iniciar-se a campanha pela libertação do Uruguai, o caudilho afastara-se das hostes orientais, sendo mesmo acusado de ter secretas ligações com a politica brasileira.

Seria, no entanto, na opinião do próprio governador das Provincias Unidas do Rio da Prata, o homem que mais probabilidades de êxito teria para essa facção. E em data de 5 de agosto de 1827, o coronel Dorrego escrevia ao general Rivera uma carta em que insinuava a realização

---

(1) Alcides Cruz — *Incursão do general Frutuoso Rivera às Missões*. Memória apresentada ao 1.° Congresso de Hist. Nac. em 7-IX-1914. Porto Alegre, 1914. Há uma magnifica tradução desse precioso trabalho, para o espanhol, de Doroteo Marquez Valdez, Montevidéu, 1916. *Incursión del general Frutuoso Rivera a las Misiones*, enriquecido de notas elucidativas.

(2) Coronel Alvaro Alencastre. *As Missões Orientais do Uruguai e o coronel Joaquim Antonio de Alencastre*. Rev. Inst. Hist. Geog. do Rio Grande do Sul. 1933. 1.° sem. 233.

dessa empresa, pois, dizia, "se presentemente não se realiza a expedição dessas províncias sobre os Povos de Missões, pois então não deveria perder V. S. a oportunidade de distinguir-se em tal empresa, agregando esse novo serviço aos muitos que tem prestado à causa pública e à liberdade de sua Pátria" (1).

Mais tarde, em 27 de outubro, celebra Buenos Aires com Entre-Rios e Santa Fé um tratado em que estes Estados se comprometem "a levantar uma força militar que ocupe os Povos das Missões Orientais, que estão em poder do tirano do Brasil" (2). Para a organização dos elementos essenciais a essa empresa, recomendavam os governos ao de Buenos Aires o brigadeiro D. Frutuoso Rivera. Secundando a recomendação, ainda o governo de Entre-Rios o fazia "merecidamente a V. E. sua pessoa (brigadeiro Rivera) para o desempenho das funções esclarecidas de general em chefe da expedição projetada sob o título de Exército de operações do Norte". Fazendo largo elogio das qualidades pessoais e militares de Rivera, dizia esse governador que ele "organizará uma força inesperada unicamente com seu nome e influência de seus amigos, a que contribuirá eficazmente o governo que subscreve" (3).

Em Buenos Aires, para onde se dirige, tem o antigo brigadeiro do exército brasileiro uma larga conferência com Dorrego. A invasão no Rio Grande do Sul deveria estender-se até Rio Pardo, e realizada a conquista passaria Rivera ao Paraguai, onde o Dr. Francia, isolado do convívio sul-americano, tentava construir uma pátria indene do virus caudilhesco da época.

Teve D. Juan Antonio Lavalleja conhecimento do projeto, que seria executado por um homem "cuja ingerência se deve sempre recear", e que "era incapaz de um serviço desinteressado e generoso". E terminava sua exposição considerando que "creria atraiçoar os interesses nacionais e, principalmente, os da Província que tinha a honra de mandar, se não resistisse por quantos meios pudesse a uma empresa que o inimigo deve celebrar como uma vitória". Qualificava assim, de "funesto o projeto, contra o qual protestava como governador da Província Oriental, como general em chefe do Exército e como cidadão argentino" (4).

Em seguida Lavalleja, para obstar a ação de Rivera, determina seja o mesmo perseguido, pois, segundo ficara assentado com Dorrego, essa expedição deveria caber a D. Estanislau Lopez, governador de Santa Fé, um dos grandes amigos de Rivera e instigador dessa invasão. Manda para este fim que uma força sob o mando de Oribe persiga o caudilho e realize a projetada invasão. Sabendo, por comunicação deste, a ordem que recebera, o general Balcarce, ministro da guerra argentino, mandou que suspendesse a execução dessa ordem e regressasse ao assédio de Montevidéu, no que não foi obedecido, pois Oribe acampou à margem do Ibicuí, ali se conservando.

Embora desajudado dos poderes públicos que, inicialmente, haviam acoroçoado a sua ação, o valente caudilho oriental, confiando em seu

---

(1) Alberto Palomeque, *El general Rivera y la Campaña de Missiones*. Buenos Aires, 1914. 37.

(2) Idem, idem, 40.

(3) *Revista Histórica*. Montevidéu. T. 15-1912, pág. 90.

(4) A. Palomeque. Obra cit. 52.

prestigio individual, não desanimou na prossecução do intento a que se propusera. Convocou amigos, acenou para a riqueza pastoril das vastas estâncias missioneiras, cujos gados poderiam ressarcir certas e prementes aperturas financeiras. Ao lado da bandeira da Pátria outra se ergueria, talvez mais convincente, a do saque livre... Aquela ficaria reservada aos sentimentos indesmentiveis do chefe da *montonera*, esta às ambições dos falidos que teriam nas Missões meios faceis de reconstituir os créditos abalados. Mister, no entanto, por um dever de justiça histórica, se torna esta ressalva. Rivera era no fundo um idealista, um desprendido, cuja ação, muitas vezes escura, abre claros de humanidade e de inexcedivel patriotismo. Pobre sempre, ora nos esplendores de um apogeu, ora nas misérias do ostracismo, espirito revel e combatente, mas profundamente humano; tergiversando nas suas opiniões políticas, o caudilho é bem o símbolo da formação cavalheiresca, varonil e brava, dessas pátrias que se fundiam na argamassa das nacionalidades nascentes. Êmulo de Artigas, talvez fosse, na Banda Oriental, o único que desfraldava ainda a bandeira do heroico chefe dos orientais.

Atirou-se à empresa por conta própria. Temendo fosse obstado, em vista da pressão de Lavalleja, de levar a cabo a invasão de Missões até pelo seu grande amigo general Estanislau Lopez, resolveu precipitar os acontecimentos, saindo a campo, às escondidas, com 80 homens, a que logo vieram reunir-se mais 20 (1).

A riqueza com que acenara engrossaria a diminuta força de que dispunha. "Uma das coisas curiosas desta campanha, observa o Dr. Palomeque, foi que homens distintos como Mariano Gainza, Mariano Escalada, Mr. Raquin, Blas Despouy, Pedro Espino e outros, creram que podiam impunemente arrebatar o gado dessas comarcas. O próprio Rivera participava dessa opinião e com a perspectiva desse negócio atraía a si muita gente". E Pueyrredon referindo-se ao fato dizia que "aquela campanha foi de *puros manejos*, para o que o general Rivera era sumamente destro" (2).

Sobre esse aspecto ainda o Dr. Palomeque nos fornece dados interessantes. Seis meses antes de realizar a invasão, em carta datada de 24 de novembro de 1827, D. Mariano Escalada escrevia a Rivera dizendo que "um revés em suas especulações de comércio me fez perder num dia o fruto de meus afãs de muitos anos: nesta situação tenho de apelar àqueles amigos cujos sentimentos não seguem o rumo da fortuna". E continuava: "Asseguraram-me que o senhor deve marchar à frente de uma expedição militar pelos Povos de Missões. O objeto dessa expedição será provavelmente extrair o maior número possivel de gados, batidos que sejam os portugueses. Se sob o amparo e proteção sua me fosse permitido tirar alguma quantidade de vacas, capaz de contribuir para formar um capital regular não só eu teria motivo de gratidão para com o senhor, como tambem a numerosa família que pesa sobre meus ombros". Terminava: "poderei levar alguns homens em minha companhia e partilharei de sua sorte com tanto mais prazer quando creio ser considerado

(1) Alcides Cruz. *Incursão*, cit. nota de Marquez Valdez.

(2) A. Palomeque — *El general Rivera y la campaña*, etc. 79.

pela amizade de um cavalheiro que já provou as vicissitudes da fortuna" (1).

Ao general Estanislau Lopez que o acolhera quis o caudilho mostrar a sua gratidão com um presente de 4.000 vacas missioneiras. "O senhor governador Lopez, diz o Dr. Palomeque, contestou de maneira honrosa. Sua resposta é um contraste com a atitude de D. Mariano Escalada, Blas Despouy e outros, se se recorda que Pueyrredon chega até relatar-nos que D. Pedro Espino fugiu com uma arreada de 15.000 cabeças, de cuja condução lhe havia encarregado o general Rivera, que queria perseguí-lo e fuzilá-lo" (2).

Facil e rápida foi para o general Frutuoso Rivera a posse da região das Missões Orientais. Alem do gesto heróico de Mariano Pinto, que sela com seu próprio sangue, como protesto à invasão, a terra que defendia, nada mais se regista nessa hora amarga, senão covardia e inexplicaveis traições à bandeira que havia tremulado gloriosa em feitos memoraveis de guerra.

O general Souza Docca, em suas brilhantes *Notas* aos *Anais do Exército Brasileiro,* de Lima e Silva, resume nos seguintes itens a causa principal do êxito de Rivera:

"*a*) A convicção geral da população da zona invadida, de que aquele caudilho agia como aliado do Brasil;

b) O fato de estar a região missioneira entregue exclusivamente à força de 2.ª linha;

c) A circunstância de se achar mesclada a população dos Sete Povos de Missões e contar com grande número de indígenas ignorantes e nutrindo ojeriza pelo dominador do dia em que viam sempre um intruso. Estiveram por isso ao lado de Rivera, como haviam estado, há 27 anos, com Borges do Canto e Santos Pedroso.

A todas essas circunstâncias se deve acrescentar o desapego à terra, por falta de vínculos com ela, da maioria dos indivíduos alí residentes e o fetichismo que em geral nutriam pelos caudilhos" (3).

A essa causa não seria estranho um aspecto ainda não bem estudado, que tinha fundas raizes na conciência democrática do povo riograndense que, sete anos mais tarde, se atira à revolução republicana. Os defensores das Missões, como esse Boaventura Soares, os Palmeiros, os Alencastres, e outros, cujos nome ressaltam destas páginas, serão, poucos anos depois, os próceres do farroupilhismo que invade o Rio Grande do Sul. O Dr. Alfredo Varela, embora combatido em suas conclusões, jogando com documentos irrespondiveis, abre a ponta desse véu que oculta verdades que às vezes ferem nossas suscetibilidades patrióticas... Alcides Cruz aflora o assunto, origem da defecção de pseudo-covardes, traidores da bandeira imperial que, sob o pavilhão tricolor dos republicanos, agigantam-se em bravuras inconcebiveis no amplo cenário do Rio Grande heróico.

(1) Idem, idem, 80.

(2) Idem, idem, 159.

(3) E. F. de Souza Docca. *Notas aos Anais do Exército Brasileiro* de Luiz Manuel de Lima e Silva. Rev. Inst. Hist. R. G. S. 1927. II, 250.

Mas. este relato não comporta explanações. A incursão de Rivera. o êxodo dos remanescentes das populações indígenas que seguem o caudilho em sua retirada, o despovoamento completo dos Sete Povos de massas dessa origem, marcam inegavelmente o fim do regime missioneiro. Acaba-se difinitivamente a influência jesuítica que nos propusemos estudar. Populações brancas farão dessa região o núcleo de novas civilizações. São Borja, São Luiz e Santo Angelo constituirão germes de cidades magníficas onde somente ruinas de templos, escombros desolados, lembrarão vagamente eras perdidas na voragem dos tempos.

Esta é a última página das Missões. O crepúsculo doloroso de uma raça que, acompanhando o caudilho, marcha para *Bela Union*, que será a derradeira etapa de sua destruição total. E é esse mesmo Rivera, que os arranca de seus lares, de suas terras avoengas, acenando com a liberdade, que esses infelizes não compreendiam que, três anos depois, os manda exterminar em Salsipuedes, onde tombam 40 índios, e 300 prisioneiros que são distribuidos como escravos pela população oriental, juntamente com mulheres e crianças missioneiras.

Como já se observou, em fevereiro de 1828, por ordem do comando geral do Exército em operações no sul, foi mandado retirar de Missões e adir ao corpo do general Sebastião Barreto o 25.° de milícias guaranis que, juntamente com o 24.°, guarnecia aquela fronteira. Ficava alí unicamente este corpo, sob o comando do tenente-coronel João José Palmeiro e mais uma companhia de lanceiros guaranis, não atingindo toda essa guarnição a 500 homens de armas. O comando geral da fronteira era exercido pelo coronel de 1.ª linha Joaquim Antonio de Alencastre.

Respigando os vários documentos conhecidos e citações de trabalhos referidos, pode-se com aproximação organizar a lista de oficiais dessa guarnição. Contavam-se entre eles os capitães Boaventura Soares da Silva (1), Fabiano Pires de Almeida, Antônio Castanho de Araujo (2).

---

(1) Boaventura Soares da Silva nasceu na vila do Rio Grande, sendo filho legitimo do tenente-coronel Manuel Soares da Silva e de sua mulher D. Clara Maria de Menezes; neto paterno do capitão Simão Soares da Silva, natural do Rio Grande e filho de Manuel Soares e Paschoa do Nascimento, e de Joaquina Rosa, filha legitima do guarda-mor João Antunes de Porciuncula e sua segunda mulher Josefa Maria Barbosa, fundadores do presidio do Rio Grande. Por sua mãe Clara Maria de Menezes era o capitão Boaventura neto de José Sampaio e Silva, natural de Facão, São Paulo, e de Cristina Barbosa de Meireles, filha de José Fernandes Petim e Clara Barbosa de Menezes, filha de Jerônimo de Ornelas de Menezes e Vasconcelos e de sua mulher Lucrécia Leme Barbosa fundadores do Porto do Dorneles, que deu origem a Porto Alegre. Era Boaventura irmão do depois coronel farroupilha Ismael Soares da Silva, embaixador dos republicanos junto a Caxias, em 1844, para a propositura da paz. Revolucionário da primeira hora, Boaventura, no posto de tenente-coronel da República, é no dizer do Dr. Alfredo Varela "uma das mais belas figuras da brigada de Guedes", e conta vitórias em vários combates em que se empenhou. Em 1842, sob o regime republicano, comandava a guarnição de São Borja.

(2) Antônio Castanho de Araujo residia em São Borja, onde em 1814 e 1815 batizou os filhos, alí nascidos, Sezefredo e Francisco. Era natural de Castro, São Paulo, e filho legitimo de Luiz Castanho de Araujo, natural de Mariana, Minas e de sua mulher Rosa Maria de Castro. Casara em Viamão com Maria Antônia Pinto, filha legitima de Antonio Antunes Pinto, filho de João Antunes da Porciúncula, acima referido e de sua primeira mulher Antônia Pinto. Cf. o inv. de Antonio Antunes. Castanho era furriel de milicias em 1819.

Mariano Pinto de Oliveira (1), todos do 24.° de milícias; tenentes Antônio Pereira Pavão, Serafim de tal (2) e alferes Braulio Ferreira Bicca (3), José da Silveira, e o alferes de São Paulo Francisco de Paula Xavier, que comandava o distrito de São Miguel (4).

Em princípios de março chegava ao conhecimento do coronel Alencastre que alguns grupos de inimigos talavam as campanhas ao sul do Ibicuí. Destacou, então, o capitão Boaventura Soares, com um esquadrão do 24.° de milicias, para atacar esses invasores. Encontrou logo um esquadrão sob o comando do major Sotelo que, com 60 correntinos, se achava nas pontas do Toropasso. O capitão Boaventura deu-lhes combate e aprisionou o comandante da partida e mais 10 correntinos, alem do alcaide de Belem que fazia parte do bando. Teve o inimigo nesse encontro 22 mortos, inclusive quatro desertores brasileiros, sendo dois do 24.° e dois do 25.° de milícias que acompanhavam os correntinos (5).

Outros destacamentos foram mandados para diversos lugares, entre os quais Mariano Pinto que, com 20 homens foi guarnecer o passo do Ibicuí, que depois recebe seu nome, o alferes José da Silveira, com 24 homens e o tenente Pavão com 35 milicianos. Em São Borja teria ficado como guarnição um capitão com 122 soldados, cujo nome não é designado, mas que se presume ser Castanho de Araujo, pois Fabiano Pires de Almeida comandava a guarda de Itaquí.

Em fins de fevereiro o brigadeiro Rivera está em Japeú, de onde a 25, dirige uma carta ao general em chefe do exército em operações D. Juan Antonio Lavalleja, comunicando que pretende executar "seu antigo plano" de invadir as Missões e solicitando a aprovação de seu ato que tem por fim "ferir de morte o coração do Império" (6). E logo, a seguir, penetra em território uruguaio, à frente do bando que organizara. Lavalleja conhece o caudilho e as felonias de que é capaz. Compreende o perigo que poderá decorrer para seu próprio prestigio com um sucesso de armas de seu antigo companheiro, suspeito ainda de entendimentos com o inimigo. E determina ao comandante Oribe e Manuel Lavalleja que, com um forte contingente, seguissem a sustar o passo de Rivera que constava estar a "serviço do Brasil".

Afim de reforçar o destacamento com que se pusera a campo, solicita Oribe o auxílio do governo de Corrientes que, atendendo prontamente, põe à sua disposição o brasileiro José Lopes, ou Lopez Chico, caudilho ao serviço desse governo. Lopez Chico, à frente de 500 homens se integra às forças de Oribe, oferecendo-se em seguida para parlamen-

(1) Mariano Pinto, morto heroicamente na defesa das Missões, procede dos mesmos troncos que teem como origem Antônio Pinto, da Colônia do Sacramento, e sua mulher Felícia Maria de Oliveira.

(2) Serafim, "hoje alferes". Deve ser o alferes, adiante nomeado José da Silveira — Serafim José da Silveira, um dos signatários da Ata de 16 de dezembro de 1837, da Câmara de Piratiní, que dá posse ao general Bento Gonçalves como presidente da República. V. "Proc. Farrapos" Arq. Nac. Vol. XXIX, 397.

(3) Deve ser Basilio Ferreira Bicca, tambem notavel procer farroupilha, e tronco de importante família riograndense.

(4) Alcides Cruz, cit. Rio Branco. *Efemérides* e Varela, *Rev. Cispl.*

(5) Alcides Cru.z — *Incursão cit.* 22.

(6) Rev. Hist. Montevidéu. N. 15, pág. 105.

tar com Rivera "no intuito de convencer-lhe, por meios suasórios, de que desistisse da incursão". Oribe cedeu e o seu delegado, com os 500 correntinos, fez causa comum com Rivera com quem se pôs de "*acuerdo*, comprometiendose abandonar el servicio de Oribe à cambio de 10.000 vacas que le entregaria Rivera". (Baldrich, obra cit. 465.) O Dr. Alberto Palomeque declara que Lopez Chico se pôs ao serviço de Rivera por ter verificado que este não agia como aliado dos portugueses, segundo se dizia, e que não era, como fora oficialmente declarado, um traidor. Os dois autores citados não comprovam as suas afirmativas. Conhecido porem o modo pelo qual Rivera reuniu adeptos, se é levado a dar crédito à primeira versão" (1).

Acossado por Oribe, Rivera penetra o território riograndense. No dia 2 de abril (2) o alferes José Silveira que percorria a campanha com 24 praças milicianas do 24.º, encontrando com as avançadas do invasor, a elas se incorpora com todos os seus soldados. A 21 chega ao passo do Ibicuí, guarnecido por Mariano Pinto de Oliveira com 40 homens, do 24.º. Um emissário de Rivera, falando português, apresentou-se alí como amigo, solicitando facilidades na passagem. Deu resultado o ardil. Mas, descoberto o embuste do traidor, mesmo compreendendo que seria aniquilado pela superioridade numérica do inimigo, valorosamente, Mariano Pinto, à frente de poucos companheiros, resiste ao choque dos invasores até cair morto, com mais seis milicianos. Foi este o único gesto de protesto. O caudilho oriental contaminara com a sua felonia esses bravos soldados brasileiros que lhe entregavam, manchada de sangue heróico, a bandeira nacional. Transposto o Ibicuí, penetrava Rivera na Província de Missões. No dia 25 o tenente Antônio Pereira Pavão com seu destacamento de 25 milicianos aderia ao exército invasor; dois dias depois chegava a vez de Boaventura Soares que, com seu destacamento de 122 praças, ia engrossar as fileiras inimigas; mais tarde os capitães Fabiano Pires de Almeida e Antonio Castanho de Araujo, com os restos do corpo de milicianos, completavam essa inexplicavel série de defecções. Mais de 200 portugueses, diz o *Constitucional riograndense*, citado por Varela, já se tinham unido a Rivera "quando este invadiu as Missões".

Tendo conhecimento da entrada de Rivera em território brasileiro o coronel Alencastre, de São Borja, comunicou ao comando em chefe do Exército "que não tinha meios nem forças para batê-lo e se poria em retirada até encontrar recursos que incontinente tinha pedido ao comandante da fronteira do Rio Pardo, o visconde de Castro" (3). Nesse entretempo Alencastre adoece gravemente, passando o comando ao tenente-coronel Palmeiro, comandante do 24.º.

Entrando nas Missões, depois de receber o reforço desses contingentes brasileiros, Rivera divide a sua força em três colunas: a primeira, sob o comando de Felipe Caballero, operaria sobre São Francisco de Assis; a segunda, tendo como comandante Bernabé Rivera, marcharia

(1) Sousa Docca. Notas cit. 250.

(2) Deve haver equívoco na citação de quase todos os historiadores o depoimento de Canete, adiante transcrito, dá a entender que foi no dia 21 de abril que se deu a defecção do alferes Silveira.

(3) Lima e Silva — Anais. 96

para São Borja, sede do comando geral brasileiro e a terceira, ao mando do próprio general Frutuoso Rivera, destinava-se a perseguir o coronel Alencastre, que se dirigia a Cruz Alta.

A 23 de abril, tendo já o inimigo às portas, os coronéis Alencastre, unicamente com seis homens que lhe ficaram fiéis; Palmeiro e Lago que levava algumas famílias que se retiravam, abandonaram a praça, por caminhos diferentes, fugindo à invasão. Alencastre teve as suas bagagens ainda apresadas pelas avançadas do inimigo "inclusive 5.000 patacões e 500 pesos de sua fortuna particular" (1). Conseguiu, entretanto, chegar a São Martinho de onde passou a Boca do Monte, distrito comandado pelo tenente André Ribeiro de Cordova. Palmeiro foi diretamente a Cruz Alta e Lago, com o pessoal que custodiava, atingiu Passo Fundo; de onde se transportou para Vacaria. Levava o administrador geral, em carretas, as alfaias das igrejas, e outros diversos objetos dos povos, que tentara salvar, mas atacado em caminho pelos índios, tomaram estes tudo quanto levava, fazendo voltar as carretas para o Povo de São Miguel (2). O comandante da flotilha de Itaquí, capitão Justo Yegros com o destacamento naval alí sediado, abandonou tambem o seu posto, fugindo à aproximação do inimigo.

Rivera chegou com sua coluna até Cruz Alta, mas, daí, contramarchando, entrou em Itaquí (3), onde estabeleceu o seu quartel general, comunicando então às autoridades argentinas e orientais, em 17 de maio de 1828, "que a Província goza hoje de sossego e satisfação e a prova mais autêntica é o consideravel número de oficiais, tropa e moradores que todos os dias se me apresentam, ambicionando todos encorporar-se às fileiras republicanas, e que a Província faça parte das da República Argentina" (4).

Tendo chegado ao exército do sul algumas notícias sobre o preparo da expedição de Rivera às Missões, mandou o general Lecor, em fevereiro, que o tenente de Estado-maior Francisco Xavier Canete fosse até São Borja em comissão junto ao coronel Joaquim Antonio de Alencastre. Não chegou esse oficial ao seu destino, pois, no caminho, soube dos acontecimentos e juntamente com o major Ricardo (5), sem ter encontrado o coronel Alencastre, mas perseguido tenazmente pelo alferes Silveira, foi até Porto Alegre, onde em 8 de maio, perante o presidente da Província, prestou seu depoimento, que foi a primeira notícia levada ao Governo (6).

---

(1) Alvaro Alencastre. Obra cit. 263.

(2) Foi o alferes Silveira que apreendeu as carretas cf. Canete.

(3) Itaquí teve origem em 1821, em uma guarda de 150 homens que sob o comando do capitão Fabiano Pires de Almeida acampou na barra do arroio Cambaí. Sobreveio grande enchente que obrigou a mudar essa guarda para o local onde hoje se ergue a cidade. Nesse mesmo ano 50 correntinos e várias famílias fugindo ao caudilho Aguirre, às ordens do capitão Camilo Justiniano Ruas e Fernando Pires, irmão de Fabiano, alí se estabeleceram, fundando a povoação.

(4) Palomeque. Obra cit.

(5) Major Ricardo José de Magalhães, oficial de milícias.

(6) Esse documento existente no Arquivo Histórico do R. G. do Sul.

(Pasta Missões-1828) é em sua integra o seguinte: "Aos oito dias do mez de maio de mil oitocentos e vinte e oito, no Palácio do Exmo. Snr. Presidente se aprezentou o Tte. do Estado Maior Francisco Xavier Canete que tinha vindo por ordem

Sediando no Itaquí o seu quartel general, procurou o general Frutuoso Rivera dar organização à Província que conquistara, determinando sobre a comandância dos Sete Povos que foram confiados, em parte, aos oficiais brasileiros que haviam aderido ao invasor. Nessa ocasião o capitão Boaventura Soares foi nomeado comandante de São Borja, posto que exerceu até outubro quando se apresentou, aproveitando o indulto que, por ocasião da reorganização, no Rio Pardo, do 24.° de milícias, oferecia o governo aos que haviam desertado e se posto às ordens do inimigo. Procurou o capitão Boaventura justificar-se de sua traição, dizendo ter sido compelido por intimação de Rivera, visto ser impossivel resistir à invasão. Voltou novamente à milícia e foi um dos primeiros oficiais que aderiram à Revolução Riograndense, ocupando aí o posto de coronel. Outros oficiais seguiram a sorte dos exércitos da *Pátria* (orientais), retirando com Rivera e indo residir no Estado Oriental. Só mais tarde voltaram ao Brasil quando o Rio Grande levantou a bandeira da República.

Nada autorizava crer que tão facilmente esses oficiais desertassem à sua bandeira. No dia 4 de abril, tendo já Rivera às portas das Missões, o coronel Alencastre, em ofício ao presidente da Província, dando notícias dos acontecimentos de Missões tinha para seus subordinados as seguintes palavras: "Não devo deixar de ponderar a V. Exa. que as minhas partidas daquele lado tem privado ao inimigo de levarem muitas

---

do Exmo. Snr. General em Chefe em commissão ao Cel. Com. de Missoens Alencastro, tendo fugido por cauza do inimigo o qual sendo perguntado sobre alguns objectos tendentes ao inimigo.

Respondeo que tendo sahido do exercito no dia vinte quatro de Fevereiro do corrente anno em commissão ao Cel. Alencastro, chegando a S. Francisco no dia vinte dous de Abril teve ali noticia de haver D. Fructo passado o passo do Marianno Pinto, e matado toda a guarda que ali se achava, e nesse mesmo dia as duas horas da tarde soube que tinha passado para o inimigo o Alferes Silvr.ª com 24 homens, no dia vinte e cinco a tarde fez o mesmo o Alfr.^es^. Pavão com trinta e seis, e no dia vinte e seis fizerão amesma passagem um Capitão, e 2 Subalternos cujos nomes não se lembra o n.° de homens que os seguirão, no dia vinte sete o Capitão Boaventura com cento e vinte quatro passou-se igualte. pa. o inimigo, porem destes homens só vinte e dous não quizerão seguir o d°. Cap. não obst^e^. as suas persuaçoens. Dice mais que o capitão Boaventura sabendo que elle Canete se achava em Guarajaça foi ali com huma partida de oito homens para prendelo, e não conseguio por elle Canete adiantando-se mais huma legoa receando alguma traição nessa mesma noite foi perseguido pelo Alf. Silveira the o Loreto. No dia vinte oito pela manhã sabendo o Major Ricardo, que tambem tinha vindo em comissão do exercito pa. São Borja, que elle Tte. Canete se achava em Guarajaça, veio auxilial-o com cinco homens armados afim de que junto com elle fossem ao encontro do Coronel Alencastro depois de terem caminhado cinco ou seis Quadras dist^e^. do campo inimigo encontrarão com o Alf. Silveira que vinha de volta, e tendo parado para falar com o Major Ricardo aquelle lhe perguntou o que andava fazendo, lhe respondeo o Major que hia junto com elle Tte. Canete em procura do Cel. Alencastro, e perguntando o d°. Major Ricardo ao Silveira o que tambem andava fazendo respondeo, que andava fazendo voltar as Carretas, Cavalhadas, e Gados para que fossem a Guarajaça onde se achava o Snr. Gal. D. Fructo, que era quem as mandava voltar para aquelle lugar. e depois disso se despedio e foi dar conta a D. Fructo. que nos hiamos fugidos, e que lhe desse immediatam^e^. tropa para perseguir-nos, enós caminhamos todo o dia sem parar the chegar a Loreto donde tiramos Cavallos thé a mesma reunada que tinha mandado o voltar o ditto Silveira. Saindo dalli as Ave M^as^. dicemos ao Capataz da Cavalhada que hiamos para as Tunas, tendo tomado a mesma estrada passamos huma coxilha muito extença e cambeamos

mil reses, alem dos assassinios que deviam praticar e por isso não posso deixar de repetir e recomendar à proteção de V. Exa. os bons serviços prestados pelo capitão do Regimento 24.° Boaventura Soares da Silva, comandante daquela força, o tenente do Regimento 23.° Francisco Telles de Souza, o alferes do Regimento 24.° Antonio Pereira Pavão, e o alferes Basilio Ferreira Bicca e José Silveira" (1).

Enquanto se desenrolavam esses acontecimentos que culminaram com a tomada da Provincia de Missões, processavam-se negociações de paz entre os plenipotenciários do Império e os das Provincias Unidas do Prata. "Esta paz, diz Palomeque, já era um fato consumado e não poderia voltar-se atrás. Desde 18 de março de 1828 estava consignado na Convenção enviada pelo imperador e entregue a Dorrego que a aceitou com o conhecimento dos orientais. Em prova disto este designou a respectiva missão em 17 de junho; e em 12 de julho partiam os plenipotenciários que concluiam o tratado de 27 de agosto de 1828" (2).

Impunha-se ela de modo taxativo para a Argentina. Minada por dissenções internas, que ameaçavam quebrar os laços que uniam as suas provincias, a grande nação do Prata, orientada por espiritos patrióticos que viam nessa atitude a solução única a seus complexos problemas de ordem econômica e politica, não poderia sacrificar à ação caudilhesca de Rivera essa oportunidade que se lhe deparava para retomar os rumos de sua marcha ascensional. Por outro lado, a desagregação das Missões do território brasileiro, nem sequer entraria nas cogitações dos negociadores do Império. Compreendeu Dorrego a gravidade da situação que se de-

---

o caminho para Jaguari, as oito horas dessa mesma noite chegou o dº. Alferes Silvra. com a partida a Loreto em nossa procura, e tendo alli chegado perguntou por nós, lhe respondeo o Capitão que nós tinhamos seguido para as Tunas, para onde immediatamente seguiram em nossa procura, e não nos tendo encontrado por termos mudado de caminho ali se demorou the o outro dia a tarde, — que então souberão por hum homem que vinha com uma carga de Sal que nos tinha encontrado ao romper do dia passando o Jacui, e deste modo podemos sem perigo seguir o nosso caminho the São Martinho, onde chegamos no dia 29 de Abril pela manhã, e nesse mesmo dia baixamos ao Campestre, onde ficou o Major Ricardo, e eu segui o meu destino the esta Capital de Porto Alegre. Dice mais que soube no dia 5 de Maio pelo morador Padilha, que no dia tres o inimigo tinha entrado no acampamto. de Santa Maria da Bocca do Monte. Dice mais que o Cap. Boaventura no mesmo dia que se passára ao inimigo mandára saquear os Cofres da Nação pelos seus proprios Soldos. apezar da resistencia do Off. encarregado delles, dice mais o dº. Cap. Boaventura aos seos camaradas que aquelle que o quizesse seguir, o seguisse, porque tanto fazia servir á Patria, como ao Imperio, e que elle se hia passar ao inimigo para desse modo segurar todos os seus interesses e que elles fizessem o mesmo, pelo que o acompanharão cento e dous homens. Dice mais o Tte. Canete que toda a força inimiga que elle tinha visto era de quinhentos a seiscentos homens não entrando nesse numero duzentos que tinhão ido a S. Francisco e quatrocentos que hião em seguimto. do Corel. Alencastro por S. Xavier; porem que ouvio dizer que toda a Força do Inimigo era de tres mil homens, entrando nesse numero Correntinos. Orientaes, Charrúas e Minuanos. Dice mais que os principaes Offes. erão D. Fructo, e D. Bernabé, Lopes Xico, e Laguna, e mais não dice e assignou commigo o Tte. Cel. Pedro Luiz de Menezes que por ordem do Exmo. Snr. Preze. fiz este depoimento.

Porto Alegre 8 de Maio de 1828. Francisco Xavier Canete. Tte. do Estº. Maior do Exercito. — Pedro Luiz de Menezes. Tte. Cel.

(1) Arq. Hist. R. G. do Sul — Pasta Missões — 1828.

(2) Palomeque — Obra cit. 104.

senhava. Se Rivera se negasse a desistir de sua facil conquista, que o Brasil amais poderia reconhecer, a luta se reacenderia novamente em detrimento da unidade argentina. Colimada estava a aspiração de ambos os contendores: a independência da Banda Oriental.

Ante a atitude do caudilho que não se resignava ao imperativo da solução, impunha-se ao presidente das Províncias Unidas "limitar a autoridade e poder" que os acontecimentos haviam outorgado a D. Frutuoso Rivera com a posse das Missões. Outro seria o destino do Exército do Norte, "pois a única coisa em que Dorrego pensava era arrancar Rivera do país para lançá-lo sobre o Paraguai, não o querendo de maneira alguma na guerra contra o Império" (1).

Foi quando, para "limitar essa autoridade", deu-se a designação do general Estanislau Lopez que deveria assumir o comando em chefe desse exército. Sentiu o caudilho com este gesto do governo argentino o mais profundo desgosto. Grande amigo de Rivera, o general Lopez procurou atenuar as consequências desse golpe, entrando em um acordo com o caudilho. Feito isto, resignou o mandato, entregando novamente a Rivera a chefia desse exército.

Agindo por conta própria, procurou Rivera consolidar a conquista, estabelecendo nas Missões um governo regular. Tentou atrair, com o engodo de princípios liberais e republicanos arraigados na conciência dos riograndenses, os próceres do liberalismo gaucho. Realizar-se-ia o sonho almejado, proclamando-se a República Riograndense. Bento Manuel, uma das maiores figuras do cenário heróico, recebe os emissários de Rivera: D. Manuel Pueyrredon e o Dr. Lucas José Obes (2).

E enquanto Rivera estende seu raio de ação alem do Ibicuí, determinando ao comandante Felipe Caballero ocupe com 200 homens a capela de Alegrete, sugere o Dr. Obes a realização de um congresso de elementos missioneiros, de origem brasileira, cujas resoluções pensava poderiam pesar no tratado de paz.

Este congresso teve a adesão de alguns estancieiros da região, entre os quais destacou-se Francisco Borges do Canto, irmão do heróico conquistador das Missões, a quem foi dado o cargo de presidente. Outros ainda dele tomaram parte, salientando-se o cirurgião Marcelino Lopes, Alexandre de Abreu Vale, Francisco Fernandes, José de Sousa, Nunes, Vicente Alves de Oliveira e Albino de Lima (3). Reunido em São Borja, teve como escopo inicial libertar a Província de Missões do domínio brasileiro e reincorporá-la ao Estado Oriental. Mas, o principal objetivo a que o Dr. Lucas José Obes pretendia atingir, com esse pseudo movimento de opinião que, no fundo, nada mais era do que o temor das arreadas de gado, por parte desses estancieiros, seria que ele influisse no tratado de paz com as Províncias Unidas. Baldado o intento, pois a incursão das Missões nem sequer fez parte das cogitações do tratado. Observa Sousa Docca que "pretendeu o ilustre caudilho (Rivera) fazer pesar na balança por ocasião do tratado de paz a sua pretendida conquista. Tal não se deu. Pedro I não permitiu que de tal

(1) Palomeque. Obra cit.

(2) Alcides Cruz. *Incursão* cit. (trad.) 37.

(3) Varela Hist. Grande Revolução. I, 330. Carta de Lago.

coisa se cogitasse. Romperia as negociações. Foram os plenipotenciários argentinos notificados por Ponsomby da atitude inabalavel de Pedro I" (1).

Mais tarde, como se dirá, já à margem do Ibicuí, evacuando as Missões os corregedores e mais autoridades missioneiras, que acompanham Rivera, nomeam seus deputados ante o governo do Estado Oriental o Dr. Lucas José Obes e os índios D. Fernando Tiraparé e D. Vicente Yatuy (2).

O tratado de paz de 27 de agosto de 1828 recebe a ratificação imperial em 30 desse mês e em 29 de setembro seguinte a do governo das Províncias Unidas do Prata. Em 17 o presidente Dorrego comunicava ao general Rivera ter recebido das mãos do secretário D. Pedro Feliciano Cávia, para a devida ratificação, esse instrumento "altamente honroso para a República".

Não ha "a menor dúvida, assinala moderno historiador (3), que a primeira impressão de Rivera foi a de resistir ao tratado. O mesmo em carta desses dias ao Dr. Lucas José Obes lhe manifestava que o limite ao norte do território oriental era o rio Quaraí e a este a angustura de Castilhos, e agrega estas palavras: "parece impossivel que os orientais sejam tão tolos que consintam nessa demarcação". Os amigos, porem, insistiram respeitasse as determinações do tratado de paz, que importariam na desocupação imediata das Missões. Esta, consoante ordem do governo argentino, deveria ser efetivada, no máximo, até 4 de dezembro.

Procurou Rivera ainda protelar a evacuação do território brasileiro. Mas logo compreendeu os riscos da aventura à pressão do governo argentino e, mais ainda, à convergência das forças brasileiras que se aproximavam das Missões. Dias depois empreende a marcha, rumo ao Estado Oriental. A 25 de dezembro estancia pelo Ibicuí e três dias depois do Itú se dirige ao governo provisório oriental dizendo que em consequência do Tratado de Paz está assegurada "a soberania da Província oriental. Esta é a base do Tratado e este era o único objetivo da invasão das Missões em sua origem e a do Continente quando se concebeu que (a empresa) não era dificil. A guerra, pois, cessou para o Exército do Norte" (4).

Como sempre, o caudilho tergiversava. Não era este o "único objetivo da invasão das Missões em sua origem..." Outros que realizou merecem registo. A arreada de milhares de cabeças de gado vacum que foram reconstituir as finanças abaladas de seus sócios na empresa; o saque desmedido que não poupou objeto de espécie alguma e a transmigração, voluntária de alguns e obrigada da quase totalidade dos índios que desertaram os povos, com a sua destruição: são fundamentais para a história da civilização jesuítica das Missões Orientais do Uruguai. E, mais tarde, ainda a exterminação total desses últimos remanes-

(1) Sousa Docca — *Missão Ponsomby*, cit.

(2) Angel H. Vida.. *La Leyenda de la destrucción de los Charruas...* Rev. Inst. Hist. Montevidéu. Tomo IX, 1932. (Apartado) 5.

(3) Pablo Blanco Acevedo. *La mediación de Inglaterra en la convención de Paz de* 1828. Montevidéu. 1928. 52.

(4) Idem, idem, 55.

centes indígenas, na própria povoação que fundara, fechará, num gesto trágico, a página sombria e última da história missioneira.

Frustrado o intento da incursão, ao imperativo das circunstâncias, o general Frutuoso Rivera, depois de oito meses de domínio sobre as Missões, evacua calmamente o território brasileiro. Já então, mandado para bater o caudilho, o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, deslocara-se de Bagé, à frente de 1.600 homens de cavalaria. Entrando em contacto com o invasor, que retira pejado de vultoso espólio e de milhares de cabeças de gado, "em vez de romper em hostilidade, abriu negociações" (1). O mesmo sucede com Bento Manuel que, no Alegrete, com força suficiente para sustar-lhe a marcha, "não o incomodou em sua retirada". "Somente depois que este tinha passado alem do Alegrete, tratou de lhe tomar a dianteira em Touropasso, o que fez deixando a infantaria na referida vila" (2). Ainda, segundo Gay, o coronel brasileiro, aproximando-se do chefe oriental, mandou-lhe solicitar fornecesse "umas reses magras para munício; e pela meia noite, mandou marchar de retirada a tropa de Missões que não enchergava aonde ia, dispersou as outras e ele mesmo se retirou para Alegrete".

Dessas "negociações" entre o marechal Barreto e general Rivera, que se encontram nas proximidades do Ibicuí, "campo de Irere-ambá", fica um documento interessante, quase inexplicavel em sua significação histórica. Barreto que recebera ordem de bater o caudilho e que para isto estava aparelhado de elementos, entra em um "acordo" com o chefe do Exército do Norte, fixando as raias do novo Estado, e permitindo que o general Rivera continue a sua marcha até o Quaraí, que será "a linha divisória provisional entre ambas as forças, com as famílias e animais" e espólio abundantíssimo, produtos do saque imposto às Missões.

O documento merece registo e é o seguinte em sua integra: "Los abajo, Sebastian Barreto Pereira Pinto, mariscal de campo, comandante de 1.ª caballeria del ejército imperial del Sur, y el señor coronel don Eduardo Trolé, ingeniero en jefe y comandante general de artilleria del ejercito argentino del Norte, completamente autorizados por el excelentissimo señor don Fructuoso Rivera, general en jefe del mismo ejercito, deseando cortar las dificultades que se presenten y que podrian dar lugar a males irreparables, si no ocurriesen ambas partes a los gobiernos interesados respectivos, y solos competentes para decidir sobre cuestiones relativas a la evacuación del territorio entre el Ibicuí y Arapey por el ejército del Norte, lleva de ganados y familias que le siguen; han acordado lo siguiente:

Artículo 1.º El ejército republicano del norte, al mando del excelentísimo señor general en jefe don Fructuoso Rivera, continuará su marcha hacia el Cuareim, llevando consigo el ganado que tiene y las familias indígenas que lo acompañan: comprometiendose el general de las fuerzas imperiales a no poner embarazo alguno en su marcha ni en la de los demás individuos que lo siguen, asi como en el tránsito de los animales que lleva; menos intentar ninguna via de hecho en contra de él.

(1) Alfredo Varela — *Hist. da Grande Revolução.* I, 354.

(2) J. P. Gay. *República Jesuítica*, 621.

Artículo 2.° Dicho ejército se situará sobre la margen izquierda del Cuareim en el lugar que eligiera el excelentísimo señor general en jefe don Fructuoso Rivera, entre el Cuareim y el Arapey, siendo el primero la línea divisoria provisional entre ambas fuerzas con las familias y animales ya mencionados, hasta la resolución de los gobiernos interesados en las cuestiones pendientes.

Artículo 3.° La fuerza imperial poderá situarse sobre la margen derecha del mismo Cuareim, línea divisoria provisional entre ambas fuerzas, debiendo distar siempre sus avanzadas en la más proxima de diez leguas de las del ejército republicano, hasta la resolución de los gobiernos interesados sobre dichas cuestiones pendientes ya mencionadas.

Artículo 4.° Serán remitidos de ambas partes por los generales de las fuerzas respectivas, rehenes, por garantía de la presente convención provisional.

Artículo 5.° Dicha convención provisional, será redactada en castellano y portugués y firmada de puño y letra de cada uno de los arriba expresados.

En fe de lo que la firmaron a los 25 de diciembre de 1828, en el campo de Irere-ambá.

Sebastián Barreto Pereira Pinto.

Es copia: Eduardo Trolé.

Firmado: Fructuoso Rivera" (1).

Ainda no Ibicuí, antes de entrar em território oriental, por inspiração de Rivera, coagido a abandonar às Missões, em uma ata que alí firmam, corregedores e caciques dos Sete Povos, deixam formulados seus votos no sentido de reincorporar a região missioneira à Banda Oriental. E nomeiam para pugnar pelos seus interesses deputados que pleiteariam o restabelecimento das Missões.

É o seguinte o documento em apreço:

"Los Corregidores, Tenientes Corregidores, y caciques de los Siete Pueblos de las Misiones Orientales, reunidos en las márgenes dei Ybicui, bajo la protección del Ejército del Norte, y con ânimo resuelto de trasladarse al Estado Oriental y someterse a sus instituciones, dijeron: Que habiendo elevado a estos objetos la súplica conveniente al Exmo. Sr. General en Jefe D. Fructuoso Rivera, y obtenido a su retirada el permiso de tomar todas las medidas que se creyesen oportunas, y especialmente como una de ellas el nombrar personas que, investidas del carácter conveniente, puedan personarse ante el Gobierno del dicho Estado Oriental, prestarles homenaje a nombre de dichos pueblos. y promover la aceptación del pacto con que desean hacer efectiva (en q. to hoy pueda serlo) la reincorporación por que se pronuncian expontáneamente, ante el Congreso de la Provincia reunido en S. Borja para este efecto, venian en nombrar a los Sres. Dr. Lucas José Ovez, diputado D. Fernando Tiraparé, y al de igual clase D. Vicente Yatuy, a quienes confieren todo el poder y facultad que más necesario fuese, así

(1) *Rev. Hist.* Montevidéu. N. 20. O coronel Alvaro Alencastre reproduz no trabalho citado esse documento (*Missões*, 281), acrescentando não ter encontrado o original brasileiro no Arquivo Público Nacional, onde realizou pesquisas.

para los fines aquí expresos, como para todo lo que en su ejecución demandara, principal o acidentalmente, siendo su deseo que proceda a la mayor brevedad, a formar impacto que sirva de base a la dicha reincorporación y establecimiento de los Siete Pueblos, en el territorio del Estado Oriental, sin renuncia o menoscabo de sus derechos, al que dejan en las Provincias de Misiones, y deseando se miren siempre como una propiedad de la nación indígena que las pobló, cultivó, mantuvo y governó hasta 1801 en conformidad de las leyes del caso, porque así en esto, como en las conservaciones de aquellos privilegios que fueren conciliables con las instituciones del Estado Oriental, quieren los Pueblos que los Sres. Representantes, nada pacten que pueda ofender a la felicidad de sus venideros".

Y en cumplimiento, nos, los que suscribimos sacamos la presente que es conforme al original de su contexto".

"José Francisco Taupá. *Corregidor* — Egidio Teximante. *Corregidor.* — Eugenio Aragefú. *Corregidor.* — Fernando Virapane. *Teniente Corregidor.* — Francisco Anapotí. *Teniente Corregidor.* — Esteban Abouc. — D. Justino Acatú. — *Cacique* Cipriano Ataví. *Teniente Corregidor.* — Leandro Mendone. *Corregidor.* — Mariano Chembo. *Teniente-Corregidor*" (1).

Certo de que não poderia mais permanecer no território missioneiro, Rivera prepara-se para deixá-lo. Antes, porem, que leve a efeito a retirada, manda a todos os recantos da terra os seus contingentes de latrocínio para o saque sistemático dos bens dos povos e dos proprietários brasileiros da região. Voltam das arreadas, aboiando milhares e milhares de cabeças de gado vacum. Raspavam-se assim todos os rincões da terra missioneira. E os sócios da empresa recebiam os seus quinhões de pirataria. Outros emissários percorriam os povos. Não escapara uma alfaia de igreja, de cujas torres se despojavam os próprios sinos. "Para cima de 60 carretas, diz Gay, com estátuas de santos, com ornamentos e sinos das igrejas, com todo o trem caseiro dos habitantes, com os escravos acolá existentes, "com todos os artigos de comércio", em suma, *"con el gran arreo, de las haciendas entrosadas"* transpuseram o Ibicuí, comenta Varela, seguindo um relatório de Bento Gonçalves (2).

Conhecida a relação dessa presa, que aquí se consigna (3). Valioso o espólio que foi enriquecer os próprios particulares participantes

(1) Archivo General de la Nación. Montevidéu. Legajo 1828. Publicado por D. Angel H. Vidal em seu interessante estudo *La Leyenda de la destrucción* etc. cit. 5.

(2) A. Varela. *Hist. Grande* Rev. cit. I, 356.

(3) Relação das alfaias das Igreas e mais bens pertencentes ao Sete Povos de Missões saqueados por Frutuoso Riveira, e que os conduziu por ocasião da publicação da Paz: três salvas de prata com seus véus, três relicários de prata em que vai o Santíssimo, dois purificadores de prata, uma chave de prata do Sacrário, duas cancelas de prata, seis cálices de prata e suas patenas, sete pares de galhetas de prata, seis pratos de prata das mesmas galhetas, sete colheres pequenas de prata, três turíbulos com navetas e colheres de prata, um turíbulo com corrente de prata, dois turíbulos de latão com correntes e colheres de prata, duas pedras d'Ara, uma caldeirinha de estanho, um hissope de prata, dois respeitos do Sacrário, duas custódias grandes e ricas de prata, uma naveta de prata, um vaso sagrado de prata encravado de pedras, um vaso de prata com seu prato, uma tijela de prata, dois vasos que servem de lâmpada, um jarro de prata, duas cruzes de prata, três coroas de prata, uma cruz de

para los fines aquí expresos, como para todo lo que en su ejecución demandara, principal o acidentalmente, siendo su deseo que proceda a la mayor brevedad, a formar impacto que sirva de base a la dicha reincorporación y establecimiento de los Siete Pueblos, en el territorio del Estado Oriental, sin renuncia o menoscabo de sus derechos, al que dejan en las Provincias de Misiones, y deseando se miren siempre como una propiedad de la nación indigena que las pobló, cultivó, mantuvo y governó hasta 1801 en conformidad de las leyes del caso, porque así en esto, como en las conservaciones de aquellos privilegios que fueren conciliables con las instituciones del Estado Oriental, quieren los Pueblos que los Sres. Representantes, nada pacten que pueda ofender a la felicidad de sus venideros".

Y en cumplimiento, nos, los que suscribimos sacamos la presente que es conforme al original de su contexto".

"José Francisco Taupá. *Corregidor* — Egidio Teximante. *Corregidor.* — Eugenio Aragefú. *Corregidor.* — Fernando Virapane. *Teniente Corregidor.* — Francisco Anapotí. *Teniente Corregidor.* — Esteban Abouc. — D. Justino Acatú. — *Cacique* Cipriano Ataví. *Teniente Corregidor.* — Leandro Mendone. *Corregidor.* — Mariano Chembo. *Teniente-Corregidor*" (1).

Certo de que não poderia mais permanecer no território missioneiro, Rivera prepara-se para deixá-lo. Antes, porem, que leve a efeito a retirada, manda a todos os recantos da terra os seus contingentes de latrocínio para o saque sistemático dos bens dos povos e dos proprietários brasileiros da região. Voltam das arreadas, aboiando milhares e milhares de cabeças de gado vacum. Raspavam-se assim todos os rincões da terra missioneira. E os sócios da empresa recebiam os seus quinhões de pirataria. Outros emissários percorriam os povos. Não escapara uma alfaia de igreja, de cujas torres se despojavam os próprios sinos. "Para cima de 60 carretas, diz Gay, com estátuas de santos, com ornamentos e sinos das igrejas, com todo o trem caseiro dos habitantes, com os escravos acolá existentes, "com todos os artigos de comércio", em suma, *"con el gran arreo, de las haciendas entrosadas"* transpuseram o Ibicuí, comenta Varela, seguindo um relatório de Bento Gonçalves (2).

Conhecida a relação dessa presa, que aqui se consigna (3). Valioso o espólio que foi enriquecer os próprios particulares participantes

(1) Archivo General de la Nación. Montevidéu. Legajo 1828. Publicado por D. Angel H. Vidal em seu interessante estudo *La Leyenda de la destrucción* etc. cit. 5.

(2) A. Varela. *Hist. Grande* Rev. cit. I, 356.

(3) Relação das alfaias das Igreas e mais bens pertencentes ao Sete Povos de Missões saqueados por Frutuoso Riveira, e que os conduziu por ocasião da publicação da Paz: três salvas de prata com seus véus, três relicários de prata em que vai o Santissimo, dois purificadores de prata, uma chave de prata do Sacrário, duas cancelas de prata, seis cálices de prata e suas patenas. sete pares de galhetas de prata, seis pratos de prata das mesmas galhetas, sete colheres pequenas de prata, três turíbulos com navetas e colheres de prata, um turíbulo com corrente de prata, dois turíbulos de latão com correntes e colheres de prata, duas pedras d'Ara, uma caldeirinha de estanho, um hissope de prata, dois respeitos do Sacrário, duas custódias grandes e ricas de prata, uma naveta de prata, um vaso sagrado de prata encravado de pedras, um vaso de prata com seu prato, uma tijela de prata, dois vasos que servem de lâmpada, um jarro de prata, duas cruzes de prata, três coroas de prata, uma cruz de

ate da Província do Rio Grande de S.

Tijolos	Pano de lã	SOLDOS ANUAIS Administradores	CAPATAZES Itaroquem	S. Vicente	S. Gabriel	Capelão	Cirurgião	TOTAL
—	—	144.000	—	—	—	144000	144000	2.006$400
—	—	144.000	—	—	153.600			
—	—	144.000	—	—	—			
—	148 ½	144.000	—	—	—			
—	—	240.000	—	—	—			
—	—	144.000	—	307.200	—			
—	—	144.000	153.600	—	—			
—	148 ½	1:104.000	153.600	307.200	153.600			

os templos

Malhos : prata	Torqueses le prata	Bigorna le prata	Forja e prata	Limas e prata	Tenazes de prata	Prumo de latão	Picaretas de latão	Picões de latão	Colheres de pedhos	Bancos nas	Tafona peadas	Teares prata	Carretas ara
9	1	8	1	9	9	1	11	10	21	65	1	15	10

Conforme, *Antonio Joz*

da façanha. Um dos sinos perdeu-se à passagem do rio. Outros foram destribuidos pelas igrejas orientais.

Consoante o informe de Antonio Diaz, seguiu na cauda do exército retirante, "parte aliciada, parte forçada, a povoação inteira das Sete Missões" (1). E agrega o historiador da *Grande Revolução* que "conquanto fosse de seduzir a índios a aventura em perspectiva, enfeitada com as galas de que sabia usar o laborioso Rivera, que lhes falava a eles em sua língua nativa; certo é que muitos o acompanhavam constrangidos, qual atesta o valioso documento supra. "Resignavam-se a seguí-lo com a esperança de recuperarem a sua propriedade" mesclada a de uns com a de outros no saque universalíssimo que ninguem da parte do império nem de leve obstara". E à luz de outros informes, apreciando a atitude de Bento Manuel que, à frente de forças superiores, deixa passar livremente o caudilho com seu farto botím, contentando-se em solicitar-lhe algumas "magras vaquinhas para munício da tropa, diz que "os oficiais e tropas de sua majestade "ardiam" na ânsiam de "atacar o caudilho invasor, por causa das mulheres e seus filhos, que levava, porque muitos índios missioneiros se achavam incorporados às tropas brasileiras, segundo me tem narrado vários oficiais que se achavam presentes, debaixo de cuja responsabilidade faço esta narração" (2).

---

prata que pertence ao Guião, um vaso de prata para comunhão, dois castiçais galvanizados de prata, dois crucifixos de latão, uma espada e diadema de prata de N. S. das Dores, uma estante forrada de prata, dois rosários de ouro com cruzes do mesmo ouro, um rosário grosso de ouro com um crucifixo, dois pares de brincos de grisólitas, 13 casulas riquissimas de tisso de prata, 49 casulas de todas as cores — maiores e menores, 62 cordões, 26 alvas boas e medianas, cinco âmbulas de prata para Santos Óleos, oito amitos, 43 sanguinhos, 14 capas de Asperges, 13 véus de ombros, 22 corporais, uma coroa de prata do Divino, quatro dalmáticas, seis palas de cálice, 20 bolsas dos corporais, 18 véus de cálice, 7 véus compridos de estante, três mangas de Cruz de Veludo com franjas de prata, um guião, 53 frontais bons e medianos, 12 estolas boas e medianas, 12 manipulos, dois panos de damasco das Credências, cinco pálios bons e medianos, oito missais, 48 toalhas finas e medianas, 68 opas e roquetes, 47 sobrepelizes, 25 túnicas de algodão, uma túnica de baetão preto, duas tiras de baeta com galão falso, 10 cortinas grandes de algodão, 35 campainhas, 19 sinos grandes e medianos, 10 espelhos dos altares, oito lanternas de vidro, quatro castiçais de latão, quatro panos de estante, uma porta coli, um pano verde grande, cinco mantos de veludo do Senhor, uma coberta de seda do Santo Sepulcro, oito lâminas, seis côvados de pano azul fino, seis varas de franja de prata, quatro sacras prateadas, cinco palmas prateadas, um estandarte com renda de ouro, duas bandeiras de tafetá do Divino, uma sobremesa de damasco, quatro cobertas de veludo carmesim das cadeiras, duas capas de veludo, dois sercais de prata, 16 ferros de fazer hóstias e obreas, três ferros de engomar, 55 rabecas e violinos, 14 rabecões, sete zabumbas, sete flautas, três serpentões, duas coroas de prata de Nossa Senhora do Rosário e Espírito Santo, uma chave grande do Sacrário, duas bandejas do Espírito Santo, três estolões, seis almofadas.

Consta ainda da mesma relação o saque feito aos povos e estâncias missioneiras de que se destacam 1830 varas de pano de algodão branco, 1.050 arroubas de algodão em rama, 20 varas de riscado de algodão, 29 arroubas de fio de algodão, 1.000 arroubas de erva-mate, 1.420 couros vacuns, e muitos outros artigos. Alem dos animais dos povos o saque feito às estâncias constava de 31.696 gados de criar, 2.213 eguas de rodeio, 479 cavalos mansos e redomões, 390 ovelhas e 216 bois mansos.

(1) A. Varela Obra cit. I, 354.

(2) Idem, idem, 355.

Não se pode ainda, precisamente, à mingua de informações exatas, apreciar o vulto do êxodo das populações missioneiras que transmigram com o general Rivera. O informe oficial sobre a população das Missões consta do precioso Mapa estatístico que o tenente-coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, em data de 26 de julho de 1827, levantou em São Luiz e existe do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1), documento precioso sobre todos os aspectos da vida missioneira, adiante reproduzido.

Como se verifica, nesse ano, a população das Missões constava de 1.874 naturais, aí arrolados pelos povos em que residiam. Serão exatos esses dados fornecidos em informação oficial pelo administrador geral dos povos? É de crer que sim.

O Dr. Alfredo Varela debate longamente o assunto chegando à conclusão de que maior seria o número dos expatriados. Não obstante nos cingirmos ao documento oficial, deixamos aquí, como elemento para estudo, transcrita na íntegra, essa página do douto historiador, com as respectivas notas ilustrativas:

Berra eleva os expatriados a 5.000 famílias, 10 a 12.000 o total dos indivíduos (51). Há exagero, porque o censo de 1814, feito com um relativo esmero, os computou em 7.951 (52). Se no cálculo demográfico, somos forçados a jogar com um coeficiente de aumento notavel, as novas imigrações, tambem temos que considerar um muito importante, de decréscimo, as guerras, que dizimaram os homens válidos. Artigas atraiu talvez a metade deles e a outra metade muito concorreu para os resultados da campanha, junto dos portugueses, estando em armas, ainda em 1.821, "toda a juventude guaraní" (53). O efeito de categoria oposta foi em verdade extraordinário. Em consequência da tirania de Ramirez, os "povos" obtiveram um poderoso reforço, de origem argentina: "todos os habitantes das aldeias de Entre-rios passaram" "a este lado do Uruguai", disseminando-se entre as provincias oriental e continentista, constando a Saint Hilaire que montavam os retirantes "a pouco mais ou menos 7.000". O incremento da nossa população pode avaliar-se por isto: só pelo vau do Quaraí, de agosto de 1820, a janeiro de 1821 entraram "mais de 3.000" aborígenes, havendo "muitos outros" penetrado em nossas Missões, pelo alto Uruguai, e não ficando a oriente do mesmo rio, senão "alguns velhos e enfermos absolutamente impossibilitados de trasladar-se ao estranjeiro" (54). Ora, apesar de que o censo de 1821 tinha verificado na dita "Província uma população índia de 3.000 indivíduos" (55), admissivel é que a proveniente das zonas ocidentais do rio repusessem o nivel do total, em o que era sete anos antes. Desta maneira, podemos concluir que a raça, desfalcada de alguns centos de combatentes pela guerra de

---

(1) Pasta 1928. Reproduzido na Rev. Arq. Públ. Vol. I, 1921. Varela dá provavelmente por equívoco a data de 28 de outubro para essa estatística do tenente-coronel Lago. (*Grand. Revol.* I, 357.)

(51) *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay*, 680. O cálculo, segundo Antonio Diaz (I, 153), é de que foram de 8 a 10.000 almas.

(52) S. Leopoldo, *Anais*, 262.

(53) (54) Saint-Hilaire, 356, 346.

(55) Idem, 284, *Aperçu*, 376.

1825 a 1828, formava, quando ao fim do segundo ano a seduziu e arrastou o ex-tenente de Artigas, um complexo que, tudo persuade, andaria pela metade da cifra maior que consigna Berra. Pelo último grande êxodo, a massa dos guaranis pode ser contada, com muita probabilidade, em uns 6.000 indigenas, cuja perda é imputavel à evidente inexação ou misteriosa cumplicidade do comandante da divisão brasileira, destacada em nosso território de Entre-Rios.

Uma estatística de 28 de outubro de 1827 manifesta apenas um total de 1.847 habitantes, dos quais eram em número de 436 as pessoas do sexo masculino, contadas dos 10 aos 70 anos. Há indubitavel deficiência neste antigo trabalho, como há no anterior, porquanto é impossivel que Rivera conseguisse o efeito que conseguiu em sua Pátria, entrando alí com as escassas duas centenas de primitivos legionários e com aquelas quatro mais, de índios aptos pela idade, para o exercício das armas. Devia ter ele regressado com um grande séquito, multidão de fato imponente em seu conjunto, porque sabemos que o governo até então adverso, o governo que o tentara prender, pelo braço de Oribe, transigiu com o profugo, sob o império da necessidade: revogado o decreto de infâmia e banimento, o brigadeiro que estava fora da lei, se viu coberto de prêmios, sendo adido ao exército nacional, o do feliz guerrilheiro aventuroso. Não podiam ser tão poucos, qual se depreende do recenseamento de 1827, é de repetir-se. Os apontadores (parece coligiram em listas somente os habitantes aldeados, não os rurais, porque os índios constituiram a força principal do caudilho, nas posteriores revoluções, como "seus soldados mais fiéis", sobrevivendo poucos à fortuna de Rivera, declinante com a derrota do Arroio-grande e empalidecida de todo com a de India-muerta, em 1845, no próprio sitio do seu revés de 1816.

Alguns dos retirantes de Missões voltaram, tocados pela nostalgia ou no reponte de infortúnios, que lhes fizeram doce o passado, com a desaprazivel vida em solo estranjeiro (56). Poucos seriam. "Os Sete Povos que formavam as Missões (diz um papel oficial) estão quasi extintos. Sto. Angelo, S. João, S. Luiz e S. Nicolau não tem um só índio. S. Borja, e S. Lourenço e S. Miguel apenas tem 38. Os templos, os colégios, as casas dos antigos cabildos, as dos antigos teares, são tantos monumentos, que atestam a decadência, ou para melhor dizer, a total ruina de povoações em outro tempo ricas, florescentes e populosas". Malgrado tamanho desastre, "existiam ainda, nas estâncias de Itaroquem, S. Vicente e S. Gabriel, 15.040 rezes de criar" (57). Poucos seriam os aborígenes que restaram, depois destes acontecimentos, visto como a certeza de que em 1833 compartiam da nossa comunhão apenas 377, porção cujo exíguo número atesta a magnitude lamentavel do despojo e a responsabilidade dos que o toleraram. O caudal étnico de que a sua grave falta nos privou é de tamanho valor, que o espírito deslembra a verba do prejuizo material. Entretanto, a cifra era indesprezavel; nada menos que tudo o que restava da civilização jesuítica se viu reduzido a botim

(56) Afirma Bento Manuel, na citada carta, que a *maior parte* dessa gente regressou aos lares, mas dizem o contrário os dados oficiais constantes do texto.

(57) Fala do presidente Lopes Gama, em 1-XII, no "Constitucional riograndense" de 29-XII-30. Vide ainda sobre essa catástrofe, a mesma folha, ns. de 31-X-28, 25-II-29, 10-XII-31.

ou a destroços! Feito o inventário, a herança usurpada subia a milhões de boa moeda, industriosamente acrescida com o saque da comarca do Alegrete, às barbas do impassivel fronteiro que tinha por alí o Império!" (1)

O gado missioneiro e, por extensão, alem deste o da raspagem de todos os campos que puderam ser atingidos, foi o principal objetivo da pilhagem do caudilho. Consigna Varela que vadearam o Ibicuí, "seguindo as viaturas", "20.000 animais vacuns quase todos pertencentes às estâncias ou burgos guaranís. O colossal rebanho, ao cruzar os limites meridionais do distrito de Entre-Rios, montava a mais de oitenta milhares, no cômputo de Gay, a perto de 90, no de Bento Gonçalves, a "100.000 animais" no dizer de Antonio Diaz" (2).

Nos primeiros dias de janeiro de 1829, transposto o Quaraí, antes de atingir o Arapeí, em local que lhe pareceu apropriado, acampou a caravana extensa. Aí fundou o general D. Frutuoso Rivera, com esses elementos arrancados às Missões, o povo de Bela União. Mandou traçar os lineamentos de uma cidade, com praça, ruas, igreja, que não passou, porem, da planta inicial. Acampados em ranchos primitivos, numa promiscuidade indizivel, como se houvessem tornado aos tempos bárbaros de sua infância, os pobres índios entregues a si próprios, sentiram cair sobre as suas cabeças a maldição dos proscritos. Pouco gado lhes restara para a subsistência. Os rebanhos copiosos, continuando a marcha para o sul, iam enriquecer estancieiros falidos, que hauriam na *montonera* novos alentos para o reerguimento de suas fortunas...

Dentro em pouco a miséria, a fome, a "natural tendência dos indígenas para a rapina, a particularidade de terem pertencido ao território do Império, donde desertaram e outras circunstâncias mais, tudo anunciava de antemão que tinhamos de lutar continuamente com uma cabilda de salteadores, colocada frente a frente: os fatos justificam os receios e apesar das repetidas agressões só nos desassombramos de um mal tão iminente depois que voltaram as armas contra o próprio governo da República do Uruguai", dizia o presidente da Província em nota ao governo do Uruguai (3).

Os índios de Bela União, ao princípio, premidos pela fome, mais tarde, por essa "natural tendência para a rapina" organizaram-se em bandos armados, invadindo o território brasileiro, desde o Quaraí até o Alegrete, de onde roubavam as fazendas, "a ponto de quase deixarem desertos os campos mais próximos do Quaraí" (4).

E tais foram as depredações e os assaltos que levavam à propriedade brasileira que, depois de várias reclamações não atendidas, resolveu o tenente de 1.ª linha Manuel Luiz Osório, que comandava uma guarda postada no Quaraí, agir na repressão desses latrocínios. Passando o rio Quaraí, o tenente Osório, à frente de sua guarda, atacou um bando de índios que estavam procedendo a uma encerra de éguas, matando todos quanto encontrara. "Osório, diz o seu biógrafo (5), vendo

(1) Varela, *Grande Revol.* I, 358.
(2) Idem, idem, I, 353.
(3) Anais do Itamaratí — Memória Histórica — XXXI, 180.
(4) Idem, idem, XXXI, 181.
(5) Fernando Luiz Osório — *História do General Osório*. Vol. I, 271.

quase diariamente as tropelias dos índios selvagens da Bela União; contemplando as vítimas que o buscavam pedindo proteção, vindo-lhe umas feridas pelos índios, outras chorosas, já com as casas incendiadas, e expostas às intempéries, já sem alimentação alguma, porque os ladrões lhes arrebataram tudo; presenciando Osório o desamparo das esposas, das filhas e das crianças riograndenses, em consequência das atrocidades praticadas, pelos índios assassinos de seus esposos e pais; indignado Osório contra a atitude inerte do governo que se limitava a dar ordens por ofícios, recomandando vigilância e a trocar notas diplomáticas de mera cortesia, enquanto que as vítimas gemiam desprotegidas, — um dia esperou que os salteadores atravessassem a fronteira e foi-lhes ao encontro. Eram numerosos. Achou-os ainda conduzindo a propriedade roubada, caiu sobre eles apenas com 20 praças, travou luta renhida e os desbaratou completamente".

Para o próprio governo da República Oriental do Uruguai, então sob a presidência do general D. Frutuoso Rivera, esse estabelecimento de índios, se tornara uma constante ameaça à tranquilidade e segurança. Compreendeu o caudilho o erro terrivel que cometera, aliciando elementos que não poderiam subsistir por si próprios, dadas as condições de sua mesma natureza e incapacidade para a vida livre e para o trabalho.

Em 1831 os índios de Bela União estavam completamente sublevados contra o governo de seu protetor. Tentou Rivera desfazer-se desses importunos moradores, entrando em negociações com o governo de Corrientes, afim de que voltassem novamente ao território missioneiro, e nesse sentido em ofício de 16 de maio de 1831, ao presidente daquela Província, propunha um "convênio amigavel entre ambas as partes", "negociando a devolução de seu antigo território" aos índios das Missões (1). Mas, essas negociações não tiveram a solução desejavel.

Nesse ínterim, assumindo o comando dos sublevados Gaspar Tacuabé, tenente-coronel de cavalaria, seduzido pelas insinuações do general Lavalleja, à frente de 400 índios de Bela União, sai a campo contra o governo do presidente Rivera. Para submetê-los determina o governo da República que o coronel Bernabé Rivera, irmão do general, com força equivalente, dê combate aos revolucionários. Dá-se o choque em Salsipuedes, em 11 de abril de 1831, sendo os índios destroçados, ficando no campo mais de 40 cadáveres e o resto, 300 homens, mulheres e crianças, prisioneiros.

Rivera foi acusado de mandar passar a fio de espada os remanescentes de Bela União, destruindo assim completamente esse foco de insurreições. Angel Vidal, que estuda em documentada monografia esse sucesso, prova que tal não se deu. Extinta Bela União, foram os antigos missioneiros distribuidos pelos moradores de Montevidéu e outras cidades do Uruguai que "se obrigariam a tratá-los bem, educá-los e cristianizá-los".

Quatro desses índios, de origem tape e não charrua, como comprova Angel Vidal, são os que, dados ao francês Francisco de Curel, foram levados para Paris, onde ainda hoje figuram seus bustos no Museu do

---

(1) Angel Vidal. La Leyenda cit. 12.

Louvre. Sobre estes pseudo charruas fez o etnólogo Paul Rivet um magnífico estudo, publicado na *Revista de la Sociedad Amigos de Arqueologia*, de Montevidéu. Tomo IV.

Ficaram ainda alguns índios de Bela União que foram mandados, em abril de 1834, para as imediações de Durazno, fundando alí um povo que teve a denominação de São Borja, de efêmera duração.

Termina aqui o ciclo da civilização jesuítica das Missões Orientais do Uruguai. Quando o coronel Olivério José Ortiz, com a retirada de Rivera, assume o comando das Missões, em fins de 1828, nada mais encontra alí. Um ou outro índio, como a sombra vagabunda e errante de uma raça que se extinguia, assoma pelas ruinas dos templos e das casas, medrosamente, como o atestado último de velhas tradições que se apagam na voragem dos tempos. Não mais soavam as cantilenas dolorosas das liturgias cristãs, nos desvãos das igrejas derruidas. Mas a glória dos jesuitas, imergindo desses escombros, ainda os cercava, e os cercaria, pelos tempos afora, de um halo imortal. Construtores de um mundo novo, para pedestal dessa glória, bastar-lhes-iam as ruinas desse próprio mundo.

5 — *O índio missioneiro na formação étnica e histórica do Rio Grande do Sul.*

O problema étnico da nossa formação, no extremo sul do país, é ainda uma equação histórica. Pretendemos traçar os fundamentos de uma sociologia quando mal vamos carreando os elementos inda brutos sobre que assentarão as linhas mestras das nossas origens. E como não nos é dado ainda lançar mão de uma contribuição honesta, baseada em pesquisa sistemática, vamos nos servindo da velha prata dos antigos, eivada, muitas vezes, da liga não muito pura de velhos preconceitos sociais. E na falta de elementos precisos de caracterização sociológica, não raro fazemos literatura para disfarçar claros impreenchiveis.

As pesquisas genealógicas que ora se iniciam (1); estudos etnográficos e históricos, baseados em documentação exhumada modernamente dos arquivos nacionais; achegas documentais que se vão difundindo, contribuem notavelmente para apreciação mais aproximada da verdade sobre a formação étnica do sul. Mas tudo que se possa fazer ainda não passará de um simples esboço, pela carência de elementos definitivos mal vislumbrados em fundos arquivais inacessiveis às nossas pesquisas, em paises estrangeiros, notadamente Portugal e Espanha.

O que ressalta, porem, de uma larga pesquisa para fins genealógicos em todos os arquivos eclesiásticos do Rio Grande do Sul, sobre as bases estruturais da nossa formação, já autoriza estabelecer rumos mais precisos nessa direção.

---

(1) Iniciadas pelo autor destas linhas, essas pesquisas tiveram por continuadores, no Rio Grande do Sul, três estudiosos de escol, cujos trabalhos honram à nossa cultura: João Pinto da Fonseca Guimarães, roubado pela morte em pleno florescimento de um esforço inteligente e tenaz, Jorge Godofredo Felizardo que publicou um volume precioso — *Genealogia Riograndense*, Porto Algre, 1937 — com a colaboração do primeiro, e Mario Teixeira de Carvalho que nos dá em *Nobiliário Riograndense*, Porto Alegre, 1937, magníficos elementos de pesquisa sobre as nossas origens.

As primeiras famílias que se estabelecem no Continente, ocupando estâncias que se estendem desde Tramandaí até os campos de Viamão, são todas de origem mestiça. Contam-se entre estas oito filhos do capitão-mor da Laguna Francisco de Brito Peixoto que não foi casado, mas, que de várias índias da terra, de nação carijó, teve esses filhos que foram os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul. Alem de Vitor e Sebastião Francisco, que morreram solteiros, deixaram larga descendência, que se desdobra até os dias de hoje, em troncos notaveis da família riograndense. São o capitão Domingos Leite Peixoto que teve estância nos campos de Tramandaí; Ana da Guerra, casada com Diogo da Fonseca Martins, que foi a fundadora da Capela de Viamão; Ana de Brito, casada com João de Magalhães, o velho, desbravador do Continente; Maria de Brito, casada com Agostinho Guterres, espanhol, e Catarina de Brito, casada com José Pinto Bandeira, português. Procedem desses troncos as famílias mais importantes do Rio Grande e que se desdobram até a atualidade em elementos altamente representativos, cujos nomes estão ligados a todos os fastos históricos do passado.

Fundada por José da Silva Pais, em 1737, a povoação de Jesus-Maria-José, do Presídio do Rio Grande, foram para alí levadas algumas famílias de índios de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente das aldeias de São Miguel, Maruí e São Gonçalo. A povoação, porem, atrai logo grande número de famílias das Missões que alí vão se estabelecer. Nos primeiros cinco anos da fundação, como se depreende dos respectivos assentos de batismos, são levados à pia batismal 28 filhos de índios que assim se dividem: Tapes das Missões jesuíticas, 19; índios de São Paulo, 3; minuanos, 2; e sem indicação de procedência, 4. Como se vê, desde o primeiro momento, são as aldeias dos padres da Companhia que oferecem a maior percentual de povoamento indígena do Presídio com 67% de batismos. Em Viamão, tambem nos primeiros cinco anos de seus registos batismais, isto é, de 1747 a 1752, em 14 batismos de filhos de índios, encontram-se 6 de mulheres carijós, oriundas da Laguna, administradas das famílias fundadoras; 4 das Missões da Companhia; 1 de caiapó; 1 do gentio da terra, e 2 sem indicação. No mesmo período registava Viamão o batismo de 96 filhos de brancos e 15 de pretos, sendo o total dos batismos de 125, o que daria, respectivamente, em números índices, para 1.000 batismos: brancos 768, índios 112 e pretos 120. Com mais detalhe adiante estudaremos esse aspecto do nosso povoamento inicial.

Excelentes vaqueiros, fundadores da pecuária riograndense, foram os missioneiros, desde o estabelecimento das primeiras estâncias, solicitados a prestar nelas os seus serviços de campo quer para o transporte de grandes tropas de gados, quer para o custeamento dos rebanhos em currais que se fixavam mesmo alem das linhas fronteiriças. Os lagunistas procuram logo um entendimento amistoso com esses aborígenes, conseguindo os auxiliassem nas grandes arreadas que faziam de gados que iam arrebanhar nas próprias estâncias dos jesuitas.

Os fundadores da Laguna já haviam, entretanto, selado com os índios minuanos um pacto de amizade que perdurou por muito tempo, e a que já fizemos largas referências. O minuano, porem, mais afeito à criação de animais cavalares, não interessava tanto às estâncias do Continente como os tapes, grandes conhecedores das vacarias jesuíticas. Es-

tabelece-se intenso comércio entre continentinos e missioneiros quer nas campanhas do Rio Grande, quer na própria Colônia do Sacramento de que são os supridores de gado. Castigados severamente pelos jesuitas e pelos espanhóis, nem assim deixam o intercâmbio rendoso. E, para evitar, muitas vezes, o castigo que os espera, desertam para as estâncias ou para os povoados, onde continuam como vaqueanos nessas arreadas.

Quando se funda a Tranqueira do Rio Pardo, por ocasião da Demarcação de Limites, são os tapes das aldeias dos padres, os fornecedores principais de gados para suprimento das tropas portuguesas que alí estacionam. Mesmo, em plena guerra, partidas de índios suspendiam as hostilidades para entrar em entendimentos comerciais com os inimigos.

Na interessante informação do sargento-mor Luiz Manuel de Azevedo há referências sobre o comércio dos índios com o exército de Gomes Freire, que acampara no Passo do Jacuí. O general Gomes Freire, "os pôs tão domésticos, que nos últimos dias dos que ocupamos aquele passo vindo os índios a fazer um pobríssimo negócio de bexigas de graxa, sabão, copos de chifre e outras bagatelas mais, obedeciam as ordens de se retirarem quando se dilatavam muito, porque vinham logo de manhã e durava a feira até 2 a 3 da tarde, e duraria até à noite se não fosse o impedir-se a dita feira por mais tempo" (1).

Em maio de 1756 entram os exércitos aliados nos primeiros povos de Missões. Gomes Freire vai aquartelar com suas tropas em Santo Ângelo. Aí, por um tratamento excepcional, procura atrair a simpatia dos índios, que "tratados com amizade e atraidos até com mimos pelos portugueses, mudaram inteiramente a sua opinião a respeito destes", chegando "a preferí-los aos espanhóis" (2).

Escandon, citado por Teschauer (3), observa: "Os portugueses fizeram uma pública e fanfarrona renúncia dos moveis em favor dos índios e trataram a estes com tanto carinho e agasalho, na intenção de levar muitos consigo para o Rio Grande, que estes começaram a olhar os portugueses com outros e mais favoraveis olhos; ainda que os antigos portugueses tinham sido inimigos imortais de seus avós, os modernos, diziam, eram diferentes, eram mui bons e amantes dos índios e até melhores que os espanhóis; aquartelados estes em São João e São Lourenço, não tratavam os índios senão com altivez e desprezo sem vestígio de compaixão com sua desdita, antes lha aumentaram tirando-lhes o pouco que possuiam. Os portugueses de fato não os trataram com a superioridade de vencedores senão com a igualdade de amigos, tanto que os iam visitar mui de propósito em suas casas... não gostavam dessa terra diziam os portugueses, porque era terra vermelha, sua poeira lhes manchava a roupa branca já no primeiro dia que a punham".

Nessa nova catequese empenharam os soldados de Gomes Freire os melhores esforços e, entre outras coisas, diziam aos índios que não tinham intenção de fazer com que eles abandonassem a sua bela redução de Santo Ângelo, "e que perto de sua estância ficavam o Rio Pardo e o

(1) B. N. Mss. II, 35, 36, 25. Publ. Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. I, 1937, pág. 75.

(2) Teschauer. Hist. II. 285.

(3) Escandon, Transmigración § 23 Cf. Tesch. cit. 285.

Rio Grande e assim mudando-se para lá não precisavam sair de suas terras", e isto os foi ganhando e despertando confiança nos índios. Essas noticias correram logo por todo o território missioneiro, impressionando profundamente os seus moradores o contraste entre o modo por que eram tratados pelos portugueses e o desprezo que sentiam dos espanhóis. E uma forte corrente de simpatia os foi aproximando de seus antigos inimigos.

Começara tambem entre paulistas, continentinos e portugueses mais íntimo contato com o elemento feminino das Missões. Iniciava-se já, nessa fase de ocupação dos povos, o caldeamento entre brancos e índios, que deram aos tempos heróicos do Rio Grande mestiços de valor inegualavel, como Maneco Pedroso, um dos conquistadores de Missões; Francisco Bicudo, filho de paulista e missioneira, que ao serviço de Artigas morre heroicamente na defesa de Paissandú, e muitíssimos outros que se destinguem no largo cenário das campanhas platinas.

Quando o exército de Gomes Freire deixa o Povo de Santo Angelo, com destino a Rio Pardo, forma a cauda do mesmo um outro exército de famílias missioneiras que acompanham, com moveis e semoventes, a retirada dos portugueses. É um largo êxodo de gente de todas as doutrinas que veem se reunir a seus parentes e amigos que transmigram para os domínios portugueses.

Informa Teschauer que seriam mais ou menos em número de 700 as famílias que acompanham o exército português, localizando-se no Rio Grande, o que não é fora de propósito como veremos no decorrer destas notas. E que a propaganda fora intensa e coroada de êxito, demonstra o fato de terem acompanhado o exército português famílias de todos os Sete Povos, como se verifica mais tarde pelos assentos de batismo da Aldeia dos Anjos, fundada, junto ao Gravataí, imediações de Porto Alegre, em 1763 (1).

Em 1757, voltando da campanha das Missões, determina o general Gomes Freire fossem essas famílias arranchadas junto ao rio Butucaraí, nas proximidades do Rio Pardo. Alem dessas que acompanharam a retirada dos portugueses, muitas outras, de diversos povos, chegam diariamente ao acampamento.

Substituindo o governador Adonaegui, no governo de Buenos Aires, aportava ali, em 4 de novembro de 1756, o general D. Pedro de Cevallos. Sabendo, por comunicação do próprio chefe das forças portuguesas, que muitas famílias de índios haviam voluntariamente acompanhado o exército, internando-se em território riograndense, procurou evitar a continuação do êxodo, mandando por três guardas nos passos dos rios Ijuimirim e uma de 50 homens na entrada de Monte Grande, "lugar de trânsito para o Jacuí" (2). Mesmo, assim, não conseguiu por um paradeiro à fuga dos índios que, temerosos dos espanhóis, seguiam os seus parentes para os domínios de Portugal. Os que haviam ficado nos povos, receosos do mau tratamento que lhes davam os espanhóis, quando

(1) Câmara Ecles. do Arcebispado de Porto Alegre. 1.º Livro de Batismos da Aldeia dos Anjos (1765-1781). A aldeia foi fundada em 1763 e os dois primeiros anos de assentos de batismos de filhos de missioneiros constam do livro respectivo de Viamão.

(2) Enrique M. Barba. *D. Pedro Cevallos*, cit. 63.

o exército português se pôs em marcha, "fugiam, escondendo-se nos bosques", onde "ficavam expostos à fome e à miséria" (1).

Conseguiu o governador espanhol, usando da maior brandura, recuperar em parte a confiança dos fugitivos, fazendo recolher aos povos alguns milhares que se haviam dispersado à aproximação do seu exército.

No intuito de repatriar as famílias que haviam passado ao Rio Pardo, designou Cevallos o coronel Eduardo Wall que deveria se entender com o general Gomes Freire para que este restituisse às Missões aquela gente. Em companhia de Francisco Graell, com 150 homens de tropa e 12 carretas com provisões, foi o emissário até o Monte Grande, entabolando com o quartel general português as negociações nesse sentido. Gomes Freire, porem, não estava de acordo com a devolução desses índios que constituiriam núcleos de população de futuras aldeias riograndenses. E os próprios missioneiros opunham-se formalmente a retornar a seus povos, atraidos pelo modo com que eram tratados pelos portugueses.

Em longo ofício, constante de troca de correspondência com Cevallos, expõe Gomes Freire não ser possivel obrigá-los à força a retornar às Missões, competindo isto ao general espanhol que, por meios persuasivos, deveria tentar a empresa. Resolve, então, este governador, ante o insucesso das negociações do coronel Wall, fossem ao Rio Pardo dois padres da Companhia para aconselhar aos índios a volta a suas terras. Quando estes teem conhecimento da vinda dos jesuitas, fugindo em massa para as matas do Butucaraí, "preferem morrer à fome a voltarem para os domínios de Espanha" (2). E é a esses índios fugitivos que, com grande dificuldade, voltam ao Rio Pardo, que se dá a denominação de *butucaris*, que alguns historiadores ainda insistem em designar como tribu selvagem inexistente, conforme salientamos.

Empenhadíssimo o governador Cevallos insiste novamente junto a Gomes Freire nessas negociações, terminando o chefe português por declarar que sem ordem de seu rei, já que esses índios haviam se refugiado sob a bandeira portuguesa, não poderia obrigá-los a voltar a seus povos. E assim terminou a contenda, com a incorporação definitiva dessa população indígena ao domínio português.

Parte dessas famílias ficaram arranchadas nas imediações do Rio Pardo, constituindo aí a aldeia que recebeu a invocação de São Nicolau, em lembrança de um dos Povos de Missões que forneceu maior número de casais para a sua fundação e, mais tarde, com outro contingente não menor de índios foi tambem criada outra aldeia da mesma invocação, junto ao Passo do Fandango, à margem esquerda do rio Jacuí, nas imediações da atual cidade de Cachoeira.

Com a distribuição de sesmarias que logo se inicia, vão os povoadores restringindo as terras dos índios que dentro em pouco se veem reduzidos à maior penúria. Procura-se, então resolver essa situação, localizando-os em região mais adequada e central em que pudessem ser mais uteis à economia geral do Continente. Foi escolhido para isto um

(1) Idem, idem.

(2) Ofício de Gomes Freire, datado do Rio Pardo a Cevallos. B. N. Cod. mss. I, 6, 20, 40.

rincão de terras junto ao rio Gravataí, "em sítio levantado e vistoso", no dizer de Ayres de Cazal e distante do Porto dos Casais (Porto Alegre) 33 quilômetros.

Foi a 8 de abril de 1763 que o capitão Antonio Pinto Carneiro, conduzindo mais de 1.000 índios, procedentes das aldeias do Rio Pardo, ali chegou, fundando a aldeia a que se deu a designação de Nossa Senhora dos Anjos. Em ofício de 6 de maio desse ano, o encarregado dessa nova povoação se dirige à Junta Governativa do Rio de Janeiro, dando a notícia da trasladação, que havia sido determinada pelo conde de Bobadela: "A 8 de abril, informa Pinto Carneiro, me recolhi do Rio Pardo com mais de 1.000 almas dos Povos de São Miguel e de São Borja, destes mui pouca porção (1), porem acham-se com sossego e satisfeitos da passagem, mas mui faltos de vestuários, que causam compaixão e merecem toda a piedade. Rogo a V. Exas. atender a estes miseraveis e juntamente com os socorros para a conservação deste pequeno terreno em que me acho, do qual não me pretendo apartar sem motivo para fazê-lo" (2). Em ofício posterior, no mesmo ano, diz Pinto Carneiro, a cujo cargo estão essas famílias, que há necessidade extrema de socorrê-las, em seu sustento, pois vivem à mingua, e tambem que lhes mandem mestres que os ensinem a ler e escrever, e oficiais mecânicos para aproveitar as suas habilidades. Estavam eles edificando as suas casas.

Infelizmente o descaso dos governos portugueses, a centralização burocrática da época e o pouco caso que os governadores faziam desses infelizes, arrancados aos seus povos, iam contribuindo para a relaxação dos velhos costumes jesuíticos. Ainda em 1768, o governador José Custódio de Sá e Faria, espírito inteligente e progressista, solicitava providências ao vice-rei Conde da Cunha. Informava que empregara esses índios em diversas obras, convindo entretanto arbitrar-lhes algum jornal para que se pudessem vestir e manter as suas famílias. "Ordenou-me, a junta (o vice-rei) apontasse eu o quanto se lhes devia dar, o que fiz; porem resultou tornar a ordenar-me o mesmo senhor se lhes não desse nada, e mandasse eu dizer os gêneros que precisavam para se vestir, o que executei em 18 de julho do ano passado, porem não tive resposta, do que se tem seguido estarem todos nus por se lhe haverem consumido os vestuários que sua majestade lhes mandou" (3).

Cabe ao coronel José Marcelino de Figueiredo (Manuel Jorge Gomes de Sepulveda), que por duas vezes governou o Continente (4), a organização da Aldeia dos Anjos que, como acentua o padre Geraldo Pauweles, foi "a menina de seus olhos" (5).

---

(1) Como se verá alem destes outros povos contribuiram para a fundação da Aldeia dos Anjos.

(2) Registo de Ofícios. B. N. Cod. cit. I, 6, 20, 40.

(3) Rev. Inst. Hist. Bras. V 31, pág. 285.

(4) Nomeado em 6 de março de 1769 para substituir no governo do Continente ao coronel José Custódio de Sá e Faria, tomou posse em 23 de abril de 1769, administrando até 26 de outubro de 1771. Afastou-se com licença, voltando a reassumir em 3 de abril de 1773, e tomando posse em 11 de junho, governou o Rio Grande do Sul até 31 de maio de 1780, sendo nesta data substituido pelo brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.

(5) Processo Pinto Bandeira. Rev. Arq. Público R. G. do Sul. Vol. 23.

Nobre figura de realizador, desenvolvendo iniciativas próprias e superpondo-se ao seu tempo, a atividade administrativa de José Marcelino de Figueiredo não conhece óbices nem entraves. Rompendo o círculo estreito que constringia a administração, dentro das formas de uma centralização de poderes que não permitia desdobrar quaisquer realizações individuais; autoritário, mesmo, para a consecução de seus objetivos administrativos ou políticos, tendo em vista, precipuamente, os interesses do bem público e a sorte do governo que lhe havia sido confiado, o nobre Sepulveda soube se impor à história do Continente, se bem que combatido, mal visto e caluniado pelos seus coetâneos, cujos interesses pessoais contrariou e feriu.

Fundador do municipalismo riograndense, povoador do Continente, fez das humildes aldeias que encontrou, faltas de tudo, o germe de cidades futuras, prósperas e belas. Porto Alegre deve-lhe a sua fundação. Haviam sido aí arranchados em novembro de 1752 os primeiros casais açorianos destinados às Missões. Com a invasão dos espanhóis no Rio Grande, em 1763, passara a capital para Viamão. Assumindo o governo do Continente, em 1769, compreendeu José Marcelino, com sua alta visão de estadista, as vantagens que oferecia, para erigir capital do Continente, o Porto dos Casais, onde já havia, ereta poucos anos antes uma pequena capela consagrada a São Francisco. O primeiro documento sobre a criação de Porto Alegre e que lhe dá oficialmente o nome com que foi batizada por José Marcelino, em seu primeiro período governamental, é de 2 de agosto de 1773 (1). Entretanto pode-se afirmar que antes de se afastar do governo em 26 de outubro de 1771 já havia resolvido mudar a capital de Viamão para o Porto dos Casais, nessa data, já denominado Porto Alegre (2). Um dos primeiros atos de seu governo

---

(1) *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.* (Pasta 1773). Registo-Criação da Vila de Porto Alegre. — Com expreção das Reays ordez. de El-Rey meu Senhor q trate necesa. medidas o estabelecimento do Cont^{e}. do R. Grde. pa. o cum^{to}. daquellas ordenz, criar a Freg^{a}.. Nesta Villa já com a denominação de N. S. Madre de D^{s}. para donde ordeno o G^{or}. passe a rezidir e faça mudar a Provedoria e nesta Conformid^{e}. ordenará ao C^{te} e off^{es}. da Camara daquelle Cont^{te}. que passem a residirem na mesma Villa para nella exercitarem as obrigaçoens de seo Off^{o}. Ds. G^{e}. a v. m. R^{o}. de Jan^{o}., a 2 de Agto. de 1773. Marquez de Lavradio. Snr. Ouvid. da Com^{ca}. da Ilha de S^{ta}. Cat^{na}. Duarte de Almeyda e Sam Payo. E não se continha mais em dita carta q. passei bem e fielm^{te}. registo." Et.. Registada em Viamão pelo escrivão Bento de Almeida, aos 24 de fevereiro de 1776.

(2) O próprio José Marcelino, em 24 de julho de 1773, diz ter mudado sua residência para Porto Alegre, sendo de 18 de janeiro do mesmo ano, antes de reassumir o governo, o ato de elevação de São Francisco dos Casais à paróquia que passou a denominar-se Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Justifica-se, assim, que o nome fora dado à futura capital por José Marcelino antes de sua retirada de Viamão, em 26 de outubro de 1771. Realmente, o último documento conhecido em que o governador faz alusão ao *Porto dos Casais* (Doc. 40-Pasta 1771), é datado de 11 de outubro de 1771, 15 dias antes de abandonar o governo. Mas, a 3 de dezembro desse mesmo ano, quando José Marcelino já havia partido, o provedor da Fazenda, Osório Inácio Vieira, dando providências para o recolhimento de um preto ao hospital real de Viamão, data seu despacho de *Porto Alegre, 3 de dezembro de* 1771. (Doc. n. 77. *Portarias do Provedor.* Pasta 1771). O novo governador vai porem residir no Viamão e só ao reassumir o governo, em 1773, é que José Marcelino põe em execução a mudança da capital. O documento inédito do Provedor vem restabelecer a verdade sobre a data em que José Marcelino batiza a futura capital do Rio Grande do Sul.

foi fundar um estaleiro, na Ribeira do Porto dos Casais, para construções navais, encarregando o mestre Baltazar Manuel Angelo, em 26 de dezembro desse ano, da construção de uma fragata de guerra, a *Belona*, por invocação São José, que foi lançada daquele estaleiro em 6 de janeiro de 1770 para comemorar o 56.º aniversário del-rei D. José I (1).

José Marcelino desdobrou sua atividade de povoador, construtor e defensor das fronteiras do Continente de um modo digno de verdadeiros encômios. Apreciando em magnífico trabalho o seu governo cheio de realizações, Florêncio de Abreu nos dá as linhas mestras de sua compleição de homem público. "Injustos, em geral, diz, foram os contemporâneos de José Marcelino; mas, a história o rehabilita de modo lucilante, sagrando-o entre os mais notaveis, senão o mais notavel e eficiente dos governadores que o Rio Grande possuiu na fase colonial. À proporção que o tempo vai passando para as sucessivas gerações, como quem se vai afastando, a pouco e pouco, para mais distante de uma serrania, mais detidamente se contornam e destacam os seus elevados píncaros. Na cordilheira da sucessão dos fatos da história da capitania do Rio Grande do Sul, José Marcelino de Figueiredo é uma dessas cumiadas que mais vão avultando e dominando o grandioso cenário histórico" (2).

Uma das maiores preocupações desse governador consistiu em dar modelar organização à aldeia incipiente de índios missioneiros, que o capitão Antonio Pinto Carneiro, retirando do Rio Pardo, arranchara junto ao rio Gravataí, e a que fora dada a invocação de N. S. dos Anjos.

O carater desses ameríndios, a "sua natural volubilidade", tornava difícil a incorporação da massa, como pretendia o governador, à civilização ocidental. É o próprio José Marcelino quem nos diz: "A natural volubilidade destes índios guaranis, e os de Missões, é muito prejudicial ao governo e civilidade deles, que tanta caridade teem recebido dos nossos clementíssimos monarcas. Sucede, como digo, todos os dias fugirem por exemplo de cá para as Missões quatro índios que ordinariamente voltam de Missões com outras tantas mulheres e cavalos furtados, e o mesmo sucede todos os dias vindos de Missões, por exemplo, seis voltarem com o número dobrado dessas aldeias e com isto e com a facilidade de seus vigários, há muitas índias casadas cá, que teem outros maridos vivos em Missões, e pelo contrário outras em Missões casadas com maridos vivos cá. O meu parecer era Exmo. Sr. fazer convênio com o general ou governador de Missões, para se entregarem reciprocamente os índios fugidos de lá e de cá, porque com este receio de entrega parariam logo as deserções, e se sujeitariam ao trabalho, como é conveniente, ou aliás será sempre a ruina do Continente. Eu falo a V. Exa. nesta matéria, porque tenho trabalhado com estes infelizes, com muito zelo, e tenho conseguido pô-los em alguma ordem de trabalho, de sujeição e de civilidade" (3).

---

(1) Arq. Hist. do R. G. do Sul. Pasta 1770.

(2) Desembargador Florêncio de Abreu. *Governo de José Marcelino de Figueiredo no Rio Grande de São Pedro*. Anais do II Congresso de História e Geografia Sul-riograndense. Porto Alegre. 1937. III, 177.

(3) Corresp. dos Gov. do R. G. do Sul. B. N. — Public. Florêncio de Abreu. *Governo de J. Marc.* cit. 197.

Quer a Aldeia dos Anjos, como as aldeias de São Nicolau do Rio Pardo e São Nicolau de Cachoeira, recebiam continuamente levas de famílias missioneiras que fugiam dos povos e ali vinham engrossar as populações primitivas, intercâmbio esse que perdurou até a Conquista das Missões.

Trabalhou muito José Marcelino para dar à Aldeia dos Anjos uma organização modelar, não poupando sacrifícios de esforços e de dinheiro. Fez construir boas casas, uma igreja apresentavel, escolas para meninos e meninas e um Recolhimento em que se ensinavam às meninas as artes manuais, costura etc. Os índios, em uma espécie de aprendizado agrícola que organizou, nas imediações do povo, aprendiam os rudimentos da agricultura. Uma escola — *Colégio das Servas de Maria* — ficou a cargo de D. Gregória Rita Coelho de Mendonça, que foi assim a primeira professora pública do Rio Grande do Sul.

Apreciando esse esforço de José Marcelino, em seu Relatório de 1784, ao governo de Lisboa, dizia o vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza: "Naquela (aldeia) de Nossa Senhora dos Anjos tambem há índios de Nação Guaraní; a qual aplicou o governador Manuel Jorge Gomes de Sepulveda toda a sua atividade formando uma formosa Povoação com Caixa e seu administrador, mestres de escola, gramática e solfa, erigindo um Recolhimento para nele se ensinarem as índias a coser, e estabelecendo uma grande estância para se irem economizando as despesas da Fazenda real, no vasto terreno situado entre São Simão e os Palmares em distância da Aldeia perto de 30 léguas no caminho para a parte do Rio Grande. Para se fazer este estabelecimento se gastaram muitas somas tanto com a compra de terreno, de que se achava empossado em particular, como com a construção dos edifícios e sustento de muitos indivíduos que formam aquela aldeia; mas ainda que os projetos mostravam a encaminhar-se a civilizar aqueles povos e a evitar para o futuro as grandes despesas da Fazenda real, nada se tem conseguido, por precisa regularidade, que antecede ao fim principal do mesmo estabelecimento e precavesse as consequências que poderiam frustrar a boa ordem que só se figurava, mas que na realidade não existia" (1).

Achava Luiz de Vasconcelos que deveria ter-se reunido a esta a aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, em que se "acham aldeados 400 índios, pouco mais ou menos, de Nação guaraní, dirigidos por um cura, religioso de Santo Antonio, que, satisfeito em ter subordinados estes poucos indivíduos, não se embaraçará, segundo o costume, com o mais que é da sua obrigação". A estância deveria ter sido localizada nas imediações da Aldeia dos Anjos, "pois sendo-lhes necessário largar o próprio domicílio, bem depressa tornarão a viver a seu modo, esquecendo-se do que há pouco se lhes ensinou, e abraçando a mesma vida dissoluta que há pouco se lhes procurou desterrar, quando estavam todos congregados na dita aldeia". Faz outras observações procurando criticar a obra de José Marcelino que, se não surtiu o efeito desejado, foi mais pela inconstância dos índios do que pela organização que lhe procurou dar esse notavel realizador.

---

(1) Relatório de vice-rei Luiz de Vasconcelos ao governo de Lisboa em outubro de 1784. Arq. Nac. Col. 67. Liv. 9.° Public. Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. 1929. I e II Trim. Ano IX.

De mais distante, no tempo, e com mais serenidade, aprecia São Leopoldo esse empenho de José Marcelino de bem acertar, "deixando saudosa memória entre povos que ele soube reger com um sistema criador, com uma integridade e desinteresse a toda a prova: a natural firmeza de carater lhe suscitou intrigas, calúnias e dissabores, com os mesmos vice-reis de Estado; com tudo os próprios desafeiçoados jamais puderam escurecer suas excelentes virtudes, sua atividade e zelo pelo bem geral; sem transcurar o militar de tal sorte vigiava a administração pública, que se lhe deve a fundação das freguesias de Porto Alegre, Santo Amaro, Santa Ana, Conceição da Serra, São Luis de Mostardas, São Nicolau do Jacuí (Cachoeira) e N. S. dos Anjos da Aldeia; nesta última empregou especial esmero em civilizar e educar os índios guaranís, mostrando em breve o ensaio do que eram suscetiveis, avesando-os ao trabalho, fomentando a agricultura, e levando-as a tal ponto de ordem e economia, que conseguiu aliviar a fazenda da despesa de 15.000 cruzados cada ano a mantença deles" (1).

Foi em 8 de abril de 1763, como fica referido, que o capitão Antônio Pinto Carneiro, à frente de mais de 1.000 índios procedentes de Rio Pardo, onde haviam estado arranchados durante seis anos, chegou ao Gravataí, fundando a Aldeia de N. Senhora dos Anjos. Já nesse mesmo ano, ereta uma pequena capela, começaram ali a ser praticados os atos religiosos, com permissão do vigário de Viamão, que superintendia a freguesia. Os primeiros batismos de índios e brancos que alí se estabelecem, constam dos livros de assentos eclesiásticos dessa vila (2). Só em 1765 tem a Aldeia pároco próprio que abre o seu primeiro livro de batismos (1765-1781). São aí consignados os nomes dos índios fundadores da povoação, e sua procedência, o que nos dá a conhecer as suas origens étnicas e a contribuição que recebeu de cada um dos Povos de Missões. A grande massa dessa população era de origem tape-guaraní, mas encontram-se muitas famílias cujos nomes são genuinamente de índios cavaleiros (charruas, minuanos etc.) que contribuiram para a formação de São Borja e outros povos.

Uma ligeira estatistica dos primeiros quatro anos de assentos batismais nos revelam que foram levados à pia em 1765 — 21 crianças; em 1766 — 46; em 1767 — 32 e em 1768 — 23. Eram os pais (homens e mulheres) oriundos de: São Nicolau, 60; São Borja, 42; São Miguel, 40; S. Lourenço, 22; Santo Angelo, 21; São João, 8; São Luiz, 2; São Borja Novo, 6; São Miguel Novo, 2, e Japejú, 1, num total de 122 batismos (3).

(1) José Feliciano Fernandes Pinheiro. *Anais da Provincia de S. Pedro.* Paris, 1839. 176.

(2) 1.º Liv. de Bat. de Viamão. O primeiro batismo de branco que se realiza na capela da Aldeia, tem a data de 27 de julho de 1763, e é de um filho do casal de Manuel Ferreira Porto, e de sua mulher Antonia de Jesus, ele português e ela do Rio de Janeiro os quais tinham estância de criação nas imediações da Aldeia. Batizou a filha do casal, que recebeu o nome de Teodora, o padre de Viamão, sendo padrinhos Euzebio Alvares e Inácia de Afonseca.

(3) Câmara Ecl. do Arceb. de Porto Alegre. 1.º Livro de Batismos da Aldeia dos Anjos. 1765-1781.

Segundo os dados existentes em vários documentos, quer de origem espanhola, quer de portuguesa, o número de famílias que acompanharam o exército de Gomes Freire, indo se localizar no Rio Pardo, oscila entre 600 a 700, isto é, mais de 2.000 almas, se dermos a média de quatro unidades por família, menor do que a encontrada em estudo anterior sobre a população missioneira. A esses 1.000 índios que se estabelecem na Aldeia dos Anjos devemos agregar mais 800 que ficam nas aldeias de São Nicolau do Rio Pardo e São Nicolau do Jacuí, a que já fizemos referência. Alem disso, a fuga constante de índios missioneiros que posteriormente se veem juntar a seus parentes internados no Continente, aumenta de várias centenas a população indígena daquela procedência.

De dezembro de 1747 a dezembro de 1758 foram registados nos livros de Viamão 350 batizados, que assim se discriminam:

ANOS	BRANCOS	INDIOS	PRETOS	TOTAL
1747	7	2	6	15
1748	14	6	4	24
1749	20	2	3	25
1750	13	1	1	15
1751	17	1	1	19
1752	25	2	0	27
1753	38	2	2	42
1754	56	1	2	59
1755	37	0	0	37
1756	36	1	0	37
1757	21	1	0	22
1758	24	2	2	28
	308	21	21	350

Teríamos, em número índices, para 1.000 batizados, 880 brancos, 60 índios e 60 pretos. Nestes 350 se nota que 5 eram filhos de branco com índia, 4 de branco com preta e 3 de índio com preta, o que demonstra que o caldeamento inicial se fazia vagarosamente, como melhor se verifica pelo livro de casamentos. Em cem casamentos realizados de 1747 a 1770, em Viamão, encontram-se 41 de branco com branca, 36 de preto com preta, 10 de índio com índia, 6 de preto com índia, 4 de branco com índia e 3 de branco com preta. E em 50 óbitos, de 1747 a 1753 existem, brancos 37, pretos 12 e índio 1.

Estão equiparados os batismos de filhos de ameríndios e de pretos, mas, convem notar que só mais tarde, com a fundação da Aldeia dos Anjos, (Gravataí) é que recebe o Continente uma grande leva de famílias que são transportadas para alí, com procedência de Missões, de onde foram retiradas por ordem de Gomes Freire. Aos chefes dessas famílias,

como já se observou, são dados nomes portugueses, fazendo com que se confundam com os povoadores brancos.

Em 1780, graças ao mapa do tenente Córdova, que traz o primeiro censo da população riograndense, já temos elementos para apreciar, com mais detalhe, esse aspecto interessante de nossa formação étnica, mal vislumbrada ainda, por falta de elementos documentais e estatisticos, até agora completamente desconhecidos.

O censo de Córdova dá para a população do Rio Grande do Sul, em 1780, um total de 17.923 almas.

Infelizmente não está detalhado o coeficiente indígena que entrou na formação desse total. Mas, sabemos quais as freguesias em que eles predominavam. Temos Aldeia dos Anjos, em que a população, trazida das Missões, era constituida quase totalmente de índios. Depois da do Rio Pardo era a maior do Continente, com 2.355 almas; a de Cachoeira, então unicamente uma aldeia de índios: São Nicolau, e várias estâncias, com 662 almas; Rio Pardo, cuja aldeia de índios, tambem como a de Cachoeira, remanescente das famílias missioneiras, contaria em sua população 25% dessa origem. Dando 10%, excluidos os escravos, para a população indígena, nas outras freguesias, menos as constituidas por elementos açoreanos, teremos para provavel cálculo de coeficiente indígena, em 1780, 3.388 almas e o coeficiente branco 9.433 indivíduos. Em cada 1.000 habitantes teremos, com esse resultado, para números índices: Brancos 526, Pretos 285, índios 189.

Ficaria assim distribuida a população do Continente, em 1780:

FREGUESIAS	BRANCOS	ÍNDIOS	PRETOS	TOTAL
Madre de Deus	871	96	545	1.512
Rio Grande	1.643	182	596	2.421
Estreito	880	97	277	1.254
Mostardas	360	40	191	591
Viamão	1.028	114	749	1.891
Santo Antônio	828	91	270	1.189
Con. do Arroio	234	25	158	417
Anjos da Aldeia	210	1.890	255	2.355
Vacaria	291	32	248	571
Triunfo	637	0	640	1.277
Taquarí	580	0	109	689
Santo Amaro	512	0	208	720
Rio Pardo	1.317	438	619	2.374
Cachoeira	42	383	237	662
	9.433	3.388	5.102	17.923

O resultado a que chegamos sobre a população indígena do Continente está, provavelmente, aquem da realidade. Alem das 600 famílias guaranís que, em 1763, são conduzidas pelo capitão Antonio Pinto Carneiro e se localizaram na Aldeia de N. S. dos Anjos, em 1784, depois de uma série de negociações, fixaram-se em toldos pelas proximidades de Santa Maria, 1.000 indios minuanos, dos quais 300 homens de lança, 270 mulheres e 420 crianças. É este índio, mais do que o tape, que entra com parcela consideravel na formação do gaucho-do-campo que depois é o peão preferido das estâncias pelas suas qualidades de cavaleiro. Não obstante os cuidados do governador José Marcelino de Figueiredo, que como vimos faz da Aldeia dos Anjos a "menina de seus olhos", decresce consideravelmente a população desse núcleo que, em fins de 1779, contava 2.563 almas, mas que em 1784 não passava de 1.362 individuos, já dispersos por diferentes lugares. A população da aldeia não atingia a mais de 1.000 índios, segundo estatística da época. Quando da encorporação das Missões ao Rio Grande, 1801, havia alí uma população de 14.010 almas, consoante Aires de Casal, mas tal foi a dissídia das administrações que esse número estava reduzido, em 1822, a 2.350 almas.

Em 1804, pelo recenseamento de Paulo da Gama, a população do Rio Grande havia duplicado, em confronto com a de 1780, pois constava de 36.721. Dez anos mais tarde, em 1814, encontramos elementos mais detalhados para estudar o aumento da contribuição do sangue indígena no Continente:

Existiam 35.991 brancos, 20.611 negros, 8.655 índios e 5.399 mestiços, sendo a população total de 70.656 almas.

De 1814 até 1823, segundo o provecto Chaves, entraram mais no Rio Grande 15.000 escravos, sendo a população, neste ano, de 106.196.

Em 1835, chega Salis Goulart à conclusão de que havia, num total de 150.500 almas 92.000 brancos, 30.500 negros, 10.000 índios e 18.000 mestiços, reproduzindo, assim, as observações de Alfredo Varela, que deduz o cálculo pelo recenseamento de 1847.

Importa-nos, para o estudo, a mescla da mestiçagem. Qual o coeficiente de cruzamento afro-caucásico, ou afro-indígena? Não obstante a consideravel entrada de pretos no Rio Grande do Sul, parece-nos que assaz diminuto foi o caldeamento quer de uns, quer de outros. Maior, muitíssimo maior, o cruzamento entre o branco e o índio. Aliás, esse caldeamento vem da fase inicial do povoamento. As velhas famílias do Rio Grande do Sul, cujos troncos procedem da Laguna, acusam largas percentuais de sangue aborígene. Os Pinto Bandeira, os Magalhães, os Guterres, os Peixotos, enfim, quase todos os primeiros povoadores do Continente eram casados ou já descendentes de "índias da terra", carijós, das quais algumas filhas naturais de Francisco de Brito Peixoto. Os açoreanos, porem, não se caldearam nem com o índio nem com o preto. Procede daí a observação de Saint-Hilaire quando diz que "a população era sem mistura quase".

Dá-nos o recenseamento de 1814, por mil, 509 brancos, 291 pretos, 122 índios e 78 mestiços, ou sejam estes últimos, 7,8% da população total. Não temos elementos definitivos para estabelecer o "quantum" de cada origem, mas, pelos dados que vamos coligindo, vê-se que a mestiçagem deveria orçar por três quartas partes para o branco com o índio e uma quarta parte para o branco com o preto, o que nos daria 58,5 por

mil para os primeiros, e 19,5 por mil para os segundos. E teriamos, assim, aceitando essa base, para 1835, 13.500 mestiços de branco com índio e 4.500 de branco com preto.

Sob o amparo desses elementos ainda deficientes, não se pode negar a influência étnica, social e religiosa, que o índio missioneiro exerceu largamente sobre as nossas populações rurais. As estâncias até bem pouco tempo ainda, na vasta campanha riograndense, acolhiam inúmeros mestiços, cujos descendentes se espalham por toda a parte.

Nas gemas do nosso folclore, nas nossas lendas do campo, em todas as tradições da vida gaucha, ficou a lembrança do índio missioneiro. Carinhosa expressão de amor, nas bravatas heroicas do pago, a *china*, a *chinoca*, ainda vive na sua beleza imortal de "flor da estância".

Inúmeros são os mestiços, cujos nomes ilustrados por feitos admiraveis na guerra, nas lides da inteligência e da arte, passaram até os nossos dias. A própria religião conta com sacerdotes virtuosos, cujas origens veem de procedência indígena. O primeiro desses sacerdotes de que se tem notícia é o padre José Inácio da Silva Pereira, filho de pais guaranís. Hafkemeyer, que regista a ordenação desse índio sem mescla de sangue, transcreve um interessante documento, em que se vê "como um índio tinha arrumado uma modesta fortuna que deu ao filho para patrimônio". Constava ele de uma chácara com seu mato e cultivada, com 347 pés de marmeleiro, 26 macieiras, 200 pessegueiros, 1 oliveira, 39 árvores de espinho, 3 grandes latadas de parreiras, 1 grande bananal, com casas de moradia e seu armazem, tudo de madeira, com terras para milho ou qualquer mantimento. O valor desse patrimônio era de 500$0 (1). E assim, no ano de 1783, a igreja riograndense contava com o seu primeiro padre guaraní.

E fique o nome desse padre, que ainda traria no espírito formado pelos jesuitas, através de seus ascendentes, como traço de ligação entre a nova civilização que se abria aos seus irmãos e o ciclo que se encerrava com a derrocada das Missões Orientais do Uruguai, onde o jesuita procurara criar uma civilizazção cristã.

Fim do 1.º volume

(1) J. B. Hafkemeyer. *A primitiva igreja riograndense*. Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. 1929, 301.

— A —

— A —

— A —

— B —

— C —

— C —

— D —

— F —

— G —

— G —

— L —

— M —

— M —

— N —

— O —

— P —

— P —

— S —

— S —

— T —

— T —

— U —

— V —

ÍNDICE GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO

— A —

— B —

— C —

— C —

— D —

— E —

— I —

— J —

— K —

— L —

— M —

— N —

— O —

— P —

— P —

— Q —

— R —

—S—

BIBLIOGRAFIA

I

DOCUMENTOS

ARQUIVO HISTÓRICO — Porto Alegre, R. G. do Sul.

Códices :

Livro da Expedição de 1737. Cópias de ordens e resoluções do brigadeiro José da Silva Pais e outros comandantes do Presidio de Jesus-Maria-José do Rio Grande de São Pedro;

Sesmarias — Registo de concessão de terras. 1782.

Datas de chãos — Registo de terrenos no Presidio.

Documentos;

Coleções várias, planas de mostra de paulistas, correspondência oficial, campanhas cisplatinas, etc.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO —

Códices :

Consultas do Conselho Ultramarino.

ARQUIVO NACIONAL — Rio de Janeiro.

Coleção de Cartas Régias, original.

Coleção da Provedoria de Fazenda, códices originais.

Correspondência dos vice-reis.

Correspondência do Rio Grande do Sul.

Correspondência de Santa Catarina. 1723-1808.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL —

Inventários e Testamentos.

Documentos administrativos avulsos.

BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro.

Secção de Manuscritos :

Coleção de Angelis. I-28, 34 a 36 e I-29, 1 a 12. Pertenceu essa importante coleção a d. Pedro de Angelis, historiador e pesquisador, que a organizou na Argentina e a vendeu ao governo brasileiro. Alem de centenas de códices preciosos e documentos de toda a ordem sobre o Paraguai, o Prata e toda a América do Sul, constam dessa coleção os arquivos jesuiticos de Córdova e outros colégios, em originais e cópias, em sua maior parte inéditos. Como se verifica do texto deste livro é sobre esses documentos que calcamos todo o trabalho que nos foi dado realizar, aproveitando as Cartas Ânuas originais constantes da Coleção. Citam-se, tambem, da mesma coleção, vários códices referidos em notas de pé de página, de vários trabalhos de historiadores jesuitas e outros existentes em manuscrito na mesma Coleção.

Códices diversos:

Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires — I-16, 1, 16.

Azara — d. Felix de... *Descrición Histórica y Geográfica del Paraguai*. I-16, 2, 6 — A Coleção Lamas publicou *Geografia Fisica*, com notas de R. Schuller, diferente em parte desse códice, que deve ser cópia primitiva e original.

Diários da Demarcação da América Meridional. Códices diversos.

Diário de la Demarcación. 1752 — I.1, 1, 20.

Cardiel. P. José — *Relación veridica de las Missiones de la Comp. de Jesus en la Prov. que fué del Paraguai*. Faenza. 1772. Cód. I-5, 1, 52.

Manuscritos diversos citados no texto.

Rodero. Padre Gaspar... *Vendicacion de la verdad y de la inocencia perseguidas*. Cód. I-29, 1, 100.

Correspondências diversas:

Governadores do Rio Grande do Sul, 12 volumes — I-5, 4, 1 a 12.

Vice-reis da Baia, I, 4, 3, 57.

CAMARAS ECLESIASTICAS:

Arquivo da Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro — Casamentos da Se Velha — (Colônia do Sacramento) 1690-1705.

Arcebispado de Porto Alegre. Assentos.

Bispado de Pelotas.

Bispado de Santa Maria.

Bispado de Uruguaiana.

I

LIVROS

A

ABREU — Capistrano de .. *Capitulos de História Colonial*. Fund. Cap. de Abreu. Rio de Janeiro — Typ. Leuzinger. 1928.

Florencio de... *Governo de José Marcelino de Figueiredo no Rio Grande de São Pedro*. Sep. Anais 2.º Congresso Hist. R. G. Sul-Porto Alegre — 1937.

ACEVEDO — Pablo Blanco... *La mediación de Inglaterra en la Convención de Paz de 1828* — Montevidéu — 1928.

ATAS DA CAMARA da Vila de São Paulo — Coleção. S. Paulo — 1914.

ADET — Emilio... *O Cavalo* — Rio de Janeiro — 1858.

ALENCASTRE — Cel. Alvaro... *As Missões Orientais do Uruguai e o coronel Joaquim Antonio de Alencastre* — Rev. Inst. Hist. R. G. Sul. P. Alegre — 1933.

ALMEIDA — Candido Mendes de... *Memórias para o Extinto Estado de Maranhão* — Rio de Janeiro — 1874.

AMEGHINO — F. *La Anteguedad del Hombre en el Plata* — Buenos Aires — 1925.

ANAIS DO ITAMARATI — *Documentos sobre a Cisplatina* — Vols. 1 a 7, (1935-1942).

ANALES DE LA BIBLIOTECA — Buenos Aires. Coleção de documentos. 1925...

ANCHIETA — Padre José de... *Cartas Jesuiticas* (III) — Public. da Academia Brasileira — Civ. Bras. Rio de Janeiro — 1933.

ANGELIS — D. Pedro de... *Colección de obras y documentos relativos a la Historia antigua y moderna de las provincias del Plata*. Buenos Aires — 1836.

ARQUIVO NACIONAL — *Publicações* — Coleção.
de São Paulo — *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo* — Coleção.
de São Paulo — *Inventários e Testamentos* — Coleção.

AZAMBUJA — Dr. Graciano de... *Anuário do Rio Grande do Sul*. Col.

AZEVEDO MARQUES — M. E. de... *Apontamentos Históricos, estatisticos, etc.* para Provincia de São Paulo. Rio de Janeiro — 1879.

AYESTERAN — Lauro... *Domenico Zipoli* — Rev. Histórica de Montevidéu. Ano XXXV, Montevidéu — 1941.

AYRES DE CAZAL — *Corografia Brasilica* — Rio de Janeiro — 1817.

AZAROLA GIL — Luiz Enrique de... *Los origenes de Montevideo*. Buenos Aires — 1933.
Luiz Enrique de... *La epopeya de d. Manuel Lobo*. — Madrid — 1931.

B

BARBA — Enrique... *D. Pedro de Cevallos* — Biblioteca Humanidades. La Plata, 1937.

BAUZA — Francisco... *História de la Dominación Española en el Uruguai* — Montevidéu, 1895.

BIBLIOTECA NACIONAL — Documentos sobre o Tratado de 1750 — Anais, Vols. LII, LIII — Rio, 1939. Com notas do dr. Rodolfo Garcia.

BLANCO — J. M.... *Historia Documentada de los Mártires del Caró y de Ijuí*. B. Aires — 1929.

BOITEUX — Lucas A.... *Notas para a História Catarinense* — Florianópolis, 1912.

BORGES FORTES — General João... *Cristovão Pereira* — Sep. Rev. Inst. Hist. R. G. Sul — Porto Alegre — 1932.
Gen. João... *A Frota de João de Magalhães* — Rev. Inst. Hist. R. G. Sul. — Porto Alegre. 1.º Trim., 1934.
Casais — Ed. Centenário Farroupilha. Rio — 1932.
Povoamento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre — 1938.

C

CABEZA DE VACA — Alvar Nuñez... *Comentários de... adelantado y governador de la Provincia del Rio de la Plata*. Scriptos por Pero Hernandez, scrivano y secretario de la Provincia dirigidos al Serenissimo muy Alto y muy poderoso Señor el Infante d. Carlos N. S. Valadolid — 1555.

CALVO — C.... *Recueils complets*. Paris. 1868.

CARDOSO — Anibal... *Antequedad del cavallo en el Plata*. Anales del Museu. Buenos Aires. 1911.

CARTAS DE INDIAS — *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*. Madrid — 1874.

CARVALHO — Dr. Mario Teixeira de... *Nobiliário Riograndense*. Porto Alegre — 1937.

CASTRO E ALMEIDA — Eduardo de ... *Inventário dos documentos relativos ao Brasil,* existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar — Anais da Biblioteca Nacional. Tomo XXXIV e outros, 1921.

Eugenio de ... *Geografia linguistica e cultura brasileira*. Rio. — 1937.
Diário de Pero Lopes de Souza. Rio — 1927.

CAVIGLIA (hijo) Buenaventura... *Sobre el origen y la difusion del bovino en el Uruguay*. Montevidéu — 1935.

CEZIMBRA JAQUES — João... *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1912.

CHARLEVOIX — Pierre François Xavier... *Histoire du Paraguay* — Paris, 1756.

CHAVES — Antonio José Gonçalves... (Hum Português) *Memórias ecônomo-politicas sobre a administração pública do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional 1822. Reed. Rev. Inst. Hist. R. G. Sul. Ano II, 2.° e 3.° Trim. Porto Alegre, 1921.

CIDADE — General Francisco de Paula... *Resumo Histórico da Campanha de 1825-1828*. Porto Alegre — *Diário de Notícias*. 1928.

CONI — Emilio A.... *Historia de las vaquerias de Rio de la Plata*. Madrid, 1930.
...*La introdución del ganado vacuno en el Uruguay*. Boletin de la Junta Administrativa y Histórica. Buenos Aires, 1929.

CORREA LUNA — Carlos... *Campaña del Brasil* — Archivo General de la Nación. Buenos Aires, 1931.

CRUZ — Alcides... *Incursão do general Frutuoso Rivera às Missões*. Porto Alegre, 1914.

D

DIAZ DE GUZMAN — Ruy... *La Argentina*. Assunção, 1837.

DOCCA — General Emilio Fernandes de Souza... *Conquista das Missões*. Alm. do Rio Grande do Sul, 1914.

Notas aos Anais de Lima e Silva — Rev. Inst. Hist. R. G. Sul, 1927.
Missão Ponsomby — Rev. Inst. Hist., R. G. Sul, 1930.

E

ELLIS JUNIOR —Alfredo... *O Bandeirantismo Paulista e o recuo do Meridiano*. São Paulo, 1934.

ERHENREICH — Paulo... *A etnografia da América do Sul*. Rev. Inst. Hist. de São Paulo, Vol. XI.

F

FACULTAD DE FILOSOFIA Y LETRAS — *Documentos para la Historia Argentina*. Padre C. Leonhardt. *Iglesia* — Vols. XIX e XX, B. Aires, 1927.

FELIZARDO — Jorge Godofredo... *Genealogia Riograndense*. Porto Alegre, 1937.

FERNANDES PINHEIRO — José Feliciano (Visconde de São Leopoldo) — *Anais da Província de São Pedro* — 2.ª edição. Paris, 1839.

FERNANDEZ — Diego... *Primeira Parte de La Historia del Perú*. Madrid, 1914. (Publicada pela primeira vez em Sevilha, 1571).

FIGUERA — José H.... *Los primitivos habitantes del Uruguay*. Montevidéu, 1922.

FONSECA GALVÃO — Manuel do Nascimento da... *Notas Geográficas e históricas sobre a Laguna* — Desterro, 1881.

FURLOG CARDIFF — P. Guillermo... *Cartografia Jesuitica del Rio de la Plata* — Buenos Aires, 1936.
Los Jesuitas y la cultura Rioplatense. Montevidéu, 1933.

G

GAMA — Basilio da... *O Uragay*. Public. da Academia de Letras. Rio, 1941.

GANDAVO — Pero de Magalhães... *História do Brasil*. Rio, 1924.

GANDIA — Enrique de... *História de Santa Cruz de la Sierra*. Buenos Aires, 1935.
História de la Conquista del rio de la Plata y del Paraguay, B. Aires, 1932.

GARAY — Blas... *Coleción de documentos relativos a la História de América y en particular a la história del Paraguay*. Sep. Rev. Inst. Hist., Paraguay — Assuncion, 1899.

GARCIA — Diego... *Carta*. Rev. Inst. Hist. Bras., T. XV. Parte III.

GAY — Cônego João Pedro... *História da República Jesuítica do Paraguai*, Rio, 1861. 2.ª edição, com eruditas notas do dr. Rodolfo Garcia. Rio — Imprensa Nacional, 1942.

GOUSSAC — Paul... *Mendoza y Garay*. Buenos Aires, 1916, 2.ª edição.

GUEVARA — Padre Pedro... *História de la Provincia del Paraguay*. Col. Lamas, 1856.

H

HAFFKEMEYER — Padre João Batista... *A primitiva igreja riograndense*. Rev. Inst. Hist. Geog. R. G. do Sul, Porto Alegre, 1929.

HERVAS — D. Lorenzo... *Catálogo de lenguas* — Madrid, 1808.

I

IHERING — Dr. Hermann von... *A etnografia do Brasil Meridional*, Rev. Inst. Hist. Geog. de São Paulo, Vol. XI

INSTITUTO HISTÓRICO de São Paulo — Coleção.
de Porto Alegre — Coleção.
de Montevidéu — Coleção.

J

JABOATAM — Frei A. de Santa Maria... *Orbe Seraphico* — Rio, 1858.

JAEGER — Padre Luiz Gonzaga... *Os heróis de Caaró e Pirapó*. Ed. Globo, Porto Alegre, 1940.
As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tip. do Centro, 1940.

K

KOSERITZ — Carlos von... *Etnografia riograndense*. Porto Alegre, 1889.

L

LAFUENTE MACHAIN — L. de... *Los portugueses en Buenos Aires* — Buenos Aires.
El gobernador Domingo Martinez de Irala — Buenos Aires, 1939.

LAGO — Coronel Laurenio... *Brigadeiros e generais do Brasil* — Rio, 1938.

LAMEGO — Alberto... *Terra Goytacá* — Bruxelas, 1913.

LEITE — Padre Serafim... *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 3 vols. Lisboa, Rio, 1942.
Carta de Antonio Rodrigues. Anais da Bibliot. Nac. XLIX, Rio.
Páginas de História do Brasil — Brasiliana. Rio, 1937.

LERIDA — F.... *Cartas y datos* — Buenos Aires, 1919.

LIMA — Alcides... *História popular do Rio Grande do Sul*. Rio, 1882.

LOPES NETO — João Simões... *Lendas do Sul* — Porto Alegre, 1902.

M

MADRE DE DEUS — Frei Gaspar da... *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Ed. São Paulo, 1920.

MAGALHAES — Basilio de... *Expansão geográfica do Brasil colonial* — Editora Nacional, 2.ª ed., 1935.

MALHEIRO DIAS — Carlos... *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. 3 volumes — Porto, 1921.

MENDOZA — Dr. Prudencio de la C.... *História de la Ganaderia argentina*. Buenos Aires, 1928.

MONTOYA — Padre Antonio Ruiz de... *Conquista espiritual*. Ed. de Bilbau, 1892.
Arte de la lengua guarany, o mas bien tupi — Viena — Paris, 1876.

MORAES SILVA — Antonio de... *Dicionário da língua portuguesa*. Ed. fac-similar. Lisboa, 1813.

MORENO — Fulgencio B.... *La ciudad de Asunción*. Libreria J. Suarez. B. Aires, 1926.

MUSEU NACIONAL — *Anais*. Coleção.

MUSEU PAULISTA — *Anais*. Coleção.

N

NEVES — Antonio da Silva... *Origem provavel das diversas raças que povoaram o território pátrio*. São Paulo, 1918.

NÓBREGA — Padre Manuel da... *Cartas do Brasid*. Ed. da Academia Brasileira de Letras. Rio, 1931.

NOGUEIRA — Batista Caetano de Almeida... *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual*. Sep. Vol. VII. Dos Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Typ. Nac., 1879.

O

OLIVEIRA LIMA — *Dom João VI no Brasil*. Rio, 1908.

OSÓRIO — Fernando Luis... *História do General Osório*. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1894.

P

PALOMEQUE — Alberto... *El general Rivera y la campaña de Misiones*. Buenos Aires, 1914.

PASTELLS — Padre Pablo... *História de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguai* — Madrid, 1895.

PEREIRA DE SÁ — Simão... *Nova Colônia do Sacramento*. Ed. Gabinete Português de Leitura. Rio, 1900.

PORTO — Aurelio... *Processo dos Farrapos — Notas*. Publicações do Arquivo Nacional. Vols. XXIX a XXXI .Rio, 1933-1935.
Biografia do dr. José de Saldanha — Diário Resumido — Anais — Biblioteca Nacional. Vol. LI — Rio, 1933.
Farrapiada — Poemas heróicos do Rio Grande — Rio, 1938.
Terra Farroupilha — 1.° vol. Livraria Selbach. Porto Alegre, 1936.
Caró — (Jornal do Comércio). Rio, 22-VII-1934.
Martirio do Venerável P. Cristovão de Mendoza. Sep. 2.° Cong. de História Riograndense. Porto Alegre, 1940.
Função sócio-geográfica do gado brasileiro. Jornal — Rio, 30-IV-1939.
História do Gado no Brasil. (Em preparo). V. Anais Congresso de História Nacional. Rio, 1940.
Regimento de Dragões do Rio Pardo. Sep. Rev. Inst. Hist., R. G. do Sul. Porto Alegre, 1920.

R

RAMBO — Padre Balduino... *A Estrutura da Serra* — Anais do 2.° Congresso de História do Rio Grande do Sul. Vol. I. Porto Alegre, 1937.

RANÇONNIER — Padre Jacob — *Litterae annuae provincia Paraguariae Societates Jesu* — Antuérpia, 1636.

REGO MONTEIRO — Coronel Jonatas da Costa... *As primeiras reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul*. Rev. Inst. Hist., R. G. Sul. 1.° Trim. Ano XIX, 1939.
A Colônia do Sacramento. 1680-1777. 2 vols. Porto Alegre. Liv. Globo, 1937.
Dominação espanhola no Rio Grande do Sul. Sep. Revista Militar, Rio, 1935.

RIO BRANCO — Barão do... *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como árbitro, etc.* Vol. VI — Apêndice — Mapas — New York, 1894.
Efemérides Brasileiras. 2.ª edição. Imp. Nacional. Rio, 1938.

ROCHA POMBO — J. F.... *História do Brasil* — Rio, 1906.

RODRIGUES DO PRADO — Francisco... *História dos Indios cavaleiros da nação guaicurú*. Rev. Inst. Hist. Bras., Vol.

S

SAINT-HILAIRE — Auguste de... *Viagem ao Rio Grande do Sul*. (1820-1821). Trad. Rio, 1930.

SALDANHA — Dr. José da... *Diário Resumido* — Sep. Anais da B. Nacion. Vol. LI. Rio, 1938.

SANMARTIN — Olinto de... *A Bandeira de Aracambi* — 2.° Cong. Hist. R. G. Sul. Porto Alegre, 1937.

SERRANO — Antonio... *Etnografia de la antigua provincia del Uruguay*. Paraná. Argentina, 1936.
Primitivos habitantes del territorio argentino — Paraná, 1935.

SILVA LEME .. Luiz Gonzaga da... *Genealogia Paulistana*. 9 vols. São Paulo, 1903.

SILVA LISBOA — Baltazar da... *Anais do Rio de Janeiro*. Rio, 1835.

SIMCH — Dr. Francisco Rodolfo... *Tembetás*. Rev. Inst. Hist. R. G. Sul, 1924.

SCHROEDER — Celso... *A Campanha do Uruguai* — 1811-1812 — Rev. Inst. Hist. do R. G. Sul — Ano XIV, 1934.

SCHULLER — R.... *Sobre el origen del Charrua* — Santiago. Chile, 1906.

SEPP — Padre Antonio... *Carta ao padre Stinglhaimer* — Lettres Edifiantes. Tomo XI, ed. 1843. Cópia em espanhol, na Coleção de Angelis.

SOARES DE SOUZA — Gabriel... *Tratado descriptivo do Brasil*. Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo XIV, 1851.

SOMMERVOGEL — Padre Carlos — *Bibliotheque de la Compagnie de Jesus*.

SOUZA — D. Antonio Caetano de... *História Genealógica de Portugal*. Casa de d João III. Lisboa.

STADEN — Hans... *Viagem ao Brasil*. Ed. 1930.

T

TANNER — Padre Mattia... *Societa Jesu usque da sanguinis et vitae etc.* — Praga — MDCLXXV.

TAUNAY — Affonso d'Escragnole... *História Geral das Bandeiras*. São Paulo, 1924.

TECHO — Padre Nicolas del... *Historia Provinciae Paraquariae Societatis Jesu* — Leodium (Liege) 1673.

TELLES — Baltazar... *Crônica da Companhia de Jesús* — Lisboa, 1647.

TESCHAUER — Padre Carlos... *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* — Liv. Selbach. 1918. Porto Alegre.
Vida e obras do Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz — Liv. Sebach — Porto Alegre, 1925.

TRELLES — Revista de la Biblioteca. Buenos Aires.

TOMAR — D. Pedro Pablo de... *Causas de la escassez y deterioro de los cavallos de Espanha* — Madrid, 1792.

TORRE REVELLO — José... Mapas y planos del Virreinato del Plata — Buenos Aires, 1938.

U

UHLE — Dr. Max... *Fundamentos étnicos de Africa* — Quito, Equador, 1922.

V

VALDEZ — Doroteo Marquez... *Incursión del general Rivera a las Misiones* — Trad. de Alcides Cruz — Montevidéu, 1916.

VARELA — Dr. Alfredo... *Duas Grandes intrigas* — Porto, 1919.
História da Grande Revolução — Porto Alegre, 1933.

VARNHAGEM — F. A. (Barão de Porto Seguro)... *Bibliografia de Martim Affonso de Souza* — Rev. Inst. Hist. Bras. Vol. V.
Biografia de Salvador Correa de Sá e Benevides — Rev. Inst. Hist. Bras.
História Geral do Brasil — 3.ª edição. São Paulo.

VASCONCELLOS — Padre Simão de... *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil.*

VELLOSO DA SILVEIRA — Hemetério... *As Missões Orientais do Uruguay* — P. Alegre, 1909.

VIANNA — Urbino... *Sobre o gado curraleiro* — Sep. Rev. de Agricultura. Rio, 1927.

VIDAL — Angel H... *La leyenda de la destrucción de los Charruas.* Apart. Rev. Inst. Hist. Montevidéu. T. IX, 1932.

VIEIRA DOS SANTOS — *Memória Histórica da cidade de Paranaguá* — Curitiba, 1922.

W

WIEDERSPAHN — H. O.... *A Conquista das Missões* — Rev. Inst. Hist. R. G Sul. Ano XIV, 1.° Trim. Porto Alegre, 1934.

X

XARQUE — Dr. Francisco... *Insignes Missioneros de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay* — Pamplona, 1687.

INDICE DO VOLUME

Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1943